JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Araputanga 4
Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Tangará da Serra 4
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé 5
Consorcio Público de Saúde Vale do Teles Pires 5
Prefeitura Municipal de Água Boa 11
Prefeitura Municipal de Alto Garças 14
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 23
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 24
Prefeitura Municipal de Araguaiana 24
Prefeitura Municipal de Araguainha 24
Prefeitura Municipal de Araputanga 24
Prefeitura Municipal de Arenápolis 25
Prefeitura Municipal de Aripuanã 27
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 30
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 35
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 37
Prefeitura Municipal de Cáceres 39
Prefeitura Municipal de Campinápolis 41
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 43
Prefeitura Municipal de Campo Verde 44
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 45
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 48
Prefeitura Municipal de Canarana 49
Prefeitura Municipal de Carlinda 55
Prefeitura Municipal de Castanheira 57
Prefeitura Municipal de Cláudia 57
Prefeitura Municipal de Colíder 85
Prefeitura Municipal de Colniza 87
Prefeitura Municipal de Confresa 90
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 100
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 101
Prefeitura Municipal de Denise 101
Prefeitura Municipal de Diamantino 105
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 106
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 113
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 113
Prefeitura Municipal de Indiavaí 115
Prefeitura Municipal de Itanhangá 115
Prefeitura Municipal de Itiquira 116
Prefeitura Municipal de Jaciara 119
Prefeitura Municipal de Jauru 213
Prefeitura Municipal de Juara 215
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 218
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 219
Prefeitura Municipal de Nortelândia 222
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 222
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 229
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 230
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 231
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 242
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 243

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 243
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 244
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 246
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 247
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 250
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 253
Prefeitura Municipal de Paranatinga 253
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 253
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 256
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 259
Prefeitura Municipal de Poconé 260
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 262
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 262
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 263
Prefeitura Municipal de Poxoréu 264
Prefeitura Municipal de Rondolândia 264
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 265
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 266
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 268
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 268
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 275
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 277
Prefeitura Municipal de São José do Povo 279
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 281
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 288
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 290
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 290
Prefeitura Municipal de Tabaporã 290
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 291
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 296
Prefeitura Municipal de Tesouro 296
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 296
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 302

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

Segundo Vice-Presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

Terceiro Vice-Presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

Quarto Vice-Presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

Quinto Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

Primeiro Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

Segundo Secretário: Atail Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Silvio José de Morais Filho - Araguainha

Segundo Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA
EDITAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2018

POR ORDEM DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA, ESTADO DE MATO GROSSO E DE ACORDO COM O ARTIGO 129, PARÁGRAFO 3º DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA DE LEIS, FAÇO PÚBLICO PARA O CONHECIMENTO DE TODOS, E DOS SENHORES VEREADORES E CONVOCO PARA **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, A REALIZAR-SE-À NO DIA 23 DE JULHO DO CORRENTE ANO, AS 14:00 HORAS NO PLENÁRIO ROMEU FURLAN.**

Referente ao Projeto de Lei nº 1541/2018.

ARAPUTANGA/MT, 18 DE JULHO DE 2018.

JOSÉ VICENTE DE CARVALHO

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 97/2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,*

CONSIDERANDO *o Art. 69, §§1º e 2º e o Art. 73, §1º, ambos da Lei Complementar nº 25 de 27 de novembro de 1997, que "Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Cáceres." e* ***CONSIDERANDO a Portaria nº 187/2017****;*

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder ao servidor **ULISSES ALVES DE SOUZA**, matrícula nº 541-1, ocupante do cargo de Contador, **14 (quatorze) dias de gozo de férias,** relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a partir do dia 23 de julho de 2018, devendo retornar as suas atividades normais no dia 05 de agosto de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 18 de julho de 2018.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

Wagner Sales do Couto

2º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 96/2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,*

CONSIDERANDO *o Art. 69, §§1º e 2º e o Art. 73, §1º, ambos da Lei Complementar nº 25 de 27 de novembro de 1997, que "Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Cáceres. ";*

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder ao servidor **LUCAS PINHEIRO SPOSITO**, matrícula nº 542-1, ocupante do cargo de Controlador Interno, **30 (trinta) dias de gozo de férias,** relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a partir do dia 23 de julho de 2018, devendo retornar as suas atividades normais no dia 22 de agosto de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 18 de julho de 2018.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

Wagner Sales do Couto

2º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 98/2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais;*

R E S O L V E:

Art. 1º *EXONERAR, o Servidor* ***RICARDO AMBROSIO CURVO FILHO****, sob a Matricula 594-1, do cargo de Chefe de Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Cáceres-MT, nível CC-02, a que alude o Anexo II da Lei Complementar nº 111, de 10 de fevereiro de 2017, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social-INSS, a partir de 16 de julho de 2018.*

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 18 de julho de 2018.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

Wagner Sales do Couto

2º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
DECRETO Nº 920, DE 17 DE JULHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE ASSESSOR PARLAMENTAR I SENHOR JEOSIMAR DE ALMEIDA BARVOSA.

O Senhor **HELIO JOSE SCHWAAB**, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 43, inciso XXI, da Lei Orgânica do Município, e combinado com a Lei Complementar nº 143 de 29 de Setembro de 2009.

DECRETA

Art. 1º - **A EXONERAÇÃO** do Senhor **JEOSIMAR DE ALMEIDA BARBOSA**, portador da cédula de identidade RG nº 1171927-3 SSP/MT e CPF nº 923.144.061-68, nomeado pelo Decreto nº 868 de 2 de Janeiro de 2018, o qual exercia o Cargo de Assessor Parlamentar I, de provimento comissionado, símbolo DA-III, constante do anexo II da Lei Complementar Municipal nº 143 de 29/09/2009.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor nesta data e será publicado e afixado em local de costume e revoga as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dezessete dias do mês de Julho do ano de dois mil e Dezoito.

HELIO JOSÉ SCHWAAB

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

NILTON DALLA PRIA

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
DECRETO Nº 922 DE 19 DE JULHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA ASSESSORA PARLAMENTAR I, SENHORA ELIZABETE BATISTA BEZERRA.

O Senhor **HELIO JOSE SCHWAAB**, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 43, inciso XXI, da Lei Orgânica do Município, e combinado com a Lei Complementar nº 143 de 29 de Setembro de 2009.

DECRETA

Art. 1º - A NOMEAÇÃO da Senhora **ELIZABETE BATISTA BEZERRA**, portador da cédula de identidade RG nº 1641194-3 SSP/MT e CPF nº 010. 142.741-76, para o Cargo de Assessora Parlamentar I, de provimento comissionado, símbolo **DA-III**, constante do anexo **II** da Lei Complementar Municipal nº 143 de 29/09/2009, com o dever de cumprir fiel e honradamente os deveres inerentes ao mencionado cargo.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de Julho do ano de dois mil e dezoito.

HELIO JOSÉ SCHWAAB

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

NILTON DALLA PRIA

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
DECRETO Nº 921, DE 18 DE JULHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE ASSESSOR PARLAMENTAR II SENHORA ELIZABETE BATISTA BEZERRA.

O Senhor **HELIO JOSE SCHWAAB**, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 43, inciso XXI, da Lei Orgânica do Município, e combinado com a Lei Complementar nº 143 de 29 de Setembro de 2009.

DECRETA

Art. 1º - **A EXONERAÇÃO** da Senhora **ELIZABETE BATISTA BEZERRA**, portador da cédula de identidade RG nº 1641194-3 SSP/MT e CPF nº 010. 142.741-76, nomeada pelo Decreto nº 759 de 10 de Março de 2016, a qual exercia o Cargo de Assessor Parlamentar II, de provimento comissionado, símbolo DA-IV, constante do anexo II da Lei Complementar Municipal nº 143 de 29/09/2009.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor nesta data e será publicado e afixado em local de costume e revoga as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dezoito dias do mês de Julho do ano de dois mil e Dezoito.

HELIO JOSÉ SCHWAAB

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

NILTON DALLA PRIA

1º Secretário

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ

AVISO DE CREDENCIAMENTO NO 003/2018/CISVAG
INEXIGIBILIDADE Nº 003/2018/CISVAG (PROCESSO Nº 13/2018/ CISVAG)

AVISO DE CREDENCIAMENTO No 003/2018/CISVAG

INEXIGIBILIDADE Nº 003/2018/CISVAG

(PROCESSO Nº 13/2018/CISVAG)

AVISO DECREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE CONSULTAS ORTOPEDICA PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ-CISVAG**; Período de Recebimento de Documentos:** a partir do **19/07/2018 até o dia 02/08/2018,** no horário: 07h às 11h. e das 13h às 17h.

Obs. Durante toda a vigência do credenciamento, as empresas que não solicitaram o credenciamento no prazo estipulado acima, poderão solicitar nos mesmos termos deste edital. Porém o credenciamento/contratação terá vigência somente até o prazo de 12 (doze) meses a contar dos credenciamentos realizados na primeira etapa, com possível prorrogação do contrato nos termos da lei.

Local do recebimento de Documentos: Sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé-CISVAG, situada na Avenida Florespina Azambuja, 1595, Centro, Pontes e Lacerda - MT.

Data e local da Sessão de divulgação do Resultado do Credenciamento: dia 03/08/2018, as09hs,na sala de licitações da prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda, Situada na Avenida Marechal Rondon, 522, Centro – Pontes e Lacerda/MT - CEP. 78.250.000.

Patrícia Barbosa de Carvalho

Presidente da Comissão de Licitação

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 012-2018 - GASTROCOR

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N. 012/2018

O **CONSÓRCIO PUBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES**, inscrito no CNPJ MF com o nº 23.019.551/0001-00, com sede na Avenida Blumenau, 500, Jardim Amazônia, Sorriso-MT, representado pelo presidente Sr. **ARI GENÉZIO LAFIN**, brasileiro, solteiro, doravante designado **CONTRATANTE**, **e a Empresa GASTROCOR EXAMES CARDIOLÓGICOS E GASTROENTEROLÓGICOS LTDA inscrita no CGC/CNPJ MF com o nº 24.858.827/0001-07, doravante designada CONTRATADA, representada, neste ato, por GILMAR DE OLIVEIRA ,** RG nº 7048797323 SSP/RS e CPF nº 575.674.410-04**,** considerando o constante no Edital de credenciamento nº 007/2017 - Inexigibilidade nº 007/2017, e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM aditar o contrato supracitado mediante os termos das cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

Fica alterada a **Cláusula Segunda do Contrato "Dos Preços e Condições de Pagamento"**, para a **inclusão de Exame,** no **Item 2.1**, passando a constar para o credenciamento da contratada os seguintes procedimentos:

CONSULTAS ESPECIALIZADAS	
PROCEDIMENTO	**VALOR UNITÁRIO**
CONSULTA EM CARDIOLOGISTA	R$ 120,00
CONSULTA EM UROLOGISTA	R$ 120,00
EXAMES	
PROCEDIMENTO	**VALOR UNITÁRIO**
AVALIACAO URODINAMICA COMPLETA	R$ 400,00
CISTOSCOPIA E/OU URETEROSCOPIA E/OU URETROSCOPIA	R$ 185,00
ECOCARDIOGRAFIA TRANSESOFAGICA	R$ 687,00
ECOCARDIOGRAMA	R$ 160,00
ELETROCARDIOGRAMA COM LAUDO	R$ 65,00
MONITORAMENTO PELO SISTEMA HOLTER 24 HS (3 CANAIS)	R$ 150,00
TESTE DE ESFORCO / TESTE ERGOMETRICO	R$ 100,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas contratuais constantes do Contrato Originário nº 012/2018, que não tenham sido modificadas pelo presente Termo Aditivo.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo de aditamento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas que a tudo assistiram.

Sorriso-MT, 20 de julho de 2018.

Ari Genézio Lafin Consórcio Público De Saúde Vale Do Teles Pires Presidente	Gilmar De Oliveira Gastrocor Exames Cardiológicos E Gastroenterológicos Ltda Contratada

16º RATIFICAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 007/2017

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2017 - CREDENCIAMENTO 007/2017

16º RATIFICAÇÃO

O Presidente do Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires, Sr. **Ari Genezio Lafin**, torna público, que tendo concordado com a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica, no processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 007/2017 - Credenciamento Nº 007/2017, Credenciamento para prestação de serviços especializados na área de saúde, sendo **CONSULTAS E EXAMES**, para atendimento da demanda dos 15 (quinze) municípios integrantes do Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires, de forma complementar da cobertura dos serviços prestados pelas rede Municipais de Saúde/Sistema Único de Saúde, à pacientes encaminhados pelos Municípios, a Empresa**: DERMOPLASTICA SERVIÇOS MEDICOS LTDA – ME**, inscrita no CNPJ com o nº 18.829.506/0001-73, em conformidade com as disposições contratuais, onde formulou-se expediente de Inexigibilidade de Licitação com fulcro nas disposições do art. 25 da Lei 8. 666/93, **RATIFICA** a justificativa apresentada e autoriza a contratação referida.

SEGUEM PROCEDIMENTOS HABILITADOS A SEREM CREDENCIADOS, CONFORME TERMO DE REFERENCIA DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 007/2017:

EMPRESA: DERMOPLASTICA SERVIÇOS MEDICOS LTDA – ME

CNPJ nº 18.829.506/0001-73

CONSULTAS ESPECIALIZADAS	
PROCEDIMENTO	**PROCEDIMENTO**
CONSULTA EM DERMATOLOGISTA	R$ 100,00

Sorriso-MT,19 de julho de 2018

Ari Genezio Lafin

Presidente

BALANÇO PATRIMONIAL 2017

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES				
MATO GROSSO				
Período de 31/12/2017			**Exercício 2017**	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	**Previsão Inicial**	**Previsão Atualizada**	**Receitas Realizadas**	**Saldo**
	(a)	**(b)**	**(c)**	**(d) = (c-b)**
Receitas Correntes (I)	**6.779.163,58**	**6.779.163,58**	**7.211.338,60**	**-432.175,02**
Receita Tributáriia	160.000,00	160.000,00	135.082,84	24.917,16
Receita De Contribuiçõess	0	0	0	0
Receita Patrimonial	120.000,00	120.000,00	117.836,96	2.163,04
Receita Agrupecuária	0	0	0	0
Receita Industrial	0	0	0	0
Receita De Serviços	0	0	0	0
Transferência Correntes	6.484.163,58	6.484.163,58	6.947.332,30	-463.168,72
Outras Receitas Correntes	15.000,00	15.000,00	11.086,50	3.913,50
Receitas De Capital (II)	**0**	**0**	**0**	**0**
Operação De Crédito	0	0	0	0
Alienação De Bens	0	0	0	0
Amortizações De Emprestimos	0	0	0	0
Transferências De Capital	0	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0	0
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)	**0**	**0**	**0**	**0**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	**6.779.163,58**	**6.779.163,58**	**7.211.338,60**	**-432.175,02**
Operações de Crédito / Refinanciamento (V)	**0**	**0**	**0**	**0**
Operações de Crédito Internas	0	0	0	0
Mobiliária	0	0	0	0
Contratual	0	0	0	0
Operações de Crédito Externas	0	0	0	0
Mobiliária	0	0	0	0
Contratual	0	0	0	0
SUBTOTAL COM REFINAMENTO (VI) = (IV + V)	**6.779.163,58**	**6.779.163,58**	**7.211.338,60**	**-432.175,02**
Déficit (VII)	0	0	0	0
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	**6.779.163,58**	**6.779.163,58**	**7.211.338,60**	**-432.175,02**
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados Para Créditos Adicionais)	0	1.357.457,52	840.257,20	517.200,32
Superávit Financeiro	0	1.357.457,52	840.257,20	517.200,32
Reabertura de Créditos Adicionais	0	0	0	0

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO						
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
					Exercício	**2017**
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	**Dotação Inicial**	**Dotação Atualizada**	**Despestas Empenhadas**	**Despesas Liquidadas**	**Despesas Pagas**	**Saldo**

	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j) = (f-g)
Despesas Correntes (IX)	**6.758.963,58**	**8.315.670,84**	**6.269.437,51**	**6.020.029,85**	**5.964.838,83**	**2.046.233,33**
Pessoal e Encargos Sociais	1.152.073,78	1.232.073,78	851.675,39	851.675,39	851.675,39	380.398,39
Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes	5.606.889,80	7.083.597,06	5.417.762,12	5.168.354,46	5.113.163,44	1.665. 834,94
Despesas de Capital (X)	**20.200,00**	**120.200,00**	**35.859,23**	**35.859,23**	**35.859,23**	**84.340,77**
Investimentos	20.200,00	120.200,00	35.859,23	35.859,23	35.859,23	84.340,77
Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0
Reserva de Contingência (XI)	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Reserva do RPPS (XII)	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	**6.779.163,58**	**8.435.870,84**	**6.305.296,74**	**6.055.889,08**	**6.000.698,06**	**2.130.574,10**
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XIV)	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Amortização da Dívida Interna	0	0	0	0	0	0
Dívida Mobiliária	0	0	0	0	0	0
Outras Dívidas	0	0	0	0	0	0
Amortização da Dívida Externa	0	0	0	0	0	0
Dívida Mobiliária	0	0	0	0	0	0
Outras Dívidas	0	0	0	0	0	0
SUBTOTAL COM REFINAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	**6.779.163,58**	**8.435.870,84**	**6.305.296,74**	**6.055.889,08**	**6.000.698,06**	**2.130.574,10**
Superávit (XVI)	**0**	**-1.656.707,26**	**906.041,86**	**0**	**0**	**0**
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	**6.779.163,58**	**6.779.163,58**	**7.211.338,60**	**6.055.889,08**	**6.000.698,06**	**2130574,1**

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRE						
MATO GROSSO						
Período de 31/12/2017						
QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					**Exercício**	**2017**
	Inscritos					
	Em Exercícios Anteriores	**Em 31 de Dez. Exerc.Anterior**	**Liquidados**	**Pagos**	**Cancelados**	**Saldo**
	(a)	**(b)**	**(c)**	**(d)**	**(e)**	**(f) = (a+b-d-e)**
Despesas Correntes	**0**	**6.425,50**	**5.564,50**	**5.564,50**	**0**	**861**
Pessoal e Encargos Sociais	0	0	0	0	0	0
Juros e Encargos da Divida	0	0	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes	0	6.425,50	5.564,50	5.564,50	0	861
Despesas de Capital	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Investimentos	0	0	0	0	0	0
Inversoes Financeiras	0	0	0	0	0	0
Amortizacao da Divida	0	0	0	0	0	0
TOTAL	**0**	**6.425,50**	**5.564,50**	**5.564,50**	**0**	**861**

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES					
MATO GROSSO					
Período de 31/12/2017					
QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
				Exercício	**2017**
	Inscritos				
	Em Exercícios Anteriores	**Em 31 de Dez. Exerc.Anterior**	**Pagos**	**Cancelados**	**Saldo**
	(a)	**(b)**	**(c)**	**(d)**	**(e) = (a+b-c-d)**
Despesas Correntes	**1.864,00**	**4.730,00**	**4.400,00**	**0**	**2.194,00**
Pessoal e Encargos Sociais	1.486,00	0	0	0	1.486,00
Juros e Encargos da Divida	0	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes	378	4.730,00	4.400,00	0	708
Despesas de Capital	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Investimentos	0	0	0	0	0
Inversoes Financeiras	0	0	0	0	0
Amortizacao da Divida	0	0	0	0	0
TOTAL	**1.864,00**	**4.730,00**	**4.400,00**	**0**	**2.194,00**

Ari Genezio Lafin	Samuel Feitosa da Costa	Solimara Ligia Moura
Presidente	Contador - CRC - 016495/O-0	Secretária Executiva

Período de 31/12/2017		**Página.:1 de 2**
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES		
EXERCÍCIO: 2017		
BALANÇO FINANCEIRO		
INGRESSOS		
Nota	**Exercicio atual**	**Exercício Anterior**
Receita Orçamentária (I)	**7.211.338,60**	**0**
Ordinária	7.211.338,60	0
Vinculada	0,00	0
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	0,00	0
Recursos Vinculados à Previdência Social – RGPS	0,00	0

Recursos Vinculados à Seguridade Social	0,00	0
Outras Destinações de Recursos	0,00	0
Transferencias Financeiras Recebidas (II)	**0,00**	**0**
Transferencias Recebidas Para A Execucao Orcamentaria	0,00	0
Transferencias Recebidas Independentes de execução Orçamentaria	0,00	0
Transferencias Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	0,00	0
Transferencias Recebidas para Aportes de Recursos para o RGPS	0,00	0
Recebimentos Extraorçamentários (III)	**179.798,11**	**0**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	0,00	0
Inscrição de Restos a Pagar Processados	0,00	0
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	179.798,11	0
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	0
Saldo do Exercício Anterior (IV)	**1.370.990,03**	**0**
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.370.990,03	0
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	**8.762.126,74**	**0**

período de 31/12/2017		**Página.:2 de 2**
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES		
BALANÇO FINANCEIRO		
		EXERCÍCIO: 2017
DISPÊNDIOS		
Nota	**Exercicio Atual**	**Exercício Anterior**
Despesa Orçamentária (VI)	**6.318.096,74**	**0**
Ordinária	6.318.096,74	0
Vinculada	0,00	0
Recursos Destinados à Educação	0,00	0
Recursos Destinados à Saúde	0,00	0
Recursos Destinados à Previdência Social – RPPS	0,00	0
Recursos Destinados à Previdência Social – RGPS	0,00	0
Recursos Destinados à Seguridade Social	0,00	0
Outras Destinações de Recursos	0,00	0
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	**0,00**	**0**
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	0,00	0
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	**189.762,61**	**0**
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	5.564,50	0
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	4.400,00	0
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	179.798,11	0
Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00	0
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	**2.576.222,06**	**0**
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.576.222,06	0
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	**9.084.081,41**	**0**
	Sorriso-MT, 31 de dezembro de 2017.	

Ari Genezio Lafin	Samuel Feitosa da Costa	Solimara Ligia Moura
Presidente	Contador - CRC - 016495/O-0	Secretária Executiva

BALANÇO PATRIMONIAL		**Exercício: 2017**
ATIVO		**Páginas.: 1 de 5**
Ativo Circulante	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Caixa e equivalentes de caixa	2.576.222,06	1.370.990,03
Creditos a curto prazo	179.261,41	0
Investimentos e aplicacoes temporarias a curto prazo	0	0
Estoques	0	0
Variaveis patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0	0
Total do Ativo Circulante	2.755.483,47	1.370.990,03
Ativo Não Circulante		
Realizavel a longo prazo	0	0
Creditos a longo prazo	0	0
Investimentos Temporários a Longo Prazo	0	0
Estoques	0	0
Variaveis patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0	0
Investimentos	0	0
Imobilizado	134.378,23	110.403,71
Intangivel	0	0
Total do Ativo Não Circulante	134.378,23	110.403,71
TOTAL DO ATIVO	**2.889.861,70**	**1.481.393,74**

		Exercício: 2017
BALANÇO PATRIMONIAL		**Páginas.: 2 de 5**
PASSIVO E PATRIMÓNIO LÍQUIDO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Passivo Circulante		

Obrigacoes trabalhistas, previdenciarias e assistenciais a pagar a	1.486,00	1.486,00
Emprestimos e financiamentos a curto prazo	0	0
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	55.899,02	5.108,00
Obrigacoes fiscais a curto prazo	0	0
Obrigacoes de reparticao a outros entes	0	0
Provisoes a curto prazo	0	0
Demais obrigacoes a curto prazo	5.069,00	513,01
Total do Passivo Circulante	62.454,02	7.107,01
Passivo Não Circulante		
Obrigacoes trabalhistas, previdenciarias e assistenciais a pagar a	0	0
Emprestimos e financiamentos a longo prazo	0	0
Fornecedores a longo prazo	0	0
Obrigacoes fiscais a longo prazo	0	0
Provisoes a longo prazo	0	0
Demais obrigacoes a longo prazo	0	0
Resultado diferido	0	0
Total do Passivo Não Circulante	0	0
Patrimônio Líquido		
Patrimonio social e capital social	0	0
Adiantamento para futuro aumento de capital	0	0
Reservas de capital	0	0
Ajustes de avaliacao patrimonial	0	0
Reservas de lucros	0	0
Demais reservas	0	0
Resultados acumulados	2.827.407,68	1.474.286,73
(-) Acoes / cotas em tesouraria	0	0
Total do Patrimônio Líquido	2.827.407,68	1.474.286,73
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	**2.889.861,70**	**1.481.393,74**

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI N.°4.320/64		
		Exercício: 2017
		Páginas.: 3 de 5
ATIVO (I)	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Ativo Financeiro	2.576.222,06	1.370.990,03
Ativo Permanente	313.639,64	110.403,71
Total do Ativo	2.889.861,70	1.481.393,74
P**ASSIVO (II)**		
Passivo Financeiro	312.722,68	13.532,51
Total do Passivo	312.722,68	13.532,51
Saldo Patrimonial (I-II)	**2.577.139,02**	**1.467.861,23**

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI N.° 4.320/64		
		Exercício: 2017
		Páginas.: 4 de 5
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Garantias e Contra Garantias Recebidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres	0,00	0,00
Direitos Contratuais	170.461,41	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos	170.461,41	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Garantias e Contra Garantias Concedidas	0,00	0,00
Obrigacoes Conveniadas e Outros Instrumentos Congeneres	0,00	0,00
Obrigacoes Contratuais	727.911.589,70	662.137.816,36
Outros Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais passivos	**728.082.051,11**	**662.137.816,36**

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO FONTES DE RECURSOS			
			Exercício: 2017
			Páginas.: 5 de 5
	FONTER DE RECURSOS	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
100000000	Recursos Ordinarios	-2844,94	7.391,51
112000000	Serviços de Saúde	160.226,58	6.141,00
142017000	Media Alta Complexidade - MAC	244.992,41	0
300000000	Recursos do Tesouro Exercicio Anterior	830.487,28	486.043,63
312000000	Servicos de Saude sem detalhamento - Exercicio Anterior	1.030.638,05	857.881,38
	Total das Fontes de Recursos	**2.263.499,38**	**1.357.457,52**

Sorriso-MT, 31 de dezembro de 2017.

Ari Genezio Lafin	Samuel Feitosa da Costa	Solimara Ligia Moura
Presidente	Contador - CRC - 016495/O-0	Secretária Executiva

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	**Exercício: 2017**	
QUADRO - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	**Pagina: 1 de 3**	
Nota	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**135.082,84**	**0,00**
Impostos	135.082,84	0,00
Taxas	0,00	0,00
Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	**0,00**	**0,00**
Contribuições Sociais	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00
Contribuições de Interesse das Catégorias Profissionais	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**0,00**	**0,00**
Venda de Mercadorias	0,00	0,00
Venda de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**128.923,46**	**0,00**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	117.836,96	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas ¿ Financeiras	11.086,50	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	**14.519.810,10**	**0,00**
Transferências Intragovernamentais	0,00	0,00
Transferências Inter Governamentais	6.947.332,30	0,00
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	7.572.477,80	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0,00	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	35.859,24	0,00
Reavaliação de Ativos	181,17	0,00
Ganhos com Alienação	**35.678,07**	**0,00**
Ganhos com Incorporação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos	0,00	0,00
Reversão de Redução a Valor Recuperável	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**0,00**	**0,00**
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	14.819.675,64	0,00

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		
		Pagina: 2 de 3
Pessoal e Encargos	**851.675,39**	**0,00**
Remuneração a Pessoal	706.136,84	0,00
Encargos Patronais	145.538,55	0,00
Benefícios a Pessoal	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,00	0,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**0,00**	**0,00**
Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**5.106.112,28**	**0,00**
Uso de Material de Consumo	63.196,12	0,00
Serviços	5.031.031,44	0,00
Depreciação, Amortização e Exaustão	11.884,72	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**0,00**	**0,00**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	**0,00**	**0,00**
Transferências Intragovernamentais	0,00	0,00
Transferências Inter Governamentais	0,00	0,00
Transferências a Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada	0,00	0,00

Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**7.427.875,62**	**0,00**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste Para Perdas	7.392.016,39	0,00
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	35.859,23	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	0,00	0,00
Tributárias	**70.891,40**	**0,00**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	70.891,40	0,00
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	**0,00**	**0,00**
Custo de Mercadorias Vendidas	0,00	0,00
Custo de Produtos Vendidos	0,00	0,00
Custo de Serviços Prestados	0,00	0,00

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		
	Pagina: 3 de 3	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**10.000,00**	**0**
Premiações	0	0
Resultado Negativo de Participações	0	0
Incentivos	0	0
Subvenções Econômicas	0	0
Participações e Contribuições	0	0
Vpd de Constituição de Provisões	0	0
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	10.000,00	0
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	13.466.554,69	0
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I-II)	**1.353.120,95**	**0**

Sorriso-MT, 31 de dezembro de 2017.

Ari Genezio Lafin	Samuel Feitosa da Costa	Solimara Ligia Moura
Presidente	Contador - CRC - 016495/O-0	Secretária Executiva

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 124/2018

LICITAÇÃO: PE 015/2018

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

FORNECEDOR REGISTRADO: **RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS/INSUMOS PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA U.C.T.

Nº	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR	TOTAL
4	30017	269941	ALCOOL 70% CAIXA COM 12 – ITAJA	CONJ	12	57,98	695,76
5	24899	429225	ALCOOL GEL ANTISSEPTICO 500ML. ITAJA	UND	10	3,47	34,70
7	20835	275696	ALICATE DE ORDENHA – FRANSENIUS	UND	3	679,61	2.038,83
10	30140	279887	ALMOTOLIA 250 ML. – HITO PLAST	UND	6	3,77	22,62
13	25020	368142	BOLSA PARA COLETA DE SANGUE DUPLA – JP	UND	2500	54,58	136. 450,00
20	30119	363485	COLETOR DE MATERIAL PERFURO-CORTANTE 20 LTS CX 10 UN	CONJ	15	69,94	1.049,10
22	26203	254237	CRONOMETRO DIGITAL – CRALPLAST	UND	6	45,63	273,78
25	29553	328077	DETERGENTE ENZIMATICO 1L – STAR	UND	5	39,95	199,75
29	29495	432482	ESFIGMOMANOMETRO (ADULTO) – PAMED	UND	2	72,81	145,62
31	25033	419693	ESTANTE PARA 12 AMOSTRA 12MM X 75MM. CRALPLAST	UND	5	9,34	46,70
32	28989	419180	ESTANTE PARA 40 TUBOS (12 X 75MM) - CRALPLAST	UND	15	17,85	267,75
33	28988	441229	ESTANTE P/ TUBO DE ENSAIO CAP. 200 TUBOS PEQ. CRALPLST	UND	1	60,61	60,61
34	29801	420831	ESTANTE P/ TUBO DE ENSAIO CAP. 60 TUBOS PEQ. CRALPLAST	UND	6	21,85	131,10
35	26210	408200	ESTANTE P/TUBO DE ENSAIO CAP. 24 TUBOS PEQ. CRALPLAST	UND	10	12,38	123,80
41	6906	398705	IODOPOVIDONA TOPICO 10% 1000ML. RIOQUIMICA	UND	12	39,99	479,88
42	29927	303151	LANCETA ESTERIL DESCARTAVEL 28 G CX. 200 – PONTURA	CONJ	65	29,99	1.949,35
47	29595	4269891	LUVA PROCEDIMENTO EXTRA PEQUENA CX. 100 UND. MEDIX	CONJ	100	20,28	2.028,00
48	29597	410545	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO G CX. 100 UND. MEDIX	CONJ	10	20,29	202,90
49	29592	269893	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO M CX. 100 UND. SUPERMAX	CONJ	30	21,99	659,70
50	29594	269891	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO P CX. 100 UND. SUPERMAX	CONJ	40	21,99	879,60
51	1104	354096	MASCARA CIRURGICA C/ ELASTICO 50 X 1 – LABOR IMPORT	UND	2	5,55	11,10
56	28539	419755	PONTEIRA AMARELA PARA MICROPIPETAS DE 20 A 200 MICROLITROS - PACOTE C/ 1000 UND. LABOR IMPORT	UND	10	8,67	86,70
58	1182	243287	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 15 CM. ABC	UND	10	44,78	447,80
63	29907	436734	REAGENTE SORO ANTI - AB COM 10 ML MONOCLONAL.	UND	50	77,00	3.850,00
64	29905	2800350	REAGENTE SORO ANTI - A MONOCLONAL COM 10 ML.	UND	50	76,00	3.800,00
65	29906	280351	REAGENTE SORO ANTI – B MONOCLONAL COM 10 ML.	UND	50	79,00	3.950,00
66	5955	372637	REAGENTE SORO ANTI - CDE 10 ML.	UND	2	857,99	1.715,98
67	29908	280353	REAGENTE SORO ANTI - D COM 10 ML MONOCLONAL.	UND	50	130,89	6.544,50
73	26190	412440	SORO ANTI RH CONTROLE MONOCLONAL.	UND	50	51,79	2.589,50

76	26474	303101	SORO FISIOLOGICO 0,9% DE 250ML. – HALEX ISTAR	UND	400	2,99	1.196,00

VALOR: 171.931,13

DATA: 13.07.2018

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 125/2018

LICITAÇÃO: PR 049/2018

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

FORNECEDOR REGISTRADO: **RAFAEL ALVES DA COSTA**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PROFISSIONAL TEMPORÁRIO DE PEDREIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	UNITARIO	TOTAL
1	SERVIÇO PROFISSIONAL DE PEDREIRO	DIA	910	140,00	127.400,00

VALOR: 127.400,00

DATA: 16.07.2018

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PLANEJAMENTO E FINANCAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 059/2018

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 059/2018

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto nº. 3.161/2018; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 18/07/2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 059/2018, e teve como vencedora a empresa: **BIGUA SISTEMAS HIDRAULICOS LTDA-EPP, CNPJ: 05.813.132/0001-56.**

Água Boa - MT, 18 de julho de 2018.

Marcos da Silva

Pregoeiro

PLANEJAMENTO E FINANCAS
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 062/2018.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2018

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial, que será regida pelo Decreto nº. 2.455/2013 e pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº. 062/2018.

OBJETO: futuras e eventuais aquisições de plantas ornamentais e flores.

REALIZAÇÃO: 02/08/2018.

Data de Credenciamento: 02/08/2018 Das 08h00min ás 08h30min. (horário local)

Data de Abertura: 02/08/2018 às 08h30min. (horário local)

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br e no e-mail: pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 16 de julho de 2018.

Marcos da Silva Pregoeiro

PLANEJAMENTO E FINANCAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2018

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 063/2018.

OBJETO: Contratação de Empresa para Fornecimento de leite.

REALIZAÇÃO: 03/08/2018.

Data de Credenciamento: 03/08/2018 Das 08h00min ás 08h30min. (horário local)

Data de Abertura: 03/08/2018 às 08h30min. (horário local)

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br e no e-mail: pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 16 de julho de 2018.

Marcos da Silva Pregoeiro

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO 017/2018

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto 3161/2018; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 12/07/2018 licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 017/2018, que teve como vencedores as empresas: Ret Farma Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda-ME, CNPJ: 12.313.826/0001-90, Nutricenter Distribuidora de produtos Nutricionais e Hospitalares Ltda, CNPJ: 06.372.763/0001-40, Medfort Medicamentos e produtos Hospitalares Ltda-EPP, CNPJ: 12.407.590/0001-50.

Água Boa, 18 de julho de 2018.

Ivania Cezira Volpi

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
EXTRATO CONTRATO 108/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Água Boa

Contratada: Estrelândia Recapagens Ltda. EPP

Objeto: Prestação de serviços de recapagens.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QDT.	UNIT.	VALOR
2	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS 10.00 R20 - BORRACHUDOS	UNID.	20	509,30	10.186,00
3	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS 18.4-34	UNID.	2	1.972,00	3.944,00
4	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS 900 R20 - LISO	UNID.	03	449,00	1.347,00
5	SERVICO DE RECAPAGENS DE PNEUS 13.00 R24	UNID.	10	1.290,00	12.900,00
6	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS 7.50 R16	UNID.	6	295,00	1.770,00
7	SERVICO DE RECAPAGEM 900 R20 - BORRACHUDO	UNID.	18	466,00	8.388,00
8	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS 275/80 R22.5 - LISO	UNID.	03	560,00	1.680,00
9	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS 275/80 R22.5 - BORRACHUDO	UNID.	38	605,00	22.990,00
10	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS 7.50 R16 - F2 AGRICOLA	UNID.	4	290,00	1.160,00
11	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS 14.00 R24	UNID.	20	1.370,00	27.400,00
12	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS 17.5 R25	UNID.	6	1.670,00	10.020,00
13	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS 14.9-24	UNID.	4	1.252,00	5.008,00
14	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS 14.9-26	UNID.	2	1.380,00	2.760,00
16	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS 16.9-30	UNID.	4	1.847,00	7.388,00
18	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS 23.1-30	UNID.	2	2.903,00	5.806,00
20	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS 14.9-28	UNID.	2	1.383,00	2.766,00
21	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS 9.50 R16 - F2 AGRICOLA	UNID.	2	380,00	760,00

Valor: 126.273,00

Data: 13.07.2018

Vigência: 12 meses

Licitação: PR 039/2017

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 122/2018

LICITAÇÃO: PE 015/2018

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

FORNECEDOR REGISTRADO: C.M.C PRODUTOS HOSPITALARES

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS/INSUMOS PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA U.C.T.

Nº	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR	TOTAL
1	20476	320879	ADAPTADOR P/ TUBO DE COLETA A VACUO – VACUPLAST	UND	400	0,08	32,00
14	24915	400309	CAIXA TERMICA 45 LTS.	UND	2	176,35	352,70
16	20887	400309	CAIXA TERMICA 08 LTS COR VERMELHA/AZUL	UND	12	122,53	1.470,36
17	30926	400309	CAIXA TERMICA 26,5 LTS.	UND	6	149,85	899,10
18	28534	363483	COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE 03 LTS. CAIXA C/ 10 UNID – FLEXPEEL	CONJ	15	20,50	307,50
54	28538	435765	PIPETA AUTOMATICA DE VOLUME AJUSTAVEL 200 A 1000 MICROLITROS – PEQUEPET	UND	2	172,00	344,00
60	6071	372637	REAGENTE ALBUMINA BOVINA 22% 10ML - FRESENIUS	UND	45	36,80	1.656,00
62	32849	280352	REAGENTE IMUNOHEMATOLOGIA CONTROCEL FRC 10ML.	UND	18	110,98	1.997,64
68	32847	436734	REAGENTE DE IMUNOHEMATOLIGIA A1 E B FRASCO 10ML	UND	9	120,50	1.084,50
69	4726	225728	SABONETE LIQ. ANTISSEPTICO 05 LTS – PREMISSE	UND	6	25,95	155,70
78	6260	386479	TERMOMETRO DIGITAL – G TECH	UND	1	130,00	130,00
81	32848	436734	TRIACEL I E II FRC 10ML REAGENTE IMUNOHEMATOLOGIA.	UND	9	119,98	1.079,82

VALOR: 9.509,32

DATA: 13.07.2018

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 123/2018

LICITAÇÃO: PE 015/2018

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

FORNECEDOR REGISTRADO: **MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNÓSTICOS E PESQUISA LTDA ME**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS/INSUMOS PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA U.C.T.

Nº	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR	TOTAL
2	6049	429067	ADESIVO CURATIVO REDONDO ADULTO 500 UND. COPERTINA	CONJ	6	11,31	67,86
3	28532	397583	AGULHA 21G COLETA DE SANGUE À VACUO CX 100 UND. CRAL	CONJ	3	32,66	97,98
6	28842	279726	ALGODAO HIDROFILO ROLO 500 GR. FAROL	UND	60	9,53	571,80
8	26370	279887	ALMOTOLIA 250 ML – JP	UND	4	3,54	14,16
9	29493	279887	ALMOTOLIA 500 ML – JP	UND	6	4,60	27,60
11	28533	331701	ANTICOAGULANTE EDTA 20 ML – GOLD	UND	20	8,45	169,00
15	5961	400309	CAIXA TERMICA 15 LT VERMELHA – COLEMAN	UND	5	288,92	1.444,60
19	28535	363482	COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE 13 LTS. CX 10 UND. FLEXPEL	CONJ	30	39,13	1.173,90
21	26397	381991	COMPRESSAS DE GAZES " TIPO ROLO QUEIJO". ANDREONI	UND	40	19,08	763,20
23	29712	439213	CUBA RIM – LUMINOX	UND	2	34,88	69,76
24	25024	251296	DESINFETANTE DE USO HOSPITALAR 5L. BELTYPE	UND	10	129,88	1.298,80
26	33060	437187	DISPOSITIVO P/ INFUSAO ENDOVENOSA 27G. VITALGO LD	UND	600	0,24	144,00
27	25027	384883	EQUIPO DE SANGUE – FORTECARE	UND	150	4,48	672,00
28	6078	417261	ESCOVA PARA LAVAR TUBO DE HEMOLISE 25,5X2,5CM – WB.	UND	10	6,30	63,00
36	29523	438922	ESTETOSCOPIO – PREMIUM	UND	2	11,45	22,90
37	6829	386243	FILTRO PARA REMOCAO DE LEUCOCITOS – FRESENIUS	UND	50	149,97	7.498,50
38	30139	279889	FRASCO TIPO ALMOTOLIA 500 ML – JP	UND	6	4,64	27,84
39	25032	445572	GARROTE P/ PUNCOES TIPO FREE HAND ZIBLOCK. PREIMUM	UND	6	8,34	50,04
40	29570	437161	HIPOCLORITO DE SODIO A 1% - 5 L. TEXCLOR	UND	180	7,87	1.416,60
43	25038	319509	LIXEIRA HOSPITALAR 30 LITROS – BRINOX	UND	7	304,98	2.134,86
44	19753	272777	LUVA DESCARTAVEL PROCEDIMENTO TAM. M CX. 100 UND.	UND	40	13,72	548,80
52	6043	247031	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – DANNY	UND	6	4,43	26,58
53	24589	359969	PAPEL TOALHA 2 DOBRAS 320FLS – MULTIPEL	UND	600	8,96	5.376,00
55	28537	435765	PIPETA AUTOMATICA DE VOLUME AJUSTAVEL 20 A 200 MICROLITROS – PEGUEPET	UND	4	160,96	643,84
57	28540	419755	PONTEIRA AZUL PARA MICROPIPETAS DE 200 A 1000 MICROLITROS PCT 1000 UND. CRAL	UND	6	23,04	138,24
61	6909	423440	REAGENTE BIO PEG 10ML – FRASENIUD.	UND	45	37,92	1.706,40
70	6216	443813	SACO PARA AUTOCLAVACAO 40 LTS PCTE COM 10 UND. CRAL	UND	20	12,99	259,80
71	25053	353775	SACO DE LIXO HOSPITALAR 30 LT PCT 100 UND. JUREMA	CONJ	30	17,01	510,30
72	6215	442575	SACO ESTERILIZACAO EM AUTOCLAVE 20 LT C/ 20 UND CRAL	CONJ	70	9,88	691,60
75	28547	357756	SORO COOMBS POLIESPECIFICO COM 10ML – FRESENIUS	UND	55	40,88	2.248,40
77	6783	435801	TERMOMETRO CLINICO DIGITAL – PREMIUM	UND	4	10,69	42,76
79	6300	384214	TERMOMETRO DIGITAL – INCOTERM	UND	20	49,00	980,00
80	30807	294929	TESOURA PONTA RETA 15 CM – ABC.	UND	10	18,69	186,90
82	5973	437378	TUBO CAPILAR PARA MICROHEMATOCRITO S/ HEPARINA - CAIXA C/500 UND. PRECISION	CONJ	6	10,06	60,36
83	28543	409030	TUBO DE ENSAIO PCT 500 UND. VACUPLANT	UND	5000	0,75	3.750,00
84	6830	372340	TUBO DE HEMATOLOGIA ADULTO A VACUO 4ML. VACUPLAST	UND	3000	0,37	1.110,00
86	25056	435411	UMIDIFICADOR – UNITEC	UND	2	18,55	37,10

VALOR: 36.045,48

DATA: 13.07.2018

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ALTO GARÇAS – MT LEI MUNICIPAL Nº 892/2012

Resolução CMAS nº 003/2018

O Conselho Municipal de Assistência Social de Alto Garças - CMAS, no uso das competências que lhe confere a lei municipal nº 892 de 03 de maio de 2012 e suas alterações, e, em conformidade com as deliberações em reunião extraordinária, realizada 09 de julho de 2018;

Considerando os preceitos da Lei Orgânica de Assistência Social “LOAS”, promulgados em dezembro de 1993;

Considerando a Lei Federal Nº 12.435 de 2011 “Lei SUAS” que altera e integra plenamente o escopo da LOAS, dispondo sobre a organização da Assistência Social em todo território nacional;

Considerando que a Política Nacional de Assistência Social de 2004 “PNAS” orienta-se pela lógica do direito conforme prescrito na Constituição Federal de 1988 no Capítulo da Seguridade Social artigos 194 a 203 e no campo da Proteção Social nos artigos 203 e 204 e;

Considerando as Normas Operacionais Básicas de 2005 e 2012 instrumentos fundamentais para a Tipificação dos Serviços, expansão dos equipamentos públicos de assistência social Centro de Referência de Assistência Social “CRAS” e Centro de Referência Especializado de Assistência Social “CREAS” e integração das entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS/Alto Garças;

Resolve:

Art.1º Aprovar o Plano de Ação para o Co-financiamento do Governo Federal Sistema Único de Assistência Social do ano de 2018 e dá outras providências.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Garças, 09 de julho de 2018.

Silvio Kiyoshi Tiyoda

Presidente do CMAS/Alto Garças

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº 80/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, designado(s) pela Portaria n° 134/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado final obtido do processo supracitado, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS DESTINADOS A DISTRIBUICAO GRATUITA PARA ATENDER A DEMANDA DA FARMACIA MUNICIPAL,** sagrando-se vencedor(a) a(s) empresa(s) para o(s) item (ns) a seguir: DIMASTER COM DE PROD HOSPITALARES LTDA (DIC/TE), inscrita no CNPJ sob o n° 02.520.829/0001-40, ITENS 1, 2, 6, 7, 11, 45 e 46, com o valor total de R$ 32.227,00 (trinta e dois mil e duzentos e vinte e sete reais), MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 03.233.805/0001-73, ITENS 3, 5, 9, 10, 15, 17, 18, 19, 24, 28, 30, 33, 34, 38, 39 e 43, com o valor total de R$ 70.064,90 (setenta mil e sessenta e quatro reais e noventa centavos) e ROYAL MED HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 25.106.470/0002-46, ITENS 4, 14, 16, 25, 29, 40, 41 e 42, com o valor total de R$ 69.895,00 (sessenta e nove mil e oitocentos e noventa e cinco reais). Não havendo interposição de recurso, os objetos da licitação ficam adjudicados às classificadas conforme acima mencionado. Informações mais detalhadas com a equipe de apoio e pregoeira pelo fone/fax (66) 3471-2450, e-mail: licitacaoag2017-2020@hotmail.com. Alto Garças – MT, 06 de julho de 2018. **Alessandra da Silva Dias-Pregoeira.**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 38/2018

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Processo Nº.: 80/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 38/2018

No dia 6 do mês de Julho do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS , Estado de MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.133.097/0001-07, com sede administrativa localizada na RUA DOM AQUINO 346, bairro CENTRO, CEP nº. 78770-000, nesta cidade de Alto Garças/MT, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). CLAUDINEI SINGOLANO, inscrito no CPF sob o nº. 051.358.398-01, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 43/2018, Processo Licitatório nº. 80/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS DESTINADOS A DISTRIBUICAO GRATUITA PARA ATENDER A DEMANDA DA FARMACIA MUNICIPAL, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
855	DIMASTER COM DE PROD HOSPITALARES LTDA (DIC/TE)	1, 2, 6, 7, 11, 45, 46
3563	MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	3, 5, 9, 10, 15, 17, 18, 19, 24, 28, 30, 33, 34, 38, 39, 43
3737	ROYAL MED HOSPITALAR LTDA	4, 14, 16, 25, 29, 40, 41, 42

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
DIMASTER COM DE PROD HOSPITALARES LTDA (DIC/TE)	02.520.829/0001-40	ALDECIR MACIAK	687.498.990-15
MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	03.233.805/0001-73	ANDERSON LUCIANO DOS SANTOS	695.757.541-15
ROYAL MED HOSPITALAR LTDA	25.106.470/0002-46		. . -

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS DESTINADOS A DISTRIBUICAO GRATUITA PARA ATENDER A DEMANDA DA FARMACIA MUNICIPAL, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 855 - DIMASTER COM DE PROD HOSPITALARES LTDA (DIC/TE)

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ACEBROFILINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA XAROPE,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	FRS	ELOFAR	3.000,000	4,9800	14.940,00
2	ACEBROFILINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG/ML	FRS	PRATI	3.000,000	3,2900	9.870,00
6	AMBROXOL, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 3 MG/ML	FRS	NATULAB	800,000	1,7900	1.432,00
7	AMBROXOL, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 6 MG/ML	FRS	NATULAB	1.000,000	1,7900	1.790,00
11	BROMAZEPAM - CONCENTRACAO/DOSAGEM 3 MG	CPR	TEUTO	10.000,000	0,1200	1.200,00
45	TIORIDAZINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CPR	U.QUIMICA	2.500,000	0,8300	2.075,00

Fornecedor: 855 - DIMASTER COM DE PROD HOSPITALARES LTDA (DIC/TE)

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
46	TIORIDAZINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CPR	U.QUIMICA	2.000,000	0,4600	920,00

Fornecedor: 3563 - MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	ACETILCISTEINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 600 MG,FORMA FARMACEUTICA GRANULADO,FORMA DE APRESENTACAO ENVELOPE,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	ENV.	geolab	384,000	1,6000	614,40
5	ACIDO URSODESOXICOLICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 150 MG	CPR	zambon	1.080,000	3,5000	3.780,00
9	ATORVASTATINA CALCICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG	CPR	cimed	500,000	0,8000	400,00
10	BISACODIL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CPR	união quimica	2.000,000	0,2500	500,00
15	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 10 MG	CPR	cellera	2.000,000	1,6400	3.280,00
17	DIVALPROATO DE SODIO 250MG	CPR	abbott	3.000,000	3,2800	9.840,00
18	DIVALPROATO DE SODIO 500MG	CPR	abbott	3.000,000	6,0000	18.000,00
19	DULOXETINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 30 MG	CPR	legrand	3.000,000	2,6400	7.920,00
24	IMIPRAMINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG	CPR	aspen	2.000,000	0,9800	1.960,00
28	MICOFENOLATO DE MOFETILA - 500 MG	CPR	accord	750,000	13,3500	10.012,50
30	NITROPRUSSETO DE SODIO 25 MG / ML	AMP.	hypofarma	300,000	14,9200	4.476,00
33	OXCARBAZEPINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 600 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL, CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS.	CX	ranbaxy	32,000	72,0000	2.304,00
34	PERICIAZINA 10MG	CPR	sanofi	400,000	0,9000	360,00
38	PREGABALINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 150 MG,FORMA FARMACEUTICA CAPSULA,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CÁP	merck	1.000,000	2,0000	2.000,00
39	PREGABALINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 75 MG	CÁP	medley	1.000,000	1,7300	1.730,00
43	SOLIFENACINA, SUCCINATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CPR	astellas	400,000	7,2200	2.888,00

Fornecedor: 3737 - ROYAL MED HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	ACIDO ACETILSALISÍLICO 100MG	CPR	SOBRAL	10.000,000	0,0300	300,00
14	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 2,22 MG(2MG/ML) + HIDROCORTIZONA 10 MG/ML- SOLUÇÃO OTOLÓGICA	FRS	FARMOQUIM	200,000	34,6400	6.928,00
16	COLECALCIFEROL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 200 UI/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO ORAL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	FRS	ACHÉ	100,000	49,9100	4.991,00
25	IPRATROPIO, BROMETO + FENOTEROL, BROMIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,02 MG/DOSE + 0,05 MG/DOSE RESPECTIVAMENTE,FORMA FARMACEUTICA AEROSSOL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO + INALADOR,VIA DE ADMINISTRACAO INALATORIA	FRS	BOEHRINGEI	100,000	15,5300	1.553,00
29	NITRENDIPINO 20 MG	CPR	BIOSINTETIC	2.000,000	1,1100	2.220,00
40	PROTETOR SOLAR FPS 60, PELE NORMAL QUE CONTENHA FILTROS DE AMPLO ESPECTRO COM MUITO ALTA PROTEÇÃO UVB (FPS 60) E PROTEÇÃO UVA 20, HIPOALERGÊNICO, SEM CORANTES, FRAGRÂNCIAS OU PARABENOS.	FRS	GSK	1.000,000	47,2500	47.250,00
41	RIVAROXABANA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 15 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CPR	BAYER	700,000	8,6900	6.083,00
42	SILYBUM MARIANUM L. - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CPR	CIFARMA	1.500,000	0,3800	570,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 4° do Decreto Municipal n° 010/2013;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar o prazo estabelecido no termo de referência do edital da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Garças para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Alto Garças,6 de Julho de 2018.

_____

CLAUDINEI SINGOLANO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

DIMASTER COM DE PROD HOSPITALARES LTDA (DIC/TE) CNPJ: 02.520.829/0001-40 _____

MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 03.233.805/0001-73 _____

ROYAL MED HOSPITALAR LTDA CNPJ: 25.106.470/0002-46 _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

JURIDICO
PORTARIA 200/2018 - FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA 200/2018

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor **JONAS BOTAN, portador do CPF n 032.253.241.83**, engenheiro civil municipal para exercer a função de **FISCAL DO CONTRATO N.** ***092/2018 referente ao Processo Licitatório Dispensa n. 014/2018,*** *celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a empresa* **NELSON LOPES DE ALMEIDA EPP, CNPJ 27.053.187/0001-48,** *que tem por objeto a CONCLUSÃO DA OBRA NA PRAÇA DOS GARIMPEIROS NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI – MT.*

Art. 2º. O servidor ora designado por esta portaria ficará com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, assim como é obrigado a comunicar a administração de todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único– As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao gestor em tempo hábil para a adoção das medidas observadas.

.**Art. 3º. –** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;Registra-se;Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, 30 de junho de 2018.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 092/2018 REF. PROCESSO DE DISPENSA N. 014/2018

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 092/2018

REF. PROCESSO DE DISPENSA N. 014/2018

O **MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI, ESTADO DE MATO GROSSO,** Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.648.532/0001-28, com sede administrativa na Av. Presidente Médici, nº 470, Jardim Planalto, na cidade de Alto Paraguai-MT, neste ato representado pela Prefeita Municipal **Diane Vieira de Vasconcellos Alves,** neste instrumento doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** em conformidade com o processo na modalidade de **DISPENSA N. 014/2018** publicada **no JORNAL DIÁRIO OFICIAL DA AMM do dia 15/06/2018**, **RESOLVE** contratar o preço da empresa **NELSON LOPES DE ALMEIDA - EPP, CNPJ 27.053.187/0001-48,** localizada na Rua Planalto Alegre, n. 39, Vale do Sol em Alto Paraguai – MT, sujeitando-se as partes às normas

constantes da Lei n° 8.666/93 e Lei Municipal e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato Administrativo "**CONCLUSÃO DA PRAÇA DOS GARIMPEIROS NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI - MT**, **em conformidade Processo de Dispensa n. 014/2018.**

DO PREÇO

O preço do presente Contrato é **R$ 34.940,98 (TRINTA E QUATRO MIL, NOVECENTOS E QUARENTA REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS)**, conforme proposta do CONTRATADO que foi classificada e declarada como vencedora no processo de **DISPENSA N. 014/2018.**

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação de obras e serviços de engenharia correrão por conta da seguinte dotação do Orçamento Público Municipal:

SEC MUN INFRA EST SAN (FONTES/100/324) 05.002.27.813.0014. 1070-449051

DA VIGENCIA

A vigência do Contrato será de 90 (NOVENTA) DIAS , contados a partir da Assinatura do contrato ou da emissão da Ordem de Serviço, **PRAZO FINAL 16/09/2018**.

DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO

O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pelo servidor **JONAS BOTAN** brasileiro, engenheiro municipal, portador do CPF N. **: 032.253.241-83**

Alto Paraguai-MT, 18 de junho de 2018.

DIANE VIEIRA DE V. ALVES **Prefeita Municipal**	**NELSON LOPES DE ALMEIDA EPP** **CNPJ 27.053.187/0001-48**
	CONTRATADO
Testemunhas:	

GILBERT DE SOUZA LIMA EDEMILSON RODRIGUES TANAN

CPF: 551.388.881.53 CPF: 571.628.401.91

JONAS BOTAN

FISCAL DA OBRA/ ENGENHEIRO CIVIL

‘

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 002/2018 – RESULTADO DE HABILITAÇÃO

Fundação Municipal de Alto Taquari - FUNSAT, Resultado de Habilitação – Edital de Credenciamento n. 002/2018. Pessoa Jurídica Credenciada: **KLC CONSULTORIA EM GESTAO PÚBLICA LTDA,** com **CNPJ N. 11. 761.650/0001-76**, sendo, portanto, o referido certame homologado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente nesta data, na homologação foi requerida a **CERTIFICAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA, ECONÔMICO-FINANCEIRA E JURÍDICA, BEM COMO, DA REGULARIDADE FISCAL DA EMPRESA, VISANDO QUALIFICÁ-LA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NAS ÁREAS DE MEDICINA**, de acordo com as especificações do Edital. Alto Taquari - MT, 11 de julho de 2017. Deise Juliana Coelho Oliveira. Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº 009/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA – MT

EXTRATO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº 009/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA,** torna público para conhecimento de interessados, que, encontra-se aberta Licitação Objetivando Contratação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendores Individuais da mesorregião Nordeste Mato-grossense, especializadas na comercialização de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA E OUTROS** para atender as necessidades das SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ARAGUAIANA, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** para formação de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS com critério de julgamento "**MENOR PREÇO POR ITEM".** A Abertura será no dia **31/07/2018,** às **08:00** horas, à Avenida Presidente Vargas, N.º 643, Centro. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supracitado no horário de 07:00 às 13:00 horas, pelo Fone: (66) 3499-1108 no email pmaraguaianalicita@hotmail.com e no site http://www.araguaiana.mt.gov.br Márcia Cristina Fernandes Corrêa Pregoeira de Licitação – Araguaiana – MT, 18 de Julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

PORTARIA Nº.152 DE 18 DE JULHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRº.SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Convocar o servidor **JOSE CARLOS NAVES GONÇALVES,** Técnico Agrícola, **RG:782088 SSP/MT** e **CPF: 496.044.221 - 20,** lotado na Secretaria Municipal de Agricultura**, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Administração, Junto á Contabilidade.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

Silvio José de Morais Filho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

LICITAÇÕES
PORTARIA N.º 221/2018

DESIGNAR SERVIDOR PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ADESÃO Nº 010/2018 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 306/2017 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 385/2017 - REALIZADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE MINAS GERAIS, CUJO OBJETO É A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS E VEÍCULOS DE SERVIÇO.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear o servidor da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, Sr. Sandro Junior Alves Marques, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 080/2018, oriundo da ADESÃO Nº 010/2018, com a empresa MARDISA VEÍCULOS S/A, inscrita no CNPJ sob o n.º 63.411.623/0021-10, pelo item requisitado da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 13/07/2018, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezoito (18) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

AVISO DE ABERTURA DO PREGAO PRESENCIAL 044/2018

O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público aos interessados que fará realizar, no dia **02 de agosto de 2018, às 09h00min** (Horário Oficial de Mato Grosso), na sala de Licitações da Prefeitura Municipal, situada à Avenida Prefeito Caio nº. 642, Vila Nova, neste Município de Arenápolis-MT. O **PREGÃO PRESENCIAL 044/2018,** com a finalidade de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE BICICLETAS PARA O SORTEIO REFERENTE A CAMPANHA DA NOTA PREMIADA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT.** O edital completo esta disponível no site **www.arenapolis.mt.gov.br**. Maiores informações na sede da Prefeitura Municipal durante o horário normal de expediente das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00 hs ou através do telefone: (65) 3343-1105.

Arenápolis- MT, 18 de julho de 2018.

REGINA LÚCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
EXTRATO DE CONTRATO 107 ATE 120.2018 2 AD. CONT. 003 2 AD. CONT. 022.2018

EXTRATO DO CONTRATO N° 107/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA RECMED COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT

PERIODO DE VIGÊNCIA: 04/06/2018 até 31/12/2018

VALOR GLOBAL: R$ 46.319,20

DATA DA ASSINATURA: 04/06/2018

EXTRATO DO CONTRATO N° 108/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA CONSTRUTORA IRMÃOS GONÇALVES

OBJETO: O OBJETO DESTE CONTRATO É A EXECUÇÃO PELA CONTRATADA, SOB REGIME DE EXECUÇÃO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL DA OBRA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA EXECUCAO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS NO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT

PERIODO DE VIGÊNCIA: 04/06/2018 ATÉ 31/12/2018

VALOR GLOBAL: R$ 454.309,79

DATA DA ASSINATURA: 04/06/2018

EXTRATO DO CONTRATO N° 109/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA CONSTRUTORA IRMÃOS GONÇALVES

OBJETO: O OBJETO DESTE CONTRATO É A EXECUÇÃO PELA CONTRATADA, SOB REGIME DE EXECUÇÃO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL DA OBRA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA EXECUCAO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM TSD NO MUNICPIO DE ARENAPOLIS-MT

PERIODO DE VIGÊNCIA: 04/06/2018 ATÉ 31/12/2018

VALOR GLOBAL: R$ 226.489,84

DATA DA ASSINATURA: 04/06/2018

EXTRATO DO CONTRATO N° 110/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA MORADA DA SERRA COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL, AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS (ETANOL, DIESEL PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E MAQUINÁRIOS DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS-MT

PERIODO DE VIGÊNCIA: 04/06/2018 ATÉ 31/12/ 2018

VALOR GLOBAL: R$ 83.018,00

DATA DA ASSINATURA: 04/06/2018

EXTRATO DO CONTRATO N° 111/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA TOTTAL CONSTRUTORA LTDA-ME

OBJETO: O OBJETO DESTE CONTRATO É A EXECUÇÃO PELA CONTRATADA, SOB REGIME DE EXECUÇÃO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL DA OBRA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA EXECUCAO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT

PERIODO DE VIGÊNCIA: 06/06/2018 ATÉ 31/12/2018

VALOR GLOBAL: R$ 249.426,67

DATA DA ASSINATURA: 06/06/2018

EXTRATO DO CONTRATO N° 112/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA COMERCIAL DE COMBUSTIVEL NORTE-LÂNDIA LTDA EPP

OBJETO: A PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL, AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS (GASOLINA E DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E MAQUINÁRIOS DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS-MT

PERIODO DE VIGÊNCIA: 07/06/2018 ATÉ 31/12/2018

VALOR GLOBAL: R$ 110.421,00

DATA DA ASSINATURA: 07/06/2018

EXTRATO DO CONTRATO N° 113/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA RODRIGO NOGUEIRA DIAS – ME

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA DE SAÚDE, PARA REALIZAÇÃO/CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, NAS QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES E VALORES ESTABELECIDOS NO ANEXO I DO EDITAL, DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 2.759 DE 12 DE DEZEMBRO 2014.

PERIODO DE VIGÊNCIA: 13/06/2018 ATÉ 31/12/2018

VALOR GLOBAL: R$ 42.480,00

DATA DA ASSINATURA: 13/06/2018

EXTRATO DO CONTRATO N° 114/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA JOÃO DIAS RAMOS-EPP

OBJETO: ESTE CONTRATO TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO E JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO DIARIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DE INTERESSE DO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS-MT.

PERIODO DE VIGÊNCIA: 15/06/2018 ATÉ 31/12/2018

VALOR GLOBAL: R$ 21.500,00

DATA DA ASSINATURA: 15/06/2018

EXTRATO DO CONTRATO N° 115/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA CONSTRUTORA IRMÃOS GONÇALVES

OBJETO: O OBJETO DESTE CONTRATO É A EXECUÇÃO PELA CONTRATADA, SOB REGIME DE EXECUÇÃO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL DA OBRA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA EXECUCAO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA NO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT

PERIODO DE VIGÊNCIA: 21/06/2018 ATÉ 31/12/2018

VALOR GLOBAL: R$ 492.997,33

DATA DA ASSINATURA: 21/06/2018

EXTRATO DO CONTRATO N° 116/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA RECMED COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO POR OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA FARMACIA MUNICIPAL

PERIODO DE VIGÊNCIA: 22/06/2018 até 31/12/2018

VALOR GLOBAL: R$ 15.916,50

DATA DA ASSINATURA: 22/06/2018

EXTRATO DO CONTRATO N° 117/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA CENTERMÉDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO POR OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA FARMACIA MUNICIPAL

PERIODO DE VIGÊNCIA: 22/06/2018 até 31/12/2018

VALOR GLOBAL: R$ 15.420,00

DATA DA ASSINATURA: 22/06/2018

EXTRATO DO CONTRATO N° 118/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO POR OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA FARMACIA MUNICIPAL

PERIODO DE VIGÊNCIA: 22/06/2018 até 31/12/2018

VALOR GLOBAL: R$ 29.797,00

DATA DA ASSINATURA: 22/06/2018 até 31/12/2018

EXTRATO DO CONTRATO N° 119/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA DENTAL ALTA MOGIANA-COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETOCONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAUDE DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT

PERIODO DE VIGÊNCIA: 25/06/2018 ATÉ 31/12/2018

VALOR GLOBAL: R$ 83.000,00

DATA DA ASSINATURA: 25/06/2018

EXTRATO DO CONTRATO N° 120/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA FACILITA GESTÃO PÚBLICA BRASIL LTDA-ME

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETOCONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA NA GESTÃO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE, GERENCIAMENTO FINANCEIRO DO BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA, FINANCIAMENTO DO SUS, PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA, VERIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E PROGRAMAS MS NA ATENÇÃO BÁSICA, PROTOCOLOS ASSISTENCIAIS, TREINAMENTO DA UTILIZAÇÃO DOS BLOCOS DE FINANCIAMENTOS, ORGANIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS EM SAÚDE, PADRONIZAÇÃO DE MATERIAIS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CAPTAÇÃO DE RECURSOS, LICITAÇÕES EM SAÚDE, MONITORAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DOSISPACTO, QUALIFICAÇÃO ESTRATÉGICA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E CAPACITAÇÕES, VOLTADAS PARA EQUIPES DA SMS DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS– MT.

PERIODO DE VIGÊNCIA: 26/06/2018 ATÉ 31/12/2018

VALOR GLOBAL: R$ 28.000,00

DATA DA ASSINATURA: 26/06/2018

EXTRATO DO 2 ADITIVO AO CONTRATO N° 022/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA INTEGRA GRP SOLUÇÕES DE SOFTWARE LTDA

OBJETO: ADITIVO DE VALOR

PERIODO DE VIGÊNCIA: 26/06/2018 ATÉ 31/12/2018

VALOR GLOBAL: R$- 9.000,00

DATA DA ASSINATURA: 26/06/2018

EXTRATO DO 2 ADITIVO AO CONTRATO N° 003/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES

OBJETO: ADITIVO DE VALOR

PERIODO DE VIGÊNCIA: 04/06/2018 ATÉ 31/07/2018

VALOR GLOBAL: R$- 10.367,76

DATA DA ASSINATURA: 04/06/2018

AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS 043/2018

O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público aos interessados que fará realizar, no dia 01 de agosto de 2018, às 08h00min (Horário Oficial de Mato Grosso), na sala de Licitações da Prefeitura Municipal, situada à Avenida Prefeito Caio nº. 642, Vila Nova, neste Município de Arenápolis-MT, O PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS 043/2018, Menor Preço por Item, com a finalidade de REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLOGICO PARA ATENDIMENTO A SAUDE BUCAL NAS UNIDADES BASICAS DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT. O edital completo esta disponível no site www.arenapolis.mt.gov.br. Maiores informações na sede da Prefeitura Municipal durante o horário normal de expediente das 07h00 às 11h00 e das 13:00 as17:00 horas ou através do telefone: (65) 3343-1105.

Arenápolis-MT, 18 de julho de 2018**.**

REGINA LÚCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.211/2018

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, V, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido da **Srª. ANGELA CLAUDIA SCHMIDT,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 3047065788 SJSP/RS e inscrita no CPF sob o nº. 649.047.920-68, do cargo de Carreira de **PROFESSOR** Classe **"C",** Nível **3**, lotada na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura,* a partir de 1°/07/2018, tornando sem efeito a Portaria n° 2.614/2006.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 18 dias de julho de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 046/2018

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria 9.859/2018, torna público que estará realizando licitação na Modalidade **Pregão Presencial Sistema Registro de Preço**, regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, os Decretos Federais nº 7.892/2013, n° 8.250/2014 e nº. 8.538/2015, os Decretos Municipais nº 1.392/08 e nº. 3.259/2018 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. **Objeto: Registro de preço para a futura e eventual aquisição de produtos químicos para tratamento de água em atendimento as demandas da Secretaria Adjunta de Saneamento Básico, deste Município de Aripuanã**. Início da Sessão: **Dia 02/08/2018, às 08h00min (oito),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido no site http://www.aripuana.mt.gov.br*, ou* pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 17 de julho de 2018.

Daniel Botoni

Pregoeiro

PORTARIA Nº 10.209/2018

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, V, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

EXONERAR, o **Srº. ELIO FREITAS DA SILVA,** portador da cédula de identidade nº. 916252 SSP/ES e inscrito no CPF n.º 007.697.677-70, servidor Efetivo no cargo de MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR**,** em virtude da concessão do benefício de **Aposentadoria por Invalidez**, conforme processo administrativo do **FAPEMA, n.º 2018.03.00043P,** a partir de 26/06/2018, até posterior deliberação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 17 dias de julho de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 10.210/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Invalidez ao servidor, Sr. Elio Freitas da Silva".

O Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso**, no uso de suas atribuições legais e;**

Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no *Artigo* 40, §1º inciso I da Constituição Federal, com redação dada pela **Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c no art. 12, incisos I da Lei Municipal nº. 637 de 13**/10/*2006, que Reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Aripuanã-MT*; art. 1º da Lei 10.887/2004; Lei Complementar nº 095 *de 21*/11/2014 que **dispõe sobre o** Plano *de* Cargos e Carreiras da Educação Básica do Município; Lei Complementar nº 129/2018 e Lei Complementar nº 132/2018*, que concede reajuste salarial aos* **Servidores** da Educação *do Município de Aripuanã –MT.*

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o benefício de **Aposentadoria por Invalidez**, ao servidor. **SR. ELIO FREITAS DA SILVA**, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 916252 SSP-ES e inscrito no CPF sob o nº 007.697.677-70, servidor Efetivo no cargo de Motorista de Transporte Escolar, Classe "A", Nível "1", matricula nº 2947, contando com 06 anos, 03 meses e 19 dias de tempo de contribuição, **com proventos integrais, com base na integralidade da média**, conforme processo administrativo do **FAPEMA, n.º 2018.03.00043P**, a partir de **26/06/2018**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **26 de junho de 2018**, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 17 dias de julho de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.212/2018

"DETERMINAR A INSTAURARAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a instauração de **Processo Administrativo Disciplinar N° 005/2018**, com a finalidade de averiguar se houve irregularidade na aquisição de materiais e contratação de serviços de pintura do prédio da Secretaria Municipal de Ação Social, conforme determinado no Memorando n° 046/2018/GP.

Artigo 2º - DESIGNAR, os servidores, como membros titulares, para comporem a Comissão, sob a presidência do primeiro.

Flavia Graziele Oliani Menezes– Mat. 2.819

Jose Roberto de Miranda e Silva – Mat. 67

Maria de Fatima Monteiro Pinto – Mat. 2.326

Artigo 3º - DETERMINAR, ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

Artigo 4º - **DISPENSAR,** os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação, tornando sem efeito a Portaria N° 10.206/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 18 dias de julho de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 040/2018

AO CONTRATO Nº 180/2018 PARA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO, ORIUNDO DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018; AUGUSTINHO DO NASCIMENTO SILVA; MOTIVO: APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS EXIGIDOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO N° 001/2018, ITEM 13.6.1 NO PRAZO DE 30 DIAS; EM 17/07/2018.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.213/2018

"DETERMINAR A INSTAURARAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a instauração de **Processo Administrativo Disciplinar N° 006/2018**, om a finalidade de averiguar a conduta do Servidor Sr **JEFERSON BARROS DE FARIA**, conforme constatado no Memorando n° 092/2018/SEMATIC.

Artigo 2º - DESIGNAR, os servidores, como membros titulares, para comporem a Comissão, sob a presidência do primeiro.

Ionar Aparecida Magalhaes da Costa– Mat. 2.414

Jurandir Ambrosio – Mat. 3.707

Lindalva Cruz Cabral – Mat. 529

Artigo 3º - DETERMINAR, ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

Artigo 4º - **DISPENSAR,** os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 18 dias de julho de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
ATO Nº 028/2018

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018, PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA TÉCNICOS EM ENFERMAGEM, TÉCNICO EM ENFERMAGEM SOCORRISTA E MOTORISTA SOCORRISTA.

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal nº 396/1999;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018, para comparecer na Secretaria Municipal de Saúde, para contratação a partir do dia 1°/08/2018, às 7:00 horas.

Art. 2º No ato da convocação os candidatos deverão apresentar fotocópia e os originais dos documentos exigidos no Edital, e demais REQUISITOS constante no quadro de nº de vagas, do Edital nº 001/2018 do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente ato correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 18 de julho de 2018.

Registre-se

e

Publique-se

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Técnico em Enfermagem Sede (Unidades de Saúde da Família)

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	HABILITAÇÃO
60	Dayane Cristina Alves Cabral	044.379.371-98	Técnico em Enfermagem

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2018

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 016/2018

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

*A*os **dezoito dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **CASA DE APOIO RECANTO FELIZ LTDA,** inscrita no **CNPJ Nº. 29.896.223/ 0001-60**, situada na Avenida Senador Metello, nº 1.121, Bairro: Porto, CEP nº. 78.025-115 – Cuiabá/MT, neste ato representado pelas sócias: Srª **Marcia Maria Aguilar** portadora do **CPF n° 020.753.809-37 e RG: 10914757 SJ/MT** e Srª. **Renata Aparecida Aguilar** portadora do **CPF n° 004.485.459-50 e RG: 21081255 SSP/MT,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 10.520/2002, Decreto 3.931/2001, dos Decretos Municipais 1.392/2008, Decreto nº. 1.729/2010, Decreto nº. 7.892/2013, e Decreto nº 8.250/2014 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO MATERIAL – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

Seq.	Item	Cód. TCE	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	675752		Prestação de serviço em hospedagem, alimentação e transporte de pacientes em tratamento nas Unidades de Saúde Pública em Cuiabá - MT. - **Hospedagem:** O estabelecimento deverá possuir no mínimo 30 leitos, quartos com banheiro, sendo eles masculino e feminino separados, em perfeito estado de higiene e conservação, e compatíveis com o quantitativo de pacientes, sempre em perfeita ordem e decência. **- Fornecimento de refeições:** café da manhã (básico: contendo no mínimo café, chá, pão e manteiga), almoço e jantar, devendo a alimentação ofertada ser de boa qualidade e conter no mínimo: arroz, feijão, saladas, carnes e frutas ou sucos de frutas, com acompanhamento periódico de nutricionista na elaboração dos cardápios. **- Transporte:** Deslocamento de pacientes para consultas, laboratórios, e tratamento médico, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA bem como alojamento quando necessário e independente do horário. - Prestar atendimento ao paciente proveniente do município de Aripuanã, hospedado nessa casa de apoio **24 horas** quando necessário (internação, urgência e emergência).	DIARIA	8.000	48,50	388. 000,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO /consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 18 de Julho de 2018.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

CASA DE APOIO RECANTO FELIZ LTDA

CNPJ Nº. 29.896.223/0001-60

Marcia Maria Aguilar

CPF n° 020.753.809-37

Sócia

CASA DE APOIO RECANTO FELIZ LTDA

CNPJ Nº. 29.896.223/0001-60

Renata Aparecida Aguilar

CPF de n° 004.485.459-50

Sócia

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº. 016/2018

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial que trata o Edital nº. 016/2018, inicialmente levado a efeito às 08h00min do dia 04/06/2018 e reaberta a Sessão a partir da fase de lances às **14h00min** do dia **02/07/2018** sagrou-se vencedora a empresa **CASA DE APOIO RECANTO FELIZ LTDA** inscrita no **CNPJ Nº. 29.896.223/0001-60**no valor total de **R$ 388.000,00.** Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site http://www.aripuana.mt.gov.br**,** pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã–MT,18 de julho de 2018.

Daniel Botoni

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 039/2018

*A*O CONTRATO Nº 179/2018 PARA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO, ORIUNDO DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018; TIAGO DA CRUZ MARQUES; MOTIVO: APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS EXIGIDOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO N° 001/2018, ITEM 13.6.1 NO PRAZO DE 30 DIAS; EM 17/07/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

ERRATA – REPUBLICAÇÃO

Republica-se o DECRETO Nº021 DE 14 DE JUNHO DE 2018, em razão de sua primeira publicação, no diário oficial **N° 3.005** de 22 de Junho de 2018, por haver constado com erro material.

Paço Municipal, em Barão de Melgaço-MT, 14 de junho de 2018.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

REPUBLICAÇÃO

DECRETO Nº021 DE 14 DE JUNHO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE AS CONSIGNAÇÕES FACULTATIVAS EM FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Barão de Melgaço,

Considerando a necessidade de aprimorar os procedimentos afetos ao processamento das consignações em folha de pagamento dos servidores ativos e inativos da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Barão de Melgaço de modo a assegurar a segurança e a agilidade dos respectivos processos;

Considerando a necessidade de criar regras e procedimentos operacionais no intuito de evitar a superação dos limites de endividamento estabelecidos na legislação municipal;

Considerando a implementação de sistema informatizado de gestão e controle dos empréstimos consignados pela Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1. Este Decreto regulamenta o processamento das consignações facultativas decorrentes de autorização pessoal dos servidores ativos e inativos da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Barão de Melgaço, mediante o denominado sistema de consignação no âmbito da Gestão Integrada de Folha de Pagamento – GIF.

Parágrafo único.

Para os efeitos deste artigo, consideram-se servidores ativos da Administração Pública Municipal os servidores públicos efetivos e servidores ocupantes de cargo em comissão.

Art. 2. Considera-se, para fins deste Decreto:

I - consignatário: pessoa física ou jurídica de direito público ou privado destinatária dos créditos resultantes dos descontos obrigatórios ou das consignações facultativas, em decorrência de relação jurídica estabelecida por contrato com o consignado;

II - consignante: órgão ou entidade da Administração Pública municipal direta ou indireta, que procede, por intermédio da GIF, deduções relativas aos descontos obrigatórios e consignações facultativas na ficha financeira do servidor público ativo e inativo, em favor do consignatário;

III - consignado: servidor público ativo e inativo, integrante da Administração Pública direta ou indireta do Município de Barão de Melgaço, cuja folha de pagamento seja processada pela GIF, e que tenha estabelecido com o consignatário relação jurídica que autorize o desconto da consignação;

IV - consignação facultativa: desconto incidente sobre a remuneração, subsídio ou provento, mediante autorização prévia e formal do interessado, na forma deste Decreto;

V - suspensão da consignação irregular: suspensão dos descontos irregulares, sem, contudo afetar as consignações já em curso, as quais continuarão a ser descontadas nos contracheques dos servidores pelo Município, bem como repassadas em favor das consignatárias até a sua integral liquidação junto às consignatárias;

VI - exclusão da consignação irregular: exclusão dos descontos irregulares, sem, contudo, afetar as consignações já em curso, nas quais continuarão a ser descontadas nos contracheques dos servidores pelo Município, bem como repassadas em favor das consignatárias até a sua integral liquidação junto às consignatárias;

VII - desativação temporária do consignatário: inabilitação do consignatário por determinado período de tempo em que fica vedada a inclusão de novas consignações através da GIF e a alteração das já efetuadas;

VIII - descredenciamento da consignatária: inabilitação do consignatário para novas operações de crédito, com rescisão do convênio ou da cooperação técnica com a Secretaria Municipal de Administração, sem, contudo, afetar as consignações já em curso, nas quais continuarão a ser descontadas nos contracheques dos servidores pelo Município, bem como repassadas em favor das consignatárias;

IX - inabilitação permanente do consignatário: impedimento permanente de cadastramento de consignatário e de celebração de novo convênio ou cooperação técnica com a Secretaria Municipal de Administração, sem contudo afetar as consignações já em curso, nas quais continuarão a ser descontadas nos contracheques dos servidores pelo Município, bem como repassadas em favor das consignatárias até a sua integral liquidação junto às consignatárias;

X - exclusão da consignação: cancelamento definitivo de uma consignação individual efetuada na ficha financeira de um consignado; e,

XI - FDPM: Fundo de Desenvolvimento de Pessoal do Município de Barão de Melgaço.

Art. 3. Para os fins deste decreto, são consignações facultativas, na seguinte ordem de prioridade:

I - contribuição para serviço de saúde prestado diretamente por órgão público municipal, ou para plano de saúde prestado mediante celebração de convênio ou cooperação técnica ou contrato com a Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, por operadora ou entidade aberta ou fechada;

II - prestações referentes à quitação de convênios ou de cooperações técnicas disponibilizadas aos servidores pela Associação dos Servidores da Prefeitura e Câmara Municipal de Barão de Melgaço e demais sindicatos ou entidades de classe de servidores, para aquisição de bens e serviços;

III - mensalidade relativa a seguro de vida originária de empresa de seguro;

IV - prestação referente a empréstimo concedido por cooperativas de crédito constituídas, na forma da lei, com a finalidade de prestar serviços financeiros a seus cooperados;

V - prestação referente a empréstimo ou financiamento concedidos por entidades bancárias, caixas econômicas ou entidades integrantes do Sistema Financeiro da Habitação

VI - prestação referente a empréstimo ou financiamento concedidos por entidade aberta ou fechada de previdência privada.

§1º Os consignatários mencionados no inciso II somente poderão ser destinatários de consignações mediante a apresentação do instrumento particular firmado pelo servidor autorizando os respectivos descontos à Secretaria Municipal de Administração.

§2º Os consignatários mencionados nos incisos V, VI e VII somente poderão ser destinatários de consignações relativas a empréstimos pessoais/financiamentos, inclusive aqueles realizados através de financiamentos habitacionais, arrendamento residencial ou reescalonamento de dívidas vencidas e vincendas.

CAPÍTULO II

DA NECESSIDADE DE CONVÊNIO OU COOPERAÇÃO TÉCNICA

Art. 4. Após estarem devidamente credenciados, os consignatários deverão, obrigatoriamente, em até noventa dias, firmar convênio ou cooperação técnica com o Município de Barão de Melgaço, representado pela Secretaria Municipal de Administração, com prazo determinado.

§1º Com a entrada em vigor deste Decreto e implantação de sistema de controle e de gestão das consignações em folha de pagamento dos servidores municipais e a necessidade de promover a assistência social, a promoção cultural e a educação financeira com outros benefícios aos servidores, rescindem-se todos os convênios ou cooperações técnicas firmadas entre a Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço e os consignatários.

§2° A consignação em andamento, ainda que esteja em desacordo com as previsões do presente decreto, deverá ser processada normalmente até a última parcela junto à consignatária.

§3° As instituições consignatárias que mantém contratos de consignação vigentes na data da publicação do presente decreto deverão, mesmo que não tenham interesse em renovar seus convênios ou cooperações técnicas com o Poder Público, fazer o cadastramento e habilitar-se para o uso do sistema de controle e gestão indicado pela Administração Pública municipal, sob pena de retenção das parcelas em curso ou seu legado de parcelas, até que a pendência seja totalmente resolvida.

§4° A habilitação das entidades que não venham a renovar seus convênios ou cooperações técnicas com a Administração Pública municipal, nos

termos do parágrafo anterior, deverá ser realizada sem qualquer ônus ou cobrança de taxa de qualquer espécie.

Art. 5. As instituições consignatárias que tenham interesse realizar consignações posteriores à entrada em vigor do presente Decreto, deverão solicitar por escrito a celebração ou a renovação de convênio ou cooperação técnica com a Administração Pública Municipal, preenchendo aos seguintes requisitos:

I - estar devidamente cadastrado e autorizado junto ao sistema informatizado de controle e gestão de empréstimos consignados indicado pela Administração Pública municipal a realizar operações de prestação de serviços financeiros mediante consignação em folha de pagamento;

II - possuir sede no município ou um representante legal com legitimidade para elaborar e encaminhar à Diretoria de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, a outras instituições bancárias e aos servidores, correspondência e/ou mensagem eletrônica com as seguintes informações:

a) Cálculo de saldo devedor;

b) boletos para pagamento integral ou parcial do empréstimo, quer sejam das primeiras ou das últimas parcelas da obrigação;

c) material de divulgação;

d) carta de quitação e;

e) extrato mensal.

III - comprovar, através de documentos idôneos e nos termos da legislação vigente, a regularidade da instituição para prestação de serviços financeiros e a outorga de poderes ao signatário do requerimento para representar a instituição.

IV - atender às demais disposições do presente Decreto.

CAPÍTULO III

DA LIMITAÇÃO DA MARGEM CONSIGNÁVEL

Art. 6. A soma mensal das consignações facultativas de cada consignado não excederá a 30% (trinta por cento) da remuneração líquida do servidor, excluído do cálculo o valor pago a título de contribuição para serviços de saúde patrocinados por órgãos ou entidades públicas e as prestações referentes à quitação de convênios ou cooperações técnicas disponibilizados aos servidores pela Associação dos Servidores da Prefeitura e Câmara Municipal de Barão de Melgaço e demais sindicatos ou entidades de classe de servidores, para aquisição de bens e serviços, na forma prevista nos incisos I e II do art. 3º.

§1º A soma mensal das consignações facultativas de cada consignado, no que se refere aos valores pagos a título de contribuição para serviços de saúde patrocinados por órgãos ou entidades públicas e as prestações referentes à quitação de convênios ou cooperações técnicas disponibilizadas aos servidores pela Associação dos Servidores da Prefeitura e Câmara Municipal de Barão de Melgaço e demais sindicatos ou entidades de classe de servidores, para aquisição de bens e serviços, na forma prevista nos incisos I e II do art. 3º, não excederá a 10 % (dez por cento) da remuneração líquida do servidor, excetuada a margem prevista pelo caput deste artigo.

§2º Para os efeitos do disposto neste Decreto, considera-se remuneração líquida do servidor a que se refere o caput a soma do vencimento com os adicionais de caráter individual e demais vantagens pagas aos servidores públicos ativos e inativos integrantes da Administração Pública direta ou indireta do Município de Barão de Melgaço, subtraídos os descontos obrigatórios.

§ 3º Não estão compreendidos na base de cálculo de que trata o caput os pagamentos referentes às vantagens de caráter eventual ou indenizatório, sendo excluídas portanto:

I - diárias;

II - ajuda-de-custo;

III - indenização da despesa do transporte quando o servidor, em caráter permanente, for mandado servir em nova sede;

IV - salário-família;

V - auxílio-natalidade;

VI - auxílio-funeral;

VII - adicional de férias;

VIII - qualquer outro auxílio ou adicional estabelecido por lei e que tenha caráter indenizatório.

§ 4º As disposições deste artigo aplicam-se, no que couber, aos empregados públicos municipais e demais servidores cujas folhas de pagamento sejam processadas através da GIF, observado o disciplinamento a cargo da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 7. Os descontos obrigatórios, decorrentes de lei ou ordem judicial, prevalecem sobre consignações facultativas.

§1º Não será permitida nenhuma consignação facultativa que desrespeite o limite de até limite de 40% (quarenta por cento).

§2º Nenhuma consignação facultativa quando somada aos descontos obrigatórios poderá exceder a 70% (setenta por cento) da remuneração do consignado, e quando essa situação ocorrer deverá ser adequada no mês subsequente, mediante suspensão ou renegociação do servidor diretamente com o credor consignatário, respeitada a ordem de prioridade do art. 3º.

§3º Não será incluída ou processada na GIF a consignação que implique excesso do limite da margem consignável estabelecida nos §§ 1º e 2º, independentemente da ordem de prioridade estabelecida no art. 3º.

§4º Havendo duas consignações com a mesma prioridade, a mais recente será suspensa, de modo que a consignação posterior não cancele a anterior.

§5º Ressalvado o financiamento habitacional, arrendamento residencial ou reescalonamento de dívidas vencidas e vincendas, os empréstimos ou financiamentos realizados pelas entidades a que se referem os incisos V, VI e VII do art. 3º deverão ser amortizáveis até o limite de sessenta meses.

CAPÍTULO IV

DO CADASTRAMENTO DOS CONSIGNATÁRIOS E DA INCLUSÃO, ALTERAÇÃO OU CANCELAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES

Art. 8. Compete à Secretaria Municipal de Administração efetuar o cadastramento dos consignatários de que trata este Decreto.

Parágrafo único.

Não serão cadastrados consignatários com relações decorrentes de cartão de crédito, respeitando-se os contratos já existentes até o seu termo final.

Art. 9. As operações de consignação serão aprovadas apenas através da GIF, com o uso de sistema informatizado de gestão de empréstimos consignados indicado pelo poder público, respeitadas as seguintes condições:

I - O prazo para amortização de novos empréstimos não poderá exceder noventa e seis meses;

II - O prazo para amortização de refinanciamentos não poderá exceder noventa e seis meses contados da data da operação;

III - O prazo para amortização nos casos de compra de dívidas não poderá exceder noventa e seis meses contados da data da operação;

Art. 10. A habilitação para o processamento de consignações dependerá de prévio cadastramento e recadastramento dos consignatários, a ser realizado de acordo com cronograma a ser estabelecido pela Secretaria Municipal de Administração.

Art. 11. São requisitos exigidos para fins de cadastramento e recadastramento:

I - de todas as entidades:

a) estar regularmente constituída;

b) possuir escrituração e registros contábeis conforme legislação específica;

c) possuir regularidade fiscal comprovada.

II - das entidades referidas no inciso II do art. 3º:

a) possuir autorização para funcionamento há pelo menos dois anos;

b) possuir e manter número mínimo de associados equivalentes a oitenta por cento do total de servidores da categoria, carreira, quadro de pessoal ou base territorial ou geográfica que representam;

c) atender a outras exigências previstas na legislação aplicável à espécie.

III - das entidades referidas nos incisos V e VI do art. 3º:

a) possuir autorização de funcionamento expedida pelo Banco Central do Brasil;

b) atender a outras exigências previstas na legislação federal aplicável à espécie.

IV - das entidades a que se refere o inciso VII do art. 3º:

a) possuir autorização de funcionamento expedida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP;

b) atender a outras exigências previstas na legislação federal aplicável à espécie.

Art. 12. As entidades beneficiárias das consignações de que trata o art. 3º, deverão comprovar, periodicamente, na forma e prazos estabelecidos em portaria a ser expedida pela Secretaria Municipal de Administração, a manutenção do atendimento das condições exigidas neste Decreto, por intermédio do recadastramento, bem como apresentar quadro demonstrativo de bens e serviços oferecidos aos consignados para divulgação.

Art. 13. Os consignatários de que tratam os incisos V, VI e VII do art. 3º deverão, até o último dia de cada mês, encaminhar à Secretaria Municipal de Administração, informação quanto às taxas máximas de juros e todos os demais encargos inerentes à operação que serão praticados na concessão de empréstimo pessoal no mês subsequente.

§ 1º As taxas de juros praticadas deverão primar pelo menor índice praticado pelo mercado, em especial aqueles próprios para as consignações de servidores públicos.

§ 2º O não-cumprimento da obrigação prevista no caput implicará desativação temporária do consignatário até a regularização da situação infracional.

§ 3º A reincidência no descumprimento do disposto no caput em período de doze meses implicará o descredenciamento do consignatário.

§4º Para averbação de novos contratos, o consignatário deverá registrar no sistema o número de parcelas, a parcela, o valor do empréstimo, o valor total da operação, a taxa nominal e a taxa efetiva do contrato. Em caso de divergência, a operação será reprovada e deverá ser lançada com os dados corretamente acordados.

§5º Nos contratos de empréstimos firmados com os servidores deverá constar, em local de fácil verificação, cláusula destacada com os seguintes dizeres:

“É assegurada ao contratante a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, seja das primeiras ou das últimas parcelas, mediante redução proporcional dos juros contratados (desconto comercial) ou taxa SELIC, qual seja menor, fazendo com que o valor para quitação tenha deságio total, atualizando o saldo devedor a valor presente, ou proporcional no caso de liquidação parcial, hipótese em que o saldo devedor deverá ser recalculado e informado ao Poder Público através do sistema informatizado de gestão e controle de empréstimos consignados.”

§ 6º A Secretaria Municipal de Administração não será responsável pelos dados informados pelo consignatário, competindo-lhe, sempre que provocada na forma do art. 14, a adoção de providências nos casos em que as taxas e encargos praticados divergirem daquelas informadas.

Art. 14. No caso de desconto indevido, o servidor deverá formalizar termo de ocorrência junto à Diretoria de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, no qual constará a sua identificação funcional e exposição sucinta dos fatos.

§ 1º No caso de formalização do termo de ocorrência de que trata o caput, a Diretoria de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração deverá notificar o consignatário em até cinco dias para comprovar a regularidade do desconto, no prazo de quinze dias.

§ 2º Não ocorrendo a comprovação da regularidade do desconto, serão suspensas as consignações irregulares e instaurado processo administrativo para apuração dos fatos.

§ 3º Instaurado o processo administrativo, de que trata o § 2º, o consignatário terá cinco dias para apresentação de defesa.

§4º No curso do processo administrativo, a autoridade responsável pelo julgamento poderá suspender a consignação por meio de decisão devidamente motivada, mediante prévia aquiescência do consignatário e do consignado.

Art. 15. Os valores referentes a descontos considerados indevidos deverão ser integralmente ressarcidos pelo consignatário ao prejudicado no prazo máximo de quarenta e cinco dias contados da constatação da irregularidade, na forma pactuada entre o consignatário e o consignado.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no caput implica desativação temporária do consignatário, nos termos do inciso IV do art. 20.

Art. 16. A consignação em folha de pagamento não implica coresponsabilidade dos órgãos e das entidades da Administração Pública municipal direta e indireta, cuja folha de pagamento seja processada pela GIF, por dívidas ou compromissos de natureza pecuniária, assumidos pelo consignado junto ao consignatário.

Art. 17. As consignações em folha previstas no art. 3º poderão, por decisão motivada, a qualquer tempo ser:

I - suspensas, no todo ou em parte, por interesse da administração, observados os critérios de conveniência e oportunidade, após prévia comunicação à entidade consignatária, resguardados os efeitos jurídicos produzidos por atos pretéritos, ou por interesse do consignatário ou consignante, mediante solicitação expressa;

II - excluídas por interesse da administração, observados os critérios de conveniência e oportunidade, após prévia comunicação ao consignatário, resguardados os efeitos jurídicos produzidos em atos pretéritos, até seu efetivo encerramento, ou por interesse do consignatário ou consignante, mediante solicitação expressa;

III - por interesse do consignatário, mediante solicitação formal através da GIF de empréstimos consignados; e,

IV - por interesse ou determinação do órgão público.

§1º As consignações facultativas somente poderão ser excluídas a pedido do consignado mediante prévia aquiescência do consignatário e decisão motivada do consignante.

§2° No caso de afastamento do servidor com prejuízo de vencimentos, será suspensa a consignação, cessando, a partir do ato do afastamento, qualquer eventual responsabilidade da Administração Pública municipal pela transferência de recursos para quitação do saldo devedor.

§3° No caso de desligamento do servidor a Administração Pública municipal efetuará o último desconto das quantias referentes ao empréstimo consignado considerando eventuais valores rescisórios.

§4° A Administração Pública municipal não terá nenhuma responsabilidade pelo pagamento de saldos devedores existentes no ato de exoneração ou de afastamento de servidores.

Art. 18. As consignações facultativas somente poderão ser excluídas a pedido do consignado, mediante prévia aquiescência do consignatário e decisão motivada do consignante, exceto as referentes ao pagamento de plano de saúde e as que tiverem como consignatário sindicato ou entidade de classe de servidores, que dependerão apenas do pedido do consignado.

Art. 19. Ocorrerá a exclusão das consignações facultativas, sem, contudo, afetar as demais consignações já em curso, as quais continuarão a ser descontadas nos contracheques dos servidores pelo Município, bem como repassadas em favor das consignatárias até a sua integral liquidação junto às consignatárias nas seguintes hipóteses:

I - quando restar comprovada a irregularidade da operação, que implique vício insanável; e,

II - pela não utilização da rubrica pela entidade durante o período de seis meses ininterruptos.

Art. 20. Além da hipótese prevista no §2º do art. 13, ocorrerá a desativação temporária do consignatário, sem, contudo afetar as consignações já em curso, as quais continuarão a serem descontadas nos contracheques dos servidores pelo Município, bem como repassadas em favor das consignatárias até a sua integral liquidação junto às consignatárias:

I - quando constatada irregularidade no cadastramento, recadastramento, ou em processamento de consignação;

II - que deixar de prestar informações ou esclarecimentos nos prazos solicitados pela

administração e;

III - que deixar de efetuar o ressarcimento ao consignado nos termos previstos no art. 16.

Parágrafo único. A desativação temporária permanecerá até a regularização da situação infracional do consignatário, observada a hipótese prevista no inciso V do art. 21.

Art. 21. Ocorrerá o descredenciamento do consignatário, sem contudo afetar as consignações já em curso, as quais continuarão a serem descontadas nos contracheques dos servidores pelo Município, bem como repassadas em favor das consignatárias até a sua integral liquidação junto às consignatárias, quando:

I - ceder a terceiros, a qualquer título, rubricas de consignação;

II - permitir que terceiros procedam a consignações através da GIF;

III - utilizar rubricas para descontos não previstas no art. 3º;

IV - reincidir em práticas que impliquem sua desativação temporária; e

V - não regularizar em seis meses a situação que ensejou sua desativação temporária.

Art. 22. Ocorrerá a inabilitação permanente do consignatário, sem contudo, afetar as consignações já em curso, nas quais continuarão a serem descontadas nos contracheques dos servidores pelo Município, bem como repassadas em favor das consignatárias até a sua integral liquidação junto às consignatárias, nas hipóteses de:

I - reincidência em práticas que impliquem seu descredenciamento;

II - comprovada prática de ato lesivo ao servidor ou à administração, mediante fraude, simulação, ou dolo; e

III - prática de taxas de juros e encargos diversos dos informados à Secretaria Municipal de Administração em atendimento à exigência do art. 13, na concessão de empréstimo pessoal.

Art. 23. O consignado ficará impedido, pelo período de até vinte e quatro meses, de incluir novas consignações em seu contracheque quando constatado, em processo administrativo, prática de irregularidade, fraude, simulação ou dolo relativo ao sistema de consignações.

Art. 24. A competência para instauração de processo administrativo para o cumprimento do disposto neste Capítulo será definida em ato do Secretário de Administração, assegurando-se a ampla defesa e o devido processo legal.

CAPÍTULO V

DA RESPONSABILIDADE PELAS CONSIGNAÇÕES

Art. 25. A consignação facultativa em folha de pagamento não implica em responsabilidade do Município de Barão de Melgaço por dívida, inadimplência, desistência ou pendência de qualquer natureza assumida pelo consignado perante o consignatário.

Art. 26. Os consignatários são responsáveis solidariamente pelos prejuízos causados por atos de empresas terceirizadas que os representem no montante de suas operações e consignações.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 27. O encaminhamento das consignações realizado pelo consignatário para a devida implantação em folha de pagamento deve ser efetuado por meio de arquivo digital, respeitando o layout do GIF.

Art. 28. As consignações decorrentes dos cartões de crédito já concedidas aos servidores serão canceladas após o término do contrato junto à instituição.

Art. 29. A Secretaria Municipal de Administração editará ato com normas complementares necessárias à execução deste Decreto.

Art. 30. O gerenciamento realizado pelo GIF não trará qualquer ônus ao Poder Executivo Municipal, cabendo aos consignatários arcarem com o custeio do processamento.

Art. 31. Fica proibido firmar contratos ou convênios ou cooperações técnicas que desrespeitem as exigências previstas neste Decreto.

Art. 32. Não será permitido qualquer desrespeito ao limite de margem consignável, inclusive as consignações atualmente já inseridas, devendo-se adequarem no prazo máximo de noventa dias, conforme o interesse expresso do servidor.

Art. 33. Ficam revogadas as disposições em contrário a esse Decreto.

Art. 34. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em Barão de Melgaço-MT, 14 de junho de 2018.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO 3º BIMESTRE - ANEXO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
MATO GROSSO

Data.: 17/07/2018
Hora.: 13:26:43
1 de 1

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORCAMENTÁRIA - DEMONSTRATIVO I

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
(Artigo 52, Incisos II, alíneas "c", da L.C. 101/00)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

Município: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
Período: 3.o Bimestre - 2018

Receitas	Previsão		Realização		Previsão a Realizar
Categoria Econômica/Fontes	Inicial	Atualizada	Bimestre	Exercício	
Receitas Correntes	**72.361.143,52**	**72.361.143,52**	**12.884.839,75**	**36.672.936,37**	**35.688.207,15**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.201.397,64	6.201.397,64	1.278.448,64	4.078.694,93	2.122.702,71
Contribuições	984.380,00	984.380,00	122.507,74	389.104,81	595.275,19
Receita Patrimonial	727.199,47	727.199,47	41.903,08	133.799,08	593.400,39
Receita de Serviços	3.238.934,59	3.238.934,59	596.504,57	1.771.633,27	1.467.301,32
Transferências Correntes	60.708.244,46	60.708.244,46	10.795.479,74	30.067.808,78	30.640.435,68
Outras Receitas Correntes	500.987,36	500.987,36	49.995,98	231.895,50	269.091,86
Receitas de Capital	**7.394.082,32**	**7.394.082,32**	**1.772.103,91**	**2.462.103,91**	**4.931.978,41**
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	258.925,00	258.925,00	0,00	0,00	258.925,00
Transferências de Capital	7.082.907,32	7.082.907,32	1.772.103,91	2.462.103,91	4.620.803,41
Outras Receitas de Capital	52.250,00	52.250,00	0,00	0,00	52.250,00
Receitas Correntes Intra-orçamentárias	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Contribuições Intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SOMA	79.755.225,84	79.755.225,84	14.656.943,66	39.135.040,28	40.620.185,56
DÉFICIT	0,00	1.348.703,74	0,00	2.264.732,06	0,00
TOTAL	79.755.225,84	81.103.929,58	14.656.943,66	41.399.772,34	40.620.185,56

Despesas	Dotação		Empenhada		Liquidada		Previsão a Realizar
Categoria Econômica Grupo Natureza	Inicial	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	
DESPESAS CORRENTES	**67.693.667,45**	**69.418.961,79**	**13.344.048,26**	**38.319.642,90**	**12.776.658,41**	**34.262.915,02**	**31.099.318,89**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	39.723.327,00	39.908.179,00	6.848.093,75	19.842.156,22	6.849.494,03	19.770.394,60	20.066.022,78
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	268.120,32	268.120,32	11.314,94	33.605,58	11.314,94	33.605,58	234.514,74
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.702.220,13	29.242.662,47	6.484.639,57	18.443.881,10	5.915.849,44	14.458.914,84	10.798.781,37
DESPESAS DE CAPITAL	**8.123.751,87**	**11.376.637,79**	**922.491,84**	**3.080.129,44**	**270.419,80**	**2.053.790,56**	**8.296.508,35**
INVESTIMENTOS	6.875.283,87	10.482.073,79	876.779,49	2.944.362,87	224.707,45	1.918.023,99	7.537.710,92
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCI	1.248.468,00	894.564,00	45.712,35	135.766,57	45.712,35	135.766,57	758.797,43
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**600.000,00**	**308.330,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**308.330,00**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	600.000,00	308.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	308.330,00
SOMA	76.417.419,32	81.103.929,58	14.266.540,10	41.399.772,34	13.047.078,21	36.316.705,58	39.704.157,24
SUPERÁVIT	3.337.806,52	0,00	390.403,56	0,00	1.609.865,45	2.818.334,70	916.028,32
TOTAL	79.755.225,84	81.103.929,58	14.656.943,66	41.399.772,34	14.656.943,66	39.135.040,28	40.620.185,56

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO 3º BIMESTRE - ANEXO II

Tabela 2 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2018 - BIMESTRE MAIO / JUNHO 2018

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS No Bimestre	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (b)	DESPESAS EMPENHADAS % (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS No Bimestre	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS % (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**76.417.419,32**	**81.103.929,58**	**14.266.540,10**	**41.399.772,34**	**1,00**	**39.704.157,24**	**13.046.443,21**	**36.316.070,58**	**1,00**	**44.787.859,00**	**1.677.280,09**
ADMINISTRAÇÃO	**20.333.469,41**	**22.405.411,65**	**3.980.642,93**	**13.201.191,09**	**0,32**	**9.204.220,56**	**4.245.130,60**	**11.569.974,89**	**0,32**	**10.835.436,76**	**-264.487,67**
Planejamento e Orçamento	457.020,83	444.840,83	56.144,62	150.443,98	0,36%	294.396,85	58.852,87	150.290,07	0,41%	294.550,76	-2.708,25
Administração Geral	18.736.438,92	20.825.861,16	3.804.188,55	12.516.601,31	30,23%	8.309.259,85	4.036.970,82	10.976.919,58	30,23%	9.848.941,58	-232.782,27
Controle Interno	716.235,51	716.235,51	106.697,66	341.554,13	0,83%	374.681,38	106.844,84	341.173,57	0,94%	375.061,94	-147,18
Tecnologia da Informação	273.774,15	284.474,15	13.612,10	192.591,67	0,47%	91.882,48	42.462,07	101.591,67	0,28%	182.882,48	-28.849,97
Comunicação Social	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00%	30.000,00	0,00	0,00	0,00%	30.000,00	0,00
Administração Financeira	80.000,00	64.000,00	0,00	0,00	0,00%	64.000,00	0,00	0,00	0,00%	64.000,00	0,00
Normatização e Fiscalização	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00%	40.000,00	0,00	0,00	0,00%	40.000,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	**4.339.100,00**	**4.386.100,00**	**588.629,73**	**1.410.764,79**	**3,41%**	**2.975.335,21**	**457.185,23**	**1.232.610,75**	**3,39%**	**3.153.489,25**	**588.629,70**
Assistência à Criança e ao Adolescente	526.100,00	576.100,00	49.151,76	187.894,76	0,45%	388.205,24	34.705,83	172.168,03	0,47%	403.931,97	14.445,93
Assistencia Especial	3.813.000,00	3.810.000,00	539.477,97	1.222.870,03	2,95%	2.587.129,97	422.479,40	1.060.442,72	2,92%	2.749.557,28	116.998,57
SAÚDE	**19.419.471,71**	**18.692.535,71**	**4.013.657,63**	**11.060.630,91**	**0,27**	**7.631.904,80**	**3.446.920,33**	**9.660.284,01**	**0,27**	**9.032.251,70**	**566.737,30**
Adminsitração Geral	2.537.042,65	2.575.508,65	720.074,59	1.883.302,65	4,55%	692.206,00	606.803,39	1.649.170,57	4,54%	926.338,08	113.271,20
Atenção Básica	4.987.846,88	4.360.384,88	1.025.960,20	2.559.344,12	6,18%	1.801.040,76	785.661,60	2.249.073,14	6,19%	2.111.311,74	240.298,60
Vigilância Epidemiológica	352.275,97	376.775,97	27.994,51	142.433,97	0,34%	234.342,00	26.929,34	140.544,20	0,39%	236.231,77	1.065,17
Vigilância Sanitária	799.901,36	797.901,36	114.554,34	334.463,11	0,81%	463.438,25	112.376,46	327.705,84	0,90%	470.195,52	2.177,88
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.329.759,63	9.897.374,63	2.066.149,31	5.927.185,76	14,32%	3.970.188,87	1.843.246,30	5.108.987,82	14,07%	4.788.386,81	222.903,01
Suporte Profilático e Terapêutico	402.645,22	680.590,22	58.924,68	213.901,30	0,52%	466.688,92	71.903,24	184.802,44	0,51%	495.787,78	-12.978,56
Formação de Recursos Humanos	10.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00%	4.000,00	0,00	0,00	0,00%	4.000,00	0,00
TRABALHO	**50.000,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**50.000,00**	**0,00**
Fomento ao Trabalho	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00%	50.000,00	0,00	0,00	0,00%	50.000,00	0,00
EDUCAÇÃO	**19.394.292,01**	**19.355.687,58**	**3.580.507,19**	**10.705.606,42**	**0,26**	**8.650.081,16**	**3.337.267,14**	**9.943.356,32**	**0,27**	**9.412.331,26**	**243.240,05**
Ensino Fundamental	17.234.405,43	17.872.838,63	3.394.184,85	9.867.427,56	23,83%	8.005.411,07	3.201.063,03	9.281.839,60	25,56%	8.590.999,03	193.121,82
Ensino Superior	187.907,40	162.307,40	590,00	54.820,00	0,13%	107.487,40	9.337,22	27.583,37	0,08%	134.724,03	-8.747,22
Educação Infantil	1.971.979,18	1.320.541,55	185.732,34	783.358,86	1,89%	537.182,69	126.866,89	633.933,35	1,75%	686.608,20	58.865,45
CULTURA	**235.974,31**	**158.638,31**	**7.515,92**	**74.265,14**	**0,18%**	**84.373,17**	**7.799,17**	**64.606,94**	**0,18%**	**94.031,37**	**-283,25**
Difusão Cultural	235.974,31	158.638,31	7.515,92	74.265,14	0,18%	84.373,17	7.799,17	64.606,94	0,18%	94.031,37	-283,25
URBANISMO	**3.745.942,88**	**6.255.388,75**	**659.146,72**	**1.585.653,30**	**3,83%**	**4.669.735,45**	**484.776,85**	**1.319.074,37**	**3,63%**	**4.936.314,38**	**174.369,87**
Infra-Estrutura Urbana	1.646.764,28	3.674.710,15	62.923,00	127.796,70	0,31%	3.546.913,45	64.074,20	124.047,90	0,34%	3.550.662,25	-1.151,20
Serviços Urbanos	2.099.178,60	2.580.678,60	596.223,72	1.457.856,60	3,52%	1.122.822,00	420.702,65	1.195.026,47	3,29%	1.385.652,13	175.521,07
HABITAÇÃO	**70.000,00**	**70.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**70.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**70.000,00**	**0,00**
Habitação Urbana	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00%	70.000,00	0,00	0,00	0,00%	70.000,00	0,00
SANEAMENTO	**710.000,00**	**710.000,00**	**54.874,00**	**433.434,12**	**1,05%**	**276.565,88**	**53.558,10**	**426.457,32**	**1,17%**	**283.542,68**	**1.315,90**
Infra-Estrutura Urbana	310.000,00	310.000,00	0,00	190.233,62	0,46%	119.766,38	0,00	190.233,62	0,52%	119.766,38	0,00
Saneamento Básico Urbano	400.000,00	400.000,00	54.874,00	243.200,50	0,59%	156.799,50	53.558,10	236.223,70	0,65%	163.776,30	1.315,90
GESTÃO AMBIENTAL	**1.810.000,00**	**1.880.312,45**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.880.312,45**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.880.312,45**	**0,00**
Preservação e Conservação Ambiental	110.000,00	650.312,45	0,00	0,00	0,00%	650.312,45	0,00	0,00	0,00%	650.312,45	0,00
Controle Ambiental	1.700.000,00	1.230.000,00	0,00	0,00	0,00%	1.230.000,00	0,00	0,00	0,00%	1.230.000,00	0,00
AGRICULTURA	**590.100,00**	**1.248.739,35**	**638.814,00**	**689.601,39**	**0,02**	**559.137,96**	**9.090,08**	**50.788,17**	**0,00**	**1.197.951,18**	**629.723,92**
Extensão Rural	170.100,00	170.100,00	2.304,00	53.091,39	0,13%	117.008,61	9.090,08	50.788,17	0,14%	119.311,83	-6.786,08
Promoção da Produção Agropecuária	420.000,00	1.078.639,35	636.510,00	636.510,00	1,54%	442.129,35	0,00	0,00	0,00%	1.078.639,35	636.510,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	**1.155.100,00**	**1.603.916,59**	**128.348,50**	**296.172,50**	**0,72%**	**1.307.744,09**	**174.598,50**	**296.172,50**	**0,82%**	**1.307.744,09**	**-46.250,00**
Promoção Comercial	45.000,00	45.000,00	5.970,00	6.810,00	0,02%	38.190,00	5.970,00	6.810,00	0,02%	38.190,00	0,00
Turismo	1.110.100,00	1.558.916,59	122.378,50	289.362,50	0,70%	1.269.554,09	168.628,50	289.362,50	0,80%	1.269.554,09	-46.250,00
TRANSPORTE	**2.115.263,13**	**2.166.764,13**	**425.196,95**	**1.309.866,59**	**3,16%**	**856.897,54**	**635.043,10**	**1.139.402,74**	**3,14%**	**1.027.361,39**	**-209.846,15**
Transporte Rodoviário	2.115.263,13	2.166.764,13	425.196,95	1.309.866,59	3,16%	856.897,54	635.043,10	1.139.402,74	3,14%	1.027.361,39	-209.846,15
DESPORTO E LAZER	**332.117,55**	**649.420,74**	**132.179,24**	**463.213,94**	**1,12%**	**186.206,80**	**138.046,82**	**443.970,42**	**1,22%**	**205.450,32**	**-5.867,58**
Desporto de Rendimento	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00%	20.000,00	0,00	0,00	0,00%	20.000,00	0,00
Desporto Comunitário	312.117,55	629.420,74	132.179,24	463.213,94	1,12%	166.206,80	138.046,82	443.970,42	1,22%	185.450,32	-5.867,58
ENCARGOS ESPECIAIS	**1.516.588,32**	**1.162.684,32**	**57.027,29**	**169.372,15**	**0,41%**	**993.312,17**	**57.027,29**	**169.372,15**	**0,47%**	**993.312,17**	**-2,00**
Serviço da Dívida Interna	1.516.588,32	1.162.684,32	57.027,29	169.372,15	0,41%	993.312,17	57.029,29	169.372,15	0,47%	993.312,17	-2,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**600.000,00**	**308.330,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**308.330,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**308.330,00**	**0,00**
RESERVA DO RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00**
TOTAL	**76.417.419,32**	**81.103.929,58**	**14.266.540,10**	**41.399.772,34**	**-**	**39.704.157,24**	**13.046.443,21**	**36.316.070,58**	**-**	**44.787.859,00**	**1.677.280,09**

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO 3º BIMESTRE - ANEXO III

Tabela 3 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO DE 2017 A JUNHO DE 2018

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I) — Em Reais

ESPECIFICAÇAO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ULTIMOS 12 MESES)	PREVISAO ATUALIZADA 2018
	Julho 17	Agosto 17	Setembro 17	Outubro 17	Novembro 17	Dezembro 17	Janeiro 18	Fevereiro 18	Março 18	Abril 18	Maio 18	Junho 18		
RECEITAS CORRENTES (I)	**8.081.917,05**	**7.024.353,32**	**7.927.821,67**	**6.761.445,69**	**6.671.773,47**	**12.100.864,32**	**6.576.517,70**	**7.102.924,29**	**6.318.436,88**	**6.499.291,28**	**8.009.366,12**	**6.328.741,88**	**89.403.453,67**	**80.486.452,83**
Receita Tributária	**728.797,78**	**683.705,22**	**1.328.194,38**	**611.843,49**	**678.263,61**	**959.340,56**	**650.405,90**	**717.909,08**	**778.928,98**	**653.002,33**	**900.928,25**	**377.520,39**	**9.068.839,97**	**6.201.397,64**
IPTU	50.917,56	167.453,44	346.302,77	17.158,15	21.958,14	115.009,48	0,00	0,00	0,00	0,00	2.282,30	16.828,38	737.910,22	676.982,95
ISS	225.250,80	247.390,99	696.673,87	401.517,92	441.256,51	466.829,10	337.368,40	283.630,74	308.882,97	295.935,70	448.044,88	271.371,44	4.424.153,32	2.877.804,92
ITBI	234.454,00	47.782,82	24.539,37	11.738,78	26.406,06	37.605,35	39.953,84	146.331,84	75.438,22	38.032,44	36.121,66	17.745,57	736.149,95	463.453,85
IRRF	157.325,74	162.229,56	159.233,83	159.346,81	164.623,44	278.367,68	149.988,29	166.067,85	149.383,52	189.051,44	345.360,99	11.486,93	2.092.466,08	514.760,34
Outras Receitas Tributárias	60.849,68	58.848,41	101.444,54	22.081,83	24.019,46	61.528,95	123.095,37	121.878,65	245.224,27	129.982,75	69.118,42	60.088,07	1.078.160,40	1.668.395,58
Receita de Contribuições	**254.252,97**	**257.392,31**	**250.682,78**	**241.164,38**	**197.460,19**	**373.007,15**	**63.294,88**	**80.584,48**	**59.151,75**	**63.585,96**	**58.037,60**	**64.470,14**	**1.963.084,59**	**984.380,00**
Receita Patrimonial	**1.399.860,76**	**581.756,07**	**784.589,40**	**48.346,54**	**62.704,60**	**517.909,52**	**20.595,81**	**22.789,34**	**22.072,13**	**26.438,72**	**23.470,66**	**18.432,42**	**3.528.965,97**	**727.199,47**
Receita Agropecuária	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita Industrial	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita de Serviços	**321.695,98**	**335.814,07**	**313.522,16**	**309.326,80**	**301.066,96**	**325.538,03**	**315.409,46**	**271.055,48**	**257.328,65**	**331.335,11**	**304.501,02**	**292.003,55**	**3.678.597,27**	**3.238.934,59**
Transferências Correntes	**5.123.599,55**	**5.083.401,21**	**5.188.070,13**	**5.475.148,14**	**5.322.646,59**	**9.546.190,90**	**5.459.532,95**	**5.938.202,62**	**5.166.048,37**	**5.417.598,63**	**6.677.974,48**	**5.570.773,51**	**69.969.187,08**	**68.833.553,77**
Cota-Parte do FPM	1.853.244,31	1.252.634,54	1.051.791,10	1.191.979,53	1.226.034,41	2.358.959,14	1.499.142,53	1.922.091,71	1.317.638,08	1.381.500,60	1.695.436,86	1.587.696,00	18.338.148,81	19.021.970,63
Cota-Parte do ICMS	1.236.910,81	1.602.323,40	1.833.500,60	1.326.340,23	1.949.430,30	1.879.615,31	1.849.340,67	1.587.879,22	1.548.829,57	1.368.512,67	1.996.939,13	1.369.407,96	19.549.029,87	18.052.928,98
Cota-Parte do IPVA	239.287,25	172.671,46	125.783,38	110.024,75	100.194,03	52.850,30	206.756,27	277.805,31	344.063,28	268.508,97	333.943,51	258.077,18	2.489.965,69	2.018.799,43
Cota-Parte do ITR	6.768,10	12.564,37	51.564,13	1.010.999,46	124.319,96	129.062,26	73.623,27	8.114,18	13.304,38	1.829,72	4.215,74	9.399,78	1.445.765,35	1.305.846,09
Transferências da LC 87/1996	6.209,39	6.209,39	6.209,39	6.209,39	6.209,39	6.209,39	6.575,92	6.575,92	6.572,92	6.572,92	6.572,92	6.572,92	76.699,86	75.826,96
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	749.797,64	956.968,58	625.556,15	808.586,32	745.414,00	2.423.575,00	1.121.041,52	1.105.561,13	988.569,44	924.167,64	1.261.004,59	948.230,64	12.658.472,65	11.164.304,25
Outras Transferências Correntes	1.031.382,05	1.080.029,47	1.493.665,38	1.021.008,46	1.171.044,50	2.695.919,50	703.052,77	1.030.175,15	947.070,70	1.466.506,11	1.379.861,73	1.391.389,03	15.411.104,85	17.193.877,43
Outras Receitas Correntes	**253.710,01**	**82.284,44**	**62.762,82**	**75.616,34**	**109.631,52**	**378.878,16**	**67.278,70**	**72.383,29**	**34.907,00**	**7.330,53**	**44.454,11**	**5.541,87**	**1.194.778,79**	**500.987,36**
DEDUÇÕES (II)	**714.039,19**	**831.705,78**	**814.417,08**	**926.669,90**	**878.697,90**	**994.568,55**	**727.033,23**	**730.572,66**	**646.082,15**	**605.385,49**	**807.422,16**	**645.846,09**	**9.322.440,18**	**8.125.309,31**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	195.304,25	201.960,92	200.996,74	197.559,34	197.460,19	252.974,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.246.256,18	
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	518.734,94	629.744,86	613.420,34	729.110,56	681.237,71	741.593,81	727.033,23	730.572,66	646.082,15	605.385,49	807.422,16	645.846,09	8.076.184,00	8.125.309,31
RECEITA CORRENTE LIQUIDA (III) = (I - II)	**7.367.877,86**	**6.192.647,54**	**7.113.404,59**	**5.834.775,79**	**5.793.075,57**	**11.106.295,77**	**5.849.484,47**	**6.372.351,63**	**5.672.354,73**	**5.893.905,79**	**7.201.943,96**	**5.682.895,79**	**80.081.013,49**	**72.361.143,52**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

PORTARIA Nº 13.908 DE 12 DE JULHO DE 2.018.

"Dispõe sobre concessão de licença à adotante à servidora que menciona".

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. **ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS**, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o teor da sentença proferida no processo sob nº 3416-54.2018.811.0004, código nº 273788, Ação de Guarda Provisória, em trâmite perante a 3ª Vara Cível desta Comarca,

Considerando o disposto no Artigo 91 da Lei Complementar nº 03/1991,

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder, a pedido, licença à adotante, com remuneração, à servidora **DEUVANY CAMPOS RESENDE DA SILVA,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais,pelo prazo de 30 dias, em razão de adoção de criança com mais de um ano de idade, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 12 de julho de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.907 DE 12 DE JULHO DE 2018.

"Dispõe sobre nomeação de servidores desta municipalidade para atuarem como fiscal e suplente no contrato que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso,

Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto nas Resoluções Normativas nº 006/2011 e 020/2015, expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE,

R e s o l v e:

Artigo 1º – Designar a servidora **Nazareth Pauline Bueno Noleto,** portadora do RG nº 438.0765 SSP/GO e CPF nº 716.511.011-91, Matrícula Funcional nº 915, para acompanhamento e fiscalização do contrato relativo à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CREDENCIADA/HABILITADA JUNTO AO SUS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO LABORATORIAIS E EXAMES CITOPATOLÓGICOS DO COLO UTERINO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO, Dispensa nº 043/2018.

Artigo 2º - Designar a servidora, **Camila Moreira Ferreira Martins**, portadora do RG nº 15254283/SSP/MT e CPF nº 714.884.991-87, Matrícula Funcional nº 11.595**,** para proceder como suplente da fiscal de contrato acima citada.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Barra do Garças/MT 12 de julho de 2018

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.905 DE 12 DE JULHO DE 2.018.

"Dispõe sobre revogação da Portaria que concedeu função gratificada à servidora que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Revogar, a partir de 30 de junho de 2018, em todos os seus termos e efeitos a Portaria que concedeu função gratificada à servidora **SANDRA MARIA MENEZES LUZ FERNANDES**, para exercer em comissão a Chefia da Seção de Orientação Pedagógica (DAÍ-1), da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30 de junho de 2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 12 de julho de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

EXTRATO 7º ADITIVO AO CONTRATO Nº 050/2018 – TP 004/2018

O Município de Barra do Garças – MT, torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratada, **CONSTRUTORA CHAPADENSE LTDA**, que tem por objetivo **prorrogar o prazo de execução** do **Lote 07** do contrato original até a data de **30 de Agosto de 2018**. Barra do Garças - MT, 18 de Julho de 2018.

CONTRATO N° 083/2018 DISPENSA LICITAÇÃO N° 043/2018

O Município de Barra do Garças/ MT, torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: **GHALFI & GHALFI LTDA - ME, Objeto:** Contratação de empresa credenciada/habilitada junto ao SUS para prestação de serviços de diagnósticos laboratoriais e exames citopatológicos do colo uterino para atender as necessidades do Município. **Valor Global: R$ 91.237,50. Validade: 18 de Julho 2018. Vigência: 31 de Dezembro de 2018**. Barra do Garças - MT, 18 de Julho de 2018.

CONTRATO N° 080/2018 CARTA CONVITE N° 004/2018

O Município de Barra do Garças/ MT, torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: **CENTRO AMÉRICA SERVIÇOS LTDA - ME, Objeto:** Contratação de empresa para prestação de serviços de orientação, controle e informação na Praça Nossa Senhora Aparecida (Praça da Matriz). **Valor Global: R$ 120.840,00. Validade: 03 de Julho 2018. Vigência: 31 de Dezembro de 2018**. Barra do Garças - MT, 18 de Julho de 2018.

CONTRATO N° 082/2018 PREGÃO PRESENCIAL N° 011/2018

O Município de Barra do Garças/ MT, torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: **IBF – INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S. A., Objeto:** Aquisição de filmes (diversos tamanhos), fixador e revelador para raio-x, destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. **Valor Global: R$ 270.795,00. Validade: 18 de Julho 2018. Vigência: 18 de Julho de 2019**. Barra do Garças - MT, 18 de Julho de 2018.

DECRETO Nº 4.023 DE 16 DE JULHO DE 2.018.

Dispõe sobre designação de membros para compor o Conselho Municipal do FETHAB.

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. **ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS**, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto no Decreto nº 3.656, de 08 de maio de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica designados os membros para compor o ***CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB***, sendo:

a) **Agvailton Alves Júnior -** Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Obras – Presidente;

b) **Luiz Antonio Menezes de Szecny** - Representante do Sindicato Rural de Barra do Garças;

c) **Getônio Dias Guirra -** Representante do Departamento de Engenharia;

d) **Fabiano Dall Agnoll** – Representante da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio/Desenvolvimento Rural e Agricultura;

e) **Jose Bispo dos Santos** – Representante Administrativo – Secretaria de Desenvolvimento Rural.

f) **Lucely de Souza Cruz Torres –** Representante da Secretaria Municipal de Finanças;

g) **Alba Márcia Ferreira Leal** – Representante Administrativo – Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Obras.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 16 de julho de 2018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.871 DE 05 DE JULHO DE 2.018.

"Dispõe sobre concessão de 01 (um) ano de licença remunerada para estudo, fora do município, à servidora que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando os termos do Art. 117 da Lei Complementar nº 03/1991, de 04/12/91,

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder, a pedido, a partir de 10 de setembro de 2018, 01 (um) ano de licença remunerada para estudo, fora do Município, à servidora **KARLA VALÉRIA MARQUES ROCHA LIMA**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Odontóloga.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 05 de julho de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.904 DE 12 DE JULHO DE 2.018.

"Torna sem efeito a Portaria nº 13.864, de 29/06/2018."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Tornar sem efeito a Portaria nº 13.864, de 29 de junho de 2018, que nomeou, para exercer em comissão, o cargo de Coordenador de Esportes Especializados e Amador (DAS-2), junto à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, a Sra. **ERIKA FERREIRA LOBATO**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 13.864, de 29 de junho de 2018.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 12 de julho de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.853 DE 25 DE JUNHO DE 2.018.

"Dispõe sobre exoneração do cargo comissionado que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Exonerar, a partir de 25 de junho de 2018, do cargo comissionado de Diretora Administrativa do Hospital Municipal Milton Pessoa Morbeck (DAS-4), junto à Secretaria Municipal de Saúde, a Sra. **CLENIA MONTEIRO SILVA IBRAHIM**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 12.319, de 06 de janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 25 de junho de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

(*) Republicada por conter no documento público no Diário Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso (AMM/MT) nº 3.008, de 27/06/2018, p. 72, erro material (digitação), divergindo do documento assinado.

AVISO DE DECISÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018

AVISO DE DECISÃO

O Município de Barra do Garças/MT, por meio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público a DECISÃO do Processo Licitatório Concorrência Pública nº 001/2018, Objeto: **DELEGAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO PÚBLICO DE PASSAGEIROS MEDIANTE REGIME DE CONCESSÃO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS/MT,** em razão de acatar parcialmente a impugnação apresentada pela empresa Paulo Augusto de Souza – EPP, CNPJ nº 02.274.846/0001-45. Mantendo a data da sessão pública para o dia 23/07/2018 às 14:00 horas, vez que, a alteração no instrumento convocatório não afetará a formulação das propostas. Edital alterado e demais informações das 13:00 às 18:00 horas (Horário de Brasília). Setor de Licitação, Bloco I, Rua Carajás, 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: (66) 3402.2000 ramal 2045/2052. Barra do Garças – MT, 18/07/2018. Antônio da Silva Neto – Presidente da CPL.

PORTARIA Nº 13.906 DE 12 DE JULHO DE 2.018.

"Concede função gratificada à servidora que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder, a partir de 02 de julho de 2018, à servidora **JUDITH TEREZINHA OSTROWSKI**, função gratificada para exercer em comissão a Chefia da Seção de Orientação Pedagógica (DAÍ-1), junto à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de julho de 2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 12 de julho de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 348 DE 18 DE JULHO DE 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258 de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO os artigos 19, 20 e 21 da Lei Complementar nº 47, de 29 de setembro de 2003 e os artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 30909, de 18 de julho de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam Elevados o Nível e Classe dos servidores de carreira do Município de Cáceres, relacionados no anexo único da presente Portaria, em razão de nova habilitação específica alcançada e por tempo de serviços prestados, obedecendo aos critérios de promoção para cada Nível e Classe, no mês de **julho/2018**.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta do Elemento de Despesa das respectivas Secretarias.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de julho de 2018.

LUIZ FERNANDO BERTAGLIA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

Afixado em: 18.07.18.

JUNHO/2018

SERVIDORES COM DIREITO A ELEVAÇÃO DE NIVEL E CLASSE EM CONFORMIDADE COM A LEI COMPLEMENTAR Nº.47 DE 29/09//2003, ART.19 e SEGUINTES e LEI COMPLEMENTAR Nº.48 de 05/09/2003, ART.18 E SEGUINTES - "PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS - PCCS" VIGENTE.

NOME	CARGO		ADMISSÃO	DE CLASSE	P/CLASSE
				NIVEL	NIVEL
EMERSON DE OLIVEIRA PINHEIRO	Agente de Trânsito (S/G)	Progressão de Classe	02/07/2012	B – III	C – III
ANA DE OLIVEIRA SILVA	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Classe	03/07/2012	B – I	C – I

CLAUDINEIA COELHO RODRIGUES DA SILVA	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Classe	03/07/2012	B – I	C – I
DIRCE SILVA GOMES	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Classe	03/07/2012	B – I	C – I
MIRTES EDENIA DO PRADO	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Classe	03/07/2012	B – I	C – I
NAIR SATIRA RODRIGUES DO PRADO	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Classe	03/07/2012	B – I	C – I
VALDENICE TORRES DA CUNHA	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Classe	03/07/2012	B – II	C – II
BASILIDES FERREIRA DA CRUZ	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Nível	01/02/1999	G – II	G – III
ELOIZA FRANCISCA DE ALMEIDA MIRANDA	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Nível	05/08/2002	F- II	F - III
CLAUDETE DOS SANTOS SILVA	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Nível	17/05/2010	C - III	C - IV
VANIA DA COSTA MAGALHÃES	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Nível	15/05/1996	H - II	H - III
GISLAINE MONTEIRO CLAUDINO	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Nível	10/02/2010	C – II	C – III
ROSIVANE SANTANA FARIA SILVA	Aux. Desenvolvimento Infantil (40h)	Progressão Nível	05/05/2009	D - I	D - II
PAULO DA CHAGA OLIVEIRA	Guarda (P/G.I)	Progressão de Nível	23/12/2002	F – I	F – II
DANYELLA RODRIGUES DE ALMEIDA	Enfermeira (40hs)	Progressão de Nível	09/4/2015	B - II	B - III
CELIO DA SILVA LOURENÇO	Motorista (P/G)	Progressão de Classe	20/07/1994	H – II	I – II
VALDEMI DOS SANTOS DE OLIVEIRA	Motorista (P/G)	Progressão de Classe	03/07/2012	B – IV	C – IV
VILMA RIBEIRO DE CAMPOS HALLAK	Nutricionista (40hs)	Progressão de Classe	03/07/2012	B – II	C – II
RENATO MATIAS RAMOS	Prof. Lic. em Padag. C/Doc.25hs	Progressão de Classe	07/11/2002	E – IV	F – IV

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 434 DE 17 DE JULHO DE 2018.

"Dispõe sobre a atualização monetária da tarifa pelo serviço de abastecimento de água tratada. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO a última atualização monetária da tarifa pelo serviço de abastecimento de água tratada ocorreu por meio do Decreto nº 521, de 10/05/2017, o qual aplicou índice de 7,99% (sete inteiros noventa e nove centésimos por cento) relativo ao INPC acumulado no período dezembro/2015 a janeiro/2017.

CONSIDERANDO o aumento no custo do tratamento de água, com aumento de salários e remunerações, bem como produtos químicos, razão pela qual vislumbra-se necessária a atualização para combater a defasagem.

CONSIDERANDO que é dever do poder Público Municipal adequar as tarifas em conformidade com os serviços prestados pelo serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, sob pena de inviabilizar os serviços prestado.

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 28729 de 03 de julho de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a atualização monetária da tarifa do serviço de abastecimento de água tratada no importe de **2,78%** (dois inteiros setenta e oito centésimos por cento), relativo ao INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor – no período de **fevereiro/2017 a maio/2018**.

Art. 2º - *O reajuste de que trata o Artigo 1º, será aplicado para as faturas correspondentes à competência do mês de agosto de 2018.*

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 17 de julho de 2018

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 17.07.18.

AGUAS DO PANTANAL
PORTARIA Nº 035/2018 - SSAAP

O Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VI, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei n. º 2.476/2015 que estabeleceu regime jurídico próprio autárquico ao Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, com denominação atribuída pela Lei 2.520/2016;

CONSIDERANDO os Princípios Constitucionais que regem a Administração Pública, em especial o da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade:

CONSIDERANDO a natureza ininterrupta da prestação dos serviços essenciais de saneamento ambiental;

CONSIDERANDO o **Contrato Administrativo Nº011/2018-SSAAP**, que tem por objeto **a** aquisição de sistema de Monitoramento/Rastreamento veicular na quantidade e especificação detalhada no item 3.2 parte integrante do presente Contrato Administrativo com a finalidade de atender as demandas do SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL.

ITEM	COD. TCE	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.
01	428074-1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MONITORAMENTO/RASTREAMENTO POR GPS/GSM/GPRS E GESTÃO DE 20 VEÍCULOS DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE PARA, COM FUNCIONALIDADES COMO: - LOCALIZAÇÃO EM TEMPO REAL PELA INTERNET; - TRATAMENTO DE ALERTAS; - RELATÓRIOS GERENCIAIS; - CONTROLE LOGÍSTICO.	MÊS	12

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor **JEFFERSON RODRIGO DE ALMEIDA TORQUATO**, nomeado para o cargo de Coordenador de Patrimônio Almoxarifado e Transporte desta Autarquia Municipal, por meio da Portaria n. º 018 de 23/08/2017, devidamente inscrito no CPF sob n° 035.724.531-86 para exercer a fiscalização do **Contrato Administrativo Nº011/2018-SSAAP.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 18 de julho de 2.018.

MARCOS DE BARROS PACHECO

Diretor Executivo em Substituição

AGUAS DO PANTANAL
PORTARIA Nº 34/2018

O Diretor Executivo do serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, município de Cáceres-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VIII e IX da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

Considerando a natureza ininterrupta da prestação dos serviços essenciais de saneamento ambiental;

Considerando a programação de férias do Diretor Executivo e a necessidade de tomada de decisões ao longo de sua ausência;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Sr.º **Marcos de Barros Pacheco** - Coordenador de Compras - para substituir o Sr. Paulo Donizete da Costa - Diretor Executivo, no período de **18/07/2018 a 06/08/2018.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publica-se – Cumpra-se.

Cáceres/MT, 17 de junho de 2018.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO 29/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES, representado pelo **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso das atribuições legais, torna público a CONVOCAÇÃO dos servidores relacionados abaixo, para comparecer no dia **20/07/2018 as 14:00** na Prefeitura Municipal de Cáceres, sito a Avenida Brasil, nº 119 – Jardim Celeste – Cáceres/MT, para assinar o termo de POSSE:

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO: 40 HORAS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
44º(classificado)	HILDA DA SILVA MAGIO
51º (classificado)	LENILTON CARLOS DE SOUZA CAMPOS
52º(classificado)	WERIKS RAMOS DE SOUZA
56º(classificado)	MATEUS VERNUCCI
60º(classificado)	THIAGO BOTELHO GARCIA FIGUEROA
66º(classificado)	AMANDA FERREIRA DE MACEDO
67º(classificado)	THAIANE REGINA COUTO HURTADO
73º(classificado)	NAIARA JESSEI ARTIAGA SILVA
74º(classificado)	ERICA MALDONADO VIEIRA
76º(classificado)	CAMILO FARIA MALHEIROS
77º(classificado)	JANDERSON DOS SANTOS SONAQUE
78º (classificado)	EDINALDO CORDEIRO DA SILVA

TÉCNICO EM INFORMÁTICA: 40 HORAS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
7º(classificado)	ALLISSON PEDRO ALMEIDA SILVA

Cáceres, 18 de julho de 2018.

LUIZ FERNANDO BERTAGLIA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 345 DE 16 DE JULHO DE 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 30381, de 13 de julho de 2018;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora **CIEILY LOPES FERREIRA**, para exercer a função de Gerência de Cadastro, Controle Funcional e Folha de Pagamento da Secretaria Municipal de Administração, em substituição ao titular **Paulo Cezar de Campos Pessoa** que se encontra em gozo de férias, pelo período de 16 de julho de 2018 a 14 de agosto de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 16 de julho de 2018

LUIZ FERNANDO BERTAGLIA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

Afixado em: 16.07.18

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SETOR DE LICITAÇÕES
ATO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 025/2018

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO Nº 2256/2018.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2018.

OBJETO: Futura e eventual contratação de empresa do ramo de prestação de serviços de transporte rodoviário de passageiros, para o fornecimento de passagens, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde, com os itinerários e detalhes de acordo com o Anexo I – Termo de Referência.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, usando de atribuições de seu cargo, acolhendo conclusão do Pregoeiro Oficial e parecer jurídico competente e tudo mais que consta dos autos,

R E S O L V E:

HOMOLOGAR o resultado da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 025/2018, do tipo menor preço por item, no Sistema de Registro de Preço, para a Futura e eventual contratação de empresa do ramo de prestação de serviços de transporte rodoviário de passageiros, para o fornecimento de passagens, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde, com os itinerários e detalhes de acordo com o Anexo I – Termo de Referência; em favor da empresa:

RIO NOVO TRANSPORTES E TURISMO LTDA – ME, CNPJ Nº 36.909.380/0001-29					
ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO DO ITINERÁRIO	QTD	V. UNIT.	TOTAL
1	74384	Campinápolis – MT / Cuiabá - MT.	250	192,00	48.000,00
2	74385	Cuiabá – MT / Campinápolis – MT.	250	195,00	48.750,00
3	74386	Campinápolis – MT / Goiânia – GO.	105	132,45	13.907,25
4	74387	Goiânia - GO / Campinápolis – MT.	105	133,75	14.043,75
5	74391	Campinápolis – MT / Confresa – MT.	15	156,00	2.340,00
6	74383	Confresa - MT / Campinápolis – MT.	15	153,00	2.295,00

7	74390	Água Boa – MT / Campinápolis - MT.	15	51,00	765,00
8	74389	Campinápolis – MT / Água Boa – MT.	15	50,00	750,00
9	82451	Campinápolis – MT / Nova Xavantina – MT.	15	25,00	375,00
10	82452	Nova Xavantina – MT / Campinápolis – MT.	15	25,00	375,00
11	82449	Campinápolis – MT / Barra do Garças – MT.	15	60,00	900,00
12	82450	Barra do Garças - MT / Campinápolis – MT.	15	62,00	930,00
TOTAL GERAL					**133.431,00**

Devendoser pago mediante a execução dos serviços, com a fatura em documento válido, após o atesto de seu recebimento.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis, Estado de Mato Grosso, 18 de julho de 2018.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2018 AO ABERTURA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO -PSS N° 003/2018

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2018 AOABERTURA

A Comissão nomeada para conduzir o Processo Seletivo Simplificado nº 003/2018, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.154/2016 e Decreto nº 2.924/2018,

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICOa retificação do Edital de Abertura do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 002/2018,** como segue:

1. A ordem 3, item 2, quadro 1 do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2018 passa a vigorar com a seguinte redação:

[...]

Quadro 1 – Quantitativo de vagas para o Processo Seletivo Simplificado

03	**Agente Comunitário de Saúde - ACS**	---	**03**	**40h**	**Sede do Município – ESF 1**	**1.014,00**	**Ensino Médio Completo**

2. O Conteúdo Programático constante do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2018, item 3.6, passa a vigorar acrescido de

3.6 ... Lei Federal 11.395/2018.

3. Permanecem inalterados os demais itens do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2018.

Em Campinápolis-MT, 18 de julho de 2018.

RENATO REGIO GONÇALVES SANTOS

Presidente da Comissão

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.926 DE 18 DE JULHO DE 2018

DECRETO Nº 2.926 DE 18 DE JULHO DE 2018

Dispõe sobre a nomeação dos membros do COMITÊ DE INVESTIMENTOS do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Campinápolis-MT, para o período de 2018/2021, e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, Prefeito do Município de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando o art. 3º-A da Portaria MPS n.º 170 de 25 de abril de 2012, com redação dada pela Portaria n.º 440 de 09 de outubro de 2013;

Considerando as disposições contidas no Art. 1º da Lei Municipal nº 1.210/2018;

Considerando a necessidade de instituição do Comitê de Investimentos que visa auxiliar na gestão dos recursos previdenciários do Município;

Considerando a necessidade de nomeação dos membros para a composição do Comitê de Investimentos;

Considerando a complexidade dos trabalhos afetos ao Comitê de Investimentos;

DECRETA

Art.1º. Fica instituído, para auxiliar no processo decisório quanto a execução da política de investimentos dos recursos previdenciários, o Comitê de Investimentos do Fundo Municipal de Previdência dos Servidores do Município de Campinápolis – MT.

Art. 2º. O Comitê de Investimentos criado no art. 1º deste Decreto terá a seguinte composição:

a) DIVÂNIA PEREIRA COSTA;

b) IVANILDO CESAR RODRIGUES TIETÊ;

c) RENATO REGIO GONÇALVES SANTOS.

§1º Os membros do Comitê de Investimentos terão mandatos de 03 (três) anos, podendo ser renovados por igual período.

Art.2º. As despesas decorrentes da execução do presente Decreto serão custeadas com recursos do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Campinápolis-PREVI – CAMP.

Parágrafo único. As despesas referenciadas no *caput* deste artigo não poderão, sob pena de majoração, constituir óbice ao cumprimento do limite de gastos com despesas administrativas.

Art.3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto nº 2.866/2018.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2018

O Município de Campinápolis – MT torna público que o Pregão Presencial nº 024/2018, para contratação de empresa do ramo de prestação de serviços especializados de assessoria e consultoria relacionados com a apuração do índice de participação do município de Campinápolis-MT na arrecadação do ICMS cota parte 25%, sagrou vencedora a proponente: META CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA – ME, CNPJ nº 03.058.719/0001-71, ao valor global de R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais). Campinápolis, 18/07/2018. Gilberto Francisco Ribeiro de Paula - Pregoeiro.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 7733 DE 18 DE JULHO DE 2018.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA ***WANESSA DE JESUS POLICARPO RIBE*****IRO***E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO: o teor do atestado médico datado de 18 de julho de 2018.

RESOLVE I – Conceder "Licença Maternidade" a Servidora *WANESSA DEJESUS POLICARPO RIBE*IROlotada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, desta Prefeitura Municipal, exercendo o cargo de AAE/EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 120 dias, no período de 18.07.2018 a 14.11.2018. II - Esta portaria entra em vigor na data de 18 de julho de 2018.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se e Cumpra - se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 18 de Julho de 2018.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DISTRATO DO CONTRATO Nº 110/2016 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 110/2016

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Rosangela Vitorino da Silva

Objeto: O objeto do presente contrato tratava-se da prestação de serviços por tempo determinado, no cargo de **INSTRUTOR DE ARTESANATO,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Valor Rescisório: R$ 3.624,53

Data Rescisão: 26/06/2018

Procedimento: Término de Contrato.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PROTOCOLO DE INTENÇÕES DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS E O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS, doravante denominado MUNICÍPIO, com sede em Campo Novo do Parecis-MT, na Avenida Mato Grosso, nº 66 NE, Centro, CEP 78.360-000, inscrito no CNPJ nº 24.772.287/0001-36 , neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. Rafael Machado e de outra parte, o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO , doravante denominado TRIBUNAL , com sede em Cuiabá, na Rua C, S/N, Centro Político Administrativo, inscrito no CNPJ nº 03.535.606/0001-10, neste ato representado pela Corregedora-Geral da Justiça, Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, conforme delegação de competência que lhe foi atribuída pela Portaria Conjunta nº 505/2017-PRES, decidem as partes, firmar o presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES , doravante denominado simplesmente PROTOCOLO , que se regerá pelas normas da Constituição Federal, da Lei nº 8.666/93 e legislação complementar e, especialmente, pelas cláusulas e condições seguintes, que passam a integrar o instrumento originário: CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FINALIDADE 1.1 O MUNICÍPIO e o TRIBUNAL celebram este PROTOCOLO , com o _____ _____ objetivo de firmar parceria para a realização de ações que visem à redução dos processos relativos às execuções fiscais Municipais, de forma administrativa por meio de conciliação pré-processual, protestos e outros meios extrajudiciais, objetivando a redução da taxa de congestionamento dessas ações na Comarca de Campo Novo do Parecis, aderindo-se ao Projeto "Efetividade na Execução Fiscal" desenvolvido pelo TRIBUNAL . CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO 2.1 Constituem objetivos deste PROTOCOLO : I – Estabelecer parceria institucional entre o MUNICÍPIO e o TRIBUNAL , para que haja a diminuição do acervo de processos executivos fiscais na Comarca, reduzindo a distribuição de novos feitos de execução fiscal, o que ocasionará, consequentemente, maior celeridade e eficiência no julgamento dos processos remanescentes, nos seguintes moldes: a) ampliação dos métodos alternativos de cobrança administrativa, como anotação em cadastro de inadimplentes, convocação administrativa, conciliação, mediação, parcelamento e protesto extrajudicial da Certidão da Dívida Ativa; b) edição de atos normativos obstaculizando o ajuizamento de cobranças antieconômicas (art. 14, §3º, inciso II, da LC nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal); c) ampliação dos canais de atendimento aos munícipes, para esclarecimento das suas pendências com o Município, bem como estimulação dos interessados a emitirem documento de arrecadação para quitar ou parcelar as dívidas inscritas, via internet; d) realização de convênios com diferentes entidades, na busca por dados _____ _____ cadastrais dos inadimplentes, para promover a localização do devedor e buscar e efetivar a cobrança; e) verificação periódica dos inadimplentes, realizando a cobrança administrativa de inadimplentes a tempo de haver negociação; II – Realizar ações e projetos em conjunto visando a celeridade na prestação jurisdicional e redução de acervo nos seguintes moldes: a) recebimento e triagem de todos processos originários; b) triagem realizada, simultaneamente, com a Procuradoria Municipal. III – Priorizar a baixa e extinção dos processos, seja por parcelamento, pagamento ou crédito tributário prescrito. 2.2 Os resultados parciais ou definitivos, obtidos através dos esforços conjuntos, poderão ser publicados de comum acordo, fazendo-se, nas publicações, o devido registro da participação de cada uma das partes, nas atividades realizadas. 2.3 O MUNICÍPIO deverá encaminhar mensalmente ao TRIBUNAL as receitas recuperadas provenientes das execuções fiscais. 2.4 Em qualquer circunstância ou fato que tenha relação com o presente PROTOCOLO , as partes manterão a individualidade e autonomia de suas respectivas estruturas técnicas e administrativas e assumirão, de modo especial, por conseguinte, as responsabilidades decorrentes. 2.5 O MUNICÍPIO e o TRIBUNAL , por meio do Juiz Diretor do Foro e da Vara com competência para apreciação das execuções fiscais da Comarca de Campo Novo do Parecis, se comprometem a resolver, diretamente, entre si, as diferenças ou falta de entendimento que venham a originar-se na abordagem e execução dos futuros trabalhos conjuntos. Do mesmo modo, adotarão as cautelas necessárias para evitar interferências de qualquer natureza, que _____ _____ alterem o desenvolvimento normal dos compromissos adquiridos pelo presente PROTOCOLO . 2.6 As partes signatárias ob-

servarão, em suas relações, o melhor espírito de colaboração e se fundarão em princípios de boa fé e cordialidade, visando aos amplos objetivos perseguidos em comum, com a celebração deste PROTOCOLO . CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO 3.1 O presente PROTOCOLO terá uma vigência de 60 (sessenta) meses, a partir da data da sua assinatura. Ao término do referido prazo, as partes poderão prorrogá-lo por igual período. Não obstante, quando for considerado oportuno, qualquer das partes poderá rescindi-lo de forma unilateral, sem invocar causa, mediante aviso prévio para a outra parte, com uma antecedência de 30 (trinta) dias. A rescisão não dará direito algum às partes para reclamar indenização de qualquer natureza. 3.2 As partes reconhecem, expressamente, que o presente PROTOCOLO entrará em pleno vigor, a partir da data de sua assinatura. CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO 4.1 Para fins de eficácia do presente instrumento, a PREFEITURA providenciará sua publicação, no Diário Oficial, na forma de extrato, em consonância com o disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93. CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 5. 1 O presente PROTOCOLO é celebrado a título gratuito, não gerando quaisquer ônus financeiros entre as partes signatárias. _____ _____ CLÁUSULA SEXTA - DO FORO 6.1 Fica eleito o foro da Justiça Estadual de Cuiabá-MT para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste PROTOCOLO , que não puderem ser resolvidas no âmbito administrativo, inclusive os casos omissos, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem de pleno acordo, após lido e achado conforme, as partes firmam o presente PROTOCOLO , em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Corregedoria-Geral da Justiça, conforme disposição do artigo 60 da Lei nº 8.666/93. Campo Novo do Parecis-MT, 9 de julho de 2018. Pelo TRIBUNAL: Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro Corregedora-Geral da Justiça Pelo MUNICÍPIO: Rafael Machado Prefeito _____ _____ Pelo TRIBUNAL: Dr. Pedro Davi Benetti Juiz da 1ª Vara e Diretor do Fórum da Comarca de Campo Novo do Parecis Dra. Cláudia Anffe Nunes da Cunha Juíza da 2ª Vara e Coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Campo Novo do Parecis

RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2018

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis torna público aos interessados a Retificação do ANEXO I do Edital de Pregão Eletrônico nº 006/2018, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de implemento tipo varredeira coletora a vácuo, conforme especificado nesse edital, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

A retificação faz-se necessária para alteração nas especificações do item.

O Edital retificado poderá ser retirado no Departamento de Licitações ou pelos sites:

www.camponovodoparecis.mt.gov.br

www.bll.org.br

Fica alterada a data de abertura do certame para o dia **03 de agosto de 2018**, às **09:00 horário de Brasília**.

As demais disposições ficam sem alteração.

Campo Novo do Parecis, 18 de julho de 2018.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 441/2018, DE 05 DE JULHO DE 2018.

NOMEIA O SERVIDOR DIEGO HENRIQUE SANTOS LOPES PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 050/2018 DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

ARTIGO. 1º - Em função da exoneração do senhor ROBERTON FAUST BARBOSA, nomear o servidor DIEGO HENRIQUE SANTOS LOPES, matrícula nº 6286, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos, o novo fiscal da Ata de Registro de Preço Nº 050/2018, oriunda do Pregão nº 021/2018, que tem por objeto a futura e eventual aquisição de emulsão asfáltica, para representar a Administração Municipal perante a referida ata de registro de preço e zelar pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas nesta Portaria, conforme Instrução Normativa SFI n° 003/2011.

a) Supervisionar a execução do objeto licitado, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob o aspecto quantitativo e qualitativo; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no edital, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto do fornecedor para instruir possível procedimento de sansão contratual;

c) Comunicar formalmente a Supervisão de Compras e Licitações sobre o descumprimento, pelo fornecedor, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Recusar a execução do objeto licitado em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de julho de 2018, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 05 dias do mês de julho de 2018.

FABIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DIEGO HENRIQUE SANTOS LOPES

FISCAL

GILMAR ZITO PRATI

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA

Assunto: INEXECUÇÃO DE ENTREGA

PREGÃO: 021/2018

NOTIFICADO: EMAN EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA.

CNPJ: 04.420.916/0003-13

VARZEA GRANDE – MT.

1. Vimos através da presente, **NOTIFICAR** a empresapela não entrega dos itens constante(s) na(s) NAD(s) nº: 300.3.2/2018 (empenho 3754/

2018) - parcial, 300.5.1/2018 (empenho 6124/2018), 300.4.1/2018 (empenho 6125/2018), **conforme prazo de entrega estipulado no Edital.**

2. Tendo a Contratada descumprido as obrigações das quais assumiu perante a Ata de Registro de Preços nº 050/2018, FICA ESTA EMPRESA **NOTIFICADA** PARA, QUERENDO, ENTREGAR OS ITENS/ OU APRESENTAR DEFESA PRÉVIA REFERENTE AO DESCUMPRIMENTO DE SUAS OBRIGAÇÕES, NO **PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, a contar da data de PUBLICAÇÃO desta Notificação.

3. A NÃO ENTREGA DOS ITENS/OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA, NO PRAZO FIXADO, implicará a contratada o imediato CANCELAMENTO de qualquer ATA/CONTRATO firmado com está Administração Pública.

4. Após a Publicação do Termo de Cancelamento, será encaminhado o processo administrativo para o setor jurídico desta Administração, para aplicação das penalidades previstas no referido Edital com base na lei 10. 520/2002, subsidiariamente com a lei 8.666/93 e suas alterações.

5. Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Campo Verde-MT, 18 de julho 2018.

LEILA GUBERT

Gerente de Compras

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 221/2018

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: GERALDO EBERT – ME, CNPJ Nº 00.569.369/0001-10

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE CAIXAS TÉRMICAS, JOGOS DE MESAS PLÁSTICAS, CADEIRAS AVULSAS, GELO CUBO E GELO TRITURADO - PREGÃO Nº 083/2018.

VIGÊNCIA: 18/07/2018 À 18/07/2019

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Locação de caixa térmica grande –350 litros, de polietileno ou metálica. Tamanho mínimo de 1,10 x 1,50	100 UND	R$ 30,00	R$ 3.000,00
02	Locação de caixa térmica média – 160 litros, de polietileno ou metálica. Tamanho mínimo de 0,50 x 0,75	100 UND	R$ 19,93	R$ 1.993,00
03	Gelo em cubo – pacote de no mínimo 05kg	100 PCT	R$ 8,08	R$ 808,00
04	Gelo triturado (ou barra) – pacote de no mínimo 10kg	100 PCT	R$ 12,42	R$ 1.242,00

Valor total do lote: R$ 7.043,00 (Sete mil quarenta e três reais).

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
05	Locação de mesa quadrada ou redonda, material em PVC com 04 cadeiras.	2.000 JG	R$ 6,95	R$ 13.900,00
06	Locação de cadeiras em PVC com encosto	15.000 UND	R$ 1,53	R$ 22.950,00

Valor total do lote: R$ 36.850,00 (Trinta e seis mil oitocentos e cinquenta reais).

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: R$ 43.893,00 (QUARENTA E TRÊS MIL OITOCENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS).

A ATA DE REGISTRO DE PREÇO NA ÍNTEGRA NO SITE DA PREFEITURA: WWW.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR

CAMPO VERDE, 18 DE JULHO DE 2018.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO Nº 083/2018

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do PREGÃO nº 083/2018 – *Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para locação de caixas térmicas, jogos de mesas plásticas, cadeiras avulsas, gelo cubo e gelo triturado:* a empresa GERALDO EBERT – ME, CNPJ nº 00.569.369/0001-10, sagrou-se vencedora dos lotes 01 e 02 totalizando R$ 43.893,00 (quarenta e três mil oitocentos e noventa e três reais). Campo Verde, 18 de julho de 2018. Leila Gubert – Pregoeira.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO

AVISO DO PREGÃO Nº 088/2018

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO RECARGA DE GÁS DE COZINHA E VASILHAME,** na modalidade pregão (presencial) nº **088/2018**, no dia **03 de AGOSTO de 2018, às 14:00 horas,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde, 18 de julho de 2018.

Ana Carolina S. Braga Blume

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DECRETO Nº. 086 DE 17 DE JULHO DE 2018.

DESIGNA SERVIDOR QUE MENCIONA COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais preconizadas no artigo 148, I, “c” da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO *as disposições contidas no artigo 170 da Constituição Federal, que determina tratamento favorecido às empresas de pequeno*

porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país;

***CONSIDERANDO** ainda o disposto no artigo 179 da Constituição Federal que dispõe que União, Estados, Distrito Federal e Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei;*

***CONSIDERANDO** também a Lei Complementar nº 123 de 13 de dezembro de 2008, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com alterações posteriores, em especial, aquelas efetuadas pela Lei Complementar nº 128 de 19 de dezembro de 2008, onde é determinada a competência do Poder Público Municipal para designação do Agente de Desenvolvimento para a efetivação das disposições de tal Lei Complementar e;*

***CONSIDERANDO** finalmente a prioridade do município em estabelecer políticas públicas voltadas aos empreendedores individuais, microempresa e empresas de pequeno porte,*

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeado como Agente de Desenvolvimento o servidor **GERALDO FERREIRA SOARES JUNIOR,** admitido na forma do artigo 37, inciso II da Constituição Federal e nomeado em caráter efetivo incialmente ao cargo de Técnico em Contabilidade, através da Portaria nº. 053, de 23 de janeiro de 2006 e atualmente ao cargo de Auditor Público Interno, através da Portaria nº. 025, de 23 de junho de 2008.

Art. 2º O Agente de Desenvolvimento é parte indispensável no município no Programa de Promoção do Desenvolvimento do Empreendedorismo Local, tendo por :

I - Organizar um Plano de Trabalho de acordo com as prioridades da Lei nº 1.066/2013, de 03 de junho de 2013;

II - Identificar as lideranças locais no setor público, privado e lideranças comunitárias que possam colaborar com o trabalho;

III- Manter diálogo constante com o grupo de trabalho, lideranças identificadas como prioritárias para a continuidade do trabalho e diretamente com os empreendedores do município;

IV - Manter registro organizado de todas as suas atividades;

V- Auxiliar o Poder Público Municipal no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais.

Parágrafo único. O agente de desenvolvimento ora designado deverá preencher os requisitos previstos no artigo 85-A, §2º da Lei Complementar nº123, de 13 de dezembro de 2008.

Art.3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 17 de julho de 2018.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

DECRETO Nº 087, DE 17 DE JULHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A Abertura de CrÉdito ADICIONAL SUPLEMENTAR POR remanejamento DE DOTAÇÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, "c" da Lei Orgânica Municipal e;

***CONSIDERANDO** o disposto no artigo 43, § 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº. 895, de 15 de maio de 2018;*

DECRETA:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito adicional suplementar por Remanejamento ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 08 Secretaria Municipal de Educação

UNIDADE: 01 Departamento de Educação

PROJETO: 1.147 Construção da Escola Municipal de Ensino Fundamental 15 de Outubro

(679) 4.4.90.51.00.00.01.0001 R$ 600.000,00

Total.....R$ 600.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito suplementar por Remanejamento a que se refere o artigo primeiro será efetivada através da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 01 Câmara Municipal de Campos de Júlio

UNIDADE: 01 Câmara Municipal de Campos de Júlio

(2) 4.4.90.51.00.00.1.056.01.0000 Obras e Instalações R$ 600.000,00

Total da anulação.....R$ 600.000,00

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 17 de julho de 2018.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA- TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2018

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio-MT, torna público para o conhecimento, que a licitação na modalidade Tomada de Preços nº 04/2018, do tipo Menor Preço Global, com data de abertura em 17/07/2018, às 08h00, visando selecionar a melhor proposta de empresa especializada para execução de obra de pavimentação asfáltica, calçamento e sinalização das vias urbanas, conforme projetos e planilhas, foi considerada DESERTA por não comparecerem interessados no certame.

Campos de Júlio - MT, 17 de julho de 2018.

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 43/2018

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 09/2018, torna público para conhecimentos dos interessados a aquisição abaixo:

Objeto: Referente aquisição de peças para manutenção do veículo ambulância Sprinter 415, Placa QBZ7769 Hospital Municipal Leocyr Lazarete.

Contratado: Técnica Diesel Tozzo LTDA - ME. CNPJ/MF nº 05.710348. 833/0001-95.

Valor global: R$ 15.366,00 (quinze mil e trezentos e sessenta e seis reais).

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e art. 1º, II, do Decreto Municipal nº 33/2017.

Dispensa de Licitação: 43/2018.

Fica ratificada pelo prefeito municipal a dispensa de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com

a justificativa apresentada e com o parecer jurídico, nos termos do artigo 26 da lei n° 8.666/93 e suas alterações.

Campos de Júlio - MT, 17 de julho de 2018.

Rosineia Rodrigues Ramos Silva.

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DECRETO Nº 000050/18 DE 21 DE MAIO DE 2018

JOSE ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de CAMPOS DE JÚLIO e autorização contida na Lei Municipal nº 000870/17 de 11 de Dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - Gabinete do Prefeito 02.03 - Procuradoria Jurídica	
(22) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.006-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
03 - Secretaria Municipal de Administração	
03.01 - Departamento de Administração	
(38) 4.4.90.52.00.00.00.00.2.009-0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.080,00
04 - Secretaria Municipal de Finanças	
04.03 - Departamento de Fiscalização	
(80) 3.3.90.31.00.00.00.00.1.016-0000 - PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS E OUTRAS	5.500,00
(85) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.016-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	3.740,00
04.04 - Departamento de Tesouraria	
(100) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.020-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 05 - Secretaria Munic. Obras Públicas e Serviços Urbanos	5.000,00
05.04 - Departamento de Abastecimento de Água e Esgoto	
(164) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.032-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.200,00
(162) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.032-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	6.700,00
06 - Secretaria Municipal de Saúde	
06.01 - Fundo Municipal de Saúde	
(266) 3.1.90.94.00.00.00.00.2.047-0400 - INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	1.000,00
(224) 3.1.90.94.00.00.00.00.2.035-0400 - INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	2.800,00
(235) 4.4.90.52.00.00.00.00.2.035-0400 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.000,00
(306) 3.1.90.94.00.00.00.00.2.041-0400 - INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	30.000,00
07 - Secretaria Municipal Assistência Social	
07.01 - Fundo Municipal de Assistência Social	
(417) 3.3.90.48.00.00.00.00.2.060-0000 - OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	2.850,00
08 - Secretaria Municipal de Educação	
08.01 - Departamento de Educação	
(505) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.076-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.000,00
08.02 - Fundo Manut e Desenv da Educação Básica - FUNDEB	
(535) 3.1.90.94.00.00.00.00.2.086-0313 - INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	3.700,00
09 - Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo	
09.01 - Departamento de Cultura	
(552) 3.3.90.33.00.00.00.00.2.089-0000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	215,00
(555) 4.4.90.52.00.00.00.00.2.089-0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.000,00
09.02 - Departamento de Esportes	
(585) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.090-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	6.000,00

11 - Secretaria Mun de Agric., Pecuária e Meio Ambiente 11.02 - Depto de Reflorestamento e Meio Ambiente	
(628) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.098-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	12.000,00
(629) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.100-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	860,00
Total Suplementação:	98.645,00

Art. 2° - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s)

03 - Secretaria Municipal de Administração 03.01 - Departamento de Administração

(41) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.011-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	7.100,00
(30) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.008-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	8.120,00
04 - Secretaria Municipal de Finanças	
04.04 - Depatarmento de Tesouraria	
(98) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.019-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	5.000,00
(99) 4.4.90.52.00.00.00.00.2.019-0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 05 - Secretaria Munic Obras Públicas e Serviços Urbanos	4.800,00
05.04 - Departamento de Abastecimento de Água e Esgoto	
(165) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.032-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.200,00
06 - Secretaria Municipal de Saúde	
06.01 - Fundo Municipal de Saúde	
(365) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.043-0400 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.000,00
(182) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.110-0400 - MATERIAL DE CONSUMO	3.800,00
(233) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.035-0400 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3.000,00
07 - Secretaria Municipal Assistência Social	
07.03 - Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social	
(463) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.069-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	850,00
(462) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.069-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
08 - Secretaria Municipal de Educação	
08.01 - Departamento de Educação	
(530) 3.3.50.43.00.00.00.00.1.138-0313 - SUBVENCOES SOCIAIS	3.700,00
(488) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.074-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.000,00
09 - Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo	
09.01 - Departamento de Cultura	
(539) 3.1.90.13.00.00.00.00.2.087-0000 - OBRIGACOES PATRONAIS	8.000,00

09 - Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo 09.02 - Departamento de Esportes	
(586) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.090-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	6.000,00
(582) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.090-0000 - MATERIAL DE CONSUMO 11 - Secretaria Mun de Agric., Pecuária e Meio Ambiente	215,00
11.02 - Depto de Reflorestamento e Meio Ambiente	
(624) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.114-0000 - OBRAS E INSTALACOES	860,00
(626) 3.3.90.32.00.00.00.00.1.122-0000 - MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIB.GRATUITA	12.000,00
Total Anulação:	98.645,00

Art. 3° -

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

JOSE ODIL DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, por meio da **COMISSÃO PREGOEIRA** - CP, torna público para conhecimento de todos os interessados sua intenção em aderir, como CARONA, à Ata de Registro de Preços nº 005/2017, referente ao Pregão Presencial nº 020/2018 – Prefeitura Municipal de Santa Terezinha/MT, nos termos 15 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e regulamentações constantes dos Decretos 7.892/2013 e 8.250/2014, conforme especificações abaixo:

Pregão Presencial nº 020/2017 – Santa Terezinha/MT;

Ata de Registro de Preços nº 005/2017;

Vigência da Ata: 12 Meses;

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Santa Terezinha/MT;

Empresa beneficiária: J. Pressi Serviços - ME. (CNPJ nº 16.501.192/0001-50);

Especificação do objeto registrado: Registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de máquinas, veículos, caminhões e equipamentos para uso da secretaria municipal de obras;

Quantidade registrada: Conforme registrado e disposto na Ata de Registro de Preços nº 005/2017 da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha/MT;

Quantidade de adesão:

Empresa: J. Pressi Serviços - ME. (CNPJ nº 16.501.192/0001-50);

Item	Qtde	Unid	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA	VALOR UN.	R$: TOTAL
01	600	Horas	Locação de Retroescavadeira de Pneus	R$ 104,00	R$ 62.400,00
02	150	Diárias	Locação de Caminhão Basculante 4x6	R$ 448,00	R$ 67.200,00
03	150	Diárias	Locação de Caminhão Basculante 4x2	R$ 348,00	R$ 52.200,00
04	150	Diárias	Locação de Caminhão Pipa com 4x2 com capacidade de 10 mil litros	R$ 398,00	R$ 59.700,00
VALOR TOTAL ESTIMADO:					**R$ 241.500,00**

Canabrava do Norte-MT, 18 de Julho de 2018

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 340/2018 DE: 02/07/2018

PORTARIA Nº 340/2018 DE: 02/07/2018

ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO -FUNDEB, E DA OUTRAS PROVIDENCÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º. – Ficam altera membros do **Conselho Municipal do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica**, no município de Canabrava do Norte-MT as pessoas abaixo devidamente indicadas pela respectiva entidade e órgão representativos, conforme prevê a legislação pertinente;

1. Representantes dos Professores;

Titular – **MARIA JOSEANE ARAGÃO FEITOSA**

CPF: 921.517.521-00

RG: 423.8416 DGPC/GO

Suplente – **MARIA EUZELIA VIEIRA**

CPF: 921.517.521-00

RG: 4238416 DGPC/GO

2. Representantes do Executivo;

Titular – **ROSANIA PEREIRA RAMOS**

CPF: 0254.236.521-61

RG:4880934 SSP/MT

Suplente – **IDEVLDO DE PAULA FARIA.**

CPF: 003.567.551-93

RG: 4762536 DGPC/GO

3. Representantes do Executivo Municipal (Secretarias);

Titular – **JOÃO BATISTA DE SOUZA**

CPF: 649.589.571-20

RG: 3840309 DGPC/GO

Suplente – **SIRLEIDE SOUZA SILVA**

CPF: 842.202.011-49

RG: 1571608 SSP/DF

4. Representante dos Diretores;

Titular – MARIA APARECIDA REIS TAVARES.

CPF: 938.656.271-53

RG: 174835-2 SSP/GO

Suplente – **FÁTIMA MARIA MOTA**

CPF: 192.194.661-04

RG: 930342 SSP/GO.

5. Representante dos servidores Técnicos Administrativos das Escolas;

Titular – IVANILDES RIBEIRO DE SOUSA

CPF: 001.350.771-09

RG: 16821947 SSP/MT

Suplente – **VALMERICE NUNES BRITO**

CPF: 947.523.031-91

RG: 460219-9 DGPC/GO

6. Representante dos Pais de Alunos;

Titular – ALDENORA FERREIRA DE SOUZA

CPF: 859.055.851-72

RG: 11723882 SSP/MT;

Suplente MANOEL DIAS DOS SANTOS.

CPF; 628.096.441-87

RG: 113.7472-1SSP/MT

Titular – FERNANDO AKMEIDA DA SILVA.

CPF: 817.082.111-87

RG: 361.1614SSP/GO

Suplente – **MANOEL DIAS DOS SANTOS**

CPF: 628.096.441-87

RG: 1137472-1 SJ/MT

Suplente- GLARIA APARECIDA DA COSTA

CPF: 001.814.851-41

7. Representante do Conselho Municipal de Educação;

Titular – **DJALMA FRANCISCO DE SOUSA**

CPF: 487.813.201-91

RG: 701426 SSP/MT

Suplente - MARIA HELENA RODRIGUES MALTA

CPF: 983.197.281-34

RG: 31493411443364 SSP/GO

8. Representante do Conselho Tutelar;

Titular – JOCELENE APARECIDA TAVARES DIAS

CPF: 591.301.051-53

RG: 2285430 SSP/GO

Suplente – **BERNADETE VIANA NUNES**;

CPF: 495.637.341-49

RG: 0701407-4 SSP/MT

9. Representante dos Alunos;

Titular –DALVA GOMES DA LUZ

CPF: 000.083. 291-09

RG: 4301175 DGPC/GO

Suplente – **VALDIRENE SOUZA SILVA**;

CPF: 007.411.481-61

RG: 20996373 SSP/MT

10. Representante dos Estudantes de Educação Básica Publica indicado pela Entidade de Estudantes Secundários;

Titular – MARIA JOSE RODRIGUES DA SILVA

CPF: 921.517.521-00

RG: 423.8416 GGPC/GO

Suplente – **BONFIM ALEXANDRE BARBOSA**;

CPF: 030.477.632-02

RG: 740.790-7 PC/PA

Artigo 2°. – Este Conselho será redigido pela **Lei nº 295/2007** de 05/03/2007 que Dispõe sobre a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-sePortaria n. 330/2017, de 11 de outubro de 2017 toda e qualquer disposição em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de julho de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRE-SE.

_____

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO N.º 091/2017

***SEGUNDO TERMO ADITIVO*AO CONTRATO N.º 091/2017, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA - MT E A EMPRESA W.L. DA SILVA TRANSPORTES E SERVIÇOS – ME.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT, e de outro lado a empresa **W.L. DA SILVA TRANSPORTES E SERVIÇOS - ME**, inscrita no CNPJ/MFsob o nº.22.480.801/0001-34, estabelecida na cidade de Canarana-MT, Av. Mato Grosso, nº875 Bairro, Nova Canarana, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **WESLEY LORENA DA SILVA**, portador da Cédula de Identidade RG nº.1791768-9 SSP/MT e inscrito no CPF nº 018.206.531-6**,** e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente termo aditivo contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo **acréscimo na prestação de serviços de locação de ônibus e micro-ônibus legalizados, com motorista, combustível e demais despesas por conta do locador de forma fracionada de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais de Canarana-MT,** que passa a ser parte integrante do Contrato originário, a Cláusula Primeira – Do Objeto, conforme quantidades mencionadas abaixo:

Item	Quant Licit.	Quant Adit	Unid	Especificação detalhada do objeto	R$ Unit	R$ Total
01	150.000	37.500	KM	Transporte Rodoviário – veículo **ônibus e micro-ônibus**, legalizados, para transitar em rodovias estaduais e municipais, **com ou sem asfalto**, **com despesas de motorista, combustível e outros por conta do locador**..	4,75	178.125,00

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO E DOS VALORES

2.1 - Fica acrescido um percentual no montante de 25 % (vinte e cinco por cento) do valor global, perfazendo o valor total de R$ 178.125,00 (cento e setenta e oito mil, cento e vinte e cinco reais) que passa a fazer parte integrante do processo.

2.2.1 – Com o acréscimo constante no item 2.1, a Cláusula Quarta, inciso 4.1, do contrato originário passará a ser de **R$ 890.625,00 (oitocentos e noventa mil, seiscentos e noventa e cinco reais).**

CLAUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E BASE LEGAL

3.1 – Conforme justificativa apresentada pela Secretaria de Administração, a quantidade licitada constantes no contrato não foram suficientes para o atendimento das necessidades das secretarias municipais.

3.2 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 65, inciso I, alínea b, c/c o § 1º do mesmo artigo da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e ainda inciso 6.1 alínea D do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e Condições do Contrato nº. 091/2017 e o 1º termo aditivo, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

5.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana, 02 de Julho de 2018.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

_____

WESLEY LORENA DA SILVA

RG: 1791768-9 e **CPF:** 018.206.531-61

W.L DA SILVA TRANSPORTES E SERVIÇOS - ME

_____

ANDREIA CECATTO

PORTARIA Nº 436/2017 de 23/05/2017

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

Assinatura:_____ **Assinatura:** _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 096/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 096/2016, firmado com a empresa **CLINICA DA FAMILIA LTDA.,** para a realização de exames de media e alta complexidade.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o **MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT, doravante denominada de **CONTRATANTE,** e a empresa **CLÍNICA DA FAMÍLIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.171.078/0001-74, estabelecida na Rua Miraguaí,161 – Sala-B, Centro – Canarana-MT doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **ANGELA UCKER MARQUES GUIMARÃES**, ocupando o cargo de Representante legal, brasileira, casada, RG nº 1070328-4 SSP/MT. e CPF nº 851.254.901-72, doravante denominada de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO contrato nº 096/2016**, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo o **acréscimo na prestação de serviços de exames laboratoriais e prorrogação da vigência do contrato,** que passam a ser parte integrante do Contrato originário, a Cláusula Primeira – Do Objeto e Clausula Terceira – da Forma de Execução, Pra-

zo e Vigência, referente ao **processo de licitatório nº 050/2016 na modalidade pregão presencial nº 029/2016,** conforme quantidades mencionadas abaixo:

Nº Item	Descrição	Qte. Licit.	Qte Aditivo	Valor Unit	Valor Total
1	EXAMES - TC DE COLUNA LOMBAR	25	6	650,00	3.900,00
2	EXAMES - USG MAMA	20	5	250,00	1.250,00
3	EXAMES - TC CRANIO OU SELA TURSICA OU ORBITAS S/CONTRASTE	25	6	600,00	3.600,00
4	EXAMES - TC CRANIO OU SELA TURSICA OU ORBITAS C/CONTRASTE	20	5	740,00	3.700,00
5	EXAMES - TC TORAX S/CONTRASTE	25	6	680,00	4.080,00
6	EXAMES - TC TORAX C/CONTRASTE	20	5	870,00	4.350,00
7	EXAMES - TC UROTOMOGRAFIA (VIAS URINARIAS) S/ CONTRASTE	29	7	800,00	5.600,00
8	EXAMES - TC UROTOMOGRAFIA (VIAS URINARIAS) C/ CONTRASTE	29	7	1.000,00	7.000,00
9	EXAMES - TC ABDOMEN TOTAL S/CONTRASTE	29	7	800,00	5.600,00
10	EXAMES - TC ABDOMEN TOTAL C/CONTRASTE	20	5	1.130,00	5.650,00
11	EXAMES - TC ABDOMEN SUPERIOR OU INFERIOR S/CONTRASTE	20	5	730,00	3.650,00
12	EXAMES - TC FACE (INCLUI SEIOS DA FACE)	25	6	690,00	4.140,00
13	EXAMES - TC PELVE E BACIA	20	5	760,00	3.800,00
14	EXAMES - USG PARTES MOLES	20	5	250,00	1.250,00
15	TC COLUNA CERVICAL	25	6	650,00	3.900,00
16	TC COLUNA DORSAL	29	7	650,00	4.550,00
17	ARTICULAÇÃO UNILATERAL (ESTERNO-CLAVICULAR, OMBRO, COTOVELO	25	6	670,00	4.020,00
18	TC PESCOÇO (PARTES MOLES, LARINGE, TIREÓIDE E FARINGE) SEM C	20	5	670,00	3.350,00
19	TC PESCOÇO (PARTES MOLES, LARINGE, TIREÓIDE E FARINGE) COM C	25	6	730,00	4.562,50
20	SEGMENTOS APENDICULARES (BRAÇO, ANTEBRAÇO, MÃO, COXA OU PE	20	5	670,00	3.350,00
21	ELETRONEUROMIOGRAFIA	20	5	600,00	3.000,00
22	UROGRAFIA EXCRETORA	26	6	500,00	3.000,00
23	DENSIOMETRIA (FEMUR/COLUNA)	50	12	250,00	3.000,00
24	ESPERIOMETRIA	45	11	50,00	550,00
25	AUDIOMETRIA	45	11	50,00	550,00
26	ELETROENCEFALOGRAMA	25	6	300,00	1.800,00
27	HOLTER	20	5	300,00	1.500,00
28	USG TIREOIDE	20	5	220,00	1.100,00
29	USG PROSTATA	21	5	220,00	1.100,00
30	USG MORFOLOGICA	35	8	350,00	2.800,00
31	RETOSSIGMOIDOSCOPIA	20	5	800,00	4.000,00
32	COLONOSCOPIA	25	6	1.000,00	6.000,00

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO E DOS VALORES

2.1 - Fica acrescentada à clausula Quarta, inciso 4.1 ao contrato originário o montante de R$ 109.702,50 (cento e nove mil, setecentos e dois reais e cinquenta centavos), passando o valor total do contrato a ser de R$ 559.872,50 (quinhentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos).

2.2 - Fica acrescentada à Cláusula Terceira, inciso 3.7 do contrato originário o total de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias,** ficando o prazode vigência do contrato estendido até o **dia 20/07/2019,** podendo ser rescindido antes desse prazo caso haja a realização de novo processo licitatório ou encerrem os saldos.

CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – A administração se sentiu na obrigação de prorrogar o contrato e realizar acréscimo em suas quantidades, por tratar-se de fornecimento de serviços contínuos na realização de exames complementares de média e alta complexidade, que serão disponibilizados aos pacientes com indicação média em caráter de urgência e emergência internados no Hospital Municipal de Canarana MT., onde as mesmas correm risco de vida, sendo fornecidos a famílias de baixa renda, através do cadastro do Serviço Social, os quais serão observados, rigorosamente, pelos técnicos da municipalidade durante as vistorias, tendo como objetivo atender a demanda de usuários nessa situação vulnerável necessitando em caráter de urgência a realização desses exames complementares de media e alta complexidade**.**

3.2 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 65, inciso I, alínea b, c/c o § 1º, Art. 57, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e clausulas do contrato originário.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

CLAUSULA QUINTA - DOMICÍLIO E FORO

5.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Canarana – MT, 13 de Julho de 2018.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal de Canarana

CONTRATANTE

CLÍNICA DA FAMÍLIA LTDA

ANGELA UCKER MARQUES GUIMARÃES

RG nº 1070328-4 SSP/MT. e CPF nº 851.254.901-72

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO N.º 102/2017

***SEGUNDO TERMO ADITIVO*AO CONTRATO N.º 102/2017, QUE ENTRE SI FIRMAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA – MT. E A EMPRESA DORACI ARRUDA BERTOLDI EIRELI – ME.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **DORACI ARRUDA BERTOLDI EIRELI – ME,** inscrita no CNPJ n.º 22.446.279/0001-74, estabelecida na Cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, a Rua Alberto Velho Moreira **nº. 205, Bairro Bandeirantes**, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **DORACI ARRUDA BERTOLDI**, RG nº 255958-0 SSP/MT e CPF nº 922028701-30, **detentora de item registrado na Ata de Registro de Preços nº 19/2017, oriunda do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 022/2017, realizado pela Prefeitura Municipal de Paranaíta-MT**. , firmam o presente **ADITIVO DE ACRÉSCIMO**, conforme decidido no Processo Administrativo de adesão, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo **acréscimo na prestação de serviços de casa de apoio em Cuiabá-MT,** que passa a ser parte integrante do Contrato originário, a Cláusula Primeira – Do Objeto, conforme quantidades mencionadas abaixo:

Item	Quant Licit.	Quant Adit	Unid	Especificação detalhada do objeto	R$ Unit	R$ Total
01	6.000	1.500	Unid	SEVIÇO DE HOSPEDAGEM - EM POUSADA, COM PENSÃO COMPLETA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM (**DIARIAS DE 24 HORAS**), PARA ATENDER AOS PACIENTES DE (TFD) TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO, ENCAMINHADOS PARA TRATAMENTO NA CIDADE DE CUIABÁ, COM ALOJAMENTOS SEPARADOS POR SEXO, 04 REFEIÇÕES DIÁRIAS (**CAFE DA MANHA, ALMOÇO, CAFÉ DA TARDE E JANTAR DE BOA QUALIDADE**),ALÉM DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE ASSISTENCIA SOCIAL AOS PACIENTES, OFERECENDO TRANSPORTE PARA O LOCAL DO RESPECTIVO TRATAMENTO,TANTO PRA O PACIENTE QUANTO PARA O ACOMPANHANTE. O LOCAL DEVERÁ POSSUIR RAMPAS DE ACESSIBILIDADE E BANHEIROS PARAPORTADORES DE NECESSIDADES FÍSICAS	45,00	67.500,00

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO E DOS VALORES

2.1 - Fica acrescido um percentual no montante de 25 % (vinte e cinco por cento) do valor global, perfazendo o valor total de R$ 67.500,00 (sessenta e sete mil, e quinhentos reais) que passa a fazer parte integrante do processo.

2.2.– Com o acréscimo constante no item 2.1, a Cláusula Quarta, inciso 4.1, do contrato originário passará a ser de **R$ 337.500,00 (trezentos e trinta e sete mil e quinhentos reais).**

CLAUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E BASE LEGAL

3.1 – Conforme justificativa apresentada pela Secretaria de Saúde, a quantidade licitada constantes no contrato não foram suficientes para o atendimento das necessidades para o atendimento aos pacientes do SUS – sistema Único de Saúde.

3.2 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 65, inciso I, alínea b, c/c o § 1º do mesmo artigo da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e ainda inciso 6.1 alínea D do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas nas mesmas dotações orçamentárias constantes no contrato original.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 102/2017 e 1º termo aditivo,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

6.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 10 de Julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

DORACI ARRUDA BERTOLDI EIRELI – ME

Doraci Arruda Bertoldi,

CPF nº 922028701-30

CONTRATADA:

EDINILCE PRUDENTE

(Fiscal Suplente)

Portaria Nº 518/2017 de 30 de Junho de 2017

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ **Assinatura:** _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO N.º 108/2017

***PRIMEIRO TERMO ADITIVO*AO CONTRATO N.º 108/2017, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA – MT. E A EMPRESA ESPAÇO VIVENCIAL REAL PAX LTDA-ME.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **ESPAÇO VIVENCIAL REAL PAX LTDA-ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.695. 011/0001-82, estabelecida na Rua Santa Rosa, nº 464, Centro, Cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **Eduardo Wynder Cardoso do Carmo**, RG nº 2411429-4 SSP/MT, e CPF nº 941.592.971-53, firmam o presente **ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO**, conforme decidido no Processo Administrativo decorrente de Licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº 037/2017**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e Vigência, inciso 3.9, referente ao processo de licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 037/2017.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica acrescentada à Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e Vigência, **do contrato originário o total de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, ficando sua vigência estendida até o dia 06/07/2019, podendo ser rescindido antes desse prazo caso se esgotem os saldos, ou haja a realização de novo processo licitatório, sem prévia notificação.**

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

3.2 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de saldos dos itens do processo, também a empresa irá manter os preços ofertados no ano de 2017, e ainda por vários fatores administrativos, onde justificamos que desta forma o município não ficará sem o atendimento às necessidades das famílias carentes até a fformalização do novo processo licitatório.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas nas mesmas dotações orçamentárias constantes no contrato original.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 108/2017,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

6.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 29 de Junho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

ESPAÇO VIVENCIAL REAL PAX LTDA-ME

Eduardo Wynder Cardoso do Carmo

CPF nº 941.592.971-53

CONTRATADA:

_____

FISCAL DO CONTRATO

MARIA REGINA FERNANDES PEREIRA

Portaria Nº 478/2017 de 21 de Junho de 2017

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ **Assinatura:** _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

PORTARIA Nº 371/2018

De 16 de Julho de 2018.

Designa Servidores Públicos Municipais para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **FLÁVIO RIBEIRO PEREIRA**, servidor no cargo de Técnico em Radiologia**,** para exercer a fiscalização dos Contratos referentes ao **Processo nº 070/2018, Carta convite nº 007/2018, para a a*quisição de diversos materiais para realização de exames Raio-X* e a servidora AMANDA DEZONTINI, servidora no cargo de Dentista, para exercer a fiscalização dos Contratos referentes ao mesmo processo a a*quisição de diversos materiais de consumo odontológicos,* para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde**, conforme anexo I – Termo de Referencia.

***Art. 2º* -** Nomear **OIR FREITAS DE OLIVEIRA**, servidor no cargo de Técnico em Radiologia, como suplente de Fiscal dos referidos Contratos.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 16 de Julho de 2018**.**

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

ERRATA – RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 009/2018

A Prefeitura Municipal de Canarana - MT, em correção à publicação do **TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 009/2018,** publicado no Diário Oficial de Contas (TCE/MT), Jornal Oficial dos Municipios (AMM), Jornal A Gazeta e Mural Publico e ainda **demais documentos constantes no processo de licitação**, comunica a todos que:

AONDE SE LÊ:

Realização de show Gospel em comemoração ao Dia dos Evangélicos **no dia 11/08/2018** no Estádio Municipal Elídio Corbari

LEIA-SE CORRETO:

Realização de show Gospel em comemoração ao Dia dos Evangélicos **no dia 25/08/2018** no Estádio Municipal Elídio Corbari

Canarana-MT., 17 de Julho de 2018.

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE
RESOLUÇÃO Nº.002/2018

RESOLUÇÃO Nº.002/2018

Dispõe sobre o Registro, Renovação de Registro e/ou Inscrição de Programas e Projetos das Entidades Governamentais e Não-Governamentais e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei n° 1.038/2012, de acordo com a Lei n° 8.069/1990.

RESOLVE:

Art. 1º Ficamestabelecidos os parâmetros para Registro, Renovação de Registro e/ou Inscrição de Programas e Projetos das Entidades Governamentais e Não-Governamentais, no CMDCA de Canarana, conforme competência determinada no art. 91 da Lei Federal nº. 8.069/90 e diretrizes desta Resolução.

§1º. Para a obtenção do registro, a entidade deverá desenvolver suas atividades e programas no Município de Canarana-MT;

§2º. O registro fornecido pelo CMDCA terá validade 2 (dois) anos, os documentos que tiverem vencimento durante esse período deverão ser atualizados juntos ao CMDCA.

§3º. O registro tem a validade de dois anos. Após o término deste prazo a entidade deverá requerer a renovação do registro;

§4º. Os projetos e programas deveram ser aprovados em reunião pelo CMDCA.

Art. 2º A obtenção do registro das entidades e programas sem fins lucrativos no CMDCA estará condicionada ao estrito cumprimento do disposto nos artigos 90 a 94, com seus respectivos parágrafos e incisos da Lei Federal nº. 8.069/90, além dos seguintes requisitos:

I - Executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;

II - Assegurar que os serviços, programas e projetos sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;

III - Garantir a gratuidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais;

IV - Garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da missão da entidade ou organização.

Art. 3º As inscrições de entidades e programas deverão apresentar os seguintes documentos para obtenção da inscrição:

I - Ofício em papel timbrado da entidade e assinado pelo representante legal da mesma, dirigido ao Presidente do CMDCA, solicitando registro para funcionamento;

II - Cópia do estatuto social (atos constitutivos) registrado em cartório;

III - Cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;

IV - Plano de trabalho dos programas a serem registrados em concordância com a Lei Federal nº. 8.069/90, devendo constar como anexo o quadro de recursos humanos contratados com a formação profissional e carga horária destes funcionários, breve descrição do programa, cronograma de atividades e cronograma financeiro, além da descrição dos dias e horários de funcionamento da entidade e relação quantitativa dos atendimentos previstos;

V - Cópia do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

VI - Balanço financeiro dos dois últimos exercícios;

VII- Certidão Negativa de débito junto ao INSS e Caixa Econômica Federal.

Art. 4° As entidades e organizações que atuam em mais de um Município deverão inscrever os serviços, programas e projetos nos Conselhos respectivos.

Art. 5° Ao CMDCA compete:

I - Receber e analisar os pedidos de inscrição e/ou programas e projetos;

II - Pautar, discutir e deliberar os pedidos de inscrição em reunião;

III –Fazer o monitoramento em todas as etapas dos projetos e programas, desde a apresentação, execução até a devida prestação de contas.

Art. 6º Terá o registro cancelado a entidade que:

I - Infringir qualquer disposição desta Resolução;

II - Apurado por meio de processo administrativo fique comprovada irregularidade na gestão administrativa;

III - descumprir os artigos 91, 92, 93 e 94 e seus respectivos incisos e parágrafos da Lei Federal nº. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 7º As entidades governamentais e não governamentais de atendimento a criança e adolescente serão fiscalizadas pelo Poder Judiciário, Ministério Público e pelo Conselho Tutelar, conforme disposição da legislação federal Art. 95 do ECA.

Parágrafo Único: Após a expedição do registro, o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente informará ao Ministério Público, Judiciário e Conselho Tutelar o registro da entidade, para efetivação do disposto no caput deste artigo.

Art. 8º. Os casos não previstos nesta Resolução serão apreciados e dirimidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 9° Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Canarana-MT, 18 de julho de 2018.

Adirma Rosa Guimarães Koester

Presidente - CMDCA

PORTARIA Nº 370/2018

De 16 de Julho de 2018.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Servidor WANDERLEY FERREIRA DE MEDEIROS no cargo de **Coordenador de Protocolo e Expediente**, para exercer a fiscalização do Processo Licitatório nº 072/2018, Inexigibilidade nº 009/2018, objeto é a Contratação de Empresa Promotora de Shows Artísticos para realização de show Gospel em comemoração ao Dia dos Evangélicos no dia 25/08/2018, no Estádio Municipal Elídio Corbari.

***Art. 2º* -** Nomear **EDILAINE LOPES DA COSTA** no cargo de Auxiliar Administrativo como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11/07/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 16 de Julho de 2018.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2018

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº 076/2018 Modalidade: Dispensa de Licitação nº 014/2018

RATIFICO o ato da Comissão Permanente de Licitação, que dispensou licitação com fundamento no art. 24, inciso II da Lei 8.666/93, corrigido e atualizado pela Lei Municipal nº 1.369/2018, c/c Resolução de Consulta nº 17/2014-TP do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para a contratação da empresa **GRAFICA IVAN LTDA-ME**, inscrita no CNPJ nº 33.048.638/0001-51, com sede à Rua Raimundo Melo nº 283, Bairro Campinas na cidade de Barra do Garças-MT pelo valor total de **R$ 29. 948,00 (vinte e nove mil, novecentos e quarenta e oito reais),** para atender as necessidades desta municipalidade,para a **prestação de serviços gráficos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde**, conforme solicitação face ao disposto no art. 26 da Lei nº 8. 666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

As despesas decorrentes da aquisição do objeto do presente contrato correrão à conta de dotação do orçamento vigente para o exercício de 2018, na seguinte classificação: 3.3.90.39 – Outros sérvios de terceiros pessoa jurídica.

Publique-se.

Canarana-MT, 18 de Julho de 2018.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

PORTARIA N.º 186/2018.

SÚMULA: "**DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE GRUPO PARITÁRIO PARA ESTUDOS SOBRE OS ÍNDICES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E A APLICAÇÃO DO REAJUSTE GERAL ANUAL COM O CONSEQUENTE IMPACTO SOBRE OS ÍNDICES NO MUNICÍPIO DE CARLINDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO O Ofício n.º 016/2018 de 11 de Junho de 2018, do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso, sub sede Carlinda/MT;

CONSIDERANDO O Ofício n.º 071/SME/2018 de 17 de Julho de 2018 da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar grupo paritário de estudos sobre os índices da lei de responsabilidade fiscal e a aplicação do reajuste geral anual com o consequente impacto sobre os índices no Município de Carlinda.

Art. 2º - O resultado dos estudos deverá ser elaborado na forma escrita, expondo os critérios utilizados, demonstrando a viabilidade ou inviabilidade fundamentadamente de aplicação do reajuste geral anual, observando a lei de responsabilidade fiscal.

Art. 3º - Os integrantes do grupo de estudos terão isonomia entre si, sendo o grupo composto dos seguintes integrantes:

Ø MARIA DAS DORES DA COSTA. (Secretaria Municipal de Educação).

Ø MARLOS APARECIDO DE CAMPOS. (Diretor de Unidade Escolar).

Ø ANA LUCIA SÉZE DIAS. (Diretora de Unidade Escolar).

Ø DAIANE MARIANA DA SILVA BENFICA. (Diretora de Unidade Escolar).

Ø JUVENAL LIRA DA SILVA. (Diretor de Unidade Escolar).

Ø MARIA SELMA DA COSTA NASCIMENTO. (Diretora de Unidade Escolar).

Ø MARIA LUCIA DE SOUZA DA SILVA. (Diretora de Unidade Escolar).

Ø GENILDA BATISTA DA SILVA. (Diretora de Unidade Escolar).

Ø VILMA SANTINA DA SILVA. (SINTEP).

Ø DAMIÃO DE SOUZA DOS SANTOS. (SINTEP).

Ø ROSANGELA DIAS SOARES ANANIAS. (Conselho Municipal de Educação).

Ø LUIZ ANTONIO FERREIRA DA SILVA. (Conselho Municipal de Educação).

Ø ADEMAR BORGES. (Conselho do Fundeb).

Ø SANDRA SANTOS. (Conselho do Fundeb).

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Carlinda/MT, em 18 de Julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA/MT

_____

Carmelinda Leal Martines Coelho

Prefeita Municipal

CAMARA MUNICIPAL
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. º 006/2017.

Contrato de Prestação de serviços que fazem entre si, de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CARLINDA** e de outro lado a empresa**ÁGILI SOFTWARE BRASIL LTDA.**

Por este instrumento de Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a Câmara Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o N. º 01.619.852/0001-24, com sede na Rua das Adálias,s/n, Centro, Carlinda - MT, Cep: 78.587-000, neste ato representado pelo Presidente o **Sr. Damião de Souza Santos**, brasileiro, casado, portador do documento de identidade RG nº 1.011.658-3 SSP/MT e CPF nº 630.053.791-91, residente e domiciliada na Rua XV de Novembro, s/nº, Bairro Cristo Rei, na cidade de Carlinda, e de outro lado, a empresa **ÁGILI SOFTWARE BRASIL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, situada à Av. Natalino João Brescansin nº 499, bairro Centro, Sorriso Estado de Mato Grosso, portadora do CNPJ nº 26.804.377/0003-59, neste ato representado por seu sócio-proprietário Sr. JOSÉ CARLOS URIAS, brasileiro, casado, portador da CIRG sob o n°. 4.238.290-6 SSP/PR e inscrito no CPF sob o n°. 596.277.789-15, residente e domiciliado na Rua Felício Marconi, nº. 171, Vale do Arvoredo, CEP: 86.047-595, na cidade de Londrina – Estado do Paraná, neste ato denominado simplesmente CONTRATADA.

As Partes têm justos e acertados o presente contrato que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes, tudo de acordo com a Lei nº. 8.666/93 e suas posteriores alterações, aplicando nos casos omissos, o disposto na legislação civil vigente e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

O valor global do presente Termo Aditivo é de R$ 15.785,00 (quinze mil, setecentos e oitenta e cinco reais), que serão pagos em 07 (sete) parcelas no valor de R$ 2.255,00 (dois mil duzentos e cinquenta e cinco reais).

CLAUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da classificação e dotações orçamentárias abaixo especificadas, e consignadas no Orçamento Programa previsto para o corrente exercício, na seguinte rubrica:

DOTAÇÃO: 0013 – 01.001.01.031.0009.2022-3.3.90.40.00.00

CLÁSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ratifica-se que as demais cláusulas e condições as quais permanecerão inalteradas.

CLÁUSULA SETIMA: DO FORO

Fica convencionado que o Foro da Comarca de Alta Floresta MT é o indicado para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

Carlinda – MT, 26 de junho de 2018.

CAMARA MUNICIPAL
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO SITE OFICIAL DA CAMARA DE VEREADORES DE CARLINDA, HOSPEDAGEM, SUPORTE TÉCNICO que entre si celebram **Câmara Municipal de Carlinda/MT**, e a Empresa **M. P. de Oliveira Silva Soluções Web Eireli ME**, para os fins que especificam, conforme as Cláusulas a seguir.

Por este instrumento de Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE** a **CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF sob o N.º 01.619.852/0001-24**, com sede na Rua das Adálias, s/nº, Centro, Carlinda - MT, CEP: 78.587-000, neste ato representado pelo Presidente o Sr. **Damião de Souza Santos**, brasileiro, casado, portador do documento de identidade RG nº 1.011.658-3 SSP/MT e CPF nº 630.053.791-91, residente e domiciliada na Rua XV de Novembro, s/nº, Bairro Cristo Rei, na cidade de Carlinda, e de outro lado, como **CONTRATADA** a empresa **M. P. DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB EIRELI ME,** com CNPJ/MF n.º 14.728.004/0001-03, com sede na Avenida das Embaúbas, n° 640, Centro, na cidade de Sinop, Estado de Mato Grosso, neste ato representada por seu representante o **Sr. Marcos Paulo de Oliveira Silva**,brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 35405864-2 SSP/SP e do CPF nº 021.222. 971- 07, residente e domiciliado na Rua das Cerejeiras, nº 2081, Jardim Paraíso, CEP 78.556-106, na cidade de Sinop/MT, doravante denominado CONTRATADA o que se segue e mutuamente e concordam:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

O valor global do presente Termo Aditivo é de R$ 4.771,41 (quatro mil, setecentos e setenta e um reais e quarenta e um centavos), que serão pagos em 07 (sete) parcelas no valor de R$ 681,63 (seiscentos e oitenta e um reais e sessenta e três centavos).

CLAUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da classificação e dotações orçamentárias abaixo especificadas, e consignadas no Orçamento Programa previsto para o corrente exercício, na seguinte rubrica:

DOTAÇÃO: 0013 – 01.001.01.031.0009.2022-3.3.90.40.00.00

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DEMAIS CLAUSULAS

Ratifica-se que as demais cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas.

CLÁUSULA SETIMA: DO FORO

Fica convencionado que o Foro da Comarca de Alta Floresta MT é o indicado para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

Carlinda -MT, 26 de junho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP N.º 050/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro torna público que fará licitação **PREGÃO PRESENCIAL n.º 50/2018**, do tipo **"MENOR PREÇO GLOBAL",** objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CASA DE APOIO E ASSISTENCIA A PACIENTE NA PRAÇA DE CUIABA/MT, PARA DAR ATENDIMENTO AOS PACIENTES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA - MT,**. Com sessão no dia 31/07/2018 às 08:00 horas. Maiores informações pelo fone 66 3581 1521, ou pelo e-mail:prefeituracastanheira@gmail.com ou pelo site www.castanheira.mt.gov.br

Castanheira - MT, **19** de julho de **2018**.

WILSON VIEIRA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2018

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.310.499/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Srº. ALTAMIR KURTEN, brasileiro, agente político, portador da Cédula de Identidade Nº 1815705 SSP/MT e inscrito no CPF: Nº 403.786.169-00, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **MUDAR COM. DE MAT. DE CONST. FERRAM. E EPI'S LTDA EPP,** inscrita no CNPJ sob o n.º 14.888.303/0001-05 e Inscrição Estadual n.º 13.443.964-3, estabelecida a Avenida Beira Rio, n.º 1700, Praeiro, cidade de Cuiabá/MT, neste ato representada pelo seu sócio proprietário Srº. **Thiago Freitas Do Nascimento**, portador do CIRG n.º 1608129-3 SSP/MT e CPF n.º 027.911.441-96, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de CLÁUDIA e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 028/2018**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a esente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DIVERSOS PARA A MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA,** sendo na oportunidade conforme os termos abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD	UND	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	Adesivo silicone transparente 280g	Power ved	59	UNID	R$ 14,00	R$ 826,00
2	Arruela lisa 5/16	Jomarca	481	UND	R$ 0,09	R$ 43,29
3	Assento sanitario cores variadas	alumassa	60	UNID	R$ 25,00	R$ 1.500,00
4	Barra de Rosca 5/16" x 1000 mm²	Jomarca	174	UNID	R$ 3,80	R$ 661,20
5	Base ACRILICA sb 16 litros	Neovinil	57	UNID	R$ 319,00	R$ 18.183,00
6	Botina numeração 37 ao 44	Carton	100	UND	R$ 50,00	R$ 5.000,00
7	Caixa de gordura completa	Tigre	22	UNID	R$ 168,00	R$ 3.696,00
8	Carrinho de mão	Maestro	11	UNID	R$ 105,00	R$ 1.155,00
9	Cavadeira artic. Light c/cabo	Ramada	13	UNID	R$ 70,00	R$ 910,00
10	Chave de fenda cotoco 3/16 x 1.1/2"	tramontina	37	UNID	R$ 7,00	R$ 259,00
11	Chave de fenda reforçada de 6x150 mm	Mayle	26	UNID	R$ 12,00	R$ 312,00
12	Chave de Fenda reforçada de 8x200 mm	Mayle	24	UNID	R$ 11,00	R$ 264,00
13	Chave Philips 1/4 x5"	Mayle	26	UNID	R$ 7,00	R$ 182,00
14	Chave Philips 5/16 x8"	Mayle	18	UNID	R$ 7,50	R$ 135,00
15	Chave Philips ergonomicade 3/16 x 5 pol.	Mayle	18	UNID	R$ 6,10	R$ 109,80
16	Colher de pedreiro 8"	Paraboni	12	UNID	R$ 15,50	R$ 186,00
17	Corda 10mm	Rio mar	403	METRO	R$ 1,60	R$ 644,80
18	Corda 10mm	Rio mar	415	METRO	R$ 1,25	R$ 518,75
19	Curva PVC 90° 3/4"	krona	85	UNID	R$ 2,60	R$ 221,00
20	Durepox 100Gr	henkel	27	UND	R$ 10,00	R$ 270,00
21	Enxada larga 2.0 com cabo	Ramada	28	UNID	R$ 26,00	R$ 728,00
22	Enxadão estreito c/cabo	Ramada	18	UNID	R$ 26,00	R$ 468,00
23	Fita crepe 48x50	afa	125	UNID	R$ 8,00	R$ 1.000,00
24	Fita Isolante 19 mm² x 10 m	afa	47	UNID	R$ 2,70	R$ 126,90

25	Fita isolante 19mmx20mts	afa	86	UNID	R$ 5,50	R$ 473,00
26	Foice tamanho grande, fabricada em aço carbono de alta qualidade, cabo com acabamento envernizado 1.10cm	Paraboni	24	UND	R$ 32,00	R$ 768,00
27	Joelho esgoto 100 mm	krona	57	UNID	R$ 4,50	R$ 256,50
28	Joelho esgoto 150 mm	krona	37	UNID	R$ 33,00	R$ 1.221,00
29	Lima para enxada 8'	belota	105	UNID	R$ 16,00	R$ 1.680,00
30	Lixa 100	tatu	38	UNID	R$ 1,60	R$ 60,80
31	Lixa 220	tatu	36	UNID	R$ 1,70	R$ 61,20
32	Lixa d´agua gr. 120	tatu	55	UNID	R$ 1,69	R$ 92,95
33	Lixa ferro 80	tatu	35	UNID	R$ 2,60	R$ 91,00
34	Lixa massa 80	tatu	55	UNID	R$ 1,22	R$ 67,10
35	Lona Preta 6mt larg. 100micra	nortene	773	METRO	R$ 4,00	R$ 3.092,00
36	Mangueira 3/4 preta	eco 2000	452	METRO	R$ 1,60	R$ 723,20
37	Massa Corrida Acrílica (balde 18 litros)	Neovinil	180	UNID	R$ 86,00	R$ 15.480,00
38	Massa epoxi 100gr	henkel	135	UND	R$ 9,70	R$ 1.309,50
39	Parafuso Frances 1/4" x 2"	Jomarca	1265	UNID	R$ 0,52	R$ 657,80
40	Parafuso Phillips 3,5x3cm	Jomarca	1475	UNID	R$ 2,04	R$ 3.009,00
41	Porta sanfona da 2,10x0,80	plasflex	40	UNID	R$ 118,00	R$ 4.720,00
42	Prego 19 x 36 - 1KG	morlan	185	UND	R$ 10,10	R$ 1.868,50
43	Registro de gás	aliança	44	UNID	R$ 26,00	R$ 1.144,00
44	Registro soldável c/união 50 mm	krona	50	UNID	R$ 20,90	R$ 1.045,00
45	Rolo de espuma 5cm com cabo	compel	51	UNID	R$ 4,20	R$ 214,20
46	Rolo de textura 23cm	compel	31	UNID	R$ 26,50	R$ 821,50
47	Sifão universal	plasbohn	62	UNID	R$ 5,80	R$ 359,60
48	Textura acrílica 20kg	Neovinil	69	UNID	R$ 77,50	R$ 5.347,50
49	Tinta esmalte 18L diversas cores	rizzieri	250	UNID	R$ 299,00	R$ 74.750,00
50	Tinta latex acrilico 18 l diversas cores	Neovinil	296	UNID	R$ 229,40	R$ 67.902,40
51	Torneira de plastico para jardim preta	thompson	62	UNID	R$ 3,70	R$ 229,40
52	Tubo soldável 25 mm	mais pvc	93	UNID	R$ 12,10	R$ 1.125,30
53	União soldável 25 mm	krona	68	UNID	R$ 6,40	R$ 435,20
54	Válvula lavatório branca longa	krona	30	UNID	R$ 4,80	R$ 144,00
55	Vaso sanitário grande com caixa aclopada	logasa	7	UNID	R$ 320,00	R$ 2.240,00
56	Veneziana c/grade 1,00x1,20x12	açofer	20	UNID	R$ 219,00	R$ 4.380,00
						R$ 233.169,39

1.2. Os itens que tiverem os preços e quantidades registrados, eventualmente serão contratados de acordo com a necessidade das Secretarias Municipais de Cláudia-MT.

1.3. No momento da entrega dos itens, todas as condições e especificações constantes no Termo de Referência, anexo ao Edital de Pregão Presencial n° 028/2018, deverão ser obrigatoriamente atendidas.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 18/07/2018 até 17/07/2019.

2.1.1 A vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cláudia não será obrigado a efetuar a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos filtros, óleos lubrificantes e derivados referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 028/2018**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Administração.

3.2. Caso seja constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

3.2.1. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

3.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

3.4. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

3.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 As entregas serão feitas de forma parcelada conforme a necessidade das Secretarias Solicitantes, através de Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento na quantidade solicitada.

4.2 Os itens registrados através deste Registro de Preços deverão ser entregues nas quantidades solicitadas, nos locais indicados pela Secretaria solicitante, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias após solicitação, pedido ou autorização de fornecimento expedido pela Secretaria solicitante.

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.4 Caso a licitante não consiga efetuar a entrega dos itens no prazo previsto no item 4.2, deverão apresentar justificativa plausível e fundamentada a Administração, sob pena de responder pelas sanções previstas na cláusula sétima.

4.5 Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição das Secretarias.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - DO MUNICÍPIO:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - DA DETENTORA DA ATA:

5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1 De conformidade com o art. 86 da Lei n.º 8.666/93, o atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA, a juízo da Administração do Município de Cláudia, à multa de 1,0% (um por cento)por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento).

7.1.1A multa prevista no item 7.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 7.2, alínea "b".

7.2 Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

a) advertência por escrito;

b) aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

7.3 Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

7.3.1 Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

7.4 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam nocumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1 O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar anegociação.

8.5 Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "**PROMITENTE FORNECEDORA"**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DOORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Cláudia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2018**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata: o edital de **PREGÃO PRESENCIAL nº 028/2018** e a proposta da empresa **MUDAR COM. DE MAT. DE CONST. FERRAM. E EPI'S LTDA EPP,** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Cláudia – MT, 18 de Julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

MUDAR COM. DE MAT. DE CONST. FERRAM. E EPI'S LTDA EPP

Thiago Freitas Do Nascimento

EMPRESA/PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

Nome: Thiago Bianchin Silva

CPF: 046.300.551-18

_____

Nome: Tattiely Thais De Almeida

CPF: 048.884.441-02

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2018

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.310.499/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Srº. ALTAMIR KURTEN, brasileiro, agente político, portador da Cédula de Identidade Nº 1815705 SSP/MT e inscrito no CPF: Nº 403.786.169-00, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **CACIQUE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o n.º. 09.105.118/0001-59, e Inscrição Estadual n.º. 13.345.015-5, estabelecida a Avenida Marechal Cândido Rondon, n.º. 1443, bairro Centro, cidade de Cláudia/MT, neste ato representada pelo seu sócio proprietário o Srº Ronaldo Mioto, portador do CIRG n.º 745.087 SSP/MT e CPF n.º 488.584.041-49, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de CLÁUDIA e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 028/2018**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a esente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DIVERSOS PARA A MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA,** sendo na oportunidade conforme os termos abaixo:

Item	Descrição	Quant	Unidade	Marca/Fab	Valor Unitário	Valor Total
1	Adaptador caixa Água 50mm	85	UNID	KRONA	R$ 12,00	R$ 1.020,00
2	Adaptador caixa Água 25mm	127	UNID	KRONA	R$ 5,50	R$ 698,50
3	Adaptador para tomada três pinos	40	UNID	DANEVA	R$ 6,90	R$ 276,00
4	Adaptador soldável 60x2"	70	UNID	KRONA	R$ 16,00	R$ 1.120,00
5	Adesivo plástico p/tubos 175g	54	UNID	KRONA	R$ 11,60	R$ 626,40
6	Adesivo plástico p/tubos 75g	41	UNID	KRONA	R$ 4,90	R$ 200,90
7	Adesivo veda calha alumínio 390g	96	UNID	BRASCOLA	R$ 18,80	R$ 1.804,80
8	Aguarrás 5lt	111	UNID	EUCATEX	R$ 49,00	R$ 5.439,00
9	Areia lavada media	1.000	TON.	Tonelada	R$ 69,20	R$ 69.200,00
10	Argamassa 20kg	216	UNID	QUARTOLIT	R$ 12,50	R$ 2.700,00
11	Bucha Plástica 06	505	UNID	SANDALO	R$ 0,10	R$ 50,50
12	Bucha Plástica 10	501	UNID	SANDALO	R$ 0,10	R$ 50,10
13	Cabeçote de Aluminio 1.1/2"	85	UNID	ELETROMAR	R$ 7,30	R$ 620,50
14	Caixa D'Água polietileno 5.000lts com tampa	1	UNID	BAKOF	R$ 2.109,00	R$ 2.109,00
15	Caixa D'Água 500lts	18	UNID	BAKOF	R$ 205,00	R$ 3.690,00
16	Caixa d'agua de fibra 10.000 litros	10	UNID	BAKOF	R$ 4.290,00	R$ 42.900,00
17	Caixa d'agua de polietileno 10.000 litros	10	UNID	BAKOF	R$ 4.250,00	R$ 42.500,00
18	Caixa D'Água em fibra 5.000lts com tampa	1	UNID	BAKOF	R$ 1.550,00	R$ 1.550,00
19	Cal hidratada 20kg	609	SAC	Usical	R$ 12,33	R$ 7.508,97
20	Cal pintura 8kg	1521	SAC	Usical	R$ 11,80	R$ 17.947,80
21	Cal virgem 20kg	496	SAC	Usical	R$ 17,20	R$ 8.531,20

22	Cola Adesiva Instantânea 5GR	91	UNID	Locktit	R$ 9,80	R$ 891,80
23	Coluna branca para lavatório	26	UNID	ICASA	R$ 46,48	R$ 1.208,48
24	Cumeira de barro colonial	443	UNID	TAMBAU	R$ 3,05	R$ 1.351,15
25	Cumeira p/ telha de 4mm (par)	258	UNID	IMBRALIT	R$ 10,20	R$ 2.631,60
26	Cumeira p/ telha 5mm	265	UNID	IMBRALIT	R$ 43,80	R$ 11.607,00
27	Curva curta esgoto 100 mm	90	UNID	KRONA	R$ 8,20	R$ 738,00
28	Curva PVC 90º 1.1/2”	95	UNID	KRONA	R$ 5,70	R$ 541,50
29	Dobradiça porta 3.1/2"	130	UNID	SCHILD	R$ 2,80	R$ 364,00
30	Fechadura externa	88	UNID	Soprano	R$ 40,00	R$ 3.520,00
31	Fechadura interna	22	UNID	Soprano	R$ 31,50	R$ 693,00
32	Ferro CA 60 4.2"	111	BARRA	Gerdau	R$ 8,99	R$ 997,89
33	Filtro de linha 4 tomadas com fusivel	23	UNID	INTERNEED	R$ 28,80	R$ 662,40
34	Fio telefone torcido	440	UNID	IBÉRICA	R$ 0,58	R$ 255,20
35	Fita Dupla Face 3 MT	86	UNID	3M	R$ 9,30	R$ 799,80
36	Flexivel pvc	15	UNID	Astra	R$ 5,60	R$ 84,00
37	Forro PVC 0,20 x8mm branco 7mts	2670	METRO	Forteplast	R$ 16,40	R$ 43.788,00
38	Interruptor 1 tecla simples	54	UNID	Tramontina	R$ 7,20	R$ 388,80
39	Lampada Economica 15w/220v	135	UNID	Ourolux	R$ 12,00	R$ 1.620,00
40	Lavatório branco de LOUÇA	37	UNID	ICASA	R$ 69,00	R$ 2.553,00
41	Lixa 150	38	UNID	3M	R$ 1,80	R$ 68,40
42	Lixa 320	40	UNID	3M	R$ 1,80	R$ 72,00
43	Luva PVC 1.1/2"	92	UNID	KRONA	R$ 5,00	R$ 460,00
44	Luva PVC 1"	90	UNID	KRONA	R$ 2,00	R$ 180,00
45	Luva PVC 3/4"	125	UNID	KRONA	R$ 1,50	R$ 187,50
46	Mangueira 1 Polegada	71	UNID	Multiplast	R$ 2,90	R$ 205,90
47	Mangueira cristal 1/2x2,0mm	360	UNID	Ibirá	R$ 2,20	R$ 792,00
48	Mangueira Emborrachada 3/4	842	METRO	Ibirá	R$ 3,40	R$ 2.862,80
49	Mangueira multicombustivel/gás 3/8	68	METRO	Ibirá	R$ 4,50	R$ 306,00
50	Massa acrílica 20kg	476	GALÃO	Granfinalle	R$ 32,00	R$ 15.232,00
51	Parafuso para telha completo 5/16x110	1420	UNID	ciser	R$ 0,75	R$ 1.065,00
52	Pedra brita	500	TON.		R$ 155,00	R$ 77.500,00
53	Pedrisco	306	TON.		R$ 165,00	R$ 50.490,00
54	Perfil PVC "H"	108	UNID	Forteplast	R$ 18,80	R$ 2.030,40
55	Pia sintética 1,20 x 0,55	69	UNID	AJ Rorato	R$ 139,00	R$ 9.591,00
56	Pia sintética 1,60 x 0,50	69	UNID	AJ Rorato	R$ 198,00	R$ 13.662,00
57	Piso 45x45 Pi4/Pi2	2835	METRO	Rocha forte	R$ 14,55	R$ 41.249,25
58	Plug telefonico macho	27	UNID	INTERNEED	R$ 3,50	R$ 94,50
59	Prego 18x30 - 1KG	625	UNID	GERDAU	R$ 10,60	R$ 6.625,00
60	Prego 24 x 72	208	UNID	GERDAU	R$ 12,70	R$ 2.641,60
61	Prego 26 x 84	120	UNID	GERDAU	R$ 17,30	R$ 2.076,00
62	Registro soldável 60 mm	52	UNID	KRONA	R$ 40,00	R$ 2.080,00
63	Rejunte 1kg preto	778	UNID	QUARTZOLIT	R$ 5,50	R$ 4.279,00
64	Rolo de espuma 9cm com cabo	75	UNID	Atlas	R$ 5,00	R$ 375,00
65	Rolo de lã 5cm	74	UNID	Atlas	R$ 7,50	R$ 555,00
66	Rolo de lã externa 23cm	41	UNID	Atlas	R$ 24,00	R$ 984,00
67	Selador acrilico 3,6lts	13	UNID	Granfinalle	R$ 33,00	R$ 429,00
68	Tanque Sintético duplo 1,10x0,55	224	UNID	AJ Rorato	R$ 148,00	R$ 33.152,00
69	Tanque Sintético duplo 1,38x0,69	254	UNID	AJ Rorato	R$ 246,00	R$ 62.484,00
70	Telha 4mm 2,44x0,50	2555	UNID	IMBRALIT	R$ 14,37	R$ 36.715,35
71	Telha 5mm 2,44x1,10	1623	UNID	IMBRALIT	R$ 44,02	R$ 71.444,46
72	Tijolo 6 furos	31700	UNID		R$ 0,58	R$ 18.386,00
73	Tinta Acrílica (balde 18 litros)	98	UNID	Granfinalle	R$ 160,00	R$ 15.680,00
74	Tinta esmalte 3.600 Diversas Cores	300	UNID	Eucalar	R$ 69,00	R$ 20.700,00
75	Tomada Modular p/ telefone	16	UNID	INTERNEED	R$ 6,90	R$ 110,40
76	Torneira de pia metal cromado	50	UNID	Talita	R$ 48,00	R$ 2.400,00
77	Torneira para pia plastico 3/4	70	UNID	Herk	R$ 6,00	R$ 420,00
78	Tubo esgoto 100 mm	61	UNID	FORTPLAST	R$ 44,50	R$ 2.714,50
79	Tubo esgoto 150 mm	52	UNID	FORTPLAST	R$ 127,00	R$ 6.604,00
80	União Mangueira	47	UNID	KRONA	R$ 3,00	R$ 141,00
81	União soldável 50 mm	74	UNID	KRONA	R$ 12,20	R$ 902,80
82	Vaso sanitário grande	31		ICASA	R$ 129,00	R$ 3.999,00
83	Vedacit 18Lt	106	UNID	otto	R$ 126,00	R$ 13.356,00
84	Vitro de correr c/grade 1,00x1,20,20x12	25		RAMASSOL	R$ 180,00	R$ 4.500,00
TOTAL						R$ 815.042,15

1.2. Os itens que tiverem os preços e quantidades registrados, eventualmente serão contratados de acordo com a necessidade das Secretarias Municipais de Cláudia-MT.

1.3. No momento da entrega dos itens, todas as condições e especificações constantes no Termo de Referência, anexo ao Edital de Pregão Presencial n° 028/2018, deverão ser obrigatoriamente atendidas.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 18/07/2018 até 17/07/2019.

2.1.1 A vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cláudia não será obrigado a efetuar a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos filtros, óleos lubrificantes e derivados referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 028/2018**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Administração.

3.2. Caso seja constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

3.2.1. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

3.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

3.4. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

3.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 As entregas serão feitas de forma parcelada conforme a necessidade das Secretarias Solicitantes, através de Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento na quantidade solicitada.

4.2 Os itens registrados através deste Registro de Preços deverão ser entregues nas quantidades solicitadas, nos locais indicados pela Secretaria solicitante, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias após solicitação, pedido ou autorização de fornecimento expedido pela Secretaria solicitante.

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.4 Caso a licitante não consiga efetuar a entrega dos itens no prazo previsto no item 4.2, deverão apresentar justificativa plausível e fundamentada a Administração, sob pena de responder pelas sanções previstas na cláusula sétima.

4.5 Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição das Secretarias.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - DO MUNICÍPIO:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - DA DETENTORA DA ATA:

5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1 De conformidade com o art. 86 da Lei n.º 8.666/93, o atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA, a juízo da Administração do Município de Cláudia, à multa de 1,0% (um por cento)por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento).

7.1.1A multa prevista no item 7.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 7.2, alínea “b”.

7.2 Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

a) advertência por escrito;

b) aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

7.3 Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

7.3.1 Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

7.4 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1 O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar anegociação.

8.5 Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "**PROMITENTE FORNECEDORA"**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DOORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Cláudia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2018**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata: o edital de **PREGÃO PRESENCIAL nº 028/2018** e a proposta da empresa **CACIQUE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA EPP,** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Cláudia – MT, 18 de Julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

CACIQUE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA EPP

Ronaldo Mioto

EMPRESA/PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

Nome: Thiago Bianchin Silva

CPF: 046.300.551-18

_____

Nome: Tattiely Thais De Almeida

CPF: 048.884.441-02

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2018

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.310.499/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Srº. ALTAMIR KURTEN, brasileiro, agente político, portador da Cédula de Identidade Nº 1815705 SSP/MT e inscrito no CPF: Nº 403.786.169-00, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n.º. 29. 516.527/0001-55, e Inscrição Estadual n.º. 13.710.472-3, estabelecida a Avenida Frei Coimbra, n.º. 500, Loteamento Novo Horizonte, Quadra 67, Lote 13, Sala 04, bairro Ikaray, cidade de Varzea Grande/MT, neste ato representada pelo Srº Eder Araújo De Almeida, portador do CIRG n.º 1515048-8 SSP/MT e CPF n.º 005.113.831-00, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de CLÁUDIA e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 028/2018**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a esente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DIVERSOS PARA A MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA,** sendo na oportunidade conforme os termos abaixo:

COD.TCE	Nº	Descrição	QTDS	UND	MARCA/ FAB	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
293260-1	4	Adaptador convencional novo TEE duplo	40	UND	AMERITRON	7,65	306,00
276061-4	12	Arame Galvanizado nº 16 Kg	19	UNID	BELGO	12,00	228,00
196143-8	19	Benjamim TEE eletrico 2P + T3 vias	55	UND	AMERITRON	8,50	467,50
0008635	23	Cabeçote aluminio 3/4"	113	UNID	ICF	4,50	508,50
238618-6	30	Cabo Flexivel de 6,0 mm (rolo de 100 mt)	214	UNID	TECNOFIOS	295,00	63.130,00
154099-8	36	Caixa de descarga branca 6L	46	UNID	ALUMASA	26,80	1.232,80

378720-6	**58**	Conector p/ Haste Terra Reforçado	81	UNID	ICF	4,70	380,70
0005101	**71**	Disjuntor bipolar 50 amp	36	UNID	SCHACK	35,80	1.288,80
162841-0	**75**	Disjuntor unipolar 50 amp	36	UNID	SCHACK	11,50	414,00
363304-7	**83**	Fechadura banheiro	70	UNID	SOPRANO	32,40	2.268,00
41952-4	**91**	Fio solido de 6mm	1010	METRO	IBERICA	3,35	3.383,50
402327-7	**101**	Filtro de linha 6 tomadas com fusivel	22	UND	IMPACTO	32,00	704,00
321732-9	**105**	Fundo preparador parede 18L (selador)	89	UNID	NEOVINIL	148,50	13.216,50
20220-7	**109**	Interruptor externo c/tomada	62	UNID	PLUZIE	7,90	489,80
193120-2	**110**	Interruptor simples	47	UNID	PLUZIE	3,30	155,10
268914-6	**120**	Lampada economica 50w/110v	840	UND	AVANT	40,00	33.600,00
0006865	**124**	Lampada de Led Bulbo alta potencia E27 15W bivolt	500	UND	EMPALUX	29,70	14.850,00
0002831	**139**	Mangueira corrugada amarela (conduite)	1220	METRO	PLASTBRAS	1,00	1.220,00
160782-0	**144**	Mangueira jardim 20mt (ROLO)	127	UNID	ACQUA	46,70	5.930,90
194130-5	**146**	Massa acrílica 20kg	186	SAC	NEOVINIL	54,90	10.211,40
81801-1	**150**	Massa p/calafetar 350gr	119	UNID	POLYEPOXI	7,70	916,30
160837-1	**156**	Parafuso sextavado (DIVERSOS TAMANHOS)	1380	UNID	CISER	0,80	1.104,00
78658-6	**166**	Prego 17x27 - 1KG	500	UNID	BELGO	10,45	5.225,00
413337-4	**173**	Refletor 400W E-40 Retangular	51	UND	OLIVO	35,60	1.815,60
404089-9	**175**	Refletor p/ lâmpada 400w E40	146	UNID	OLIVO	64,50	9.417,00
169691-2	**178**	Registro soldável c/união 25 mm	100	UNID	UNIFORT	11,60	1.160,00
176820-4	**181**	Rele Foto-Elétrico FL 02/NF 220 V	81	UNID	QUALITRONIX	28,95	2.344,95
00010233	**187**	Sifão sanfonado duplo	121	UNID	DELFLEX	10,85	1.312,85
290697-0	**189**	Soquete plafon branco	155	UNID	BETEL	4,80	744,00
184042-8	**196**	Thiner 5lt	83	UNID	GOL	56,90	4.722,70
0001376	**198**	Tinta látex acrilico18L cor branca	516	UNID	COLAFIX	139,90	72.188,40
403988-2	**204**	Tomada Simples (20 amperes)	70	UNID	PLUZIE	9,50	665,00
46591-7	**213**	Tubo soldável 50 mm	51	UNID	TRAVESSONI	38,50	1.963,50
255828-9	**214**	Tubo soldável 60 mm	56	UNID	TRAVESSONI	69,90	3.914,40
166150-7	**221**	Veda rosca 18mm x 25 mm	233	UNID	QUALIFLON	3,10	722,30
266062-8	**224**	Verniz para madeira Acetinado (galão 3,6 litros)	30	UNID	ECTX	84,90	2.547,00
424163-0	**229**	Base C acr SB 16 Lt	46	UNID	NEOVINIL	377,00	17.342,00
		TOTAL					**282.090,50**

1.2. Os itens que tiverem os preços e quantidades registrados, eventualmente serão contratados de acordo com a necessidade das Secretarias Municipais de Cláudia-MT.

1.3. No momento da entrega dos itens, todas as condições e especificações constantes no Termo de Referência, anexo ao Edital de Pregão Presencial n° 028/2018, deverão ser obrigatoriamente atendidas.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 18/07/2018 até 17/07/2019.

2.1.1 A vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cláudia não será obrigado a efetuar a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos filtros, óleos lubrificantes e derivados referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 028/2018**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Administração.

3.2. Caso seja constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

3.2.1. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

3.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

3.4. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

3.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 As entregas serão feitas de forma parcelada conforme a necessidade das Secretarias Solicitantes, através de Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento na quantidade solicitada.

4.2 Os itens registrados através deste Registro de Preços deverão ser entregues nas quantidades solicitadas, nos locais indicados pela Secretaria solicitante, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias após solicitação, pedido ou autorização de fornecimento expedido pela Secretaria solicitante.

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.4 Caso a licitante não consiga efetuar a entrega dos itens no prazo previsto no item 4.2, deverão apresentar justificativa plausível e fundamentada a Administração, sob pena de responder pelas sanções previstas na cláusula sétima.

4.5 Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição das Secretarias.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - DO MUNICÍPIO:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - DA DETENTORA DA ATA:

5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1 De conformidade com o art. 86 da Lei n.º 8.666/93, o atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA, a juízo da Administração do Município de Cláudia, à multa de 1,0% (um por cento)por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento).

7.1.1A multa prevista no item 7.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 7.2, alínea “b”.

7.2 Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

a) advertência por escrito;

b) aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

7.3 Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

7.3.1 Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

7.4 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam nocumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1 O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar anegociação.

8.5 Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “**PROMITENTE FORNECEDORA”**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DOORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Cláudia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2018**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata: o edital de **PREGÃO PRESENCIAL nº 028/2018** e a proposta da empresa **3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES EIRELI,** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Cláudia – MT, 18 de Julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES EIRELI

Eder Araujo De Almeida

EMPRESA/PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

Nome: Thiago Bianchin Silva

CPF: 046.300.551-18

_____

Nome: Tattiely Thais De Almeida

CPF: 048.884.441-02

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2018

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.310.499/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Srº. ALTAMIR KURTEN, brasileiro, agente político, portador da Cédula de Identidade Nº 1815705 SSP/MT e inscrito no CPF: Nº 403.786. 169-00, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **SUPER UTIL COMERCIAL LTDA ME,** inscrita no CNPJ sob o n.º 15.392. 562/0001-03 e Inscrição Estadual n.º 13.452.060-2, estabelecida a Avenida Natalino João Brescansin, n.º 1014, Sala 03, Centro, cidade de Sorriso/ MT, neste ato representada pelo seu sócio proprietário Srº. **Edino Gnoatto**, portador do CIRG n.º 4.990.531-9 SESP/PR e CPF n.º 655.515.169-20, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10. 520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de CLÁUDIA e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 028/2018**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a esente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DIVERSOS PARA A MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA,** sendo na oportunidade conforme os termos abaixo:

Nº	Descrição	QTD	MARCA	UNID	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	ADAPTADOR PARA TOMADA DOIS PINOS	40	FORT LUX	Unidade	R$ 6,20	R$ 248,00
2	CADEADO COM CORPO EM LATAO E TRAVA EM AÇO CROMADO 25mm	149	RIOLAR	Unidade	R$ 12,10	R$ 1.802,90
3	CADEADO COM CORPO EM LATAO E TRAVA EM AÇO CROMADO 50mm	135	RIOLAR	unidade	R$ 29,50	R$ 3.982,50
4	CHUVEIRO ELETRICO 110V	24	LORENZETTI	Unidade	R$ 51,50	R$ 1.236,00
5	EXTENSAO 5MTS	40	LIDER PLUS	Unidade	R$ 27,50	R$ 1.100,00
6	FILTRO DE LINHA 3 TOMADAS COM FUSIVEL	25	LIDER PLUS	Unidade	R$ 27,00	R$ 675,00
7	FILTRO DE LINHA 5 TOMADAS COM FUSIVEL	22	LIDER PLUS	Unidade	R$ 32,50	R$ 715,00
8	FITA CREPE 25X50	300	EMBALANDO FITAS	Unidade	R$ 4,45	R$ 1.335,00
9	LAMPADA COMPACTA 46W X 127V BRANCA	93	FOX LUX	Unidade	R$ 47,90	R$ 4.454,70
10	LAMPADA COMPACTA 46W X 220V BRANCA	145	FOX LUX	Unidade	R$ 45,95	R$ 6.662,75
11	LAMPADA ECONOMICA 20W/220V	165	FOX LUX	Unidade	R$ 13,90	R$ 2.293,50
12	LAMPADA ECONOMICA 15W/110V	820	OURO LUX	Unidade	R$ 13,10	R$ 10.742,00
13	LAMPADA FLUORESCENTE 40W	100	OURO LUX	Unidade	R$ 7,90	R$ 790,00
	TOTAL					R$ 36.037,35

1.2. Os itens que tiverem os preços e quantidades registrados, eventualmente serão contratados de acordo com a necessidade das Secretarias Municipais de Cláudia-MT.

1.3. No momento da entrega dos itens, todas as condições e especificações constantes no Termo de Referência, anexo ao Edital de Pregão Presencial n° 028/2018, deverão ser obrigatoriamente atendidas.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 18/07/2018 até 17/07/2019.

2.1.1 A vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cláudia não será obrigado a efetuar a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos filtros, óleos lubrificantes e derivados referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 028/2018**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Administração.

3.2. Caso seja constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

3.2.1. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

3.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

3.4. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

3.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 As entregas serão feitas de forma parcelada conforme a necessidade das Secretarias Solicitantes, através de Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento na quantidade solicitada.

4.2 Os itens registrados através deste Registro de Preços deverão ser entregues nas quantidades solicitadas, nos locais indicados pela Secretaria solicitante, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias após solicitação, pedido ou autorização de fornecimento expedido pela Secretaria solicitante.

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.4 Caso a licitante não consiga efetuar a entrega dos itens no prazo previsto no item 4.2, deverão apresentar justificativa plausível e fundamentada a Administração, sob pena de responder pelas sanções previstas na cláusula sétima.

4.5 Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição das Secretarias.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - DO MUNICÍPIO:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - DA DETENTORA DA ATA:

5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1 De conformidade com o art. 86 da Lei n.º 8.666/93, o atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA, a juízo da Administração do Município de Cláudia, à multa de 1,0% (um por cento)por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento).

7.1.1A multa prevista no item 7.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 7.2, alínea "b".

7.2 Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

a) advertência por escrito;

b) aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

7.3 Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

7.3.1 Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

7.4 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam nocumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1 O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar anegociação.

8.5 Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "**PROMITENTE FORNECEDORA"**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DOORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Cláudia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2018**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata: o edital de **PREGÃO PRESENCIAL nº 028/2018** e a proposta da empresa **SUPER UTIL COMERCIAL LTDA ME,** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Cláudia – MT, 18 de Julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

SUPER UTIL COMERCIAL LTDA ME

Edino Gnoatto

EMPRESA/PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

Nome: Thiago Bianchin Silva

CPF: 046.300.551-18

_____

Nome: Tattiely Thais De Almeida

CPF: 048.884.441-02

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2018

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.310.499/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Srº. ALTAMIR KURTEN, brasileiro, agente político, portador da Cédula de Identidade Nº 1815705 SSP/MT e inscrito no CPF: Nº 403.786.169-00, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP,** inscrita no CNPJ sob o n.º 00.226.324/0001-42 e Inscrição Estadual n.º 10.136.759-7, estabelecida a Avenida Independencia, n.º 6060, Quadra 70C, Lote 02, Setor Aeroporto, cidade de Goiânia/GO, neste ato representada pelo seu sócio proprietário Srº. **Alessandro Martins Miguel**, portador do CIRG n.º 2.776.939 SSP/GO e CPF n.º 788.729.281-68, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de CLÁUDIA e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 028/2018**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a esente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DIVERSOS PARA A MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA,** sendo na oportunidade conforme os termos abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT. R$	VALOR TOTAL R$
25	Cabo Flexivel 1.5 mm² 750V (metro)	UND.	695	TECNOFIOS	0,97	674,15
26	Cabo Flexivel 10,0 mm²	UND.	360	TECNOFIOS	6,65	2.394,00
27	Cabo Flexivel 16 mm² 0.6/1 KV	UND.	570	TECNOFIOS	8,00	4.560,00
67	Disjuntor 3 x 40 A	UND.	63	TRAMONTINA	75,00	4.725,00
68	Disjuntor 3 x 60 A	UND.	78	SOPRANO	97,00	7.566,00
69	Disjuntor bipolar 16 amp	UND.	46	TRAMONTINA	32,00	1.472,00
72	Disjuntor unipolar 16 amp	UND.	31	TRAMONTINA	9,50	294,50
73	Disjuntor unipolar 25 amp	UND.	26	TRAMONTINA	8,50	221,00
89	Fio cabo sólido 10 mm	METRO	430	CORFIO	6,00	2.580,00
113	Lampada Vapor Metalico 400 W Tubular E-40	UND.	230	EMPALUX	86,00	19.780,00
119	Lâmpada econômica 25w127	UND.	200	EMPALUX	12,30	2.460,00
123	Lampada econômica 35w 110v	UND.	840	EMPALUX	26,00	21.840,00
171	Reator Vapor Sodio/Metalico 400 W Externo	UND.	26	JRC	155,00	4.030,00
172	Reator vapor metalico 400W	UND.	270	JRC	69,00	18.630,00
174	Refletor p/ lâmpada 250w E40	UND.	176	SPOT LUX	66,00	11.616,00
	TOTAL					102.842,65

1.2. Os itens que tiverem os preços e quantidades registrados, eventualmente serão contratados de acordo com a necessidade das Secretarias Municipais de Cláudia-MT.

1.3. No momento da entrega dos itens, todas as condições e especificações constantes no Termo de Referência, anexo ao Edital de Pregão Presencial n° 028/2018, deverão ser obrigatoriamente atendidas.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 18/07/2018 até 17/07/2019.

2.1.1 A vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cláudia não será obrigado a efetuar a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos filtros, óleos lubrificantes e derivados referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 028/2018**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Administração.

3.2. Caso seja constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

3.2.1. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

3.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

3.4. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

3.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 As entregas serão feitas de forma parcelada conforme a necessidade das Secretarias Solicitantes, através de Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento na quantidade solicitada.

4.2 Os itens registrados através deste Registro de Preços deverão ser entregues nas quantidades solicitadas, nos locais indicados pela Secretaria solicitante, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias após solicitação, pedido ou autorização de fornecimento expedido pela Secretaria solicitante.

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.4 Caso a licitante não consiga efetuar a entrega dos itens no prazo previsto no item 4.2, deverão apresentar justificativa plausível e fundamentada a Administração, sob pena de responder pelas sanções previstas na cláusula sétima.

4.5 Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição das Secretarias.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - DO MUNICÍPIO:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - DA DETENTORA DA ATA:

5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1 De conformidade com o art. 86 da Lei n.º 8.666/93, o atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA, a juízo da Administração do Município de Cláudia, à multa de 1,0% (um por cento)por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento).

7.1.1A multa prevista no item 7.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 7.2, alínea “b”.

7.2 Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

a) advertência por escrito;

b) aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

7.3 Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

7.3.1 Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

7.4 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam nocumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1 O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar anegociação.

8.5 Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "**PROMITENTE FORNECEDORA"**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DOORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Cláudia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2018**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata: o edital de **PREGÃO PRESENCIAL nº 028/2018** e a proposta da empresa **ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP,** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Cláudia – MT, 18 de Julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP

Alessandro Martins Miguel

EMPRESA/PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

Nome: Thiago Bianchin Silva

CPF: 046.300.551-18

_____

Nome: Tattiely Thais De Almeida

CPF: 048.884.441-02

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2018

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.310.499/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Srº. ALTAMIR KURTEN, brasileiro, agente político, portador da Cédula de Identidade Nº 1815705 SSP/MT e inscrito no CPF: Nº 403.786. 169-00, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **ELETRO MENDONÇA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS ME** inscrita no CNPJ sob o n.º 03.806.018/0001-73 e Inscrição Estadual n.º 13.195.290-0, estabelecida a Rua Treze De Junho, n.º 462, Centro Sul, cidade de Cuiabá/MT, neste ato representada pelo seu sócio proprietário Srº. Carlos Alberto Mendonça, portador do CIRG n.º 92106912 SSP/SP e CPF n.º 229.630. 651-91, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de CLÁUDIA e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 028/2018**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a esente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DIVERSOS PARA A MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA,** sendo na oportunidade conforme os termos abaixo:

COD.TCE	Nº	Descrição	QTDS	UND	MARCA/ FAB	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
150715-0	18	Base p/ Rele BR-E 1,5 VA	61	UNID	MAPRETRON	14,50	884,50
57759-6	28	Cabo Flexivel 2,5 mm² 750V	670	UNID	TECNOFIOS	1,17	783,90
86494-3	29	Cabo Flexivel 4.0 mm² 750V	660	UNID	TECNOFIOS	2,04	1.346,40
437394-4	38	Caixa de Passagem Elétrica 4 x 2 (metálica)	51	UNID	RACUIA	1,40	71,40
373807-8	43	Canaleta com tampa e adesivo 10x20x2000	205	UNID	ILUMI	3,80	779,00
0002115	53	Chuveiro elétrico 220 V	24	UNID	LORENZETTI	53,20	1.276,80
167952-0	70	Disjuntor bipolar 20 amp	36	UNID	SOPRANO	37,90	1.364,40
156152-9	74	Disjuntor unipolar 30 amp	21	UNID	SOPRANO	9,40	197,40
258071-3	78	Eletroduto PVC Rigido 1" x 3 mts	55	UNID	IMPOL	13,10	720,50
274566-6	79	Eletroduto PVC Rigido 3/4" x 3 mts	54	UNID	IMPOL	7,60	410,40
186446-7	88	Fio cabo PP 2x2,5mm	1460	METRO	TECNOFIOS	2,20	3.212,00
39023-2	90	Fio solido de 4mm	560	METRO	TECNOFIOS	2,45	1.372,00
243574-8	93	Fita Alta Fusão 19 mm² x 10 m	126	UNID	ENERBRAS	24,90	3.137,40
340964-3	106	Haste p/ Aterramento 5/8" x 2,4 mts	31	METRO	OLIVO	32,50	1.007,50
159396-0	108	Interruptor 2 teclas simples	69	UNID	PLUZIE	13,00	897,00
270023-9	118	Lampada Economica 45w/110v	820	UND	AVANT	38,50	31.570,00
0005110	122	Lampada econômica 59w/110v	740	UND	KIAN	50,00	37.000,00
424085-5	135	Luminária de energia 30 LEDS	152	UNID	LLUM	23,20	3.526,40
113266-0	163	Plug telefonico femea tomada externa	217	UNID	ILUMI	4,50	976,50
290698-8	190	Soquete simples	700	UNID	G20	3,90	2.730,00
0002152	203	Tomada dupla 10A	110	UNID	PLUZIE	13,90	1.529,00
		TOTAL					94.792,50

1.2. Os itens que tiverem os preços e quantidades registrados, eventualmente serão contratados de acordo com a necessidade das Secretarias Municipais de Cláudia-MT.

1.3. No momento da entrega dos itens, todas as condições e especificações constantes no Termo de Referência, anexo ao Edital de Pregão Presencial n° 028/2018, deverão ser obrigatoriamente atendidas.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 18/07/2018 até 17/07/2019.

2.1.1 A vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cláudia não será obrigado a efetuar a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos filtros, óleos lubrificantes e derivados referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 028/2018**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Administração.

3.2. Caso seja constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

3.2.1. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

3.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

3.4. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

3.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 As entregas serão feitas de forma parcelada conforme a necessidade das Secretarias Solicitantes, através de Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento na quantidade solicitada.

4.2 Os itens registrados através deste Registro de Preços deverão ser entregues nas quantidades solicitadas, nos locais indicados pela Secretaria solicitante, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias após solicitação, pedido ou autorização de fornecimento expedido pela Secretaria solicitante.

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.4 Caso a licitante não consiga efetuar a entrega dos itens no prazo previsto no item 4.2, deverão apresentar justificativa plausível e fundamentada a Administração, sob pena de responder pelas sanções previstas na cláusula sétima.

4.5 Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição das Secretarias.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - DO MUNICÍPIO:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - DA DETENTORA DA ATA:

5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1 De conformidade com o art. 86 da Lei n.º 8.666/93, o atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA, a juízo da Administração do Município de Cláudia, à multa de 1,0% (um por cento)por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento).

7.1.1A multa prevista no item 7.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 7.2, alínea “b”.

7.2 Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

a) advertência por escrito;

b) aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

7.3 Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

7.3.1 Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

7.4 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam nocumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1 O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar anegociação.

8.5 Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "**PROMITENTE FORNECEDORA"**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DOORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Cláudia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2018**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata: o edital de **PREGÃO PRESENCIAL nº 028/2018** e a proposta da empresa **ELETRO MENDONÇA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS ME,** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Cláudia – MT, 18 de Julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

ELETRO MENDONÇA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS ME

Carlos Alberto Mendonça

EMPRESA/PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

Nome: Thiago Bianchin Silva

CPF: 046.300.551-18

_____

Nome: Tattiely Thais De Almeida

CPF: 048.884.441-02

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

LICITAÇÃO
EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 022/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: COMPREST CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI – EPP

Objeto: Execução da Obra de Revitalização de Canteiro Central com Estacionamento em Trecho da Avenida do Colonizador Roque Guedes no Município de Colider/MT

Prorroga o Prazo de Execução: Por 60 dias, terminando o prazo de execução em 16/09//2018.

Vigência: 30/11/2018

Data de Assinatura: 16/07/2018

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº 3000/2018 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL EFETUAR A CESSÃO DE ÁREA PÚBLICA PARA A AADAC-ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS EM DEFESA DOS ANIMAIS DE COLÍDER E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Projeto de Lei nº 108/2018

Autoria: Poder Executivo

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. **NOBORU TOMIYOSHI**, no uso de suas atribuições legais, e em obediência à Constituição Federal, Constituição do Estado, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Orgânica do Município e demais legislações, faz saber que a Câmara Municipal de Colíder/MT., aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder o terreno público denominado de Lote Urbano de nº. 08, da Quadra nº 04, da Planta Oficial do Município, com área total de 1068.51m2, localizado no Residencial de Chácaras Bela Vista 3,Limites e dimensões: Frente :25,20 m – Rua Belos Campos ;Fundo:25,15m-Chacarra Bela Vista 05;**Lado Direito**:41,80m- Fazenda Polidorio I; **Lado Esquerdo:42,94m- Lote nº07** conforme Memorial Descritivo que passa a fazer parte integrante desta Lei, à **AADAC-ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS EM DEFESA DOS ANIMAIS DE COLIDER**, com sede na Rua Manoel Antônio Bales Filho nº 57, inscrita no CNPJ sob nº 23.854.274/0001-43.

Artigo 2º - O terreno público, objeto da cessão de que trata esta lei, será destinado, obrigatoriamente, para construção de um abrigo para animais de pequeno porte.

Artigo 3º - A **AADAC**-ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS EM DEFESA DOS ANIMAIS DE COLIDERterá um prazo de 06 (seis) meses para dar início às obras de edificação, e o prazo de 02 (dois) anos para sua conclusão, sob pena de reversão da cessão, não fazendo jus a qualquer indenização pelas benfeitorias implantadas nos imóveis públicos cedidos por força desta lei.

Artigo 4º - Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, em 18 de julho de 2018.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colider-MT

LICITAÇÃO
EXTRATO – QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 069/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: TOP TRANSPORTE RODOVIARIO EIRELI - ME

Objeto: Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos de sua propriedade ou sob sua exclusiva responsabilidade, efetuando o transporte de estudantes, em trajetos de ida e volta, percorrendo nos dias letivos de aulas no município de Colider/MT.

Altera a Dotação: Em relação às despesas decorrentes do saldo do contrato acima mencionado, passará a obedecer à seguinte dotação orçamentária:

Código: 221

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 001 – Gabinete da Secretaria

Projeto/Atividade: 2013 – Manutenção das Atividades da Educação – Estado – F101

Elemento de Despesa: 3390.39.000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Data de Assinatura: 09**/07/2018**

LICITAÇÃO
EXTRATO – QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 017/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: NTCNET PROVEDORES DE INTERNET LTDA - ME

Objeto: Prestação de serviços de fornecimento de pontos de acesso a rede internet de alta velocidade, com estrutura de fibra óptica e rádio frequência, responsabilizando-se pela implantação, configuração, manutenção, suporte técnico e a cessão, em regime de comodato, de todos os equipamentos necessários para execução dos serviços contratados, para atender as necessidades dos órgãos da Prefeitura Municipal de Colider/MT..

Altera Fiscal de Contrato: Fica alterado o nome do servidor designado como fiscal titular e suplente do contrato nº.017/2017, passando a partir do dia 10/07/2018, a responder pela fiscalização os servidores: LEONARDO SOARES CONRADO (Titular) e VALERIA NEGRÃO BENTO DE OLIVEIRA (suplente).

Data de Assinatura: 10/07/2018

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº 2998/2018 "DECLARA DE UTILIDADE PUBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS EX-ATIRADORES DE COLIDER- AEAC/MT".

Projeto de Lei Nº :105/2018

Autor: Ver.Denny Serafini - PROS

A CAMARA MUNICIPAL DE COLIDER, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, aprovou, e eu **NOBORU TOMIYOSHI,** Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art 1º - Fica declarado de Utilidade Publica a **ASSOCIAÇÂO DOS EX-ATIRADORES DE COLIDER - AEAC/MT**,com inscrição no CNPJ sob o número 30.860.395/0001-63 com sede e foro neste Município de Colider, sito a Avenida Borba Gato, S/N, Bairro Torre, Setor Leste – Colider-MT.

Art 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, em 18 de julho de 2018.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colider-MT

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2018

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público o RESULTADO do julgamento da **Tomada de Preços nº 007/2018**, cujo objeto é contratação de empresa para execução de obra de restauração de pavimentação asfáltica com aplicação de lama asfáltica em diversas ruas e avenidas no município de Colider/MT. Sagrou-se vencedora do certame licitatório a empresa **S. A. LIMA CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP**,inscrita no CNPJ/MF nº 13.908.247/0001-52, com valor total de R$ 594.145,94.

Colider/MT, 18 de Julho de 2018

DEVANIL OLIVEIRA DA SILVA

Presidente da CPL

Publique-se

LICITAÇÃO
EXTRATO – DÉCIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 035/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: CEREZOLI & SANTOS LTDA – EPP

Objeto:construção de quadra poliesportiva no município de Colíder – MT, conforme planilha orçamentária, projeto básico e memorial descritivo, elaborados pelo setor de engenharia da prefeitura municipal.

Supressão de Valor: Fica suprimido da Cláusula Segunda Parágrafo Único do contrato original, o valor de R$ 3.412,46 (três mil quatrocentos e doze reais e quarenta e seis centavos), tendo em vista a necessidade de supressão de serviços que não foram executados

Data de Assinatura:17/08 **/2018**

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº 2999/2018 "DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA A INICIATIVA PRIVADA COLOCAR BANCOS PADRONIZADOS NOS CANTEIROS CENTRAIS DAS AVENIDAS DE COLÍDER-MT, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Projeto de Lei Nº :081/2018

Autor: Ver. Alencar Pereira da Silva-DEM

A CAMARA MUNICIPAL DE COLIDER, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, aprovou, e eu **NOBORU TOMIYOSHI,** Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art 1º- Fica autorizado à iniciativa privada a colocar bancos padronizados, confeccionados em mármore ou concreto, com devida nomenclatura, nos canteiros centrais das avenidas de Colíder-MT.

Art 2º- Os interessados, seja pessoas físicas ou jurídicas, deverão dar entrada com requerimento junto a Secretaria de Infraestrutura, Obras Urbanismo, informando quantidade, o tipo e a localidade onde deseja instalar, para devida vistoria, aprovação e expedição da autorização pelo órgão citado.

Art 3º- Uma vez instalados em espaço publico e de utilidade pública, os mesmos passam a integrar o patrimônio público municipal de Colíder-MT, cuja remoção ou adequação local , deverá ser em comunhão com a direção da Pasta.

Art 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, em 18 de julho de 2018.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colider-MT

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº 2997/2018 "DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO PROGRAMA 2018 DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Projeto de Lei Nº :102/2018

Autor: Poder Executivo

O Excelentíssimo Senhor **NOBORU TOMIYOSHI**, **PREFEITO DO MUNICIPIO DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, encaminha para deliberação da Câmara Municipal de Vereadores, o seguinte projeto de lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor de até R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), destinados à Previdência Municipal.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Adicionar no Orçamento Programa 2018, a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 02 – PREVIDENCIA MUNICIPAL.			
UNIDADE: 001 – PREVIDENCIA MUNICIPAL			
FUNÇÃO: 09 – PREVIDENCIA SOCIAL			
SUBFUNÇÃO: 272 – PRIVIDENCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO			
PROGRAMA: 0006 – GESTÃO DO PREVLIDER.			
ATIVIDADE: 2002 – MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO PREVLIDER			
RED.	CÓDIGO	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
	3390.98.00	COMPENSAÇÕES AO RGPS	200.000,00
Fonte:		0.1.50 – Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	200.000,00
TOTAL DA AÇÃO			**200.000,00**

Artigo 3º - Para dar Cobertura aos Créditos Abertos, conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos àqueles mencionados no Inciso III do §1º do art. 43 da Lei 4.320/1964, oriundos de anulação parcial ou total da seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO: 02 – PREVIDENCIA MUNICIPAL.			
UNIDADE: 001 – PREVIDENCIA MUNICIPAL			
FUNÇÃO: 09 – PREVIDENCIA SOCIAL			
SUBFUNÇÃO: 272 – PRIVIDENCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO			
PROGRAMA: 0006 – GESTÃO DO PREVLIDER.			
ATIVIDADE: 9977 – RESERVA DO RPPS			
RED.	CÓDIGO	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
	99999999	Reserva Legal do RPPS	200.000,00
Fonte:		0.1.50 – Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	200.000,00
TOTAL DA AÇÃO			**200.000,00**

Artigo 4º - Fica igualmente autorizado a atualização na Lei Municipal nº 2963/2017 - LDO 2018 e Lei Municipal nº 2953/2017 - PPA 2018/2021, as alterações orçamentárias descritas nos artigos desta lei.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, em 18 de julho de 2018.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colider-MT

LICITAÇÃO
EXTRATO – SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 082/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: E. L. FRASSON - ME

Objeto: Prestação de serviços de tornearia, solda e recuperação de peças da frota de veículos e máquinas de diversas secretarias do município de Colíder/MT.

Acréscimo de valor: Fica acrescentado a Cláusula Segunda do Contrato original o valor de R$ 52.930,00 (cinquenta e dois mil novecentos e trinta reais)

Data de Assinatura: 13/07/**2018**

PORTARIA N.º 112/2018

PORTARIA N.º 112/2018

"Dispõe sobre o reajuste salarial aos aposentados, pensionistas, servidores efetivos cedidos, do PREVI – LIDER – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL."

A Diretora Executiva do PREVI-LIDER - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º - Reajustar os proventos dos aposentados e pensionistas conforme Artigo Primeiro, da Lei n° 2984/2018, de 22 de maio de 2018, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2018, conforme anexos I, anexo II, anexo III, anexo IV, anexo V;

Art. 3º - Art. 2º - Reajustar os vencimentos do servidor efetivo cedido, gratificações Gestor de Recursos e Contador, da Lei n° 2760, de 21 de outubro de 2014 e Tesoureiro da Lei nº 2468/2011, de 17 de maio de 2011, conforme Artigo Primeiro da Lei nº 2984/2018 de 22 de maio de 2018, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2018, conforme anexos VI.

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Colíder/MT 02 de julho de 2018.

Mariza Bernardes da Silva

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

Noboru Tomiyoshi

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO – SÉTIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 100/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: N.T. LUIZE – EPP

Objeto: Aquisição de brinquedos pedagógicos para a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Colider/MT, destinados ao atendimento do Programa Brasil Carinhoso.

Prorroga o Prazo de Vigência: Por 20 (vinte) dias, terminando o prazo de vigência em 02/08/2018

Data de Assinatura: 13/07/2018

LICITAÇÃO
EXTRATO – SÉTIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 096/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: N.T. LUIZE – EPP

Objeto: Aquisição de brinquedos pedagógicos para a Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Colider/MT, destinados ao atendimento do Programa Brasil Carinhoso.

Prorroga o Prazo de Vigência: Por 20(vinte) dias, terminando o prazo de vigência em 02/08/2018

Data de Assinatura: 13/072018

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
ERRATA DE PUBLICAÇÃO NO DECRETO Nº.021/2018, NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR, DO MUNICÍPIO DE COLÍDER, ESTADO DE MATO GROSSO

No **Decreto Nº.021/2018**, **NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR, DO MUNICÍPIO DE COLÍDER, ESTADO DE MATO GROSSO** publicado em 04 de abril de 2018, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

Onde se lê:

DECRETO 021/2018

Leia-se:

DECRETO 021A/2018

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, em 18 de julho de 2018.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colíder-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 229/GP/2018.

PORTARIA Nº 229/GP/2018, DE 16 DE JULHO DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Designar o Servidor **Cristiano Antes Santos,** matricula nº. 6686, efetivo no cargo de Técnico em Informática, carga horária de 40 horas, vinculado a Secretaria Municipal de Administração, como responsável pelo envio das informações do APLIC junto ao TCE , recebendo **gratificação de 30%** (trinta por cento) sobre o vencimento base.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 04 de julho de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 16 de julho de 2018.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 16 de julho de 2018.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 234/GP/2018.

PORTARIA Nº 234/GP/2018, DE 17 DE JULHO DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Nomeia **Célia Márcia Nunes Machado,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 1.802.580 SSP/GO e CPF n° 492.203.571-00, para

exercer ocargo de **Secretária Adjunta,** vinculado Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 17 de julho de 2018.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 17 de julho de 2018.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 233/GP/2018.

PORTARIA Nº 233/GP/2018, DE 17 DE JULHO DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Nomeia **Francisco de Assis Pedroso,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 30075528 SSP/PR e CPF n° 015.284.698-01, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Saúde e Saneamento.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 17 de julho de 2018.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 17 de julho de 2018.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 232/GP/2018.

PORTARIA Nº 232/GP/2018, DE 16 DE JULHO DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Exonera **Anderson Jose da Silva Azevedo,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 2283848-1 SSP/RO e CPF n° 039.545.131-02, do cargo de **Chefe de Divisão,** vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 12 de julho de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 16 de julho de 2018.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 16 de julho de 2018.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 231/GP/2018.

PORTARIA Nº 231/GP/2018, DE 16 DE JULHO DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Exonera **Célia Márcia Nunes Machado,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 1.802.580 SSP/GO e CPF n° 492.203.571-00, docargo de **Secretária Municipal de Saúde e Saneamento,** vinculado Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 16 de julho de 2018.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 16 de julho de 2018.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 230/GP/2018.

PORTARIA Nº 230/GP/2018, DE 16 DE JULHO DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Exonera a pedido, nos moldes do Art.41 da Lei Municipal nº. 499/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos, o Servidor **Neri Maltezo,** matricula nº. 6767**,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 760679 SSP/MS e CPF n° 257.989.602-34, Concursado no cargo de ***Vigilante,*** *40 horas,vinculado a* Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 16 de julho de 2018.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 16 de julho de 2018.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 228/GP/2018.

PORTARIA Nº 228/GP/2018, DE 12 DE JULHO DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Exonera **Ebaneis da Silva Mello,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 2255343 SSP/PR e CPF n° 009.937.738-18, do cargo de **Supervisor de Departamento,** vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo para o dia 10 de julho de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 12 de julho de 2018.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 12 de julho de 2018.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001

O período de publicação será de 09/07/2018 a 09/08/2018

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 227/GP/2018.

PORTARIA Nº.227/GP/2018, DE 12 DE JULHO DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Revoga em inteiro teor a Portaria nº. 188/GP/2018, de 14 de maio de 2018, que concedeu gratificação de 10% sobre o vencimento base para a Servidora Pública Municipal Daiany Christina de Araujo.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 04 de julho de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 12 de julho de 2018.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 12 de julho de 2018.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA - TERMO DE ADESÃO 009/2018

TERMO DE ADESÃO referente ao **Pregão Eletrônico nº 006/SAAE/2018SRP, Ata de Registro de Preços nº 006/SAAE/2018,** referente ao Registro de Preços para aquisição de Massa Asfáltica. Cujo fornecedor registrado é a Empresa **GEOPLUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MASSA ASFALTICA LTDA EPP, CNPJ nº 24.311.168/0001-86** com sede a Rodovia Palmiro Paes de Barros s/n, km 11, quadra 1, lotes 4,5 e 6, Bairro Jardim Nova Esperança – Cuiabá - MT, neste ato representado pelo Senhor Orlando Yoshiaki Okuyama CPF nº 171.286.689-34. Trata- se da Adesão de Massa Asfáltica no valor total de **R$ 60.333,34 (Sessenta mil e trezentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos)**. Aderente: ***Prefeitura Municipal de Colniza em atendimento a Secretaria Municipal de Obras***. Maiores informações pelo fone 66-3571-1000/1315 ou no endereço Avenida Tarumã 116 – Centro – Colniza – MT das 08h00 as 12h00m.

Colniza – MT, em 18 de Julho de 2017.

Mauricio R. V. de Jesus

Pregoeiro Oficial

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2018

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2018

CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA

A Comissão Permanente de Licitação da *CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT*, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº. 041/2018 de 02/04/2018 torna público para conhecimento de todos os interessados, que com amparo no art. 24 Inc. II, da Lei 8.666/93, realiza o processo de ***Dispensa de licitação nº. 007/2018,*** cujo objeto é a Contratação de Empresa para Fornecimento de Material de Consumo destinado a manutenção das atividades Legislativas da Câmara Municipal de Colniza/MT.

Colniza /MT,18 de Julho de 2018.

Ilson Morais de Oliveira

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2018

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2018

CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA

A Comissão Permanente de Licitação da *CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT*, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº. 041/2018 de 02/04/2018 torna público para conhecimento de todos os interessados, que com amparo no art. 24 Inc. II, da Lei 8.666/93, realiza o processo de ***Dispensa de licitação nº. 008/2018,*** cujo objeto é a Contratação de Empresa para Fornecimento de Material de Permanente destinado a melhorias das atividades Legislativas da Câmara Municipal de Colniza/MT.

Colniza /MT,18 de Julho de 2018.

Ilson Morais de Oliveira

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 003/2018 ADM DE 05 DE JULHO 2018.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal qualificados abaixo como **FISCAL DE CONTRATO** de **ATA DE REGISTRO DE PRECOS**.

SECRETARIA	SERVIDOR
SECRETÁRIA DE OBRAS	RODRIGO BARROS MILHOMEM

Art. 2º - Os servidores designados ficam responsáveis pelos contratos respectivos a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	59/2018	CNPJ	VALOR TOTAL
EMPRESA	ANTONIA RAMILDA DA SILVA VIANA - ME	21.469.324/0001-43	73.310,00
OBJETO	AQUISICAO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO MATERIAIS ELETRICO PARA ILUMINACAO PUBLICA PARA AS AVENIDAS BRASIL E INDUSTRIAL, EM ATENDIMENTO AS SOLICITAÇÕES DA SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. JUNTO AO MUNICIPIO DE CONFRESA		
VIGENCIA	12 MESES – 04/07/2018 A 04/07/2019		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 05 de Julho de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA CONCESSÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIO

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA CONCESSÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS

A Prefeitura Municipal de Confresa-MT, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de todos quanto possam se interessar, que fará realizar AUDIÊNCIA PÚBLICA para justificação e conhecimento público da concessão de Serviços Funerários, precedida de Licitação na modalidade Concorrência a ser instaurada, nos termos das Leis Federais 8.666/93 e 8.987/95 e da Lei Complementar Municipal n. 141/2018, a ser realizada no próximo dia 23 de julho de 2018, às 16 horas, na Câmara Municipal de Confresa-MT, situada à Rua Mato Grosso, n. 120, Centro, nesta Cidade de Confresa. A participação na referida Audiência será ampla, sem restrição de acessos ou questionamentos, desde que pertinentes ao tema objeto da Sessão, quaisquer informações sobre esta Audiência Pública serão fornecidas até o dia e hora designados para o início dos trabalhos, diariamente, das 7:00 horas às 17:00 horas, pelo telefone (66) 3564-1818, ou ainda na sede da Prefeitura Municipal, à Av. Centro-Oeste, n. 286, Centro, nesta cidade de Confresa.

Confresa-MT, 12 de julho de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 027/2018 ADM DE 05 DE JULHO 2018.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal qualificados abaixo como **FISCAL DE CONTRATO** de **ATA DE REGISTRO DE PRECOS**.

SECRETARIA	SERVIDOR
SECRETÁRIA DE CULTURA	EVIRLENE SIPAUBA COSTA

Art. 2º - Os servidores designados ficam responsáveis pelos contratos respectivos a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	56 / 57 2018	CNPJ	VALOR TOTAL
EMPRESA	RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME	12.313.826/0001-90	766.707,25
	R G DA PAZ EIRELI - EPP	21.085.617/0001-38	865.683,40
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDEA DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICIPIO DE CONFRESA - MT.		
VIGENCIA	12 MESES – 03/07/2018 A 03/07/2019		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 05 de Julho de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 020/2018 ADM DE 05 DE JULHO 2018.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal qualificados abaixo como **FISCAL DE CONTRATO** de **ATA DE REGISTRO DE PRECOS**.

SECRETARIA	SERVIDOR
SECRETÁRIA DE AÇÃO SOCIAL (CONSELHO TUTELAR)	ROSICLEIDE GOMES

Art. 2º - Os servidores designados ficam responsáveis pelos contratos respectivos a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	56 / 57 2018	CNPJ	VALOR TOTAL
EMPRESA	RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME	12.313.826/0001-90	766.707,25
	R G DA PAZ EIRELI - EPP	21.085.617/0001-38	865.683,40
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDEA DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICIPIO DE CONFRESA - MT.		
VIGENCIA	12 MESES – 03/07/2018 A 03/07/2019		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 05 de Julho de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 029/2018

DECRETO Nº 029/2018 DE 17 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE A RESTRUTURAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO, FUNDEB – CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 100/97, ALTERADA PELAS LEIS MUNICIPAIS Nº 119/ 1999, Nº 260/2007 E 042/2007.

O Prefeito Municipal de Confresa - Mato Grosso, Ronio Condão Barros Milhomem, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei 100/97 alterada pela leis municipais 119/1999/206/2007 e 042/2007.

DECRETO

Art. 1º. Ficam nomeados os novos membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério – FUNDEB,

criado pela lei municipal nº 100/97 e alterada pelas Leis Municipal 119/99, nº 260/2007, que passa a ser composto dos nomes abaixo citados com suas respectivas representações.

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Titular: Angélica Alves Castro

CPF: 025080761-04

RG: 19976500 SSP/MT

Suplente: Márcia Aparecida Costa

CPF: 9698014-49

RG: 7.399.759 SSP/MG

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Jales Alves Oliveira

CPF: 450545501-78

RG: 241759 SSP/GO

Suplente: Zilda Maria Gabriel de Mello

CPF: 011.705.358-95

RG: 13163697 SSP/SP

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES

Titular: Cícero Romão Braga

CPF: 792.307.091-15

RG: 270.199 SSP/TO

suplente: Valdenor Gomes Dias

CPF: 453491001-06

RG: 0719451-0 SEJSP/MT

REPRESENTANTES DOS DIRETORES

Titular: Naira Cristina Pereira Lopes

CPF: 841.787.791-68

RG: 118316-8 SJ/MT

Suplente: Neilane Telma de Oliveira

CPF: 771.894.931-15

RG: 257990 SSP/TO

REPRESENTANTES DOS SERVIDORES

Titular: Maria Célia Rodrigues Ribeiro Borges

CPF: 555114571-91

RG: 819119 SSP/MT

Suplente: Weslene Barbosa de Sousa Freitas

CPF: 862.513.091-72

RG: 15691357 SSP/MT

REPRESENTANTES DOS PAIS

Titular: Maria Conceição Pereira de Sousa

CPF: 014.705.631-42

RG: 1784339-1 SJSP/MT

Suplente: Sandra Maria Ranzolin

CPF: 571573401-00

RG: 1031988-8 SSPMT

Titular: Maria Conceição Carlos do Nascimento

CPF: 817.749.901-72

RG: 1132209-8 SJ/MT

Suplente: Paula Venância Silva Souza

CPF: 749.596.111-20

RG: 749.596.111-20 SSP/MT

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Titular: Karine Sousa

CPF: 704.333.161-79

RG: 284604-4 SJSP/MT

Suplente: Iasmyn Jheovana Gomes da Cruz

CPF: 052.715.931-00

RG: 1.225.099 SSP/MT

REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR

Titular: Ailton Jacinto de Deus

CPF: 836.451-00

RG: 1191700-8-SJ/MT

Suplente: Rosileide Gomes de Oliveira

CPF: 009.636.501-30

RG: 1234447-8-SJ/MT

REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Neiva Gomes Coelho

CPF: 537.198.401-15

RG: 539054-SSP/MS

Suplente: Lucimeire Lazara da Silva Oliveira Ananias

CPF: 851.353.301-78

RG: 391093-SSP/TO

REPRESENTANTES DA AGRICULTURA FAMILIAR

Titular: Rafael Schio

CPF: 025.479.041-01

RG: 18791387 SSP/MT

Suplente: Iranilton de Matos Rodrigues

CPF: 633.315.601-97

RG: 22781161 SSP/MT

REGISTRA-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Confresa-MT, 17 de julho de 2018.

_____

Ronio Condão Barros Milhomem

Prefeito Municipal de Confresa/MT

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 019/2018 ADM DE 05 DE JULHO 2018.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no

art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal qualificados abaixo como **FISCAL DE CONTRATO** de **ATA DE REGISTRO DE PRECOS**.

SECRETARIA	SERVIDOR
SECRETÁRIA DE AÇÃO SOCIAL (CRAS)	GRAZIELE MENDES

Art. 2º - Os servidores designados ficam responsáveis pelos contratos respectivos a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	56 / 57 2018	CNPJ	VALOR TOTAL
EMPRESA	RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME	12.313.826/0001-90	766.707,25
	R G DA PAZ EIRELI - EPP	21.085.617/0001-38	865.683,40
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDEA DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICIPIO DE CONFRESA - MT.		
VIGENCIA	12 MESES – 03/07/2018 A 03/07/2019		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 05 de Julho de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 029/2018 ADM DE 05 DE JULHO 2018.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no

art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal qualificados abaixo como **FISCAL DE CONTRATO** de **ATA DE REGISTRO DE PRECOS**.

SECRETARIA	SERVIDOR
SECRETÁRIA DE SAÚDE	ANDREA BORGES FERREIRA

Art. 2º - Os servidores designados ficam responsáveis pelos contratos respectivos a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	56 / 57 2018	CNPJ	VALOR TOTAL
EMPRESA	RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME	12.313.826/0001-90	766.707,25
	R G DA PAZ EIRELI - EPP	21.085.617/0001-38	865.683,40
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDEA DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICIPIO DE CONFRESA - MT.		
VIGENCIA	12 MESES – 03/07/2018 A 03/07/2019		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 05 de Julho de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 018/2018 ADM DE 05 DE JULHO 2018.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no

art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal qualificados abaixo como **FISCAL DE CONTRATO** de **ATA DE REGISTRO DE PRECOS**.

SECRETARIA	SERVIDOR
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO (ENS.FUNDAMENTAL)	JALIS ALVES DE OLIVEIRA

Art. 2º - Os servidores designados ficam responsáveis pelos contratos respectivos a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	56 / 57 2018	CNPJ	VALOR TOTAL
EMPRESA	RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME	12.313.826/0001-90	766.707,25
	R G DA PAZ EIRELI - EPP	21.085.617/0001-38	865.683,40
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDEA DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICIPIO DE CONFRESA - MT.		
VIGENCIA	12 MESES – 03/07/2018 A 03/07/2019		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 05 de Julho de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CPL Nº35 /2018

Pelo presente INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO e a contratação de empresa que ofereça ao município de Confresa a Gestão Automotiva, o qual reúna diversos módulos operacionais integrado capazes de Prestar Serviços de Controle e intermediação de Consumo de Combustível, monitoramento e localização via Satélite, fiscalização de Manutenção Preventiva e corretiva de Frotas com Gerenciamento de Fornecimento de Peças e Serviços por intermediação em rede credenciada, acompanhamento e regulação de contratos com emissão de relatórios bem como geração de tabelas para prestação de contas aos Órgãos de Controle**.** que entre si fazem, CONTRATADA e CONTRATANTE, infra qualificadas, têm entre si justas e contratadas as cláusulas e condições que abaixo seguirão, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam, a saber:

Aos 16 dias do mês de Julho do ano de dois mil e dezoito, foi celebrado o presente **TERMO DE CONTRATO**, tendo como partes, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ sob o Nº. 37.464.716/0001-50, estabelecida na avenida centro-oeste, 286, centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Rua: Tancredo Neves N°50 Setor Pavilhão, nesta cidade de Confresa - MT, portador da Cédula de Identidade RG. Sob o Nº. 0875190-0 SSP/MT, e CPF Nº. 535.561.191-53, doravante denominada “**CONTRATANTE**” e, de outro lado a empresa **Saga Comércio Serviço Tecnologia e Informática Ltda**, CNPJ: 05.870.713/0001-20 e Inscrição Municipal 13.334808-3 estabelecida na Rua Oriente Tenuta (Lot.Consil), nº09, casa 09 quadra 01 Bairro Alvorada Cidade Cuiabá- U.F MT Cep: 78.048-450, neste ato representada pelo Sócio Senhora Eleide Maria Correa, brasileira, portador da Cédula de Identidade RG. Nº.06.07983-0 SSP-MS e CPF Nº 317.873.121-00, **Processo Licitatório** Nº076/2018, doravante denominado “**CONTRATADO**”, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO SUPORTE LEGAL

01.1 - Este Contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas artigo 25 Inciso III da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e, pelas convenções estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

02.1 - O presente Contrato tem por objetivo a contratação de empresa que ofereça ao município de Confresa a Gestão Automotiva, o qual reúna diversos módulos operacionais integrado capazes de Prestar Serviços de Controle e intermediação de Consumo de Combustível, monitoramento e localização via Satélite, fiscalização de Manutenção Preventiva e corretiva de Frotas com Gerenciamento de Fornecimento de Peças e Serviços por intermediação em rede credenciada, acompanhamento e regulação de contratos com emissão de relatórios bem como geração de tabelas para prestação de contas aos Órgãos de Controle.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

03.1 - Os serviços serão executados de forma direta em local indicado pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA - DO FATO GERADOR CONTRATUAL

04.1 - O presente instrumento contratual foi firmado em decorrência do despacho exarado pelo Prefeito Municipal, ficando por conseguinte os termos contratuais, vinculados aos termos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93, alterada pelas Leis de nº. 8.883/94 e 9.648/98 e condições estabelecidas no **Processo Inexigibilidade 02/2018**.

04-2 - O valor global para a execução dos Serviços objeto do Contrato, importa em **R$- 1.934.320,00** (um milhão novecentos e trinta e quatro mil e trezentos e vinte reais), a forma de pagamento e conforme fornecimento dos itens.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	PREÇO TOTAL
01	Serviço de rastreamento veicular por GPRS/ satélite integrado ao sistema de gerenciamento eletrônico com fornecimento de diário de bordo on-line e identificador do condutor;	480 unid.	R$ 167.00	R$80.160,00
02	Serviços de gerenciamento eletrônico via web por meio de cartão magnético com sis aplic/ leiaute com controle de notas de empenho;	480 unid.	R$ 42.00	R$ 20.160,00
03	Serviço de intermediação no fornecimento de combustível, lubrificantes e filtros em rede de postos conveniados.	367.000,00 mensal	R$ 3.50	R$ 1.284.500,00
04	Sistema de gerenciamento Eletrônico Intermediação de Peças	114.000,00 unid.	R$ 3,50	R$ 399.000,00
05	Sistema Eletrônico com Intermediação Serviço Mecânicos	19.000,00 unid.	R$ 3.50	R$ 66.500,00

06	Sistema Eletrônico de Rastreamento com Tecnologia Satelital machin tom achine/iot - Satelital	240,00 sv	R$ 350.00	R$ 84. 000,00

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

05.1 - As despesas decorrentes da execução do presente Contrato, correrão à conta de recursos orçamentários próprios constante do Orçamento Programa do Município, consignados no exercício **2018.**

CLÁUSULA SEXTO - DO PRAZO

06-1- O prazo de duração do presente contrato é de 5 meses, contados a partir de 16/07/2017 até 31/12/2017.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO 07-1- O pagamento será efetuado diretamente pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Confresa - MT, sito a Avenida Centro-Oeste, 286, Centro, através de ordem bancária, no Banco indicado pelo CONTRATADO, sendo paga conforme cláusula quinta deste instrumento. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

08.1 - O Contratado se obriga a executar os serviços elencados na cláusula segunda deste contrato, com absoluta perfeição e diligencia.

CLÁUSULA NONA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

09.1 - A Contratante se obriga a cumprir fielmente o disposto nas cláusulas quinta e setíma deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 - A Rescisão do presente Contrato poderá ocorrer nos casos previstos nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº. 8.866/93, alteradas pelas Leis nºs. 8.883/94 e 9.648/98.

10.2 - A parte que der causa a rescisão Contratual, deverá comunicar a outra num prazo mínimo de cinco (05) dias, sob pena de indenização de 50% (cinqüenta por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO 11-1- O presente Contrato poderá ser alterado com as devidas justificativas nos casos previsto no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA MULTA 12.1- O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas e as disposições da Lei nº. 8.666/93, alterada pelas Leis nºs. 8.883/94 e 9.648/98, e pelos termos da proposta da contratada, respondendo cada uma das partes pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

12.2 - A parte que infringir quaisquer das cláusulas deste instrumento, ficará sujeito a multa de 2%(dois por cento) do valor contratual, além de outras penalidades legais que a falta exigir, nos termos da Lei vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

13.1 - A fiscalização da execução da aquisição dos equipamentos será exercida pelo servidor credenciado, **Sr. GILBERTO RIBEIRO DE MOURA,** nomeado mediante portaria Municipal de **34/2018**, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - As partes elegem domicilio legal o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte - MT., para dirimir os litígios decorrentes da execução do presente Contrato, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem devidamente acordados, declaram às partes Contratantes aceitas as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei nº. 8.666/93, pelas Leis nºs. 8.883/94 e 9.648/98, bem como as demais normas complementares.

Confresa /MT,16 de Julho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

Prefeito

Contratante

Saga Comércio Serviço Tecnologia e Informatica Ltda

CNPJ: 05.870.713/0001-20

Nome Representante: Eleide Maria Correa

Contratada

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 021/2018 ADM DE 05 DE JULHO 2018.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal qualificados abaixo como **FISCAL DE CONTRATO** de **ATA DE REGISTRO DE PRECOS**.

SECRETARIA	SERVIDOR
SECRETÁRIA DE OBRAS	WALTER RAMOS TELES

Art. 2º - Os servidores designados ficam responsáveis pelos contratos respectivos a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	56 / 57 2018	CNPJ	VALOR TOTAL
EMPRESA	RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME	12.313. 826/ 0001-90	766. 707,25
	R G DA PAZ EIRELI - EPP	21.085. 617/ 0001-38	865. 683,40
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDEA DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICIPIO DE CONFRESA - MT.		
VIGENCIA	12 MESES – 03/07/2018 A 03/07/2019		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 05 de Julho de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 032/2018 ADM DE 11 DE JULHO 2018.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal qualificados abaixo como **FISCAL DE CONTRATO** de **ATA DE REGISTRO DE PRECOS**.

SECRETARIA	SERVIDOR
SECRETÁRIA DE OBRAS	RODRIGO BARROS MILHOMEM

Art. 2º - Os servidores designados ficam responsáveis pelos contratos respectivos a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	63/2018	CNPJ	VALOR TOTAL
EMPRESA	SEMEC – SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA	15.062.243/0001-21	1.606.938,00
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS NA LOCAÇÃO DE CAMINHOES, MAQUINARIOS E EQUIPAMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICAS DE RUAS E AVENIDAS NA SEDE DO MUNICIPIO E NOS DISTRITOS DO MUNICIPIO DE CONFRESA-MT		
VIGENCIA	12 MESES – 11/07/2018 A 11/07/2019		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 11 de Julho de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 012/2018 ADM DE 05 DE JULHO 2018.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal qualificados abaixo como **FISCAL DE CONTRATO** de **ATA DE REGISTRO DE PRECOS**.

SECRETARIA	SERVIDOR
SECRETÁRIA DE SAÚDE (HOSPITAL)	CLEIDIANE GONÇALVES PIRES

Art. 2º - Os servidores designados ficam responsáveis pelos contratos respectivos a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	53/2018	CNPJ	VALOR TOTAL
EMPRESA	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS	34.597.955/0007-85	198.000,00
OBJETO	AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.		
VIGENCIA	12 MESES – 05/07/2018 A 05/07/2019		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 05 de Julho de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 015/2018 ADM DE 05 DE JULHO 2018.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal qualificados abaixo como **FISCAL DE CONTRATO** de **ATA DE REGISTRO DE PRECOS**.

SECRETARIA	SERVIDOR
SECRETÁRIA DE OBRAS	WALTER RAMOS TELES

Art. 2º - Os servidores designados ficam responsáveis pelos contratos respectivos a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	58/2018	CNPJ	VALOR TOTAL
EMPRESA	ROETH MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	15.239.988/0002-02	225.000,00
OBJETO	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA CONFORME PREVISTO NO PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO DO CONVÊNIO Nº 846623/2017 CELEBRADO ENTRE A SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA - SUDAM E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA/MT.		
VIGENCIA	12 MESES – 03/07/2018 A 03/07/2019		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 05 de Julho de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PRIMEIRA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 39/2017

Pelo presente Instrumento, o MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT, por intermédio da Prefeitura Municipal de CONFRESA inscrita no CNPJ nº 37.464.716/0001-50, situado na Av. Centro Oeste, nº 286, CONFRESA – MT, CEP 78.652-000, representado pelo Exmo. Senhor Prefeito Municipal, **RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Rua: Tancredo Neves Nº 50 Setor Pavilhão nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e a Empresa **DIOGO FRANCISCO DE OLIVEIRA – ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ com o n. 14.433.443/0001-80, doravante designada CONTRATADA. Situada na AV SANTO AFONSO, 188, Morada Nova, Confresa -MT, ora denominada simplesmente FORNECEDORA, e considerando o que tudo consta no procedimento licitatório Pregão n° 65/2017, sujeitando-se aos princípios e as exigências da Lei 10.520/02, subsidiada pela Lei 8.666/93 e atualizações posteriores, RESOLVEM celebrar o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Instrumento tem por objeto o aditamento de prazo à Ata de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de 2 (dois) meses para atender as Necessidades das Secretárias, Junto ao Município de Confresa – MT.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ADITIVO DE PRAZO

2.1. Diante do aumento da demanda e da obrigação das fornecedoras adjudicatárias de fornecer, nas mesmas condições iniciais, prorroga-se o prazo de validade da Ata de Registro de Preços n° 39/2017 por mais 60 dias, ou seja, passando a viger até 25/09/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA FUNDAMENTAÇÃO

3.1. A alteração do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços n° 39/2017 tem seu fundamento no artigo 12 do Decreto n° 7892/2013 e na necessidade da Administração Pública.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento originário não alterados por este aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

6.1. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, o local competente para dirimir todas as questões do presente Termo, sendo este competente para a propositura de qualquer medida judicial dele decorrente, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Confresa – MT, 25 de julho de 2018

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
AVISO DE PRORROGAÇÃO E RETIFICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2018 PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 052/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2018

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 052/2018

O Pregoeiro e equipe de apoio, da Prefeitura Municipal de Confresa – MT, torna público aos interessados, Pregão Presencial 052/2018, com abertura prevista para o dia 19 de julho de 2018, as 14h00min, cujo objeto é "PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA – MT", prorroga-se o prazo de abertura do edital, para 31 de julho de 2018 às 14h00min, assim como retificar o item 9.3, "f", do referido edital. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-2014.

Confresa-MT, 18 de julho de 2018.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 022/2018 ADM DE 05 DE JULHO 2018.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal qualificados abaixo como **FISCAL DE CONTRATO** de **ATA DE REGISTRO DE PRECOS**.

SECRETARIA	SERVIDOR
GABINETE DO PREFEITO	LUCIA HELENA O.GONSALVES

Art. 2º - Os servidores designados ficam responsáveis pelos contratos respectivos a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	56 / 57 2018	CNPJ	VALOR TOTAL
EMPRESA	RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME	12.313.826/0001-90	766.707,25
	R G DA PAZ EIRELI - EPP	21.085.617/0001-38	865.683,40
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDEA DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICIPIO DE CONFRESA - MT.		
VIGENCIA	12 MESES – 03/07/2018 A 03/07/2019		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada "Pública" e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 05 de Julho de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 023/2018 ADM DE 05 DE JULHO 2018.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal qualificados abaixo como **FISCAL DE CONTRATO** de **ATA DE REGISTRO DE PRECOS**.

SECRETARIA	SERVIDOR
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO	EDELCI DIAS DA COSTA

Art. 2º - Os servidores designados ficam responsáveis pelos contratos respectivos a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	56 / 57 2018	CNPJ	VALOR TOTAL
EMPRESA	RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME	12.313.826/0001-90	766.707,25
	R G DA PAZ EIRELI - EPP	21.085.617/0001-38	865.683,40
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDEA DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICIPIO DE CONFRESA - MT.		
VIGENCIA	12 MESES – 03/07/2018 A 03/07/2019		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 05 de Julho de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 05 de Julho de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 024/2018 ADM DE 05 DE JULHO 2018.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal qualificados abaixo como **FISCAL DE CONTRATO** de **ATA DE REGISTRO DE PRECOS**.

SECRETARIA	SERVIDOR
SECRETÁRIA DE FINANÇAS	KATIANY DOS SANTOS PEREIRA

Art. 2º - Os servidores designados ficam responsáveis pelos contratos respectivos a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	56 / 57 2018	CNPJ	VALOR TOTAL
EMPRESA	RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME	12.313.826/0001-90	766.707,25
	R G DA PAZ EIRELI - EPP	21.085.617/0001-38	865.683,40
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDEA DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICIPIO DE CONFRESA - MT.		
VIGENCIA	12 MESES – 03/07/2018 A 03/07/2019		

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 028/2018 ADM DE 05 DE JULHO 2018.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal qualificados abaixo como **FISCAL DE CONTRATO** de **ATA DE REGISTRO DE PRECOS**.

SECRETARIA	SERVIDOR
SECRETÁRIA DE SAÚDE (HOSPITAL)	ELPIDILUNDES C.DA COSTA

Art. 2º - Os servidores designados ficam responsáveis pelos contratos respectivos a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	56 / 57 2018	CNPJ	VALOR TOTAL
EMPRESA	RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME	12.313.826/0001-90	766.707,25
	R G DA PAZ EIRELI - EPP	21.085.617/0001-38	865.683,40
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDEA DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICIPIO DE CONFRESA - MT.		
VIGENCIA	12 MESES – 03/07/2018 A 03/07/2019		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 05 de Julho de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 017/2018 ADM DE 05 DE JULHO 2018.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal qualificados abaixo como **FISCAL DE CONTRATO** de **ATA DE REGISTRO DE PRECOS**.

SECRETARIA	SERVIDOR
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO (TRANSPORTE ESCOLAR)	WILSON DIAS FERREIRA

Art. 2º - Os servidores designados ficam responsáveis pelos contratos respectivos a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	56 / 57 2018	CNPJ	VALOR TOTAL
EMPRESA	RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME	12.313.826/0001-90	766.707,25
	R G DA PAZ EIRELI - EPP	21.085.617/0001-38	865.683,40
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDEA DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICIPIO DE CONFRESA - MT.		
VIGENCIA	12 MESES – 03/07/2018 A 03/07/2019		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 05 de Julho de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

PROCURADORIA DO MUNICIPIO
PORTARIA Nº 121/2018

“Dispõe sobre a instauração de Procedimento Administrativo, nomeia membros para compor a Comissão Processante e dá outras providências”.

.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D’Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 63, VI, da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando o que emerge do artigo 5º, incisos LIV e LV da Constituição Federal/88;

Considerando o que dispõe a Lei nº 8.666/93;

Considerando o teor da Lei Federal nº 10.520/2002;

Considerando a Lei Federal nº 9.784/99;

Considerando o que consta no Parecer nº 143/2017, fls. 194/199 do Processo Administrativo nº 1668/2017;

Considerando a anulação, por ilegalidade, da licitação objeto do Pregão nº 037/2017, **tendo por objeto “REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMBUCHAMENTO E REVISÃO CORRETIVA EM CAMINHÃO MERCEDES BENZ 1620, PLACA JYV-9191, ALOCADO NA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS”**, publicada em 18/12/2017, no Diário Oficial dos Municípios,

RESOLVE:

Art. 1º Designar ROSILENE DUTRA PEREIRA, Fiscal Tributário do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Fazenda, matrícula funcional nº 870; LUCIANO APARECIDO DA SILVA, do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Administração, matrícula funcional nº 1163; e WALTER QUEIROZ VICTORIO JUNIOR, Assistente Administrativo do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação, matrícula funcional nº 1043, para, sob a presidência da primeira, constituírem Comissão de Procedimento Administrativo, destinada a apurar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a conduta violadora de princípios administrativos e licitatórios, supostamente cometida pela empresa IVETE TEREZINHA RAMPANELLI, nos

autos do **Processo nº 1668/2017 – Edital de Pregão Presencial nº 037/2017**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Prefeita, em 17 de julho de 2018.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

PROCURADORIA DO MUNICIPIO
PORTARIA Nº 122/2018

"Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, nomeia membros para compor a Comissão Processante e dá outras providências". .

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 63, VI, da Lei Orgânica do Município, e

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 001/2001;

Considerando o que emerge do artigo 5º, incisos LIV e LV da Constituição Federal/88;

Considerando o que dispõe a Lei nº 8.666/93;

Considerando o teor da Lei Federal nº 10.520/2002;

Considerando a Lei Federal nº 9.784/99;

Considerando o que consta no Parecer nº 143/2017, fls. 194/199 do Processo Administrativo nº 1668/2017;

Considerando a anulação, por ilegalidade, da licitação objeto do Pregão nº 037/2017, **tendo por objeto "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMBUCHAMENTO E REVISÃO CORRETIVA EM CAMINHÃO MERCEDES BENZ 1620, PLACA JYV-9191, ALOCADO NA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS"**, publicada em 18/12/2017, no Diário Oficial dos Municípios,

RESOLVE:

Art. 1º Designar MARIA CONCEIÇÃO DE FREITAS, Técnico Operacional em Assuntos Administrativos lotada na Secretaria Municipal de Administração, matrícula funcional nº 266; MARLENE APARECIDA DA SILVA, Agente Administrativo lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentado, matrícula funcional nº 265; e ELENIR LÚCIA DE SOUZA, Assistente Administrativo lotada na Secretaria Municipal de Ação Social, matrícula funcional nº 501, para, sob a presidência da primeira, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar destinada a apurar, no prazo de 60 (sessenta) dias, os fatos de que trata o **Processo nº 1668/2017**, em relação ao servidor MAURÍCIO SILVA GUEDES, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Prefeita, em 17 de julho de 2018.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

AVISO DE EDITAL LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº 101/2018
PROCESSO 150/2018

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a abertura de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 101/2018 forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para: **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU",** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia 30 **(Trinta) de Julho de 2018, às 08h00min (oito horas)**, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira pelo e-mail licitacao@cotriguacu.mt.gov.br ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência). Cotriguaçu-MT, 17 de Julho de 2018. **EDILSON VARGAS CHARNESKI Pregoeiro da Comissão Especial de Licitação.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL 829-18

LEI MUNICIPAL Nº. 829/2018. DENISE-MT, 18 DE JULHO DE 2018.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de Crédito Suplementar, no valor de **R$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais)**, no Orçamento Geral do Município para o exercício de 2018.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DENISE/MT, em sessão ordinária do dia 16 de JULHO de 2018, aprovou e o senhor JOSÉ ANIBAL ILARIO DOS SANTOS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo cargo, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a abertura de Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município, Lei Municipal nº. 813/2017, no valor de **R$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais)**, na forma abaixo especificada:

Órgão:	05 -	Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade:	001 -	Fundo Municipal de Saúde		
Função:	10 -	Saúde		
Sub-Função:	302 -	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa:	0009 -	Saúde para todos		
Proj/Atividade:	1.012 -	Aquisição de Veículos e Ambulâncias p/ Transporte de Pacientes		
4490.52.00.00 -		Equipamentos e Material Permanente		
Fonte: 123000000		Transferência de Convênios - Saúde	Valor R$	160.000,00
Fonte: 100000000		Recursos Ordinários	Valor R$	16.000,00

Art. 2º - O crédito aberto pelo Artigo anterior destina-se a aquisição de dois veículos ambulância Tipo A, em conformidade com os Seguintes Termos de Compromisso nº. 5103451712261950049 e 510345171219193608, ambos realizados com a União Federal por intermédio do Ministério da Saúde.

Art. 3º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no Artigo Primeiro a título de Termo de Compromisso/convênio, serão utilizados Recursos Provenientes de Excesso de Arrecadação, fonte de recurso com destinação vinculada/convênios, em conformidade com a Lei 4.320/64 e Acórdão nº. 3.145/2006 - TCE/MT.

Art. 4º - Fica autorizado a cobertura do crédito suplementar a título de contrapartida a anulação parcial ou total de dotação consignadas no orçamento vigente.

Art. 5º - Fica o poder executivo autorizado a proceder os ajustes necessários nas peças de planejamento, compreendendo LDO, PPA e Orçamento para o fiel cumprimento desta Lei.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre–se e publique–se, na data supra, na forma da lei.

Paço Municipal de Denise-MT, 18 de Julho de 2018.

JOSE ANIBAL ILARIO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR 025-18

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 25, DE 18 DE JULHO DE 2018

Poder Executivo

Ementa: *ALTERA O§4º, DO ART. 7º, DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 024, DE 03 DE ABRIL DE 2018.*

A CÂMARA MUNICIPAL DE DENISE/MT, em sessão ordinária do dia 16 de JULHO de 2018, aprovou e o senhor JOSÉ ANIBAL ILARIO DOS SANTOS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo cargo, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º -Fica alterado o §4º, do Art. 7º, da Lei Complementar Municipal nº 24, de 03 de abril de 2018, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"§ 4º - O saldo verificado na conta municipal especialmente designada para tal fim, deverá ser aplicado, preferencialmente, na melhoria e eficientização energética da iluminação pública em geral, compreendida a aquisição de bens, equipamentos e serviços para manutenção das instalações."

Art. 2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre–se e publique–se, na forma da lei.

Paço Municipal de Denise-MT, aos 18 de julho de 2018.

JOSÉ ANÍBAL ILÁRIO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL 828-18

LEI MUNICIPAL Nº. 828/2018. DENISE-MT, 18 DE JULHO DE 2018.

Ementa: CRIA O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE DENISE-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DENISE/MT, em sessão ordinária do dia 16 de JULHO de 2018, aprovou e o senhor JOSÉ ANIBAL ILARIO DOS SANTOS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo cargo, sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído no Município de Denise-MT o Serviço Municipal de Acolhimento Familiar destinado à garantia de direitos de crianças, adolescentes, e, excepcionalmente, de jovens entre 18 e 21 anos de idade, afastados da família de origem por meio da medida de proteção prevista no art. 101, inciso VIII, da Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, determinada pela autoridade competente.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, considera-se:

I - acolhimento: medida protetiva prevista no art. 101, incisos VII e VIII, do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, caracterizada pelo breve e excepcional afastamento da criança ou do adolescente da sua família natural ou extensa com vista à sua proteção integral;

II - família natural: a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, nos termos do art. 25 do ECA;

III - família extensa ou ampliada: aquela que se estende para além da unidade de pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos, com os quais a criança e o adolescente convivem e mantêm vínculos de afinidade e afetividade nos termos do parágrafo único do art. 25 do ECA;

IV - família substituta: a colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou do adolescente, nos termos do parágrafo único do art. 28 do ECA;

V - família acolhedora: qualquer pessoa ou família, previamente cadastrada, avaliada e capacitada pelo Serviço de Acolhimento Familiar, que se disponha a acolher criança ou adolescente em seu núcleo familiar, sem intenção de realizar adoção;

VI - bolsa-auxílio: é o valor em dinheiro a ser concedido à família acolhedora, por criança ou adolescente acolhido, para prestar apoio financeiro nas despesas do acolhido;

Capítulo II

DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR

Art. 3º O Serviço Municipal de Acolhimento Familiar, a fim de assegurar a proteção integral das crianças e dos adolescentes, terá como objetivos:

I - garantir o direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, possibilitando a reconstrução e o fortalecimento dos vínculos e o rompimento do ciclo de violações de direitos;

II - atuar em conjunto com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos para promover o acolhimento de crianças e adolescentes afastados temporariamente de sua família natural ou extensa/ampliada, por meio da medida de proteção prevista no art. 101, inciso VIII, da Lei nº 8.069/1990, determinada pela autoridade competente, em família acolhedora, para garantir a proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;

III - proporcionar atendimento individualizado a crianças e adolescentes afastados de suas famílias naturais ou extensas/ampliadas, tendo em vista seus retornos às suas respectivas famílias quando possível, ou a inclusão em família substituta;

IV - contribuir para a superação da situação vivida por crianças ou adolescentes, com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar, a colocação em família substituta, ou para a vida autônoma no caso dos adolescentes;

V - articular com a rede socioassistencial e com as demais políticas públicas a fim de potencializar o cuidado e a proteção por parte das famílias acolhedoras e das famílias naturais e extensas;

Art. 4º A gestão do Serviço de Acolhimento Familiar é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social que contará com a articulação e o envolvimento dos atores do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes, notadamente:

I - Poder Judiciário do Estado do Mato Grosso;

II - Ministério Público do Estado do Mato Grosso;

III - Defensoria Pública do Estado do Mato Grosso;

IV - Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - Órgãos municipais gestores das políticas de Assistência Social, Educação, Saúde, Habitação, Esporte, Cultura e Lazer, Trabalho;

VI - Conselhos Tutelares.

Art. 5º O Serviço é destinado a crianças e adolescentes entre zero e dezoito anos de idade e, excepcionalmente, a jovens entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos de idade, dependendo, nestes casos, de parecer técnico em que deverá constar o grau de autonomia alcançado pelo acolhido, a fim de se definir a necessidade de manutenção até os 21 (vinte e um) anos de idade, conforme disposto no art. 2º da Lei nº 8069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 6º O Serviço de Acolhimento Familiar atenderá crianças e adolescentes residentes no Município de Denise que tenham seus direitos ameaça-

dos ou violados e que necessitem de proteção, sempre com determinação judicial.

Art. 7º A inclusão da criança ou do adolescente no Serviço de Acolhimento Familiar será realizada mediante determinação da autoridade competente.

§ 1º Os profissionais do Serviço de Acolhimento Familiar farão contato com as famílias acolhedoras habilitadas ao acolhimento, observadas as características e as necessidades da criança ou do adolescente.

§ 2º A duração do acolhimento varia de acordo com a situação apresentada e poderá ser interrompida por ordem judicial.

Capítulo III

DOS RECURSOS

Art. 8º O Serviço de Acolhimento Familiar contará com Recursos Orçamentários e Financeiros alocados no orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, podendo contar de forma complementar com recursos dos Fundos para a Infância e a Adolescência e de parcerias com o Estado de Mato Grosso e a União.

Art. 9º Os recursos alocados no Serviço de Acolhimento Familiar serão destinados a oferecer:

I - Bolsa-Auxílio para as famílias acolhedoras;

II - Capacitação continuada para a Equipe Técnica e de Apoio, preparação e formação das Famílias Acolhedoras;

III - Acompanhamento e trabalho de reintegração familiar junto à família de origem;

IV - Espaço físico adequado e equipamentos necessários para os profissionais prestarem atendimento e acompanhamento às famílias do Serviço;

V - Manutenção dos vencimentos da Equipe Técnica e de Apoio;

VI - Manutenção de veículo(s) disponibilizado(s) para o Serviço.

Capítulo IV

DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 10 Fica o Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social autorizado a editar normas e procedimentos de execução e fiscalização do Serviço Municipal de Acolhimento Familiar, por meio de decretos, que deverão seguir a legislação nacional, bem como políticas, planos e orientações dos demais órgãos oficiais.

Art. 11 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parcerias com organizações da sociedade civil e termos de convênio com outros órgãos públicos, na forma da legislação vigente, a fim de possibilitar a plena execução das atividades do Serviço Municipal de Acolhimento Familiar.

Art. 12 O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de famílias acolhedoras e de crianças e adolescentes acolhidos com as dotações orçamentárias existentes.

Capítulo V

DA EQUIPE TÉCNICA E COORDENAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 13 O Serviço de Acolhimento Familiar de Denise será coordenado por servidor do Município de Denise, com formação de nível superior, indicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. A coordenação do Serviço de Acolhimento Familiar poderá ser exercida por um dos componentes da Equipe Técnica ou pelo Secretário(a) Municipal de Assistência Social.

Art. 14 A Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar do Município de Denise será formada preferencialmente por servidores do Município, lotados na Secretaria de Assistência Social ou não, ou por profissionais contratados temporariamente, sendo formada por:

I – um Assistente Social;

II – um Psicólogo.

Parágrafo único. Outros profissionais poderão integrar a equipe de referência, de acordo com as necessidades do serviço.

Art. 15 Durante o período em que perdurar um mais acolhimentos, o exercício dos trabalhos da Equipe Técnica, quando exercido por servidores do Município, será remunerado, ficando o Poder Executivo autorizado a estabelecer e regulamentar a qualquer tempo, através de Decreto, a remuneração da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar do Município de Denise.

Art. 16 São atribuições da Coordenação do Serviço de Acolhimento Familiar, sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei:

I - enviar o Termo de Adesão e o Termo de Desligamento da família acolhedora para o Gestor da Secretaria Municipal de Assistência Social para ciência e controle;

II - encaminhar em tempo hábil relatório mensal à Secretaria Municipal de Assistência Social, no qual deverão constar:

a) data da inserção da família acolhedora;

b) nome, RG, CPF e endereço do responsável;

c) endereço da família acolhedora;

d) nome da criança(s)/adolescente(s) acolhido(s), data de nascimento e número dos documentos existentes (RG, CPF etc);

e) número da medida de proteção;

f) período de acolhimento, informação se a criança e/ou adolescente necessita de cuidados especiais;

g) valor a ser pago;

III - encaminhar, em tempo hábil, à Secretaria Municipal de Assistência Social, relação de nome das famílias, nome do banco e número da agência e da conta bancária para depósito da bolsa-auxílio;

IV - remeter, mensalmente, relatório, indicando todos os acolhidos no Serviço ao Juiz competente;

V - prestar informações ao Ministério Público e à autoridade judiciária competente sobre as crianças acolhidas;

VI - encaminhar à autoridade judiciária competente o PIA (Plano Individual de Atendimento) de todas as crianças e adolescentes acolhidos, quando existente;

VII - cumprir as obrigações previstas nesta Lei, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, as orientações técnicas para os Serviços de Acolhimento e legislações e normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

VIII - monitorar, supervisionar e orientar a Equipe Técnica e de Apoio na execução do Serviço;

IX - acompanhar e monitorar a inserção, a permanência e o desligamento das Famílias Acolhedoras.

Art. 17 São atribuições da Equipe Técnica, sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei e que lhe sejam relacionadas:

I - cadastrar, avaliar e preparar as famílias acolhedoras;

II - acompanhar as famílias acolhedoras, família natural e extensa/ampliada, crianças e adolescentes durante o acolhimento;

III - acompanhar as crianças e as famílias nos casos de reintegração familiar ou de adoção;

IV - elaborar e acompanhar a execução do PIA (Plano Individual de Atendimento), quando for o caso, de todas as crianças e adolescentes logo após o acolhimento;

V - acompanhar sistematicamente a família acolhedora, a criança ou o adolescente acolhido e a família natural e ou extensa/ampliada, contando com o apoio dos demais integrantes da rede de atenção e proteção social;

VI - monitorar as visitas entre crianças, adolescentes, família natural e ou extensa e família acolhedora;

§ 1º Sempre que solicitado pela autoridade judiciária ou pelo Ministério Público, a Equipe Técnica prestará informações sobre a situação da criança acolhida e informará sobre a possibilidade ou não de reintegração familiar, bem como providenciará a realização de relatório com apontamento das vantagens e desvantagens da medida, com vistas a subsidiar as decisões judiciais.

§ 2º Quando entender necessário, a Equipe Técnica prestará informações ao Juiz sobre a situação da criança acolhida e as possibilidades ou não de reintegração familiar.

Art. 18 O Município deverá fornecer todos os meios necessários para garantir a qualificação inicial e continuada da equipe técnica e da coordenadoria do Serviço.

Capítulo VI

DAS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS

Art. 19 A família acolhedora prestará serviço de caráter voluntário, o qual não gerará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício, funcional, profissional ou previdenciário com o Município ou com a entidade de execução do serviço.

Art. 20 Cada família poderá receber apenas uma criança ou um adolescente por vez, à exceção dos grupos de irmãos, salvo exceções que serão analisadas caso a caso pela Equipe Técnica.

Art. 21 São requisitos para que famílias participem do Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes em família acolhedora:

I - ser maior de dezoito anos, sem restrição quanto ao estado civil;

II - ser residente no Município há pelo menos um ano;

III - não estar habilitado, em processo de habilitação, nem interessado em adotar criança ou adolescente;

IV - não ter nenhum membro da família que resida no domicílio envolvido com uso e abuso de álcool, drogas ou substâncias assemelhadas;

V - ter a concordância dos demais membros da família que convivem no mesmo domicílio;

VI - apresentar boas condições de saúde física e mental;

VII - comprovar idoneidade moral e apresentar certidão de antecedentes criminais de todos os membros que residem na residência da família acolhedora;

VIII - comprovar renda familiar, que não poderá ser inferior a 01 (um salário mínimo);

IX - possuir espaço físico adequado na residência para acolher criança ou adolescente;

X – parecer psicossocial favorável, expedido pela Equipe Técnica do Serviço de

Acolhimento Familiar e por outros profissionais da rede, quando necessário;

XI - participar das capacitações (inicial e continuada), bem como comparecer às reuniões e aderir às orientações da Equipe Técnica e da Coordenação do Serviço de Acolhimento Familiar;

Art. 22 Atendidos todos os requisitos mencionados no artigo anterior, a família participante do Serviço assinará um Termo de Adesão ao Serviço Municipal de Acolhimento Familiar.

Art. 23 O requerimento de cadastro como família acolhedora deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de identificação, com foto, de todos os membros da família;

II - certidão de nascimento ou casamento de todos os membros da família;

III - comprovante de residência;

IV - certidão negativa de antecedentes criminais de todos os membros da família que sejam maiores de idade;

V - comprovante de atividade remunerada de pelo menos um membro da família, que atenda ao requisito do art. 20, VIII, da presente Lei;

VI - cartão do INSS (no caso de beneficiários da Previdência Social);

VII - atestado médico que comprove saúde física e mental dos responsáveis.

Art. 24 A preparação das famílias cadastradas que apresentam interesse para habilitação em Família Acolhedora será feita mediante:

I - participação em capacitação preparatória;

II - orientação direta às famílias nas visitas domiciliares e entrevistas;

Art. 25 As famílias cadastradas e habilitadas receberão acompanhamento, preparação contínua e orientação sobre os objetivos do serviço, a diferenciação com a medida de adoção, a recepção, a permanência e o desligamento das crianças.

Art. 26 São obrigações da família acolhedora:

I - prestar assistência material, moral, educacional e afetiva à criança ou ao adolescente;

II – solicitar, nos órgãos competentes, os serviços de saúde, sociais e educacionais que o acolhido necessitar;

III - atender às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar e participar do processo de acompanhamento e capacitação continuada;

IV - prestar informações sobre a situação da criança ou do adolescente acolhido à Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar;

V - contribuir na preparação da criança ou do adolescente para o retorno à família natural ou extensa, e, na impossibilidade, a colocação em família substituta, sempre sob orientação da Equipe Técnica e da Coordenação;

VI - comunicar à Equipe Técnica e/ou à Coordenação, a impossibilidade da permanência do acolhido, responsabilizando-se pelos cuidados até novo encaminhamento, bem como comunicar a desistência em ser Família Acolhedora.

VII – participar, quando convidada, dos encontros de estudo e troca de experiência com todas as famílias, com abordagem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, questões sociais relativas à família de origem, relações intrafamiliares, guarda como medida de colocação em família substituta, papel da família acolhedora e outras questões pertinentes.

Art. 27 A família acolhedora e os acolhidos serão acompanhados e orientados pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar.

Art. 28 O desligamento da família acolhedora poderá ocorrer nas seguintes situações:

I - solicitação por escrito na qual constem os motivos e o prazo para efetivação do desligamento, estabelecido em conjunto com a Equipe Técnica e com a Coordenação do Serviço;

II - descumprimento ou perda dos requisitos estabelecidos no art. 20 desta Lei, comprovado por meio de parecer técnico expedido pela Equipe Técnica do Serviço;

III - por determinação judicial.

Capítulo VII

DA BOLSA-AUXÍLIO E DO INCENTIVO-FISCAL

Art. 29 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder às famílias acolhedoras uma bolsa-auxílio mensal para cada criança ou adolescente acolhido, por meio de depósito bancário em conta-corrente indicada para esta finalidade pelo membro designado no Termo de Guarda e Responsabilidade.

§ 1º A bolsa-auxílio destina-se ao custeio das despesas com o acolhido, as quais compreendem: alimentação, vestuário, materiais escolares e pedagógicos, serviços e atendimentos especializados complementares à rede pública local, atividades de cultura e lazer, transporte e demais gastos relativos à garantia dos direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 2º Cada família receberá bolsa-auxílio mensal, no valor per capita equivalente a uma criança ou adolescente, à exceção dos grupos de irmãos.

§ 3º Em caso de acolhimento, pela mesma família, de mais de uma criança ou adolescente, a quantidade de bolsas-auxílio será corresponde ao número de acolhidos.

§ 4º Em caso de acolhimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais, devidamente comprovadas por meio de laudo médico, o valor mensal poderá ser ampliado em até 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido, como, por exemplo, nas seguintes situações:

I - pessoas usuárias de substância psicoativas;

II - pessoas que convivem com o HIV;

III - pessoas que convivem com neoplasia (câncer);

IV - pessoas com deficiência que não tenham condições de desenvolver as atividades da vida diária (AVDs) com autonomia;

V - excepcionalmente, a critério da Equipe Técnica do Serviço, pessoas que convivem com doenças degenerativas e psiquiátricas;

VI – pessoas portadoras de necessidades especiais (PNE).

§ 5º A Coordenação e a Equipe Técnica do Serviço deverão manter em arquivo, na Sede do Serviço, os laudos médicos com a descrição das necessidades especiais pelo período de mínimo de 10 (dez) anos.

§ 6º O beneficiário do auxílio, uma vez apto a receber o recurso, estará isento da prestação de contas dos gastos, no entanto a equipe técnica acompanhará sistematicamente o atendimento prestado ao acolhido.

§ 7º A família acolhedora que receber o recurso na forma de bolsa-auxílio, mas não cumprir a responsabilidade familiar integral para com a criança ou o adolescente acolhido, ficará obrigada a ressarcir ao erário a importância recebida durante o período da irregularidade, que será estabelecido por Laudo elaborado pela Equipe Técnica.

§ 8º O valor da bolsa-auxílio a ser concedido por criança ou adolescente acolhido será definido por ato do Chefe do Poder Executivo e não poderá ser inferior ao valor do salário mínimo nacional.

Art. 30 A família acolhedora habilitada no Serviço Municipal de Acolhimento Familiar, independentemente de sua condição econômica, após receber a criança ou o adolescente em sua guarda, tem a garantia do recebimento de 01 (uma) bolsa-auxílio por acolhido, nos seguintes termos:

I - A concessão da bolsa-auxílio será realizada mensalmente à família acolhedora logo após a criança ou o adolescente ser entregue aos seus cuidados, na forma estabelecida em Regulamento a ser definido por ato do Chefe do Poder Executivo;

II - Os acolhidos que recebem o Benefício de Prestação Continuada - BPC - ou qualquer outro benefício previdenciário ou assistencial terão 50% (cinquenta por cento) da bolsa auxílio depositado em conta judicial ou conta poupança de titularidade exclusiva do acolhido, e, salvo nos casos em que houver determinação judicial diversa, o restante do valor será administrado pela família acolhedora ou extensa que estiver com a guarda, visando ao atendimento das necessidades do acolhido.

Parágrafo único. A interrupção do acolhimento familiar, por quaisquer motivos, implica a suspensão imediata da concessão da bolsa-auxílio, ressalvados os pagamentos proporcionais aos dias de acolhimento, na forma estabelecida em Regulamento a ser definido por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 31 Quando o período de acolhimento for igual ou superior a 30 (trinta) dias, a família acolhedora terá direito à isenção, independentemente do número de crianças e/ou adolescentes sob sua guarda, à isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU da moradia, a ser apurado no exercício subsequente ao do acolhimento, atestado por declaração emitida pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Para ter direito à isenção fiscal de que trata este artigo, o responsável pela Família Acolhedora deverá apresentar, no prazo estipulado pela lei tributária local, o competente requerimento de isenção junto ao Setor de Cadastro e Tributação Fiscal, acompanhado da declaração emitida pela Secretaria de Assistência Social.

Capítulo VIII

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 32 O processo de Monitoramento e Avaliação do Serviço de Acolhimento em Família acolhedora será realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio da Coordenação e da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família acolhedora, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Parágrafo único. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e aos Conselhos Tutelares acompanhar e fiscalizar a regularidade do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, bem como encaminhar ao Juiz da Infância e Juventude relatório circunstanciado sempre que observar irregularidades.

Capítulo IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33 Aplicam-se estas regras, no que couber, às entidades conveniadas com o Município para execução do Serviço de Acolhimento Familiar.

Art. 34 Fica incluído o inciso VI, no artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 004/2002 – Código Tributário Municipal, com a seguinte redação:

"**VI** – pertencente à Família Acolhedora, nos termos da Lei Municipal nº (a ser inserido o número da presente Lei)."

Art. 35 Os casos omissos e a regulamentação da presente lei poderão ser estabelecidos, a qualquer tempo, através de Decreto do Executivo.

Art. 36 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 37 Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Denise-MT, 18 de julho de 2018.

JOSÉ ANÍBAL ILÁRIO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

GABINETE
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO TORNA PÚBLICO

A Prefeitura Municipal de Diamantino torna público que requereu junto à SEMA o Licenciamento Ambiental , referente à obra de recapeamento de pavimentação asfáltica e drenagem superficial em ruas e avenidas no município de Diamantino.

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2018, COM REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, C.N.P.J. nº 03. 648.540/0001-74, com sede na Av. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2287 - Jardim Eldorado, Diamantino - MT, CEP: 78400-000 Fone: (065) 3336-6400/6423, **TORNA PÚBLICO**, o resultado de procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL com REGISTRO DE PRE-**

ÇOS, do tipo "**Menor Preço por Lote**", tendo como objetivo **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELETRICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA EM INSTALAÇÕES ELETRICAS DE BAIXA E MÉDIA TENSÃO NO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT,**que se deu no dia 16/07/2018, onde sagrou-se vencedora do Lote Único a empresa **LUIZ GONZAGA CASTRO SANTOS FILHO**, inscrita no CNPJ sob nº 22.050.847/0001-13, perfazendo um total de **R$ 48.000,00** (quarenta e oito mil reais). A ata da sessão encontra-se disponível no setor de licitação.

Diamantino – MT, 18 de Julho de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2018

Considerando as informações prestadas pela Comissão Permanente de Licitação, bem como pelo contido no presente Processo de Dispensa de Licitação, com todos seus documentos, juntamente com o parecer da Assessoria Jurídica, **RATIFICO** todos os atos do presente Processo de Dispensa nº 028/2018, e autorizo a contratação direta da empresa **GISELIA APARECIDA PEREIRA GALVÃO - ME,** inscrito no **CNPJ n° 28.779.633/0001-69,** objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS INSTRUMENTAIS PARA ATENDER AS 08 UNIDADES DE SAÚDE BÁSICAS,** no valor de **R$ 11.446,00 (Onze mil Quatrocentos e Quarenta e Seis reais).** A presente Dispensa de Licitação esta enquadrada no inciso II do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei nº 8. 666/93.

Diamantino-MT, 18 de Julho de 2018.

_____

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 220/2018.

DATA: 12 de JULHO de 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias a Sr.ª **DIRCE APARECIDA DOS SANTOS,** ocupante do cargo efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO NÍVEL II**, lotada junto a Secretaria Municipal de agricultura, pelo período de 12/07/2018 a 08/08/2018.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2017/2018.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

LEI MUNICIPAL Nº619/2018.

LEI MUNICIPAL Nº619/2018.

DATA: 18 DE JULHO DE 2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FELIZ NATAL/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei **faz saber** que a **Câmara Municipal de Vereadores** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

I - Das Disposições Gerais:

Art. 1º Fica criado o Fundo Municipal de Educação de Feliz Natal/MT **(FME)**, que tem por objetivo a captação e aplicação de recursos que lhe sejam atribuídos para o desenvolvimento do plano dos programas e projetos educacionais, com base no disposto no Art. 212 da Constituição Federal, bem como incrementar medidas que promovam o aumento de recursos financeiros para a Educação Básica Municipal.

Art. 2º O Fundo Municipal de Educação terá natureza contábil e ficará subordinado diretamente a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes através de seu Secretário Municipal como ordenador de despesas, sob orientação do Conselho Municipal de Educação Cultura e Esportes e demais Conselhos Municipais de Acompanhamento e Controle Social do Fundo.

II - Das Fontes de Receita do Fundo.

Art. 3° Constituirão receitas do Fundo Municipal de Educação - FME:

I – recursos provenientes das transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;

II – dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

III – produto de convênios firmados com outras entidades financeiras;

IV – Recursos a que se referem os incisos I, II e III do art. 155; Inciso II do caput do Art. 157; inciso II, III e IV do caput do Art. 158; e as alíneas a e b do inciso I e inciso II do caput do art. 159 da Constituição Federal.

Art. 4º Os recursos do Fundo serão repassados automaticamente para conta vinculada ao respectivo Fundo, instituídas para esse fim e mantidas na instituição financeira oficial, sendo a movimentação dos recursos realizada exclusivamente de forma eletrônica, por meio de sistema especifico disponibilizado pelas Instituições Financeiras, que identifique a finalidade da despesa de acordo com especificações estabelecidas pelo Ministério de Educação, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, devidamente identificados.

Parágrafo único. Fica expressamente vedada a movimentação financeira dos recursos por meios diversos do previsto neste artigo, de acordo com a regulamentação da Portaria Conjunta FNDE nº 2 de 15 de Janeiro de 2018.

III – Das Atribuições do Ordenador do Fundo:

Art. 5º São atribuições do Secretário Municipal de Educação:

I - Gerir o Fundo Municipal de Educação – FME e estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos em conjunto com o Conselho Municipal de Educação e demais Conselhos Municipais de Acompanhamento e Controle Social do Fundo.

II - Responder perante a Receita Federal do Brasil e demais órgãos de controle pela gestão do órgão;

III - Acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas no Plano Municipal de Educação de Feliz Natal/MT;

IV - Submeter ao Conselho Municipal de Educação o plano de aplicação a cargo do FME, em consonância com o Plano Municipal de Educação de Feliz Natal/MT, e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO;

V – Submeter ao Conselho Municipal de Educação as demonstrações contábeis de receita e despesa do FME;

VI - Encaminhar ao Tribunal de Contas, juntamente com os demonstrativos do município, as demonstrações contábeis.

VII - Assinar transações financeiras juntamente com o responsável pela Tesouraria;

IX - Ordenar empenhos e pagamentos das despesas do FME;

X - Firmar convênio, contratos e termos de ajustes, inclusive de empréstimos, juntamente com o Prefeito Municipal, referentes a recursos que serão administrados pelo FME.

IV – Da Aplicação dos Recursos do Fundo

Art. 6º Serão atendidos prioritariamente o ensino fundamental e a educação infantil

Art. 7º Os recursos recebidos e aplicados deverão ser registrados de forma detalhada a fim de evidenciar as respectivas receitas e despesas.

V- Das Disposições Finais

Art. 8º Decreto do Executivo Municipal regulamentará no que couber, a presente Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS 18 DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº622/2018.

LEI MUNICIPAL Nº622/2018.

DATA: 18 DE JULHO DE 2018.

SÚMULA:DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS VALE DO RIO FERRO

O SENHOR RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei **faz saber** que a **Câmara Municipal de Vereadores** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica declarada entidade de Utilidade Pública Municipal para todos os fins de direito, a ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS VALE DO RIO FERRO, inscrita no CNPJ n. 26.700.910/0001-70, com sede neste município.

Artigo 2º - A declaração de entidade de utilidade pública se dá em razão do reconhecimento e importante serviços realizados pelos trabalhadores rurais associados naquela entidade, residentes na comunidade rural Vale do Rio Ferro, principalmente no fornecimento de hortifrutigranjeiros aos munícipes.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS 18 DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA MUNICIPAL Nº219/2018.

DATA: 04 DE JULHO DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas em lei, especialmente pelo disposto no § 1º do Artigo 41 da Lei Municipal 394/2012 e da Ata de Posse da Conselheira, datada de 10 de Janeiro de 2016;

RESOLVE

Artigo 1.º Nomear Interinamente a Sr.ª **MARIA GORETE DO NASCIMENTO ARAÚJO**, brasileira, solteira, portadora do RG nº 15548791 SSP/MT, inscrita no CPF nº 958.268.311-20, para exercer a função de Coordenadora do Conselho Tutelar, pelo período de 02/07/2018 à 31/07/2018, em substituição a Coordenadora que encontra – se em férias Sueli Mendes Anselmo.

Parágrafo Único – A Conselheira ora nomeada faz jus à remuneração prevista no art. 48, § 1º, inciso I da Lei Municipal nº 394/2012.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de Julho de 2018.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATRO DIAS DO MÊS de JULHO DE 2018.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se,

Cumpra-se.

LEI MUNICIPAL Nº623/2018.

LEI MUNICIPAL Nº623/2018.

DATA: 18 DE JULHO DE 2018.

SÚMULA: Dispõe sobre o nome da UBS do Bela Vista de UBS Dr. Natalino Matuda.

O SENHOR RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei **faz saber** que a **Câmara Municipal de Vereadores** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica denominada a UBS do Bela Vista, localizada na Rua: Das Margaridas, snº no bairro Bela Vista em Feliz Natal-MT, de UBS Dr. Natalino Matuda.

Artigo 2º - O referido nome de que trata o artigo anterior, é instituído em homenagem ao saudoso Dr. Natalino Matuda, em consideração aos relevantes préstimos trabalhistas e sociais realizados ao longo de sua estada neste município.

Artigo 3º - Fica a Prefeitura municipal, responsável pelas adequações de sinalização e documentação necessárias para estabelecer a alteração.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS 18 DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº618/2018.

LEI MUNICIPAL Nº618/2018.

DATA: 18 DE JULHO DE 2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei **faz saber** que a **Câmara Municipal de Vereadores** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam estabelecidas em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição, no Art.77, Inciso II, da Lei Orgânica Municipal e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, para o exercício de 2019, compreendendo:

I. metas e prioridades da administração municipal;

II. estrutura e organização da lei orçamentária;

III. diretrizes gerais para elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV. as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

V. alterações na legislação tributária.

CAPÍTULO I

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º. As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2019 foram estabelecidas em compatibilidade com o Plano Plurianual relativo ao período 2018 – 2021, conforme Anexo I, integrante da presente lei.

Art. 3º. Integram a presente lei os Anexos de Metas Fiscais (Anexo II) e de Riscos Fiscais (Anexo III), elaborados de conformidade com o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que dispõe sobre a responsabilidade na gestão fiscal, conhecida Como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

CAPÍTULO II ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 4º. A Lei Orçamentária compor-se-á de:

I - Orçamento Fiscal;

II - Orçamento da Seguridade Social.

Art. 5º. O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído de:

I - mensagem;

II – texto da Lei;

III – Demonstrativo da Evolução da Receita e de Despesa referente aos três últimos exercícios;

§ 1°. Integrarão a Lei Orçamentária Anual os seguintes demonstrativos:

I – sumário geral da Receita por fontes e da Despesa por funções de governo;

II - sumário geral da Receita e da Despesa, por categoria econômica;

III - sumário geral da Receita por fontes e respectiva legislação;

IV – quadro das dotações por órgãos do governo e da administração;

V - descrição sucinta das principais finalidades de cada unidade administrativa e respectiva legislação.

§ 2°. Acompanharão o Projeto de Lei Orçamentária, além dos definidos no parágrafo 1° deste artigo, demonstrativo contendo as seguintes informações complementares:

I – Programação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a evidenciar o cumprimento do disposto no Artigo 212 da Constituição Federal, da Emenda Constitucional n° 53, de 19 de dezembro de 2006.

II – Programação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, de modo a evidenciar o cumprimento do disposto no Artigo 198, § 2° da Constituição Federal na forma da Emenda Constitucional n° 29, de 13 de setembro de 2000;

III - Demonstrativo dos efeitos sobre as receitas em razão da concessão de descontos, isenções, anistias, remissões e qualquer benefício de natureza financeira, tributária e creditícia e os decorrentes do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado;

IV - Demonstrativo da compatibilidade da programação do orçamento com as metas previstas no Anexo de Metas Fiscais desta lei, de acordo com o inciso I do art. 5º da Lei Complementar nº101/2000;

V - Relação, em ordem cronológica, das sentenças judiciais a serem pagas no decorrer do exercício de 2018.

Art. 6º. Os Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social, discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando os grupos de despesa, com suas respectivas dotações, conforme a seguir discriminados, indicando no mínimo, para cada categoria, a esfera orçamentária e a modalidade de aplicação:

1 - pessoal e encargos sociais;

2 - juros e encargos da dívida;

3 - outras despesas correntes;

4 - investimentos;

5 - inversões financeiras;

6 - amortização da dívida;

7 - outras despesas de capital.

Art. 7º. As programações dos Fundos Municipais serão incluídas nas unidades administrativas que estiverem subordinados.

CAPÍTULO III diretrizes gerais para elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações

Art. 8º. No Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2019, as receitas e as despesas serão orçadas nos mesmos valores, a preços correntes de 2019.

Art. 9º. As receitas serão estimadas tomando-se por base o comportamento da arrecadação nos 3 últimos exercícios e a tendência para o exercício em curso.

§ 1º. Na estimativa da receita serão consideradas as modificações da legislação tributária e ainda, o seguinte:

I - atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - atualização de planta genérica de valores;

III - a expansão do número de contribuintes;

IV – as projeções do crescimento econômico.

§ 2º. As taxas pelo exercício do poder de polícia e de prestação de serviços deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º. Os casos de renúncia de receita a qualquer título dependerão de lei específica, devendo ser cumprido o disposto no Art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000;

§ 4º. Caso os parâmetros utilizados na estimativa das receitas sofram alterações significativas que impliquem na margem de expansão da despesa, o Anexo de Metas Fiscais será atualizado por ocasião da elaboração da proposta orçamentária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal fixadas no Anexo II, desta lei.

Art. 10. As despesas serão fixadas de acordo com as metas e prioridades da administração, compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º. Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação de desembolso;

§ 2º. Na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público;

§ 3º. Considera-se em andamento, para os efeitos desta lei, o projeto cuja execução tenha sido iniciada, ou que o cronograma de sua execução ultrapasse o término do exercício de 2018.

Art. 11. A Lei Orçamentária conterá, no âmbito do orçamento fiscal, dotação consignada à Reserva de Contingência, constituída de até 0,5% (meio por cento) da receita corrente líquida e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e de outros riscos e eventos fiscais não previstos.

Parágrafo Único. O valor consignado em Reserva de Contingência será classificado no elemento de despesa 9999.99.99.99 - Reserva de Contingência.

Art. 12. O Projeto de Lei do Orçamento para 2019, que deverá assegurar o equilíbrio na gestão dos recursos públicos, atenderá prioritariamente:

I. ao pagamento de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho do presente exercício;

II. as despesas com pessoal;

III. a manutenção e desenvolvimento do ensino e da saúde;

IV. a conclusão de projetos em andamento;

V. a contribuição para a formação do Patrimônio do Servidor Público.

Parágrafo Único. Os recursos do Tesouro Municipal somente poderão ser programados para atender despesas de capital após atendidas as despesas relacionadas nos incisos deste artigo.

Art. 13. O Município aplicará no mínimo, os percentuais constitucionais, na manutenção e no desenvolvimento do ensino art. 212 da Constituição Federal, bem como nas ações e serviços de saúde, nos termos do art. 7° da Emenda Constitucional n° 29, de 13/09/2000.

Art. 14. O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo a proposta orçamentária da Câmara, correspondente a no máximo 7% da receita base de cálculo definida na legislação vigente, para fins de inclusão no Orçamento do Município.

Parágrafo Único. Quando o Poder Legislativo aumentar o valor da proposta orçamentária da Câmara Municipal em percentual superior ao estabelecido no caput deste artigo, o montante excedente será objeto de veto por parte do Chefe do Poder Executivo.

Art. 15. O Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo até o dia 30 de setembro do presente exercício, a proposta orçamentária do Município de Feliz Natal, para apreciação e aprovação.

Art. 16. O produto da alienação de bens e direitos pertencentes ao patrimônio do Poder Público Municipal será aplicado no atendimento de despesas de capital.

Art. 17. O Poder Executivo incluirá na previsão das receitas recursos à conta de Operações de Crédito a serem contratadas.

§ 1º. A programação das despesas a serem custeadas com recursos de operações de crédito não poderá exceder o montante das despesas de capital fixadas no orçamento, salvo existência de lei específica autorizando a aplicação em despesas correntes, observado o disposto no inciso III, do Art. 167 da Constituição Federal.

§ 2º. O Poder Executivo fará constar da programação orçamentária da despesa custos com juros e outros encargos decorrentes da contratação de operação de crédito e de operações de crédito por antecipação de receita, observando o disposto na Seção III, da Lei Complementar nº 101/2000 e demais normas que regem a matéria, e ainda, lei autorizativa específica.

Art. 18. A contratação, prorrogação e composição de dívidas confessadas, de operações de crédito e de operações de crédito por antecipação de receita depende de lei autorizativa específica, observadas as normas que disciplinam a matéria.

Art. 19. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento dadespesa será acompanhada de estimativa do impacto orçamentário e financeiro, no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes, e ainda da declaração do ordenador da despesa de que o aumentotem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as despesas consideradas irrelevantes, desde que possuam dotação orçamentária específica.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes, cada evento que não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, devidamente atualizado.

Art. 20. Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual poderão ser incorporadas emendas, que:

I. sejam compatíveis com as disposições do Plano Plurianual e da presente lei;

II. indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes da anulação de despesas, excluídas as que:

a) incidam sobre dotações de pessoal;

b) sobre o serviço da dívida;

c) sobre dotações custeadas com recursos provenientes de convênios, operações de crédito e outras formas de contrato, bem como de suas contrapartidas.

Art. 21. Ao Projeto de Lei Orçamentária, é vedada a inclusão de créditos orçamentários com finalidade imprecisa, com dotação ilimitada, destinados a investimentos com duração superior a um exercício que não estejam previstos no Plano Plurianual e ou em lei específica que autorize a inclusão.

Art. 22. O Poder Executivo Municipal é autorizado a conceder auxílios, contribuições ou subvenções sociais somente para entidades privadas sem fins lucrativos, desde que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino, esporte e cultura, ou representativas da comunidade escolar;

II - voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público;

III – voltadas para as ações de assistência social;

IV – consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos que participem da execução de programas nacionais, estaduais ou regionais;

V – instituições de apoio ao desenvolvimento social e econômico do Município;

VI – voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal;

VII - ser reconhecida de utilidade publica, no mínimo, perante a administração pública municipal e estadual.

§ 1º. Para consecução do proposto no *caput* deste artigo, dependerá o Poder Executivo de Lei autorizativa específica, observado o disposto nos artigos 16 a 19 da Lei Federal nº 4.320/64, combinado com o Art. 26, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. É vedada a transferências de recursos para cobertura de déficits ou prejuízos de pessoas jurídicas.

Art. 23. O Poder Executivo, mediante lei autorizativa específica, poderá firmar convênios com a administração direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à cobertura de despesas de natureza institucional de outros entes da Federação.

Art. 24. Os recursos recebidos pelo Município provenientes de convênios, ajustes, acordos e outras formas de contratos e ou transferências efetuadas por outras esferas de governo ou pelo setor privado, devem ser registrados como receita e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias, só podendo sofrer desvinculação por lei específica.

Art. 25. As dotações orçamentárias a serem custeadas com recursos provenientes de convênios, contratos e operações de crédito, ficarão condicionadas à efetiva formalização dos respectivos instrumentos.

Art. 26. Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2019, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

§ 1º. O Poder Executivo publicará, até 30 dias após o encerramento do bimestre, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, na forma do Art. 52, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. O Relatório da Gestão Fiscal será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Presidente da Câmara Municipal, e será publicado até 30 dias após o encerramento de cada semestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 3º. Até o final dos meses de maio e setembro de 2019, e de fevereiro de 2020, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na Câmara Municipal.

Art. 27. No decurso da execução orçamentária, mediante edição de ato próprio do Executivo, os recursos programados em Reserva de Contingência poderão ser destinados à cobertura de passivos contingentes, bem como de outros riscos e eventos fiscais não previstos.

Parágrafo Único. Caso o valor destinado a Reserva de Contingência não seja utilizado ate o mês de outubro o saldo poderá ser utilizado para abertura de Credito Suplementar.

Art. 28. Para fins de adequar a estrutura do orçamento às necessidades técnicas decorrentes da execução das metas fiscais, ficam o Poder Executivo e Legislativo, por meio de ato próprio, na medida das necessidades, autorizados a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício em até o limite de 30% (trinta por cento) do Orçamento aprovado, utilizando como recursos as formas previstas na Lei Federal 4.320/64.

§ 1º. Exclui-se do limite estabelecido no caput deste artigo, as alterações orçamentárias entre dotações da mesma unidade orçamentária, entre fontes de recursos e em dotações orçamentárias destinadas à cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais.

§ 2º. A Lei Orçamentária poderá conter dispositivo que autorize a realizar transposições, remanejamentos ou transferências de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, em obediência ao inciso VI do Art. 167, da Constituição Federal;

§ 3º. O montante decorrente de vetos às emendas propostas pelo Poder Legislativo, será utilizado como fonte à abertura de créditos adicionais.

§ 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar elementos de despesa e fontes de recurso em projetos, atividades e operações especiais já existentes, procedendo a sua abertura através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 29. A movimentação de recursos entre elementos de despesa e/ou fontes de recursos, pertencentes ao mesmo grupo de despesa, no mesmo projeto, atividade, operação especial, do mesmo Órgão ou Unidade Orçamentária e na mesma modalidade de aplicação não serão considerados créditos suplementares, e sim alterações de quadro de detalhamento de despesa, sem alterações de metas.

Art. 30. A avaliação da gestão fiscal, do equilíbrio orçamentário e financeiro e do controle dos custos e resultados dos projetos e atividades financiados com os recursos do tesouro municipal, será efetuada de acordo com a legislação vigente.

§ 1º. Em caso de déficit ou da constatação da impossibilidade do cumprimento das metas financeiras programadas, nos trinta dias subseqüentes, mediante ato próprio do Executivo, serão estabelecidas medidas para redução da execução orçamentária e da movimentação financeira pelo Poder Legislativo e Poder Executivo.

§ 2º. Constará do elenco de medidas para restabelecer equilíbrio orçamentário e financeiro, critérios e montantes para emissão de notas empenho, liquidação dos compromissos assumidos anteriormente, contas a pagar do exercício, restos a pagar e outras obrigações de natureza financeira, até sua total quitação.

Art. 31. Restabelecida a capacidade financeira, ainda que parcial, a retomada da execução orçamentária dar-se-á nos limites das disponibilidades, mediante ato do Executivo, suspendendo os efeitos das medidas de contenção editadas por força da aplicação do disposto no artigo anterior.

CAPÍTULO IV

as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais

Art. 32. A programação da despesa destinada a cobertura dos gastos com pessoal e encargos sociais será fixada em até 60% da receita corrente líquida e não poderá exceder os seguintes limites:

I - 6% (seis por cento) para o Legislativo;

II - 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

Parágrafo único. Para fins de cálculo, entende-se como despesas com pessoal, o disposto no art. 18, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 33. Na programação das despesas com pessoal, ficam os Poderes Executivo e Legislativo Municipal autorizados incluir os custos com o reenquadramento de servidores, abonos, adicionais por tempo de serviço, a criação de cargos, empregos e funções, ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, mediante a realização de concurso público ou processo seletivo publico e/ou simplificadoe ainda, decorrentes de reajuste ou aumento do vencimento dos servidores, em cumprimento ao disposto no Art.169, da Constituição Federal, observadas as limitações impostas pela Lei Complementar nº 101/2000, e desde que não comprometa as metas fiscais estabelecidas no Anexo I, desta Lei.

§ 1º. Na Lei Orçamentária Anual, no mínimo 60% (sessenta por cento) dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB serão destinados a remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício de suas atividades na educação infantil e no ensino fundamental da educação pública**.**

§ 2º. Na execução orçamentária de 2019, caso a despesa de pessoal extrapolar noventa e cinco por cento do limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é vedado ao Município:

I – concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II – criação de cargo, emprego ou função;

III – alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV – provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de horas extras, salvo no âmbito dos setores da educação e da saúde, ou quando destinadas ao atendimento de situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a coletividade.

CAPÍTULO V ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 34. O Executivo Municipal, no decorrer do exercício de 2019, mediante lei autorizativa específica, poderá ajustar o orçamento em face de alterações na Legislação Tributária ocorridas entre a data de envio do projeto de lei do orçamento à Câmara até o início da vigência da presente Lei, em especial quanto:

I. às modificações na Legislação Tributária decorrentes da revisão de Sistemas Tributários;

II. à concessão e ou redução de descontos, isenções e ou incentivos fiscais;

III. à revisão de alíquotas dos tributos de competência;

IV. revisão e atualização da Planta Genérica de Valores; e

V. ao aperfeiçoamento do sistema de controle e cobrança de tributos e da Dívida Ativa municipal.

Art. 35. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos de cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, § 3º, Inciso II, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 36. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 37. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS 18 DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 224/2018.

DATA: 13 de JULHO de 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias ao Sr. **ANDRÉ PEREIRA DA SILVA,** ocupante do cargo em Comissão de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 13/07/2018 a 11/08/2018.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2017/2018.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 223/2018

DATA: 12 DE JULHO DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1.º Exonerar, o Sr. **GENESIO MACEDO DE FREITAS,** do seu cargo em comissão de **ASSESSORIA II**, lotado junto a Secretaria Municipal e Administração, Planejamento e Finanças do Município de Feliz Natal/MT.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º Revogam – se as disposições em contrário em especial a Portaria 391/2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE GROSSO, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 222/2018.

DATA: 12 de JULHO de 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias ao Sr. **ALBERI CARLOS RIGGO,** ocupante do cargo efetivo de **VIGIA**, lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, pelo período de 12/07/2018 a 10/08/2018.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2016/2017.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

LEI MUNICIPAL Nº621/2018.

LEI MUNICIPAL Nº621/2018.

DATA: 18 DE JULHO DE 2018.

SÚMULA: Obriga o Poder Executivo a enviar cópia de todo procedimento licitatório, bem como de todo contrato, convênio ou ata de adesão efetuado pelo município, para a Câmara Municipal de Feliz Natal – MT, e dá outras providências.

O SENHOR RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei **faz saber** que a **Câmara Municipal de Vereadores** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo a enviar ao Poder Legislativo, por email ou cópia reprográfica, cópia de todo e qualquer procedimento licitatório, mesmo em caso de dispensa ou afins, bem como cópia de todo contrato, convênio ou ata de adesão de licitação efetuado pelo município, para a Câmara Municipal de Feliz Natal – MT.

§ 1o: No caso de licitações, fica o Poder Executivo obrigado a enviar para a Câmara Municipal, no prazo de até 3 dias após a publicação do edital, oficio com cópia do procedimento licitatório, para conhecimento e fiscalização pelos vereadores durante o procedimento.

§ 2o: Nos demais casos, como adesão a licitações, contratações com dispensa de licitação, contratos, convênios ou afins, as copias dos documentos e do procedimento deverão ser enviados ao Poder Legislativo no prazo de até 07 dias de sua realização.

Artigo 2º - Em caso de descumprimento do presente, fica atribuída ao responsável multa de 10 URs (dez unidades de referência municipal), aplicadas em dobro no caso de descumprimento, além de se configurar improbidade administrativa conforme Lei 8429/1992, e serem aplicadas demais sanções cabíveis ao caso.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições contrárias.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS 18 DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 221/2018

DATA: 12 DE JULHO DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder ao Sr. **IGOR YUGI DOS SANTOS,** ocupante do cargo em Comissão de **ASSESSORIA III,** lotado na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, RETIDE de 30% (trinta por cento) a partir desta data, com fundamento no Art. 46 da Lei Complementar nº 042/2016.

Artigo 2º - A remuneração a que faz jus está definida na Lei Complementar nº 042/2016.

Artigo 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de Julho de 2018.

Artigo 4º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 218/2018

DATA: 04 DE JULHO DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Revogar a Portaria 032/2018 que Concedeu FG – 08 (Função Gratificada) para a servidora efetiva Sr.ª **SIDONIA KESSLER,** ocupante do cargo de Motorista Nível II**,** lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, **PELA COORDENAÇÃO DOS VIGILANTES NOTURNOS DE TODOS OS DEPARTAMENTOS**, do Município de Feliz Natal - MT.

Artigo 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário em especial a Portaria 032/2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

LEI MUNICIPAL 620/2018.

LEI MUNICIPAL 620/2018.

DATA: 18 DE JULHO DE 2018.

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município, na seguinte dotação orçamentária:

06- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

06.00001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

06.00001.10 – SAÚDE

06.00001.10.122-ADMINISTRAÇÃO GERAL

06.00001.10.122.0002- GESTÃO DO PODER EXECUTIVO

06.00001.10.122.0002.2027- Manut. e Encargos Secretaria de Saúde

449052.00.00.0123054-Equip. e Material Permanente R$ 2.500,00

06.00001.10.301 – ATENÇÃO BÁSICA

06.00001.10.301.0011 – APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE

06.00001.10.301.0011.1034 – Aquisição de Veículos e Equipamentos

449052.00.00-0123054–Equip. e Material Permanente.. R$ 50.00000

06.00001.10.301.0012- INVESTIMENTO NA REDE FISICA DE SAÚDE

06.00001.10.301.0012.1048 – AMPLIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE UNDADE BASICA DE SAÚDE

449052.00.00-0123054–Equip. e Material Permanente.. R$ 10.500,00

06.00001.10.305- VIGILÂNCIA EPIDIMIOLOGICA

06.00001.10.305.0011-APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE SAUDE – SUS

06.00001.10.305.0011.2035 –MANUT.DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDIMIOLÓGICA – BLOCO III – VIGIGLANCIA EM SAUDE

449052.00.00-0123054–Equip. e Material Permanente.. R$ 7.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional especial aberto no Artigo 1º desta Lei, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação proporcionado pela **EMENDA PARLAMENTAR – PROPOSTA 12941. 827000/1180-09 no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais)** na forma do art. 43, § 1º, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º As alterações constantes do art. 1º passam a integrar a Lei nº 0586/2017 de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021 e a Lei nº 0579/2017 de 27 de julho de 2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018 – LDO.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS 18 DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 053/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2018

REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Gaúcha do Norte-MT, através de sua Pregoeira Oficial, torna público o Pregão Presencial para Contratação de pessoas ou empresa especializada em**Prestação de serviços de (TI) manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de informática, servidores, serviços de instalação e configuração de software, suporte a rede, desenvolvimento e suporte técnico e Prestação de serviços diários de motorista como recepção, acomodação e acompanhamento para atendimento em hospitais e laboratórios à pacientes do SUS- Sistema Único de Saúde encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Gaúcha do Norte-MT para tratamento médico em Cuiabá-MT.** Conforme solicitado pelas secretarias de Administração e Saúde**,**conforme especificações e condições técnicas constantes no edital e em seus anexos, na modalidade Pregão Presencial - SRP no dia **31/07/2018 às 07h30min** (**Horário de Cuiabá**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. Retirada do edital: **www.gauchadonorte.mt.gov.br.**

Gaúcha do Norte, 18 de julho de 2018.

NEILLA F. DE SOUZA

Pregoeira Oficial

ERRATA DO CONTRATO Nº 79/2018

Por equívoco de digitação, foi inserido o número do **contrato79/2018, sendo que o mesmo seria 080/2018,** ficando assim corrigida a redação.

Já na Cláusula Décima Primeira – do Orçamento, fica acrescentada a dotação Orçamentária abaixo:

ÓRGÃO: 06 /UNIDADE: 002 /PROJ ATIV: 1022 /ELEMENTO: 4.4.90.52/ CÓD. RED: 75, 76, 77

Gaúcha do Norte MT, 18 de julho de 2018.

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 045/2018.

Ratificada a *INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO*, nos termos do caput do artigo 25 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, conforme parecer favorável da Assessoria Jurídica e controle interno. **OBJETO**: Estimativo para pagamento de despesas de serviços de fornecimento de água tratada para a secretaria Municipal de Infraestrutura Rural e Serviços Urbanos representada pela Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT. **FAVORECIDO**: ÁGUAS DE GUARANTÃ LTDA. **VALOR** R$ 6.100,00 (seis mil e cem reais). **PERÍODO/PRAZO**: Julho a dezembro de 2018. **FUNDAMENTO LEGAL**: "caput" do artigo 25 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Ratifico a presente inexigibilidade de licitação nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, e de conformidade com o parecer jurídico, parecer da controladoria interna e justificativa anexos ao **processo compra nº 1743/2018.** Gabinete do Prefeito Municipal, 18 de julho de 2018. Érico Stevan Gonçalves/Prefeito Municipal.

TERMO DE CANCELAMENTO TOTAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 046/2018

O Município de Guarantã do Norte/MT, por intermédio da Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ Nº 03.239.019/0001-83, situado na Rua das Oliveiras, n° 135, Jardim Vitória, Guarantã do Norte/MT, CEP 78.520-000, neste ato representado pelo seu Prefeito, o Sr. ÉRICO STEVAN GONÇALVES, **RESOLVE**: Cancelar totalmente o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresas especializadas no FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, INSUMOS HOSPITALARES e FARMACOLÓGICOS. firmado com a empresa MED FORTE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP . Pregão Presencial n° 025/2018 e Ata de Registro de Preços n° 046/2018, referente aos itens 03, 13, 33, 45, 46, 47, 48, 61, 63, 74, 78, 81, 82, 116, 129, 132, 134, 137, 139, 144, 175, 186, 187, 192, 197, 201, 202, 216, 219, 221, 228, 244, 256, 257, 266, 272, 273, 278, 279, 283, 309, 311, 312, 329, 344, 346, e 351. O processo Administrativo referente à licitação acima encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória, neste município de Guarantã Norte/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público. Guarantã do Norte/MT, 18 de julho de 2018. ÉRICO STEVAN GONÇALVES /PREFEITO MUNICIPAL.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 050/2018

Ratificada a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos do artigo 24, inciso XVII, da Lei Federal 8.666/93, com redação dada pela Lei Federal 8.883/94, conforme parecer favorável da Assessoria Jurídica e parecer da Controladoria Interna. **OBJETO:**Aquisição de peças e mão de obra para revisão de 40.000 km do veículo Toyota Etios placa QBQ 5772, de propriedade do Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal. **CONTRATADA:** DISVECO LTDA. **VALOR:** R$ 819,01 (oitocentos e dezenove reais e um centavo). **ENTREGA:** Imediata. **FUNDAMENTO LEGAL:** Artigo 24, inciso XVII, da Lei Federal 8.666/93. Ratifico o presente dispensa de licitação nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, e de conformidade com o parecer jurídico e parecer da Controladoria Interna e justificativa anexo ao **Processo de Compra nº 1785/2018**. Guarantã do Norte-MT - 18 de julho de 2018. **Érico Stevan Gonçalves/**Prefeito Municipal.

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2018

O município de Guarantã do Norte/MT representado pela Prefeitura Municipal torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Eletrônico nº 005/2018, obteve o seguinte resultado: A empresa BETANIAMED COMERCIAL EIRELI – EPP sagrou-se vencedora do lote 01 com o

valor global de R$ 29.070,00 (vinte e nove mil e setenta reais). A empresa V.S. COSTA & CIA LTDA sagrou-se vencedora do lote 02 com o valor global de R$ 47.385,00 (quarenta e sete mil trezentos e oitenta e cinco reais). O processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. Guarantã do Norte/MT, 18 de julho de 2018. Silvana de Lourdes Pereto/Pregoeira.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 048/2018

Ratificada a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos do artigo 24, inciso XVII, da Lei Federal 8.666/93, com redação dada pela Lei Federal 8.883/94, conforme parecer favorável da Assessoria Jurídica e parecer da Controladoria Interna. **OBJETO:**Aquisição de peças e mão de obra para revisão de Ambulância RENAULT/MASTER CHASSI 93YMAF4XEJJ147217, placa QCP 7951 de 80.000 km, de propriedade do Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal**. CONTRATADA:** MOREL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULO LTDA. **VALOR:** R$ 1.924,34 (um mil novecentos vinte quatro reais trinta e quatro centavos). **ENTREGA:** Imediata. **FUNDAMENTO LEGAL:** Artigo 24, inciso XVII, da Lei Federal 8.666/93. Ratifico o presente dispensa de licitação nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, e de conformidade com o parecer jurídico e parecer da Controladoria Interna e justificativa anexo ao **Processo de Compra nº 1740/2018**. Guarantã do Norte-MT 16 de julho de 2018. **Érico Stevan Gonçalves/**Prefeito Municipal.

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2018

O Município de Guarantã do Norte torna público para conhecimento dos interessados, que foi **Retificado** o edital do **Pregão Presencial nº 056/2018** cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIOS (PATRULHA MECANIZADA),** conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência **(Anexo I). E prorrogado à** abertura do certame para o dia ***01/08/2018 às 08h00*** **(horário de Mato Grosso),** na Prefeitura Municipal, sede na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. O edital Retificado encontra se disponível no endereço eletrônico www.guarantadonorte.mt.gov.br ou quanto a esclarecimentos (dúvidas), ligar no telefone (**66) 3552-5135.** Guarantã do Norte/MT, 18 de julho de 2018. **Sebastião Adilson C. da Silva/Pregoeiro.**

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 044/2018

Ratificada a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, nos termos do caput do artigo 25 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, conforme parecer favorável da Assessoria Jurídica e controle interno. **OBJETO**: Processo estimativo para pagamento de Tarifas Bancarias. **FAVORECIDO**: BANCO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL S/A. **VALOR:** R$ 14.000,00 (Quatorze mil Reais). **PERÍODO/PRAZO**: Julho a dezembro de 2018. **FUNDAMENTO LEGAL**: "Caput" do Artigo 25 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Ratifico a presente inexigibilidade de licitação nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, e de conformidade com o parecer jurídico, parecer da controladoria e justificativa anexos ao **processo compra nº 1770/2018**. Gabinete do Prefeito Municipal,18 de julho de 2018. **Érico Stevan Gonçalves/Prefeito Municipal**.

EXTRATO DO CONTRATO 169,170,171 E 172 DE 2018

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 169/2018

OBJETO FORNECIMENTO de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS da Agricultura Familiar Rural para atender as necessidades dos alunos matriculados nas CRECHES E ESCOLAS MUNICIPAIS URBANAS DO MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE, de acordo com as especificações no termo de referência e em conformidade com as disposições do edital e seus anexos que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

DATA: 18/07/2018

CONTRATADO: APARECIDO SPRIAFICO

VALOR**: R$ 6.300,00**

Guarantã do Norte, 18 de julho de 2018.

ÉRICO STEVAN GONÇALVES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 170/2018

OBJETO: FORNECIMENTO de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS da Agricultura Familiar Rural para atender as necessidades dos alunos matriculados nas CRECHES E ESCOLAS MUNICIPAIS URBANAS DO MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE, de acordo com as especificações no termo de referência e em conformidade com as disposições do edital e seus anexos que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

DATA: 18/07/2018

CONTRATADO: VAGNER APARECIDO SPRIAFICO

VALOR**: R$ 19.880,00**

Guarantã do Norte, 18 de julho de 2018.

ÉRICO STEVAN GONÇALVES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 171/2018

OBJETO: FORNECIMENTO de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS da Agricultura Familiar Rural para atender as necessidades dos alunos matriculados nas CRECHES E ESCOLAS MUNICIPAIS URBANAS DO MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE, de acordo com as especificações no termo de referência e em conformidade com as disposições do edital e seus anexos que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

DATA: 18/07/2018

CONTRATADO: VALDIR APARECIDO SPRIAFICO

VALOR**: R$ 13.375,00**

Guarantã do Norte, 18 de julho de 2018.

ÉRICO STEVAN GONÇALVES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 172/2018

OBJETO: FORNECIMENTO de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS da Agricultura Familiar Rural para atender as necessidades dos alunos matriculados nas CRECHES E ESCOLAS MUNICIPAIS URBANAS DO MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE, de acordo com as especificações no termo de referência e em conformidade com as disposições do edital e seus anexos que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

DATA: 18/07/2018

CONTRATADO: CRISTIANE OLAVO DA SILVA

VALOR**: R$ 14.560,00**

Guarantã do Norte, 18 de julho de 2018.

ÉRICO STEVAN GONÇALVES

Prefeito Municipal

AVISO DE ANULAÇÃO DE EXTRATO DOS CONTRATOS 169,170,171 E 172 DE 2018

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte torna público para conhecimento dos interessados, que anula a publicação dos extratos dos contratos 169,170,171 e 172, cujo objeto é FORNECIMENTO de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS da Agricultura Familiar Urbanas para atender as necessidades dos alunos matriculados nas CRECHES E ESCOLAS MUNICIPAIS URBANAS DO MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE, Publicado no Diario Oficial de Contas – MT, jornal ano 07 nº 1398 Pg: 49 divulgado Segunda-Feira 16 de Julho de 2018 e publicado Terça-Feira 17 de Julho de 2018 e publicado na AMM no jornal ano XIII, nº 3.021 pg: 121, divulgado no dia 16 de julho de 2018. Guarantã do Norte/MT, 18 de julho de 2018. **Gutenberg X. Alves dos Santos/Presidente.**

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 049/2018

Ratificada a *DISPENSA DE LICITAÇÃO*, nos termos do artigo 24, inciso XVII, da Lei Federal 8.666/93, com redação dada pela Lei Federal 8.883/94, conforme parecer favorável da Assessoria Jurídica e parecer da Controladoria Interna. **OBJETO:**Aquisição de peças e mão de obra para revisão de 10.000 KM da VAN/RENAULT, placa QCQ 6322 agora de propriedade do Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal**. CONTRATADA:** MOREL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULO LTDA. **VALOR:** R$ 721,16 (setecentos e vinte um reais e dezesseis centavos). **ENTREGA: Imediata.FUNDAMENTO LEGAL:** Artigo 24, inciso XVII, da Lei Federal 8.666/93. Ratifico o presente dispensa de licitação nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, e de conformidade com o parecer jurídico e parecer da Controladoria Interna e justificativa anexo ao **Processo de Compra nº 1733/2018**. Guarantã do Norte-MT, 18 de julho de 2018. **Érico Stevan Gonçalves/**Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2018-SRP

O Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal torna público para conhecimento dos interessados, que o **Pregão Presencial nº 053/2018** cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LOCAÇÃO DE MESAS, CADEIRAS, CONSERVANTES E AQUISIÇÃO DE GELO,** para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (**Anexo I**), não houve nenhum interessado em participar do certame, ocasionando em uma licitação **DESERTA.** Diante do exposto**,** comunica aos interessados que a nova sessão de abertura realizar-se-á em ***31/07/2018 às 08h00min (horário de mato grosso).*** O processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, n° 135, Bairro Jardim Vitória, neste município de Guarantã do Norte/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público ou quanto a esclarecimentos (dúvidas), ligar no telefone (66) 3552-5135. Guarantã do Norte/MT, 18 de julho de 2018. ***Sebastião Adilson C. da silva/Pregoeiro.***

CONCESSÃO DE BENEFICIO FINANCEIRO PARA TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO – LEI MUNICIPAL Nº 976/ 2012.

Ratificada a **CONCESSÃO DE BENEFICIO FINANCEIRO PARA TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO LEI MUNICIPAL Nº 976/ 2012**, aos pacientes do município em tratamento de hemodiálise fora de domicílio, conforme parecer favorável da Assessoria Jurídica e controle interno. **OBJETO:** Pagamento de Auxílio Financeiro aos pacientes que necessitam de serviços de Hemodiálise fora do domicílio.**FAVORECIDO:** BALTAZAR APARECIDO PIRES DA SILVA.**VALOR GLOBAL:** R$ 2.862,00 **PERÍODO/PRAZO:** 06 (seis) meses.**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Municipal nº 976/ 2012 e Portaria nº. 55/99 do Ministério da Saúde.Guarantã do Norte, 18 de julho de 2018.**ÉRICO STEVAN GONÇALVES/**Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Diário oficial dos municípios/amm-mt, edição 3.018 fls 158

Pregão Presencial SRP Carona 009-2018

A Prefeitura Municipal de Indiavaí/MT, através do Pregoeiro Senhor Cleber Pereira dos Santos, RETIFICA-SE para conhecimento dos interessados, que na publicação da Adesão a Ata de Registro de Preços do Pregão nº 009/2018, publicada no dia 11/07/2018, no diário oficial dos municípios/amm-mt, edição 3.018 fls 158, Onde se trata do resultado do Processo Pregão Carona 010/2018 da prefeitura municipal de Mirassol d'Oeste**,** Onde registra-se o valor de "R$: 295.740,72 (duzentos e noventa e cinco mil setecentos e quarenta reais e setenta e dois centavos)" "PASSA A LER SE" R$: 287.971,20 (duzentos e oitenta e sete mil novecentos e setenta e um reais e vinte centavos). Os demais Dizeres permanecem inalterados e de igual teor informativo.

Indiavaí – MT, em 18 de julho de 2018.

Cleber Pereira dos Santos

Pregoeiro Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 045/2018

A Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, com sede na Rua Florianópolis, n° 200, centro – Itanhangá-MT, através de sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio, torna público que encontra-se aberta na Modalidade **Pregão Presencial n° 045/2018**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto o **"Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de pintura em paredes internas e externas, letreiros e fachadas para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá - MT".** Regem a presente licitação a lei Federal n° 10.520/02, subsidiariamente, a Lei n° 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **06 de agosto de 2018, às 08:00hs (oito horas)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itanhangá. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no setor de licitações de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 ás 17:00 horas, dos dias úteis, ou pelo telefone (66) 3578-2500, ou no site da prefeitura: www.itanhanga.mt.gov.br ou solicitado pelo e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br.

Itanhangá-MT, 18 de julho de 2018.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATO DE EQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 013.2018

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: AUTO POSTO TIBIRISSÁ-LTDA

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo estabelecer o acréscimo do item 04 tendo em vista o equilíbrio econômico financeiro, conforme segue:

Item	Produto	MARCA	UND	Valor UNIT.
04	Óleo Diesel S500 – Varejo	Petrobrás	Litros	R$ 3,97

DATA DE ASSINATURA: 25/05/2018

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: AUTO POSTO TIBIRISSÁ-LTDA

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo estabelecer o reequilíbrio econômico-financeiro dos itens 02, 03 e 04, conforme tabela abaixo:

Item	Produto	MARCA	UND	Valor UNIT.
02	Etanol – Varejo	Petrobrás	Litros	R$ 2,95
03	Gasolina – Varejo	Petrobrás	Litros	R$ 4,47
04	Óleo Diesel S500 – Varejo	Petrobrás	Litros	R$ 4,10

DATA DE ASSINATURA: 07/06/2018

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: AUTO POSTO TIBIRISSÁ-LTDA

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo estabelecer o reequilíbrio econômico-financeiro dos itens 02 e 03, conforme tabela abaixo:

Item	Produto	MARCA	UND	Valor UNIT.
02	Etanol – Varejo	Petrobrás	Litros	R$ 3,33
03	Gasolina – Varejo	Petrobrás	Litros	R$ 4,87

DATA DE ASSINATURA: 25/06/2018

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATO DE EQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 003.2017

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 003/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: AUTO POSTO TIBIRISSÁ-LTDA

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo estabelecer o equilíbrio financeiro supressivo do item 01, conforme tabela abaixo:

Item	Produto	Preço Atual	Valor Suprimido	Valor reequilibrado
01	Etanol	**R$ 3,00**	R$ 0,06	**R$ 2,94**

DATA DE ASSINATURA: 06/06/2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 003/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: AUTO POSTO TIBIRISSÁ-LTDA

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo estabelecer o equilíbrio financeiro supressivo do item 03,04, e 05 conforme tabela abaixo:

Item	Produto	Preço Atual	Valor Suprimido	Valor reequilibrado
03	Gasolina	R$ 4,05	0,1	3,95
04	Óleo Diesel S500	R$ 3,62	0,07	3,55
05	Óleo Diesel S-10	R$ 3,82	0,17	3,65

DATA DE ASSINATURA: 23/06/2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 003/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: AUTO POSTO TIBIRISSÁ-LTDA

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo estabelecer o acréscimo dos itens 03 ,04, e 05 tendo em vista o equilíbrio financeiro, conforme tabela abaixo:

Item	Produto	Preço Atual	Valor Acrescido	Valor reequilibrado
03	Gasolina	R$ 4,05	R$ 0,26	R$ 4,31
04	Óleo Diesel S500	R$ 3,62	R$ 0,15	R$ 3,77
05	Óleo Diesel S-10	R$ 3,82	R$,005	R$ 3,87

DATA DE ASSINATURA: 14/08/2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 039/2018

A Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, torna público que na Licitação tipo **Pregão Presencial n° 039/2018**, instaurada para o **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado para atender as necessidades das secretarias municipais do Município de Itanhangá-MT."**,teve como vencedora as seguintes empresas: **NV FRANCO COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA E CLIMATIZACAO - EIRELI – CNPJ: 28.552.012/0001-48** sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 82.995,00 (oitenta e dois mil novecentos e noventa e cinco reais), a empresa **OLMI INFORMATICA LTDA – CNPJ: 00.789.321/0001-17** sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 55.614,00 (cinquenta e cinco mil seiscentos e quatorze reais), e a empresa **WANDA COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO – CNPJ: 12.358.170/0001-21** sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 41.971,00 (quarenta e um mil novecentos e setenta e um reais).

Itanhangá-MT, 18 de julho de 2018.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
RESOLUÇÃO Nº 007 DE 18 DE JULHO DE 2018

Dispõe sobre a deliberação do Plano de Ação para Co-financiamento do Governo Federal para a execução dos serviços Socioassistenciais no âmbito do SUAS no município de Itiquira e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso de suas atribuições, especialmente as conferidas pela Lei Federal nº 8. 472/93 e Lei Municipal nº 797 de 07 de novembro de 2013 e conforme deliberado em reunião plenária ordinária do dia 18 de julho de 2018, e

CONSIDERANDO o art. 204 da Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece que as ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

CONSIDERANDO a Resolução n.º 145/2004, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que aprova a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, a qual institui o Sistema Único da Assistência Social - SUAS;

CONSIDERANDO a Resolução nº 109/2009 que dispõe sobre a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

CONSIDERANDO Resolução do CNAS nº 33/2012 que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS que no inciso XVIII do art. 17 estabelece que é responsabilidade dos municípios zelarem pela execução do SUAS e a transferência de recursos na modalidade fundo a fundo, que conforme o art. 7º os recursos federais destinados ao Co-financiamento dos serviços e do incentivo financeiro à gestão passam a ser organizados e transferidos por Blocos de Financiamento para os serviços já instituídos e tipificados e os que venham a ser criados no âmbito de cada Proteção de acordo com os critérios de partilha e demais normas;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação do para Co-financiamento do Governo Federal para a execução dos serviços Socioassistenciais no âmbito do SUAS, no município de Itiquira.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor, a partir de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Itiquira, 18 de julho de 2018.

ACÁCIO RODRIGUES MARTELLO

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

PROCURADORIA JURIDICA
RESOLUÇÃO Nº 006 DE 18 DE JULHO DE 2018

Dispõe sobre a Plano de Ação dos recursos transferidos do FEAS em 2018, a título de Co-financiamento Estadual para a execução dos serviços Socioassistenciais no âmbito do SUAS no município de Itiquira e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso de suas atribuições, especialmente as conferidas pela Lei Federal nº 8. 472/93 e Lei Municipal nº 797 de 07 de novembro de 2013 e conforme deliberado em reunião plenária ordinária do dia 18 de julho de 2018, e

CONSIDERANDO o art. 204 da Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece que as ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

CONSIDERANDO a Resolução n.º 145/2004, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que aprova a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, a qual institui o Sistema Único da Assistência Social - SUAS;

CONSIDERANDO a Resolução nº 109/2009 que dispõe sobre a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

CONSIDERANDO Resolução do CNAS nº 33/2012 que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS que no inciso XVIII do art. 17 estabelece que é responsabilidade dos municípios zelarem pela execução do SUAS e a transferência de recursos na modalidade fundo a fundo, que conforme o art. 7º os recursos federais destinados ao Co-financiamento dos serviços e do incentivo financeiro à gestão passam a ser organizados e transferidos por Blocos de Financiamento para os serviços já instituídos e tipificados e os que venham a ser criados no âmbito de cada Proteção de acordo com os critérios de partilha e demais normas;

CONSIDERANDO Decreto – SETAS MT nº 99/2015 que dispõe sobre o Sistema de Transferência de Recursos Financeiros aos Fundos Municipais de Assistência Social, considerando que a assistência social é direito do cidadão e dever do Estado, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, com vistas a garantir o atendimento às necessidades básicas do cidadão.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação do recurso transferido do FEAS, a título de Co-financiamento estadual para a execução dos serviços Socioassistenciais no âmbito do SUAS, no município de Itiquira.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor, a partir de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Itiquira, 18 de julho de 2018.

ACÁCIO RODRIGUES MARTELLO

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 166, DE 17 DE JULHO DE 2018.

"Cancela a pedido Licença para Tratar de Interesses Particulares, à servidora que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o requerimento na unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, o deferimento do Prefeito Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Cancelar a pedido da servidora, a Licença para Tratar de Interesses Particulares, concedida pela portaria 130/2018, conforme abaixo relacionada:

1. MICHELA BORCHEID MELO, servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, admitido em 11/03/2008, aprovado em Concurso Público, pelo período de 03 (três) anos – **período de 31/07/2018 à 31/07/2021,** referente ao período aquisitivo de 01/07/2015 à 01/07/2018**.**

Art. 2º -Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo as providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentário e financeiro, se devidas.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, 17 de julho de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 111, DE 04 DE MAIO DE 2018.

Suspende o gozo das férias concedidas pela Portaria nº 103/2018, dos servidores públicos que especifica, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO, o interesse público e a necessidade de serviço;

R E S O L V E:

Art. 1° - Suspender o gozo de 30 (trinta) dias das férias concedidas pela Portaria nº 103/2018, do Servidor abaixo relacionado.

NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	RETORNO
JAMISTON MENDONÇA DE JESUS	ENCARREGADO DE BALIZAMENTO DE COMPRAS	05/04/2015 A 05/04/ 2016	08/05/ 2018 A 06/06/ 2018	07/06/ 2018

Parágrafo Único – O período suspenso será gozado em momento oportuno a ser acordado entre as partes.

Art. 3° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 4° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 04 de maio de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 154, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Suspende o gozo das férias concedidas pela Portaria nº 135/2018, dos servidores públicos que especifica, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO, o interesse público e a necessidade de serviço;

R E S O L V E:

Art. 1° - Suspender o gozo de 30 (trinta) dias das férias concedidas pela Portaria nº 135/2018, do Servidor abaixo relacionado.

NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	RETORNO
RAQUEL CAMPOS GONZAGA DE SOUZA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	29/06/2016 A 28/02/ 2017	20/06/ 2018 A 19/ 07/2018	20/07/ 2018

Parágrafo Único – O período suspenso será gozado em momento oportuno a ser acordado entre as partes.

Art. 3° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 4° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 25 de junho de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO N.º 010/2018 DE: 01.02.2018

"Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 300.558,11 (trezentos mil quinhentos e cinquenta e oito reais e onze centavos), em favor das Secretarias Municipais de Assistência Social, de Educação, de Saúde, e de Infra-Estrutura, e dá outras providências".

HUMBERTO BORTOLINI, Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1001/2017 de 08/12/2017.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R$ 300.558,11 (trezentos mil quinhentos e cinquenta e oito reais e onze centavos), destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO ATIVIDADE	DOTAÇÃO	RECURSO	ELEMENTO DESPESAS	VALOR
2.087	1435	0030	3.3.90.30.00.00.00.00	20.000,00
2.077	1438	0001	3.3.90.30.00.00.00.00	3.100,00
2.075	1436	0001	3.3.90.30.00.00.00.00	12.300,00
2.076	1437	0001	3.3.90.30.00.00.00.00	5.700,00
2.118	927	0002	3.1.91.13.00.00.00.00	5.000,00
2.127	1005	0014	3.1.91.13.00.00.00.00	5.000,00
2.115	892	0002	3.1.90.04.00.00.00.00	30.000,00
2.115	894	0002	3.1.90.13.00.00.00.00	8.000,00
2.169	1315	0000	3.3.90.30.00.00.00.00	1.100,00
2.001	9	0000	3.3.90.36.00.00.00.00	90,00
1.022	640	0000	4.4.90.52.00.00.00.00	1.000,00
2.015	144	0000	3.3.90.39.00.00.00.00	16.000,00
2.075	1436	0001	3.3.90.30.00.00.00.00	10.000,00
2.076	1437	0001	3.3.90.30.00.00.00.00	5.000,00
2.077	1438	0001	3.3.90.30.00.00.00.00	2.000,00
2.078	1439	0001	3.3.90.30.00.00.00.00	1.500,00
2.079	1440	0001	3.3.90.30.00.00.00.00	1.500,00
2.141	1085	0014	3.3.90.30.00.00.00.00	15.000,00
2.005	49	0000	3.3.90.91.00.00.00.00	115.000,00
2.087	1435	0030	3.3.90.30.00.00.00.00	20.000,00
1.074	780	0000	3.3.90.36.00.00.00.00	13.068,11
2.087	1435	0030	3.3.90.30.00.00.00.00	10.200,00
TOTAL				**300.558,11**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III, da Lei 4.320/64 resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO ATIVIDADE	DOTAÇÃO	RECURSO	ELEMENTO DESPESAS	VALOR
2.088	253	0000	9.9.99.99.00.00.00.00	20.000,00
2.088	253	0000	9.9.99.99.00.00.00.00	21.100,00
1.067	668	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	48.000,00

2.088	253	0000	9.9.99.99.00.00.00.00	1.100,00
2.088	253	0000	9.9.99.99.00.00.00.00	90,00
2.088	253	0000	9.9.99.99.00.00.00.00	1.000,00
1.075	255	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	16.000,00
1.094	890	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	20.000,00
1.075	255	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	15.000,00
1.075	256	0030	4.4.90.51.00.00.00.00	70.000,00
1.080	258	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	45.000,00
1.080	258	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	20.000,00
1.080	258	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	13.068,11
1.080	258	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	10.200,00
TOTAL				**300.558,11**

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de fevereiro de 2018.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 167, DE 17 DE JULHO DE 2018.

Concede Licença Prêmio por Assiduidade às servidoras que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, o deferimento do Prefeito Municipal

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, as servidoras abaixo relacionadas:

1. EDCLEUMA DE SOUZA DIAS, servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de GARI, empossada em 19/03/2008, pelo período de 03 (três) meses– **sendo o período de gozo de 17/07/2018 à 17/10/2018, referente ao período aquisitivo 19/03/2013 a 19/03/2018,** com o retorno aos trabalho no dia **18/10/2018.**

2. JANAINA DA SILVEIRA FRAGERRI DE SOUZA , servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de PSICÓLOGO, empossada em 01/04/2002, pelo período de 01 (um) mês– **sendo o período de gozo de 17/07/2018 à 17/08/2018, referente ao período aquisitivo 01/04/2012 a 01/04/2017,** com o retorno aos trabalho no dia **18/08/2018.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 17 de julho de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO MUNICIPAL Nº. 001/2017 - SAÚDE

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/201

A COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO DA PREFEITURA

MUNICIPAL DE JACIARA/MT, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS FAZ

SABER QUE FARÁ REALIZAR NESTE MUNICÍPIO

PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA DE

AGENTES COMUNITÁRIOS

ENDEMIAS (ACE), NOS TERMOS DO

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. Os cargos, vagas, qualificação mínima exigida, carga horária e vencimento são os

constantes do anexo I deste Edital.

2. Será constituído Cadastro de Reserva dos candidatos classificados

reserva para as (08) oito áreas das Unidades Básicas de Saúde,

exclusivo da administração, será

vagas, no limite do prazo de

3. O Cronograma do Processo Seletivo Público é o constante do anexo II deste Edit

cujas datas deverão sofrer alterações.

4. O meio oficial de divulgação dos atos deste Processo Seletivo é o mural de aviso

Prefeitura Municipal e no

Oficial dos Municípios (www.amm.org.br),

quaisquer retificações, resultados, julgamento de recursos e quaisquer outros atos

ocorridos.

II - DO REGIME JURÍDICO, LOCAL DE TRABALHO E PRAZO DE

1. O Regime Jurídico é o Estatutário, nos termos da Emenda Constitucional nº 51/2006,

Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006, Lei Municipal

dispõe sobre o Estatuto dosSe

1.158/09 e 1228/2010, que dispõem sobre a contratação de pessoal no Município de

Jaciara.

2. A contratação ocorrerá de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de

Saúde.

III - DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚ

1. Em consonância com a Lei Nº 11.350, de 5 de outubro de 2006

de 21 de outubro de 2011, são

(ACS), na sua área de atua

demográfico e sociocultural da comunidade; a promoção

PROCESSO SELETIVO

TÁRIOS DE SAÚDE (ACS) E AGENTES DE COMBATE ÀS

, PRESENTE EDITAL.

o que no interesse

clusivo aproveitado na medida em que forem surgindo novas

validade do processo seletivo público.

itura endereço eletrônico: www.jaciara.mt.gov.bre no Jornal

cabendo ao candidato informar

CONTRATAÇÃO

nº 1.208/2009,

dosServidores Públicos do Município, Lei

e a Portaria nº 2.488,

, consideradas atividades do Agente Comunitário

rea atuação: a utilização de instrumentos para diagn

de ações de educação para a

2017

e Cadastro de

Edital,

avisos da

informar-se sobre

que

res Municipal nº

SAÚDE (ACS)

de Saúde

diagnóstico

es

saúde individual e coletiva; o registro, para fins exclusivos de

das ações de saúde, nascimentos, ó

participação da comunidade nas

visitas domiciliares periódicas para

participação em ações que fortaleç

promovam a qualidade de vida.

IV - DAS ATIVIDADES DOS AGENTES DE COMBATE À

1. O Agente de Combate

atividades de vigilância, prevenção

desenvolvidas em conformidad

sob supervisão do gestor municipal, de acordo com

Ministério da Saúde.

V -DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

1. Ser brasileiro nato ou naturalizado ou a quem for deferida a igualdade nas condições

previstas no §1º do art. 12 da

2. Estar em dia com as obrigações eleitorais.

3. Estar em dia com as obrigações do s

4. Estar em gozo dos direitos políticos.

5. Possuir, na data da contratação, idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos.

6. Estar ciente que deverá possuir, na data da contratação, a habilitação e qualificação

mínima exigida para o cargo.

7. Não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática desabonadora,

ou demissão por justa causa.

8. Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas no presente Edital.

9. Ter disponibilidade para o cumprimen

40 (quarenta) horas semanais.

10. Os candidatos ao cargo de Agente Comunitário de Saúde (ACS) deverão residir na

área para a qual se inscreveu e

de publicação do presente Edital, respeitando as vagas por localidade relacionadas no

ANEXO I.

10.1. A comprovação de residência será feita no ato da INSCRIÇÃO, mediante

apresentação pelo candidato de documentos comprobatórios originais e cópia (conta de

água, energia elétrica, telefone ou outro documento idôneo,incluindo declaração de

controle e planejamento

óbitos, doenças e outros agravos à saúde; o está

o políticaspúblicas para a área de saúde; a

dicas monitoramento de situação de risco

fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras

VIDADES ÀS ENDEMIAS (ACE)

às Endemias (ACE) tem como atribuição o exercício de

e controle de doenças, e promoção da saúde,

conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Sa

o as normas estabelecidas pelo

Constituição Federal.

serviço militar, se do sexo masculino.

cumprimento da jornada de trabalho em tempo integral de

que pretende atuar há pelo menos 01 (um)

ação . gia estímulo à

de; realização de

àfamília; e a

políticas que

S nico Saúde (SUS) e

erviço to desde a data

residência autenticada em cartório), em conformidade com a Lei Federal Nº.

11.350/2006.

11. Haver concluído o ensino médio.

1. As inscrições serão realizadas nas

especifica, conforme quadro abaixo:

Unidade de Saúde da Família

PSF 01

PSF 02

PSF 03

PSF 04

PSF 05

PSF 06

PSF 07

PSF 08

2. Os candidatos à função de Agente Comunitário

FORMULÁRIO DE INSCRIÇ

respeitando o ANEXO I do presente Edital.

3. As inscrições se realizarão no

4. As inscrições serão realizadas no horário: 14h00min horas às 17h00minhoras.

5. Documentação exigida: O candidato deverá apresentar no ato da solicitação da

inscrição, pessoalmente, ou através de

os seguintes documentos:

a) 2 (duas) fotos 3x4, recentes;

b) original e fotocópia legível do CPF

Identidade e/ou Carteira de Conselho de Classe e /ou Carteira de Trabalho e Previdência

Social e em caso de serem efetuadas por p

c) 1 Cópia de comprovante de residência.

6. Após apresentação da documentação exigida, o candidato

no local da inscrição, no qual

submeter-se às normas expressas neste edital.

VI -DAS INSCRIÇÕES

Unidades de Saúde da Família referente à área

cifica, Endereço

Rua Jaciporã, s/n – Bairro Santo Antônio

Rua Tabajara, s/n –Bairro Santo Antônio

Avenida Marajá s/nº -BairroPlanalto

Rua Guaranis, s/n –São Sebastião

Rua Principal, s/n –CohabSão Lourenço

Rua Eduardo Gomes nº. 251 -Jardim Aeroporto

Avenida Pajé s/nº -Bairro Santa Rita

Av. Tupiniquins, s/n -Centro

de Saúde (ACS) deverã

INSCRIÇÃO a localidade em que pretendem atuar como AGENTES,

ões período: 14a 22de Agosto de 2017.

. o, procuração com firma reconhecida em cartório,

-(Cadastro de Pessoa Física) e Cédula de

procuração, cópias autenticadas

. deverá assinar documento,

declare atender às condições exigidas para se inscrever e

deverão indicar no

ÃO (ão, em cartório;

7.A declaração falsa ou inexata dos dados constantes no requerimento de inscriç

como a apresentação de documentos ou informações falsas ou inexatas, implica o

cancelamento da inscrição e anulação de todos os

8. Outras informações:

a) Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória ou condicional.

b) Não serão aceitas inscrições com documentação incompleta.

c) O candidato poderá concorrer a apenas um

1. O Processo Seletivo Público constará de prova Objetiva de Múltipla Escolha.

2. A cada prova de múltipla escolha, será atribuído um valor de 0 (zero) a 100 (cem)

pontos.

3. A classificação geral dos candidatos será feita pela média aritmética dos

obtidos em cada prova.

4. Os tipos de provas objetivas de múltipla escolha, números de questões e peso de

pontuação de cada questão para

Provas Números de

Questões

-Português

-Matemática

-Específica

Total

5. O Programa de Prova para as questões de múltipla escolha encontra

anexo III deste Edital.

VIII

1. A Prova Objetiva de Múltipla Escolha será realizada no Município de Jaciara, às

08h00min horas do dia 08

trinta minutos) e mínima de 01h3

divulgado, através de edital complementar.

2. O ingresso na sala de provas somente será permitido dentro do horário estabelecido e

ao candidato que apresentar

oficial de identidadeou C

tenham força de documento de identificação. Como o documento n

exigida a apresentação do original, não sendo aceito cópia, ainda que autenticada.

.ão atos decorrentes, em qualquer época.

uma vaga.

VII -DAS PROVAS

todos os cargos são as seguintes:

Pontuação de

cada

Questão

Total

10

10

20

2,0

2,0

3,0

40 -

encontra-

-DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

08.10.2017 e terá duração máxima de 03h30min (

01h30min (uma hora e trinta minutos), em local a ser

ue o comprovante de Inscrição juntamente com a cédula

Carteira expedida por Órgãos ou Conselhos de Classe que

não ficará retido, será

inscrição, bem

pontos

20,0

20,0

60,0

100,0

-se detalhado no

h30min três horas e

), onselhos ão

3. O horário de início das provas poderá ser definido dentro de c

observado o tempo de duração

4. A inviolabilidade das provas será comprovada dentro de cada sala de aplicação, n

presença de, no mínimo, três

5. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sal

entregar as respectivas provas e

6. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada ou repetição de prova, importando

ausência ou retardamento do

seja qual for o motivo alegado.

7. Em nenhuma hipótese haverá aplicação de provas fora dos locais e horários pré

estabelecidos.

8. O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de

(trinta) minutos, munido de

10. O candidato deverá transcrever suas respostas na folha de respostas, que éo

documento válido para correção

11. Serão de inteira responsabilidade do candidato

feitas incorretamente na Folha

12. Não serão computadas questões nãoassinaladas na folha de respostas, ou que

contenham mais de uma resposta,

13. Não se poderá substitu

implicará em sua anulação.

14. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal, somente a folha de respostas.

15. Não haverá revisão de provas sem que haja recurso devidamente fundamentado,

conforme modelo anexo IV.

16. Será excluído do Processo Seletivo Público o candidato que:

a) Se apresentar após o horário estabelecido.

b) Não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado.

c) Não apresentar o Comprovante de Inscrição e Documento de

d) Durante a realização das provas for colhido em flagrante em comunicação com outro

candidato ou com pessoas estranhas, oralmente, por escrito, ou através de equipamentos

eletrônicos, ou ainda que venha tumultuar a sua

cada sala de aplicação

estabelecido no presente Edital.

candidatos.

sala da prova objetiva somente poderão

tregar retirar-se do local, simultaneamente.

candidato em sua exclusão do Processo Seletivo Público,

caneta tipo esferográfica azul ou preta.

nto eletrônica, com caneta esferográfica preta ou azul.

os prejuízos advindos das marcações

de Respostas.

ontenham emenda ou rasura, ainda que legível.

substituir a folha de respostas e a ausência de assinatura na mesma

Identidade exigida.

inda realização.

ada aplicação,

na

a a

pré-

30

ir

e) Ausentar-se do recinto da prova, a não ser momentaneamente, em casos especiais e

desde que na companhia do

f) Usar de insubordinações ou descortesia para com os coordenadores ou fiscais de

salas, auxiliares e autoridades

g) Não devolver a folha de respostas.

17. As informações quanto às duas etapas seguintes serão informados no ato da prova

escrita.

18.Não será permitido, em hipótese alguma, o ingresso ou a permanência de pessoas

estranhas ao Processo Seletivo

Público no local de aplicação da prova.

IX

1. O candidato aprovado na Prova Objetiva de Múltipla Escolha prevista nesteEdita

Processo Seletivo, deverá

continuada conforme determina

nº 51/2006, que regulamenta as atividades de Agente Comunitário de Saúde

Combate às Endemias.

2. A duração do curso, carga horária, local de realização, será divulgada em edital

complementar.

3. O candidato que não participar do curso introdutório, está impedido de assumir o

cargo de Agente Comunitário de

4. O candidato que não concluir com aproveitamento de 100% (cem por cento) do curso

introdutório de formação inicial

processo seletivo.

1. A Avaliação Médica é parte integrante do Processo Seletivo Público Municipa

sendo eliminado o candidato

2. A Avaliação Médica, de carát

de saúde do candidato, consistindo de exame médico clínico e, se necessário, exames

complementares, que serão realizados pela Divisão de

Trabalho -Departamento de Recursos Hum

3. Os exames têm a finalidade de verificar as condições físicas necessárias ao

desempenho das atribuições do emprego

fiscal.

alas, presentes.

ão -DO CURSO INTRODUTÓRIO

participar do Curso Introdutório de formação inicial e

a Lei Federal nº 11.350/2006 e Emenda Constitucional

Saúdee Agente de Combate às Endemias

trodutório e continuada, será automaticamente eliminado do

X -DA AVALIAÇÃO MÉDICA

considerado inapto nesta fase.

caráter eliminatório, tem por objetivo verificar as co

rão Medicina e Segurança do

Humanos da Prefeitura Municipal de Jaciara.

nho público postulado.

nesteEdital de

e Agente de

e Endemias.

tinuada, Municipal,

er condições

anos

4. O Departamento de Recursos Humanos determinará ao candidato o dia, horário e

local para a realização da Avaliação

5. Quando exigidos exames complementares para melhor comprovar o seu estado de

saúde, fica o candidato obrigado a

Trabalho do Departamento de

para a entrega dos respectivos resultados, sob pena de ser considerado inapto.

6. Serão considerados aprovados na Avaliação Médica, somente os candidatos com

parecer de APTO.

7. Será considerado inapto na Avaliação Médica o candidato que:

a) deixar de apresentar qualquer um dos exames solicitados;

b) deixar de comparecer aos exames nas datas, horários e locais estabelecidos;

c) tiver condição de saúde incompatível com o emprego público, devidamente

pelo Médico do Trabalho.

8. Não haverá segunda chamada para a Avaliação Médica, seja qual for o motivo

alegado para justificar o atraso ou

XI -

1. A Avaliação Psicológica é parte integrante do Process

eliminado o candidato considerado

2. A Avaliação Psicológica será aplicada ao candidato quando da sua convocação.

3. O local, data e horário de realização da Avaliação Psicológica será divulgado por

meio de Edital, publicado no Órgão

Prefeitura Municipal de Jaciara.

4. O referido exame consistirá na aplicação de baterias de testes psicológicos, de

aptidão, de inteligência geral, de personalidade, visando aferir

perfil adequado ao exercício das atividades inerentes ao e

5. Será considerado inapto o candidato que não atender aos requisitos de aferição

estabelecidos para cada teste ou que

estruturais, quer situacionais, que denot

neurológicas.

6. É vedada a saída do candidato do recinto em que estiver sendo aplicada a Avaliação

Psicológica.

Médica, quando da convocação.

e, cumprir o prazo que for estabelecido pelo Médico do

to Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Jaciara,

apto do ausência do candidato.

DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Processo Seletivo Municipal, sendo

minado inapto nesta fase.

Oficial do Município, e afixado em mural na

se o candidato possui

emprego público pretendido.

lecidos apresente traços indicadores d

denotem comprometimento nas esferas

atestado

o de desvios, quer

em psíquicas ou

7. Não haverá por qualquer motivo, prorrog

Avaliação Psicológica.

8. O candidato somente poderá ausentar

Psicológica após o término da aplicação

9. O candidato não poderá levar consigo os cadernos de test

10. Será considerado habilitado, nesta fase, o candidato que obtiver o resultado de

APTO para o emprego público.

11. A inaptidão nesta avaliação não significa a pressuposição da existência de

transtornos mentais, indican

exigidos para o exercício das atribuições p

pretendido.

12. Será desclassificado o candidato que se recusar a responder algum dos testes da

Avaliação Psicológica.

13. Não haverá segunda chamada para

alegado para justificar o atraso ou

XII -DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. Os candidatos aprovados serão classificados por meio de listas nominais, em orde

decrescente, de acordo com a

2. A classificação final dos candidatos será feita pela soma dos pontos obtidos nas

Provas Objetivas de Múltipla Escolha

abrangência, conforme Anexo I uma con

aprovados, outra somente a classificação dos candidatos com d

somente dos candidatos de declaração de etnia.

3.Apurado o total de pontos, na hipótese de empate entre os candidatos, será dada

preferência, para efeito de classificação, sucessivamente, ao candidato que:

a) Tiver maior pontuação na prova de conhecimentos específicos.

b) Possuir maior escolaridade.

c) For o mais idoso.

4. Serão considerados aprovados no Processo Seletivo os candidat

cumulativamente os seguintes

a) que obtiverem no mínimo

aproveitamento na Prova Objetiva;

prorrogação do tempo previsto para a aplicação da

ausentar-se do recinto da aplicação da Avaliação

ca dos testes.

testes.

indicando apenas que o candidato não atende aos parâmetros

preestabelecidas para o emprego

a Avaliação Psicológica, seja qual for o motivo

do ausência do candidato.

média final obtida no Processo Seletivo.

será divulgada em duas listas, para cada área de

contendo a classificação geral de todos candidatos

deficiência e outra

referência, candidatos que apresentare

resultados:

setenta por cento 70% (setenta por cento) de

ação ende reestabelecidas público

ordem

eficiência os apresentarem

enta

b) ter aproveitamento de 100% (cem por cento) do curso introdutório de formação

inicial e continuada;

c) estar APTO na Avaliação Médica.

d) estar APTO na Avaliação Psicológica.

5. O resultado final do Processo Seletivo e a classificação dos candidatos

serão homologados por meio de

Município (www.amm.org.br

eletrônicos: www.jaciara.mt.gov.br.

6. Os candidatos que concorrerão à reserva de vagas, nos termos do item XII, dos

portadores de deficiência, deste Edital,

geral de candidatos e em lista especial para este fim.

1. Caberão recursos à Comissão do

segundo modelo constante no

a) às inscrições, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência do fato;

b) ao Gabarito da Prova Objetiva de Múltipla Escolha, no prazo de 24 (vinte e q

horas da ocorrência do fato;

c) aos resultados, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência do fato.

d) outros pertinentes ao Processo Seletivo.

2. Os pontos correspondentes às questões por ventura anuladas serão atribuído

os candidatos que se relacionarem com as mesmas, independentes de formulação de

recursos.

3. Os recursos deverão ser protocolados, pelos candidatos, no protocolo da Prefeitura

Municipal de Jaciara, situada na Avenida Antônio Ferreira Sobrinho

de 08h00min às 11h00min horas e das

anexo II e endereçado à Comissão do Processo Seletivo, com i

Seletivo, nome do candidato, número de inscrição e assinatura, conforme model

IV.

4. Serão rejeitados liminarmente os recursos que não estiverem redigidos

indicações acima ou não fundamentados, ou ainda aqueles a que se der entrada fora dos

prazos estabelecidos.

edital publicado no órgão oficial de imprensa do

br)e afixado em mural da Prefeitura e nos

terão sua classificação divulgada na listagem

XIII -DOS RECURSOS

Processo Seletivo da Prefeitura Municipalde Jaciar

anexo IV, sobre:

-Ce

13h30min às 17h00min horas conforme datas do

indicação do Processo

aprovados

o endereços

Jaciara,

quatro)

atribuídos a todos

Centro, no horário

ndicação modelo anexo

com as

5. Compete a Comissão Organizadora do Processo Seletivo,

Seletivo, julgar os recursos com referência às inscrições e resultados da Prova Objetiva

de Múltipla Escolha.

XIV -DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA

1. Às pessoas portadoras de deficiência que pretendam fazer uso das prerrogati

lhes são facultadas no inciso VIII

direito de inscrição no presente Processo

que são portadoras sejamcompatíveis com o exercício do cargo, na proporção

(cinco por cento) dasvagas oferecidas para cada cargo, desprezadas as frações, quando o

percentual resultar número menor que 1 (um).

2. O candidato portador de deficiência deverá declarar, no momento da inscrição, essa

condição e a deficiência da qua

atestando a espécie e o grau ou níve

correspondente da Classificação Internacional de Doenças

causa da deficiência. Este Laudo fi

Caso o candidato não anexe o laudo

para concorrer às vagas reservadas,

formulário de inscrição.

3. O candidato portador de deficiência que, no ato da inscrição, não declarar essa

condição, não poderá interpor recurso

4. Caso necessite de condições especiais para se submeter às provas previstas neste

edital, o candidato portador de

Especial do Processo Seletivo Público

inscrições.

5. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual, passíve

de correção simples do tipo

6. O candidato portador de deficiência, se aprovado, quando de sua contratação, será

submetido a exames médicos e complementares, que terão decisão terminativa sobre a

qualificação como deficiente ou não e

exercício do cargo.

7. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas aos portadores de

deficiência, estas serão revertidas aos

ordem de classificação.

a aplicação do Processo

o do art. 37 da Constituição Federal, é assegurado o

Seletivo Público, desde que a

ição qual é portador, apresentando Laudo Médico Original,

nível da deficiência, com expressa referência ao código

-CID, bem como a provável

ficará retido e será anexado ao formulário de inscrição.

médico, não será considerado como deficiente apto

mesmo que tenha assinalado tal

o, em favor de sua situação.

dital, deficiência deverá solicitá-las por escrito, à Comissão

Público, até o quinto dia útil após o encerramento das

ipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

o grau de deficiência que não o incapacite para o

ia, demais selecionados, com a estrita observância da

prerrogativas que

deficiência de

de 5%

, cará opção no

passíveis

8. As pessoas portadoras de deficiência participarão do Processo Seletivo em igualdade

de condições com os demais

avaliação e os critérios de aprov

pontuação mínima exigida.

9. O candidato que, no ato da inscrição, se declarar portador de deficiência, se aprovado

no Processo Seletivo Público,

lista à parte.

1. A administração pública poderá rescindir unilateralmente o contrato do Agente

Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias

seguintes hipóteses:

a) Prática de falta grave, dentre as enumeradas no Estatuto dos Servidores

Município de Jaciara;

b) Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções publica;

c) Necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa;

d) Insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pel

menos um recurso hierárquico

(trinta) dias, e o prévio co

continuidade da relação contratual, obrigatoriamente estabelecidos de ac

peculiaridades das atividades exercidas.

e) Deixar de residir na área de abrangência em que atua.

XVI

1. A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na

aceitação expressa das condições

estabelecidas neste Edital.

2. Não serão fornecidos atestados, certificados ou certidões, relativas à habilitação,

classificação ou nota de candidatos, valendo para tal fim a publicação do resultado final

e homologação do Processo Seletivo.

3. A da Prefeitura Municipal de Jaciara NÃO SE RESPONSABILIZApor quaisquer

cursos, textos, apostilas e outras

4. A aprovação no Processo Seletivo não assegura direito à contratação, mas e

quando ocorrer, obedecerá

candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas,

aprovação, ao horário e ao local de aplicação das pro

terá seu nome publicado na lista geral dos aprovados e em

XV - DO DESLIGAMENTO

na ocorrência

m dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em 30

conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a

ividades -DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

eitação do Processo Seletivo Público, tais

os, publicações referentes a este Processo Seletivo.

rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos, o

igualdade

provas e à

de uma das

Públicos do

pelo

acorde com as

como se acham

esta,

prazo de validade do Proces

vierem a vagar ou que forem criados posteriormente pela Prefeitura.

5. O candidato deverá manter junto

Prefeitura Municipal de Jaciara, durante

endereço atualizado, visando eventuai

reclamação caso esta não seja possível, por falta da

6. Será considerado desistente o candidato que não comparecer na data estabelecida pela

Prefeitura para contratação no

que não apresentar os documentos exigidos.

7. Quando a contratação do candidato não ocorrer dentro do prazo previsto, sua

contratação será considerada sem

8. O candidato contratado deverá assumir suas atividades em dia, hora e local definido

pela Administração, sendo que

remuneração.

9. No ato da contratação no cargo ocandidato deverá apresentar, obrigatoriamente, os

seguintes documentos:

a) Fotocópia autenticada da certidão de nascimento ou casamento ou averbações se

houver.

b) Fotocópia autenticada da

c) Cartão de Cadastramento no PIS/PASEP (se possuir).

d) 2 (duas) fotografias 3x4 recentes.

e) Fotocópia autenticada do Título de Eleitor com o comprovante de votação na última

eleição.

f) Fotocópia autenticada do Certificado de Reservista, de isenção ou de dispensa (se do

sexomasculino).

g) Declaração de que não possui antecedente criminal, salvo se cumprida a pena.

h) Declaração de que nunca foi demitido do serviço público por justa causa.

i) declaração de não ter sido condenado, por sentença transitada em julgado, por

de ato de improbidade administrativa.

j) declaração de que não infringe o art

Cargos e Funções) e ainda, quanto aos

37, §10, da CF/88, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº

Processo Seletivo e limites de vagas existentes, bem como as que

ao Departamento de Recursos Humanos da

o prazo de validade do Processo Seletivo, seu

eventuais convocações, não lhe cabendo

citada atualização.

cargo para o qual foi classificado bem como o candidato

atação ntratação efeito.

somente após esta data, ser-lhe-á garantido o direito à

certidão de nascimento dos filhos se tiver.

art. 37, inciso XVI da CF/88 (Acumulação de

proventos de aposentadoria, o

s qualquer

rantido prática

disposto no art.

10. Toda

informação referente à realização do Processo Seletivo Público será fornecida pela

Prefeitura de Jaciara, através

eletrônico: www.jaciara.mt.gov.br.

11. O prazo de validade do presente Processo Seletivo Público é de 12 (doze) meses,

contados da data da homologação

período.

12. Decorridos 120 (cento e vinte) dias da

caracterizando óbice administrativo ou legal, é facultada a fragmentação de todos os

registros escritos, mantendo

eletrônicos a eles referentes.

13. Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos pela Comissão do Processo

Seletivo da Prefeitura Municipal de

Jaciara.

14. Também integram este Edital de Processo Seletivo Público os anexos I à VIII.

15. Todos os horários fixados no presente edital serão os de

16.Incorporar-se-áa este Edital, para todos os efeitos, quaisquer editais compleme

retificações, avisos e convocações, relativo a este Processo Seletivo, que vierem a ser

publicado pela empresa organizadora deste Processo

da Prefeitura Municipal de Jaciara.

17. Caberá ao Prefeito Municipal a homologação do resultado final do Processo

Seletivo.

Jaciara, MT,

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

da Comissão do Processo Seletivo e no endereço

etrônico: ontados do resultado final, podendo ser prorrogados por igual

homologação do Processo Seletivo

endo-se, entretanto, durante o período de validade, os registros

asos Cuiabá.

sa Seletivo Público, com aquiescência

09 de Agosto de 2017.

Prefeito Municipal

AUDIMAR ROCHA SANTOS

Secretário Municipal de Saúde

Seletivo, e não se

complementares,

CARGOS, CAGAS, ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA, CARGA HORÁRIA

Cargo Nº de Vagas	Nº de vagas PNE (*)	Abrangência
Agente de Combate às Endemias	02 + 08 CR	01
Agente Comunitário de Saúde	02 + 08 CR	01
Agente Comunitário de Saúde	08 CR -	
Agente Comunitário de Saúde	03 + 08 CR	01
Agente Comunitário de Saúde	03 + 08CR	01 USF 04
Agente Comunitário de Saúde	08 CR - Cohab São	
Agente Comunitário de Saúde	01 + 08 CR	- Aeroporto
Agente Comunitário de Saúde	01 + 08 CR	-

Santa Rita
Agente
Comunitário
de
Saúde
08 CR -
Total 12 +
72CR
(*) PNE -Portadores de Necessidades Especiais.
ANEXO I
SEMANAL E VENCIMENTO
Área/
Escolaridade Mínima
- Ensino Médio Completo
e curso introdutório de
formação inicial
USF 01 -
Santo
Antônio
Ensino Médio Completo
e curso introdutório de
formação inicial
USF 02–
Santo
Antônio
Ensino Médio Completo e
curso introdutório de
formação inicial
USF 03 -
Planalto
Ensino Médio Completo e
curso introdutório de
formação inicial
04–São
Sebastião
Ensino Médio Completo e
curso introdutório de
formação inicial
USF 05 –
Lourenço
Ensino Médio Completo e
curso introdutório de
formação inicial
USF 06–
Jardim
Ensino Médio Completo e
curso introdutório de
formação inicial
USF 07 –
Ensino Médio Completo e
curso introdutório de
formação inicial
USF 08 -
Centro
Ensino Médio Completo e
curso introdutório de
formação inicial
Carga
Horária
Semanal
Vencimento
Mensal
Inicial (R$)
40 horas R$ 1.313,05
40 horas R$ 1.271,25
40 horas R$ 1.271,25
40 horas R$ 1.271,25
40 horas R$ 1.271,25
40 horas R$ 1.271,25
40 horas R$ 1.271,25
40 horas R$ 1.271,25
40 horas R$ 1.271,25
R$ 1.271,25
(*) Cadastro de Reserva: Os candidatos classificados, que no interesse exclusivo da admi
aproveitado na medida em que forem surgindo novas vagas, no
seletivo público.
CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO
Data Horário
09/08/17 Publicação do Resumo de Edital
14 a
22/08/17
14h00min às
17h00min
Período de Inscrições dos
candidatos ao Processo Seletivo
23/08/17 14h00min Divulgação da relação de inscrições
24/08/17 e
25/08/17
14h00min às
17h00min
Prazo para recurso sobre as
28/08/17
17h00min Julgamento dos recursos sobre as
08/10/17 08h00min Realização da Prova Objetiva de
08/10/17 17h00min Divulgação dos gabaritos da Prova

Objetiva de Múltipla Escolha
09 a
10/10/17
14h00min às
17h00min
Prazo para recurso sobre os
gabaritos da Prova Objetiva de
11/10/17 17h00min Julgamento dos
gabaritos da Prova Objetiva de
16/10/17 14h00min Divulgação do resultado da Prova
Objetiva de Múltipla Escolha
17/10/17 e
18/10/17
14h00min às
17h00min
Prazo para recurso sobre o
resultado da Prova Objetiva
19/10/17 17h00min Julgamento dos recursos sobre o
resultado da Prova Objetiva
20/10/17 14h00min Divulgação do resultado final
23 a
24/10/17
14h00min às
17h00min
Prazo para recurso sobre o
resultado final, relativo à atribuição
de pontos da Prova de Títulos e na
25/10/17
17h00min Julgamento dos recursos sobre o
26/10/17 11h30min Divulgação do Resultado Final
Definitivo para homologação pelo
Prefeito Municipal
limite do prazo de validade do processo
ANEXO II
Atividade
Diário Oficial/Jornal Local e no endereço
eletrônico: www.jaciara.mt.gov.br
Unidades de Saúde da Família
Secretaria Municipal de Saúde/
www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal
inscrições
Secretaria Municipal de Saúde/
www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal
inscrições
Secretaria Municipal de Saúde/
www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal
Múltipla Escolha
Local a ser divulgado
Secretaria Municipal de Saúde/
www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal
Múltipla Escolha
Secretaria Municipal de Saúde/
www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal
recursos sobre os
Múltipla Escolha
Secretaria Municipal de Saúde/
www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal
Secretaria Municipal de Saúde/
www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal
Secretaria Municipal de Saúde/
www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal
Secretaria Municipal de Saúde/
www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal
provisório
Secretaria Municipal de Saúde/
www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Munic
classificação
Secretaria Municipal de Saúde/
www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal
resultado final
Secretaria Municipal de Saúde/
www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal
Secretaria Municipal de Saúde/
www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal
administração, será
Local
Municipal

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA

Programa: Atuação do Agente Comunitário de Saúde no Programa de Saúde da

Família.

Língua portuguesa para Agente Comunitário de Saúde e Agente d

Endemias: interpretação de texto. Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado

das palavras. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Substantivo e adjetivo:

flexão de gênero, número e grau. Verbos: regulares,

de pronomes. Preposições e conjunções. Concord

Regência.

Matemáticapara Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às

Endemias: Números inteiros: operações e propriedades. Números racionais,

representação fracionária e decimal:

Porcentagem. Regra de três simple

tempo, comprimento, superfície e capacidade. Relação entre

gráficos.

Raciocínio lógicopara Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às

Endemias: Resolução de situações problema.

Conhecimentos específicos para Agente de Comunitário de Saúde:

doença e seus determinantes/condicionantes; Princípios e Diretrizes do

de Saúde e a Lei Orgânica da Saúde;

área/região/município de atuação; Cadastramento famili

instrumentos; Interpretação demográfica; Conceito de territorialização, micro área e

área de abrangência; Indicadores

condições de vida e de saúde/d

definição de prioridades: indicadores socioeconômicos, culturais e epidemiológicos;

Conceitos de eficácia, eficiência e efetividade em saúde coletiva; Estratégia de

avaliação em saúde: conceitos, tipos, instrumentos e

qualidade da atenção à saúde: acessibilidade, humaniz

usuário e do trabalhador, equidade, outros; Sistema de informação em saúde; Condiçõ

de risco social: violência,

analfabetismo, ausência ou in

saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de

existentes para o enfrentamento dos problemas; Intersetorialidade: conceito e dinâm

político-administrativa do município; Informação, educação e comunicação: conceitos,

diferenças e interdependência; Formas de aprender e

Cultura popular e sua relação com os processos educativ

ANEXO III

ESCOLHA

ero irregulares e auxiliares. Emprego

Concordância verbal e nominal. Crase.

para ção operações e propriedades. Razão e proporção.

simples. Equação de 1º grau. Sistema métrico: medidas de

grandezas: tabelas e

para esolução úde Conhecimentos geográficos da

familiar e territorial: finalidade e

e epidemiológicos; Técnicas de levantamento das

doenças da população; Critérios operacionais para

a, nceitos, técnicas; Conceitos e critérios de

humanização do cuidado, satisfação do

r, desemprego, infância desprotegida, processo migratórios,

insuficiência de infraestrutura básica, outros; Promoção da

tratégias; saúde da população e recursos

pendência; ensinar em educação popular;

educativos; Participação e mobilização

de Combate às

ância Processo saúdedeterminantes/

Sistema Único

ar ação Condições

dinâmica

os;

social: conceitos, fatores facilitadores e/ou dificultadores da ação coletiva de base

popular; Lideranças: conceitos, tipos e

Pessoas portadoras de necessidades especiais; abordagem, medidas facilitadoras de

inclusão social e direito legais; Saúde da criança, do adolescente, do

Estatuto da criança e do adolescente e do idoso; Noções de ética e cidadania.

Conhecimentos específicos para Agente de

básicas sobre doenças transmissíveis

medidas de prevenção para controle de doenças transmissíveis;

doenças transmitidas por vetores e as medidas de prevenção dessas doenças;

básicas sobre doenças de notificação obrigatória: Dengue, Zika, Chikung

Leishmaniose, Doença de Chagas, Peste Bubônica, E

básicas sobre saneamento e meio ambiente; Imunização em crianças

adultos e idosos; Princípios

da Saúde-N4 8080, de 19 de Setembro de 1990; Atribui

Endemias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS SUGERIDAS:

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. O trabalho do

Agente Comunitário de Saúde. Brasília:

Ministério da Saúde, 120 p, 2000.

2. BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia prático do

Programa Saúde da Família. Brasília:

Ministério da Saúde, 128 p, 2001.

3. Lei Orgânica do SUS: (Leis nº 8.080/90 e nº 8.142/90) artigos 196 a

Constituição Federal

4. Ato Portaria nº 648/GM de 28 de março de 2006.

5. Ato Portaria nº 2.488/GM

-Sites sugeridos para as referências bibliográficas

onceitos, processos de constituição de líderes populares;

adulto e do idoso;

a Combate às Endemias (ACE)

e não transmissíveis; Noções básicas sobre

Noções básicas sobre as

Esquistossomose, Tracoma; Noçõ

e Diretrizes do Sistema Único de Saúde e a Lei Org

Atribuições do Agente de Combate

nistério /GM, de 21 de outubro de 2011.

- www.saude.gov.br/dab

ACE):Noções

es es Noções

Chikungunya, Malária,

squistossomose, Noções

crianças, adolescentes,

de Orgânica

às

200 da

MODELO DE FORMULÁRIO PARA RECURSO

À

Comissão Fiscalizadora do Processo Seletivo.

Prefeitura Municipal de Jaciara.

Referente: Recurso Administrativo

( ) Inscrições.

( ) Gabarito Oficial -Revisão de Questões da Prova.

( ) Resultado Prova Objetiva de Múltipla Escolha.

( ) Outros_____

_____

Prezados Senhores,

Eu,

_____

–

candidato (a) ao cargo de _____, CI

_____,

Prefeitura, venho através deste, solicitar:

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Atenciosamente,

_____

ANEXO IV

_____, ___ de _____ de _____.

-Processo Seletivo - Edital nº 001/2017

inscrito sob o nº _____, no processo seletivo desta

_____

_____

(assinatura candidato)

2017.

_____

_____,

CI/RG nº

_____

_____

_____

REQUERIMENTO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

Nome do candidato:

_____

_____

Nº da inscrição: _____

Vem REQUERER vaga especial como PORTADOR DE DEFICIÊNCIA, apresentou

LAUDO MÉDICO com CID (colocar os dados

Tipo de deficiência de que é portador: _____

Código correspondente da Classificação Internacional de Doença

Nome do Médico Responsável pelo laudo: _____

(OBS: Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual

passíveis de correção simples do tipo

Dados especiais para aplicação das PROVAS: (marcar com X no local caso necessite de

Prova Especial ou não, em caso

( ) Não necessita de prova ou tratamento especial.

( ) Necessita de prova especial (Discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário)

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

ANEXO V

Cargo: _____

DICO abaixo, com base no laudo):

-CID _____

is miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres).

positivo, discriminar o tipo de prova necessário).

essita

_____

_____

(Datar e assinar)

Assinatura

_____

_____

_____

_____

_____

Por este instrumento particular, eu _____,

portador da cédula de identidade nº _____, residente à

_____, nº _____, Bairro

_____,

_____, estado de _____,

_____, nomeio e constituo como meu bastante procurador, pa

fins de promover a minha

_____ do Processo Selet

Municipal de Jaciara, Edital nº 001/2017

_____, portador da

_____, CPF nº _____, residente à

_____, nº _____, Bairro

_____, CEP _____

_____, estado de _____, com os poderes

para, em meu nome, firmar o requerimento padrão de inscrição e declaração de que

estou de acordo com as normas contidas no referido

Local e data: _____

Assinatura: _____

ANEXO VI

MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

_____

CEP _____, na cidade de

_____, inscrição no cargo de

Seletivo da Prefeitura

2017, o Sr (a). _____

_____, cédula de identidade nº

____, _____, na

edital.

_____, _____/_____/_____

e-mail

para os

ivo cidade de

específicos

_____,

LISTA DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS - PROCESSO SELETIVO 001/2017-SMS

Número inscrição Nome Completo CPF Área de atuação Endereço onde reside 1 Maria da Conceição Gomes da Silva 057.846.753-46 PSF 01 Rua Amélia, 390 - Jardim Clementina 2 Sisle Francisca da Silva dos Santos 020.204.131-08 PSF 01 Rua RL 01, 367 - Jardim Leblon 4 Joziane Dias Caetano Viniski dos Santos 038.610.091-88 PSF 01 Rua B, 22 - Residencial São Francisco 7 Elisângela Emília Ribeiro 038.479.141-70 PSF 01 Rua Carolina, 544 - Jardim Clementina 8 Shirlei Mariana Marques 918.993.701-53 PSF 01 Rua Acocê, 867 - Planalto 11 Ana Cleide da Silva Martins Alves 037.808.471-24 PSF 01 Rua Moema, 3.640 - Planalto 13 Maria de Fátima Pereira Cavalcante Nunes 023.635.204-08 PSF 01 Rua Moema, 3.698 - Planalto 16 Iasmim Silva Passos 052.430.871-30 PSF 01 Rua Ceci, 1.060 - Santo Antônio 17 Rôsangela Rosa de Jesus Souza 022.287.411-24 PSF 01 Rua RL 01, 148 - Jardim Leblon 18 Leidiane Darlen Ramalho Gomes 025.609.631-75 PSF 01 Rua RL 02, 185 - Jardim Leblon 19 Vera Lúcia de Lara 006.156.541-50 PSF 01 Rua B, 47 - Residencial São Francisco 25 Elizangela Caldas da Silva 921.127.301-34 PSF 01 Rua Jaciporã, 491 - Residencial Ipanema 26 Joelma Carneiro de Morais 016.011.551-58 PSF 01 Rua RL 01, 196 - Jardim Leblon 28 Solange batista Galdino da Silva 023.463.981-44 PSF 01 Rua Ceci, 695 - Planalto 29 Rosinete Ramalho da Silva 006.675.181-00 PSF 01 Rua RL 06, 415 - Jardim Leblon 31 Deiziane Forgiarini Silva 020.494.071-06 PSF 01 Rua Ceci, 980 - Santo Antônio 32 Elizangela Mariana de Souza Lopes 901.993.831-20 PSF 01 Rua B, 239 - Residencial São Francisco 33 Maria Aparecida de Souza Pereira 514.064.201-82 PSF 01 Rua RL 02, 295 - Jardim Leblon 34 Fabiana Pavão Lopes 069.039.601-55 PSF 01 Rua Jaciporã, 1.003 - Planalto 35 Thamires Moises Cotrin 052.550.531-80 PSF 01 Rua RL 05, 40 - Jardim Leblon 36 Maria Cícera Gomes dos Santos 032.015.811-00 PSF 01 Rua RL 02, 472 - Jardim Leblon 39 Flávia Aparecida Ferreira Santos Magny Soares 031.406.481-89 PSF 01 Rua Moema, 3.766 - Planalto 41 Tania Maria da Silva de Araújo 522.161.281-04 PSF 01 Rua Cecy, 1.060 - Santo Antônio 42 Adriana Oliveira Silva 024.807.061-41 PSF 01 Rua Cecy, 1.113 - Planalto 42 Claudia da Silva Paganardi 000.740.661-45 PSF 01 Rua RL 02, 149 - Jardim Leblon 43 DeizianeTeixeira Simioni 036.185.391-26 PSF 01 Rua Miruna, 563 - Planalto 45 Silvânia Aparecida Siqueira Baldacin 899.314.321-87 PSF 01 Rua Jaciporã, 838 - Santo Antônio 46 Bruna Mayara dos Santos Oliveira 024.798.921-58 PSF 01 Rua Ceci, 1.047 - Planalto 48 Vanessa de Oliveira Nascimento 023.121.111-28 PSF 01 Rua A, 265 - Residencial São Franscisco 49 Sandra Pinheiro de Oliveira 002.867.131-79 PSF 01 Rua RL 01, 149 - Jardim Leblon LISTA DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS - PROCESSO SELETIVO 001/2017-SMS 50 Patrícia Nunes de Souza 036.678.751-93 PSF 01 Rua Carolina, 368 - Jardim Clementina 51 Larissa Oliveira da Silva 050.196.361-85 PSF 01 Rua Beatriz, 348 - Jardim Clementina 53 Maria Aparecida Pereira dos Santos 630.346.111-53 PSF 01 Rua Cecy, 838 - Planalto 54 Maria Madalena Vieira da Silva 631.272.021-72 PSF 01 Rua RL01, 173 - Jardim Leblon 55 Edilaine Rufino da Silva 030.998.101-85 PSF 01 Rua RL 01, 441 - Jardim Leblon 58 Francielly Stuelp de Almeida 056.503.611-42 PSF 01 Rua Moema, 3.230 - Planalto 60 Cleudeci Maria Gomes Fernandes Soares 981.757.341-91 PSF 01 Rua Miruna, 445 - Santo Antônio 62 Angélica de Jesus Paganardi 018.706.051-79 PSF 01 Rua RL 01, 624 - Jardim Leblon 63 Laís Cristina Monteiro da Silva 051.226.141-56 PSF 01 Rua Jaciporã, 160 - Santo Antônio 64 Ilma Ferreira 432.734.591-15 PSF 01 Rua Moema, 3.796 - Planalto 65 Angélica Carvalho 047.965.051-99 PSF 01 Rua Irajá, 185 - Santo Antônio 67 Deise Ferreira Vidal Passarelli 039.583.251-90 PSF 01 Rua Acocê, 742 - Jardim Ipanema 67 Késia Chaves de Andrade 036.074.551-20 PSF 01 Rua B, 189 - Residencial São Francisco 68 Rose da Silva Paganardi 026.480.851-73 PSF 01 Rua Amélia, s/n - Jardim Clementina 69 Rafaeli Fernandes da Silva 060.697.991-35 PSF 01 Rua Ceci, 799 - Planalto 71 Ana Paula Dias da Silva 005.320.713-01 PSF 01 Rua Jaciporã, 909 - Santo Antônio 74 Luziane Andrade Coelho Pereira 026.401.821-45 PSF 01 Av. Botocudos, 1.151 - Santo Antônio 75 Wellen Dayane Paulina Jeronimo Rosendo 019.984.441-04 PSF 01 Rua A, 185 - Residencial São Francisco 76 Geane Souza Ribeiro 037.970.361-08 PSF 01 Rua B, 244 - Residencial São Francisco 77 Elizangela Souza Quirino 036.103.011-80 PSF 01 Rua RL 01, 515 - Jardim Leblon 79 Cleuza Maria Rufino 206.478.548-56 PSF 01 Rua A,123-Residencial São Francisco 80 Nilcelene Gonçalves da Silva 982.290.521-15 PSF 01 Rua Jaciporã, 190 - Santo Antônio 81 Josiane da Silva de Souza 985.713.971-04 PSF 01 Rua Cecy, 890 - Planalto 82 Maria de Fátima Paulino Fontaneli 780.259.581-91 PSF 01 Rua RL 02, 221 - Jardim Leblon 83 Rosangela Oliveira Neto 014.679.311-01 PSF 01 Rua Cecy, 67 - Santo Antônio 84 Lidiane Aparecida Coimbra 048.402.381-03 PSF 01 Rua Carolina, 200 - Jardim Clementina 85 Beatriz Gondin de Oliveira 971.856.981-20 PSF 01 Av. Botocudos, 1.073 - Santo Antônio 87 Dagmar Figueiredo Leite Moura 015.205.671-89 PSF 01 Rua Ceci, 467 - Planalto 88 Vera Janes Pereira de Morais 022.

454.671-67 PSF 01 Rua RL 02, 355 - Jardim Leblon 89 Hélia Mara de Souza Figueiredo 012.505.641-90 PSF 01 Av. Botocudos, 1.117 - Santo Antônio 91 Cleire Godoi Brasileiro 006.119.011-22 PSF 01 Av. Xavantes, 810 - Santo Antônio 93 Márcia Aparecida de Almeida 008.780.391-71 PSF 01 Av. Botocudos, 869 - Santo Antônio 94 Vânia Lúcia da Silva Nascimento de Souza 048.693.511-61 PSF 01 Rua Jaciporã, 1.094 - Santo Antônio 95 Antônia Santos de Souza 015.846.111-89 PSF 01 Rua Jaciporã, 1.074 - Santo Antônio 97 Thais Ferreira Dias 062.359.821-35 PSF 01 Av. Botocudos, 1.212 - Santo Antônio 98 Thaynara Ferreira Dias 053.052.111-31 PSF 01 Rua Irerê, 601 - Santo Antônio 99 Ananda Cristyna Duarte de Souza 060.794.001-89 PSF 01 Rua Jaciporã, 1.064 - Santo Antônio 100 Maria Alves do Rego 031.407.631-07 PSF 01 Rua RL 01, 318 - Jardim Leblon 101 Giovana dos Santos Silva 059.735.011-67 PSF 01 Av. Botocudos, 761 - Santo Antônio 102 Andersandra Aires de Aquino 024.134.821-80 PSF 01 Av. Botocudos, s/nº - Santo Antônio 103 Merabi Rodrigues de Oliveira 001.532.481-81 PSF 01 Rua RL 02, Q. 05, Lote 12, 307 - Jardim Leblon 105 Elessandra Santana da Silva 001.876.731-10 PSF 01 Rua RL 01, 16 - Jardim Leblon 1 Suely Candida de Souza 015.409.611-33 PSF 02 Rua Itaúna, 532 - Santo Antônio 2 Angelica Maria da Silva 040.301.671-10 PSF 02 Rua Tapuias, 823 - Santo Antônio 3 Lucy da Silva Gomes 038.704.951-70 PSF 02 Rua Itauna - Santo Antônio 4 Clemilda Dias 009.418.391-09 PSF 02 Rua Tocantins, 1.077 - Santo Antônio 5 Kedma Rodrigues Silva 017.152.481-04 PSF 02 Rua Tocantins, 328 - Santo Antônio 8 Raiane Passele dos Anjos 026.229.441-95 PSF 02 Rua Tabajara, 486 - Santo Antônio 9 Débora Samai Rodrigues Ferreira 044.053.601-46 PSF 02 Rua Irajá, S/N - Santo Antônio 10 Marilene Marcelino dos Santos 060.697.881-09 PSF 02 Rua Bartira, 437 - Santo Antônio 12 Sirleni Cardoso Canovas 259.840.978-77 PSF 02 Rua Tocantins, 100 - Santo Antônio 13 Eliane Coelho e Silva 038.789.483-79 PSF 02 Rua Irajá, S/N - Santo Antônio 14 Francieni Jacobi Nogueira 036.757.331-81 PSF 02 Avenida Xavantes, 521 - Santo Antônio 15 Elidiane Coelho e Silva 029.968.883-67 PSF 02 Rua Itauna, 367 - Santo Antônio 16 Lucinei Soares de Lima 758.728.031-68 PSF 02 Rua Tapuias, 554 - Santo Antônio 17 Eliane Ferreira dos Santos Silva 003.403.421-88 PSF 02 Rua Tapuias, 893 - Santo Antônio 19 Eloisa Helena de Oliveira de Souza 014.485.541-01 PSF 02 Rua Jaú, 719 - Santo Antônio 20 Adriana Sebastião Macedo da Costa 031.405.321-21 PSF 02 Rua Irai, 444 - Santo Antônio 21 Thalita Ynnara Silva Santos 061.758.401-00 PSF 02 Rua Irere, 307 - Santo Antônio 22 Jessica Jaques Ribeiro e Silva 054.141.461-52 PSF 02 Rua Iporã, 721 - Santo Antônio 23 Geovana Hellen da Silva 059.515.081-00 PSF 02 Rua Itaúna, 554 - Santo Antônio 25 Maria Aparecida dos Santos 205.017.141-20 PSF 02 Rua Tapuias, 605 - Santo Antônio 26 Erineia Vieira Lima 919.296.521-00 PSF 02 Rua Tabajara, 386 - Santo Antônio 27 Edilaine de Sousa Gomes 004.318.321-29 PSF 02 Rua Jaú, 45 - Santo Antônio 28 Jacilene Dias da Costa 745.315.143-00 PSF 02 Avenida Botocudos, 505 - Santo Antônio 29 Francielli Denize Stefanello 024.446.631-95 PSF 02 Rua Iraí, 328 - Santo Antônio 30 Zelma Moises da Silva Santos 002.614.681-97 PSF 02 Rua Tocantins, 643 - Santo Antônio 32 Vanessa de Souza Siqueira 060.490.641-21 PSF 02 Rua Tabajara, 974 - Santo Antônio 35 Valéria de Souza Siqueira 053.682.061-94 PSF 02 Rua Irajá, 718 - Santo Antônio 37 Cleidimar Vieira Neves da Silva 453.212.801-34 PSF 02 Rua Tabajara, 206 - Santo Antônio 39 Rosa Gomes da Silva 015.337.261-32 PSF 02 Rua Irere, 40 - Santo Antônio 40 Aparecida Maria de Sena 341.972.548-57 PSF 02 Rua Itaúna, 807 - Santo Antônio 41 Gislaine Gimenes da Silva Fernandes 040.570.051-29 PSF 02 Rua Itaúna, 179 - Santo Antônio 42 Jaqueline Inacio Roesler Machado 019.851.491-33 PSF 02 Rua Iporans, 385 - Santo Antônio 43 Thaina de Souza 061.530.391-97 PSF 02 Rua Tabajara, 969 - Santo Antônio 45 Marciele Mariano de Souza 001.286.471-40 PSF 02 Rua Tocantins, 51 - Santo Antônio 46 Marcela Gonçalves Quirino 051.824.561-66 PSF 02 Avenida Xavantes, 541 - Santo Antônio 47 Camila Silva Santos 017.409.711-59 PSF 02 Rua Irajá, 405 - Santo Antônio 48 Helena Queiroz da Silva 061.688.751-58 PSF 02 Rua Itaúna, 200 - Santo Antônio 51 Hellen Patricia Araujo da Costa 061.445.841-29 PSF 02 Rua Tocantins, 111 - Santo Antônio 54 Lorrainy Fernandes Ferreira 055.198.351-52 PSF 02 Rua Bartira, 854 - Santo Antônio 55 Roseni Ferreira da Silva 798.068.131-20 PSF 02 Rua Acoçê, 414 - Santo Antônio 56 Sheila Santana de Oliveira 021.990.141-42 PSF 02 Rua Tabajara, 251 - Santo Antônio 57 Daniela Baca 026.002.271-30 PSF 02 Rua Tabajara, 929 - Santo Antônio 58 Maria Auxiliadora Sampaio 001.646.271-89 PSF 02 Rua Itauna, 465 - Santo Antônio 59 Juliana Diniz Felipe de Souza 018.532.471-11 PSF 02 Rua Iporã, S/N, Quadra 231, Lote 19 - Santo Antônio 60 Aparecida Ferraz de Matos dos Santos 002.002.321-9 3 PSF 02 Rua Irajá, 761 - Santo Antônio 61 Kenia Aparecida Nunes da Silva Santana 029.827.931-21 PSF 02 Avenida Botocudos, S/N - Santo Antônio 62 Claudia Maciel Esteves 028.896.991-02 PSF 02 Rua Tabajara, 638 - Santo Antônio 63 Maria Helena Ferreira Neves 847.804.101-00 PSF 02 Rua Tapuias, 1.189 - Santo Antônio 64 Matheus Ferreira Neves 062.016.311-94 PSF 02 Rua Tapuias, 1.199 - Santo Antônio 65 Joselita Alves Gomes 943.131.211-53 PSF 02 Rua Tapuias, 988 - Santo Antônio 66 Patricia Carmen Galvão Reis 059.802.621-56 PSF 02 Avenida Botocudos, 896 - Santo Antônio 68 Elaine Gonçalves Aires 010.548.661-20 PSF 02 Rua Irere, 334 - Santo Antônio 70 Rosimeire dos Santos Teixeira 040.227.081-90 PSF 02 Avenida Tupiniquins, 2.506 - Santo Antônio 71 Elisangela Misael de Morais 005.755.141-32 PSF 02 Rua Iporã, 210 - Santo Antônio 72 Flavia Maximino dos Santos 030.924.311-46 PSF 02 Rua Irajá, 541 - Santo Antônio 74 Maria Paizinha dos Santos Silva 265.863.551-68 PSF 02 Rua Tapuias, 419 - Santo Antônio 75 Salete Aparecida Soares 420.298.991-00 PSF 02 Rua Bartira, 740 - Santo Antônio 76 Nilza Lopes dos Santos 926.080.781-68 PSF 02 Rua Tabajara, 598 - Santo Antônio 77 Francisca de Souza Mendes Santos 995.412.541-87 PSF 02 Rua Tocantins, 298 - Santo Antônio 79 Larissa Fernanda Francelina Cruz Marques 022.377.391-37 PSF 02 Rua Iporans, 523 - Santo Antônio 80 Alda Teodora da Silva 780.721.151-20 PSF 02 Rua Acoçe, 504 - Santo Antônio 81 Fátima Antonio Elias 257.707.561-87 PSF 02 Rua Tabajara, 934 - Santo Antônio 84 Ana Paula Dias dos Santos 039.321.641-13 PSF 02 Rua Iraí, 769 - Santo Antônio 86 Maria Aparecida de Oliveira 667.027.471-87 PSF 02 Rua Tocantins, S/N - Santo Antônio 87 Valdirene de Sa de Souza 044.772.421-58 PSF 02 Rua Tocantins, 269 - Santo Antônio 89 Juracy dos Santos Silva 609.191.703-07 PSF 02 Rua Baituva, 877 - Santo Antonio 91 Rhaelita Campos Valente 062.107.071-81 PSF 02 Avenida Caetes, 41 - Santo Antônio 93 Lisiani Brum Leite 041.275.651-01 PSF 02 Rua Iraí, 555 - Santo Antônio 94 Janaína Soares Santos 046.787.231-70 PSF 02 Rua Jaú, 36 - Santo Antônio 97 Gisele de Souza Dourado 023.476.461-92 PSF 02 Avanida Caites, 24 - Santo Antônio 98 Mariana Maria da Silva de Moraes 051.407.541-42 PSF 02 Rua Tocantins, 31 - Santo Antônio 99 Michelly Stefany Macedo dos Santos 054.531.791-63 PSF 02 Rua Irerê, 225 - Santo Antônio 100 Gleidy Ferreira da Silva 022.920.421-00 PSF 02 Rua Acoçê, 473 - Santo Antônio 101 Cristiane Barbosa Francisco 053.311.171-47 PSF 02 Rua Iporans, 130 - Santo Antônio 103 Gheovana Pereira Teixeira 061.854.001-62 PSF 02 Rua Irerê, 206 - Santo Antônio 104 Durcilene Ferreira dos Anjos 037.981.071-90 PSF 02 Rua Tapuias, 904 - Santo Antônio 105 Sandra Fátima dos Reis 627.914.601-44 PSF 02 Rua Tapuias, 450 - Santo Antônio 106 Dayane Correia Frazão 053.542.611-98 PSF 02 Rua Iraí, 533 - Santo Antônio 107 Juliana dos Santos Silva Sotério 044.461.771-09 PSF 02 Rua Tapuias, 539 - Santo Antônio 108 Ana Paula Pereira da Silva 002.005.091-79 PSF 02 Rua Bartira, 733 - Santo Antônio 109 Francieli Souza Mendes Santos 059.980.461-02 PSF 02 Rua Tocantins, 298 - Santo Antônio 110 Karine Sussann Ferreira dos Santos 047.377.561-13 PSF 02 Rua Iporãns, 180 - Santo Antônio 111 Fabiane Pereira Martins 038.326.911-38 PSF 02 Rua Iporã, 246 Santo Antônio 112 Clarice Maria Dias 023.026.871-40 PSF 02 Rua Tocantins, 828 - Santo Antônio 113 Maristela Alves Martins Estevam 016.368.911-36 PSF 02 Rua Tocantins, 70 - Santo Antônio 114 Karine Nobres Diniz de Oliveira 039.006.021-66 PSF 02 Avenida Botocudos, 80 - Santo Antônio 115 Zilmara Gomes 031.429.981-52 PSF 02 Rua Acoçe, 120 - Santo Antônio 116 Celia Teixeira da Silva 569.548.081-72 PSF 02 Rua Irajá, 405 - Santo Antônio 1 Kamilla strojke Pereira 041.718.329-18 PSF 03 Rua Projetada- 1647 Bairro Planalto 2 Elielma Firmino Rodrigues 035.704.921-57 PSF 03 Rua Francisco Marteli 315 Bairro Planalto 3 Edicimar Teodoro de Souza 024.689.201-39 PSF 03 Rua

das Violetas n° 97 Jardim Aurora 4 Frederico Ramos Valadares 033.098.641-46 PSF 03 Rua Poguba n° 99 Jardim Planalto 5 Roselaine Silva de Souza 022.408.651-05 PSF 03 Rua Tamandaré 481 Bairro Jardim Planalto 6 Camila D Cruz Silva 061.089.391-25 PSF 03 Rua Tamandaré 481 Bairro Jardim Planalto 7 Marciene da Silva 040.662.624-30 PSF 03 Avenida Marajá 12 73 - Fundos Bairro Jardim Planalto 8 Jusciley da Silva 797.325.771-34 PSF 03 Rua Caiçara 36 91 Bairro Jardim Planalto 9 Gabriela Ribeiro 060.980.681-51 PSF 03 Rua Miruna n° 1078 Bairro Jardim Planalto 10 Giselly Almeida Rodrigues 053.089.651-61 PSF 03 Rua Juruce n° 3715 Bairro Jardim Planalto 11 Celso Ferreira da Silva 052.568.061-65 PSF 03 Rua Moema n° 3925 Bairro Planalto 12 Claudia Raquel dos Santos Silva 838.572.141-04 PSF 03 Rua Irerê n° 1360 Bairro Planalto 13 Zaine Janaine Domingues Pereira 019.712.351-13 PSF 03 Avenida Marajá n° 1263 Bairro Planalto 14 Núbia Andréia Oliveira do Carmo 959.013.451-34 PSF 03 Avenida Marajá n° 833 Bairro Planalto 15 Irene Martins Ferreira 007.069.181-93 PSF 03 Rua Tamandaré n° 969 Bairro Planalto 16 Pamella Rodrigues Carvalho Pereira 049.589.751-52 PSF 03 Rua Ortência n° 91 Jardim Aurora 17 Eunice Ruas de Abreu 483.539.651-00 PSF 03 Rua Caiçara n° 3705 Bairro Planalto 18 Vanusa Ferreira da Silva 061.719.851-98 PSF 03 Rua Moema n° 3467 Bairro Planalto 19 Roseli Pereira Rocha dos Santos 000.907.361-25 PSF 03 Avenida Marajá n° 727 Bairro Planalto 20 Angélica Cristina Vieira 019.876.131-71 PSF 03 Rua Tamandaré n° 901 Bairro Planalto 21 Ana Paula Vieira da Silva 029.453.311-79 PSF 03 Rua Jasmim n° 64 Jardim Aurora 22 Maria Natividade Feitosa 630.396.721-34 PSF 03 Rua Bartira n° 1378 Bairro Planalto 23 Everly Caroliny dos Santos Gouveia 054.045.801-51 PSF 03 Rua das Margaridas n° 398 Jardim Aurora 24 Solange Castro da Silva 015.846.101-07 PSF 03 Rua Miruna n° 970 Bairro Planalto 25 Suely Ferreira Santana 902.392.961-68 PSF 03 Rua Miruna n° 832 Bairro Planalto 26 Neide de França Pereira Mascarenhas 004.880.781-80 PSF 03 Rua Poguba n° 358 Bairro Planalto 27 Rosângela Camolezi dos Santos 537.343.511-20 PSF 03 Rua Miruna n° 960 Bairro Planalto 28 Aldenir Faustino Alves 389.898.591-15 PSF 03 Avenida Marajá n° 657 Bairro planalto 29 Ana Claudia dos Santos 018.399.801-41 PSF 03 Avenida Marajá n° 741 Bairro Planalto 30 Thaiza Alves Gouveia 046.199.451-88 PSF 03 Rua Poguba n° 37 Jardim Aurora 31 Cleia Garcia de Freitas Lima 012.141.851-00 PSF 03 Rua Tamandaré n° 1222 Bairro Planalto 32 Clari Leobet de Andrade 580.618.781-00 PSF 03 Rua das Carmélias n° 81 Jardim Aurora 33 Ivanildes de Jesus Lisboa Reinaldo 009.242.581-01 PSF 03 Rua Irerê s/n Bairro Planalto 34 Aline Fernandes Guimarães de Abreu 040.603.781-78 PSF 03 Rua Verbenas s/n Jardim Aurora 35 Mariana Dias de Oliveira 045.176.981-30 PSF 03 Rua Jurucê n° 1358 Bairro Planalto 36 Silvana Barros Lima dos Santos 965.681.431-20 PSF 03 Rua Poguba s/n Jardim Aurora 37 Sandra Moraes dos Santos 014.677.011-06 PSF 03 Rua das Margaridas n° 398 Jardim Aurora 38 Graciela Xavier da Cunha 933.599.501-00 PSF 03 Rua Jasmim n° 67 Jardim Aurora 39 Euzenilde Ferreira de Sousa Veiga 930.145.543-91 PSF 03 Rua Azaléia n° 165 Jardim Aurora 40 Alaíde da Costa Santos 651.581.051-20 PSF 03 Rua Azaléia n° 150 Jardim Aurora 41 Angela Abadia Aparecido Xavier 044.734.161-86 PSF 03 Rua Ceci n° 447 Bairro Planalto 42 Maria Aparecida Oliveira Lima da Silva 007.207.901-07 PSF 03 Rua Bartira n° 1250 Bairro Planalto 43 Janete Pereira Lopes França 940.180.061-87 PSF 03 Rua Moema n° 3679 Bairro Planalto 44 Dionicléia Gomes Roberto 029.463.211-50 PSF 03 Rua Tamandaré n° 599 Bairro Planalto 45 Sueli Garcia Dias 132.151.078-05 PSF 03 Rua Irajá n° 1258 Bairro Planalto 46 Leiva Adriana Michelato Maximino 919.477.581-87 PSF 03 Rua Caiçara n° 3761 Bairro Planalto 47 Katiane Raitz de Arruda 011.899.471-96 PSF 03 Rua Irajá s/n Bairro Planalto 48 Lucia Helena Inácio Cândido 003.656.821-01 PSF 03 Avenida Antônio Ferreira Sobrinho n° 3622 Bairro Planalto 49 Cristina Amorim Oliveira 022.508.501-19 PSF 03 Rua Caiçara n° 2470 Centro 50 Caroline Klesse Aguiar 050.709.031-44 PSF 03 Rua Projetada n° 1643 Bairro Planalto 51 Valentina Soares Barbosa Damasceno 061.074.731-22 PSF 03 Rua Projetada n°1635 Bairro Planalto 52 Iraci Elena Boccoli 574.125.530-20 PSF 03 Rua Ceci Qdra 181 lote 21 Apt 04 Bairro Planalto 53 Romantchelly Lorranny Batista Ferreira 047.853.051-00 PSF 03 Rua Tamandaré n° 761 Bairro Planalto 54 Vera Lucia Sulzbacher 487.444.501-25 PSF 03 Rua Jurucê n° 2514 Bairro Planalto 55 Sandra Aguiar de Oliveira 460.916.701-82 PSF 03 Rua Moema n° 3603 Bairro Planalto 56 Marciliane Braga Rodrigues 028.443.961-43 PSF 03 Avenidade Antônio Ferreira Sobrinho n° 2748 Bairro Planalto 57 Carla Patricia Algaranaz Atipo 703.509.251-00 PSF 03 Rua Jurucê n° 109 Centro 58 Edilaine Almeida Prado dos Santos 024.510.361-92 PSF 03 Avenida Antônio Ferreira Sobrinho n° 3515 Bairro Planalto 59 Tatiana Trajano Borges 056.089.871-10 PSF 03 Rua Tamandaré n° 915 Bairro Planalto 60 Lucyclaudia Pereira da Silva 031.353.611-28 PSF 03 Rua Moema n° 3583 Bairro Planalto 61 Bruna Kássia Pereira da Silva 053.618.021-07 PSF 03 Rua Irerê n° 798 Bairro Planalto 62 Cristiane Nogueira de Souza 050.507.341-26 PSF 03 Avenida Xavantes n° 1749 Bairro Planalto 63 Luzia Pereira Batista 001.727.691-83 PSF 03 Rua Tamandaré n° 761 Bairro Planalto 64 Leila Pereira Barbosa Monteiro 009.653.601-21 PSF 03 Rua Miruna n° 822 Bairro Planalto 65 Washington Vinicius Arantes dos Santos 059.126.931-71 PSF 03 Rua Moema n° 3339 Bairro Planalto 66 Rosemilda da Silva Barros 029.944.081-80 PSF 03 Rua Moema n° 3593 Bairro Planalto 67 Amanda da Silva Santana 060.215.671-88 PSF 03 Rua Moema n° 3593 Bairro Planalto 68 Tatiane Rocha da Silva 002.005.531-51 PSF 03 Rua Moema n° 3070 Bairro Planalto 1 Rejane Ines Artuso 795.444.799-53 PSF 04 Rua Jacira, 90 - São Sebastião 2 leonice Meireles de Carvalho 945.179.401-87 PSF 04 Avenida Piracicaba, 1239 - São Sebastião 3 Silvaneide Setubal de Araujo 981.757.261-72 PSF 04 Rua Ibirarema, 446 - São Sebastião 4 Priscilla de Souza Vasconcelos 031.552.151-19 PSF 04 Rua Jaciara, 25 - São Sebastião 6 Deoziani Simionatto 632.645.281-34 PSF 04 Rua VF 05, S/N - Vale Formoso 7 Rosangela da Conceição Feitosa 654.962.301-44 PSF 04 Rua Jacira, 160 - São Sebastião 8 Sandra Rodrigues da Silva 836.624.654-00 PSF 04 Rua Juruce, 29 - São Sebastião 10 Dalva Vitalino dos Santos 009.637.921-99 PSF 04 Rua Guaracy, 271 - São Sebastião 11 Simone de Oliveira 007.713.461-31 PSF 04 Rua Guaracy, 328 - São Sebastiã o 12 Thalita Simeia Silva Zahn 063.432.31-52 PSF 04 Rua Tupis, 928 - São Sebastião 13 Licia Silva Damaceno Filha Macedo 531.848.231-72 PSF 04 Rua Fv 01, 0 - Vale Formoso 14 Luana da Silva Souza 019.437.301-05 PSF 04 Rua Jacira, 595 - São Sebastião 15 Gabriela Garcia Cunha de Franca 949.550.341-87 PSF 04 Rua Guaiçara, 597 - São Sebastião 16 Joelma Prado Rodrigues 983.990.121-49 PSF 04 Rua Guaraci, 581 - São Sebastiã o 17 Viviane Bezerra da Silva 859.450.991-04 PSF 04 Rua Guaraci, 687 - São Sebastiã o 19 Tania Maria da Silva Souza 531.927.021-68 PSF 04 Rua Juruce, 300 - São Sebastião 20 Luciana Maria Peeira 632.638.901-15 PSF 04 Rua Caiçara, 149 - São Sebastiã o 21 Aldinéia Aparecida Martins da Silva 016.916.121-89 PSF 04 Rua Guaraci, 27 - São Sebastião 23 Crislaine Santos Castelli 028.817.291-42 PSF 04 Rua Jacira, 121 - São Sebastião 24 Ana Flávia da Silva Pereira 063.838.861-93 PSF 04 Rua Jaciara, 756 - São Sebastião 25 Silvani Araújo Figueredo 536.048.221-49 PSF 04 Rua Jaciara, 60 - São Sebastião 26 Luzia dos Santos Oliveira 324.538.171-91 PSF 04 Rua Caiçara, 385 - São Sebastião 27 Nataly cristina Xavier Fabian 016.274.891-42 PSF 04 Rua Irineu Batista Camilo, 580 - Vale Formoso 30 Jussinéia da Silva 487.453.321-34 PSF 04 Rua Jacira, 239 - São Sebastião 31 Eveline Andrea Machado 921.157.561-34 PSF 04 Rua Guaiçara, 468 - São Sebastião 34 Aline Mendes Legramante 066.593.754-73 PSF 04 Rua Iatararé, 385- Vale Formoso 39 Simone Aires de Souza 016.700.321-67 PSF 04 Rua Guaraci, 786 - São Sebastião 40 Radyelle Fernanda Silva de Oliveira 028.331.731-05 PSF 04 Rua Guaraci, 540 - São Sebastião 41 João Wellyngton Gomes Morais 091.185.964-01 PSF 04 Rua VF 09, 2210 - Res. Vale Formoso 42 Marilia Aparecida da Silva 048.884.589-01 PSF 04 Rua FV 01, Qd 16, Lote05 - Res. Vale Formoso 43 Leonete Terezinha Pagno Bueno 613.115.299-34 PSF 04 Rua Jacira, 497 - Vale formoso 44 Deyze Ferreira de Farias 048.929.601-79 PSF 04 Rua Timbiras, 1509 - São Sebastião 45 Dulcinete Magny Soares 848.399.961-72 PSF 04 Rua Cherente, 385 - São Sebastião 46 Michele Felix Rodrigues 060.011.451-13 PSF 04 Av. Antonio Ferreira Sobrinho, 10 - São Sebastião 47 Maria Cleide de Oliveira 621.198.771-49 PSF 04 Rua Guaiuvas - Vale Formoso 48 Patrícia Ferreira de Almeida 047.347.091-81 PSF 04 Rua

caiçara, São Sebastião 49 Maysis Gabrielle de Souza Pereira 045.379. 781-47 PSF 04 Rua Irahes, 989 - São Sebastião 50 Lucia Amorim de Souza 024.223.271-09 PSF 04 Rua dos Canários, 338 - Florais do vale 51 Ester de Fátima Souza 031.662.481-02 PSF 04 Rua Cherente. 545 - São Sebastião 52 Najara Barbosa de Oliveira 039.013.111-30 PSF 04 Rua Tupis, 1053 - São Sebastião 53 Regiane Carvalho Sampaio 021.174.571-50 PSF 04 Av. Antonio Ferreira Sobrinho, 91 - São sebastião 54 Maria Jussara de Souza 616.646.771-00 PSF 04 Rua Timbiras, 1027 - São Sebastião 55 Laise Santos Almeida 044.444.031-36 PSF 04 Rua Caiçara, 685 - São Sebastiã o 56 Ana Paula Rodrigues Paulino 045.710.031-10 PSF 04 Rua Caiçara, 689 - São Sebastião 57 Dayanny Grasielle Mendes Lourenço 921. 049.911-53 PSF 04 Rua Juruce, 620 - São sebastião 58 Rozenilda Oliveira da Silva Freres 950.024.721-68 PSF 04 Rua jacira, 664 - São Sebastião 59 Eniuva Machado Rosa 593.587.501-20 PSF 04 Rua 09, Qd 36, Lote 06 - Res. Vale formoso 60 Rosane de Souza Leite 032.695.521-65 PSF 04 Rua Guaranis, 915 - São Sebastião 61 Ivone Barbosa Dourado 772.962.221-15 PSF 04 Rua Guaicara, 51 - São Sebastiã o 62 Regiane Morais Lima Oliveira Rodrigues 022.951.451-04 PSF 04 Rua Tupi, 703 - São Sebastião 63 Giulyane Panlandim Santana 057.356.391-88 PSF 04 Rua Guaracy, S/N - São Sebastião 64 Rosangela Martins Pereira 569.458.411-20 PSF 04 Rua Caiçara, 690 - São Sebastião 65 Fernanda Lima dos Santos Rocha 000. 425.701-40 PSF 04 Rua Timbiras, 1542 - São Sebastião 66 Ana Letícia Porfirio Bragatto 057.356.491-40 PSF 04 Rua Guaraci, 251 - São Sebastião 67 Janete Borges da Silva 000.521.361-40 PSF 04 Rua Irahes, 1652 - São Sebastiã o 69 Fernanda Raquel Diniz da Silva 048.756.371-95 PSF 04 Rua Irineu Batista FV 01- Residencial Vale Formoso 70 Alyne Luiza da Silva Teixeira 061.398.111-12 PSF 04 Rua Guaracy, 300 - São Sebastião 72 Vania Sardinha Brazil 949.701.901-78 PSF 04 Rua Raimundo F. da Silva - Residencial vale Formoso 73 Alana Karine de Souza Almeida 045.824.681-60 PSF 04 Rua Tuiuiu, 95 - Flores do vale 74 Celio da Silva Carnauba 415.232.101-68 PSF 04 Rua Caiçara, 660 - São Sebastiã o 76 Maria Solange de Araujo 000.262.871-61 PSF 04 Rua carolina Alves de Oliveira, vale Formoso 79 Vittorya Dockhorn 032.144.131-12 PSF 04 Rua cayas, 784 - São sebastião 81 Telma Ferreira da Cruz Barbosa de Oliveira 006.562.931-01 PSF 04 Rua Rouxinóis, 721 - Florais do Vale 82 Judete Matos Vieira Silva 876.741.491-53 PSF 04 Rua Caiçara, 386 - São Sebastião 83 Valdeci Batista da gloria da Silva 015.399.431-27 PSF 04 Rua VF 07, Quadra 26, 230 - Vale Formoso 86 Rosiane Jesus da Silva 021.587. 781-05 PSF 04 Rua Guaiçara, 577 - São Sebastião 87 Alessandra Ramos da Silva 943.791.901-10 PSF 04 Rua Tupis, 811 - São Sebastião 92 Elaini Soares de Lima 009.456.201-60 PSF 04 Rua Irahes, S/N - São Sebastião 95 Rosa Lina da Silva Souza 051.674.211-60 PSF 04 Rua Caiçara, 280 - São Sebastião 98 Eliane Magni Soares 860.650.921-34 PSF 04 Rua Jurucê, 610 - São Sebastião 102 Marli Terezinha Bertotti 312.428.201-91 PSF 04 Rua Iraés, 1.244 - São Sebastião 106 Leticia Pereira Barbosa 038.392. 541-08 PSF 04 Rua Guaiçara, 70 - São Sebastião 109 Marcos Ferreira da Costa 010.804.501-30 PSF 04 Rua Iraés, 1.235 - São Sebastião 110 Elizete Lira Carvalho dos Santos 019.117.151-43 PSF 04 Rua Guaiçara, 161 - São Sebastião 111 Katia Silva Cruz Santana 003.853.911-02 PSF 04 Rua Guaraci, 231 - São Sebastião 113 Maria Raquel Santana Raitz 432.770. 631-00 PSF 04 Rua Iraés, 1146 - São Sebastião 115 Andreia de Souza 018.433.211-73 PSF 04 Rua Jacira, 313 - São Sebastião 1 Gisele da Silva Mari 067.482.711-26 PSF 05 Rua 04 Casa 131 Bairro Cohab são Lourenço 2 Leandra Resende dos Santos de Almeide 631.262.571-00 PSF 05 Rua B N° 586 Bairro Jardim Vitória 3 Marilene Lemes dos Santos 701.402. 691-77 PSF 05 Rua B N° 330 Bairro Jardim Vitoria 5 Mariani Medianeira Freitas De Miranda 568.681.381-72 PSF 05 Rua 09 Nº60 Cohab São Lourenço 5 Sandra Souza De Moraes 001.869.841-70 PSF 05 Rua 07 N 35° Bairro Zé Araça 7 Rosilda Pereira Rodrigues 946.618.801-10 PSF 05 Rua B N° 227 Bairro São Nicolau 10 Bartira Polyana dos Santos Hemonn 018. 667.771-57 PSF 05 Rua 05 casa 96 Bairro Zé Araça 12 Alessandra Mendes de Oliveira 035.032.181-73 PSF 05 Rua 05 Nº 103 Bairro Zé Araça 13 Silma Aguiar de Oliveira Gomes dos Santos 009.526.381-00 PSF 05 Rua 05 Nº 231 Bairro Jardim Boa Esperança 14 Maria De Fatima Paes Da Cruz 978.893.261-49 PSF 05 Rua 04 Quadra 03 Nº111 Cohab São Lourenço 15 Ana Paula Gomes Castro Dos Santos 012.929.301-60 PSF 05 Rua B Nº601 Jardim Vitoria 16 Rosely Balestrin Gomes 415.448.891-00 PSF 05 Rua 08 Quadra 07 Nº81 Cohab São Lourenço 17 Jessika Isnayra Silva Moreira Dos Santos 034.231.551-08 PSF 05 Rua 04 Quadra 03 Nº131 Cohab São Lourenço 19 Marcela Delfino De Araújo 011.304.171-31 PSF 05 Rua Rodriao Rodrigues S/N Vila Martins 20 Camila Gomes Sanches 034.066. 511-43 PSF 05 Rua 06 Nº66 Residencial Jose Araça 20 Flavia Silva Alcangelo 035.614.631-69 PSF 05 Rua 08 Nº101 Cohab São Lourenço 21 Francinne Moraes Feitosa 038.353.991-95 PSF 05 Rua 06 Nº54 Residencial Jose Araça 22 Eslaine Cardoso Santos Moraes 060.389.451-80 PSF 05 Rua 02 Nº160 Jardim Boa Esperança 23 Maria Lucia De Oliveira 453.585. 911-68 PSF 05 Rua 06 Nº71 Cohab São Lourenço 24 Patricia Ferreira Barbosa Felix 030.463.011-03 PSF 05 Rua 03 Nº140 Cohab São Lourenço 25 Rosenilde Alves Campos 867.173.081-68 PSF 05 Rua 09 N° 67 Residencial José Araça 26 Silvana Marques Costa 631.321.681-49 PSF 05 Rua B N°287 São Nicolau 27 Rosimeire Conceição Barbosa 925.046.121-68 PSF 05 Rua 06 N°59 Residencial José Araça 28 Eliene Rodrigues Dos Santos 016.144.831-32 PSF 05 Rua 06 N°76 Residencial José Araça 29 Raimunda Pereira de Souza de Oliveira 846.224.741-15 PSF 05 Rua Piuva Nº165 Cohab são Lourenço 30 Luciana Delfino Guimaraes 007.145.561-22 PSF 05 Rua Principal 330 Jardim Vitória 31 Priscila Magna Rocha De Medeiros 046.772.391-50 PSF 05 Rua 06 Casa 71 Residencial José Araça 32 Erika De Lima Pessoa 010.180.061-41 PSF 05 RUA 04 N °148 Residencial José Araça 33 Francieli Silva Santa Barbara 035.165.231-07 PSF 05 Rua 08 S/ N- Residencial José Araça 34 Nadja Maria Da Silva Ramos Zanella 019. 706.601-12 PSF 05 Rua 10 Nº76 - Residencial Jose Araca 35 Luana Soares Goncalves 025.878.951-46 PSF 05 Rua 02 Nº19 - Cohab São Lourenco 36 Andreia Rodrigues Da Silva 009.838.051-64 PSF 05 Rua B Nº84 Jardim São Nicolau 37 Maria Ivonete Dos Santos 028.531.773-35 PSF 05 Rua B Nº542 - Jardim São Nicolau 40 Jhonatan De Souza Farias 046..351. 661-39 PSF 05 Rua Rua 06 Nº62 Residencial Jose Araça 41 Izabel Alcangelo Da Silva 052.578.501-92 PSF 05 Rua 03 Nº155 - Residencial Jose Araça 41 Cleide Ferreira Dos Santos 901.924.431-00 PSF 05 Rua 07 Nº22 - Residencial Jose Araça 42 Lidiane Lino Martins 022.696.211-31 PSF 05 Rua 05 Nº81 - Cohab São Lourenç o 43 Amarinalva Santana De Oliveira 021.449.361-02 PSF 05 Rua 03 Quadra 03 Nº55 Cohab São Lourenço 44 Thais Cristina De Oliveira 045.404.081-43 PSF 05 Rua B Nº367 - Jardim Vitoria 45 Lucimara Januario Godoy 636.737.201-63 PSF 05 Rua B Nº 757 - Jardim São Nicolau 47 Alex Rocha Bispo 032.187.961-99 PSF 05 Rua B Nº20 Jardim Vitoria 48 Ana Beatriz Da Silva 045.900.601-08 PSF 05 Rua 08 Nº227 Cohab São Lourenço 49 Marinalva Joana Paes 940.003. 871-20 PSF 05 Rua 05 Nº97 Residencial Jose Araça 50 Marcilene Ferreira Dos Santos 654.714.661-87 PSF 05 Rua 06 Nº81 Residencial Jose Araça 51 Karyn Rayane Cruz Medeiros De Oliveira 063.457.011-06 PSF 05 Rua 07 Nº33 Residencial Jose Araça 52 Crislaine Ferreira Saraiva 046. 863.451-70 PSF 05 Rua 09 Nº100 Cohab São Louremço 53 Patricia Dutra Da Silva 013.276.411-35 PSF 05 Rua Principal Nº180 Jardim Vitoria 54 Vanusa Santos Da Silva 024.176.781-44 PSF 05 Rua A Nº130 Jardim Boa Esperança 54 Silvana de S. Dutra 003.590.471-22 PSF 05 Av. Cecilio J. Gaeta, Vila Martins 55 Maria Aparecida Oliveira Moter 531.907.691-68 PSF 05 Rua 06 Nº151 Cohab São Lourenço 56 Marina de Oliveira Castro 053.049.761-18 PSF 05 Rua 03 Q:03 Nº55 Cohab São Lourenço 57 Micaelle de Souza Carneiro Dourado Sampaio 052.895.251-06 PSF 05 Av. Cecilio Jesus Gaeta, Vila Martins 58 Antonio Traneisco Oliveira da Silva 024.510.983-16 PSF 05 Rua B Nº542 Jardim São Nicolau 59 Claythianna A. de O. da Silva 045.439.761-50 PSF 05 Rua Jaime José do Nascimento, Jardim Vitoria 60 Thamyres dos Santos Lourenço 063.047.321-80 PSF 05 Rua Cecilio Jesus Gaeta Nº235 Vila Martins 61 Luana Viana Satelis 036.230.862-40 PSF 05 Rua 13, Jardim Vitoria Nº660 62 Cariolanda Vanessa da Silva 081.422.654-00 PSF 05 Rua 09 nº 71 Bairro Cohab São Loureço 63 Vanne França da Silva 024.702.181-43 PSF 05 Rua 06 casa 06 Bairro Cohab São Lourenço 64 Queliane Carvalho Sampaio 047. 853.031.58 PSF 05 Av. Cecilio Jesus Gaeta, Jardim Vitoria 65 Edna Mo-

reira Caetano 017.149.481-45 PSF 05 Rua 07 Q.-07 Casa 40 Coab São lourenço 66 Tatiane Rosalino Pedroso 012.742221-84 PSF 05 Rua 05 Q 5 N° 30 Cohab São Lorenço 67 Valdirene Braga 025.255.601-16 PSF 05 Rua 07 Casa 100 Bairro Cohab São Lourenço 68 Francisca Eliene Gomes de Sousa 604.274261-20 PSF 05 Rua Arquimedes Pereira Lima Bairro Vila Martins 69 Simone Soares Lendengues 000.596.695-95 PSF 05 Rua G casa 56 Bairro Zé Araça 70 Lucilene Ferreira Torres 851.352.321-68 PSF 05 Rua B N° 239 Bairro Jardim Nicolau 71 Joseane Da Silva 003. 939.961-31 PSF 05 Rua 06 casa 06 Bairro Zé Araça 3 Darlei Pedro Sebastião Macedo 388.077.691-15 PSF 06 Rua 04,16-João de Barro 6 Claudinéia Gomes Costa 010.921.121-97 PSF 06 Rua 05, Q02,42,L1-Jardim Aeroporto II 7 Maria Quiteria da Silva Santos 260.670.898-90 PSF 06 Rua 01, Q 24, 781,L06-Aeroporto II 9 Roseli de Souza Lopes 008.231.081-55 PSF 06 Rua Pinto Martins ,227,Jardim Aeroporto 12 Andreia Cruz da Silva 030.830.541-81 PSF 06 Rua 17,213,Aeroporto II 13 Valteneia Carvalho Ferreira 009.958.561-84 PSF 06 Rua 11,Q08,52-Jardim Aeroporto II 14 Gabriela de Souza Alves 027.098.771-12 PSF 06 Rua 20,30,Q 22, L03-Aeroporto II 17 Laura Rodrigues dos Santos Ribeiro 018.356.821.46 PSF 06 Rua Pinto Martins,122-Jardim Aeroporto 18 Wanderson Oliveira Rodrigues 053.548.711-82 PSF 06 Rua Hercilio Luz,24-Jardim Aeroporto 20 Rosa Cristina Arantes 604.286.941-87 PSF 06 Rua 13,Q10,162-Jardim Aeroporto II 22 Fabiana Candida da Silva 020.477.361-02 PSF 06 Rua Marechal Rondon, 20-Jardim Aeroporto II 24 Ketlyn Fronza 060.534.801-42 PSF 06 Rua 16,Q18, 30-Aeroporto II 25 Larissa Lorraine Valerio Nascimento 045.823.681-07 PSF 06 Rua H,12-Jardim Aeroporto 28 Silvana Ribeiro dos Reis 986.396.761-00 PSF 06 Rua 18,Q19,L20-Jardim Aeroporto 29 Josiane Souza de Oliveira 013.653.841-01 PSF 06 Rua 16,71-Luiz Martelli 30 Ivanete Aparecida da Silva 978.736.161-34 PSF 06 Rua 04,Q01,L01,132-Jardim Aeroporto II 33 Maria Aparecida Mendonça 957. 105.741.04 PSF 06 Rua 01,751-Aeroporto II 37 Deyse Lohana Jeronimo Pinheiro 061.128.361-14 PSF 06 Rua Sem denominação,153,L22,Q11,Jardim AeroportoII 38 Daniela Araujo Souza 046.787. 201-54 PSF 06 Rua K, 3 - Jardim Aeroporto 39 Wania Jane Molina 535. 569.171-49 PSF 06 Rua Pinto Martins ,85,Jardim Aeroporto 40 Luceny da Silva Gomes 036.304.651-88 PSF 06 Rua 13,Q9,223-Jardim Aeroporto II 45 Maria Denise Vieira da Silva 040.297.361-57 PSF 06 Rua 06,Q02,87,L06-Jardim Aeroporto II 46 Rafael de Souza Franco 060.618. 481-37 PSF 06 Rua 11,Q08,62-Jardim Aeroporto II 49 Edipamela Oliveira de Campos 061.855.821-71 PSF 06 Rua 18,61-Jardim Aeroporto II 50 Marta Geriel Soares de Campos 025.022.981-13 PSF 06 Rua 13,232-Jardim Aeroporto II 52 Valzirene da Silva Xavier 031.072.831-26 PSF 06 Rua 10,53,Q06-Jardim Aeroporto II 55 Wellita Marcia Oliveira de Jesus 048.847.201-64 PSF 06 Rua 01,721-Jardim Aeroporto II 61 Micilene Mota dos Santos 067.977.001-16 PSF 06 Rua 04,142-Aeroporto II 62 Maria Aparecida Carmo da Silva 015.877.921-50 PSF 06 Rua Guararapes,94-Jardim Aeroporto 63 Geiny Engels da Silva 042.187.481-36 PSF 06 Rua 15,Q17,30-Aeroporto II 65 Tatiane Cristina Moura de Oliveira 043. 705.731-30 PSF 06 Rua 16,Q13,142-Jardim Aeroporto II 67 Maria Aparecida Melo 537.240.971-15 PSF 06 Rua Marechal Rondon, 99-Jardim Aeroporto 68 Marcia Godoy de Lima 003.321.421-24 PSF 06 Rua 8,82,L05,Q05-Jardim Aeroporto II 70 Géssica Moraize de Matos da Silva 047.304.851-57 PSF 06 Rua 21,Q22,L11,101-Jardim Aeroporto II 71 Linicker Viana Conrado dos Santos 061.230.761-16 PSF 06 Rua 14,202,Jardim Aeroporto II 76 Thaís Camila Ferreira Macedo 061.248.851-90 PSF 06 Rua A,76-Jardim Esmeralda 78 Josina Eliete dos Santos 042.458.524-37 PSF 06 Rua principal,70-Jardim Esmeralda 80 Katiússi Miranda da Silva 020.705.561-07 PSF 06 Rua 10,92,Q07-Luiz Martelli 81 Vanessa Batista da Silva 007.481.601-24 PSF 06 Rua 01,L09,Q23,503-Jardim Aeropoto II 82 Andreia Moraes de Carvalho 019.096.761-79 PSF 06 Rua 4,13-João de Barro 83 Silvana Jesus Modesto 000.700.201-75 PSF 06 Rua 17,Q18,31-Jardim Aeroporto II 85 Julia Cavalcante Barbieri 054.731. 771-90 PSF 06 Rua 15,51-Jardim Aeroporto II 86 Creusa Maria de Jesus Cavalcante 630.512.451-20 PSF 06 Rua 15,51-Jardim Aeroporto II 88 Claudiane Ferreira de Melo 014.483.431-05 PSF 06 Rua Pinto Martins,216-Jardim Aeroporto 89 Viviane de Oliveira 024.306.051-39 PSF 06 Rua 19,Q20,61-Jardim Aeroporto II 91 Thays Nafaella Vieira de Souza Chaves 041.691.801-86 PSF 06 Rua Afonso Pena,65-Jardim Aeroporto 92 Nubia Rodrigues da Silva 031.407.801-09 PSF 06 Rua 10,Q06,63-Aeroporto II 94 Milena Gonçalves de Jesus Santana 062.332. 801-17 PSF 06 Rua Afonso Pena,146-Jardim Aeroporto 96 Aldo Alves Bezerra 903.843.851-68 PSF 06 Rua 16,Q17,L15, casa 81- Jardim Aeroporto II 97 Fernanda Catia Galdina da Costa 057.877.841-62 PSF 06 Rua 7,96-Jardim Esmeralda 98 Jaine Pinheiro de Andre 028.553.611-76 PSF 06 Rua 9, 75, Jardim Esmeralda 3 Erica Cristina de Souza 023.581.551-95 PSF 07 Rua 05, 151 - Flamboyan 4 Pamela Fernanda Faustino Dultra 045. 884.921-95 PSF 07 Rua ibitinga, 275- Santa Luzia 6 Silmara Alves Rodrigues 042.968.561-03 PSF 07 Rua Ibitinga, 81 - Santa Luzia 7 Naglia Lorraynne Campos 031.556.391-56 PSF 07 Rua 06, 166 - Flamboyan 8 Flávia Alves Cabral 031.903.891-28 PSF 07 Rua Tupis, 348 - Santa Rita 9 Maria Neri Félix de Souza 604.392.031-04 PSF 07 Rua Moema, 100 - Santa Rita 10 Tamiris Macedo Pinheiro 031.686.021-24 PSF 07 Rua Itatinga, 300 - Santa Luzia 13 Luciana de Freitas Rodrigues 009.826.041-30 PSF 07 Rua Ibitinga, 11 - Santa Luzia 14 Bianca Antonia Farias Benites Rodrigues 047. 938.311-17 PSF 07 Rua Iraes, 761 - Santa Rita 15 Polyana Paula dos Reis 018.472.901-75 PSF 07 Rua Guaranis, 250 - Santa Luzia 16 Alynny Cezario de Carvalho 053.353.201-92 PSF 07 Rua Itararé, 110 - Santa Rita 17 Suely Aparecida Garcia Rocha Gonçalves da Silva 998.067.381-87 PSF 07 Rua Ibitinga, 71 - Santa Luzia 18 Marlucia Borba de Souza 004.700. 881-41 PSF 07 Rua Iatraré, 251 - Santa Rita 22 Claudete Cezario Bispo 011.635.591-30 PSF 07 Avenida Pagé, 83 - Santa Rita 23 Selma Santos Felix 014.520.331-02 PSF 07 Rua Ibitinga, 645 - Santa Luzia 24 Gabriella Borba Borges 060.792.931-61 PSF 07 Rua Tupi, 426 - Santa Rita 25 Elisangela de Souza Silva 879.838.341-87 PSF 07 Rua Itararé, 820 - Santa Rita 26 Silvia Ferreira da Silva 000.260.911-86 PSF 07 Rua Itararé, 250 - Santa Rita 28 Dilcleia Figueiredo Lero 000.822.301-70 PSF 07 Rua Tupi, 318 - Santa Rita 29 Rosimeire Nunes de Aprinio 361.673.471-15 PSF 07 Rua R8, Lote 03, Qd 17, 159 - Flamboyant 30 Catiele Passele dos Santos 061.003.431-69 PSF 07 Rua 05, 97 - Flamboyant 31 Adelina Maria de Oliveira Moreira 034.861.111-08 PSF 07 Rua Itatinga, 119 - Santa Luzia 32 Flávia Vendruscolo 009.550.850-39 PSF 07 Rua Reima, 393 - Santa Rita 33 Valéria Celeri Vieira 023.240.731-29 PSF 07 Rua Ibitinga, 508 - Santa Luzia 35 Camilla dos Santos Pessoa dos Santos 034.115.991-38 PSF 07 Rua Jose Maria Martins, 24 - Vila Martins 37 Priscila Santos Silva 008. 475.681-05 PSF 07 Rua Itatinga, 769 - Santa Luzia 39 Carla Luíza Carraro 020.362.701-66 PSF 07 Rua Moema, 570 - Santa Rita 40 Aline de Oliveira Ferreira Leite 061.134.551-06 PSF 07 Rua Elima, 442 - Santa Rita 41 Geusa Andre dos Santos 045.819.081-08 PSF 07 Rua Itarare, 801, Kitnet 04 - Santa Rita 42 Maria Aparecida Trajano da Silva 925.966.221-49 PSF 07 Avenida Pagé, 44 - Santa luzia 46 Simone Rodrigues da Cruz 051.197. 131-14 PSF 07 Rua Moema, 220 - Santa Rita 48 Fernanda Cardoso da Silva 992.012.401-04 PSF 07 Rua Moema, 301 - Santa Rita 49 Vanderleia Franco 549.590.390-00 PSF 07 Rua Goianases, 630 - Santa Rita 50 Rita de Cássia Gonçalves Queiroz 875.432.731-87 PSF 07 Rua Guaranis, 320 - Santa Luzia 51 Lais Gabriele Lima Souza 058.732.721-90 PSF 07 Rua Guaranis, 430 - Santa Rita 52 Mayra Gabriele Lima de Souza 058. 732.511-93 PSF 07 Rua Guaranis, 430 - Santa Rita 53 Lizangela Maria de Lima Souza 962.335.241-72 PSF 07 Rua Guaranis, 430 - Santa Rita 54 Ijanete Ferreira da Silva 828.259.391-53 PSF 07 Rua Guaianazes, 451 - Santa Rit a 55 Maria Graciela dos Santos Pereira 032.028.811-08 PSF 07 Avenida Piracicaba, 135 - Santa Luzia 56 Adjanira Alves dos Santos 667. 029.331-34 PSF 07 Rua VF, 09, 108 - Vale Formoso 57 Eduarda de Oliveira Ananias 043.466.191-00 PSF 07 Rua Moema, 757 - Santa Rita 58 Valdiana Batista Neves da Silva 979.913.501-00 PSF 07 Rua Ibitinga, 41 - Santa Luzia 61 Luzia Gabriele Xavier Felix 016.833.231-06 PSF 07 Avenida Pagé, 866 - Santa Luzia 63 Cristiane Amorim de Araujo 031.503.861-60 PSF 07 Rua Moema,161 - Santa Rita 64 Janaina Ferreira Bueno 937.626. 821-00 PSF 07 Av. Antonio Ferreira Sobrinho, 290 - Santa Rita 66 Doraci Mendes de Oliveira 912.693.001-30 PSF 07 Rua Itarare, 129 - Santa Rita

67 Graciela Gomes da Silva 030.233.261-85 PSF 07 Rua Guaranis, 291 - Santa Luzia 69 Luana Andrade Silva 018.478.411-55 PSF 07 Rua Tupi, 328 - Santa Rita 70 Maria Gloria Gomes da Silva 001.465.211-02 PSF 07 Rua Itatinga, 611 - Santa Luzia 71 Juliene da Silva Jesus 052.520.251-00 PSF 07 Rua Itararé, 340 - Santa Rita 72 Andreia Cruz da Costa 885.968. 261-49 PSF 07 Rua Itatinga, 260 - Santa Luzia 73 Alessandra Aparecida de Souza 013.733.251-35 PSF 07 Rua Cinco, s/nº - Flamboyant 74 Thalita Lopes Ferraz 046.714.031-61 PSF 07 Rua Tupi, 219 - Santa Rita 75 Amanda Cezario Carvalho 060.702.271-07 PSF 07 Rua Itararé, 110 - Santa Rita 76 Anair Cezário Feitosa 458.238.201-00 PSF 07 Rua Itararé, 110 - Santa Rita 77 Josiane Mendes Ferreira Silva 894.566.295-20 PSF 07 Rua Irahes, 159 - Santa Luzia 78 Daniela Roberta Bezerra da Silva 003.853. 921-76 PSF 07 Rua Itatinga, 456 - Santa Luzia 79 Luciana Alves de Oliveira 049.605.811-82 PSF 07 Rua Ibitinga, 532 - Santa Luzia 81 Marilza Barbosa Dourado 531.641.991-04 PSF 07 Avenida Washington Luiz, 115 - Vila Martins 81 Sonia Cristina Gonçalves 286.893.188-01 PSF 07 Rua Itatinga, 404 - Santa Luzia 82 Maria Alves Eleoterio Pinheiro 017.574.101-80 PSF 07 Rua Ibitinga, 212 - Santa Luzia 83 Laureny Dias Nunes Dapper 925.844.621-68 PSF 07 Rua Guaranis, 508 - Santa Rita 84 Paloma de Souza Bezerra 059.312.791-99 PSF 07 Avenida Pagé, 668 - Santa Luzia 85 Fabiana Cristina Queiroz da Silva 009.809.791-10 PSF 07 Rua Itararé, 240 - Santa Rita 86 Luciene da Silva Almeida 957.027.171-04 PSF 07 Rua Guaianazes, 208 - Santa Rita 87 Micheli Araujo Girotto 060.636.771-35 PSF 07 Rua Moema, 280 , Lote 06 - Santa Rita 88 Naiara Moreira de Souza 063.163.251-42 PSF 07 Rua Guaianazes, 131 - Santa Rita 89 Daiany Nunes Schwenk Neto 025.778.131-55 PSF 07 Rua 04, 163 - Flamboyant 90 Anderson França Neto 024.573.641-75 PSF 07 Rua 04, 163 - Flamboyant 92 Maria Aparecida Lima de Souza 559.406.171-15 PSF 07 Rua Guaianazes, 328 - Santa Rita 94 Roseli Lemes da Silva 566.173.059-49 PSF 07 Rua Cinco, Qd 08, Lt 15 - Flamboyant 95 Katyuisia Rosa Knebel 039.307.091-39 PSF 07 Avenida Piracicaba, 279 - Santa Luzia 96 Erisvane Lima dos Santos 025.041.921-18 PSF 07 Rua Itatinga, 179 - Santa luzia 97 Marinês Lima Martins da Silva 037.687.011-74 PSF 07 Rua Itatinga, 631 - Santa Luzia 98 Antonio Rocha da Costa Junior 052.213.341-00 PSF 07 Avenida Pagé, 293 - Santa Rita 100 Cleidiane da Silva Pereira 419.591.848-06 PSF 07 Rua Ibitinga, 265 - Santa Luzia 101 Bruna Karolaine dos Santos Silva 060.783.071-93 PSF 07 Rua Guaranis, 62 - Santa Rita 102 Ana Eliza Aparecida da Costa Moreira 047.710.811-31 PSF 07 Avenida piracicaba, 67 - santa Luzia 105 Rosangela Ferreira Nunes 550. 146.901-49 PSF 07 Rua Itararé, 121 - Santa Rita 106 Jaqueline da Silva Cruz 023.736.421-23 PSF 07 Rua Itatinga, 792 - Santa Luzia 107 Franciele Oliveira dos Santos 009.418.341-40 PSF 07 Rua Itatinga, s/nº - Santa Luzia 108 Gercilene Teles dos Santos 009.618.961-40 PSF 07 Avenida Piracicaba, 135 - Santa Luzia 109 Eliane Lima da Silva 023,597.441-27 PSF 07 Rua R6 , 19 - Flamboyant 110 Josiane Mendonça da Silva 052.335. 271-97 PSF 07 Rua Moema, 432 - Santa Rita 111 Eliane Zacarias Gomes 015.879.451-69 PSF 07 Rua Guaianazes, 300 - Santa Rita 112 Maria Aparecida Paes de Souza 817.500.301-44 PSF 07 Rua Itatinga,873 - Santa Luzia 113 Welyta Ferreira Lima 022.684.111-17 PSF 07 Rua Itararé, 651 - Santa Rita 114 Janaina de Jesus Ferreira 054.507.901-79 PSF 07 Rua Antonio Ferreira Sobrinho, s/nº - Santa Rita 114 Sirlene Borges da Silva 930.516.031-04 PSF 07 Rua Tupi, 583 - Santa Rita 115 Walkiria Pereira dos Santos Carneiro 017.230.611-66 PSF 07 Rua Itararé, 140 - Santa Rita 118 Liliane Passarelli 015.826.911-00 PSF 07 Rua Moema, 221 - Santa Rita 120 Jessyca Carla da Silva Santos 061.143.991-37 PSF 07 Avenida Piracicaba, 02 - Santa Luzia 121 Thais Daniele Ferreira Braga 043.062. 261-90 PSF 07 Rua Itarare, 310 - Santa Rita 122 Isaura Dias dos Santos Jorge 019.347.721-19 PSF 07 Rua Guaianazes, 581 - Santa Rita 123 Maycon Douglas Araujo Souza 036.422.571-86 PSF 07 Rua R8, Qd 19 - Flamboyant 1 Silvana Racis 460.895.511-04 PSF 08 Rua Magno n° 116 - Florais do Planalto 2 Abda Naianny do Nascimento Oliveira 049.067..981-10 PSF 08 Rua Guainazes n° 977 - Centro 4 Vitória Caroline Souza Rodriguês 062.099.871-76 PSF 08 Rua Castanheira n°107 - Florais do Planalto 5 Stefani Carolinie Silva Souza 028.495.332-62 PSF 08 Rua Ipê Amarelo L 05 Qda 05 - Florais do Planalto 7 Natália Figueiredo de Souza 033.808. 371-56 PSF 08 Rua Ibitinga - Nova Jaciara 8 Valkíria Alves Ferreira 003. 565.911-40 PSF 08 Rua Guaicurus N°68 - Nova Jaciara 9 Rejaine Cristina Souza 007.154.481-02 PSF 08 Rua Jurema N°72 n- Centro 10 Fabiana Cristina de Souza Almeida 031.431.301-05 PSF 08 Rua Potiguaras N°99 - Florais do Planalto 11 Débora Emili Trajano 060.526.001-01 PSF 08 Rua Ibitinga N°773 Kitnet - Nova Jaciara 12 Kellen Pottrat dos Santos 036.850. 261-94 PSF 08 Rua Jatobá N° 155 - Florais do Planalto 13 Hosana Aparecida Pereira dos Santos 932.648.281-20 PSF 08 Rua Itatinga N°1148 - Nova Jaciara 14 Wender Santos Cruz 062.855.601-29 PSF 08 Rua Araucária - Florais do Planalto 15 Karolayne Monique da Silva Santos 061.292. 951-54 PSF 08 Rua Araucária - Florais do Planalto 16 Jaqueline Rodrigues Pereira 031.407.221-76 PSF 08 Rua Itararé N°1739 - Centro 17 Marildes Rodrigues Pereira 621.132.241-00 PSF 08 Rua Itararé N°1739 - Centro 20 Marília Dourado Paulino 063.153.811-97 PSF 08 Rua Umburuna, 0 - Florais do Planalto 21 Geni Freitas de Almeida 933.182.781-49 PSF 08 Rua Tupiniquins, 2037 - Centro 22 Maria Rosilda dos Santos 059.293.884-07 PSF 08 AV. Tupiniquins, 2017 - Vila Santo Antônio 23 Aline Moraes de Souza 041.126.831-70 PSF 08 Rua Guaianases, 970 - Centro 24 Marilene Aparecida Porfirio 964.990.609-68 PSF 08 AV. Tupiniquins, 58 - Nova Jaciara 24 Patricia Simone Rauber 001.111.021-03 PSF 08 Rua Guaraci, 857 - Centro 25 Priscila Juliana Bufeti 423.514.818-44 PSF 08 Rua Castanheiras, 140 - Florais do Planalto 26 Elói Larissa Santos da Silva Carvalho 117.510.074-99 PSF 08 Rua Caiçara, 1320 - Centro

LISTA DE INSCRIÇÕES INDEFERIDAS - PROCESSO SELETIVO 001/ 2017-SMS

Número inscrição Nome Completo CPF Área de atuação Endereço onde reside 3 Silvia Maria Ribeiro dos Reis 002.015.281-77 PSF 01 Rua Cecy - Vila Planalto 5 Gislaine Silva da cruz 027.860.451-00 PSF 01 Rua Helena - Jardim Clementina 6 Taiamara Justino Gomes 019.380.831-50 PSF 01 Avenida Botocudos, 299 - Santo Antônio 9 Kamila Alves Florencio 025. 142.711-00 PSF 01 Rua Beatriz - Jardim Clementina 10 Erissandra Vieira da Silva 031.198.591-25 PSF 01 Rua Francisco Martelli, 449 - Jardim Leblon 12 Dalilia Mascarenhas da Silva 843.359.985-20 PSF 01 Rua Carolina - Jardim Leblon 14 Marta Rodrigues de Carvalho 828.396.461-53 PSF 01 Rua RL 01, Qdra 8, Lote 15 - Jardim Leblon 15 Rafaela de Oliveira Pereira 050.296.041-89 PSF 01 Rua RL 02, 473 - Jardim Leblon 20 Tatiana Ibanhez de Souza 001.718.261-16 PSF 01 Rua Carolina, 491 - Jardim Leblon 21 Claudiane Souza da Silva 096.182.964-82 PSF 01 Rua RL 05, 283 A - Jardim Leblon 22 Daiane Pereira Bittencourt 054.419181-10 PSF 01 Rua Eva, 30 - Jardim Clementina 23 Laiane Gaspar Bitencourt 062. 307.111-84 PSF 01 Rua RL 02, 113 - Jardim Leblon 24 Elissandra Barbosa da Silva 013.729.651-73 PSF 01 Rua ?,215-Residencial São Francisco 27 Ivanice Martins de Moraes de Oliveira 962.263.231-91 PSF 01 Rua RL2,491-Jardim Leblon 30 José Claudio Deodato dos Santos 461. 560.178-60 PSF 01 ? 37 Janaína Lima dos Santos 016.916.151-02 PSF 01 Rua RL 02 - Jardim Leblon 38 Sonia Aparecida Santos Alves Gomes 024.198.081-00 PSF 01 Rua RL1,402-Jardim Leblon 40 Josimara Cristina da Silva 042.974.551-61 PSF 01 Rua RL1,258-Jardim Leblon 44 Thaís Nogueira de Souza 060.688.941-85 PSF 01 AV. Botocudos N° 1490 - Jardim Clementina 47 Deisiane dos Santos Almeida 059.752.811-05 PSF 01 Rua RL1 Qdra 09 Nº491 - Jardim Leblon 56 Daniela Alves da Costa 031. 242.251-20 PSF 01 Rua RL1 - Jardim Leblon 59 Silvana dos Santos Oliveira Martins 009.344.211-95 PSF 01 Rua RL2,319-Jardim Leblon 61 Edivania Londe Ribeiro 839.799.051-87 PSF 01 Rua RL1 - Jardim Leblon 66 Gislaine Janaina Avelino Tabosa 006.174.771-83 PSF 01 Rua Cecy,?-Santo Antonio 70 Lucia Gomes da Gama 593.333.081-72 PSF 01 Rua Carolina,?-Jardim Clementina 72 Laura da Silva Ramos 603.738.301-49 PSF 01 Rua Moema - Vila Planalto 73 Poliane Bittencourt Martins 029. 901.081-30 PSF 01 Rua Irerê,474-Santo Antonio 78 Schirley Ribeiro dos Santos 043.965.136-07 PSF 01 Endereço não confere 86 Vanessa Fagundes Alencar 048.074.471-81 PSF 01 Rua Francisco Martelli N° 13 - Jardim Clementina 90 Luana Cristina da Silva Rocha 045.107.951-57 PSF 01

Av. Botocudos - Santo Antônio LISTA DE INSCRIÇÕES INDEFERIDAS - PROCESSO SELETIVO 001/2017-SMS 92 Danielly Lemes Barbosa Oliveira 737.321.681-15 PSF 01 Rua RL 01, 484 - Jardim Leblon 96 Mara Eliangela Viana Messias dos Santos 019.822.691-89 PSF 01 Rua A, 48 - São Francisco 104 Jhennefer Alessandra F. da Silva 039.086.221-58 PSF 01 Rua Beatriz, 495 - Jardim Clementina 106 Edinês Nunes de Farias 511. 049.464-91 PSF 01 Rua Miruna - Planalto 6 Andreia pereira Furtado 033. 098.931-62 PSF 02 Rua Tocantins, 337 - Santo Antonio 7 Neuza Gabriele do Carmo 014.677.031-50 PSF 02 Rua Miruna, 35 - Santo Antonio 11 Rosimare Maria da Silva 024.725.001-57 PSF 02 Rua Acoce, 166 - Santo Antonio 18 Ana Quezia Silva Alves 031.405.481-25 PSF 02 Rua Tapuias, 977 - Santo Antonio 24 Jandenete Candido da Silva 016.301.631-39 PSF 02 Rua bartira, 389 - Santo antonio 31 Luzia Sue 915.706.701-53 PSF 02 Av. Botocudos, 826 - Santo Antonio 33 Evanilde da Conceição Oliveira Silva 019.341.213-63 PSF 02 Rua Baituva,897 - Santo Antonio 34 Josilvania Martins dos Santos 022.120.971-90 PSF 02 Rua Tabajara, 832 - Santo Antonio 36 Sandra Teixeira dos Santos 038.926.401-65 PSF 02 Rua Tabajara, 994 - Santo Antonio 38 Maria Madalena da Silva Alves 029.944.121-01 PSF 02 Rua Bartira, 230 - Santo Antonio 49 Rosimeire jesus Campos 978. 893.001-82 PSF 02 Rua acoce, 237 - Santo Antonio 50 Rosangela Nunes de Freitas 631.546.331-20 PSF 02 Rua Tabajara, 974 - Santo Antônio 52 Aldeir Moreira de Aguiar 024.629.281-46 PSF 02 Rua Jaciporans, 696/ Lote 10 - Vila Santo Antonio 53 Josiane Martins dos Santos 027.502.581-03 PSF 02 Rua iporã, s/n - Santo Antonio 67 Josilene Ferreira Xavier 983. 944.521-91 PSF 02 Rua Irere, 20 - Santo Antonio 69 Valdineia Vicente da Silva 945.471.221-72 PSF 02 Avenida Botocudos, 240 73 Patricia Dias Fittas 023.679.541-43 PSF 02 Rua Tapuias, 802 - Santo Antonio 82 Aline da Silva Brito Costa 015.887.604-05 PSF 02 Rua Irai, 270 - Santo Antonio 83 Leticia Barbosa dos Santos 059.549.381-56 PSF 02 Rua Iraja, 23 - Santo Antonio 85 Jose Lourenço de Oliveira Rocha 059.800.093-37 PSF 02 Vila Antonio, Tabajara 88 Rosecleide Jesus campos 019.797.591-70 PSF 02 Rua Itauna, 694 - Santo Antonio 90 Leidiane de Oliveira 061.226.131-00 PSF 02 Rua Tocantins, 40 - Santo Antonio 92 Ana Ines Facco 014.224. 861-41 PSF 02 Rua Iraja, 23 - Santo Antonio 95 Edcassia Farias de Matos 058.071.515-93 PSF 02 Itauna, 929 - Santo Antonio 96 Jhenifer Huttinger 060.994.171-25 PSF 02 Rua Iporã. 26 - Santo Antonio 102 Roselei Cristina Almeida de Oliveira 004.177.401-90 PSF 02 Rua Itauna, 380 - Santo Antonio 117 Zulene Lino Costa 926.411.303-78 PSF 02 Rua Tabajara, 1371 - Santo Antonio 9 Ivaldete Pereira Santana 729.241.441-91 PSF 03 Avenida Xavantes, 1040 - Planalto 11 Adriana Miron Sanchez 008.092.191-40 PSF 03 Rua Tamandaré, S/N - Planalto 12 Lourdes Angelica Galvão Reis 872.426.561-68 PSF 03 Rua Moema, 3825 - Planalto 18 Queiliane Dias Paes Oliveira 867.960.971-49 PSF 03 Rua Tamandaré, 1013 - Planalto 21 Naiara da Silva Gomes 051.840.851-57 PSF 03 Avenida Xavantes, 1788 - Planalto 29 Queila Aparecida Santos de Almeida 946.139.821-20 PSF 03 Avenida Marajá, 1381 - Planalto 37 Gabriela Rodrigues Teixeira 218. 080.938-79 PSF 03 Rua Poguba, S/N - Jardim Aurora 38 Hydilla Loraine da Silva Araujo 054.009.901-50 PSF 03 Rua Begonia, 2 - Jardim Aurora 54 Patricia Francisca dos Santos 061.160.181-81 PSF 03 Rua Caiçara, 3614 - Planalto 59 Keiliane Ferreira de Jesus 060.892.711-28 PSF 03 Rua das Margaridas, 415 - Jardim Aurora 63 Kellitha Karoliny Bastos Moreira Souza 063.123.351-27 PSF 03 Rua Miruna, 1167 - Planalto 65 Wedja Ferreira da Silva 056.590.081-19 PSF 03 Rua Juruce, 3238 - Planalto 71 Keila Ferreira de Jesus 061.089.501-02 PSF 03 Rua Poguba, S/N, Q 242 L5 - Planalto 78 Vanessa Ferreira de Souza 021.331.031-71 PSF 03 Rua Principal, 800 - Jardim Vitória 5 Aliandra Gabriele Dockhorn 021.057. 111-03 PSF 04 Rua Carolina Alves de Oliveira, Residencial VA 9 Pamela Carvalho Flores 052.353.981-90 PSF 04 Avenida Piracicaba, 1239 - Centro 18 Zildimar Pereira da Silva 459.491.901-49 PSF 04 Rua Caiçara, 161 - São Sebastião 22 Dayane Cristine Alves 030.868.201-79 PSF 04 Rua Guaiçara, 161 - São Sebastião 28 Kaio Ícaro dos Santos da Silva049.155. 433-82 049.155.433-82 PSF 04 Rua Jurucê, São Sebastião 29 Zilmar Cristina de Oliveira 906.098.751-91 PSF 04 Rua Guaraci, 216 - São Sebastião 32 Chryslaine Monteiro 024.658.041-03 PSF 04 Rua Caiçara - São Sebastião 33 Jóice Cristina Borges dos Santos 059.672.151-07 PSF 04 Rua Iraés, 1.652 - São Sebastião 35 Jéssica Oliveira Santos 034.406.745-92 PSF 04 Rua Caiçara - São Sebastião 36 Thayse Daniela da Silva Farias 022.945.341-40 PSF 04 Rua Tupi - São Sebastião 37 Adriana Arruda Fernandes 004.929.721-09 PSF 04 Rua VF, 05, Qdra 27 - Vale Formoso 38 Cintia Marques de Lara Gotz 007.046.841-95 PSF 04 Rua VF, 05, Qdra 24, Lote 05 - Vale Formoso 66 Sheila Camila Vidor 029.464.559-47 PSF 04 Rua Guaraci, 610 - São Sebastião 68 Jessica Crislaine Borges dos Santos 052.831.821-77 PSF 04 Rua Ibirarema - São Sebastião 71 Creozeni Costa de Oliveira 951.843.761-00 PSF 04 São Sebastião 75 Jessica Rodrigues dos Reis 063.035.981-45 PSF 04 Rua Tupi, 701 - São Sebastião 77 Tatiane Cunha Alves 017.924.751-44 PSF 04 Rua Guaiçara, São Sebastião 78 Shirley Redivo 627.807.861-91 PSF 04 Rua moema, Qd 20 Lt 03 - vale Formoso 80 Maycon Henrique Moraes Rodrigues 049.102.291-50 PSF 04 Rua cayuas, 784 - São Sebastião 84 Janaina Fernandes de França 054.527.621-75 PSF 04 Avenida Antônio Ferreira Sobrinho - São Sebastião 85 Taina Cabeça da Silva 062.929.021-02 PSF 04 Rua Tupis, 672 - São Sebastião 88 Jessica Ramalho Dias 045.774.361-16 PSF 04 Rua Tupi, 701 - São Sebastião 89 Adriana Santos de Jesus 022.805.611-07 PSF 04 Rua Guaiçara, 240 - São Sebastião 90 Ataciza Oliveira da Silveira 722. 911.253-20 PSF 04 Rua Guaraci, 385 - São Sebastião 91 Angela Marcia Bueno de Carvalho 016.718.721-00 PSF 04 Rua Guaiçara, 163 - São Sebastião 93 Flavia de Carvalho Sampaio 052.576.071-74 PSF 04 Avenida Antônio Ferreira Sobrinho - São Sebastião 94 Lucas Vinicius Ferreira 125. 987.496-69 PSF 04 Rua Caiçara - São Sebastião 96 Maria Eloisa de Oliveira Barros 468.836.811-91 PSF 04 Rua Caiçara, 821 - São Sebastião 97 Marlon Drany Barros 514.064.111-91 PSF 04 Rua Caiçara - São Sebastião 99 Francisca Alves da Silva 001.819.461-30 PSF 04 Rua Jacira, 641 - São Sebastião 100 Aline Garcia de Lima 041.557.271-10 PSF 04 Rua Tupi - São Sebastião 101 Aline Cristina Maforte Silva 044.207.121-39 PSF 04 Rua VF 05, Quadra 18, Lote 12, 572 - Vale Formoso 103 Ambrozina Alves dos Santos 031.949.511-65 PSF 04 Rua Cherente, 330 - São Sebastião 105 Rayane Fernandes de França 061.192.771-37 PSF 04 Rua Cherente, 386 - São Sebastião 107 Dayane Soares da Silva 022.342.632-63 PSF 04 Rua Iraés, 1.235 - Santo Antônio 108 Wesley Diego Ferreira 020.223. 796-67 PSF 04 Rua Caiçara - São Sebastião 112 Maykelly Bruna Monção Matos 046.527.361-00 PSF 04 Rua Caiçara, 260 - São Sebastião 114 Sirlei Borges da Silva 691.141.291-91 PSF 04 Rua Jacira, 11 - São Sebastião 6 Gislaine Barros Da Silva 048.720.111-63 PSF 05 Rua 08 Nº10 Cohab São Lourenço 8 Maria Aparecida Da Silva 736.158.461-68 PSF 05 Rua 08 Nº525 Cohab São Lourenço 9 Simone Pereira da Silva 031.383.671-00 PSF 05 Rua 08 Nº6 Residencial Jose Araça 11 Simone Conceiçao Da Silva 654.672.641-68 PSF 05 Rua 09 Nº50 Cohab São Lourenço 18 Renata Ferreira De Lima 031.431.311-93 PSF 05 Rua B Nº370 Jardim Vitoria 38 Tania Ferreira Da Cruz 007.193.171-69 PSF 05 Rua 08 Nº70 Cohab São Lourenço 38 Katia Maria Dos Santos 966.670.281-91 PSF 05 Rua 02 Quadra 03 Nº180 Jardim Boa Esperança 52 Leandra Da Silva 051.005.791-88 PSF 05 Rua Acoce Nº643 Santo Antonio 1 Maria José Dias dos Santos 000.740.721-10 PSF 06 Rua 14 Qdra 11 N°172 - JD Aeroporto II 2 Rosinete Rosa Norato 044.526.171-40 PSF 06 Rua 19 Qdra 20 N°11 4 Nayara Cristina Alves de Souza 053.358.481-70 PSF 06 Rua 15, Q 17-Jardim Aeroporto II 5 Cleiciane Ismério Bitencourt 061.218.281-96 PSF 06 Rua Augusto Severo - JD Aeroporto II 8 Silvânia Lins de Espindola 041.528. 274-83 PSF 06 Rua 01 Rua 23 N° 463 JD> Aeroporto II 10 Simone Alves da Silva 026.182.459-70 PSF 06 Rua 13 Qdra 09 N°213 - JD Aeroporto II 11 Lucineia Alves Antônio Feitosa de Araújo 023.624.201-67 PSF 06 Rua Baituva - Santo Antônio 15 Mariele Araújo França 059.578.221-32 PSF 06 Rua Projetada - Santo Antônio 16 Luciana Aparecida Barbosa Leal 048. 184.069-96 PSF 06 Rua 19 N° 133 Qdra 15 - Jardim Aeroporto II 19 Marlene Maciel Sebastião 482.420.201-91 PSF 06 Rua Baituva N° 1030 - Santo Antônio 21 Simone Rodrigues de Souza 052.372.481-01 PSF 06 Rua Irerê Sítio São Francisco N° - Santo Antônio 23 Lucélia Virgìnia Rodrigues dos Santos 020.204.121-28 PSF 06 Rua Pinto Martins - JD Aeroporto 27 Joyce Dayana Soares da Silva 035.197.793-74 PSF 06 Rua Nove N°86

- JD Esmeralda 31 Jéssica Cotrin da Silva 044.864.291-33 PSF 06 Rua 14 Qdra 10 N°213 - JD Aeroporto II 32 Rayssa Gonçalves Matos 073.418.311-97 PSF 06 Rua Afonso Pena N° 40 - Jardim Aeroporto 34 Daniella Costa de Oliveira 051.513.721-90 PSF 06 Rua 04 N° 401 - Jardim Esmeralda 35 Chaira Junielen de Jesus 000.893.221-26 PSF 06 N° 71 Qdra 23 - JD Aeroporto II 36 Tatiane Carla Moreira da Silva 910.769.351-68 PSF 06 Endereço não informado. 41 Ingrid Caroline da Silva Brito 059.880.821-30 PSF 06 Rua Eurico Sales - Jardim Aeroporto II 42 Keilla Oliveira da Silva 002.619.421-07 PSF 06 Rua 04 Qdra 02 - João de Barro 43 Auristina Rodrigues de Souza 820.065.081-87 PSF 06 Rua Irerê - Santo Antônio 44 Daiane Almeida Dockhorn 039.005.321-09 PSF 06 Rua Hercílio Luz N°36 - JD Aeroporto II 47 Cleide Rodrigues Lima 973.343.671-20 PSF 06 Rua 14 N°21 L34 Qdra23 JD Aeroporto II 48 Letícia Caroline Ferreira de Oliveira 056.342.661-65 PSF 06 Rua Dez N°97 - JD Esmeralda 53 Gislene Oliveira da Silva 045.314.801-67 PSF 06 Rua Pinto Martins - JD Aeroporto 54 Edinei pereira de Aguiar Souza 522.156.601-04 PSF 06 Rua 10 Casa 14 - Jardim Esmeralda 56 Irismar de França Dourado 940.763.401-91 PSF 06 Rua 04 N° 391 - Jardim Esmeralda 58 Andréia Rodrigues dos Santos 031.407.111-31 PSF 06 Rua 09 N° 106 - Jardim Esmeralda 59 Silvana Rosalina Alves 997.769.601-20 PSF 06 Jardim Aeroporto 60 Marizete Jaci de Almeida 002.005.021-66 PSF 06 Rua 17 N° 53 Qdra 13 L 18 - JD Aeroporto II 66 Maria do Carmo Francisco Dutra 024.064.531-62 PSF 06 Rua Irerê N°90 - Santo Antônio 69 Sidinéia Guimarães dos Santos Brasileiro 018.940.731-00 PSF 06 Rua 06 N° 21 - Jardim Esmeralda 72 Edileuza Braga dos Santos 031.872.201-18 PSF 06 Rua 03 N° 07 - João de Barro 73 Durcilene Ribeiro Pereira 000.973.051-62 PSF 06 Rua 18 N°132 - JD Aeroporto II 74 Keila Santos Silva 030.998.741-59 PSF 06 Rua 12 N° 123 - Jardim Aeroporto II 75 Camila Rodrigues dos Santos 048.996.161-47 PSF 06 Rua Pinto Martins - JD Aeroporto 77 Antônia Costa Xavier 031.072.841-06 PSF 06 Rua 04 N°371 - JD Esmeralda 79 Laiane Correia Frazão 061.442.021-02 PSF 06 Rua Rl2,490-Jardim Leblon 84 Josiel Ferreira Xavier 019.717.381-07 PSF 06 Rua 13 Qdra 223 L 13 - JD Aeroporto II 87 SimoneAlves Ferreira 030.465.711-51 PSF 06 Jardim Aeroporto II 90 Natália Alves da Silva 046.664.471-05 PSF 06 Rua 08 Qdra 05 N°42 - Luiz Martelli 2 Tatiane Gonçalves Pereira 021.540.121-24 PSF 07 Rua Ibitinga, 370 - Santa Luzia 5 Tatiane Alves Ferreira 015.426.701-52 PSF 07 Rua Moema, Santa Rita 12 Dariana Estefania Melo da Silva 044.988.391-45 PSF 07 Av. Antonio Ferreira Sobrinho, 566 - Santa Rita 36 Carlos Alberto Nascimento de França 617.964.332-68 PSF 07 Rua Guarani, 400 - Santa Rita 38 Lucivane Fortunato dos Santos 304.384.621-49 PSF 07 Rua Guaianazes, 581 - Santa Rita 43 Rosa Maria Ferreira dos Santos Miranda 862.008.951-04 PSF 07 Rua Moema, 148 - Santa Rita 59 Marinalva Viturino de Souza 654.596.821-53 PSF 07 Rua Itararé, 620 - Santa Rita 80 Elizangela Silva dos Anjos 049.143.649-13 PSF 07 Rua Moema, 740 - Centro 93 Ivaneide Souza dos Santos 474.202.781-72 PSF 07 Rua Jose Maria Martins - Vila Martins 96 Fernanda Maria Antonio 032.248.671-83 PSF 07 Rua ibitinga, 31 - Santa Luzia 99 Dione Cleia Hekert de França 973.066.571-00 PSF 07 Rua irapurus, 227 - Santa Luzia 104 Pamela Floris da Silva 016.769.081-70 PSF 07 Rua Irahés, 376 - Santa Rita 116 Simone Clelia Serante 017.811.711-06 PSF 07 Rua Itararé, 121 - Santa Rita 119 Grazieli Vancetta Fabris 048.233.341-32 PSF 07 Rua Elima, 392 - Santa Rita 3 Andreia Cardoso dos Santos 010.844.321-37 PSF 08 Rua Jatoba, 264 - Florais do Planalto 6 Sirleia Soares Quadros 545.517.301-49 PSF 08 Chácara São Francisco - Florais do Planalto 18 Rosangela de Moura Almeida 481.988.111-68 PSF 08 ?? 19 Marta Palmeira Dos Santos 016.285.361-01 PSF 08 Rua Uburna Nº60 Florais Do Planalto 27 Jennifer Vericima dos Santos 032.350.961-40 PSF 08 Rua Itatinga, 1013 - Jardim Nova Jaciara 29 Gercina Rocha da Silva 861.943.991-04 PSF 08 Rua Potiguaras, 69 - Jardim Nova Jaciara 30 Stefany Andressa Nogueira da Silva 047.160.831-95 PSF 08 Rua Caiçara, 1941 - Centro 36 Nilza Rocha Santana 886.694.241-34 PSF 08 Rua Guaraci, 221 - Centro 39 Maria Eunice de Oliveira Lima 427.714..981-20 PSF 08 Rua Jequitibá, Qd 1, Lt 9 - Florais do Planalto 40 Zelia Cristina Soares Gomes 040.160.311-33 PSF 08 Rua Ibitinga, 739 - Jardim Nova Jaciara 48 Carina da Silva Santana 070.037.191-50 PSF 08 Rua Moema, 1774 - Centro 56 Erika Luana Alves da Silva 048.160.181-31 PSF 08 Rua Jatoba, 155 - Florais do Planalto 57 Eldma Barboza dos Santos 047.860.265-06 PSF 08 Rua Caiçara, 1626 - Centro 59 Erleide Vieira de Freitas 303.973.321-49 PSF 08 Rua Juruce - Centro 60 Ani Caroline Correa da Silva 069.838.381-64 PSF 08 AV. Antonio Ferreira Sobrinho - Centro 65 Ana Gisely Ramalho Silva Lopes 030.778.281-62 PSF 08 Rua Jequitibar, 21 - Florais do planalto 67 Samya Caroline Bossanello 049.835.771-65 PSF 08 Rua Castanheiras, 49 (??) - Florais do Planalto 68 Valdirene Candida Vieira Ferreira 046.702.681-55 PSF 08 Rua moema - Centro 69 Maysa Adriana Veiga Garcia 039.241.591-09 PSF 08 Rua Cecy, 2219 - Planalto 70 Lidis Kauany Gama de Oliveira 034.565.111-16 PSF 08 Rua Moema, 1110 - Centro 71 Elisangela Gomes de Almeida 032.761.401-36 PSF 08 Rua Potiguaras, 189 - Jardim Nova Jaciara 73 Luzinete Alexandre do Nascimento 571.518.141-00 PSF 08 Rua Guaianazes, 1127 - Centro 75 Mary Diana Melo da Silva 020.986.671-32 PSF 08 Rua Cerejeira, 79 - Florais do Planalto 77 Regiane Sebastião Macedo 027.936.931-03 PSF 08 Rua Guaianazes, 1080 - Centro 78 Artemisia de Souza Oliveira 013.228.641-60 PSF 08 Rua Ibitinga, 813 - Jardim Nova Jaciara 80 Maria do Livramento Tabosa de Alcantara 047.241.813-03 PSF 08 Rua Ibitinga, 742 - Jardim Nova Jaciara 81 Maria Aparecida dos Santos 482.394.701-06 PSF 08 Rua Carijós 149 - Centro 86 Natalia Ortega Camolezi 008.697.231-62 PSF 08 Rua Mangabeiras, S/N - Florais do Planalto 87 Ana Claudia Neves de Oliveira Freitas 047.617.951-31 PSF 08 835 - Nova Jaciara 88 Eloísa Maria Pontes da Silva 049.941.871-93 PSF 08 AV. Antonio Ferreira Sobrinho, apt 101 - Centro 90 Lindaura Dutra Ferreira de Medeiros 884.673.171-91 PSF 08 Rua Carijós 1055 - Centro 91 Adriana Ferreira Mendonça 977.936.801-97 PSF 08 Rua Jequitiba - Florais do Planalto

LISTA DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS - PROCESSO SELETIVO 001/2017-SMS

Número inscrição Nome Completo CPF Endereço onde reside 1 Rogério Novaes da Silva 943.665.511-87 Rua Sem Denominação, 70 Q18 L07 - Jardim Aeroporto 1 Matheus Vinicius de Mattos Queiroz 061.698.001-94 Rua Irahes, 998 - São Sebastião 1 Poliana Souza dos Santos 046.334.411-16 Rua Tabajara, 1304 - Santo Antonio 1 Anildo Florentino de Souza 923.896.941-87 Rua B, 9 - São Nicolau 1 Paulo Luana Rocha de Souza 036.065.681-18 Rua Jurucê, 2.113 - Centro 2 Andrade de Souza Carvalho 027.647.981-56 Rua Tapuias, S/N - Santo Antonio 2 Valdinei de Carvalho Batista 986.283.131-68 Rua Moema, S/N - Santa Rita 2 José Gomes da Silva 361.782.411-00 Rua Timbiras, 1474 - São Sebastião 2 Lindomar Goncalves Rocha 035.443.581-74 Rua Carolina, 283 - Clementina 2 Judevan Arruda da Silva 432.733.781-15 Rua Sete, 140 - COHAB São Lourenço 2 Thais Camargo Santos 046.233.451-14 Rua Guaianazes, 1.236 - Centro 3 Joaquim Antonio Mascarenhas 003.665.251-23 Rua Poguba, 358 - Planalto 3 Marcos de Andrade Fagundes 385.832.830-87 Rua Tapuias,1185 - Santo Antonio 3 Florisvaldo Gomes da Silva 352.597.281-49 Rua Timbiras, 1499 - São Sebastião 3 Romerio Silva Nunes 001.621.171-59 Rua Três, 260 - Jardim Boa Esperança 3 Cleonice Rodrigues de Souza Carvalho 639.105.002-34 Rua Mogno, 81 - Florais do Planalto 4 Rodrigo Lazarotto Rosin 000.740.731-92 Avenida Maraja, 1160 - Planalto 4 Marcia Alves Ferreira 000.222.641-32 Rua Miruna, 197 - Santo Antonio 4 Sidileia Lina da Silva 848.593.181-53 Rua Tupis, 900 - São Sebastião 4 Janaina Bezerra Dias 017.254.801-23 Rua Uirapuru, 107 - Santa Luzia 4 Maria Madalena Batista Rodrigues 036.460.301-19 Rua Irere, 52 - Santo Antonio 4 Sebastião Francisco Barbosa 039.214.611-89 Rua Rodrião Rodrigues, 104 - Vila Martins 4 Paula Catiussia Rodrigues dos Santos Fabris 973.773.332-00 Rua Mangabeiras, 10, Kit net 03 - Florais do Planalto 5 Stefany Moreira Queiroz 061.837.241-57 Rua Begonia, S/N - Planalto 5 Jacques Marques 886.129.701-30 Rua Irapuru, 542 - Santa Luzia 5 Geovana da Silva Pinheiro 055.098.111-02 Rua Tocantins, 120 - Santo Antonio 5 Viviane Amancio Queiroz Silva 731.590.931-15 Rua Três, 120 - COHAB São Lourenço 6 Tiago Pereira dos Santos 061.703.201-76 Avenida Maraja, 727 - Planalto 6 Letícia Cristina Costa 700.633.471-30 Rua Irere, S/N kitnet 10 - Santo Antonio 6 José Rodrigues Gomes Primo 325.

952.041-49 Rua Gayuas, 408 - Santa Rita LISTA DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS - PROCESSO SELETIVO 001/2017-SMS 6 Maria Selismeire Braga 420.293.501-25 Rua Guaranis, 390 - Santa Rita 7 Paulo Henrique da Silva Costa 059.700.191-00 Rua das Dalias, 156 - Jardim Aurora 7 Dirceu Moreira 947.006.801-72 Rua Itatinga, 716 - Santa Luzia 7 Pamella Mara de Souza Nunes 031.407.811-80 Rua Iporans, 711 - Santo Antonio 7 José Leonidas Bonze Cravinho 056.301.761-96 Rua Sem Denominação, 24 - Zé Araça 7 Cícero Antônio de Andrade 000.231.971-37 Rua Tapuias, 113 - Santo Antônio 8 Carlos Roberto Dmaceno 983.876.851-00 Avenida Botocudos, S/N - Santo Antonio 8 Igor Guimaraes Ribeiro 052.721.521-07 Rua Tupis, 1023 - São Sebatsião 8 Claudio Custodio Vilela 001.011.101-89 Avenida Piracicaba, 942 - Santa Luzia 8 Paula Rubia Bihain de Oliveira 866.146.141-34 Rua B, 400 - Jardim Vitória 8 Luís Carlos Coimbra dos Santos 420.415.892-72 Rua Cerejeira, 140 - Florais do Planalto 9 Weliton de Lima Silva 036.658.581-94 Rua Juruce, 3228 - Planalto 9 Luciene Lopes de Freitas 034.348.491-90 Rua Potiguaras, 512 - Centro 9 Carlos Henrique Cordeiro 037.195.221-21 Rua Cecy, 849 - Planalto 9 Andreia de Almeida Silva 054.139.164-00 Rua Tocantins, 672 - Santo Antonio 9 Henrique Victor Leal Siqueira 061.236.461-50 Rua Dois, 29 - COHAB São Lourenço 9 Leandro Ferreira da Silva 005.670.351-02 Rua Jurucê, 1.723 - Centro 10 Kaiton Gustavo Lopes de Oliveira 061.061.341-38 Rua Poguba, S/N - Planalto 10 Vitor Gabriel Rodrigues Rosa 017.476.381-61 Rua Itararé, 161 - Santa Rita 10 Uebertom Ricardo Cavalcante 036.400.981-02 Rua Jaciporã, 394 - Santo Antonio 10 Raimundo Coelho de Sousa 274.137.801-00 Rua Cherente, 668 - São Sebastião 10 Jessica Santos de Oliveira 006.538.542-00 Rua Tocantins, 40 - Santo Antonio 10 Jôntathan Galdino dos Santos 030.377.901-21 Rua Moema, 1.069 - Centro 11 Carlos Henrique da Silva Gomes 118.559.064-14 Avenida Antonio Ferreira Sobrinho, S/N kitnet 05 - Planalto 11 Mario José de Souza 015.284.551-85 Rua Guaianases, 662 - Santa Rita 11 Geovani Rodrigues Queiroz 014.657.371-46 Rua Timbiras, 889 - São Sebastião 11 Edjane Gomes dos Santos 060.873.391-16 Rua Bartira, 508 - Santo Antonio 12 Wilson Waldilson Boaventura 488.694.141-91 Avenida Antonio Ferreira Sobrinho, 32 - Santa Rita 12 Advaldo Paulino de Souza 667.478.211-49 Rua Caiçara, 689 - São Sebastião 12 Romantiele Kerolay Barbosa Calisto 051.637.961-51 Rua Tocantins, 91 - Santo Antonio 13 Dionatan Mendes de Souza 060.042.201-16 Rua Gayuas, 229 - Santa Rita 13 Mozar Cardoso Neto 046.299.721-96 Rua Iraes, 1721 - Florais do Vale 13 Jaziel Rodrigues Santos 966.453.933-34 Rua Guaicurus, 68 - Nova Jaciara 14 Claudio Pompilho de Araujo 161.936.101-97 Rua Itatinga, 624 - Santa Luzia 14 Evani Pereira Espindola 000.339.651-70 Rua Gayuas, 952 - São Sebastião 14 Maria Aparecida Martins Celuppi 483.321.279-04 BR 364, KM 280 - Zona Rural 15 Paulo José Paes de Souza 038.366.551-52 Rua Itatinga, 873 - Santa Luzia 15 Claudio Miguel de Arruda Fernandes 025.159.851-90 Rua Timbiras, 780 - Santa Rita 15 Ana Paula Amorim Oliveira 035.372.631-12 Rua Iraja, 295 - Santo Antonio 15 Silvéria cabral de Souza 692.837.371-72 Rua Jurema - Centro 16 Silvio Dourado Bastos 460.335.721-43 Rua Cayuas, 912 - São Sebastião 16 Aguinaldo Souza de Araújo 020.923.331-19 Rua Tapuias, 815 - Santo Antonio 17 Elizabete de Moraes Dutra 011.486.421-70 Rua Guaicurus, 581 - Centro 18 Rosimeri de Jesus da Silva 010.019.631-48 Rua Guaiçara, 577 - São Sebastião 18 Elionay Rodrigues Silva 046.870.451-54 Rua Tapuias, 815 - Santo Antonio 19 Alessandro de Souza Campos 097.418.254-04 Rua Guaiçara, 577 - São Sebastião 19 Queiliane de Souza Pereira 056.656.871-38 Rua Itararé, 1.569 - Centro 20 Iago Henrique Barbosa da Silva 010.089.581-66 Rua Gauiçara, 51 - São Sebastião 20 Márcio Ferreira da Costa 880.033.531-49 Rua Guaracy, 1.010 - Centro 21 Ana Paula da Silva 023.624.231-82 Rua Tapuias, 799 - Santo Antonio 21 Camila Carla Menezes Lima 720.498.981-34 Rua Jurucê, 2.761 - Centro 22 Denise Lino de Jesus Fernandes Almeida 020.246.411-30 Rua Tapuias, 168 - Santo Antonio 22 Sidnei Roberto Morais 404.024.520-20 Rua Potiguaras, 287 - Nova Jaciara 23 Cristiane Castro da Cunha 035.920.971-80 Rua Moema, 3.384 - Planalto 24 Neuza Soares dos Santos 571.869.121-04 Avenida Botocudos, 954 - Santo Antonio 25 Mailson Barbosa da Silva 057.341.681-81 Rua Guaiçara, 70 - São Sebastião 25 Kátia Soares Barbosa 592.883.371-72 Rua Tabajara, 441 - Santo Antonio 26 Erik Pontes de Medeiros 075.518.814-41 Rua Jacira, 294 - São Sebastião 26 Gilmeire Rulim Lopes 002.004.471-22 Rua Afonso Pena,134-Jardim Aeroporto 27 Sinésio Vieira de Lima 896.918.061-34 Rua Nove, 83, Q5 L10 - Jardim Aeroporto 38 Rogério Aparecido do Nascimento 313.073.848-70 Rua Irerê, 957 - Planalto 51 Joseane Alves dos Santos 024.931.381-20 Rua 15, Quadra 12-Jardim Aeroporto II 93 Vandir Pereira Batista 925.184.431-34 Rua 08,casa 82,Q 05,L.05 - Jardim Aeroporto II 95 Jeferson Rodrigues da Silva 035.470.901-13 Avenida Xavantes, 79-Santo Antonio

LISTA DE INSCRIÇÕES INDEFERIDAS - PROCESSO SELETIVO 001/2017-SMS

Número inscrição Nome Completo CPF Endereço onde reside 1 Elaine Cardoso da Silva Langner 005.979.481-00 Rua Francisco Martelli, 200 - Jardim Clementina 2 Rosiléa Barbosa da Silva 894.781.264-15 Av. Maraja - Planalto 3 Monique Stefani de Souza 066.488.971-98 Rua Arquimedis, Vila Martins 3 Rosana Barros de Arruda 014.491.721-13 Rua Tocantins - Santo Antonio 5 Rosimeire Pereira Franco 830.389.491-91 Rua Guaraci, 430 5 Magno Antonio Leandro dos Santos 569.459.061-91 Av. Xavantes, 800 - Santo Antonio 5 Josivaldo Balbino da Silva 026.870.494-50 Av. Tupiniquins, 2027 - Centro 6 Maria Aparecida da Cruz 804.967.331-68 Rua 3, 84 - Ze Araça 6 Zelia Ferreira da Silva Oliveira 009.825.991-10 Rua Iporã - Santo Antonio 6 Paulo Roberto de Oliveira da Silva 118.941.737-59 Av. Antonio Ferreira Sobrinho, 6 Odila Fabian 284.512.101-63 Rua Jerivá,137 - Florais do Planalto 7 Jairo Pereira Borges 396.118.411-91 Rua Antonio Monteiro de Oliveira - vale Formoso 7 Fabio de Jesus Carvalho 043.364.991-79 Jardim Aeroporto 2 8 Flávio da Silva Souza 044.753.591-98 Av. marajá, 1353 - Planalto 8 Jose Roseno Neves 531.869.311-34 Rua Tapuias, 1199 - Vila santo Antonio 11 Edson Claro de Souza 905.216.761-34 Rua Jaciporã, 1094 - santo Antonio 11 Edmilton Farias Ribeiro 617.847.379-68 Av. Piracicaba, 549 - santa Rita 12 Paulo Henrique Oliveira Souza 050.507.301-39 Rua RL 02, Jardim Leblon 12 Renner Cunha dos Santos 057.250.761-56 Av. Marajá, 717 - Planalto 12 Ayla Priscila Magny Almeida da Silva 033.047.901-60 Av. Antonio Ferreira Sobrinho - Centro 13 Simone Casarotto Silva 999.147.781-00 Rua projetada, 27 - Santo Antonio 13 Ana Paula Oliveira Brandão 048.691.951-00 Rua Bartira, 628 -Santo Antonio 14 Guilherme Kener da Silva 047.772.491-40 Rua Jacyporã, 828 - Santo Antonio 14 Cristielli Honoria Mendes 057.644.361-17 Rua Tocantins - Santo Antonio 15 Ailton Francisco Mendes 853.432.006-30 Rua Jacira - Vale Formoso 16 Lucas Pereira Lemos 052.655.321-96 Rua Principal, 440 - Jardim Vitoria 17 Josimar Pereira de Abreu 040.318.121-95 Rua Tocantins - Santo Antonio 17 Wellton Rogger Jeronimo 041.767.751-00 Rua Jacira, 270 - São Sebastião 18 Audymara Rocha Almeida 667.019.701-25 Rua Guaicurus - Centro 19 Gilmar Bento Martins 030.577.071-30 Santo Antonio LISTA DE INSCRIÇÕES INDEFERIDAS - PROCESSO SELETIVO 001/2017-SMS 20 Tatiane Gonçalves de Deus 024.198.061-58 Rua Tocantins - Santo Antonio 21 Marli Rodrigues de França 667.028.281-87 Rua Irahes, 1373 - São Sebastião 22 Ivan Rodrigo Flores 011.184.931-41 Rua Guaiçara - São Sebastião 23 Marcos Vinicius de Oliveira 061.238.921-93 Rua Itauna, 223 - Santo Antonio 24 jainy Borges de Souza 051.315.461-25 Rua Guaraci, 560 -São Sebastião 104 Viviane Aparecida Alves dos Santos 040.867.851-88 Rua Cherente, 330 - São Sebastião

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/201 DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2017 QUE TRATA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO CADASTRO RESERVA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (ACS) E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE). O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 37, inciso IV, da Constituição Federal, da 1211/2009 Art. 78 parágrafo 1º modificada pela Lei 1498/2013 e demais legislações pertinentes, TORNA PÚBLICO nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Nº 001/2017. E conferidas pela legislação em vigor, a necessidade de em alguns itens, em razão da quantidade de inscritos ter superado o previsto, bem como a grande quantidade de indeferimentos, torna públicas

as seguintes retificações no Edital do Processo Seletivo Público: I- Fica retificado o Anexo II o passa a vigorar com a seguinte redação: CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO Data Horário 09/08/17 Publicação do Resumo de Edital 14 a 22/08/17 14h00min às 17h00min Período de Inscrições dos candidatos ao Processo Seletivo 23/08/17 14h00min Divulgação da relação de inscrições 24/08/17 e 25/08/17 a 29/08/17 14h00min às 17h00min Prazo para recurso sobre as 31/08/17 17h00min Julgamento dos recursos sobre as 08/10/17 08h00min Realização da Prova Objetiva de 08/10/17 17h00min Divulgação dos gabaritos da Prova Objetiva de Múltipla Escolha 09 a 10/10/17 14h00min às 17h00min Prazo para recurso sobre os gabaritos da Prova Objetiva de 11/10/17 17h00min Julgamento dos recursos sobre os EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2017 DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2017 QUE TRATA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (ACS) E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE). O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 37, inciso IV, da Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal, Lei 1211/2009 Art. 78 parágrafo 1º modificada pela Lei 1498/2013 e demais legislações pertinentes, TORNA PÚBLICO nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Nº 001/2017. E conferidas pela legislação em vigor, a necessidade de promover a correção em alguns itens, em razão da quantidade de inscritos ter superado o previsto, bem como a grande quantidade de indeferimentos, torna públicas as seguintes retificações no Edital do Processo Seletivo Público: Fica retificado o Anexo II onde o Cronograma do Processo Seletivo que passa a vigorar com a seguinte redação: ANEXO II CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO Atividade Publicação do Resumo de Edital Diário Oficial/Jornal Local e no endereço eletrônico: Período de Inscrições dos candidatos ao Processo Seletivo Unidades de Saúde da Família Divulgação da relação de inscrições Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/">www.jaciara.mt.gov.br/ Prazo para recurso sobre as inscrições Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/">www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal Julgamento dos recursos sobre as inscrições Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/">www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal Realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha Local a ser divulgado Divulgação dos gabaritos da Prova Objetiva de Múltipla Escolha Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/">www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal Prazo para recurso sobre os gabaritos da Prova Objetiva de Múltipla Escolha Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/">www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal Julgamento dos recursos sobre os Secretaria Municipal de Saúde/ DE PROCESSO SELETIVO DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2017 QUE TRATA DO E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (ACS) E O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe Lei Orgânica Municipal, Lei 1211/2009 Art. 78 parágrafo 1º modificada pela Lei 1498/2013 e demais legislações pertinentes, TORNA PÚBLICO nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Nº promover a correção em alguns itens, em razão da quantidade de inscritos ter superado o previsto, bem como a grande quantidade de indeferimentos, torna públicas as seguintes retificações no Edital nde o Cronograma do Processo Seletivo que Local Diário Oficial/Jornal Local e no endereço eletrônico: www.jaciara.mt.gov.br Unidades de Saúde da Família Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/">www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/">www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/">www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal Local a ser divulgado Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/">www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/">www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal Secretaria Municipal de Saúde/ gabaritos da Prova Objetiva de 16/10/17 14h00min Divulgação do resultado da Prova Objetiva de Múltipla Escolha 17/10/17 e 18/10/17 14h00min às 17h00min Prazo para recurso sobre o resultado da Prova Objetiva 19/10/17 17h00min Julgamento dos recursos sobre o resultado da Prova Objetiva 20/10/17 14h00min Divulgação do resultado final 23 a 24/10/17 14h00min às 17h00min Prazo para recurso sobre o resultado final, relativo à atribuição de pontos da Prova de Títulos e na 25/10/17 17h00min Julgamento dos recursos sobre o 26/10/17 11h30min Divulgação do Resultado Final Definitivo para homologação pelo Prefeito Municipal Os demais itens seguem inalterados. ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD gabaritos da Prova Objetiva de Múltipla Escolha www.jaciara.mt.gov.br/">www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal Divulgação do resultado da Prova Objetiva de Múltipla Escolha Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/">www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal Prazo para recurso sobre o resultado da Prova Objetiva Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/">www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal Julgamento dos recursos sobre o resultado da Prova Objetiva Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/">www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal Divulgação do resultado final provisório Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/">www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Muni Prazo para recurso sobre o resultado final, relativo à atribuição de pontos da Prova de Títulos e na classificação Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/">www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal Julgamento dos recursos sobre o resultado final Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/">www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal Divulgação do Resultado Final Definitivo para homologação pelo Prefeito Municipal Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/">www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal Os demais itens seguem inalterados. Jaciara-MT, 25 de Agosto de 20 ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD Prefeito Municipal de Jaciara www.jaciara.mt.gov.br/">www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/">www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/">www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/">www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/">www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/">www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/">www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal MT, 25 de Agosto de 2017.

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO MUNICIPAL DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO PROCESSOSELETIVO PÚBLICO MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Nº 001/2017 RESERVA PARA OS CARGOS DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS. O Prefeito Municipal de Jaciara, confere o artigo 37, inciso IV, da Constituição Federal, da 1457/2012 alterada pela Lei PÚBLICO nos termos do Edital de Processo Seletivo pela legislação em vigor, a necessidade de promover a correção Classificação Final e Desempate, item 4 seletivo os candidatos que apresentarem cumulativamente os seguintes resultad a) que obtiverem no mínimo 70% de aproveitamento na prova objetiva. com a seguinte redação: Serão considerados aprovados no processo seletivo os candidatos que apresentarem cumulativamente os seguintes resultados: aproveitamento na prova objetiva. ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD Prefeito Municipal de Jaciara EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Nº 001/2017 DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2017 QUE TRATA DO PÚBLICO MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Nº 001/2017VISANDO A CONTRATAÇÃO E CADASTRO DE RESERVA PARA OS CARGOS DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS. O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe artigo 37, inciso IV, da Constituição Federal, da Lei Orgânica pela Lei 1.572/2014 e demais legislações pertinentes, TORNA nos termos do Edital de Processo Seletivo público Nº 001/2017. vigor, a necessidade de promover a correção do Título XII Classificação Final e Desempate, item 4 – Serão considerados aprova-

dos no processo seletivo os candidatos que apresentarem cumulativamente os seguintes resultad a) que obtiverem no mínimo 70% de aproveitamento na prova objetiva. Título XII – Da Classificação Final e Desempate, item 4 Serão considerados aprovados no processo seletivo os candidatos que apresentarem mente os seguintes resultados: letra a) que obtiverem no mínimo 5 aproveitamento na prova objetiva. Jaciara - MT, 30 de ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD AUDIMAR ROCHA SANTOS Prefeito Municipal de Jaciara-MT Secretário Municipal de Saúde EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDITAL Nº 001/2017 QUE TRATA DO PÚBLICO MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL CONTRATAÇÃO E CADASTRO DE RESERVA PARA OS CARGOS DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E tribuições que lhe Lei Orgânica Municipal, Lei emais legislações pertinentes, TORNA /2017. E conferidas do Título XII – Da Serão considerados aprovados no processo seletivo os candidatos que apresentarem cumulativamente os seguintes resultados: letra a) que obtiverem no mínimo 70% de aproveitamento na prova objetiva. Passa a vigorar Da Classificação Final e Desempate, item 4 – Serão considerados aprovados no processo seletivo os candidatos que apresentarem que obtiverem no mínimo 50% de de agosto de 2017. AUDIMAR ROCHA SANTOS Secretário Municipal de Saúde

INSCRIÇÕES DEFERIDAS (Agentes Comunitários de Saúde) PROCESSO SELETIVO 001/2017- SMS 31/08/17

Número inscrição Nome Completo CPF Área de atuação Endereço onde reside 1 Maria da Conceição Gomes da Silva 057.846.753-46 PSF 01 Rua Amélia, 390 - Jardim Clementina 2 Sisle Francisca da Silva dos Santos 020.204.131-08 PSF 01 Rua RL 01, 367 - Jardim Leblon 4 Joziane Dias Caetano Viniski dos Santos 038.610.091-88 PSF 01 Rua B, 22 - Residencial São Francisco 7 Elisângela Emília Ribeiro 038.479.141-70 PSF 01 Rua Carolina, 544 - Jardim Clementina 8 Shirlei Mariana Marques 918.993.701-53 PSF 01 Rua Acocê, 867 - Planalto 11 Ana Cleide da Silva Martins Alves 037.808.471-24 PSF 01 Rua Moema, 3.640 - Planalto 13 Maria de Fátima Pereira Cavalcante Nunes 023.635.204-08 PSF 01 Rua Moema, 3.698 - Planalto 16 Iasmim Silva Passos 052.430.871-30 PSF 01 Rua Ceci, 1.060 - Santo Antônio 17 Rôsangela Rosa de Jesus Souza 022.287.411-24 PSF 01 Rua RL 01, 148 - Jardim Leblon 18 Leidiane Darlen Ramalho Gomes 025.609.631-75 PSF 01 Rua RL 02, 185 - Jardim Leblon 19 Vera Lúcia de Lara 006.156.541-50 PSF 01 Rua B, 47 - Residencial São Francisco 25 Elizangela Caldas da Silva 921.127.301-34 PSF 01 Rua Jaciporã, 491 - Residencial Ipanema 26 Joelma Carneiro de Morais 016.011.551-58 PSF 01 Rua RL 01, 196 - Jardim Leblon 28 Solange batista Galdino da Silva 023.463.981-44 PSF 01 Rua Ceci, 695 - Planalto 29 Rosinete Ramalho da Silva 006.675.181-00 PSF 01 Rua RL 06, 415 - Jardim Leblon 31 Deiziane Forgiarini Silva 020.494.071-06 PSF 01 Rua Ceci, 980 - Santo Antônio 32 Elizangela Mariana de Souza Lopes 901.993.831-20 PSF 01 Rua B, 239 - Residencial São Francisco 33 Maria Aparecida de Souza Pereira 514.064.201-82 PSF 01 Rua RL 02, 295 - Jardim Leblon 34 Fabiana Pavão Lopes 069.039.601-55 PSF 01 Rua Jaciporã, 1.003 - Planalto 35 Thamires Moises Cotrin 052.550.531-80 PSF 01 Rua RL 05, 40 - Jardim Leblon 36 Maria Cícera Gomes dos Santos 032.015.811-00 PSF 01 Rua RL 02, 472 - Jardim Leblon 39 Flávia Ap. Ferreira Santos M. Soares 031.406.481-89 PSF 01 Rua Moema, 3.766 - Planalto 41 Tania Maria da Silva de Araújo 522.161.281-04 PSF 01 Rua Cecy, 1.060 - Santo Antônio 42 Adriana Oliveira Silva 024.807.061-41 PSF 01 Rua Cecy, 1.113 - Planalto 42 Claudia da Silva Paganardi 000.740.661-45 PSF 01 Rua RL 02, 149 - Jardim Leblon 43 DeizianeTeixeira Simioni 036.185.391-26 PSF 01 Rua Miruna, 563 - Planalto 45 Silvânia Aparecida Siqueira Baldacin 899.314.321-87 PSF 01 Rua Jaciporã, 838 - Santo Antônio 46 Bruna Mayara dos Santos Oliveira 024.798.921-58 PSF 01 Rua Ceci, 1.047 - Planalto 48 Vanessa de Oliveira Nascimento 023.121.111-28 PSF 01 Rua A, 265 - Residencial São Franscisco 49 Sandra Pinheiro de Oliveira 002.867.131-79 PSF 01 Rua RL 01, 149 - Jardim Leblon INSCRIÇÕES DEFERIDAS (Agentes Comunitários de Saúde) PROCESSO SELETIVO 001/2017- SMS 31/08/17 50 Patrícia Nunes de Souza 036.678.751-93 PSF 01 Rua Carolina, 368 - Jardim Clementina 51 Larissa Oliveira da Silva 050.196.361-85 PSF 01 Rua Beatriz, 348 - Jardim Clementina 53 Maria Aparecida Pereira dos Santos 630.346.111-53 PSF 01 Rua Cecy, 838 - Planalto 54 Maria Madalena Vieira da Silva 631.272.021-72 PSF 01 Rua RL01, 173 - Jardim Leblon 55 Edilaine Rufino da Silva 030.998.101-85 PSF 01 Rua RL 01, 441 - Jardim Leblon 58 Francielly Stuelp de Almeida 056.503.611-42 PSF 01 Rua Moema, 3.230 - Planalto 60 Cleudeci Maria Gomes Fernandes Soares 981.757.341-91 PSF 01 Rua Miruna, 445 - Santo Antônio 62 Angélica de Jesus Paganardi 018.706.051-79 PSF 01 Rua RL 01, 624 - Jardim Leblon 63 Laís Cristina Monteiro da Silva 051.226.141-56 PSF 01 Rua Jaciporã, 160 - Santo Antônio 64 Ilma Ferreira 432.734.591-15 PSF 01 Rua Moema, 3.796 - Planalto 65 Angélica Carvalho 047.965.051-99 PSF 01 Rua Irajá, 185 - Santo Antônio 67 Deise Ferreira Vidal Passarelli 039.583.251-90 PSF 01 Rua Acocê, 742 - Jardim Ipanema 67 Késia Chaves de Andrade 036.074.551-20 PSF 01 Rua B, 189 - Residencial São Francisco 68 Rose da Silva Paganardi 026.480.851-73 PSF 01 Rua Amélia, s/n - Jardim Clementina 69 Rafaeli Fernandes da Silva 060.697.991-35 PSF 01 Rua Ceci, 799 - Planalto 71 Ana Paula Dias da Silva 005.320.713-01 PSF 01 Rua Jaciporã, 909 - Santo Antônio 74 Luziane Andrade Coelho Pereira 026.401.821-45 PSF 01 Av. Botocudos, 1.151 - Santo Antônio 75 Wellen Dayane Paulina Jeronimo Rosendo 019.984.441-04 PSF 01 Rua A, 185 - Residencial São Francisco 76 Geane Souza Ribeiro 037.970.361-08 PSF 01 Rua B, 244 - Residencial São Francisco 77 Elizangela Souza Quirino 036.103.011-80 PSF 01 Rua RL 01, 515 - Jardim Leblon 79 Cleuza Maria Rufino 206.478.548-56 PSF 01 Rua A,123-Residencial São Francisco 80 Nilcelene Gonçalves da Silva 982.290.521-15 PSF 01 Rua Jaciporã, 190 - Santo Antônio 81 Josiane da Silva de Souza 985.713.971-04 PSF 01 Rua Cecy, 890 - Planalto 82 Maria de Fátima Paulino Fontaneli 780.259.581-91 PSF 01 Rua RL 02, 221 - Jardim Leblon 83 Rosangela Oliveira Neto 014.679.311-01 PSF 01 Rua Cecy, 67 - Santo Antônio 84 Lidiane Aparecida Coimbra 048.402.381-03 PSF 01 Rua Carolina, 200 - Jardim Clementina 85 Beatriz Gondin de Oliveira 971.856.981-20 PSF 01 Av. Botocudos, 1.073 - Santo Antônio 87 Dagmar Figueiredo Leite Moura 015.205.671-89 PSF 01 Rua Ceci, 467 - Planalto 88 Vera Janes Pereira de Morais 022.454.671-67 PSF 01 Rua RL 02, 355 - Jardim Leblon 89 Hélia Mara de Souza Figueiredo 012.505.641-90 PSF 01 Av. Botocudos, 1.117 - Santo Antônio 91 Cleire Godoi Brasileiro 006.119.011-22 PSF 01 Av. Xavantes, 810 - Santo Antônio 93 Márcia Aparecida de Almeida 008.780.391-71 PSF 01 Av. Botocudos, 869 - Santo Antônio 94 Vânia Lúcia da Silva Nascimento de Souza 048.693.511-61 PSF 01 Rua Jaciporã, 1.094 - Santo Antônio 95 Antônia Santos de Souza 015.846.111-89 PSF 01 Rua Jaciporã, 1.074 - Santo Antônio 97 Thais Ferreira Dias 062.359.821-35 PSF 01 Av. Botocudos, 1.212 - Santo Antônio 98 Thaynara Ferreira Dias 053.052.111-31 PSF 01 Rua Irerê, 601 - Santo Antônio 99 Ananda Cristyna Duarte de Souza 060.794.001-89 PSF 01 Rua Jaciporã, 1.064 - Santo Antônio 100 Maria Alves do Rego 031.407.631-07 PSF 01 Rua RL 01, 318 - Jardim Leblon 101 Giovana dos Santos Silva 059.735.011-67 PSF 01 Av. Botocudos, 761 - Santo Antônio 102 Andersandra Aires de Aquino 024.134.821-80 PSF 01 Av. Botocudos, s/nº - Santo Antônio 103 Merabi Rodrigues de Oliveira 001.532.481-81 PSF 01 Rua RL 02, Q. 05, Lote 12, 307 - Jardim Leblon 105 Elessandra Santana da Silva 001.876.731-10 PSF 01 Rua RL 01, 16 - Jardim Leblon 3 Silvia Maria Ribeiro dos Reis 002.015.281-77 PSF 01 Rua Cecy - Vila Planalto 6 Taiamara Justino Gomes 019.380.831-50 PSF 01 Avenida Botocudos, 299 - Santo Antônio 9 Kamila Alves Florencio 025.142.711-00 PSF 01 Rua Beatriz - Jardim Clementina 12 Dalilia Mascarenhas da Silva 843.359.985-20 PSF 01 Rua Carolina - Jardim Leblon 14 Marta Rodrigues de Carvalho 828.396.461-53 PSF 01 Rua RL 01, Qdra 8, Lote 15 - Jardim Leblon 15 Rafaela de Oliveira Pereira 050.296.041-89 PSF 01 Rua RL 02, 473 - Jardim Leblon 27 Ivanice Martins de Moraes de Oliveira 962.263.231-91 PSF 01 Rua RL2,491-Jardim Leblon 37 Janaína Lima dos Santos 016.916.151-02 PSF 01 Rua RL 02 - Jardim Leblon 38 Sonia Aparecida Santos Alves Gomes 024.198.081-00 PSF 01 Rua RL1,402-Jardim Leblon 40 Josimara Cristina da Silva 042.974.551-61 PSF 01 Rua RL1,258-Jardim Le-

blon 56 Daniela Alves da Costa 031.242.251-20 PSF 01 Rua RL1 - Jardim Leblon 61 Edivania Londe Ribeiro 839.799.051-87 PSF 01 Rua RL1 - Jardim Leblon 66 Gislaine Janaina Avelino Tabosa 006.174.771-83 PSF 01 Rua Cecy,?- Santo Antonio 72 Laura da Silva Ramos 603.738.301-49 PSF 01 Rua Moema - Vila Planalto 73 Poliane Bittencourt Martins 029.901.081-30 PSF 01 Rua Irerê,474-Santo Antonio 90 Luana Cristina da Silva Rocha 045.107.951-57 PSF 01 Av. Botocudos - Santo Antônio 92 Danielly Lemes Barbosa Oliveira 737.321.681-15 PSF 01 Rua RL 01, 484 - Jardim Leblon 106 Edinês Nunes de Farias 511.049.464-91 PSF 01 Rua Miruna - Planalto 1 Suely Candida de Souza 015.409.611-33 PSF 02 Rua Itaúna, 532 - Santo Antônio 2 Angelica Maria da Silva 040.301.671-10 PSF 02 Rua Tapuias, 823 - Santo Antônio 3 Lucy da Silva Gomes 038.704.951-70 PSF 02 Rua Itauna - Santo Antônio 4 Clemilda Dias 009.418.391-09 PSF 02 Rua Tocantins, 1.077 - Santo Antônio 5 Kedma Rodrigues Silva 017.152.481-04 PSF 02 Rua Tocantins, 328 - Santo Antônio 8 Raiane Passele dos Anjos 026.229.441-95 PSF 02 Rua Tabajara, 486 - Santo Antônio 9 Débora Samai Rodrigues Ferreira 044.053.601-46 PSF 02 Rua Irajá, S/N - Santo Antônio 10 Marilene Marcelino dos Santos 060.697.881-09 PSF 02 Rua Bartira, 437 - Santo Antônio 12 Sirleni Cardoso Canovas 259.840.978-77 PSF 02 Rua Tocantins, 100 - Santo Antônio 13 Eliane Coelho e Silva 038.789.483-79 PSF 02 Rua Irajá, S/N - Santo Antônio 14 Francieni Jacobi Nogueira 036.757.331-81 PSF 02 Avenida Xavantes, 521 - Santo Antônio 15 Elidiane Coelho e Silva 029.968.883-67 PSF 02 Rua Itauna, 367 - Santo Antônio 16 Lucinei Soares de Lima 758.728.031-68 PSF 02 Rua Tapuias, 554 - Santo Antônio 17 Eliane Ferreira dos Santos Silva 003.403.421-88 PSF 02 Rua Tapuias, 893 - Santo Antônio 19 Eloisa Helena de Oliveira de Souza 014.485.541-01 PSF 02 Rua Jaú, 719 - Santo Antônio 20 Adriana Sebastião Macedo da Costa 031.405.321-21 PSF 02 Rua Irai, 444 - Santo Antônio 21 Thalita Ynnara Silva Santos 061.758.401-00 PSF 02 Rua Irere, 307 - Santo Antônio 22 Jessica Jaques Ribeiro e Silva 054.141.461-52 PSF 02 Rua Iporã, 721 - Santo Antônio 23 Geovana Hellen da Silva 059.515.081-00 PSF 02 Rua Itaúna, 554 - Santo Antônio 25 Maria Aparecida dos Santos 205.017.141-20 PSF 02 Rua Tapuias, 605 - Santo Antônio 26 Erineia Vieira Lima 919.296.521-00 PSF 02 Rua Tabajara, 386 - Santo Antônio 27 Edilaine de Sousa Gomes 004.318.321-29 PSF 02 Rua Jaú, 45 - Santo Antônio 28 Jacilene Dias da Costa 745.315.143-00 PSF 02 Avenida Botocudos, 505 - Santo Antônio 29 Francielli Denize Stefanello 024.446.631-95 PSF 02 Rua Iraí, 328 - Santo Antônio 30 Zelma Moises da Silva Santos 002.614.681-97 PSF 02 Rua Tocantins, 643 - Santo Antônio 32 Vanessa de Souza Siqueira 060.490.641-21 PSF 02 Rua Tabajara, 974 - Santo Antônio 35 Valéria de Souza Siqueira 053.682.061-94 PSF 02 Rua Irajá, 718 - Santo Antônio 37 Cleidimar Vieira Neves da Silva 453.212.801-34 PSF 02 Rua Tabajara, 206 - Santo Antônio 39 Rosa Gomes da Silva 015.337.261-32 PSF 02 Rua Irere, 40 - Santo Antônio 40 Aparecida Maria de Sena 341.972.548-57 PSF 02 Rua Itaúna, 807 - Santo Antônio 41 Gislaine Gimenes da Silva Fernandes 040.570.051-29 PSF 02 Rua Itaúna, 179 - Santo Antônio 42 Jaqueline Inacio Roesler Machado 019.851.491-33 PSF 02 Rua Iporans, 385 - Santo Antônio 43 Thaina de Souza 061.530.391-97 PSF 02 Rua Tabajara, 969 - Santo Antônio 45 Marciele Mariano de Souza 001.286.471-40 PSF 02 Rua Tocantins, 51 - Santo Antônio 46 Marcela Gonçalves Quirino 051.824.561-66 PSF 02 Avenida Xavantes, 541 - Santo Antônio 47 Camila Silva Santos 017.409.711-59 PSF 02 Rua Irajá, 405 - Santo Antônio 48 Helena Queiroz da Silva 061.688.751-58 PSF 02 Rua Itaúna, 200 - Santo Antônio 51 Hellen Patricia Araujo da Costa 061.445.841-29 PSF 02 Rua Tocantins, 111 - Santo Antônio 54 Lorrainy Fernandes Ferreira 055.198.351-52 PSF 02 Rua Bartira, 854 - Santo Antônio 55 Roseni Ferreira da Silva 798.068.131-20 PSF 02 Rua Acoçê, 414 - Santo Antônio 56 Sheila Santana de Oliveira 021.990.141-42 PSF 02 Rua Tabajara, 251 - Santo Antônio 57 Daniela Baca 026.002.271-30 PSF 02 Rua Tabajara, 929 - Santo Antônio 58 Maria Auxiliadora Sampaio 001.646.271-89 PSF 02 Rua Itauna, 465 - Santo Antônio 59 Juliana Diniz Felipe de Souza 018.532.471-11 PSF 02 Rua Iporã, S/N, Quadra 231, Lote 19 - Santo Antônio 60 Aparecida Ferraz de Matos dos Santos 002.002.321-9 3 PSF 02 Rua Irajá, 761 - Santo Antônio 61 Kenia Aparecida Nunes da Silva Santana 029.827.931-21 PSF 02 Avenida Botocudos, S/N - Santo Antônio 62 Claudia Maciel Esteves 028.896.991-02 PSF 02 Rua Tabajara, 638 - Santo Antônio 63 Maria Helena Ferreira Neves 847.804.101-00 PSF 02 Rua Tapuias, 1.189 - Santo Antônio 64 Matheus Ferreira Neves 062.016.311-94 PSF 02 Rua Tapuias, 1.199 - Santo Antônio 65 Joselita Alves Gomes 943.131.211-53 PSF 02 Rua Tapuias, 988 - Santo Antônio 66 Patricia Carmen Galvão Reis 059.802.621-56 PSF 02 Avenida Botocudos, 896 - Santo Antônio 68 Elaine Gonçalves Aires 010.548.661-20 PSF 02 Rua Irere, 334 - Santo Antônio 70 Rosimeire dos Santos Teixeira 040.227.081-90 PSF 02 Avenida Tupiniquins, 2.506 - Santo Antônio 71 Elisangela Misael de Morais 005.755.141-32 PSF 02 Rua Iporã, 210 - Santo Antônio 72 Flavia Maximino dos Santos 030.924.311-46 PSF 02 Rua Irajá, 541 - Santo Antônio 74 Maria Paizinha dos Santos Silva 265.863.551-68 PSF 02 Rua Tapuias, 419 - Santo Antônio 75 Salete Aparecida Soares 420.298.991-00 PSF 02 Rua Bartira, 740 - Santo Antônio 76 Nilza Lopes dos Santos 926.080.781-68 PSF 02 Rua Tabajara, 598 - Santo Antônio 77 Francisca de Souza Mendes Santos 995.412.541-87 PSF 02 Rua Tocantins, 298 - Santo Antônio 79 Larissa Fernanda Francelina Cruz Marques 022.377.391-37 PSF 02 Rua Iporans, 523 - Santo Antônio 80 Alda Teodora da Silva 780.721.151-20 PSF 02 Rua Acoçe, 504 - Santo Antônio 81 Fátima Antonio Elias 257.707.561-87 PSF 02 Rua Tabajara, 934 - Santo Antônio 84 Ana Paula Dias dos Santos 039.321.641-13 PSF 02 Rua Iraí, 769 - Santo Antônio 86 Maria Aparecida de Oliveira 667.027.471-87 PSF 02 Rua Tocantins, S/N - Santo Antônio 87 Valdirene de Sa de Souza 044.772.421-58 PSF 02 Rua Tocantins, 269 - Santo Antônio 89 Juracy dos Santos Silva 609.191.703-07 PSF 02 Rua Baituva, 877 - Santo Antonio 91 Rhaelita Campos Valente 062.107.071-81 PSF 02 Avenida Caetes, 41 - Santo Antônio 93 Lisiani Brum Leite 041.275.651-01 PSF 02 Rua Iraí, 555 - Santo Antônio 94 Janaína Soares Santos 046.787.231-70 PSF 02 Rua Jaú, 36 - Santo Antônio 97 Gisele de Souza Dourado 023.476.461-92 PSF 02 Avanida Caites, 24 - Santo Antônio 98 Mariana Maria da Silva de Moraes 051.407.541-42 PSF 02 Rua Tocantins, 31 - Santo Antônio 99 Michelly Stefany Macedo dos Santos 054.531.791-63 PSF 02 Rua Irerê, 225 - Santo Antônio 100 Gleidy Ferreira da Silva 022.920.421-00 PSF 02 Rua Acoçê, 473 - Santo Antônio 101 Cristiane Barbosa Francisco 053.311.171-47 PSF 02 Rua Iporans, 130 - Santo Antônio 103 Gheovana Pereira Teixeira 061.854.001-62 PSF 02 Rua Irerê, 206 - Santo Antônio 104 Durcilene Ferreira dos Anjos 037.981.071-90 PSF 02 Rua Tapuias, 904 - Santo Antônio 105 Sandra Fátima dos Reis 627.914.601-44 PSF 02 Rua Tapuias, 450 - Santo Antônio 106 Dayane Correia Frazão 053.542.611-98 PSF 02 Rua Iraí, 533 - Santo Antônio 107 Juliana dos Santos Silva Sotério 044.461.771-09 PSF 02 Rua Tapuias, 539 - Santo Antônio 108 Ana Paula Pereira da Silva 002.005.091-79 PSF 02 Rua Bartira, 733 - Santo Antônio 109 Francieli Souza Mendes Santos 059.980.461-02 PSF 02 Rua Tocantins, 298 - Santo Antônio 110 Karine Sussann Ferreira dos Santos 047.377.561-13 PSF 02 Rua Iporãns, 180 - Santo Antônio 111 Fabiane Pereira Martins 038.326.911-38 PSF 02 Rua Iporã, 246 Santo Antônio 112 Clarice Maria Dias 023.026.871-40 PSF 02 Rua Tocantins, 828 - Santo Antônio 113 Maristela Alves Martins Estevam 016.368.911-36 PSF 02 Rua Tocantins, 70 - Santo Antônio 114 Karine Nobres Diniz de Oliveira 039.006.021-66 PSF 02 Avenida Botocudos, 80 - Santo Antônio 115 Zilmara Gomes 031.429.981-52 PSF 02 Rua Acoçe, 120 - Santo Antônio 116 Celia Teixeira da Silva 569.548.081-72 PSF 02 Rua Irajá, 405 - Santo Antônio 7 Neuza Gabriele do Carmo 014.677.031-50 PSF 02 Rua Miruna, 35 - Santo Antonio 11 Rosimare Maria da Silva 024.725.001-57 PSF 02 Rua Acoce, 166 - Santo Antonio 18 Ana Quezia Silva Alves 031.405.481-25 PSF 02 Rua Tapuias, 977 - Santo Antonio 24 Jandenete Candido da Silva 016.301.631-39 PSF 02 Rua bartira, 389 - Santo antonio 36 Sandra Teixeira dos Santos 038.926.401-65 PSF 02 Rua Tabajara, 994 - Santo Antonio 38 Maria Madalena da Silva Alves 029.944.121-01 PSF 02 Rua Bartira, 230 - Santo Antonio 49 Rosimeire jesus Campos 978.893.001-82 PSF 02 Rua acoce, 237 - Santo Antonio 50 Rosangela Nunes de Freitas 631.546.331-20 PSF 02 Rua Tabajara, 974 - Santo Antônio 67 Josilene Ferreira Xavier 983.944.521-91 PSF 02 Rua Irere, 20 - Santo Antonio 69 Valdineia Vicente da Silva 945.471.221-72

PSF 02 Avenida Botocudos, 240 83 Leticia Barbosa dos Santos 059.549.381-56 PSF 02 Rua Iraja, 23 - Santo Antonio 85 Jose Lourenço de Oliveira Rocha 059.800.093-37 PSF 02 Vila Antonio, Tabajara 88 Rosecleide Jesus campos 019.797.591-70 PSF 02 Rua Itauna, 694 - Santo Antonio 117 Zulene Lino Costa 926.411.303-78 PSF 02 Rua Tabajara, 1371 - Santo Antonio 1 Kamilla strojke Pereira 041.718.329-18 PSF 03 Rua Projetada-1647 Bairro Planalto 2 Elielma Firmino Rodrigues 035.704.921-57 PSF 03 Rua Francisco Marteli 315 Bairro Planalto 3 Edicimar Teodoro de Souza 024.689.201-39 PSF 03 Rua das Violetas n° 97 Jardim Aurora 4 Frederico Ramos Valadares 033.098.641-46 PSF 03 Rua Poguba n° 99 Jardim Planalto 5 Roselaine Silva de Souza 022.408.651-05 PSF 03 Rua Tamandaré 481 Bairro Jardim Planalto 6 Camila D Cruz Silva 061.089.391-25 PSF 03 Rua Tamandaré 481 Bairro Jardim Planalto 7 Marciene da Silva 040.662.624-30 PSF 03 Avenida Marajá 12 73 - Fundos Bairro Jardim Planalto 8 Jusciley da Silva 797.325.771-34 PSF 03 Rua Caiçara 36 91 Bairro Jardim Planalto 9 Gabriela Ribeiro 060.980.681-51 PSF 03 Rua Miruna n° 1078 Bairro Jardim Planalto 10 Giselly Almeida Rodrigues 053.089.651-61 PSF 03 Rua Juruce n° 3715 Bairro Jardim Planalto 11 Celso Ferreira da Silva 052.568.061-65 PSF 03 Rua Moema n° 3925 Bairro Planalto 12 Claudia Raquel dos Santos Silva 838.572.141-04 PSF 03 Rua Irerê n° 1360 Bairro Planalto 13 Zaine Janaine Domingues Pereira 019.712.351-13 PSF 03 Avenida Marajá n° 1263 Bairro Planalto 14 Núbia Andréia Oliveira do Carmo 959.013.451-34 PSF 03 Avenida Marajá n° 833 Bairro Planalto 15 Irene Martins Ferreira 007.069.181-93 PSF 03 Rua Tamandaré n° 969 Bairro Planalto 16 Pamella Rodrigues Carvalho Pereira 049.589.751-52 PSF 03 Rua Ortência n° 91 Jardim Aurora 17 Eunice Ruas de Abreu 483.539.651-00 PSF 03 Rua Caiçara n° 3705 Bairro Planalto 18 Vanusa Ferreira da Silva 061.719.851-98 PSF 03 Rua Moema n° 3467 Bairro Planalto 19 Roseli Pereira Rocha dos Santos 000.907.361-25 PSF 03 Avenida Marajá n° 727 Bairro Planalto 20 Angélica Cristina Vieira 019.876.131-71 PSF 03 Rua Tamandaré n° 901 Bairro Planalto 21 Ana Paula Vieira da Silva 029.453.311-79 PSF 03 Rua Jasmim n° 64 Jardim Aurora 22 Maria Natividade Feitosa 630.396.721-34 PSF 03 Rua Bartira n° 1378 Bairro Planalto 23 Everly Caroliny dos Santos Gouveia 054.045.801-51 PSF 03 Rua das Margaridas n° 398 Jardim Aurora 24 Solange Castro da Silva 015.846.101-07 PSF 03 Rua Miruna n° 970 Bairro Planalto 25 Suely Ferreira Santana 902.392.961-68 PSF 03 Rua Miruna n° 832 Bairro Planalto 26 Neide de França Pereira Mascarenhas 004.880.781-80 PSF 03 Rua Poguba n° 358 Bairro Planalto 27 Rosângela Camolezi dos Santos 537.343.511-20 PSF 03 Rua Miruna n° 960 Bairro Planalto 28 Aldenir Faustino Alves 389.898.591-15 PSF 03 Avenida Marajá n° 657 Bairro planalto 29 Ana Claudia dos Santos 018.399.801-41 PSF 03 Avenida Marajá n° 741 Bairro Planalto 30 Thaiza Alves Gouveia 046.199.451-88 PSF 03 Rua Poguba n° 37 Jardim Aurora 31 Cleia Garcia de Freitas Lima 012.141.851-00 PSF 03 Rua Tamandaré n° 1222 Bairro Planalto 32 Clari Leobet de Andrade 580.618.781-00 PSF 03 Rua das Carmélias n° 81 Jardim Aurora 33 Ivanildes de Jesus Lisboa Reinaldo 009.242.581-01 PSF 03 Rua Irerê s/n Bairro Planalto 34 Aline Fernandes Guimarães de Abreu 040.603.781-78 PSF 03 Rua Verbenas s/n Jardim Aurora 35 Mariana Dias de Oliveira 045.176.981-30 PSF 03 Rua Jurucê n° 1358 Bairro Planalto 36 Silvana Barros Lima dos Santos 965.681.431-20 PSF 03 Rua Poguba s/n Jardim Aurora 37 Sandra Moraes dos Santos 014.677.011-06 PSF 03 Rua das Margaridas n° 398 Jardim Aurora 38 Graciela Xavier da Cunha 933.599.501-00 PSF 03 Rua Jasmim n° 67 Jardim Aurora 39 Euzenilde Ferreira de Sousa Veiga 930.145.543-91 PSF 03 Rua Azaléia n° 165 Jardim Aurora 40 Alaíde da Costa Santos 651.581.051-20 PSF 03 Rua Azaléia n° 150 Jardim Aurora 41 Angela Abadia Aparecido Xavier 044.734.161-86 PSF 03 Rua Ceci n° 447 Bairro Planalto 42 Maria Aparecida Oliveira Lima da Silva 007.207.901-07 PSF 03 Rua Bartira n° 1250 Bairro Planalto 43 Janete Pereira Lopes França 940.180.061-87 PSF 03 Rua Moema n° 3679 Bairro Planalto 44 Dionicléia Gomes Roberto 029.463.211-50 PSF 03 Rua Tamandaré n° 599 Bairro Planalto 45 Sueli Garcia Dias 132.151.078-05 PSF 03 Rua Irajá n° 1258 Bairro Planalto 46 Leiva Adriana Michelato Maximino 919.477.581-87 PSF 03 Rua Caiçara n° 3761 Bairro Planalto 47 Katiane Raitz de Arruda 011.899.471-96 PSF 03 Rua Irajá s/n Bairro Planalto 48 Lucia Helena Inácio Cândido 003.656.821-01 PSF 03 Avenida Antônio Ferreira Sobrinho n° 3622 Bairro Planalto 49 Cristina Amorim Oliveira 022.508.501-19 PSF 03 Rua Caiçara n° 2470 Centro 50 Caroline Klesse Aguiar 050.709.031-44 PSF 03 Rua Projetada n° 1643 Bairro Planalto 51 Valentina Soares Barbosa Damasceno 061.074.731-22 PSF 03 Rua Projetada n°1635 Bairro Planalto 52 Iraci Elena Boccoli 574.125.530-20 PSF 03 Rua Ceci Qdra 181 lote 21 Apt 04 Bairro Planalto 53 Romantchelly Lorranny Batista Ferreira 047.853.051-00 PSF 03 Rua Tamandaré n° 761 Bairro Planalto 54 Vera Lucia Sulzbacher 487.444.501-25 PSF 03 Rua Jurucê n° 2514 Bairro Planalto 55 Sandra Aguiar de Oliveira 460.916.701-82 PSF 03 Rua Moema n° 3603 Bairro Planalto 56 Marciliane Braga Rodrigues 028.443.961-43 PSF 03 Avenidade Antônio Ferreira Sobrinho n° 2748 Bairro Planalto 57 Carla Patricia Algaranaz Atipo 703.509.251-00 PSF 03 Rua Jurucê n° 109 Centro 58 Edilaine Almeida Prado dos Santos 024.510.361-92 PSF 03 Avenida Antônio Ferreira Sobrinho n° 3515 Bairro Planalto 59 Tatiana Trajano Borges 056.089.871-10 PSF 03 Rua Tamandaré n° 915 Bairro Planalto 60 Lucyclaudia Pereira da Silva 031.353.611-28 PSF 03 Rua Moema n° 3583 Bairro Planalto 61 Bruna Kássia Pereira da Silva 053.618.021-07 PSF 03 Rua Irerê n° 798 Bairro Planalto 62 Cristiane Nogueira de Souza 050.507.341-26 PSF 03 Avenida Xavantes n° 1749 Bairro Planalto 63 Luzia Pereira Batista 001.727.691-83 PSF 03 Rua Tamandaré n° 761 Bairro Planalto 64 Leila Pereira Barbosa Monteiro 009.653.601-21 PSF 03 Rua Miruna n° 822 Bairro Planalto 65 Washington Vinicius Arantes dos Santos 059.126.931-71 PSF 03 Rua Moema n° 3339 Bairro Planalto 66 Rosemilda da Silva Barros 029.944.081-80 PSF 03 Rua Moema n° 3593 Bairro Planalto 67 Amanda da Silva Santana 060.215.671-88 PSF 03 Rua Moema n° 3593 Bairro Planalto 68 Tatiane Rocha da Silva 002.005.531-51 PSF 03 Rua Moema n° 3070 Bairro Planalto 18 Queiliane Dias Paes Oliveira 867.960.971-49 PSF 03 Rua Tamandaré, 1013 - Planalto 29 Queila Aparecida Santos de Almeida 946.139.821-20 PSF 03 Avenida Marajá, 1381 - Planalto 38 Hydilla Loraynе da Silva Araujo 054.009.901-50 PSF 03 Rua Begonia, 2 - Jardim Aurora 59 Keiliane Ferreira de Jesus 060.892.711-28 PSF 03 Rua das Margaridas, 415 - Jardim Aurora 63 Kellitha Karoliny Bastos Moreira Souza 063.123.351-27 PSF 03 Rua Miruna, 1167 - Planalto 1 Rejane Ines Artuso 795.444.799-53 PSF 04 Rua Jacira, 90 - São Sebastião 2 leonice Meireles de Carvalho 945.179.401-87 PSF 04 Avenida Piracicaba, 1239 - São Sebastião 3 Silvaneide Setubal de Araujo 981.757.261-72 PSF 04 Rua Ibirarema, 446 - São Sebastião 4 Priscilla de Souza Vasconcelos 031.552.151-19 PSF 04 Rua Jaciara, 25 - São Sebastião 6 Deoziani Simionatto 632.645.281-34 PSF 04 Rua VF 05, S/N - Vale Formoso 7 Rosangela da Conceição Feitosa 654.962.301-44 PSF 04 Rua Jacira, 160 - São Sebastião 8 Sandra Rodrigues da Silva 836.624.654-00 PSF 04 Rua Juruce, 29 - São Sebastião 10 Dalva Vitalino dos Santos 009.637.921-99 PSF 04 Rua Guaracy, 271 - São Sebastião 11 Simone de Oliveira 007.713.461-31 PSF 04 Rua Guaracy, 328 - São Sebastião 12 Thalita Simeia Silva Zahn 063.432.31-52 PSF 04 Rua Tupis, 928 - São Sebastião 13 Licia Silva Damaceno Filha Macedo 531.848.231-72 PSF 04 Rua Fv 01, 0 - Vale Formoso 14 Luana da Silva Souza 019.437.301-05 PSF 04 Rua Jacira, 595 - São Sebastião 15 Gabriela Garcia Cunha de Franca 949.550.341-87 PSF 04 Rua Guaiçara, 597 - São Sebastião 16 Joelma Prado Rodrigues 983.990.121-49 PSF 04 Rua Guaraci, 581 - São Sebastião 17 Viviane Bezerra da Silva 859.450.991-04 PSF 04 Rua Guaraci, 687 - São Sebastião 19 Tania Maria da Silva Souza 531.927.021-68 PSF 04 Rua Juruce, 300 - São Sebastião 20 Luciana Maria Peeira 632.638.901-15 PSF 04 Rua Caiçara, 149 - São Sebastião 21 Aldinéia Aparecida Martins da Silva 016.916.121-89 PSF 04 Rua Guaraci, 27 - São Sebastião 23 Crislaine Santos Castelli 028.817.291-42 PSF 04 Rua Jacira, 121 - São Sebastião 24 Ana Flávia da Silva Pereira 063.838.861-93 PSF 04 Rua Jaciara, 756 - São Sebastião 25 Silvani Araújo Figueredo 536.048.221-49 PSF 04 Rua Jaciara, 60 - São Sebastião 26 Luzia dos Santos Oliveira 324.538.171-91 PSF 04 Rua Caiçara, 385 - São Sebastião 27 Nataly cristina Xavier Fabian 016.274.891-42 PSF 04 Rua Irineu Batista Camilo, 580 - Vale Formoso 30 Jussinéia da Silva 487.453.321-34 PSF 04 Rua Jacira, 239 - São Sebastião 31 Eveline Andrea Ma-

chado 921.157.561-34 PSF 04 Rua Guaiçara, 468 - São Sebastião 34 Aline Mendes Legramante 066.593.754-73 PSF 04 Rua Iatararé, 385- Vale Formoso 39 Simone Aires de Souza 016.700.321-67 PSF 04 Rua Guaraci, 786 - São Sebastião 40 Radyelle Fernanda Silva de Oliveira 028.331.731-05 PSF 04 Rua Guaraci, 540 - São Sebastião 41 João Wellyngton Gomes Morais 091.185.964-01 PSF 04 Rua VF 09, 2210 - Res. Vale Formoso 42 Marilia Aparecida da Silva 048.884.589-01 PSF 04 Rua FV 01, Qd 16, Lote05 - Res. Vale Formoso 43 Leonete Terezinha Pagno Bueno 613.115.299-34 PSF 04 Rua Jacira, 497 - Vale formoso 44 Deyze Ferreira de Farias 048.929.601-79 PSF 04 Rua Timbiras, 1509 - São Sebastião 45 Dulcinete Magny Soares 848.399.961-72 PSF 04 Rua Cherente, 385 - São Sebastião 46 Michele Felix Rodrigues 060.011.451-13 PSF 04 Av. Antonio Ferreira Sobrinho, 10 - São Sebastião 47 Maria Cleide de Oliveira 621.198.771-49 PSF 04 Rua Guaiuvas - Vale Formoso 48 Patrícia Ferreira de Almeida 047.347.091-81 PSF 04 Rua caiçara, São Sebastião 49 Maysis Gabrielle de Souza Pereira 045.379.781-47 PSF 04 Rua Irahes, 989 - São Sebastião 50 Lucia Amorim de Souza 024.223.271-09 PSF 04 Rua dos Canários, 338 - Florais do vale 51 Ester de Fátima Souza 031.662.481-02 PSF 04 Rua Cherente. 545 - São Sebastião 52 Najara Barbosa de Oliveira 039.013.111-30 PSF 04 Rua Tupis, 1053 - São Sebastião 53 Regiane Carvalho Sampaio 021.174.571-50 PSF 04 Av. Antonio Ferreira Sobrinho, 91 - São sebastião 54 Maria Jussara de Souza 616.646.771-00 PSF 04 Rua Timbiras, 1027 - São Sebastião 55 Laise Santos Almeida 044.444.031-36 PSF 04 Rua Caiçara, 685 - São Sebastião 56 Ana Paula Rodrigues Paulino 045.710.031-10 PSF 04 Rua Caiçara, 689 - São Sebastião 57 Dayanny Grasielle Mendes Lourenço 921.049.911-53 PSF 04 Rua Juruce, 620 - São sebastião 58 Rozenilda Oliveira da Silva Freres 950.024.721-68 PSF 04 Rua jacira, 664 - São Sebastião 59 Eniuva Machado Rosa 593.587.501-20 PSF 04 Rua 09, Qd 36, Lote 06 - Res. Vale formoso 60 Rosane de Souza Leite 032.695.521-65 PSF 04 Rua Guaranis, 915 - São Sebastião 61 Ivone Barbosa Dourado 772.962.221-15 PSF 04 Rua Guaicara, 51 - São Sebastião 62 Regiane Morais Lima Oliveira Rodrigues 022.951.451-04 PSF 04 Rua Tupi, 703 - São Sebastião 63 Giulyane Panlandim Santana 057.356.391-88 PSF 04 Rua Guaracy, S/N - São Sebastião 64 Rosangela Martins Pereira 569.458.411-20 PSF 04 Rua Caiçara, 690 - São Sebastião 65 Fernanda Lima dos Santos Rocha 000.425.701-40 PSF 04 Rua Timbiras, 1542 - São Sebastião 66 Ana Letícia Porfirio Bragatto 057.356.491-40 PSF 04 Rua Guaraci, 251 - São Sebastião 67 Janete Borges da Silva 000.521.361-40 PSF 04 Rua Irahes, 1652 - São Sebastião 69 Fernanda Raquel Diniz da Silva 048.756.371-95 PSF 04 Rua Irineu Batista FV 01- Residencial Vale Formoso 70 Alyne Luiza da Silva Teixeira 061.398.111-12 PSF 04 Rua Guaracy, 300 - São Sebastião 72 Vania Sardinha Brazil 949.701.901-78 PSF 04 Rua Raimundo F. da Silva - Residencial vale Formoso 73 Alana Karine de Souza Almeida 045.824.681-60 PSF 04 Rua Tuiuiu, 95 - Flores do vale 74 Celio da Silva Carnauba 415.232.101-68 PSF 04 Rua Caiçara, 660 - São Sebastião 76 Maria Solange de Araujo 000.262.871-61 PSF 04 Rua carolina Alves de Oliveira, vale Formoso 79 Vittorya Dockhorn 032.144.131-12 PSF 04 Rua cayas, 784 - São sebastião 81 Telma Ferreira da Cruz Barbosa de Oliveira 006.562.931-01 PSF 04 Rua Rouxinóis, 721 - Florais do Vale 82 Judete Matos Vieira Silva 876.741.491-53 PSF 04 Rua Caiçara, 386 - São Sebastião 83 Valdeci Batista da gloria da Silva 015.399.431-27 PSF 04 Rua VF 07, Quadra 26, 230 - Vale Formoso 86 Rosiane Jesus da Silva 021.587.781-05 PSF 04 Rua Guaiçara, 577 - São Sebastião 87 Alessandra Ramos da Silva 943.791.901-10 PSF 04 Rua Tupis, 811 - São Sebastião 92 Elaini Soares de Lima 009.456.201-60 PSF 04 Rua Irahes, S/N - São Sebastião 95 Rosa Lina da Silva Souza 051.674.211-60 PSF 04 Rua Caiçara, 280 - São Sebastião 98 Eliane Magni Soares 860.650.921-34 PSF 04 Rua Jurucê, 610 - São Sebastião 102 Marli Terezinha Bertotti 312.428.201-91 PSF 04 Rua Iraés, 1.244 - São Sebastião 106 Leticia Pereira Barbosa 038.392.541-08 PSF 04 Rua Guaiçara, 70 - São Sebastião 109 Marcos Ferreira da Costa 010.804.501-30 PSF 04 Rua Iraés, 1.235 - São Sebastião 110 Elizete Lira Carvalho dos Santos 019.117.151-43 PSF 04 Rua Guaiçara, 161 - São Sebastião 111 Katia Silva Cruz Santana 003.853.911-02 PSF 04 Rua Guaraci, 231 - São Sebastião 113 Maria Raquel Santana Raitz 432.770.631-00 PSF 04 Rua Iraés, 1146 - São Sebastião 115 Andreia de Souza 018.433.211-73 PSF 04 Rua Jacira, 313 - São Sebastião 5 Aliandra Gabriele Dockhorn 021.057.111-03 PSF 04 Rua Carolina Alves de Oliveira, Residencial VA 9 Pamela Carvalho Flores 052.353.981-90 PSF 04 Avenida Piracicaba, 1239 - Centro 29 Zilmar Cristina de Oliveira 906.098.751-91 PSF 04 Rua Guaraci, 216 - São Sebastião 33 Jóice Cristina Borges dos Santos 059.672.151-07 PSF 04 Rua Iraés, 1.652 - São Sebastião 35 Jéssica Oliveira Santos 034.406.745-92 PSF 04 Rua Caiçara - São Sebastião 37 Adriana Arruda Fernandes 004.929.721-09 PSF 04 Rua VF, 05, Qdra 27 - Vale Formoso 66 Sheila Camila Vidor 029.464.559-47 PSF 04 Rua Guaraci, 610 - São Sebastião 68 Jessica Crislaine Borges dos Santos 052.831.821-77 PSF 04 Rua Ibirarema - São Sebastião 71 Creozeni Costa de Oliveira 951.843.761-00 PSF 04 São Sebastião 77 Tatiane Cunha Alves 017.924.751-44 PSF 04 Rua Guaiçara, São Sebastião 78 Schirley Ribeiro dos Santos 043.965.136.07 PSF 04 Rua dos Flamingos, 50 - Florais do Vale 78 Shirley Redivo 627.807.861-91 PSF 04 Rua moema, Qd 20 Lt 03 - Vale Formoso 84 Janaina Fernandes de França 054.527.621-75 PSF 04 Avenida Antônio Ferreira Sobrinho - São Sebastião 89 Adriana Santos de Jesus 022.805.611-07 PSF 04 Rua Guaiçara, 240 - São Sebastião 90 Ataciza Oliveira da Silveira 722.911.253-20 PSF 04 Rua Guaraci, 385 - São Sebastião 96 Maria Eloisa de Oliveira Barros 468.836.811-91 PSF 04 Rua Caiçara, 821 - São Sebastião 97 Marlon Drany Barros 514.064.111-91 PSF 04 Rua Caiçara - São Sebastião 99 Francisca Alves da Silva 001.819.461-30 PSF 04 Rua Jacira, 641 - São Sebastião 103 Ambrozina Alves dos Santos 031.949.511-65 PSF 04 Rua Cherente, 330 - São Sebastião 105 Rayane Fernandes de França 061.192.771-37 PSF 04 Rua Cherente, 386 - São Sebastião 108 Wesley Diego Ferreira 020.223.796-67 PSF 04 Rua Caiçara - São Sebastião 114 Sirlei Borges da Silva 691.141.291-91 PSF 04 Rua Jacira, 11 - São Sebastião 1 Gisele da Silva Mari 067.482.711-26 PSF 05 Rua 04 Casa 131 Bairro Cohab são Lourenço 2 Leandra Resende dos Santos de Almeide 631.262.571-00 PSF 05 Rua B N° 586 Bairro Jardim Vitória 3 Marilene Lemes dos Santos 701.402.691-77 PSF 05 Rua B N° 330 Bairro Jardim Vitoria 5 Mariani Medianeira Freitas De Miranda 568.681.381-72 PSF 05 Rua 09 Nº60 Cohab São Lourenço 5 Sandra Souza De Moraes 001.869.841-70 PSF 05 Rua 07 N 35° Bairro Zé Araça 7 Rosilda Pereira Rodrigues 946.618.801-10 PSF 05 Rua B N° 227 Bairro São Nicolau 10 Bartira Polyana dos Santos Hemonn 018.667.771-57 PSF 05 Rua 05 casa 96 Bairro Zé Araça 12 Alessandra Mendes de Oliveira 035.032.181-73 PSF 05 Rua 05 Nº 103 Bairro Zé Araça 13 Silma Aguiar de Oliveira Gomes dos Santos 009.526.381-00 PSF 05 Rua 05 Nº 231 Bairro Jardim Boa Esperança 14 Maria De Fatima Paes Da Cruz 978.893.261-49 PSF 05 Rua 04 Quadra 03 Nº111 Cohab São Lourenço 15 Ana Paula Gomes Castro Dos Santos 012.929.301-60 PSF 05 Rua B Nº601 Jardim Vitoria 16 Rosely Balestrin Gomes 415.448.891-00 PSF 05 Rua 08 Quadra 07 Nº81 Cohab São Lourenço 17 Jessika Isnayra Silva Moreira Dos Santos 034.231.551-08 PSF 05 Rua 04 Quadra 03 Nº131 Cohab São Lourenço 19 Marcela Delfino De Araújo 011.304.171-31 PSF 05 Rua Rodriao Rodrigues S/N Vila Martins 20 Camila Gomes Sanches 034.066.511-43 PSF 05 Rua 06 Nº66 Residencial Jose Araça 20 Flavia Silva Alcangelo 035.614.631-69 PSF 05 Rua 08 Nº101 Cohab São Lourenço 21 Francinne Moraes Feitosa 038.353.991-95 PSF 05 Rua 06 Nº54 Residencial Jose Araça 22 Eslaine Cardoso Santos Moraes 060.389.451-80 PSF 05 Rua 02 Nº160 Jardim Boa Esperança 23 Maria Lucia De Oliveira 453.585.911-68 PSF 05 Rua 06 Nº71 Cohab São Lourenço 24 Patricia Ferreira Barbosa Felix 030.463.011-03 PSF 05 Rua 03 Nº140 Cohab São Lourenço 25 Rosenilde Alves Campos 867.173.081-68 PSF 05 Rua 09 N° 67 Residencial José Araça 26 Silvana Marques Costa 631.321.681-49 PSF 05 Rua B N°287 São Nicolau 27 Rosimeire Conceição Barbosa 925.046.121-68 PSF 05 Rua 06 N°59 Residencial José Araça 28 Eliene Rodrigues Dos Santos 016.144.831-32 PSF 05 Rua 06 N°76 Residencial José Araça 29 Raimunda Pereira de Souza de Oliveira 846.224.741-15 PSF 05 Rua Piuva Nº165 Cohab são Lourenço 30 Luciana Delfino Guimaraes 007.145.561-22 PSF 05 Rua Principal 330 Jardim Vitória 31 Priscila Magna Rocha De Medeiros 046.

772.391-50 PSF 05 Rua 06 Casa 71 Residencial José Araça 32 Erika De Lima Pessoa 010.180.061-41 PSF 05 RUA 04 N °148 Residencial José Araça 33 Francieli Silva Santa Barbara 035.165.231-07 PSF 05 Rua 08 S/ N- Residencial José Araça 34 Nadja Maria Da Silva Ramos Zanella 019. 706.601-12 PSF 05 Rua 10 Nº76 - Residencial Jose Araca 35 Luana Soares Goncalves 025.878.951-46 PSF 05 Rua 02 Nº19 - Cohab São Lourenco 36 Andreia Rodrigues Da Silva 009.838.051-64 PSF 05 Rua B Nº84 Jardim São Nicolau 37 Maria Ivonete Dos Santos 028.531.773-35 PSF 05 Rua B Nº542 - Jardim São Nicolau 40 Jhonatan De Souza Farias 046.. 351.661-39 PSF 05 Rua Rua 06 Nº62 Residencial Jose Araça 41 Izabel Alcangelo Da Silva 052.578.501-92 PSF 05 Rua 03 Nº155 - Residencial Jose Araça 41 Cleide Ferreira Dos Santos 901.924.431-00 PSF 05 Rua 07 Nº22 - Residencial Jose Araça 42 Lidiane Lino Martins 022.696.211-31 PSF 05 Rua 05 Nº81 - Cohab São Lourenço 43 Amarinalva Santana De Oliveira 021.449.361-02 PSF 05 Rua 03 Quadra 03 Nº55 Cohab São Lourenço 44 Thais Cristina De Oliveira 045.404.081-43 PSF 05 Rua B Nº367 - Jardim Vitoria 45 Lucimara Januario Godoy 636.737.201-63 PSF 05 Rua B Nº 757 - Jardim São Nicolau 47 Alex Rocha Bispo 032.187.961-99 PSF 05 Rua B Nº20 Jardim Vitoria 48 Ana Beatriz Da Silva 045.900.601-08 PSF 05 Rua 08 Nº227 Cohab São Lourenço 49 Marinalva Joana Paes 940.003. 871-20 PSF 05 Rua 05 Nº97 Residencial Jose Araça 50 Marcilene Ferreira Dos Santos 654.714.661-87 PSF 05 Rua 06 Nº81 Residencial Jose Araça 51 Karyn Rayane Cruz Medeiros De Oliveira 063.457.011-06 PSF 05 Rua 07 Nº33 Residencial Jose Araça 52 Crislaine Ferreira Saraiva 046. 863.451-70 PSF 05 Rua 09 Nº100 Cohab São Louremço 53 Patricia Dutra Da Silva 013.276.411-35 PSF 05 Rua Principal Nº180 Jardim Vitoria 54 Vanusa Santos Da Silva 024.176.781-44 PSF 05 Rua A Nº130 Jardim Boa Esperança 54 Silvana de S. Dutra 003.590.471-22 PSF 05 Av. Cecilio J. Gaeta, Vila Martins 55 Maria Aparecida Oliveira Moter 531.907.691-68 PSF 05 Rua 06 Nº151 Cohab São Lourenço 56 Marina de Oliveira Castro 053.049.761-18 PSF 05 Rua 03 Q:03 Nº55 Cohab São Lourenço 57 Micaelle de Souza Carneiro Dourado Sampaio 052.895.251-06 PSF 05 Av. Cecilio Jesus Gaeta, Vila Martins 58 Antonio Traneisco Oliveira da Silva 024.510.983-16 PSF 05 Rua B Nº542 Jardim São Nicolau 59 Claythianna A. de O. da Silva 045.439.761-50 PSF 05 Rua Jaime José do Nascimento, Jardim Vitoria 60 Thamyres dos Santos Lourenço 063.047.321-80 PSF 05 Rua Cecilio Jesus Gaeta Nº235 Vila Martins 61 Luana Viana Satelis 036.230.862-40 PSF 05 Rua 13, Jardim Vitoria Nº660 62 Cariolanda Vanessa da Silva 081.422.654-00 PSF 05 Rua 09 nº 71 Bairro Cohab São Loureço 63 Vanne França da Silva 024.702.181-43 PSF 05 Rua 06 casa 06 Bairro Cohab São Lourenço 64 Queliane Carvalho Sampaio 047.853. 031.58 PSF 05 Av. Cecilio Jesus Gaeta, Jardim Vitoria 65 Edna Moreira Caetano 017.149.481-45 PSF 05 Rua 07 Q.-07 Casa 40 Coab São lourenço 66 Tatiane Rosalino Pedroso 012.742221-84 PSF 05 Rua 05 Q 5 N° 30 Cohab São Lorenço 67 Valdirene Braga 025.255.601-16 PSF 05 Rua 07 Casa 100 Bairro Cohab São Lourenço 68 Francisca Eliene Gomes de Sousa 604.274261-20 PSF 05 Rua Arquimedes Pereira Lima Bairro Vila Martins 69 Simone Soares Lendengues 000.596.695-95 PSF 05 Rua G casa 56 Bairro Zé Araça 70 Lucilene Ferreira Torres 851.352.321-68 PSF 05 Rua B N° 239 Bairro Jardim Nicolau 71 Joseane Da Silva 003.939.961-31 PSF 05 Rua 06 casa 06 Bairro Zé Araça 6 Gislaine Barros Da Silva 048. 720.111-63 PSF 05 Rua 08 Nº10 Cohab São Lourenço 3 Darlei Pedro Sebastião Macedo 388.077.691-15 PSF 06 Rua 04,16-João de Barro 6 Claudinéia Gomes Costa 010.921.121-97 PSF 06 Rua 05, Q02,42,L1-Jardim Aeroporto II 7 Maria Quiteria da Silva Santos 260.670.898-90 PSF 06 Rua 01, Q 24, 781,L06-Aeroporto II 9 Roseli de Souza Lopes 008.231.081-55 PSF 06 Rua Pinto Martins ,227,Jardim Aeroporto 12 Andreia Cruz da Silva 030.830.541-81 PSF 06 Rua 17,213,Aeroporto II 13 Valteneia Carvalho Ferreira 009.958.561-84 PSF 06 Rua 11,Q08,52-Jardim Aeroporto II 14 Gabriela de Souza Alves 027.098.771-12 PSF 06 Rua 20,30,Q 22, L03-Aeroporto II 17 Laura Rodrigues dos Santos Ribeiro 018.356.821.46 PSF 06 Rua Pinto Martins,122-Jardim Aeroporto 18 Wanderson Oliveira Rodrigues 053.548.711-82 PSF 06 Rua Hercilio Luz,24-Jardim Aeroporto 20 Rosa Cristina Arantes 604.286.941-87 PSF 06 Rua 13,Q10,162-Jardim Aeroporto II 22 Fabiana Candida da Silva 020.477.361-02 PSF 06 Rua Marechal Rondon, 20-Jardim Aeroporto II 24 Ketlyn Fronza 060.534.801-42 PSF 06 Rua 16,Q18, 30-Aeroporto II 25 Larissa Lorraine Valerio Nascimento 045.823.681-07 PSF 06 Rua H,12-Jardim Aeroporto 28 Silvana Ribeiro dos Reis 986.396.761-00 PSF 06 Rua 18,Q19,L20-Jardim Aeroporto 29 Josiane Souza de Oliveira 013.653.841-01 PSF 06 Rua 16,71-Luiz Martelli 30 Ivanete Aparecida da Silva 978.736.161-34 PSF 06 Rua 04,Q01,L01,132-Jardim Aeroporto II 33 Maria Aparecida Mendonça 957. 105.741.04 PSF 06 Rua 01,751-Aeroporto II 37 Deyse Lohana Jeronimo Pinheiro 061.128.361-14 PSF 06 Rua Sem denominação,153,L22,Q11,Jardim AeroportoII 38 Daniela Araujo Souza 046.787. 201-54 PSF 06 Rua K, 3 - Jardim Aeroporto 39 Wania Jane Molina 535. 569.171-49 PSF 06 Rua Pinto Martins ,85,Jardim Aeroporto 40 Luceny da Silva Gomes 036.304.651-88 PSF 06 Rua 13,Q9,223-Jardim Aeroporto II 45 Maria Denise Vieira da Silva 040.297.361-57 PSF 06 Rua 06,Q02,87,L06-Jardim Aeroporto II 46 Rafael de Souza Franco 060.618. 481-37 PSF 06 Rua 11,Q08,62-Jardim Aeroporto II 49 Edipamela Oliveira de Campos 061.855.821-71 PSF 06 Rua 18,61-Jardim Aeroporto II 50 Marta Geriel Soares de Campos 025.022.981-13 PSF 06 Rua 13,232-Jardim Aeroporto II 52 Valzirene da Silva Xavier 031.072.831-26 PSF 06 Rua 10,53,Q06-Jardim Aeroporto II 55 Wellita Marcia Oliveira de Jesus 048.847.201-64 PSF 06 Rua 01,721-Jardim Aeroporto II 61 Micilene Mota dos Santos 067.977.001-16 PSF 06 Rua 04,142-Aeroporto II 62 Maria Aparecida Carmo da Silva 015.877.921-50 PSF 06 Rua Guararapes,94-Jardim Aeroporto 63 Geiny Engels da Silva 042.187.481-36 PSF 06 Rua 15,Q17,30-Aeroporto II 65 Tatiane Cristina Moura de Oliveira 043. 705.731-30 PSF 06 Rua 16,Q13,142-Jardim Aeroporto II 67 Maria Aparecida Melo 537.240.971-15 PSF 06 Rua Marechal Rondon, 99-Jardim Aeroporto 68 Marcia Godoy de Lima 003.321.421-24 PSF 06 Rua 8,82,L05,Q05-Jardim Aeroporto II 70 Géssica Moraize de Matos da Silva 047.304.851-57 PSF 06 Rua 21,Q22,L11,101-Jardim Aeroporto II 71 Linicker Viana Conrado dos Santos 061.230.761-16 PSF 06 Rua 14,202,Jardim Aeroporto II 76 Thaís Camila Ferreira Macedo 061.248.851-90 PSF 06 Rua A,76-Jardim Esmeralda 78 Josina Eliete dos Santos 042.458.524-37 PSF 06 Rua principal,70-Jardim Esmeralda 80 Katiússi Miranda da Silva 020.705.561-07 PSF 06 Rua 10,92,Q07-Luiz Martelli 81 Vanessa Batista da Silva 007.481.601-24 PSF 06 Rua 01,L09,Q23,503-Jardim Aeropoto II 82 Andreia Moraes de Carvalho 019.096.761-79 PSF 06 Rua 4,13-João de Barro 83 Silvana Jesus Modesto 000.700.201-75 PSF 06 Rua 17,Q18,31-Jardim Aeroporto II 85 Julia Cavalcante Barbieri 054.731. 771-90 PSF 06 Rua 15,51-Jardim Aeroporto II 86 Creusa Maria de Jesus Cavalcante 630.512.451-20 PSF 06 Rua 15,51-Jardim Aeroporto II 88 Claudiane Ferreira de Melo 014.483.431-05 PSF 06 Rua Pinto Martins,216-Jardim Aeroporto 89 Viviane de Oliveira 024.306.051-39 PSF 06 Rua 19,Q20,61-Jardim Aeroporto II 91 Thays Nafaella Vieira de Souza Chaves 041.691.801-86 PSF 06 Rua Afonso Pena,65-Jardim Aeroporto 92 Nubia Rodrigues da Silva 031.407.801-09 PSF 06 Rua 10,Q06,63-Aeroporto II 94 Milena Gonçalves de Jesus Santana 062.332. 801-17 PSF 06 Rua Afonso Pena,146-Jardim Aeroporto 96 Aldo Alves Bezerra 903.843.851-68 PSF 06 Rua 16,Q17,L15, casa 81- Jardim Aeroporto II 97 Fernanda Catia Galdina da Costa 057.877.841-62 PSF 06 Rua 7,96-Jardim Esmeralda 98 Jaine Pinheiro de Andre 028.553.611-76 PSF 06 Rua 9, 75, Jardim Esmeralda 8 Silvânia Lins de Espindola 041.528. 274-83 PSF 06 Rua 01 Rua 23 N° 463 JD> Aeroporto II 19 Marlene Maciel Sebastião 482.420.201-91 PSF 06 Rua Baituva N° 1030 - Santo Antônio 21 Simone Rodrigues de Souza 052.372.481-01 PSF 06 Rua Irerê Sítio São Francisco N° - Santo Antônio 23 Lucélia Virgìnia Rodrigues dos Santos 020.204.121-28 PSF 06 Rua Pinto Martins - JD Aeroporto 35 Chaira Junielen de Jesus 000.893.221-26 PSF 06 N° 71 Qdra 23 - JD Aeroporto II 41 Ingrid Caroline da Silva Brito 059.880.821-30 PSF 06 Rua Eurico Sales - Jardim Aeroporto II 42 Keilla Oliveira da Silva 002.619.421-07 PSF 06 Rua 04 Qdra 02 - João de Barro 43 Auristina Rodrigues de Souza 820.065.081-87 PSF 06 Rua Irerê - Santo Antônio 44 Daiane Almeida Dockhorn 039.005.321-09 PSF 06 Rua Hercílio Luz N°36 - JD Aeroporto

II 53 Gislene Oliveira da Silva 045.314.801-67 PSF 06 Rua Pinto Martins - JD Aeroporto 56 Irismar de França Dourado 940.763.401-91 PSF 06 Rua 04 N° 391 - Jardim Esmeralda 66 Maria do Carmo Francisco Dutra 024. 064.531-62 PSF 06 Rua Irerê N°90 - Santo Antônio 74 Keila Santos Silva 030.998.741-59 PSF 06 Rua 12 N° 123 - Jardim Aeroporto II 75 Camila Rodrigues dos Santos 048.996.161-47 PSF 06 Rua Pinto Martins - JD Aeroporto 3 Erica Cristina de Souza 023.581.551-95 PSF 07 Rua 05, 151 - Flamboyan 4 Pamela Fernanda Faustino Dultra 045.884.921-95 PSF 07 Rua ibitinga, 275- Santa Luzia 6 Silmara Alves Rodrigues 042.968.561-03 PSF 07 Rua Ibitinga, 81 - Santa Luzia 7 Naglia Lorraynne Campos 031. 556.391-56 PSF 07 Rua 06, 166 - Flamboyan 8 Flávia Alves Cabral 031. 903.891-28 PSF 07 Rua Tupis, 348 - Santa Rita 9 Maria Neri Félix de Souza 604.392.031-04 PSF 07 Rua Moema, 100 - Santa Rita 10 Tamiris Macedo Pinheiro 031.686.021-24 PSF 07 Rua Itatinga, 300 - Santa Luzia 13 Luciana de Freitas Rodrigues 009.826.041-30 PSF 07 Rua Ibitinga, 11 - Santa Luzia 14 Bianca Antonia Farias Benites Rodrigues 047.938.311-17 PSF 07 Rua Iraes, 761 - Santa Rita 15 Polyana Paula dos Reis 018.472.901-75 PSF 07 Rua Guaranis, 250 - Santa Luzia 16 Alynny Cezario de Carvalho 053.353.201-92 PSF 07 Rua Itararé, 110 - Santa Rita 17 Suely Aparecida Garcia Rocha Gonçalves da Silva 998.067.381-87 PSF 07 Rua Ibitinga, 71 - Santa Luzia 18 Marlucia Borba de Souza 004.700.881-41 PSF 07 Rua Iatraré, 251 - Santa Rita 22 Claudete Cezario Bispo 011.635.591-30 PSF 07 Avenida Pagé, 83 - Santa Rita 23 Selma Santos Felix 014.520.331-02 PSF 07 Rua Ibitinga, 645 - Santa Luzia 24 Gabriella Borba Borges 060. 792.931-61 PSF 07 Rua Tupi, 426 - Santa Rita 25 Elisangela de Souza Silva 879.838.341-87 PSF 07 Rua Itararé, 820 - Santa Rita 26 Silvia Ferreira da Silva 000.260.911-86 PSF 07 Rua Itararé, 250 - Santa Rita 28 Dilcleia Figueiredo Lero 000.822.301-70 PSF 07 Rua Tupi, 318 - Santa Rita 29 Rosimeire Nunes de Aprinio 361.673.471-15 PSF 07 Rua R8, Lote 03, Qd 17, 159 - Flamboyant 30 Catiele Passele dos Santos 061.003.431-69 PSF 07 Rua 05, 97 - Flamboyant 31 Adelina Maria de Oliveira Moreira 034. 861.111-08 PSF 07 Rua Itatinga, 119 - Santa Luzia 32 Flávia Vendruscolo 009.550.850-39 PSF 07 Rua Reima, 393 - Santa Rita 33 Valéria Celeri Vieira 023.240.731-29 PSF 07 Rua Ibitinga, 508 - Santa Luzia 35 Camilla dos Santos Pessoa dos Santos 034.115.991-38 PSF 07 Rua Jose Maria Martins, 24 - Vila Martins 37 Priscila Santos Silva 008.475.681-05 PSF 07 Rua Itatinga, 769 - Santa Luzia 39 Carla Luíza Carraro 020.362.701-66 PSF 07 Rua Moema, 570 - Santa Rita 40 Aline de Oliveira Ferreira Leite 061.134.551-06 PSF 07 Rua Elima, 442 - Santa Rita 41 Geusa Andre dos Santos 045.819.081-08 PSF 07 Rua Itarare, 801, Kitnet 04 - Santa Rita 42 Maria Aparecida Trajano da Silva 925.966.221-49 PSF 07 Avenida Pagé, 44 - Santa luzia 46 Simone Rodrigues da Cruz 051.197.131-14 PSF 07 Rua Moema, 220 - Santa Rita 48 Fernanda Cardoso da Silva 992.012. 401-04 PSF 07 Rua Moema, 301 - Santa Rita 49 Vanderleia Franco 549. 590.390-00 PSF 07 Rua Goianases, 630 - Santa Rita 50 Rita de Cássia Gonçalves Queiroz 875.432.731-87 PSF 07 Rua Guaranis, 320 - Santa Luzia 51 Lais Gabriele Lima Souza 058.732.721-90 PSF 07 Rua Guaranis, 430 - Santa Rita 52 Mayra Gabriele Lima de Souza 058.732.511-93 PSF 07 Rua Guaranis, 430 - Santa Rita 53 Lizangela Maria de Lima Souza 962. 335.241-72 PSF 07 Rua Guaranis, 430 - Santa Rita 54 Ijanete Ferreira da Silva 828.259.391-53 PSF 07 Rua Guaianazes, 451 - Santa Rita 55 Maria Graciela dos Santos Pereira 032.028.811-08 PSF 07 Avenida Piracicaba, 135 - Santa Luzia 56 Adjanira Alves dos Santos 667.029.331-34 PSF 07 Rua VF, 09, 108 - Vale Formoso 57 Eduarda de Oliveira Ananias 043.466. 191-00 PSF 07 Rua Moema, 757 - Santa Rita 58 Valdiana Batista Neves da Silva 979.913.501-00 PSF 07 Rua Ibitinga, 41 - Santa Luzia 61 Luzia Gabriele Xavier Felix 016.833.231-06 PSF 07 Avenida Pagé, 866 - Santa Luzia 63 Cristiane Amorim de Araujo 031.503.861-60 PSF 07 Rua Moema,161 - Santa Rita 64 Janaina Ferreira Bueno 937.626.821-00 PSF 07 Av. Antonio Ferreira Sobrinho, 290 - Santa Rita 66 Doraci Mendes de Oliveira 912.693.001-30 PSF 07 Rua Itarare, 129 - Santa Rita 67 Graciela Gomes da Silva 030.233.261-85 PSF 07 Rua Guaranis, 291 - Santa Luzia 69 Luana Andrade Silva 018.478.411-55 PSF 07 Rua Tupi, 328 - Santa Rita 70 Maria Gloria Gomes da Silva 001.465.211-02 PSF 07 Rua Itatinga, 611 - Santa Luzia 71 Juliene da Silva Jesus 052.520.251-00 PSF 07 Rua Itararé, 340 - Santa Rita 72 Andreia Cruz da Costa 885.968.261-49 PSF 07 Rua Itatinga, 260 - Santa Luzia 73 Alessandra Aparecida de Souza 013. 733.251-35 PSF 07 Rua Cinco, s/nº - Flamboyant 74 Thalita Lopes Ferraz 046.714.031-61 PSF 07 Rua Tupi, 219 - Santa Rita 75 Amanda Cezario Carvalho 060.702.271-07 PSF 07 Rua Itararé, 110 - Santa Rita 76 Anair Cezário Feitosa 458.238.201-00 PSF 07 Rua Itararé, 110 - Santa Rita 77 Josiane Mendes Ferreira Silva 894.566.295-20 PSF 07 Rua Irahes, 159 - Santa Luzia 78 Daniela Roberta Bezerra da Silva 003.853.921-76 PSF 07 Rua Itatinga, 456 - Santa Luzia 79 Luciana Alves de Oliveira 049.605. 811-82 PSF 07 Rua Ibitinga, 532 - Santa Luzia 81 Marilza Barbosa Dourado 531.641.991-04 PSF 07 Avenida Washington Luiz, 115 - Vila Martins 81 Sonia Cristina Gonçalves 286.893.188-01 PSF 07 Rua Itatinga, 404 - Santa Luzia 82 Maria Alves Eleoterio Pinheiro 017.574.101-80 PSF 07 Rua Ibitinga, 212 - Santa Luzia 83 Laureny Dias Nunes Dapper 925.844.621-68 PSF 07 Rua Guaranis, 508 - Santa Rita 84 Paloma de Souza Bezerra 059. 312.791-99 PSF 07 Avenida Pagé, 668 - Santa Luzia 85 Fabiana Cristina Queiroz da Silva 009.809.791-10 PSF 07 Rua Itararé, 240 - Santa Rita 86 Luciene da Silva Almeida 957.027.171-04 PSF 07 Rua Guaianazes, 208 - Santa Rita 87 Micheli Araujo Girotto 060.636.771-35 PSF 07 Rua Moema, 280 , Lote 06 - Santa Rita 88 Naiara Moreira de Souza 063.163.251-42 PSF 07 Rua Guaianazes, 131 - Santa Rita 89 Daiany Nunes Schwenk Neto 025.778.131-55 PSF 07 Rua 04, 163 - Flamboyant 90 Anderson França Neto 024.573.641-75 PSF 07 Rua 04, 163 - Flamboyant 92 Maria Aparecida Lima de Souza 559.406.171-15 PSF 07 Rua Guaianazes, 328 - Santa Rita 94 Roseli Lemes da Silva 566.173.059-49 PSF 07 Rua Cinco, Qd 08, Lt 15 - Flamboyant 95 Katyuisia Rosa Knebel 039.307.091-39 PSF 07 Avenida Piracicaba, 279 - Santa Luzia 96 Erisvane Lima dos Santos 025.041. 921-18 PSF 07 Rua Itatinga, 179 - Santa luzia 97 Marinês Lima Martins da Silva 037.687.011-74 PSF 07 Rua Itatinga, 631 - Santa Luzia 98 Antonio Rocha da Costa Junior 052.213.341-00 PSF 07 Avenida Pagé, 293 - Santa Rita 100 Cleidiane da Silva Pereira 419.591.848-06 PSF 07 Rua Ibitinga, 265 - Santa Luzia 101 Bruna Karolaine dos Santos Silva 060.783. 071-93 PSF 07 Rua Guaranis, 62 - Santa Rita 102 Ana Eliza Aparecida da Costa Moreira 047.710.811-31 PSF 07 Avenida piracicaba, 67 - santa Luzia 105 Rosangela Ferreira Nunes 550.146.901-49 PSF 07 Rua Itararé, 121 - Santa Rita 106 Jaqueline da Silva Cruz 023.736.421-23 PSF 07 Rua Itatinga, 792 - Santa Luzia 107 Franciele Oliveira dos Santos 009. 418.341-40 PSF 07 Rua Itatinga, s/nº - Santa Luzia 108 Gercilene Teles dos Santos 009.618.961-40 PSF 07 Avenida Piracicaba, 135 - Santa Luzia 109 Eliane Lima da Silva 023,597.441-27 PSF 07 Rua R6 , 19 - Flamboyant 110 Josiane Mendonça da Silva 052.335.271-97 PSF 07 Rua Moema, 432 - Santa Rita 111 Eliane Zacarias Gomes 015.879.451-69 PSF 07 Rua Guaianazes, 300 - Santa Rita 112 Maria Aparecida Paes de Souza 817.500.301-44 PSF 07 Rua Itatinga,873 - Santa Luzia 113 Welyta Ferreira Lima 022.684.111-17 PSF 07 Rua Itararé, 651 - Santa Rita 114 Janaina de Jesus Ferreira 054.507.901-79 PSF 07 Rua Antonio Ferreira Sobrinho, s/nº - Santa Rita 114 Sirlene Borges da Silva 930.516.031-04 PSF 07 Rua Tupi, 583 - Santa Rita 115 Walkiria Pereira dos Santos Carneiro 017.230. 611-66 PSF 07 Rua Itararé, 140 - Santa Rita 118 Liliane Passarelli 015. 826.911-00 PSF 07 Rua Moema, 221 - Santa Rita 120 Jessyca Carla da Silva Santos 061.143.991-37 PSF 07 Avenida Piracicaba, 02 - Santa Luzia 121 Thais Daniele Ferreira Braga 043.062.261-90 PSF 07 Rua Itarare, 310 - Santa Rita 122 Isaura Dias dos Santos Jorge 019.347.721-19 PSF 07 Rua Guaianazes, 581 - Santa Rita 123 Maycon Douglas Araujo Souza 036.422.571-86 PSF 07 Rua R8, Qd 19 - Flamboyant 2 Tatiane Gonçalves Pereira 021.540.121-24 PSF 07 Rua Ibitinga, 370 - Santa Luzia 5 Tatiane Alves Ferreira 015.426.701-52 PSF 07 Rua Moema, Santa Rita 38 Lucivane Fortunato dos Santos 304.384.621-49 PSF 07 Rua Guaianazes, 581 - Santa Rita 59 Marinalva Viturino de Souza 654.596.821-53 PSF 07 Rua Itararé, 620 - Santa Rita 99 Dione Cleia Hekert de França 973.066.571-00 PSF 07 Rua irapurus, 227 - Santa Luzia 1 Silvana Racis 460.895.511-04 PSF 08 Rua Magno n° 116 - Florais do Planalto 2 Abda Naianny do Nascimento Oliveira 049.067..981-10 PSF 08 Rua Guainazes n° 977 - Centro

4 Vitória Caroline Souza Rodriguês 062.099.871-76 PSF 08 Rua Castanheira n°107 - Florais do Planalto 5 Stefani Carolinie Silva Souza 028.495.332-62 PSF 08 Rua Ipê Amarelo L 05 Qda 05 - Florais do Planalto 7 Natália Figueiredo de Souza 033.808.371-56 PSF 08 Rua Ibitinga - Nova Jaciara 8 Valkíria Alves Ferreira 003.565.911-40 PSF 08 Rua Guaicurus N°68 - Nova Jaciara 9 Rejaine Cristina Souza 007.154.481-02 PSF 08 Rua Jurema N°72 n- Centro 10 Fabiana Cristina de Souza Almeida 031.431.301-05 PSF 08 Rua Potiguaras N°99 - Florais do Planalto 11 Débora Emili Trajano 060.526.001-01 PSF 08 Rua Ibitinga N°773 Kitnet - Nova Jaciara 12 Kellen Pottrat dos Santos 036.850.261-94 PSF 08 Rua Jatobá N° 155 - Florais do Planalto 13 Hosana Aparecida Pereira dos Santos 932.648.281-20 PSF 08 Rua Itatinga N°1148 - Nova Jaciara 14 Wender Santos Cruz 062.855.601-29 PSF 08 Rua Araucária - Florais do Planalto 15 Karolayne Monique da Silva Santos 061.292.951-54 PSF 08 Rua Araucária - Florais do Planalto 16 Jaqueline Rodrigues Pereira 031.407.221-76 PSF 08 Rua Itararé N°1739 - Centro 17 Marildes Rodrigues Pereira 621.132.241-00 PSF 08 Rua Itararé N°1739 - Centro 20 Marília Dourado Paulino 063.153.811-97 PSF 08 Rua Umburuna, 0 - Florais do Planalto 21 Geni Freitas de Almeida 933.182.781-49 PSF 08 Rua Tupiniquins, 2037 - Centro 22 Maria Rosilda dos Santos 059.293.884-07 PSF 08 AV. Tupiniquins, 2017 - Vila Santo Antônio 23 Aline Moraes de Souza 041.126.831-70 PSF 08 Rua Guaianases, 970 - Centro 24 Marilene Aparecida Porfirio 964.990.609-68 PSF 08 AV. Tupiniquins, 58 - Nova Jaciara 24 Patricia Simone Rauber 001.111.021-03 PSF 08 Rua Guaraci, 857 - Centro 25 Priscila Juliana Bufeti 423.514.818-44 PSF 08 Rua Castanheiras, 140 - Florais do Planalto 26 Elói Larissa Santos da Silva Carvalho 117.510.074-99 PSF 08 Rua Caiçara, 1320 - Centro 28 Marli Dias da Costa 002.004.881-55 PSF 08 AV. Antônio Ferreira Sobrinho, 1179 - Centro 31 Mirian Aparecida Pereira Teixeira 031.098.021-63 PSF 08 Rua Ibitinga, 803 - Jardim Nova Jaciara 32 Maria Poliane Holanda Soares 086.007.204-51 PSF 08 Rua Ibitinga, 822 - Jardim Nova Jaciara 33 Kelly Cristina Moreira Ferreira da Silva 916.622.061-00 PSF 08 Rua Umburuna, Qd 10, Casa 60 - Florais do Planalto 34 Maria Souza Pimentel 035.127.911-31 PSF 08 Rua Potiguaras, 87 - Florais do Planalto 35 Glaucia Martins de Oliveira 999.925.071-87 PSF 08 Rua Jurucê, 2128 - Centro 37 Caren Andressa Souza 060.097.211-99 PSF 08 Rua Tupiniquins, 380 - Jardim Nova Jaciara 38 Gabriela Pultrine Portes 013.521.121-24 PSF 08 Rua Guacurus, 87 - Jardim Nova Jaciara 41 Keiciane Ferreira Soares Maiberg 027.816.301-79 PSF 08 Rua Potiguaras, 277 - Jardim Nova jaciara 42 Khauanny Ahzami Frete Borto 045.821.701-88 PSF 08 AV. Antônio Ferreira Sobrinho, 1285 - Centro 43 Gabriela Pereira dos Santos 045.305.971-64 PSF 08 Rua Carijós, 277 - Centro 44 Admila Miriann Lemes da Silva 023.252.911-62 PSF 08 Rua Mogno, Qd 08, Lt 04 - Florais do Planalto 45 Marcia Cristina Rodrigues da Costa 006.001.421-08 PSF 08 Rua Itararé, 1699 - Centro 46 Ana Joelia da Silva Pessoa 035.941.701-95 PSF 08 Rua Cerejeiras, 140 - Florais do Planalto 47 Wellyda Caroline do Nascimento 052.402.091-46 PSF 08 Rua Jurucê, 2336 - Centro 49 Nadir dos Santos Machado 911.197.310-20 PSF 08 AV Piracicaba, 960 - Centro 50 Ivanete Carvalho da Rocha 888.610.821-49 PSF 08 Rua Ibitinga, 1043 - Jardim Nova Jaciara 51 Cleydinara del Castillo Malbfe 672.125.222-87 PSF 08 Rua Uirapuru, 826 - Jardim Nova Jaciara 52 Pamela Magna Rocha Medeiros 060.385.291-28 PSF 08 Rua Potiguaras, 724 - Jardim Nova Jaciara 53 Ana de Campos Rodrigues 007.664.251-85 PSF 08 Rua Itararé, S/N - Centro 54 Valdetina Ribeiro da Silva 950.049.631-34 PSF 08 Rua das Mangueiras,126 - Florais do Planalto 55 Anna Paula França Martins 048.548.631-88 PSF 08 Rua Jurucê, 1675 - Centro 58 Agnair de Souza Ferreira 894.639.191-04 PSF 08 Rua Jurucê, 2266 - Centro 61 Solange Cristina Souza da Fonseca 697.438.432-72 PSF 08 Rua Itatinga, 116 - Jardim Nova Jaciara 62 Lucelia Tavares Filha dos Santos 650.698.701-49 PSF 08 AV. Tupiniquins, 2047 - Santo Antônio 63 Katia Aparecida Tavares dos Santos 051.699.321-71 PSF 08 AV. Tupiniquins, 2047 - Santo Antônio 64 Maria Aparecida da Costa Macedo 550.188.401-10 PSF 08 Rua Cecy, 2057 - Centro 66 Maria Martins Verão 160.449.831-53 PSF 08 Rua Itararé, 1153 - Centro 72 Gessica Tamires dos Santos 043.620.211-59 PSF 08 Rua Jurucê, 2480 - Centro 74 Janaína Bastos Nogueira 012.943.281-40 PSF 08 AV. Antônio Ferreira Sobrinho, 1821 - Centro 76 Ivanilda Carlos de Almeida 968.674.501-72 PSF 08 AV. Antonio Ferreira Sobrinho, 1836 - Centro 79 Maria Borba de Faria Rulim 815.217.741-53 PSF 08 AV. Antonio Ferreira Sobrinho, 2179 - Centro 82 Milany Ogeda Ataíde 044.717.511-40 PSF 08 Rua Iracema, 487 - Centro 83 Rafael da Silva Pereira 076.409.594-38 PSF 08 Rua Castanheiras, 59 - Florais do Planalto 84 Amanda Priscila Godói Silva 077.131.784-06 PSF 08 Rua Castanheiras, 59 - Florais do Planalto 85 Zeni Elena Hoennicke Dockhorn 783.754.019-00 PSF 08 Rua Guaicurus, 410 - Centro 89 Andrea Maforte Silva 001.330.571-94 PSF 08 AV. Antonio Ferreira Sobrinho, 1840, apt 06 - Centro 6 Sirleia Soares Quadros 545.517.301-49 PSF 08 Chácara São Francisco - Florais do Planalto 27 Jennifer Vericima dos Santos 032.350.961-40 PSF 08 Rua Itatinga, 1013 - Jardim Nova Jaciara 29 Gercina Rocha da Silva 861.943.991-04 PSF 08 Rua Potiguaras, 69 - Jardim Nova Jaciara 30 Stefany Andressa Nogueira da Silva 047.160.831-95 PSF 08 Rua Caiçara, 1941 - Centro 36 Nilza Rocha Santana 886.694.241-34 PSF 08 Rua Guaraci, 221 - Centro 39 Maria Eunice de Oliveira Lima 427.714..981-20 PSF 08 Rua Jequitibá, Qd 1, Lt 9 - Florais do Planalto 56 Erika Luana Alves da Silva 048.160.181-31 PSF 08 Rua Jatoba, 155 - Florais do Planalto 69 Maysa Adriana Veiga Garcia 039.241.591-09 PSF 08 Rua Cecy, 2219 - Planalto 77 Regiane Sebastião Macedo 027.936.931-03 PSF 08 Rua Guaianazes, 1080 - Centro 78 Artemisia de Souza Oliveira 013.228.641-60 PSF 08 Rua Ibitinga, 813 - Jardim Nova Jaciara 80 Maria do Livramento Tabosa de Alcantara 047.241.813-03 PSF 08 Rua Ibitinga, 742 - Jardim Nova Jaciara 81 Maria Aparecida dos Santos 482.394.701-06 PSF 08 Rua Carijós 149 - Centro 86 Natalia Ortega Camolezi 008.697.231-62 PSF 08 Rua Mangabeiras, S/N - Florais do Planalto 87 Ana Claudia Neves de Oliveira Freitas 047.617.951-31 PSF 08 835 - Nova Jaciara 88 Eloísa Maria Pontes da Silva 049.941.871-93 PSF 08 AV. Antonio Ferreira Sobrinho, apt 101 - Centro 90 Lindaura Dutra Ferreira de Medeiros 884.673.171-91 PSF 08 Rua Carijós 1055 - Centro

INSCRIÇÕES DEFERIDAS (Agentes Comunitários de Saúde) PROCESSO SELETIVO 001/2017- SMS 31/08/17

Número inscrição Nome Completo CPF Área de atuação Endereço onde reside 5 Gislaine Silva da cruz 027.860.451-00 PSF 01 Rua Helena - Jardim Clementina 10 Erissandra Vieira da Silva 031.198.591-25 PSF 01 Rua Francisco Martelli, 449 - Jardim Leblon 20 Tatiana Ibanhez de Souza 001.718.261-16 PSF 01 Rua Carolina, 491 - Jardim Leblon 21 Claudiane Souza da Silva 096.182.964-82 PSF 01 Rua RL 05, 283 A - Jardim Leblon 22 Daiane Pereira Bittencourt 054.419181-10 PSF 01 Rua Eva, 30 - Jardim Clementina 23 Laiane Gaspar Bitencourt 062.307.111-84 PSF 01 Rua RL 02, 113 - Jardim Leblon 24 Elissandra Barbosa da Silva 013.729.651-73 PSF 01 Rua ?,215-Residencial São Francisco 30 José Claudio Deodato dos Santos 461.560.178-60 PSF 01 ? 44 Thaís Nogueira de Souza 060.688.941-85 PSF 01 AV. Botocudos N° 1490 - Jardim Clementina 47 Deisiane dos Santos Almeida 059.752.811-05 PSF 01 Rua RL1 Qdra 09 Nº491 - Jardim Leblon 59 Silvana dos Santos Oliveira Martins 009.344.211-95 PSF 01 Rua RL2,319-Jardim Leblon 70 Lucia Gomes da Gama 593.333.081-72 PSF 01 Rua Carolina,?-Jardim Clementina 86 Vanessa Fagundes Alencar 048.074.471-81 PSF 01 Rua Francisco Martelli N° 13 - Jardim Clementina 96 Mara Eliangela Viana Messias dos Santos 019.822.691-89 PSF 01 Rua A, 48 - São Francisco 104 Jhennefer Alessandra F. da Silva 039.086.221-58 PSF 01 Rua Beatriz, 495 - Jardim Clementina 6 Andreia pereira Furtado 033.098.931-62 PSF 02 Rua Tocantins, 337 - Santo Antonio 31 Luzia Sue 915.706.701-53 PSF 02 Av. Botocudos, 826 - Santo Antonio 33 Evanilde da Conceição Oliveira Silva 019.341.213-63 PSF 02 Rua Baituva,897 - Santo Antonio 34 Josilvania Martins dos Santos 022.120.971-90 PSF 02 Rua Tabajara, 832 - Santo Antonio 52 Aldeir Moreira de Aguiar 024.629.281-46 PSF 02 Rua Jaciporans, 696/ Lote 10 - Vila Santo Antonio 53 Josiane Martins dos Santos 027.502.581-03 PSF 02 Rua iporã, s/n - Santo Antonio 73 Patricia Dias Fittas 023.679.541-43 PSF 02 Rua Tapuias, 802 - Santo Antonio 82 Aline da Silva Brito Costa 015.887.604-05 PSF 02 Rua Irai, 270 - Santo Antonio 90 Leidiane de Oliveira 061.

226.131-00 PSF 02 Rua Tocantins, 40 - Santo Antonio 92 Ana Ines Facco 014.224.861-41 PSF 02 Rua Iraja, 23 - Santo Antonio 95 Edcassia Farias de Matos 058.071.515-93 PSF 02 Itauna, 929 - Santo Antonio 96 Jhenifer Huttinger 060.994.171-25 PSF 02 Rua Iporã. 26 - Santo Antonio 102 Roselei Cristina Almeida de Oliveira 004.177.401-90 PSF 02 Rua Itauna, 380 - Santo Antonio 9 Ivaldete Pereira Santana 729.241.441-91 PSF 03 Avenida Xavantes, 1040 - Planalto 11 Adriana Miron Sanchez 008.092.191-40 PSF 03 Rua Tamandaré, S/N - Planalto INSCRIÇÕES INDEFERIDAS (Agentes Comunitários de Saúde) PROCESSO SELETIVO 001/2017-SMS 31/08/2017 12 Lourdes Angelica Galvão Reis 872.426.561-68 PSF 03 Rua Moema, 3825 - Planalto 21 Naiara da Silva Gomes 051.840.851-57 PSF 03 Avenida Xavantes, 1788 - Planalto 37 Gabriela Rodrigues Teixeira 218.080.938-79 PSF 03 Rua Poguba, S/N - Jardim Aurora 54 Patricia Francisca dos Santos 061.160.181-81 PSF 03 Rua Caiçara, 3614 - Planalto 65 Wedja Ferreira da Silva 056.590.081-19 PSF 03 Rua Juruce, 3238 - Planalto 71 Keila Ferreira de Jesus 061.089.501-02 PSF 03 Rua Poguba, S/N, Q 242 L5 - Planalto 78 Vanessa Ferreira de Souza 021.331.031-71 PSF 03 Rua Principal, 800 - Jardim Vitória 18 Zildimar Pereira da Silva 459.491.901-49 PSF 04 Rua Caiçara, 161 - São Sebastião 22 Dayane Cristine Alves 030.868.201-79 PSF 04 Rua Guaiçara, 161 - São Sebastião 28 Kaio Ícaro dos Santos da Silva049.155.433-82 049.155.433-82 PSF 04 Rua Jurucê, São Sebastião 32 Chryslaine Monteiro 024.658.041-03 PSF 04 Rua Caiçara - São Sebastião 36 Thayse Daniela da Silva Farias 022.945.341-40 PSF 04 Rua Tupi - São Sebastião 38 Cintia Marques de Lara Gotz 007.046.841-95 PSF 04 Rua VF, 05, Qdra 24, Lote 05 - Vale Formoso 75 Jessica Rodrigues dos Reis 063.035.981-45 PSF 04 Rua Tupi, 701 - São Sebastião 80 Maycon Henrique Moraes Rodrigues 049.102.291-50 PSF 04 Rua cayuas, 784 - São Sebastião 85 Taina Cabeça da Silva 062.929.021-02 PSF 04 Rua Tupis, 672 - São Sebastião 88 Jessica Ramalho Dias 045.774.361-16 PSF 04 Rua Tupi, 701 - São Sebastião 91 Angela Marcia Bueno de Carvalho 016.718.721-00 PSF 04 Rua Guaiçara, 163 - São Sebastião 93 Flavia de Carvalho Sampaio 052.576.071-74 PSF 04 Avenida Antônio Ferreira Sobrinho - São Sebastião 94 Lucas Vinicius Ferreira 125.987.496-69 PSF 04 Rua Caiçara - São Sebastião 100 Aline Garcia de Lima 041.557.271-10 PSF 04 Rua Tupi - São Sebastião 101 Aline Cristina Maforte Silva 044.207.121-39 PSF 04 Rua VF 05, Quadra 18, Lote 12, 572 - Vale Formoso 107 Dayane Soares da Silva 022.342.632-63 PSF 04 Rua Iraés, 1.235 - Santo Antônio 112 Maykelly Bruna Monção Matos 046.527.361-00 PSF 04 Rua Caiçara, 260 - São Sebastião 8 Maria Aparecida Da Silva 736.158.461-68 PSF 05 Rua 08 Nº525 Cohab São Lourenço 9 Simone Pereira da Silva 031.383.671-00 PSF 05 Rua 08 Nº6 Residencial Jose Araça 11 Simone Conceiçao Da Silva 654.672.641-68 PSF 05 Rua 09 Nº50 Cohab São Lourenço 18 Renata Ferreira De Lima 031.431.311-93 PSF 05 Rua B Nº370 Jardim Vitoria 38 Tania Ferreira Da Cruz 007.193.171-69 PSF 05 Rua 08 Nº70 Cohab São Lourenço 38 Katia Maria Dos Santos 966.670.281-91 PSF 05 Rua 02 Quadra 03 Nº180 Jardim Boa Esperança 52 Leandra Da Silva 051.005.791-88 PSF 05 Rua Acoce Nº643 Santo Antonio 1 Maria José Dias dos Santos 000.740.721-10 PSF 06 Rua 14 Qdra 11 N°172 - JD Aeroporto II 2 Rosinete Rosa Norato 044.526.171-40 PSF 06 Rua 19 Qdra 20 N°11 4 Nayara Cristina Alves de Souza 053.358.481-70 PSF 06 Rua 15, Q 17-Jardim Aeroporto II 5 Cleiciane Ismério Bitencourt 061.218.281-96 PSF 06 Rua Augusto Severo - JD Aeroporto II 10 Simone Alves da Silva 026.182.459-70 PSF 06 Rua 13 Qdra 09 N°213 - JD Aeroporto II 11 Lucineia Alves Antônio Feitosa de Araújo 023.624.201-67 PSF 06 Rua Baituva - Santo Antônio 15 Mariele Araújo França 059.578.221-32 PSF 06 Rua Projetada - Santo Antônio 16 Luciana Aparecida Barbosa Leal 048.184.069-96 PSF 06 Rua 19 N° 133 Qdra 15 - Jardim Aeroporto II 27 Joyce Dayana Soares da Silva 035.197.793-74 PSF 06 Rua Nove N°86 - JD Esmeralda 31 Jéssica Cotrin da Silva 044.864.291-33 PSF 06 Rua 14 Qdra 10 N°213 - JD Aeroporto II 32 Rayssa Gonçalves Matos 073.418.311-97 PSF 06 Rua Afonso Pena N° 40 - Jardim Aeroporto 34 Daniella Costa de Oliveira 051.513.721-90 PSF 06 Rua 04 N° 401 - Jardim Esmeralda 36 Tatiane Carla Moreira da Silva 910.769.351-68 PSF 06 Endereço não informado. 47 Cleide Rodrigues Lima 973.343.671-20 PSF 06 Rua 14 N°21 L34 Qdra23 JD Aeroporto II 48 Letícia Caroline Ferreira de Oliveira 056.342.661-65 PSF 06 Rua Dez N°97 - JD Esmeralda 54 Edinei pereira de Aguiar Souza 522.156.601-04 PSF 06 Rua 10 Casa 14 - Jardim Esmeralda 58 Andréia Rodrigues dos Santos 031.407.111-31 PSF 06 Rua 09 N° 106 - Jardim Esmeralda 59 Silvana Rosalina Alves 997.769.601-20 PSF 06 Jardim Aeroporto 69 Sidinéia Guimarães dos Santos Brasileiro 018.940.731-00 PSF 06 Rua 06 N° 21 - Jardim Esmeralda 72 Edileuza Braga dos Santos 031.872.201-18 PSF 06 Rua 03 N° 07 - João de Barro 73 Durcilene Ribeiro Pereira 000.973.051-62 PSF 06 Rua 18 N°132 - JD Aeroporto II 77 Antônia Costa Xavier 031.072.841-06 PSF 06 Rua 04 N°371 - JD Esmeralda 79 Laiane Correia Frazão 061.442.021-02 PSF 06 Rua Rl2,490-Jardim Leblon 84 Josiel Ferreira Xavier 019.717.381-07 PSF 06 Rua 13 Qdra 223 L 13 - JD Aeroporto II 87 Simone-Alves Ferreira 030.465.711-51 PSF 06 Jardim Aeroporto II 90 Natália Alves da Silva 046.664.471-05 PSF 06 Rua 08 Qdra 05 N°42 - Luiz Martelli 12 Dariana Estefania Melo da Silva 044.988.391-45 PSF 07 Av. Antonio Ferreira Sobrinho, 566 - Santa Rita 36 Carlos Alberto Nascimento de França 617.964.332-68 PSF 07 Rua Guarani, 400 - Santa Rita 43 Rosa Maria Ferreira dos Santos Miranda 862.008.951-04 PSF 07 Rua Moema, 148 - Santa Rita 80 Elizangela Silva dos Anjos 049.143.649-13 PSF 07 Rua Moema, 740 - Centro 93 Ivaneide Souza dos Santos 474.202.781-72 PSF 07 Rua Jose Maria Martins - Vila Martins 96 Fernanda Maria Antonio 032.248.671-83 PSF 07 Rua ibitinga, 31 - Santa Luzia 104 Pamela Floris da Silva 016.769.081-70 PSF 07 Rua Irahés, 376 - Santa Rita 116 Simone Clelia Serante 017.811.711-06 PSF 07 Rua Itararé, 121 - Santa Rita 119 Grazieli Vancetta Fabris 048.233.341-32 PSF 07 Rua Elima, 392 - Santa Rita 3 Andreia Cardoso dos Santos 010.844.321-37 PSF 08 Rua Jatoba, 264 - Florais do Planalto 18 Rosangela de Moura Almeida 481.988.111-68 PSF 08 ?? 19 Marta Palmeira Dos Santos 016.285.361-01 PSF 08 Rua Uburna Nº60 Florais Do Planalto 40 Zelia Cristina Soares Gomes 040.160.311-33 PSF 08 Rua Ibitinga, 739 - Jardim Nova Jaciara 48 Carina da Silva Santana 070.037.191-50 PSF 08 Rua Moema, 1774 - Centro 57 Eldma Barboza dos Santos 047.860.265-06 PSF 08 Rua Caiçara, 1626 - Centro 59 Erleide Vieira de Freitas 303.973.321-49 PSF 08 Rua Juruce - Centro 60 Ani Caroline Correa da Silva 069.838.381-64 PSF 08 AV. Antonio Ferreira Sobrinho - Centro 65 Ana Gisely Ramalho Silva Lopes 030.778.281-62 PSF 08 Rua Jequitibar, 21 - Florais do planalto 67 Samya Caroline Bossanello 049.835.771-65 PSF 08 Rua Castanheiras, 49 (??) - Florais do Planalto 68 Valdirene Candida Vieira Ferreira 046.702.681-55 PSF 08 Rua moema - Centro 70 Lidis Kauany Gama de Oliveira 034.565.111-16 PSF 08 Rua Moema, 1110 - Centro 71 Elisangela Gomes de Almeida 032.761.401-36 PSF 08 Rua Potiguaras, 189 - Jardim Nova Jaciara 73 Luzinete Alexandre do Nascimento 571.518.141-00 PSF 08 Rua Guaianazes, 1127 - Centro 75 Mary Diana Melo da Silva 020.986.671-32 PSF 08 Rua Cerejeira, 79 - Florais do Planalto 91 Adriana Ferreira Mendonça 977.936.801-97 PSF 08 Rua Jequitiba - Florais do Planalto

INSCRIÇÕES DEFERIDAS (Agentes de Combate às Endemias) PROCESSO SELETIVO 001/2017-SMS 31/08/2017

Número inscrição Nome Completo CPF Endereço onde reside 1 Rogério Novaes da Silva 943.665.511-87 Rua Sem Denominação, 70 Q18 L07 - Jardim Aeroporto 1 Matheus Vinicius de Mattos Queiroz 061.698.001-94 Rua Irahes, 998 - São Sebastião 1 Poliana Souza dos Santos 046.334.411-16 Rua Tabajara, 1304 - Santo Antonio 1 Anildo Florentino de Souza 923.896.941-87 Rua B, 9 - São Nicolau 1 Paulo Luana Rocha de Souza 036.065.681-18 Rua Jurucê, 2.113 - Centro 2 Andrade de Souza Carvalho 027.647.981-56 Rua Tapuias, S/N - Santo Antonio 2 Valdinei de Carvalho Batista 986.283.131-68 Rua Moema, S/N - Santa Rita 2 José Gomes da Silva 361.782.411-00 Rua Timbiras, 1474 - São Sebastião 2 Lindomar Goncalves Rocha 035.443.581-74 Rua Carolina, 283 - Clementina 2 Judevan Arruda da Silva 432.733.781-15 Rua Sete, 140 - COHAB São Lourenço 2 Thais Camargo Santos 046.233.451-14 Rua Guaianazes, 1.236 - Centro 3 Joaquim Antonio Mascarenhas 003.665.251-23 Rua Poguba, 358 - Planalto 3 Marcos de Andrade Fagundes 385.832.830-87 Rua Ta-

puias,1185 - Santo Antonio 3 Florisvaldo Gomes da Silva 352.597.281-49 Rua Timbiras, 1499 - São Sebastião 3 Romerio Silva Nunes 001.621.171-59 Rua Três, 260 - Jardim Boa Esperança 3 Cleonice Rodrigues de Souza Carvalho 639.105.002-34 Rua Mogno, 81 - Florais do Planalto 4 Rodrigo Lazarotto Rosin 000.740.731-92 Avenida Maraja, 1160 - Planalto 4 Marcia Alves Ferreira 000.222.641-32 Rua Miruna, 197 - Santo Antonio 4 Sidileia Lina da Silva 848.593.181-53 Rua Tupis, 900 - São Sebastião 4 Janaina Bezerra Dias 017.254.801-23 Rua Uirapuru, 107 - Santa Luzia 4 Maria Madalena Batista Rodrigues 036.460.301-19 Rua Irere, 52 - Santo Antonio 4 Sebastião Francisco Barbosa 039.214.611-89 Rua Rodrião Rodrigues, 104 - Vila Martins 4 Paula Catiussia Rodrigues dos Santos Fabris 973.773.332-00 Rua Mangabeiras, 10, Kit net 03 - Florais do Planalto 5 Stefany Moreira Queiroz 061.837.241-57 Rua Begonia, S/N - Planalto 5 Jacques Marques 886.129.701-30 Rua Irapuru, 542 - Santa Luzia 5 Geovana da Silva Pinheiro 055.098.111-02 Rua Tocantins, 120 - Santo Antonio 5 Viviane Amancio Queiroz Silva 731.590.931-15 Rua Três, 120 - COHAB São Lourenço 6 Tiago Pereira dos Santos 061.703.201-76 Avenida Maraja, 727 - Planalto 6 Letícia Cristina Costa 700.633.471-30 Rua Irere, S/N kitnet 10 - Santo Antonio 6 José Rodrigues Gomes Primo 325.952.041-49 Rua Gayuas, 408 - Santa Rita INSCRIÇÕES DEFERIDAS (Agentes de Combate às Endemias) PROCESSO SELETIVO 001/2017-SMS 31/08/2017 6 Maria Selismeire Braga 420.293.501-25 Rua Guaranis, 390 - Santa Rita 7 Paulo Henrique da Silva Costa 059.700.191-00 Rua das Dalias, 156 - Jardim Aurora 7 Dirceu Moreira 947.006.801-72 Rua Itatinga, 716 - Santa Luzia 7 Pamella Mara de Souza Nunes 031.407.811-80 Rua Iporans, 711 - Santo Antonio 7 José Leonidas Bonze Cravinho 056.301.761-96 Rua Sem Denominação, 24 - Zé Araça 7 Cícero Antônio de Andrade 000.231.971-37 Rua Tapuias, 113 - Santo Antônio 8 Carlos Roberto Dmaceno 983.876.851-00 Avenida Botocudos, S/N - Santo Antonio 8 Igor Guimaraes Ribeiro 052.721.521-07 Rua Tupis, 1023 - São Sebatsião 8 Claudio Custodio Vilela 001.011.101-89 Avenida Piracicaba, 942 - Santa Luzia 8 Paula Rubia Bihain de Oliveira 866.146.141-34 Rua B, 400 - Jardim Vitória 8 Luís Carlos Coimbra dos Santos 420.415.892-72 Rua Cerejeira, 140 - Florais do Planalto 9 Weliton de Lima Silva 036.658.581-94 Rua Juruce, 3228 - Planalto 9 Luciene Lopes de Freitas 034.348.491-90 Rua Potiguaras, 512 - Centro 9 Carlos Henrique Cordeiro 037.195.221-21 Rua Cecy, 849 - Planalto 9 Andreia de Almeida Silva 054.139.164-00 Rua Tocantins, 672 - Santo Antonio 9 Henrique Victor Leal Siqueira 061.236.461-50 Rua Dois, 29 - COHAB São Lourenço 9 Leandro Ferreira da Silva 005.670.351-02 Rua Jurucê, 1.723 - Centro 10 Kaiton Gustavo Lopes de Oliveira 061.061.341-38 Rua Poguba, S/N - Planalto 10 Vitor Gabriel Rodrigues Rosa 017.476.381-61 Rua Itararé, 161 - Santa Rita 10 Uebertom Ricardo Cavalcante 036.400.981-02 Rua Jaciporã, 394 - Santo Antonio 10 Raimundo Coelho de Sousa 274.137.801-00 Rua Cherente, 668 - São Sebastião 10 Jessica Santos de Oliveira 006.538.542-00 Rua Tocantins, 40 - Santo Antonio 10 Jôntathan Galdino dos Santos 030.377.901-21 Rua Moema, 1.069 - Centro 11 Carlos Henrique da Silva Gomes 118.559.064-14 Avenida Antonio Ferreira Sobrinho, S/N kitnet 05 - Planalto 11 Mario José de Souza 015.284.551-85 Rua Guaianases, 662 - Santa Rita 11 Geovani Rodrigues Queiroz 014.657.371-46 Rua Timbiras, 889 - São Sebastião 11 Edjane Gomes dos Santos 060.873.391-16 Rua Bartira, 508 - Santo Antonio 12 Wilson Waldilson Boaventura 488.694.141-91 Avenida Antonio Ferreira Sobrinho, 32 - Santa Rita 12 Advaldo Paulino de Souza 667.478.211-49 Rua Caiçara, 689 - São Sebastião 12 Romantiele Kerolay Barbosa Calisto 051.637.961-51 Rua Tocantins, 91 - Santo Antonio 13 Dionatan Mendes de Souza 060.042.201-16 Rua Gayuas, 229 - Santa Rita 13 Mozar Cardoso Neto 046.299.721-96 Rua Iraes, 1721 - Florais do Vale 13 Jaziel Rodrigues Santos 966.453.933-34 Rua Guaicurus, 68 - Nova Jaciara 14 Claudio Pompilho de Araujo 161.936.101-97 Rua Itatinga, 624 - Santa Luzia 14 Evani Pereira Espindola 000.339.651-70 Rua Gayuas, 952 - São Sebastião 14 Maria Aparecida Martins Celuppi 483.321.279-04 BR 364, KM 280 - Zona Rural 15 Paulo José Paes de Souza 038.366.551-52 Rua Itatinga, 873 - Santa Luzia 15 Claudio Miguel de Arruda Fernandes 025.159.851-90 Rua Timbiras, 780 - Santa Rita 15 Ana Paula Amorim Oliveira 035.372.631-12 Rua Iraja, 295 - Santo Antonio 15 Silvéria cabral de Souza 692.837.371-72 Rua Jurema - Centro 16 Silvio Dourado Bastos 460.335.721-43 Rua Cayuas, 912 - São Sebastião 16 Aguinaldo Souza de Araújo 020.923.331-19 Rua Tapuias, 815 - Santo Antonio 17 Elizabete de Moraes Dutra 011.486.421-70 Rua Guaicurus, 581 - Centro 18 Rosimeri de Jesus da Silva 010.019.631-48 Rua Guaiçara, 577 - São Sebastião 18 Elionay Rodrigues Silva 046.870.451-54 Rua Tapuias, 815 - Santo Antonio 19 Alessandro de Souza Campos 097.418.254-04 Rua Guaiçara, 577 - São Sebastião 19 Queiliane de Souza Pereira 056.656.871-38 Rua Itararé, 1.569 - Centro 20 Iago Henrique Barbosa da Silva 010.089.581-66 Rua Gauiçara, 51 - São Sebastião 20 Márcio Ferreira da Costa 880.033.531-49 Rua Guaracy, 1.010 - Centro 21 Ana Paula da Silva 023.624.231-82 Rua Tapuias, 799 - Santo Antonio 21 Camila Carla Menezes Lima 720.498.981-34 Rua Jurucê, 2.761 - Centro 22 Denise Lino de Jesus Fernandes Almeida 020.246.411-30 Rua Tapuias, 168 - Santo Antonio 22 Sidnei Roberto Morais 404.024.520-20 Rua Potiguaras, 287 - Nova Jaciara 23 Cristiane Castro da Cunha 035.920.971-80 Rua Moema, 3.384 - Planalto 24 Neuza Soares dos Santos 571.869.121-04 Avenida Botocudos, 954 - Santo Antonio 25 Mailson Barbosa da Silva 057.341.681-81 Rua Guaiçara, 70 - São Sebastião 25 Kátia Soares Barbosa 592.883.371-72 Rua Tabajara, 441 - Santo Antonio 26 Erik Pontes de Medeiros 075.518.814-41 Rua Jacira, 294 - São Sebastião 26 Gilmeire Rulim Lopes 002.004.471-22 Rua Afonso Pena,134-Jardim Aeroporto 27 Sinésio Vieira de Lima 896.918.061-34 Rua Nove, 83, Q5 L10 - Jardim Aeroporto 38 Rogério Aparecido do Nascimento 313.073.848-70 Rua Irerê, 957 - Planalto 51 Joseane Alves dos Santos 024.931.381-20 Rua 15, Quadra 12-Jardim Aeroporto II 93 Vandir Pereira Batista 925.184.431-34 Rua 08,casa 82,Q 05,L. 05 - Jardim Aeroporto II 95 Jeferson Rodrigues da Silva 035.470.901-13 Avenida Xavantes, 79-Santo Antonio 2 Rosiléa Barbosa da Silva 894.781.264-15 Av. Maraja - Planalto 5 Magno Antonio Leandro dos Santos 569.459.061-91 Av. Xavantes, 800 - Santo Antonio 6 Zelia Ferreira da Silva Oliveira 009.825.991-10 Rua Iporã - Santo Antonio 6 Odila Fabian 284.512.101-63 Rua Jerivá,137 - Florais do Planalto 8 Flávio da Silva Souza 044.753.591-98 Av. marajá, 1353 - Planalto 14 Guilherme Kener da Silva 047.772.491-40 Rua Jacyporã, 828 - Santo Antonio 14 Cristielli Honoria Mendes 057.644.361-17 Rua Tocantins - Santo Antonio 18 Audymara Rocha Almeida 667.019.701-25 Rua Guaicurus - Centro 23 Marcos Vinicius de Oliveira 061.238.921-93 Rua Itauna, 223 - Santo Antonio 24 Jainy Borges de Souza 051.315.461-25 Rua Guaraci, 560 -São Sebastião 96 Marizete Jaci de Almeida 002.005.021-66 Rua 17, 53, Qdra 13, Lote 18 - Jardim Aeroporto II 97 Lendro Galdino dos Santos 026.251.121-58 Rua Moema, 1.069 - Centro

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS (Agentes de Combate de Endemias) PROCESSO SELETIVO 001/2017-SMS 31/08/2017

Número inscrição Nome Completo Endereço onde reside 1 Elaine Cardoso da Silva Langner 005.979.481-00 Rua Francisco Martelli, 200 - Jardim Clementina 3 Monique Stefani de Souza 066.488.971-98 Rua Arquimedis, Vila Martins 3 Rosana Barros de Arruda 014.491.721-13 Rua Tocantins - Santo Antonio 5 Rosimeire Pereira Franco 830.389.491-91 Rua Guaraci, 430 5 Josivaldo Balbino da Silva 026.870.494-50 Av. Tupiniquins, 2027 - Centro 6 Maria Aparecida da Cruz 804.967.331-68 Rua 3, 84 - Ze Araça 6 Paulo Roberto de Oliveira da Silva 118.941.737-59 Av. Antonio Ferreira Sobrinho, 7 Jairo Pereira Borges 396.118.411-91 Rua Antonio Monteiro de Oliveira - vale Formoso 7 Fabio de Jesus Carvalho 043.364.991-79 Jardim Aeroporto 2 8 Jose Roseno Neves 531.869.311-34 Rua Tapuias, 1199 - Vila santo Antonio 11 Edson Claro de Souza 905.216.761-34 Rua Jaciporã, 1094 - santo Antonio 11 Edmilton Farias Ribeiro 617.847.379-68 Av. Piracicaba, 549 - santa Rita 12 Paulo Henrique Oliveira Souza 050.507.301-39 Rua RL 02, Jardim Leblon 12 Renner Cunha dos Santos 057.250.761-56 Av. Marajá, 717 - Planalto 12 Ayla Priscila Magny Almeida da Silva 033.047.901-60 Av. Antonio Ferreira Sobrinho - Centro 13 Simone Casarotto Silva 999.147.781-00 Rua projetada, 27 - Santo Antonio 13 Ana Paula Oliveira Brandão 048.691.951-00 Rua Bartira, 628 -Santo Antonio

15 Ailton Francisco Mendes 853.432.006-30 Rua Jacira - Vale Formoso 16 Lucas Pereira Lemos 052.655.321-96 Rua Principal, 440 - Jardim Vitoria 17 Josimar Pereira de Abreu 040.318.121-95 Rua Tocantins - Santo Antonio 17 Wellton Rogger Jeronimo 041.767.751-00 Rua Jacira, 270 - São Sebastião 19 Gilmar Bento Martins 030.577.071-30 Santo Antonio 20 Tatiane Gonçalves de Deus 024.198.061-58 Rua Tocantins - Santo Antonio 21 Marli Rodrigues de França 667.028.281-87 Rua Irahes, 1373 - São Sebastião 22 Ivan Rodrigo Flores 011.184.931-41 Rua Guaiçara - São Sebastião 104 Viviane Aparecida Alves dos Santos 040.867.851-88 Rua Cherente, 330 - São Sebastião INSCRIÇÕES INDEFERIDAS (Agentes de Combate de Endemias)

Ofício nº.667/2017/SMS A Sua Senhoria Abduljabar Galvin Mohammad Prefeito de Jaciara 78.820-000 – Cuiabá - MT Assunto: Solicitação de alteração de data Excelentíssimo Cumprimentamos Vossa alteração na data de realização da prova para o Processo Seletivo de 08/10/2017 para 29/10/2017. Tal solicitação se faz ne inscritos no processo e a disponibilidade de local para a realização destas provas. Sendo o que se apresenta para o momento agradecemos e nos colocamos a disposição para qualquer dúvidas e/ou esclarecimentos. Respeitosamente, AUDIMAR ROCHA DOS SANTOS Jaciara, 03 de outubro Galvin Mohammad alteração de data para realização de provas. Excelentíssimo Senhor, Cumprimentamos Vossa Excelência e na oportunidade solicitamos alteração na data de realização da prova para o Processo Seletivo da Saúde (001/2017) de 08/10/2017 para 29/10/2017. Tal solicitação se faz necessária em virtude da grande quantidade de inscritos no processo e a disponibilidade de local para a realização destas provas. Sendo o que se apresenta para o momento agradecemos e nos colocamos a disposição para qualquer dúvidas e/ou esclarecimentos. samente, AUDIMAR ROCHA DOS SANTOS Secretário Municipal de Saúde 03 de outubro de 2017. e na oportunidade solicitamos da Saúde (001/2017) cessária em virtude da grande quantidade de inscritos no processo e a disponibilidade de local para a realização destas provas. Sendo o que se apresenta para o momento agradecemos e nos colocamos

LOCAL DE PROVAS - (Agentes Comunitários de Saúde) PROCESSO SELETIVO 001/2017

Número inscrição Nome Completo CPF Área de atuação Endereço onde reside SALA 04 ESCOLA ANTÔNIO F. SOBRINHO 2 Abda Naianny do Nascimento Oliveira 049.067..981-10 PSF 08 Rua Guainazes n° 977 - Centro 31 Adelina Maria de Oliveira Moreira 034.861.111-08 PSF 07 Rua Itatinga, 119 - Santa Luzia 56 Adjanira Alves dos Santos 667.029.331-34 PSF 07 Rua VF, 09, 108 - Vale Formoso 44 Admila Miriann Lemes da Silva 023.252.911-62 PSF 08 Rua Mogno, Qd 08, Lt 04 - Florais do Planalto 37 Adriana Arruda Fernandes 004.929.721-09 PSF 04 Rua VF, 05, Qdra 27 - Vale Formoso 42 Adriana Oliveira Silva 024.807.061-41 PSF 01 Rua Cecy, 1.113 - Planalto 89 Adriana Santos de Jesus 022.805.611-07 PSF 04 Rua Guaiçara, 240 - São Sebastião 20 Adriana Sebastião Macedo da Costa 031.405.321-21 PSF 02 Rua Irai, 444 - Santo Antônio 58 Agnair de Souza Ferreira 894.639.191-04 PSF 08 Rua Jurucê, 2266 - Centro 40 Alaíde da Costa Santos 651.581.051-20 PSF 03 Rua Azaléia n° 150 Jardim Aurora 73 Alana Karine de Souza Almeida 045.824.681-60 PSF 04 Rua Tuiuiu, 95 - Flores do vale 80 Alda Teodora da Silva 780.721.151-20 PSF 02 Rua Acoçe, 504 - Santo Antônio 28 Aldenir Faustino Alves 389.898.591-15 PSF 03 Avenida Marajá n° 657 Bairro planalto 21 Aldinéia Aparecida Martins da Silva 016.916.121-89 PSF 04 Rua Guaraci, 27 - São Sebastião 96 Aldo Alves Bezerra 903.843.851-68 PSF 06 Rua 16,Q17,L15, casa 81- Jardim Aeroporto II SALA 05 ESCOLA ANTÔNIO F. SOBRINHO 73 Alessandra Aparecida de Souza 013.733.251-35 PSF 07 Rua Cinco, s/nº - Flamboyant 12 Alessandra Mendes de Oliveira 035.032.181-73 PSF 05 Rua 05 Nº 103 Bairro Zé Araça 87 Alessandra Ramos da Silva 943.791.901-10 PSF 04 Rua Tupis, 811 - São Sebastião 47 Alex Rocha Bispo 032.187.961-99 PSF 05 Rua B Nº20 Jardim Vitoria 5 Aliandra Gabriele Dockhorn 021.057.111-03 PSF 04 Rua Carolina Alves de Oliveira, Residencial VA 40 Aline de Oliveira Ferreira Leite 061.134.551-06 PSF 07 Rua Elima, 442 - Santa Rita 34 Aline Fernandes Guimarães de Abreu 040.603.781-78 PSF 03 Rua Verbenas s/n Jardim Aurora 34 Aline Mendes Legramante 066.593.754-73 PSF 04 Rua Iatararé, 385- Vale Formoso 23 Aline Moraes de Souza 041.126.831-70 PSF 08 Rua Guaianases, 970 - Centro 70 Alyne Luiza da Silva Teixeira 061.398.111-12 PSF 04 Rua Guaracy, 300 - São Sebastião 16 Alynny Cezario de Carvalho 053.353.201-92 PSF 07 Rua Itararé, 110 - Santa Rita 75 Amanda Cezario Carvalho 060.702.271-07 PSF 07 Rua Itararé, 110 - Santa Rita 67 Amanda da Silva Santana 060.215.671-88 PSF 03 Rua Moema n° 3593 Bairro Planalto LOCAL DE PROVAS - (Agentes Comunitários de Saúde) PROCESSO SELETIVO 001/2017 84 Amanda Priscila Godói Silva 077.131.784-06 PSF 08 Rua Castanheiras, 59 - Florais do Planalto 43 Amarinalva Santana De Oliveira 021.449.361-02 PSF 05 Rua 03 Quadra 03 Nº55 Cohab São Lourenço 103 Ambrozina Alves dos Santos 031.949.511-65 PSF 04 Rua Cherente, 330 - São Sebastião 48 Ana Beatriz Da Silva 045.900.601-08 PSF 05 Rua 08 Nº227 Cohab São Lourenço 29 Ana Claudia dos Santos 018.399.801-41 PSF 03 Avenida Marajá n° 741 Bairro Planalto 87 Ana Claudia Neves de Oliveira Freitas 047.617.951-31 PSF 08 835 - Nova Jaciara 11 Ana Cleide da Silva Martins Alves 037.808.471-24 PSF 01 Rua Moema, 3.640 - Planalto 53 Ana de Campos Rodrigues 007.664.251-85 PSF 08 Rua Itararé, S/N - Centro 102 Ana Eliza Aparecida da Costa Moreira 047.710.811-31 PSF 07 Avenida piracicaba, 67 - santa Luzia 24 Ana Flávia da Silva Pereira 063.838.861-93 PSF 04 Rua Jaciara, 756 - São Sebastião 46 Ana Joelia da Silva Pessoa 035.941.701-95 PSF 08 Rua Cerejeiras, 140 - Florais do Planalto 66 Ana Letícia Porfirio Bragatto 057.356.491-40 PSF 04 Rua Guaraci, 251 - São Sebastião 71 Ana Paula Dias da Silva 005.320.713-01 PSF 01 Rua Jaciporã, 909 - Santo Antônio 84 Ana Paula Dias dos Santos 039.321.641-13 PSF 02 Rua Iraí, 769 - Santo Antônio 15 Ana Paula Gomes Castro Dos Santos 012.929.301-60 PSF 05 Rua B Nº601 Jardim Vitoria 108 Ana Paula Pereira da Silva 002.005.091-79 PSF 02 Rua Bartira, 733 - Santo Antônio 56 Ana Paula Rodrigues Paulino 045.710.031-10 PSF 04 Rua Caiçara, 689 - São Sebastião SALA 06 ESCOLA ANTÔNIO F. SOBRINHO 21 Ana Paula Vieira da Silva 029.453.311-79 PSF 03 Rua Jasmim n° 64 Jardim Aurora 18 Ana Quezia Silva Alves 031.405.481-25 PSF 02 Rua Tapuias, 977 - Santo Antonio 76 Anair Cezário Feitosa 458.238.201-00 PSF 07 Rua Itararé, 110 - Santa Rita 99 Ananda Cristyna Duarte de Souza 060.794.001-89 PSF 01 Rua Jaciporã, 1.064 - Santo Antônio 102 Andersandra Aires de Aquino 024.134.821-80 PSF 01 Av. Botocudos, s/nº - Santo Antônio 90 Anderson França Neto 024.573.641-75 PSF 07 Rua 04, 163 - Flamboyant 89 Andrea Maforte Silva 001.330.571-94 PSF 08 AV. Antonio Ferreira Sobrinho, 1840, apt 06 - Centro 72 Andreia Cruz da Costa 885.968.261-49 PSF 07 Rua Itatinga, 260 - Santa Luzia 12 Andreia Cruz da Silva 030.830.541-81 PSF 06 Rua 17,213,Aeroporto II 115 Andreia de Souza 018.433.211-73 PSF 04 Rua Jacira, 313 - São Sebastião 82 Andreia Moraes de Carvalho 019.096.761-79 PSF 06 Rua 4,13-João de Barro 36 Andreia Rodrigues Da Silva 009.838.051-64 PSF 05 Rua B Nº84 Jardim São Nicolau 41 Angela Abadia Aparecido Xavier 044.734.161-86 PSF 03 Rua Ceci n° 447 Bairro Planalto 65 Angélica Carvalho 047.965.051-99 PSF 01 Rua Irajá, 185 - Santo Antônio 20 Angélica Cristina Vieira 019.876.131-71 PSF 03 Rua Tamandaré n° 901 Bairro Planalto 62 Angélica de Jesus Paganardi 018.706.051-79 PSF 01 Rua RL 01, 624 - Jardim Leblon 2 Angelica Maria da Silva 040.301.671-10 PSF 02 Rua Tapuias, 823 - Santo Antônio 55 Anna Paula França Martins 048.548.631-88 PSF 08 Rua Jurucê, 1675 - Centro 95 Antônia Santos de Souza 015.846.111-89 PSF 01 Rua Jaciporã, 1.074 - Santo Antônio 98 Antonio Rocha da Costa Junior 052.213.341-00 PSF 07 Avenida Pagé, 293 - Santa Rita 58 Antonio Traneisco Oliveira da Silva 024.510.983-16 PSF 05 Rua B Nº542 Jardim São Nicolau 60 Aparecida Ferraz de Matos dos Santos 002.002.321-9 3 PSF 02 Rua Irajá, 761 - Santo Antônio 40 Aparecida Maria de Sena 341.972.548-57 PSF 02 Rua Itaúna, 807 - Santo Antônio 78 Artemisia de Souza Oliveira 013.228.641-60 PSF 08 Rua Ibitinga, 813 - Jardim Nova Jaciara 90 Ataciza Oliveira da Silveira 722.911.253-20 PSF 04 Rua Guaraci, 385 - São Sebastião 43 Auristina Rodrigues de Souza 820.065.081-87 PSF 06 Rua Irerê - Santo Antônio 10 Bartira Polyana dos

Santos Hemonn 018.667.771-57 PSF 05 Rua 05 casa 96 Bairro Zé Araça 85 Beatriz Gondin de Oliveira 971.856.981-20 PSF 01 Av. Botocudos, 1. 073 - Santo Antônio 14 Bianca Antonia Farias Benites Rodrigues 047.938. 311-17 PSF 07 Rua Iraes, 761 - Santa Rita 101 Bruna Karolaine dos Santos Silva 060.783.071-93 PSF 07 Rua Guaranis, 62 - Santa Rita SALA 7 ESCOLA ANTÔNIO F. SOBRINHO 61 Bruna Kássia Pereira da Silva 053. 618.021-07 PSF 03 Rua Irerê n° 798 Bairro Planalto 46 Bruna Mayara dos Santos Oliveira 024.798.921-58 PSF 01 Rua Ceci, 1.047 - Planalto 6 Camila D Cruz Silva 061.089.391-25 PSF 03 Rua Tamandaré 481 Bairro Jardim Planalto 20 Camila Gomes Sanches 034.066.511-43 PSF 05 Rua 06 Nº66 Residencial Jose Araça 75 Camila Rodrigues dos Santos 048.996.161-47 PSF 06 Rua Pinto Martins - JD Aeroporto 47 Camila Silva Santos 017.409. 711-59 PSF 02 Rua Irajá, 405 - Santo Antônio 35 Camilla dos Santos Pessoa dos Santos 034.115.991-38 PSF 07 Rua Jose Maria Martins, 24 - Vila Martins 37 Caren Andressa Souza 060.097.211-99 PSF 08 Rua Tupiniquins, 380 - Jardim Nova Jaciara 62 Cariolanda Vanessa da Silva 081. 422.654-00 PSF 05 Rua 09 nº 71 Bairro Cohab São Loureço 39 Carla Luíza Carraro 020.362.701-66 PSF 07 Rua Moema, 570 - Santa Rita 57 Carla Patricia Algaranaz Atipo 703.509.251-00 PSF 03 Rua Jurucê n° 109 Centro 50 Caroline Klesse Aguiar 050.709.031-44 PSF 03 Rua Projetada n° 1643 Bairro Planalto 30 Catiele Passele dos Santos 061.003.431-69 PSF 07 Rua 05, 97 - Flamboyant 116 Celia Teixeira da Silva 569.548.081-72 PSF 02 Rua Irajá, 405 - Santo Antônio 74 Celio da Silva Carnauba 415. 232.101-68 PSF 04 Rua Caiçara, 660 - São Sebastião 11 Celso Ferreira da Silva 052.568.061-65 PSF 03 Rua Moema n° 3925 Bairro Planalto 35 Chaira Junielen de Jesus 000.893.221-26 PSF 06 N° 71 Qdra 23 - JD Aeroporto II 32 Clari Leobet de Andrade 580.618.781-00 PSF 03 Rua das Carmélias n° 81 Jardim Aurora 112 Clarice Maria Dias 023.026.871-40 PSF 02 Rua Tocantins, 828 - Santo Antônio 22 Claudete Cezario Bispo 011.635.591-30 PSF 07 Avenida Pagé, 83 - Santa Rita 42 Claudia da Silva Paganardi 000.740.661-45 PSF 01 Rua RL 02, 149 - Jardim Leblon 62 Claudia Maciel Esteves 028.896.991-02 PSF 02 Rua Tabajara, 638 - Santo Antônio 12 Claudia Raquel dos Santos Silva 838.572.141-04 PSF 03 Rua Irerê n° 1360 Bairro Planalto 88 Claudiane Ferreira de Melo 014.483. 431-05 PSF 06 Rua Pinto Martins,216-Jardim Aeroporto 6 Claudinéia Gomes Costa 010.921.121-97 PSF 06 Rua 05, Q02,42,L1-Jardim Aeroporto II 59 Claythianna A. de O. da Silva 045.439.761-50 PSF 05 Rua Jaime José do Nascimento, Jardim Vitoria 31 Cleia Garcia de Freitas Lima 012.141. 851-00 PSF 03 Rua Tamandaré n° 1222 Bairro Planalto 41 Cleide Ferreira Dos Santos 901.924.431-00 PSF 05 Rua 07 Nº22 - Residencial Jose Araça 100 Cleidiane da Silva Pereira 419.591.848-06 PSF 07 Rua Ibitinga, 265 - Santa Luzia 37 Cleidimar Vieira Neves da Silva 453.212.801-34 PSF 02 Rua Tabajara, 206 - Santo Antônio SALA 8 ESCOLA ANTÔNIO F. SOBRINHO 91 Cleire Godoi Brasileiro 006.119.011-22 PSF 01 Av. Xavantes, 810 - Santo Antônio 4 Clemilda Dias 009.418.391-09 PSF 02 Rua Tocantins, 1.077 - Santo Antônio 60 Cleudeci Maria Gomes Fernandes Soares 981.757.341-91 PSF 01 Rua Miruna, 445 - Santo Antônio 79 Cleuza Maria Rufino 206.478.548-56 PSF 01 Rua A,123-Residencial São Francisco 51 Cleydinara del Castillo Malbfe 672.125.222-87 PSF 08 Rua Uirapuru, 826 - Jardim Nova Jaciara 71 Creozeni Costa de Oliveira 951.843.761-00 PSF 04 São Sebastião 86 Creusa Maria de Jesus Cavalcante 630.512. 451-20 PSF 06 Rua 15,51-Jardim Aeroporto II 52 Crislaine Ferreira Saraiva 046.863.451-70 PSF 05 Rua 09 Nº100 Cohab São Louremço 23 Crislaine Santos Castelli 028.817.291-42 PSF 04 Rua Jacira, 121 - São Sebastião 63 Cristiane Amorim de Araujo 031.503.861-60 PSF 07 Rua Moema,161 - Santa Rita 101 Cristiane Barbosa Francisco 053.311.171-47 PSF 02 Rua Iporans, 130 - Santo Antônio 62 Cristiane Nogueira de Souza 050. 507.341-26 PSF 03 Avenida Xavantes n° 1749 Bairro Planalto 49 Cristina Amorim Oliveira 022.508.501-19 PSF 03 Rua Caiçara n° 2470 Centro 87 Dagmar Figueiredo Leite Moura 015.205.671-89 PSF 01 Rua Ceci, 467 - Planalto 44 Daiane Almeida Dockhorn 039.005.321-09 PSF 06 Rua Hercílio Luz N°36 - JD Aeroporto II 89 Daiany Nunes Schwenk Neto 025.778. 131-55 PSF 07 Rua 04, 163 - Flamboyant 12 Dalilia Mascarenhas da Silva 843.359.985-20 PSF 01 Rua Carolina - Jardim Leblon 10 Dalva Vitalino dos Santos 009.637.921-99 PSF 04 Rua Guaracy, 271 - São Sebastião 56 Daniela Alves da Costa 031.242.251-20 PSF 01 Rua RL1 - Jardim Leblon 38 Daniela Araujo Souza 046.787.201-54 PSF 06 Rua K, 3 - Jardim Aeroporto 57 Daniela Baca 026.002.271-30 PSF 02 Rua Tabajara, 929 - Santo Antônio 78 Daniela Roberta Bezerra da Silva 003.853.921-76 PSF 07 Rua Itatinga, 456 - Santa Luzia 92 Danielly Lemes Barbosa Oliveira 737.321. 681-15 PSF 01 Rua RL 01, 484 - Jardim Leblon 3 Darlei Pedro Sebastião Macedo 388.077.691-15 PSF 06 Rua 04,16-João de Barro 106 Dayane Correia Frazão 053.542.611-98 PSF 02 Rua Iraí, 533 - Santo Antônio 57 Dayanny Grasielle Mendes Lourenço 921.049.911-53 PSF 04 Rua Juruce, 620 - São sebastião 11 Débora Emili Trajano 060.526.001-01 PSF 08 Rua Ibitinga N°773 Kitnet - Nova Jaciara 9 Débora Samai Rodrigues Ferreira 044.053.601-46 PSF 02 Rua Irajá, S/N - Santo Antônio 67 Deise Ferreira Vidal Passarelli 039.583.251-90 PSF 01 Rua Acocê, 742 - Jardim Ipanema 31 Deiziane Forgiarini Silva 020.494.071-06 PSF 01 Rua Ceci, 980 - Santo Antônio SALA 9 ESCOLA ANTÔNIO F. SOBRINHO 43 DeizianeTeixeira Simioni 036.185.391-26 PSF 01 Rua Miruna, 563 - Planalto 6 Deoziani Simionatto 632.645.281-34 PSF 04 Rua VF 05, S/N - Vale Formoso 37 Deyse Lohana Jeronimo Pinheiro 061.128.361-14 PSF 06 Rua Sem denominação,153,L22,Q11,Jardim AeroportoII 44 Deyze Ferreira de Farias 048.929.601-79 PSF 04 Rua Timbiras, 1509 - São Sebastião 28 Dilcleia Figueiredo Lero 000.822.301-70 PSF 07 Rua Tupi, 318 - Santa Rita 99 Dione Cleia Hekert de França 973.066.571-00 PSF 07 Rua irapurus, 227 - Santa Luzia 44 Dionicléia Gomes Roberto 029.463.211-50 PSF 03 Rua Tamandaré n° 599 Bairro Planalto 66 Doraci Mendes de Oliveira 912.693. 001-30 PSF 07 Rua Itarare, 129 - Santa Rita 45 Dulcinete Magny Soares 848.399.961-72 PSF 04 Rua Cherente, 385 - São Sebastião 104 Durcilene Ferreira dos Anjos 037.981.071-90 PSF 02 Rua Tapuias, 904 - Santo Antônio 3 Edicimar Teodoro de Souza 024.689.201-39 PSF 03 Rua das Violetas n° 97 Jardim Aurora 58 Edilaine Almeida Prado dos Santos 024.510. 361-92 PSF 03 Avenida Antônio Ferreira Sobrinho n° 3515 Bairro Planalto 27 Edilaine de Sousa Gomes 004.318.321-29 PSF 02 Rua Jaú, 45 - Santo Antônio 55 Edilaine Rufino da Silva 030.998.101-85 PSF 01 Rua RL 01, 441 - Jardim Leblon 106 Edinês Nunes de Farias 511.049.464-91 PSF 01 Rua Miruna - Planalto 49 Edipamela Oliveira de Campos 061.855.821-71 PSF 06 Rua 18,61-Jardim Aeroporto II 61 Edivania Londe Ribeiro 839.799. 051-87 PSF 01 Rua RL1 - Jardim Leblon 65 Edna Moreira Caetano 017. 149.481-45 PSF 05 Rua 07 Q.-07 Casa 40 Coab São lourenço 57 Eduarda de Oliveira Ananias 043.466.191-00 PSF 07 Rua Moema, 757 - Santa Rita 68 Elaine Gonçalves Aires 010.548.661-20 PSF 02 Rua Irere, 334 - Santo Antônio 92 Elaini Soares de Lima 009.456.201-60 PSF 04 Rua Irahes, S/N - São Sebastião 105 Elessandra Santana da Silva 001.876.731-10 PSF 01 Rua RL 01, 16 - Jardim Leblon 13 Eliane Coelho e Silva 038.789.483-79 PSF 02 Rua Irajá, S/N - Santo Antônio 17 Eliane Ferreira dos Santos Silva 003.403.421-88 PSF 02 Rua Tapuias, 893 - Santo Antônio 109 Eliane Lima da Silva 023,597.441-27 PSF 07 Rua R6 , 19 - Flamboyant 98 Eliane Magni Soares 860.650.921-34 PSF 04 Rua Jurucê, 610 - São Sebastião 111 Eliane Zacarias Gomes 015.879.451-69 PSF 07 Rua Guaianazes, 300 - Santa Rita 15 Elidiane Coelho e Silva 029.968.883-67 PSF 02 Rua Itauna, 367 - Santo Antônio 2 Elielma Firmino Rodrigues 035.704.921-57 PSF 03 Rua Francisco Marteli 315 Bairro Planalto 28 Eliene Rodrigues Dos Santos 016.144.831-32 PSF 05 Rua 06 N°76 Residencial José Araça SALA 10 ESCOLA ANTÔNIO F. SOBRINHO 25 Elisangela de Souza Silva 879. 838.341-87 PSF 07 Rua Itararé, 820 - Santa Rita 7 Elisângela Emília Ribeiro 038.479.141-70 PSF 01 Rua Carolina, 544 - Jardim Clementina 71 Elisangela Misael de Morais 005.755.141-32 PSF 02 Rua Iporã, 210 - Santo Antônio 25 Elizangela Caldas da Silva 921.127.301-34 PSF 01 Rua Jaciporã, 491 - Residencial Ipanema 32 Elizangela Mariana de Souza Lopes 901.993.831-20 PSF 01 Rua B, 239 - Residencial São Francisco 77 Elizangela Souza Quirino 036.103.011-80 PSF 01 Rua RL 01, 515 - Jardim Leblon 110 Elizete Lira Carvalho dos Santos 019.117.151-43 PSF 04 Rua Guaiçara, 161 - São Sebastião 26 Elói Larissa Santos da Silva Carvalho 117.510.074-99 PSF 08 Rua Caiçara, 1320 - Centro 19 Eloisa Helena de Oliveira de Souza 014.485.541-01 PSF 02 Rua Jaú, 719 - Santo Antônio

88 Eloísa Maria Pontes da Silva 049.941.871-93 PSF 08 AV. Antonio Ferreira Sobrinho, apt 101 - Centro 59 Eniuva Machado Rosa 593.587.501-20 PSF 04 Rua 09, Qd 36, Lote 06 - Res. Vale formoso 3 Erica Cristina de Souza 023.581.551-95 PSF 07 Rua 05, 151 - Flamboyan 32 Erika De Lima Pessoa 010.180.061-41 PSF 05 RUA 04 N °148 Residencial José Araça 56 Erika Luana Alves da Silva 048.160.181-31 PSF 08 Rua Jatoba, 155 - Florais do Planalto 26 Erineia Vieira Lima 919.296.521-00 PSF 02 Rua Tabajara, 386 - Santo Antônio 96 Erisvane Lima dos Santos 025.041.921-18 PSF 07 Rua Itatinga, 179 - Santa luzia 22 Eslaine Cardoso Santos Moraes 060.389.451-80 PSF 05 Rua 02 Nº160 Jardim Boa Esperança 51 Ester de Fátima Souza 031.662.481-02 PSF 04 Rua Cherente. 545 - São Sebastião 17 Eunice Ruas de Abreu 483.539.651-00 PSF 03 Rua Caiçara n° 3705 Bairro Planalto 39 Euzenilde Ferreira de Sousa Veiga 930.145.543-91 PSF 03 Rua Azaléia n° 165 Jardim Aurora 31 Eveline Andrea Machado 921. 157.561-34 PSF 04 Rua Guaiçara, 468 - São Sebastião 23 Everly Caroliny dos Santos Gouveia 054.045.801-51 PSF 03 Rua das Margaridas n° 398 Jardim Aurora 22 Fabiana Candida da Silva 020.477.361-02 PSF 06 Rua Marechal Rondon, 20-Jardim Aeroporto II 10 Fabiana Cristina de Souza Almeida 031.431.301-05 PSF 08 Rua Potiguaras N°99 - Florais do Planalto 85 Fabiana Cristina Queiroz da Silva 009.809.791-10 PSF 07 Rua Itararé, 240 - Santa Rita 34 Fabiana Pavão Lopes 069.039.601-55 PSF 01 Rua Jaciporã, 1.003 - Planalto 111 Fabiane Pereira Martins 038.326.911-38 PSF 02 Rua Iporã, 246 Santo Antônio 81 Fátima Antonio Elias 257.707.561-87 PSF 02 Rua Tabajara, 934 - Santo Antônio 48 Fernanda Cardoso da Silva 992.012.401-04 PSF 07 Rua Moema, 301 - Santa Rita 97 Fernanda Catia Galdina da Costa 057.877.841-62 PSF 06 Rua 7,96-Jardim Esmeralda SALA 11 ESCOLA ANTÔNIO F. SOBRINHO 65 Fernanda Lima dos Santos Rocha 000.425.701-40 PSF 04 Rua Timbiras, 1542 - São Sebastião 69 Fernanda Raquel Diniz da Silva 048.756.371-95 PSF 04 Rua Irineu Batista FV 01- Residencial Vale Formoso 8 Flávia Alves Cabral 031.903. 891-28 PSF 07 Rua Tupis, 348 - Santa Rita 39 Flávia Ap. Ferreira Santos M. Soares 031.406.481-89 PSF 01 Rua Moema, 3.766 - Planalto 72 Flavia Maximino dos Santos 030.924.311-46 PSF 02 Rua Irajá, 541 - Santo Antônio 20 Flavia Silva Alcangelo 035.614.631-69 PSF 05 Rua 08 Nº101 Cohab São Lourenço 32 Flávia Vendruscolo 009.550.850-39 PSF 07 Rua Reima, 393 - Santa Rita 107 Franciele Oliveira dos Santos 009.418.341-40 PSF 07 Rua Itatinga, s/nº - Santa Luzia 33 Francieli Silva Santa Barbara 035.165.231-07 PSF 05 Rua 08 S/N- Residencial José Araça 109 Francieli Souza Mendes Santos 059.980.461-02 PSF 02 Rua Tocantins, 298 - Santo Antônio 29 Francielli Denize Stefanello 024.446.631-95 PSF 02 Rua Iraí, 328 - Santo Antônio 58 Francielly Stuelp de Almeida 056.503.611-42 PSF 01 Rua Moema, 3.230 - Planalto 14 Francieni Jacobi Nogueira 036.757. 331-81 PSF 02 Avenida Xavantes, 521 - Santo Antônio 21 Francinne Moraes Feitosa 038.353.991-95 PSF 05 Rua 06 Nº54 Residencial Jose Araça 99 Francisca Alves da Silva 001.819.461-30 PSF 04 Rua Jacira, 641 - São Sebastião 77 Francisca de Souza Mendes Santos 995.412.541-87 PSF 02 Rua Tocantins, 298 - Santo Antônio 68 Francisca Eliene Gomes de Sousa 604.274261-20 PSF 05 Rua Arquimedes Pereira Lima Bairro Vila Martins 4 Frederico Ramos Valadares 033.098.641-46 PSF 03 Rua Poguba n° 99 Jardim Planalto 14 Gabriela de Souza Alves 027.098.771-12 PSF 06 Rua 20,30,Q 22, L03-Aeroporto II 15 Gabriela Garcia Cunha de Franca 949.550.341-87 PSF 04 Rua Guaiçara, 597 - São Sebastião 43 Gabriela Pereira dos Santos 045.305.971-64 PSF 08 Rua Carijós, 277 - Centro 38 Gabriela Pultrine Portes 013.521.121-24 PSF 08 Rua Guacurus, 87 - Jardim Nova Jaciara 9 Gabriela Ribeiro 060.980.681-51 PSF 03 Rua Miruna n° 1078 Bairro Jardim Planalto 24 Gabriella Borba Borges 060. 792.931-61 PSF 07 Rua Tupi, 426 - Santa Rita 76 Geane Souza Ribeiro 037.970.361-08 PSF 01 Rua B, 244 - Residencial São Francisco 63 Geiny Engels da Silva 042.187.481-36 PSF 06 Rua 15,Q17,30-Aeroporto II 21 Geni Freitas de Almeida 933.182.781-49 PSF 08 Rua Tupiniquins, 2037 - Centro 23 Geovana Hellen da Silva 059.515.081-00 PSF 02 Rua Itaúna, 554 - Santo Antônio 108 Gercilene Teles dos Santos 009.618.961-40 PSF 07 Avenida Piracicaba, 135 - Santa Luzia 29 Gercina Rocha da Silva 861.943.991-04 PSF 08 Rua Potiguaras, 69 - Jardim Nova Jaciara SALA 12 ESCOLA ANTÔNIO F. SOBRINHO 70 Géssica Moraize de Matos da Silva 047.304.851-57 PSF 06 Rua 21,Q22,L11,101-Jardim Aeroporto II 72 Gessica Tamires dos Santos 043.620.211-59 PSF 08 Rua Jurucê, 2480 - Centro 41 Geusa Andre dos Santos 045.819.081-08 PSF 07 Rua Itararé, 801, Kitnet 04 - Santa Rita 103 Gheovana Pereira Teixeira 061.854. 001-62 PSF 02 Rua Irerê, 206 - Santo Antônio 101 Giovana dos Santos Silva 059.735.011-67 PSF 01 Av. Botocudos, 761 - Santo Antônio 1 Gisele da Silva Mari 067.482.711-26 PSF 05 Rua 04 Casa 131 Bairro Cohab são Lourenço 97 Gisele de Souza Dourado 023.476.461-92 PSF 02 Avanida Caites, 24 - Santo Antônio 10 Giselly Almeida Rodrigues 053.089.651-61 PSF 03 Rua Juruce n° 3715 Bairro Jardim Planalto 6 Gislaine Barros Da Silva 048.720.111-63 PSF 05 Rua 08 Nº10 Cohab São Lourenço 41 Gislaine Gimenes da Silva Fernandes 040.570.051-29 PSF 02 Rua Itaúna, 179 - Santo Antônio 66 Gislaine Janaina Avelino Tabosa 006.174.771-83 PSF 01 Rua Cecy,?- Santo Antonio 53 Gislene Oliveira da Silva 045.314. 801-67 PSF 06 Rua Pinto Martins - JD Aeroporto 63 Giulyane Panlandim Santana 057.356.391-88 PSF 04 Rua Guaracy, S/N - São Sebastião 35 Glaucia Martins de Oliveira 999.925.071-87 PSF 08 Rua Jurucê, 2128 - Centro 100 Gleidy Ferreira da Silva 022.920.421-00 PSF 02 Rua Acoçê, 473 - Santo Antônio 67 Graciela Gomes da Silva 030.233.261-85 PSF 07 Rua Guaranis, 291 - Santa Luzia 38 Graciela Xavier da Cunha 933.599. 501-00 PSF 03 Rua Jasmim n° 67 Jardim Aurora 48 Helena Queiroz da Silva 061.688.751-58 PSF 02 Rua Itaúna, 200 - Santo Antônio 89 Hélia Mara de Souza Figueiredo 012.505.641-90 PSF 01 Av. Botocudos, 1.117 - Santo Antônio 51 Hellen Patricia Araujo da Costa 061.445.841-29 PSF 02 Rua Tocantins, 111 - Santo Antônio 13 Hosana Aparecida Pereira dos Santos 932.648.281-20 PSF 08 Rua Itatinga N°1148 - Nova Jaciara 38 Hydilla Lorayne da Silva Araujo 054.009.901-50 PSF 03 Rua Begonia, 2 - Jardim Aurora 16 Iasmim Silva Passos 052.430.871-30 PSF 01 Rua Ceci, 1. 060 - Santo Antônio 54 Ijanete Ferreira da Silva 828.259.391-53 PSF 07 Rua Guaianazes, 451 - Santa Rita 64 Ilma Ferreira 432.734.591-15 PSF 01 Rua Moema, 3.796 - Planalto 41 Ingrid Caroline da Silva Brito 059.880. 821-30 PSF 06 Rua Eurico Sales - Jardim Aeroporto II 52 Iraci Elena Boccoli 574.125.530-20 PSF 03 Rua Ceci Qdra 181 lote 21 Apt 04 Bairro Planalto 15 Irene Martins Ferreira 007.069.181-93 PSF 03 Rua Tamandaré n° 969 Bairro Planalto 56 Irismar de França Dourado 940.763.401-91 PSF 06 Rua 04 N° 391 - Jardim Esmeralda 122 Isaura Dias dos Santos Jorge 019.347.721-19 PSF 07 Rua Guaianazes, 581 - Santa Rita SALA 13 ESCOLA ANTÔNIO F. SOBRINHO 30 Ivanete Aparecida da Silva 978.736. 161-34 PSF 06 Rua 04,Q01,L01,132-Jardim Aeroporto II 50 Ivanete Carvalho da Rocha 888.610.821-49 PSF 08 Rua Ibitinga, 1043 - Jardim Nova Jaciara 27 Ivanice Martins de Moraes de Oliveira 962.263.231-91 PSF 01 Rua RL2,491-Jardim Leblon 76 Ivanilda Carlos de Almeida 968.674. 501-72 PSF 08 AV. Antonio Ferreira Sobrinho, 1836 - Centro 33 Ivanildes de Jesus Lisboa Reinaldo 009.242.581-01 PSF 03 Rua Irerê s/n Bairro Planalto 61 Ivone Barbosa Dourado 772.962.221-15 PSF 04 Rua Guaicara, 51 - São Sebastião 41 Izabel Alcangelo Da Silva 052.578.501-92 PSF 05 Rua 03 Nº155 - Residencial Jose Araça 28 Jacilene Dias da Costa 745. 315.143-00 PSF 02 Avenida Botocudos, 505 - Santo Antônio 98 Jaine Pereira de Andre 028.553.611-76 PSF 06 Rua 9, 75, Jardim Esmeralda 74 Janaína Bastos Nogueira 012.943.281-40 PSF 08 AV. Antônio Ferreira Sobrinho, 1821 - Centro 114 Janaina de Jesus Ferreira 054.507.901-79 PSF 07 Rua Antonio Ferreira Sobrinho, s/nº - Santa Rita 84 Janaina Fernandes de França 054.527.621-75 PSF 04 Avenida Antônio Ferreira Sobrinho - São Sebastião 64 Janaina Ferreira Bueno 937.626.821-00 PSF 07 Av. Antonio Ferreira Sobrinho, 290 - Santa Rita 37 Janaína Lima dos Santos 016.916.151-02 PSF 01 Rua RL 02 - Jardim Leblon 94 Janaína Soares Santos 046.787.231-70 PSF 02 Rua Jaú, 36 - Santo Antônio 24 Jandenete Candido da Silva 016.301.631-39 PSF 02 Rua bartira, 389 - Santo antonio 67 Janete Borges da Silva 000.521.361-40 PSF 04 Rua Irahes, 1652 - São Sebastião 43 Janete Pereira Lopes França 940.180.061-87 PSF 03 Rua Moema n° 3679 Bairro Planalto 106 Jaqueline da Silva Cruz 023.736. 421-23 PSF 07 Rua Itatinga, 792 - Santa Luzia 42 Jaqueline Inacio Roesler Machado 019.851.491-33 PSF 02 Rua Iporans, 385 - Santo Antô-

nio 16 Jaqueline Rodrigues Pereira 031.407.221-76 PSF 08 Rua Itararé N°1739 - Centro 27 Jennifer Vericima dos Santos 032.350.961-40 PSF 08 Rua Itatinga, 1013 - Jardim Nova Jaciara 68 Jessica Crislaine Borges dos Santos 052.831.821-77 PSF 04 Rua Ibirarema - São Sebastião 22 Jessica Jaques Ribeiro e Silva 054.141.461-52 PSF 02 Rua Iporã, 721 - Santo Antônio 35 Jéssica Oliveira Santos 034.406.745-92 PSF 04 Rua Caiçara - São Sebastião 17 Jessika Isnayra Silva Moreira Dos Santos 034. 231.551-08 PSF 05 Rua 04 Quadra 03 Nº131 Cohab São Lourenç o 120 Jessyca Carla da Silva Santos 061.143.991-37 PSF 07 Avenida Piracicaba, 02 - Santa Luzia 40 Jhonatan De Souza Farias 046..351.661-39 PSF 05 Rua Rua 06 Nº62 Residencial Jose Araça 41 João Wellyngton Gomes Morais 091.185.964-01 PSF 04 Rua VF 09, 2210 - Res. Vale Formoso 26 Joelma Carneiro de Morais 016.011.551-58 PSF 01 Rua RL 01, 196 - Jardim Leblon SALA 14 ESCOLA ANTÔNIO F. SOBRINHO 16 Joelma Prado Rodrigues 983.990.121-49 PSF 04 Rua Guaraci, 581 - São Sebastião 33 Jóice Cristina Borges dos Santos 059.672.151-07 PSF 04 Rua Iraés, 1. 652 - São Sebastião 85 Jose Lourenço de Oliveira Rocha 059.800.093-37 PSF 02 Vila Antonio, Tabajara 71 Joseane Da Silva 003.939.961-31 PSF 05 Rua 06 casa 06 Bairro Zé Araça 65 Joselita Alves Gomes 943.131. 211-53 PSF 02 Rua Tapuias, 988 - Santo Antônio 81 Josiane da Silva de Souza 985.713.971-04 PSF 01 Rua Cecy, 890 - Planalto 77 Josiane Mendes Ferreira Silva 894.566.295-20 PSF 07 Rua Irahes, 159 - Santa Luzia 110 Josiane Mendonça da Silva 052.335.271-97 PSF 07 Rua Moema, 432 - Santa Rita 29 Josiane Souza de Oliveira 013.653.841-01 PSF 06 Rua 16,71-Luiz Martelli 67 Josilene Ferreira Xavier 983.944.521-91 PSF 02 Rua Irere, 20 - Santo Antonio 40 Josimara Cristina da Silva 042.974. 551-61 PSF 01 Rua RL1,258-Jardim Leblon 78 Josina Eliete dos Santos 042.458.524-37 PSF 06 Rua principal,70-Jardim Esmeralda 4 Joziane Dias Caetano Viniski dos Santos 038.610.091-88 PSF 01 Rua B, 22 - Residencial São Francisco 82 Judete Matos Vieira Silva 876.741.491-53 PSF 04 Rua Caiçara, 386 - São Sebastião 85 Julia Cavalcante Barbieri 054. 731.771-90 PSF 06 Rua 15,51-Jardim Aeroporto II 59 Juliana Diniz Felipe de Souza 018.532.471-11 PSF 02 Rua Iporã, S/N, Quadra 231, Lote 19 - Santo Antônio 107 Juliana dos Santos Silva Sotério 044.461.771-09 PSF 02 Rua Tapuias, 539 - Santo Antônio 71 Juliene da Silva Jesus 052.520. 251-00 PSF 07 Rua Itararé, 340 - Santa Rita 89 Juracy dos Santos Silva 609.191.703-07 PSF 02 Rua Baituva, 877 - Santo Antonio 8 Jusciley da Silva 797.325.771-34 PSF 03 Rua Caiçara 36 91 Bairro Jardim Planalto 30 Jussinéia da Silva 487.453.321-34 PSF 04 Rua Jacira, 239 - São Sebastião 9 Kamila Alves Florencio 025.142.711-00 PSF 01 Rua Beatriz - Jardim Clementina 1 Kamilla strojke Pereira 041.718.329-18 PSF 03 Rua Projetada- 1647 Bairro Planalto 114 Karine Nobres Diniz de Oliveira 039.006. 021-66 PSF 02 Avenida Botocudos, 80 - Santo Antônio 110 Karine Sussann Ferreira dos Santos 047.377.561-13 PSF 02 Rua Iporãns, 180 - Santo Antônio 15 Karolayne Monique da Silva Santos 061.292.951-54 PSF 08 Rua Araucária - Florais do Planalto 51 Karyn Rayane Cruz Medeiros De Oliveira 063.457.011-06 PSF 05 Rua 07 Nº33 Residencial Jose Araça 63 Katia Aparecida Tavares dos Santos 051.699.321-71 PSF 08 AV. Tupiniquins, 2047 - Santo Antônio 111 Katia Silva Cruz Santana 003.853.911-02 PSF 04 Rua Guaraci, 231 - São Sebastião 47 Katiane Raitz de Arruda 011.899.471-96 PSF 03 Rua Irajá s/n Bairro Planalto SALA 01 ESCOLA MODELO S. ANTÔNIO 80 Katiússi Miranda da Silva 020.705.561-07 PSF 06 Rua 10,92,Q07-Luiz Martelli 95 Katyuisia Rosa Knebel 039.307.091-39 PSF 07 Avenida Piracicaba, 279 - Santa Luzia 5 Kedma Rodrigues Silva 017.152.481-04 PSF 02 Rua Tocantins, 328 - Santo Antônio 41 Keiciane Ferreira Soares Maiberg 027.816.301-79 PSF 08 Rua Potiguaras, 277 - Jardim Nova jaciara 74 Keila Santos Silva 030.998.741-59 PSF 06 Rua 12 N° 123 - Jardim Aeroporto II 59 Keiliane Ferreira de Jesus 060.892.711-28 PSF 03 Rua das Margaridas, 415 - Jardim Aurora 42 Keilla Oliveira da Silva 002.619.421-07 PSF 06 Rua 04 Qdra 02 - João de Barro 12 Kellen Potrat dos Santos 036.850.261-94 PSF 08 Rua Jatobá N° 155 - Florais do Planalto 63 Kellitha Karoliny Bastos Moreira Souza 063.123.351-27 PSF 03 Rua Miruna, 1167 - Planalto 33 Kelly Cristina Moreira Ferreira da Silva 916.622.061-00 PSF 08 Rua Umburuna, Qd 10, Casa 60 - Florais do Planalto 61 Kenia Aparecida Nunes da Silva Santana 029.827.931-21 PSF 02 Avenida Botocudos, S/N - Santo Antônio 67 Késia Chaves de Andrade 036.074.551-20 PSF 01 Rua B, 189 - Residencial São Francisco 24 Ketlyn Fronza 060.534.801-42 PSF 06 Rua 16,Q18, 30-Aeroporto II 42 Khauanny Ahzami Frete Borto 045.821.701-88 PSF 08 AV. Antônio Ferreira Sobrinho, 1285 - Centro 63 Laís Cristina Monteiro da Silva 051.226.141-56 PSF 01 Rua Jaciporã, 160 - Santo Antônio 51 Lais Gabriele Lima Souza 058. 732.721-90 PSF 07 Rua Guaranis, 430 - Santa Rita 55 Laise Santos Almeida 044.444.031-36 PSF 04 Rua Caiçara, 685 - São Sebastião 79 Larissa Fernanda Francelina Cruz Marques 022.377.391-37 PSF 02 Rua Iporans, 523 - Santo Antônio 25 Larissa Lorraine Valerio Nascimento 045.823. 681-07 PSF 06 Rua H,12-Jardim Aeroporto 51 Larissa Oliveira da Silva 050.196.361-85 PSF 01 Rua Beatriz, 348 - Jardim Clementina 72 Laura da Silva Ramos 603.738.301-49 PSF 01 Rua Moema - Vila Planalto 17 Laura Rodrigues dos Santos Ribeiro 018.356.821.46 PSF 06 Rua Pinto Martins,122-Jardim Aeroporto 83 Laureny Dias Nunes Dapper 925.844.621-68 PSF 07 Rua Guaranis, 508 - Santa Rita 2 Leandra Resende dos Santos de Almeide 631.262.571-00 PSF 05 Rua B N° 586 Bairro Jardim Vitória 18 Leidiane Darlen Ramalho Gomes 025.609.631-75 PSF 01 Rua RL 02, 185 - Jardim Leblon 64 Leila Pereira Barbosa Monteiro 009.653.601-21 PSF 03 Rua Miruna n° 822 Bairro Planalto 46 Leiva Adriana Michelato Maximino 919.477.581-87 PSF 03 Rua Caiçara n° 3761 Bairro Planalto 43 Leonete Terezinha Pagno Bueno 613.115.299-34 PSF 04 Rua Jacira, 497 - Vale formoso 2 leonice Meireles de Carvalho 945.179.401-87 PSF 04 Avenida Piracicaba, 1239 - São Sebastião 83 Leticia Barbosa dos Santos 059.549. 381-56 PSF 02 Rua Iraja, 23 - Santo Antonio SALA 02 ESCOLA MODELO S. ANTÔNIO 106 Leticia Pereira Barbosa 038.392.541-08 PSF 04 Rua Guaiçara, 70 - São Sebastião 13 Licia Silva Damaceno Filha Macedo 531. 848.231-72 PSF 04 Rua Fv 01, 0 - Vale Formoso 84 Lidiane Aparecida Coimbra 048.402.381-03 PSF 01 Rua Carolina, 200 - Jardim Clementina 42 Lidiane Lino Martins 022.696.211-31 PSF 05 Rua 05 Nº81 - Cohab São Lourenço 118 Liliane Passarelli 015.826.911-00 PSF 07 Rua Moema, 221 - Santa Rita 90 Lindaura Dutra Ferreira de Medeiros 884.673.171-91 PSF 08 Rua Carijós 1055 - Centro 71 Linicker Viana Conrado dos Santos 061. 230.761-16 PSF 06 Rua 14,202,Jardim Aeroporto II 93 Lisiani Brum Leite 041.275.651-01 PSF 02 Rua Iraí, 555 - Santo Antônio 53 Lizangela Maria de Lima Souza 962.335.241-72 PSF 07 Rua Guaranis, 430 - Santa Rita 54 Lorrainy Fernandes Ferreira 055.198.351-52 PSF 02 Rua Bartira, 854 - Santo Antônio 69 Luana Andrade Silva 018.478.411-55 PSF 07 Rua Tupi, 328 - Santa Rita 90 Luana Cristina da Silva Rocha 045.107.951-57 PSF 01 Av. Botocudos - Santo Antônio 14 Luana da Silva Souza 019.437.301-05 PSF 04 Rua Jacira, 595 - São Sebastião 35 Luana Soares Goncalves 025. 878.951-46 PSF 05 Rua 02 Nº19 - Cohab São Lourenco 61 Luana Viana Satelis 036.230.862-40 PSF 05 Rua 13, Jardim Vitoria Nº660 62 Lucelia Tavares Filha dos Santos 650.698.701-49 PSF 08 AV. Tupiniquins, 2047 - Santo Antônio 23 Lucélia Virgìnia Rodrigues dos Santos 020.204.121-28 PSF 06 Rua Pinto Martins - JD Aeroporto 40 Luceny da Silva Gomes 036. 304.651-88 PSF 06 Rua 13,Q9,223-Jardim Aeroporto II 50 Lucia Amorim de Souza 024.223.271-09 PSF 04 Rua dos Canários, 338 - Florais do vale 48 Lucia Helena Inácio Cândido 003.656.821-01 PSF 03 Avenida Antônio Ferreira Sobrinho n° 3622 Bairro Planalto 79 Luciana Alves de Oliveira 049.605.811-82 PSF 07 Rua Ibitinga, 532 - Santa Luzia 13 Luciana de Freitas Rodrigues 009.826.041-30 PSF 07 Rua Ibitinga, 11 - Santa Luzia 30 Luciana Delfino Guimaraes 007.145.561-22 PSF 05 Rua Principal 330 Jardim Vitória 20 Luciana Maria Peeira 632.638.901-15 PSF 04 Rua Caiçara, 149 - São Sebastião 86 Luciene da Silva Almeida 957.027.171-04 PSF 07 Rua Guaianazes, 208 - Santa Rita 70 Lucilene Ferreira Torres 851. 352.321-68 PSF 05 Rua B N° 239 Bairro Jardim Nicolau 45 Lucimara Januario Godoy 636.737.201-63 PSF 05 Rua B Nº 757 - Jardim São Nicolau 16 Lucinei Soares de Lima 758.728.031-68 PSF 02 Rua Tapuias, 554 - Santo Antônio 38 Lucivane Fortunato dos Santos 304.384.621-49 PSF 07 Rua Guaianazes, 581 - Santa Rita 3 Lucy da Silva Gomes 038.704.951-70 PSF 02 Rua Itauna - Santo Antônio SALA 03 ESCOLA MODELO S. ANTÔNIO 60 Lucyclaudia Pereira da Silva 031.353.611-28 PSF 03 Rua Moema

n° 3583 Bairro Planalto 26 Luzia dos Santos Oliveira 324.538.171-91 PSF 04 Rua Caiçara, 385 - São Sebastião 61 Luzia Gabriele Xavier Felix 016. 833.231-06 PSF 07 Avenida Pagé, 866 - Santa Luzia 63 Luzia Pereira Batista 001.727.691-83 PSF 03 Rua Tamandaré n° 761 Bairro Planalto 74 Luziane Andrade Coelho Pereira 026.401.821-45 PSF 01 Av. Botocudos, 1.151 - Santo Antônio 19 Marcela Delfino De Araújo 011.304.171-31 PSF 05 Rua Rodriao Rodrigues S/N Vila Martins 46 Marcela Gonçalves Quirino 051.824.561-66 PSF 02 Avenida Xavantes, 541 - Santo Antônio 93 Márcia Aparecida de Almeida 008.780.391-71 PSF 01 Av. Botocudos, 869 - Santo Antônio 45 Marcia Cristina Rodrigues da Costa 006.001.421-08 PSF 08 Rua Itararé, 1699 - Centro 68 Marcia Godoy de Lima 003.321.421-24 PSF 06 Rua 8,82,L05,Q05-Jardim Aeroporto II 45 Marciele Mariano de Souza 001.286.471-40 PSF 02 Rua Tocantins, 51 - Santo Antônio 7 Marciene da Silva 040.662.624-30 PSF 03 Avenida Marajá 12 73 - Fundos Bairro Jardim Planalto 50 Marcilene Ferreira Dos Santos 654.714.661-87 PSF 05 Rua 06 Nº81 Residencial Jose Araça 56 Marciliane Braga Rodrigues 028. 443.961-43 PSF 03 Avenidade Antônio Ferreira Sobrinho n° 2748 Bairro Planalto 109 Marcos Ferreira da Costa 010.804.501-30 PSF 04 Rua Iraés, 1.235 - São Sebastião 100 Maria Alves do Rego 031.407.631-07 PSF 01 Rua RL 01, 318 - Jardim Leblon 82 Maria Alves Eleoterio Pinheiro 017. 574.101-80 PSF 07 Rua Ibitinga, 212 - Santa Luzia 62 Maria Aparecida Carmo da Silva 015.877.921-50 PSF 06 Rua Guararapes,94-Jardim Aeroporto 64 Maria Aparecida da Costa Macedo 550.188.401-10 PSF 08 Rua Cecy, 2057 - Centro 86 Maria Aparecida de Oliveira 667.027.471-87 PSF 02 Rua Tocantins, S/N - Santo Antônio 33 Maria Aparecida de Souza Pereira 514.064.201-82 PSF 01 Rua RL 02, 295 - Jardim Leblon 25 Maria Aparecida dos Santos 205.017.141-20 PSF 02 Rua Tapuias, 605 - Santo Antônio 81 Maria Aparecida dos Santos 482.394.701-06 PSF 08 Rua Carijós 149 - Centro 92 Maria Aparecida Lima de Souza 559.406.171-15 PSF 07 Rua Guaianazes, 328 - Santa Rita 67 Maria Aparecida Melo 537. 240.971-15 PSF 06 Rua Marechal Rondon, 99-Jardim Aeroporto 33 Maria Aparecida Mendonça 957.105.741.04 PSF 06 Rua 01,751-Aeroporto II 42 Maria Aparecida Oliveira Lima da Silva 007.207.901-07 PSF 03 Rua Bartira n° 1250 Bairro Planalto 55 Maria Aparecida Oliveira Moter 531.907. 691-68 PSF 05 Rua 06 Nº151 Cohab São Lourenço 112 Maria Aparecida Paes de Souza 817.500.301-44 PSF 07 Rua Itatinga,873 - Santa Luzia 53 Maria Aparecida Pereira dos Santos 630.346.111-53 PSF 01 Rua Cecy, 838 - Planalto SALA 03 ESCOLA MODELO S. ANTÔNIO 42 Maria Aparecida Trajano da Silva 925.966.221-49 PSF 07 Avenida Pagé, 44 - Santa luzia 58 Maria Auxiliadora Sampaio 001.646.271-89 PSF 02 Rua Itauna, 465 - Santo Antônio 79 Maria Borba de Faria Rulim 815.217.741-53 PSF 08 AV. Antonio Ferreira Sobrinho, 2179 - Centro 36 Maria Cícera Gomes dos Santos 032.015.811-00 PSF 01 Rua RL 02, 472 - Jardim Leblon 47 Maria Cleide de Oliveira 621.198.771-49 PSF 04 Rua Guaiuvas - Vale Formoso 1 Maria da Conceição Gomes da Silva 057.846.753-46 PSF 01 Rua Amélia, 390 - Jardim Clementina 14 Maria De Fatima Paes Da Cruz 978.893.261-49 PSF 05 Rua 04 Quadra 03 Nº111 Cohab São Lourenço 82 Maria de Fátima Paulino Fontaneli 780.259.581-91 PSF 01 Rua RL 02, 221 - Jardim Leblon 13 Maria de Fátima Pereira Cavalcante Nunes 023.635.204-08 PSF 01 Rua Moema, 3.698 - Planalto 45 Maria Denise Vieira da Silva 040.297.361-57 PSF 06 Rua 06,Q02,87,L06-Jardim Aeroporto II 66 Maria do Carmo Francisco Dutra 024.064.531-62 PSF 06 Rua Irerê N°90 - Santo Antônio 80 Maria do Livramento Tabosa de Alcantara 047.241.813-03 PSF 08 Rua Ibitinga, 742 - Jardim Nova Jaciara 96 Maria Eloisa de Oliveira Barros 468.836.811-91 PSF 04 Rua Caiçara, 821 - São Sebastião 39 Maria Eunice de Oliveira Lima 427.714..981-20 PSF 08 Rua Jequitibá, Qd 1, Lt 9 - Florais do Planalto 70 Maria Gloria Gomes da Silva 001.465.211-02 PSF 07 Rua Itatinga, 611 - Santa Luzia 55 Maria Graciela dos Santos Pereira 032.028.811-08 PSF 07 Avenida Piracicaba, 135 - Santa Luzia 63 Maria Helena Ferreira Neves 847.804.101-00 PSF 02 Rua Tapuias, 1.189 - Santo Antônio 37 Maria Ivonete Dos Santos 028. 531.773-35 PSF 05 Rua B Nº542 - Jardim São Nicolau 54 Maria Jussara de Souza 616.646.771-00 PSF 04 Rua Timbiras, 1027 - São Sebastião 23 Maria Lucia De Oliveira 453.585.911-68 PSF 05 Rua 06 Nº71 Cohab São Lourenço 38 Maria Madalena da Silva Alves 029.944.121-01 PSF 02 Rua Bartira, 230 - Santo Antonio 54 Maria Madalena Vieira da Silva 631.272. 021-72 PSF 01 Rua RL01, 173 - Jardim Leblon 66 Maria Martins Verão 160.449.831-53 PSF 08 Rua Itararé, 1153 - Centro 22 Maria Natividade Feitosa 630.396.721-34 PSF 03 Rua Bartira n° 1378 Bairro Planalto 9 Maria Neri Félix de Souza 604.392.031-04 PSF 07 Rua Moema, 100 - Santa Rita 74 Maria Paizinha dos Santos Silva 265.863.551-68 PSF 02 Rua Tapuias, 419 - Santo Antônio 32 Maria Poliane Holanda Soares 086.007. 204-51 PSF 08 Rua Ibitinga, 822 - Jardim Nova Jaciara 7 Maria Quiteria da Silva Santos 260.670.898-90 PSF 06 Rua 01, Q 24, 781,L06-Aeroporto II 113 Maria Raquel Santana Raitz 432.770.631-00 PSF 04 Rua Iraés, 1146 - São Sebastião 22 Maria Rosilda dos Santos 059.293.884-07 PSF 08 AV. Tupiniquins, 2017 - Vila Santo Antônio SALA 04 ESCOLA MODELO S. ANTÔNIO 76 Maria Solange de Araujo 000.262.871-61 PSF 04 Rua carolina Alves de Oliveira, vale Formoso 34 Maria Souza Pimentel 035.127. 911-31 PSF 08 Rua Potiguaras, 87 - Florais do Planalto 35 Mariana Dias de Oliveira 045.176.981-30 PSF 03 Rua Jurucê n° 1358 Bairro Planalto 98 Mariana Maria da Silva de Moraes 051.407.541-42 PSF 02 Rua Tocantins, 31 - Santo Antônio 5 Mariani Medianeira Freitas De Miranda 568. 681.381-72 PSF 05 Rua 09 Nº60 Cohab São Lourenço 17 Marildes Rodrigues Pereira 621.132.241-00 PSF 08 Rua Itararé N°1739 - Centro 24 Marilene Aparecida Porfirio 964.990.609-68 PSF 08 AV. Tupiniquins, 58 - Nova Jaciara 3 Marilene Lemes dos Santos 701.402.691-77 PSF 05 Rua B N° 330 Bairro Jardim Vitoria 10 Marilene Marcelino dos Santos 060.697. 881-09 PSF 02 Rua Bartira, 437 - Santo Antônio 42 Marilia Aparecida da Silva 048.884.589-01 PSF 04 Rua FV 01, Qd 16, Lote05 - Res. Vale Formoso 20 Marília Dourado Paulino 063.153.811-97 PSF 08 Rua Umburuna, 0 - Florais do Planalto 81 Marilza Barbosa Dourado 531.641.991-04 PSF 07 Avenida Washington Luiz, 115 - Vila Martins 56 Marina de Oliveira Castro 053.049.761-18 PSF 05 Rua 03 Q:03 Nº55 Cohab São Lourenço 49 Marinalva Joana Paes 940.003.871-20 PSF 05 Rua 05 Nº97 Residencial Jose Araça 59 Marinalva Viturino de Souza 654.596.821-53 PSF 07 Rua Itararé, 620 - Santa Rita 97 Marinês Lima Martins da Silva 037.687. 011-74 PSF 07 Rua Itatinga, 631 - Santa Luzia 113 Maristela Alves Martins Estevam 016.368.911-36 PSF 02 Rua Tocantins, 70 - Santo Antônio 19 Marlene Maciel Sebastião 482.420.201-91 PSF 06 Rua Baituva N° 1030 - Santo Antônio 28 Marli Dias da Costa 002.004.881-55 PSF 08 AV. Antônio Ferreira Sobrinho, 1179 - Centro 102 Marli Terezinha Bertotti 312.428. 201-91 PSF 04 Rua Iraés, 1.244 - São Sebastião 97 Marlon Drany Barros 514.064.111-91 PSF 04 Rua Caiçara - São Sebastião 18 Marlucia Borba de Souza 004.700.881-41 PSF 07 Rua Iatraré, 251 - Santa Rita 50 Marta Geriel Soares de Campos 025.022.981-13 PSF 06 Rua 13,232-Jardim Aeroporto II 14 Marta Rodrigues de Carvalho 828.396.461-53 PSF 01 Rua RL 01, Qdra 8, Lote 15 - Jardim Leblon 64 Matheus Ferreira Neves 062. 016.311-94 PSF 02 Rua Tapuias, 1.199 - Santo Antônio 123 Maycon Douglas Araujo Souza 036.422.571-86 PSF 07 Rua R8, Qd 19 - Flamboyant 52 Mayra Gabriele Lima de Souza 058.732.511-93 PSF 07 Rua Guaranis, 430 - Santa Rita 69 Maysa Adriana Veiga Garcia 039.241.591-09 PSF 08 Rua Cecy, 2219 - Planalto 49 Maysis Gabrielle de Souza Pereira 045.379. 781-47 PSF 04 Rua Irahes, 989 - São Sebastião 103 Merabi Rodrigues de Oliveira 001.532.481-81 PSF 01 Rua RL 02, Q. 05, Lote 12, 307 - Jardim Leblon SALA 05 ESCOLA MODELO S. ANTÔNIO 57 Micaelle de Souza Carneiro Dourado Sampaio 052.895.251-06 PSF 05 Av. Cecilio Jesus Gaeta, Vila Martins 46 Michele Felix Rodrigues 060.011.451-13 PSF 04 Av. Antonio Ferreira Sobrinho, 10 - São Sebastião 87 Micheli Araujo Girotto 060.636.771-35 PSF 07 Rua Moema, 280 , Lote 06 - Santa Rita 99 Michelly Stefany Macedo dos Santos 054.531.791-63 PSF 02 Rua Irerê, 225 - Santo Antônio 61 Micilene Mota dos Santos 067.977.001-16 PSF 06 Rua 04,142-Aeroporto II 82 Milany Ogeda Ataíde 044.717.511-40 PSF 08 Rua Iracema, 487 - Centro 94 Milena Gonçalves de Jesus Santana 062.332. 801-17 PSF 06 Rua Afonso Pena,146-Jardim Aeroporto 31 Mirian Aparecida Pereira Teixeira 031.098.021-63 PSF 08 Rua Ibitinga, 803 - Jardim Nova Jaciara 49 Nadir dos Santos Machado 911.197.310-20 PSF 08 AV Piracicaba, 960 - Centro 34 Nadja Maria Da Silva Ramos Zanella 019.706.

601-12 PSF 05 Rua 10 Nº76 - Residencial Jose Araca 7 Naglia Lorraynne Campos 031.556.391-56 PSF 07 Rua 06, 166 - Flamboyan 88 Naiara Moreira de Souza 063.163.251-42 PSF 07 Rua Guaianazes, 131 - Santa Rita 52 Najara Barbosa de Oliveira 039.013.111-30 PSF 04 Rua Tupis, 1053 - São Sebastião 7 Natália Figueiredo de Souza 033.808.371-56 PSF 08 Rua Ibitinga - Nova Jaciara 86 Natalia Ortega Camolezi 008.697.231-62 PSF 08 Rua Mangabeiras, S/N - Florais do Planalto 27 Nataly cristina Xavier Fabian 016.274.891-42 PSF 04 Rua Irineu Batista Camilo, 580 - Vale Formoso 26 Neide de França Pereira Mascarenhas 004.880.781-80 PSF 03 Rua Poguba n° 358 Bairro Planalto 7 Neuza Gabriele do Carmo 014.677.031-50 PSF 02 Rua Miruna, 35 - Santo Antonio 80 Nilcelene Gonçalves da Silva 982.290.521-15 PSF 01 Rua Jaciporã, 190 - Santo Antônio 76 Nilza Lopes dos Santos 926.080.781-68 PSF 02 Rua Tabajara, 598 - Santo Antônio 36 Nilza Rocha Santana 886.694.241-34 PSF 08 Rua Guaraci, 221 - Centro 14 Núbia Andréia Oliveira do Carmo 959.013.451-34 PSF 03 Avenida Marajá n° 833 Bairro Planalto 92 Nubia Rodrigues da Silva 031.407.801-09 PSF 06 Rua 10,Q06,63-Aeroporto II 84 Paloma de Souza Bezerra 059.312.791-99 PSF 07 Avenida Pagé, 668 - Santa Luzia 9 Pamela Carvalho Flores 052.353.981-90 PSF 04 Avenida Piracicaba, 1239 - Centro 4 Pamela Fernanda Faustino Dultra 045.884.921-95 PSF 07 Rua ibitinga, 275- Santa Luzia 52 Pamela Magna Rocha Medeiros 060.385.291-28 PSF 08 Rua Potiguaras, 724 - Jardim Nova Jaciara 16 Pamella Rodrigues Carvalho Pereira 049.589.751-52 PSF 03 Rua Ortência n° 91 Jardim Aurora 66 Patricia Carmen Galvão Reis 059.802.621-56 PSF 02 Avenida Botocudos, 896 - Santo Antônio 53 Patricia Dutra Da Silva 013.276.411-35 PSF 05 Rua Principal Nº180 Jardim Vitoria SALA 06 ESCOLA MODELO S. ANTÔNIO 24 Patricia Ferreira Barbosa Felix 030.463.011-03 PSF 05 Rua 03 Nº140 Cohab São Lourenço 48 Patrícia Ferreira de Almeida 047.347.091-81 PSF 04 Rua caiçara, São Sebastião 50 Patrícia Nunes de Souza 036.678.751-93 PSF 01 Rua Carolina, 368 - Jardim Clementina 24 Patricia Simone Rauber 001.111.021-03 PSF 08 Rua Guaraci, 857 - Centro 73 Poliane Bittencourt Martins 029.901.081-30 PSF 01 Rua Irerê,474-Santo Antonio 15 Polyana Paula dos Reis 018.472.901-75 PSF 07 Rua Guaranis, 250 - Santa Luzia 25 Priscila Juliana Bufeti 423.514.818-44 PSF 08 Rua Castanheiras, 140 - Florais do Planalto 31 Priscila Magna Rocha De Medeiros 046.772.391-50 PSF 05 Rua 06 Casa 71 Residencial José Araça 37 Priscila Santos Silva 008.475.681-05 PSF 07 Rua Itatinga, 769 - Santa Luzia 4 Priscilla de Souza Vasconcelos 031.552.151-19 PSF 04 Rua Jaciara, 25 - São Sebastião 29 Queila Aparecida Santos de Almeida 946.139.821-20 PSF 03 Avenida Marajá, 1381 - Planalto 18 Queiliane Dias Paes Oliveira 867.960.971-49 PSF 03 Rua Tamandaré, 1013 - Planalto 64 Queliane Carvalho Sampaio 047.853.031.58 PSF 05 Av. Cecilio Jesus Gaeta, Jardim Vitoria 40 Radyelle Fernanda Silva de Oliveira 028.331.731-05 PSF 04 Rua Guaraci, 540 - São Sebastião 83 Rafael da Silva Pereira 076.409.594-38 PSF 08 Rua Castanheiras, 59 - Florais do Planalto 46 Rafael de Souza Franco 060.618.481-37 PSF 06 Rua 11,Q08,62-Jardim Aeroporto II 15 Rafaela de Oliveira Pereira 050.296.041-89 PSF 01 Rua RL 02, 473 - Jardim Leblon 69 Rafaeli Fernandes da Silva 060.697.991-35 PSF 01 Rua Ceci, 799 - Planalto 8 Raiane Passele dos Anjos 026.229.441-95 PSF 02 Rua Tabajara, 486 - Santo Antônio 29 Raimunda Pereira de Souza de Oliveira 846.224.741-15 PSF 05 Rua Piuva Nº165 Cohab são Lourenço 105 Rayane Fernandes de França 061.192.771-37 PSF 04 Rua Cherente, 386 - São Sebastião 53 Regiane Carvalho Sampaio 021.174.571-50 PSF 04 Av. Antonio Ferreira Sobrinho, 91 - São sebastião 62 Regiane Morais Lima Oliveira Rodrigues 022.951.451-04 PSF 04 Rua Tupi, 703 - São Sebastião 77 Regiane Sebastião Macedo 027.936.931-03 PSF 08 Rua Guaianazes, 1080 - Centro 9 Rejaine Cristina Souza 007.154.481-02 PSF 08 Rua Jurema N°72 n- Centro 1 Rejane Ines Artuso 795.444.799-53 PSF 04 Rua Jacira, 90 - São Sebastião 91 Rhaelita Campos Valente 062.107.071-81 PSF 02 Avenida Caetes, 41 - Santo Antônio 50 Rita de Cássia Gonçalves Queiroz 875.432.731-87 PSF 07 Rua Guaranis, 320 - Santa Luzia 53 Romantchelly Lorranny Batista Ferreira 047.853.051-00 PSF 03 Rua Tamandaré n° 761 Bairro Planalto 20 Rosa Cristina Arantes 604.286.941-87 PSF 06 Rua 13,Q10,162-Jardim Aeroporto II SALA 07 ESCOLA MODELO S. ANTÔNIO 39 Rosa Gomes da Silva 015.337.261-32 PSF 02 Rua Irere, 40 - Santo Antônio 95 Rosa Lina da Silva Souza 051.674.211-60 PSF 04 Rua Caiçara, 280 - São Sebastião 60 Rosane de Souza Leite 032.695.521-65 PSF 04 Rua Guaranis, 915 - São Sebastião 27 Rosângela Camolezi dos Santos 537.343.511-20 PSF 03 Rua Miruna n° 960 Bairro Planalto 7 Rosangela da Conceição Feitosa 654.962.301-44 PSF 04 Rua Jacira, 160 - São Sebastião 105 Rosangela Ferreira Nunes 550.146.901-49 PSF 07 Rua Itararé, 121 - Santa Rita 64 Rosangela Martins Pereira 569.458.411-20 PSF 04 Rua Caiçara, 690 - São Sebastião 50 Rosangela Nunes de Freitas 631.546.331-20 PSF 02 Rua Tabajara, 974 - Santo Antônio 83 Rosangela Oliveira Neto 014.679.311-01 PSF 01 Rua Cecy, 67 - Santo Antônio 17 Rôsangela Rosa de Jesus Souza 022.287.411-24 PSF 01 Rua RL 01, 148 - Jardim Leblon 68 Rose da Silva Paganardi 026.480.851-73 PSF 01 Rua Amélia, s/n - Jardim Clementina 88 Rosecleide Jesus campos 019.797.591-70 PSF 02 Rua Itauna, 694 - Santo Antonio 5 Roselaine Silva de Souza 022.408.651-05 PSF 03 Rua Tamandaré 481 Bairro Jardim Planalto 9 Roseli de Souza Lopes 008.231.081-55 PSF 06 Rua Pinto Martins ,227,Jardim Aeroporto 94 Roseli Lemes da Silva 566.173.059-49 PSF 07 Rua Cinco, Qd 08, Lt 15 - Flamboyant 19 Roseli Pereira Rocha dos Santos 000.907.361-25 PSF 03 Avenida Marajá n° 727 Bairro Planalto 16 Rosely Balestrin Gomes 415.448.891-00 PSF 05 Rua 08 Quadra 07 Nº81 Cohab São Lourenço 66 Rosemilda da Silva Barros 029.944.081-80 PSF 03 Rua Moema n° 3593 Bairro Planalto 55 Roseni Ferreira da Silva 798.068.131-20 PSF 02 Rua Acoçê, 414 - Santo Antônio 25 Rosenilde Alves Campos 867.173.081-68 PSF 05 Rua 09 N° 67 Residencial José Araça 86 Rosiane Jesus da Silva 021.587.781-05 PSF 04 Rua Guaiçara, 577 - São Sebastião 7 Rosilda Pereira Rodrigues 946.618.801-10 PSF 05 Rua B N° 227 Bairro São Nicolau 11 Rosimare Maria da Silva 024.725.001-57 PSF 02 Rua Acoce, 166 - Santo Antonio 27 Rosimeire Conceição Barbosa 925.046.121-68 PSF 05 Rua 06 N°59 Residencial José Araça 70 Rosimeire dos Santos Teixeira 040.227.081-90 PSF 02 Avenida Tupiniquins, 2.506 - Santo Antônio 49 Rosimeire jesus Campos 978.893.001-82 PSF 02 Rua acoce, 237 - Santo Antonio 29 Rosimeire Nunes de Aprinio 361.673.471-15 PSF 07 Rua R8, Lote 03, Qd 17, 159 - Flamboyant 29 Rosinete Ramalho da Silva 006.675.181-00 PSF 01 Rua RL 06, 415 - Jardim Leblon 58 Rozenilda Oliveira da Silva Freres 950.024.721-68 PSF 04 Rua jacira, 664 - São Sebastião 75 Salete Aparecida Soares 420.298.991-00 PSF 02 Rua Bartira, 740 - Santo Antônio SALA 08 ESCOLA MODELO S. ANTÔNIO 55 Sandra Aguiar de Oliveira 460.916.701-82 PSF 03 Rua Moema n° 3603 Bairro Planalto 105 Sandra Fátima dos Reis 627.914.601-44 PSF 02 Rua Tapuias, 450 - Santo Antônio 37 Sandra Moraes dos Santos 014.677.011-06 PSF 03 Rua das Margaridas n° 398 Jardim Aurora 49 Sandra Pinheiro de Oliveira 002.867.131-79 PSF 01 Rua RL 01, 149 - Jardim Leblon 8 Sandra Rodrigues da Silva 836.624.654-00 PSF 04 Rua Juruce, 29 - São Sebastião 5 Sandra Souza De Moraes 001.869.841-70 PSF 05 Rua 07 N 35° Bairro Zé Araça 36 Sandra Teixeira dos Santos 038.926.401-65 PSF 02 Rua Tabajara, 994 - Santo Antonio 78 Schirley Ribeiro dos Santos 043.965.136.07 PSF 04 Rua dos Flamingos, 50 - Florais do Vale 23 Selma Santos Felix 014.520.331-02 PSF 07 Rua Ibitinga, 645 - Santa Luzia 66 Sheila Camila Vidor 029.464.559-47 PSF 04 Rua Guaraci, 610 - São Sebastião 56 Sheila Santana de Oliveira 021.990.141-42 PSF 02 Rua Tabajara, 251 - Santo Antônio 8 Shirlei Mariana Marques 918.993.701-53 PSF 01 Rua Acocê, 867 - Planalto 78 Shirley Redivo 627.807.861-91 PSF 04 Rua moema, Qd 20 Lt 03 - Vale Formoso 13 Silma Aguiar de Oliveira Gomes dos Santos 009.526.381-00 PSF 05 Rua 05 Nº 231 Bairro Jardim Boa Esperança 6 Silmara Alves Rodrigues 042.968.561-03 PSF 07 Rua Ibitinga, 81 - Santa Luzia 36 Silvana Barros Lima dos Santos 965.681.431-20 PSF 03 Rua Poguba s/n Jardim Aurora 54 Silvana de S. Dutra 003.590.471-22 PSF 05 Av. Cecilio J. Gaeta, Vila Martins 83 Silvana Jesus Modesto 000.700.201-75 PSF 06 Rua 17,Q18,31-Jardim Aeroporto II 26 Silvana Marques Costa 631.321.681-49 PSF 05 Rua B N°287 São Nicolau 1 Silvana Racis 460.895.511-04 PSF 08 Rua Magno n° 116 - Florais do Planalto 28 Silvana Ribeiro dos Reis 986.396.761-00 PSF 06 Rua 18,Q19,L20-Jardim Aeroporto 3 Silvaneide Setubal de Araujo 981.

757.261-72 PSF 04 Rua Ibirarema, 446 - São Sebastião 25 Silvani Araújo Figueredo 536.048.221-49 PSF 04 Rua Jaciara, 60 - São Sebastião 45 Silvânia Aparecida Siqueira Baldacin 899.314.321-87 PSF 01 Rua Jaciporã, 838 - Santo Antônio 8 Silvânia Lins de Espindola 041.528.274-83 PSF 06 Rua 01 Rua 23 N° 463 JD> Aeroporto II 26 Silvia Ferreira da Silva 000. 260.911-86 PSF 07 Rua Itararé, 250 - Santa Rita 3 Silvia Maria Ribeiro dos Reis 002.015.281-77 PSF 01 Rua Cecy - Vila Planalto 39 Simone Aires de Souza 016.700.321-67 PSF 04 Rua Guaraci, 786 - São Sebastião 11 Simone de Oliveira 007.713.461-31 PSF 04 Rua Guaracy, 328 - São Sebastião 46 Simone Rodrigues da Cruz 051.197.131-14 PSF 07 Rua Moema, 220 - Santa Rita SALA 09 ESCOLA MODELO S. ANTÔNIO 21 Simone Rodrigues de Souza 052.372.481-01 PSF 06 Rua Irerê Sítio São Francisco N° - Santo Antônio 69 Simone Soares Lendengues 000.596.695-95 PSF 05 Rua G casa 56 Bairro Zé Araça 114 Sirlei Borges da Silva 691. 141.291-91 PSF 04 Rua Jacira, 11 - São Sebastião 6 Sirleia Soares Quadros 545.517.301-49 PSF 08 Chácara São Francisco - Florais do Planalto 114 Sirlene Borges da Silva 930.516.031-04 PSF 07 Rua Tupi, 583 - Santa Rita 12 Sirleni Cardoso Canovas 259.840.978-77 PSF 02 Rua Tocantins, 100 - Santo Antônio 2 Sisle Francisca da Silva dos Santos 020.204.131-08 PSF 01 Rua RL 01, 367 - Jardim Leblon 28 Solange batista Galdino da Silva 023.463.981-44 PSF 01 Rua Ceci, 695 - Planalto 24 Solange Castro da Silva 015.846.101-07 PSF 03 Rua Miruna n° 970 Bairro Planalto 61 Solange Cristina Souza da Fonseca 697.438.432-72 PSF 08 Rua Itatinga, 116 - Jardim Nova Jaciara 38 Sonia Aparecida Santos Alves Gomes 024. 198.081-00 PSF 01 Rua RL1,402-Jardim Leblon 81 Sonia Cristina Gonçalves 286.893.188-01 PSF 07 Rua Itatinga, 404 - Santa Luzia 5 Stefani Carolinie Silva Souza 028.495.332-62 PSF 08 Rua Ipê Amarelo L 05 Qda 05 - Florais do Planalto 30 Stefany Andressa Nogueira da Silva 047.160. 831-95 PSF 08 Rua Caiçara, 1941 - Centro 45 Sueli Garcia Dias 132.151. 078-05 PSF 03 Rua Irajá n° 1258 Bairro Planalto 17 Suely Aparecida Garcia Rocha Gonçalves da Silva 998.067.381-87 PSF 07 Rua Ibitinga, 71 - Santa Luzia 1 Suely Candida de Souza 015.409.611-33 PSF 02 Rua Itaúna, 532 - Santo Antônio 25 Suely Ferreira Santana 902.392.961-68 PSF 03 Rua Miruna n° 832 Bairro Planalto 6 Taiamara Justino Gomes 019. 380.831-50 PSF 01 Avenida Botocudos, 299 - Santo Antônio 10 Tamiris Macedo Pinheiro 031.686.021-24 PSF 07 Rua Itatinga, 300 - Santa Luzia 41 Tania Maria da Silva de Araújo 522.161.281-04 PSF 01 Rua Cecy, 1. 060 - Santo Antônio 19 Tania Maria da Silva Souza 531.927.021-68 PSF 04 Rua Juruce, 300 - São Sebastião 59 Tatiana Trajano Borges 056.089. 871-10 PSF 03 Rua Tamandaré n° 915 Bairro Planalto 5 Tatiane Alves Ferreira 015.426.701-52 PSF 07 Rua Moema, Santa Rita 65 Tatiane Cristina Moura de Oliveira 043.705.731-30 PSF 06 Rua 16,Q13,142-Jardim Aeroporto II 77 Tatiane Cunha Alves 017.924.751-44 PSF 04 Rua Guaiçara, São Sebastião 2 Tatiane Gonçalves Pereira 021.540.121-24 PSF 07 Rua Ibitinga, 370 - Santa Luzia 68 Tatiane Rocha da Silva 002.005.531-51 PSF 03 Rua Moema n° 3070 Bairro Planalto 66 Tatiane Rosalino Pedroso 012.742221-84 PSF 05 Rua 05 Q 5 N° 30 Cohab São Lorenço 81 Telma Ferreira da Cruz Barbosa de Oliveira 006.562.931-01 PSF 04 Rua Rouxinóis, 721 - Florais do Vale SALA 10 ESCOLA MODELO S. ANTÔNIO 43 Thaina de Souza 061.530.391-97 PSF 02 Rua Tabajara, 969 - Santo Antônio 76 Thaís Camila Ferreira Macedo 061.248.851-90 PSF 06 Rua A,76-Jardim Esmeralda 44 Thais Cristina De Oliveira 045.404.081-43 PSF 05 Rua B Nº367 - Jardim Vitoria 121 Thais Daniele Ferreira Braga 043. 062.261-90 PSF 07 Rua Itarare, 310 - Santa Rita 97 Thais Ferreira Dias 062.359.821-35 PSF 01 Av. Botocudos, 1.212 - Santo Antônio 30 Thaiza Alves Gouveia 046.199.451-88 PSF 03 Rua Poguba n° 37 Jardim Aurora 74 Thalita Lopes Ferraz 046.714.031-61 PSF 07 Rua Tupi, 219 - Santa Rita 12 Thalita Simeia Silva Zahn 063.432.31-52 PSF 04 Rua Tupis, 928 - São Sebastião 21 Thalita Ynnara Silva Santos 061.758.401-00 PSF 02 Rua Irere, 307 - Santo Antônio 35 Thamires Moises Cotrin 052.550.531-80 PSF 01 Rua RL 05, 40 - Jardim Leblon 60 Thamyres dos Santos Lourenço 063.047.321-80 PSF 05 Rua Cecilio Jesus Gaeta Nº235 Vila Martins 98 Thaynara Ferreira Dias 053.052.111-31 PSF 01 Rua Irerê, 601 - Santo Antônio 91 Thays Nafaella Vieira de Souza Chaves 041.691.801-86 PSF 06 Rua Afonso Pena,65-Jardim Aeroporto 83 Valdeci Batista da gloria da Silva 015.399.431-27 PSF 04 Rua VF 07, Quadra 26, 230 - Vale Formoso 54 Valdetina Ribeiro da Silva 950.049.631-34 PSF 08 Rua das Mangueiras,126 - Florais do Planalto 58 Valdiana Batista Neves da Silva 979. 913.501-00 PSF 07 Rua Ibitinga, 41 - Santa Luzia 69 Valdineia Vicente da Silva 945.471.221-72 PSF 02 Avenida Botocudos, 240 67 Valdirene Braga 025.255.601-16 PSF 05 Rua 07 Casa 100 Bairro Cohab São Lourenço 87 Valdirene de Sa de Souza 044.772.421-58 PSF 02 Rua Tocantins, 269 - Santo Antônio 51 Valentina Soares Barbosa Damasceno 061.074. 731-22 PSF 03 Rua Projetada n°1635 Bairro Planalto 33 Valéria Celeri Vieira 023.240.731-29 PSF 07 Rua Ibitinga, 508 - Santa Luzia 35 Valéria de Souza Siqueira 053.682.061-94 PSF 02 Rua Irajá, 718 - Santo Antônio 8 Valkíria Alves Ferreira 003.565.911-40 PSF 08 Rua Guaicurus N°68 - Nova Jaciara 13 Valteneia Carvalho Ferreira 009.958.561-84 PSF 06 Rua 11,Q08,52-Jardim Aeroporto II 52 Valzirene da Silva Xavier 031.072. 831-26 PSF 06 Rua 10,53,Q06-Jardim Aeroporto II 49 Vanderleia Franco 549.590.390-00 PSF 07 Rua Goianases, 630 - Santa Rita 81 Vanessa Batista da Silva 007.481.601-24 PSF 06 Rua 01,L09,Q23,503-Jardim Aeropoto II 48 Vanessa de Oliveira Nascimento 023.121.111-28 PSF 01 Rua A, 265 - Residencial São Franscisco 32 Vanessa de Souza Siqueira 060. 490.641-21 PSF 02 Rua Tabajara, 974 - Santo Antônio 94 Vânia Lúcia da Silva Nascimento de Souza 048.693.511-61 PSF 01 Rua Jaciporã, 1.094 - Santo Antônio SALA 11 ESCOLA MODELO S. ANTÔNIO 72 Vania Sardinha Brazil 949.701.901-78 PSF 04 Rua Raimundo F. da Silva - Residencial vale Formoso 63 Vanne França da Silva 024.702.181-43 PSF 05 Rua 06 casa 06 Bairro Cohab São Lourenço 18 Vanusa Ferreira da Silva 061. 719.851-98 PSF 03 Rua Moema n° 3467 Bairro Planalto 54 Vanusa Santos Da Silva 024.176.781-44 PSF 05 Rua A Nº130 Jardim Boa Esperança 88 Vera Janes Pereira de Morais 022.454.671-67 PSF 01 Rua RL 02, 355 - Jardim Leblon 19 Vera Lúcia de Lara 006.156.541-50 PSF 01 Rua B, 47 - Residencial São Francisco 54 Vera Lucia Sulzbacher 487.444.501-25 PSF 03 Rua Jurucê n° 2514 Bairro Planalto 4 Vitória Caroline Souza Rodriguês 062.099.871-76 PSF 08 Rua Castanheira n°107 - Florais do Planalto 79 Vittorya Dockhorn 032.144.131-12 PSF 04 Rua cayas, 784 - São sebastião 17 Viviane Bezerra da Silva 859.450.991-04 PSF 04 Rua Guaraci, 687 - São Sebastião 89 Viviane de Oliveira 024.306.051-39 PSF 06 Rua 19,Q20,61-Jardim Aeroporto II 115 Walkiria Pereira dos Santos Carneiro 017.230.611-66 PSF 07 Rua Itararé, 140 - Santa Rita 18 Wanderson Oliveira Rodrigues 053.548.711-82 PSF 06 Rua Hercilio Luz,24-Jardim Aeroporto 39 Wania Jane Molina 535.569.171-49 PSF 06 Rua Pinto Martins ,85,Jardim Aeroporto 65 Washington Vinicius Arantes dos Santos 059.126. 931-71 PSF 03 Rua Moema n° 3339 Bairro Planalto 75 Wellen Dayane Paulina Jeronimo Rosendo 019.984.441-04 PSF 01 Rua A, 185 - Residencial São Francisco 55 Wellita Marcia Oliveira de Jesus 048.847.201-64 PSF 06 Rua 01,721-Jardim Aeroporto II 47 Wellyda Caroline do Nascimento 052.402.091-46 PSF 08 Rua Jurucê, 2336 - Centro 113 Welyta Ferreira Lima 022.684.111-17 PSF 07 Rua Itararé, 651 - Santa Rita 14 Wender Santos Cruz 062.855.601-29 PSF 08 Rua Araucária - Florais do Planalto 108 Wesley Diego Ferreira 020.223.796-67 PSF 04 Rua Caiçara - São Sebastião 13 Zaine Janaine Domingues Pereira 019.712.351-13 PSF 03 Avenida Marajá n° 1263 Bairro Planalto 30 Zelma Moises da Silva Santos 002.614.681-97 PSF 02 Rua Tocantins, 643 - Santo Antônio 85 Zeni Elena Hoennicke Dockhorn 783.754.019-00 PSF 08 Rua Guaicurus, 410 - Centro 29 Zilmar Cristina de Oliveira 906.098.751-91 PSF 04 Rua Guaraci, 216 - São Sebastião 115 Zilmara Gomes 031.429.981-52 PSF 02 Rua Acoçe, 120 - Santo Antônio 117 Zulene Lino Costa 926.411.303-78 PSF 02 Rua Tabajara, 1371 - Santo Antonio

INSCRIÇÕES DEFERIDAS (Agentes de Combate às Endemias) PROCESSO SELETIVO 001/2017-SMS

Número inscrição Nome Completo CPF Endereço onde reside SALA 01 ESCOLA ANTONIO F. SOBRINHO 12 Advaldo Paulino de Souza 667.478. 211-49 Rua Caiçara, 689 - São Sebastião 16 Aguinaldo Souza de Araújo 020.923.331-19 Rua Tapuias, 815 - Santo Antonio 19 Alessandro de Sou-

za Campos 097.418.254-04 Rua Guaiçara, 577 - São Sebastião 15 Ana Paula Amorim Oliveira 035.372.631-12 Rua Iraja, 295 - Santo Antonio 21 Ana Paula da Silva 023.624.231-82 Rua Tapuias, 799 - Santo Antonio 2 Andrade de Souza Carvalho 027.647.981-56 Rua Tapuias, S/N - Santo Antonio 9 Andreia de Almeida Silva 054.139.164-00 Rua Tocantins, 672 - Santo Antonio 1 Anildo Florentino de Souza 923.896.941-87 Rua B, 9 - São Nicolau 18 Audymara Rocha Almeida 667.019.701-25 Rua Guaicurus - Centro 21 Camila Carla Menezes Lima 720.498.981-34 Rua Jurucê, 2. 761 - Centro 9 Carlos Henrique Cordeiro 037.195.221-21 Rua Cecy, 849 - Planalto 11 Carlos Henrique da Silva Gomes 118.559.064-14 Avenida Antonio Ferreira Sobrinho, S/N kitnet 05 - Planalto 8 Carlos Roberto Dmaceno 983.876.851-00 Avenida Botocudos, S/N - Santo Antonio 7 Cícero Antônio de Andrade 000.231.971-37 Rua Tapuias, 113 - Santo Antônio 8 Claudio Custodio Vilela 001.011.101-89 Avenida Piracicaba, 942 - Santa Luzia 15 Claudio Miguel de Arruda Fernandes 025.159.851-90 Rua Timbiras, 780 - Santa Rita 14 Claudio Pompilho de Araujo 161.936.101-97 Rua Itatinga, 624 - Santa Luzia 3 Cleonice Rodrigues de Souza Carvalho 639.105. 002-34 Rua Mogno, 81 - Florais do Planalto 23 Cristiane Castro da Cunha 035.920.971-80 Rua Moema, 3.384 - Planalto 14 Cristielli Honoria Mendes 057.644.361-17 Rua Tocantins - Santo Antonio 22 Denise Lino de Jesus Fernandes Almeida 020.246.411-30 Rua Tapuias, 168 - Santo Antonio 13 Dionatan Mendes de Souza 060.042.201-16 Rua Gayuas, 229 - Santa Rita 7 Dirceu Moreira 947.006.801-72 Rua Itatinga, 716 - Santa Luzia 11 Edjane Gomes dos Santos 060.873.391-16 Rua Bartira, 508 - Santo Antonio 18 Elionay Rodrigues Silva 046.870.451-54 Rua Tapuias, 815 - Santo Antonio 17 Elizabete de Moraes Dutra 011.486.421-70 Rua Guaicurus, 581 - Centro 26 Erik Pontes de Medeiros 075.518.814-41 Rua Jacira, 294 - São Sebastião 14 Evani Pereira Espindola 000.339.651-70 Rua Gayuas, 952 - São Sebastião 8 Flávio da Silva Souza 044.753.591-98 Av. marajá, 1353 - Planalto INSCRIÇÕES DEFERIDAS (Agentes de Combate às Endemias) PROCESSO SELETIVO 001/2017-SMS 3 Florisvaldo Gomes da Silva 352.597.281-49 Rua Timbiras, 1499 - São Sebastião SALA 02 ESCOLA ANTÔNIO F. SOBRINHO 5 Geovana da Silva Pinheiro 055.098.111-02 Rua Tocantins, 120 - Santo Antonio 11 Geovani Rodrigues Queiroz 014. 657.371-46 Rua Timbiras, 889 - São Sebastião 26 Gilmeire Rulim Lopes 002.004.471-22 Rua Afonso Pena,134-Jardim Aeroporto 14 Guilherme Kener da Silva 047.772.491-40 Rua Jacyporã, 828 - Santo Antonio 9 Henrique Victor Leal Siqueira 061.236.461-50 Rua Dois, 29 - COHAB São Lourenço 20 Iago Henrique Barbosa da Silva 010.089.581-66 Rua Gauiçara, 51 - São Sebastião 8 Igor Guimaraes Ribeiro 052.721.521-07 Rua Tupis, 1023 - São Sebatsião 5 Jacques Marques 886.129.701-30 Rua Irapuru, 542 - Santa Luzia 24 Jainy Borges de Souza 051.315.461-25 Rua Guaraci, 560 -São Sebastião 4 Janaina Bezerra Dias 017.254.801-23 Rua Uirapuru, 107 - Santa Luzia 13 Jaziel Rodrigues Santos 966.453.933-34 Rua Guaicurus, 68 - Nova Jaciara 95 Jeferson Rodrigues da Silva 035.470.901-13 Avenida Xavantes, 79-Santo Antonio 10 Jessica Santos de Oliveira 006. 538.542-00 Rua Tocantins, 40 - Santo Antonio 3 Joaquim Antonio Mascarenhas 003.665.251-23 Rua Poguba, 358 - Planalto 10 Jôntathan Galdino dos Santos 030.377.901-21 Rua Moema, 1.069 - Centro 2 José Gomes da Silva 361.782.411-00 Rua Timbiras, 1474 - São Sebastião 7 José Leonidas Bonze Cravinho 056.301.761-96 Rua Sem Denominação, 24 - Zé Araça 6 José Rodrigues Gomes Primo 325.952.041-49 Rua Gayuas, 408 - Santa Rita 51 Joseane Alves dos Santos 024.931.381-20 Rua 15, Quadra 12-Jardim Aeroporto II 2 Judevan Arruda da Silva 432.733.781-15 Rua Sete, 140 - COHAB São Lourenço 10 Kaiton Gustavo Lopes de Oliveira 061.061.341-38 Rua Poguba, S/N - Planalto 25 Kátia Soares Barbosa 592.883.371-72 Rua Tabajara, 441 - Santo Antonio 9 Leandro Ferreira da Silva 005.670.351-02 Rua Jurucê, 1.723 - Centro 97 Lendro Galdino dos Santos 026.251.121-58 Rua Moema, 1.069 - Centro 6 Letícia Cristina Costa 700.633.471-30 Rua Irere, S/N kitnet 10 - Santo Antonio 2 Lindomar Goncalves Rocha 035.443.581-74 Rua Carolina, 283 - Clementina 9 Luciene Lopes de Freitas 034.348.491-90 Rua Potiguaras, 512 - Centro 8 Luís Carlos Coimbra dos Santos 420.415.892-72 Rua Cerejeira, 140 - Florais do Planalto 5 Magno Antonio Leandro dos Santos 569.459.061-91 Av. Xavantes, 800 - Santo Antonio 25 Mailson Barbosa da Silva 057.341. 681-81 Rua Guaiçara, 70 - São Sebastião SALA 03 ESCOLA ANTÔNIO F. SOBRINHO 4 Marcia Alves Ferreira 000.222.641-32 Rua Miruna, 197 - Santo Antonio 20 Márcio Ferreira da Costa 880.033.531-49 Rua Guaracy, 1.010 - Centro 3 Marcos de Andrade Fagundes 385.832.830-87 Rua Tapuias,1185 - Santo Antonio 23 Marcos Vinicius de Oliveira 061.238.921-93 Rua Itauna, 223 - Santo Antonio 14 Maria Aparecida Martins Celuppi 483. 321.279-04 BR 364, KM 280 - Zona Rural 4 Maria Madalena Batista Rodrigues 036.460.301-19 Rua Irere, 52 - Santo Antonio 6 Maria Selismeire Braga 420.293.501-25 Rua Guaranis, 390 - Santa Rita 11 Mario José de Souza 015.284.551-85 Rua Guaianases, 662 - Santa Rita 96 Marizete Jaci de Almeida 002.005.021-66 Rua 17, 53, Qdra 13, Lote 18 - Jardim Aeroporto II 1 Matheus Vinicius de Mattos Queiroz 061.698.001-94 Rua Irahes, 998 - São Sebastião 13 Mozar Cardoso Neto 046.299.721-96 Rua Iraes, 1721 - Florais do Vale 24 Neuza Soares dos Santos 571.869.121-04 Avenida Botocudos, 954 - Santo Antonio 6 Odila Fabian 284.512.101-63 Rua Jerivá,137 - Florais do Planalto 7 Pamella Mara de Souza Nunes 031.407. 811-80 Rua Iporans, 711 - Santo Antonio 4 Paula Catiussia Rodrigues dos Santos Fabris 973.773.332-00 Rua Mangabeiras, 10, Kit net 03 - Florais do Planalto 8 Paula Rubia Bihain de Oliveira 866.146.141-34 Rua B, 400 - Jardim Vitória 7 Paulo Henrique da Silva Costa 059.700.191-00 Rua das Dalias, 156 - Jardim Aurora 15 Paulo José Paes de Souza 038.366.551-52 Rua Itatinga, 873 - Santa Luzia 1 Paulo Luana Rocha de Souza 036.065. 681-18 Rua Jurucê, 2.113 - Centro 1 Poliana Souza dos Santos 046.334. 411-16 Rua Tabajara, 1304 - Santo Antonio 19 Queiliane de Souza Pereira 056.656.871-38 Rua Itararé, 1.569 - Centro 10 Raimundo Coelho de Sousa 274.137.801-00 Rua Cherente, 668 - São Sebastião 4 Rodrigo Lazarotto Rosin 000.740.731-92 Avenida Maraja, 1160 - Planalto 38 Rogério Aparecido do Nascimento 313.073.848-70 Rua Irerê, 957 - Planalto 1 Rogério Novaes da Silva 943.665.511-87 Rua Sem Denominação, 70 Q18 L07 - Jardim Aeroporto 12 Romantiele Kerolay Barbosa Calisto 051.637. 961-51 Rua Tocantins, 91 - Santo Antonio 3 Romerio Silva Nunes 001. 621.171-59 Rua Três, 260 - Jardim Boa Esperança 2 Rosiléa Barbosa da Silva 894.781.264-15 Av. Maraja - Planalto 18 Rosimeri de Jesus da Silva 010.019.631-48 Rua Guaiçara, 577 - São Sebastião 4 Sebastião Francisco Barbosa 039.214.611-89 Rua Rodrião Rodrigues, 104 - Vila Martins SALA 04 ESCOLA ANTÔNIO F. SOBRINHO 4 Sidileia Lina da Silva 848.593. 181-53 Rua Tupis, 900 - São Sebastião 22 Sidnei Roberto Morais 404.024. 520-20 Rua Potiguaras, 287 - Nova Jaciara 15 Silvéria cabral de Souza 692.837.371-72 Rua Jurema - Centro 16 Silvio Dourado Bastos 460.335. 721-43 Rua Cayuas, 912 - São Sebastião 27 Sinésio Vieira de Lima 896. 918.061-34 Rua Nove, 83, Q5 L10 - Jardim Aeroporto 5 Stefany Moreira Queiroz 061.837.241-57 Rua Begonia, S/N - Planalto 2 Thais Camargo Santos 046.233.451-14 Rua Guaianazes, 1.236 - Centro 6 Tiago Pereira dos Santos 061.703.201-76 Avenida Maraja, 727 - Planalto 10 Uebertom Ricardo Cavalcante 036.400.981-02 Rua Jaciporã, 394 - Santo Antonio 2 Valdinei de Carvalho Batista 986.283.131-68 Rua Moema, S/N - Santa Rita 93 Vandir Pereira Batista 925.184.431-34 Rua 08,casa 82,Q 05,L.05 - Jardim Aeroporto II 10 Vitor Gabriel Rodrigues Rosa 017.476.381-61 Rua Itararé, 161 - Santa Rita 5 Viviane Amancio Queiroz Silva 731.590.931-15 Rua Três, 120 - COHAB São Lourenço 9 Weliton de Lima Silva 036.658. 581-94 Rua Juruce, 3228 - Planalto 12 Wilson Waldilson Boaventura 488. 694.141-91 Avenida Antonio Ferreira Sobrinho, 32 - Santa Rita 6 Zelia Ferreira da Silva Oliveira 009.825.991-10 Rua Iporã - Santo Antonio

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO MUNICIPAL DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Nº 001/ 2017 RESERVA PARA OS CARGOS DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS. O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, no uso das confere o artigo 37, inciso IV, da Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal, Lei 1457/2012 alterada pela Lei PÚBLICO nos termos do Edital de Processo Seletivo público Nº 001/2017. pela legislação em vigor, a necessidade de promover a cor-

reção em alguns itens, em razão de erros na formulação do seletivo. I - Fica retificado o item 4 do Título I “Das Disposições Preliminares” O meio oficial de divulgação dos atos deste Processo S Prefeitura Municipal e no endereço eletrônico: Oficial dos Municípios (www.amm.org.br), cabendo ao candidato informar quaisquer retificações, resultados, julgamento de recursos e quaisquer outros atos ocorridos.Passa a vigorarcom a seguinte redação: atos deste Processo Seletivo é o eletrônico: www.jaciara.mt.gov.br retificações, resultados, julgamento de recursos e quaisquer outros atos o II – Fica retificado o item 5 do Título consta:5. O resultado final do Processo Seletivo e a classificação aprovados serão homologados por meio de edital publicado no órgão of imprensa do Município (www.amm.org.br) e afixado em mural da Prefeitura endereços eletrônicos: www.jaciara.mt.gov.br redação:5. O resultado final do Processo Seletivo e a classificação aprovados serão homologados por meio de edital publicado no www.jaciara.mt.gov.br eafixado em mural da Prefeitura e Saúde. III - Fica retificado o Anexo II onde o Cronograma do Processo Seletivo que vigorar com a seguinte redação: EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Nº 001/2017 DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2017 QUE TRATA DO PÚBLICO MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Nº 001/2017 VISANDO A CONTRATAÇÃO E CADASTRO DE RESERVA PARA OS CARGOS DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS. O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 37, inciso IV, da Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal, Lei pela Lei 1572/2014 e demais legislações pertinentes, TORNA PÚBLICO nos termos do Edital de Processo Seletivo público Nº 001/2017. pela legislação em vigor, a necessidade de promover a correção em alguns itens, em razão de erros na formulação do - ANEXO II do cronograma do referido processo Fica retificado o item 4 do Título I “Das Disposições Preliminares”, O meio oficial de divulgação dos atos deste Processo Seletivo é o mural de avisos da Prefeitura Municipal e no endereço eletrônico: www.jaciara.mt.gov.br (www.amm.org.br), cabendo ao candidato informar quaisquer retificações, resultados, julgamento de recursos e quaisquer outros atos com a seguinte redação:4. O meio oficial de divulgação dos atos deste Processo Seletivo é o mural de avisos da Prefeitura Municipal e no endereço www.jaciara.mt.gov.br, cabendo ao candidato informar-se sobre quaisquer retificações, resultados, julgamento de recursos e quaisquer outros atos o Fica retificado o item 5 do Título XII “Da Classificação Final e Desempate 5. O resultado final do Processo Seletivo e a classificação homologados por meio de edital publicado no órgão of (www.amm.org.br) e afixado em mural da Prefeitura www.jaciara.mt.gov.br.Passa a vigorar com a seguinte 5. O resultado final do Processo Seletivo e a classificação homologados por meio de edital publicado no endereço eletrônico afixado em mural da Prefeitura e Secretaria Municipal de Fica retificado o Anexo II onde o Cronograma do Processo Seletivo que vigorar com a seguinte redação: EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDITAL Nº 001/2017 QUE TRATA DO PÚBLICO MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL CONTRATAÇÃO E CADASTRO DE RESERVA PARA OS CARGOS DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E atribuições que lhe confere o artigo 37, inciso IV, da Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal, Lei e demais legislações pertinentes, TORNA PÚBLICO nos termos do Edital de Processo Seletivo público Nº 001/2017. E conferidas pela legislação em vigor, a necessidade de promover a correção em alguns itens, em ANEXO II do cronograma do referido processo , onde consta:4. eletivo é o mural de avisos da www.jaciara.mt.gov.bre no Jornal (www.amm.org.br), cabendo ao candidato informar-se sobre quaisquer retificações, resultados, julgamento de recursos e quaisquer outros atos 4. O meio oficial de divulgação dos mural de avisos da Prefeitura Municipal e no endereço se sobre quaisquer retificações, resultados, julgamento de recursos e quaisquer outros atos ocorridos. Desempate”, onde 5. O resultado final do Processo Seletivo e a classificação dos candidatos homologados por meio de edital publicado no órgão oficial de (www.amm.org.br) e afixado em mural da Prefeitura e nos Passa a vigorar com a seguinte 5. O resultado final do Processo Seletivo e a classificação dos candidatos endereço eletrônico: Secretaria Municipal de Fica retificado o Anexo II onde o Cronograma do Processo Seletivo que passa a CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO Data Horário 09/08/17 Publicação do Resumo de 14 a 22/08/17 14h00min às 17h00min candidatos ao Processo Seletivo 23/08/17 14h00min 24/08/17 e 25/08/17 a 29/08/17 14h00min às 17h00min 31/08/17 17h00min Julgamento dos recursos sobre as 29/10/17 08h00min Realização da Prova Objetiva de 29/10/17 17h00min Divulgação dos gabaritos da Prova Objetiva de Múltipla Escolha 30/10/17e 31/10/17 14h00min às 17h00min Prazo para recurso sobre os gabaritos da Prova Objetiva de 06/11/17 17h00min Julgamento dos recursos sobre os gabaritos da Prova Objetiva de 07/11/17 17h00min Divulgação do resultado da Prova Objetiva de Múltipla Escolha 08/11/17 e 09/11/17 14h00min às 17h00min resultado da Prova 10/11/17 17h00min Julgamento dos recursos sobre o resultado da Prova Objetiva 13/11/17 17h00min Divulgação do resultado final 16/11/17e17/11/17 14h00min às 17h00min de pontos da Prova de Títulos e na ANEXO II CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO Atividade Publicação do Resumo de Edital Diário Oficial/Jornal Local e no eletrônico: www.jaciara.mt.gov.br Período de Inscrições dos candidatos ao Processo Seletivo Unidades de Saúde da Família Divulgação da relação de inscrições Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Prazo para recurso sobre as inscrições Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Julgamento dos recursos sobre as inscrições Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha Escola Antônio Ferreira Sobrinho e Escola Modelo Santo Antônio Divulgação dos gabaritos da Prova Objetiva de Múltipla Escolha Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Prazo para recurso sobre os gabaritos da Prova Objetiva de Múltipla Escolha Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Julgamento dos recursos sobre os gabaritos da Prova Objetiva de Múltipla Escolha Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Divulgação do resultado da Prova Objetiva de Múltipla Escolha Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Prazo para recurso sobre o resultado da Prova Objetiva Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Julgamento dos recursos sobre o resultado da Prova Objetiva Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Divulgação do resultado final provisório Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Prazo para recurso sobre o resultado final, relativo à atribuição de pontos da Prova de Títulos e na classificação Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Local Diário Oficial/Jornal Local e no endereço eletrônico: www.jaciara.mt.gov.br Unidades de Saúde da Família Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal Escola Antônio Ferreira Sobrinho e Escola Modelo Santo Antônio Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal 21/11/17 17h00min Julgamento dos recursos sobre o 22/11/17 17h00min Divulgação do Resultado Final Definitivo para homologação pelo Os demais itens seguem inalterados. ABDULJABAR GALVIN Prefeito Municipal de Jaciara Julgamento dos recursos sobre o resultado final Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Divulgação do Resultado Final Definitivo para homologação pelo Prefeito Municipal Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Os demais itens seguem inalterados. Jaciara - MT, 24 de outubro de 2017. ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD AUDIMAR ROCHA SANTOS Prefeito Municipal de Jaciara-MT Secretário Municipal de Saúde Secretaria Municipal de Saúde/ www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal Secretaria Municipal de Saúde/

www.jaciara.mt.gov.br/ Paço Municipal MT, 24 de outubro de 2017. AUDIMAR ROCHA SANTOS Secretário Municipal de Saúde

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACIARA GABARITO - PROVA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE LÍNGUA PORTUGUESA 1- A 2- A 3- A 4- A 5- C 6- B 7- B 8- D 9- A 10- D CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS 11- B 12- C 13- A 14- B 15- B 16- D 17- A 18- D 19- D 20- B 21- D 22- C 23- B 24- A 25- B 26- D 27- B 28- D 29- A 30- A MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO 31- B 32- B 33- A 34- C 35- D 36- A 37- A 38- B 39- A 40- C

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACIARA GABARITO - PROVA AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS LÍNGUA PORTUGUESA 1- A 2- A 3- A 4- A 5- C 6- B 7- B 8- D 9- A 10- D CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS 11- B 12- C 13- A 14- D 15- B 16- D 17- A 18- C 19- D 20- B 21- C 22- D 23- B 24- A 25- B 26- B 27- B 28- B 29- B 30- D MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO 31- B 32- B 33- A 34- C 35- D 36- A 37- A 38- B 39- A 40- C

Agente Comunitário de Saúde - PROCESSO SELETIVO 001/2017 SMS

RESULTADO DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA

Núm. Insc Nome Completo CPF SALA/ESC Área de atuação Endereço onde reside Port. Esp. Mat. Total Resultado 65 Angélica Carvalho 047.965.051-99 SALA06/EEAFS PSF 01 Rua Irajá, 185 - Santo Antônio 6 15 7 71 Aprovada 34 Fabiana Pavão Lopes 069.039.601-55 SALA10/EEAFS PSF 01 Rua Jaciporã, 1.003 - Planalto 6 15 6 69 Aprovada 42 Claudia da Silva Paganardi 000.740.661-45 SALA07/EEAFS PSF 01 Rua RL 02, 149 - Jardim Leblon 6 15 6 69 C. Reserva 99 Ananda Cristyna Duarte de Souza 060.794.001-89 SALA06/EEAFS PSF 01 Rua Jaciporã, 1.064 - Santo Antônio 5 15 6 67 C. Reserva 13 Maria de Fátima P. C. Nunes 023.635.204-08 SALA03/EEMSA PSF 01 Rua Moema, 3.698 - Planalto 4 16 4 64 C. Reserva 56 Daniela Alves da Costa 031.242.251-20 SALA08/EEAFS PSF 01 Rua RL1 - Jardim Leblon 4 15 5 63 C. Reserva 91 Cleire Godoi Brasileiro 006.119.011-22 SALA08/EEAFS PSF 01 Av. Xavantes, 810 - Santo Antônio 7 11 7 61 C. Reserva 63 Laís Cristina Monteiro da Silva 051.226.141-56 SALA01/EEMSA PSF 01 Rua Jaciporã, 160 - Santo Antônio 4 14 5 60 C. Reserva 85 Beatriz Gondin de Oliveira 971.856.981-20 SALA06/EEAFS PSF 01 Av. Botocudos, 1.073 - S.Antônio 5 15 2 59 C. Reserva 35 Thamires Moises Cotrin 052.550.531-80 SALA10/EEMSA PSF 01 Rua RL 05, 40 - Jardim Leblon 6 11 7 59 C. Reserva 48 Vanessa de Oliveira Nascimento 023.121.111-28 SALA10/EEMSA PSF 01 Rua A, 265 - Res. São Franscisco 3 16 2 58 89 Hélia Mara de Souza Figueiredo 012.505.641-90 SALA12/EEAFS PSF 01 Av. Botocudos, 1.117 - S. Antônio 5 13 4 57 72 Laura da Silva Ramos 603.738.301-49 SALA01/EEMSA PSF 01 Rua Moema - Vila Planalto 4 13 5 57 106 Edinês Nunes de Farias 511.049.464-91 SALA09/EEAFS PSF 01 Rua Miruna - Planalto 5 12 5 56 67 Késia Chaves de Andrade 036.074.551-20 SALA01/EEMSA PSF 01 Rua B, 189 - Resid. São Francisco 3 12 7 56 73 Poliane Bittencourt Martins 029.901.081-30 SALA06/EEMSA PSF 01 Rua Irerê,474-Santo Antonio 4 14 3 56 53 Maria Aparecida P. dos Santos 630.346.111-53 SALA03/EEMSA PSF 01 Rua Cecy, 838 - Planalto 5 13 3 55 36 Maria Cícera Gomes dos Santos 032.015.811-00 SALA03/EEMSA PSF 01 Rua RL 02, 472 - Jardim Leblon 3 14 3 54 26 Joelma Carneiro de Morais 016.011.551-58 SALA13/EEAFS PSF 01 Rua RL 01, 196 - Jardim Leblon 4 13 3 53 80 Nilcelene Gonçalves da Silva 982.290.521-15 SALA05/EEMSA PSF 01 Rua Jaciporã, 190 - Santo Antônio 3 13 3 51 8 Shirlei Mariana Marques 918.993.701-53 SALA08/EEMSA PSF 01 Rua Acocê, 867 - Planalto 3 13 3 51 75 Wellen Dayane P. J. Rosendo 019.984.441-04 SALA11/EEMSA PSF 01 Rua A, 185 - Resid. São Francisco 2 11 7 51 55 Edilaine Rufino da Silva 030.998.101-85 SALA09/EEAFS PSF 01 Rua RL 01, 441 - Jardim Leblon 4 10 6 50 37 Janaína Lima dos Santos 016.916.151-02 SALA13/EEAFS PSF 01 Rua RL 02 - Jardim Leblon 6 10 4 50 71 Ana Paula Dias da Silva 005.320.713-01 SALA05/EEAFS PSF 01 Rua Jaciporã, 909 - Santo Antônio 4 11 4 49 62 Angélica de Jesus Paganardi 018.706.051-79 SALA06/EEAFS PSF 01 Rua RL 01, 624 - Jardim Leblon 5 11 3 49 95 Antônia Santos de Souza 015.846.111-89 SALA06/EEAFS PSF 01 Rua Jaciporã, 1.074 - S. Antônio 4 11 4 49 51 Larissa Oliveira da Silva 050.196.361-85 SALA01/EEMSA PSF 01 Rua Beatriz, 348 - J. Clementina 5 9 6 49 RESULTADO DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA Agente Comunitário de Saúde - PROCESSO SELETIVO 001/2017 SMS 69 Rafaeli Fernandes da Silva 060.697.991-35 SALA06/EEMSA PSF 01 Rua Ceci, 799 - Planalto 4 12 2 48 12 Dalilia Mascarenhas da Silva 843.359.985-20 SALA08/EEAFS PSF 01 Rua Carolina - Jardim Leblon 2 12 3 46 27 Ivanice Martins de M. de Oliveira 962.263.231-91 SALA13/EEAFS PSF 01 Rua RL2,491-Jardim Leblon 3 12 2 46 50 Patrícia Nunes de Souza 036.678.751-93 SALA06/EEMSA PSF 01 Rua Carolina, 368 - J. Clementina 2 12 3 46 94 Vânia Lúcia da Silva N. de Souza 048.693.511-61 SALA10/EEMSA PSF 01 Rua Jaciporã, 1.094 - Santo Antônio 4 10 4 46 11 Ana Cleide da Silva Martins Alves 037.808.471-24 SALA05/EEAFS PSF 01 Rua Moema, 3.640 - Planalto 2 11 4 45 25 Elizangela Caldas da Silva 921.127.301-34 SALA10/EEAFS PSF 01 Rua Jaciporã, 491 - Res. Ipanema 4 11 2 45 4 Joziane Dias C.Viniski dos Santos 038.610.091-88 SALA14/EEAFS PSF 01 Rua B, 22 - Res.São Francisco 5 11 1 45 54 Maria Madalena Vieira da Silva 631.272.021-72 SALA03/EEMSA PSF 01 Rua RL01, 173 - Jardim Leblon 4 10 3 44 17 Rôsangela Rosa de Jesus Souza 022.287.411-24 SALA07/EEMSA PSF 01 Rua RL 01, 148 - Jardim Leblon 4 10 3 44 29 Rosinete Ramalho da Silva 006.675.181-00 SALA07/EEMSA PSF 01 Rua RL 06, 415 - Jardim Leblon 5 10 2 44 90 Luana Cristina da Silva Rocha 045.107.951-57 SALA02/EEMSA PSF 01 Av. Botocudos - Santo Antônio 1 11 4 43 49 Sandra Pinheiro de Oliveira 002.867.131-79 SALA08/EEMSA PSF 01 Rua RL 01, 149 - Jardim Leblon 1 11 4 43 58 Francielly Stuelp de Almeida 056.503.611-42 SALA11/EEAFS PSF 01 Rua Moema, 3.230 - Planalto 4 10 2 42 66 Gislaine Janaina Avelino Tabosa 006.174.771-83 SALA12/EEAFS PSF 01 Rua Cecy,?- Santo Antonio 4 10 2 42 38 Sonia Aparecida S. Alves Gomes 024.198.081-00 SALA09/EEMSA PSF 01 Rua RL1,402-Jardim Leblon 5 10 1 42 61 Edivania Londe Ribeiro 839.799.051-87 SALA09/EEAFS PSF 01 Rua RL1 - Jardim Leblon 3 11 1 41 39 Flávia Ap. Ferreira S. M. Soares 031.406.481-89 SALA11/EEAFS PSF 01 Rua Moema, 3.766 - Planalto 3 11 1 41 81 Josiane da Silva de Souza 985.713.971-04 SALA14/EEAFS PSF 01 Rua Cecy, 890 - Planalto 4 9 3 41 18 Leidiane Darlen Ramalho Gomes 025.609.631-75 SALA01/EEMSA PSF 01 Rua RL 02, 185 - Jardim Leblon 4 9 3 41 84 Lidiane Aparecida Coimbra 048.402.381-03 SALA02/EEMSA PSF 01 Rua Carolina, 200 - J. Clementina 1 11 3 41 64 Ilma Ferreira 432.734.591-15 SALA12/EEAFS PSF 01 Rua Moema, 3.796 - Planalto 6 8 2 40 82 Maria de Fátima Paulino Fontaneli 780.259.581-91 SALA03/EEMSA PSF 01 Rua RL 02, 221 - Jardim Leblon 3 10 2 40 28 Solange Batista Galdino da Silva 023.463.981-44 SALA09/EEMSA PSF 01 Rua Ceci, 695 - Planalto 4 9 2 39 46 Bruna Mayara dos Santos Oliveira 024.798.921-58 SALA07/EEAFS PSF 01 Rua Ceci, 1.047 - Planalto 2 10 2 38 7 Elisângela Emília Ribeiro 038.479.141-70 SALA10/EEAFS PSF 01 Rua Carolina, 544 - J. Clementina 4 10 0 38 33 Maria Aparecida de Souza Pereira 514.064.201-82 SALA03/EEMSA PSF 01 Rua RL 02, 295 - Jardim Leblon 3 8 4 38 87 Dagmar Figueiredo Leite Moura 015.205.671-89 SALA08/EEAFS PSF 01 Rua Ceci, 467 - Planalto 2 8 4 36 74 Luziane Andrade Coelho Pereira 026.401.821-45 SALA03/EEMSA PSF 01 Av. Botocudos, 1.151 - Santo Antônio 3 8 3 36 67 Deise Ferreira Vidal Passarelli 039.583.251-90 SALA08/EEAFS PSF 01 Rua Acocê, 742 - Jardim Ipanema 2 7 5 35 103 Merabi Rodrigues de Oliveira 001.532.481-81 SALA04/EEMSA PSF 01 Rua RL 02, Q. 05, Lote 12, 307 - J. Leb 3 7 4 35 76 Geane Souza Ribeiro 037.970.361-08 SALA11/EEAFS PSF 01 Rua B, 244 - R. São Francisco 3 8 2 34 6 Taiamara Justino Gomes 019.380.831-50 SALA09/EEMSA PSF 01 Avenida Botocudos, 299 - S. Antônio 1 8 3 32 77 Elizangela Souza Quirino 036.103.011-80 SALA10/EEAFS PSF 01 Rua RL 01, 515 - Jardim Leblon 2 7 3 31 41 Tania Maria da Silva de Araújo 522.161.281-04 SALA09/EEMSA PSF 01 Rua Cecy, 1.060 - Santo Antônio 3 7 2 31 40 Josimara Cristina da Silva 042.974.551-61 SALA14/EEAFS PSF 01 Rua RL1,258-Jardim Leblon 3 8 0 30 15 Rafaela de Oliveira Pereira 050.296.041-89 SALA06/EEMSA PSF 01 Rua RL 02, 473 - Jardim Leblon 1 8 2 30 42 Adriana Oliveira Silva 024.807.061-41 SALA04/EEAFS PSF 01

Rua Cecy, 1.113 - Planalto 3 7 1 29 100 Maria Alves do Rego 031.407.631-07 SALA03/EEMSA PSF 01 Rua RL 01, 318 - Jardim Leblon 3 6 1 26 3 Silvia Maria Ribeiro dos Reis 002.015.281-77 SALA08/EEMSA PSF 01 Rua Cecy - Vila Planalto 1 6 2 24 45 Silvânia Ap. Siqueira Baldacin 899.314.321-87 SALA08/EEMSA PSF 01 Rua Jaciporã, 838 - Santo Antônio 2 4 1 18 102 Andersandra Aires de Aquino 024.134.821-80 SALA06/EEAFS PSF 01 Av. Botocudos, s/nº - Santo Antônio Aus Aus Aus 0 60 Cleudeci Maria Gomes F. Soares 981.757.341-91 SALA08/EEAFS PSF 01 Rua Miruna, 445 - Santo Antônio Aus Aus Aus 0 79 Cleuza Maria Rufino 206.478.548-56 SALA08/EEAFS PSF 01 Rua A,123-R. São Francisco Aus Aus Aus 0 92 Danielly Lemes Barbosa Oliveira 737.321.681-15 SALA08/EEAFS PSF 01 Rua RL 01, 484 - Jardim Leblon Aus Aus Aus 0 31 Deiziane Forgiarini Silva 020.494.071-06 SALA08/EEAFS PSF 01 Rua Ceci, 980 - Santo Antônio Aus Aus Aus 0 43 DeizianeTeixeira Simioni 036.185.391-26 SALA09/EEAFS PSF 01 Rua Miruna, 563 - Planalto Aus Aus Aus 0 105 Elessandra Santana da Silva 001.876.731-10 SALA09/EEAFS PSF 01 Rua RL 01, 16 - Jardim Leblon Aus Aus Aus 0 32 Elizangela Mariana de S. Lopes 901.993.831-20 SALA10/EEAFS PSF 01 Rua B, 239 - R. São Francisco Aus Aus Aus 0 101 Giovana dos Santos Silva 059.735.011-67 SALA12/EEAFS PSF 01 Av. Botocudos, 761 - Santo Antônio Aus Aus Aus 0 16 Iasmim Silva Passos 052.430.871-30 SALA12/EEAFS PSF 01 Rua Ceci, 1.060 - Santo Antônio Aus Aus Aus 0 9 Kamila Alves Florencio 025.142.711-00 SALA14/EEAFS PSF 01 Rua Beatriz - Jardim Clementina Aus Aus Aus 0 93 Márcia Aparecida de Almeida 008.780.391-71 SALA03/EEMSA PSF 01 Av. Botocudos, 869 - Santo Antônio Aus Aus Aus 0 1 Maria da Conceição G. da Silva 057.846.753-46 SALA03/EEMSA PSF 01 Rua Amélia, 390 - J. Clementina Aus Aus Aus 0 14 Marta Rodrigues de Carvalho 828.396.461-53 SALA04/EEMSA PSF 01 Rua RL 01, Qdra 8, Lote 15, J. Leblon Aus Aus Aus 0 83 Rosangela Oliveira Neto 014.679.311-01 SALA07/EEMSA PSF 01 Rua Cecy, 67 - Santo Antônio Aus Aus Aus 0 68 Rose da Silva Paganardi 026.480.851-73 SALA07/EEMSA PSF 01 Rua Amélia, s/n - J. Clementina Aus Aus Aus 0 2 Sisle Francisca da S. dos Santos 020.204.131-08 SALA09/EEMSA PSF 01 Rua RL 01, 367 - Jardim Leblon Aus Aus Aus 0 97 Thais Ferreira Dias 062.359.821-35 SALA10/EEMSA PSF 01 Av. Botocudos, 1.212 - S. Antônio Aus Aus Aus 0 98 Thaynara Ferreira Dias 053.052.111-31 SALA10/EEMSA PSF 01 Rua Irerê, 601 - Santo Antônio Aus Aus Aus 0 88 Vera Janes Pereira de Morais 022.454.671-67 SALA11/EEMSA PSF 01 Rua RL 02, 355 - Jardim Leblon Aus Aus Aus 0 19 Vera Lúcia de Lara 006.156.541-50 SALA11/EEMSA PSF 01 Rua B, 47 - R. São Francisco Aus Aus Aus 0 Núm. Insc. Nome Completo CPF SALA/ESC Área de atuação Endereço onde reside Port. Esp. Mat. Total Resultado 81 Fátima Antonio Elias 257.707.561-87 SALA10/EEAFS PSF 02 Rua Tabajara, 934 - Santo Antônio 6 16 3 66 C. Reserva 88 Rosecleide Jesus Campos 019.797.591-70 SALA07/EEMSA PSF 02 Rua Itauna, 694 - Santo Antonio 5 16 3 64 C. Reserva 14 Francieni Jacobi Nogueira 036.757.331-81 SALA11/EEAFS PSF 02 Avenida Xavantes, 521 - S. Antônio 4 16 2 60 C. Reserva 86 Maria Aparecida de Oliveira 667.027.471-87 SALA03/EEMSA PSF 02 Rua Tocantins, S/N - S. Antônio 4 14 4 58 C. Reserva 104 Durcilene Ferreira dos Anjos 037.981.071-90 SALA09/EEAFS PSF 02 Rua Tapuias, 904 - S. Antônio 2 13 7 57 C. Reserva 26 Erineia Vieira Lima 919.296.521-00 SALA10/EEAFS PSF 02 Rua Tabajara, 386 - S. Antônio 5 13 4 57 C. Reserva 68 Elaine Gonçalves Aires 010.548.661-20 SALA09/EEAFS PSF 02 Rua Irere, 334 - Santo Antônio 3 14 4 56 C. Reserva 105 Sandra Fátima dos Reis 627.914.601-44 SALA08/EEMSA PSF 02 Rua Tapuias, 450 - S. Antônio 5 14 2 56 C. Reserva 98 Mariana Maria da S. de Moraes 051.407.541-42 SALA04/EEMSA PSF 02 Rua Tocantins, 31 - S. Antônio 6 11 5 55 64 Matheus Ferreira Neves 062.016.311-94 SALA04/EEMSA PSF 02 Rua Tapuias, 1.199 - S. Antônio 5 13 3 55 93 Lisiani Brum Leite 041.275.651-01 SALA02/EEMSA PSF 02 Rua Iraí, 555 - Santo Antônio 5 13 2 53 67 Josilene Ferreira Xavier 983.944.521-91 SALA14/EEAFS PSF 02 Rua Irere, 20 - Santo Antonio 5 12 3 52 45 Marciele Mariano de Souza 001.286.471-40 SALA03/EEMSA PSF 02 Rua Tocantins, 51 - S. Antônio 5 12 3 52 54 Lorrainy Fernandes Ferreira 055.198.351-52 SALA02/EEMSA PSF 02 Rua Bartira, 854 - Santo Antônio 6 11 3 51 63 Maria Helena Ferreira Neves 847.804.101-00 SALA03/EEMSA PSF 02 Rua Tapuias, 1.189 - S. Antônio 2 13 4 51 91 Rhaelita Campos Valente 062.107.071-81 SALA06/EEMSA PSF 02 Avenida Caetes, 41 - S. Antônio 3 13 3 51 49 Rosimeire Jesus Campos 978.893.001-82 SALA07/EEMSA PSF 02 Rua acoce, 237 - Santo Antonio 1 13 5 51 29 Francielli Denize Stefanello 024.446.631-95 SALA11/EEAFS PSF 02 Rua Iraí, 328 - Santo Antônio 4 12 3 50 20 Adriana Sebastião M. da Costa 031.405.321-21 SALA04/EEAFS PSF 02 Rua Irai, 444 - Santo Antônio 4 13 1 49 79 Larissa Fernanda F. Cruz Marques 022.377.391-37 SALA01/EEMSA PSF 02 Rua Iporans, 523 - Santo Antônio 6 11 2 49 46 Marcela Gonçalves Quirino 051.824.561-66 SALA03/EEMSA PSF 02 Avenida Xavantes, 541 - S. Antônio 5 11 3 49 70 Rosimeire dos Santos Teixeira 040.227.081-90 SALA07/EEMSA PSF 02 Av. Tupiniquins, 2.506 - S. Antônio 4 11 4 49 106 Dayane Correia Frazão 053.542.611-98 SALA08/EEAFS PSF 02 Rua Iraí, 533 - Santo Antônio 3 12 3 48 55 Roseni Ferreira da Silva 798.068.131-20 SALA07/EEMSA PSF 02 Rua Acoçê, 414 - Santo Antônio 4 13 0 47 69 Valdineia Vicente da Silva 945.471.221-72 SALA10/EEMSA PSF 02 Avenida Botocudos, 240 2 13 2 47 22 Jessica Jaques Ribeiro e Silva 054.141.461-52 SALA13/EEAFS PSF 02 Rua Iporã, 721 - Santo Antônio 2 12 3 46 7 Neuza Gabriele do Carmo 014.677.031-50 SALA05/EEMSA PSF 02 Rua Miruna, 35 - Santo Antonio 4 12 1 46 56 Sheila Santana de Oliveira 021.990.141-42 SALA08/EEMSA PSF 02 Rua Tabajara, 251 - Santo Antônio 4 10 4 46 103 Gheovana Pereira Teixeira 061.854.001-62 SALA12/EEAFS PSF 02 Rua Irerê, 206 - Santo Antônio 2 13 1 45 Agente Comunitário de Saúde - PROCESSO SELETIVO 001/2017 SMS RESULTADO DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA 37 Cleidimar Vieira Neves da Silva 453.212.801-34 SALA07/EEAFS PSF 02 Rua Tabajara, 206 - Santo Antônio 3 12 1 44 23 Geovana Hellen da Silva 059.515.081-00 SALA11/EEAFS PSF 02 Rua Itaúna, 554 - Santo Antônio 3 12 1 44 65 Joselita Alves Gomes 943.131.211-53 SALA14/EEAFS PSF 02 Rua Tapuias, 988 - Santo Antônio 5 8 5 44 76 Nilza Lopes dos Santos 926.080.781-68 SALA05/EEMSA PSF 02 Rua Tabajara, 598 - Santo Antônio 2 12 2 44 47 Camila Silva Santos 017.409.711-59 SALA07/EEAFS PSF 02 Rua Irajá, 405 - Santo Antônio 4 11 1 43 61 Kenia Ap. Nunes da S. Santana 029.827.931-21 SALA01/EEMSA PSF 02 Av. Botocudos, S/N - S. Antônio 2 11 3 43 11 Rosimare Maria da Silva 024.725.001-57 SALA07/EEMSA PSF 02 Rua Acoce, 166 - Santo Antonio 4 9 4 43 21 Thalita Ynnara Silva Santos 061.758.401-00 SALA10/EEMSA PSF 02 Rua Irere, 307 - Santo Antônio 6 9 2 43 27 Edilaine de Sousa Gomes 004.318.321-29 SALA09/EEAFS PSF 02 Rua Jaú, 45 - Santo Antônio 4 10 2 42 94 Janaína Soares Santos 046.787.231-70 SALA13/EEAFS PSF 02 Rua Jaú, 36 - Santo Antônio 1 12 2 42 24 Jandenete Candido da Silva 016.301.631-39 SALA13/EEAFS PSF 02 Rua bartira, 389 - Santo antonio 5 10 1 42 58 Maria Auxiliadora Sampaio 001.646.271-89 SALA03/EEMSA PSF 02 Rua Itauna, 465 - Santo Antônio 5 10 1 42 10 Marilene Marcelino dos Santos 060.697.881-09 SALA04/EEMSA PSF 02 Rua Bartira, 437 - Santo Antônio 5 10 1 42 50 Rosangela Nunes de Freitas 631.546.331-20 SALA07/EEMSA PSF 02 Rua Tabajara, 974 - Santo Antônio 3 12 0 42 32 Vanessa de Souza Siqueira 060.490.641-21 SALA10/EEMSA PSF 02 Rua Tabajara, 974 - Santo Antônio 2 12 1 42 19 Eloisa Helena de O. de Souza 014.485.541-01 SALA10/EEAFS PSF 02 Rua Jaú, 719 - Santo Antônio 3 11 1 41 39 Rosa Gomes da Silva 015.337.261-32 SALA07/EEMSA PSF 02 Rua Irere, 40 - Santo Antônio 4 9 3 41 75 Salete Aparecida Soares 420.298.991-00 SALA07/EEMSA PSF 02 Rua Bartira, 740 - Santo Antônio 2 11 2 41 2 Angelica Maria da Silva 040.301.671-10 SALA06/EEAFS PSF 02 Rua Tapuias, 823 - Santo Antônio 3 10 2 40 77 Francisca de Souza M. Santos 995.412.541-87 SALA11/EEAFS PSF 02 Rua Tocantins, 298 - Santo Antônio 1 12 1 40 3 Lucy da Silva Gomes 038.704.951-70 SALA02/EEMSA PSF 02 Rua Itauna - Santo Antônio 1 12 1 40 112 Clarice Maria Dias 023.026.871-40 SALA07/EEAFS PSF 02 Rua Tocantins, 828 - Santo Antônio 4 9 2 39 62 Claudia Maciel Esteves 028.896.991-02 SALA07/EEAFS PSF 02 Rua Tabajara, 638 - Santo Antônio 5 8 2 38 16 Lucinei Soares de Lima 758.728.031-68 SALA02/EEMSA PSF 02 Rua Tapuias, 554 - Santo Antônio 3 8 4 38 74 Maria Paizinha dos Santos Silva 265.863.551-68 SALA03/EEMSA PSF 02 Rua Tapuias, 419

- Santo Antônio 5 8 2 38 1 Suely Candida de Souza 015.409.611-33 SALA09/EEMSA PSF 02 Rua Itaúna, 532 - Santo Antônio 5 8 2 38 17 Eliane Ferreira dos Santos Silva 003.403.421-88 SALA09/EEAFS PSF 02 Rua Tapuias, 893 - Santo Antônio 3 9 2 37 97 Gisele de Souza Dourado 023.476.461-92 SALA12/EEAFS PSF 02 Avanida Caites, 24 - Santo Antônio 2 10 1 36 35 Valéria de Souza Siqueira 053.682.061-94 SALA10/EEMSA PSF 02 Rua Irajá, 718 - Santo Antônio 2 10 1 36 18 Ana Quezia Silva Alves 031.405.481-25 SALA06/EEAFS PSF 02 Rua Tapuias, 977 - Santo Antonio 2 9 2 35 99 Michelly Stefany M. dos Santos 054.531.791-63 SALA05/EEMSA PSF 02 Rua Irerê, 225 - Santo Antônio 1 9 3 35 43 Thaina de Souza 061.530.391-97 SALA10/EEMSA PSF 02 Rua Tabajara, 969 - Santo Antônio 2 9 2 35 4 Clemilda Dias 009.418.391-09 SALA08/EEAFS PSF 02 Rua Tocantins, 1.077Santo Antônio 3 8 2 34 110 Karine Sussann F.dos Santos 047.377.561-13 SALA14/EEAFS PSF 02 Rua Iporãns, 180 - Santo Antônio 4 8 1 34 41 Gislaine Gimenes da S. Fernandes 040.570.051-29 SALA12/EEAFS PSF 02 Rua Itaúna, 179 - Santo Antônio 2 7 4 33 89 Juracy dos Santos Silva 609.191.703-07 SALA14/EEAFS PSF 02 Rua Baituva, 877 - Santo Antonio 6 7 0 33 113 Maristela Alves Martins Estevam 016.368.911-36 SALA04/EEMSA PSF 02 Rua Tocantins, 70 - Santo Antônio 3 7 2 31 115 Zilmara Gomes 031.429.981-52 SALA11/EEMSA PSF 02 Rua Acoçe, 120 - Santo Antônio 1 6 5 30 109 Francieli Souza Mendes Santos 059.980.461-02 SALA11/EEAFS PSF 02 Rua Tocantins, 298 - Santo Antônio 1 7 3 29 12 Sirleni Cardoso Canovas 259.840.978-77 SALA09/EEMSA PSF 02 Rua Tocantins, 100 - Santo Antônio 3 7 1 29 5 Kedma Rodrigues Silva 017.152.481-04 SALA01/EEMSA PSF 02 Rua Tocantins, 328 - Santo Antônio 1 7 3 29 25 Maria Aparecida dos Santos 205.017.141-20 SALA03/EEMSA PSF 02 Rua Tapuias, 605 - Santo Antônio 2 5 2 23 8 Raiane Passele dos Anjos 026.229.441-95 SALA06/EEMSA PSF 02 Rua Tabajara, 486 - Santo Antônio 3 3 3 21 30 Zelma Moises da Silva Santos 002.614.681-97 SALA11/EEMSA PSF 02 Rua Tocantins, 643 - Santo Antônio 4 3 1 19 80 Alda Teodora da Silva 780.721.151-20 SALA04/EEAFS PSF 02 Rua Acoçe, 504 - Santo Antônio Aus Aus Aus 0 84 Ana Paula Dias dos Santos 039.321.641-13 SALA05/EEAFS PSF 02 Rua Iraí, 769 - Santo Antônio Aus Aus Aus 0 108 Ana Paula Pereira da Silva 002.005.091-79 SALA05/EEAFS PSF 02 Rua Bartira, 733 - Santo Antônio Aus Aus Aus 0 60 Aparecida Ferraz de M. dos Santos 002.002.321-93 SALA06/EEAFS PSF 02 Rua Irajá, 761 - Santo Antônio Aus Aus Aus 0 40 Aparecida Maria de Sena 341.972.548-57 SALA06/EEAFS PSF 02 Rua Itaúna, 807 - Santo Antônio Aus Aus Aus 0 116 Celia Teixeira da Silva 569.548.081-72 SALA07/EEAFS PSF 02 Rua Irajá, 405 - Santo Antônio Aus Aus Aus 0 101 Cristiane Barbosa Francisco 053.311.171-47 SALA08/EEAFS PSF 02 Rua Iporans, 130 - Santo Antônio Aus Aus Aus 0 57 Daniela Baca 026.002.271-30 SALA08/EEAFS PSF 02 Rua Tabajara, 929 - Santo Antônio Aus Aus Aus 0 9 Débora Samai Rodrigues Ferreira 044.053.601-46 SALA08/EEAFS PSF 02 Rua Irajá, S/N - Santo Antônio Aus Aus Aus 0 13 Eliane Coelho e Silva 038.789.483-79 SALA09/EEAFS PSF 02 Rua Irajá, S/N - Santo Antônio Aus Aus Aus 0 15 Elidiane Coelho e Silva 029.968.883-67 SALA09/EEAFS PSF 02 Rua Itauna, 367 - Santo Antônio Aus Aus Aus 0 71 Elisangela Misael de Morais 005.755.141-32 SALA10/EEAFS PSF 02 Rua Iporã, 210 - Santo Antônio Aus Aus Aus 0 111 Fabiane Pereira Martins 038.326.911-38 SALA10/EEAFS PSF 02 Rua Iporã, 246 Santo Antônio Aus Aus Aus 0 72 Flavia Maximino dos Santos 030.924.311-46 SALA11/EEAFS PSF 02 Rua Irajá, 541 - Santo Antônio Aus Aus Aus 0 100 Gleidy Ferreira da Silva 022.920.421-00 SALA12/EEAFS PSF 02 Rua Acoçê, 473 - Santo Antônio Aus Aus Aus 0 48 Helena Queiroz da Silva 061.688.751-58 SALA12/EEAFS PSF 02 Rua Itaúna, 200 - Santo Antônio Aus Aus Aus 0 51 Hellen Patricia Araujo da Costa 061.445.841-29 SALA12/EEAFS PSF 02 Rua Tocantins, 111 - Santo Antônio Aus Aus Aus 0 28 Jacilene Dias da Costa 745.315.143-00 SALA13/EEAFS PSF 02 Av. Botocudos, 505 - S. Antônio Aus Aus Aus 0 42 Jaqueline Inacio Roesler Machado 019.851.491-33 SALA13/EEAFS PSF 02 Rua Iporans, 385 - Santo Antônio Aus Aus Aus 0 85 Jose Lourenço de Oliveira Rocha 059.800.093-37 SALA14/EEAFS PSF 02 Vila Antonio, Tabajara Aus Aus Aus 0 59 Juliana Diniz Felipe de Souza 018.532.471-11 SALA14/EEAFS PSF 02 Rua Iporã, S/N, Q. 231, Lote 19 - S. Antônio Aus Aus Aus 0 107 Juliana dos Santos Silva Sotério 044.461.771-09 SALA14/EEAFS PSF 02 Rua Tapuias, 539 - Santo Antônio Aus Aus Aus 0 114 Karine Nobres Diniz de Oliveira 039.006.021-66 SALA14/EEAFS PSF 02 Avenida Botocudos, 80 - S. Antônio Aus Aus Aus 0 83 Leticia Barbosa dos Santos 059.549.381-56 SALA01/EEMSA PSF 02 Rua Iraja, 23 - Santo Antonio Aus Aus Aus 0 38 Maria Madalena da Silva Alves 029.944.121-01 SALA03/EEMSA PSF 02 Rua Bartira, 230 - Santo Antonio Aus Aus Aus 0 66 Patricia Carmen Galvão Reis 059.802.621-56 SALA05/EEMSA PSF 02 Av. Botocudos, 896 - S. Antônio Aus Aus Aus 0 36 Sandra Teixeira dos Santos 038.926.401-65 SALA08/EEMSA PSF 02 Rua Tabajara, 994 - Santo Antonio Aus Aus Aus 0 87 Valdirene de Sa de Souza 044.772.421-58 SALA10/EEMSA PSF 02 Rua Tocantins, 269 - Santo Antônio Aus Aus Aus 0 117 Zulene Lino Costa 926.411.303-78 SALA11/EEMSA PSF 02 Rua Tabajara, 1371 - Santo Antonio Aus Aus Aus 0 Número inscrição Nome Completo CPF SALA/ESC Área de atuação Endereço onde reside Port. Esp. Mat. Total Resultado 68 Tatiane Rocha da Silva 002.005.531-51 SALA09/EEMSA PSF 03 Rua Moema n° 3070 B.Planalto 5 17 6 73 Aprovada 63 Luzia Pereira Batista 001.727.691-83 SALA03/EEMSA PSF 03 Rua Tamandaré n° 761 B. Planalto 4 18 4 70 Aprovada 21 Ana Paula Vieira da Silva 029.453.311-79 SALA06/EEAFS PSF 03 Rua Jasmim n° 64 Jardim Aurora 5 17 3 67 Aprovada 7 Marciene da Silva 040.662.624-30 SALA03/EEMSA PSF 03 Av. Marajá 12 73 - F. B. J. Planalto 4 16 5 66 C. Reserva 29 Queila Aparecida S. de Almeida 946.139.821-20 SALA06/EEMSA PSF 03 Avenida Marajá, 1381 - Planalto 4 13 6 59 C. Reserva 18 Queiliane Dias Paes Oliveira 867.960.971-49 SALA06/EEMSA PSF 03 Rua Tamandaré, 1013 - Planalto 6 12 5 58 C. Reserva 13 Zaine Janaine D. Pereira 019.712.351-13 SALA11/EEMSA PSF 03 Av. Marajá n° 1263 Bairro Planalto 4 15 2 57 C. Reserva 61 Bruna Kássia Pereira da Silva 053.618.021-07 SALA07/EEAFS PSF 03 Rua Irerê n° 798 Bairro Planalto 4 14 3 56 C. Reserva 6 Camila D Cruz Silva 061.089.391-25 SALA07/EEAFS PSF 03 Rua Tamandaré 481 B. Planalto 5 12 5 56 C. Reserva 2 Elielma Firmino Rodrigues 035.704.921-57 SALA09/EEAFS PSF 03 Rua Francisco M. 315 B. Planalto 3 14 4 56 C. Reserva 26 Neide de França P. Mascarenhas 004.880.781-80 SALA05/EEMSA PSF 03 Rua Poguba n° 358 Bairro Planalto 6 14 1 56 C. Reserva 59 Tatiana Trajano Borges 056.089.871-10 SALA09/EEMSA PSF 03 Rua Tamandaré n° 915 B. Planalto 4 13 4 55 44 Dionicléia Gomes Roberto 029.463.211-50 SALA09/EEAFS PSF 03 Rua Tamandaré n° 599 B. Planalto 3 12 6 54 59 Keiliane Ferreira de Jesus 060.892.711-28 SALA01/EEMSA PSF 03 Rua das Margaridas, 415 - J. Aurora 6 12 3 54 55 Sandra Aguiar de Oliveira 460.916.701-82 SALA08/EEMSA PSF 03 Rua Moema n° 3603 B. Planalto 3 12 6 54 1 Kamilla Strojke Pereira 041.718.329-18 SALA14/EEAFS PSF 03 Rua Projetada- 1647 B. Planalto 3 13 4 53 63 Kellitha Karoliny B. M. Souza 063.123.351-27 SALA01/EEMSA PSF 03 Rua Miruna, 1167 - Planalto 5 12 3 52 9 Gabriela Ribeiro 060.980.681-51 SALA11/EEAFS PSF 03 Rua Miruna n° 1078 B.J. Planalto 6 11 3 51 38 Graciela Xavier da Cunha 933.599.501-00 SALA12/EEAFS PSF 03 Rua Jasmim n° 67 Jardim Aurora 3 11 6 51 45 Sueli Garcia Dias 132.151.078-05 SALA09/EEMSA PSF 03 Rua Irajá n° 1258 Bairro Planalto 3 13 3 51 56 Marciliane Braga Rodrigues 028.443.961-43 SALA03/EEMSA PSF 03 A. Antônio F. S. n° 2748 B. Planalto 5 12 2 50 50 Caroline Klesse Aguiar 050.709.031-44 SALA07/EEAFS PSF 03 Rua Projetada n° 1643 B. Planalto 2 11 6 49 8 Jusciley da Silva 797.325.771-34 SALA14/EEAFS PSF 03 Rua Caiçara 36 91 Bairro Planalto 0 14 3 48 67 Amanda da Silva Santana 060.215.671-88 SALA05/EEAFS PSF 03 Rua Moema n° 3593 Bairro Planalto 3 11 4 47 20 Angélica Cristina Vieira 019.876.131-71 SALA06/EEAFS PSF 03 Rua Tamandaré n° 901 B. Planalto 5 11 2 47 39 Euzenilde Ferreira de Sousa Veiga 930.145.543-91 SALA10/EEAFS PSF 03 Rua Azaléia n° 165 Jardim Aurora 7 11 0 47 54 Vera Lucia Sulzbacher 487.444.501-25 SALA11/EEMSA PSF 03 Rua Jurucê n° 2514 Bairro Planalto 5 11 2 47 11 Celso Ferreira da Silva 052.568.061-65 SALA07/EEAFS PSF 03 Rua Moema n° 3925 Bairro Planalto 3 12 2 46 60 Lucyclaudia Pereira da Silva 031.353.611-28 SALA03/EEMSA PSF 03 Rua Moema n° 3583 Bairro Planalto 3 10 4 44 Agente Comunitário de Saúde - PROCESSO SELETIVO 001/2017 SMS RESULTADO DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCO-

LHA 66 Rosemilda da Silva Barros 029.944.081-80 SALA07/EEMSA PSF 03 Rua Moema n° 3593 Bairro Planalto 2 12 2 44 10 Giselly Almeida Rodrigues 053.089.651-61 SALA12/EEAFS PSF 03 Rua Juruce n° 3715 Bairro Planalto 3 11 1 41 3 Edicimar Teodoro de Souza 024.689.201-39 SALA09/EEAFS PSF 03 Rua das Violetas n° 97 Jardim Aurora 2 9 4 39 25 Suely Ferreira Santana 902.392.961-68 SALA09/EEMSA PSF 03 Rua Miruna n° 832 Bairro Planalto 5 9 1 39 49 Cristina Amorim Oliveira 022.508.501-19 SALA08/EEAFS PSF 03 Rua Caiçara n° 2470 Centro 3 10 1 38 14 Núbia Andréia Oliveira do Carmo 959.013.451-34 SALA05/EEMSA PSF 03 Av. Marajá n° 833 Bairro Planalto 4 8 3 38 18 Vanusa Ferreira da Silva 061.719.851-98 SALA11/EEMSA PSF 03 Rua Moema n° 3467 Bairro Planalto 3 8 4 38 37 Sandra Moraes dos Santos 014.677.011-06 SALA08/EEMSA PSF 03 Rua das Margaridas n° 398 J.Aurora 3 8 3 36 36 Silvana Barros Lima dos Santos 965.681.431-20 SALA08/EEMSA PSF 03 Rua Poguba s/n Jardim Aurora 2 8 4 36 4 Frederico Ramos Valadares 033.098.641-46 SALA11/EEAFS PSF 03 Rua Poguba n° 99 Jardim Planalto 3 9 1 35 65 Washington Vinicius A. dos Santos 059.126.931-71 SALA11/EEMSA PSF 03 Rua Moema n° 3339 Bairro Planalto 4 8 1 34 40 Alaíde da Costa Santos 651.581.051-20 SALA04/EEAFS PSF 03 Rua Azaléia n° 150 Jardim Aurora 3 9 0 33 57 Carla Patricia Algaranaz Atipo 703.509.251-00 SALA07/EEAFS PSF 03 Rua Jurucê n° 109 Centro 3 8 1 32 33 Ivanildes de Jesus Lisboa Reinaldo 009.242.581-01 SALA13/EEAFS PSF 03 Rua Irerê s/n Bairro Planalto 4 5 3 29 41 Angela Abadia Aparecido Xavier 044.734.161-86 SALA06/EEAFS PSF 03 Rua Ceci n° 447 Bairro Planalto 2 6 1 24 28 Aldenir Faustino Alves 389.898.591-15 SALA04/EEAFS PSF 03 A. Marajá n° 657 Bairro Planalto Aus Aus Aus 0 34 Aline Fernandes G. de Abreu 040.603.781-78 SALA05/EEAFS PSF 03 Rua Verbenas s/n Jardim Aurora Aus Aus Aus 0 29 Ana Claudia dos Santos 018.399.801-41 SALA05/EEAFS PSF 03 Avenida Marajá n° 741 B. Planalto Aus Aus Aus 0 32 Clari Leobet de Andrade 580.618.781-00 SALA07/EEAFS PSF 03 Rua das Carmélias n° 81 J. Aurora Aus Aus Aus 0 12 Claudia Raquel dos Santos Silva 838.572.141-04 SALA07/EEAFS PSF 03 Rua Irerê n° 1360 Bairro Planalto Aus Aus Aus 0 31 Cleia Garcia de Freitas Lima 012.141.851-00 SALA07/EEAFS PSF 03 Rua Tamandaré n° 1222 B. Planalto Aus Aus Aus 0 62 Cristiane Nogueira de Souza 050.507.341-26 SALA08/EEAFS PSF 03 Av. Xavantes n° 1749 Bairro Planalto Aus Aus Aus 0 58 Edilaine Almeida Prado dos Santos 024.510.361-92 SALA09/EEAFS PSF 03 A. Antônio . S. n° 3515 Bairro Planalto Aus Aus Aus 0 17 Eunice Ruas de Abreu 483.539.651-00 SALA10/EEAFS PSF 03 Rua Caiçara n° 3705 Bairro Planalto Aus Aus Aus 0 23 Everly Caroliny dos Santos Gouveia 054.045.801-51 SALA10/EEAFS PSF 03 Rua das Margaridas n° 398 J.Aurora Aus Aus Aus 0 38 Hydilla Lorayne da Silva Araujo 054.009.901-50 SALA12/EEAFS PSF 03 Rua Begonia, 2 - Jardim Aurora Aus Aus Aus 0 52 Iraci Elena Boccoli 574.125.530-20 SALA12/EEAFS PSF 03 Rua Ceci Q. 181 lote 21 Apt 04 B. Planalto Aus Aus Aus 0 15 Irene Martins Ferreira 007.069.181-93 SALA12/EEAFS PSF 03 Rua Tamandaré n° 969 Bairro Planalto Aus Aus Aus 0 43 Janete Pereira Lopes França 940.180.061-87 SALA13/EEAFS PSF 03 Rua Moema n° 3679 Bairro Planalto Aus Aus Aus 0 47 Katiane Raitz de Arruda 011.899.471-96 SALA14/EEAFS PSF 03 Rua Irajá s/n Bairro Planalto Aus Aus Aus 0 64 Leila Pereira Barbosa Monteiro 009.653.601-21 SALA01/EEMSA PSF 03 Rua Miruna n° 822 Bairro Planalto Aus Aus Aus 0 46 Leiva Adriana Michelato Maximino 919.477.581-87 SALA01/EEMSA PSF 03 Rua Caiçara n° 3761 Bairro Planalto Aus Aus Aus 0 48 Lucia Helena Inácio Cândido 003.656.821-01 SALA02/EEMSA PSF 03 A. Antônio F. S. n° 3622 Bairro Planalto Aus Aus Aus 0 42 Maria Aparecida O. Lima da Silva 007.207.901-07 SALA03/EEMSA PSF 03 Rua Bartira n° 1250 Bairro Planalto Aus Aus Aus 0 22 Maria Natividade Feitosa 630.396.721-34 SALA03/EEMSA PSF 03 Rua Bartira n° 1378 Bairro Planalto Aus Aus Aus 0 35 Mariana Dias de Oliveira 045.176.981-30 SALA04/EEMSA PSF 03 Rua Jurucê n° 1358 Bairro Planalto Aus Aus Aus 0 16 Pamella Rodrigues C. Pereira 049.589.751-52 SALA05/EEMSA PSF 03 Rua Ortência n° 91 Jardim Aurora Aus Aus Aus 0 53 Romantchelly Lorranny B. Ferreira 047.853.051-00 SALA06/EEMSA PSF 03 Rua Tamandaré n° 761 Bairro Planalto Aus Aus Aus 0 27 Rosângela Camolezi dos Santos 537.343.511-20 SALA07/EEMSA PSF 03 Rua Miruna n° 960 Bairro Planalto Aus Aus Aus 0 5 Roselaine Silva de Souza 022.408.651-05 SALA07/EEMSA PSF 03 Rua Tamandaré 481 Bairro Planalto Aus Aus Aus 0 19 Roseli Pereira Rocha dos Santos 000.907.361-25 SALA07/EEMSA PSF 03 Avenida Marajá n° 727 Bairro Planalto Aus Aus Aus 0 24 Solange Castro da Silva 015.846.101-07 SALA09/EEMSA PSF 03 Rua Miruna n° 970 Bairro Planalto Aus Aus Aus 0 30 Thaiza Alves Gouveia 046.199.451-88 SALA10/EEMSA PSF 03 Rua Poguba n° 37 Jardim Aurora Aus Aus Aus 0 51 Valentina Soares B. Damasceno 061.074.731-22 SALA10/EEMSA PSF 03 Rua Projetada n°1635 Bairro Planalto Aus Aus Aus 0 Núm. Insc. Nome Completo CPF SALA/ESC Área de atuação Endereço onde reside Port. Esp. Mat. Total Resultado 1 Rejane Ines Artuso 795.444.799-53 SALA06/EEMSA PSF 04 Rua Jacira, 90 - São Sebastião 6 16 5 70 Aprovada 29 Zilmar Cristina de Oliveira 906.098.751-91 SALA11/EEMSA PSF 04 Rua Guaraci, 216 - São Sebastião 5 16 5 68 Aprovada 73 Alana Karine de S. Almeida 045.824.681-60 SALA04/EEAFS PSF 04 Rua Tuiuiu, 95 - Flores do vale 5 16 4 66 Aprovada 48 Patrícia Ferreira de Almeida 047.347.091-81 SALA06/EEMSA PSF 04 Rua caiçara, São Sebastião 5 15 5 65 C. Reserva 59 Eniuva Machado Rosa 593.587.501-20 SALA10/EEAFS PSF 04 Rua 09, Qd 36, Lote 06 - Res. V. Formoso 5 14 6 64 C. Reserva 56 Ana Paula R. Paulino 045.710.031-10 SALA05/EEAFS PSF 04 Rua Caiçara, 689 - São Sebastião 4 16 3 62 C. Reserva 105 Rayane Fernandes de França 061.192.771-37 SALA06/EEMSA PSF 04 Rua Cherente, 386 - São Sebastião 4 10 12 62 C. Reserva 92 Elaini Soares de Lima 009.456.201-60 SALA09/EEAFS PSF 04 Rua Irahes, S/N - São Sebastião 7 13 4 61 C. Reserva 14 Luana da Silva Souza 019.437.301-05 SALA02/EEMSA PSF 04 Rua Jacira, 595 - São Sebastião 3 14 6 60 C. Reserva 74 Celio da Silva Carnauba 415.232.101-68 SALA07/EEAFS PSF 04 Rua Caiçara, 660 - São Sebastião 7 12 4 58 C. Reserva 63 Giulyane P. Santana 057.356.391-88 SALA12/EEAFS PSF 04 Rua Guaracy, S/N - São Sebastião 2 14 6 58 C. Reserva 109 Marcos Ferreira da Costa 010.804.501-30 SALA03/EEMSA PSF 04 Rua Iraés, 1.235 - São Sebastião 5 11 7 57 66 Ana Letícia Porfirio Bragatto 057.356.491-40 SALA05/EEAFS PSF 04 Rua Guaraci, 251 - São Sebastião 5 12 5 56 10 Dalva Vitalino dos Santos 009.637.921-99 SALA08/EEAFS PSF 04 Rua Guaracy, 271 - São Sebastião 4 14 3 56 54 Maria Jussara de Souza 616.646.771-00 SALA03/EEMSA PSF 04 Rua Timbiras, 1027 - São Sebastião 6 11 5 55 27 Nataly Cristina Xavier Fabian 016.274.891-42 SALA05/EEMSA PSF 04 Rua Irineu B. Camilo, 580 - V. Formoso 4 15 1 55 95 Rosa Lina da Silva Souza 051.674.211-60 SALA07/EEMSA PSF 04 Rua Caiçara, 280 - São Sebastião 3 15 2 55 108 Wesley Diego Ferreira 020.223.796-67 SALA11/EEMSA PSF 04 Rua Caiçara - São Sebastião 5 11 5 53 84 Janaina Fernandes de França 054.527.621-75 SALA13/EEAFS PSF 04 A. Antônio F. Sobrinho - São Sebastião 5 12 3 52 50 Lucia Amorim de Souza 024.223.271-09 SALA02/EEMSA PSF 04 Rua dos Canários, 338 - Florais do vale 4 13 2 51 21 Aldinéia Ap. Martins da Silva 016.916.121-89 SALA04/EEAFS PSF 04 Rua Guaraci, 27 - São Sebastião 5 10 5 50 13 Licia Silva D. Filha Macedo 531.848.231-72 SALA02/EEMSA PSF 04 Rua Fv 01, 0 - Vale Formoso 4 12 3 50 60 Rosane de Souza Leite 032.695.521-65 SALA07/EEMSA PSF 04 Rua Guaranis, 915 - São Sebastião 4 12 3 50 57 Dayanny G. M. Lourenço 921.049.911-53 SALA08/EEAFS PSF 04 Rua Juruce, 620 - São sebastião 5 11 3 49 46 Michele Felix Rodrigues 060.011.451-13 SALA05/EEMSA PSF 04 A. Antonio Sobrinho, 10 - São Sebastião 5 11 3 49 31 Eveline Andrea Machado 921.157.561-34 SALA10/EEAFS PSF 04 Rua Guaiçara, 468 - São Sebastião 3 11 4 47 65 Fernanda Lima dos S. Rocha 000.425.701-40 SALA11/EEAFS PSF 04 Rua Timbiras, 1542 - São Sebastião 4 11 3 47 6 Deoziani Simionatto 632.645.281-34 SALA09/EEAFS PSF 04 Rua VF 05, S/N - Vale Formoso 3 12 2 46 RESULTADO DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA Agente Comunitário de Saúde - PROCESSO SELETIVO 001/2017 SMS 76 Maria Solange de Araujo 000.262.871-61 SALA04/EEMSA PSF 04 Rua Carolina A. de Oliveira, V. Formoso 3 12 2 46 114 Sirlei Borges da Silva 691.141.291-91 SALA09/EEMSA PSF 04 Rua Jacira, 11 - São Sebastião 3 12 2 46 19 Tania Maria da Silva Souza 531.927.021-68 SALA09/EEMSA PSF 04 Rua Juruce, 300 - São Sebastião 4 12 1 46 43 Leonete Tere-

zinha P.Bueno 613.115.299-34 SALA01/EEMSA PSF 04 Rua Jacira, 497 - Vale formoso 4 9 5 45 3 Silvaneide Setubal de Araujo 981.757.261-72 SALA08/EEMSA PSF 04 Rua Ibirarema, 446 - São Sebastião 4 11 2 45 11 Simone de Oliveira 007.713.461-31 SALA08/EEMSA PSF 04 Rua Guaracy, 328 - São Sebastião 4 11 2 45 34 Aline Mendes Legramante 066.593.754-73 SALA05/EEAFS PSF 04 Rua Iatararé, 385- Vale Formoso 4 8 6 44 68 Jessica C. B. dos Santos 052.831.821-77 SALA13/EEAFS PSF 04 Rua Ibirarema - São Sebastião 4 10 3 44 110 Elizete Lira C. dos Santos 019.117.151-43 SALA10/EEAFS PSF 04 Rua Guaiçara, 161 - São Sebastião 2 11 3 43 69 Fernanda Raquel D. da Silva 048.756.371-95 SALA11/EEAFS PSF 04 Rua Irineu Batista FV 01- V. Formoso 6 7 5 43 71 Creozeni Costa de Oliveira 951.843.761-00 SALA08/EEAFS PSF 04 São Sebastião 5 10 1 42 111 Katia Silva Cruz Santana 003.853.911-02 SALA14/EEAFS PSF 04 Rua Guaraci, 231 - São Sebastião 2 12 1 42 72 Vania Sardinha Brazil 949.701.901-78 SALA11/EEMSA PSF 04 Rua Raimundo F. da Silva - V.Formoso 3 10 3 42 64 Rosangela Martins Pereira 569.458.411-20 SALA07/EEMSA PSF 04 Rua Caiçara, 690 - São Sebastião 2 10 3 40 78 Schirley Ribeiro dos Santos 043.965.136.07 SALA08/EEMSA PSF 04 Rua dos Flamingos, 50 - Florais do Vale 2 8 6 40 39 Simone Aires de Souza 016.700.321-67 SALA08/EEMSA PSF 04 Rua Guaraci, 786 - São Sebastião 7 8 1 40 77 Tatiane Cunha Alves 017.924.751-44 SALA09/EEMSA PSF 04 Rua Guaiçara, São Sebastião 2 10 3 40 12 Thalita Simeia Silva Zahn 063.432.31-52 SALA10/EEMSA PSF 04 Rua Tupis, 928 - São Sebastião 4 10 1 40 35 Jéssica Oliveira Santos 034.406.745-92 SALA13/EEAFS PSF 04 Rua Caiçara - São Sebastião 1 9 5 39 51 Ester de Fátima Souza 031.662.481-02 SALA10/EEAFS PSF 04 Rua Cherente. 545 - São Sebastião 3 10 1 38 2 Leonice Meireles de Carvalho 945.179.401-87 SALA01/EEMSA PSF 04 A. Piracicaba, 1239 - São Sebastião 2 8 5 38 58 Rozenilda O. da Silva Freres 950.024.721-68 SALA07/EEMSA PSF 04 Rua jacira, 664 - São Sebastião 2 10 2 38 37 Adriana Arruda Fernandes 004.929.721-09 SALA04/EEAFS PSF 04 Rua VF, 05, Qdra 27 - Vale Formoso 3 9 2 37 52 Najara Barbosa de Oliveira 039.013.111-30 SALA05/EEMSA PSF 04 Rua Tupis, 1053 - São Sebastião 3 7 5 37 82 Judete Matos Vieira Silva 876.741.491-53 SALA14/EEAFS PSF 04 Rua Caiçara, 386 - São Sebastião 6 6 3 36 26 Luzia dos Santos Oliveira 324.538.171-91 SALA03/EEMSA PSF 04 Rua Caiçara, 385 - São Sebastião 3 8 3 36 5 Aliandra Gabriele Dockhorn 021.057.111-03 SALA05/EEAFS PSF 04 Rua Carolina Alves de Oliveira, Res.VA 5 7 2 35 90 Ataciza Oliveira da Silveira 722.911.253-20 SALA06/EEAFS PSF 04 Rua Guaraci, 385 - São Sebastião 1 9 3 35 20 Luciana Maria Pereira 632.638.901-15 SALA02/EEMSA PSF 04 Rua Caiçara, 149 - São Sebastião 3 9 1 35 99 Francisca Alves da Silva 001.819.461-30 SALA11/EEAFS PSF 04 Rua Jacira, 641 - São Sebastião 6 6 2 34 41 João Wellyngton G.Morais 091.185.964-01 SALA13/EEAFS PSF 04 Rua VF 09, 2210 - Res. Vale Formoso 5 8 0 34 70 Alyne Luiza da Silva Teixeira 061.398.111-12 SALA05/EEAFS PSF 04 Rua Guaracy, 300 - São Sebastião 5 7 1 33 30 Jussinéia da Silva 487.453.321-34 SALA14/EEAFS PSF 04 Rua Jacira, 239 - São Sebastião 4 7 2 33 113 Maria Raquel Santana Raitz 432.770.631-00 SALA03/EEMSA PSF 04 Rua Iraés, 1146 - São Sebastião 4 7 2 33 17 Viviane Bezerra da Silva 859.450.991-04 SALA11/EEMSA PSF 04 Rua Guaraci, 687 - São Sebastião 4 7 2 33 42 Marilia Aparecida da Silva 048.884.589-01 SALA04/EEMSA PSF 04 Rua FV 01, Qd 16, Lote05 - Res. V. Formoso 3 8 1 32 45 Dulcinete Magny Soares 848.399.961-72 SALA09/EEAFS PSF 04 Rua Cherente, 385 - São Sebastião 2 8 1 30 44 Deyze Ferreira de Farias 048.929.601-79 SALA09/EEAFS PSF 04 Rua Timbiras, 1509 - São Sebastião 3 6 2 28 23 Crislaine Santos Castelli 028.817.291-42 SALA08/EEAFS PSF 04 Rua Jacira, 121 - São Sebastião 2 7 1 27 4 Priscilla de S. Vasconcelos 031.552.151-19 SALA06/EEMSA PSF 04 Rua Jaciara, 25 - São Sebastião 3 5 3 27 24 Ana Flávia da Silva Pereira 063.838.861-93 SALA05/EEAFS PSF 04 Rua Jaciara, 756 - São Sebastião 2 5 0 19 89 Adriana Santos de Jesus 022.805.611-07 SALA04/EEAFS PSF 04 Rua Guaiçara, 240 - São Sebastião Aus Aus Aus 0 87 Alessandra Ramos da Silva 943.791.901-10 SALA05/EEAFS PSF 04 Rua Tupis, 811 - São Sebastião Aus Aus Aus 0 103 Ambrozina Alves dos Santos 031.949.511-65 SALA05/EEAFS PSF 04 Rua Cherente, 330 - São Sebastião Aus Aus Aus 0 115 Andreia de Souza 018.433.211-73 SALA06/EEAFS PSF 04 Rua Jacira, 313 - São Sebastião Aus Aus Aus 0 98 Eliane Magni Soares 860.650.921-34 SALA09/EEAFS PSF 04 Rua Jurucê, 610 - São Sebastião Aus Aus Aus 0 15 Gabriela Garcia C.de Franca 949.550.341-87 SALA11/EEAFS PSF 04 Rua Guaiçara, 597 - São Sebastião Aus Aus Aus 0 61 Ivone Barbosa Dourado 772.962.221-15 SALA13/EEAFS PSF 04 Rua Guaicara, 51 - São Sebastião Aus Aus Aus 0 67 Janete Borges da Silva 000.521.361-40 SALA13/EEAFS PSF 04 Rua Irahes, 1652 - São Sebastião Aus Aus Aus 0 16 Joelma Prado Rodrigues 983.990.121-49 SALA14/EEAFS PSF 04 Rua Guaraci, 581 - São Sebastião Aus Aus Aus 0 33 Jóice Cristina B. dos Santos 059.672.151-07 SALA14/EEAFS PSF 04 Rua Iraés, 1.652 - São Sebastião Aus Aus Aus 0 55 Laise Santos Almeida 044.444.031-36 SALA01/EEMSA PSF 04 Rua Caiçara, 685 - São Sebastião Aus Aus Aus 0 106 Leticia Pereira Barbosa 038.392.541-08 SALA02/EEMSA PSF 04 Rua Guaiçara, 70 - São Sebastião Aus Aus Aus 0 47 Maria Cleide de Oliveira 621.198.771-49 SALA03/EEMSA PSF 04 Rua Guaiuvas - Vale Formoso Aus Aus Aus 0 96 Maria Eloisa de O. Barros 468.836.811-91 SALA03/EEMSA PSF 04 Rua Caiçara, 821 - São Sebastião Aus Aus Aus 0 102 Marli Terezinha Bertotti 312.428.201-91 SALA04/EEMSA PSF 04 Rua Iraés, 1.244 - São Sebastião Aus Aus Aus 0 97 Marlon Drany Barros 514.064.111-91 SALA04/EEMSA PSF 04 Rua Caiçara - São Sebastião Aus Aus Aus 0 49 Maysis Gabrielle de S. Pereira 045.379.781-47 SALA04/EEMSA PSF 04 Rua Irahes, 989 - São Sebastião Aus Aus Aus 0 9 Pamela Carvalho Flores 052.353.981-90 SALA05/EEMSA PSF 04 Avenida Piracicaba, 1239 - Centro Aus Aus Aus 0 40 Radyelle F. S. de Oliveira 028.331.731-05 SALA06/EEMSA PSF 04 Rua Guaraci, 540 - São Sebastião Aus Aus Aus 0 53 Regiane Carvalho Sampaio 021.174.571-50 SALA06/EEMSA PSF 04 A. Antonio F. Sobrinho, 91 - S.Sebastião Aus Aus Aus 0 62 Regiane Morais L. O. Rodrigues 022.951.451-04 SALA06/EEMSA PSF 04 Rua Tupi, 703 - São Sebastião Aus Aus Aus 0 7 Rosangela da C.Feitosa 654.962.301-44 SALA07/EEMSA PSF 04 Rua Jacira, 160 - São Sebastião Aus Aus Aus 0 86 Rosiane Jesus da Silva 021.587.781-05 SALA07/EEMSA PSF 04 Rua Guaiçara, 577 - São Sebastião Aus Aus Aus 0 8 Sandra Rodrigues da Silva 836.624.654-00 SALA08/EEMSA PSF 04 Rua Juruce, 29 - São Sebastião Aus Aus Aus 0 66 Sheila Camila Vidor 029.464.559-47 SALA08/EEMSA PSF 04 Rua Guaraci, 610 - São Sebastião Aus Aus Aus 0 78 Shirley Redivo 627.807.861-91 SALA08/EEMSA PSF 04 Rua moema, Qd 20 Lt 03 - Vale Formoso Aus Aus Aus 0 25 Silvani Araújo Figueredo 536.048.221-49 SALA08/EEMSA PSF 04 Rua Jaciara, 60 - São Sebastião Aus Aus Aus 0 81 Telma F. da Cruz B.de Oliveira 006.562.931-01 SALA09/EEMSA PSF 04 Rua Rouxinóis, 721 - Florais do Vale Aus Aus Aus 0 83 Valdeci B. da Gloria da Silva 015.399.431-27 SALA10/EEMSA PSF 04 Rua VF 07, Quadra 26, 230 - Vale Formoso Aus Aus Aus 0 79 Vittorya Dockhorn 032.144.131-12 SALA11/EEMSA PSF 04 Rua cayas, 784 - São sebastião Aus Aus Aus 0 Núm. Insc. Nome Completo CPF SALA/ESC Área de atuação Endereço onde reside Port. Esp. Mat. Total Resultado 30 Luciana Delfino Guimaraes 007.145.561-22 SALA02/EEMSA PSF 05 Rua Principal 330 Jardim Vitória 6 16 4 68 C. Reserva 10 Bartira Polyana dos Santos Hemonn 018.667.771-57 SALA06/EEAFS PSF 05 Rua 05 casa 96 Bairro Zé Araça 6 15 4 65 C. Reserva 41 Izabel Alcangelo Da Silva 052.578.501-92 SALA13/EEAFS PSF 05 Rua 03 Nº155 - Residencial Jose Araça 5 14 3 58 C. Reserva 61 Luana Viana Satelis 036.230.862-40 SALA02/EEMSA PSF 05 Rua 13, Jardim Vitoria Nº660 4 13 5 57 C. Reserva 25 Rosenilde Alves Campos 867.173.081-68 SALA07/EEMSA PSF 05 Rua 09 N° 67 Residencial José Araça 5 13 4 57 C. Reserva 60 Thamyres dos Santos Lourenço 063.047.321-80 SALA10/EEMSA PSF 05 Rua Cecilio J. Gaeta Nº235 Vila Martins 5 12 4 54 C. Reserva 63 Vanne França da Silva 024.702.181-43 SALA11/EEMSA PSF 05 Rua 06 casa 06 Bairro C. São Lourenço 4 11 5 51 C. Reserva 28 Eliene Rodrigues Dos Santos 016.144.831-32 SALA09/EEAFS PSF 05 Rua 06 N°76 Residencial José Araça 4 12 3 50 C. Reserva 2 Leandra Resende dos S. de Almeide 631.262.571-00 SALA01/EEMSA PSF 05 Rua B N° 586 Bairro Jardim Vitória 5 11 3 49 13 Silma Aguiar de O.Gomes dos Santos 009.526.381-00 SALA08/EEMSA PSF 05 Rua 05 Nº 231 Bairro J.Boa Esperança 6 11 2 49 67 Valdirene Braga 025.255.601-16

SALA10/EEMSA PSF 05 Rua 07 Casa 100 Bairro C.São Lourenço 3 12 3 48 12 Alessandra Mendes de Oliveira 035.032.181-73 SALA05/EEAFS PSF 05 Rua 05 Nº 103 Bairro Zé Araça 3 12 2 46 50 Marcilene Ferreira Dos Santos 654.714.661-87 SALA03/EEMSA PSF 05 Rua 06 Nº81 Residencial Jose Araça 3 11 3 45 55 Maria Aparecida Oliveira Moter 531.907.691-68 SALA03/EEMSA PSF 05 Rua 06 Nº151 Cohab São Lourenço 5 11 1 45 5 Mariani Medianeira F. De Miranda 568.681.381-72 SALA04/EEMSA PSF 05 Rua 09 Nº60 Cohab São Lourenço 2 11 4 45 35 Luana Soares Goncalves 025.878.951-46 SALA02/EEMSA PSF 05 Rua 02 Nº19 - Cohab São Lourenco 3 10 4 44 22 Eslaine Cardoso Santos Moraes 060.389.451-80 SALA10/EEAFS PSF 05 Rua 02 Nº160 Jardim Boa Esperança 3 10 3 42 70 Lucilene Ferreira Torres 851.352.321-68 SALA02/EEMSA PSF 05 Rua B N° 239 Bairro Jardim Nicolau 3 10 3 42 16 Rosely Balestrin Gomes 415.448.891-00 SALA07/EEMSA PSF 05 Rua 08 Quadra 07 Nº81 C. São Lourenço 2 10 4 42 41 Cleide Ferreira Dos Santos 901.924.431-00 SALA07/EEAFS PSF 05 Rua 07 Nº22 - Residencial Jose Araça 5 7 5 41 1 Gisele da Silva Mari 067.482.711-26 SALA12/EEAFS PSF 05 Rua 04 Casa 131 Bairro C. são Lourenço 1 12 1 40 7 Rosilda Pereira Rodrigues 946.618.801-10 SALA07/EEMSA PSF 05 Rua B N° 227 Bairro São Nicolau 3 10 2 40 37 Maria Ivonete Dos Santos 028.531.773-35 SALA03/EEMSA PSF 05 Rua B Nº542 - Jardim São Nicolau 2 9 4 39 34 Nadja Maria Da Silva R. Zanella 019.706.601-12 SALA05/EEMSA PSF 05 Rua 10 Nº76 - Residencial Jose Araca 4 9 2 39 17 Jessika Isnayra Silva M. Dos Santos 034.231.551-08 SALA13/EEAFS PSF 05 Rua 04 Q. 03 Nº131 C. São Lourenço 5 6 5 38 24 Patricia Ferreira Barbosa Felix 030.463.011-03 SALA06/EEMSA PSF 05 Rua 03 Nº140 Cohab São Lourenço 3 9 2 37 5 Sandra Souza De Moraes 001.869.841-70 SALA08/EEMSA PSF 05 Rua 07 N 35° Bairro Zé Araça 3 7 5 37 29 Raimunda P. de Souza de Oliveira 846.224.741-15 SALA06/EEMSA PSF 05 Rua Piuva Nº165 Cohab são Lourenço 2 10 1 36 RESULTADO DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA Agente Comunitário de Saúde - PROCESSO SELETIVO 001/2017 SMS 6 Gislaine Barros Da Silva 048.720.111-63 SALA12/EEAFS PSF 05 Rua 08 Nº10 Cohab São Lourenço 5 7 2 35 20 Flavia Silva Alcangelo 035.614.631-69 SALA11/EEAFS PSF 05 Rua 08 Nº101 Cohab São Lourenço 5 6 3 34 20 Camila Gomes Sanches 034.066.511-43 SALA07/EEAFS PSF 05 Rua 06 Nº66 Residencial Jose Araça 4 7 2 33 42 Lidiane Lino Martins 022.696.211-31 SALA02/EEMSA PSF 05 Rua 05 Nº81 - Cohab São Lourenço 4 6 3 32 27 Rosimeire Conceição Barbosa 925.046.121-68 SALA07/EEMSA PSF 05 Rua 06 N°59 Residencial José Araça 2 8 2 32 58 Antonio Traneisco Oliveira da Silva 024.510.983-16 SALA06/EEAFS PSF 05 Rua B Nº542 Jardim São Nicolau 6 5 2 31 52 Crislaine Ferreira Saraiva 046.863.451-70 SALA08/EEAFS PSF 05 Rua 09 Nº100 Cohab São Louremço 2 6 4 30 49 Marinalva Joana Paes 940.003.871-20 SALA04/EEMSA PSF 05 Rua 05 Nº97 Residencial Jose Araça 3 8 0 30 54 Vanusa Santos Da Silva 024.176.781-44 SALA11/EEMSA PSF 05 Rua A Nº130 Jardim Boa Esperança 4 6 2 30 14 Maria De Fatima Paes Da Cruz 978.893.261-49 SALA03/EEMSA PSF 05 Rua 04 Q.03 Nº111 C. São Lourenço 4 7 0 29 44 Thais Cristina De Oliveira 045.404.081-43 SALA10/EEMSA PSF 05 Rua B Nº367 - Jardim Vitoria 3 6 2 28 69 Simone Soares Lendengues 000.596.695-95 SALA09/EEMSA PSF 05 Rua G casa 56 Bairro Zé Araça 2 7 0 25 43 Amarinalva Santana De Oliveira 021.449.361-02 SALA05/EEAFS PSF 05 Rua 03 Q. 03 Nº55 Cohab São Lourenço 2 6 0 22 57 Micaelle de Souza Carneiro Dourado Sampaio 052.895.251-06 SALA05/EEMSA PSF 05 Av. Cecilio Jesus Gaeta, Vila Martins 2 5 1 21 47 Alex Rocha Bispo 032.187.961-99 SALA05/EEAFS PSF 05 Rua B Nº20 Jardim Vitoria Aus Aus Aus 0 48 Ana Beatriz Da Silva 045.900.601-08 SALA05/EEAFS PSF 05 Rua 08 Nº227 Cohab São Lourenço Aus Aus Aus 0 15 Ana Paula Gomes Castro Dos Santos 012.929.301-60 SALA05/EEAFS PSF 05 Rua B Nº601 Jardim Vitoria Aus Aus Aus 0 36 Andreia Rodrigues Da Silva 009.838.051-64 SALA06/EEAFS PSF 05 Rua B Nº84 Jardim São Nicolau Aus Aus Aus 0 62 Cariolanda Vanessa da Silva 081.422.654-00 SALA07/EEAFS PSF 05 Rua 09 nº 71 Bairro C. São Loureço Aus Aus Aus 0 59 Claythianna A. de O. da Silva 045.439.761-50 SALA07/EEAFS PSF 05 Rua Jaime J. do Nascimento, J. Vitoria Aus Aus Aus 0 65 Edna Moreira Caetano 017.149.481-45 SALA09/EEAFS PSF 05 Rua 07 Q.-07 Casa 40 C.São Lourenço Aus Aus Aus 0 32 Erika De Lima Pessoa 010.180.061-41 SALA10/EEAFS PSF 05 RUA 04 N °148 Residencial José Araça Aus Aus Aus 0 33 Francieli Silva Santa Barbara 035.165.231-07 SALA11/EEAFS PSF 05 Rua 08 S/N-Residencial José Araça Aus Aus Aus 0 21 Francinne Moraes Feitosa 038.353.991-95 SALA11/EEAFS PSF 05 Rua 06 Nº54 Residencial Jose Araça Aus Aus Aus 0 68 Francisca Eliene Gomes de Sousa 604.274261-20 SALA11/EEAFS PSF 05 Rua Arquimedes P. Lima B. V. Martins Aus Aus Aus 0 40 Jhonatan De Souza Farias 046..351.661-39 SALA13/EEAFS PSF 05 Rua Rua 06 Nº62 R. Jose Araça Aus Aus Aus 0 71 Joseane Da Silva 003.939.961-31 SALA14/EEAFS PSF 05 Rua 06 casa 06 Bairro Zé Araça Aus Aus Aus 0 51 Karyn Rayane Cruz M. De Oliveira 063.457.011-06 SALA14/EEAFS PSF 05 Rua 07 Nº33 Residencial Jose Araça Aus Aus Aus 0 45 Lucimara Januario Godoy 636.737.201-63 SALA02/EEMSA PSF 05 Rua B Nº 757 - Jardim São Nicolau Aus Aus Aus 0 19 Marcela Delfino De Araújo 011.304.171-31 SALA03/EEMSA PSF 05 Rua Rodriao Rodrigues S/N V. Martins Aus Aus Aus 0 23 Maria Lucia De Oliveira 453.585.911-68 SALA03/EEMSA PSF 05 Rua 06 Nº71 Cohab São Lourenço Aus Aus Aus 0 3 Marilene Lemes dos Santos 701.402.691-77 SALA04/EEMSA PSF 05 Rua B N° 330 Bairro Jardim Vitoria Aus Aus Aus 0 56 Marina de Oliveira Castro 053.049.761-18 SALA04/EEMSA PSF 05 Rua 03 Q:03 Nº55 Cohab São Lourenço Aus Aus Aus 0 53 Patricia Dutra Da Silva 013.276.411-35 SALA05/EEMSA PSF 05 Rua Principal Nº180 Jardim Vitoria Aus Aus Aus 0 31 Priscila Magna Rocha De Medeiros 046.772.391-50 SALA06/EEMSA PSF 05 Rua 06 Casa 71 Residencial José Araça Aus Aus Aus 0 64 Queliane Carvalho Sampaio 047.853.031.58 SALA06/EEMSA PSF 05 Av. Cecilio Jesus Gaeta, Jardim Vitoria Aus Aus Aus 0 54 Silvana de S. Dutra 003.590.471-22 SALA08/EEMSA PSF 05 Av. Cecilio J. Gaeta, Vila Martins Aus Aus Aus 0 26 Silvana Marques Costa 631.321.681-49 SALA08/EEMSA PSF 05 Rua B N°287 São Nicolau Aus Aus Aus 0 66 Tatiane Rosalino Pedroso 012.742221-84 SALA09/EEMSA PSF 05 Rua 05 Q 5 N° 30 Cohab São Lorenço Aus Aus Aus 0 Núm. Insc. Nome Completo CPF SALA/ESC Área de atuação Endereço onde reside Port. Espec. Mat. Total Resultado 98 Jaine Pereira de Andre 028.553.611-76 SALA13/EEAFS PSF 06 Rua 9, 75, Jardim Esmeralda 7 15 4 67 Aprovada 96 Aldo Alves Bezerra 903.843.851-68 SALA04/EEAFS PSF 06 Rua 16,Q17,L15, casa 81- J. Aeroporto II 6 15 3 63 C. Reserva 41 Ingrid Caroline da Silva Brito 059.880.821-30 SALA12/EEAFS PSF 06 Rua Eurico Sales - Jardim Aeroporto II 5 15 3 61 C. Reserva 39 Wania Jane Molina 535.569.171-49 SALA11/EEMSA PSF 06 Rua Pinto Martins ,85,Jardim Aeroporto 4 14 5 60 C. Reserva 71 Linicker Viana Conrado dos Santos 061.230.761-16 SALA02/EEMSA PSF 06 Rua 14,202,Jardim Aeroporto II 3 13 7 59 C. Reserva 75 Camila Rodrigues dos Santos 048.996.161-47 SALA07/EEAFS PSF 06 Rua Pinto Martins - JD Aeroporto 3 15 2 55 C. Reserva 13 Valteneia Carvalho Ferreira 009.958.561-84 SALA10/EEMSA PSF 06 Rua 11,Q08,52-Jardim Aeroporto II 3 14 3 54 C. Reserva 86 Creusa Maria de Jesus Cavalcante 630.512.451-20 SALA08/EEAFS PSF 06 Rua 15,51-Jardim Aeroporto II 6 10 5 52 C. Reserva 91 Thays Nafaella V. de Souza Chaves 041.691.801-86 SALA10/EEMSA PSF 06 Rua Afonso Pena,65-Jardim Aeroporto 4 12 4 52 C. Reserva 50 Marta Geriel Soares de Campos 025.022.981-13 SALA04/EEMSA PSF 06 Rua 13,232-Jardim Aeroporto II 4 13 2 51 23 Lucélia Virgìnia R. dos Santos 020.204.121-28 SALA02/EEMSA PSF 06 Rua Pinto Martins - JD Aeroporto 4 11 4 49 49 Edipamela Oliveira de Campos 061.855.821-71 SALA09/EEAFS PSF 06 Rua 18,61-Jardim Aeroporto II 6 10 3 48 14 Gabriela de Souza Alves 027.098.771-12 SALA11/EEAFS PSF 06 Rua 20,30,Q 22, L03-Aeroporto II 6 12 0 48 29 Josiane Souza de Oliveira 013.653.841-01 SALA14/EEAFS PSF 06 Rua 16,71-Luiz Martelli 3 10 6 48 25 Larissa Lorraine V. Nascimento 045.823.681-07 SALA01/EEMSA PSF 06 Rua H,12-Jardim Aeroporto 2 12 4 48 21 Simone Rodrigues de Souza 052.372.481-01 SALA09/EEMSA PSF 06 Rua Irerê Sítio São F. N° - Santo Antônio 3 12 3 48 74 Keila Santos Silva 030.998.741-59 SALA01/EEMSA PSF 06 Rua 12 N° 123 - Jardim Aeroporto II 6 9 4 47 52 Valzirene da Silva Xavier 031.072.831-26 SALA10/EEMSA PSF 06 Rua 10,53,Q06-Jardim Aeroporto II 4 11 3 47 85 Julia Cavalcante Barbieri 054.731.771-90 SA-

LA14/EEAFS PSF 06 Rua 15,51-Jardim Aeroporto II 3 12 2 46 55 Wellita Marcia Oliveira de Jesus 048.847.201-64 SALA11/EEMSA PSF 06 Rua 01,721-Jardim Aeroporto II 4 10 4 46 33 Maria Aparecida Mendonça 957. 105.741.04 SALA03/EEMSA PSF 06 Rua 01,751-Aeroporto II 3 11 3 45 44 Daiane Almeida Dockhorn 039.005.321-09 SALA08/EEAFS PSF 06 Rua Hercílio Luz N°36 - JD Aeroporto II 4 10 3 44 80 Katiússi Miranda da Silva 020.705.561-07 SALA01/EEMSA PSF 06 Rua 10,92,Q07-Luiz Martelli 4 10 3 44 42 Keilla Oliveira da Silva 002.619.421-07 SALA01/EEMSA PSF 06 Rua 04 Qdra 02 - João de Barro 2 12 2 44 9 Roseli de Souza Lopes 008.231.081-55 SALA07/EEMSA PSF 06 Rua Pinto Martins ,227,J. Aeroporto 5 10 2 44 56 Irismar de França Dourado 940.763.401-91 SALA12/EEAFS PSF 06 Rua 04 N° 391 - Jardim Esmeralda 4 8 5 42 45 Maria Denise Vieira da Silva 040.297.361-57 SALA03/EEMSA PSF 06 Rua 06,Q02,87,L06-Jardim Aeroporto II 4 10 2 42 28 Silvana Ribeiro dos Reis 986.396.761-00 SALA08/EEMSA PSF 06 Rua 18,Q19,L20-Jardim Aeroporto 3 10 3 42 76 Thaís Camila Ferreira Macedo 061.248.851-90 SALA10/EEMSA PSF 06 Rua A,76-Jardim Esmeralda 4 11 0 41 Agente Comunitário de Saúde - PROCESSO SELETIVO 001/2017 SMS RESULTADO DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA 40 Luceny da Silva Gomes 036.304.651-88 SALA02/EEMSA PSF 06 Rua 13,Q9,223-Jardim Aeroporto II 1 12 1 40 81 Vanessa Batista da Silva 007.481.601-24 SALA10/EEMSA PSF 06 Rua 01,L09,Q23,503-Jardim Aeropoto II 2 8 5 38 7 Maria Quiteria da Silva Santos 260.670.898-90 SALA03/EEMSA PSF 06 Rua 01, Q 24, 781,L06-Aeroporto II 3 7 5 37 94 Milena G. de Jesus Santana 062.332. 801-17 SALA05/EEMSA PSF 06 Rua Afonso Pena,146-Jardim Aeroporto 5 7 3 37 43 Auristina Rodrigues de Souza 820.065.081-87 SALA06/EEAFS PSF 06 Rua Irerê - Santo Antônio 2 10 1 36 63 Geiny Engels da Silva 042.187.481-36 SALA11/EEAFS PSF 06 Rua 15,Q17,30-Aeroporto II 1 10 2 36 53 Gislene Oliveira da Silva 045.314.801-67 SALA12/EEAFS PSF 06 Rua Pinto Martins - JD Aeroporto 3 8 3 36 66 Maria do Carmo Francisco Dutra 024.064.531-62 SALA03/EEMSA PSF 06 Rua Irerê N°90 - Santo Antônio 3 9 1 35 6 Claudinéia Gomes Costa 010.921.121-97 SALA07/EEAFS PSF 06 Rua 05, Q02,42,L1-Jardim Aeroporto II 4 8 1 34 38 Daniela Araujo Souza 046.787.201-54 SALA08/EEAFS PSF 06 Rua K, 3 - Jardim Aeroporto 2 8 3 34 3 Darlei Pedro Sebastião Macedo 388.077.691-15 SALA08/EEAFS PSF 06 Rua 04,16-João de Barro 5 8 0 34 67 Maria Aparecida Melo 537.240.971-15 SALA03/EEMSA PSF 06 Rua Marechal Rondon, 99-Jardim Aeroporto 3 8 2 34 70 Géssica M.de Matos da Silva 047.304. 851-57 SALA12/EEAFS PSF 06 Rua 21,Q22,L11,101-J. Aeroporto II 0 9 3 33 35 Chaira Junielen de Jesus 000.893.221-26 SALA07/EEAFS PSF 06 N° 71 Qdra 23 - JD Aeroporto II 2 8 2 32 83 Silvana Jesus Modesto 000. 700.201-75 SALA08/EEMSA PSF 06 Rua 17,Q18,31-Jardim Aeroporto II 2 8 2 32 65 Tatiane Cristina M. de Oliveira 043.705.731-30 SALA09/EEMSA PSF 06 Rua 16,Q13,142-Jardim Aeroporto II 2 7 1 27 19 Marlene Maciel Sebastião 482.420.201-91 SALA04/EEMSA PSF 06 Rua Baituva N° 1030 - Santo Antônio 1 5 0 17 12 Andreia Cruz da Silva 030.830.541-81 SALA06/EEAFS PSF 06 Rua 17,213,Aeroporto II Aus Aus Aus 0 82 Andreia Moraes de Carvalho 019.096.761-79 SALA06/EEAFS PSF 06 Rua 4,13-João de Barro Aus Aus Aus 0 88 Claudiane Ferreira de Melo 014.483.431-05 SALA07/EEAFS PSF 06 Rua Pinto Martins,216-Jardim Aeroporto Aus Aus Aus 0 37 Deyse Lohana Jeronimo Pinheiro 061.128.361-14 SALA09/EEAFS PSF 06 Rua Sem d.,153,L22,Q11,J. AeroportoII Aus Aus Aus 0 22 Fabiana Candida da Silva 020.477.361-02 SALA10/EEAFS PSF 06 Rua Marechal Rondon 20-J. Aeroporto II Aus Aus Aus 0 97 Fernanda Catia Galdina da Costa 057.877.841-62 SALA10/EEAFS PSF 06 Rua 7,96-Jardim Esmeralda Aus Aus Aus 0 30 Ivanete Aparecida da Silva 978.736.161-34 SALA13/EEAFS PSF 06 Rua 04,Q01,L01,132-Jardim Aeroporto II Aus Aus Aus 0 78 Josina Eliete dos Santos 042.458.524-37 SALA14/EEAFS PSF 06 Rua principal,70-Jardim Esmeralda Aus Aus Aus 0 24 Ketlyn Fronza 060.534.801-42 SALA01/EEMSA PSF 06 Rua 16,Q18, 30-Aeroporto II Aus Aus Aus 0 17 Laura R. dos Santos Ribeiro 018.356.821.46 SALA01/EEMSA PSF 06 Rua Pinto Martins,122-J. Aeroporto Aus Aus Aus 0 68 Marcia Godoy de Lima 003.321.421-24 SALA03/EEMSA PSF 06 Rua 8,82,L05,Q05-Jardim Aeroporto II Aus Aus Aus 0 62 Maria Aparecida Carmo da Silva 015.877.921-50 SALA03/EEMSA PSF 06 Rua Guararapes,94-Jardim Aeroporto Aus Aus Aus 0 61 Micilene Mota dos Santos 067. 977.001-16 SALA05/EEMSA PSF 06 Rua 04,142-Aeroporto II Aus Aus Aus 0 92 Nubia Rodrigues da Silva 031.407.801-09 SALA05/EEMSA PSF 06 Rua 10,Q06,63-Aeroporto II Aus Aus Aus 0 46 Rafael de Souza Franco 060.618.481-37 SALA06/EEMSA PSF 06 Rua 11,Q08,62-Jardim Aeroporto II Aus Aus Aus 0 20 Rosa Cristina Arantes 604.286.941-87 SALA06/EEMSA PSF 06 Rua 13,Q10,162-Jardim Aeroporto II Aus Aus Aus 0 8 Silvânia Lins de Espindola 041.528.274-83 SALA08/EEMSA PSF 06 Rua 01 Rua 23 N° 463 JD> Aeroporto II Aus Aus Aus 0 89 Viviane de Oliveira 024.306.051-39 SALA11/EEMSA PSF 06 Rua 19,Q20,61-Jardim Aeroporto II Aus Aus Aus 0 18 Wanderson Oliveira Rodrigues 053.548.711-82 SALA11/EEMSA PSF 06 Rua Hercilio Luz,24-Jardim Aeroporto Aus Aus Aus 0 Núm. Insc. Nome Completo CPF SALA/ESC Área de atuação Endereço onde reside Port. Esp. Mat. Total Resultado 18 Marlucia Borba de Souza 004.700.881-41 SALA04/EEMSA PSF 07 Rua Iatraré, 251 - Santa Rita 6 17 6 75 Aprovada 25 Elisangela de Souza Silva 879.838.341-87 SALA10/EEAFS PSF 07 Rua Itararé, 820 - Santa Rita 5 17 6 73 C. Reserva 59 Marinalva Viturino de Souza 654.596.821-53 SALA04/EEMSA PSF 07 Rua Itararé, 620 - Santa Rita 6 17 3 69 C. Reserva 86 Luciene da Silva Almeida 957.027.171-04 SALA02/EEMSA PSF 07 Rua Guaianazes, 208 - Santa Rita 5 16 5 68 C. Reserva 51 Lais Gabriele Lima Souza 058.732. 721-90 SALA01/EEMSA PSF 07 Rua Guaranis, 430 - Santa Rita 4 16 3 62 C. Reserva 52 Mayra Gabriele L. de Souza 058.732.511-93 SALA04/EEMSA PSF 07 Rua Guaranis, 430 - Santa Rita 3 16 4 62 C. Reserva 106 Jaqueline da Silva Cruz 023.736.421-23 SALA13/EEAFS PSF 07 Rua Itatinga, 792 - Santa Luzia 4 15 4 61 C. Reserva 7 Naglia Lorraynne Campos 031.556.391-56 SALA05/EEMSA PSF 07 Rua 06, 166 - Flamboyan 4 15 4 61 C. Reserva 13 Luciana de Freitas Rodrigues 009.826.041-30 SALA02/EEMSA PSF 07 Rua Ibitinga, 11 - Santa Luzia 1 15 4 55 C. Reserva 6 Silmara Alves Rodrigues 042.968.561-03 SALA08/EEMSA PSF 07 Rua Ibitinga, 81 - Santa Luzia 6 11 5 55 83 Laureny Dias Nunes Dapper 925. 844.621-68 SALA01/EEMSA PSF 07 Rua Guaranis, 508 - Santa Rita 4 12 4 52 94 Roseli Lemes da Silva 566.173.059-49 SALA07/EEMSA PSF 07 Rua Cinco, Qd 08, Lt 15 - Flamboyant 7 10 4 52 95 Katyuisia Rosa Knebel 039.307.091-39 SALA01/EEMSA PSF 07 Avenida Piracicaba, 279 - Santa Luzia 3 12 4 50 105 Rosangela Ferreira Nunes 550.146.901-49 SALA07/EEMSA PSF 07 Rua Itararé, 121 - Santa Rita 6 10 4 50 26 Silvia Ferreira da Silva 000.260.911-86 SALA08/EEMSA PSF 07 Rua Itararé, 250 - Santa Rita 4 12 3 50 2 Tatiane Gonçalves Pereira 021.540.121-24 SALA09/EEMSA PSF 07 Rua Ibitinga, 370 - Santa Luzia 4 12 3 50 16 Alynny Cezario de Carvalho 053.353.201-92 SALA05/EEAFS PSF 07 Rua Itararé, 110 - Santa Rita 6 11 2 49 67 Graciela Gomes da Silva 030.233.261-85 SALA12/EEAFS PSF 07 Rua Guaranis, 291 - Santa Luzia 3 13 2 49 118 Liliane Passarelli 015.826.911-00 SALA02/EEMSA PSF 07 Rua Moema, 221 - Santa Rita 5 11 3 49 113 Welyta Ferreira Lima 022.684.111-17 SALA11/EEMSA PSF 07 Rua Itararé, 651 - Santa Rita 4 11 4 49 14 Bianca A. Farias B. Rodrigues 047.938.311-17 SALA06/EEAFS PSF 07 Rua Iraes, 761 - Santa Rita 2 11 5 47 3 Erica Cristina de Souza 023.581.551-95 SALA10/EEAFS PSF 07 Rua 05, 151 - Flamboyan 3 11 4 47 74 Thalita Lopes Ferraz 046.714.031-61 SALA10/EEMSA PSF 07 Rua Tupi, 219 - Santa Rita 5 11 2 47 66 Doraci Mendes de Oliveira 912.693.001-30 SALA09/EEAFS PSF 07 Rua Itarare, 129 - Santa Rita 4 12 1 46 96 Erisvane Lima dos Santos 025.041.921-18 SALA10/EEAFS PSF 07 Rua Itatinga, 179 - Santa luzia 5 8 6 46 24 Gabriella Borba Borges 060.792.931-61 SALA11/EEAFS PSF 07 Rua Tupi, 426 - Santa Rita 5 9 4 45 30 Catiele Passele dos Santos 061.003.431-69 SALA07/EEAFS PSF 07 Rua 05, 97 - Flamboyant 3 10 4 44 110 Josiane Mendonça da Silva 052.335.271-97 SALA14/EEAFS PSF 07 Rua Moema, 432 - Santa Rita 1 12 3 44 Agente Comunitário de Saúde - PROCESSO SELETIVO 001/2017 SMS RESULTADO DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA 92 Maria A. Lima de Souza 559.406. 171-15 SALA03/EEMSA PSF 07 Rua Guaianazes, 328 - Santa Rita 3 8 7 44 23 Selma Santos Felix 014.520.331-02 SALA08/EEMSA PSF 07 Rua Ibitinga, 645 - Santa Luzia 4 10 3 44 17 Suely Ap. G. R. G. da Silva 998.

067.381-87 SALA09/EEMSA PSF 07 Rua Ibitinga, 71 - Santa Luzia 2 10 5 44 37 Priscila Santos Silva 008.475.681-05 SALA06/EEMSA PSF 07 Rua Itatinga, 769 - Santa Luzia 4 11 1 43 114 Janaina de Jesus Ferreira 054. 507.901-79 SALA13/EEAFS PSF 07 Rua A. F. Sobrinho, s/nº - Santa Rita 5 8 4 42 64 Janaina Ferreira Bueno 937.626.821-00 SALA13/EEAFS PSF 07 Av. A. F. Sobrinho, 290 - Santa Rita 2 11 2 41 4 Pamela Fernanda F. Dultra 045.884.921-95 SALA05/EEMSA PSF 07 Rua ibitinga, 275- Santa Luzia 4 11 0 41 109 Eliane Lima da Silva 023,597.441-27 SALA09/EEAFS PSF 07 Rua R6 , 19 - Flamboyant 5 8 3 40 112 Maria Aparecida Pa. de Souza 817.500.301-44 SALA03/EEMSA PSF 07 Rua Itatinga,873 - Santa Luzia 3 10 2 40 121 Thais Daniele Ferreira Braga 043.062.261-90 SALA10/ EEMSA PSF 07 Rua Itarare, 310 - Santa Rita 4 8 4 40 107 Franciele Oliveira dos Santos 009.418.341-40 SALA11/EEAFS PSF 07 Rua Itatinga, s/nº - Santa Luzia 3 9 3 39 53 Lizangela M. de Lima Souza 962.335.241-72 SALA02/EEMSA PSF 07 Rua Guaranis, 430 - Santa Rita 4 9 2 39 85 Fabiana Cristina Q. da Silva 009.809.791-10 SALA10/EEAFS PSF 07 Rua Itararé, 240 - Santa Rita 4 10 0 38 61 Luzia Gabriele Xavier Felix 016.833.231-06 SALA03/EEMSA PSF 07 Avenida Pagé, 866 - Santa Luzia 4 7 4 37 42 Maria Ap. Trajano da Silva 925.966.221-49 SALA03/EEMSA PSF 07 Avenida Pagé, 44 - Santa luzia 3 9 2 37 81 Marilza Barbosa Dourado 531.641. 991-04 SALA04/EEMSA PSF 07 A.a Washington Luiz, 115 - V. Martins 5 7 3 37 50 Rita de Cássia G. Queiroz 875.432.731-87 SALA06/EEMSA PSF 07 Rua Guaranis, 320 - Santa Luzia 5 8 1 36 15 Polyana Paula dos Reis 018.472.901-75 SALA06/EEMSA PSF 07 Rua Guaranis, 250 - Santa Luzia 2 9 2 35 75 Amanda Cezario Carvalho 060.702.271-07 SALA05/EEAFS PSF 07 Rua Itararé, 110 - Santa Rita 2 8 3 34 48 Fernanda Cardoso da Silva 992.012.401-04 SALA10/EEAFS PSF 07 Rua Moema, 301 - Santa Rita 4 8 1 34 8 Flávia Alves Cabral 031.903.891-28 SALA11/EEAFS PSF 07 Rua Tupis, 348 - Santa Rita 1 8 4 34 97 Marinês Lima M. da Silva 037. 687.011-74 SALA04/EEMSA PSF 07 Rua Itatinga, 631 - Santa Luzia 4 8 1 34 76 Anair Cezário Feitosa 458.238.201-00 SALA06/EEAFS PSF 07 Rua Itararé, 110 - Santa Rita 3 7 3 33 29 Rosimeire Nunes de Aprinio 361.673. 471-15 SALA07/EEMSA PSF 07 Rua R8, L. 03, Qd 17, 159 Flamboyant 3 7 2 31 102 Ana Eliza Aparecida da Costa Moreira047.710.811-31 SALA05/ EEAFS PSF 07 Avenida piracicaba, 67 - santa Luzia 1 8 1 28 69 Luana Andrade Silva 018.478.411-55 SALA02/EEMSA PSF 07 Rua Tupi, 328 - Santa Rita 5 5 1 27 88 Naiara Moreira de Souza 063.163.251-42 SALA05/ EEMSA PSF 07 Rua Guaianazes, 131 - Santa Rita 2 7 1 27 22 Claudete Cezario Bispo 011.635.591-30 SALA07/EEAFS PSF 07 Avenida Pagé, 83 - Santa Rita 2 6 2 26 63 Cristiane Amorim de Araujo 031.503.861-60 SALA08/EEAFS PSF 07 Rua Moema,161 - Santa Rita 1 4 4 22 31 Adelina M. de O. Moreira 034.861.111-08 SALA04/EEAFS PSF 07 Rua Itatinga, 119 - Santa Luzia Aus. Aus. Aus. 0 56 Adjanira Alves dos Santos 667. 029.331-34 SALA04/EEAFS PSF 07 Rua VF, 09, 108 - Vale Formoso Aus. Aus. Aus. 0 73 Alessandra Ap. de Souza 013.733.251-35 SALA05/EEAFS PSF 07 Rua Cinco, s/nº - Flamboyant Aus. Aus. Aus. 0 40 Aline de Oliveira F. Leite 061.134.551-06 SALA05/EEAFS PSF 07 Rua Elima, 442 - Santa Rita Aus. Aus. Aus. 0 90 Anderson França Neto 024.573.641-75 SALA06/ EEAFS PSF 07 Rua 04, 163 - Flamboyant Aus. Aus. Aus. 0 72 Andreia Cruz da Costa 885.968.261-49 SALA06/EEAFS PSF 07 Rua Itatinga, 260 - Santa Luzia Aus. Aus. Aus. 0 98 Antonio Rocha da Costa Junior 052.213. 341-00 SALA06/EEAFS PSF 07 Avenida Pagé, 293 - Santa Rita Aus. Aus. Aus. 0 101 Bruna Karolaine dos Santos Silva 060.783.071-93 SALA06/ EEAFS PSF 07 Rua Guaranis, 62 - Santa Rita Aus. Aus. Aus. 0 35 Camilla dos Santos Pessoa dos Santos034.115.991-38 SALA07/EEAFS PSF 07 Rua Jose M. Martins, 24 - V. Martins Aus. Aus. Aus. 0 39 Carla Luíza Carraro 020.362.701-66 SALA07/EEAFS PSF 07 Rua Moema, 570 - Santa Rita Aus. Aus. Aus. 0 100 Cleidiane da Silva Pereira 419.591.848-06 SALA07/EEAFS PSF 07 Rua Ibitinga, 265 - Santa Luzia Aus. Aus. Aus. 0 89 Daiany Nunes Schwenk Neto 025.778.131-55 SALA08/EEAFS PSF 07 Rua 04, 163 - Flamboyant Aus. Aus. Aus. 0 78 Daniela Roberta Bezerra da Silva 003.853.921-76 SALA08/EEAFS PSF 07 Rua Itatinga, 456 - Santa Luzia Aus. Aus. Aus. 0 28 Dilcleia Figueiredo Lero 000.822.301-70 SALA09/EEAFS PSF 07 Rua Tupi, 318 - Santa Rita Aus. Aus. Aus. 0 99 Dione Cleia Hekert de França 973.066.571-00 SALA09/EEAFS PSF 07 Rua irapurus, 227 - Santa Luzia Aus. Aus. Aus. 0 57 Eduarda de Oliveira Ananias 043.466.191-00 SALA09/EEAFS PSF 07 Rua Moema, 757 - Santa Rita Aus. Aus. Aus. 0 111 Eliane Zacarias Gomes 015.879.451-69 SALA09/ EEAFS PSF 07 Rua Guaianazes, 300 - Santa Rita Aus. Aus. Aus. 0 32 Flávia Vendruscolo 009.550.850-39 SALA11/EEAFS PSF 07 Rua Reima, 393 - Santa Rita Aus. Aus. Aus. 0 108 Gercilene Teles dos Santos 009. 618.961-40 SALA11/EEAFS PSF 07 Avenida Piracicaba, 135 - Santa Luzia Aus. Aus. Aus. 0 41 Geusa Andre dos Santos 045.819.081-08 SALA12/ EEAFS PSF 07 Rua Itarare, 801, Kitnet 04 - S. Rita Aus. Aus. Aus. 0 54 Ijanete Ferreira da Silva 828.259.391-53 SALA12/EEAFS PSF 07 Rua Guaianazes, 451 - Santa Rita Aus. Aus. Aus. 0 122 Isaura Dias dos Santos Jorge 019.347.721-19 SALA12/EEAFS PSF 07 Rua Guaianazes, 581 - Santa Rita Aus. Aus. Aus. 0 120 Jessyca Carla da Silva Santos 061.143.991-37 SALA13/EEAFS PSF 07 Avenida Piracicaba, 02 - Santa Luzia Aus. Aus. Aus. 0 77 Josiane Mendes F.Silva 894.566.295-20 SALA14/EEAFS PSF 07 Rua Irahes, 159 - Santa Luzia Aus. Aus. Aus. 0 71 Juliene da Silva Jesus 052.520.251-00 SALA14/EEAFS PSF 07 Rua Itararé, 340 - Santa Rita Aus. Aus. Aus. 0 79 Luciana Alves de Oliveira 049.605.811-82 SALA02/ EEMSA PSF 07 Rua Ibitinga, 532 - Santa Luzia Aus. Aus. Aus. 0 38 Lucivane Fortunato dos Santos 304.384.621-49 SALA02/EEMSA PSF 07 Rua Guaianazes, 581 - Santa Rita Aus. Aus. Aus. 0 82 Maria Alves Eleoterio Pinheiro 017.574.101-80 SALA03/EEMSA PSF 07 Rua Ibitinga, 212 - Santa Luzia Aus. Aus. Aus. 0 70 Maria Gloria Gomes da Silva 001.465.211-02 SALA03/EEMSA PSF 07 Rua Itatinga, 611 - Santa Luzia Aus. Aus. Aus. 0 55 Maria Graciela dos S. Pereira 032.028.811-08 SALA03/EEMSA PSF 07 Avenida Piracicaba, 135 - Santa Luzia Aus. Aus. Aus. 0 9 Maria Neri Félix de Souza 604.392.031-04 SALA03/EEMSA PSF 07 Rua Moema, 100 - Santa Rita Aus. Aus. Aus. 0 123 Maycon Douglas Araujo Souza 036.422. 571-86 SALA04/EEMSA PSF 07 Rua R8, Qd 19 - Flamboyant Aus. Aus. Aus. 0 87 Micheli Araujo Girotto 060.636.771-35 SALA05/EEMSA PSF 07 Rua Moema, 280 , Lote 06 - Santa Rita Aus. Aus. Aus. 0 84 Paloma de Souza Bezerra 059.312.791-99 SALA05/EEMSA PSF 07 Avenida Pagé, 668 - Santa Luzia Aus. Aus. Aus. 0 46 Simone Rodrigues da Cruz 051.197. 131-14 SALA08/EEMSA PSF 07 Rua Moema, 220 - Santa Rita Aus. Aus. Aus. 0 114 Sirlene Borges da Silva 930.516.031-04 SALA09/EEMSA PSF 07 Rua Tupi, 583 - Santa Rita Aus. Aus. Aus. 0 81 Sonia Cristina Gonçalves 286.893.188-01 SALA09/EEMSA PSF 07 Rua Itatinga, 404 - Santa Luzia Aus. Aus. Aus. 0 10 Tamiris Macedo Pinheiro 031.686.021-24 SALA09/EEMSA PSF 07 Rua Itatinga, 300 - Santa Luzia Aus. Aus. Aus. 0 5 Tatiane Alves Ferreira 015.426.701-52 SALA09/EEMSA PSF 07 Rua Moema, Santa Rita Aus. Aus. Aus. 0 58 Valdiana Batista Neves da Silva 979. 913.501-00 SALA10/EEMSA PSF 07 Rua Ibitinga, 41 - Santa Luzia Aus. Aus. Aus. 0 33 Valéria Celeri Vieira 023.240.731-29 SALA10/EEMSA PSF 07 Rua Ibitinga, 508 - Santa Luzia Aus. Aus. Aus. 0 49 Vanderleia Franco 549.590.390-00 SALA10/EEMSA PSF 07 Rua Goianases, 630 - Santa Rita Aus. Aus. Aus. 0 115 Walkiria P. dos Santos Carneiro 017.230.611-66 SALA11/EEMSA PSF 07 Rua Itararé, 140 - Santa Rita Aus. Aus. Aus. 0 Núm. Insc. Nome Completo CPF SALA/ESC Área de atuação Endereço onde reside Port. Esp. Mat. Total Resultado 78 Artemisia de Souza Oliveira 013. 228.641-60 SALA06/EEAFS PSF 08 Rua Ibitinga, 813 - J. Nova Jaciara 7 15 6 71 C. Reserva 9 Rejaine Cristina Souza 007.154.481-02 SALA06/ EEMSA PSF 08 Rua Jurema N°72 n- Centro 5 17 4 69 C. Reserva 10 Fabiana Cristina de S. Almeida 031.431.301-05 SALA10/EEAFS PSF 08 Rua Potiguaras N°99 - F. do Planalto 5 16 5 68 C. Reserva 27 Jennifer Vericima dos Santos 032.350.961-40 SALA13/EEAFS PSF 08 Rua Itatinga, 1013 - J. Nova Jaciara 4 15 4 61 C. Reserva 87 Ana Claudia Neves de O. Freitas 047.617.951-31 SALA05/EEAFS PSF 08 835 - Nova Jaciara 3 10 12 60 C. Reserva 79 Marli Borba de Faria Rulim 815.217.741-53 SALA03/EEMSA PSF 08 AV. Antonio F. Sobrinho, 2179 - Centro 5 14 2 56 C. Reserva 30 Stefany Andressa N. da Silva 047.160.831-95 SALA09/EEMSA PSF 08 Rua Caiçara, 1941 - Centro 4 14 3 56 C. Reserva 80 Maria do L. Tabosa de Alcantara 047.241.813-03 SALA03/EEMSA PSF 08 Rua Ibitinga, 742 - Jardim Nova Jaciara 0 15 5 55 C. Reserva 49 Nadir dos Santos Macha-

do 911.197.310-20 SALA05/EEMSA PSF 08 AV Piracicaba, 960 - Centro 3 14 3 54 1 Silvana Racis 460.895.511-04 SALA08/EEMSA PSF 08 Rua Magno n° 116 - Florais do Planalto 6 12 3 54 85 Zeni Elena Hoennicke Dockhorn 783.754.019-00 SALA11/EEMSA PSF 08 Rua Guaicurus, 410 - Centro 4 12 5 54 20 Marília Dourado Paulino 063.153.811-97 SALA04/EEMSA PSF 08 Rua Umburuna, 0 - Florais do Planalto 5 13 2 53 46 Ana Joelia da Silva Pessoa 035.941.701-95 SALA05/EEAFS PSF 08 Rua Cerejeiras, 140 - F. do Planalto 5 11 4 51 50 Ivanete Carvalho da Rocha 888.610.821-49 SALA13/EEAFS PSF 08 Rua Ibitinga, 1043 - J. Nova Jaciara 6 11 3 51 22 Maria Rosilda dos Santos 059.293.884-07 SALA03/EEMSA PSF 08 AV. Tupiniquins, 2017 - Vila S. Antônio 2 13 4 51 39 Maria Eunice de Oliveira Lima 427.714..981-20 SALA03/EEMSA PSF 08 Rua Jequitibá, Qd 1, Lt 9 - F.do Planalto 4 12 3 50 56 Erika Luana Alves da Silva 048.160.181-31 SALA10/EEAFS PSF 08 Rua Jatoba, 155 - Florais do Planalto 3 13 2 49 90 Lindaura Dutra F. de Medeiros 884.673.171-91 SALA02/EEMSA PSF 08 Rua Carijós 1055 - Centro 5 11 3 49 17 Marildes Rodrigues Pereira 621.132.241-00 SALA04/EEMSA PSF 08 Rua Itararé N°1739 - Centro 3 11 5 49 11 Débora Emili Trajano 060.526.001-01 SALA08/EEAFS PSF 08 Rua Ibitinga N°773 Kitnet - N. Jaciara 3 10 6 48 77 Regiane Sebastião Macedo 027.936.931-03 SALA06/EEMSA PSF 08 Rua Guaianazes, 1080 - Centro 2 10 7 48 42 Khauanny Ahzami Frete Borto 045.821.701-88 SALA01/EEMSA PSF 08 AV. Antônio F. Sobrinho, 1285 - Centro 3 11 4 47 8 Valkíria Alves Ferreira 003.565.911-40 SALA10/EEMSA PSF 08 Rua Guaicurus N°68 - Nova Jaciara 2 11 5 47 61 Solange C. Souza da Fonseca 697.438.432-72 SALA09/EEMSA PSF 08 Rua Itatinga, 116 - Jardim Nova Jaciara 4 10 4 46 6 Sirleia Soares Quadros 545.517.301-49 SALA09/EEMSA PSF 08 Chácara São Francisco - F. do Planalto 2 10 5 44 26 Elói Larissa S. da Silva Carvalho 117.510.074-99 SALA10/EEAFS PSF 08 Rua Caiçara, 1320 - Centro 4 9 4 43 24 Patricia Simone Rauber 001.111.021-03 SALA06/EEMSA PSF 08 Rua Guaraci, 857 - Centro 2 11 3 43 55 Anna Paula França Martins 048.548.631-88 SALA06/EEAFS PSF 08 Rua Jurucê, 1675 - Centro 5 8 4 42 16 Jaqueline Rodrigues Pereira 031.407.221-76 SALA13/EEAFS PSF 08 Rua Itararé N°1739 - Centro 4 10 2 42 Agente Comunitário de Saúde - PROCESSO SELETIVO 001/2017 SMS RESULTADO DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA 88 Eloísa Maria Pontes da Silva 049.941.871-93 SALA10/EEAFS PSF 08 AV. A. F. Sobrinho, apt 101 - Centro 2 11 2 41 45 Marcia Cristina R. da Costa 006.001.421-08 SALA03/EEMSA PSF 08 Rua Itararé, 1699 - Centro 1 11 3 41 32 Maria Poliane Holanda Soares 086.007.204-51 SALA03/EEMSA PSF 08 Rua Ibitinga, 822 - Jardim Nova Jaciara 4 9 3 41 4 Vitória Caroline Souza Rodriguês 062.099.871-76 SALA11/EEMSA PSF 08 Rua Castanheira n°107 - F. do Planalto 5 9 2 41 47 Wellyda Caroline do Nascimento 052.402.091-46 SALA11/EEMSA PSF 08 Rua Jurucê, 2336 - Centro 3 11 1 41 7 Natália Figueiredo de Souza 033.808.371-56 SALA05/EEMSA PSF 08 Rua Ibitinga - Nova Jaciara 5 8 3 40 37 Caren Andressa Souza 060.097.211-99 SALA07/EEAFS PSF 08 Rua Tupiniquins, 380 - J. Nova Jaciara 4 9 2 39 43 Gabriela Pereira dos Santos 045.305.971-64 SALA11/EEAFS PSF 08 Rua Carijós, 277 - Centro 4 9 2 39 24 Marilene Aparecida Porfirio 964.990.609-68 SALA04/EEMSA PSF 08 AV. Tupiniquins, 58 - Nova Jaciara 6 7 3 39 44 Admila Miriann Lemes da Silva 023.252.911-62 SALA04/EEAFS PSF 08 Rua Mogno, Qd 08, Lt 04 - F. do Planalto 4 10 0 38 21 Geni Freitas de Almeida 933.182.781-49 SALA11/EEAFS PSF 08 Rua Tupiniquins, 2037 - Centro 2 10 2 38 13 Hosana Ap. Pereira dos Santos 932.648.281-20 SALA12/EEAFS PSF 08 Rua Itatinga N°1148 - Nova Jaciara 5 8 2 38 35 Glaucia Martins de Oliveira 999.925.071-87 SALA12/EEAFS PSF 08 Rua Jurucê, 2128 - Centro 3 9 2 37 63 Katia Aparecida T. dos Santos 051.699.321-71 SALA14/EEAFS PSF 08 AV. Tupiniquins, 2047 - Santo Antônio 3 9 2 37 33 Kelly Cristina Moreira F. da Silva 916.622.061-00 SALA01/EEMSA PSF 08 Rua Umburuna, Qd 10, Casa 60 - Florais do Planalto 2 9 3 37 62 Lucelia Tavares Filha dos Santos 650.698.701-49 SALA02/EEMSA PSF 08 AV. Tupiniquins, 2047 - Santo Antônio 3 8 3 36 58 Agnair de Souza Ferreira 894.639.191-04 SALA04/EEAFS PSF 08 Rua Jurucê, 2266 - Centro 4 7 3 35 72 Gessica Tamires dos Santos 043.620.211-59 SALA12/EEAFS PSF 08 Rua Jurucê, 2480 - Centro 1 8 4 34 15 Karolayne Monique da S. Santos 061.292.951-54 SALA14/EEAFS PSF 08 Rua Araucária - Florais do Planalto 2 8 3 34 34 Maria Souza Pimentel 035.127.911-31 SALA04/EEMSA PSF 08 Rua Potiguaras, 87 - F. do Planalto 3 6 1 26 36 Nilza Rocha Santana 886.694.241-34 SALA05/EEMSA PSF 08 Rua Guaraci, 221 - Centro 1 8 0 26 81 Maria Aparecida dos Santos 482.394.701-06 SALA03/EEMSA PSF 08 Rua Carijós 149 - Centro 3 5 2 25 64 Maria Ap. da Costa Macedo 550.188.401-10 SALA03/EEMSA PSF 08 Rua Cecy, 2057 - Centro 2 6 0 22 2 Abda Naianny do N. Oliveira 049.067..981-10 SALA04/EEAFS PSF 08 Rua Guainazes n° 977 - Centro Aus Aus Aus 0 23 Aline Moraes de Souza 041.126.831-70 SALA05/EEAFS PSF 08 Rua Guaianases, 970 - Centro Aus Aus Aus 0 84 Amanda Priscila Godói Silva 077.131.784-06 SALA05/EEAFS PSF 08 Rua Castanheiras, 59 - F. do Planalto Aus Aus Aus 0 53 Ana de Campos Rodrigues 007.664.251-85 SALA05/EEAFS PSF 08 Rua Itararé, S/N - Centro Aus Aus Aus 0 89 Andrea Maforte Silva 001.330.571-94 SALA06/EEAFS PSF 08 AV. A. F. Sobrinho, 1840, apt 06 - Centro Aus Aus Aus 0 51 Cleydinara del Castillo Malbfe 672.125.222-87 SALA08/EEAFS PSF 08 Rua Uirapuru, 826 - J. Nova Jaciara Aus Aus Aus 0 38 Gabriela Pultrine Portes 013.521.121-24 SALA11/EEAFS PSF 08 Rua Guacurus, 87 - J. Nova Jaciara Aus Aus Aus 0 29 Gercina Rocha da Silva 861.943.991-04 SALA11/EEAFS PSF 08 Rua Potiguaras, 69 - J. Nova Jaciara Aus Aus Aus 0 76 Ivanilda Carlos de Almeida 968.674.501-72 SALA13/EEAFS PSF 08 AV. A. F.Sobrinho, 1836 - Centro Aus Aus Aus 0 74 Janaína Bastos Nogueira 012.943.281-40 SALA13/EEAFS PSF 08 AV. Antônio F. Sobrinho, 1821 - Centro Aus Aus Aus 0 41 Keiciane Ferreira S. Maiberg 027.816.301-79 SALA01/EEMSA PSF 08 Rua Potiguaras, 277 - J. Nova jaciara Aus Aus Aus 0 12 Kellen Pottrat dos Santos 036.850.261-94 SALA01/EEMSA PSF 08 Rua Jatobá N° 155 - Florais do Planalto Aus Aus Aus 0 66 Maria Martins Verão 160.449.831-53 SALA03/EEMSA PSF 08 Rua Itararé, 1153 - Centro Aus Aus Aus 0 28 Marli Dias da Costa 002.004.881-55 SALA04/EEMSA PSF 08 AV. Antônio F. Sobrinho, 1179 - Centro Aus Aus Aus 0 69 Maysa Adriana Veiga Garcia 039.241.591-09 SALA04/EEMSA PSF 08 Rua Cecy, 2219 - Planalto Aus Aus Aus 0 82 Milany Ogeda Ataíde 044.717.511-40 SALA05/EEMSA PSF 08 Rua Iracema, 487 - Centro Aus Aus Aus 0 31 Mirian Ap. Pereira Teixeira 031.098.021-63 SALA05/EEMSA PSF 08 Rua Ibitinga, 803 - Jardim Nova Jaciara Aus Aus Aus 0 86 Natalia Ortega Camolezi 008.697.231-62 SALA05/EEMSA PSF 08 Rua Mangabeiras, S/N - F.do Planalto Aus Aus Aus 0 52 Pamela Magna Rocha Medeiros 060.385.291-28 SALA05/EEMSA PSF 08 Rua Potiguaras, 724 - Jardim N. Jaciara Aus Aus Aus 0 25 Priscila Juliana Bufeti 423.514.818-44 SALA06/EEMSA PSF 08 Rua Castanheiras, 140 - F. do Planalto Aus Aus Aus 0 83 Rafael da Silva Pereira 076.409.594-38 SALA06/EEMSA PSF 08 Rua Castanheiras, 59 - F. do Planalto Aus Aus Aus 0 5 Stefani Carolinie Silva Souza 028.495.332-62 SALA09/EEMSA PSF 08 Rua Ipê Am. L 05 Qda 05 - F. do Planalto Aus Aus Aus 0 54 Valdetina Ribeiro da Silva 950.049.631-34 SALA10/EEMSA PSF 08 Rua das Mangueiras,126 - F.do Planalto Aus Aus Aus 0 14 Wender Santos Cruz 062.855.601-29 SALA11/EEMSA PSF 08 Rua Araucária - Florais do Planalto Aus Aus Aus 0 Agentes de Combate às Endemias - PROCESSO SELETIVO 001/2017-SMS Núm. Inscr Nome Completo CPF SALA/ESCOLA Endereço onde reside Port. Espec. Mat. Total Resultado 51 Joseane Alves dos Santos 024.931.381-20 SALA02/EEAFS Rua 15, Quadra 12-Jardim Aeroporto II 6 17 6 75 Aprovada 23 Cristiane Castro da Cunha 035.920.971-80 SALA01/EEAFS Rua Moema, 3.384 - Planalto 6 17 5 73 Aprovada 18 Elionay Rodrigues Silva 046.870.451-54 SALA01/EEAFS Rua Tapuias, 815 - Santo Antonio 10 12 4 64 C. Reserva 13 Jaziel Rodrigues Santos 966.453.933-34 SALA02/EEAFS Rua Guaicurus, 68 - Nova Jaciara 4 16 4 64 C. Reserva 96 Marizete Jaci de Almeida 002.005.021-66 SALA03/EEAFS Rua 17, 53, Qdra 13, L. 18 - J. Aeroporto II 4 10 13 64 C. Reserva 1 Rogério Novaes da Silva 943.665.511-87 SALA03/EEAFS Rua Sem Den/, 70 Q18 L07 - J.Aeroporto 6 15 3 63 C. Reserva 7 Pamella Mara de Souza Nunes 031.407.811-80 SALA03/EEAFS Rua Iporans, 711 - Santo Antonio 6 15 3 63 C. Reserva 2 Thais Camargo Santos 046.233.451-14 SALA04/EEAFS Rua Guaianazes, 1.236 - Centro 6 12 7 62 C. Reserva 5 Magno A. Leandro dos Santos 569.459.061-91 SALA02/

EEAFS Av. Xavantes, 800 - Santo Antonio 5 14 4 60 C. Reserva 24 Jainy Borges de Souza 051.315.461-25 SALA02/EEAFS Rua Guaraci, 560 -São Sebastião 5 14 4 60 C. Reserva 6 José Rodrigues Gomes Primo 325.952. 041-49 SALA02/EEAFS Rua Gayuas, 408 - Santa Rita 2 15 5 59 10 Vitor Gabriel Rodrigues Rosa 017.476.381-61 SALA04/EEAFS Rua Itararé, 161 - Santa Rita 4 13 6 59 1 Matheus Vinicius de M. Queiroz 061.698. 001-94 SALA03/EEAFS Rua Irahes, 998 - São Sebastião 4 13 5 57 14 Guilherme Kener da Silva 047.772.491-40 SALA02/EEAFS Rua Jacyporã, 828 - Santo Antonio 5 12 5 56 9 Henrique Victor Leal Siqueira 061.236. 461-50 SALA02/EEAFS Rua Dois, 29 - COHAB São Lourenço 1 14 6 56 13 Mozar Cardoso Neto 046.299.721-96 SALA03/EEAFS Rua Iraes, 1721 - Florais do Vale 3 12 7 56 26 Gilmeire Rulim Lopes 002.004.471-22 SALA02/EEAFS Rua Afonso Pena,134-Jardim Aeroporto 4 11 7 55 20 Márcio Ferreira da Costa 880.033.531-49 SALA03/EEAFS Rua Guaracy, 1.010 - Centro 5 11 6 55 14 Maria Aparecida Martins Celuppi 483.321.279-04 SALA03/EEAFS BR 364, KM 280 - Zona Rural 3 13 5 55 2 Rosiléa Barbosa da Silva 894.781.264-15 SALA03/EEAFS Av. Maraja - Planalto 7 13 1 55 12 Wilson Waldilson Boaventura 488.694.141-91 SALA04/EEAFS Av. Antonio F. Sobrinho, 32 - Santa Rita 3 13 5 55 16 Silvio Dourado Bastos 460.335.721-43 SALA04/EEAFS Rua Cayuas, 912 - São Sebastião 2 14 4 54 14 Claudio Pompilho de Araujo 161.936.101-97 SALA01/EEAFS Rua Itatinga, 624 - Santa Luzia 4 13 3 53 6 Maria Selismeire Braga 420.293. 501-25 SALA03/EEAFS Rua Guaranis, 390 - Santa Rita 3 15 1 53 5 Viviane Amancio Queiroz Silva 731.590.931-15 SALA04/EEAFS Rua Três, 120 - COHAB São Lourenço 3 13 4 53 5 Jacques Marques 886.129.701-30 SALA02/EEAFS Rua Irapuru, 542 - Santa Luzia 5 12 3 52 RESULTADO DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA 2 José Gomes da Silva 361.782.411-00 SALA02/EEAFS Rua Timbiras, 1474 - São Sebastião 3 10 8 52 10 Raimundo Coelho de Sousa 274.137.801-00 SALA03/EEAFS Rua Cherente, 668 - São Sebastião 4 12 4 52 18 Rosimeri de Jesus da Silva 010.019.631-48 SALA03/EEAFS Rua Guaiçara, 577 - São Sebastião 5 12 3 52 15 Ana Paula Amorim Oliveira 035.372.631-12 SALA01/EEAFS Rua Iraja, 295 - Santo Antonio 3 13 3 51 5 Stefany Moreira Queiroz 061. 837.241-57 SALA04/EEAFS Rua Begonia, S/N - Planalto 4 13 2 51 8 Claudio Custodio Vilela 001.011.101-89 SALA01/EEAFS Avenida Piracicaba, 942 - Santa Luzia 5 10 5 50 15 Silvéria Cabral de Souza 692.837.371-72 SALA04/EEAFS Rua Jurema - Centro 4 12 3 50 19 Alessandro de Souza Campos 097.418.254-04 SALA01/EEAFS Rua Guaiçara, 577 - São Sebastião 4 11 4 49 9 Luciene Lopes de Freitas 034.348.491-90 SALA02/EEAFS Rua Potiguaras, 512 - Centro 5 11 3 49 8 Paula Rubia Bihain de Oliveira 866.146.141-34 SALA03/EEAFS Rua B, 400 - Jardim Vitória 5 11 3 49 4 Sebastião Francisco Barbosa 039.214.611-89 SALA03/EEAFS Rua Rodrião Rodrigues, 104 - V. Martins 1 13 4 49 12 Advaldo Paulino de Souza 667.478.211-49 SALA01/EEAFS Rua Caiçara, 689 - São Sebastião 3 12 3 48 1 Paulo Luana Rocha de Souza 036.065.681-18 SALA03/EEAFS Rua Jurucê, 2.113 - Centro 3 10 6 48 16 Aguinaldo Souza de Araújo 020. 923.331-19 SALA01/EEAFS Rua Tapuias, 815 - Santo Antonio 3 11 4 47 8 Flávio da Silva Souza 044.753.591-98 SALA01/EEAFS Av. marajá, 1353 - Planalto 4 9 6 47 10 Jôntathan Galdino dos Santos 030.377.901-21 SALA02/EEAFS Rua Moema, 1.069 - Centro 2 10 6 46 21 Camila Carla Menezes Lima 720.498.981-34 SALA01/EEAFS Rua Jurucê, 2.761 - Centro 6 11 0 45 7 Cícero Antônio de Andrade 000.231.971-37 SALA01/EEAFS Rua Tapuias, 113 - Santo Antônio 2 11 4 45 3 Florisvaldo Gomes da Silva 352.597.281-49 SALA01/EEAFS Rua Timbiras, 1499 - São Sebastião 7 9 2 45 2 Andrade de Souza Carvalho 027.647.981-56 SALA01/EEAFS Rua Tapuias, S/N - Santo Antonio 3 12 1 44 7 Paulo Henrique da Silva Costa 059.700.191-00 SALA03/EEAFS Rua das Dalias, 156 - Jardim Aurora 2 10 5 44 2 Lindomar Goncalves Rocha 035.443.581-74 SALA02/EEAFS Rua Carolina, 283 - Clementina 2 11 3 43 10 Uebertom Ricardo Cavalcante 036.400.981-02 SALA04/EEAFS Rua Jaciporã, 394 - Santo Antonio 3 9 5 43 27 Sinésio Vieira de Lima 896.918.061-34 SALA04/EEAFS Rua Nove, 83, Q5 L10 - Jardim Aeroporto 2 12 1 42 93 Vandir Pereira Batista 925.184.431-34 SALA04/EEAFS Rua 08,casa 82,Q 05,L.05 - J. Aeroporto II 3 9 4 41 11 Geovani Rodrigues Queiroz 014.657.371-46 SALA02/EEAFS Rua Timbiras, 889 - São Sebastião 3 10 2 40 6 Zelia Ferreira da Silva Oliveira 009.825.991-10 SALA04/EEAFS Rua Iporã - Santo Antonio 4 9 2 39 25 Mailson Barbosa da Silva 057.341.681-81 SALA02/EEAFS Rua Guaiçara, 70 - São Sebastião 3 8 4 38 4 Marcia Alves Ferreira 000.222. 641-32 SALA03/EEAFS Rua Miruna, 197 - Santo Antonio 2 10 2 38 4 Maria Madalena B. Rodrigues 036.460.301-19 SALA03/EEAFS Rua Irere, 52 - Santo Antonio 4 8 3 38 1 Anildo Florentino de Souza 923.896.941-87 SALA01/EEAFS Rua B, 9 - São Nicolau 2 9 3 37 1 Poliana Souza dos Santos 046.334.411-16 SALA03/EEAFS Rua Tabajara, 1304 - Santo Antonio 2 6 6 34 2 Valdinei de Carvalho Batista 986.283.131-68 SALA04/EEAFS Rua Moema, S/N - Santa Rita 2 8 2 32 22 Sidnei Roberto Morais 404.024. 520-20 SALA04/EEAFS Rua Potiguaras, 287 - Nova Jaciara 4 7 0 29 4 Rodrigo Lazarotto Rosin 000.740.731-92 SALA03/EEAFS Avenida Maraja, 1160 - Planalto 2 6 2 26 5 Geovana da Silva Pinheiro 055.098.111-02 SALA02/EEAFS Rua Tocantins, 120 - Santo Antonio 0 5 4 23 3 Joaquim Antonio Mascarenhas 003.665.251-23 SALA02/EEAFS Rua Poguba, 358 - Planalto 2 6 0 22 14 Cristielli Honoria Mendes 057.644.361-17 SALA01/EEAFS Rua Tocantins - Santo Antonio 3 3 2 19 21 Ana Paula da Silva 023. 624.231-82 SALA01/EEAFS Rua Tapuias, 799 - Santo Antonio Aus Aus Aus 0 9 Andreia de Almeida Silva 054.139.164-00 SALA01/EEAFS Rua Tocantins, 672 - Santo Antonio Aus Aus Aus 0 18 Audymara Rocha Almeida 667.019.701-25 SALA01/EEAFS Rua Guaicurus - Centro Aus Aus Aus 0 9 Carlos Henrique Cordeiro 037.195.221-21 SALA01/EEAFS Rua Cecy, 849 - Planalto Aus Aus Aus 0 11 Carlos Henrique da Silva Gomes 118.559.064-14 SALA01/EEAFS Av. A. F. Sobrinho, S/N kitnet 05 - Planalto Aus Aus Aus 0 8 Carlos Roberto Damaceno 983.876.851-00 SALA01/EEAFS Avenida Botocudos, S/N - Santo Antonio Aus Aus Aus 0 15 Claudio Miguel de A. Fernandes 025.159.851-90 SALA01/EEAFS Rua Timbiras, 780 - Santa Rita Aus Aus Aus 0 3 Cleonice R.de Souza Carvalho 639. 105.002-34 SALA01/EEAFS Rua Mogno, 81 - Florais do Planalto Aus Aus Aus 0 22 Denise Lino de Jesus F. Almeida 020.246.411-30 SALA01/EEAFS Rua Tapuias, 168 - Santo Antonio Aus Aus Aus 0 13 Dionatan Mendes de Souza 060.042.201-16 SALA01/EEAFS Rua Gayuas, 229 - Santa Rita Aus Aus Aus 0 7 Dirceu Moreira 947.006.801-72 SALA01/EEAFS Rua Itatinga, 716 - Santa Luzia Aus Aus Aus 0 11 Edjane Gomes dos Santos 060.873.391-16 SALA01/EEAFS Rua Bartira, 508 - Santo Antonio Aus Aus Aus 0 17 Elizabete de Moraes Dutra 011.486.421-70 SALA01/EEAFS Rua Guaicurus, 581 - Centro Aus Aus Aus 0 26 Erik Pontes de Medeiros 075. 518.814-41 SALA01/EEAFS Rua Jacira, 294 - São Sebastião Aus Aus Aus 0 14 Evani Pereira Espindola 000.339.651-70 SALA01/EEAFS Rua Gayuas, 952 - São Sebastião Aus Aus Aus 0 20 Iago Henrique Barbosa da Silva 010.089.581-66 SALA02/EEAFS Rua Gauiçara, 51 - São Sebastião Aus Aus Aus 0 8 Igor Guimaraes Ribeiro 052.721.521-07 SALA02/EEAFS Rua Tupis, 1023 - São Sebatsião Aus Aus Aus 0 4 Janaina Bezerra Dias 017. 254.801-23 SALA02/EEAFS Rua Uirapuru, 107 - Santa Luzia Aus Aus Aus 0 95 Jeferson Rodrigues da Silva 035.470.901-13 SALA02/EEAFS Avenida Xavantes, 79-Santo Antonio Aus Aus Aus 0 10 Jessica Santos de Oliveira 006.538.542-00 SALA02/EEAFS Rua Tocantins, 40 - Santo Antonio Aus Aus Aus 0 7 José Leonidas Bonze Cravinho 056.301.761-96 SALA02/EEAFS Rua Sem Denominação, 24 - Zé Araça Aus Aus Aus 0 2 Judevan Arruda da Silva 432.733.781-15 SALA02/EEAFS Rua Sete, 140 - COHAB São Lourenço Aus Aus Aus 0 10 Kaiton Gustavo L. de Oliveira 061.061. 341-38 SALA02/EEAFS Rua Poguba, S/N - Planalto Aus Aus Aus 0 25 Kátia Soares Barbosa 592.883.371-72 SALA02/EEAFS Rua Tabajara, 441 - Santo Antonio Aus Aus Aus 0 9 Leandro Ferreira da Silva 005.670.351-02 SALA02/EEAFS Rua Jurucê, 1.723 - Centro Aus Aus Aus 0 97 Lendro Galdino dos Santos 026.251.121-58 SALA02/EEAFS Rua Moema, 1.069 - Centro Aus Aus Aus 0 6 Letícia Cristina Costa 700.633.471-30 SALA02/EEAFS Rua Irere, S/N kitnet 10 - Santo Antonio Aus Aus Aus 0 8 Luís Carlos Coimbra dos Santos 420.415.892-72 SALA02/EEAFS Rua Cerejeira, 140 - Florais do Planalto Aus Aus Aus 0 3 Marcos de Andrade Fagundes 385.832.830-87 SALA03/EEAFS Rua Tapuias,1185 - Santo Antonio Aus Aus Aus 0 23 Marcos Vinicius de Oliveira 061.238.921-93 SALA03/EEAFS Rua Itauna, 223 - Santo Antonio Aus Aus Aus 0 11 Mario José de Souza

015.284.551-85 SALA03/EEAFS Rua Guaianases, 662 - Santa Rita Aus Aus Aus 0 24 Neuza Soares dos Santos 571.869.121-04 SALA03/EEAFS Avenida Botocudos, 954 - Santo Antonio Aus Aus Aus 0 6 Odila Fabian 284.512.101-63 SALA03/EEAFS Rua Jerivá,137 - Florais do Planalto Aus Aus Aus 0 4 Paula Catiussia R. dos S. Fabris 973.773.332-00 SALA03/EEAFS Rua Mangabeiras,10, Kitnet 03, F. Planalto Aus Aus Aus 0 15 Paulo José Paes de Souza 038.366.551-52 SALA03/EEAFS Rua Itatinga, 873 - Santa Luzia Aus Aus Aus 0 19 Queiliane de Souza Pereira 056.656.871-38 SALA03/EEAFS Rua Itararé, 1.569 - Centro Aus Aus Aus 0 38 Rogério Apº do Nascimento 313.073.848-70 SALA03/EEAFS Rua Irerê, 957 - Planalto Aus Aus Aus 0 12 Romantiele Kerolay B. Calisto 051.637.961-51 SALA03/EEAFS Rua Tocantins, 91 - Santo Antonio Aus Aus Aus 0 3 Romerio Silva Nunes 001.621.171-59 SALA03/EEAFS Rua Três, 260 - Jardim Boa Esperança Aus Aus Aus 0 4 Sidileia Lina da Silva 848.593.181-53 SALA04/EEAFS Rua Tupis, 900 - São Sebastião Aus Aus Aus 0 6 Tiago Pereira dos Santos 061.703.201-76 SALA04/EEAFS Avenida Maraja, 727 - Planalto Aus Aus Aus 0 9 Weliton de Lima Silva 036.658.581-94 SALA04/EEAFS Rua Juruce, 3228 - Planalto Aus Aus Aus 0

PROVA AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS A questão 27 da prova de Agentes de Combates às Endemias foi ANULADA. Fabricio Carvalho De Sousa Fabian Presidente Da Comissão De Processo Seletivo 001/2017

PROCESSO SELETIVO 001/2017 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE RESULTADO DOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR E CLASSIFICAÇÃO DA PROVA OBJETIVA PROTOCOLO SITUAÇÃO Michele Felix Rodrigues Indeferido Thaís Camargo Santos Indeferido Jaciara-MT, 10/11/2017. FABRICIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN Presidente da Comissão do Processo Seletivo 001/2017

PROCESSO SELETIVO 001/2017 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS E CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS Ficam convocados todos os candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo Público nº. 001/2017 para comparecerem à Secretaria Municipal de Saúde de JaciaraMT nos dias 13, 14, 16 e 17 de novembro de 2017, das 12h00 às 18h00, para preenchimento da ficha de cadastro para realização do Curso Introdutório. Jaciara-MT, 10 de novembro de 2017. FABRICIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN Presidente da Comissão do Processo Seletivo 001/2017

COMUNICADO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACIARA Comunicamos aos candidatos aprovados e classificados na primeira fase do Processo Seletivo para contratação de Agentes Comunitários de Saúde e Combate à Endemias que as demais fases do processo serão efetuadas a partir de janeiro de 2.018. As datas serão divulgadas neste endereço eletrônico e no mural de avisos da Secretaria Municipal de Saúde. Informando que neste período a Comissão Organizadora estará adotando providências para a checagem da autenticidade e veracidade das informações declaradas pelos candidatos no ato da inscrição. FABRÍCIO CARVALHO DE SOUZA FABIAN COMUNICADO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACIARA EDITAL Nº 001/2017 Comunicamos aos candidatos aprovados e classificados na primeira fase do Processo Seletivo para contratação de Agentes Comunitários de Saúde e Combate à Endemias que as demais fases do processo serão efetuadas a partir de janeiro de 2.018. ivulgadas neste endereço eletrônico e no mural de avisos da Secretaria Informando que neste período a Comissão Organizadora estará adotando providências para a checagem da autenticidade e veracidade das informações declaradas idatos no ato da inscrição. Jaciara-MT, 01 de dezembro de 2017. FABRÍCIO CARVALHO DE SOUZA FABIAN Presidente da Comissão COMUNICADO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACIARA-MT Comunicamos aos candidatos aprovados e classificados na primeira fase do Processo Seletivo para contratação de Agentes Comunitários de Saúde e Combate à Endemias que as demais fases do processo serão efetuadas a partir de janeiro de 2.018. ivulgadas neste endereço eletrônico e no mural de avisos da Secretaria Informando que neste período a Comissão Organizadora estará adotando providências para a checagem da autenticidade e veracidade das informações declaradas MT, 01 de dezembro de 2017. FABRÍCIO CARVALHO DE SOUZA FABIAN

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2017 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS E CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO PARA COMPROVAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE PRÉREQUISITOS PARA O CARGO Ficam convocados todos os candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo Público Municipal nº 001/2017 (agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias) para comparecerem à Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara, entre os dias 18 e 24 de janeiro de 2018, das 12h00 às 18h00, para assinarem a Declaração de Ciência das Exigências do Edital e entrega de documentação para comprovar o cumprimento de pré-requisito para o cargo. Os candidatos ao cargo de Agente Comunitário de Saúde devem apresentar original e cópia do comprovante de escolaridade e comprovante de endereço atualizado (último mês). Os candidatos ao cargo de Agente de Combate às Endemias devem apresentar original e cópia do comprovante de escolaridade. Jaciara, 18 de janeiro de 2018. FABRÍCIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN Presidente da Comissão do Processo Seletivo Público Municipal nº 001/2017

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2017 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CONVOCAÇÃO PARA O CURSO INTRODUTÓRIO DE FORMAÇÃO INICIAL PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE Ficam convocados todos os candidatos ao cargo de agente comunitário de saúde que foram aprovados e classificados como cadastro de reserva no Processo Seletivo Público Municipal nº 001/2017, conforme quadro anexo, para participarem do curso introdutório de formação inicial, como previsto no item IX do Edital de Processo Seletivo Público Municipal nº 001/2017 – Secretaria Municipal de Saúde, e de acordo com o que determina a Lei Federal nº 11.350/2006 e Emenda Constitucional nº 51/2006, que regulamenta as atividades de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias. O curso introdutório será realizado dos dias 26 de fevereiro de 2018 a 02 de março de 2018, das 17h00 às 22h00, no anfiteatro Jonas Pinheiro, localizado na rua Potiguaras, s/nº, ao lado das instalações do Ministério Público, Centro, Jaciara-MT. Os candidatos deverão apresentar diariamente a cédula oficial de identidade ou carteira expedida por Órgãos ou Conselhos de Classe que tenham força de documento de identificação. A complementação de carga horária do curso introdutório se dará através de aulas práticas, estudos de caso, visitas simuladas, visitas supervisionadas e outras atividades in loco. Jaciara, 06 de fevereiro de 2018. FABRÍCIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN Presidente da Comissão do Processo Seletivo Público Municipal nº 001/2017 ANEXO 01 Agente Comunitário de Saúde - PROCESSO SELETIVO 001/2017 SMS CONVOCADOS PARA O CURSO INTRODUTÓRIO Núm.Insc. Nome Completo CPF Área de atuação Resultado 65 Angélica Carvalho 047.965.051-99 PSF 01 Aprovada 34 Fabiana Pavão Lopes 069.039.601-55 PSF 01 Aprovada 42 Claudia da Silva Paganardi 000.740.661-45 PSF 01 C. Reserva 99 Ananda Cristyna Duarte de Souza 060.794.001-89 PSF 01 C. Reserva 13 Maria de Fátima P. C. Nunes 023.635.204-08 PSF 01 C. Reserva 56 Daniela Alves da Costa 031.242.251-20 PSF 01 C. Reserva 91 Cleire Godoi Brasileiro 006.119.011-22 PSF 01 C. Reserva 63 Laís Cristina Monteiro da Silva 051.226.141-56 PSF 01 C. Reserva 85 Beatriz Gondin de Oliveira 971.856.981-20 PSF 01 C. Reserva 35 Thamires Moises Cotrin 052.550.531-80 PSF 01 C. Reserva 81 Fátima Antonio Elias 257.707.561-87 PSF 02 C. Reserva 88 Rosecleide Jesus Campos 019.797.591-70 PSF 02 C. Reserva 14 Francieni Jacobi Nogueira 036.757.331-81 PSF 02 C. Reserva 86 Maria Aparecida de Oliveira 667.027.471-87 PSF 02 C. Reserva 104 Durcilene Ferreira dos Anjos 037.981.071-90 PSF 02 C. Reserva 26

Erineia Vieira Lima 919.296.521-00 PSF 02 C. Reserva 68 Elaine Gonçalves Aires 010.548.661-20 PSF 02 C. Reserva 105 Sandra Fátima dos Reis 627.914.601-44 PSF 02 C. Reserva 68 Tatiane Rocha da Silva 002.005.531-51 PSF 03 Aprovada 63 Luzia Pereira Batista 001.727.691-83 PSF 03 Aprovada 21 Ana Paula Vieira da Silva 029.453.311-79 PSF 03 Aprovada 7 Marciene da Silva 040.662.624-30 PSF 03 C. Reserva 29 Queila Aparecida S. de Almeida 946.139.821-20 PSF 03 C. Reserva 18 Queiliane Dias Paes Oliveira 867.960.971-49 PSF 03 C. Reserva 13 Zaine Janaine D. Pereira 019.712.351-13 PSF 03 C. Reserva 61 Bruna Kássia Pereira da Silva 053.618.021-07 PSF 03 C. Reserva 6 Camila D Cruz Silva 061.089.391-25 PSF 03 C. Reserva 2 Elielma Firmino Rodrigues 035.704.921-57 PSF 03 C. Reserva 26 Neide de França P. Mascarenhas 004.880.781-80 PSF 03 C. Reserva 1 Rejane Ines Artuso 795.444.799-53 PSF 04 Aprovada 29 Zilmar Cristina de Oliveira 906.098.751-91 PSF 04 Aprovada 73 Alana Karine de S. Almeida 045.824.681-60 PSF 04 Aprovada 48 Patrícia Ferreira de Almeida 047.347.091-81 PSF 04 C. Reserva 59 Eniuva Machado Rosa 593.587.501-20 PSF 04 C. Reserva 56 Ana Paula R. Paulino 045.710.031-10 PSF 04 C. Reserva 105 Rayane Fernandes de França 061.192.771-37 PSF 04 C. Reserva 92 Elaini Soares de Lima 009.456.201-60 PSF 04 C. Reserva 14 Luana da Silva Souza 019.437.301-05 PSF 04 C. Reserva 74 Celio da Silva Carnauba 415.232.101-68 PSF 04 C. Reserva 63 Giulyane P. Santana 057.356.391-88 PSF 04 C. Reserva 30 Luciana Delfino Guimaraes 007.145.561-22 PSF 05 C. Reserva 10 Bartira Polyana dos Santos Hemonn 018.667.771-57 PSF 05 C. Reserva 41 Izabel Alcangelo Da Silva 052.578.501-92 PSF 05 C. Reserva 61 Luana Viana Satelis 036.230.862-40 PSF 05 C. Reserva 25 Rosenilde Alves Campos 867.173.081-68 PSF 05 C. Reserva 60 Thamyres dos Santos Lourenço 063.047.321-80 PSF 05 C. Reserva 63 Vanne França da Silva 024.702.181-43 PSF 05 C. Reserva 28 Eliene Rodrigues Dos Santos 016.144.831-32 PSF 05 C. Reserva 98 Jaine Pereira de Andre 028.553.611-76 PSF 06 Aprovada 96 Aldo Alves Bezerra 903.843.851-68 PSF 06 C. Reserva 41 Ingrid Caroline da Silva Brito 059.880.821-30 PSF 06 C. Reserva 39 Wania Jane Molina 535.569.171-49 PSF 06 C. Reserva 71 Linicker Viana Conrado dos Santos 061.230.761-16 PSF 06 C. Reserva 75 Camila Rodrigues dos Santos 048.996.161-47 PSF 06 C. Reserva 13 Valteneia Carvalho Ferreira 009.958.561-84 PSF 06 C. Reserva 86 Creusa Maria de Jesus Cavalcante 630.512.451-20 PSF 06 C. Reserva 91 Thays Nafaella V. de Souza Chaves 041.691.801-86 PSF 06 C. Reserva 18 Marlucia Borba de Souza 004.700.881-41 PSF 07 Aprovada 25 Elisangela de Souza Silva 879.838.341-87 PSF 07 C. Reserva 59 Marinalva Viturino de Souza 654.596.821-53 PSF 07 C. Reserva 86 Luciene da Silva Almeida 957.027.171-04 PSF 07 C. Reserva 51 Lais Gabriele Lima Souza 058.732.721-90 PSF 07 C. Reserva 52 Mayra Gabriele L. de Souza 058.732.511-93 PSF 07 C. Reserva 106 Jaqueline da Silva Cruz 023.736.421-23 PSF 07 C. Reserva 7 Naglia Lorraynne Campos 031.556.391-56 PSF 07 C. Reserva 13 Luciana de Freitas Rodrigues 009.826.041-30 PSF 07 C. Reserva 78 Artemisia de Souza Oliveira 013.228.641-60 PSF 08 C. Reserva 9 Rejaine Cristina Souza 007.154.481-02 PSF 08 C. Reserva 10 Fabiana Cristina de S. Almeida 031.431.301-05 PSF 08 C. Reserva 27 Jennifer Vericima dos Santos 032.350.961-40 PSF 08 C. Reserva 87 Ana Claudia Neves de O. Freitas 047.617.951-31 PSF 08 C. Reserva 79 Marli Borba de Faria Rulim 815.217.741-53 PSF 08 C. Reserva 30 Stefany Andressa N. da Silva 047.160.831-95 PSF 08 C. Reserva 80 Maria do L. Tabosa de Alcantara 047.241.813-03 PSF 08 C. Reserva

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2017 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CONVOCAÇÃO PARA O CURSO INTRODUTÓRIO DE FORMAÇÃO INICIAL PARA AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS Ficam convocados todos os candidatos ao cargo de agente de combate às endemias que foram aprovados e classificados como cadastro de reserva no Processo Seletivo Público Municipal nº 001/2017, conforme quadro anexo, para participarem do curso introdutório de formação inicial, como previsto no item IX do Edital de Processo Seletivo Público Municipal nº 001/2017 – Secretaria Municipal de Saúde, e de acordo com o que determina a Lei Federal nº 11.350/2006 e Emenda Constitucional nº 51/2006, que regulamenta as atividades de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias. O curso introdutório será realizado dos dias 05 a 09 de março de 2018, das 17h00 às 22h00, na Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara, localizada na praça Melvin Jhones, s/nº, Centro, Jaciara-MT. Os candidatos deverão apresentar diariamente a cédula oficial de identidade ou carteira expedida por Órgãos ou Conselhos de Classe que tenham força de documento de identificação. A complementação de carga horária do curso introdutório se dará através de aulas práticas, estudos de caso, visitas simuladas, visitas supervisionadas e outras atividades in loco. Jaciara, 06 de fevereiro de 2018. FABRÍCIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN Presidente da Comissão do Processo Seletivo Público Municipal nº 001/2017 ANEXO 01 Agentes de Combate às Endemias - PROCESSO SELETIVO 001/2017-SMS CONVOCADOS PARA O CURSO INTRODUTÓRIO Núm. Inscr Nome Completo CPF Resultado 51 Joseane Alves dos Santos 024.931.381-20 Aprovada 23 Cristiane Castro da Cunha 035.920.971-80 Aprovada 18 Elionay Rodrigues Silva 046.870.451-54 C. Reserva 13 Jaziel Rodrigues Santos 966.453.933-34 C. Reserva 96 Marizete Jaci de Almeida 002.005.021-66 C. Reserva 1 Rogério Novaes da Silva 943.665.511-87 C. Reserva 7 Pamella Mara de Souza Nunes 031.407.811-80 C. Reserva 2 Thais Camargo Santos 046.233.451-14 C. Reserva 5 Magno A. Leandro dos Santos 569.459.061-91 C. Reserva 24 Jainy Borges de Souza 051.315.461-25 C. Reserva

Boas vindas Olá caro aluno(a), nesse curso você receberá as informações necessárias para entender a importância e as ações que são desenvolvidas pelo profissional de saúde ACS, como ele está inserido no processo de melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados à população. O Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (DEGES), da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), em parceria com a Secretaria de Educação a Distância da UFRN, do Centro de Formação de Pessoal para os Serviços de Saúde “Dr. Manoel da Costa Souza” (CEFOPE/RN) e Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara tem a satisfação de apresentar o Curso Introdutório de 40 horas para o Agente Comunitário de Saúde (ACS), como parte do processo de qualificação para o trabalho. O papel social deste trabalhador é de grande relevância no contexto de mudanças das práticas de saúde junto à população brasileira. É também um dos muitos desafios colocados para o Sistema Único de Saúde (SUS), relacionados à qualidade de vida do cidadão. Para colaborar no enfrentamento desses desafios o curso contempla em suas atividades, assuntos que exploram a políticas públicas de saúde, controle social, territorialização, bem como ações de promoção de saúde e prevenção de doenças, visando a melhoria da qualidade de vida da população. Na perspectiva de que se possa ampliar o conhecimento inicial da prática cotidiana do Agente Comunitário de Saúde (ACS), espera-se que este curso venha contribuir para uma qualificação profissional de qualidade. Aproveite e bons estudos! Plano do Curso Tema: Curso Introdutório para o Agente Comunitário de Saúde (ACS). Público-Alvo: Agentes Comunitários da Saúde. Carga horária: 40 horas Ementa APRESENTAÇÃO UNIDADE 1 – Acolhimento UNIDADE 2 - Conhecendo o SUS UNIDADE 3 - Ações de Promoção de Saúde e Prevenção de Doenças UNIDADE 4 - Conhecer as estruturas dos serviços de saúde e as Políticas de Saúde do município UNIDADE 5 - Controle Social no SUS UNIDADE 6 - História do PACS/PSF/ESF UNIDADE 7 – As atribuições do ACS UNIDADE 8 – Ser ACS UNIDADE 9 - O ACS ontem e hoje UNIDADE 10 - Ética no trabalho do ACS UNIDADE 11 - Comunicação UNIDADE 12 - Técnica de Entrevista UNIDADE 13 - Trabalho em Equipe UNIDADE 14 - Visita domiciliar UNIDADE 15 - Cadastramento das Famílias UNIDADE 16 - Conhecendo a comunidade através dos mapas UNIDADE 17 - Encerramento Objetivo Geral: Qualificar o Agente Comunitário de Saúde com conhecimentos iniciais para sua prática cotidiana com assuntos que contemplam e exploram a integração entre as equipes de saúde e a população adscrita à unidade básica de saúde, políticas públicas de saúde, controle social, bem como ações de promoção de saúde e prevenção de doenças.

Objetivos Específicos: ? Conhecer a estrutura, a metodologia e a proposta de atividades para essa Qualificação; ? Conhecer o Sistema Único de Saúde (SUS); ? Reconhecer o papel do ACS; ? Conhecer o espaço de trabalho do ACS; ? Compreender a importância do Planejamento e do Controle Social no SUS; ? Compreender a história da implantação do PACS/ PSF/ESF; ? Conhecer as atribuições do ACS; ? Reconhecer a importância do trabalho do ACS; ? Compreender os avanços da profissão do ACS; ? Compreender a ética e sua importância no ambiente de trabalho; ? Compreender a ética e sua importância no ambiente de trabalho; ? Reconhecer a comunicação como ferramenta para o trabalho do ACS; ? Compreender a Técnica da entrevista; ? Reconhecer a importância do trabalho em equipe; ? Compreender a importância da visita domiciliar; ? Reconhecer a importância do cadastramento das famílias e compreender o fluxo das informações; ? Reconhecer a representação do espaço geográfico da comunidade através de mapas; Metodologia Serão utilizadas narrativas em vídeos contendo animações e exemplos de situações que serão vivenciadas pelo ACS ao longo de sua carreira profissional. Além disso, será disponibilizado para o(a) aluno(a) um material em formato de texto contendo as mesmas discussões apresentadas no vídeos e materiais complementares pertinentes aos assuntos abordados em cada unidade, tais como leis e portarias. Recursos Utilizados - Vídeo aulas. - Textos. - Leis e portarias. - Animações. Estratégia de Avaliação A avaliação tem caráter processual. O aluno será avaliado de forma contínua no decorrer de todo o curso. Por intermédio de itens de avaliações ao final de cada unidade. Apoio Material: Centro de Formação de Pessoal para os Serviços de SaúdeDr Manoel da Costa Souza / CEFOPE-RN Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) Secretaria de Educação a Distância (SEDIS) Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara UNIDADE 1 Acolhimento A Secretaria Municipal de Saúde através do Secretaria de Educação a Distância da UFRN Saúde Dr. Manoel da Costa Souza tem a satisfação para o Agente Comunitário de Saúde, como parte do processo de O papel social deste profissional é de grande relevâ de saúde junto à população brasileira. É também um dos muitos desafios colocados para o sistema único de saúde relacionados à qualidade de vida do cidadão. Para colaborar no enfrentamento desses desafios, o curso c assuntos que exploram a políticas públicas de saúde, controle social, territorialização, bem como ações de promoção de saúde e prevenção de doenças, visando a melhoria da qualidade de vida da população. Na perspectiva de que se possa ampliar o conhecimento inicial da prática cotidiana do Agente Comunitário de Saúde, espera-se que este curso venha contribuir para uma qualificação profissional de qualidade. Bons estudos e até lá! UNIDADE 1 – ACOLHIMENTO A Secretaria Municipal de Saúde através do Ministério da Saúde Secretaria de Educação a Distância da UFRN e o Centro de Formação de Pessoal para Saúde Dr. Manoel da Costa Souza tem a satisfação de apresentar o Curso Introdutório de 40 horas para o Agente Comunitário de Saúde, como parte do processo de qualificação para o trabalho. O papel social deste profissional é de grande relevância no contexto de mudanças das práticas população brasileira. É também um dos muitos desafios colocados para o sistema à qualidade de vida do cidadão. Para colaborar no enfrentamento desses desafios, o curso contempla, em suas atividades, a políticas públicas de saúde, controle social, territorialização, bem como ações de promoção de saúde e prevenção de doenças, visando a melhoria da qualidade de vida da e possa ampliar o conhecimento inicial da prática cotidiana do Agente se que este curso venha contribuir para uma qualificação profissional Ministério da Saúde em parceria com a o Centro de Formação de Pessoal para os Serviços de apresentar o Curso Introdutório de 40 horas qualificação para o trabalho. ncia no contexto de mudanças das práticas população brasileira. É também um dos muitos desafios colocados para o sistema ontempla, em suas atividades, a políticas públicas de saúde, controle social, territorialização, bem como ações de promoção de saúde e prevenção de doenças, visando a melhoria da qualidade de vida da e possa ampliar o conhecimento inicial da prática cotidiana do Agente se que este curso venha contribuir para uma qualificação profissional UNIDADE 2 Vamos começar o nosso encontro falando um pouco de história. Há algum tempo, por volta de uns 30 anos, a ideia de saúde estava associada à ausência de doenças. Até que, em seguida, começou de vida, aos ambientes em que as pessoas viviam e aos comportamentos e respostas dos indivíduos às situações do dia a dia. A ideia de saúde conjunto de fatores que têm a ver com a renda, com o diante. Por outro lado, a assistência à saúde da população estava limitada ao trabalho. Quem tinha emprego registrado na carteira profissional possuía assistência médica através das caixas de previdência, ou então podia pagar médicos pelo serviço. Para quem não tinha emprego registrado Santas Casas de Misericórdia ou aos postos de saúde municipais, Para equilibrar essas desigualdades, começou a surgir um movimento de Reforma Sanitária no brasil, inspirado em experiências de outros países e nas discussões que aconteceram na Conferência de Alma Ata. Esse movimento serviços de saúde, independente de sua condição social, nacional de desenvolvimento e não ser vista apenas pelo lado da A partir de 1985, começaram os preparativos para a elaboração da Constituição F 1986, foi realizada a 8ª Conferência Nacional de Saúde e criada a Comissão Nacional de Reforma Sanitária, com a tarefa de formular as bases para um sistema de saúde brasileiro. Alguns integrantes UNIDADE 2 –CONHECENDO O SUS nosso encontro falando um pouco de história. Há algum tempo, por volta de uns 30 anos, a ideia de saúde estava associada à ausência de seguida, começou-se a perceber que as doenças estavam associadas aos hábitos as pessoas viviam e aos comportamentos e respostas dos indivíduos às situações do dia a dia. A ideia de saúde passou a ser, portanto, entendida como resultado de um conjunto de fatores que têm a ver com a renda, com o trabalho, com o grau de instruç Por outro lado, a assistência à saúde da população estava limitada ao trabalho. Quem tinha na carteira profissional possuía assistência médica através das caixas de previdência, ou então podia pagar médicos particulares e, em casos de internação, também pagava pelo serviço. Para quem não tinha emprego registrado ou não podia pagar um médico recorria às Santas Casas de Misericórdia ou aos postos de saúde municipais, que viviam sempre lotados. esigualdades, começou a surgir um movimento de Reforma Sanitária em experiências de outros países e nas discussões que aconteceram na Conferência de Alma Ata. Esse movimento defendia que todos deveriam ter amplo acesso aos saúde, independente de sua condição social, e que a saúde deveria fazer parte da política nacional de desenvolvimento e não ser vista apenas pelo lado da previdência social. A partir de 1985, começaram os preparativos para a elaboração da Constituição F a 8ª Conferência Nacional de Saúde e criada a Comissão Nacional de Reforma de formular as bases para um sistema de saúde brasileiro. Alguns integrantes Há algum tempo, por volta de uns 30 anos, a ideia de saúde estava associada à ausência de se a perceber que as doenças estavam associadas aos hábitos as pessoas viviam e aos comportamentos e respostas dos indivíduos passou a ser, portanto, entendida como resultado de um trabalho, com o grau de instrução, e assim por Por outro lado, a assistência à saúde da população estava limitada ao trabalho. Quem tinha na carteira profissional possuía assistência médica através das caixas de ulares e, em casos de internação, também pagava ou não podia pagar um médico recorria às que viviam sempre lotados. esigualdades, começou a surgir um movimento de Reforma Sanitária em experiências de outros países e nas discussões que aconteceram na defendia que todos deveriam ter amplo acesso aos e que a saúde deveria fazer parte da política previdência social. A partir de 1985, começaram os preparativos para a elaboração da Constituição Federal. Em a 8ª Conferência Nacional de Saúde e criada a Comissão Nacional de Reforma de formular as bases para um sistema de saúde brasileiro. Alguns integrantes dessa comissão fizeram parte da entender a saúde está incluída no Artigo 196 Para promover esse acesso universal e igualitário, foi criado o Sistema Único de Saúde SUS, conforme indicado no Artigo 198 da Constituiç Essas três diretrizes formam a base do Sistema Único de Saúde. Todas as políticas e ações que tratem de saúde devem incluir essas três diretrizes, que foram detalhadas nas Leis 8.080 e 8.142, publicadas em 1990. A Lei 8.080 detalha a organiza condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, por meio de um atendimento integral à população. Já a Lei 8.142 fala

sobre a participação da comunidade no acompanhamento das políti ações de saúde, criando os Conselhos de Saúde e as Conferências de Saúde. Os Conselhos de Saúde atuam na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, de acordo com o nível de governo que cada um representa. Os conselhos s reúnem, em média, uma vez por mês, homologadas pelos gestores. Os conselhos são formados sociedade, os chamados segmentos. Dentre eles estão: ? Governo: Secretarias de Saúde Estaduais, Municipais e o Ministério da Saúde; dessa comissão fizeram parte da Assembleia Nacional Constituinte. Assim, essa nova maneira de entender a saúde está incluída no Artigo 196 da Constituição Federal: Para promover esse acesso universal e igualitário, foi criado o Sistema Único de Saúde no Artigo 198 da Constituição Federal: Essas três diretrizes formam a base do Sistema Único de Saúde. Todas as políticas e ações devem incluir essas três diretrizes, que foram detalhadas nas Leis 8.080 e 8. 142, A Lei 8.080 detalha a organização do sus. Estabelece a descentralização das ações e trata das promoção, proteção e recuperação da saúde, por meio de um atendimento integral à Já a Lei 8.142 fala sobre a participação da comunidade no acompanhamento das políti criando os Conselhos de Saúde e as Conferências de Saúde. Os Conselhos de Saúde atuam na formulação de estratégias e no controle da execução da acordo com o nível de governo que cada um representa. Os conselhos s reúnem, em média, uma vez por mês, e as decisões e ações definidas durante as reuniões devem ser homologadas pelos gestores. Os conselhos são formados por representantes de diversos setores da sociedade, os chamados segmentos. Dentre eles estão: Secretarias de Saúde Estaduais, Municipais e o Ministério da Saúde; al Constituinte. Assim, essa nova maneira de Para promover esse acesso universal e igualitário, foi criado o Sistema Único de Saúde – Essas três diretrizes formam a base do Sistema Único de Saúde. Todas as políticas e ações devem incluir essas três diretrizes, que foram detalhadas nas Leis 8.080 e 8.142, ção do sus. Estabelece a descentralização das ações e trata das promoção, proteção e recuperação da saúde, por meio de um atendimento integral à Já a Lei 8.142 fala sobre a participação da comunidade no acompanhamento das políticas e Os Conselhos de Saúde atuam na formulação de estratégias e no controle da execução da acordo com o nível de governo que cada um representa. Os conselhos se e as decisões e ações definidas durante as reuniões devem ser por representantes de diversos setores da Secretarias de Saúde Estaduais, Municipais e o Ministério da Saúde; ? Prestadores de serviços de saúde: saúde; ? Profissionais de saúde: profissionais de Nível Superior ? Usuários: associações de moradores, de portadores de doenças crônicas, de deficiências físicas e mentais, instituições Já as Conferências de Saúde reúnem também os representan sociedade, que são escolhidos por voto ou indicação. As conferências propõem ou indicam ações e políticas e devem acontecer a cada De 1990 para cá, o Sistema Único de Saúde foi deixando de ser um conjunto de leis e princípios para se transformar em realidade. Com a descentralização das ações, começou também a municipalização, ou seja, o dinheiro que passaram a decidir sobre sua utilização. A sociedade, através dos representantes reunidos no Conselho Municipal de Saúde, passou a poder participar da definição das ações e das políticas do município. Atualmente, a participação da comunidade nos Conselhos de Saúde está mais forte e mais organizada. Mas a participação da comunidade não acontece somente no Conselho ou na Conferência de Saúde. Ela acontece também no dia a dia de seu trabalho como agente de saúde em sua comunidade, fazendo com que mais e mais pessoas possam ter acesso às informações e orientaç cuidar de sua saúde, da saúde da sua Agora vamos conhecer mais sobre as diretrizes Entre as diretrizes políticas consolidadas pela Constituição Federal no cenário nacional estão os fundamentos de uma radical transformação do sistema de saúde brasileiro. O que levou os constituintes a proporem essa transformação, da sociedade e na total inadequação do sistema seguintes aspectos: Prestadores de serviços de saúde: hospitais e clínicas particulares, empresas de planos de Profissionais de saúde: associações de médicos, enfermeiros, psicólogos e outros onais de Nível Superior e de Nível Médio; associações de moradores, de portadores de doenças crônicas, de deficiências físicas e mentais, instituições de pesquisa, entidades religiosas etc. Já as Conferências de Saúde reúnem também os representantes dos diversos setores da por voto ou indicação. As conferências propõem ou indicam ações e políticas e devem acontecer a cada quatro anos. De 1990 para cá, o Sistema Único de Saúde foi deixando de ser um conjunto de leis e em realidade. Com a descentralização das ações, começou também a municipalização, ou seja, o dinheiro federal começou a ser repassado diretamente aos municípios, que passaram a decidir sobre sua utilização. és dos representantes reunidos no Conselho Municipal de Saúde, passou a definição das ações e das políticas do município. Atualmente, a participação da Saúde está mais forte e mais organizada. participação da comunidade não acontece somente no Conselho ou na Conferência de também no dia a dia de seu trabalho como agente de saúde em sua comunidade, mais pessoas possam ter acesso às informações e orientaç cuidar de sua saúde, da saúde da sua família e da sua comunidade. Agora vamos conhecer mais sobre as diretrizes e princípios do SUS. Entre as diretrizes políticas consolidadas pela Constituição Federal no cenário nacional estão uma radical transformação do sistema de saúde brasileiro. O que levou os constituintes a proporem essa transformação, entre outros motivos, foi a crença em todos os setores da sociedade e na total inadequação do sistema de saúde, que na época se carac hospitais e clínicas particulares, empresas de planos de associações de médicos, enfermeiros, psicólogos e outros associações de moradores, de portadores de doenças crônicas, de deficiências tes dos diversos setores da por voto ou indicação. As conferências propõem ou indicam ações e De 1990 para cá, o Sistema Único de Saúde foi deixando de ser um conjunto de leis e em realidade. Com a descentralização das ações, começou também a federal começou a ser repassado diretamente aos municípios, és dos representantes reunidos no Conselho Municipal de Saúde, passou a definição das ações e das políticas do município. Atualmente, a participação da participação da comunidade não acontece somente no Conselho ou na Conferência de também no dia a dia de seu trabalho como agente de saúde em sua comunidade, mais pessoas possam ter acesso às informações e orientações sobre como Entre as diretrizes políticas consolidadas pela Constituição Federal no cenário nacional estão uma radical transformação do sistema de saúde brasileiro. O que levou os entre outros motivos, foi a crença em todos os setores de saúde, que na época se caracterizava pelos ? Um quadro de doenças variadas, condicionadas pelo tipo de econômico do país e que o sistema de saúde não conseguia enfrentar; ? Irracionalidade e desintegração do sistema de saúde, com sobre oferta lugares e ausência em outros; ? Excessiva centralização, levando a decis ? Recursos financeiros insuficientes em relação às necessidades de atendimento e em comparação com outros países; ? Desperdício de recursos alocados para a saúde, estimado n ? Baixa cobertura assistencial da população, com segmentos populacionais excluídos do atendimento, especialmente os mais pobres e as regiões mais carentes; ? Falta de definição clara das competên administrativas do sistema; ? Desempenho descoordenado dos ? Insatisfação dos profissionais da área da saúde, principalmente devido a baixos salários e falta de política de recursos huma ? Baixa qualidade dos serviços oferecidos em termos de equipament ? Ausência de critérios e de transp ? Falta de participação da população na formulação e na ge ? Falta de mecanismos de acompanhamento, contro ? Imensa insatisfação e preocupação da população com o atendimento à sua saúde. Segundo o artigo 4º da Lei Federal 8.080, o SUS: O SUS é uma nova formulação política e organiza ações de saúde, estabelecido pela Constituição de 1988 e posteriormente definido pelas leis complementares. O SUS não é o saúde que está em construção. Ele é um sistema que tem como objetivo final dar assistência à população, baseado no modelo da promoção, proteção e recuperação da saúde. Para isso, o SUS se utiliza de meios estruturas e métodos – de forma a torná princípios organizativos da descentralização, participação social e complementaridade do setor privado, devem constituir-se em objetivos estratégicos que tornem concreto o modelo de a desejado para o Sistema Único de Saúde. Sistema Único porque ele segue a mesma doutrina e os mesmos princípios organizativos em todo o território nacional, sob a responsabilida-

de das três esferas autônomas de governo: federal, m quadro de doenças variadas, condicionadas pelo tipo de desenvolvimento social e econômico do país e que o sistema de saúde não conseguia enfrentar; rracionalidade e desintegração do sistema de saúde, com sobre oferta lugares e ausência em outros; xcessiva centralização, levando a decisões muitas vezes equivocadas; ecursos financeiros insuficientes em relação às necessidades de atendimento e em com outros países; s alocados para a saúde, estimado nacionalmente em cerca de 30%; aixa cobertura assistencial da população, com segmentos populacionais excluídos do especialmente os mais pobres e as regiões mais carentes; alta de definição clara das competências entre os órgãos e as instâncias político do sistema; esempenho descoordenado dos órgãos públicos e privados; nsatisfação dos profissionais da área da saúde, principalmente devido a baixos salários e ursos humanos, justa e coerente; aixa qualidade dos serviços oferecidos em termos de equipamentos e serviços profissionais; usência de critérios e de transparência dos gastos públicos; alta de participação da população na formulação e na gestão das políticas de s alta de mecanismos de acompanhamento, controle e avaliação dos serviços; mensa insatisfação e preocupação da população com o atendimento à sua saúde. Segundo o artigo 4º da Lei Federal 8.080, o SUS: O SUS é uma nova formulação política e organizacional para o reordenamento dos serviços e estabelecido pela Constituição de 1988 e posteriormente definido pelas leis complementares. O SUS não é o sucessor do SUDS ou do INAMPS; é, sim, um novo sistema de é um sistema que tem como objetivo final dar assistência à população, baseado no modelo proteção e recuperação da saúde. Para isso, o SUS se utiliza de meios forma a torná-lo efetivo em nosso país. Estes meios, orientados pelos princípios organizativos da descentralização, regionalização, hierarquização, resolutividade, participação social e complementaridade do setor privado, se em objetivos estratégicos que tornem concreto o modelo de a o Sistema Único de Saúde. Sistema Único porque ele segue a mesma doutrina e os mesmos princípios organizativos em nacional, sob a responsabilidade das três esferas autônomas de governo: federal, desenvolvimento social e rracionalidade e desintegração do sistema de saúde, com sobre oferta de serviços em alguns ões muitas vezes equivocadas; ecursos financeiros insuficientes em relação às necessidades de atendimento e em acionalmente em cerca de 30%; aixa cobertura assistencial da população, com segmentos populacionais excluídos do cias entre os órgãos e as instâncias políticonsatisfação dos profissionais da área da saúde, principalmente devido a baixos salários e os e serviços profissionais; stão das políticas de saúde; le e avaliação dos serviços; mensa insatisfação e preocupação da população com o atendimento à sua saúde. cional para o reordenamento dos serviços e estabelecido pela Constituição de 1988 e posteriormente definido pelas leis sucessor do SUDS ou do INAMPS; é, sim, um novo sistema de é um sistema que tem como objetivo final dar assistência à população, baseado no modelo proteção e recuperação da saúde. Para isso, o SUS se utiliza de meios – processos, meios, orientados pelos regionalização, hierarquização, resolutividade, participação social e complementaridade do setor privado, se em objetivos estratégicos que tornem concreto o modelo de atenção à saúde Sistema Único porque ele segue a mesma doutrina e os mesmos princípios organizativos em nacional, sob a responsabilidade das três esferas autônomas de governo: federal, estadual e municipal. Assim o sus não é um serviço ou uma instituição, mas um sistema que significa um conjunto de unidades, de serviços e Esses elementos integrantes do sistema referem promoção, prevenção e recuperação da saúde. Baseado nos preceitos constitucionais, a construção do sus se norteia pelos seguintes princípios doutrinários: universalidade, equidade e integralidade. Todas as pessoas têm direito ao atendimento independente de moradia, situação de emprego ou renda. A saúde é direito de cidadania e dever dos governos municipal, estadual e federal. Desse trabalho passam a ter direito ao atendime Todo cidadão é igual perante o sistema único de saúde e será atendido conforme as suas necessidades. Assim, os serviços de saúde devem considerar que em cada população existem grupos que vivem de forma diferente, ou seja, específicos; tem diferenças no modo de viver, de adoecer e suas necessidades de vida. Dessa forma, é possível oferecer mais a quem desigualdades existentes e é por isso que o sus deve tratar desigualmente os desiguais. As ações de saúde devem ser combinadas e voltadas ao mesmo tempo para prevenção e a cura. Os serviços de saúde devem funcionar atendendo o indivíduo como um ser humano integral submetido às mais diferentes situações indivíduo não deve ser visto apenas por suas partes, pulmões e fosse um ser aleatório no mundo. O indivíduo é um sujeito aos riscos de vida. Dessa forma, o atendimento deve ser feito para para as suas doenças. Por isso, o atendimento deve ser feito também para erradicar as diminuir os riscos, além de tratar o Isso faz com que outras ações sejam integradas, como de promoção, que envolvem ações em outras áreas tais como habitação, meio ambiente, educação etc.; de prevenção, como saneamento básico, imunizações, ações coletivas e preventivas, vigilância à atendimento médico, tratamento e sus não é um serviço ou uma instituição, mas um sistema que significa um conjunto de unidades, de serviços e ações que interagem para um fim comum. Esses elementos integrantes do sistema referem-se, ao mesmo tempo, às atividades de recuperação da saúde. Baseado nos preceitos constitucionais, a construção do sus se norteia pelos seguintes universalidade, equidade e integralidade. Todas as pessoas têm direito ao atendimento independente de cor, raça, religião, local de emprego ou renda. A saúde é direito de cidadania e dever dos governos municipal, estadual e federal. Desse modo, os brasileiros não incluídos no mercado formal de trabalho passam a ter direito ao atendimento de saúde. Todo cidadão é igual perante o sistema único de saúde e será atendido conforme as suas serviços de saúde devem considerar que em cada população existem grupos que vivem de forma diferente, ou seja, cada grupo, classe social ou região tem seus problemas específicos; tem diferenças no modo de viver, de adoecer e também nas oportunidades de satisfazer suas necessidades de vida. Dessa forma, é possível oferecer mais a quem mais precisa, diminuindo as s e é por isso que o sus deve tratar desigualmente os desiguais. As ações de saúde devem ser combinadas e voltadas ao mesmo tempo para prevenção e a saúde devem funcionar atendendo o indivíduo como um ser humano integral ais diferentes situações de vida e trabalho, que o leva a adoecer e a morrer. O indivíduo não deve ser visto apenas por suas partes, ou seja, como se tivesse apenas coração, fígado, pulmões e fosse um ser aleatório no mundo. O indivíduo é um ser humano, so sujeito aos riscos de vida. Dessa forma, o atendimento deve ser feito para a sua saúde e não somente para as suas doenças. Por isso, o atendimento deve ser feito também para erradicar as diminuir os riscos, além de tratar os danos. Isso faz com que outras ações sejam integradas, como de promoção, que envolvem ações em como habitação, meio ambiente, educação etc.; de prevenção, como saneamento coletivas e preventivas, vigilância à saúde; e ações de recuperação, como atendimento médico, tratamento e reabilitação para os doentes. sus não é um serviço ou uma instituição, mas um sistema que significa ações que interagem para um fim comum. se, ao mesmo tempo, às atividades de Baseado nos preceitos constitucionais, a construção do sus se norteia pelos seguintes cor, raça, religião, local de emprego ou renda. A saúde é direito de cidadania e dever dos governos modo, os brasileiros não incluídos no mercado formal de Todo cidadão é igual perante o sistema único de saúde e será atendido conforme as suas serviços de saúde devem considerar que em cada população existem grupos ocial ou região tem seus problemas também nas oportunidades de satisfazer mais precisa, diminuindo as s e é por isso que o sus deve tratar desigualmente os desiguais. As ações de saúde devem ser combinadas e voltadas ao mesmo tempo para prevenção e a saúde devem funcionar atendendo o indivíduo como um ser humano integral de vida e trabalho, que o leva a adoecer e a morrer. O ou seja, como se tivesse apenas coração, fígado, ser humano, social, cidadão, que está a sua saúde e não somente para as suas doenças. Por isso, o atendimento deve ser feito também para erradicar as causas e Isso faz com que outras ações sejam integradas, como de promoção, que envolvem ações em como habitação, meio ambiente, educação etc.; de prevenção, como saneamento saúde; e ações de recuperação, como As ações de promoção, proteção e de recuperação formam um todo indivisível que não pode ser com-

partimentalizado. As unidades prestadoras de serviços, com seus diversos graus de complexidade, formam também um todo indivisível, configurando um sistema capaz de prestar assistência integral. Vamos entender melhor essas ações? As ações de promoção buscam eliminar ou controlar as causas das doenças e agravos, ou seja, o que determina ou condiciona o aparecimento de casos. Essas ações estão relacionadas a fatores biológicos – no caso de herança genética como a hipertensão; psicológicos, isto é, o estado emocional; e sociais, em que se incluem condições de vida, como a desnutrição, por exemplo. As ações de prevenção são específicas para proteger a saúde e prevenir riscos e exposições às doenças, ou seja, ações para manter o estado de saúde. Como exemplo, podemos citar: ? As ações de tratamento da água para evitar a cólera e outras doenças; ? Pré-natal para evitar as complicações da gravidez, parto e do puerpério; ? Imunizações; ? Campanhas para a prevenção de doenças transmitidas pelo sexo — DST e AIDS; ? Prevenção da cárie dental através da escovação; ? Prevenção de doenças contraídas no trabalho através do uso de equipamentos de prevenção; ? Exames preventivos de câncer de mama, de próstata, de pulmão; ? Controle da qualidade do sangue etc. As ações de recuperação evitam as mortes e as sequelas das pessoas doentes; são as ações que já atuam sobre os danos. Por exemplo: ? Atendimento médico ambulatorial básico e especializado; ? Atendimento às urgências e emergências; ? Atendimento odontológico; ? Exames diagnósticos e ? Internações hospitalares. Para finalizar, vamos conhecer quais são os princípios que regem a organização do SUS. A rede de serviços do SUS deve ser organizada de forma regionalizada e hierarquizada, permitindo um conhecimento maior dos problemas de saúde da população de uma área delimitada. Engloba ações de vigilância epidemiológica e sanitária, controle de vetores, educação em saúde, além das ações de atenção ambulatorial e hospitalar em todos os níveis de complexidade. O acesso da população ao SUS se dá através dos serviços de nível primário de atenção, que devem estar qualificados para atender e resolver os principais problemas que demandam serviços de saúde. Os que não forem resolvidos nesse nível deverão ser referenciados para os serviços de maior complexidade tecnológica. No nível primário é onde se resolvem 80% dos problemas de saúde, isto é, na unidade básica de saúde. O nível secundário resolve 15% dos problemas de saúde — são os centros de especialidades. No nível terciário de atenção à saúde estão os hospitais de referência, que resolvem cerca de 5% dos problemas de saúde. É a capacidade do sistema, quando solicitado a resolver coletivo, de enfrentar e resolver o problema até o nível de sua complexidade. É entendida como uma redistribuição das responsabilidades pelas ações e entre os vários níveis de governo. Parte da ideia de que quanto mais perto do fato a decisão for tomada, mais chance haverá de acerto. Isto implica numa profunda redefinição das atribuições dos vários níveis de governo, com um nítido reforço do poder municipal sobre a saúde. A esse processo dá No SUS, cabe aos municípios a maior responsabilidade na implementação das ações de saúde diretamente voltados para os seus cidadãos. A Lei 8.080 e as ministério da saúde - definem precisamente o que é obrigação de cada esfera de governo. É a garantia constitucional de que a população, através de suas entidades representativas, poderá participar do processo de formulação das políticas de todos os níveis de gestão, desde É a capacidade do sistema, quando solicitado a resolver um problema de saúde individual e resolver o problema até o nível de sua complexidade. É entendida como uma redistribuição das responsabilidades pelas ações e de governo. Parte da ideia de que quanto mais perto do fato a decisão for tomada, mais chance haverá de acerto. Isto implica numa profunda redefinição das atribuições dos vários níveis de governo, com um poder municipal sobre a saúde. A esse processo dá-se o nome de municipalização. No SUS, cabe aos municípios a maior responsabilidade na implementação das ações de saúde para os seus cidadãos. A Lei 8.080 e as NOBs - norma operac precisamente o que é obrigação de cada esfera de governo. É a garantia constitucional de que a população, através de suas entidades representativas, processo de formulação das políticas de saúde e do controle de sua execução em um problema de saúde individual ou É entendida como uma redistribuição das responsabilidades pelas ações e serviços de saúde de governo. Parte da ideia de que quanto mais perto do fato a decisão for Isto implica numa profunda redefinição das atribuições dos vários níveis de governo, com um se o nome de municipalização. No SUS, cabe aos municípios a maior responsabilidade na implementação das ações de saúde norma operacional básica do precisamente o que é obrigação de cada esfera de governo. É a garantia constitucional de que a população, através de suas entidades representativas, saúde e do controle de sua execução em A constituição definiu que no caso de insuficiência do setor público, o SUS pode fazer a contratação de serviços privados. Isso deve ocorrer obedecendo a três condições: ? Primeiro: a celebração do contrato conforme as normas de direito público; ? Segundo: a instituição privada deverá estar de acordo com os princípios básicos e normas técnicas do SUS; ? Terceiro: a integração dos serviços privados deverá se dar na mesma lógica do SUS, em termos de posição definida na rede regionalizada e hierarquizada dos serviços. Dentre os serviços privados, devem ter preferência os serviços não lucrativos (hospitais filantrópicos, santas casas), conforme determina a constituição. Assim, cada gestor deverá planejar primeiro o setor público e na sequência, complementar a rede assistencial com o setor privado não lucrativo, com os mesmos conceitos de regionalização, hierarquização e universalização. UNIDADE 3 - AÇÕES DE PROMOÇÃO DE SAÚDE Nesta unidade, vamos falar sobre o ACS como um agente de mudanças. O trabalho do ACS é considerado uma extensão dos serviços de saúde dentro da comunidade, pois o agente faz parte dela e já possui naturalmente um envolvimento pessoa próximo dos problemas que afetam comunicar com as pessoas e por sua liderança. A ação do ACS favorece a transformação de situações vida das famílias, como aquelas associadas ao saneamento básico, destinação do lixo, condições precárias de moradia, situações de e ilícitas, acidentes entre outros. Seu trabalho qualidade de vida das pessoas e da comunidade. Para realizar um bom trabalho, o ACS precisa conhecer não só os problemas da comunidade, mas também suas potencialidades para crescer e se desenvolver social e economicamente. Além disso, ele precisa conhecer o território de atuação; ser ativo e ter iniciativa; gostar de aprender coisas novas; observar as pessoas, as coisas e os e os demais profissionais. Todas as famílias e pessoas do seu território devem ser acompanhadas por meio de visita domiciliar, na qual se desenvolvem ações de educação em saúde. Entretanto, sua atuação não está restrita ao domicílio, ocorrendo também nos diversos espaços comunitários. Sua atuação val questões culturais da comunidade, integrando O ACS deve estar atento ao que acontece com as famílias de seu território, identificando com elas os fatores socioeconômicos, culturais e ambientais que interfe AÇÕES DE PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS Nesta unidade, vamos falar sobre o ACS como um agente de mudanças. O trabalho do ACS é considerado uma extensão dos serviços de saúde dentro da comunidade, parte dela e já possui naturalmente um envolvimento pessoa próximo dos problemas que afetam a comunidade e é alguém que se destaca pela capacidade de se comunicar com as pessoas e por sua liderança. A ação do ACS favorece a transformação de situações-problema que afetam a qualidade de como aquelas associadas ao saneamento básico, destinação do lixo, condições precárias de moradia, situações de exclusão social, desemprego, violência intrafamiliar, drogas lícitas e ilícitas, acidentes entre outros. Seu trabalho tem como principal objetivo contribuir para a qualidade de vida das pessoas e da comunidade. Para realizar um bom trabalho, o ACS precisa conhecer não só os problemas da comunidade, suas potencialidades para crescer e se desenvolver social e economicamente. Além território de atuação; ser ativo e ter iniciativa; gostar de aprender coisas novas; observar as pessoas, as coisas e os ambientes e agir com respeito e ética perante a comunidade e pessoas do seu território devem ser acompanhadas por meio de visita desenvolvem ações de educação em saúde. Entretanto, sua atuação não está também nos diversos espaços comunitários. Sua atuação val questões culturais da comunidade, integrando o saber popular e o conhecimento científico. O ACS deve estar atento ao que acontece com as famílias de seu território, identificando com socioeconômicos, culturais e ambientais que interferem na saúde. E PRE-

VENÇÃO DE O trabalho do ACS é considerado uma extensão dos serviços de saúde dentro da comunidade, parte dela e já possui naturalmente um envolvimento pessoal. O ACS está mais a comunidade e é alguém que se destaca pela capacidade de se problema que afetam a qualidade de como aquelas associadas ao saneamento básico, destinação do lixo, condições exclusão social, desemprego, violência intrafamiliar, drogas lícitas objetivo contribuir para a Para realizar um bom trabalho, o ACS precisa conhecer não só os problemas da comunidade, suas potencialidades para crescer e se desenvolver social e economicamente. Além território de atuação; ser ativo e ter iniciativa; gostar de aprender coisas ambientes e agir com respeito e ética perante a comunidade e pessoas do seu território devem ser acompanhadas por meio de visita desenvolvem ações de educação em saúde. Entretanto, sua atuação não está também nos diversos espaços comunitários. Sua atuação valoriza o saber popular e o conhecimento científico. O ACS deve estar atento ao que acontece com as famílias de seu território, identificando com rem na saúde. Ao tomar conhecimento de uma situação ou seus familiares e depois encaminhar o problema à unidade de saúde para uma avaliação mais detalhada. Caso a situação-problema para falar sobre o assunto, é preciso relatar O ACS orienta ações de prevenção de doenças, promoção à saúde, entre outras estabelecidas pelo planejamento da equipe. Todas as pessoas da co principalmente aquelas em situação de risco. Podemos dizer que o ACS deve: ? Identificar áreas e situações de ? Encaminhar as pessoas aos serviços de saúde sempre que necessá ? Orientar as pessoas de acordo com as in ? Acompanhar a situação de saúde das pessoas para ajudá Há situações em que será necessária a atuação de outros profissionais da equipe, sendo indicado o encaminhamento para busca ativa ou visita domiciliar. Todas as ações são importantes e a soma delas qualifica o trabalho do ACS. Também é útil compreender a importância da participação popular na construção da pessoas da comunidade a participarem das situações importantes para sua saúde e seu meio ambiente. Não se pode pensar em tratar a obedecer. Precisamos de uma comunidade ed exercitar a autoconfiança e construir alianças com outras comunidades ajudar a promover a saúde e ambientes saudáveis para viver. Dessa forma, aumentar seu poder de decisão e entender que também são responsáveis por sua saúde e pela de sua comunidade. Um dos frutos desse trabalho é a valorização do autocuidado, que significa que cada pessoa pode e deve cuidar da sua própria saúde. E o Agente Comunitário de Sa autocuidados, orientando-as para isso. Em seu trabalho, o ACS precisa estar atento a quatro verbos importantes e que refletem a maioria das suas ações: ? Identificar: esta é uma ação que precisa de muita atenção. O ACS deve estar ouvir e reconhecer fatores de risco e sinais de alerta de determinadas doenças, a fim de poder encaminhar as pessoas corretamente Ao tomar conhecimento de uma situação-problema, o ACS precisa conversar com a pessoa e depois encaminhar o problema à unidade de saúde para uma avaliação mais problema seja difícil de ser abordada ou não haja abertura das pessoas para falar sobre o assunto, é preciso relatar a situação para a equipe de saúde. O ACS orienta ações de prevenção de doenças, promoção à saúde, entre outras estabelecidas da equipe. Todas as pessoas da comunidade deverão ser acompanhadas, situação de risco. dentificar áreas e situações de risco individual e coletivo; ncaminhar as pessoas aos serviços de saúde sempre que necessário; as de acordo com as instruções da equipe de saúde; companhar a situação de saúde das pessoas para ajudá-las a conseguir bons resultados. Há situações em que será necessária a atuação de outros profissionais da equipe, sendo para a unidade de saúde. Caso isso não aconteça, deverá ser realizada Todas as ações são importantes e a soma delas qualifica o trabalho do ACS. Também é útil importância da participação popular na construção da saúde, estimulando assim as participarem das situações importantes para sua saúde e seu meio ambiente. Não se pode pensar em tratar a comunidade como se ela não precisasse aprender nada, só obedecer. Precisamos de uma comunidade educada, atuante e que tenha voz, a fim de que possa exercitar a autoconfiança e construir alianças com outras comunidades ou com pessoas que possam ajudar a promover a saúde e ambientes saudáveis para viver. Dessa forma, de decisão e entender que também são responsáveis por sua saúde e pela Um dos frutos desse trabalho é a valorização do autocuidado, que significa que cada pessoa da sua própria saúde. E o Agente Comunitário de Saúde vai poder fortalecer os para isso. Em seu trabalho, o ACS precisa estar atento a quatro verbos importantes e que refletem a esta é uma ação que precisa de muita atenção. O ACS deve estar fatores de risco e sinais de alerta de determinadas doenças, a fim de poder encaminhar as pessoas corretamente à unidade de saúde. problema, o ACS precisa conversar com a pessoa e depois encaminhar o problema à unidade de saúde para uma avaliação mais ou não haja abertura das pessoas O ACS orienta ações de prevenção de doenças, promoção à saúde, entre outras estabelecidas munidade deverão ser acompanhadas, las a conseguir bons resultados. Há situações em que será necessária a atuação de outros profissionais da equipe, sendo a unidade de saúde. Caso isso não aconteça, deverá ser realizada Todas as ações são importantes e a soma delas qualifica o trabalho do ACS. Também é útil saúde, estimulando assim as participarem das situações importantes para sua saúde e seu meio comunidade como se ela não precisasse aprender nada, só atuante e que tenha voz, a fim de que possa ou com pessoas que possam ajudar a promover a saúde e ambientes saudáveis para viver. Dessa forma, as pessoas podem de decisão e entender que também são responsáveis por sua saúde e pela saúde Um dos frutos desse trabalho é a valorização do autocuidado, que significa que cada pessoa úde vai poder fortalecer os Em seu trabalho, o ACS precisa estar atento a quatro verbos importantes e que refletem a esta é uma ação que precisa de muita atenção. O ACS deve estar treinado para fatores de risco e sinais de alerta de determinadas doenças, a fim de poder ? Encaminhar: esta é uma ação que precisa de muito jeito e muito cuidado. É um momento muito delicado, porque é o momento em que o ACS faz a ligação entre a comunidade e a unidade de saúde. O profissional as pessoas encaminhadas possam ser atendidas com saúde de volta. Muitas vezes, o ACS vai precisar levar a pessoa até a unidade, tiver condições de ir sozinha. Em casos como este, encaminhar não significa apenas enviar, mas sim conduzir, ir com a pessoa. ? Orientar: esta é uma ação que o AC cuidadosamente os diferentes Um trabalho feito em conjunto com as pessoas diagnóstico, o ACS precisa orientar o mo feitas pelos profissionais da unidade de saúde, procurando refletir juntamente com envolvidos sobre todas as dificuldades que eles enfrentam ou vão enfrentar durante o período em que se encontrarem em tr ? Acompanhar: esta é uma ação que significa dar assistência às pessoas da sua comunidade que estão em situação de risco. Como exemplo, podemos citar as mulheres gestantes, puérperas, os recém-nascidos, crianças, adolescentes, Esse é, também, um momento muito gratificante para o agente pode ver os resultados satisfatórios, tais como acompanhar um pré gestante, ver a criança nascer, acompanhar a mãe durante o com o cartão da criança e ver a família crescendo saudável. Vamos a um exemplo de como isso Após identificar um caso suspeito de tuberculose em uma família, o ACS encaminhou o morador para a unidade de saúd médico prescreveu os medicamentos e então a acompanhar o tratamento da pessoa, a fim de Mas isso não foi tão fácil assim. Vamos ver os motivos: ? Os medicamentos são em grande quantidade ? O tratamento tem a duração de seis meses ? Muitas vezes a pessoa que tem tuberculose tem uma h ? Na maioria das vezes, são pessoas com condições de vida precárias, com desnutrição e vivendo em ambientes não favoráveis. esta é uma ação que precisa de muito jeito e muito cuidado. É um momento porque é o momento em que o ACS faz a ligação entre a comunidade e a unidade de saúde. O profissional precisa estar bastante entrosado com a equipe, a fim de que as pessoas encaminhadas possam ser atendidas com atenção e eficiência e possam ter su saúde de volta. Muitas vezes, o ACS vai precisar levar a pessoa até a unidade, tiver condições de ir sozinha. Em casos como este, encaminhar não significa apenas enviar, sim conduzir, ir com a pessoa. esta é uma ação que o ACS realiza diariamente. É o ato de examinar cuidadosamente os diferentes aspectos de um problema para encontrar as melhores soluções. Um trabalho feito em conjunto com as pessoas envolvidas no processo. Assim, após o diagnóstico, o ACS precisa orientar o morador e/ou familiares em relação às recomen-

dações feitas pelos profissionais da unidade de saúde, procurando refletir juntamente com envolvidos sobre todas as dificuldades que eles enfrentam ou vão enfrentar durante o período encontrarem em tratamento. esta é uma ação que significa dar assistência às pessoas da sua comunidade de risco. Como exemplo, podemos citar as mulheres gestantes, nascidos, crianças, adolescentes, idosos, hipertensos, Esse é, também, um momento muito gratificante para o agente de saúde, pois é quando ele pode ver os resultados satisfatórios, tais como acompanhar um prégestante, ver a criança nascer, acompanhar a mãe durante o resguardo, acompanhar a criança cartão da criança e ver a família crescendo saudável. Vamos a um exemplo de como isso se dá na prática? Após identificar um caso suspeito de tuberculose em uma família, o ACS encaminhou o de saúde. Lá foi feito o diagnóstico e a tuberculose foi comprovada. O médico prescreveu os medicamentos e orientou como tomá-los. O ACS, na comunidade, passou então a acompanhar o tratamento da pessoa, a fim de que ela não desistisse e pudesse ficar curada. isso não foi tão fácil assim. Vamos ver os motivos: Os medicamentos são em grande quantidade e as pessoas rejeitam tomar. O tratamento tem a duração de seis meses e não pode ser interrompido. Muitas vezes a pessoa que tem tuberculose tem uma história de alcoolismo e fumo. Na maioria das vezes, são pessoas com condições de vida precárias, com desnutrição e não favoráveis. esta é uma ação que precisa de muito jeito e muito cuidado. É um momento porque é o momento em que o ACS faz a ligação entre a comunidade e a precisa estar bastante entrosado com a equipe, a fim de que atenção e eficiência e possam ter sua saúde de volta. Muitas vezes, o ACS vai precisar levar a pessoa até a unidade, quando ela não tiver condições de ir sozinha. Em casos como este, encaminhar não significa apenas enviar, S realiza diariamente. É o ato de examinar aspectos de um problema para encontrar as melhores soluções. envolvidas no processo. Assim, após o relação às recomendações feitas pelos profissionais da unidade de saúde, procurando refletir juntamente com os envolvidos sobre todas as dificuldades que eles enfrentam ou vão enfrentar durante o período esta é uma ação que significa dar assistência às pessoas da sua comunidade de risco. Como exemplo, podemos citar as mulheres gestantes, idosos, hipertensos, diabéticos e outros. de saúde, pois é quando ele -natal com o cartão da resguardo, acompanhar a criança Após identificar um caso suspeito de tuberculose em uma família, o ACS encaminhou o e. Lá foi feito o diagnóstico e a tuberculose foi comprovada. O los. O ACS, na comunidade, passou que ela não desistisse e pudesse ficar curada. e as pessoas rejeitam tomar. e não pode ser interrompido. alcoolismo e fumo. Na maioria das vezes, são pessoas com condições de vida precárias, com desnutrição e Considerando essas dificuldades, o ACS precisa orientar a pessoa, ajudando cada uma das dificuldades e como enfrentá maioria das vezes, vai precisar ver a abandone o tratamento. Aí começa o seu trabalho Além dos quatro verbos q fazem parte do seu dia a dia: Para finalizar, convidamos você a pensar nas ações que acontecem na vida das famílias da sua área e nas ações que ocorrem no dia a dia da sua unidade de saúde. Tenha a certeza de que é um exercício interessante e que vai lhe ajudar a descobrir muitas coisas. Considerando essas dificuldades, o ACS precisa orientar a pessoa, ajudando como enfrentá-las, a fim de que ela fique curada em seis meses. Na maioria das vezes, vai precisar ver a pessoa tomar os medicamentos, como forma de evitar que ela abandone o tratamento. Aí começa o seu trabalho de acompanhamento. Além dos quatro verbos que constituem a base do trabalho do ACS, inúmeros outros verbos Para finalizar, convidamos você a pensar nas ações que acontecem na vida das famílias da sua que ocorrem no dia a dia da sua unidade de saúde. Tenha a certeza de que é um lhe ajudar a descobrir muitas coisas. Considerando essas dificuldades, o ACS precisa orientar a pessoa, ajudando-a a examinar las, a fim de que ela fique curada em seis meses. Na pessoa tomar os medicamentos, como forma de evitar que ela ue constituem a base do trabalho do ACS, inúmeros outros verbos Para finalizar, convidamos você a pensar nas ações que acontecem na vida das famílias da sua que ocorrem no dia a dia da sua unidade de saúde. Tenha a certeza de que é um UNIDADE 4 - ESTRUTURAS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE Olá! Hoje vamos falar sobre as estruturas dos serviços de saúde. Para conhecer o espaço de trabalho que o ACS atua é preciso entender a organização estrutural dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, e também aqueles que cada departamento é responsável em ofertar. No organograma, os setores responsáveis pelos serviços e ações de saúde estão organizados em seis departamentos: ? De Atenção Básica; ? Da Média e Alta Complexidade; ? Da Vigilância em Saúde; ? Da Gestão; ? Da Assistência Farmacêutica. Vamos nos deter ao Departamento da Atenção Básica, pois ele é a porta de entrada do usuário no sistema de saúde, sendo responsável pelas ações do ACS. A atenção básica em saúde abrange a promoção, a prevenção, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação, de acordo com o per população de um território. ESTRUTURAS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE Olá! Hoje vamos falar sobre as estruturas dos serviços de saúde. Para conhecer o espaço de trabalho que o ACS atua é preciso entender a organização Secretaria Municipal de Saúde, e também aqueles que cada departamento é No organograma, os setores responsáveis pelos serviços e ações de saúde estão organizados Complexidade; Da Assistência Farmacêutica. Vamos nos deter ao Departamento da Atenção Básica, pois ele é a porta de entrada do usuário no saúde, sendo responsável pelas ações do ACS. atenção básica em saúde abrange a promoção, a prevenção, o diagnóstico, o tratamento e a acordo com o perfil epidemiológico e as necessidades de saúde apresentadas pela ESTRUTURAS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE Para conhecer o espaço de trabalho que o ACS atua é preciso entender a organização Secretaria Municipal de Saúde, e também aqueles que cada departamento é No organograma, os setores responsáveis pelos serviços e ações de saúde estão organizados Vamos nos deter ao Departamento da Atenção Básica, pois ele é a porta de entrada do usuário no atenção básica em saúde abrange a promoção, a prevenção, o diagnóstico, o tratamento e a fil epidemiológico e as necessidades de saúde apresentadas pela Este departamento está vinculado a toda red referência e contrarreferência para setores e serviços de maior complexidade, quando assim for necessário. Os serviços de saúde ofertados devem garantir acesso, resolutividade, integralidade e equidade à população, conforme saúde, será atendido pelos profissionais serviços de saúde, para continuidade da assistência. O ACS é uma ponte en desenvolvendo vínculos com a população das comunidades atendidas por ele. Essa articulação facilita o diálogo entre a equipe de saúde, problemas identificados. O agente tem que estar atento ao reconhecimento de sua área de atuação, sendo um agente educador em saúde que busca promover a mobilização e a participação da comunidade, estimulando Este departamento está vinculado a toda rede de serviços de saúde, garantindo o sistema de para setores e serviços de maior complexidade, quando assim for Os serviços de saúde ofertados devem garantir acesso, resolutividade, integralidade e as diretrizes do SUS. O usuário, ao procurar a unidade básica de fissionais que ali trabalham e, se necessário, será encaminhado a outros serviços de saúde, para continuidade da assistência. O ACS é uma ponte entre o serviço e a comunidade, estabelecendo aproximações e com a população das comunidades atendidas por ele. Essa articulação facilita o diálogo entre a equipe de saúde, a comunidade e os demais atores que buscam resolver os O agente tem que estar atento ao reconhecimento de sua área de atuação, sendo um agente que busca promover a mobilização e a participação da comunidade, estimulando e de serviços de saúde, garantindo o sistema de para setores e serviços de maior complexidade, quando assim for Os serviços de saúde ofertados devem garantir acesso, resolutividade, integralidade e as diretrizes do SUS. O usuário, ao procurar a unidade básica de que ali trabalham e, se necessário, será encaminhado a outros tre o serviço e a comunidade, estabelecendo aproximações e com a população das comunidades atendidas por ele. Essa articulação a comunidade e os demais atores que buscam resolver os O agente tem que estar atento ao reconhecimento de sua área de atuação, sendo um agente que busca promover a mobilização e a participação da comunidade, estimulando sua organização ao efetivo exercício do controle so educativas que possam interferir no processo autonomia individual e coletiva, na busca pela atribuição do ACS identificar parceiros na comunidade que possam de acordo com as prioridades locais. O território de ação do ACS

é abrangente, pois, além da UBS e do domicílio, diversos locais como salões comunitários, escolas, creches, espaços para o profissional atuar juntamente com a equipe. ? O médico generalista ou especialista em saúde da família ou médico de família e comunidade; ? Enfermeiro generalista ou especialista em saúde ? Técnico em enfermagem e ? Agentes comunitários de saúde. Outras pessoas podem fazer parte dessa equipe, como os pro inclui o cirurgião dentista generalista ou especialista em saúde da família, além de um auxilia técnico em saúde bucal. exercício do controle social. Deve ser capaz de desenvolver atividades educativas que possam interferir no processo de saúde doença da população e no desenvolvimento de autonomia individual e coletiva, na busca pela qualidade de vida dos usuários. É ainda uma ficar parceiros na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais de acordo com as prioridades locais. O território de ação do ACS é abrangente, pois, além da UBS e do domicílio, diversos locais escolas, creches, igrejas, praças, entre outros, podem ser vistos como juntamente com a equipe. médico generalista ou especialista em saúde da família ou médico de família e nfermeiro generalista ou especialista em saúde da família; écnico em enfermagem e gentes comunitários de saúde. Outras pessoas podem fazer parte dessa equipe, como os profissionais de saúde bucal, em que se dentista generalista ou especialista em saúde da família, além de um auxilia cial. Deve ser capaz de desenvolver atividades de saúde doença da população e no desenvolvimento de qualidade de vida dos usuários. É ainda uma potencializar ações intersetoriais O território de ação do ACS é abrangente, pois, além da UBS e do domicílio, diversos locais igrejas, praças, entre outros, podem ser vistos como médico generalista ou especialista em saúde da família ou médico de família e fissionais de saúde bucal, em que se dentista generalista ou especialista em saúde da família, além de um auxiliar e/ou UNIDADE 5 Olá!No nosso encontro de hoje, vamos falar sobre participação e controle social e sobre os parceiros na construção da cidadania e na luta pelo SUS. Participação e controle social A concepção de gestão pública do SUS é essencialmente democrática. Nenhum gestor é senhor absoluto da decisão. Ele deve ouvir a população e submeter suas ações ao controle da sociedade. A Lei 8.142 é clara quanto instâncias colegiadas, as conferências de saúde e os do SUS. Nenhum gestor, em qualquer nível de governo, pode estará desrespeitando a lei. A composição das conferências e dos conselhos deve ser ampla, de modo a assegurar às suas deliberações a máxima representatividade e legitimidade. A representação dos usuários deve ser paritária em relação ao conjunto profissionais de saúde). Isso significa que o número de representantes dos usuários deve ser exatamente a metade do total de dos conselhos. Elas devem ser realizadas ou, extraordinariamente, pelo conselho de saúde. Através das conferências, a população tem a DADE 5 - CONTROLE SOCIAL NO SUS Olá!No nosso encontro de hoje, vamos falar sobre participação e controle social e sobre os da cidadania e na luta pelo SUS. A concepção de gestão pública do SUS é essencialmente democrática. Nenhum gestor é decisão. Ele deve ouvir a população e submeter suas ações ao controle da sociedade. A Lei 8.142 é clara quanto a essa determinação: em seu Artigo 1º, são instituídos, como instâncias colegiadas, as conferências de saúde e os conselhos de saúde, obrigatoriamente integrantes do SUS. Nenhum gestor, em qualquer nível de governo, pode se recusar a constituir esses foros, pois A composição das conferências e dos conselhos deve ser ampla, de modo a assegurar às suas representatividade e legitimidade. A representação dos usuários deve ser paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos (governo, prestad fissionais de saúde). Isso significa que o número de vagas para as entidades ou organizações representantes dos usuários deve ser exatamente a metade do total de participantes das conferências e Elas devem ser realizadas em todas as esferas de governo, convocadas pelo poder executivo pelo conselho de saúde. Através das conferências, a população tem a CONTROLE SOCIAL NO SUS Olá!No nosso encontro de hoje, vamos falar sobre participação e controle social e sobre os A concepção de gestão pública do SUS é essencialmente democrática. Nenhum gestor é decisão. Ele deve ouvir a população e submeter suas ações ao controle da º, são instituídos, como conselhos de saúde, obrigatoriamente integrantes se recusar a constituir esses foros, pois A composição das conferências e dos conselhos deve ser ampla, de modo a assegurar às suas representatividade e legitimidade. A representação dos usuários deve ser dos demais segmentos (governo, prestadores privados e vagas para as entidades ou organizações participantes das conferências e em todas as esferas de governo, convocadas pelo poder executivo pelo conselho de saúde. Através das conferências, a população tem a oportunidade de discutir quais são os seus governantes como quer que sejam resolvidos. As resoluções das conferências gestores e dos conselhos de saúde. De acordo com a Lei 8.142/90, Artigo 1º, Parágrafo 2º, os conselhos de saúde são órgãos colegiados de caráter permanente e deliberativo, com funções de formular estratégias, controlar e fiscalizar a execução da política de As decisões dos conselhos precisam ser homologadas, isto é, con chefe do poder legalmente constituído em cada esfera de governo. Pela sua necessidade de deliberar sobre o que precisa ser feito e permanentemente informados sobre quais são os disponíveis para a área da saúde e onde e como estão sendo aplicados. recusar a dar as informações que os conselheiros precisam O conselho de saúde deve ter representantes do governo, dos prestadores de serviços, de profissionais de saúde e dos usuários. A representação dos usuários deve ser diversi maneira a permitir que os vários interesses suas demandas e fazer suas avaliações sobre a política de os níveis. Dentre as organizações envolvidas, estão as associações de associações de portadores de de dedicam a estudos ou à análise das condições de saúde, entidades cientí oportunidade de discutir quais são os seus problemas de saúde mais importantes e indicar para os overnantes como quer que sejam resolvidos. resoluções das conferências de saúde devem servir de orientação para as decisões dos gestores e dos conselhos de saúde. De acordo com a Lei 8.142/90, Artigo 1º, Parágrafo 2º, os conselhos de saúde são órgãos permanente e deliberativo, com funções de formular estratégias, controlar e ão da política de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e As decisões dos conselhos precisam ser homologadas, isto é, confirmad constituído em cada esfera de governo. Pela sua necessidade de deliberar sobre o que precisa ser feito e fiscalizar as ações do governo, os conselhos precisam estar permanentemente informados sobre quais são os problemas de saúde da população, quais os recursos disponíveis para a área da saúde e onde e como estão sendo aplicados. Os gestores não podem se recusar a dar as informações que os conselheiros precisam para avaliar e tomar decisões. de deve ter representantes do governo, dos prestadores de serviços, de dos usuários. A representação dos usuários deve ser diversi maneira a permitir que os vários interesses e os diversos tipos de organizações possam apres suas demandas e fazer suas avaliações sobre a política de saúde desenvolvida pelo governo, em todos os níveis. Dentre as organizações envolvidas, estão as associações de moradores, os sindicatos, associações de portadores de deficiências, organizações de consumidores, entidades dedicam a estudos ou à análise das condições de saúde, entidades científicas entre outros. problemas de saúde mais importantes e indicar para os de saúde devem servir de orientação para as decisões dos De acordo com a Lei 8. 142/90, Artigo 1º, Parágrafo 2º, os conselhos de saúde são órgãos permanente e deliberativo, com funções de formular estratégias, controlar e saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros. firmadas ou aprovadas pelo constituído em cada esfera de governo. Pela sua necessidade de deliberar as ações do governo, os conselhos precisam estar de saúde da população, quais os recursos Os gestores não podem se para avaliar e tomar decisões. de deve ter representantes do governo, dos prestadores de serviços, de dos usuários. A representação dos usuários deve ser diversificada, de e os diversos tipos de organizações possam apresentar saúde desenvolvida pelo governo, em todos moradores, os sindicatos, de consumidores, entidades civis que se ficas entre outros. Ser representante implica em assumir o compromisso, junto àqueles que o indicaram, de respeitar as posições de seus represe contas de suas ações aos seus representados. Os conselhos e as conferências não são as únicas formas de participar do sus, embora sejam as únicas obrigatórias para todo o país, já que estão na democratização da gestão, outros mecanismos podem mu-

nicípios para ampliar as possibilidades população. É o caso dos conselhos distritais e dos conselhos saúde, já existentes em muitos municípios. Parceiros na construção da cidadania e na luta O exercício da cidadania e do controle social, como já vimos, exige que lute Muitas vezes, as dificuldades que encontrarmos v leis sejam cumpridas. Por isso, é importante conhecer os recursos de que dispomos e os parceiros com os quais podemos contar para al Vamos destacar duas das mais importantes instituições às quais podemos recorrer para assegurar o cumprimento das leis e o respeito aos nossos direitos: o Ministério Público e o Procon. Ser representante implica em assumir o compromisso, junto àqueles que o indicaram, de representados e defendê-las no conselho, assim como informar e prestar contas de suas ações aos seus representados. Os conselhos e as conferências não são as únicas formas de participar do sus, embora sejam para todo o país, já que estão previstas em lei federal. À medida que se avança outros mecanismos podem – e devem – ser criados nos estados e nos municípios para ampliar as possibilidades de participação e tornar as decisões mais próximas da aso dos conselhos distritais e dos conselhos gestores nas unidades de atenção à saúde, já existentes em muitos municípios. da cidadania e na luta pelo SUS O exercício da cidadania e do controle social, como já vimos, exige que lutemos por nossos direitos. ficuldades que encontrarmos vão exigir que recorramos a meios legais para que as leis sejam cumpridas. Por isso, é importante conhecer os recursos de que dispomos e os parceiros para alcançar os resultados que buscamos. Vamos destacar duas das mais importantes instituições às quais podemos recorrer para das leis e o respeito aos nossos direitos: o Ministério Público e o Procon. Ser representante implica em assumir o compromisso, junto àqueles que o indicaram, de las no conselho, assim como informar e prestar Os conselhos e as conferências não são as únicas formas de participar do sus, embora sejam previstas em lei federal. À medida que se avança ser criados nos estados e nos de participação e tornar as decisões mais próximas da gestores nas unidades de atenção à mos por nossos direitos. ão exigir que recorramos a meios legais para que as leis sejam cumpridas. Por isso, é importante conhecer os recursos de que dispomos e os parceiros Vamos destacar duas das mais importantes instituições às quais podemos recorrer para das leis e o respeito aos nossos direitos: o Ministério Público e o Procon. Quando identificarmos o n que vai verificar se está havendo mesmo desrespeito e comunicar ao juiz caso isso tenha sido constatado. O juiz pode promover uma ação civil pública com base em proposta do promotor ou de solicitação direta de qualquer entidade de representação ou associação que exista legalmente há pelo menos um ano. São muitas as razões que podem conduzir a uma ação dessa natureza. O mau funcionamento dos serviços por falta de pro inexistência de materiais e equipamentos, a má administração ou o mau uso ou desvio dos recursos públicos destinados à saúde podem ser ação civil pública. O não cumprimento comprovado da lei qu obstrução ou impedimento ao seu funcionamento também são razões que podem justi civil pública. ficarmos o não cumprimento da lei, devemos procurar o promotor de justiça, está havendo mesmo desrespeito e comunicar ao juiz caso isso tenha sido O juiz pode promover uma ação civil pública com base em proposta do promotor ou de qualquer entidade de representação ou associação que exista legalmente há pelo razões que podem conduzir a uma ação dessa natureza. O mau funcionamento dos serviços por falta de profissionais, a má conservaç equipamentos, a má administração ou o mau uso ou desvio dos recursos públicos destinados à saúde podem ser motivos para responsabilizar os gestores públicos e solicitar a O não cumprimento comprovado da lei que determina a criação dos conselhos de saúde ou a impedimento ao seu funcionamento também são razões que podem justi cumprimento da lei, devemos procurar o promotor de justiça, está havendo mesmo desrespeito e comunicar ao juiz caso isso tenha sido O juiz pode promover uma ação civil pública com base em proposta do promotor ou de qualquer entidade de representação ou associação que exista legalmente há pelo razões que podem conduzir a uma ação dessa natureza. fissionais, a má conservação ou equipamentos, a má administração ou o mau uso ou desvio dos recursos motivos para responsabilizar os gestores públicos e solicitar a e determina a criação dos conselhos de saúde ou a impedimento ao seu funcionamento também são razões que podem justificar a ação A Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, aprovou o código de proteção e defesa do consumidor, que define as situações e condições nas quais o Procon deve ser acionado. Em geral, as pessoas pensam que este órgão só se dedica prevê a proteção ao consumidor dos serviços de saúde. Se o problema é o mau at saúde, a população ainda pode recorrer aos conselhos pro médico recusou-se a atender ou provocou danos por atendimento errado ou inadequado, o usuário deve fazer uma denúncia. Para isso, precisa comprovar o fato ao Conselho Regional de Medicina, que é responsável pela fiscalização e controle do exercício pro profissionais de diversas outras categorias exemplo. Todas essas instituições só podem intervir mediante denúncia. Isso signi precisa se acostumar a realizar o registro do ocorrido sempre que for desrespeitada nos seus direitos. Outro recurso que pode ser utilizado é a denúncia através dos meios de comunicação. Muitos meios abrem espaço para as reivindicações populares e este é um canal fundamental para auxiliar a defesa dos direitos da população. corretas, pois são elas que contribuirão para a defesa dos direitos de cidadania. A Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, aprovou o código de proteção e defesa do situações e condições nas quais o Procon deve ser acionado. Em geral, as pessoas pensam que este órgão só se dedica ao consumidor de bens ou objetos, mas o código também prevê a proteção ao consumidor dos serviços de saúde. Se o problema é o mau atendimento, o descaso ou a irresponsabilidade de pro ainda pode recorrer aos conselhos profissionais da categoria. Por exemplo, se um provocou danos por atendimento errado ou inadequado, o usuário Para isso, precisa comprovar o fato ao Conselho Regional de Medicina, que é responsável controle do exercício profissional dos médicos. Há também conselhos fissionais de diversas outras categorias como enfermeiros, assistentes sociais e odontólogos, por Todas essas instituições só podem intervir mediante denúncia. Isso signi a realizar o registro do ocorrido sempre que for desrespeitada nos seus direitos. curso que pode ser utilizado é a denúncia através dos meios de comunicação. Muitos para as reivindicações populares e este é um canal fundamental para auxiliar a defesa dos direitos da população. Lembre-se também da importância de se div corretas, pois são elas que contribuirão para a defesa dos direitos de cidadania. A Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, aprovou o código de proteção e defesa do situações e condições nas quais o Procon deve ser acionado. Em geral, as ao consumidor de bens ou objetos, mas o código também endimento, o descaso ou a irresponsabilidade de profissionais de fissionais da categoria. Por exemplo, se um provocou danos por atendimento errado ou inadequado, o usuário Para isso, precisa comprovar o fato ao Conselho Regional de Medicina, que é responsável fissional dos médicos. Há também conselhos ros, assistentes sociais e odontólogos, por Todas essas instituições só podem intervir mediante denúncia. Isso significa que a população a realizar o registro do ocorrido sempre que for desrespeitada nos seus direitos. curso que pode ser utilizado é a denúncia através dos meios de comunicação. Muitos para as reivindicações populares e este é um canal fundamental para auxiliar a se também da importância de se divulgar informações corretas, pois são elas que contribuirão para a defesa dos direitos de cidadania. UNIDADE 6 Olá. No nosso encontro de hoje, vamos falar sobre a história do PACS/PSF/ESF e como se deu mudança do modelo assistencial. Programa Saúde da Família (PSF) O Programa Saúde da Família é uma estratégia que tem como prioridade as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde dos indivíduos. Ele contempla as famílias, des recém-nascido até o idoso, de forma integral e continua. A primeira etapa de sua implantação teve início em 1991, por meio do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). A partir de 1994 começaram a ser formadas as primeiras equipes do programa saúde da família, com o objetivo de incorporar e ampliar a atuação dos agentes comunitários de saúde. A saúde da família é entendida como uma operacionalizada mediante a implantaçã saúde. Estas equipes sãoresponsáveis localizadas em uma áreageográfic famílias exige das equipes de saúde para a atençãobásica no brasil, especialmente no contexto do SUS. Havia no Brasil um modelo assistencial reso-

lutividade para a maioria dos problemas de assistência à saúde historicamente difundido em nossa sociedade é submetido de reversão na prática proposta pelo PSF. UNIDADE 6 - HISTÓRIA DO PACS/PSF/ESF . No nosso encontro de hoje, vamos falar sobre a história do PACS/PSF/ESF e como se deu mudança do modelo assistencial. Programa Saúde da Família (PSF) O Programa Saúde da Família é uma estratégia que tem como prioridade as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde dos indivíduos. Ele contempla as famílias, des , de forma integral e continua. A primeira etapa de sua implantação teve início em 1991, por meio do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). A partir de 1994 começaram a ser formadas as primeiras equipes do saúde da família, com o objetivo de incorporar e ampliar a atuação dos agentes é entendida como uma estratégia de reorientação do modelo assistencial, implantação de equipes multiprofissionais em unidades sãoresponsáveis pelo acompanhamento de um número áreageográfica delimitada. A responsabilidade pelo acompanhamento das saúde a necessidade de ultrapassar os limites classicamente defi no brasil, especialmente no contexto do SUS. Havia no Brasil um modelo assistencial hegemônico, que ao longo do tempo aioria dos problemas de saúde da população. O modelo curativista de historicamente difundido em nossa sociedade é submetido proposta pelo PSF. HISTÓRIA DO PACS/PSF/ESF . No nosso encontro de hoje, vamos falar sobre a história do PACS/PSF/ESF e conhecer O Programa Saúde da Família é uma estratégia que tem como prioridade as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde dos indivíduos. Ele contempla as famílias, desde o A primeira etapa de sua implantação teve início em 1991, por meio do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). A partir de 1994 começaram a ser formadas as primeiras equipes do saúde da família, com o objetivo de incorporar e ampliar a atuação dos agentes do modelo assistencial, ssionais em unidades básicas de número definido de famílias, delimitada. A responsabilidade pelo acompanhamento das sar os limites classicamente definidos , que ao longo do tempo não apresentou . O modelo curativista de historicamente difundido em nossa sociedade é submetido, então, a um processo A Estratégia de Saúde da evoluçãohistórica e organização do sistema de da família comprova a adesão de gestores estaduais e municipais aos seus dessa estratégia precisa ser sustentada por um processo que permita a real de serviços tradicionais no âmbito positivos nos indicadores de saúde como estratégia estruturante dos sistemas municipais de movimento com o intuito de reordenar o modelo de utilização dos demais níveis assistenc indicadores de saúde das populações Com a implementação do PSF, o prazo, a concepção de que o hospital é A EstratégiaSaúde da Família está estruturada a partir da unidade de equipe multiprofissional que assume a responsabilidade por determinada ela vinculado. Lá, a equipe desenvolve tratamento e reabilitação de agravos. Princípios do PSF/ESF A adoção de programas voltados para a este modelo de assistência era realizado somente pelo família. Com o passar dos tempos houve uma Alguns países criaram programas de objetivo era melhorar a saúde das pessoas que necessitavam de cuidados por apresentarem alguma patologia ou dependência para o autocuidado, principalmente os idosos. Esse tipo de privilegiava ações e atividades curativas em detrimento de proteção à saúde que vemos atualmente. Com o PACS, observou-se que a ma resolvida no próprio domicílio, se houvesse uma equipe de Ministério da Saúde criou o PSF. Nele, uma equipe de saúde enfermagem, além do ACS, passou a ter a da Família é um projeto dinamizador do SUS do sistema de saúde no Brasil. A velocidade de de gestores estaduais e municipais aos seus princípios precisa ser sustentada por um processo que permita a real substituição âmbito dos municípios pela capacidade de produção saúde e de qualidade de vida da população assistida. A estruturante dos sistemas municipais de saúde tem provocado um importante movimento com o intuito de reordenar o modelo de atenção no SUS. Busca maior racionalidade na assistenciais e tem produzido resultados positivos nos principais populações assistidas às equipes saúde da família. do PSF, o Ministério da Saúde pretende reverter, a de que o hospital é o centro de todas as atividades de assistência está estruturada a partir da unidade de saúde nal que assume a responsabilidade por determinada população , a equipe desenvolve ações de promoção da saúde e de de agravos. de programas voltados para a assistência familiar ou domiciliar é antiga era realizado somente pelo médico, que era conhecido como o . Com o passar dos tempos houve uma mudança nesse modelo de assistência criaram programas de prestação de cuidados integrados nos das pessoas que necessitavam de cuidados por apresentarem alguma para o autocuidado, principalmente os idosos. Esse tipo de e atividades curativas em detrimento de ações e atividades de que vemos atualmente. se que a maioria dos problemas identificados pelos ACS poderia ser , se houvesse uma equipe de saúde de referência saúde formada por um médico, um enfermeiro e um auxiliar de do ACS, passou a ter a atribuição de atuar sobre uma determinada realidade, é um projeto dinamizador do SUS, condicionada pela no Brasil. A velocidade de expansão da saúde princípios. A consolidação substituição da rede básica produção de resultados assistida. A saúde da família tem provocado um importante no SUS. Busca maior racionalidade na iais e tem produzido resultados positivos nos principais pretende reverter, a médio e longo assistência à saúde. saúde da família, com uma população, no território a e de prevenção, além do familiar ou domiciliar é antiga, porém, , que era conhecido como o médico de assistência. de cuidados integrados nos domicílios. O das pessoas que necessitavam de cuidados por apresentarem alguma para o autocuidado, principalmente os idosos. Esse tipo de assistência e atividades de promoção e cados pelos ACS poderia ser referência. E foi assim que o , um enfermeiro e um auxiliar de de atuar sobre uma determinada realidade, promovendo a saúdee a qualidade de vida da popupu território definido e com clientela conhecida Os princípios de atuação do PSF promovem uma de um novo processo de trabalho em açõesprimárias na atençãobásica e a garantia da encontra integrada a rede de serviços Para a implantação do PSF, os estabelecidas pelo Ministério da conselho municipal de saúde. Ao garantir as condiçõesfísicas e os equipamentos Após a realização do cadastramento das junto à comunidade, ou seja, os aspectos populacionais, os aspectos socioeconômicos sua cultura, valores, crenças e o seu processo saúde diagnóstico da comunidade, o planejamento e a A comunidade deve participar de todo o processo de atividades a serem realizadas deverão A EstratégiaSaúde da Família população. Cumprindo princípio e a qualidade de vida da popupulação de referência. As equipes trabalham com nido e com clientela conhecida através de cadastramento e acompanhamento do PSF promovem uma mudança na prática convencional e a trabalho em saúde. Promovem ainda a hierarquização e a garantia da atenção integral aos indivíduos serviços de saúde. do PSF, os municípios interessados deverão cumprir as da Saúde e elaborar uma proposta que deverá ser aprovada pelo . Ao município, cabe definir a área de implantação e os equipamentos necessários e a contratação da equipe de trabalho. do cadastramento das famílias, deverá ser feito o levantamento de dados e, ou seja, os aspectos geográficos, as características do ambiente socioeconômicos e o modo de viver da comunidade, levando em conta e o seu processo saúde-doença. Com os dados coletados, da comunidade, o planejamento e a programação de trabalho. A comunidade deve participar de todo o processo de implantação do deverão ser voltadas para si e para as famílias. Família foi idealizada para aproximar os princípio constitucional, garante ao cidadão o direito de receber . As equipes trabalham com de cadastramento e acompanhamento continuo. convencional e a adoção hierarquização dos serviços, com indivíduos e famílias, já que se cumprir as exigências e elaborar uma proposta que deverá ser aprovada pelo implantação do programa, da equipe de trabalho. deverá ser feito o levantamento de dados do ambiente, os dados e o modo de viver da comunidade, levando em conta . Com os dados coletados, será feito o do serviço. As ações e foi idealizada para aproximar os serviços de saúde da o direito de receber atenção integral à saúde, priorizando as atividades preventivas, mas sem permite também que os responsáveis sobre aqueles a quem deve servir. A Unidade de Saúde da Família atua com base nos seguintes ? Caráter substitutivo: significa a um novo processo de trabalho ? Integralidade e hierarquização serviços do sistema local de de serviços de forma que se garanta assegurada a referência e contrarreferência requerida maior complexidade identificados

na atençãobásica ? Territorialização e adscrição de clientela abrangência definido e é populaçãoadstrita a área. Cada equipe pode ser para poder garantir uma assistência ? Equipe multiprofissional: generalista ou médico de enfermagem e de agentes semanais. O número de ACS varia de acordo com o responsabilidade da equipe, numa previsto a incorporação de profissionais de Outros profissionais poderão necessidades e possibilidades locais. Uma unidade de saúde da concentração de famílias do território , priorizando as atividades preventivas, mas sem prejuízo da assistência responsáveis pela oferta de serviços de saúde aprofundem o conhecimento sobre aqueles a quem deve servir. atua com base nos seguintes princípios: significa a substituição das práticas convencionais de um novo processo de trabalho, cujo eixo está centrado na vigilância à saúde hierarquização: a unidade de saúde se insere no primeiro do sistema local de saúde, denominado atençãobásica. Deve estar vinculada de forma que se garanta atenção integral aos indivíduos contrarreferência para os diversos níveis do sistema, sempre que for requerida maior complexidade tecnológica para a resolução de situa atençãobásica. Territorialização e adscrição de clientela: a unidade de saúde trabalha com nido e é responsável pelo cadastramento e acompanhamento da . Cada equipe pode ser responsável por no máximo assistência de qualidade satisfatória. Equipe multiprofissional: a equipe de saúde é composta, minimamente, por um de família, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem ou enfermagem e de agentes comunitários de saúde, com jornada de trabalho de 40 horas de ACS varia de acordo com o número responsabilidade da equipe, numa proporçãomédia de um agente para de profissionais de saúde bucal nas equipes de poderão fazer parte das unidades de saúde da família necessidades e possibilidades locais. da família pode atuar com uma ou mais equipes, dependendo da território de sua abrangência. Cada equipe deve estar preparada para: assistência curativa. Ela fundem o conhecimento convencionais de assistência por saúde. se insere no primeiro nível de ações e . Deve estar vinculada à rede indivíduos e famílias e seja do sistema, sempre que for situações ou problemas trabalha com território de pelo cadastramento e acompanhamento da máximo 4.000 pessoas , minimamente, por um médico o, um auxiliar de enfermagem ou técnico de , com jornada de trabalho de 40 horas número de pessoas sob a te para 750 pessoas. Está bucal nas equipes de saúde da família. família, de acordo com as pode atuar com uma ou mais equipes, dependendo da . Cada equipe deve estar preparada para: UNIDADE 7 - ATRIBUIÇÕES DO ACS Olá! No encontro de hoje vamos falar sobre as atribuições do ACS. A política nacional de atençãobásica caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde no âmbito individual e coletivo, que abrange ações de promoção, prevenção, recuperação e manutenção da saúde. Tudo isso desenvolvido de forma descentralizada e o mais próximo da vida das pessoas. É na comunidade que a equipe de saúde pode contribuir para a melhoria da atenção a saúde de sua população. Para isso, a atençãobásica tem a EstratégiaSaúde da Família como prioridade. Dentre os membros da equipe da ESF, o ACS tem seu papel fundamental. No texto trabalhado na Atividade 3, “ACS, um agente de mudanças”, vimos que as ações do ACS favorecem a transformação de situações-problema que afetam a qualidade de vida das famílias. Isso porque o ACS tem como principal objetivo contribuir para a qualidade de vida das pessoas e da comunidade. Complemente seus estudos com a leitura da Lei 11.350/2006, referente à regulamentação das atividades do ACS e do agente de combate às endemias - ACE. Plantando o futuro no presente Um senhor já idoso amava as plantas. Todos os dias, acordava bem cedo para cuidar de seu jardim. Fazia isso com tanto carinho e mantinha o jardim tão lindo que não admirasse suas plantas e flores. Certo dia resolveu plantar uma jabuticabeira. Enquanto fazia o serviço com toda dedicação, aproximou — Que planta é essa que o senhor está cuidando? — Acabo de plantar uma jabuticabeira! — Respondeu. — E quanto tempo ela demora a dar frutos? — Indagou o jovem. UNIDADE 8- SER ACS Um senhor já idoso amava as plantas. Todos os dias, acordava bem cedo para cuidar de seu jardim. Fazia isso com tanto carinho e mantinha o jardim tão lindo que não admirasse suas plantas e flores. Certo dia resolveu plantar uma jabuticabeira. Enquanto fazia o serviço com toda dedicação, aproximou-se dele um homem que lhe perguntou: Que planta é essa que o senhor está cuidando? jabuticabeira! E quanto tempo ela demora a dar frutos? Um senhor já idoso amava as plantas. Todos os dias, acordava bem cedo para cuidar de seu jardim. Fazia isso com tanto carinho e mantinha o jardim tão lindo que não havia quem não admirasse suas plantas e flores. Certo dia resolveu plantar uma jabuticabeira. Enquanto fazia o se dele um homem que lhe perguntou: — Ah! Mais ou menos uns quinze anos. — Respondeu o velho. — E o senhor espera viver tanto tempo assim? — Questionou o rapaz. — Não, provavelmente não comerei de seu fruto. — E qual a vantagem de plantar uma árvore se o senhor não comerá de seu fruto? O velho, olhando serenamente nos olhos do rapaz, respondeu: — Nenhuma, meu filho, exceto a vantagem de saber que ninguém comeria jabuticabas se todos pensassem como você. O rapaz, ouvindo aquilo, despediu-se do velho e saiu pensativo. Depois de caminhar um pouco, encontrou à sua frente uma árvore e parou para descansar à sua sombra. De repente olhou para cima e percebeu que era uma jabuticabeira carregada de frutos maduros. Pôde então saborear deliciosas jabuticabas. Enquanto comia, lembrou-se de sua conversa com o velho e refletiu: “estou comendo esta jabuticaba porque alguém 15 anos atrás plantou esta árvore. Talvez esta pessoa não esteja mais viva, mas seus frutos estão”. E pensando assim, o rapaz voltou ao jardim e se juntou ao velho no trabalho de plantar árvores frutíferas. A sua contribuição para o mundo não deve depender da época em que se colherão os frutos ou de quem irá comê-los. O importante é plantar e saber que um dia será beneficiado. UNIDADE 9 - O ACS ONTEM E HOJE Olá! No encontro de hoje vamos falar sobre o ACS de ontem e hoje. O Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) foi criado oficialmente pelo Ministério da Saúde em 1991 para se somar aos esforços voltados à redução dos graves índices de mortalidade infantil e materna na Região Nordeste do Brasil. Nasceu, portanto, com uma clara focalização de cobertura e objetivos, considerando que esta região concentrava o maior percentual de população em situação de pobreza e, consequentemente, mais exposta ao risco de adoecer e morrer. As Secretarias Estaduais de Saúde da região foram convidadas pelo Ministério da Saúde para traçar as diretrizes para a formação de agentes comunitários. Em função de seu projeto bemsucedido, o estado do Ceará foi a referência das lições apreendidas para adesão de todo o Nordeste ao programa. Normas e princípios foram definidos para garantir os critérios necessários ao agente de saúde: ter pelo menos 18 anos, saber ler e escrever, ter liderança e ser morador de sua comunidade há pelo menos dois anos. A necessidade de residir na área onde o age fortalecido como condição essencial para garantir a identidade cultural indispensável para esse tipo de trabalho, além de valorizar as potencialidades locais e promover a inclusão de lideranças comunitárias no desenvolvimento de uma política pública. A seleção dos ACS atendia a critérios específicos. Eles deveriam ser escolhidos no próprio município por processo seletivo, que incluía uma etapa de entrevista em que se buscava identificar e valorizar a qualidade mais import capaz de ajudar aos moradores na conquista de mais saúde e melhor qualidade de vida. Aos agentes comunitários era atribuída a responsabilidade de acompanhamento de 150 a 200 famílias, concentradas em uma microárea dos princípios de vigilância à saúde e de responsabilização territorial municípios estava condicionada ao cumprimento de algumas exigências: ? Ter uma unidade básica de saúde à qu ? Ter um profissional enfermeiro, que assumisse a funçã ? Ter Conselho Municipal de Saúde implantado; ? Ter o fundo municipal de saúde criado e implantado, para receber recurso Nesse cenário, o PACS contribuiu de maneira significativa para a interiorização de profissionais enfermeiros. Inicialmente, o programa esteve centrado nos pequenos municípios, que se caracterizavam pela precariedade de seus indicadores e pel de seus serviços. Muitos desses municípios não tinham nenhum profissional de saúde residente no local. Dessa forma, foi decisivo o envolvimento dos enfermeiros na implantação do PACS. No final de 1991, início de 1 estados do Norte do país, como estratégia de combate da epidemia de cólera que ameaçava a região. Nessa época havia menos de 20 mil agentes incorporados aos municípios. menos dois anos. A necessidade de residir na área onde o agente desempenha sua função

tem se fortalecido como condição essencial para garantir a identidade cultural indispensável para esse tipo de trabalho, além de valorizar as potencialidades locais e promover a inclusão de lideranças to de uma política pública. A seleção dos ACS atendia a critérios específicos. Eles deveriam ser escolhidos no próprio município por processo seletivo, que incluía uma etapa de entrevista em que se buscava identificar e valorizar a qualidade mais importante da função: o espírito de solidariedade. O ACS deveria ser capaz de ajudar aos moradores na conquista de mais saúde e melhor qualidade de vida. Aos agentes comunitários era atribuída a responsabilidade de acompanhamento de 150 a 200 das em uma microárea. Essa medida foi fundamental para fortalecer a importância dos princípios de vigilância à saúde e de responsabilização territorial. A implantação do PACS nos municípios estava condicionada ao cumprimento de algumas exigências: ma unidade básica de saúde à qual o ACS estivesse vinculado; Ter um profissional enfermeiro, que assumisse a função de docente/supervisor; nicipal de Saúde implantado; Ter o fundo municipal de saúde criado e implantado, para receber recurso Nesse cenário, o PACS contribuiu de maneira significativa para a interiorização de profissionais enfermeiros. Inicialmente, o programa esteve centrado nos pequenos municípios, que se caracterizavam pela precariedade de seus indicadores e pela insuficiência de oferta e de organização de seus serviços. Muitos desses municípios não tinham nenhum profissional de saúde residente no local. Dessa forma, foi decisivo o envolvimento dos enfermeiros na implantação do PACS. No final de 1991, início de 1992, o PACS estendeu-se em caráter de emergência para os estados do Norte do país, como estratégia de combate da epidemia de cólera que ameaçava a região. Nessa época havia menos de 20 mil agentes incorporados aos municípios. nte desempenha sua função tem se fortalecido como condição essencial para garantir a identidade cultural indispensável para esse tipo de trabalho, além de valorizar as potencialidades locais e promover a inclusão de lideranças A seleção dos ACS atendia a critérios específicos. Eles deveriam ser escolhidos no próprio município por processo seletivo, que incluía uma etapa de entrevista em que se buscava identificar e ante da função: o espírito de solidariedade. O ACS deveria ser capaz de ajudar aos moradores na conquista de mais saúde e melhor qualidade de vida. Aos agentes comunitários era atribuída a responsabilidade de acompanhamento de 150 a 200 Essa medida foi fundamental para fortalecer a importância . A implantação do PACS nos o de docente/supervisor; Ter o fundo municipal de saúde criado e implantado, para receber recursos do Programa. Nesse cenário, o PACS contribuiu de maneira significativa para a interiorização de profissionais enfermeiros. Inicialmente, o programa esteve centrado nos pequenos municípios, que se a insuficiência de oferta e de organização de seus serviços. Muitos desses municípios não tinham nenhum profissional de saúde residente no local. Dessa forma, foi decisivo o envolvimento dos enfermeiros na implantação do PACS. se em caráter de emergência para os estados do Norte do país, como estratégia de combate da epidemia de cólera que ameaçava a região. A cada mudança política, pois não havia consenso quanto à continuidade do programa por alguns meses e sua continuidade só foi garantida em função da epidemia da cólera que ame o país. Não havia fonte e mecanismo de financiamento que garantisse a sustentabilidade do programa. Só para exemplificar trabalhando havia 6 meses sem receber seus salários. É justo dizer que, nesse período inicial de concepção e implantação do programa, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) desempenhou importante papel de defesa e fortalecimento de seus princípios. Em 1993, o PACS foi posto em xeque: ou seria reorientado ou aba exitosas acumuladas pelo programa em diversos municípios e as medidas gerenciais tomadas em parceria com as Secretarias Estaduais de Saúde permitiram o redirecionamento do programa, com o propósito de corrigir problemas e valorizar O ACS passou a ser um elemento de identificação e de tradução da realidade social de sua comunidade. Além de trazer para os serviços de saúde números mais precisos das condições epidemiológicas de sua localidade, ele possui como n dinâmica de sua comunidade. Em consequência, a pessoa atendida deixava de ser um número ou uma porcentagem das estatísticas funcionavam como mediadores das Ainda em 1993, ocorreu mais um passo importante para o fortalecimento do processo de municipalização dos serviços de saúde SUS/93), que estabelece critérios para a responsabilização dos municípios na gestão municipal. Havia nessa época o reconhecimento da “crise do modelo assistencial”, que precisava ser enfrentado para consolidar o processo de reforma iniciado com a implantação do Sistema Ú e que já expressava avanços significativos com a descentralização e municipalização dos serviços de saúde. O reconhecimento da crise de modelo suscitou a necessidade emergencial de uma nova estratégia estruturante, contemplando a incor contextualizadas nas novas práticas assistenciais propostas. Com esse propósito, inicio ou formulação das diretrizes do Programa de Saúde da Família (PSF), lançado em marco de 1994. Estratégia de Saúde da Famíli A cada mudança política, marcada por trocas sucessivas de ministros, pois não havia consenso quanto à continuidade do programa. Em 1992, sua expansão ficou suspensa por alguns meses e sua continuidade só foi garantida em função da epidemia da cólera que ame Não havia fonte e mecanismo de financiamento que garantisse a sustentabilidade do Só para exemplificar, era frequente nesse período encontrar agentes que estavam trabalhando havia 6 meses sem receber seus salários. ue, nesse período inicial de concepção e implantação do programa, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) desempenhou importante papel de defesa e fortalecimento de seus princípios. Em 1993, o PACS foi posto em xeque: ou seria reorientado ou abandonado. As experiências exitosas acumuladas pelo programa em diversos municípios e as medidas gerenciais tomadas em parceria com as Secretarias Estaduais de Saúde permitiram o redirecionamento do programa, com o propósito de corrigir problemas e valorizar as suas potencialidades. O ACS passou a ser um elemento de identificação e de tradução da realidade social de sua comunidade. Além de trazer para os serviços de saúde números mais precisos das condições epidemiológicas de sua localidade, ele possui como ninguém conhecimento da comunicação e da dinâmica de sua comunidade. Em consequência, a pessoa atendida deixava de ser um número ou uma porcentagem das estatísticas oficiais, e ganhava nome, endereço e identidade. Os agentes funcionavam como mediadores das necessidades da comunidade e das carências do serviço público. ocorreu mais um passo importante para o fortalecimento do processo de municipalização dos serviços de saúde: é publicada a Norma Operacional Básica de tabelece critérios para a responsabilização dos municípios na gestão municipal. Havia nessa época o reconhecimento da “crise do modelo assistencial”, que precisava ser enfrentado para consolidar o processo de reforma iniciado com a implantação do Sistema Ú e que já expressava avanços significativos com a descentralização e municipalização dos serviços de O reconhecimento da crise de modelo suscitou a necessidade emergencial de uma nova estratégia estruturante, contemplando a incorporação de recursos humanos e tecnologias contextualizadas nas novas práticas assistenciais propostas. Com esse propósito, iniciou formulação das diretrizes do Programa de Saúde da Família (PSF), lançado em marco de 1994. Estratégia de Saúde da Família (ESF) , retomava-se o debate, sua expansão ficou suspensa por alguns meses e sua continuidade só foi garantida em função da epidemia da cólera que ameaçava Não havia fonte e mecanismo de financiamento que garantisse a sustentabilidade do , era frequente nesse período encontrar agentes que estavam ue, nesse período inicial de concepção e implantação do programa, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) desempenhou importante papel de defesa e ndonado. As experiências exitosas acumuladas pelo programa em diversos municípios e as medidas gerenciais tomadas em parceria com as Secretarias Estaduais de Saúde permitiram o redirecionamento do programa, com o O ACS passou a ser um elemento de identificação e de tradução da realidade social de sua comunidade. Além de trazer para os serviços de saúde números mais precisos das condições inguém conhecimento da comunicação e da dinâmica de sua comunidade. Em consequência, a pessoa atendida deixava de ser um número ou ciais, e ganhava nome, endereço e identidade. Os agentes necessidades da comunidade e das carências do serviço público. ocorreu mais um passo importante para o fortalecimento do processo de é publicada a Norma Operacional Básica

de 1993 (NOBtabelece critérios para a responsabilização dos municípios na gestão municipal. Havia nessa época o reconhecimento da “crise do modelo assistencial”, que precisava ser enfrentado para consolidar o processo de reforma iniciado com a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) e que já expressava avanços significativos com a descentralização e municipalização dos serviços de O reconhecimento da crise de modelo suscitou a necessidade emergencial de uma nova poração de recursos humanos e tecnologias contextualizadas nas novas práticas assistenciais propostas. Com esse propósito, iniciou-se a formulação das diretrizes do Programa de Saúde da Família (PSF), lançado em marco de 1994. Saúde da Família é uma estratégia que prioriza as ações de promoção da saúde dos indivíduos e da família. Do recém integral e continua. A Saúde da Família tem como objetivo a re e critérios, em substituição ao modelo tradicional de assistência doenças e hospitalização. A atenção está centrada na família social, o que vem possibilitando as equipes de Saúde da Família uma compreensão ampliada do processo saúde-doença e da necessidade de intervenções foi idealizado para aproximar os serviços de aprofundar o conhecimento sobre aqueles a quem devem servir. A Atenção Primaria à Saúde vida da população, a partir do controle dos fatores am conduta de vida das pessoas, eliminação dos riscos e orientação de hábitos mais saudáveis processo saúde-doença é determinado por múltiplas causas e fatores relacionados vida da população. Portanto, é importante a participação ativa de todos os setores da administração do município, outros atores sociais e da comunidade e necessidades de saúde do povo e a adoção de medidas concretas para melhor Outro aspecto importante para a mudança do modelo de assistência à saúde é o envolvimento da equipe de saúde com o dia a dia da comunidade. Essa equipe tem o compromisso de organizar o serviço de saúde, no encaminhamento de proble situações que sinta segurança e capacidade para intervir. A Saúde da Família vem demonstrando ser mais do que um programa específico estratégia que define o modelo de assistência à saúde que mais se na Constituição Federal. Todas as pessoas cadastradas são atendidas na Unidade de Saúde da Família com igualdade de direitos. Recebem assistência naquilo em que necessitam, de forma permanente e pela mesma equipe. Dessa forma, recebem orientações sobre cuidados de saúde e são mobilizadas sobre como manter a sua saúde, de suas famílias e de sua comunidade, compreendendo a relação entre as doenças, estilos e hábitos de vida. A ESF deve considerar vários componentes ou requis vigente, tais como: ? Territorialização: cada equipe deve ter como responsabilidade de atenção um território, ou seja, possuir uma área e uma população definida; ? Hierarquização: referência e e hospitais, que garantam a completa atenção da saúde onde e quando a população necessitar; Saúde da Família é uma estratégia que prioriza as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde dos indivíduos e da família. Do recém-nascido ao idoso, sadios ou doentes, de forma A Saúde da Família tem como objetivo a reorganização da prática assistencial em novas bases em substituição ao modelo tradicional de assistência. Ela agora é orientada para a cura de A atenção está centrada na família, entendida e percebida a partir do seu o que vem possibilitando as equipes de Saúde da Família uma compreensão ampliada do doença e da necessidade de intervenções, que vão além de práticas curativas. O PSF foi idealizado para aproximar os serviços de saúde da população, permitindo aos gestores do SUS aprofundar o conhecimento sobre aqueles a quem devem servir. A Atenção Primaria à Saúde (APS) e o PSF se baseiam na modificação positiva do modo de vida da população, a partir do controle dos fatores ambientais, sociais e da mudança do estilo e eliminação dos riscos e orientação de hábitos mais saudáveis doença é determinado por múltiplas causas e fatores relacionados é importante a participação ativa de todos os setores da administração outros atores sociais e da comunidade. Assim, é possível a identificação de problemas e necessidades de saúde do povo e a adoção de medidas concretas para melhor Outro aspecto importante para a mudança do modelo de assistência à saúde é o envolvimento da equipe de saúde com o dia a dia da comunidade. Essa equipe tem o compromisso de organizar o serviço de saúde, no encaminhamento de problemas que não pode resolver e na sua atuação em situações que sinta segurança e capacidade para intervir. A Saúde da Família vem demonstrando ser mais do que um programa específico estratégia que define o modelo de assistência à saúde que mais se aproxima dos princípios indicados na Constituição Federal. Todas as pessoas cadastradas são atendidas na Unidade de Saúde da Família com igualdade de direitos. Recebem assistência naquilo em que necessitam, de forma permanente e orma, recebem orientações sobre cuidados de saúde e são mobilizadas sobre como manter a sua saúde, de suas famílias e de sua comunidade, compreendendo a relação entre as doenças, estilos e hábitos de vida. A ESF deve considerar vários componentes ou requisitos, além do estabelecido na legislação : cada equipe deve ter como responsabilidade de atenção um território, ou seja, possuir uma área e uma população definida; Hierarquização: referência e contrarreferência – relação entre serviços básicos, especializados e hospitais, que garantam a completa atenção da saúde onde e quando a população necessitar; , proteção e recuperação nascido ao idoso, sadios ou doentes, de forma organização da prática assistencial em novas bases Ela agora é orientada para a cura de , entendida e percebida a partir do seu ambiente físico e o que vem possibilitando as equipes de Saúde da Família uma compreensão ampliada do , que vão além de práticas curativas. O PSF saúde da população, permitindo aos gestores do SUS (APS) e o PSF se baseiam na modificação positiva do modo de sociais e da mudança do estilo e eliminação dos riscos e orientação de hábitos mais saudáveis. O doença é determinado por múltiplas causas e fatores relacionados às condições de é importante a participação ativa de todos os setores da administração é possível a identificação de problemas e necessidades de saúde do povo e a adoção de medidas concretas para melhorar a qualidade de vida. Outro aspecto importante para a mudança do modelo de assistência à saúde é o envolvimento da equipe de saúde com o dia a dia da comunidade. Essa equipe tem o compromisso de organizar o mas que não pode resolver e na sua atuação em A Saúde da Família vem demonstrando ser mais do que um programa específico. Ela é a aproxima dos princípios indicados na Constituição Federal. Todas as pessoas cadastradas são atendidas na Unidade de Saúde da Família com igualdade de direitos. Recebem assistência naquilo em que necessitam, de forma permanente e orma, recebem orientações sobre cuidados de saúde e são mobilizadas sobre como manter a sua saúde, de suas famílias e de sua comunidade, compreendendo a relação entre as itos, além do estabelecido na legislação : cada equipe deve ter como responsabilidade de atenção um território, ou relação entre serviços básicos, especializados e hospitais, que garantam a completa atenção da saúde onde e quando a população necessitar; ? Atenção ativa: a equipe terá que ir à comunidade necessidades de saúde e encontrar soluções em conjunto com as próprias famílias e população. Deverá também orientar ? Globalidade: a atenção à saúde deverá ser voltada para todos homens, mulheres, crianças, ? Continuidade: a população é acompanhada pela mesma equipe permanentemente ? Participação: a colaboração de toda a sociedade e dos setores da economia no desempenho da ESF é de suma importância para a identificação de problemas atividades. É importante lembrar que os serviços de saúde não podem dar solução a todos os problemas de forma isolada. As equipes da ESF são multiprofissionais, compostas minimamente por um médico, um enfermeiro, um ou dois auxiliares de enfermagem e de quatro a seis ACS. Assim se assumia o desafio do trabalho em equipe multidisciplinar, com responsabilização de um território onde vivem ou trabalham em torno de 4.500 pessoas, ou 1.000 famílias. A definição de responsabilidade ampliada no PSF, confere ao programa uma característica especial na organização dos serviços: a potencialidade de resgatar vínculos de compromisso e de corresponsabilidade entre os serviços de saúde, os profissionais e a população. Em 1995, o PACS e o PSF passaram a ser considerados pelo presidente da República projetos prioritários do Governo Federal. Assistência à Saúde (SAS), em que à sua sustentabilidade no âmbito do SUS a equipe terá que ir à comunidade, à família, para identificar problemas e e encontrar soluções em conjunto com as próprias famílias e Deverá também orientar, informar e promover educação sanitária; a atenção à saúde deverá ser voltada para todos. Sejam eles doentes,

sadios, homens, mulheres, crianças, adolescentes ou idosos; a população é acompanhada pela mesma equipe permanentemente a colaboração de toda a sociedade e dos setores da economia no desempenho da ESF é de suma importância para a identificação de problemas, planejamento e controle da É importante lembrar que os serviços de saúde não podem dar solução a todos os problemas de forma isolada. As equipes da ESF são multiprofissionais, compostas minimamente por um médico, um iares de enfermagem e de quatro a seis ACS. Assim se assumia o o do trabalho em equipe multidisciplinar, com responsabilização de um território onde vivem 00 pessoas, ou 1.000 famílias. A definição de responsabilidade territorial e adscrição de famílias, introduzida no PACS e ampliada no PSF, confere ao programa uma característica especial na organização dos serviços: a potencialidade de resgatar vínculos de compromisso e de corresponsabilidade entre os serviços de úde, os profissionais e a população. o PACS e o PSF passaram a ser considerados pelo presidente da República projetos . A gestão do programa foi inserida no âmbito da Secretaria de (SAS), em que se iniciaram a definição e a construção das condições necessárias à sua sustentabilidade no âmbito do SUS. , para identificar problemas e e encontrar soluções em conjunto com as próprias famílias e , informar e promover educação sanitária; . Sejam eles doentes, sadios, a população é acompanhada pela mesma equipe permanentemente; a colaboração de toda a sociedade e dos setores da economia no desempenho da anejamento e controle das É importante lembrar que os serviços de saúde não podem dar solução a todos os As equipes da ESF são multiprofissionais, compostas minimamente por um médico, um iares de enfermagem e de quatro a seis ACS. Assim se assumia o o do trabalho em equipe multidisciplinar, com responsabilização de um território onde vivem , introduzida no PACS e ampliada no PSF, confere ao programa uma característica especial na organização dos serviços: a potencialidade de resgatar vínculos de compromisso e de corresponsabilidade entre os serviços de o PACS e o PSF passaram a ser considerados pelo presidente da República projetos A gestão do programa foi inserida no âmbito da Secretaria de se iniciaram a definição e a construção das condições necessárias UNIDADE10 -MORAL E ÉTICA Olá! No encontro de hoje vamos falar sobre moral e ética, além de humanização na atenção à saúde. A ética estuda o comportamento moral do homem na sociedade. Este comportamento, por sua vez, é baseado em valores incorporados pelo individuo enquanto ser social. A ética estuda os atos conscientes e voluntários de indivíduos que afetam outras pessoas, grupos sociais, ou a sociedade em seu conjunto. Um comportamento só terá conotação moral se for consciente e voluntário e ocorrer no convívio social. Nesse sentido, As necessidades humanas básicas são as mesmas em todas as culturas, em qualqu que muda é a forma ou os meios utilizados para sua satisfação culturas diferentes e até dentro de uma mesma sociedade nova moral pode substituir uma velha ou convive política e econômica. Do mesmo modo, alguns valores morais se consolidam como positivos ao longo dos anos, como solidariedade, lealdade, honestidade, enquanto outros se consolidam como negativos, como egoísmo, vaidade, hipocrisia e desonestidade, por exemplo. Valores morais É o homem quem dá valor às coisas ou quem cria valores na sua relação com a natureza e com os outros homens. Contudo, o fato de as coisas terem um valor para o homem não há conotação moral neste valor. O valor moral depende da utilização dada ao objeto servirá. Por exemplo, pense que uma droga foi descoberta e está destinada a salvar vidas utilizada em uma guerra química e Só podemos atribuir valor moral a um ato se ele tem consequências que afetam outros indivíduos, um grupo social ou uma sociedade atribuição de valor que é dada ao ato de um sujeit avaliado estão inseridos em um contexto histórico e social, e utilizam uma escala de valores elaborada a partir de seu contexto de vida, enquanto ser social. Assim, os atos praticados e os juízos de valor situação e não a outra. Ou seja, dependendo do resultado obtido com o ato, podemos ter posições diferentes quanto ao mesmo ser moralmente valioso ou não. Por exemplo: Alguém pode contar uma mentira e ela ter si si teria uma conotação moral não valiosa. Porém, se o resultado foi o bem para o indivíduo, esse ato pode também ser avaliado como moralmente valioso. Se várias pessoas fossem avaliar a situação, provavelmente, teríamos posições diferentes. Esses problemas da relação cotidiana são práticos morais, conduzidas de acordo socialmente incorporados pelos indivíduos de uma determinada sociedade. Humanização e ética na atenção à saúde O modelo de atenção à saúde da Estratégia Saúde da Família está centrado no usuário exige das equipes a necessidade de pensar formas de humanizar a assistência à saúde As necessidades humanas básicas são as mesmas em todas as culturas, em qualqu que muda é a forma ou os meios utilizados para sua satisfação. Elas variam entre as sociedades com culturas diferentes e até dentro de uma mesma sociedade, em momentos históricos diferentes. Uma nova moral pode substituir uma velha ou conviver com ela, a partir de mudanças na estrutura social, Do mesmo modo, alguns valores morais se consolidam como positivos ao longo dos anos, como solidariedade, lealdade, honestidade, enquanto outros se consolidam como negativos, como oísmo, vaidade, hipocrisia e desonestidade, por exemplo. É o homem quem dá valor às coisas ou quem cria valores na sua relação com a natureza e com os outros homens. Contudo, o fato de as coisas terem um valor para o homem não O valor moral depende da utilização dada ao objeto: para que m, interesse ou necessidade pense que uma droga foi descoberta e está destinada a salvar vidas utilizada em uma guerra química e acaba causando mortes. Só podemos atribuir valor moral a um ato se ele tem consequências que afetam outros um grupo social ou uma sociedade. O juízo de valor que se faz de um ato humano é a atribuição de valor que é dada ao ato de um sujeito por outro sujeito. Aquele que avalia e o que é avaliado estão inseridos em um contexto histórico e social, e utilizam uma escala de valores elaborada a partir de seu contexto de vida, enquanto ser social. Assim, os atos praticados e os juízos de valor emitidos estão relacionados a uma determinada situação e não a outra. Ou seja, dependendo do resultado obtido com o ato, podemos ter posições diferentes quanto ao mesmo ser moralmente valioso ou não. Por exemplo: tar uma mentira e ela ter significado benéfico. Teoricamente, a ção moral não valiosa. Porém, se o resultado foi o bem para o indivíduo, esse ato pode também ser avaliado como moralmente valioso. Se várias pessoas fossem avaliar a situação, , teríamos posições diferentes. Esses problemas da relação cotidiana são práticos morais, conduzidas de acordo porados pelos indivíduos de uma determinada sociedade. Humanização e ética na atenção à saúde saúde da Estratégia Saúde da Família está centrado no usuário exige das equipes a necessidade de pensar formas de humanizar a assistência à saúde As necessidades humanas básicas são as mesmas em todas as culturas, em qualquer época, o Elas variam entre as sociedades com , em momentos históricos diferentes. Uma r com ela, a partir de mudanças na estrutura social, Do mesmo modo, alguns valores morais se consolidam como positivos ao longo dos anos, como solidariedade, lealdade, honestidade, enquanto outros se consolidam como negativos, como É o homem quem dá valor às coisas ou quem cria valores na sua relação com a natureza e com os outros homens. Contudo, o fato de as coisas terem um valor para o homem não significa que interesse ou necessidade pense que uma droga foi descoberta e está destinada a salvar vidas, mas é Só podemos atribuir valor moral a um ato se ele tem consequências que afetam outros O juízo de valor que se faz de um ato humano é a Aquele que avalia e o que é avaliado estão inseridos em um contexto histórico e social, e utilizam uma escala de valores emitidos estão relacionados a uma determinada situação e não a outra. Ou seja, dependendo do resultado obtido com o ato, podemos ter posições o. Teoricamente, a mentira em ção moral não valiosa. Porém, se o resultado foi o bem para o indivíduo, esse ato pode também ser avaliado como moralmente valioso. Se várias pessoas fossem avaliar a situação, Esses problemas da relação cotidiana são práticos morais, conduzidas de acordo com valores saúde da Estratégia Saúde da Família está centrado no usuário, o que exige das equipes a necessidade de pensar formas de humanizar a assistência à saúde. Qualquer pessoa, independentemente da idade, se tiver condições para apreciar a natureza e as consequências de um ato ou proposta de assistência à sua saúde sobre sua saúde. Ou seja, pode agir como pessoa autônoma. Autonomia relaciona decisão. É tarefa dos profissionais de saúde assegurar as condições necessárias pa-

ra que os usuários possam fazer suas escolhas com autonomia decisões que digam respeito à sua pessoa livres e esclarecidas, fundamentadas em informações adequadas recusar o que lhes é proposto. Qualquer pessoa, independentemente da idade, se tiver condições para apreciar a natureza e onsequências de um ato ou proposta de assistência à sua saúde, deve ter oportunidade de decidir sobre sua saúde. Ou seja, pode agir como pessoa autônoma. Autonomia relaciona ssionais de saúde assegurar as condições necessárias para que os usuários possam fazer suas escolhas com autonomia. Os usuários devem ser estimulados a compartilhar das decisões que digam respeito à sua pessoa, à sua família e à sua comunidade. fundamentadas em informações adequadas, de forma que possam aceitar ou Qualquer pessoa, independentemente da idade, se tiver condições para apreciar a natureza e , deve ter oportunidade de decidir sobre sua saúde. Ou seja, pode agir como pessoa autônoma. Autonomia relaciona-se com tomada de ssionais de saúde assegurar as condições necessárias para que os usuários Os usuários devem ser estimulados a compartilhar das . As decisões devem ser de forma que possam aceitar ou A transformação do modelo assistencial e a humanização do atendimento requerem a ga do direito à informação ao usuário decisões. Todos os integrantes da equipe de Saúde da Família devem estar conscientes da responsabilidade individual de esclarecer os usuários sobre que As informações não necessitam ser exaustivas ou apresentadas em linguajar téc científico. Devem ser simples, compreensíveis dos usuários nas suas escolhas e atos. O desenvolvimento de uma relação respeito pela autonomia dos usuários e permite diminuir sua dependência com relação dos profissionais. Convém lembrar que esta relação reforçada pelo vínculo e responsabilização que decorrem da adscrição das famílias de determinada região a uma equipe específica. Outros dois princípios éticos que devem ser observados nas atividade e a confidencialidade das informações. Estes princípios englobam: intimidade, vida privada e honra das pessoas. Os próprios usuários têm direito de decidir quais informações pessoais querem que sejam mantidas sob o seu exclusivo controle e a quem, quando, onde informações podem ser reveladas. Se o usuário tem direito à privacidade do segredo. Vale lembrar que são sigilosas não somente mas também aquelas que a equipe de saúde da família venha a conhecer no exercício de suas atividades. Está no âmbito do segredo tudo aquilo que se co com os usuários, inclusive nas visitas domiciliares. Deve encarada pelos usuários como um ato invasivo de privacidade. As confidencialidade dos fatos e dos dados torna O dever de manter o segredo das informações é obriga Para isso, devem ser criadas condições nas unidades relativos à intimidade do usuário e das famílias A transformação do modelo assistencial e a humanização do atendimento requerem a ga do direito à informação ao usuário, pois este é o elemento vital para que o usuário possa tomar decisões. Todos os integrantes da equipe de Saúde da Família devem estar conscientes da responsabilidade individual de esclarecer os usuários sobre questões que lhe são mais afeitas. As informações não necessitam ser exaustivas ou apresentadas em linguajar téc ples, compreensíveis, respeitosas e suficientes para garantir a autonomia dos usuários nas suas escolhas e atos. desenvolvimento de uma relação de confiança entre profissionais e usuários f mia dos usuários e permite diminuir sua dependência com relação brar que esta relação de confiança na Estratégia de Saúde da Família é nculo e responsabilização que decorrem da adscrição das famílias de determinada Outros dois princípios éticos que devem ser observados nas atividades do PSF: a privacidade de das informações. Estes princípios englobam: intimidade, vida privada e honra ários têm direito de decidir quais informações pessoais querem que sejam mantidas sob o seu exclusivo controle e a quem, quando, onde e em quais condições estas informações podem ser reveladas. Se o usuário tem direito à privacidade, cabe aos elementos da equipe o dever da manutenção do segredo. Vale lembrar que são sigilosas não somente as informações reveladas confi as também aquelas que a equipe de saúde da família venha a conhecer no exercício de suas Está no âmbito do segredo tudo aquilo que se conhece através dos contatos profi com os usuários, inclusive nas visitas domiciliares. Deve- -se estar atento para que a visita não seja encarada pelos usuários como um ato invasivo de privacidade. Assim, o dever de assegurar a dencialidade dos fatos e dos dados torna-se ainda mais indispensável. O dever de manter o segredo das informações é obrigação ética dos profi devem ser criadas condições nas unidades, para que se mantenham sob sigilo os dados relativos à intimidade do usuário e das famílias. Isso deve ser aplicado igualmente quando se trata da A transformação do modelo assistencial e a humanização do atendimento requerem a garantia pois este é o elemento vital para que o usuário possa tomar decisões. Todos os integrantes da equipe de Saúde da Família devem estar conscientes da stões que lhe são mais afeitas. As informações não necessitam ser exaustivas ou apresentadas em linguajar técnicocientes para garantir a autonomia ssionais e usuários favorece o mia dos usuários e permite diminuir sua dependência com relação à autoridade tégia de Saúde da Família é nculo e responsabilização que decorrem da adscrição das famílias de determinada s do PSF: a privacidade de das informações. Estes princípios englobam: intimidade, vida privada e honra ários têm direito de decidir quais informações pessoais querem que e em quais condições estas , cabe aos elementos da equipe o dever da manutenção as informações reveladas confidencialmente, as também aquelas que a equipe de saúde da família venha a conhecer no exercício de suas nhece através dos contatos profissionais ar atento para que a visita não seja sim, o dever de assegurar a dos profissionais de saúde. para que se mantenham sob sigilo os dados . Isso deve ser aplicado igualmente quando se trata da própria família. Um usuário pode não desejar que alguns fatos ou dados de sua privacidade sejam revelados a outros membros da família. Basta lembrar que é comum as adolescentes não quererem revelar dados de sua vid seus pais, procurando a unidade de saúde, muitas É oportuno lembrar que são necessários cuidados no momento da obtenção das informações pois elas, muitas vezes, são colhidas nos domicílios conversa entre o membro da equi por exemplo: procurar manter um tom baixo de voz ou até́ mesmo propor a ida do usuário à unidade de saúde. Com as pessoas idosas, os cuidados devem ser redobrados, p dificuldades auditivas, é necessário falar em um tom de voz mais alto do que o habitual naturalmente pode expor sua privacidade. O ACS possui uma situação singular na equipe de saúde da família adscrição da unidade. Isso faz com que viva o cotidiano da comunidade com maior intensidade que os outros integrantes da equipe. Ao exercer a função de elo entre a equipe e a comunidade, deve ter muito cuidado para discernir quais informa equipe, de forma a gerar benefícios para a comunidade e orientar o trabalho. Também existe a possibilidade de o usuário não querer revelar dados de sua privacidade ao ACS por ele ser seu vizinho. Esta possibilidade pode aumentar nos casos de doenças c estigmatização ou segregação, como AIDS ou Hanseníase, por exemplo. Cabe ainda pensar sob a perspectiva do ACS privacidade e liberdade, pois é morador da comunidade pela qual é responsável enquanto me ESF. Na busca da humanização da atenção à saúde pelo usuário. Por exemplo: usuário pode não desejar que alguns fatos ou dados de sua privacidade sejam revelados a outros membros da família. Basta lembrar que é comum as adolescentes não quererem revelar dados de sua vid do a unidade de saúde, muitas vezes, sem o conhecimento deles. É oportuno lembrar que são necessários cuidados no momento da obtenção das informações são colhidas nos domicílios, que podem não ter um espaço reservado à onversa entre o membro da equipe que realiza a visita e o usuário. Assim, cabem cuidados procurar manter um tom baixo de voz ou até́ mesmo propor a ida do usuário à unidade Com as pessoas idosas, os cuidados devem ser redobrados, pois, algumas vezes, por suas é necessário falar em um tom de voz mais alto do que o habitual naturalmente pode expor sua privacidade. O ACS possui uma situação singular na equipe de saúde da família, z com que viva o cotidiano da comunidade com maior intensidade que os outros integrantes da equipe. Ao exercer a função de elo entre a equipe e a comunidade, deve ter o para discernir quais informações devem ser repassadas para os outros membro equipe, de forma a gerar benefícios para a comunidade e orientar o trabalho. Também existe a possibilidade de o usuário não querer revelar dados de sua privacidade ao ACS por ele ser seu vizinho. Esta possibilidade pode aumentar nos casos de doenças c , como AIDS ou Hanseníase, por exemplo. Cabe ain-

da pensar sob a perspectiva do ACS, ou seja, ele também deve preservar sua pois é morador da comunidade pela qual é responsável enquanto me Na busca da humanização da atenção à saúde, é preciso ter atitudes que marquem o resp usuário pode não desejar que alguns fatos ou dados de sua privacidade sejam Basta lembrar que é comum as adolescentes não quererem revelar dados de sua vida sexual a vezes, sem o conhecimento deles. É oportuno lembrar que são necessários cuidados no momento da obtenção das informações, que podem não ter um espaço reservado à cabem cuidados, como procurar manter um tom baixo de voz ou até mesmo propor a ida do usuário à unidade ois, algumas vezes, por suas é necessário falar em um tom de voz mais alto do que o habitual, o que , pois reside na área de z com que viva o cotidiano da comunidade com maior intensidade que os outros integrantes da equipe. Ao exercer a função de elo entre a equipe e a comunidade, deve ter ções devem ser repassadas para os outros membros da Também existe a possibilidade de o usuário não querer revelar dados de sua privacidade ao ACS por ele ser seu vizinho. Esta possibilidade pode aumentar nos casos de doenças com risco de ele também deve preservar sua pois é morador da comunidade pela qual é responsável enquanto membro da é preciso ter atitudes que marquem o respeito Outro direito fundamental do usuário é a liberdade de expressão. O usuário deve poder manifestar sua opinião sobre o serviço ou os membros da Equipe de Saúde da Família, sem o risco ou temor de represálias. Os gestores devem viabilizar canais de comunicação entre os usuários e a administração, permitindo que expressem livre- mente suas reclamações e participem das decisões tomadas no âmbito da saúde. UNIDADE11 -A COMUNICAÇÃO EM SAÚDE A Comunicação em Saúde A comunicação está profundamente inserida na atuação da Vigilância em Saúde. A ação do ACS é um trabalho comunicativo e de educação. Na verdade, é impossível falar em educação sem levar em conta a comunicação e vice-versa. Cabe perguntar: ? Qual tipo de comunicação o ACS está exercendo? ? Qual tipo de comunicação o ACS deve exercer em seu trabalho? De acordo com o dicionário, comunicar significa o ato ou efeito de emitir, transmitir e receber mensagens por meio de métodos e/ou processos convencionados, quer através da linguagem falada ou escrita, por meio de outros sinais, signos ou símbolos ou através de aparelhamento técnico especializado, sonoro e visual (DicionárioEletrônicoAurélio – Século XXI). Podemos então dizer que comunicar é… A capacidade de trocar ou discutir ideias, de dialogar, de conversar, com vistas ao bom entendimento entre as pessoas; Convivência, trato, convívio. E quais são as formas de comunicação? Existem várias formas de comunicação: ? Comunicação interpessoal: é direta, estabelecida entre duas ou mais pessoas. Pode ser feita pelas pessoas frente a frente ou por carta, telefone, e-mail ou bate papo virtual; ? Comunicação de massa: é dirigida a uma faixa grande de público e efetuada pelos meios de comunicação de massa como jornais, revistas, TV, rádio, etc.; ? Comunicaçãonão verbal: é baseada em signos independentes de linguagem falada, como as imagens, a música, etc. Nas suas ações, o ACS está sempre comunicando algo Suas práticas na comunidade estão sobre o trabalho dos antigos guardas como as comunidades rurais entendiam as As comunidades aprendiam ou confi dos guardas sanitários. Por exemplo, quando os guardas pediam ao morador uma amostra de fezes para exame, a população entendia que devia haver mesmo alguma caso contrário, o governo não iria gastar gasolina nos carros para ir e vir com aquele material nos potes. Quando os guardas faziam buscas de moluscos transmissores da esquistossomose nas dos córregos, os moradores da inofensivas", deveriam realmente oferecer perigo, pois os guardas toa. o ACS está sempre comunicando algo, mesmo que não estão de alguma forma passando uma mensagem. Pesquisas realizadas sobre o trabalho dos antigos guardas sanitários mostraram que suas ações infl como as comunidades rurais entendiam as doenças. As comunidades aprendiam ou confirmavam seus conhecimentos ao observar . Por exemplo, quando os guardas pediam ao morador uma amostra de fezes entendia que devia haver mesmo alguma evidencia iria gastar gasolina nos carros para ir e vir com aquele material nos Quando os guardas faziam buscas de moluscos transmissores da esquistossomose nas , os moradores da região percebiam que aqueles animais, aparentemente "lesmas inofensivas", deveriam realmente oferecer perigo, pois os guardas não estariam não seja intencionalmente. de alguma forma passando uma mensagem. Pesquisas realizadas influenciaram na forma rmavam seus conhecimentos ao observarem o trabalho . Por exemplo, quando os guardas pediam ao morador uma amostra de fezes evidencia de doença nas fezes, iria gastar gasolina nos carros para ir e vir com aquele material nos Quando os guardas faziam buscas de moluscos transmissores da esquistossomose nas aguas percebiam que aqueles animais, aparentemente "lesmas estariam caçando lesmas à Esses exemplos tornam evidente que a mesmo quando usamos a palavra para nos comunicar existem diferentes alterações de volume que tambémdão Temos que lembrar que nossa Chamamos a isso de comunicaçãonão cabelo, fechar os olhos, movimentar a outro... tudo isso também diz muita coisa, tem um signifi reconhecer. Além disso, a comunicação situação de interlocução emitem signos. Enquanto ouve, uma pessoa mostra suas franze a testa, se mexe, muda sua postura corporal... todos entendem esses sinais. A um jogo dinâmico, simultâneo e rico, mesmo que se trate de uma conversa entre duas pes Pode-se imaginar, então, como é complexa a saúde e a comunidade onde ele trabalha. Sua abordagem, sua vestimenta, o seus contatos locais, suas atividades anteriores na comunidade t interferem naquilo que ele intencionalmente pretende comunicar da comunicação. Por exemplo, se o ACS convoca uma de saúde e as pessoas da comunidade porque ele foi visto conversando com tenha nada a ver com os conteúdos palestra. Não podemos esquecer que a conhecimentos e práticas propostas, mas atores sociais da comunidade. Cada pessoa ou cada grupo das coisas, a partir do modo como as experimentou ou conheceu. Não há um só saber nem uma determinado conheci- mento, a população modo de encontrar soluções e sua capacidade de resolver os problemas. Finalmente, nunca é demais lembrar que em torno da Não é difícil imaginar exemplos que ilustrem o fato de que quem co poder. São muitas as situações em que uma pessoa (ou um grupo) comanda em Esses exemplos tornam evidente que a comunicaçãonão se faz só mesmo quando usamos a palavra para nos comunicar existem diferentes entonações tambémdão um sentido para quem ouve. Temos que lembrar que nossa presença e o nosso corpo também falam enquanto falamos. comunicaçãonão verbal. Erguer a sobrancelha, sorrir, apertar as mentar a cabeça, além da própria postura e posição diz muita coisa, tem um significado, o qual aprendemos intuitivamente a comunicação é uma via de mão dupla, ou seja, todos os envolvidos numa emitem signos. Enquanto ouve, uma pessoa mostra suas franze a testa, se mexe, muda sua postura corporal... todos entendem esses sinais. A e rico, mesmo que se trate de uma conversa entre duas pes como é complexa a relação de comunicação dade onde ele trabalha. Sua abordagem, sua vestimenta, o dades anteriores na comunidade trazem inúmerasinformações interferem naquilo que ele intencionalmente pretende comunicar. Isso é o que chamamos de contexto Por exemplo, se o ACS convoca uma reunião para uma palestra sobre determinado problema da comunidade não comparecem, ele pode descobrir que elas porque ele foi visto conversando com alguém de má reputação na comunidade. Embora isso conteúdos da palestra, criou-se um contexto muito podemos esquecer que a população tem suas própriasreferencias, propostas, mas também com relação aos profissionais de de. Cada pessoa ou cada grupo tem internamente suas das coisas, a partir do modo como as experimentou ou conheceu. saber nem uma só forma de se conhecer. Assim como o ACS possui um população que ele atende também tem os seus e sua capacidade de resolver os problemas. nunca é demais lembrar que em torno da ação comunicativa há imaginar exemplos que ilustrem o fato de que quem concentra a informação em que uma pessoa (ou um grupo) comanda em através da palavra. E entonações de voz, pausas, falam enquanto falamos. verbal. Erguer a sobrancelha, sorrir, apertar as mãos, mexer no posição do corpo frente ao cado, o qual aprendemos intuitivamente a dupla, ou seja, todos os envolvidos numa emitem signos. Enquanto ouve, uma pessoa mostra suas reações: sorri, franze a testa, se mexe, muda sua postura corporal... todos entendem esses sinais. A comunicação é e rico, mesmo que se trate de uma conversa entre duas

pessoas. entre o profissional de dade onde ele trabalha. Sua abordagem, sua vestimenta, o veículo que o trouxe, inúmerasinformações que Isso é o que chamamos de contexto para uma palestra sobre determinado problema comparecem, ele pode descobrir que elas não foram na comunidade. Embora isso não se um contexto muito desfavorável para a , nãosó com relação aos ssionais de saúde e aos outros internamente suas referências acerca forma de se conhecer. Assim como o ACS possui um eus próprios saberes, seu comunicativa há relações de poder. informação concentra o em que uma pessoa (ou um grupo) comanda em beneficiopróprio e segundo os seus interesses, usando o poder da depender e reverenciar o saber do Técnicas para escutar ativamente O escutar ativamente permite Quando elas sentem que estão sendo ouvidas, expressam pessoa que escuta ativamente obt ativamente é necessário: focalizar, aceitar, refl ? Focalizar Olhe diretamente para a pessoa que fala. O rosto, os olhos, postura e gestos comunicação muito importantes. Desviar os olhos perturba a pessoa que ? Aceitar Aceite os sentimentos expressados pela outra pessoa, ainda que julgue, não critique, não discuta e pessoa que está falando a clarificar seus sentimentos. Procure colocar-se no lugar da pessoa que querendo dizer e por que o assunto é Não discuta mentalmente. Discussões tornando a escuta impossível. Não entre em competição com a outra pessoa. Primeiro pessoas acha mais fácil falar do que ou Seja paciente. Não apresse nem interrompa a pessoa que dizer o que pensa. Não suponha que as outras pessoas usem as palavras da mesma forma que significam coisas diferentes para diferentes pessoas. do o poder da informação, enquanto outro é comandado e passa a depender e reverenciar o saber do primeiro. para escutar ativamente O escutar ativamente permite às pessoas saberem que estão sendo escutadas sendo ouvidas, expressam-se de forma mais completa. Ademais, a obtéminformaçõesúteis sobre a pessoa que está ssário: focalizar, aceitar, refletir e estimular. Olhe diretamente para a pessoa que fala. O rosto, os olhos, postura e gestos muito importantes. Desviar os olhos perturba a pessoa que estáfalando. Aceite os sentimentos expressados pela outra pessoa, ainda que não esteja de acordo com eles. discuta e não pergunte por quê. Nãofaçacomentários, a car seus sentimentos. se no lugar da pessoa que está falando, a m de compreender melhor o que ela querendo dizer e por que o assunto é tão importante para ela. Discussões internas criam uma barreira entre você? com a outra pessoa. Primeiro ouça o que ela tem a dizer, pois a maioria das falar do que ouvir. apresse nem interrompa a pessoa que está falando, dê à ela tempo para que possa suponha que as outras pessoas usem as palavras da mesma forma que você? para diferentes pessoas. enquanto outro é comandado e passa a sendo escutadas e entendidas. se de forma mais completa. Ademais, a está falando. Para escutar Olhe diretamente para a pessoa que fala. O rosto, os olhos, postura e gestos são instrumentos de falando. esteja de acordo com eles. Não , a não ser para ajudar a falando, a m de compreender melhor o que ela está você? e a pessoa que fala, o que ela tem a dizer, pois a maioria das dê à ela tempo para que possa você? . Às vezes as palavras Não suponha que a pessoa está mentindo, tentando envergonhá-ló ou que está enfurecida só porque fala com muito entusiasmo. Verbalize para a pessoa que está falando sua aceitação sobre o assunto, dizendo por exemplo: “eu te entendo” ou “posso imaginar como você? se sente”. ? Refletir Repita com suas próprias palavras a ideia central do assunto que está sendo falado. A pessoa que está falando perceberá que foi compreendida e que você? entendeu que a situação é séria. Aja como um espelho que reflete para a pessoa que está falando os sentimentos expressados por ela, utilizando frases como: “Eu percebo que esta situação o deixou irritado” ou “Você? quer dizer que é como se fosse...”. Devolva as perguntas feitas. Isso ajuda a organizar o pensamento sobre o assunto e a entender melhor a necessidade que gerou a pergunta. Por exemplo: “Como, então, podemos fazer para...?”ou “Na sua opinião, o que você? acha..?”. ? Estimular Verbalize seu interesse no que está sendo falado, prestando atenção ao que a pessoa está dizendo. Comente com ela. Utilize expressões como: “Que interessante! ”, “Continue”. Faça perguntas que animem a outra pessoa a dar detalhes sobre a situação. Elas podem ser iniciadas por “Me fale sobre...” ou “Eu queria entender melhor...”. Pergunte o que não entendeu, mostre o quanto necessita de mais explicação, ou simplesmente demonstre que está escutando. Para finalizar, vamos refletir mais um pouco sobre escutar ativamente a partir do texto a seguir: UNIDADE 12 Técnica de Entrevista A entrevista é uma técnica em que se recorre à comunidade para obter conhecimentos informações e dados. Vamos lá? Comece explicando ao entrevistado de maneira simples os objetivos e Se necessário, converse um pouco sobre assuntos pessoais, como: trabalho, onde mora, quantos filhos tem etc. Atenda primeiro as necessidades sentidas pelo entrevistado e demonstre interesse e estimulando-o a responder as perguntas. Lembre-se sempre de ouvi seguinte. Use formas de perguntas que permitam o aprofundamento das respostas, ou seja, utilize sempre que possível “o que”, “quem”, “quando”, “onde” e “por quê” Tenha cuidado para não desviar do assunto. estivessenuma conversa comum e Após a entrevista, faça uma análise • Os objetivos propostos foram alcançados • O entrevistado sentiu-se à vontade • As perguntas foram formuladas de forma clara e com palavras simples? Esse questionamento é importante para verificar se ainda resta alguma prosseguir com o seu trabalho. Vantagens As vantagens da entrevista é que ela facilita a soluções, já que permite a obtenção problemas que aparecerem. Ela também possibilita o relacionamento e a fundamental no trabalho do ACS. UNIDADE 12 – TÉCNICA DE ENTREVISTA A entrevista é uma técnica em que se recorre à comunidade para obter conhecimentos Comece explicando ao entrevistado de maneira simples os objetivos e conteúdo , converse um pouco sobre assuntos pessoais, como: trabalho, onde mora, quantos Atenda primeiro as necessidades sentidas pelo entrevistado e demonstre interesse e o a responder as perguntas. se sempre de ouvi-lo com atenção e esgotar cada assunto antes de passar para o Use formas de perguntas que permitam o aprofundamento das respostas, ou seja, utilize “onde” e “por quê”. desviar do assunto. Faça com que o entrevistado se sinta à vontade estivessenuma conversa comum e não em um interrogatório. análise com as seguintes perguntas: alcançados? se à vontade? • As perguntas foram formuladas de forma clara e com palavras simples? Esse questionamento é importante para verificar se ainda resta alguma dúvida e para que s vantagens da entrevista é que ela facilita a visualização dos problemas e encontro das obtenção de informações, bem como a apresentação possibilita o relacionamento e a confiança entre agente e morador, algo fundamental no trabalho do ACS. TÉCNICA DE ENTREVISTA A entrevista é uma técnica em que se recorre à comunidade para obter conhecimentos, conteúdo da entrevista. , converse um pouco sobre assuntos pessoais, como: trabalho, onde mora, quantos Atenda primeiro as necessidades sentidas pelo entrevistado e demonstre interesse e atenção e esgotar cada assunto antes de passar para o Use formas de perguntas que permitam o aprofundamento das respostas, ou seja, utilize com que o entrevistado se sinta à vontade, como se e para que você? possa dos problemas e encontro das apresentação de soluções para os entre agente e morador, algo UNIDADE 13 –TRABALHO EM EQUIPE Trabalho em Equipe A rebelião contra o estômago Uma vez um homem sonhou que suas mãos, pés, boca e cérebrocomeçaram todos a se rebelar contra o estômago. – Seu imprestável! – as mãos disseram. – Nós trabalhamos o dia inteiro, serrando, martelando, levantando e carregando. De noite estamos cobertas de bolhas e arranhões, nossas juntas doem e ficamos cheias de sujeira. Enquanto isso, você? só fica aí sentado, pegando a comida toda! – Nós concordamos! – Gritaram os pés. Pense só como nos desgastamos, andando para lá e para cá o dia inteiro. E você? só cá se entupindo, cada vez mais pesado para a gente carregar. – Isso mesmo! – Choramingou a boca. De onde você? pensa que vem toda a comida que você? tanto ama? Eu é que tenho que mastigar tudo e, logo que termino, você? suga tudo aí para baixo, só para você? . Você? acha que isso é justo? – E eu? – Gritou o cérebro. – Você? acha que é fácilficar aqui em cima, tendo que pensar de onde vai vir a sua próximarefeição? E ainda por cima, não ganho nada pelas minhas dores todas. Uma por uma, as partes do corpo aderiram àsreclamações contra o estômago, que não disse coisa alguma. – Tenho uma ideia! O cérebrofinalmente anunciou. – Vamos todos nos rebelar contra essa barriga preguiçosa e parar de trabalhar para ela. – Soberba ideia! – Todos os ou-

tros membros e órgãos concordaram. – Vamos lhe ensinar como nós somos importantes! Assim, talvez, você? também acabe fazendo algum trabalho. – Continuou o cérebro E todos pararam de trabalhar. As recusaram a andar. A boca prometeu que não teria mais nenhuma ideia brilhante. No fazia quando estava com fome. Mas, depois, Nesse ponto, para surpresa do homem que sonhava conseguia segurar nada mais nas mãos sentir bem doente. O sonho pareceu durar vários dias. A cada dia que passava, o homem se sentia cada vez pior. – É melhor que essa rebeliãonão dure muito Enquanto isso, mãos, pés, boca e um pouquinho, para escarnecer do energia nem para isso. Por m, o homem ouviu uma vozinha fraca vinda da – Pode ser que estivéssemos enganados... tempo todo, ao jeito dele. – Estava pensando a mesma coisa toda, mas parece que ele manda a maior parte de volta para – Devemos admitir nosso erro – mãos, os pés, o cérebro e os dentes. – Então, vamos todos voltar ao trabalho! Para seu alívio, descobriu que os mastigava e o cérebro agora conseguia pensar com clareza. E todos pararam de trabalhar. As mãos se recusaram a levantar ou carregar coisas. Os recusaram a andar. A boca prometeu não mastigar ou engolir nem um bocadinho. E o ma ideia brilhante. No começo, o estômago roncou um pouco, como sempre fazia quando estava com fome. Mas, depois, ficou quieto. Nesse ponto, para surpresa do homem que sonhava, ele descobriu que não mãos. Não conseguia nem abrir a boca. E, de repente, dias. A cada dia que passava, o homem se sentia cada vez pior. dure muito – ele pensou –, senão vou morrer. , boca e cérebrosó cavam à toa, cada vez mais fracos. No nho, para escarnecer do estômago de vez em quando; mas, pouco depoi Por m, o homem ouviu uma vozinha fraca vinda da direção dos pés. enganados... – eles diziam. – Talvez o estômago estivesse trabalhando o sma coisa – murmurou o cérebro. – É verdade que ele toda, mas parece que ele manda a maior parte de volta para nós. – disse a boca –, o estômago tem tanto trabalho a fazer quanto as e os dentes. , vamos todos voltar ao trabalho! – Gritaram juntos. E, nisso, o homem acordou. , descobriu que os pés estavam andando de novo. As mãos agora conseguia pensar com clareza. Começou a se sentir muito melhor. se recusaram a levantar ou carregar coisas. Os pés se mastigar ou engolir nem um bocadinho. E o cérebro jurou roncou um pouco, como sempre conseguia andar. Não conseguia nem abrir a boca. E, de repente, começou a se dias. A cada dia que passava, o homem se sentia cada vez pior. , cada vez mais fracos. No início se agitaram de vez em quando; mas, pouco depois, não tinham mais estivesse trabalhando o É verdade que ele fica pegando a comida tem tanto trabalho a fazer quanto as Gritaram juntos. E, nisso, o homem acordou. mãos seguravam, a boca a se sentir muito melhor. – Bem, eis aí uma lição para mim.... manteiga de manhã. –˜ Ou funcionamos todos juntos, ou nada funciona mesmo. Trabalhar em equipe: o que é isso em Quando falamos em trabalho coletivo equipe e trabalhar em equipe. E também trabalho de equipe. Em qualquer área do conhecimento chefe e os subordinados, aprendizes ou dependentes tradicional de trabalhar, cujo resultado é denominado por todos de trabalho No Programa Saúde da Família, relacionam para desenvolver uma tarefa parcelas do trabalho de cada pessoa dessa equipe trabalhar em equipe. Algo que exige dos membros um trabalho compartilhado em torno de um objetivo comum. Desse modo, cada um dos profissionais tem suas definidas e as lideraçasvão surgindo no momento de cada desafio. Um exemplo é o trabalho que o ACS exerce na busca de focos de mosquitos com outros profi e suas competências. Nas reuniões objetivos são de definidos, as metas determinada tarefa. O trabalho do ACS natural que sua liderança seja aceita entre os colegas e na comunidade. Há muitos outros exemplos que podem ser Equipe de Saúde da Família, nos quais as atribuições e/ou competências de seus membros. Vejamos um fluxo de atendimento dentro de uma Unidade de Saúde da Família: O que diferencia o atendimento na UBS do tradicional no posto de A grande diferença é o acolhimento como alguém que sabe e sente que pertence saúde e das pessoas que vivem na equipe que o conhece, que o chama pelo nome e com a qual ele pouco a pouco vai construindo um vínculo de confiança. Dessa forma, o acolhimento nos diversos setores da unidade passa a ser um processo natural em busca de um resultado Trabalhar em equipe compreende trabalho em equipe se constrói no possibilidades e significados, necessitando de permanente para mim.... – ele pensou, enquanto enchia o estômago Ou funcionamos todos juntos, ou nada funciona mesmo. o que é isso em saúde da família? Quando falamos em trabalho coletivo, é importante considerar as diferenças entre trabalhar com uma também o que significa o resultado obtido, que é o que chamamos de do conhecimento, o tradicional é se trabalhar com uma equipe aprendizes ou dependentes – seja qual for o nome escolhido cujo resultado é denominado por todos de trabalho de equipe. , o trabalho é diferente do tradicional. Nele, relacionam para desenvolver uma tarefa, conseguindo um resultado que é maior do que a soma das parcelas do trabalho de cada pessoa dessa equipe. Assim, o diferencial no trabalhar em equipe. Algo que exige dos membros um trabalho compartilhado em torno de um objetivo comum. Desse modo, cada um dos profissionais tem suas atribuições rgindo no momento de cada desafio. Um exemplo é o trabalho que o ACS exerce na prevenção da dengue, quando ele lidera o processo de cos de mosquitos com outros profissionais na sua microárea. Ele conhece suas reuniões da equipe, o problema é colocado em pauta para nidos, as metas são quantificadas e cada um fica determinada tarefa. O trabalho do ACS fica bem definido dentro das suas competências seja aceita entre os colegas e na comunidade. Há muitos outros exemplos que podem ser construídos envolvendo os demais profi , nos quais as lideraçassão decididas de acordo com o contex de seus membros. Vejamos um fluxo de atendimento dentro de uma O que diferencia o atendimento na UBS do tradicional no posto de saúde? é o acolhimento. O usuário chega à UBS não como um estranho, mas que sabe e sente que pertence àquela unidade, pois lá há a responsabilidade pela sua e das pessoas que vivem na área. Na UBS há todos os dados do cadastro da sua , que o chama pelo nome e com a qual ele pouco a pouco vai construindo um . Dessa forma, o acolhimento nos diversos setores da unidade passa a ser um processo natural em busca de um resultado satisfatório. Trabalhar em equipe compreende relacionar-se com outras pessoas. Pode no próprio trabalhar, no fazer de todo dia, e por isso tem possibilidades e significados, necessitando de permanente avaliação. Visto dessa forma, o trabalho estômago de café e pão com Ou funcionamos todos juntos, ou nada funciona mesmo. entre trabalhar com uma que é o que chamamos de o tradicional é se trabalhar com uma equipe, em que existe um seja qual for o nome escolhido. É uma forma de equipe. . Nele, vários profissionais se conseguindo um resultado que é maior do que a soma das . Assim, o diferencial no Saúde da Família é trabalhar em equipe. Algo que exige dos membros um trabalho compartilhado em torno de um atribuições e competências da dengue, quando ele lidera o processo de . Ele conhece suas atribuições o problema é colocado em pauta para discussão, os ca responsável por uma competências e, assim, é uídos envolvendo os demais profissionais da decididas de acordo com o contexto e com as de seus membros. Vejamos um fluxo de atendimento dentro de uma ? como um estranho, mas há a responsabilidade pela sua Na UBS há todos os dados do cadastro da sua família, uma , que o chama pelo nome e com a qual ele pouco a pouco vai construindo um . Dessa forma, o acolhimento nos diversos setores da unidade passa a ser um se com outras pessoas. Pode-se dizer que o trabalhar, no fazer de todo dia, e por isso tem múltiplas . Visto dessa forma, o trabalho em equipe é como uma rede de relações em que cada um dos integrantes possui um saber, fruto da sua história de vida, oportunidade social e formaçãoespecífica. Em momentos anteriores, já falamos que as atribuições e as competências dos profissionais de Saúde da Famíliasão diferentes. Por exemplo, o agente comunitário de saúdenão pode prescrever medicamentos, nem o médico tem como rotina visitar todos os domicílios para fazer o cadastramento das famílias. Esta atribuição é do agente e a competência para consultar e prescrever é do médico. As tarefas são diferentes, mas todos trabalham por um bem comum. O cadastramento é um instrumento a ser discutido por toda a equipe, para que se tenha um bom acompanhamento da saúde da população. O trabalho do médico necessita do trabalho do agente, do auxiliar e do enfermeiro. Todos estão juntos por um resultado satisfatório para o usuário e para a equipe. UNIDADE 14 – VISITA DOMICILIAR Visita domiciliar Olá! Hoje vamos conversar sobre visita domiciliar.

A equipe de Saúde da Família precisa conhecer a comunidade e para isso deverá reunir informações e identificar os principais problemas de saúde da população. Assim, é possível elaborar o diagnóstico de saúde da comunidade. Sãovários os instrumentos que podem ser utilizados para coletar as informações e cada um deles tem um objetivo. A soma de todos ajuda a fazer o diagnóstico. São eles: ? Visita domiciliar/entrevista; ? Cadastramento das famílias; ? Mapa da comunidade; ? Reuniõescomunitárias. A visita domiciliar é uma das atividades mais importantes do Agente Comunitário de Saúde, devendo ser feita sempre porque faz parte da sua rotina de trabalho. Através dela que é possível: Identificar as pessoas que estão bem de saúde e as que nãoestão; Conhecer os principais problemas de saúde das pessoas; Conhecer as condições de moradia, de trabalho, os hábitos, as crenças, os costumes, os valores da família; Descobrir o que as pessoas precisam saber para cuidar melhor de sua saúde; Ajudar as pessoas a refletirem sobre os seus problemas de saúde e ajudá-las a organizar suas ações para tentar resolvê-lós;Identificar as famílias que precisam de um acompanhamento mais próximo e mais frequente; Ensinar às pessoas medidas simples de prevenção e orientá-las a usar corretamente os medicamentos. Uma visita domiciliar, para ser bem-feita, precisa ser planejada. É preciso ver os detalhes da visita antes de fazê-lá. O intuito é aproveitar melhor o tempo e respeitar o tempo das pessoas visitadas. Assim, antes de fazer uma visita, pense nos seguintes pontos: Ter claro o motivo da visita É importante informar às pessoas o motivo da visita, sua utilidade e importância. Primeira visita Quando for a primeira visita, antes de qualquer coisa, é importante que o ACS se apresente: diga seu nome, qual o seu trabalho, o motivo da visita e perguntar se pode ser recebido naquele momento. Saber o nome das pessoas É importante saber o nome de alguém da família que você? vai visitar. É uma demonstração de interesse e respeito pelas pessoas. Escolher o melhor horário É recomendável escolher um bom horário e definir o tempo de duração da visita. Isso não quer dizer que não possa mudar o horário ou ficar mais um tempo, se necessário. Na hora da visita, é preciso ter sensibilidade para saber se as pessoas querem ou não podem conversar mais um pouco. Conquistar a confiança Para conquistar a confiança e o respeito das pessoas, é preciso valorizar seus costumes, as suas crenças, o seu modo de ser, seus problemas e sentimentos. É preciso lembrar que todas as informações que lhe são repassadas pela famíliasão confidenciais e devem ser guardadas sob sigilo, por questõeséticas. Conversar antes Antes de começar a fazer as perguntas, é bom conversar um pouco com as pessoas sobre assuntos que elas gostem de falar, sobre o trabalho, a casa, os filhos, as notícias, as novelas etc. Perguntar somente o necessário Só se deve pedir informações que têm sentido. É necessário explicar o porquê? das perguntas e para que elas vão servir. Um instrumento importante para a visita domiciliar é a entrevista, pois além de ser possível obter informações e dados diretamente da pessoa, também constitui-se numa oportunidade para ensinar e aprender. Depois de fazer a visita, deve-se verificar se os objetivos foram alcançados, analisando o que deu certo ou não para corrigir as possíveis falhas. Isso é importante para planejar as próximas visitas. Abordagem Familiar: contexto histórico e o papel do ACS Durante muito tempo no Brasil as políticas sociais aconteciam de forma fragmentada e partida, dirigidas para o atendimento individualizado das pessoas, sem considerar seu contexto familiar e comunitário. O ano de 1994 foi considerado o Ano Internacional da Família e desde então tem-se buscado o desenvolvimento de políticas que promovam e reconheçam as famílias. Como exemplo, temos ações que visam a eliminação da pobreza, o acesso à saúde, a educação, a alimentação, a erradicação do trabalho infantil, a promoção da igualdade de gêneros e a proteção integral de seus membros. Desse modo, ainda em 1994, iniciou-se o processo de implantação do Programa Saúde da Família, visando ao avanço das mudanças propostas na Constituição de 1988. Buscava-se legitimar o projeto político do SUS, valorizando, assim, a família como sujeito no campo da saúde. A vida doméstica, familiar, não está isolada. Ela está inserida na dinâmicapolítica e econômica da sociedade como um todo. A vulnerabilidade das famíliasestá diretamente relacionada à sua situação de pobreza, àscondições ambientais da localidade a qual pertence e à políticaeconômica do País. Atuar junto à família signifi integralmente, no seu contexto. Portanto, pensar uma requer uma ampla visão e conheci O Decreto n. 3.189/99 diz que a principal desenvolver atividades de prevenção individuais e coletivas, nos domicílios Isso significa dizer que cabe ao ACS uma ampla tarefa com gesto aparentemente simples de pedir habilidades nem sempre tão simples assim. Quando uma família permite que o ACS entre em sua casa, ela entrar no espaçofísico, mas sim, em tudo o que esse famíliaúnica, com seus códigos particular. Talvez, a mais importante das habilidades consista no ser compreender o momento certo e a mane confiança. A partir disso, é possível educativas, preventivas e de recuperação Cada família tem uma dinâmica modificando e estruturando nos últimos significa penetrar num espaço em que o indivíduo o. Portanto, pensar uma política de assistência e conheci- mento dessa complexa organização. O Decreto n. 3.189/99 diz que a principal atribuição do agente comunitário revenção de doenças e promoção da saúde, por meio de cílios e na comunidade. Sempre sob supervisão Isso significa dizer que cabe ao ACS uma ampla tarefa com relação à gesto aparentemente simples de pedir licença e entrar na casa das pessoas requer um conjunto de simples assim. permite que o ACS entre em sua casa, ela está permitindo mas sim, em tudo o que esse espaço representa. Nessa casa vive uma códigos de sobrevivência, com suas redes sociais particular. Talvez, a mais importante das habilidades consista no ser sensível compreender o momento certo e a maneira adequada de aproximar-se e estabelecer uma possível construir o vínculonecessário ao desenvolvimento das recuperação da saúde preconizadas pelo PSF. dinâmica de vida própria e pela forma como a últimos tempos, cada vez mais difícil enquadrá indivíduo pode ser visto, a saúde nesse espaço, comunitário de saúde é , por meio de ações educativas supervisão competente. à educação em saúde. O e entrar na casa das pessoas requer um conjunto de permitindo não somente o representa. Nessa casa vive uma , com suas redes sociais próprias e história sensível, ou seja, ser capaz de se e estabelecer uma relação de ao desenvolvimento das ações e pela forma como a família vem se enquadrá-lá num modelo único ou ideal. Essas particularidades fazem com que determinada conduta ou ação por parte dos agentes e equipe de saúde tenha efeitos diferentes ou atinja de modo distinto as diversas famílias assistidas. Quando o ACS vai realizar uma visita domiciliar deve considerar que não está entrando somente na casa, mas na vida das pessoas que nela habitam. O agente, na sua função de orientar, monitorar, esclarecer e ouvir, passa a exercer, também, o papel de educador. Por isso é tão importante que ele compreenda as implicações que isso representa. UNIDADE 15 Cadastramento das Famílias Uma das primeiras informações quais são as pessoas que ele vai acompanhar. De acordo com as Normas e Diretrizes do programa de agentes comunitários de saúde, cada agente acompanha, em aproximadamente 150 famílias. Para conhecer as condições saúde precisa cadastrar todas elas. O cadastramento ajuda o agente trabalho e a priorizar suas atividades. As importante. É com elas que o pessoal da Unidade de fazer para evitar as doenças que mais amea vão para a unidade de saúde formar o cadastro daquela comunidade. As e discutidas pelo ACS com a equipe de diagnóstico da comunidade. Algumas coisas que você- não Quando você? for fazer o cadastramento das de como fazer a visita domiciliar. Cada número de pessoas na casa. As informações que você? organização das visitas domiciliares, das cadastramento deve ficar com você? seu instrutor/supervisor, organizar as Anote em seu caderno qualquer outra importante para discutir com o seu instrutor ou supervisor. 15 - CADASTRAMENTO DAS FAMÍLIAS informações que o agente comunitário de saúde precisa ter as pessoas que ele vai acompanhar. De acordo com as Normas e Diretrizes do programa de , cada agente acompanha, em média, 750 pessoas da sua comunidade e condições de vida das famílias que vai acompanhar, o agente precisa cadastrar todas elas. O cadastramento ajuda o agente comunitário de saúde a saber por onde trabalho e a priorizar suas atividades. As informações coletadas pelos agentes É com elas que o pessoal da Unidade de Saúde vai saber exatamente o que é preciso s que mais ameaçam a comunidade. Após cadastrar as formar o cadastro daquela comunidade. As informaçõesserão e discutidas pelo

ACS com a equipe de saúde. Essas informaçõessão fundamentais para fazer o vocênão pode esquecer cadastramento das famílias, é importante ler novamente as de como fazer a visita domiciliar. Cada família deve ter um só formulário preenchido. você? conseguir serãoúteis para planejar o seu trabalho, para a ciliares, das reuniõescomunitárias e de outras atividades. A você? , que a levará a cada mês à unidade de saúde ar as informações e planejar o seu trabalho. Anote em seu caderno qualquer outra informação sobre a família importante para discutir com o seu instrutor ou supervisor. CADASTRAMENTO DAS FAMÍLIAS precisa ter são quantas e as pessoas que ele vai acompanhar. De acordo com as Normas e Diretrizes do programa de , 750 pessoas da sua comunidade e que vai acompanhar, o agente comunitário de a saber por onde começar o seu coletadas pelos agentes têm um objetivo muito vai saber exatamente o que é preciso cadastrar as famílias, as fichas informaçõesserão analisadas fundamentais para fazer o é importante ler novamente as instruções preenchido. Não importa o ar o seu trabalho, para a e de outras atividades. A ficha de saúde para, junto com o família que você? considerar UNIDADE 16 - CONHECENDO Conhecendo a comunidade através dos mapas Um bom jeito de aumentar seus conhecimentos sobre sua comunidade é trabalhar com mapas. O mapa é um desenho que representa, no papel, o que existe nos lugares: as ruas, as casas, a prefeitura, as escolas, os serviços de saúde, a feira, o comércio, as igrejas, o correio, o posto policial, os rios, as pontes, os córregos e outras coisas importantes. É como se fosse uma foto, um retrato de sua comunidade vista de cima e que, quando você olha, fica sabendo, por exemplo, que a Rua S. José está perto da igreja e que o Centro de Saúde perto do Posto Policial. Na prefeitura de sua cidade devem existir alguns mapas para você consultar: o mapa do Brasil, do estado, da cidade. Você vai perce estado é formado por vários municípios. O município pode ser formado por distritos, vilas, bairros, povoados e aparece no mapa do seu estado. O mapa do Agente Comunitário de Saúde é o desenho de toda a mapa mostra onde ficam as casas, as ruas, as praças, as microáreas de risco e todos os pontos que você considerar importantes. Como fazer o mapa da comunidade? O ACS não precisa ser bom desenhista para fazer o mapa. Não há necessi casas como elas são. Quadradinhos, por exemplo, servem para indicar que naqueles pontos CONHECENDO A COMUNIDADE ATRAVÉS DOS MAPAS Conhecendo a comunidade através dos mapas Um bom jeito de aumentar seus conhecimentos sobre sua comunidade é trabalhar com mapas. um desenho que representa, no papel, o que existe nos lugares: as ruas, as casas, a serviços de saúde, a feira, o comércio, as igrejas, o correio, o posto policial, outras coisas importantes. É como se fosse uma foto, um retrato de sua comunidade vista de cima e que, quando você por exemplo, que a Rua S. José está perto da igreja e que o Centro de Saúde Na prefeitura de sua cidade devem existir alguns mapas para você consultar: o mapa do da cidade. Você vai perceber que o mapa do Brasil é dividido em estados, e cada municípios. O município pode ser formado por distritos, vilas, bairros, povoados e aparece no mapa do seu estado. O mapa do Agente Comunitário de Saúde é o desenho de toda a área onde ele trabalha. O ficam as casas, as ruas, as praças, as microáreas de risco e todos os pontos que Como fazer o mapa da comunidade? O ACS não precisa ser bom desenhista para fazer o mapa. Não há necessi são. Quadradinhos, por exemplo, servem para indicar que naqueles pontos A COMUNIDADE ATRAVÉS DOS MAPAS Um bom jeito de aumentar seus conhecimentos sobre sua comunidade é trabalhar com mapas. um desenho que representa, no papel, o que existe nos lugares: as ruas, as casas, a serviços de saúde, a feira, o comércio, as igrejas, o correio, o posto policial, É como se fosse uma foto, um retrato de sua comunidade vista de cima e que, quando você por exemplo, que a Rua S. José está perto da igreja e que o Centro de Saúde fica Na prefeitura de sua cidade devem existir alguns mapas para você consultar: o mapa do ber que o mapa do Brasil é dividido em estados, e cada municípios. O município pode ser formado por distritos, vilas, bairros, área onde ele trabalha. O ficam as casas, as ruas, as praças, as microáreas de risco e todos os pontos que O ACS não precisa ser bom desenhista para fazer o mapa. Não há necessidade de mostrar as são. Quadradinhos, por exemplo, servem para indicar que naqueles pontos ficam as famílias que o ACS visita. Da mesma forma, o ACS pode representar um lixão, um charco, com símbolos bem fáceis de desenhar. E ele não faz o mapa sozinho. Em todo o seu trabalho, o agente conta sempre com a ajuda de seus colegas da Unidade de Saúde. Principalmente o enfermeiro que exerce a função de instrutorsupervisor. O agente pode também contar com a comunidade para ajudá-lo na preparação do mapa. Um ótimo motivo para se conhecerem mais. O agente mostra o mapa que está fazendo e ouve sugestões para corrigir, acrescentar, de modo que no final o mapa dê uma boa ideia de como é aquela comunidade. Quando o mapa fica pronto, o ACS pode organizar melhor o seu trabalho. Com o mapa ele pode: ? Ficar conhecendo os caminhos mais fáceis para chegar a todos os locais; ? Planejar as visitas de cada dia sem perder tempo; ? Ficar mais seguro na hora de prestar socorro a alguém; ? Marcar todas as microáreas de risco; ? Identificar com símbolos as casas com famílias em situação de risco; ? Marcar as barreiras geográficas que dificultam o caminho das pessoas até os serviços de saúde (rios, morros, mata cerrada etc.). Vamos ver como é que se faz um mapa? Existem algumas regras importantes para que o mapa feito pelo ACS tenha utilidade. Noção de distância O agente deve reproduzir de forma reduzida no mapa o que existe na comunidade. Se o Centro de Saúde fica no final da rua é ali que ele coloca o símbolo que representa o Centro. Se a escola fica de um lado da rua e a padaria do outro é assim que o ACS deve desenhar no seu mapa. Cada símbolo deve ocupar, no desenho, o lugar daquilo que ele representa. Noção de direção O que fica ao Norte deve ser desenhado ao Norte. O que fica a Oeste deve ser desenhado a Oeste. E assim por diante. Norte, Sul, Leste e Oeste são pontos cardeais. Para saber onde fica cada um deles, a maneira mais simples é verificar onde o Sol nasce. Ali fica o Leste. Para achar os demais pontos cardeais você aponta seu braço direito para onde o Sol nasce e o braço esquerdo para onde Sol se põe, no Oeste. Nessa posição, de braços abertos, a pessoa fica de frente para o Norte e de costas para o Sul. Agora, pense na sua comunidade e faça uma lista de coisas que são importantes para a vida comunitária. Por exemplo: Prefeitura Postos de Saúde Centros de Saúde Hospitais Escolas Igrejas Centros Religiosos Delegacias Postos Policiais Quadras de Esporte Campo de Futebol Escreva também outras coisas que podem ser lembradas com seus nomes: Rua principal Cartório Correio Parada de ônibus Casa da parteira, da benzedeira, da curandeira E outras coisas de que você se lembra. Pegue uma folha de papel, marque os pontos cardeais e tente desenhar um mapa de sua comunidade com as quadras, as casas, as ruas, as praças, os caminhos, os córregos ou rios que passam por ali. Depois, vá marcando com símbolos onde ficam esses estabelecimentos de que você se lembrou. Agora que você já sabe como fazer um mapa, vamos conversar sobre outros mapas que podem ser feitos. O seu mapa vai para a Unidade de Saúde e o conjunto de todos os mapas feitos pelos Agentes Comunitários de Saúde vai formar o grande mapa do município. Se você fizer o seu com todas as informações sobre a sua área, ele pode dar origem a outros. São os mapas que saem do mapa original. Eles são denominados mapas específicos. Exemplos de mapas específicos Se for necessário conhecer as ruas, os caminhos e as linhas de ônibus de uma comunidade é possível destacar do mapa original só essas informações, desenhando um mapa específico só com os símbolos correspondentes. Se na região chove muito e você precisa conhecer bem os rios, açudes, lagos e lagoas da região, é só estudar o mapa original e copiar apenas aqueles símbolos desejados. Às vezes, por exemplo, é preciso saber apenas quais são as microáreas de risco de determinada comunidade. Nesse caso, a equipe de saúde copia a localização das microáreas de risco e passa a ter um mapa específico. Assim, quando a equipe de saúde vê no mapa, por exemplo, os possíveis focos de contaminação por esgoto, ela pode tomar as providências corretas para aquelas microáreas de risco. Esses mapas são muito importantes, pois eles permitem que se conheça melhor a realidade das comunidades e que se possa planejar como resolver eficácia. No mapa completo, temos uma informação geral sobre o território ocupado pela comunidade. Copiando só as informações desejadas, obtemos mapas especí informações estão constantemente si-

tuação de risco pode depois de algum saúde juntamente com os ACS naquela área. Imagine uma ele um tronco de árvore por onde se passa com muito risco e onde sempre pode desaparecer se o ACS, a comunidade e a equipe de saúde juntarem suas forças uma passarela ou uma ponte para substituir a situação de risco. E isto deve desapare microárea de risco, ficando modificado também no mapa da comunidade. Como você sempre vai ter a cópia do seu mapa com você, não será difícil ir acompanhando as mudanças na sua comunidade. Esses mapas são muito importantes, pois eles permitem que se conheça melhor a realidade que se possa planejar como resolver os seus problemas de saúde com mais No mapa completo, temos uma informação geral sobre o território ocupado pela comunidade. as informações desejadas, obtemos mapas específicos, e dinâmicos porque as informações estão constantemente mudando. Um local onde há hoje um grupo de pessoas em situação de risco pode depois de algum tempo desaparecer, a depender do trabalho da equipe de saúde juntamente com os ACS naquela área. Imagine uma comunidade onde há um riacho e sobre vore por onde se passa com muito risco e onde sempre ocorrem acidentes. Isto pode desaparecer se o ACS, a comunidade e a equipe de saúde juntarem suas forças uma passarela ou uma ponte para substituir a situação de risco. E isto deve desapare ficando modificado também no mapa da comunidade. Como você sempre vai ter a cópia do seu mapa com você, não será difícil ir acompanhando as Esses mapas são muito importantes, pois eles permitem que se conheça melhor a realidade os seus problemas de saúde com mais No mapa completo, temos uma informação geral sobre o território ocupado pela comunidade. ficos, e dinâmicos porque as dando. Um local onde há hoje um grupo de pessoas em , a depender do trabalho da equipe de comunidade onde há um riacho e sobre ocorrem acidentes. Isto pode desaparecer se o ACS, a comunidade e a equipe de saúde juntarem suas forças e conseguirem uma passarela ou uma ponte para substituir a situação de risco. E isto deve desaparecer do mapa da Como você sempre vai ter a cópia do seu mapa com você, não será difícil ir acompanhando as UNIDADE 17 Encerramento Aqui termina o nosso Curso para Agentes prática tudo o que discutimos e fazer o melhor pela sua comunidade. Esperamos que este curso contribua para sua qualificação profissional e que auxilie no seu d de saúde e como cidadão. SUScesso a você!!! E viva o SUS. Nos vemos em uma próxima oportunidade UNIDADE 17 – ENCERRAMENTO Aqui termina o nosso Curso para Agentes Comunitários de Saúde. Agora é a sua vez de colocar em tudo o que discutimos e fazer o melhor pela sua comunidade. Esperamos que este curso profissional e que auxilie no seu dia a dia como agente SUS. oportunidade. Até lá! Agora é a sua vez de colocar em tudo o que discutimos e fazer o melhor pela sua comunidade. Esperamos que este curso ia a dia como agente comunitário

Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Módulo para Alunos Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte. 2016 Ministério da Saúde. 1ª edição – 2016 Elaboração, distribuição e informações MINISTÉRIO DA SAÚDE Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde Departamento de Gestão da Educação na Saúde Coordenação-Geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde Diretoria de Gestão da Educação na Saúde Esplanada dos Ministérios, bloco G, sala 725 CEP: 70058-900 – Brasília/DF Telefone: 55 (61) 3315-3814 / 3315-3630 Site: www.saude.gov.br/sgtes E-mails: sgtes@saude.gov.br / deges@saude.gov.br Material de referência: PARANÁ (Estado). Formação Inicial para agentes comunitários de saúde. Curitiba: Secretaria de Estado da Saúde do Paraná/Centro Formador de Recursos Humanos Caetano Munhoz da Rocha, 2013. PARANÁ (Estado). Curso de Formação do agente de combate às endemias. Curitiba: Secretaria de Estado da Saúde do Paraná/Centro Formador de Recursos Humanos Caetano Munhoz da Rocha, 2014. Caderno I. PARANÁ (Estado). Curso de Formação do agente de combate às endemias. Curitiba: Secretaria de Estado da Saúde do Paraná/Centro Formador de Recursos Humanos Caetano Munhoz da Rocha, 2014. Caderno II. Impresso no Brasil / Printed in Brazil Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Curso para Instrutores do Curso Introdutório Presencial para Agentes Comunitários de Saúde (ACS) / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde. – Brasília: EDUFRN; Ministério da Saúde, 2016. Conteúdo: Unidade I: acolhimento, Unidade II: ACE, um agente de mudança, Unidade III: fundamentação legal do trabalho do ACE, Unidade IV: modelos de atenção à saúde até o SUS, Unidade V: moral e ética, Unidade VI: trabalho em equipe, Unidade VII: a comunicação em saúde, Unidade VIII: visita domiciliar, Unidade IX: técnica de entrevista, Unidade X: conhecendo a comunidade através dos mapas, Unidade XI: conhecendo áreas de risco, Unidade XII: ACE como agente de promoção e prevenção, Unidade XIII: concluindo... . ISBN 978-85-425-0614-3 1. Sistema Único de Saúde. 2. Agente Comunitário de Saúde. 3. Qualifi cação profi ssional em saúde. I. Título. Catalogação na fonte – Bibliotecária Verônica Pinheiro da Silva CRB-15/692. Título para indexação Introductory Course for Endemic Diseases Combat Agent (EDCA) Ficha Catalográfi ca Coordenação Aldiney José Doreto Alexandre Medeiros de Figueiredo Hêider Aurélio Pinto Elaboração Lanusa Terezinha Gomes Ferreira Rejane Teles Bastos Colaboração Flávia Andréa Belarmino de Medeiros Wilka Carla Martins da Silva Instituição Parceira Universidade Federal do Rio Grande do Norte Reitora Ângela Maria Paiva Cruz Vice-Reitor José Daniel Diniz Melo Apoio Técnico Equipe Técnica do Centro de Formação de Pessoal para os Serviços de Saúde Dr. Manoel da Costa Souza- CEFOPE-RN Equipe Técnica da Secretaria de Educação à Distância- SEDIS Coordenador AVASUS Ricardo Alexsandro de Medeiros Valentim Gerente Logística AVASUS Karilany Dantas Coutinho Secretaria de Educação a Distância (SEDIS) – Secretária Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo Secretaria de Educação a Distância (SEDIS) – Secretária Adjunta Ione Rodrigues Diniz Morais Secretaria de Educação a Distância (SEDIS) – Coordenador de Tecnologia da Informação Ricardo Alexsandro de Medeiros Valentim Secretaria de Educação a Distância (SEDIS) – Coordenação do Setor de Materiais Interativos e Audiovisuais Kaline Sampaio de Araújo Coordenação Editorial José Correia Torres Neto Kaline Sampaio de Araújo Adaptação de Texto Priscilla Xavier Projeto Gráfi co Maurício Oliveira Jr. Ilustrações e animações Alessandro de Oliveira Paula Anderson Gomes do Nascimento Diagramação Anderson Gomes do Nascimento CDU 616 B823c

Sumário Atividade 1 Acolhimento.....4 Atividade 2 ACE, um agente de mudança .....6 Atividade 3 Fundamentação legal do trabalho do ACE.....9 Atividade 4 Modelos de Atenção à Saúde até o SUS .....12 Atividade 5 Moral e ética.....24 Atividade 6 Trabalho em equipe.....29 Atividade 7 A Comunicação em Saúde.....33 Atividade 8 Visita domiciliar .....40 Atividade 9 Técnica de Entrevista .....44 Atividade 10 Conhecendo a comunidade através dos mapas.....46 Atividade 11 Conhecendo áreas de risco.....51 Atividade 12 ACE como agente de promoção e prevenção.....58 Atividade 13 Concluindo... 62

Acolhimento

O Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Gestão da Educação na Saúde, da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, em parceria com a Secretaria de Educação a Distância da UFRN e o Centro de Formação de Pessoal para os Serviços de Saúde Dr. Manoel da Costa Souza tem a satisfação de apresentar o Curso Introdutório de 40 horas para o Agente de Combate às Endemias, como parte do processo de qualificação para o trabalho. O papel social desse profissional é de grande relevância no contexto de mudanças das práticas de saúde junto à população brasileira. É também um dos muitos desafios colocados para

o Sistema Único de Saúde, quanto à qualidade de vida do cidadão. Para colaborar no enfrentamento desses desafios, o curso contempla assuntos que exploram as políticas públicas de saúde, controle social, territorialização, bem como ações de promoção de saúde e prevenção de doenças, visando a melhoria da qualidade de vida da população. Na perspectiva de que se possa ampliar o conhecimento inicial da prática cotidiana do agente de combate às endemias, espera-se que este módulo venha contribuir para uma qualificação profissional de qualidade. Bons estudos e até lá! 4 Módulo para Alunos Atividade 1 - Acolhimento Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Atividade 1 Anotações 5 Módulo para Alunos Atividade 1 - Acolhimento Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias ACE, um agente de mudança Olá! No encontro de hoje, vamos conversar sobre o perfil e as competências profissionais do ACE. A principal missão do Agente de Combate às Endemias é a de ser capaz de perceber que as questões relacionadas ao meio ambiente estão associadas às condições determinantes e condicionantes da saúde e da qualidade de vida das pessoas. Ele precisa saber que o ser humano deve viver em ambiente saudável e adequado e que tem o direito de ser informado sobre os riscos do ambiente em relação à saúde, ao bem-estar ou à sobrevivência. Juntamente com a equipe de saúde, é responsável pela proteção, conservação e recuperação do ambiente e da saúde. As ações do ace devem estar dirigidas a esclarecer a população, orientar técnicos, gestores e conselheiros da área da saúde para participarem de ações de prevenção, promoção e de proteção à saúde que resultem no monitoramento e controle dos problemas decorrentes do desequilíbrio do meio ambiente. Essas ações buscam eliminar ou reduzir a exposição humana aos fatores prejudiciais à saúde através do correto gerenciamento dos fatores de risco. O ACE realiza ações complementares e compartilhadas com as equipes de saúde da atenção primária, tendo como base o território. Entre estas ações, destacam-se: 1) O planejamento e organização do trabalho em nível local; 2) A promoção e proteção à saúde; 3) O controle ambiental e de endemias/zoonoses; 4) A identificação de riscos e danos à saúde; 5) A educação para a saúde e atividades de comunicação. Ações básicas Dentre as ações básicas, estão incluídas: • identificar fontes de dados e informações relativas à população e à área geográfica, tendo como referência o território; • coletar dados e informações que subsidiem as equipes da UBS no diagnóstico de situação e condições sanitárias do território de referência; • desenvolver, em conjunto com a equipe, ações de planejamento e de organização do trabalho da vigilância em saúde na atenção primária; • atuar no monitoramento e avaliação das ações, tendo como base o programa de trabalho integrado da equipe de atenção primária; • mapear e referenciar geograficamente agravos, fatores de risco e outras informações relevantes relacionadas à saúde da população. 6 Módulo para Alunos Atividade 2 - ACE, um agente de mudança Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Atividade 2 Ações operacionais Entre as ações operacionais, destacam-se: • identificar as fontes de água usadas pela população tendo como referência a base territorial; • orientar quanto à qualidade da água de consumo em domicílios, escolas, unidades de saúde e demais equipamentos sociais; • orientar medidas de manejo ambiental para o controle de vetores e zoonoses, em conformidade com protocolos estabelecidos pelas instâncias de âmbito nacional, estadual e municipal; • vistoriar imóveis para identificar situações de risco ambiental e de saúde; • identificar agravos e situações de risco sanitário, ocupacional, ambiental (incluindo saneamento básico e moradia) e de calamidade e proceder aos encaminhamentos pertinentes em conformidade com os protocolos da UBS; • realizar ações de controle químico e/ou biológico de vetores e outros animais nocivos à saúde, observando normas técnicas e protocolos de segurança sanitária, ambiental e ocupacional; • executar ações de vigilância ambiental referentes às situações de risco identificadas, em conformidade com a legislação vigente. • realizar busca ativa das doenças transmitidas por vetores/zoonoses; • proceder à coleta de amostras de material biológico em animais, conforme normalização vigente; • identificar focos e criadouros de vetores e outros animais nocivos à saúde; • realizar captura, coleta, acondicionamento e transporte de animais nocivos à saúde, desde que capacitados. • identificar riscos relacionados a produtos, serviços, ambientes e aos processos de trabalho. Ações educativas Como ações educativas, podemos citar: • mobilizar e orientar a população para desenvolver medidas de manejo ambiental para o controle de vetores e zoonoses; • executar ações de educação para a saúde e mobilização social voltadas a pessoas, grupos, escolas e demais segmentos sociais quanto a ações de promoção da saúde, prevenção e controle de doenças, riscos e agravos à saúde; • orientar a população quanto à posse responsável de animais domésticos. 7 Módulo para Alunos Atividade 2 - ACE, um agente de mudança Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Anotações 8 Módulo para Alunos Atividade 2 - ACE, um agente de mudança Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Fundamentação legal do trabalho do ACE Olá! No encontro de hoje, vamos falar sobre a fundamentação legal do trabalho do ACE. Histórico Durante muito tempo, as ações de controle de endemias foram centralizadas na esfera federal, que era responsável pelos chamados Agentes de Saúde Pública. Em 1999, de acordo com o estabelecido pelo SUS, as ações de vigilância passaram a ser descentralizadas e hoje o município é o responsável por elas. Nesta descentralização, coube à Funasa (Fundação Nacional de Saúde) capacitar e ceder aos estados e municípios seus 26 mil agentes, conhecidos como guardas sanitários, supervisores, guardas de endemias ou mata mosquitos. O trabalho dos agentes se caracterizava pela atuação quase que exclusiva em uma doença específica: havia os guardas da malária, os guardas da dengue, os guardas da esquistossomose e assim por diante. Esses profissionais conheciam bem uma ou duas doenças, e sua formação era basicamente instrumental, ou seja, dissociada de conteúdos de formação mais ampla. Estava restrita ao conteúdo técnico para o controle de determinada doença através de treinamentos de curta duração. Foi nesse processo de transformação que se verificou a precarização do trabalho dos agentes, que passaram a trabalhar com contratos temporários e sem um piso salarial, situação que perdura até hoje em muitos municípios do país. Só em 2006, com a publicação da Lei 11.350, que descreve e regulamenta o trabalho dos ACE e ACS, houve uma alteração nesta situação. Nela fica definido que o trabalho dos agentes deve se dar exclusivamente no âmbito do SUS e que a contratação temporária ou terceirizada não é permitida – a não ser em casos de surtos endêmicos, no qual a contratação deve ocorrer por meio de seleção pública. 9 Módulo para Alunos Atividade 3 - Fundamentação legal do trabalho do ACE Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Atividade 3 A lei diz ainda que um dos requisitos para o exercício da atividade do ACE é ter concluído um curso introdutório de formação inicial e continuada. Assim, os profissionais estarão preparados para o exercício de suas competências regionais e locais e poderão fortalecer sua identidade profissional. Em 2011, como decorrência desse processo de responsabilização do município pelas ações da vigilância, em vez de 26 mil, havia 85 mil trabalhadores atuando nas diversas áreas da vigilância em saúde. Fundamentação legal do trabalho dos ACE As atividades do ACE foram regulamentadas por leis, decretos e portarias do Ministério da Saúde. Dois documentos são de grande importância para o seu trabalho: a Lei 11.350 e a Portaria 1.007 de 2010. Em especial a Lei 11.350, que regulamenta e descreve o trabalho dos Agentes de Combate às Endemias, significou um marco no processo de reconhecimento da importância desse profissional para a saúde pública. Leia, então, os artigos da Lei nº 11.350 e destaque o que você achou mais importante. Quer uma dica? Procure os trechos que falam sobre o exercício de atividades do ACE e os requisitos para ser um ACE. Em seguida, leia a Portaria nº 1.007 e novamente destaque os pontos importantes. Foque na incorporação do ACE nas ESF. Você também irá se interessar pela Portaria nº 1.635/2012. Ela trata dos recursos financeiros destinados ao custeio dos ACE. Acesse todas as leis citadas aqui na biblioteca do curso! 10 Módulo para Alunos Atividade 3 - Fundamentação legal do trabalho do ACE Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Anotações 11 Módulo para Alunos Atividade 3 - Fundamentação legal do trabalho do ACE Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Modelos de Atenção à Saúde até o SUS Olá, hoje vamos falar dos modelos de atenção à saúde

até o SUS. Modelo de atenção à saúde é a organização estratégica do sistema e das práticas de saúde em resposta às necessidades da população. No Brasil, o termo “atenção à saúde” foi denominado como Atenção Básica de Saúde na ocasião da Portaria Nº 648 GM/2006, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica. Posteriormente, falaremos mais sobre essa portaria. Para estudar sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), é necessário rever na história do Brasil os modelos de atenção à saúde. Assim podemos compreender e valorizar a história e política do SUS. No Brasil, os modelos de atenção podem ser compreendidos em relação às condições socioeconômicas e políticas nos diversos períodos históricos da sociedade brasileira. Vamos acompanhar mais detalhadamente. Modelo campanhista O modelo campanhista, influenciado por interesses agroexportadores no início do século XX (1900), baseou-se em campanhas sanitárias para combater as epidemias de febre amarela, peste bubônica e varíola. Foram implementandos programas de vacinação obrigatória, desinfecção dos espaços públicos e domiciliares e outras ações de medicalização do espaço urbano, que atingiram, em sua maioria, as camadas menos favorecidas da população. Esse modelo predominou no cenário das políticas de saúde brasileiras até o início da década de 1960. Modelo previdenciário-privatista O modelo previdenciário-privatista teve seu início na década de 1920 sob a influência da medicina liberal e tinha o objetivo de oferecer assistência médico-hospitalar a trabalhadores urbanos e industriais na forma de seguro-saúde/previdência. Sua organização foi inicialmente marcada pela lógica da assistência e da previdência social, restringindo-se a algumas corporações de trabalhadores. Posteriormente, em 1966, unificou-se no Instituto Nacional de Assistência e Previdência Social (o INPS) e ampliou progressivamente o conjunto de trabalhadores formalmente inseridos na economia. Esse modelo é conhecido também por seu aspecto hospitalocêntrico, uma vez que, a partir da década de 1940, a rede hospitalar passou a receber um volume crescente de investimentos, e a atenção à saúde foi se tornando sinônimo de assistência hospitalar. Isso organizou o ensino e o trabalho médico foi um dos responsáveis pela fragmentação e hierarquização do processo de trabalho em saúde e pela proliferação das especialidades médicas. 12 Módulo para Alunos Atividade 4 - Modelos de Atenção à Saúde até o SUS Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Atividade 4 Nesse período, o modelo campanhista da saúde pública, pautado pelas intervenções na coletividade e nos espaços sociais, perdeu terreno e prestígio no cenário político e no orçamento público do setor saúde, que passou a privilegiar a assistência médico-curativa, a ponto de comprometer a prevenção e o controle das endemias no território nacional. Início das discussões sobre o SUS A ideia de ter saúde, em boa parte do século XX, estava associada à ausência de doenças. Depois, começou-se a perceber que as doenças estavam associadas aos hábitos de vida, aos ambientes em que as pessoas viviam e aos comportamentos e respostas dos indivíduos às situações do dia a dia. A saúde passou, então, a ser entendida como um conjunto de fatores que tem a ver com renda, trabalho, grau de instrução, acesso e qualidade das ações do serviço de saúde e assim por diante. Por outro lado, a assistência à saúde da população estava ao alcance de quem tinha emprego registrado na carteira profissional e possuía assistência médica através das Caixas de Previdência. Ou então para aqueles que podiam pagar médicos particulares e serviços de internação, quando necessários. Quem não tinha emprego registrado ou não podia pagar um médico poderia recorrer às Santas Casas de Misericórdia ou aos postos de saúde municipais. Para equilibrar essas desigualdades, ao final da década de 1970, diversos segmentos da sociedade civil – entre eles, usuários e profissionais de saúde pública – iniciaram um movimento de luta pela atenção à saúde como um direito de todos e um dever do Estado. Esse movimento ficou conhecido como Reforma Sanitária Brasileira e culminou na instituição do SUS por meio da Constituição de 1988 e posteriormente regulamentado pelas Leis 8.080/90 e 8. 142/90, chamadas Leis Orgânicas da Saúde. A seguinte síntese expressa a complexidade da concepção ampliada de saúde que marcou o movimento pela Reforma Sanitária: “Saúde é a resultante das condições de habitação, alimentação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde”. A partir desse jeito de pensar a saúde, o movimento da Reforma Sanitária concebe e organiza as políticas e as ações de saúde, partindo da crítica em relação aos modelos excludentes, seja o curativo ou o preventivista. Assim, a partir de 1985 começaram os preparativos para a elaboração da Constituição Federal. Em 1986, foi realizada a 8ª Conferência Nacional de Saúde e criada a Comissão Nacional de Reforma Sanitária, com a tarefa de formular as bases para um sistema de saúde brasileiro. Alguns integrantes dessa Comissão fizeram parte da Assembleia Nacional Constituinte, na qual estava parte do conjunto de deputados que escreveu a Constituição Federal de 1988. A nova maneira de entender a saúde foi incluída no artigo 196 da Constituição Federal. 13 Módulo para Alunos Atividade 4 - Modelos de Atenção à Saúde até o SUS Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias No âmbito do SUS, há três princípios fundamentais com relação à organização da atenção à saúde. O Princípio da universalidade é aquele no qual o SUS deve garantir o atendimento de toda população brasileira. Já o Princípio da equidade diz que o atendimento deve ser garantido de forma igualitária, porém contemplando a multiplicidade e a desigualdade das condições sociossanitárias da população. Por último, no Princípio da integralidade, a assistência é entendida como um conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos. Integralidade, neste caso, une as ações de promoção, prevenção e recuperação. As ações de promoção buscam eliminar ou controlar as causas de doenças e agravos, ou seja, o que determina ou condiciona o aparecimento de doenças. Isso envolve ações em outras áreas como habitação, meio ambiente, educação etc. Ações de prevenção são aquelas específicas para prevenir riscos e exposições à doenças, como por exemplo, saneamento básico, imunização, prevenção de cáries, doenças do trabalho etc. Já as ações de recuperação são aquelas que atuam sobre os danos e evitam as sequelas e as mortes das pessoas doentes, por exemplo: atendimento médico, tratamento hospitalar, exames diagnósticos, atendimento às urgências e emergências. Assim, o SUS organizou a atenção à saúde de forma hierarquizada, em níveis crescentes de complexidade. Em contraposição, o modelo de atenção pode constituir-se na resposta dos gestores, serviços e profissionais de saúde para o desenvolvimento de políticas e a organização dos serviços, das ações e do próprio trabalho em saúde. Dessa forma, podem atender às necessidades de saúde dos indivíduos, nas suas singularidades, e dos grupos sociais, na sua relação com suas formas de vida, suas especificidades culturais e políticas. O modelo de atenção busca garantir a continuidade do atendimento nos diversos momentos e contextos em que se objetiva a ‘‘atenção à saúde’’. Nesse sentido, existem também propostas de atenção dirigidas a grupos específicos. Atenção terciária Alta complexidade Atenção secundária Média complexidade Atenção primária Baixa complexidade 14 Módulo para Alunos Atividade 4 - Modelos de Atenção à Saúde até o SUS Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Elas podem ser descritas como políticas voltadas para atenção à saúde por ciclo de vida – atenção à saúde do idoso, à criança e ao adolescente, atenção à saúde do adulto; aos portadores de doenças específicas – atenção à hipertensão arterial, diabetes, hanseníase, DST/Aids, entre outras; e também relativas a questões de gênero – saúde da mulher e, mais recentemente, saúde do homem. Atualmente, no estado do Paraná há uma discussão sobre a resolutividade, que é a capacidade do serviço para enfrentar os problemas de saúde no modelo de atenção à saúde hierarquizada por níveis de complexidade, através de outro modelo de atenção à saúde denominado redes de atenção. Estudaremos este modelo na sequência. Como o SUS se organizou para ter acesso universal e igualitário? Para promover o acesso universal e igualitário, as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada. Elas constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I – Descentralização, com direção única em cada esfera de governo, é entendida como uma redistribuição das responsabilidades pelas ações e serviços de saúde entre os vários níveis de governo. Parte da ideia de que quanto mais perto do fato a decisão for tomada, mais chance haverá de acerto. A esse processo dá-se

o nome de MUNICIPALIZAÇÃO. II – Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III – Participação da comunidade. Essas três diretrizes formam a base do Sistema Único de Saúde. Todas as políticas e ações que tratem de saúde devem incluí-las. Elas foram detalhadas nas Leis 8.080 e 8.142, publicadas em 1990. Lei 8.080 Detalha a organização do SUS, estabelece a descentralização das ações e trata das condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, através do atendimento integral à população. Lei 8.142 Fala sobre a participação da comunidade no acompanhamento de políticas e ações de saúde, criando os conselhos de saúde e as conferências de saúde. Controle social O conceito de controle social é a garantia constitucional de que a população, através de suas entidades representativas e de classe, poderá participar do processo de formulação das políticas de saúde e do controle de sua execução, em todos os níveis de governo. 15 Módulo para Alunos Atividade 4 - Modelos de Atenção à Saúde até o SUS Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Essa participação deve ocorrer através dos Conselhos de Saúde, de representação partidária de usuários, governo, profissionais de saúde e prestadores de serviços; e nas Conferências de Saúde, que têm a atribuição de deliberar sobre as políticas de saúde e as prioridades do setor. Conselhos de saúde Os conselhos de saúde atuam na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, de acordo com o nível de governo que cada um representa. Os conselhos se reúnem, em média, uma vez, e as decisões e ações definidas durante as reuniões devem ser homologadas pelos gestores. A sociedade, através dos representantes reunidos no Conselho Municipal de Saúde, passou a poder participar da definição das ações e das políticas do município. Mas a participação da comunidade não acontece somente no conselho de saúde ou na conferência de saúde. Ela acontece também no dia a dia de seu trabalho como agente de saúde em cada comunidade, fazendo com que mais e mais pessoas possam ter acesso às informações e orientações sobre como cuidar de sua saúde, da de sua família e de sua comunidade. No âmbito municipal, as políticas são aprovadas pelo CMS – Conselho Municipal de Saúde; no âmbito estadual, são negociadas e pactuadas pela CIB – Comissão Intergestores Bipartite (composta por representantes das Secretarias Municipais de Saúde e Secretaria Estadual de Saúde) e deliberadas pelo CES – Conselho Estadual de Saúde (composto por vários segmentos da sociedade: gestores, usuários, profissionais de saúde, entidades de classe, etc.); e, por fim, no âmbito federal, as políticas do SUS são negociadas e pactuadas pela CIT – Comissão Intergestores Tripartite (composta por representantes do Ministério da Saúde, das Secretarias Municipais de Saúde e das Secretarias Estaduais de Saúde). As conferências de saúde reúnem também os representantes dos diversos setores da sociedade, que são escolhidos por voto ou indicação. As conferências propõem ou indicam ações e políticas que devem acontecer a cada quatro anos. Retomaremos este tema mais detalhadamente no módulo II. Complementaridade do setor privado O SUS também prevê em sua organização a Complementaridade pelo setor privado, que é a contratação do setor privado, quando há insuficiência do setor público. Para que isso ocorra, deve-se respeitar três condições: 1) a celebração de contrato conforme as normas de direito público, devendo o interesse público prevalecer sobre o privado; 2) a instituição privada deverá estar de acordo com os princípios básicos e normas técnicas do SUS; 3) a integração do serviço privado deverá se dar na lógica organizativa do SUS, de acordo com a rede regionalizada e hierarquizada dos serviços. Dessa forma, cabe ao setor público gerenciar o que será feito, por quem, em que nível e em que lugar. Dentre os serviços privados deverá ser priorizado o serviço sem fins lucrativos. 16 Módulo para Alunos Atividade 4 - Modelos de Atenção à Saúde até o SUS Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Unidades subordinadas: a estrutura central do Ministério da Saúde é composta por seis secretarias responsáveis por elaborar, propor e implementar as políticas de saúde, sendo, assim, as executoras das atividades finalísticas do órgão. Outras unidades que compõem o ministério são a secretaria executiva, o gabinete do ministro e a consultoria jurídica, responsáveis por atividades de assessoria e assistência direta às ações do ministro. As secretarias são: 1. Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - SCTIE A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos – SCTIE tem como principais competências a formulação, implementação e avaliação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde. Cabe à SCTIE viabilizar a cooperação técnica a estados, municípios e Distrito Federal, no âmbito da sua atuação; e articular a ação do Ministério da Saúde – no âmbito das suas atribuições – com as organizações governamentais e não-governamentais, com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico em saúde. Além disso, a Secretaria também formula, implementa e avalia as Políticas Nacionais de Assistência Farmacêutica e de Medicamentos, incluindo hemoderivados, vacinas, imunobiológicos e outros insumos relacionados; participa da formulação e implementação das ações de regulação do mercado da Saúde; e fomenta, realiza e avalia estudos e projetos no âmbito das suas responsabilidades. Estrutura e organização do serviço de saúde: Federal, Estadual e Municipal Estrutura do Ministério da Saúde O Ministério da Saúde tem a função de oferecer condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde da população, reduzindo as enfermidades, controlando as doenças endêmicas e parasitárias e melhorando a vigilância à saúde, dando mais qualidade de vida ao brasileiro. O Ministério tem o desafio de garantir o direito do cidadão ao atendimento à saúde e dar condições para que esse direito esteja ao alcance de todos, independente da condição social. Os assuntos de competência do Ministério da Saúde são: • Política Nacional de Saúde; • Coordenação e fiscalização do Sistema Único de Saúde; • Saúde ambiental e ações de promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva, inclusive a dos trabalhadores e dos índios; • Informações de saúde; • Insumos críticos para a saúde; • Ação preventiva em geral, vigilância e controle sanitário de fronteiras e de portos marítimos, fluviais e aéreos; • Vigilância de saúde, especialmente drogas, medicamentos e alimentos; • Pesquisa científica e tecnologia na área de saúde. 17 Módulo para Alunos Atividade 4 - Modelos de Atenção à Saúde até o SUS Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias 2. Secretaria Executiva – SE A Secretaria Executiva auxilia o Ministro da Saúde na supervisão e coordenação das atividades das demais Secretarias do Ministério e suas entidades vinculadas. Ela supervisiona e coordena as atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e orçamento; de organização e modernização administrativa; de contabilidade; de administração financeira e de recursos humanos; de informação e informática; e de serviços gerais. Além disso, a SE também assessora o Ministro da Saúde na formulação de estratégias de colaboração com organismos internacionais e supervisiona e coordena as atividades relativas aos sistemas internos de gestão e aos sistemas de informação relativos às atividades finalísticas do Sistema Único de Saúde. 3. Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS A criação da Secretaria de Vigilância em Saúde, em junho de 2003, veio reforçar uma área extremamente estratégica do Ministério, por meio do fortalecimento e ampliação das ações de Vigilância Epidemiológica. Com sua criação, as atividades antes desempenhadas pelo extinto Centro Nacional de Epidemiologia, da Fundação Nacional de Saúde, passaram a ser executadas pela SVS. Entre suas ações estão incluídos os programas nacionais de combate à dengue, à malária e outras doenças transmitidas por vetores; o Programa Nacional de Imunização, a prevenção e controle de doenças imunopreveníveis, como o sarampo, o controle de zoonoses; e a vigilância de doenças emergentes. A SVS também agrega importantes programas nacionais de combate a doenças como tuberculose, hanseníase, hepatites virais, DST e Aids. Agora, todas as ações de prevenção e controle de doenças estão reunidas na mesma estrutura, possibilitando uma abordagem mais integrada e eficaz. 4. Gestão do Trabalho e Educação em Saúde – SGTES Ao propor um amplo processo de formação e qualificação dos profissionais de saúde e de regulação profissional no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, o Ministério da Saúde encontra soluções de execução nacional para uma política de educação permanente em saúde em uma escala ainda não experimentada. O objetivo é garantir uma oferta efetiva e significativa de cursos de formação técnica, de qualificação e de especialização para o conjunto dos profissi-

onais da saúde e para diferentes segmentos da população. Para isso, o Ministério da Saúde criou a Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde, ao mesmo tempo em que desencadeou a análise de projetos, propostas e políticas para a desprecarização dos vínculos de trabalho no sistema de saúde e retomou a mesa nacional de negociação permanente do SUS. Um sinal visível da importância desse movimento em direção à valorização dos trabalhadores foi a criação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde na estrutura ministerial. 5. Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI Com a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena, em outubro de 2010, o Ministério da Saúde passa a gerenciar diretamente a atenção à saúde dos indígenas, levando em conta aspectos culturais, étnicos e epidemiológicos dos 225 povos que vivem no Brasil. Antes, a Funasa era responsável tanto pelas ações de saúde como pela aquisição de insumos, apoio logístico, licitações e contratos. 18 Módulo para Alunos Atividade 4 - Modelos de Atenção à Saúde até o SUS Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias A nova secretaria será dividida em três áreas: Departamento de Gestão da Saúde Indígena, Departamento de Atenção à Saúde Indígena e Distritos Sanitários Especiais Indígenas. Também passam a ser funções da SESAI ações de saneamento básico e ambiental das áreas indígenas, como preservação das fontes de água limpa, construção de poços ou captação a distância nas comunidades sem água potável, construção de sistema de saneamento, destinação final ao lixo e controle de poluição de nascentes. 6. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa – SGEP À Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa compete formular e implementar a política de gestão democrática e participativa do Sistema Único de Saúde e fortalecer a participação social. Além disso, a secretaria articula as ações do Ministério da Saúde, referentes à gestão estratégica e participativa com os diversos setores governamentais e não-governamentais relacionados com os condicionantes e determinantes da área saúde. Essa secretaria também apoia o processo de controle social do SUS para o fortalecimento da ação dos conselhos de saúde; e promove, em parceria com o Conselho Nacional de Saúde, a realização das Conferências de Saúde e das Plenárias dos Conselhos de Saúde, com o apoio dos demais órgãos do Ministério. Unidades vinculadas ao Ministério da Saúde Alguns órgãos não fazem parte da estrutura central do Ministério da Saúde, mas funcionam de forma vinculada a ele. São as fundações públicas, as autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista. Essas unidades têm funções específicas e atividades complementares que devem estar alinhadas com as principais questões da Saúde e com as prioridades do governo. Autarquias • Anvisa: Agência Nacional de Vigilância Sanitária • ANS: Agência Nacional de Saúde Suplementar Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) O Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, definido pela Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, é um instrumento que o SUS dispõe para realizar seu objetivo de prevenção e promoção da saúde. O Sistema engloba unidades nos três níveis de governo – Federal, Estadual e Municipal – com responsabilidades compartilhadas. No nível federal, estão a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS/Fiocruz). No nível estadual, estão o órgão de vigilância sanitária e o Laboratório Central (Lacen) de cada uma das 27 Unidades da Federação. No nível municipal, estão os serviços de VISA dos 5561 municípios brasileiros, muitos dos quais ainda em fase de organização. 19 Módulo para Alunos Atividade 4 - Modelos de Atenção à Saúde até o SUS Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias ÁREAS DE ATUAÇÃO Locais de produção e comércio de alimentos fábricas, restaurantes, bares, mercados e supermercados, frutarias, açougues, padarias, produtores de laticínios e outros; Lojas e áreas de lazer shoppings, cinemas, ginásios de esporte, postos de gasolina, piscinas, clubes, estádios e academias de ginástica; Indústria de cosméticos, medicamentos, produtos para a saúde, saneantes (produtos de limpeza), perfumes e produtos de higiene pessoal; Laboratórios banco de sangue e hemoderivados; Agrotóxicos indústria e postos de venda destes produtos; Radiação ionizante hospitais, clínicas médicas e odontológicas que façam uso para fins diagnósticos. Locais públicos escolas, cemitérios, presídios, hospitais, clínicas, farmácias, salões de beleza, asilos. Portos, aeroportos e fronteiras EMPRESA PÚBLICA Hemobrás – Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia Fundações públicas Funasa – Fundação Nacional de Saúde Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA Hospital Nossa Senhora da Conceição Hospital Fêmina Hospital Cristo Redentor ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA Institutos Into – Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Haddad Inca – Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva INC – Instituto Nacional de Cardiologia O que seria a VISA, então? Atualmente, com a publicação da Lei Orgânica da Saúde, (Lei Federal n.º 8080/90 e Lei Federal n.º 8142/90), entende-se por vigilância sanitária um conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e da circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde. Como área de abrangência estão: o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas de processo (da produção ao consumo) e o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde. 20 Módulo para Alunos Atividade 4 - Modelos de Atenção à Saúde até o SUS Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Área jurídica A Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde é a unidade responsável por apoiar as ações do órgão, de forma que as políticas públicas, o gasto com a saúde e a elaboração de normas, na esfera do SUS, respeitem a Constituição Federal e toda a legislação brasileira. Órgãos colegiados O Ministério da Saúde conta ainda com os seguintes órgãos colegiados: o Conselho Nacional de Saúde e o Conselho de Saúde Suplementar. Esses órgãos são permanentes e deliberativos sobre temas relacionados à saúde, que reúnem representantes do Governo e dos prestadores de serviços de saúde, profissionais de saúde e usuários do SUS. Organograma do Ministério da Saúde Ministério da Saúde Órgãos colegiados Subordinação Vinculação Gabinete do Ministro Secretaria Executiva Consulta jurídica Secretaria de Atenção à Saúde Fundações públicas Fundações Nacional de Saúde Fundação Oswaldo Cruz Agência Nac. de Vigilância Sanitária Agência Nac. de Saúde Suplementar Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia Hospital N. Sra . da Conceição S/A Hospital Fêmina S/A Hospital Cristo Redentor S/A Autarquias Empresa pública Sociedade de economia mista Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa Secretaria de Vigilância em Saúde Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - Conselho Nacional de Saúde - Conselho de Saúde Suplementar 21 Módulo para Alunos Atividade 4 - Modelos de Atenção à Saúde até o SUS Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Estrutura do serviço de saúde nos estados e municípios A estrutura da saúde pública no Brasil conta também com atuação das secretarias estaduais e municipais de saúde. A Constituição Federal de 1988 deu um importante passo na garantia do direito à saúde com a criação do SUS. As ações deixam de ser centralizados e passam a ser norteadas pela descentralização, com os estados e municípios assumindo suas responsabilidades e prerrogativas diante do SUS, bem como desenvolvendo ações que dão prioridade à prevenção e à promoção da saúde. A Vigilância em saúde como prática social Na área da Vigilância em Saúde as possibilidades de transformações não dependem da simples aplicação de conhecimentos científicos ou normas técnicas. Dependem, também, das diferentes relações sociais entre os membros da comunidade, entre a população e o espaço geográfico e entre as próprias instituições. Essa diversidade de relações, assim como os variados tipos de interferências que aí acontecem podem promover ou prejudicar a saúde das comunidades. Por isso é importante compreender que a vigilância em saúde não é uma ação sobre a população, mas com a população e seu território. Por exemplo: é evidente para um profissional da saúde que a presença de pneus acumulando água representa um risco à saúde da população. Neste caso, a norma é bastante clara – os pneus devem ser descartados em locais adequados. Contudo, como raramente há coleta de pneus, cria-se um problema – eles são depositados em qualquer local e, como normalmente ficam expostos ao ar livre, tornam-se pro-

pícios ao acúmulo de água da chuva. Neste exemplo, temos um problema extremamente sério, cuja solução definitiva está além da aplicação de um conhecimento, pois exige uma medida de infraestrutura. Na maior parte das vezes, mudar situações no campo da saúde pode significar atuar sobre condicionantes e determinantes que mexem com questões econômicas, culturais e, até mesmo emocionais. Apesar de muitas vezes não sabermos a solução dos problemas, é necessário acreditar que é possível transformar uma situação que esteja significando risco à população. Quando afirmamos que a vigilância em saúde é uma prática social, estamos dizendo que não há uma receita pronta que possa ser adotada, mas que através de um trabalho em conjunto com a população, pode-se descobrir e construir um conjunto de possibilidades de ação que vão se alterando com a realidade. A educação em saúde é uma dessas possibilidades. Muitas formas de agir na relação com a comunidade e com o território têm como resultado uma ação educativa que gera novas maneiras de perceber, de atuar e refletir sobre questões relacionadas à saúde e ao ambiente. Neste sentido ele é um trabalho educativo, pois traz consigo a reflexão e a intenção de educar, de transformar uma situação. 22 Módulo para Alunos Atividade 4 - Modelos de Atenção à Saúde até o SUS Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Anotações 23 Módulo para Alunos Atividade 4 - Modelos de Atenção à Saúde até o SUS Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Moral e ética Olá, no encontro de hoje vamos falar sobre moral e ética. Além de humanização na atenção à saúde. A ética estuda o comportamento moral do homem na sociedade. Este comportamento, por sua vez, é baseado em valores incorporados pelo indivíduo enquanto ser social. A ética estuda os atos conscientes e voluntários de indivíduos que afetam outras pessoas, grupos sociais, ou a sociedade em seu conjunto. Um comportamento só terá conotação moral se for consciente e voluntário e ocorrer no convívio social. Nesse sentido, As necessidades humanas básicas são as mesmas em todas as culturas, em qualquer época, o que muda é a forma ou os meios utilizados para sua satisfação. Elas variam entre as sociedades com culturas diferentes e até dentro de uma mesma sociedade, em momentos históricos diferentes. Uma nova moral pode substituir uma velha ou conviver com ela, a partir de mudanças na estrutura social, política e econômica. Do mesmo modo, alguns valores morais se consolidam como positivos ao longo dos anos como: solidariedade, lealdade, honestidade, enquanto outros se consolidam como negativos como egoísmo, vaidade, hipocrisia e desonestidade, por exemplo. Valores morais É o homem que dá valor às coisas ou que cria valores na sua relação com a natureza e com os outros homens. Contudo, o fato de as coisas terem um valor para o homem, não significa que há conotação moral neste valor. O valor moral depende da utilização dada ao objeto: para que fim, interesse ou necessidade servirá. Por exemplo, pense que uma droga foi descoberta e está destinada a salvar vidas, mas é utilizada em uma guerra química e acaba causando mortes. Só podemos atribuir valor moral a um ato se ele tem consequências que afetam outros indivíduos, um grupo social ou uma sociedade. O juízo de valor que se faz de um ato humano é a atribuição de valor que é dada ao ato de um sujeito por outro sujeito. Aquele que avalia e o que é avaliado estão inseridos em um contexto histórico e social, e utilizam uma escala de valores elaborada à partir de seu contexto de vida, enquanto ser social. A moral é um conjunto de normas que regula o comportamento individual e social dos homens. Ela responde às necessidades de uma determinada sociedade, em um determinado momento histórico cumprindo, assim, uma importante função social. 24 Módulo para Alunos Atividade 5 - Moral e ética Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Atividade 5 Assim, os atos praticados e os juízos de valor emitidos estão relacionados a uma determinada situação e não a outra. Ou seja, dependendo do resultado obtido com o ato, podemos ter posições diferentes quanto ao mesmo ser moralmente valioso ou não. Por exemplo: Alguém pode contar uma mentira e ela ter significado benéfico. Teoricamente, a mentira em si teria uma conotação moral não valiosa. Porém, se o resultado foi o bem para o indivíduo, esse ato pode também ser avaliado como moralmente valioso. Se várias pessoas fossem avaliar a situação, provavelmente, teríamos posições diferentes. Esses problemas da relação cotidiana são práticas morais, conduzidas de acordo com valores socialmente incorporados pelos indivíduos de uma determinada sociedade. Humanização e ética na atenção a saúde O modelo de atenção à saúde da Estratégia Saúde da Família está centrado no usuário, o que exige das equipes a necessidade de pensar formas de humanizar a assistência à saúde. Humanizar significa olhar as pessoas que buscam os serviços de saúde como sujeitos de direitos; observar cada pessoa ou família em sua singularidade, em suas necessidades específicas, com uma história particular, valores, crenças e desejos; significa também ampliar as possibilidades dos usuários exercerem a sua autonomia. Qualquer pessoa, independente da idade, se tiver condições para apreciar a natureza e as consequências de um ato ou proposta de assistência à sua saúde, deve ter oportunidade de decidir sobre sua saúde. Ou seja, poder agir como pessoa autônoma. Autonomia relaciona-se com tomada de decisão. Por pessoa autônoma compreende-se aquela que tem condições para deliberar, decidir entre as alternativas que lhe são apresentadas, podendo atuar conforme sua escolha. Para os profissionais de saúde, respeitar o usuário como agente autônomo significa ser capaz de acatar o seu direito de opiniões próprias, de fazer escolhas e agir de acordo com seus valores e crenças, mesmo que suas opções possam discordar das indicações técnicas. É tarefa dos profissionais de saúde assegurar as condições necessárias para que os usuários possam fazer suas escolhas com autonomia. Os usuários devem ser estimulados a compartilhar das decisões que digam respeito à sua pessoa, à sua família e à sua comunidade. As decisões devem ser livres e esclarecidas, fundamentadas em informações adequadas, de forma que possam aceitar ou recusar o que lhes é proposto. 25 Módulo para Alunos Atividade 5 - Moral e ética Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias A transformação do modelo assistencial e a humanização do atendimento requerem a garantia do direito à informação ao usuário, pois este é o elemento vital para que o usuário possa tomar decisões. Todos os integrantes da equipe de Saúde da Família devem estar conscientes da responsabilidade individual de esclarecer os usuários sobre questões que lhe são mais afeitas. As informações não necessitam ser exaustivas ou apresentadas em linguajar técnico-científico. Devem ser simples, compreensíveis, respeitosas e suficientes para garantir a autonomia dos usuários nas suas escolhas e atos. O desenvolvimento de uma relação de confiança entre profissionais e usuários favorece o respeito pela autonomia dos usuários e permite diminuir sua dependência com relação à autoridade dos profissionais. Convém lembrar que esta relação de confiança na Estratégia de Saúde da Família é reforçada pelo vínculo e responsabilização que decorrem da adscrição das famílias de determinada região a uma equipe específica. Outros dois princípios éticos que devem ser observados nas atividades do PSF: a privacidade e a confidencialidade das informações. Estes princípios englobam: intimidade, vida privada e honra das pessoas. Os próprios usuários têm direito de decidir quais informações pessoais querem que sejam mantidas sob o seu exclusivo controle e a quem, quando, onde e em quais condições estas informações podem ser reveladas. 26 Módulo para Alunos Atividade 5 - Moral e ética Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Se o usuário tem direito à privacidade, cabe aos elementos da equipe o dever da manutenção do segredo. Vale lembrar que são sigilosas não somente as informações reveladas confidencialmente, mas também aquelas que a equipe de saúde da família venha a conhecer no exercício de suas atividades. Está no âmbito do segredo tudo aquilo que se conhece através dos contatos profissionais com os usuários, inclusive nas visitas domiciliares. Deve- -se estar atento para que a visita não seja encarada pelos usuários como um ato invasivo de privacidade. Assim, o dever de assegurar a confidencialidade dos fatos e dos dados torna-se ainda mais indispensável. O dever de manter o segredo das informações é obrigação ética dos profissionais de saúde. Para isso, devem ser criadas condições nas unidades, para que se mantenham sob sigilo os dados relativos à intimidade do usuário e das famílias. Isso deve ser aplicado igualmente quando se trata da própria família. Um usuário pode não desejar que alguns fatos ou dados de sua privacidade sejam revelados a outros membros da família.

Basta lembrar que é comum as adolescentes não quererem revelar dados de sua vida sexual a seus pais, procurando a unidade de saúde, muitas vezes, sem o conhecimento deles. É oportuno lembrar que são necessários os cuidados no momento da obtenção das informações. Pois elas, muitas vezes, são colhidas nos domicílios, que podem não ter um espaço reservado à conversa entre o membro da equipe que realiza a visita e o usuário. Assim, cabem cuidados, como por exemplo: Procurar manter um tom baixo de voz ou até mesmo propor a ida do usuário à unidade de saúde. Com as pessoas idosas, os cuidados devem ser redobrados, pois, algumas vezes, por suas dificuldades auditivas, é necessário falar em um tom de voz mais alto do que o habitual, o que naturalmente pode expor sua privacidade. No trabalho em equipe, a troca de informações é fundamental, porém, elas devem ser limitadas apenas ao que cada elemento da equipe necessita para realizar suas atividades. O ACE possui uma situação singular na equipe de saúde da família, pois reside na área de adscrição da unidade. Isso faz com que viva o cotidiano da comunidade com maior intensidade que os outros integrantes da equipe. Ao exercer a função de elo entre a equipe e a comunidade, deve ter muito cuidado para discernir quais informações devem ser repassadas para os outros membros da equipe, de forma a gerar benefícios para a comunidade e orientar o trabalho. Também existe a possibilidade de o usuário não querer revelar dados de sua privacidade ao ACE por ele ser seu vizinho. Esta possibilidade pode aumentar nos casos de doenças com risco de estigmatização ou segregação, como AIDS ou Hanseníase, por exemplo. Cabe ainda pensar sob a perspectiva do ACE, ou seja, ele também deve preservar sua privacidade e liberdade, pois é morador da comunidade pela qual é responsável enquanto membro da ESF. 27 Módulo para Alunos Atividade 5 - Moral e ética Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Na busca da humanização da atenção à saúde, é preciso ter atitudes que marquem o respeito pelo usuário. Por exemplo: Sempre chamar a pessoa por seu nome, jamais utilizando termos impessoais, como “mãe”, “tio”, “vôzinho”, “meu filho”, “minha querida” e outros que podem ser mais estigmatizantes ou rotuladores, como “o aidético”, “o tuberculoso”, “o desnutrido” entre outros. Isso também deve ser observado ao se fazer referências às famílias, nunca usando “a casa dos desnutridos”, a “casa dos hipertensos”, ou a “família dos negros” e outros. Outro direito fundamental do usuário é a liberdade de expressão. O usuário deve poder manifestar sua opinião sobre o serviço ou os membros da Equipe de Saúde da Família, sem o risco ou temor de represálias. Os gestores devem viabilizar canais de comunicação entre os usuários e a administração, permitindo que expressem livremente suas reclamações e participem das decisões tomadas no âmbito da saúde. Anotações 28 Módulo para Alunos Atividade 5 - Moral e ética Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Trabalho em equipe Olá! No encontro de hoje vamos falar sobre a construção do trabalho em equipe. Pensar em equipes de saúde é pensar no trabalho e nas relações, pois as equipes se formam nas relações dos processos de trabalho. Determinação, iniciativa, acomodação ou desânimo não são atributos individuais, mas o resultado das relações que se estabelecem no trabalho das equipes. As equipes vivem imersas nas relações de poder, de afeto, de trabalho e de gênero. São relações sociais, históricas e culturais que produzem pensamentos, sentimentos, modos de agir e pensar. Nas equipes estão também as disputas das relações de gênero: homem e mulher; as relações afetivas: prestígio e subordinação, favorecidos e desfavorecidos; as relações de classe e as decorrentes da diversidade cultural. Então, a equipe é um tecido de relações: presentes e passadas, de poderes, de saberes e de afetos. Relações entre diferentes profissionais, permeadas pelas relações entre trabalhadores e usuários. São pessoas com formações, saberes, práticas e histórias que se encontram ou desencontram no trabalho de cuidar de pessoas e comunidades. A equipe oferece uma possibilidade de reconstrução permanente. Nela há momentos de maior potência de trabalho e momentos de maior desarticulação, de desânimo e de resistência. Para que haja uma permanente renovação na equipe é necessário reconhecer que na saúde são necessários distintos olhares, saberes e fazeres. É preciso cooperar uns com os outros em prol de um objetivo comum: o cuidado. As relações da equipe podem ser tensas e conflituosas e ninguém gosta de conflitos, pois aprendemos que eles são ruins. No entanto, eles evidenciam diferenças que devem ser explicitadas e trabalhadas, pois trazem a possibilidade da mudança. Ao serem nominados e expressos, os conflitos podem mudar de qualidade e se transformar. A aprendizagem ocorre quando há a possibilidade de superar momentos, transformando dilemas em problemas de gestão e crescimento coletivos. 29 Módulo para Alunos Atividade 6 - Trabalho em equipe Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Atividade 6 • Porque precisa do salário; • Porque acredita que está ajudando à população; • Porque se não fizer, o serviço não recebe a verba do ministério; • Porque foi o emprego que encontrou no momento; • Porque gosta do trabalho que faz. Diante de tantos motivos diferentes, pode-se perceber que em uma equipe estão presentes, também, os interesses e os objetivos individuais. Esses objetivos, individuais ou do grupo, no entanto, podem se modificar, para que a equipe desenvolva tarefas comuns, direcionadas por objetivos comuns. Para isso, as pessoas precisam conversar, dialogar, expor seus pontos de vista, assim como escutar o que os outros têm a dizer. E qual a tarefa invisível colocada para a equipe? A tarefa considerada invisível tem a ver com os afetos e os vínculos que se estabelecem entre os membros da equipe. Cada pessoa, ao integrar uma equipe, traz consigo suas experiências pessoais e de trabalhos já realizados individualmente ou em outras equipes. Cada um tem seu jeito próprio de fazer as coisas e no trabalho em equipe somos levados a encontrar outras pessoas para que possamos trabalhar. De certa maneira, o trabalho em equipe permite a cada um dos seus membros um “reencontro” da imagem que faz de si com a imagem que faz do outro. A abordagem dos conflitos como problema possibilita o que chamamos de problematização. Algo que permite a troca e o movimento das ideias, compreensão e decisões. A potência da equipe está justamente no crescimento coletivo. As possibilidades de expressar diferenças de opiniões, sentimentos e ideias são processos de democratização das instituições. Comprometendo-se com as tarefas visíveis e as invisíveis As reuniões de equipe, para serem proveitosas, têm de ser organizadas com clareza de objetivos e tarefas, sabendo-se onde se quer chegar. Devem também ser realizadas em um clima de respeito entre os participantes. Atrasos, entra e sai da sala, dificuldades para vencer a pauta ou elaborar propostas, término da reunião por esvaziamento indicam dificuldades no funcionamento da equipe. No dia a dia de toda e qualquer equipe há objetivos e tarefas que são visíveis e outras que são invisíveis: 30 Módulo para Alunos Atividade 6 - Trabalho em equipe Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Para que o trabalho em equipe aconteça de fato é necessário um esforço contínuo de cada um de seus membros, no sentido de atualizar ou reconstruir essa imagem que tem de si e do outro, já que há uma tendência de “cristalização” e isso impede ou dificulta os relacionamentos dentro da equipe. Mantendo o trabalho em equipe A manutenção do trabalho em equipe se dá pela clareza dos objetivos da proposta de trabalho (tarefa visível) e também pela relação afetiva entre seus membros (tarefa invisível). As condições para que haja na equipe um espaço de fala e escuta, respeito mútuo e confiança são: disponibilidade interna, cooperação e aceitação das diferenças, confiança na capacidade de transformação pessoal, escuta e acolhimento. Vejamos o que cada uma delas significa: • Disponibilidade interna: é a força e disposição para contribuir na construção de algo comum; • Cooperação e aceitação das diferenças: a diferença é um elemento que enriquece a equipe, pois torna claro que cada um tem “saberes”, “dizeres” e “fazeres” diferentes e que é preciso ultrapassar preconceitos para a execução da tarefa. O oposto de cooperação é a competição; • Confiança na capacidade de transformação pessoal: é fundamental acreditar que os indivíduos são capazes de mudar e que isso é fruto do amadurecimento pessoal e das oportunidades de desenvolvimento das suas potencialidades e da disposição para enfrentar as dificuldades. • Escuta e acolhimento: através da fala, as diferenças se tornam explícitas, podendo, assim, serem entendidas e acolhidas. 31 Módulo para Alunos Atividade 6 - Trabalho em equipe Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Anotações 32 Módulo para Alunos Atividade 6

- Trabalho em equipe Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias A Comunicação em Saúde A comunicação está profundamente inserida na atuação da Vigilância em Saúde. A ação do ACE é um trabalho comunicativo e de educação. Na verdade, é impossível falar em educação sem levar em conta a comunicação e vice-versa. Cabe perguntar: • Qual tipo de comunicação o ACE está exercendo? • Qual tipo de comunicação o ACE deve exercer em seu trabalho? De acordo com o dicionário, comunicar significa o ato ou efeito de emitir, transmitir e receber mensagens por meio de métodos e/ou processos convencionados, quer através da linguagem falada ou escrita, por meio de outros sinais, signos ou símbolos ou através de aparelhamento técnico especializado, sonoro e visual (Dicionário Eletrônico Aurélio – Século XXI). Podemos então dizer que comunicar é • A capacidade de trocar ou discutir ideias, de dialogar, de conversar, com vistas ao bom entendimento entre as pessoas; • Convivência, trato, convívio. E quais são as formas de comunicação? Existem várias formas de comunicação: • Comunicação interpessoal: é direta, estabelecida entre duas ou mais pessoas. Pode ser feita pelas pessoas frente a frente ou por carta, telefone, e-mail ou bate papo virtual; • Comunicação de massa: é dirigida a uma faixa grande de público e efetuada pelos meios de comunicação de massa como jornais, revistas, TV, rádio, etc.; • Comunicação não verbal: é baseada em signos independentes de linguagem falada, como as imagens, a música, etc. A palavra comunicar vem do latim e quer dizer tornar comum, partilhar, repartir, associar. A comunicação permite que experiências, sensações, ideias ou pensamentos possam ser compartilhados com os outros. Assim, se comunicar é compartilhar, dialogar, tornar comum uma experiência ou conhecimento. Podemos entender o trabalho do ACE como uma ação comunicativa, na qual a interação em sociedade tem grande importância. 33 Módulo para Alunos Atividade 7 - A Comunicação em Saúde Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Atividade 7 Nas suas ações, o ACE está sempre comunicando algo, mesmo que não seja intencionalmente. Suas práticas na comunidade estão de alguma forma passando uma mensagem. Pesquisas realizadas sobre o trabalho dos antigos guardas sanitários mostraram que suas ações influenciaram na forma como as comunidades rurais entendiam as doenças. As comunidades aprendiam ou confirmavam seus conhecimentos ao observarem o trabalho dos guardas sanitários. Por exemplo, quando os guardas pediam ao morador uma amostra de fezes para exame, a população entendia que devia haver mesmo alguma evidência de doença nas fezes, caso contrário, o governo não iria gastar gasolina nos carros para ir e vir com aquele material nos potes. Quando os guardas faziam buscas de moluscos transmissores da esquistossomose nas águas dos córregos, os moradores da região percebiam que aqueles animais, aparentemente “lesmas inofensivas”, deveriam realmente oferecer perigo, pois os guardas não estariam caçando lesmas à toa. Esses exemplos tornam evidente que a comunicação não se faz só através da palavra. E mesmo quando usamos a palavra para nos comunicar existem diferentes entonações de voz, pausas, alterações de volume que também dão um sentido para quem ouve. Temos que lembrar que nossa presença e o nosso corpo também falam enquanto falamos. Chamamos a isso de comunicação não verbal. Erguer a sobrancelha, sorrir, apertar as mãos, mexer no cabelo, fechar os olhos, movimentar a cabeça, além da própria postura e posição do corpo frente ao outro... tudo isso também diz muita coisa, tem um significado, o qual aprendemos intuitivamente a reconhecer. Além disso, a comunicação é uma via de mão dupla, ou seja, todos os envolvidos numa situação de interlocução emitem signos. Enquanto ouve, uma pessoa mostra suas reações: sorri, franze a testa, se mexe, muda sua postura corporal... todos entendem esses sinais. A comunicação é um jogo dinâmico, simultâneo e rico, mesmo que se trate de uma conversa entre duas pessoas. Pode-se imaginar, então, como é complexa a relação de comunicação entre o profissional de saúde e a comunidade onde ele trabalha. Sua abordagem, sua vestimenta, o veículo que o trouxe, seus contatos locais, suas atividades anteriores na comunidade trazem inúmeras informações que interferem naquilo que ele intencionalmente pretende comunicar. Isso é o que chamamos de contexto da comunicação. 34 Módulo para Alunos Atividade 7 - A Comunicação em Saúde Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Chama-se contexto de comunicação as situações externas e internas em que se dá a comunicação. Por exemplo, se o ACE convoca uma reunião para uma palestra sobre determinado problema de saúde e as pessoas da comunidade não comparecem, ele pode descobrir que elas não foram porque ele foi visto conversando com alguém de má reputação na comunidade. Embora isso não tenha nada a ver com os conteúdos da palestra, criou-se um contexto muito desfavorável para a palestra. Não podemos esquecer que a população tem suas próprias referências, não só com relação aos conhecimentos e práticas propostas, mas também com relação aos profissionais de saúde e aos outros atores sociais da comunidade. Cada pessoa ou cada grupo têm internamente suas referências acerca das coisas, a partir do modo como as experimentou ou conheceu. Não há um só saber nem uma só forma de se conhecer. Assim como o ACE possui um determinado conhecimento, a população que ele atende também tem os seus próprios saberes, seu modo de encontrar soluções e sua capacidade de resolver os problemas. Finalmente, nunca é demais lembrar que em torno da ação comunicativa há relações de poder. Não é difícil imaginar exemplos que ilustrem o fato de que quem concentra a informação concentra o poder. São muitas as situações em que uma pessoa (ou um grupo) comanda em benefício próprio e segundo os seus interesses, usando o poder da informação, enquanto outro é comandado e passa a depender e reverenciar o saber do primeiro. Técnicas para escutar ativamente O escutar ativamente permite às pessoas saberem que estão sendo escutadas e entendidas. Quando elas sentem que estão sendo ouvidas, expressam-se de forma mais completa. Ademais, a pessoa que escuta ativamente obtém informações úteis sobre a pessoa que está falando. Para escutar ativamente é necessário: focalizar, aceitar, refletir e estimular. Focalizar Olhe diretamente para a pessoa que fala. O rosto, os olhos, postura e gestos são instrumentos de comunicação muito importantes. Desviar os olhos perturba a pessoa que está falando. Aceitar Aceite os sentimentos expressados pela outra pessoa, ainda que não esteja de acordo com eles. Não julgue, não critique, não discuta e não pergunte por quê. Não faça comentários, a não ser para ajudar a pessoa que está falando a clarificar seus sentimentos. Procure colocar-se no lugar da pessoa que está falando, a fim de compreender melhor o que ela está querendo dizer e por que o assunto é tão importante para ela. 35 Módulo para Alunos Atividade 7 - A Comunicação em Saúde Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Não discuta mentalmente. Discussões internas criam uma barreira entre você e a pessoa que fala, tornando a escuta impossível. Não entre em competição com a outra pessoa. Primeiro ouça o que ela tem a dizer, pois a maioria das pessoas acha mais fácil falar do que ouvir. Seja paciente. Não apresse nem interrompa a pessoa que está falando, dê à ela tempo para que possa dizer o que pensa. Não suponha que as outras pessoas usem as palavras da mesma forma que você. Às vezes as palavras significam coisas diferentes para diferentes pessoas. Não suponha que a pessoa está mentindo, tentando envergonhá-lo ou que está enfurecida só porque fala com muito entusiasmo. Verbalize para a pessoa que está falando sua aceitação sobre o assunto, dizendo por exemplo: “eu te entendo” ou “posso imaginar como você se sente”. Refletir Repita com suas próprias palavras a ideia central do assunto que está sendo falado. A pessoa que está falando perceberá que foi compreendida e que você entendeu que a situação é séria. Aja como um espelho que reflete para a pessoa que está falando os sentimentos expressados por ela, utilizando frases como: “Eu percebo que esta situação o deixou irritado” ou “Você quer dizer que é como se fosse...”. Devolva as perguntas feitas. Isso ajuda a organizar o pensamento sobre o assunto e a entender melhor a necessidade que gerou a pergunta. Por exemplo: “Como, então, podemos fazer para...?” ou “Na sua opinião, o que você acha..?”. 36 Módulo para Alunos Atividade 7 - A Comunicação em Saúde Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Estimular Verbalize seu interesse no que está sendo falado, prestando atenção ao que a pessoa está dizendo. Comente com ela. Utilize expressões como: “Que interessante!”, “Continue”. Faça perguntas que animem a outra pessoa a dar detalhes sobre a situação. Elas podem ser

iniciadas por “Me fale sobre...” ou “Eu queria entender melhor...”. Pergunte o que não entendeu, mostre o quanto necessita de mais explicação, ou simplesmente demonstre que está escutando. Para finalizar, vamos refletir mais um pouco sobre escutar ativamente a partir do texto a seguir: Escute! Quando eu peço a você que me escute E você começa a me dar conselhos, você não fez o que eu pedi. Quando eu peço a você que me escute E você começa a me dizer por que eu não devia me sentir assim, Você está desrespeitando meus sentimentos. Quando eu peço a você que me escute E você sente que tem alguma coisa para resolver meu problema Você não está me escutando, por mais estranho que isso pareça. Escute! A única coisa que lhe pedi é que me escutasse, Não que falasse ou fizesse alguma coisa Simplesmente me ouça. 37 Módulo para Alunos Atividade 7 - A Comunicação em Saúde Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Tudo isso eu posso fazer por mim mesmo. Eu não sou uma pessoa desamparada. Eu posso estar um pouco desanimado. Quando você faz alguma coisa para mim Que eu posso e preciso fazer por mim mesmo, Você está contribuindo para os meus receios e imperfeições. Mas quando você aceita o que eu sinto, Não importando o quão irracional meus sentimentos sejam, Então eu posso parar de tentar convencer você e começar a tentar entender O que na verdade está por trás desse sentimento. E quando este sentimento se torna claro, As respostas são óbvias e eu não preciso de conselhos. Sentimentos irracionais fazem sentido quando nós compreendemos o que está por trás deles. Por isso, por favor, escute e simplesmente me ouça. E, se você quiser falar, espere um pouco por sua vez — e eu lhe escutarei. O’DONNELL, R. La escucha. En: PANGRAZZI, A. [Ed]. El mosaico de la misericordia: la relación de ayuda en la pastoral sanitaria. [S.l.]: Sal Terrae/ Santander, 1989. p. 31-43. 38 Módulo para Alunos Atividade 7 - A Comunicação em Saúde Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Anotações 39 Módulo para Alunos Atividade 7 - A Comunicação em Saúde Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Visita domiciliar Olá! Hoje vamos conversar sobre visita domiciliar e sobre o contexto histórico no qual se enquadra o ACE. Assim como os agentes comunitários de saúde (ACS), os agentes de combate às endemias (ACE) trabalham em contato direto com a população e esse é um dos fatores mais importantes para garantir o sucesso do trabalho. Tanto o ACS como o ACE são atores importantes para a obtenção de resultados positivos. O ACE é um profissional fundamental para o controle de endemias e deve trabalhar de forma integrada às equipes de atenção básica na Estratégia Saúde da Família, participando das reuniões e trabalhando sempre em parceria com o ACS. Como estão em contato permanente com a comunidade onde trabalham, os agentes conhecem os principais problemas da região e pode envolver a população na busca da solução dessas questões. São vários os instrumentos que podem ser utilizados para coletar as informações e cada um deles tem um objetivo. A soma de todos eles ajuda a fazer o diagnóstico. São eles: • Visita domiciliar/entrevista; • Cadastramento dos domicílios; • Mapa da comunidade; • Reuniões comunitárias. A visita domiciliar é uma das atividades mais importantes do agente, devendo ser feita sempre porque faz parte da sua rotina de trabalho. É através dela que é possível: • Identificar as pessoas que estão bem de saúde e as que não estão; • Mobilizar as pessoas em relação à prevenção e ao controle de doenças e agravos à saúde; • Identificar casos suspeitos dos agravos e doenças à saúde; • Realizar cadastramento e atualização da base de imóveis para planejamento e definição de estratégias de prevenção e controle de doenças; • Realizar identificação e cadastramento de situações que interfiram no curso das doenças ou que tenham importância epidemiológica relacionada principalmente aos fatores ambientais; • Mobilizar as pessoas para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores; • Ensinar às pessoas medidas simples de prevenção e orientá-las. Mas, para que uma visita domiciliar seja bem feita, ela precisa ser planejada. Planejar é ver os detalhes da visita antes de fazê-la, buscando aproveitar melhor o tempo de acordo com o disponibilizado pelas pessoas visitadas. 40 Módulo para Alunos Atividade 8 - Visita domiciliar Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Atividade 8 Assim, antes de se direcionar à casa das pessoas, é preciso atentar a alguns pontos: • Quando for a primeira visita à família, antes de qualquer coisa, é importante que o ACE se apresente: diga seu nome, qual o seu trabalho, o motivo da visita e perguntar se pode ser recebido naquele momento. • É importante esclarecer às pessoas o motivo da visita, e qual a utilidade e importância desse encontro. • É recomendável escolher um bom horário e definir o tempo de duração da visita. Isso não quer dizer que você não possa mudar o horário ou ficar mais um tempo, se necessário. Na hora da visita, é preciso ter sensibilidade para saber se as pessoas querem ou não conversar mais um pouco. • Só se deve pedir informações que têm sentido. É necessário explicar o porquê das perguntas e para que elas vão servir. Depois de fazer a visita, verifique se os objetivos foram alcançados, analisando o que deu certo ou não para corrigir as possíveis falhas. Isso é importante para planejar as próximas visitas. Abordagem familiar: do contexto histórico ao papel do ACE Durante muito tempo no Brasil, as políticas sociais aconteciam de forma fragmentada e partida, dirigidas para o atendimento individualizado das pessoas, sem considerar seu contexto familiar e comunitário. As ações de controle de endemias foram centralizadas pela esfera federal, que, desde os anos 1970, era responsável pelos chamados “agentes de saúde pública”. Mas, seguindo um dos princípios básicos do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1999 as ações de vigilância passaram a ser descentralizadas e hoje o município é o principal responsável por elas. Apenas em 2006 foi publicada a Lei 11.350, que descreve e regulamenta o trabalho do ACE. O texto diz que o esse agente tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS. Na organização da atenção, o agente comunitário de saúde e o agente de controle de endemias desempenham papéis fundamentais, pois se constituem como elos entre a comunidade e os serviços de saúde. Assim como os demais membros da equipe, tais agentes devem ter corresponsabilização com a saúde da população de sua área de abrangência. Por isso, devem desenvolver ações de promoção, prevenção e controle dos agravos, seja nos domicílios ou nos demais espaços da comunidade. Embora realizem ações comuns, há um núcleo de atividades que é específico a cada um deles. Tudo isso deve sempre levar à reflexão que atuar junto à família significa penetrar num espaço onde o indivíduo pode ser visto, integralmente, no seu contexto. Portanto, pensar uma política de assistência à saúde nesse espaço requer uma ampla visão e conhecimento dessa complexa organização. 41 Módulo para Alunos Atividade 8 - Visita domiciliar Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Quando uma família permite que o ACE entre em sua casa, ela está permitindo não somente o entrar no espaço físico, mas sim, em tudo o que esse espaço representa. Talvez, a mais importante das habilidades consista no ser sensível, ou seja, ser capaz de compreender o momento certo e a maneira adequada de aproximar-se e estabelecer uma relação de confiança. A partir disso é construído o vínculo necessário ao desenvolvimento das ações educativas, preventivas e de recuperação da saúde. A família vem se modificando e se reestruturando nos últimos tempos. Hoje, cada família tem uma dinâmica de vida própria e é inadequado enquadrá-la num modelo único ou ideal. O agente, na sua função de orientar, monitorar, esclarecer e ouvir, passa a exercer, também, o papel de educador. Assim, é fundamental que ele compreenda as implicações que isso representa. 42 Módulo para Alunos Atividade 8 - Visita domiciliar Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Anotações 43 Módulo para Alunos Atividade 8 - Visita domiciliar Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Técnica de Entrevista A entrevista é uma técnica em que se recorre à comunidade para obter conhecimentos, informações e dados. Para realizar uma entrevista, você precisa, antes de tudo, definir claramente seu objetivo e seu conteúdo, além de elaborar um roteiro para orientar-se durante o processo. Definir o tempo necessário para fazer a entrevista também é fundamental. Vamos lá? 1) Comece explicando ao entrevistado de maneira simples os objetivos e conteúdo da entrevista. Se necessário, converse um pouco sobre assuntos pessoais, como: trabalho, onde mora, quantos filhos tem etc. 2) Atenda primeiro as necessidades

sentidas pelo entrevistado e demonstre interesse e atenção estimulando-o a responder as perguntas. 3) Lembre-se sempre de ouvi-lo com atenção e esgotar cada assunto antes de passar para o seguinte. 4) Use formas de perguntas que permitam o aprofundamento das respostas, ou seja, utilize sempre que possível “o que”, “quem”, “quando”, “onde” e “por quê”. 5) Tenha cuidado para não desviar do assunto. Faça com que o entrevistado se sinta à vontade, como se estivesse numa conversa comum e não em um interrogatório. 6) Após a entrevista, faça uma análise com as seguintes perguntas: • Os objetivos propostos foram alcançados? • O entrevistado sentiu-se à vontade? • As perguntas foram formuladas de forma clara e com palavras simples? Esse questionamento é importante para verificar se ainda resta alguma dúvida e para que você possa prosseguir com o seu trabalho. Vantagens A vantagem da entrevista é que ela facilita a visualização dos problemas e encontro das soluções, já que permite a obtenção de informações, bem como a apresentação de soluções para os problemas que aparecerem. Ela também possibilita o relacionamento e a confiança entre agente e morador, algo fundamental no trabalho do ACE. 44 Módulo para Alunos Atividade 9 - Técnica de Entrevista Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Atividade 9 Anotações 45 Módulo para Alunos Atividade 9 - Técnica de Entrevista Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Conhecendo a comunidade através dos mapas Olá! Hoje vamos falar sobre territorialização. Todos nós vivemos em um espaço geográfico e desenvolvemos nossas vidas em lugares que são também chamados de territórios. Apesar dos muitos conceitos, o território é uma área delimitada onde a vida acontece submetida a certas inter-relações, regras ou normas. Geralmente se admite que o território representa um limite de poder, ou de responsabilidade do governo ou de um setor. Trata-se, nesse caso, de divisões político-administrativas. Dessa forma, o território maior contém vários territórios menores e, portanto, existe uma hierarquia de territórios. Por exemplo, o território nacional é a extensão total da República Federativa do Brasil; os territórios estaduais (26 estados e um Distrito Federal) são áreas em que a República é fragmentada para facilitar a governabilidade, e os municípios (mais de 5.500) são fragmentações dos estados que são subdivididos com a mesma finalidade. Em alguns casos podem-se criar territórios com objetivos específicos para integrar áreas semelhantes em uma ou várias características. Por exemplo, no Brasil, existem cinco regiões: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Cada uma delas agrega vários estados. Mas existe outra maneira de se criar territórios, como no caso do território que compreende a Amazônia Legal. Nesse caso, foram integradas áreas relativamente homogêneas em seus aspectos naturais e socioeconômicos e que, além de conterem áreas totais de vários estados, compreendem partes de outros, como Maranhão e o Mato Grosso. 46 Módulo para Alunos Atividade 10 - Conhecendo a comunidade através dos mapas Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Atividade 10 O território é sempre um campo de atuação, de expressão do poder público ou privado e, sobretudo, populacional. Cada território tem uma determinada área, uma população e uma instância de poder. O setor saúde também tem suas divisões territoriais nos estados e municípios. Em geral obedecem a critérios de equilíbrio das populações a serem atendidas pelo Sistema de Saúde e ao acesso da população aos serviços de saúde. Então, território é um espaço ou lugar, construído no dia a dia. São muito variáveis e dinâmicos, e sua característica mais importante é ser uma área de atuação com responsabilidade. O fato de cada território ter uma população não quer dizer que ela esteja uniformemente distribuída no território. Nas áreas urbanas, o povoamento é mais denso e, nas rurais, mais disperso e rarefeito. Isso pode ser percebido por meio de indicadores, como a densidade demográfica, mas também através da observação dos modos de vida. As pessoas nessas áreas vivem e trabalham de formas bastante diferentes. Em geral, a localização de populações em um território não é uma escolha das pessoas. Participam desse processo a história da ocupação do território, o poder aquisitivo, educacional e cultural de uma determinada população. E ainda podemos citar na ocupação do território a força política e econômica. Dessa forma, em uma cidade, a urbanização será mais ou menos intensa dependendo das circunstâncias de vida das pessoas, como o nível econômico e a sua inserção nos processos produtivos. Podem também existir características comuns a uma grande maioria das pessoas que vivem em um estado ou em uma região, e que também condicionam as condições de vida e saúde. Por exemplo, na Região Norte se consome muito peixe, e na Região Sul se bebe mais vinho. Essas são especificidades das dietas regionais. Sem dúvida, conhecer a área de abrangência e o modo de ser e viver da comunidade de um determinado território é muito importante para o trabalho do ACE. 47 Módulo para Alunos Atividade 10 - Conhecendo a comunidade através dos mapas Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Território, condições de vida e situação de saúde No conceito ampliado de saúde que estudamos anteriormente, ficou claro que a saúde é muito mais do que não ter uma doença. A saúde e a doença sofrem influências de várias origens tais como a genética, o ambiente, o comportamento e o sistema de serviços de saúde. Todos atuam numa mesma teia. Conforme o problema de saúde, um fator pode ser mais decisivo que outro. Por exemplo, nas doenças diretamente associadas a malformações congênitas, o peso da biologia é maior. Nas doenças sexualmente transmissíveis, os estilos de vida são mais importantes. Nas intoxicações por agrotóxicos os fatores ambientais são predominantes. Mas todos os fatores atuam sobre todos os problemas de saúde de forma integrada. Em geral, considera-se que o ambiente e os modos de vida têm um maior peso na produção social dos problemas de saúde. Os seres humanos transformam os lugares onde vivem de forma permanente, e o desenvolvimento científico e tecnológico amplia a intensidade destas transformações. De modo geral, considera-se que nas áreas rurais as transformações são menores, e nelas os homens estão mais próximos e com mais contato com o ambiente natural. Ao contrário, nas áreas urbanas, a relação com o ambiente natural é quase inexistente, e as densidades da população são mais elevadas. Nesse ambiente construído, além das habitações, ruas, supermercados etc., estão expressas as mudanças qualitativas e quantitativas dos componentes naturais. Dentre os processos mais conhecidos que deterioram os componentes ambientais e a saúde da população, estão a contaminação e a poluição. As pessoas também vivem em um ambiente social e se relacionam através de redes entre indivíduos e grupos sociais. Essas redes definem padrões culturais, produtivos e de consumo. Além disso, elas moldam os sentimentos, valores, reações e hábitos associados às diferentes situações. Por isso se fala em um ambiente psicossocial. O modo de vida é condicionado pela renda familiar proveniente de qualquer fonte (salário ou não), que, por sua vez, influencia os padrões de consumo, de bens e serviços. O relacionamento entre pessoas e lugares se constrói no cotidiano. Estes ambientes mudam de forma permanente no espaço e no tempo, assim como muda também a percepção das pessoas sobre eles. Este é um aspecto muito importante para a saúde. Por vezes a percepção sobre a deterioração do meio ambiente ocorre de diferentes formas e intensidades para cada indivíduo. São exemplos disso a exposição a processos que produzem agravos à saúde, como os vetores transmissores de doenças como a dengue, o ruído no ambiente de trabalho ou nas ruas, ou o ar que respiramos nas grandes cidades. 48 Módulo para Alunos Atividade 10 - Conhecendo a comunidade através dos mapas Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Dimensões das condições de vida É no dia a dia que as pessoas se expõem a situações que beneficiam ou prejudicam sua saúde, pois construímos socialmente nosso bem-estar e nossa saúde. No território, as pessoas estudam, produzem, consomem e estão expostas a situações que prejudicam a saúde. Em geral, essa não é uma escolha dos indivíduos nem das famílias, já que em alguns momentos a exposição pode ser acidental. É apenas o resultado da falta de opções para evitar ou eliminar as situações de vulnerabilidade e muitas vezes também ocorre por puro desconhecimento. Os lugares com condições de vida desfavoráveis são em geral marcados pelos seguintes fatores: • saneamento precário; • contaminação das águas, do ar, dos solos ou dos alimentos; • conflitos no relacionamento interpessoal; • falta de recursos econômicos. No geral, são lugares com enormes limitações para o consumo de bens e serviços, incluindo os mais elementares,

como beber água de qualidade e alimentar-se três vezes ao dia. Assim, as condições de vida de grupos sociais nos territórios definem um conjunto de problemas, necessidades e insatisfações que variam no tempo. Essas condições podem melhorar ou piorar, dependendo da efetiva participação de instituições e organizações formais, informais e da própria população. O território na vigilância em saúde Na saúde coletiva, o território tem várias conotações. Por um lado, o Sistema de Saúde se organiza sobre uma base territorial, o que significa que a distribuição dos serviços de saúde segue uma lógica de delimitação de áreas de abrangência, que deve ser coerente com os níveis de atenção primário, secundário e terciário. Por outro lado, na organização das práticas de vigilância em saúde, é fundamental o reconhecimento do território, ou seja, identificar e interpretar a organização de vida das populações que nele habitam as condições de vida da população, e as diferentes situações ambientais que os afetam. Portanto, para se fazer vigilância em saúde, é preciso entender como funcionam e se articulam num território as condições econômicas, sociais e culturais; como se dá a vida das populações; quais os atores sociais e a sua íntima relação com os seus espaços e seus lugares. 49 Módulo para Alunos Atividade 10 - Conhecendo a comunidade através dos mapas Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias É importante ressaltar que, dentro da concepção do território na saúde, está a articulação do setor com outras estruturas político-administrativas. Elas oferecem serviços como educação, transporte, distribuição de água, coleta de esgotos, de lixo e de oferta de emprego. O território e o trabalho do ACE O território é a base do trabalho do ACE, é a sua área de atuação. Os limites desse território são fixados pelo funcionamento e estrutura do SUS municipal. O trabalho do ACE começa a partir da delimitação da sua área de atuação, o seu território. É nele que se desenvolvem os processos que produzem os problemas e necessidades de saúde da população residente. É essencial conhecer a atuação das diversas instituições governamentais e não-governamentais que atuam na área para ganhar capacidade de análise sobre as diferentes informações coletadas, conhecer os papéis dessas entidades na gestão da saúde e procurar as articulações indispensáveis na busca de alternativas para a solução dos problemas da comunidade. Para melhor conhecer o seu território, o ACE deve subdividi-lo em áreas que mostrem as diferentes situações de grupos populacionais, e assim identificar as diferenças socioeconômicas da população residente. Lembre que existe uma forte relação entre as condições de vida e o processo de adoecimento e morte nas populações. Anotações 50 Módulo para Alunos Atividade 10 - Conhecendo a comunidade através dos mapas Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Conhecendo áreas de risco O território é um espaço em permanente construção, produto da dinâmica de movimentos sociais, nunca acabados, em constante construção e reconstrução. O território processo, como você pod ever na figura a seguir, ultrapassa as características geográficas e físicas. Ele é, na verdade, um espaço de vida pulsante, de alegrias, conflitos, política, cultura, ganho econômico e características epidemiológicas. É representado na sua dinâmica por uma configuração que interage com os problemas que se distribuem em um espaço conforme as condições de vida dos diferentes grupos populacionais. Veja: Assim, com base na figura, no território processo temos: Território distrito sanitário Tem um caráter político-administrativo e compreende uma área geográfica que comporta uma população com características epidemiológicas e sociais e com necessidades e recursos definidos. Pode ser um distrito de um município ou o próprio município. Território distrito É uma cidade ou um distrito (descentralizado da prefeitura) de uma grande cidade, tem autonomia decisória para mudanças das práticas sanitárias. Território moradia É o espaço de vida de uma família. Território área É a área de abrangência de uma unidade de saúde. Há corresponsabilidade entre população e o serviço. Território microárea É uma subdivisão do território área, caracterizado por áreas homogêneas de risco, sendo priorizadas para ações especí?cas. Território processo 51 Módulo para Alunos Atividade 11 - Conhecendo áreas de risco Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Atividade 11 Território área de abrangência Corresponde à área de responsabilidade de uma unidade de saúde. Baseia-se em critérios de acessibilidade geográfica e de fluxo de população. É importantedestacar que o conceito de território área de abrangência envolve, ainda, a noção de corresponsabilidade da população e da unidade de saúde sobre as ações de promoção da saúde dentro desse território. Assim, a participação das lideranças locais no processo de definição da área de abrangência e no levantamento dos principais problemas de saúde da área definida torna-se imprescindível para o sucesso das ações de saúde. Território área de influência É resultado da lógica assistencial da demanda espontânea, na qual a população procura atenção de seus problemas de saúde considerando os fatores de acessibilidade. Por exemplo, aquelas pessoas que mesmo morando próximas a uma UBS podem procurar assistência em outra devido à equipe de saúde, ao atendimento prestado ou ao horário de atendimento. Território microárea de risco Define-se como a extensão territorial onde é possível afirmar que a população tem condições de vida homogênea de risco. Através da caracterização desse perfil é que serão definidas ações de saúde específicas. Território domicílio ou território moradia É o espaço de vida de uma família. O seu detalhamento possibilita a adscrição de clientela, além de favorecer o estabelecimento de ações de controle de saúde específicas. Problema de saúde É toda situação encontrada no território estudado que, sob o ponto de vista do ator social (equipe, população, governo), não deveria estar acontecendo. O território e a Unidade Básica de Saúde – UBS A UBS tem como objetivo atender uma determinada área de abrangência populacional, ou seja, um território. Na perspectiva de um novo modelo assistencial que contemple além do atendimento à demanda também a vigilância à saúde, o território deve ser entendido como um espaço de permanente construção, produto de uma dinâmica social. A antiga área de abrangência ganha outros significados, que complementam, além da simples delimitação geográfica, a interação desta com os problemas econômicos, políticos, culturais e sanitários da região. 52 Módulo para Alunos Atividade 11 - Conhecendo áreas de risco Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias É necessário que a apropriação do território seja realizada por parte da equipe local, com a participação da população. E deve ser feita de forma contínua e não enquanto um fato pontual. Isto pode ser feito inicialmente através de oficinas de trabalho para desencadear o processo de territorialização e, posteriormente, através de diversas estratégias. Dentre elas, a visita domiciliar, para manter a atualização dos dados e como espaço importante para se conhecer melhor a comunidade, além da prestação de cuidados e orientações de saúde. O território como instrumento para o planejamento local A criação de distritos sanitários na saúde enquanto uma estratégia de organização do SUS prevê a apropriação do território como elemento essencial para o planejamento e a gestão dos serviços de saúde ofertados à população. É a construção de um modelo assistencial voltado para a realidade social. No processo de territorialização, as informações da área a ser estudada representam a parte estratégica do processo. Frequentemente, os sistemas de informação produzem apenas dados descritivos e os computadores são utilizados só como instrumentos de entrada dos dados, não havendo uso desse imenso acervo. Os sistemas de informação em saúde, em geral, são constituídos por grandes bancos de dados de nível central, que têm como características: • grande agregação de informações, mas que são pouco compartilhadas com as unidades básicas de saúde; • levantamentos centrados na coleta de dados médicos ou de doenças; • inexistência de participação da comunidade na coleta de dados. O compartilhamento dos dados com as unidades básicas é condição indispensável para mostrar as desigualdades das condições de vida de uma população, permitindo um planejamento local mais adequado à realidade da área a ser estudada. Permite detectar as necessidades e problemas da população e agrupar fatias da população com características semelhantes em microáreas, facilitando o processo de planejamento local. Utilização de fontes secundárias: no primeiro momento de uma coleta de informações é imprescindível a busca e análise dos dados já disponíveis. Se não existirem, é preciso que seja realizado um censo, que pode ser feito por meio de cadastramento. Algo semelhante ao utilizado para identificação das famílias dentro do PSF. A utilização de dados já disponíveis facilita e orienta

o trabalho de campo, além de evitar gastos e esforços na busca de informações duplicadas. Elas podem ser encontradas no IBGE, nas Secretarias Estaduais e Municipais, nas companhias de abastecimento de água e esgoto, limpeza urbana, energia elétrica, nos conselhos de saúde e nas demais instituições da comunidade. Utilização de fontes primárias: a pesquisa das fontes primárias utiliza-se de um roteiro básico para direcionar o diálogo e o registro das informações. Deve-se buscar informações qualitativas, que não se refiram às características individuais dos entrevistados ou de sua família, mas às características da área onde moram. É muito importante a escolha dos informantes-chaves, que devem ser moradores que conheçam as características da área que está sendo estudada. Em linhas gerais, o roteiro deve contemplar informações relativas às características do solo, meio ambiente, infraestrutura, dotações orçamentá rias e aspectos socioeconômicos. 53 Módulo para Alunos Atividade 11 - Conhecendo áreas de risco Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias A regra geral a ser seguida no levantamento dos dados primários é a de identificar diferenças significativas nas condições de vida das populações. A coleta de informações deve ser adequada para cada área. Por exemplo, se o nível de renda é baixo, é oportuno discriminar a renda familiar em número de salários mínimos. Reconhecimento do território: para o reconhecimento do território é importante fazer um passeio ambiental pela área de abrangência a ser pesquisada. A observação deve salientar aspectos físicos como topografia, condições e densidade das habitações, sistema de drenagem, eventual presença de esgoto a céu aberto, acúmulo de lixo, córregos e outros aspectos visíveis que indiquem diferenças nas condições de vida entre os residentes na área. Mapa inteligente: todas as informações obtidas das fontes secundárias, primárias e do passeio ambiental devem ser analisadas e referenciadas num mapa da área de abrangência, registrando possíveis limites, barreiras geográficas e a divisão em microáreas com características de vida semelhantes. Os mapas devem ser “mapas vivos”, para colher as diferenças sociais e localizar geográfica e socialmente as desigualdades do território. Essa percepção de trabalhar de acordo com os problemas no território traz a intencionalidade de influenciar as práticas sanitárias. O objetivo é a mudança para um modelo assistencial que responda às necessidades e aos problemas de saúde da população daquele território e não apenas à demanda espontânea. Resgatando o conceito de território processo enquanto espaço de vida pulsante, em permanente movimento, o conhecimento do território é um trabalho que nunca cessa e que deve fazer parte da rotina de uma UBS. As estratégias para conhecer melhor o seu território vão sendo criadas e esta é uma tarefa que não deve ser propriedade de um, mas de todos os profissionais da UBS. O grande desafio é transformar as informações obtidas em instrumentos de trabalho para a construção de um modelo assistencial que atenda as necessidades de saúde da comunidade e que permita o seu espaço de participação. Observe, a seguir, dois quadros com informações necessárias para conhecer o território: no primeiro, deseja-se traçar um perfil das condições socioeconômicas do local; no segundo, das condições de saúde. Escolaridade Barreiras geográ?cas Abatecimento de água Coleta de lixo Renda familiar Transporte Per?l morbimortalidade Violência Serviço Organização social Rede de esgoto Moradia Indicadores para de?nição de microáreas de risco 54 Módulo para Alunos Atividade 11 - Conhecendo áreas de risco Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Quadro 1: Perfil das condições socioeconômicas População por sexo e faixa etária Se possível por bairro Dados secundários: IBGE, pesquisas anteriores Dados primários: censo local Análise demográ?ca Características da construção; posse da moradia; abastecimento de água; destino dos dejetos, coleta de lixo, energia elétrica, pavimentação Dados secundários: Secretarias do município, companhia de abastecimento de água, esgoto e luz. Dados primários: informantes chaves e passeio ambiental Análise das condições de moradia Fontes de poluição ambiental: •rios ou lagos contaminados •depósitos de lixo •indústrias •terrenos baldios Dados secundários: Sec. Meio Ambiente. Dados primários: informantes chaves e passeio ambiental Levantamento das áreas com risco ambiental Número de desempregados, renda, ocupação, geração de emprego na área, recursos disponíveis para lazer, taxa de analfabetismo, oferta de escolas e creches Dados secundários: Sec. Meio Ambiente, Inst. Ambiental do Paraná Dados primários: informantes chaves e passeio ambiental Análise das condições sócioeconômicas da população Levantar número de habitantes Identi?car condições de moradia Identi?car condições ambientais Identi?car condições de trabalho, lazer e educação Identi?car condições de transporte Linhas de ônibus, horários, outros meios de transporte Dados secundários: secretarias do município Dados primários: informantes chaves e passeio e passeio ambiental Análise das condições tranporte disponíveis Objetivo Informações necessárias Fontes (como fazer) Finalidade 55 Módulo para Alunos Atividade 11 - Conhecendo áreas de risco Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Quadro 2: Perfil das condições de saúde Número de óbitos, segundo causa básica e faixa etária; frequência de doenças de noti?cação obrigatória e outras; problemas de saúde do ponto de vista das lideranças; estado nutricional da população; grupos de risco. Dados secundários: secretarias de saúde, SIM, SINASC, SISVAN, SINAM Dados primários: informantes chaves Análise da situação de saúde do indivíduo, família e comunidade Levantar o per?l de morbi mortalidade da área de abrangência da UBS Objetivo Informações necessárias Fontes (como fazer) Finalidade Recursos humanos existentes por turno, categoria, carga horária, vínculo empregatício Dados secundários: secretarias da saúde Dados primários: Entrevistas na UBS Análise de recursos da UBS e sua adequação ao atendimento das necessidades; planejamento e programação da oferta de serviços da UBS Identi?car a infraestrutura de RH da UBS para o atendimento da população •Número de consultas médicas em cada clínica •Outros atendimentos da equipe •Programas oferecidos e cobertura •Atendimento odontológico Dados secundários: secretarias da saúde e UBS Dados primários: Entrevistas na UBS Análise de recursos da UBS e sua adequação ao atendimento das necessidades; planejamento e programação da oferta de serviços da UBS Identi?car serviços de saúde oferecidos pela UBS Associação de moradores, conselho local de saúde, recursos sociais, lideranças comunitárias Dados secundários: prefeitura local Dados primários: Entrevistas com informantes chaves Análise do potencial de recursos existentes para a efetivação da mudança de propostas Identi?car as formas de organização social da comunidade 56 Módulo para Alunos Atividade 11 - Conhecendo áreas de risco Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Anotações 57 Módulo para Alunos Atividade 11 - Conhecendo áreas de risco Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias ACE como agente de promoção e prevenção Olá! Hoje vamos falar sobre o ACE como agente de promoção de saúde e prevenção de doenças. O trabalho do ACE faz parte do processo coletivo de trabalho da equipe de saúde local. Cabe a estes profissionais o processo de identificação, descrição, análise e intervenção sobre os problemas, necessidades e condições de vida dos diversos grupos populacionais. Como o ACE pode contribuir para a redução de riscos à saúde das pessoas? A participação do ACE no trabalho da equipe de saúde local se dá em três momentos do processo de trabalho: 1) Identificação e análise dos problemas e necessidades de saúde; 2) Definição e execução de ações de promoção da saúde e de prevenção de riscos e agravos, especialmente nas ações de vigilância ambiental; 3) Avaliação das ações executadas. Para realizar um bom trabalho, o ACE precisa: • Conhecer o território; • Ser ativo e ter iniciativa; • Observar as pessoas e os ambientes; • Agir com respeito e ética perante a comunidade e demais profissionais. As ações de promoção da saúde envolvem desde ações de educação em saúde, dirigidas a grupos específicos da população como crianças, jovens, mulheres, trabalhadores, idosos, até ações mais amplas de comunicação social, dirigidas à população em geral. As ações educativas podem ser realizadas em vários espaços, como as casas das pessoas, estabelecimentos comerciais e industriais, escolas, associações, creches e outros estabelecimentos da cidade. As ações de comunicação social envolvem a difusão de informações que possibilitem a sensibilização e a mobilização das pessoas em torno dos problemas de saúde de âmbito individual e coletivo. Estas ações podem ser realizadas através dos meios de comunicação, como jornais, rádio e televisão. Como exemplo, pode-se citar as campanhas de preven-

ção da dengue. Você com certeza já viu alguma na TV, não é verdade? 58 Módulo para Alunos Atividade 12 - ACE como agente de promoção e prevenção Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Atividade 12 O ACE pode ainda incentivar a formação de grupos na comunidade para o desenvolvimento de ações de preservação do ambiente físico, da vegetação e da fauna das diversas regiões visando à manutenção do equilíbrio ecológico. As ações de prevenção da doença têm como foco de intervenção as ações de vigilância ambiental, vigilância sanitária, epidemiológica e de saúde do trabalhador que se relacionam com o controle de determinantes, riscos e danos à saúde da população. As ações da vigilância ambiental tomam como ponto de partida o entendimento do ambiente físico e social como espaço de produção da saúde-doença no plano individual e coletivo. Estas ações têm privilegiado o controle da água de consumo humano, o controle dos resíduos e o controle de vetores de transmissão de doenças. Com relação ao controle da água, cabe ao ACE acompanhar o monitoramento da qualidade da água servida. O objetivo é identificar eventuais situações de risco para a ocorrência de doenças de veiculação hídrica como diarreias, cólera, esquistossomose, por exemplo. Pode desenvolver atividades diretamente junto à comunidade, orientando acerca dos riscos associados ao consumo da água não tratada ou contaminada, e informando sobre alternativas de melhoria da qualidade da água de consumo doméstico. Com relação ao controle de resíduos, compete ao ACE a orientação quanto ao acondicionamento e destino final do lixo e outros resíduos. Esta orientação pode ser dirigida à própria população, principalmente nas áreas rurais, onde existem deficiências na coleta e destinação final dos resíduos, bem como às instituições de limpeza pública. Dessa forma, o agente pode estimular a comunidade a incorporar novos comportamentos com relação aos resíduos produzidos, informando acerca dos riscos ambientais e das diversas alternativas de controle. O ACE tem um papel fundamental na identificação da presença e no controle de vetores, como insetos e roedores, que transmitem doenças na sua área de atuação. 59 Módulo para Alunos Atividade 12 - ACE como agente de promoção e prevenção Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Considerando a situação epidemiológica local, cabe ao ACE identificar se sua área é “área de risco” atual ou potencial para endemias ou epidemias, a exemplo da dengue, doença de Chagas, etc. Também faz parte de suas ações a coleta do material necessário para as análises entomológicas de identificação e classificação dos vetores. Deve ainda participar das ações de controle e tratamento de focos e das ações de vigilância, tanto nos locais onde o vetor foi encontrado e eliminado, quanto onde não houve ocorrência de casos ou presença de vetores. É importante o ACE participar também das ações de vigilância da saúde das populações expostas aos riscos e danos causados pelo contato continuado com inseticidas ou agrotóxicos, seja por causa do controle de vetores, seja pelo uso de produtos químicos na agricultura. Estas populações podem incluir tanto os trabalhadores rurais quanto os moradores de áreas vizinhas. Compete ao ACE reconhecer a existência de algum tipo de contaminação ambiental, como de metais pesados, fumaças e vapores, em áreas próximas a zonas industriais. O agente participa também das ações de controle de bens, produtos e serviços que oferecem riscos à saúde da população, juntamente com a equipe de saúde local. Ele deve estar atento à situação dos serviços de interesse da saúde, dentre eles as escolas, os hospitais, os clubes, as academias, os parques, os cemitérios, bem como aos processos produtivos que podem pôr em risco o trabalhador e o meio ambiente. No seu trabalho o ACE deve estar atento a quatro verbos importantes e que orientam a maioria das suas ações: • Identificar – é uma ação que implica numa constante atenção. É preciso que o ACE seja treinado a perceber as situações que ofereçam riscos ou danos à saúde da população, tanto no meio ambiente quanto nos estabelecimentos e serviços da comunidade. • Informar – como atua no território, o ACE é um elemento muito importante para a coleta de dados da situação de saúde da comunidade, informando e auxiliando no diagnóstico de saúde de sua área de referência. • Executar – o ACE é um profissional importante na realização de ações de manejo ambiental para o controle de vetores e zoonoses e de controle das demais situações de risco sanitário, ocupacional, ambiental e de calamidade pública. • Orientar – esta é a ação educativa do ACE. É a ação de examinar cuidadosamente os diferentes aspectos de uma situação de risco ou agravo, discutindo com a comunidade as medidas necessárias para a solução do problema. Além dos quatro verbos que constituem a base do trabalho do ACE, inúmeros verbos fazem parte do seu dia a dia: ouvir, conversar, observar, estimular, convencer, mobilizar, recusar, ajudar, notificar, convocar, convidar, encaminhar e tantos outros... Afinal, a vida se constrói com ações e para vivê-la é preciso que as ações aconteçam. 60 Módulo para Alunos Atividade 12 - ACE como agente de promoção e prevenção Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Anotações 61 Módulo para Alunos Atividade 12 - ACE como agente de promoção e prevenção Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Concluindo... Aqui termina o nosso Curso Autoinstrucional para Agentes De Combate Às Endemias. Agora é a sua vez de colocar em prática tudo o que discutimos e fazer o melhor pela sua comunidade. Esperamos que este curso contribua para sua qualificação profissional e que auxilie no seu dia a dia como agente de combate às endemias e como cidadão. Nos vemos em uma próxima oportunidade. Até lá! 62 Módulo para Alunos Atividade 13 - Concluindo... Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias Atividade 13 Anotações 63 Módulo para Alunos Atividade 13 - Concluindo. .. Curso Introdutório para Agentes de Combate às Endemias

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2017 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE RESULTADO DO CURSO INTRODUTÓRIO DE FORMAÇÃO INICIAL PARA AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS Processo Seletivo Público Municipal nº 001/2017, conforme quadro anexo, segue o resultado do curso introdutório de formação inicial para agentes de combate às endemias conforme o edital do referido processo. Jaciara, 26 de março de 2018. FABRÍCIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN Presidente da Comissão do Processo Seletivo Público Municipal nº 001/2017 ANEXO 01 Agentes de Combate às Endemias - PROCESSO SELETIVO 001/2017- SMS RESULTADO DO CURSO INTRODUTÓRIO Núm. Inscr Nome Completo CPF Resultado 51 Joseane Alves dos Santos 024.931.381-20 100% de aproveitamento 23 Cristiane Castro da Cunha 035.920.971-80 100% de aproveitamento 18 Elionay Rodrigues Silva 046.870.451-54 Ausente/Desclassificado 13 Jaziel Rodrigues Santos 966.453.933-34 Ausente/Desclassificado 96 Marizete Jaci de Almeida 002.005.021-66 100% de aproveitamento 1 Rogério Novaes da Silva 943. 665.511-87 100% de aproveitamento 7 Pamella Mara de Souza Nunes 031.407.811-80 100% de aproveitamento 2 Thais Camargo Santos 046. 233.451-14 100% de aproveitamento 5 Magno A. Leandro dos Santos 569. 459.061-91 Ausente/Desclassificado 24 Jainy Borges de Souza 051.315. 461-25 100% de aproveitamento

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2017 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CONVOCAÇÃO PARA TESTE DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA - AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS Processo Seletivo Público Municipal nº 001/2017, conforme quadro anexo, ficam convocados os agentes de combate às endemias, conforme o edital do referido processo para o teste de avaliação psicológica que será realizado nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara no dia 28/03/2018 às 07:00hs, sito à Praça Melvin Jhones, s/nº - Centro, neste município. Os candidatos que se encontram aptos em cadastro de reserva serão convocados conforme a necessidade da área. Jaciara, 26 de março de 2018. FABRÍCIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN Presidente da Comissão do Processo Seletivo Público Municipal nº 001/2017 ANEXO 01 Núm. Inscr Nome Completo CPF 51 Joseane Alves dos Santos 024.931.381-20 23 Cristiane Castro da Cunha 035.920.971-80

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2017 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE RESULTADO DO CURSO INTRODUTÓRIO DE FORMAÇÃO INICIAL PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE Processo Seletivo Público Municipal nº 001/2017, conforme quadro anexo, segue o resultado do curso introdutório de formação inicial para agentes comunitários de saúde conforme o edital do referido processo. Jaci-

ara, 26 de março de 2018. FABRÍCIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN Presidente da Comissão do Processo Seletivo Público Municipal nº 001/2017 ANEXO 01 Agente Comunitário de Saúde - PROCESSO SELETIVO 001/2017 SMS RESULTADO DO CURSO INTRODUTÓRIO Núm.Insc. Nome Completo CPF Área de atuação Resultado 65 Angélica Carvalho 047.965.051-99 PSF 01 Ausente/Desclassificada 34 Fabiana Pavão Lopes 069.039.601-55 PSF 01 100% de Aproveitamento 42 Claudia da Silva Paganardi 000.740.661-45 PSF 01 Ausente/Desclassificada 99 Ananda Cristyna Duarte de Souza 060.794.001-89 PSF 01 100% de Aproveitamento 13 Maria de Fátima P. C. Nunes 023.635.204-08 PSF 01 100% de Aproveitamento 56 Daniela Alves da Costa 031.242.251-20 PSF 01 100% de Aproveitamento 91 Cleire Godoi Brasileiro 006.119.011-22 PSF 01 100% de Aproveitamento 63 Laís Cristina Monteiro da Silva 051.226.141-56 PSF 01 100% de Aproveitamento 85 Beatriz Gondin de Oliveira 971.856.981-20 PSF 01 100% de Aproveitamento 35 Thamires Moises Cotrin 052.550.531-80 PSF 01 100% de Aproveitamento 81 Fátima Antonio Elias 257.707.561-87 PSF 02 100% de Aproveitamento 88 Rosecleide Jesus Campos 019.797.591-70 PSF 02 100% de Aproveitamento 14 Francieni Jacobi Nogueira 036.757.331-81 PSF 02 100% de Aproveitamento 86 Maria Aparecida de Oliveira 667.027.471-87 PSF 02 Ausente/Desclassificada 104 Durcilene Ferreira dos Anjos 037.981.071-90 PSF 02 Ausente/Desclassificada 26 Erineia Vieira Lima 919.296.521-00 PSF 02 Ausente/Desclassificada 68 Elaine Gonçalves Aires 010.548.661-20 PSF 02 Ausente/Desclassificada 105 Sandra Fátima dos Reis 627.914.601-44 PSF 02 100% de Aproveitamento 68 Tatiane Rocha da Silva 002.005.531-51 PSF 03 100% de Aproveitamento 63 Luzia Pereira Batista 001.727.691-83 PSF 03 100% de Aproveitamento 21 Ana Paula Vieira da Silva 029.453.311-79 PSF 03 100% de Aproveitamento 7 Marciene da Silva 040.662.624-30 PSF 03 100% de Aproveitamento 29 Queila Aparecida S. de Almeida 946.139.821-20 PSF 03 Ausente/Desclassificada 18 Queiliane Dias Paes Oliveira 867.960.971-49 PSF 03 100% de Aproveitamento 13 Zaine Janaine D. Pereira 019.712.351-13 PSF 03 100% de Aproveitamento 61 Bruna Kássia Pereira da Silva 053.618.021-07 PSF 03 Ausente/Desclassificada 6 Camila D Cruz Silva 061.089.391-25 PSF 03 Ausente/Desclassificada 2 Elielma Firmino Rodrigues 035.704.921-57 PSF 03 100% de Aproveitamento 26 Neide de França P. Mascarenhas 004.880.781-80 PSF 03 100% de Aproveitamento 1 Rejane Ines Artuso 795.444.799-53 PSF 04 100% de Aproveitamento 29 Zilmar Cristina de Oliveira 906.098.751-91 PSF 04 100% de Aproveitamento 73 Alana Karine de S. Almeida 045.824.681-60 PSF 04 100% de Aproveitamento 48 Patrícia Ferreira de Almeida 047.347.091-81 PSF 04 100% de Aproveitamento 59 Eniuva Machado Rosa 593.587.501-20 PSF 04 100% de Aproveitamento 56 Ana Paula R. Paulino 045.710.031-10 PSF 04 100% de Aproveitamento 105 Rayane Fernandes de França 061.192.771-37 PSF 04 100% de Aproveitamento 92 Elaini Soares de Lima 009.456.201-60 PSF 04 100% de Aproveitamento 14 Luana da Silva Souza 019.437.301-05 PSF 04 100% de Aproveitamento 74 Celio da Silva Carnauba 415.232.101-68 PSF 04 Ausente/Desclassificado 63 Giulyane P. Santana 057.356.391-88 PSF 04 100% de Aproveitamento 30 Luciana Delfino Guimaraes 007.145.561-22 PSF 05 100% de Aproveitamento 10 Bartira Polyana dos Santos Hemonn 018.667.771-57 PSF 05 100% de Aproveitamento 41 Izabel Alcangelo Da Silva 052.578.501-92 PSF 05 100% de Aproveitamento 61 Luana Viana Satelis 036.230.862-40 PSF 05 100% de Aproveitamento 25 Rosenilde Alves Campos 867.173.081-68 PSF 05 100% de Aproveitamento 60 Thamyres dos Santos Lourenço 063.047.321-80 PSF 05 100% de Aproveitamento 63 Vanne França da Silva 024.702.181-43 PSF 05 Ausente/Desclassificada 28 Eliene Rodrigues Dos Santos 016.144.831-32 PSF 05 100% de Aproveitamento 98 Jaine Pereira de Andre 028.553.611-76 PSF 06 100% de Aproveitamento 96 Aldo Alves Bezerra 903.843.851-68 PSF 06 100% de Aproveitamento 41 Ingrid Caroline da Silva Brito 059.880.821-30 PSF 06 100% de Aproveitamento 39 Wania Jane Molina 535.569.171-49 PSF 06 100% de Aproveitamento 71 Linicker Viana Conrado dos Santos 061.230.761-16 PSF 06 100% de Aproveitamento 75 Camila Rodrigues dos Santos 048.996.161-47 PSF 06 Ausente/Desclassificada 13 Valteneia Carvalho Ferreira 009.958.561-84 PSF 06 100% de Aproveitamento 86 Creusa Maria de Jesus Cavalcante 630.512.451-20 PSF 06 100% de Aproveitamento 91 Thays Nafaella V. de Souza Chaves 041.691.801-86 PSF 06 100% de Aproveitamento 18 Marlucia Borba de Souza 004.700.881-41 PSF 07 100% de Aproveitamento 25 Elisangela de Souza Silva 879.838.341-87 PSF 07 100% de Aproveitamento 59 Marinalva Viturino de Souza 654.596.821-53 PSF 07 100% de Aproveitamento 86 Luciene da Silva Almeida 957.027.171-04 PSF 07 Ausente/Desclassificada 51 Lais Gabriele Lima Souza 058.732.721-90 PSF 07 100% de Aproveitamento 52 Mayra Gabriele L. de Souza 058.732.511-93 PSF 07 100% de Aproveitamento 106 Jaqueline da Silva Cruz 023.736.421-23 PSF 07 Ausente/Desclassificada 7 Naglia Lorraynne Campos 031.556.391-56 PSF 07 Ausente/Desclassificada 13 Luciana de Freitas Rodrigues 009.826.041-30 PSF 07 Ausente/Desclassificada 78 Artemisia de Souza Oliveira 013.228.641-60 PSF 08 Ausente/Desclassificada 9 Rejaine Cristina Souza 007.154.481-02 PSF 08 100% de Aproveitamento 10 Fabiana Cristina de S. Almeida 031.431.301-05 PSF 08 100% de Aproveitamento 27 Jennifer Vericima dos Santos 032.350.961-40 PSF 08 100% de Aproveitamento 87 Ana Claudia Neves de O. Freitas 047.617.951-31 PSF 08 100% de Aproveitamento 79 Marli Borba de Faria Rulim 815.217.741-53 PSF 08 100% de Aproveitamento 30 Stefany Andressa N. da Silva 047.160.831-95 PSF 08 Ausente/Desclassificada 80 Maria do L. Tabosa de Alcantara 047.241.813-03 PSF 08 100% de Aproveitamento

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2017 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CONVOCAÇÃO PARA TESTE DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA - AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE Processo Seletivo Público Municipal nº 001/2017, conforme quadro anexo, ficam convocados os agentes comunitários de saúde, conforme o edital do referido processo para o teste de avaliação psicológica que será realizado nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara no dia 28/03/2018 às 07:00hs, sito à Praça Melvin Jhones, s/nº - Centro, neste município. Os candidatos que se encontram aptos em cadastro de reserva serão convocados conforme a necessidade da área. Jaciara, 26 de março de 2018. FABRÍCIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN Presidente da Comissão do Processo Seletivo Público Municipal nº 001/2017 ANEXO 01 Núm. Insc. Nome Completo CPF Área de atuação 34 Fabiana Pavão Lopes 069.039.601-55 PSF 01 99 Ananda Cristyna Duarte de Souza 060.794.001-89 PSF 01 68 Tatiane Rocha da Silva 002.005.531-51 PSF 03 63 Luzia Pereira Batista 001.727.691-83 PSF 03 21 Ana Paula Vieira da Silva 029.453.311-79 PSF 03 1 Rejane Inês Artuso 795.444.799-53 PSF 04 29 Zilmar Cristina de Oliveira 906.098.751-91 PSF 04 73 Alana Karine de S. Almeida 045.824.681-60 PSF 04 98 Jaine Pereira de Andre 028.553.611-76 PSF 06 18 Marlucia Borba de Souza 004.700.881-41 PSF 07

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2017 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE RESULTADO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E CONVOCAÇÃO PARA AVALIAÇÃO MÉDICA AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS Processo Seletivo Público Municipal nº 001/2017, conforme quadro anexo, segue o resultado da avaliação psicológica e convocação para avaliação médica dos candidatos ao cargo de agentes de combate às endemias conforme o edital do referido processo. Jaciara, 02 de abril de 2018. FABRÍCIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN Presidente da Comissão do Processo Seletivo Público Municipal nº 001/2017 ANEXO 01 Agentes de Combate às Endemias - PROCESSO SELETIVO 001/2017-SMS RESULTADO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E CONVOCAÇÃO PARA A AVALIAÇÃO MÉDICA Núm. Inscr Nome Completo CPF Resultado da Avaliação Psicológica Avaliação Médica 51 Joseane Alves dos Santos 024.931.381-20 Apta 04/04/18 às 13:00 horas no PSF 07 (anexo ao Ginásio de Esportes) 23 Cristiane Castro da Cunha 035.920.971-80 Apta 04/04/18 às 13:00 horas no PSF 07 (anexo ao Ginásio de Esportes)

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2017 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CONVOCAÇÃO PARA TESTE DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA - AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE Processo Seletivo Público Municipal nº 001/2017, conforme quadro anexo, fica

convocada a agente comunitária de saúde, conforme o edital do referido processo para o teste de avaliação psicológica que será realizado nas dependências do Centro de Apoio Psicossocial-CAPS de Jaciara no dia 03/04/2018 às 08:00hs. Jaciara, 02 de abril de 2018. FABRÍCIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN Presidente da Comissão do Processo Seletivo Público Municipal nº 001/2017 ANEXO 01 Núm.Insc. Nome Completo CPF Área de atuação 48 Patrícia Ferreira de Almeida 047.347.091-81 PSF 04

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2017 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE RESULTADO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E CONVOCAÇÃO PARA AVALIAÇÃO MÉDICA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE Processo Seletivo Público Municipal nº 001/2017, conforme quadro anexo, segue o resultado da avaliação psicológica e convocação para avaliação médica dos candidatos ao cargo de agentes comunitários de saúde, conforme o edital do referido processo. Jaciara, 02 de abril de 2018. FABRÍCIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN Presidente da Comissão do Processo Seletivo Público Municipal nº 001/2017 ANEXO 01 Núm. Insc. Nome Completo CPF Área de atuação Resultado da avaliação psicológica Convocação da avaliação médica 34 Fabiana Pavão Lopes 069.039.601-55 PSF 01 Apta 04/04/18 às 13:00 horas no PSF 07 (anexo ao Ginásio de Esportes) 99 Ananda Cristyna Duarte de Souza 060.794.001-89 PSF 01 Apta 04/04/18 às 13:00 horas no PSF 07 (anexo ao Ginásio de Esportes) 68 Tatiane Rocha da Silva 002.005.531-51 PSF 03 Apta 04/04/18 às 13:00 horas no PSF 07 (anexo ao Ginásio de Esportes) 63 Luzia Pereira Batista 001.727.691-83 PSF 03 Apta 04/04/18 às 13:00 horas no PSF 07 (anexo ao Ginásio de Esportes) 21 Ana Paula Vieira da Silva 029.453.311-79 PSF 03 Apta 04/04/18 às 13:00 horas no PSF 07 (anexo ao Ginásio de Esportes) 1 Rejane Inês Artuso 795.444.799-53 PSF 04 Apta 04/04/18 às 13:00 horas no PSF 07 (anexo ao Ginásio de Esportes) 29 Zilmar Cristina de Oliveira 906.098.751-91 PSF 04 Apta 04/04/18 às 13:00 horas no PSF 07 (anexo ao Ginásio de Esportes) 73 Alana Karine de S. Almeida 045.824.681-60 PSF 04 Ausente - 98 Jaine Pereira de Andre 028.553.611-76 PSF 06 Apta 04/04/18 às 13:00 horas no PSF 07 (anexo ao Ginásio de Esportes) 18 Marlucia Borba de Souza 004.700.881-41 PSF 07 Apta 04/04/18 às 13:00 horas no PSF 07 (anexo ao Ginásio de Esportes)

DECRETO Nº. 3.410 DE 06 DE ABRIL DE 2018. “A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA – MT, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2017, PARA CONTRATAÇÃO E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (ACS) E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. O PREFEITO MUNICIPAL DE JACIARA, ESTADO DE MATO GROSSO, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD no uso de suas atribuições legais, DECRETA: Art. 1º. FICA HOMOLOGADO O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO nº 001/2017, à vista do relatório da Comissão do mesmo, depois de transcorridos os prazos estabelecidos para o exercício do direito de recurso contra as listagens de classificação final de todos os cargos referentes ao Processo Seletivo nº 001/2017. Art. 2º. O Processo Seletivo, ora homologado, dar-se-á para contratação de servidores conforme necessidade do quadro, e, quando se der, respeitará rigorosamente a ordem de classificação final dos candidatos selecionados, sob pena de nulidade. Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. GABINETE DO PREFEITO DE JACIARA/MT, EM 06 DE ABRIL DE 2018. ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD Prefeito Municipal – 2017 A 2020 RONIEVON MIRANDA DA SILVA Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria n°. 02/2018 Registrado e Publicado de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos pela Lei Municipal. Data supra. ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD Prefeito Municipal – 2017 a 2020

Agente Comunitário de Saúde - PROCESSO SELETIVO 001/2017 SMS

RESULTADO FINAL

Núm.Insc Nome Completo CPF Área de atuação Endereço onde reside Resultado 65 Angélica Carvalho 047.965.051-99 PSF 01 Rua Irajá, 185 - Santo Antônio ELIMINADO 34 Fabiana Pavão Lopes 069.039.601-55 PSF 01 Rua Jaciporã, 1.003 - Planalto APROVADO 42 Claudia da Silva Paganardi 000.740.661-45 PSF 01 Rua RL 02, 149 - Jardim Leblon ELIMINADO 99 Ananda Cristyna Duarte de Souza 060.794.001-89 PSF 01 Rua Jaciporã, 1.064 - Santo Antônio C. RESERVA 13 Maria de Fátima P. C. Nunes 023.635.204-08 PSF 01 Rua Moema, 3.698 - Planalto C. RESERVA 56 Daniela Alves da Costa 031.242.251-20 PSF 01 Rua RL1 - Jardim Leblon C. RESERVA 91 Cleire Godoi Brasileiro 006.119.011-22 PSF 01 Av. Xavantes, 810 - Santo Antônio C. RESERVA 63 Laís Cristina Monteiro da Silva 051.226.141-56 PSF 01 Rua Jaciporã, 160 - Santo Antônio C. RESERVA 85 Beatriz Gondin de Oliveira 971.856.981-20 PSF 01 Av. Botocudos, 1.073 - S.Antônio C. RESERVA 35 Thamires Moises Cotrin 052.550.531-80 PSF 01 Rua RL 05, 40 - Jardim Leblon C. RESERVA 48 Vanessa de Oliveira Nascimento 023.121.111-28 PSF 01 Rua A, 265 - Res. São Franscisco ELIMINADO 89 Hélia Mara de Souza Figueiredo 012.505.641-90 PSF 01 Av. Botocudos, 1.117 - S. Antônio ELIMINADO 72 Laura da Silva Ramos 603.738.301-49 PSF 01 Rua Moema - Vila Planalto ELIMINADO 106 Edinês Nunes de Farias 511.049.464-91 PSF 01 Rua Miruna - Planalto ELIMINADO 67 Késia Chaves de Andrade 036.074.551-20 PSF 01 Rua B, 189 - Resid. São Francisco ELIMINADO 73 Poliane Bittencourt Martins 029.901.081-30 PSF 01 Rua Irerê,474-Santo Antonio ELIMINADO 53 Maria Aparecida P. dos Santos 630.346.111-53 PSF 01 Rua Cecy, 838 - Planalto ELIMINADO 36 Maria Cícera Gomes dos Santos 032.015.811-00 PSF 01 Rua RL 02, 472 - Jardim Leblon ELIMINADO 26 Joelma Carneiro de Morais 016.011.551-58 PSF 01 Rua RL 01, 196 - Jardim Leblon ELIMINADO 80 Nilcelene Gonçalves da Silva 982.290.521-15 PSF 01 Rua Jaciporã, 190 - Santo Antônio ELIMINADO 8 Shirlei Mariana Marques 918.993.701-53 PSF 01 Rua Acocê, 867 - Planalto ELIMINADO 75 Wellen Dayane P. J. Rosendo 019.984.441-04 PSF 01 Rua A, 185 - Resid. São Francisco ELIMINADO 55 Edilaine Rufino da Silva 030.998.101-85 PSF 01 Rua RL 01, 441 - Jardim Leblon ELIMINADO 37 Janaína Lima dos Santos 016.916.151-02 PSF 01 Rua RL 02 - Jardim Leblon ELIMINADO 71 Ana Paula Dias da Silva 005.320.713-01 PSF 01 Rua Jaciporã, 909 - Santo Antônio ELIMINADO 62 Angélica de Jesus Paganardi 018.706.051-79 PSF 01 Rua RL 01, 624 - Jardim Leblon ELIMINADO 95 Antônia Santos de Souza 015.846.111-89 PSF 01 Rua Jaciporã, 1.074 - S. Antônio ELIMINADO 51 Larissa Oliveira da Silva 050.196.361-85 PSF 01 Rua Beatriz, 348 - J. Clementina ELIMINADO 69 Rafaeli Fernandes da Silva 060.697.991-35 PSF 01 Rua Ceci, 799 - Planalto ELIMINADO RESULTADO FINAL Agente Comunitário de Saúde - PROCESSO SELETIVO 001/2017 SMS 12 Dalilia Mascarenhas da Silva 843.359.985-20 PSF 01 Rua Carolina - Jardim Leblon ELIMINADO 27 Ivanice Martins de M. de Oliveira 962.263.231-91 PSF 01 Rua RL2,491-Jardim Leblon ELIMINADO 50 Patrícia Nunes de Souza 036.678.751-93 PSF 01 Rua Carolina, 368 - J. Clementina ELIMINADO 94 Vânia Lúcia da Silva N. de Souza 048.693.511-61 PSF 01 Rua Jaciporã, 1.094 - Santo Antônio ELIMINADO 11 Ana Cleide da Silva Martins Alves 037.808.471-24 PSF 01 Rua Moema, 3.640 - Planalto ELIMINADO 25 Elizangela Caldas da Silva 921.127.301-34 PSF 01 Rua Jaciporã, 491 - Res. Ipanema ELIMINADO 4 Joziane Dias C.Viniski dos Santos 038.610.091-88 PSF 01 Rua B, 22 - Res.São Francisco ELIMINADO 54 Maria Madalena Vieira da Silva 631.272.021-72 PSF 01 Rua RL01, 173 - Jardim Leblon ELIMINADO 17 Rôsangela Rosa de Jesus Souza 022.287.411-24 PSF 01 Rua RL 01, 148 - Jardim Leblon ELIMINADO 29 Rosinete Ramalho da Silva 006.675.181-00 PSF 01 Rua RL 06, 415 - Jardim Leblon ELIMINADO 90 Luana Cristina da Silva Rocha 045.107.951-57 PSF 01 Av. Botocudos - Santo Antônio ELIMINADO 49 Sandra Pinheiro de Oliveira 002.867.131-79 PSF 01 Rua RL 01, 149 - Jardim Leblon ELIMINADO 58 Francielly Stuelp de Almeida 056.503.611-42 PSF 01 Rua Moema, 3.230 - Planalto ELIMINADO 66 Gislaine Janaina Avelino Tabosa 006.174.771-83 PSF 01 Rua Cecy,?- Santo Antonio ELIMINADO 38 Sonia Aparecida S. Alves Gomes 024.198.081-00 PSF 01 Rua RL1,402-Jardim Leblon ELIMINADO 61 Edivania Londe Ribeiro 839.799.051-87 PSF 01 Rua RL1

- Jardim Leblon ELIMINADO 39 Flávia Ap. Ferreira S. M. Soares 031.406.481-89 PSF 01 Rua Moema, 3.766 - Planalto ELIMINADO 81 Josiane da Silva de Souza 985.713.971-04 PSF 01 Rua Cecy, 890 - Planalto ELIMINADO 18 Leidiane Darlen Ramalho Gomes 025.609.631-75 PSF 01 Rua RL 02, 185 - Jardim Leblon ELIMINADO 84 Lidiane Aparecida Coimbra 048.402.381-03 PSF 01 Rua Carolina, 200 - J. Clementina ELIMINADO 64 Ilma Ferreira 432.734.591-15 PSF 01 Rua Moema, 3.796 - Planalto ELIMINADO 82 Maria de Fátima Paulino Fontaneli 780.259.581-91 PSF 01 Rua RL 02, 221 - Jardim Leblon ELIMINADO 28 Solange Batista Galdino da Silva 023.463.981-44 PSF 01 Rua Ceci, 695 - Planalto ELIMINADO 46 Bruna Mayara dos Santos Oliveira 024.798.921-58 PSF 01 Rua Ceci, 1.047 - Planalto ELIMINADO 7 Elisângela Emília Ribeiro 038.479.141-70 PSF 01 Rua Carolina, 544 - J. Clementina ELIMINADO 33 Maria Aparecida de Souza Pereira 514.064.201-82 PSF 01 Rua RL 02, 295 - Jardim Leblon ELIMINADO 87 Dagmar Figueiredo Leite Moura 015.205.671-89 PSF 01 Rua Ceci, 467 - Planalto ELIMINADO 74 Luziane Andrade Coelho Pereira 026.401.821-45 PSF 01 Av. Botocudos, 1.151 - Santo Antônio ELIMINADO 67 Deise Ferreira Vidal Passarelli 039.583.251-90 PSF 01 Rua Acocê, 742 - Jardim Ipanema ELIMINADO 103 Merabi Rodrigues de Oliveira 001.532.481-81 PSF 01 Rua RL 02, Q. 05, Lote 12, 307 - J. Leblon ELIMINADO 76 Geane Souza Ribeiro 037.970.361-08 PSF 01 Rua B, 244 - R. São Francisco ELIMINADO 6 Taiamara Justino Gomes 019.380.831-50 PSF 01 Avenida Botocudos, 299 - S. Antônio ELIMINADO 77 Elizangela Souza Quirino 036.103.011-80 PSF 01 Rua RL 01, 515 - Jardim Leblon ELIMINADO 41 Tania Maria da Silva de Araújo 522.161.281-04 PSF 01 Rua Cecy, 1.060 - Santo Antônio ELIMINADO 40 Josimara Cristina da Silva 042.974.551-61 PSF 01 Rua RL1,258-Jardim Leblon ELIMINADO 15 Rafaela de Oliveira Pereira 050.296.041-89 PSF 01 Rua RL 02, 473 - Jardim Leblon ELIMINADO 42 Adriana Oliveira Silva 024.807.061-41 PSF 01 Rua Cecy, 1.113 - Planalto ELIMINADO 100 Maria Alves do Rego 031.407.631-07 PSF 01 Rua RL 01, 318 - Jardim Leblon ELIMINADO 3 Silvia Maria Ribeiro dos Reis 002.015.281-77 PSF 01 Rua Cecy - Vila Planalto ELIMINADO 45 Silvânia Ap. Siqueira Baldacin 899.314.321-87 PSF 01 Rua Jaciporã, 838 - Santo Antônio ELIMINADO 102 Andersandra Aires de Aquino 024.134.821-80 PSF 01 Av. Botocudos, s/nº - Santo Antônio ELIMINADO 60 Cleudeci Maria Gomes F. Soares 981.757.341-91 PSF 01 Rua Miruna, 445 - Santo Antônio ELIMINADO 79 Cleuza Maria Rufino 206.478.548-56 PSF 01 Rua A,123-R. São Francisco ELIMINADO 92 Danielly Lemes Barbosa Oliveira 737.321.681-15 PSF 01 Rua RL 01, 484 - Jardim Leblon ELIMINADO 31 Deiziane Forgiarini Silva 020.494.071-06 PSF 01 Rua Ceci, 980 - Santo Antônio ELIMINADO 43 DeizianeTeixeira Simioni 036.185.391-26 PSF 01 Rua Miruna, 563 - Planalto ELIMINADO 105 Elessandra Santana da Silva 001.876.731-10 PSF 01 Rua RL 01, 16 - Jardim Leblon ELIMINADO 32 Elizangela Mariana de S. Lopes 901.993.831-20 PSF 01 Rua B, 239 - R. São Francisco ELIMINADO 101 Giovana dos Santos Silva 059.735.011-67 PSF 01 Av. Botocudos, 761 - Santo Antônio ELIMINADO 16 Iasmim Silva Passos 052.430.871-30 PSF 01 Rua Ceci, 1.060 - Santo Antônio ELIMINADO 9 Kamila Alves Florencio 025.142.711-00 PSF 01 Rua Beatriz - Jardim Clementina ELIMINADO 93 Márcia Aparecida de Almeida 008.780.391-71 PSF 01 Av. Botocudos, 869 - Santo Antônio ELIMINADO 1 Maria da Conceição G. da Silva 057.846.753-46 PSF 01 Rua Amélia, 390 - J. Clementina ELIMINADO 14 Marta Rodrigues de Carvalho 828.396.461-53 PSF 01 Rua RL 01, Qdra 8, Lote 15, J. LeblonELIMINADO 83 Rosangela Oliveira Neto 014.679.311-01 PSF 01 Rua Cecy, 67 - Santo Antônio ELIMINADO 68 Rose da Silva Paganardi 026.480.851-73 PSF 01 Rua Amélia, s/n - J. Clementina ELIMINADO 2 Sisle Francisca da S. dos Santos 020.204.131-08 PSF 01 Rua RL 01, 367 - Jardim Leblon ELIMINADO 97 Thais Ferreira Dias 062.359.821-35 PSF 01 Av. Botocudos, 1.212 - S. Antônio ELIMINADO 98 Thaynara Ferreira Dias 053.052.111-31 PSF 01 Rua Irerê, 601 - Santo Antônio ELIMINADO 88 Vera Janes Pereira de Morais 022.454.671-67 PSF 01 Rua RL 02, 355 - Jardim Leblon ELIMINADO 19 Vera Lúcia de Lara 006.156.541-50 PSF 01 Rua B, 47 - R. São Francisco ELIMINADO Núm. Insc. Nome Completo CPF Área de atuação Endereço onde reside Resultado 81 Fátima Antonio Elias 257.707.561-87 PSF 02 Rua Tabajara, 934 - Santo Antônio C. RESERVA 88 Rosecleide Jesus Campos 019.797.591-70 PSF 02 Rua Itauna, 694 - Santo Antonio C. RESERVA 14 Francieni Jacobi Nogueira 036.757.331-81 PSF 02 Avenida Xavantes, 521 - S. Antônio C. RESERVA 86 Maria Aparecida de Oliveira 667.027.471-87 PSF 02 Rua Tocantins, S/N - S. Antônio ELIMINADO 104 Durcilene Ferreira dos Anjos 037.981.071-90 PSF 02 Rua Tapuias, 904 - S. Antônio ELIMINADO 26 Erineia Vieira Lima 919.296.521-00 PSF 02 Rua Tabajara, 386 - S. Antônio ELIMINADO 68 Elaine Gonçalves Aires 010.548.661-20 PSF 02 Rua Irere, 334 - Santo Antônio ELIMINADO 105 Sandra Fátima dos Reis 627.914.601-44 PSF 02 Rua Tapuias, 450 - S. Antônio C. RESERVA 98 Mariana Maria da S. de Moraes 051.407.541-42 PSF 02 Rua Tocantins, 31 - S. Antônio ELIMINADO 64 Matheus Ferreira Neves 062.016.311-94 PSF 02 Rua Tapuias, 1.199 - S. Antônio ELIMINADO 93 Lisiani Brum Leite 041.275.651-01 PSF 02 Rua Iraí, 555 - Santo Antônio ELIMINADO 67 Josilene Ferreira Xavier 983.944.521-91 PSF 02 Rua Irere, 20 - Santo Antonio ELIMINADO 45 Marciele Mariano de Souza 001.286.471-40 PSF 02 Rua Tocantins, 51 - S. Antônio ELIMINADO 54 Lorrainy Fernandes Ferreira 055.198.351-52 PSF 02 Rua Bartira, 854 - Santo Antônio ELIMINADO 63 Maria Helena Ferreira Neves 847.804.101-00 PSF 02 Rua Tapuias, 1.189 - S. Antônio ELIMINADO 91 Rhaelita Campos Valente 062.107.071-81 PSF 02 Avenida Caetes, 41 - S. Antônio ELIMINADO 49 Rosimeire Jesus Campos 978.893.001-82 PSF 02 Rua acoce, 237 - Santo Antonio ELIMINADO 29 Francielli Denize Stefanello 024.446.631-95 PSF 02 Rua Iraí, 328 - Santo Antônio ELIMINADO 20 Adriana Sebastião M. da Costa 031.405.321-21 PSF 02 Rua Irai, 444 - Santo Antônio ELIMINADO 79 Larissa Fernanda F. Cruz Marques 022.377.391-37 PSF 02 Rua Iporans, 523 - Santo Antônio ELIMINADO 46 Marcela Gonçalves Quirino 051.824.561-66 PSF 02 Avenida Xavantes, 541 - S. Antônio ELIMINADO 70 Rosimeire dos Santos Teixeira 040.227.081-90 PSF 02 Av. Tupiniquins, 2.506 - S. Antônio ELIMINADO 106 Dayane Correia Frazão 053.542.611-98 PSF 02 Rua Iraí, 533 - Santo Antônio ELIMINADO 55 Roseni Ferreira da Silva 798.068.131-20 PSF 02 Rua Acoçê, 414 - Santo Antônio ELIMINADO 69 Valdineia Vicente da Silva 945.471.221-72 PSF 02 Avenida Botocudos, 240 ELIMINADO 22 Jessica Jaques Ribeiro e Silva 054.141.461-52 PSF 02 Rua Iporã, 721 - Santo Antônio ELIMINADO 7 Neuza Gabriele do Carmo 014.677.031-50 PSF 02 Rua Miruna, 35 - Santo Antonio ELIMINADO 56 Sheila Santana de Oliveira 021.990.141-42 PSF 02 Rua Tabajara, 251 - Santo Antônio ELIMINADO 103 Gheovana Pereira Teixeira 061.854.001-62 PSF 02 Rua Irerê, 206 - Santo Antônio ELIMINADO 37 Cleidimar Vieira Neves da Silva 453.212.801-34 PSF 02 Rua Tabajara, 206 - Santo Antônio ELIMINADO 23 Geovana Hellen da Silva 059.515.081-00 PSF 02 Rua Itaúna, 554 - Santo Antônio ELIMINADO 65 Joselita Alves Gomes 943.131.211-53 PSF 02 Rua Tapuias, 988 - Santo Antônio ELIMINADO 76 Nilza Lopes dos Santos 926.080.781-68 PSF 02 Rua Tabajara, 598 - Santo Antônio ELIMINADO 47 Camila Silva Santos 017.409.711-59 PSF 02 Rua Irajá, 405 - Santo Antônio ELIMINADO 61 Kenia Ap. Nunes da S. Santana 029.827.931-21 PSF 02 Av. Botocudos, S/N - S. Antônio ELIMINADO 11 Rosimare Maria da Silva 024.725.001-57 PSF 02 Rua Acoce, 166 - Santo Antonio ELIMINADO 21 Thalita Ynnara Silva Santos 061.758.401-00 PSF 02 Rua Irere, 307 - Santo Antônio ELIMINADO 27 Edilaine de Sousa Gomes 004.318.321-29 PSF 02 Rua Jaú, 45 - Santo Antônio ELIMINADO 94 Janaína Soares Santos 046.787.231-70 PSF 02 Rua Jaú, 36 - Santo Antônio ELIMINADO 24 Jandenete Candido da Silva 016.301.631-39 PSF 02 Rua bartira, 389 - Santo antonio ELIMINADO 58 Maria Auxiliadora Sampaio 001.646.271-89 PSF 02 Rua Itauna, 465 - Santo Antônio ELIMINADO 10 Marilene Marcelino dos Santos 060.697.881-09 PSF 02 Rua Bartira, 437 - Santo Antônio ELIMINADO 50 Rosangela Nunes de Freitas 631.546.331-20 PSF 02 Rua Tabajara, 974 - Santo Antônio ELIMINADO 32 Vanessa de Souza Siqueira 060.490.641-21 PSF 02 Rua Tabajara, 974 - Santo Antônio ELIMINADO 19 Eloisa Helena de O. de Souza 014.485.541-01 PSF 02 Rua Jaú, 719 - Santo Antônio ELIMINADO 39 Rosa Gomes da Silva 015.337.261-32 PSF 02 Rua Irere, 40 - Santo Antônio ELIMINADO 75 Salete Aparecida Soares 420.298.991-00 PSF 02 Rua Bartira, 740 - Santo Antônio ELIMINADO 2 Angelica Maria da Silva 040.301.671-10 PSF 02 Rua Ta-

puias, 823 - Santo Antônio ELIMINADO 77 Francisca de Souza M. Santos 995.412.541-87 PSF 02 Rua Tocantins, 298 - Santo Antônio ELIMINADO 3 Lucy da Silva Gomes 038.704.951-70 PSF 02 Rua Itauna - Santo Antônio ELIMINADO 112 Clarice Maria Dias 023.026.871-40 PSF 02 Rua Tocantins, 828 - Santo Antônio ELIMINADO 62 Claudia Maciel Esteves 028.896.991-02 PSF 02 Rua Tabajara, 638 - Santo Antônio ELIMINADO 16 Lucinei Soares de Lima 758.728.031-68 PSF 02 Rua Tapuias, 554 - Santo Antônio ELIMINADO 74 Maria Paizinha dos Santos Silva 265.863.551-68 PSF 02 Rua Tapuias, 419 - Santo Antônio ELIMINADO 1 Suely Candida de Souza 015.409.611-33 PSF 02 Rua Itaúna, 532 - Santo Antônio ELIMINADO 17 Eliane Ferreira dos Santos Silva 003.403.421-88 PSF 02 Rua Tapuias, 893 - Santo Antônio ELIMINADO 97 Gisele de Souza Dourado 023.476.461-92 PSF 02 Avanida Caites, 24 - Santo Antônio ELIMINADO 35 Valéria de Souza Siqueira 053.682.061-94 PSF 02 Rua Irajá, 718 - Santo Antônio ELIMINADO 18 Ana Quezia Silva Alves 031.405.481-25 PSF 02 Rua Tapuias, 977 - Santo Antonio ELIMINADO 99 Michelly Stefany M. dos Santos 054.531.791-63 PSF 02 Rua Irerê, 225 - Santo Antônio ELIMINADO 43 Thaina de Souza 061.530.391-97 PSF 02 Rua Tabajara, 969 - Santo Antônio ELIMINADO 4 Clemilda Dias 009.418.391-09 PSF 02 Rua Tocantins, 1.077Santo Antônio ELIMINADO 110 Karine Sussann F.dos Santos 047.377.561-13 PSF 02 Rua Iporãns, 180 - Santo Antônio ELIMINADO 41 Gislaine Gimenes da S. Fernandes 040.570.051-29 PSF 02 Rua Itaúna, 179 - Santo Antônio ELIMINADO 89 Juracy dos Santos Silva 609.191.703-07 PSF 02 Rua Baituva, 877 - Santo Antonio ELIMINADO 113 Maristela Alves Martins Estevam 016.368.911-36 PSF 02 Rua Tocantins, 70 - Santo Antônio ELIMINADO 115 Zilmara Gomes 031.429.981-52 PSF 02 Rua Acoçe, 120 - Santo Antônio ELIMINADO 109 Francieli Souza Mendes Santos 059.980.461-02 PSF 02 Rua Tocantins, 298 - Santo Antônio ELIMINADO 12 Sirleni Cardoso Canovas 259.840.978-77 PSF 02 Rua Tocantins, 100 - Santo Antônio ELIMINADO 5 Kedma Rodrigues Silva 017.152.481-04 PSF 02 Rua Tocantins, 328 - Santo Antônio ELIMINADO 25 Maria Aparecida dos Santos 205.017.141-20 PSF 02 Rua Tapuias, 605 - Santo Antônio ELIMINADO 8 Raiane Passele dos Anjos 026.229.441-95 PSF 02 Rua Tabajara, 486 - Santo Antônio ELIMINADO 30 Zelma Moises da Silva Santos 002.614.681-97 PSF 02 Rua Tocantins, 643 - Santo Antônio ELIMINADO 80 Alda Teodora da Silva 780.721.151-20 PSF 02 Rua Acoçe, 504 - Santo Antônio ELIMINADO 84 Ana Paula Dias dos Santos 039.321.641-13 PSF 02 Rua Iraí, 769 - Santo Antônio ELIMINADO 108 Ana Paula Pereira da Silva 002.005.091-79 PSF 02 Rua Bartira, 733 - Santo Antônio ELIMINADO 60 Aparecida Ferraz de M. dos Santos 002.002.321-93 PSF 02 Rua Irajá, 761 - Santo Antônio ELIMINADO 40 Aparecida Maria de Sena 341.972.548-57 PSF 02 Rua Itaúna, 807 - Santo Antônio ELIMINADO 116 Celia Teixeira da Silva 569.548.081-72 PSF 02 Rua Irajá, 405 - Santo Antônio ELIMINADO 101 Cristiane Barbosa Francisco 053.311.171-47 PSF 02 Rua Iporans, 130 - Santo Antônio ELIMINADO 57 Daniela Baca 026.002.271-30 PSF 02 Rua Tabajara, 929 - Santo Antônio ELIMINADO 9 Débora Samai Rodrigues Ferreira 044.053.601-46 PSF 02 Rua Irajá, S/N - Santo Antônio ELIMINADO 13 Eliane Coelho e Silva 038.789.483-79 PSF 02 Rua Irajá, S/N - Santo Antônio ELIMINADO 15 Elidiane Coelho e Silva 029.968.883-67 PSF 02 Rua Itauna, 367 - Santo Antônio ELIMINADO 71 Elisangela Misael de Morais 005.755.141-32 PSF 02 Rua Iporã, 210 - Santo Antônio ELIMINADO 111 Fabiane Pereira Martins 038.326.911-38 PSF 02 Rua Iporã, 246 Santo Antônio ELIMINADO 72 Flavia Maximino dos Santos 030.924.311-46 PSF 02 Rua Irajá, 541 - Santo Antônio ELIMINADO 100 Gleidy Ferreira da Silva 022.920.421-00 PSF 02 Rua Acoçê, 473 - Santo Antônio ELIMINADO 48 Helena Queiroz da Silva 061.688.751-58 PSF 02 Rua Itaúna, 200 - Santo Antônio ELIMINADO 51 Hellen Patricia Araujo da Costa 061.445.841-29 PSF 02 Rua Tocantins, 111 - Santo Antônio ELIMINADO 28 Jacilene Dias da Costa 745.315.143-00 PSF 02 Av. Botocudos, 505 - S. Antônio ELIMINADO 42 Jaqueline Inacio Roesler Machado 019.851.491-33 PSF 02 Rua Iporans, 385 - Santo Antônio ELIMINADO 85 Jose Lourenço de Oliveira Rocha 059.800.093-37 PSF 02 Vila Antonio, Tabajara ELIMINADO 59 Juliana Diniz Felipe de Souza 018.532.471-11 PSF 02 Rua Iporã, S/N, Q. 231, Lote 19 - S. Antônio ELIMINADO 107 Juliana dos Santos Silva Sotério 044.461.771-09 PSF 02 Rua Tapuias, 539 - Santo Antônio ELIMINADO 114 Karine Nobres Diniz de Oliveira 039.006.021-66 PSF 02 Avenida Botocudos, 80 - S. Antônio ELIMINADO 83 Leticia Barbosa dos Santos 059.549.381-56 PSF 02 Rua Iraja, 23 - Santo Antonio ELIMINADO 38 Maria Madalena da Silva Alves 029.944.121-01 PSF 02 Rua Bartira, 230 - Santo Antonio ELIMINADO 66 Patricia Carmen Galvão Reis 059.802.621-56 PSF 02 Av. Botocudos, 896 - S. Antônio ELIMINADO 36 Sandra Teixeira dos Santos 038.926.401-65 PSF 02 Rua Tabajara, 994 - Santo Antonio ELIMINADO 87 Valdirene de Sa de Souza 044.772.421-58 PSF 02 Rua Tocantins, 269 - Santo Antônio ELIMINADO 117 Zulene Lino Costa 926.411.303-78 PSF 02 Rua Tabajara, 1371 - Santo Antonio ELIMINADO Número inscrição Nme Completo CPF Área de atuação Endereço onde reside Resultado 68 Tatiane Rocha da Silva 002.005.531-51 PSF 03 Rua Moema n° 3070 B.Planalto APROVADO 63 Luzia Pereira Batista 001.727.691-83 PSF 03 Rua Tamandaré n° 761 B. Planalto APROVADO 21 Ana Paula Vieira da Silva 029.453.311-79 PSF 03 Rua Jasmim n° 64 Jardim Aurora APROVADO 7 Marciene da Silva 040.662.624-30 PSF 03 Av. Marajá 12 73 - F. B. J. Planalto C. RESERVA 29 Queila Aparecida S. de Almeida 946.139.821-20 PSF 03 Avenida Marajá, 1381 - Planalto ELIMINADO 18 Queiliane Dias Paes Oliveira 867.960.971-49 PSF 03 Rua Tamandaré, 1013 - Planalto C. RESERVA 13 Zaine Janaine D. Pereira 019.712.351-13 PSF 03 Av. Marajá n° 1263 Bairro Planalto C. RESERVA 61 Bruna Kássia Pereira da Silva 053.618.021-07 PSF 03 Rua Irerê n° 798 Bairro Planalto ELIMINADO 6 Camila D Cruz Silva 061.089.391-25 PSF 03 Rua Tamandaré 481 B. Planalto ELIMINADO 2 Elielma Firmino Rodrigues 035.704.921-57 PSF 03 Rua Francisco M. 315 B. Planalto C. RESERVA 26 Neide de França P. Mascarenhas 004.880.781-80 PSF 03 Rua Poguba n° 358 Bairro Planalto C. RESERVA 59 Tatiana Trajano Borges 056.089.871-10 PSF 03 Rua Tamandaré n° 915 B. Planalto ELIMINADO 44 Dionicléia Gomes Roberto 029.463.211-50 PSF 03 Rua Tamandaré n° 599 B. Planalto ELIMINADO 59 Keiliane Ferreira de Jesus 060.892.711-28 PSF 03 Rua das Margaridas, 415 - J. Aurora ELIMINADO 55 Sandra Aguiar de Oliveira 460.916.701-82 PSF 03 Rua Moema n° 3603 B. Planalto ELIMINADO 1 Kamilla Strojke Pereira 041.718.329-18 PSF 03 Rua Projetada- 1647 B. Planalto ELIMINADO 63 Kellitha Karoliny B. M. Souza 063.123.351-27 PSF 03 Rua Miruna, 1167 - Planalto ELIMINADO 9 Gabriela Ribeiro 060.980.681-51 PSF 03 Rua Miruna n° 1078 B.J. Planalto ELIMINADO 38 Graciela Xavier da Cunha 933.599.501-00 PSF 03 Rua Jasmim n° 67 Jardim Aurora ELIMINADO 45 Sueli Garcia Dias 132.151.078-05 PSF 03 Rua Irajá n° 1258 Bairro Planalto ELIMINADO 56 Marciliane Braga Rodrigues 028.443.961-43 PSF 03 A. Antônio F. S. n° 2748 B. Planalto ELIMINADO 50 Caroline Klesse Aguiar 050.709.031-44 PSF 03 Rua Projetada n° 1643 B. Planalto ELIMINADO 8 Jusciley da Silva 797.325.771-34 PSF 03 Rua Caiçara 36 91 Bairro Planalto ELIMINADO 67 Amanda da Silva Santana 060.215.671-88 PSF 03 Rua Moema n° 3593 Bairro Planalto ELIMINADO 20 Angélica Cristina Vieira 019.876.131-71 PSF 03 Rua Tamandaré n° 901 B. Planalto ELIMINADO 39 Euzenilde Ferreira de Sousa Veiga 930.145.543-91 PSF 03 Rua Azaléia n° 165 Jardim Aurora ELIMINADO 54 Vera Lucia Sulzbacher 487.444.501-25 PSF 03 Rua Jurucê n° 2514 Bairro Planalto ELIMINADO 11 Celso Ferreira da Silva 052.568.061-65 PSF 03 Rua Moema n° 3925 Bairro Planalto ELIMINADO 60 Lucyclaudia Pereira da Silva 031.353.611-28 PSF 03 Rua Moema n° 3583 Bairro Planalto ELIMINADO 66 Rosemilda da Silva Barros 029.944.081-80 PSF 03 Rua Moema n° 3593 Bairro Planalto ELIMINADO 10 Giselly Almeida Rodrigues 053.089.651-61 PSF 03 Rua Juruce n° 3715 Bairro Planalto ELIMINADO 3 Edicimar Teodoro de Souza 024.689.201-39 PSF 03 Rua das Violetas n° 97 Jardim Aurora ELIMINADO 25 Suely Ferreira Santana 902.392.961-68 PSF 03 Rua Miruna n° 832 Bairro Planalto ELIMINADO 49 Cristina Amorim Oliveira 022.508.501-19 PSF 03 Rua Caiçara n° 2470 Centro ELIMINADO 14 Núbia Andréia Oliveira do Carmo 959.013.451-34 PSF 03 Av. Marajá n° 833 Bairro Planalto ELIMINADO 18 Vanusa Ferreira da Silva 061.719.851-98 PSF 03 Rua Moema n° 3467 Bairro Planalto ELIMINADO 37 Sandra Moraes dos Santos 014.677.011-06 PSF 03 Rua das Margaridas n° 398 J.Aurora ELIMINADO 36

Silvana Barros Lima dos Santos 965.681.431-20 PSF 03 Rua Poguba s/n Jardim Aurora ELIMINADO 4 Frederico Ramos Valadares 033.098.641-46 PSF 03 Rua Poguba n° 99 Jardim Planalto ELIMINADO 65 Washington Vinicius A. dos Santos 059.126.931-71 PSF 03 Rua Moema n° 3339 Bairro Planalto ELIMINADO 40 Alaíde da Costa Santos 651.581.051-20 PSF 03 Rua Azaléia n° 150 Jardim Aurora ELIMINADO 57 Carla Patricia Algaranaz Atipo 703.509.251-00 PSF 03 Rua Jurucê n° 109 Centro ELIMINADO 33 Ivanildes de Jesus Lisboa Reinaldo 009.242.581-01 PSF 03 Rua Irerê s/n Bairro Planalto ELIMINADO 41 Angela Abadia Aparecido Xavier 044.734.161-86 PSF 03 Rua Ceci n° 447 Bairro Planalto ELIMINADO 28 Aldenir Faustino Alves 389.898.591-15 PSF 03 A. Marajá n° 657 Bairro Planalto ELIMINADO 34 Aline Fernandes G. de Abreu 040.603.781-78 PSF 03 Rua Verbenas s/n Jardim Aurora ELIMINADO 29 Ana Claudia dos Santos 018.399.801-41 PSF 03 Avenida Marajá n° 741 B. Planalto ELIMINADO 32 Clari Leobet de Andrade 580.618.781-00 PSF 03 Rua das Carmélias n° 81 J. Aurora ELIMINADO 12 Claudia Raquel dos Santos Silva 838.572.141-04 PSF 03 Rua Irerê n° 1360 Bairro Planalto ELIMINADO 31 Cleia Garcia de Freitas Lima 012.141.851-00 PSF 03 Rua Tamandaré n° 1222 B. Planalto ELIMINADO 62 Cristiane Nogueira de Souza 050.507.341-26 PSF 03 Av.Xavantes n° 1749 Bairro Planalto ELIMINADO 58 Edilaine Almeida Prado dos Santos 024.510.361-92 PSF 03 A. Antônio . S. n° 3515 Bairro PlanaltoELIMINADO 17 Eunice Ruas de Abreu 483.539.651-00 PSF 03 Rua Caiçara n° 3705 Bairro Planalto ELIMINADO 23 Everly Caroliny dos Santos Gouveia 054.045.801-51 PSF 03 Rua das Margaridas n° 398 J.Aurora ELIMINADO 38 Hydilla Lorayne da Silva Araujo 054.009.901-50 PSF 03 Rua Begonia, 2 - Jardim Aurora ELIMINADO 52 Iraci Elena Boccoli 574.125.530-20 PSF 03 Rua Ceci Q. 181 lote 21 Apt 04 B. Planalto ELIMINADO 15 Irene Martins Ferreira 007.069.181-93 PSF 03 Rua Tamandaré n° 969 Bairro Planalto ELIMINADO 43 Janete Pereira Lopes França 940.180.061-87 PSF 03 Rua Moema n° 3679 Bairro Planalto ELIMINADO 47 Katiane Raitz de Arruda 011.899.471-96 PSF 03 Rua Irajá s/n Bairro Planalto ELIMINADO 64 Leila Pereira Barbosa Monteiro 009.653.601-21 PSF 03 Rua Miruna n° 822 Bairro Planalto ELIMINADO 46 Leiva Adriana Michelato Maximino 919.477.581-87 PSF 03 Rua Caiçara n° 3761 Bairro Planalto ELIMINADO 48 Lucia Helena Inácio Cândido 003.656.821-01 PSF 03 A. Antônio F. S. n° 3622 Bairro PlanaltoELIMINADO 42 Maria Aparecida O. Lima da Silva 007.207.901-07 PSF 03 Rua Bartira n° 1250 Bairro Planalto ELIMINADO 22 Maria Natividade Feitosa 630.396.721-34 PSF 03 Rua Bartira n° 1378 Bairro Planalto ELIMINADO 35 Mariana Dias de Oliveira 045.176.981-30 PSF 03 Rua Jurucê n° 1358 Bairro Planalto ELIMINADO 16 Pamella Rodrigues C. Pereira 049.589.751-52 PSF 03 Rua Ortência n° 91 Jardim Aurora ELIMINADO 53 Romantchelly Lorranny B. Ferreira 047.853.051-00 PSF 03 Rua Tamandaré n° 761 Bairro PlanaltoELIMINADO 27 Rosângela Camolezi dos Santos 537.343.511-20 PSF 03 Rua Miruna n° 960 Bairro Planalto ELIMINADO 5 Roselaine Silva de Souza 022.408.651-05 PSF 03 Rua Tamandaré 481 Bairro Planalto ELIMINADO 19 Roseli Pereira Rocha dos Santos 000.907.361-25 PSF 03 Avenida Marajá n° 727 Bairro PlanaltoELIMINADO 24 Solange Castro da Silva 015.846.101-07 PSF 03 Rua Miruna n° 970 Bairro Planalto ELIMINADO 30 Thaiza Alves Gouveia 046.199.451-88 PSF 03 Rua Poguba n° 37 Jardim Aurora ELIMINADO 51 Valentina Soares B. Damasceno 061.074.731-22 PSF 03 Rua Projetada n°1635 Bairro Planalto ELIMINADO Núm. Insc. Nome Completo CPF Área de atuação Endereço onde reside Resultado 1 Rejane Ines Artuso 795.444.799-53 PSF 04 Rua Jacira, 90 - São Sebastião APROVADO 29 Zilmar Cristina de Oliveira 906.098.751-91 PSF 04 Rua Guaraci, 216 - São Sebastião APROVADO 73 Alana Karine de S. Almeida 045.824.681-60 PSF 04 Rua Tuiuiu, 95 - Flores do vale ELIMINADO 48 Patrícia Ferreira de Almeida 047.347.091-81 PSF 04 Rua caiçara, São Sebastião C. RESERVA 59 Eniuva Machado Rosa 593.587.501-20 PSF 04 Rua 09, Qd 36, Lote 06 - Res. V. Formoso C. RESERVA 56 Ana Paula R. Paulino 045.710.031-10 PSF 04 Rua Caiçara, 689 - São Sebastião C. RESERVA 105 Rayane Fernandes de França 061.192.771-37 PSF 04 Rua Cherente, 386 - São Sebastião C. RESERVA 92 Elaini Soares de Lima 009.456.201-60 PSF 04 Rua Irahes, S/N - São Sebastião C. RESERVA 14 Luana da Silva Souza 019.437.301-05 PSF 04 Rua Jacira, 595 - São Sebastião C. RESERVA 74 Celio da Silva Carnauba 415.232.101-68 PSF 04 Rua Caiçara, 660 - São Sebastião ELIMINADO 63 Giulyane P. Santana 057.356.391-88 PSF 04 Rua Guaracy, S/N - São Sebastião C. RESERVA 109 Marcos Ferreira da Costa 010.804.501-30 PSF 04 Rua Iraés, 1.235 - São Sebastião ELIMINADO 66 Ana Letícia Porfirio Bragatto 057.356.491-40 PSF 04 Rua Guaraci, 251 - São Sebastião ELIMINADO 10 Dalva Vitalino dos Santos 009.637.921-99 PSF 04 Rua Guaracy, 271 - São Sebastião ELIMINADO 54 Maria Jussara de Souza 616.646.771-00 PSF 04 Rua Timbiras, 1027 - São Sebastião ELIMINADO 27 Nataly Cristina Xavier Fabian 016.274.891-42 PSF 04 Rua Irineu B. Camilo, 580 - V. FormosoELIMINADO 95 Rosa Lina da Silva Souza 051.674.211-60 PSF 04 Rua Caiçara, 280 - São Sebastião ELIMINADO 108 Wesley Diego Ferreira 020.223.796-67 PSF 04 Rua Caiçara - São Sebastião ELIMINADO 84 Janaina Fernandes de França 054.527.621-75 PSF 04 A. Antônio F. Sobrinho - São SebastiãoELIMINADO 50 Lucia Amorim de Souza 024.223.271-09 PSF 04 Rua dos Canários, 338 - Florais do valeELIMINADO 21 Aldinéia Ap. Martins da Silva 016.916.121-89 PSF 04 Rua Guaraci, 27 - São Sebastião ELIMINADO 13 Licia Silva D. Filha Macedo 531.848.231-72 PSF 04 Rua Fv 01, 0 - Vale Formoso ELIMINADO 60 Rosane de Souza Leite 032.695.521-65 PSF 04 Rua Guaranis, 915 - São Sebastião ELIMINADO 57 Dayanny G. M. Lourenço 921.049.911-53 PSF 04 Rua Juruce, 620 - São sebastião ELIMINADO 46 Michele Felix Rodrigues 060.011.451-13 PSF 04 A. Antonio Sobrinho, 10 - São SebastiãoELIMINADO 31 Eveline Andrea Machado 921.157.561-34 PSF 04 Rua Guaiçara, 468 - São Sebastião ELIMINADO 65 Fernanda Lima dos S. Rocha 000.425.701-40 PSF 04 Rua Timbiras, 1542 - São Sebastião ELIMINADO 6 Deoziani Simionatto 632.645.281-34 PSF 04 Rua VF 05, S/N - Vale Formoso ELIMINADO 76 Maria Solange de Araujo 000.262.871-61 PSF 04 Rua Carolina A. de Oliveira, V. FormosoELIMINADO 114 Sirlei Borges da Silva 691.141.291-91 PSF 04 Rua Jacira, 11 - São Sebastião ELIMINADO 19 Tania Maria da Silva Souza 531.927.021-68 PSF 04 Rua Juruce, 300 - São Sebastião ELIMINADO 43 Leonete Terezinha P.Bueno 613.115.299-34 PSF 04 Rua Jacira, 497 - Vale formoso ELIMINADO 3 Silvaneide Setubal de Araujo 981.757.261-72 PSF 04 Rua Ibirarema, 446 - São Sebastião ELIMINADO 11 Simone de Oliveira 007.713.461-31 PSF 04 Rua Guaracy, 328 - São Sebastião ELIMINADO 34 Aline Mendes Legramante 066.593.754-73 PSF 04 Rua Iatararé, 385- Vale Formoso ELIMINADO 68 Jessica C. B. dos Santos 052.831.821-77 PSF 04 Rua Ibirarema - São Sebastião ELIMINADO 110 Elizete Lira C. dos Santos 019.117.151-43 PSF 04 Rua Guaiçara, 161 - São Sebastião ELIMINADO 69 Fernanda Raquel D. da Silva 048.756.371-95 PSF 04 Rua Irineu Batista FV 01- V. FormosoELIMINADO 71 Creozeni Costa de Oliveira 951.843.761-00 PSF 04 São Sebastião ELIMINADO 111 Katia Silva Cruz Santana 003.853.911-02 PSF 04 Rua Guaraci, 231 - São Sebastião ELIMINADO 72 Vania Sardinha Brazil 949.701.901-78 PSF 04 Rua Raimundo F. da Silva - V.FormosoELIMINADO 64 Rosangela Martins Pereira 569.458.411-20 PSF 04 Rua Caiçara, 690 - São Sebastião ELIMINADO 78 Schirley Ribeiro dos Santos 043.965.136.07 PSF 04 Rua dos Flamingos, 50 - Florais do ValeELIMINADO 39 Simone Aires de Souza 016.700.321-67 PSF 04 Rua Guaraci, 786 - São Sebastião ELIMINADO 77 Tatiane Cunha Alves 017.924.751-44 PSF 04 Rua Guaiçara, São Sebastião ELIMINADO 12 Thalita Simeia Silva Zahn 063.432.31-52 PSF 04 Rua Tupis, 928 - São Sebastião ELIMINADO 35 Jéssica Oliveira Santos 034.406.745-92 PSF 04 Rua Caiçara - São Sebastião ELIMINADO 51 Ester de Fátima Souza 031.662.481-02 PSF 04 Rua Cherente. 545 - São Sebastião ELIMINADO 2 Leonice Meireles de Carvalho 945.179.401-87 PSF 04 A. Piracicaba, 1239 - São Sebastião ELIMINADO 58 Rozenilda O. da Silva Freres 950.024.721-68 PSF 04 Rua jacira, 664 - São Sebastião ELIMINADO 37 Adriana Arruda Fernandes 004.929.721-09 PSF 04 Rua VF, 05, Qdra 27 - Vale Formoso ELIMINADO 52 Najara Barbosa de Oliveira 039.013.111-30 PSF 04 Rua Tupis, 1053 - São Sebastião ELIMINADO 82 Judete Matos Vieira Silva 876.741.491-53 PSF 04 Rua Caiçara, 386 - São Sebastião ELIMINADO 26 Luzia dos Santos Oliveira 324.538.171-91 PSF 04 Rua Caiçara, 385 - São Sebastião ELIMINADO 5 Alian-

dra Gabriele Dockhorn 021.057.111-03 PSF 04 Rua Carolina Alves de Oliveira, Res.VAELIMINADO 90 Ataciza Oliveira da Silveira 722.911.253-20 PSF 04 Rua Guaraci, 385 - São Sebastião ELIMINADO 20 Luciana Maria Pereira 632.638.901-15 PSF 04 Rua Caiçara, 149 - São Sebastião ELIMINADO 99 Francisca Alves da Silva 001.819.461-30 PSF 04 Rua Jacira, 641 - São Sebastião ELIMINADO 41 João Wellyngton G.Morais 091.185.964-01 PSF 04 Rua VF 09, 2210 - Res. Vale Formoso ELIMINADO 70 Alyne Luiza da Silva Teixeira 061.398.111-12 PSF 04 Rua Guaracy, 300 - São Sebastião ELIMINADO 30 Jussinéia da Silva 487.453.321-34 PSF 04 Rua Jacira, 239 - São Sebastião ELIMINADO 113 Maria Raquel Santana Raitz 432.770.631-00 PSF 04 Rua Iraés, 1146 - São Sebastião ELIMINADO 17 Viviane Bezerra da Silva 859.450.991-04 PSF 04 Rua Guaraci, 687 - São Sebastião ELIMINADO 42 Marilia Aparecida da Silva 048.884.589-01 PSF 04 Rua FV 01, Qd 16, Lote05 - Res. V. Formoso ELIMINADO 45 Dulcinete Magny Soares 848.399.961-72 PSF 04 Rua Cherente, 385 - São Sebastião ELIMINADO 44 Deyze Ferreira de Farias 048.929.601-79 PSF 04 Rua Timbiras, 1509 - São Sebastião ELIMINADO 23 Crislaine Santos Castelli 028.817.291-42 PSF 04 Rua Jacira, 121 - São Sebastião ELIMINADO 4 Priscilla de S. Vasconcelos 031.552.151-19 PSF 04 Rua Jaciara, 25 - São Sebastião ELIMINADO 24 Ana Flávia da Silva Pereira 063.838.861-93 PSF 04 Rua Jaciara, 756 - São Sebastião ELIMINADO 89 Adriana Santos de Jesus 022.805.611-07 PSF 04 Rua Guaiçara, 240 - São Sebastião ELIMINADO 87 Alessandra Ramos da Silva 943.791.901-10 PSF 04 Rua Tupis, 811 - São Sebastião ELIMINADO 103 Ambrozina Alves dos Santos 031.949.511-65 PSF 04 Rua Cherente, 330 - São Sebastião ELIMINADO 115 Andreia de Souza 018.433.211-73 PSF 04 Rua Jacira, 313 - São Sebastião ELIMINADO 98 Eliane Magni Soares 860.650.921-34 PSF 04 Rua Jurucê, 610 - São Sebastião ELIMINADO 15 Gabriela Garcia C.de Franca 949.550.341-87 PSF 04 Rua Guaiçara, 597 - São Sebastião ELIMINADO 61 Ivone Barbosa Dourado 772.962.221-15 PSF 04 Rua Guaicara, 51 - São Sebastião ELIMINADO 67 Janete Borges da Silva 000.521.361-40 PSF 04 Rua Irahes, 1652 - São Sebastião ELIMINADO 16 Joelma Prado Rodrigues 983.990.121-49 PSF 04 Rua Guaraci, 581 - São Sebastião ELIMINADO 33 Jóice Cristina B. dos Santos 059.672.151-07 PSF 04 Rua Iraés, 1.652 - São Sebastião ELIMINADO 55 Laise Santos Almeida 044.444.031-36 PSF 04 Rua Caiçara, 685 - São Sebastião ELIMINADO 106 Leticia Pereira Barbosa 038.392.541-08 PSF 04 Rua Guaiçara, 70 - São Sebastião ELIMINADO 47 Maria Cleide de Oliveira 621.198.771-49 PSF 04 Rua Guaiuvas - Vale Formoso ELIMINADO 96 Maria Eloisa de O. Barros 468.836.811-91 PSF 04 Rua Caiçara, 821 - São Sebastião ELIMINADO 102 Marli Terezinha Bertotti 312.428.201-91 PSF 04 Rua Iraés, 1.244 - São Sebastião ELIMINADO 97 Marlon Drany Barros 514.064.111-91 PSF 04 Rua Caiçara - São Sebastião ELIMINADO 49 Maysis Gabrielle de S. Pereira 045.379.781-47 PSF 04 Rua Irahes, 989 - São Sebastião ELIMINADO 9 Pamela Carvalho Flores 052.353.981-90 PSF 04 Avenida Piracicaba, 1239 - Centro ELIMINADO 40 Radyelle F. S. de Oliveira 028.331.731-05 PSF 04 Rua Guaraci, 540 - São Sebastião ELIMINADO 53 Regiane Carvalho Sampaio 021.174.571-50 PSF 04 A. Antonio F. Sobrinho, 91 - S.SebastiãoELIMINADO 62 Regiane Morais L. O. Rodrigues 022.951.451-04 PSF 04 Rua Tupi, 703 - São Sebastião ELIMINADO 7 Rosangela da C.Feitosa 654.962.301-44 PSF 04 Rua Jacira, 160 - São Sebastião ELIMINADO 86 Rosiane Jesus da Silva 021.587.781-05 PSF 04 Rua Guaiçara, 577 - São Sebastião ELIMINADO 8 Sandra Rodrigues da Silva 836.624.654-00 PSF 04 Rua Juruce, 29 - São Sebastião ELIMINADO 66 Sheila Camila Vidor 029.464.559-47 PSF 04 Rua Guaraci, 610 - São Sebastião ELIMINADO 78 Shirley Redivo 627.807.861-91 PSF 04 Rua moema, Qd 20 Lt 03 - Vale FormosoELIMINADO 25 Silvani Araújo Figueredo 536.048.221-49 PSF 04 Rua Jaciara, 60 - São Sebastião ELIMINADO 81 Telma F. da Cruz B.de Oliveira 006.562.931-01 PSF 04 Rua Rouxinóis, 721 - Florais do Vale ELIMINADO 83 Valdeci B. da Gloria da Silva 015.399.431-27 PSF 04 Rua VF 07, Quadra 26, 230 - Vale Formoso ELIMINADO 79 Vittorya Dockhorn 032.144.131-12 PSF 04 Rua cayas, 784 - São sebastião ELIMINADO Núm. Insc. Nome Completo CPF Área de atuação Endereço onde reside Resultado 30 Luciana Delfino Guimaraes 007.145.561-22 PSF 05 Rua Principal 330 Jardim Vitória C. RESERVA 10 Bartira Polyana dos Santos Hemonn 018.667.771-57 PSF 05 Rua 05 casa 96 Bairro Zé Araça C. RESERVA 41 Izabel Alcangelo Da Silva 052.578.501-92 PSF 05 Rua 03 Nº155 - Residencial Jose AraçaC. RESERVA 61 Luana Viana Satelis 036.230.862-40 PSF 05 Rua 13, Jardim Vitoria Nº660 C. RESERVA 25 Rosenilde Alves Campos 867.173.081-68 PSF 05 Rua 09 N° 67 Residencial José Araça C. RESERVA 60 Thamyres dos Santos Lourenço 063.047.321-80 PSF 05 Rua Cecilio J. Gaeta Nº235 Vila Martins C. RESERVA 63 Vanne França da Silva 024.702.181-43 PSF 05 Rua 06 casa 06 Bairro C. São Lourenço ELIMINADO 28 Eliene Rodrigues Dos Santos 016.144.831-32 PSF 05 Rua 06 N°76 Residencial José Araça C. RESERVA 2 Leandra Resende dos S. de Almeide 631.262.571-00 PSF 05 Rua B N° 586 Bairro Jardim Vitória ELIMINADO 13 Silma Aguiar de O.Gomes dos Santos 009.526.381-00 PSF 05 Rua 05 Nº 231 Bairro J.Boa EsperançaELIMINADO 67 Valdirene Braga 025.255.601-16 PSF 05 Rua 07 Casa 100 Bairro C.São Lourenço ELIMINADO 12 Alessandra Mendes de Oliveira 035.032.181-73 PSF 05 Rua 05 Nº 103 Bairro Zé Araça ELIMINADO 50 Marcilene Ferreira Dos Santos 654.714.661-87 PSF 05 Rua 06 Nº81 Residencial Jose Araça ELIMINADO 55 Maria Aparecida Oliveira Moter 531.907.691-68 PSF 05 Rua 06 Nº151 Cohab São Lourenço ELIMINADO 5 Mariani Medianeira F. De Miranda 568.681.381-72 PSF 05 Rua 09 Nº60 Cohab São Lourenço ELIMINADO 35 Luana Soares Goncalves 025.878.951-46 PSF 05 Rua 02 Nº19 - Cohab São Lourenco ELIMINADO 22 Eslaine Cardoso Santos Moraes 060.389.451-80 PSF 05 Rua 02 Nº160 Jardim Boa Esperança ELIMINADO 70 Lucilene Ferreira Torres 851.352.321-68 PSF 05 Rua B N° 239 Bairro Jardim Nicolau ELIMINADO 16 Rosely Balestrin Gomes 415.448.891-00 PSF 05 Rua 08 Quadra 07 Nº81 C. São Lourenço-ELIMINADO 41 Cleide Ferreira Dos Santos 901.924.431-00 PSF 05 Rua 07 Nº22 - Residencial Jose Araça ELIMINADO 1 Gisele da Silva Mari 067.482.711-26 PSF 05 Rua 04 Casa 131 Bairro C. são Lourenço ELIMINADO 7 Rosilda Pereira Rodrigues 946.618.801-10 PSF 05 Rua B N° 227 Bairro São Nicolau ELIMINADO 37 Maria Ivonete Dos Santos 028.531.773-35 PSF 05 Rua B Nº542 - Jardim São Nicolau ELIMINADO 34 Nadja Maria Da Silva R. Zanella 019.706.601-12 PSF 05 Rua 10 Nº76 - Residencial Jose Araca ELIMINADO 17 Jessika Isnayra Silva M. Dos Santos 034.231.551-08 PSF 05 Rua 04 Q. 03 Nº131 C. São Lourenço ELIMINADO 24 Patricia Ferreira Barbosa Felix 030.463.011-03 PSF 05 Rua 03 Nº140 Cohab São Lourenço ELIMINADO 5 Sandra Souza De Moraes 001.869.841-70 PSF 05 Rua 07 N 35° Bairro Zé Araça ELIMINADO 29 Raimunda P. de Souza de Oliveira 846.224.741-15 PSF 05 Rua Piuva Nº165 Cohab são Lourenço ELIMINADO 6 Gislaine Barros Da Silva 048.720.111-63 PSF 05 Rua 08 Nº10 Cohab São Lourenço ELIMINADO 20 Flavia Silva Alcangelo 035.614.631-69 PSF 05 Rua 08 Nº101 Cohab São Lourenço ELIMINADO 20 Camila Gomes Sanches 034.066.511-43 PSF 05 Rua 06 Nº66 Residencial Jose Araça ELIMINADO 42 Lidiane Lino Martins 022.696.211-31 PSF 05 Rua 05 Nº81 - Cohab São Lourenço ELIMINADO 27 Rosimeire Conceição Barbosa 925.046.121-68 PSF 05 Rua 06 N°59 Residencial José Araça ELIMINADO 58 Antonio Traneisco Oliveira da Silva 024.510.983-16 PSF 05 Rua B Nº542 Jardim São Nicolau ELIMINADO 52 Crislaine Ferreira Saraiva 046.863.451-70 PSF 05 Rua 09 Nº100 Cohab São Louremço ELIMINADO 49 Marinalva Joana Paes 940.003.871-20 PSF 05 Rua 05 Nº97 Residencial Jose Araça ELIMINADO 54 Vanusa Santos Da Silva 024.176.781-44 PSF 05 Rua A Nº130 Jardim Boa Esperança ELIMINADO 14 Maria De Fatima Paes Da Cruz 978.893.261-49 PSF 05 Rua 04 Q.03 Nº111 C. São Lourenço ELIMINADO 44 Thais Cristina De Oliveira 045.404.081-43 PSF 05 Rua B Nº367 - Jardim Vitoria ELIMINADO 69 Simone Soares Lendengues 000.596.695-95 PSF 05 Rua G casa 56 Bairro Zé Araça ELIMINADO 43 Amarinalva Santana De Oliveira 021.449.361-02 PSF 05 Rua 03 Q. 03 Nº55 Cohab São LourençoELIMINADO 57 Micaelle de Souza Carneiro Dourado Sampaio 052.895.251-06 PSF 05 Av. Cecilio Jesus Gaeta, Vila Martins ELIMINADO 47 Alex Rocha Bispo 032.187.961-99 PSF 05 Rua B Nº20 Jardim Vitoria ELIMINADO 48 Ana Beatriz Da Silva 045.900.601-08 PSF 05 Rua 08 Nº227 Cohab São Lourenço ELIMINADO 15 Ana Paula Gomes Castro Dos Santos 012.929.301-60 PSF 05

Rua B Nº601 Jardim Vitoria ELIMINADO 36 Andreia Rodrigues Da Silva 009.838.051-64 PSF 05 Rua B Nº84 Jardim São Nicolau ELIMINADO 62 Cariolanda Vanessa da Silva 081.422.654-00 PSF 05 Rua 09 nº 71 Bairro C. São Loureço ELIMINADO 59 Claythianna A. de O. da Silva 045.439.761-50 PSF 05 Rua Jaime J. do Nascimento, J. Vitoria ELIMINADO 65 Edna Moreira Caetano 017.149.481-45 PSF 05 Rua 07 Q.-07 Casa 40 C. São Lourenço ELIMINADO 32 Erika De Lima Pessoa 010.180.061-41 PSF 05 RUA 04 N °148 Residencial José AraçaELIMINADO 33 Francieli Silva Santa Barbara 035.165.231-07 PSF 05 Rua 08 S/N- Residencial José Araça ELIMINADO 21 Francinne Moraes Feitosa 038.353.991-95 PSF 05 Rua 06 Nº54 Residencial Jose Araça ELIMINADO 68 Francisca Eliene Gomes de Sousa 604.274261-20 PSF 05 Rua Arquimedes P. Lima B. V. Martins ELIMINADO 40 Jhonatan De Souza Farias 046..351.661-39 PSF 05 Rua Rua 06 Nº62 R. Jose Araça ELIMINADO 71 Joseane Da Silva 003.939.961-31 PSF 05 Rua 06 casa 06 Bairro Zé Araça ELIMINADO 51 Karyn Rayane Cruz M. De Oliveira 063.457.011-06 PSF 05 Rua 07 Nº33 Residencial Jose Araça ELIMINADO 45 Lucimara Januario Godoy 636.737.201-63 PSF 05 Rua B Nº 757 - Jardim São Nicolau ELIMINADO 19 Marcela Delfino De Araújo 011.304.171-31 PSF 05 Rua Rodriao Rodrigues S/N V. MartinsELIMINADO 23 Maria Lucia De Oliveira 453.585.911-68 PSF 05 Rua 06 Nº71 Cohab São Lourenço ELIMINADO 3 Marilene Lemes dos Santos 701.402.691-77 PSF 05 Rua B N° 330 Bairro Jardim Vitoria ELIMINADO 56 Marina de Oliveira Castro 053.049.761-18 PSF 05 Rua 03 Q:03 Nº55 Cohab São Lourenço ELIMINADO 53 Patricia Dutra Da Silva 013.276.411-35 PSF 05 Rua Principal Nº180 Jardim Vitoria ELIMINADO 31 Priscila Magna Rocha De Medeiros 046.772.391-50 PSF 05 Rua 06 Casa 71 Residencial José Araça ELIMINADO 64 Queliane Carvalho Sampaio 047.853.031.58 PSF 05 Av. Cecilio Jesus Gaeta, Jardim Vitoria ELIMINADO 54 Silvana de S. Dutra 003.590.471-22 PSF 05 Av. Cecilio J. Gaeta, Vila Martins ELIMINADO 26 Silvana Marques Costa 631.321.681-49 PSF 05 Rua B N°287 São Nicolau ELIMINADO 66 Tatiane Rosalino Pedroso 012.742221-84 PSF 05 Rua 05 Q 5 N° 30 Cohab São Lorenço ELIMINADO Núm. Insc. Nome Completo CPF Área de atuação Endereço onde reside Resultado 98 Jaine Pereira de Andre 028.553.611-76 PSF 06 Rua 9, 75, Jardim Esmeralda APROVADO 96 Aldo Alves Bezerra 903.843.851-68 PSF 06 Rua 16,Q17,L15, casa 81- J. Aeroporto II C. RESERVA 41 Ingrid Caroline da Silva Brito 059.880.821-30 PSF 0 6 Rua Eurico Sales - Jardim Aeroporto IIC. RESERVA 39 Wania Jane Molina 535.569.171-49 PSF 06 Rua Pinto Martins ,85,Jardim AeroportoC. RESERVA 71 Linicker Viana Conrado dos Santos 061.230.761-16 PSF 06 Rua 14,202,Jardim Aeroporto II C. RESERVA 75 Camila Rodrigues dos Santos 048.996.161-47 PSF 06 Rua Pinto Martins - JD Aeroporto ELIMINADO 13 Valteneia Carvalho Ferreira 009.958.561-84 PSF 06 Rua 11,Q08,52-Jardim Aeroporto II C. RESERVA 86 Creusa Maria de Jesus Cavalcante 630.512.451-20 PSF 06 Rua 15,51-Jardim Aeroporto II C. RESERVA 91 Thays Nafaella V. de Souza Chaves 041.691.801-86 PSF 06 Rua Afonso Pena,65-Jardim Aeroporto C. RESERVA 50 Marta Geriel Soares de Campos 025.022.981-13 PSF 06 Rua 13,232-Jardim Aeroporto II ELIMINADO 23 Lucélia Virgìnia R. dos Santos 020.204.121-28 PSF 06 Rua Pinto Martins - JD Aeroporto ELIMINADO 49 Edipamela Oliveira de Campos 061.855.821-71 PSF 06 Rua 18,61-Jardim Aeroporto II ELIMINADO 14 Gabriela de Souza Alves 027.098.771-12 PSF 06 Rua 20,30,Q 22, L03-Aeroporto II ELIMINADO 29 Josiane Souza de Oliveira 013.653.841-01 PSF 06 Rua 16,71-Luiz Martelli ELIMINADO 25 Larissa Lorraine V. Nascimento 045.823.681-07 PSF 06 Rua H,12-Jardim Aeroporto ELIMINADO 21 Simone Rodrigues de Souza 052.372.481-01 PSF 06 Rua Irerê Sítio São F. N° - Santo AntônioELIMINADO 74 Keila Santos Silva 030.998.741-59 PSF 06 Rua 12 N° 123 - Jardim Aeroporto II ELIMINADO 52 Valzirene da Silva Xavier 031.072.831-26 PSF 06 Rua 10,53,Q06-Jardim Aeroporto II ELIMINADO 85 Julia Cavalcante Barbieri 054.731.771-90 PSF 06 Rua 15,51-Jardim Aeroporto II ELIMINADO 55 Wellita Marcia Oliveira de Jesus 048.847.201-64 PSF 06 Rua 01,721-Jardim Aeroporto II ELIMINADO 33 Maria Aparecida Mendonça 957.105.741.04 PSF 06 Rua 01,751-Aeroporto II ELIMINADO 44 Daiane Almeida Dockhorn 039.005.321-09 PSF 06 Rua Hercílio Luz N°36 - JD Aeroporto II ELIMINADO 80 Katiússi Miranda da Silva 020.705.561-07 PSF 06 Rua 10,92,Q07-Luiz Martelli ELIMINADO 42 Keilla Oliveira da Silva 002.619.421-07 PSF 06 Rua 04 Qdra 02 - João de Barro ELIMINADO 9 Roseli de Souza Lopes 008.231.081-55 PSF 06 Rua Pinto Martins ,227,J. Aeroporto ELIMINADO 56 Irismar de França Dourado 940.763.401-91 PSF 06 Rua 04 N° 391 - Jardim Esmeralda ELIMINADO 45 Maria Denise Vieira da Silva 040.297.361-57 PSF 06 Rua 06,Q02,87,L06-Jardim Aeroporto IIELIMINADO 28 Silvana Ribeiro dos Reis 986.396.761-00 PSF 06 Rua 18,Q19,L20-Jardim Aeroporto ELIMINADO 76 Thaís Camila Ferreira Macedo 061.248.851-90 PSF 06 Rua A,76-Jardim Esmeralda ELIMINADO 40 Luceny da Silva Gomes 036.304.651-88 PSF 06 Rua 13,Q9,223-Jardim Aeroporto II ELIMINADO 81 Vanessa Batista da Silva 007.481.601-24 PSF 06 Rua 01,L09,Q23,503-Jardim Aeropoto IIELIMINADO 7 Maria Quiteria da Silva Santos 260.670.898-90 PSF 06 Rua 01, Q 24, 781,L06-Aeroporto II ELIMINADO 94 Milena G. de Jesus Santana 062.332.801-17 PSF 06 Rua Afonso Pena,146-Jardim Aeroporto ELIMINADO 43 Auristina Rodrigues de Souza 820.065.081-87 PSF 06 Rua Irerê - Santo Antônio ELIMINADO 63 Geiny Engels da Silva 042.187.481-36 PSF 06 Rua 15,Q17,30-Aeroporto II ELIMINADO 53 Gislene Oliveira da Silva 045.314.801-67 PSF 06 Rua Pinto Martins - JD Aeroporto ELIMINADO 66 Maria do Carmo Francisco Dutra 024.064.531-62 PSF 06 Rua Irerê N°90 - Santo Antônio ELIMINADO 6 Claudinéia Gomes Costa 010.921.121-97 PSF 06 Rua 05, Q02,42,L1-Jardim Aeroporto IIELIMINADO 38 Daniela Araujo Souza 046.787.201-54 PSF 06 Rua K, 3 - Jardim Aeroporto ELIMINADO 3 Darlei Pedro Sebastião Macedo 388.077.691-15 PSF 06 Rua 04,16-João de Barro ELIMINADO 67 Maria Aparecida Melo 537.240.971-15 PSF 06 Rua Marechal Rondon, 99-Jardim Aeroporto ELIMINADO 70 Géssica M.de Matos da Silva 047.304.851-57 PSF 06 Rua 21,Q22,L11,101-J. Aeroporto II ELIMINADO 35 Chaira Junielen de Jesus 000.893.221-26 PSF 06 N° 71 Qdra 23 - JD Aeroporto II ELIMINADO 83 Silvana Jesus Modesto 000.700.201-75 PSF 06 Rua 17,Q18,31-Jardim Aeroporto II ELIMINADO 65 Tatiane Cristina M. de Oliveira 043.705.731-30 PSF 06 Rua 16,Q13,142-Jardim Aeroporto II ELIMINADO 19 Marlene Maciel Sebastião 482.420.201-91 PSF 06 Rua Baituva N° 1030 - Santo Antônio ELIMINADO 12 Andreia Cruz da Silva 030.830.541-81 PSF 06 Rua 17,213,Aeroporto II ELIMINADO 82 Andreia Moraes de Carvalho 019.096.761-79 PSF 06 Rua 4,13-João de Barro ELIMINADO 88 Claudiane Ferreira de Melo 014.483.431-05 PSF 06 Rua Pinto Martins,216-Jardim Aeroporto ELIMINADO 37 Deyse Lohana Jeronimo Pinheiro 061.128.361-14 PSF 0 6 Rua Sem d.,153,L22,Q11,J. AeroportoIIELIMINADO 22 Fabiana Candida da Silva 020.477.361-02 PSF 06 Rua Marechal Rondon 20-J. Aeroporto II ELIMINADO 97 Fernanda Catia Galdina da Costa 057.877.841-62 PSF 06 Rua 7,96-Jardim Esmeralda ELIMINADO 30 Ivanete Aparecida da Silva 978.736.161-34 PSF 06 Rua 04,Q01,L01,132-Jardim Aeroporto II ELIMINADO 78 Josina Eliete dos Santos 042.458.524-37 PSF 06 Rua principal,70-Jardim Esmeralda ELIMINADO 24 Ketlyn Fronza 060.534.801-42 PSF 06 Rua 16,Q18, 30-Aeroporto II ELIMINADO 17 Laura R. dos Santos Ribeiro 018.356.821.46 PSF 06 Rua Pinto Martins,122-J. Aeroporto ELIMINADO 68 Marcia Godoy de Lima 003.321.421-24 PSF 06 Rua 8,82,L05,Q05-Jardim Aeroporto IIELIMINADO 62 Maria Aparecida Carmo da Silva 015.877.921-50 PSF 06 Rua Guararapes,94-Jardim Aeroporto ELIMINADO 61 Micilene Mota dos Santos 067.977.001-16 PSF 06 Rua 04,142-Aeroporto II ELIMINADO 92 Nubia Rodrigues da Silva 031.407.801-09 PSF 06 Rua 10,Q06,63-Aeroporto II ELIMINADO 46 Rafael de Souza Franco 060.618.481-37 PSF 06 Rua 11,Q08,62-Jardim Aeroporto II ELIMINADO 20 Rosa Cristina Arantes 604.286.941-87 PSF 06 Rua 13,Q10,162-Jardim Aeroporto II ELIMINADO 8 Silvânia Lins de Espindola 041.528.274-83 PSF 06 Rua 01 Rua 23 N° 463 JD> Aeroporto IIELIMINADO 89 Viviane de Oliveira 024.306.051-39 PSF 06 Rua 19,Q20,61-Jardim Aeroporto II ELIMINADO 18 Wanderson Oliveira Rodrigues 053.548.711-82 PSF 06 Rua Hercilio Luz,24-Jardim Aeroporto ELIMINADO Núm. Insc. Nome Completo CPF Área de atuação Endereço onde reside Resultado 18 Marlucia Borba de Souza 004.700.881-41 PSF 07 Rua Iatraré, 251 - Santa Rita APROVADO

25 Elisangela de Souza Silva 879.838.341-87 PSF 07 Rua Itararé, 820 - Santa Rita C. RESERVA 59 Marinalva Viturino de Souza 654.596.821-53 PSF 07 Rua Itararé, 620 - Santa Rita C. RESERVA 86 Luciene da Silva Almeida 957.027.171-04 PSF 07 Rua Guaianazes, 208 - Santa Rita ELIMINADO 51 Lais Gabriele Lima Souza 058.732.721-90 PSF 07 Rua Guaranis, 430 - Santa Rita C. RESERVA 52 Mayra Gabriele L. de Souza 058.732.511-93 PSF 07 Rua Guaranis, 430 - Santa Rita C. RESERVA 106 Jaqueline da Silva Cruz 023.736.421-23 PSF 07 Rua Itatinga, 792 - Santa Luzia ELIMINADO 7 Naglia Lorraynne Campos 031.556.391-56 PSF 07 Rua 06, 166 - Flamboyan ELIMINADO 13 Luciana de Freitas Rodrigues 009.826.041-30 PSF 07 Rua Ibitinga, 11 - Santa Luzia ELIMINADO 6 Silmara Alves Rodrigues 042.968.561-03 PSF 07 Rua Ibitinga, 81 - Santa Luzia ELIMINADO 83 Laureny Dias Nunes Dapper 925.844.621-68 PSF 07 Rua Guaranis, 508 - Santa Rita ELIMINADO 94 Roseli Lemes da Silva 566.173.059-49 PSF 07 Rua Cinco, Qd 08, Lt 15 - Flamboyant ELIMINADO 95 Katyuisia Rosa Knebel 039.307.091-39 PSF 07 Avenida Piracicaba, 279 - Santa Luzia ELIMINADO 105 Rosangela Ferreira Nunes 550.146.901-49 PSF 07 Rua Itararé, 121 - Santa Rita ELIMINADO 26 Silvia Ferreira da Silva 000.260.911-86 PSF 07 Rua Itararé, 250 - Santa Rita ELIMINADO 2 Tatiane Gonçalves Pereira 021.540.121-24 PSF 07 Rua Ibitinga, 370 - Santa Luzia ELIMINADO 16 Alynny Cezario de Carvalho 053.353.201-92 PSF 07 Rua Itararé, 110 - Santa Rita ELIMINADO 67 Graciela Gomes da Silva 030.233.261-85 PSF 07 Rua Guaranis, 291 - Santa Luzia ELIMINADO 118 Liliane Passarelli 015.826.911-00 PSF 07 Rua Moema, 221 - Santa Rita ELIMINADO 113 Welyta Ferreira Lima 022.684.111-17 PSF 07 Rua Itararé, 651 - Santa Rita ELIMINADO 14 Bianca A. Farias B. Rodrigues 047.938.311-17 PSF 07 Rua Iraes, 761 - Santa Rita ELIMINADO 3 Erica Cristina de Souza 023.581.551-95 PSF 07 Rua 05, 151 - Flamboyan ELIMINADO 74 Thalita Lopes Ferraz 046.714.031-61 PSF 07 Rua Tupi, 219 - Santa Rita ELIMINADO 66 Doraci Mendes de Oliveira 912.693.001-30 PSF 07 Rua Itarare, 129 - Santa Rita ELIMINADO 96 Erisvane Lima dos Santos 025.041.921-18 PSF 07 Rua Itatinga, 179 - Santa luzia ELIMINADO 24 Gabriella Borba Borges 060.792.931-61 PSF 07 Rua Tupi, 426 - Santa Rita ELIMINADO 30 Catiele Passele dos Santos 061.003.431-69 PSF 07 Rua 05, 97 - Flamboyant ELIMINADO 110 Josiane Mendonça da Silva 052.335.271-97 PSF 07 Rua Moema, 432 - Santa Rita ELIMINADO 92 Maria A. Lima de Souza 559.406.171-15 PSF 07 Rua Guaianazes, 328 - Santa Rita ELIMINADO 23 Selma Santos Felix 014.520.331-02 PSF 07 Rua Ibitinga, 645 - Santa Luzia ELIMINADO 17 Suely Ap. G. R. G. da Silva 998.067.381-87 PSF 07 Rua Ibitinga, 71 - Santa Luzia ELIMINADO 37 Priscila Santos Silva 008.475.681-05 PSF 07 Rua Itatinga, 769 - Santa Luzia ELIMINADO 114 Janaina de Jesus Ferreira 054.507.901-79 PSF 07 Rua A. F. Sobrinho, s/nº - Santa Rita ELIMINADO 64 Janaina Ferreira Bueno 937.626.821-00 PSF 07 Av. A. F. Sobrinho, 290 - Santa Rita ELIMINADO 4 Pamela Fernanda F. Dultra 045.884.921-95 PSF 07 Rua ibitinga, 275-Santa Luzia ELIMINADO 109 Eliane Lima da Silva 023,597.441-27 PSF 07 Rua R6 , 19 - Flamboyant ELIMINADO 112 Maria Aparecida Pa. de Souza 817.500.301-44 PSF 07 Rua Itatinga,873 - Santa Luzia ELIMINADO 121 Thais Daniele Ferreira Braga 043.062.261-90 PSF 07 Rua Itarare, 310 - Santa Rita ELIMINADO 107 Franciele Oliveira dos Santos 009.418.341-40 PSF 07 Rua Itatinga, s/nº - Santa Luzia ELIMINADO 53 Lizangela M. de Lima Souza 962.335.241-72 PSF 07 Rua Guaranis, 430 - Santa Rita ELIMINADO 85 Fabiana Cristina Q. da Silva 009.809.791-10 PSF 07 Rua Itararé, 240 - Santa Rita ELIMINADO 61 Luzia Gabriele Xavier Felix 016.833.231-06 PSF 07 Avenida Pagé, 866 - Santa Luzia ELIMINADO 42 Maria Ap. Trajano da Silva 925.966.221-49 PSF 07 Avenida Pagé, 44 - Santa luzia ELIMINADO 81 Marilza Barbosa Dourado 531.641.991-04 PSF 07 A.a Washington Luiz, 115 - V. MartinsELIMINADO 50 Rita de Cássia G. Queiroz 875.432.731-87 PSF 07 Rua Guaranis, 320 - Santa Luzia ELIMINADO 15 Polyana Paula dos Reis 018.472.901-75 PSF 07 Rua Guaranis, 250 - Santa Luzia ELIMINADO 75 Amanda Cezario Carvalho 060.702.271-07 PSF 07 Rua Itararé, 110 - Santa Rita ELIMINADO 48 Fernanda Cardoso da Silva 992.012.401-04 PSF 07 Rua Moema, 301 - Santa Rita ELIMINADO 8 Flávia Alves Cabral 031.903.891-28 PSF 07 Rua Tupis, 348 - Santa Rita ELIMINADO 97 Marinês Lima M. da Silva 037.687.011-74 PSF 07 Rua Itatinga, 631 - Santa Luzia ELIMINADO 76 Anair Cezário Feitosa 458.238.201-00 PSF 07 Rua Itararé, 110 - Santa Rita ELIMINADO 29 Rosimeire Nunes de Aprinio 361.673.471-15 PSF 07 Rua R8, L. 03, Qd 17, 159 FlamboyantELIMINADO 102 Ana Eliza Aparecida da Costa Moreira 047.710.811-31 PSF 07 Avenida piracicaba, 67 - santa Luzia ELIMINADO 69 Luana Andrade Silva 018.478.411-55 PSF 07 Rua Tupi, 328 - Santa Rita ELIMINADO 88 Naiara Moreira de Souza 063.163.251-42 PSF 07 Rua Guaianazes, 131 - Santa Rita ELIMINADO 22 Claudete Cezario Bispo 011.635.591-30 PSF 07 Avenida Pagé, 83 - Santa Rita ELIMINADO 63 Cristiane Amorim de Araujo 031.503.861-60 PSF 07 Rua Moema,161 - Santa Rita ELIMINADO 31 Adelina M. de O. Moreira 034.861.111-08 PSF 07 Rua Itatinga, 119 - Santa Luzia ELIMINADO 56 Adjanira Alves dos Santos 667.029.331-34 PSF 07 Rua VF, 09, 108 - Vale Formoso ELIMINADO 73 Alessandra Ap. de Souza 013.733.251-35 PSF 07 Rua Cinco, s/nº - Flamboyant ELIMINADO 40 Aline de Oliveira F. Leite 061.134.551-06 PSF 07 Rua Elima, 442 - Santa Rita ELIMINADO 90 Anderson França Neto 024.573.641-75 PSF 07 Rua 04, 163 - Flamboyant ELIMINADO 72 Andreia Cruz da Costa 885.968.261-49 PSF 07 Rua Itatinga, 260 - Santa Luzia ELIMINADO 98 Antonio Rocha da Costa Junior 052.213.341-00 PSF 07 Avenida Pagé, 293 - Santa Rita ELIMINADO 101 Bruna Karolaine dos Santos Silva 060.783.071-93 PSF 07 Rua Guaranis, 62 - Santa Rita ELIMINADO 35 Camilla dos Santos Pessoa dos Santos 034.115.991-38 PSF 07 Rua Jose M. Martins, 24 - V. Martins ELIMINADO 39 Carla Luíza Carraro 020.362.701-66 PSF 07 Rua Moema, 570 - Santa Rita ELIMINADO 100 Cleidiane da Silva Pereira 419.591.848-06 PSF 07 Rua Ibitinga, 265 - Santa Luzia ELIMINADO 89 Daiany Nunes Schwenk Neto 025.778.131-55 PSF 07 Rua 04, 163 - Flamboyant ELIMINADO 78 Daniela Roberta Bezerra da Silva 003.853.921-76 PSF 07 Rua Itatinga, 456 - Santa Luzia ELIMINADO 28 Dilcleia Figueiredo Lero 000.822.301-70 PSF 07 Rua Tupi, 318 - Santa Rita ELIMINADO 99 Dione Cleia Hekert de França 973.066.571-00 PSF 07 Rua irapurus, 227 - Santa Luzia ELIMINADO 57 Eduarda de Oliveira Ananias 043.466.191-00 PSF 07 Rua Moema, 757 - Santa Rita ELIMINADO 111 Eliane Zacarias Gomes 015.879.451-69 PSF 07 Rua Guaianazes, 300 - Santa Rita ELIMINADO 32 Flávia Vendruscolo 009.550.850-39 PSF 07 Rua Reima, 393 - Santa Rita ELIMINADO 108 Gercilene Teles dos Santos 009.618.961-40 PSF 07 Avenida Piracicaba, 135 - Santa Luzia ELIMINADO 41 Geusa Andre dos Santos 045.819.081-08 PSF 07 Rua Itarare, 801, Kitnet 04 - S. Rita ELIMINADO 54 Ijanete Ferreira da Silva 828.259.391-53 PSF 07 Rua Guaianazes, 451 - Santa Rita ELIMINADO 122 Isaura Dias dos Santos Jorge 019.347.721-19 PSF 07 Rua Guaianazes, 581 - Santa Rita ELIMINADO 120 Jessyca Carla da Silva Santos 061.143.991-37 PSF 07 Avenida Piracicaba, 02 - Santa Luzia ELIMINADO 77 Josiane Mendes F.Silva 894.566.295-20 PSF 07 Rua Irahes, 159 - Santa Luzia ELIMINADO 71 Juliene da Silva Jesus 052.520.251-00 PSF 07 Rua Itararé, 340 - Santa Rita ELIMINADO 79 Luciana Alves de Oliveira 049.605.811-82 PSF 07 Rua Ibitinga, 532 - Santa Luzia ELIMINADO 38 Lucivane Fortunato dos Santos 304.384.621-49 PSF 07 Rua Guaianazes, 581 - Santa Rita ELIMINADO 82 Maria Alves Eleoterio Pinheiro 017.574.101-80 PSF 07 Rua Ibitinga, 212 - Santa Luzia ELIMINADO 70 Maria Gloria Gomes da Silva 001.465.211-02 PSF 07 Rua Itatinga, 611 - Santa Luzia ELIMINADO 55 Maria Graciela dos S. Pereira 032.028.811-08 PSF 07 Avenida Piracicaba, 135 - Santa Luzia ELIMINADO 9 Maria Neri Félix de Souza 604.392.031-04 PSF 07 Rua Moema, 100 - Santa Rita ELIMINADO 123 Maycon Douglas Araujo Souza 036.422.571-86 PSF 07 Rua R8, Qd 19 - Flamboyant ELIMINADO 87 Micheli Araujo Girotto 060.636.771-35 PSF 07 Rua Moema, 280 , Lote 06 - Santa RitaELIMINADO 84 Paloma de Souza Bezerra 059.312.791-99 PSF 07 Avenida Pagé, 668 - Santa Luzia ELIMINADO 46 Simone Rodrigues da Cruz 051.197.131-14 PSF 07 Rua Moema, 220 - Santa Rita ELIMINADO 114 Sirlene Borges da Silva 930.516.031-04 PSF 07 Rua Tupi, 583 - Santa Rita ELIMINADO 81 Sonia Cristina Gonçalves 286.893.188-01 PSF 07 Rua Itatinga, 404 - Santa Luzia ELIMINADO 10 Tamiris Macedo Pinheiro 031.686.021-24 PSF 07 Rua Itatinga, 300 - Santa Luzia ELIMINADO 5 Tatiane Alves Ferreira 015.426.701-52 PSF 07 Rua

Moema, Santa Rita ELIMINADO 58 Valdiana Batista Neves da Silva 979. 913.501-00 PSF 07 Rua Ibitinga, 41 - Santa Luzia ELIMINADO 33 Valéria Celeri Vieira 023.240.731-29 PSF 07 Rua Ibitinga, 508 - Santa Luzia ELIMINADO 49 Vanderleia Franco 549.590.390-00 PSF 07 Rua Goianases, 630 - Santa Rita ELIMINADO 115 Walkiria P. dos Santos Carneiro 017. 230.611-66 PSF 07 Rua Itararé, 140 - Santa Rita ELIMINADO Núm. Insc. Nome Completo CPF Área de atuação Endereço onde reside Resultado 78 Artemisia de Souza Oliveira 013.228.641-60 PSF 08 Rua Ibitinga, 813 - J. Nova Jaciara ELIMINADO 9 Rejaine Cristina Souza 007.154.481-02 PSF 08 Rua Jurema N°72 n- Centro C. RESERVA 10 Fabiana Cristina de S. Almeida 031.431.301-05 PSF 08 Rua Potiguaras N°99 - F. do Planalto C. RESERVA 27 Jennifer Vericima dos Santos 032.350.961-40 PSF 08 Rua Itatinga, 1013 - J. Nova Jaciara C. RESERVA 87 Ana Claudia Neves de O. Freitas 047.617.951-31 PSF 08 835 - Nova Jaciara C. RESERVA 79 Marli Borba de Faria Rulim 815.217.741-53 PSF 08 AV. Antonio F. Sobrinho, 2179 - CentroC. RESERVA 30 Stefany Andressa N. da Silva 047. 160.831-95 PSF 08 Rua Caiçara, 1941 - Centro ELIMINADA 80 Maria do L. Tabosa de Alcantara 047.241.813-03 PSF 08 Rua Ibitinga, 742 - Jardim Nova JaciaraC. RESERVA 49 Nadir dos Santos Machado 911.197.310-20 PSF 08 AV Piracicaba, 960 - Centro ELIMINADO 1 Silvana Racis 460.895. 511-04 PSF 08 Rua Magno n° 116 - Florais do PlanaltoELIMINADO 85 Zeni Elena Hoennicke Dockhorn 783.754.019-00 PSF 08 Rua Guaicurus, 410 - Centro ELIMINADO 20 Marília Dourado Paulino 063.153.811-97 PSF 08 Rua Umburuna, 0 - Florais do PlanaltoELIMINADO 46 Ana Joelia da Silva Pessoa 035.941.701-95 PSF 08 Rua Cerejeiras, 140 - F. do Planalto ELIMINADO 50 Ivanete Carvalho da Rocha 888.610.821-49 PSF 08 Rua Ibitinga, 1043 - J. Nova Jaciara ELIMINADO 22 Maria Rosilda dos Santos 059.293.884-07 PSF 08 AV. Tupiniquins, 2017 - Vila S. AntônioELIMINADO 39 Maria Eunice de Oliveira Lima 427.714..981-20 PSF 08 Rua Jequitibá, Qd 1, Lt 9 - F.do PlanaltoELIMINADO 56 Erika Luana Alves da Silva 048.160.181-31 PSF 08 Rua Jatoba, 155 - Florais do Planalto ELIMINADO 90 Lindaura Dutra F. de Medeiros 884.673.171-91 PSF 08 Rua Carijós 1055 - Centro ELIMINADO 17 Marildes Rodrigues Pereira 621.132. 241-00 PSF 08 Rua Itararé N°1739 - Centro ELIMINADO 11 Débora Emili Trajano 060.526.001-01 PSF 08 Rua Ibitinga N°773 Kitnet - N. Jaciara ELIMINADO 77 Regiane Sebastião Macedo 027.936.931-03 PSF 08 Rua Guaianazes, 1080 - Centro ELIMINADO 42 Khauanny Ahzami Frete Borto 045.821.701-88 PSF 08 AV. Antônio F. Sobrinho, 1285 - CentroELIMINADO 8 Valkíria Alves Ferreira 003.565.911-40 PSF 08 Rua Guaicurus N°68 - Nova Jaciara ELIMINADO 61 Solange C. Souza da Fonseca 697. 438.432-72 PSF 08 Rua Itatinga, 116 - Jardim Nova JaciaraELIMINADO 6 Sirleia Soares Quadros 545.517.301-49 PSF 08 Chácara São Francisco - F. do PlanaltoELIMINADO 26 Elói Larissa S. da Silva Carvalho 117.510. 074-99 PSF 08 Rua Caiçara, 1320 - Centro ELIMINADO 24 Patricia Simone Rauber 001.111.021-03 PSF 08 Rua Guaraci, 857 - Centro ELIMINADO 55 Anna Paula França Martins 048.548.631-88 PSF 08 Rua Jurucê, 1675 - Centro ELIMINADO 16 Jaqueline Rodrigues Pereira 031.407.221-76 PSF 08 Rua Itararé N°1739 - Centro ELIMINADO 88 Eloísa Maria Pontes da Silva 049.941.871-93 PSF 08 AV. A. F. Sobrinho, apt 101 - Centro ELIMINADO 45 Marcia Cristina R. da Costa 006.001.421-08 PSF 08 Rua Itararé, 1699 - Centro ELIMINADO 32 Maria Poliane Holanda Soares 086.007. 204-51 PSF 08 Rua Ibitinga, 822 - Jardim Nova JaciaraELIMINADO 4 Vitória Caroline Souza Rodriguês 062.099.871-76 PSF 08 Rua Castanheira n°107 - F. do PlanaltoELIMINADO 47 Wellyda Caroline do Nascimento 052.402.091-46 PSF 08 Rua Jurucê, 2336 - Centro ELIMINADO 7 Natália Figueiredo de Souza 033.808.371-56 PSF 08 Rua Ibitinga - Nova Jaciara ELIMINADO 37 Caren Andressa Souza 060.097.211-99 PSF 08 Rua Tupiniquins, 380 - J. Nova JaciaraELIMINADO 43 Gabriela Pereira dos Santos 045.305.971-64 PSF 08 Rua Carijós, 277 - Centro ELIMINADO 24 Marilene Aparecida Porfirio 964.990.609-68 PSF 08 AV. Tupiniquins, 58 - Nova Jaciara ELIMINADO 44 Admila Miriann Lemes da Silva 023.252.911-62 PSF 08 Rua Mogno, Qd 08, Lt 04 - F. do PlanaltoELIMINADO 21 Geni Freitas de Almeida 933.182.781-49 PSF 08 Rua Tupiniquins, 2037 - Centro ELIMINADO 13 Hosana Ap. Pereira dos Santos 932.648.281-20 PSF 08 Rua Itatinga N°1148 - Nova Jaciara ELIMINADO 35 Glaucia Martins de Oliveira 999.925.071-87 PSF 08 Rua Jurucê, 2128 - Centro ELIMINADO 63 Katia Aparecida T. dos Santos 051.699.321-71 PSF 08 AV. Tupiniquins, 2047 - Santo AntônioELIMINADO 33 Kelly Cristina Moreira F. da Silva 916. 622.061-00 PSF 08 Rua Umburuna, Qd 10, Casa 60 - Florais do Planalto ELIMINADO 62 Lucelia Tavares Filha dos Santos 650.698.701-49 PSF 08 AV. Tupiniquins, 2047 - Santo AntônioELIMINADO 58 Agnair de Souza Ferreira 894.639.191-04 PSF 08 Rua Jurucê, 2266 - Centro ELIMINADO 72 Gessica Tamires dos Santos 043.620.211-59 PSF 08 Rua Jurucê, 2480 - Centro ELIMINADO 15 Karolayne Monique da S. Santos 061.292.951-54 PSF 08 Rua Araucária - Florais do Planalto ELIMINADO 34 Maria Souza Pimentel 035.127.911-31 PSF 08 Rua Potiguaras, 87 - F. do Planalto ELIMINADO 36 Nilza Rocha Santana 886.694.241-34 PSF 08 Rua Guaraci, 221 - Centro ELIMINADO 81 Maria Aparecida dos Santos 482.394.701-06 PSF 08 Rua Carijós 149 - Centro ELIMINADO 64 Maria Ap. da Costa Macedo 550.188.401-10 PSF 08 Rua Cecy, 2057 - Centro ELIMINADO 2 Abda Naianny do N. Oliveira 049.067..981-10 PSF 08 Rua Guainazes n° 977 - Centro ELIMINADO 23 Aline Moraes de Souza 041.126.831-70 PSF 08 Rua Guaianases, 970 - Centro ELIMINADO 84 Amanda Priscila Godói Silva 077.131.784-06 PSF 08 Rua Castanheiras, 59 - F. do Planalto ELIMINADO 53 Ana de Campos Rodrigues 007.664.251-85 PSF 08 Rua Itararé, S/N - Centro ELIMINADO 89 Andrea Maforte Silva 001.330.571-94 PSF 08 AV. A. F. Sobrinho, 1840, apt 06 - Centro ELIMINADO 51 Cleydinara del Castillo Malbfe 672.125.222-87 PSF 08 Rua Uirapuru, 826 - J. Nova Jaciara ELIMINADO 38 Gabriela Pultrine Portes 013.521.121-24 PSF 08 Rua Guacurus, 87 - J. Nova Jaciara ELIMINADO 29 Gercina Rocha da Silva 861.943.991-04 PSF 08 Rua Potiguaras, 69 - J. Nova Jaciara ELIMINADO 76 Ivanilda Carlos de Almeida 968.674.501-72 PSF 08 AV. A. F.Sobrinho, 1836 - Centro ELIMINADO 74 Janaína Bastos Nogueira 012.943.281-40 PSF 08 AV. Antônio F. Sobrinho, 1821 - CentroELIMINADO 41 Keiciane Ferreira S. Maiberg 027.816.301-79 PSF 08 Rua Potiguaras, 277 - J. Nova jaciara ELIMINADO 12 Kellen Pottrat dos Santos 036.850.261-94 PSF 08 Rua Jatobá N° 155 - Florais do PlanaltoELIMINADO 66 Maria Martins Verão 160.449.831-53 PSF 08 Rua Itararé, 1153 - Centro ELIMINADO 28 Marli Dias da Costa 002.004.881-55 PSF 08 AV. Antônio F. Sobrinho, 1179 - CentroELIMINADO 69 Maysa Adriana Veiga Garcia 039.241.591-09 PSF 08 Rua Cecy, 2219 - Planalto ELIMINADO 82 Milany Ogeda Ataíde 044. 717.511-40 PSF 08 Rua Iracema, 487 - Centro ELIMINADO 31 Mirian Ap. Pereira Teixeira 031.098.021-63 PSF 08 Rua Ibitinga, 803 - Jardim Nova JaciaraELIMINADO 86 Natalia Ortega Camolezi 008.697.231-62 PSF 08 Rua Mangabeiras, S/N - F.do Planalto ELIMINADO 52 Pamela Magna Rocha Medeiros 060.385.291-28 PSF 08 Rua Potiguaras, 724 - Jardim N. JaciaraELIMINADO 25 Priscila Juliana Bufeti 423.514.818-44 PSF 08 Rua Castanheiras, 140 - F. do Planalto ELIMINADO 83 Rafael da Silva Pereira 076.409.594-38 PSF 08 Rua Castanheiras, 59 - F. do Planalto ELIMINADO 5 Stefani Carolinie Silva Souza 028.495.332-62 PSF 08 Rua Ipê Am. L 05 Qda 05 - F. do PlanaltoELIMINADO 54 Valdetina Ribeiro da Silva 950. 049.631-34 PSF 08 Rua das Mangueiras,126 - F.do PlanaltoELIMINADO 14 Wender Santos Cruz 062.855.601-29 PSF 08 Rua Araucária - Florais do Planalto ELIMINADO

SELETIVO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/20

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 001/2018/SMS PROCESSO SELETIVO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2017 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE O Prefeito Municipal De Jaciara-MT, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os candidatos constantes no quadro em anexo, que foram classificados no Processo Seletivo Público Municipal Nº. 001/2017, destinado ao preenchimento de vagas, a comparecerem à Prefeitura Municipal de Jaciara, no Departamento de Recursos Humanos, situado na Avenida Antônio Ferreira Sobrinho nº. 1075 - Centro, Jaciara-MT, do dia 09/04/2018 ao dia 08/05/2018, no horário das 12hs00min horas às 18hs00min, portando os documentos originais ou fotocópia autenticada em cartório abaixo relacionado: Para tomar posse o candidato deverá apresentar documentação no original ou fotocópia

autenticada em cartório, que comprove o que segue abaixo: 1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos; 2. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88) 3. Certidão de Casamento ou Nascimento; 4. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso); 5. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso); 6. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF/MF); 7. Cartão do PIS/PASEP (se for o caso); 8. Comprovante de votação das duas últimas eleições que antecederem à posse (se for o caso); 9.4.9. Título de Eleitor; 10. Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado); 11. Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido pela Junta Médica Oficial município; 12. 02 (duas) fotos 3x4, colorida e recente; 13. Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade; 14. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino); 15. Declaração contendo endereço residencial; 16. Comprovante de Escolaridade. Os diplomas de conclusão de cursos deverão ser expedidos por instituição oficial reconhecida. Será aceita certidão de conclusão de curso, com histórico escolar. 17. Declaração negativa de acúmulo de cargo público; 18. Declaração de Bens; 19. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária para exercer sua função; 20. Para os cargos de Operador de Veículos e Maquinas I apresentar carteira de C.N.H categoria “D”; 21. Os candidatos convocados farão exame médico admissional, que será realizado por uma junta médica designada pelo município; 22. Lista de Exames Laboratoriais PréAdmissionais que deverão ser providenciados e apresentados para nálise da junta médica, sob pena de não poder tomara posse, estes exames são de responsabilidadedo candidato. Obs.: Para todos os Cargos: Hemograma Completo; Glicose; Ureia; Creatinina; Ácido úrico; Colesterol total e frações; Triglicerídeos; Transaminases (TGO, TGP); Sorologia para Chagas; Raio X do Tórax em PA e perfil. 23. Não ter infringido as leis que fundamentaram este Edital; 24. O candidato que, por qualquer motivo, não se apresentar para a posse no prazo de que trata o subitem anterior perderá o direito à vaga, sendo convocado outro candidato aprovado, respeitando a ordem de classificação. Ficam cientes que o não comparecimento dos convocados na data indicada, a falta de comprovação de qualquer dos requisitos para investidura ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo processo seletivo e anulação de todos os com respeito a ele praticados, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, nos termos do edital. JACIARA, 09 DE ABRIL DE 2018. ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD Prefeito Municipal - 2017 a 2020 RONIEVON MIRANDA DA SILVA Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018. Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra. ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD Prefeito Municipal 2017 a 2020 ANEXO ÚNICO Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE Candidato Inscrição Edital FABIANA PAVÃO LOPES 34 001/2017 ANANDA CRISTYNA DUARTE DE SOUZA 99 001/2017 TATIANE ROCHA DA SILVA 68 001/2017 LUZIA PEREIRA BATISTA 63 001/2017 ANA PAULA VIEIRA DA SILVA 21 001/2017 REJANE INÊS ARTUSO 01 001/2017 ZILMAR CRISTINA DE OLIVEIRA 29 001/2017 JAÍNE PEREIRA DE ANDRÉ 98 001/2017 MARLUCIA BORBA DE SOUZA 18 001/2017 PATRICIA FERREIRA DE ALMEIDA 48 001/2017 Cargo: AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS Candidato Inscrição Edital JOSEANE ALVES DOS SANTOS 51 001/2017 CRISTIANE CASTRO DA CUNHA 23 001/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

ACORDO DE COOPERAÇÃO DAF Nº 138/2017

ACORDO DE COOPERAÇÃO DAF N° 138/2017

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE CELEBRAM A INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO MADEIRA S/A. E A PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU, PARA A CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE MUNICIPAL

Pelo presente instrumento, a **INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO MADEIRA S.A.,** sociedade com propósito específico inscrita no CNPJ sob o n° 10. 562.611/0001-87, com sede na Avenida Rodrigo Fernando Grillo, 207, salas 2011 e 2015, Jardim dos Manacás, Araraquara (SP), CEP 14.801-534, neste ato representada conforme seu Estatuto Social, por seu Diretor Administrativo e Financeiro, Sr. Gersino Saragosa Guerra, brasileiro, casado, contador, portador do RG n° 10.156.055-2 SSP-SP, CPF/MF 899.365. 158-20, e por seu Diretor Técnico, Sr. Jairo Junqueira Kalife, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG n° 7676562 SSP-SP, CPF/MF n° 286.148.366-00, ambos com endereço comercial na cidade de Araraquara (SP); doravante denominada **IE MADEIRA** e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU,** entidade de direito público com sede na Rua do Comércio, n° 480 - Centro, inscrita sob o CNPJ n° 15023948/0001-30, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, o Sr. Pedro Ferreira de Souza, brasileiro, casado, portador do RG n° 0756590-9 SJ/MT, CPF n° 522.356.531-20., residente e domiciliado na Rua Sete de Setembro 310 em Jauru (MT), doravante denominado **MUNICÍPIO.**

CONSIDERANDO:

a) A **IE MADEIRA** tem como um dos eixos do seu programa de responsabilidade realizar Projetos Sociais no âmbito das comunidades localizadas na área de influência direta da Linha de Transmissão Coletora Porto Velho - Araraquara 2; da Estação Retificadora na Subestação Coletora Porto Velho e Estação Inversora na Subestação Araraquara 2; que não tenham sido contempladas por ações previstas no licenciamento ambiental ou nos programas socioambientais do projeto básico ambiental para a implantação do empreendimento;^

b) O **MUNICÍPIO** tem interesse em que o Projeto Social seja desenvolvido em seu território, face à necessidade de construir o Centro de Saúde Municipal, que atenderá áreas que necessitam de apoio social, por se tratar de população de baixa renda;

c) A **IE MADEIRA** concordou em aplicar parte dos recursos de seu programa de responsabilidade na construção do Centro de Saúde Municipal, através da aplicação de recursos disponibilizados pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social; e

d) A **IE MADEIRA** declara que as ações decorrentes do presente Instrumento, sob sua responsabilidade, não correspondem a: (i) ações impostas por lei, ato administrativo ou decisão judicial, incluindo obrigações decorrentes de licenciamento ambiental e termos de ajustamento de conduta; (ii) ações exclusivamente voltadas à performance comercial e competitiva ou ao desenvolvimento direto do mercado consumidor; (iii) ações de marketing institucional, ou (iv) ações em contrapartida a quaisquer benefícios tributários fede estaduais ou municipais concedidos à empresa, bem como não serão suportados com recursos advindos de benefícios fiscais;

Acordam as partes celebrar o presente acordo pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO E VALOR

1.1- 0 presente acordo tem por finalidade formalizar a aplicação de parte dos recursos do programa de responsabilidade da **IE MADEIRA** em Projeto Social do **MUNICÍPIO,** consistente na construção do Centro de Saúde Municipal, doravante denominado apenas como “Projeto Social”.

1.2- 0 Projeto Social compreende a construção de: uma Unidade de Farmácia, uma Unidade de Centro de Reabilitação e uma Unidade de Centro de Vigilância Sanitária e Ambiental de Saúde, bem como, uma Piscina Terapêutica e Vestiários para pacientes, conforme Projeto Arquitetônico e de Implantação, Elétrico e Hidráulico do Projeto Social e Memorial Descritivo (Anexo 4).

1.3- 0 valor para as obras do Projeto Social está limitado a R$ 1.229. 347,36 (um milhão duzentos e vinte e nove mil, trezentos e quarenta e sete reais e trinta e sete centavos) e para a aquisição de veículos, limitado a R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).

1.3.1 - Caso, após a realização da cotação de preço para contratação da empreiteira responsável pela execução das obras e para a aquisição de uma ambulância e um micro ônibus, os valores encontrados sejam maiores do que aqueles o ora estabelecidos, a **IE MADEIRA** deverá buscar nova aprovação do BNDES para a execução do Projeto Social.

1.3.2 - Caso o BNDES não aprove a aplicação de recursos complementares para a execução do Projeto Social em sua integridade, as partes deverão readequar seu objeto, de modo que este possa ser executado dentro do valor disposto no item 1.3.

1.3.3 - O **MUNICÍPIO** não fará jus a eventual valor excedente e nem poderá propor a execução de atividades adicionais das ora estabelecidas, caso o valor gasto no Projeto Social seja menor do que aqueles estipulados na cláusula 1.3.

CLÁUSULA SEGUNDA - MODO DE EXECUÇÃO

2.1 - A execução do objeto deste Acordo se dará conforme os termos descritos no Plano de Trabalho (Anexo 1), Cronograma Físico-Financeiro (Anexo 2), Quadro de Usos e Fontes (Anexo 3) e Projeto Arquitetônico e de Implantação do Projeto Social e Memorial Descritivo (Anexo 4).

2.2 - Qualquer alteração dos Anexos deste Acordo somente poderá ocorrer mediante prévia e expressa anuência das partes, através de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES

3.1 - Compete à IE MADEIRA:

I - Obter a aprovação do Projeto Social perante o BNDES, em especial, se houver necessidade de readequação do Projeto Social;

II - Efetuar as compras e contratações para a realização das obras e das aquisições objeto do Projeto Social;

III - Realizar o acompanhamento, o pagamento da aquisição de veículos e da empreiteira e a fiscalização físico-financeira do Projeto Social;

IV - Indicar representante do Acordo com poderes para prestar informações e acompanhar a execução e a realização do objeto deste Instrumento; e

V - Doar ao **MUNICÍPIO** os ativos ao final da implantação, mediante termo de doação.

3.2 - Compete ao MUNICÍPIO:

I - Adequar o Projeto Arquitetônico e de Implantação, Elétrico e Hidráulico do Projeto Social e Memorial Descritivo, caso necessário;

II - Concederas licenças de construção e funcionamento das instalações;

III - Disponibilizar a infraestrutura básica para a reforma e construção, a exemplo, não- exaustivo, o acesso ao local, água, energia elétrica e rede de telefonia;

IV - Acompanhar a execução do objeto deste Instrumento durante o período de construção, indicando engenheiro com capacidade técnica e poderes para prestar informações e assinar boletins de medição;

V - Receber as instalações ao final da conclusão das obras de construção e os veículos adquiridos, dando ampla quitação à **IE MADEIRA;**

VI - Comprometer-se com a gestão e manutenção do Centro de Saúde Municipal;

VII - Não fazer uso promocional do objeto deste Acordo em favor de candidato, partido político ou coligação partidária;

VIII - Publicar o presente Instrumento na Imprensa Oficial competente para conferir publicidade a seus atos; e

IX - Responsabilizar-se por tomar todas as medidas necessárias para eliminar eventual vício oculto que seja encontrado durante o período de garantia da obra, inclusive acionando a empreiteira responsável pela execução da obra, caso necessário.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO

4.1-0 prazo de vigência deste Acordo é de 12 meses, a contar de sua assinatura, sendo: 01 mês para obtenção das licenças de obra; 02 meses para contratação e mobilização da empreiteira e 09 meses de obra.

CLÁUSULA QUINTA - DENÚNCIA E ENCERRAMENTO

5.1-0 presente Acordo encerrar-se-á de pleno direito após a completa execução do Projeto Social ou por mútuo consentimento das partes e a prévia e expressa anuência do BNDES.

5.2 - O presente contrato poderá ser denunciado nas seguintes hipóteses:

a) Caso não sejam apresentadas as licenças de obra e eventuais adequações necessárias ao projeto executivo pelo **MUNICÍPIO,** no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura deste instrumento;

b) Caso não seja disponibilizada a infraestrutura necessária pelo **MUNICÍPIO,** no prazo de 30 (trinta) dias após a emissão das licenças de obra;

c) Em caso de não aprovação do Projeto Social pelo BNDES ou suas eventuais adequações; e

d) Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça uma das partes de cumprir suas obrigações, se o impedimento perdurar mais de 90 (noventa) dias contados da comunicação do fato.

5 3 - Após o início das obras, o presente instrumento não poderá ser denunciado.

CLÁUSULA SEXTA - ANEXOS

6.1 - Os documentos abaixo relacionados, devidamente rubricados pelas partes, integram e constituem partes inseparáveis do presente Acordo, prevalecendo, em caso de contradição, as disposições deste instrumento em relação ao contido nos seus Anexos:

Anexo 1 - Plano de Trabalho

Anexo 2 - Cronograma Físico-Financeiro

Anexo 3 - Quadro de Usos e Fontes

Anexo 4 - Projeto Arquitetônico e de Implantação do Projeto Social e Memorial Descritivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - CESSÃO

7.1 - Fica vedado a qualquer das partes, sem a expressa anuência da outra parte e do BNDES, ceder, no todo ou em parte, os benefícios e encargos assumidos neste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - As comunicações entre as partes deverão ser feitas através dos responsáveis técnicos nomeados sempre de maneira formal (cartas, e-mail ou fax), sendo que a nomeação ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura deste Acordo.

8.2 - A **IE MADEIRA** poderá credenciar perante o **MUNICÍPIO,** um ou mais empregados ou prestadores de serviço, para acompanhar a execução do objeto do presente Acordo, permitindo o amplo acesso de seus representantes a todos locais, dados e informações relativos às atividades previstas neste Acordo.

8.3 - Os tributos de qualquer natureza, porventura devidos em decorrência deste Acordo incluindo aqueles sobre a contratação junto a terceiros, que sejam necessários à realização do objeto deste Acordo são de exclusiva responsabilidade do contribuinte ou responsável assim definido na legislação tributária, sem direito a reembolso.

8.4 - Fica vedada qualquer transferência financeira entre as partes, sendo que cada parte

arcará diretamente com as obrigações assumidas com seus prestadores de serviço, não existindo qualquer tipo de responsabilidade de uma parte em relação às obrigações assumidas pela outra parte em função deste Acordo.

CLÁUSULA NONA - FORO

9.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Araraquara (SP), como competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo, renunciando expressa mente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e combinados, os representantes das partes firmam, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, o presente Acordo, que segue ainda subscrito por duas testemunhas.

Araraquara (SP), 31 de outubro de 2017

Pela INTERLIGAÇÃO LÉTRICA DO MADEIRA S.A

Gersino Saragosa Guerra

Diretor Administrativo e Financeiro

Jairo Junqueira Kalife

Direitor Técnico

Pela PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU:

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito

TESTEMUNHAS

WALDIR GARCIA DE MOURA

CPF : 460.811.511-15

ADELINO DA COSTA TEVES JUNIOR

CPF: 011.483.528-48

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 050/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: PRISMA ENGENHARIA ARQUITETURA E SANEAMENTO LTDA – ME

Objeto: Prorrogação de vigência e execução da obra

VIGÊNCIA: 240 (duzentos e quarenta) dias

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO:

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2018

TIPO: PRESENCIAL

JULGAMENTO: MENOR VALOR POR EMPREITADA GLOBAL

O Coordenador de Licitações da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 131/2018, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Tomada de Preços nº. 004/2018, cuja abertura ocorreu as 09h00 Local, do dia 18.07.2018, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **Contratação de Empresa da Área de Engenharia para Execução de Obra de Reforma do Hospital Municipal de Juara/MT, localizada na Rua João Pessoa n.600-N- Centro, com recursos do Fundo Estadual de Saúde**, mediante o regime empreitada por preço global, conforme especificações constantes no Projeto Básico, sagrou-se **DESERTA.**

Juara –MT, 18 de julho de 2018.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIAS 07

PORTARIA N.º 353/2018.

"Dispõe sobre a nomeação da Comissão de Inventário Físico e Financeiro da carga Patrimonial do PREV-JUARA - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Juara - MT e, dá outras providências."

CARLOS AMADEU SIRENA, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 11.362 de 28 de junho de 2018;

Considerando a necessidade da instituição de comissão para zelar pelos bens patrimoniais do **PREV-JUARA;**

Considerando a inexistência de pessoal lotado na unidade administrativa do **PREV-JUARA;**

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear membros da Comissão de Administração de Bens Patrimoniais, com atribuições para fazerem o levantamento de todos os bens da **PREV-JUARA**, sua avaliação e se necessário declara- los inservíveis.

▪ **Presidente:** Alexandra Rosa Silva – CPF nº: 818.932.301-63

▪ **Membro:** Sandra Almeida Torsi Galvão – CPF nº: 667.373.201-63

▪ **Membro:** Janaina Amorim Duraes – CPF nº: 032.695.941-60

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando em especial a Portaria GP nº 116/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 03 de julho de 2018.

MARCIA REGINA FERNANDES ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretaria Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

PORTARIA GP N° 354/2018.

"Nomeia servidora responsável pelo envio, em meio magnético, das informações do APLIC ao TCE, do Fundo Municipal de Previdência Social de Juara – PREV-JUARA e, dá outras providencias.

CARLOS AMADEU SIRENA, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 11.362 de 28 de junho de 2018;

CONSIDERANDO a necessidade de cumprimento das determinações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1o - Designar a servidora Srª. **JANAINA AMORIM DURAES**, portadora do CPF sob o nº 032.695.941-60 e do RG sob o nº 21233489 SSP/MT, concursada no cargo de **Agente Administrativo,** matrícula n.° 7294, como responsável, no Município de Juara-MT, pelo envio das informações do **APLIC** ao TCE por meio magnético do Fundo Municipal de Previdência Social de Juara-MT

Art. 2°. Caberá aos órgãos competentes do município, a providência pertinente, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quanto aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se em especial a Portaria GP nº 107/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 03 de julho de 2018.

MARCIA REGINA FERNANDES ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretaria Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

PORTARIA GP Nª 356/2018.

DISPOE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA GP Nº 284/2017 QUE DESIGNOU O SERVIDOR FRANCISCO DE ASSIS DOMINGUES NO CARGO DE DIRETOR TECNICO.

CARLOS AMADEU SIRENA, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 11.717 de 04 de julho de 2018, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria GP nº 284/2017 que designou o servidor Sr. **FRANCISCO DE ASSIS DOMINGUES**, brasileiro, maior, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador da CI RG nº 8.748.710 -SSP/SP e do CPF nº 041.221.538-16, **MÉDICO**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde/Departamento Ambulatorial para exercer o cargo de confiança provido em comissão de **DIRETOR TECNICO,** junto a Secretaria Municipal de Saúde/Departamento Hospitalar, retornando o mesmo ao cargo de origem **MÉDICO**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde/Departamento Técnico Ambulatorial a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 03 de julho de 2018.

MARCIA REGINA FERNANDES ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretaria Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

PORTARIA GP/Nº 371/2018.

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Educação para o período de 2018/ 2019.

CARLOS AMADEU SIRENA, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 11.924 de 06 de julho de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Membros que compõe o Conselho Municipal de Educação para o período de 26/04/2018 a 31/12/2019.

Diretoria:

Presidente: Ana Paula Pereira da Silva – CPF: 909.420.941-15

Secretaria Executiva: Elaine Cristina M. Novacowski- CPF:951.977.291-04

Vice-Secretário: Vanderlei Carvalho dos Santos – CPF: 571 490 891-00

Representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular: Elaine Cristina Mateus Novacowski– CPF: 951.977.291-04

Suplente: Isabel Aparecida Gomes Franco - CPF: 580.994.681-04

Representantes do Magistério Público no âmbito do Município

Titular: Reginaldo Jose dos Santos - CPF: 531.696.204-44

Representantes de pais de alunos da Rede Pública Municipal de Ensino

Titular: Cristiane Rodrigues dos Santos – CPF: 023.470.621-07

Suplente: Tânia Fernandes– CPF: 724.019.231-87

Representantes dos profissionais Técnicos Administrativos Educacionais (Técnicos, TDIs e Apoio) da Educação.

Titular: Cristiane de Paula Santos- CPF: 949.505.801-59

Suplente: Luciene Aparecida Souza – CPF: 948.768.191-49

Representantes de Instituições Religiosas

Titular: Ailton Alves da Paixão – CPF: 672.969.121-20

Suplente: Nereu Pereira da Costa CPF:627.462.781-20

Representantes do Ensino superior

Titular: Oséias Carmo Neves – CPF: 102.172.518-89

Suplente: Geralda Aparecida da Silva Pereira – CPF: 489.065.061-04

Representantes da Assessoria Pedagógica

Titular: Vanderlei Carvalho dos Santos – CPF: 571 490 891-00

Suplente: Gilson da Silva Metka – CPF: 988.145.759.91

Representantes do CEFAPRO

Titular: Ana Paula Pereira da Silva – CPF: 909.420.941-15

Suplente: Cervan Gomes Ferreira- CPF: 460.604.131-53

Representantes dos Povos Indígenas

Titular: Cesarina Krey Leite Tukumã- CPF: 948.565.591-68

Suplente: Josimo Morimã - CPF: 063.898.061-59

Representantes dos Profissionais da Educação Privada

Titular: William Teixeira de Oliveira, CPF 006 183 842 00,

Suplente: Gislaine do Nascimento, CPF 895.642.191-91.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrário e a Portaria GP/Nº074/2018 do dia 16 de fevereiro de 2018, publicada no Jornal oficial eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso do dia 14 de março de 2018, Edição 2.936.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 06 de julho de 2018.

MARCIA REGINA FERNANDES ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretaria Mun. Administração Prefeito do Município Interino

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

PORTARIA GP/Nº 377/2018.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO SERVIDOR ANTONIO JOSE SANTANA NETO NO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CARLOS AMADEU SIRENA, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere.

Considerando, o Processo SAD nº 12.073 de 10 de julho de 2018, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor**ANTONIO JOSE SANTANA NETO,** brasileiro, maior, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador da CI RG nº 1434694-0 SSP/MT e do CPF nº 000.724.791-59, **Fiscal Sanitário e Ambiental**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde/Departamento de Gestão Administrativa/Divisão de Saúde Coletiva/Setor de Vigilância Sanitária, para exercer o cargo de confiança provido em comissão de **Secretário Municipal de Saúde,** junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta despesa correrá por conta da seguinte dotação Orçamentária:

09	- Secretaria Municipal de Saúde
2024	- Manutenção e Encargos c/ Secretaria Municipal de Saúde
31.90.11.00	- Vencimentos e Vantagens Fixas- Pessoal Civil

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se em especial a **Portaria GP nº231/2018**.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 10 de julho de 2018.

MARCIA REGINA FERNANDES ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretaria Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

PORTARIA GP/Nº 378/2018.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DA SERVIDORA ALEXANDRA ROSA SILVA PARA EXERCER O CARGO

DE COORDENADOR.

CARLOS AMADEU SIRENA, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 12.075 de 10 de julho de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **ALEXANDRA ROSA SILVA,** brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº. 1096382-0 -SJ/MT e do CPF nº 818.932.301-63, **AGENTE ADMINISTRATIVO II EXTINÇÃO**, lotada na Secretaria Municipal de Finanças/Divisão de Cadastro e Tributação para exercer o cargo de confiança provido em comissão de **Coordenadora da Divisão de Compras,** junto a Secretaria Municipal de Administração/Divisão de Compras, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta despesa correrá por conta da seguinte dotação Orçamentária:

07	- Secretaria Municipal de Administração
07.04	- Divisão de Compras
2020	- Manut. e Encargos Secretaria de Administração
31.90.11.00	- Vencimentos e Vantagens Fixas- Pessoal Civil

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 10 de julho de 2018.

MARCIA REGINA FERNANDES ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretaria Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Portaria n° 381/2018

Nomeia Fiscal do Contrato referente a Execução de 100 km de estradas não pavimentadas.

CARLOS AMADEU SIRENA, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando o que dispõe a Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

Considerando o Contrato nº 237/2017.

Considerando, o Processo SAD nº 12.099 de 11 de julho de 2018;

Resolve:

Art. 1º Nomear o servidor efetivo **MERITAWARA NIBETAD BAGANHA**, portador do RG nº 835589 SSP/MT e do CPF nº 837.494.461-72, no cargo de Técnico Nível Superior/Arquiteto, residente e domiciliado nesta Cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, para exercer a função de Fiscal do Contrato da obra nº 237/2017, referente a Tomada de Preço nº 004/2017, tendo como objeto a **Execução de 100 Km de estradas não pavimentadas, sendo 49.00 Km na MT-338 e 51.00 Km na MT-417, no Município de Juara.**

Art. 2º Caberá a Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria.

Art. 3º O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando em especial a **Portaria GP nº 298/2018.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 11 de julho de 2018.

MARCIA REGINA FERNANDES ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretaria Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

PORTARIA GP/Nº 382/2018.

Dispõe sobre a revogação da Portaria GP nº 260/2016 que nomeou **Comissão Permanente de Avaliação Probatória e Desempenho** do Município de Juara.

CARLOS AMADEU SIRENA, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, a Lei Complementar nº165/2018 que aprovou critérios para avaliação de desempenho.

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria GP nº 260/2016 que nomeou os membros titulares e suplentes para constituir a **Comissão Permanente de Avaliação Probatória e Desempenho** de todos os servidores do quadro do Executivo Municipal, nos termos das Leis vigentes.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 12 de julho de 2018.

MARCIA REGINA FERNANDES ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretaria Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

PORTARIA GP/Nº 383/2018.

Nomeia **Comissão Permanente de Avaliação e Desempenho** do quadro geral do Município de Juara.

CARLOS AMADEU SIRENA, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o que dispõe o Art. 41 da Constituição Federal 1.988, alterado pela Emenda Constitucional 19/1.998 especialmente no § 4º do referido Artigo; Considerando a Lei Complementar nº165/2018 que em seu Art. 1º revoga parágrafo único e acrescenta os incisos I a IV no Art. Iº da Lei 145/2016.

Considerando, a Lei Complementar nº165/2018 que em seu Art. 3º, §§ 2º e 6º, do Art. 4º da Lei Complementar Municipal nº 145/2016 e Lei Complementar nº 165, de 20/06/2018.

Considerando, o Processo SAD nº 12.002 de 10 de julho de 2018, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros titulares e suplentes para constituir a **Comissão Permanente de Avaliação e Desempenho** de todos os servidores do

Quadro Geral do Executivo Municipal, nos termos das Leis vigentes, conforme abaixo relacionados:

1) Leandro Nepomuceno Filho- Presidente

2) Neiva Cristiane Tardivo – Membro Titular

3) Eurico Bento– Membro Titular

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 13 de julho de 2018.

MARCIA REGINA FERNANDES ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretaria Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-s

PORTARIA GP/Nº 384/2018.

Nomeia **Comissão Permanente de Avaliação e Desempenho** da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Juara.

CARLOS AMADEU SIRENA, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o que dispõe o Art. 41 da Constituição Federal 1.988, alterado pela Emenda Constitucional 19/1.998 especialmente no § 4º do referido Artigo; Considerando a Lei Complementar nº165/2018 que em seu Art. 1º revoga parágrafo único e acrescenta os incisos I a IV no Art. Iº da Lei 145/2016.

Considerando, a Lei Complementar nº165/2018 que em seu Art. 3º, §§ 2º e 6º, do Art. 4º da Lei Complementar Municipal nº 145/2016 e Lei Complementar nº 165, de 20/06/2018.

Considerando, o Processo SAD nº 12.288 de 13 de julho de 2018, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros titulares e suplentes para constituir a **Comissão Permanente de Avaliação e Desempenho** de todos os servidores da Secretaria Municipal de Saúde do Executivo Municipal, nos termos das Leis vigentes, conforme abaixo relacionados:

1) Ana Teresinha Cypel- Presidente

2) Angélica Christina Lelis Pineo Almeida– Membro Titular

3) Claudemir Volpato– Membro Titular

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 13 de julho de 2018.

MARCIA REGINA FERNANDES ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretaria Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

PORTARIA GP/Nº 385/2018.

Nomeia **Comissão Permanente de Avaliação e Desempenho** da Secretaria Municipal de Educação do Município de Juara.

CARLOS AMADEU SIRENA, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o que dispõe o Art. 41 da Constituição Federal 1.988, alterado pela Emenda Constitucional 19/1.998 especialmente no § 4º do referido Artigo; Considerando a Lei Complementar nº165/2018 que em seu Art. 1º revoga parágrafo único e acrescenta os incisos I a IV no Art. Iº da Lei 145/2016.

Considerando, a Lei Complementar nº165/2018 que em seu Art. 3º, §§ 2º e 6º, do Art. 4º da Lei Complementar Municipal nº 145/2016 e Lei Complementar nº 165, de 20/06/2018.

Considerando, o Processo SAD nº 12.288 de 13 de julho de 2018, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros titulares e suplentes para constituir a **Comissão Permanente de Avaliação e Desempenho** de todos os servidores da Secretaria Municipal de Educação do Executivo Municipal, nos termos das Leis vigentes, conforme abaixo relacionados:

1) Lenir Maria Castanho- Presidente

2) Joana Cardozo Migliavacca – Membro Titular

3) Fortunata Bomfim de Conto– Membro Titular

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 13 de julho de 2018.

MARCIA REGINA FERNANDES ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretaria Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Portaria n° 390/2018.

Nomeia Fiscal Responsável para Acompanhamento e Fiscalização da execução de 100 km de Estradas não Pavimentadas.

CARLOS AMADEU SIRENA, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando o art. 67 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

Considerando, o Processo SAD nº 12.480 de 17 de julho de 2018, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

Resolve:

Art. 1º Nomear o Engenheiro **Lucas Cavichioli Alves**, brasileiro, maior, funcionário público, portador do RG n° 1909646-1 SSP/MT, CPF n° 024. 968.371-78 e CREA n° 025098, residente e domiciliado nesta Cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, para exercer a função de Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da **Execução da Obra de 100 Km de estradas não pavimentadas, sendo 49.00 Km na MT-338 e 51. 00 Km na MT-417, no Município de Juara**, conforme Tomada de Preço nº 004/2017. Art. 2º Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo Sistema GEOBRAS.

Art. 3º O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando em especial a **Portaria GP nº 279/2018.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 17 de julho de 2018.

MARCIA REGINA FERNANDES ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretaria Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONVITE 008/2018

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

"EU, Edvaldo Alves dos Santos – Prefeito do Município de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, FAÇO SABER que nesta data fica "HOMOLOGADO" o presente processo de Licitação na modalidade Convite nº 008/2018 em favor da Empresa **NS CONSTRUTORA LTDA-ME, CNPJ: 14.039.081/0001-48 localizada Na Rua Portugal, N 2665, Bairro Jardim Paulista, CEP 78.237-000 ,Cidade De Curvelandia –MT,** que apresentou a proposta de **R$ 369.102,70 (trezentos e sessenta e nove mil cento e dois reais e setenta centavos) (CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS EXCLUSIVAMENTE AO TRECHO: SARIZAL AO NOVO SÃO JOSÉ E PINGADOR DO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE-MT).**

LAMBARI D'OESTE - MT, 19 de julho de 2018.

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

- Prefeito –

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DO CONVITE Nº 008/2018

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DO CONVITE Nº 008/2018

A Prefeitura Municipal De Lambari D´Oeste – MT, em 13 de julho de 2018, através da comissão permanente de licitação (CPL), desta prefeitura municipal, torna público para conhecimento os interessados, que a licitação "CONVITE" nº 008/2018 tendo como objeto a "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS EXCLUSIVAMENTE AO TRECHO: SARIZAL AO NOVO SÃO JOSÉ E PINGADOR DO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE-MT."** conforme anexo do edital sagrou vencedora a empresa: **NS CONSTRUTORA LTDA-ME, CNPJ: 14.039.081/0001-48 localizada Na Rua Portugal, N 2665, Bairro Jardim Paulista, Cidade De Curvelandia –MT,** que apresentou a proposta de **R$ 369.102,70 (trezentos e sessenta e nove mil cento e dois reais e setenta centavos)** Fica aberto prazo de 02 dias uteis para manifesto de recurso dos interessados que participaram do julgamento desta licitação.

Lambari D´Oeste –MT 13 De julho de 2018.

_____

Edimar Aparecido Dos Santos

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
EDITAL

EDITAL DE MANDADO DE CITAÇÃO.

Ao

Sr. **GEMERSON LEITE DA COSTA FARIA**.

Rua: Armando Marques Marchezan nº 514, Bairro Parque Morumbi, Mirassol D'Oeste – MT.

Inquérito Administrativo nº 002/2018.

O Presidente da Comissão de Inquérito Administrativo Disciplinar, designada pelo Prefeito Municipal por meio da Portaria nº 330/2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios Ano: XIII, n.º 3.016, dia 09/07/2018, pág. 485, com atribuições previstas no Título V, Capitulo III da Lei Complementar n.º 157/2016 e, no que couber, subsidiariamente, o art. 148 e ss. da Lei Federal n.º 8.112/90, **CITA** Vossa Senhoria, Sr. **GEMERSON LEITE DA COSTA FARIA**, que foi instituída Comissão de Processo Disciplinar para apurar possíveis irregularidades praticadas, pelo servidor que figura como acusado, ficando nesta condição **CITADO**, para acompanhar, querendo, toda a instrução do processo, podendo se fazer assistir por advogado legalmente constituído, bem como dentro do prazo de 15 (Quinze) dias, contados da publicação deste, apresentar rol de testemunhas, até o máximo de 8 (oito), e ainda requerer as provas de seu interesse.

Desde já, fica Vossa Senhoria cientificada da obrigatoriedade de comunicar a esta Comissão, o local onde poderá ser encontrada em caso de mudança de residência, definitiva ou temporária, bem como os afastamentos em objeto de serviço.

Esta Comissão encontra-se instalada na sala 12 (Coord. De Frotas/Planejamento) onde os autos do processo encontram-se à disposição de Vossa Senhoria para vistas, das 07:00 horas às 13:00 horas.

Mirassol D'Oeste - MT, 18 de julho de 2018.

Masterson Felipe da Silva.

Presidente da Comissão.

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
PORTARIA

PORTARIA Nº. 046 DE 01 DE AGOSTO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT.

A VEREADORA MARLI ANDROMEDE FERREIRA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, Usando de suas legais atribuições, consoante as normas gerais da Lei Complementar nº 157/2016, Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, expede a seguinte Portaria, RESOLVENDO:

R E S O L V E :

ARTIGO 1º. – Conceder FÉRIAS a Servidora MARIA DA SILVA, Servidora Pública Municipal, no Cargo de Auxiliar Parlamentar Administrativo, devidamente lotada no Quadro Funcional da Câmara Municipal, conforme abaixo descrito:

• Conceder os benefícios constantes do Artigo 61 da Lei Complementar nº 157/2016, "FÉRIAS ANUAIS de 30 (trinta dias)" referente ao período de 2016/2017, sendo 20 (vinte) dias, para serem gozadas no período de 02 a 21 de Agosto de 2018.

• Conceder com base no § 2º do Artigo 62 da Lei Complementar nº 157/2016, a conversão de 1/3 (um terço), ou seja 10 (dez) dias do período das férias referente ao período acima descrito em abono pecuniário.

ARTIGO 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

GABINETE DA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EDIFÍCIO LEOCÍDIO PEREIRA BENEVIDES, EM 01 (PRIMEIRO) DE AGOSTO DE 2018 (DOIS MIL E DEZOITO).

MARLI ANDROMEDE FERREIRA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
PORTARIA

PORTARIA Nº. 047 DE 19 DE JULHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT.

A VEREADORA MARLI ANDROMEDE FERREIRA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, Usando de suas legais atribuições, consoante as normas gerais da Lei Complementar nº 157/2016, Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, expede a seguinte Portaria, RESOLVENDO:

R E S O L V E :

ARTIGO 1º. – Conceder FÉRIAS ao JOLDEMAR AGUEIRO, funcionário Público Municipal, lotado no Departamento Administrativo da Secretaria da Câmara Municipal no Cargo de Assistente Legislativo, conforme abaixo descrito:

• Conceder os benefícios constantes do Artigo 61 da Lei Complementar nº 157/2016, "FÉRIAS ANUAIS de 30 (trinta dias)" referente ao período de 2016/2017, sendo 20 (vinte) dias, para serem gozadas no período de 02 de Julho a 21 de Julho de 2018.

• Conceder com base no § 2º do Artigo 62 da Lei Complementar nº 157/2016, a conversão de 1/3 (um terço), ou seja 10 (dez) dias do período das férias referente ao período acima descrito em abono pecuniário.

ARTIGO 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

GABINETE DA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EDIFÍCIO LEOCÍDIO PEREIRA BENEVIDES, EM 19 (DEZENOVE) DE JULHO DE 2018 (DOIS MIL E DEZOITO).

MARLI ANDROMEDE FERREIRA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
PORTARIA

PORTARIA Nº. 045 DE 19 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT.

A VEREADORA MARLI ANDROMEDE FERREIRA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, Usando de suas legais atribuições, consoante as normas gerais da Lei Complementar nº 157/2016, Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, expede a seguinte Portaria, RESOLVENDO:

R E S O L V E :

ARTIGO 1º. – Conceder FÉRIAS, ao Servidor LUIZ EMILIO TOLON, lotado no departamento da Secretaria da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste-MT, no Cargo de Assistente Legislativo, conforme abaixo descrito:

• Conceder os benefícios constantes do Artigo 61 da Lei Complementar nº 157/2016, "FÉRIAS ANUAIS de 30 (trinta dias)" referente ao período de 2017/2018, sendo 20 (vinte) dias, para serem gozadas no período de 20 de Julho a 08 de Agosto de 2018.

• Conceder com base no § 2º do Artigo 62 da Lei Complementar nº 157/2016, a conversão de 1/3 (um terço), ou seja, 10 (dez) dias do período das férias referente ao período acima descrito em abono pecuniário.

ARTIGO 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

GABINETE DA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EDIFÍCIO LEOCÍDIO PEREIRA BENEVIDES, EM 19 (DEZENOVE) DE JULHO DE 2018 (DOIS MIL E DEZOITO).

MARLI ANDROMEDE FERREIRA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
PORTARIA

PORTARIA Nº. 044 DE 19 DE JULHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT.

A VEREADORA MARLI ANDROMEDE FERREIRA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, Usando de suas legais atribuições, consoante as normas gerais da Lei Complementar nº 157/2016, Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, expede a seguinte Portaria, RESOLVENDO:

R E S O L V E :

ARTIGO 1º. – Conceder FÉRIAS, ao Servidor RINALDO VALENCIANO, brasileiro, maior, funcionário Público Municipal, ocupando o Cargo de Técnico Operacional Contábil e Financeiro, devidamente lotado no Quadro Funcional da Câmara Municipal, conforme abaixo descrito:

• Conceder os benefícios constantes do Artigo 61 da Lei Complementar nº 157/2016, "FÉRIAS ANUAIS de 30 (trinta dias)" referente ao período de 2016/2017, sendo 20 (vinte) dias, para serem gozadas no período de 20 de Julho a 08 de Agosto de 2018.

• Conceder com base no § 2º do Artigo 62 da Lei Complementar nº 157/2016, a conversão de 1/3 (um terço), ou seja 10 (dez) dias do período das férias referente ao período acima descrito em abono pecuniário.

ARTIGO 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

GABINETE DA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EDIFÍCIO LEOCÍDIO PEREIRA BENEVIDES, EM 19 (DEZENOVE) DE JULHO DE 2018 (DOIS MIL E DEZOITO).

MARLI ANDROMEDE FERREIRA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL Nº 066/2018

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 02/2017 CONFORME DECRETOS DE HOMOLOGAÇÃO Nº 3158/2017 DE 12/04/2017

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca,** osaprovados no Processo Seletivo Simplificado Edital 02/2017.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deveram comparecerem à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na sede provisória da Prefeitura Municipal, sito a Avenida Tancredo Neves, 5359 o mais urgente possível, ou em até 02 (dois) dias úteis da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho.

Considerando a urgência da contratação, os Candidatos ora convocados que apresentaram no ato da inscrição telefone foram previamente informados da convocação, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste-

MT convocar o (s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 18 de julho de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

PROFESSOR ÁREA DE PEDAGOGIA	
NOME	CLASSIFICAÇÃO
FERNANDA MOREIRA SALES	190º LUGAR

Mirassol D'Oeste, 18 de julho de 2018

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

GESTÃO DE PESSOAS
TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO Nº 151/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e ***MIGUEL RAMOS*****,** com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC n. 157/2016, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1397 de 21 de dezembro de 2016.

Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO**, portador do RG 579262 SSP/MT e CPF 415.991.521-34, a seguir denominado **CONTRATANTE** e o Sr**.** ***MIGUEL RAMOS*****,** brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Mirassol D'Oeste - MT, portador do RG 249985 SSP/MS e CPF 312.767.331-00, denominado contratado, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 151/2018, contratado para o cargo de **PROFESSOR DA AREA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR*,*** considerando a necessidade da continuidade da Prestação de Serviços, em substituição a servidora Rosilene Menandes da Silva, que se encontra designada para função de Supervisora Pedagógica da Unemat, de acordo com o convenio, conforme condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 19 de fevereiro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até ***21/12/2018*** o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 151/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 13 de julho de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO CLEIDE MARIA DA SILVA BATISTA

Prefeito Municipal Sec. de Educação, Esporte, Lazer e Cultura

MIGUEL RAMOS

Contratado

Testemunhas:

_____

_____

ALCILENA C. QUEIROZ BOTELHO RODRIGO DONIZETE TERRADAS

RG: 375911 SSP/MT RG: 1982516-1 SSP/MT

CPF 303.820.681-49 CPF: 024.713.901-70

GESTÃO DE PESSOAS
TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO Nº 165/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e ***MARCIA SILVANA BONAFE*****,** com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC n. 157/2016, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1397 de 21 de dezembro de 2016.

Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO**, portador do RG 579262 SSP/MT e CPF 415.991.521-34, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra. ***MARCIA SILVANA BONAFE*****,** brasileira, solteira, residente e domiciliada no município de São José dos Quatro Marcos - MT, portadora do RG 1334460-9 SSP/MT e CPF 992.627.701-20, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 165/2018, contratada para o cargo de **PROFESSOR DA AREA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR*,*** considerando a necessidade da continuidade da Prestação de Serviços, em substituição a servidora Raquel de Castro Greve, em gozo de licença prêmio conforme portaria nº 325/2018, conforme condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 19 de fevereiro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até ***20/12/2018*** o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 165/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 13 de julho de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO CLEIDE MARIA DA SILVA BATISTA

Prefeita Municipal Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura

MARCIA SILVANA BONAFE

Contratada

Testemunhas:

_____ _____

Alcilena C. Queiroz Botelho RODRIGO DONIZETE TERRADAS

RG: 375911 SSP/MT RG: 1982516-1 SSP/MT

CPF 303.820.681-49 CPF: 024.713.901-70

GESTÃO DE PESSOAS
TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO Nº 165/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e ***MARCIA SILVANA BONAFE*****,** com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC n. 157/2016, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1397 de 21 de dezembro de 2016.

Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO**, portador do RG 579262 SSP/MT e CPF 415.991.521-34, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra. ***MARCIA SILVANA BONAFE*****,** brasileira, solteira, residente e domiciliada no município de São José dos Quatro Marcos - MT, portadora do RG 1334460-9 SSP/MT e CPF 992.627.701-20, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 165/2018, contratada para o cargo de **PROFESSOR DA AREA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR,** considerando a necessidade da continuidade da Prestação de Serviços, em substituição a servidora Raquel de Castro Greve, em gozo de licença prêmio conforme portaria nº 325/2018, conforme condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 19 de fevereiro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até ***20/12/2018*** o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 165/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 13 de julho de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO CLEIDE MARIA DA SILVA BATISTA

Prefeita Municipal Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura

MARCIA SILVANA BONAFE

Contratada

Testemunhas:

_____ _____

Alcilena C. Queiroz Botelho RODRIGO DONIZETE TERRADAS

RG: 375911 SSP/MT RG: 1982516-1 SSP/MT

CPF 303.820.681-49 CPF: 024.713.901-70

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO – TOMADA DE PREÇOS Nº 0004/2018

AVISO DE RESULTADO – TOMADA DE PREÇOS Nº 0004/2018

A Presidente de licitação juntamente com os membros do MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA-MT, no exercício das atribuições que lhe confere as Portarias Nº 238/2018, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação Modalidade Tomada de Preços nº 004/2018, Referente **seleção de empresa do ramo de Engenharia Civil, para "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTARSERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE FINALIZAÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD COM CAPA SOLANTE E DRENAGEM EM ÁGUAS DESTINADA AS RUAS NOSSA SENHORA SANTANA, DERALDO MARQUES E JOSÉ LUCIO DE OLIVEIR, COM TOTAL DE 4.011,50 M²"** sagrou-se vencedora a empresa em seu respectivo valor:

PERSAN PERFURACAO SONDAGENS E SANEAMENTO EIRELI EPP, no valor de R$: 83.945,6500 (oitenta e três mil, novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos.)

Nortelândia-MT, 18 de julho de 2018.

EDNA ALVES DA SILVA

Presidente

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2018

AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2018

A Pregoeira Oficial juntamente com a equipe de apoio do MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA-MT, no exercício das atribuições que lhes conferem as Portarias Nº 248/2018, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação Modalidade Pregão Presencial nº 023/2018 – PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, com critério de julgamento de Menor Preço Por item, destinado à **REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE PARA 12 (DOZE) MESES PARA FUTURA E EVENTUAL** REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS E INSUMOS DE PSF PARA ATENDER AOS USUÁRIOS DO SUS NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (ANEXO I), restou vencedores as seguintes empresas:

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA inscrita no CNPJ – 05.443.348/0001-77no valor de R$ 43.610,6000 (quarenta e três mil, seiscentos e dez reais e sessenta centavos)

MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA inscrita no CNPJ 03.233.805/0001-73 no valor de R$ **67.660,1600** (sessenta e sete mil, seiscentos e sessenta reais e dezesseis centavos)

K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELLI EPP inscrita no CNPJ 21.971.041/0001-03 no valor de R$ 6.000,0000 (seis mil reais)

Nortelândia-MT, 18 de julho de 2018.

BRUNA BEATO DE MICHELI

Pregoeira Oficial do Município de Nortelândia-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 024/2017

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 024/2017

Fica rescindido a partir de 18 de julho de 2018, o Contrato Temporário nº 024/2017,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento** e **o Sr. Edinei Stetiski**

- Psicologo, ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves - Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 18 de Julho de 2018

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº. 001/2018-CME/LTOMT

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº. 001/2018-CME/LTOMT

Fixa normas para a oferta da Educação Básica no Sistema Municipal de Educação de NS.Livramento - Mato Grosso.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MATO GROSSO, no uso de suas atribuições, em cumprimento às disposições contidas nos Incisos e Parágrafos do Art. 208 e Incisos do Art. 209, da Constituição Federal, e na Lei Nº 9394/96-LDB, com fundamento no Art. 33, da Lei Complementar Estadual Nº 49/98, de 01 de outubro de 1998, com alterações trazidas pela Lei Complementar Estadual Nº 77, de 13 de dezembro de 2000 e pela Lei Complementar Estadual Nº 209, de 12 de janeiro de 2005, e considerando a necessidade de rever e consolidar normas para o Sistema Municipal de Ensino, referentes a criação e credenciamento de estabelecimento de ensino, e a autorização de cursos a serem ofertados,sob o Registro da Ata Nº 004/2018/CME.

RESOLVE:

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - O funcionamento de Unidade Escolar na Educação Básica dependerá da criação, credenciamento da unidade e autorização de cursos a serem ofertados, conforme o disposto nesta Resolução.

Art. 2º - O credenciamento da Unidade Escolar, de caráter único e permanente, assegura a sua inserção no Sistema Municipal de Ensino, possibilitando ao dirigente solicitar a autorização e ou renovação de autorização de cursos da Educação Básica a serem ofertados.

Art. 3º - Autorização, e a Renovação de Autorização, é o ato formal do Conselho Municipal de Educação de Nossa Senhora do Livramento - Mato Grosso, de caráter temporário, que permite a Entidade Educacional pública ou privada ofertar a Educação Básica.

Art. 4º - Para atender especificamente as diversidades étnico-culturais do Estado, do Município, de uma localidade ou de uma região**,** poderão ser dispensadas ou adiadas exigências contidas nesta Resolução.

CAPITULO II

Da Criação de Unidade Escolar Pública e Privada

Art. 5º - A criação de unidade escolar pública dar-se-á por ato do Poder Executivo Municipal, mediante processo encaminhado pela respectiva Secretaria de Educação.

§ 1º - O processo de criação de que trata o caput deverá ser instruído com a seguinte documentação:

requerimento do representante da Secretaria Municipal de Educação ao Poder Executivo Municipal; justificativa fundamentada da solicitação; indicação das etapas e/ou modalidades de ensino que pretende ofertar; previsão de início, número de alunos, turmas e turnos de funcionamento, recursos humanos habilitados e disponíveis; forma de implantação: imediata ou gradativa; cópia da ata da reunião onde a comunidade escolar escolheu a denominação da Unidade com biografia, quando se tratar de Patrono, ou com o histórico da denominação escolhida; informar ainda:

a. previsão de instalação;

b. equipamentos e materiais pedagógicos adequados à etapa e/ou modalidades de ensino pretendidas;

c. endereço completo;

d. número de dependências e a que se destinam;

e. capacidade de atendimento;

f. área construída;

g. área livre;

h. quadra de esportes;

i. se a unidade escolar está devidamente adaptada para atender as exigências de acessibilidade.

e também anexar: cópia da planta baixa; cópia do contrato de locação, do termo de comodato, doação ou outro que comprove a situação do prédio.

§ 2º - Fica a respectiva Secretaria de Educação incumbida de encaminhar ao Conselho Municipal de Educação-CME/LTO/MT o ato de criação, para a devida inserção no sistema.

Art. 6º - Em cumprimento de dever inerente ao Poder Público, a unidade escolar municipal poderá iniciar as atividades imediatamente após a publicação do ato de sua criação, devendo o pedido de credenciamento da escola e o pedido de autorização de cursos, serem encaminhados ao Conselho Municipal de Educação/CME/LTO/MT, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 7º - A criação de unidade escolar privada comprovar-se-á mediante apresentação dos seguintes documentos:

constitutivos da entidade, no caso de: empresa – Ata de sua constituição devidamente registrada na Junta Comercial do Estado, acompanhada das alterações posteriores, se houver; organização societária – copia registrada de seu estatuto social vigente, ata de eleição e posse da atual diretoria; por outras formas – cópia de documentação comprobatória de sua existência legal. inscrição da instituição mantenedora no CNPJ; alvará de funcionamento, ou seu equivalente, emitido por órgão próprio do município, cuja finalidade seja o funcionamento de atividades educacionais, relacionadas aos níveis e modalidades pretendidas.

CAPITULO III

Do Credenciamento

Art. 8º - A solicitação de credenciamento da unidade escolar de ensino público ou privado será formalizada ao Conselho Municipal de Educação, atendendo aos seguintes requisitos:

§ 1º - Em se tratando de unidade escolar pública, o processo deve ser instruído contendo:

requerimento do diretor da unidade escolar para o fim específico de credenciamento; documentos e informações referentes a criação da unidade, conforme consta do Art. 6º desta Resolução; relação do mobiliário, equipamentos em geral e de laboratórios disponibilizados para as atividades pedagógicas; indicação do acervo bibliográfico em números de volumes de livros e periódicos disponíveis na Biblioteca; documentos referentes a estrutura física: planta de localização da edificação no terreno, com indicação da área livre e coberta e os afastamentos vizinhos, firmado por profissional habilitado; planta baixa do edifício, devidamente assinada por profissional habilitado, contendo indicação: do pé-direito; da abertura para iluminação e ventilação; da localização das salas de aula; da biblioteca; da sala de professores; das salas para administração; dos sanitários; e da área coberta destinada para recreação, prática desportiva e abrigo, ajustada ao projeto pedagógico da escola e à população escolar. laudo técnico expedido pelo órgão de vigilância sanitária ou por um engenheiro sanitarista com referência a:

a. condições de salubridade e higiene da área escolar;

b. condições dos reservatórios e qualidade da água;

c. destinação de lixo;

d. sistema de esgoto ou fossa séptica; e

e. outros julgados necessários.

VII. laudo técnico expedido pelo setor municipal de urbanismo ou equivalente do poder público ou ainda de um engenheiro civil habilitado, com referência a:

a. localização física da unidade escolar;

b. condições das instalações das redes elétrica e hidráulica;

c. condições de segurança quanto ao acesso e a circulação nas áreas internas e externas;

d. condições das instalações sanitárias, nos aspectos qualitativos e quantitativos apropriados;

e. espaço de lazer, recreação e educação física adequados aos turnos de funcionamento das etapas e/ou modalidades ofertadas;

f. existência de dispositivos adequados de prevenção contra sinistros;

g. adequação das barreiras arquitetônicas a fim de garantir acessibilidade, tais como: rampas de acesso, colocação de barras de apoio, banheiros adaptados e alargamento de portas.

§ 2º - Em se tratando de unidade escolar privada, o processo deverá ser instruído contendo:

I. da mantenedora e seus dirigentes:

requerimento dos responsáveis legais da mantenedora, à Presidência do Conselho Estadual de Educação, solicitando o credenciamento da unidade escolar de ensino; todos os documentos e informações referentes á criação da instituição constantes do artigo 8º desta Resolução; denominação e endereço completo da mantenedora.

II. da unidade escolar de ensino:

denominação e endereço da instituição escolar; todos os documentos e informações exigidos nos itens III a VII do § 1º deste artigo.

§ 3º - Os laudos técnicos que contiverem itens de restrições ou recomendações sanáveis deverão estar acompanhados de compromissos firmados pela mantenedora indicando prazo de saneamento das restrições.

§ 4º - As unidades de ensino públicas ou privadas credenciadas ficam obrigadas a comunicar ao CME/LTO/MT todas as alterações ocorridas após o ato de credenciamento no que se referem aos requisitos constantes deste artigo, o não cumprimento desta disposição acarretará sanções cabíveis.

CAPITULO IV

Da Autorização dos Cursos da Educação Básica

e sua Renovação

Art. 9º - A solicitação de autorização e ou renovação de autorização de cursos da Educação Básica, será formalizada ao Conselho Municipal de Educação pelo dirigente da instituição escolar pública e da privada, pelo representante legal da mantenedora.

§ 1º - O processo de autorização para a oferta de Educação Básica, de unidade escolar pública, com páginas numeradas e rubricadas pelo dirigente da instituição, será protocolado na Secretaria Municipal, obedecendo ao prazo fixado no Art. 6º desta Resolução.

§ 2º - O processo de autorização para a oferta de Educação Básica, de escolas privadas, com páginas numeradas e rubricadas pelo dirigente da instituição, será protocolado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 10 - A autorização dar-se-á para a oferta da Educação Básica, esta de caráter indissociável, devendo ser feita através de processo único, contemplando no Projeto Político Pedagógico-PPP as especificidades contidas nas normas vigentes para as diferentes modalidades.

Art. 11 - O Conselho Municipal de Educação emitirá a autorização para oferta da Educação Básica por 05 (cinco) anos, mediante processo instruído com os documentos e informações, organizados seqüencialmente em 01 (uma) via impressa, com páginas numeradas e rubricadas pelo dirigente da instituição, atendendo os itens a seguir:

requerimento de solicitação de autorização para oferta da Educação Básica à Presidência do Conselho Municipal de Educação, contendo denominação e endereço do estabelecimento de ensino; Projeto Político Pedagógico-PPP, contendo: descrição sucinta da filosofia, objetivos e metas da escola; proposta curricular; metodologia; sistemática de avaliação; matriz curricular; calendário escolar do período inicial das atividades a ser autorizada;

III. recursos materiais e didático-pedagógicos disponíveis para a oferta pretendida;

IV. indicação do acervo bibliográfico, em número de volumes de livros e periódicos existentes;

V. instalações e equipamentos disponíveis para a oferta pretendida;

VI. regimento escolar contendo normas de organização interna e construído de acordo com os princípios estabelecidos pelo Projeto Político Pedagógico-PPP, devendo estar subordinado a toda a legislação vigente e refletindo a orientação pretendida pela escola para os trabalhos pedagógicos;

VII. estrutura administrativa, detalhando:

a. etapa e/ou modalidade de ensino pretendida;

b. previsão de atendimento (número de alunos, turmas e turnos);

c. indicação da modalidade de escrituração escolar e de arquivo;

d. quadro do corpo docente com indicação da previsão da habilitação profissional exigida, área de atuação, permitindo-se, no máximo 25% (vinte e cinco por cento) dos profissionais em busca da qualificação adequada.

e. relação nominal da equipe gestora e da equipe técnico-administrativa com indicação da respectiva qualificação profissional, exigindo para o Cargo de Secretário habilitação profissional própria, no mínimo de Ensino Médio, e para o Cargo de Diretor, de Supervisor, de Coordenador, ou outro cargo com denominação equivalente, habilitação de Ensino Superior na área educacional.

Art. 12 – Quando se tratar de renovação de autorização o processo com páginas numeradas e rubricadas pelo dirigente da instituição, será protocolado na Secretaria Municipal de Educação, 120 (cento e vinte) dias antes de findar o prazo da autorização, instruído somente com os seguintes itens:

Projeto Político Pedagógico-PPP, construído coletivamente pela comunidade escolar, com a devida ata da reunião que o aprovou, devendo conter:

a. diagnóstico que evidencia os problemas que afetam o processo pedagógico, mostrando o que compete à escola, ao órgão mantenedor e à sociedade resolver;

b. concepções e princípios norteadores do trabalho pedagógico, fundamentais ao estabelecimento da identidade da instituição, evidenciando concepção de sociedade, de educação, de aluno, de relação professor/aluno, de ensino e aprendizagem;

c. filosofia, objetivo, organização curricular, metodologia, forma de avaliação, gestão;

d. matriz curricular e calendário.

II. regimento escolar, coletivamente construído e se constituindo em um documento com páginas devidamente numeradas e rubricadas pela direção da escola, acompanhado por ata da reunião que o aprovou, contendo, dentre outros itens:

a. identificação da instituição escolar e sua mantenedora;

b. dos objetivos e finalidades da escola;

c. do regime de funcionamento;

d. da Secretaria Escolar;

e. dos Conselhos Deliberativos;

f. da Direção Escolar;

g. do Corpo Docente e Discente;

h. da Organização e regime didático;

i. dos Currículos e Programas;

j. do Calendário Escolar;

k. da matricula e da transferência;

l. da freqüência e avaliação do rendimento escolar;

m. dos direitos e deveres dos diversos segmentos participantes;

n. das disposições gerais.

outras informações: comprovação documental da prestação das informações estatísticas do Censo Escolar do ultimo período decorrido; memorial descritivo da estrutura física, alterada desde o credenciamento do estabelecimento, explicitando os itens modificados, firmado por profissional habilitado e devidamente registrado no conselho de classe.

Parágrafo único – A não observância do prazo fixado no "*caput"* do artigo, acarretará ao dirigente da instituição sanções previstas em lei.

Art. 13 – No âmbito da Secretaria Municipal de Educação, o responsável pelo serviço de protocolo, ao receber a documentação para ser protocolada deve verificar se as páginas estão devidamente numeradas e rubricadas pelo dirigente da instituição**.**

Art. 14 – Compete à Secretaria Municipal de Educação, realizar"*in loco"* Verificação Prévia*,* atestando o cumprimento dos requisitos para a autorização além de prestar outras informações detalhadas sobre os seguintes aspectos:

escrituração escolar e arquivos, físicos ou virtuais, que assegurem a verificação da identidade de cada aluno, professor e demais funcionários, bem como a regularidade e autenticidade do processo escolar, de forma a apresentar: pedido formal de matrícula ou cópia do contrato celebrado entre escola e aluno; cópia da carteira de identidade, ou da certidão de nascimento, ou da certidão de casamento; arquivo individual do aluno com documentação e assentamentos da sua vida escolar pretérita; arquivo individual do professor e demais funcionários, contendo os assentamentos e documentos comprobatórios da sua situação funcional e habilitação, documentação pessoal e endereço atualizado; registro físico ou virtual de freqüência de professores, equipe técnica e funcionários; registro físico ou virtual de freqüência diária dos alunos e do processo de avaliação efetuado.

II. regimento escolar da instituição em conformidade com o Projeto Político Pedagógico e atendendo as normas legais vigentes;

III. operacionalização do currículo pleno oferecido atendendo aos objetivos e princípios filosóficos que constam do PPP da escola;

IV. quadro de pessoal docente e técnico-administrativo coincidente com o operacionalizado pela escola, no caso de instituição em funcionamento;

V. existência de mobiliário, equipamentos, recursos pedagógicos e acervo bibliográfico, em perfeito estado de conservação e disponíveis na instituição;

VI. análise do desempenho escolar, a partir dos dados de aprovação, evasão e repetência, quando instituição em funcionamento.

§ 1º - A Verificação Prévia realizada pela Secretaria Municipal de Educação deve ser concluída no prazo máximo de 40 (quarenta) dias, a contar da data do protocolo inicial do processo, na Secretaria.

§ 2º - A Verificação Prévia objetivará, ao CME/LTO/MT, o exame de dados que comprove as condições pedagógicas para o funcionamento das etapas e/ou modalidades de ensino da Educação Básica a ser autorizada.

Art. 15 - Realizada a Verificação Prévia, a Secretaria Municipal de Educação encaminhará o processo ao Conselho Municipal de Educação, com o respectivo Relatório Circunstanciado da Verificação, datado e assinado, com as novas páginas que foram acrescidas ao processo, devidamente numeradas e rubricadas dando seqüência ao original.

Art. 16 - A Equipe Técnica do Conselho Municipal de Educação, à vista dos autos, do Relatório de Verificação Prévia e das disposições desta Resolução emitirá informação técnica no prazo máximo de 40 (quarenta) dias e encaminhará o processo à Câmara pertinente, para análise e decisão final sobre o pedido.

§ 1º - Havendo irregularidades a serem saneadas, o processo será diligenciado antes do encaminhamento à Câmara, sendo fixado um prazo de até 60 (sessenta) dias para o seu retorno ao Conselho Municipal de Educação, cabendo reanálise pela Equipe Técnica.

§ 2º - O não cumprimento da diligência no prazo fixado implicará na cessação do trâmite do processo.

§ 3º - Havendo decisão favorável da Câmara pertinente, o CME/LTO/MT emitirá o ato próprio de autorização que ganhará eficácia com sua publicação em Jornal Oficial dos Municípios.

CAPITULO V

Da Desativação e Reativação das Atividades Escolares

Art. 17 - A desativação de unidade escolar de Educação Básica credenciada e de cursos de qualquer etapa e /ou modalidade de ensino autorizados a funcionar ou com ato legal vencido, poderá ocorrer:

a. por iniciativa da entidade mantenedora, entendida como voluntária;

b. por determinação da autoridade competente, entendida como desativação compulsória.

Parágrafo único - A desativação das atividades, nas formas acima previstas, poderá ocorrer em caráter:

a. definitivo;

b. temporário;

c. parcial, quando se tratar de curso, etapa e de modalidade a paralisar;

d. total, no caso de estabelecimento de ensino.

Art.18 - Para a desativação voluntária de atividades, que estejam dentro do prazo de vigência do ato legal de funcionamento, a mantenedora encaminhará processo próprio ao Conselho Municipal de Educação, constituído de:

g. justificativa incluindo o caráter da desativação;

h. cronograma de desativação;

i. descrição dos procedimentos relativos à continuidade da oferta regular de ensino até a desativação;

j. garantia de regularidade de escrituração escolar e arquivo;

k. cópia da ata de reunião de comunicação aos alunos, pais ou responsáveis, quanto à desativação;

l. prova escrita de transferência do acervo documental, nos casos em que couber;

m. cópia do ato legal de credenciamento do estabelecimento de ensino e autorização dos cursos para comprovação dos prazos de vigência.

§ 1º - É de responsabilidade da unidade escolar expedir documentação regular, em tempo hábil, para assegurar aos alunos a continuidade de estudos.

§ 2º - A regularidade dos atos da escola em relação ao processo de desativação voluntária será verificada "*in loco*" por comissão especial, designada para este fim pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 3º - A apreciação do pedido de desativação voluntária de etapas e/ou modalidades será divulgada por ato próprio do Conselho Municipal de Educação.

Art. 19 - A desativação voluntária temporária poderá ser autorizada no máximo até 02 (dois) anos, período no qual ficam suspensos os efeitos do ato de autorização dos cursos.

Parágrafo único – O reinicio das atividades desativadas dependerá de manifestação expressa da mantenedora, quando entidade privada ou da direção da escola, quando pública, devendo o CME/LTO/MT determinar imediata Verificação "*in loco*".

Art. 20 - A desativação voluntária definitiva, parcial ou total, implicaráa revogação formal da autorização dos cursos desativados.

§ 1º - No caso de desativação parcial, a documentação escolar ficará sob a guarda do próprio estabelecimento de ensino, devendo comunicar todas as mudanças de endereço que ocorrerem;

§ 2º - No caso de desativação definitiva e total, a documentação escolar será recolhida pela Secretaria Municipal de Educação ou outro órgão que vier substituí-la, para efeito de arquivamento, observadas todas as cautelas legais e normativas, principalmente aquelas quanto ao resguardo dos direitos dos discentes envolvidos.

CAPÍTULO VI

Das Mudanças de Mantenedora, de Sede e de Denominação da Mantida

Art. 21- As modificações que alteram a organização da unidade escolar pública ou privada credenciada e que mantenha cursos, etapas e/ou modalidades de ensino, autorizados em relação à mantenedora, sede ou denominação do estabelecimento, deverão ser submetidas ao Conselho Municipal de Educação, para análise e aprovação, em processo próprio, assim instruído:

I. documentos constitutivos da nova mantenedora, no caso de:

a. empresa - ato de sua constituição devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, acompanhada das alterações posteriores, se houver;

organização societária - copia registrada de seu estatuto social vigente, ata de eleição e posse da atual diretoria; por outras formas - cópia de documentação comprobatória de sua existência legal; cópia do CNPJ da Mantenedora; alvará expedido pelo município sede da escola e que autoriza o funcionamento de atividades educacionais, relacionadas às etapas e modalidades pretendidas; cópia de documentação referente ao ato jurídico que legalizou a transferência.

II. quanto à mudança de sede da mantida:

prova de propriedade de terreno e edifício onde funcionará o estabelecimento de ensino ou prova de direito de uso do edifício, pelo prazo mínimo de 4 (quatro) anos; documentação da estrutura física; alvará expedido pelo município que autoriza o funcionamento de atividades educacionais, relacionadas aos níveis e modalidades pretendidas; cópia do CNPJ da mantida, quando esta se encontrar instalada em outro município que não é o mesmo da mantedora.

III. quanto à mudança de denominação da mantida:

comunicado formal, com justificativa, encaminhada pela mantenedora quando entidade privada e direção quando pública; comprovante da decisão da mantenedora, quando se tratar de unidade escolar da rede particular; encaminhamento do documento oficial que autoriza a mudança.

§ 1º - A transferência de mantenedor ou de sede de qualquer unidade escolar, e também a mudança de denominação se efetivará somente após publicação de ato do Conselho Municipal de Educação, específico para tal fim.

§ 2º- As transferências operadas segundo o parágrafo anterior obrigam o estabelecimento beneficiário fazer de imediato as adaptações regimentais e de escrituração escolar correspondentes, inclusive, a estatutária, nos casos em que couber.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 22 - A partir da vigência desta Resolução, convalidações de estudos realizados por alunos em escolas desprovidas da competente autorização para funcionar, só poderão ser efetivadas após a devida apuração dos fatos que ensejaram a transgressão e responsabilização de seus dirigentes.

Art. 23 - A publicidade de decisão colegiada de credenciamento de unidade escolar e autorização de cursos será identificada através de numeração seqüencial, seguida do ano civil de sua expedição e antecedida das expressões “CREDENCIAMENTO Nº” e “AUTORIZAÇÃO Nº”, conforme o caso.

Art. 24 - A execução de reformas ou ampliação dos prédios sede das escolas que implicarem desalojamento do corpo discente, em parte ou na sua totalidade, deve a sua mantenedora encaminhar ao CME/LTO/MT o projeto de ocupação provisória que garanta as condições mínimas de conforto e segurança para a continuidade das atividades letivas, no decorrer de toda a obra.

Parágrafo único - A unidade escolar que nesse período de reformas ou ampliação do prédio, optar por suspender as aulas, deve também comunicar tal decisão a este Conselho.

Art. 25 - A autorização dos cursos da modalidade de Jovens e Adultos seguem o mesmo prazo estipulado no artigo 12.

Art. 26 - Toda unidade escolar pública e privada em funcionamento fica sujeito à supervisão, fiscalização e avaliação do Sistema Municipal de Ensino, nos termos da legislação vigente.

Art. 27 - O Conselho Municipal de Educação firmará convênios e outros mecanismos legais com os demais órgãos de cadastramento e licença para funcionamento comercial, de modo a coibir ofertas irregulares.

Art. 28 - As salas de aula devem atender ao correspondente de, no mínimo, 1.30 m² (um metro quadrado e trinta centímetros) por aluno e área livre destinados a atividades de recreação.

Art. 29 - Fica prorrogada automaticamente a validade do Ato de Credenciamento de unidade escolar pública ou privada a vencer, a partir de 2010.

Parágrafo único - A Unidade Escolar pública ou privada com ato de credenciamento vencido em 2008, 2009 e início de 2010 fica prorrogada o seu Credenciamento até Dezembro de 2010, e após este período deverá encaminhar processo pedindo Credenciamento, no prazo máximo de 120 dias (cento e vinte dias), nos moldes desta Resolução.

Art. 30 - Deve ser impedido, por todos os meios legais, o funcionamento de unidade escolar pública ou privada que não atender o que dispõe esta Resolução.

Art. 31 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

REGISTRADA PUBLICADA

CUMPRA-SE

Nossa Senhora do Livramento-MT, 02 de Julho de 2018

Maria Elena de Campos

Presidente

HOLOMOGO:

Maria Auxiliadora da Silva Cunha

Secretária Municipal de Educação,Esporte e Lazer

PORTARIA Nº 247/2018

Portaria nº 247/2018

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Educação o Sr. **BENEDITO BRITO ASSUNÇÃO**, brasileiro, RG: 08644071 SSP/MT, CPF: 487.973. 831-04,residente na Rua Carlos Antunes em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do **Contrato nº 047/2018 -** Contratação de serviços

de Locução para atender as atividades esportivas desenvolvida pela sec. Mun. de Educação - **Joel Roberto da Costa** a partir de 17/07/2018.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 17 de Julho de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 246/2018

Portaria nº 246/2018

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Servidor Municipal da Secretaria de Saúde, **LUIZ HENRIQUE QUEIROZ RODRIGUES**, brasileiro, RG: 18057705 SSP/MT, CPF: 040.209.771-86,residente na avenida Manaus, Nova Várzea Grande - MT em Várzea Grande -MT**,** como **fiscal** do objeto do **contrato nº 046/2018 –** Contratação de empresa especializada em sistema de informação e gerenciamento de laudos que visará a gestão completa dos setores de recepção, cadastro e coleta de amostras, estoque e emissão dos resultados para o laboratório de análises clínicas Municipal, Empresa VIANA & CIA LTDA*,* a partir de 17/07/2018.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 17 de Julho de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 245/2018

PORTARIA Nº 245/2018

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Coordenador da Secretaria Municipal de Educação **PAULO LEITE ARAUJO**, brasileiro, RG: 542172, CPF: 393.713.791-20,residente no Sitio Santana Zona Rural em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do C**ontrato nº 045/2018,** contrato de empresa especializada em prestação de serviço transporte escolar no município de Nossa Senhora do Livramento, Empresa **Geraldo Fernandes da Silva-ME** a partir de 17/07/2018.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 17 de Julho de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 244/2018

Portaria nº 244/2018

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Assistência Social a Srª. **ALESSANDRA MARCIA DA SILVA**, brasileira, RG: 25108921 SSP/MT, CPF: 695.245.641-49,residente na Avenida Governador Julio Campos, em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do **Contrato nº 044/2018**- Contratação de empresa para aquisição de material permanente conforme contrato para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social – PLAXMETAL S/A INDUSTRIA DE CADEIRAS CORPORATIVAS

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 17 de Julho de 2018.

.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 244/2018

Portaria nº 244/2018

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Assistência Social a Srª. **ALESSANDRA MARCIA DA SILVA**, brasileira, RG: 25108921 SSP/MT, CPF: 695.245.641-49,residente na Avenida Governador Julio Campos, em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do **Contrato nº 044/2018**- Contratação de empresa para aquisição de material permanente conforme contrato para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social – PLAXMETAL S/A INDUSTRIA DE CADEIRAS CORPORATIVAS

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 17 de Julho de 2018.

.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 243/2018

Portaria nº 243/2018

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Goncalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Educação, o Sr. **ADEILTON ANTONIO GUIMARÃES**, brasileiro, RG: 893843 SSP/MT, CPF: 581.938.801-10,residente na Av. Gov. Julio Campos, Bairro: Centro de Nossa Senhora do Livramento - MT**,** como **fiscal** do objeto do **Contrato nº 044/2018**- Contratação de empresa para aquisição de material permanente conforme contrato para atender as necessidades da Secretaria Municipal

de Educação – PLAXMETAL S/A INDUSTRIA DE CADEIRAS CORPORATIVAS a partir de 17/07/2018.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 17 de Julho de 2018.

Silmar de Souza Goncalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 242/2018

Portaria nº 242/2018

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Educação Srª. **CARMEM LUCIA SILVA CORREIA DE BRITO**, brasileira, RG: 04032900 SSP/MT, CPF: 266.187.611-15,residente na Rua Adelino Metelo de Campos, Bairro: Morro Boa Vista Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do **Contrato nº 044/2018**- Contratação de empresa para aquisição de material permanente conforme contrato para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração – PLAXMETAL S/A INDUSTRIA DE CADEIRAS CORPORATIVAS a partir de 17/07/2018.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 17 de Julho de 2018.

.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 241/2018

PORTARIA Nº 241/2018

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Coordenador da Secretaria Municipal de Educação **PAULO LEITE ARAUJO**, brasileiro, RG: 542172, CPF: 393.713.791-20,residente no Sitio Santana Zona Rural em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do C**ontrato nº 043/2018,** contrato de empresa especializada em prestação de serviço transporte escolar no município de Nossa Senhora do Livramento, Empresa **D M SILVA EPP** a partir de 09/07/2018.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 10 de Julho de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 240/2018

Portaria nº 240/2018

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Educação o Sr. **BENEDITO BRITO ASSUNÇÃO**, brasileiro, RG: 08644071 SSP/MT, CPF: 487.973.831-04,residente na Rua Carlos Antunes em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do **Contrato nº 042/2018 -** Contratação de empresa aquisição de materiais esportivos, lazer e recreação para atender o calendário oficial de eventos da sec. Mun. de Educação - **Anny Dowan Martins Silva** a partir de 11/06/2018.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 21 de Junho de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 239/2018

Portaria nº 239/2018

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Educação o Sr. **BENEDITO BRITO ASSUNÇÃO**, brasileiro, RG: 08644071 SSP/MT, CPF: 487.973.831-04,residente na Rua Carlos Antunes em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do **Contrato nº 041/2018 -** Contratação de empresa aquisição de materiais esportivos, lazer e recreação para atender o calendário oficial de eventos da sec. Mun. de Educação - **P. Moreira Lima Comercio e Serviço EIRELI-ME** a partir de 11/06/2018.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 21 de Junho de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 238/2018

Portaria nº 238/2018

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Educação o Sr. **BENEDITO BRITO ASSUNÇÃO**, brasileiro, RG: 08644071 SSP/MT, CPF: 487.973.831-04,residente na Rua Carlos Antunes em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do **Contrato nº 040/2018 -** Contratação de empresa aquisição de materiais esportivos, lazer e recreação para atender o calendário oficial de eventos da sec. Mun. de Educação - **Maria José dos Reis Neto ME** a partir de 11/06/2018.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 21 de Junho de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO N.19.2018

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO N.19. 2018

A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 001/2018, de 02/01/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, que encontra-se aberta a Licitação na modalidade Pregão Eletrônico SRP, cujo objeto **REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual Aquisição de materiais para alvenaria, a serem usados em manutenção e reconstrução das unidades gerenciadas pela Secretaria Municipal de Educação, assim como das unidades gerenciadas pela Secretaria de Obras e infra-estrutura do município e também para novas construções que possam surgir,** de acordo com as quantidades e especificações e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos que será realizada no dia:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Á Partir do dia 19/07/20182018 às 10:00 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF);

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: Á partir do dia 02/08/2018 às 09:00 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF);

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 02/08/2018 às 09:30 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF);

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 02/08/2018 às 10:30 horas (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

Conforme especificado no Edital de Licitação Pregão Eletrônico SRP nº 019/2018, Processo Administrativo nº 001011/2018-1. Informamos que o Edital encontra-se disponível nos sites www.bll.org.br e https://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/. Maiores informações pelo telefone (65) 3351-1200.

Nossa Senhora do Livramento-MT., 05 de julho de 2018.

Leonildes Fátima da S. Benevides

Pregoeira 01/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. º 028/2018

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório de Pregão Presencial n.º. **028/2018, cujo OBJETO** Registro de preços para futura**contratação de empresa para prestação de serviços de locação de sistema de som, iluminação, palco e painel de LED para realização do 26° baile da rainha do café e 36° aniversário da cidade a serem realizados no município de nova bandeirantes-mt.**

SAGROU-SE vencedorasas empresas**:**

APARECIDO SIDNEI ALBINO, CNPJ: 04.730.522/0001-08, NO VALOR GLOBAL DE R$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS)

E.B.ZAMAR JUNIOR-ME CNPJ: 17.126.125/0001-65 NO VALOR GLOBAL DE R$ 11.950,00 (onze mil novecentos e cinquenta reais

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da PREFEITURA MUNICIPAL NOVA BANDEIRANTES/MT.

Bruna Neiverth

Pregoeira Oficial

Decreto nº 187/2017

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. º 028/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através do Prefeito Municipal Sr. **VALDIR PEREIRA DOS SANTOS,** torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** a Licitação resultante do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial n. º **028/2018, cujo OBJETO é a:** Registro de preços para futura**contratação de empresa para prestação de serviços de locação de sistema de som, iluminação, palco e painel de led para realização do 26° baile da rainha do café e 36° aniversário da cidade a serem realizados no município de nova bandeirantes-mt**

SAGROU-SE vencedoraa empresa:

Sociedade/Empresária	CNPJ:	Valor global
APARECIDO SIDNEI ALBINO	04.730.522/0001-08	R$ 15.000,00
E. B.ZAMAR JUNIOR-ME	17.126.125/0001-65	R$ 11.950,00

Nova Bandeirantes/MT 18 de julho de 2018.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CAMARA MUNICIPAL
TERMO ADITIVO Nº 001/18 AO CONTRATO 009/18

TERMO ADITIVO N.º 001/2018 AO

CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL DE FORMA INDIRETA

N.º 009/2017

A Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 33. 683.79800017-72, com sede na avenida Comendador Luiz Meneghel, s/ nº, Centro, Nova Bandeirantes - MT, CEP: 78.565-000, neste ato representada pelo Sr. **Adelino Schmoller,** Presidente da Câmara Municipal, portador do CPF nº 300.261.139-53 e do RG n º 1598242 SSP/PR**, residente à Travessa Matinhos, bairro centro, Nova Bandeirantes –MT,** denominado simplesmente **CONTRATANTE, de outro lado, a empresa** Cesira Bergamini Amancio & Cia Ltda - ME **CNPJ n.º** CNPJ 07.727.156/0001-18, localizada na Avenida Mato Grosso, s/n, centro, Nova Monte Verde MT**, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo**, **Sr Valentino Alves Amancio inscrito no CPF/MF sob o n. º605.430.008/34, brasileira, casado, construtor, portador da Cédula de Identidade n.° 5.698.500 SSP/SP, residente e domiciliado NA RUA 412, Nº 46, no município de Paranaíta - MT, em conformidade com a procuração outorga os mais amplos, poderes para fim de administrar a empresa, que apresentou os documentos exigidos por lei, e daqui por diante, denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com minuta examinada pela Assessoria Jurídica, um instrumento de Contrato para execução de obra, conforme quadro demonstrativo e de acordo com projeto básico e planilha anexas ao edital 004/2017 da Modalidade Tomada de Preços 001/2017,** em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo Contratual, que estabelece os direitos e obrigações das partes na prestação de serviço de Empreitada global de forma indireta que entre si fazem a Câmara Municipal de Nova Bandeirantes e a Empresa Cesira Bergamini Amâncio & Cia LTDA.

CLÁUSULA 1º – DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO - O presente termo aditivo tem o objetivo de prorrogar o prazo de vigência do Contrato N.

º 009/2017, que passará a vigorar a partir de 18/07/2018 a 28/11/2018, ficando prevalecendo as demais clausulas contratuais.

E, por estarem assim de acordo com esta alteração Contratual, assinam o presente Termo Aditivo.

Nova Bandeirantes - MT, 12 de julho de 2018.

_____

ADELINO SCHMOLLER

PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

Cesira Bergamini Amâncio & Cia Ltda – ME

Valentino Alves Amâncio

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____

Nome: Maraisa Lopes dos Santos CPF: 008.909.851-03

_____ **Nome: Andréia Cristina da Silva Della Rosa**

CPF : 916.214.701-30

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO N°. 086/2018

EXTRATO DO CONTRATO N°. 086/2018

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA:**IAGO HENRIQUE PERES CAMPARONI EIRELI-ME**

CNPJ:

OBJETO: **Aquisição de Material Didático Pedagógico Livros e Ebooks destinados a compor o acervo Bibliográfico da Escola Municipal Pequeno Príncipe, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.**

VALOR: **R$ 10.950,00 (dez mil novecentos e cinquenta reais).**

ASSINATURA**: 18 de Julho de 2018.**

VIGENCIA: **18 de Julho de 2018 a 18 de Outubro de 2018.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PORTARIA N° 012/2018"DISPÕE SOBRE A CONVOCACÃO DO SERVIDOR EFETIVO SENHOR RAIMUNDO OTONI ALVES DE LIMA FILHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA N° 012/2018

A Senhora SANDRA PINHEIRO DE SA, Diretora do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Nova Brasilândia – MT, no uso das atribuições Regimentais.

"DISPÕE SOBRE A CONVOCACÃO DO SERVIDOR EFETIVO SENHOR RAIMUNDO OTONI ALVES DE LIMA FILHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Artigo 1º - CONVOCAR o Servidor Efetivo Senhor RAIMUNDO OTONI ALVES DE LIMA FILHO Agente Operacional da ETA , lotado no SAAE, para Retornar ao seu cargo de origem no dia 01 de Agosto de 2018 e comparecer para regularização da Situação Funcional, a partir desta data finda -se a concessão da licença .

Artigo 2º - Conforme concedido através da Portaria nº. 009/2016 de vinte e nove de junho de 2016, o Afastamento para Tratar de Interesses Particulares a partir da data de 01 de agosto de 2016.

Artigo. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Determina-se, registra-se e, cumpra-se.

Gabinete da Diretora do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Nova Brasilândia em 18 de Julho de 2018.

SANDRA PINHEIRO DE SÁ

DIRETORA DO SAAE

Portaria 008/2017

EXTRATO DO CONTRATO N°. 085/2018

EXTRATO DO CONTRATO N°. 085/2018

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA:**ECONST CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA ME**

CNPJ:11.206.966-0001-04

OBJETO: Execução da obra na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA REFORMA E CONSTRUÇÃO DA PRAÇA NOSSA SENHORA APARECIDA NO MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA/MT, CONFORME TERMO DER CONVENIO Nº. 2. 048-2017/ SECRETARIA DE ESTADO DE CIDADES - SECID E PROCESSO Nº. 424590/2017,** conforme Projeto Básico e Especificações Técnicas constantes da Tomada de Preços nº. 002/2018.

VALOR: **R$198.246,54 (cento e noventa e oito mil duzentos e quarenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos)**

ASSINATURA**: 17 de Julho de 2018.**

VIGENCIA: **17 de Julho de 2018 a 06 de Junho de 2019.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 002/2018

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

DE LICITAÇÃO Nº. 002/2018

Objeto:	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO LIVROS E EBOOKS, DESTINADOS A COMPOR O ACERVO BIBLIOGRAFICO DA ESCOLA MUNICIPAL PEQUENO PRINCIPE, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.
Favorecido	IAGO HENRIQUE PERES CAMPARONI – EIRELI - ME
Prazo de Execução	03 (três) Mês
Valor global	R$: 10.950,00 (Dez Mil Novecentos e Cinquenta Reais)
Fundamento Legal	Artigo. 25 caput e inciso I da Lei n° 8.666/93
Justificativa	Anexa nos autos do processo.

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação nº 002/2018 em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/2013 e suas atualizações.

Nova Brasilândia, 18 de Julho de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2018-2021 NOVA LACERDA – MATO GROSSO

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2018-2021

NOVA LACERDA – MATO GROSSO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MAIO/2018

PLANO MUNICIPAL DE ASSSITÊNCIA SOCIAL 2018-2021

NOVA LACERDA MAIO/2018

Uilson José Da Silva

Prefeito do Município de Nova Lacerda

Valmir Alves Da Silva

Vice-Prefeito

Carliane Tafarel Silva Secretária Municipal de Assistência Social

Ademar Luiz Castoldi

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Neuza Maria da Silva

Diretora do Departamento de Assistência Social

Sumário

1- Equipe de laboração.....1

2- Identificação.....2

3- Introdução…….....5

4- DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL.……..,…….....9

5- BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS.....17

6- OBJETIVOS DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....23

7- DIRETRIZES E PRIORIDADES DELIBERADAS, AÇÕES, ESTRATÉGIAS E.....26 METAS CORRESPONDENTES.....

.....

8- RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS.....29

9- INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....30

10- REFERÊNCIAS.....31

11- ANEXOS.....32

12 APROVAÇÃO DO CMAS – Resolução nº 014/2014, de 24 de abril de 2014..

1- EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PLANO Neuza Maria da Silva – Contadora, Diretora do Departamento de Assistência Social. Pamela Rodrigues Rinaldi – Psicóloga, Coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social. Suely Aparecida Galvão Aleixo – Assistente Social, Secretaria Adjunta da Assistência Social. **2- IDENTIFICAÇÃO**

MUNICÍPIO: Nova Lacerda, Mato Grosso

Porte Populacional: I

População censitária (IBGE/2010): 5.436 habitantes

População estimada (IBGE/2017): 6.338 habitantes

Densidade demográfica (IBGE/2010) 1,15hab/km²

Código do Município: (IBGE/2010) 5106182

Gentílico (IBGE/2010): Novo-Lacerdenses

PREFEITURA MUNICIPAL

Nome do Prefeito: Uilson José Da Silva

Mandato do Prefeito: Início: 01/01/2017 Término: 31/12/2020

Endereço da Prefeitura: Rua 16 de Julho , Centro , 815

CEP: 78243-000 **Site**: http://www.novalacerda.mt.gov.br/Administracao/Pre...

Telefone: (65) 3259-4045 **E-mail**: prefeito@novalacerda.mt.gov.br

ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome do órgão gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social

Número da lei de criação do órgão: Lei Municipal nº 021/97, de 28 de maio de 1997

Responsável: Carliane Tafarel Silva

Ato de nomeação da gestora: Portaria 01/2017 de 01/01/2017 (publicado no Diário Oficial nº 2.989 de 03/01/2017. **Data nomeação**: 01/01/2017

Endereço órgão gestor: Endereço: Rua Santa Catarina, 495, Sâo José **CEP**: 78243-000

Telefone: (65) 3259-4296 **E-mail**: social@novalacerda.mt.gov.br

Site: http://www.novalacerda.mt.gov.br/Administracao/Equ...

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Número da Lei de Criação: Lei Municipal nº 021/97 , de 28 de Maio de 1997. Alterada pela Lei nº 587/2011, de 09/12/2011.

Número do Decreto que regulamenta o Fundo: Decreto Municipal nº 021/1997 de 28 de Maio de 1997.

Nome da ordenadora de despesas do FMAS: Carliane Tafarel Silva

Lotação: Secretaria Municipal de Assistência Social

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Número da Lei de Criação: Lei Municipal nº 032/2017 de 02 de Janeiro de 2017

Endereço CMAS: Rua Santa Catarina, 495, Sâo José **CEP**: 78243-000 **Telefone**: (65) 3259-4195 **E-mail**: social@novalacerda.mt.gov.br

Nome do Presidente: Ademar Luiz Castoldi

Número total de membros: 26

Os conselheiros e as conselheiras do CMAS foram nomeados (as) pelo Decreto nº 952/2013, empossados (as) em 02/01/2017, com mandato de dois anos.

Conselheiros(as) Governamentais:

Gestores municipais

Uilson José Da Silva

Prefeito do Município de Nova Lacerda

Valmir Alves Da Silva

Vice-prefeito

Secretaria de assistência social

Carliane Tafarel Silva

Secretária Municipal de Assistência Social (Titular)

Neuza Maria Da Silva

Vice-presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (Suplente)

Secretaria de desenvolvimento rural

Norma de Oliveira Mattos (titular)

Ivete Mior (suplente)

Secretaria de governo

Maressa Siqueira Mariano (Titular)

Sidney Dias De Jesus (Suplente)

Secretaria de esportes

Ivaldo De Souza de Oliveira (Titular)

José Carlos Ferreira Fiúza (Suplente)

Secretaria de planejamento

Roziene Bezerra de Rodrigues (Titular)

Alex Celso Moreira Munhoz (Suplente)

Secretaria de administração

Livia Regina Santana (Titular)

Patricia Nogueira Pimenta (Suplente)

Representantes da sociedade civil:

Igreja Batista Nacional:

Alto Luiz Vilhalva (Titular)

Joaquim Bento dos Santos (Suplente)

Igreja Católica

Eder Chagas de Souza (Titular)

Eva Aparecida de Paula de Souza (Suplente)

Igreja Apostólica Nova Aliança

Ademar Luiz Castoldi

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (Titular)

Ana Paula Pereira (Suplente)

Pastoral da Criança

Rosa Rodrigues Pereira (Titular)

Antonia da Silva Moreira (Suplente)

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Sócio Ambiental - CIDESA

Maria Ivete de Souza Uilian (Titular)

Carlos Pereira Maia (Suplente)

Igreja Assembléia de Deus

Genair da Silva Mariano (Titular)

Gesus Ramos da Cruz (Suplente)

3- INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, ao inserir a Assistência Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social, no tripé da Seguridade Social, lhe atribuiu o status de política pública, concebida enquanto um direito do cidadão e um dever do Estado. O artigo constitucional 203 define que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, tendo por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso desde que comprovada a impossibilidade de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme assegurado em lei.

As regulações infraconstitucionais -- desde 1993, quando foi aprovada a Lei Federal nº 8.742, denominada Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS -- têm cada vez mais sido aprimoradas. A LOAS estabelece a primazia da responsabilidade do Estado na condução das ações, o comando único das ações em cada esfera de governo e a participação da sociedade civil na condução da política como diretrizes da assistência social brasileira. Esta lei foi recentemente alterada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011, que incorporou conteúdos já presentes na operacionalização desta política desde 2004, quando o Conselho Nacional de Assistência Social aprovou a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

A PNAS institui o Sistema Único de Assistência Social - SUAS e, junto com as regulações que se caracterizam como seus desdobramentos, especialmente a Norma Operacional Básica, ao qual estabelece que as ações socioassistenciais sejam concebidas como proteção social às famílias em situação de vulnerabilidade social. Esta concepção de proteção supõe conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais das pessoas sujeitos de sua ação, bem como, os recursos necessários para afiançar segurança social. E, conhecendo os riscos, avaliar e propor as formas de enfrentá-los.

Neste sentido, essa política busca desenvolver três funções principais para assegurar sua prestação enquanto direito do cidadão e dever do Estado, incorporadas a LOAS a partir do texto da nova “Lei do SUAS”, quais sejam: a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa social e institucional. Desta forma, esta Política, nos termos da própria PNAS "configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo".

No tocante à proteção social, a PNAS estabelece que o campo de ação desta política deve garantir, quanto à segurança, o seguinte: 1) Segurança de rendimento, que implica na "garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego"; 2) Segurança de acolhida, "opera como a provisão e necessidades humanas que começa com os direitos à alimentação, ao vestuário e ao abrigo, próprios da vida humana em sociedade"; 3) Segurança de convívio, que implica no resgate dos vínculos sociais considerando as dimensões multicultural, intergeracional, interterritorial, intersubjetivas, entre outras.

Para cumprimento dessas funções, no tocante à garantia de Proteção Social, a política de Assistência Social passa a ser organizada da seguinte forma: Rede de Proteção Social Básica e Rede de Proteção Social Especial, de modo que todas as seguranças previstas sejam afiançadas.

A PNAS aponta que, marcada pelo caráter civilizatório presente na consagração de direitos sociais, a LOAS exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, a quem cabe a universalização da cobertura e a garantia de direitos e acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios sob sua responsabilidade. Nesta direção, também a Política Municipal de Assistência Social - PMAS se volta com prioridade para o desenvolvimento, além da proteção social, das outras duas funções atribuídas a esta área de política púbica - a vigilância socioassistencial e a defesa social e institucional.

A vigilância se refere ao conhecimento da presença das vulnerabilidades sociais da população e dos territórios, a partir da produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados da incidência dessas situações sobre indivíduos e famílias nos diferentes ciclos de vida. Segundo a

Lei 12.435/2011, visa analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos.

A defesa social e institucional implica na garantia do direito do usuário de acesso à proteção social básica e especial para a busca de condições de autonomia, resiliência e sustentabilidade, protagonismo, acesso a oportunidades, capacitações, serviços, condições de convívio e socialização. A Lei do SUAS lhe atribui o papel de garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

A gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), entendido como um Sistema Descentralizado e Participativo, de acordo com a diretriz constitucional de descentralização político-administrativa, tem como objetivos integrar a rede pública e privada, estabelecendo a gestão integrada de serviços e benefícios; implementar a gestão do trabalho; afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia dos direitos, definindo e organizando os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de Assistência Social, possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial.

Em relação à rede socioassistencial, o SUAS estabelece que esta se responsabilize pelas provisões vinculadas às proteções sociais básica e especial, seja diretamente por entes públicos, seja por entidades e organizações não governamentais referenciadas, e institui como equipamentos exclusivamente públicos estatais, os Centros de Referência da Assistência Social - CRAS e os Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS (dentre os quais o Centro de Referência Especializada para Pessoas em Situação de Rua - Centro Pop), que devem desenvolver, respectivamente, o PAIF (Proteção e Atendimento Integral à Família) e o PAEFI (Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos).

Deste modo e, tendo em vista que uma política descentralizada atribui à esfera local responsabilidades específicas nas provisões e garantias de direitos, torna-se condição imperativa para o desenvolvimento desta área que a Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Lacerda amplie, estruture e qualifique sua rede socioassistencial sob os moldes da nova legislação nacional. Tal perspectiva requer a garantia de recursos orçamentários e financeiros, em escala crescente ano a ano, com vistas a assegurar investimentos em todos os campos, quais sejam: provisão de recursos humanos efetivos para a prestação dos serviços exclusivamente públicos e de gestão da política; garantia da manutenção dos serviços já existentes, cumprindo o caráter de continuidade das ofertas da assistência social; implantação de novos serviços de acordo com o diagnóstico social e dados da vigilância socioassistencial; construção de estruturas públicas adequadas para o funcionamento dos serviços e reforma das estruturas atuais onde funcionam algumas unidades, cumprindo as normativas legais relacionadas às condições de oferta dos mesmos; incremento dos materiais e equipamentos necessários às provisões desta política pública, a fim de imprimir a marca da qualidade a essas ofertas; garantia de condições para o exercício do controle social, especialmente a manutenção do Conselho e a realização de Conferências Municipais da Assistência Social; publicação de materiais informativos e formativos sobre a Assistência Social, com a edição de periódicos e materiais gráficos sobre a área; além da manutenção dos recursos suficientes, ano a ano, para realizar o repasse para cofinanciamento dos serviços complementares desta política prestados pela rede não governamental; dentre outras atividades relacionadas à prestação qualificada dos serviços, benefícios, programas e projetos a ela vinculados.

Para tanto, também ganha ênfase nesse processo, pela Lei 12.435/2011 e pela Norma Operacional Básica 2012, a gestão em sua dimensão mais ampla, ou seja, no tocante ao planejamento, monitoramento e avaliação, a vigilância socioassistencial e a gestão do trabalho. Um dos desafios que ganham destaque é o desenvolvimento da gestão do trabalho no âmbito do SUAS, na esfera municipal, à luz do que disciplina a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS) - Resolução CNAS nº 1, de janeiro de 2007, que estabelece mecanismos reguladores da relação entre gestores e trabalhadores, tanto para os serviços governamentais quanto para os prestadores (não governamentais) de serviços socioassistenciais, além da exigência de provimento de servidores públicos nas unidades, exclusivamente estatais, de proteção social básica e especial e na gestão.

A observação de todas as questões acima relacionadas, relativas à gestão e à prestação dos serviços, se faz necessária para que a Política Municipal de Assistência Social, em Nova Lacerda, se desenvolva de forma plena, ou seja, assegurando os preceitos constitucionais e legais que regem esta política pública nacionalmente e aprofundando cada vez mais o acesso aos direitos socioassistenciais no Município, de modo a primar, sempre, pela participação popular e pelo exercício do controle social exercido pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

O texto de apresentação da Política Municipal de Assistência Social - Lei nº 11.088/2011, diz que esta política tem a importante missão de assegurar a consolidação, no Município, das diretrizes, princípios e objetivos da Política Nacional de Assistência Social, de forma a organizar a ação, tanto governamental, quanto não governamental, numa rede integrada de efetiva Proteção Social, concebida como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. É nessa direção que o programa ora proposto deve caminhar, buscando qualificar, cada vez mais a gestão e a prestação dos serviços, com vistas ao desenvolvimento de seus usuários.

A Secretaria Municipal de Assistência Social, enquanto o órgão gestor desta política compete, regimentalmente, coordenar, executar, manter e aprimorar o sistema de gestão da política e dos serviços de Assistência Social, respeitando os princípios e diretrizes de participação, descentralização e controle das ações, com o envolvimento e articulação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS); cabe a ela viabilizar as condições para que esse processo de aprimoramento se efetive, de modo a cumprir sua missão institucional e, assim, atender à população usuária com a dignidade e respeito que compõem o escopo do que se concebe como direito.

4- **DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL**

Nova Lacerda é um município com Área de 4751,42 km² , possuindo o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,636, em 2010. Desse modo avalia-se em proporção populacional uma estimativa de 5436 hab, com densidade demográfica 1,15 hab/km² , cujo ano de instalação da mesma foi em 1997, conhecendo sua Microrregião como Alto Guaporé , localizada no Mesorregião Sudoeste Mato-Grossense.

O município entre 2000 e 2010, teve a educação como dimensão que mais cresceu em termos absolutos (com crescimento de 0,271), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Renda (com crescimento de 0,161), seguida por Educação e por Longevidade.

Nova Lacerda ocupa a 3378ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 3377 (60,68%) municípios estão em situação melhor e 2.188 (39,32%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 141 outros municípios de Mato Grosso, Nova Lacerda ocupa a 130ª posição, sendo que 129 (91,49%) municípios estão em situação melhor e 12 (8,51%) municípios estão em situação pior ou igual.

Em termos de longevidade, mortalidade e fecundidade, a mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) em Nova Lacerda reduziu 48%, passando de 31,4 por mil nascidos vivos em 2000 para 16,1 por mil nascidos vivos em 2010. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. Em 2010, as taxas de mortalidade infantil do estado e do país eram 16,8 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Nova Lacerda, a esperança de vida ao nascer aumentou 11,9 anos nas últimas duas décadas, passando de 62,6 anos em 1991 para 68,2 anos em 2000, e para 74,5 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 74,3 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Referentes aos aspectos educacionais têm a proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos como indicativos da situação da educação entre a população em idade escolar do município compondo através deste o IDHM Educação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 49,79% e no de período 1991 e 2000, 116,02%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 135,81% entre 2000 e 2010 e 341,17% entre 1991 e 2000. A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 252,25% no período de 2000 a 2010 e 537,13% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 389,55% entre 2000 e 2010 e 2,18% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 50,49% dos alunos entre 6 e 14 anos de Nova Lacerda estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 39,78% e, em 1991, 11,12%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 26,59% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 1,40% e, em 1991, 0,00%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 6,75% estavam cursando o ensino superior em 2010, 1,22% em 2000 e 0,00% em 1991.

Ainda no ano de 2010, 37,08% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 15,89% o ensino médio. Em Mato Grosso, 53,20% e 35,59% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 18,20% nas últimas duas décadas.

Ao se tratar do município de Nova Lacerda em sua totalidade é visto como de extrema necessidade abordar assuntos referentes às rendas locais, o que nessa destacou um aumento significativo, crescendo a renda per capita média de 165,92% nas últimas duas décadas, passando de R$164,46 em 1991 para R$448,85 em 2000 reduzindo para R$437,33 em 2010.

A taxa média anual de crescimento foi de 172,92% no primeiro período e -2,57% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 33,27% em 1991 para 15,17% em 2000 e para 12,90% em 2010. A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,52 em 1991 para 0,60 em 2000 e para 0,51 em 2010.

VULNERABILIDADE SOCIAL

(ATLAS DO DESENVOLVIMENTO, 2003)

Tais dados indicam que as famílias pobres do município se encontram em situação de vulnerabilidade social, concebida na sua forma multidimensional, ou seja, além da ausência de renda, as pessoas ou grupos nesta condição encontram-se socialmente fragilizadas, considerando sua exposição a fatores que geram privação de capacidades e potencialidades e prejudicam o acesso a bens e serviços, ao conhecimento, à renda e ao trabalho. A vulnerabilidade implica ainda em exposição a riscos pessoais e sociais, como, por exemplo, à violência relacionada ao envolvimento com substâncias psicoativas, à exploração sexual, ao trabalho infanto-juvenil, aliciamento, abandono, bem como a fragilidade de vínculos familiares, o não acesso a lazer, cultura, trabalho, saúde, educação, habitação, infraestrutura urbana. Neste último sentido a vulnerabilidade relaciona-se ao desamparo institucional por parte do Estado, e a superação de tal condição demanda atenção do conjunto de políticas públicas.

Essas famílias estão espalhadas pelas várias regiões da zona urbana de Nova Lacerda e também em toda a extensão da zona rural.

Um aspecto relevante na realidade de Nova Lacerda é relacionado às ocorrências de jovens dependentes de drogas. Hoje existe um número expressivo de adolescentes envolvidos, fato que vem sendo discutido amplamente pelos segmentos da sociedade junto ao Poder Público, o que, exige uma apresentação de demanda aos órgãos ligados à Segurança Pública e aos Direitos da Criança e do Adolescente, em âmbito estadual, para que haja uma implantação de serviço de proteção especializado no município, no intuito de oferecer o suporte necessário ao atendimento prestado pela esfera municipal.

Segundo os dados do Relatório de Informações Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – RI Bolsa Família e Cadastro Único (MDS/SAGI, 2018), baseados no último Censo Demográfico (IBGE, 2010) indicam que Nova Lacerda possui aproximadamente 812 pessoas consideradas na extrema pobreza.

Em abril de 2018 havia 1.294 famílias Novalacerdense cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Destas, 840 possuíam renda per capita mensal de até ½ salário mínimo, assim distribuído: 441 com renda de R$00,00 até R$85,01; 183 com renda per capita de R$85,01 a R$170,00; e 216 com renda entre R$170,01 e ½ salário mínimo. Deste montante de famílias, 538 são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (ref. Maio /2018), o que representa uma cobertura de 27,64% da estimativa de famílias pobres (MDS/SAGI, 2018).

Conforme estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento, a cada R$ 1,00 transferido às famílias do programa, o Produto Interno Bruto (PIB) municipal tem um acréscimo de R$1,78.

Outro Relatório do MDS (2010) permite conhecer em detalhes qual a composição etária da população que vivia em situação de extrema pobreza (com renda domiciliar per capita abaixo de R$ 85,00) segundo os dados censitários do IBGE:

Fonte: IBGE, Censo Demográfico – 2010

O Censo do IBGE de 2010 revelou que no município havia 54 crianças na extrema pobreza na faixa de 0 a 3 anos e 31 na faixa entre 4 e 5 anos. O grupo de 6 a 14 anos, por sua vez, totalizou 152 indivíduos na extrema pobreza, enquanto no grupo de 15 a 17 anos havia 65 jovens nessa situação. Foram registradas 66 pessoas com mais de 65 anos na extrema pobreza. 37,3% dos extremamente pobres do município têm de zero a 17 anos.

No que se refere à realidade do Município por segmentos etários, Nova Lacerda apresenta os seguintes dados importantes e que devem ser considerados quando da proposição de ações por todas as políticas públicas. Quanto à realidade da criança e do ao adolescente, segmento legalmente definido

como prioridade absoluta, conforme estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº 8.069/1990), os dados do censo IBGE 2010 indicam que o município conta com 37,3% de sua população na faixa de idade de 00 a 17 anos, o que totaliza 302 pessoas, das quais 237 (29,4%) são crianças de 00 a 14 anos e 65 (7,9%) são adolescentes, de 15 a 17 anos.

A faixa etária dos jovens, de 18 aos 39 anos, reúne também, com base nos dados do Censo IBGE 2010, 31,09% do total da população, ou seja, 254 pessoas. Entre 40 e 59 anos estão 23,3% dos habitantes de Nova Lacerda num total de 189 pessoas, entre 60 anos ou mais se estima 8,2% dos habitantes, equivalente à aproximadamente 66 pessoas. A soma destes três segmentos, que compõe o grupo que classificamos aqui como população adulta é de 509 habitantes, perfazendo 62,59% da população total.

No que se refere à população idosa enquadrada na extrema pobreza, outro público destacado pela legislação como alvo de atenção prioritária das políticas públicas para a garantia dos seus direitos (segundo Estatuto do Idoso - Lei 10.741/2003), o Censo IBGE 2010 chegou a um número de 66 pessoas, 8,2% do total das pessoas enquadradas no extrema pobreza, em aspectos gerais, referente a população no total Nova Lacerda possui 4% dos habitantes com 65 anos ou mais, chegando em um total de 217 idosos.

Na média geral populacional do município de Nova Lacerda em todos os setores, existem mais homens do que mulheres. Sendo a população composta de 46.36% de mulheres e 53.64% de homens.

Conforme o censo 2010 do IBGE, a população de Nova Lacerda (todos Os Setores) é distribuída entre homens e mulheres. A População masculina representa 2.916 hab, e a população feminina, 2.520 hab. O gráfico acima demonstrou essa relação.

Com base em aspectos financeiros, o (IBGE) em 2015, relatou que o salário médio mensal entre os habitantes era de 2.3 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 11.7%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 57 de 141 e 83 de 141, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 934 de 5570 e 2894 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 41.9% da população nessas condições, o que o colocava na posição 20 de 141 dentre as cidades do estado e na posição 2487 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Mediante aos dados analisados, referente ao ano de 2010 e 2015, nota-se uma melhora significativa nos aspectos financeiros da população Novalacerdense, no entanto, ainda há muito que melhorar, pois, é visto como fontes geradoras de renda, apenas os órgãos públicos, pecuária, agricultura e comércios locais, o que não é o suficiente para empregar a população, em conseqüência do desemprego o município sofreu uma evasão significativa de moradores.

Os dados aqui apresentados estão longe de esgotar a análise socioterritorial de Nova Lacerda. Contudo, contribuem para fixar a noção de que é preciso mobilizar todo o conjunto de políticas públicas municipais na direção da solução dos grandes problemas locais, entre eles a pobreza e a desigualdade social que privam parcela significativa de Novalacerdense do efetivo exercício dos seus direitos de cidadania. Veremos, a seguir, a contribuição da Política Municipal de Assistência Social

COBERTURA DA REDE PRESTADORA DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

A rede socioassistencial, segundo a Norma Operacional Básica do SUAS/NOB –NOB/SUAS/2005, é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que oferta e opera benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas as unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial, e ainda por níveis de complexidade.

Em Nova Lacerda a ação integrada da rede é um dos principais diferenciais do trabalho, tendo destaque às comissões de serviços, que se reúnem para debates metodológicos, de fluxos e procedimentos e padrões de qualidade, os diversos serviços governamentais e não governamentais, segundo a modalidade de atuação e a integração exigida no processo de atendimento. O padrão de qualidade dos serviços é regulado pelo Sistema Municipal de Monitoramento e Avaliação, construído à luz do estabelecido na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e aprovado mediante Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social. A integração da rede favorece a constante avaliação, revisão e aperfeiçoamento desse sistema.

Nova Lacerda, por ser um município de pequeno porte, deve ter, conforme estabelecido na NOB/SUAS 2005, uma rede socioassistencial adequada, que conte com os serviços considerados necessários ao atendimento da população, de acordo com os níveis de complexidade estabelecidos na Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 – Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, que devem garantir seguranças de sobrevivência, acolhida e de convívio ou vivência familiar e comunitária em cada uma de suas ações, sejam elas serviços, benefícios, programas e projetos. As ações desenvolvidas buscam articular a transferência de renda com os serviços socioassistenciais.

No âmbito da Proteção Social Básica, as ações destinam-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, ausência de renda, privações, acesso precário ou nulo aos serviços e fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento. Seu objetivo é a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

As ações desse nível de proteção devem ser executadas por intermédio de diferentes unidades, de forma direta nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, unidades públicas municipais, de base territorial, bem como de forma indireta nas entidades e organizações não governamentais na área de abrangência dos CRAS.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução CNAS nº 109/2009, define três tipos de serviços para no âmbito da Proteção Social Básica: Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família – PAIF, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (para crianças, adolescentes e idosos); e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

Nova Lacerda possui em sua rede de proteção social básica governamental e não governamental (conveniada) esses três tipos de serviços, conforme tabela a seguir:

- Serviços Socioassistenciais de Proteção Social Básica

Tipo de Serviço	Numero de Unidades Numero de Atendidos (média mensal)
PAIF - Serviço de Proteção E Atenção Integral à Família.	1 CRAS 86 Famílias Acompanhadas
Serviço de Convivência e	1 Centro 30

Fortalecimento de Vínculos para Crianças e adolescentes.	2 Grupos
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos.	1 Centro 117 3 Grupos Nos grupos
Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.	1 serviço 05 famílias

Os programas qualificam os serviços socioassistencias. No âmbito da Proteção Social Básica é desenvolvido em Nova Lacerda tem como parceria o SENAR, onde busca a inclusão das famílias usuárias da política de assistência social, por meio dos cursos disponibilizados pelo SENAR, assim como, oficinas e projetos realizados no CRAS, para maior incentivo das famílias à integração ao mundo do trabalho.

Atualmente estão em desenvolvimento 05 turmas do SENAR, nas várias áreas de formação profissional, num total de 64 pessoas em aperfeiçoamento. Além desse, o Programa BPC na Escola é desenvolvido no Município de Nova Lacerda, com mapeamento e acompanhamento das crianças e adolescentes beneficiárias que se encontrem fora da rede escolar, identificando barreiras estruturais e atitudinais.

Já as ações de Proteção Social Especial destinam-se a usuários que tenham seus direitos violados, sendo os serviços desenvolvidos ainda pela equipe de Proteção Social Básica, CRAS, pois, no município não possui centros especializados como CREAS.

5- BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS

Os Benefícios Assistenciais, segundo Pereira (2005), constituem, “na história da política social moderna, a distribuição pública de provisões materiais ou financeiras a grupos específicos que não podem, com recursos próprios, satisfazerem suas necessidades básicas”. Os benefícios configuram-se num instrumento protetor, de responsabilidade do Estado, articulados com os serviços prestados no âmbito da política pública de assistência social.

Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS) em seu Capítulo IV dispõe sobre Benefícios, Serviços, Programas e Projetos de Assistência Social.

Os Benefícios Assistenciais se dividem em duas modalidades direcionadas a públicos

específicos: os Benefícios Eventuais e o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC).

Os benefícios eventuais estão previstos no art.22 da LOAS como sinômino de contingência social. Constituem-se em parcela de direito de cidadania em modalidade não contributiva como medida estratégica na cadeia de provisões assistenciais, a fim de suprir fragilidades provocadas por contingências sociais, caracterizadas pelas eventualidades de sua

ocorrência possível, mas não previsíveis e pela urgência de seu atendimento no enfrentamento

de tais situações que, caso não sejam sanadas, produzirão sérios prejuízos a quem dela benefícios eventuais caracterizam-se por seu caráter suplementar e provisório, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

No município de Nova Lacerda, os benefícios eventuais estão organizados nas modalidades de: Auxilio transporte, auxilio alimentação especial, auxilio funeral, auxilio cesta básica e outros produtos necessários a dignidade humana e/ou em situação de risco ou vulnerabilidade social. Todas essas modalidades são regulamentadas por decreto municipal.

O Cupom de cesta básica e outros produtos necessários a dignidade humana e/ou em situação de risco ou vulnerabilidade social visa proporcionar estabilidade momentânea para sanar fragilidades materiais ocasionadas por contingências sociais, possibilitando o cumprimento das funções da Política Pública de Assistência Social. Tem como um de seus objetivos atender situações emergenciais de suprimento material de gêneros de primeira necessidade por exposição a riscos e vulnerabilidades decorrentes de contingências sociais. São concedidos mensalmente no município 50 cestas básicas.

O benefício Auxílio Funeral se coloca como apoio às situações de vulnerabilidades sociais provocadas por decorrência de morte de um dos membros da família. Contempla serviço de velório e sepultamento, e outros itens necessários à garantia da dignidade da família. Em média são concedidos 03 Auxílios Funerais por mês (ref. 2018).

A concessão de passagem rodoviária, intermunicipal e interestadual caracteriza-se como forma de garantia de mobilidade e acesso dos usuários da política de assistência social, seja para a inclusão/atendimento nos serviços socioassistenciais, seja para o retorno ao convívio familiar e/ou comunitário. No que tange às passagens intermunicipais e interestaduais a média é de 15 concessões por mês (ref. 2018).

O município de Nova Lacerda conta ainda com o Programa Municipal de Transferência de Renda (Pró-Familia) destinado às pessoas ou famílias que se encontram em condição de vulnerabilidade social e/ou em risco social. O benefício consiste na concessão de recurso em um Cartão do Pró-familia no valor de R$ 100,00 (que pode ser usufruído apenas com alimentação), conforme situação de vulnerabilidade identificada. Nesse a prefeitura deverá motivar as famílias a sair da linha de pobreza, incluindo-as na rede de proteção social, promovendo capacitações que possibilitem as famílias a ganhar seu próprio sustento e buscar postos de trabalho. Atualmente estão contempladas 100 famílias que recebem mensalmente o benefício desta modalidade.

Além dos benefícios municipais a Secretaria Municipal de Assistência Social faz a gestão local do Programa de Transferência de Renda Federal- Bolsa Família. Esse benefício se caracteriza como transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza.

O Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a

Situação de vulnerabilidade.

O valor do beneficio varia conforme o tamanho da família, da idade dos seus membros e da sua renda. Há benefícios específicos para famílias com crianças, jovens até 17 anos, gestantes e mães que amamentam.

A gestão do programa é descentralizada e compartilhada entre os entes federados. A seleção das famílias para o Bolsa Família é feita com base nas informações registradas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instrumento de coleta e gestão de dados que tem como objetivo identificar as famílias de baixa renda. O Cadastro Único gera um importante banco de dados que permite conhecer, de forma detalhada a realidade socioeconômica dessas famílias cadastradas.

No município de Nova Lacerda, atualmente são 1.294 famílias no Cadastro Único (Abril/2018) e 538 famílias beneficiárias (maio/2018) do Programa Bolsa Família, sendo que destas 247 famílias recebem o Benefício de superação de Extrema Pobreza (BSP).

Em relação ao benefício de prestação continuada (BPC), cuja responsabilidade de concessão e gestão é da esfera federal, o município de Nova Lacerda identifica e orienta os potenciais beneficiários quanto às providências para seu requerimento. Além disso, o beneficiário e sua família são inseridos no Cadastro Único e no Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família.

Como benefício da Política de Assistência Social, o BPC integra a Proteção SocialBásica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. É um benefício individual, não vitalício e intransferível, que assegura a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Em ambos os casos, devem comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família.

A gestão do BPC é realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), que é responsável pela implementação, coordenação, regulação, financiamento, monitoramento e

avaliação do Benefício. Já a operacionalização é realizada pelo Instituto Nacional do Seguro

Social (INSS). Os recursos para o custeio do BPC provêm da Seguridade Social, sendo administrado pelo MDS e repassado ao INSS, por meio do Fundo Nacional de Assistência

Social (FNAS).

Atualmente são 136 beneficiários do BPC em Nova Lacerda, sendo 74 pessoas com deficiência e 62 idosos (dados de 05/2018).

DESAFIOS DA POLÍTICA DE ASSISTENCIA SOCIAL PARA O QUADRIÊNIO

Diante do volume de benefícios existentes no âmbito local demanda-se uma estrutura de gestão compatível para a integração destes com os serviços que compõem a política de assistência social no município.

A infraestrutura insuficiente e, muitas vezes, inadequada, é entrave significativo à gestão de serviços e benefícios, o que pode prejudicar o acesso das famílias aos direitos de proteção social afiançados desta política. Uma das principais necessidades identificadas é a implementação de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem as condições necessárias ao processo de gestão, bem como, possibilitem o cumprimento dos Planos de Providências firmados com os Governos Estadual e Federal e Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS.

A avaliação do Município pelo Índice de Desenvolvimento de CRAS (ID CRAS), realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que contempla quatro variáveis dentre as quais o quadro de recursos humanos e a estrutura aponta tais deficiências na rede de Nova Lacerda, visto que ainda persiste a realidade de CRAS mantido em regime de convenio com a rede não governamental para provimento de pessoal e de estruturas físicas precárias e não condizentes com as necessidades do atendimento prestado. Isso, além de impactar no cofinanciamento específico do serviço em questão, também reflete em incentivos de gestão destinados ao município quando do cumprimento das normativas afetas aos serviços.

O referido diagnóstico indicou, ainda, outros aspectos da política municipal que merecem atenção e investimentos, a fim de que se possam alcançar patamares mais elevados de atendimento às demandas das famílias e seus membros e, assim, melhores níveis de garantia de direitos. São eles:

1- Alto número de crianças e adolescentes, em especial de 06 a 17 anos, fora da rede de serviços socioassistenciais, com aumento das vulnerabilidades e violação de direitos; 2- Dificuldade dos usuários em acessar os serviços. No caso dos CRAS, vale ressaltar como fator determinante estrutura inadequada. Também as crianças e adolescentes têm muita dificuldade em acessar os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, em face do grande número de demandas frente à capacidade de atendimento da rede instalada, bem como quadro reduzido de funcionário. 3- Demanda reprimida nos territórios para o atendimento das situações de média e alta vulnerabilidade, ou seja, para as situações de violação de direitos cujo atendimento é responsabilidade da política de assistência social. Uma das demandas mais presentes é a de descentralização dos serviços destas complexidades; 4- O crescimento e envelhecimento do número de pessoas com deficiência com um único cuidador, quando se trata de idoso, é outro fator para o qual a política municipal deve atentar. Verifica-se a sobrecarga física e emocional dos cuidadores e seu desfalecimento e também o envelhecimento destes, o que aponta para o potencial crescimento da demanda de pessoas com deficiência sem referência familiar; 5- Insuficiência de serviços para o atendimento de pessoas com deficiência, tanto na prevenção (Proteção Social Básica), quanto na proteção (Proteção Social Especial); 6- Dificuldade em realizar a busca ativa e a vigilância social, devido ao grande número de glebas na zona rural e bairros que compõem os territórios de abrangência dos CRAS – consequente sobrecarga das equipes técnicas; 7- Aumento das situações de violência, abuso, e exploração sexual contra criança e adolescente, o que indica a necessidade de implementação de serviço para o atendimento da vítima e sua família, por meio da atuação do CREAS - Centro de Referência Especializada de Assistência Social, a quem compete o atendimento a pessoas e famílias com direitos violados; 8- Novas configurações das demandas dos usuários que têm exigido dos profissionais habilidades e conhecimentos especializados e diversificados, destacando-se o alto comprometimento com substâncias psicoativas e a ocorrência de situações de violência e ameaça, entre outras; 9- Necessidade de uma rede de acolhimento institucional, que alcança todas as modalidades e necessidades do público, fazendo-se necessário disponibilizar de acordo com a necessidade o número de vagas para atendimento de crianças, adolescentes e adultos, bem como implementar outros serviços e alternativas no município, a exemplo da Casa de apoio e das Repúblicas para pessoas em situação de rua; 10- Ausência de uma política municipal/estadual para atendimento à população em situação de rua; 11- A cultura de migração, temporária de membros da Reserva Indígena para o núcleo urbano, com a finalidade de comercialização do artesanato, por vezes os expõe aos mais variados riscos, principalmente as crianças, o que desafia as equipes técnicas e indica, cada vez mais, a necessidade de investimentos em estrutura na área urbana e capacitações para melhor atendimento na área urbana e na Terra Indígena; 12- Na gestão há grandes desafios devido à realidade dinâmica, à política em construção e à sobrecarga de trabalho das equipes técnicas o que indica a necessidade constante de formação e cuidado com os trabalhadores do SUAS, incrementando a gestão do trabalho nesta política; 13- Estrutura material e disponibilidade de

ferramentas de trabalho não correspondem à dinâmica, havendo a necessidade de informatização de alguns processos de trabalho e de condições para manutenção estrutural, bem como adequação das estruturas de armazenamento de materiais e almoxarifado; 14- Garantia de manutenção dos serviços dentro dos padrões de qualidade e dignidade estabelecidos na regulação vigente. 15- Todas essas situações identificadas demandam do Poder Público o enfrentamento a curto e médio prazos, o que justifica o desenvolvimento deste Plano Municipal, que vem se somar ao Plano Plurianual, como ferramentas do aprimoramento da Política Municipal de Assistência Social, da sua aproximação permanente aos parâmetros da Política Nacional e do Sistema Único de Assistência Social.

6- OBJETIVOS DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Política de Assistência Social a que se refere este Plano visa desenvolver e apoiar ações voltadas à proteção social básica e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco sociais, garantindo-lhes o afiançamento das seguranças estabelecidas no Sistema Único de Assistência Social/SUAS. Para tanto, se organiza em dois níveis de proteção, e conta com estrutura de gestão e mecanismos de participação e controle social, conforme descrição abaixo:

ü Proteção Social Básica: Prevenir situações de risco, atendendo famílias e indivíduos nas diferentes fases do ciclo geracional, que se encontre em situação de vulnerabilidade social; ü Gestão: Gerenciar a política de assistência social no Município de Nova Lacerda, exercendo a coordenação do SUAS neste âmbito, promovendo qualificação e aperfeiçoamento para funcionamento dos serviços, a viabilização de infraestrutura para esta política e a articulação entre os diversos serviços, conselhos e outras áreas de políticas públicas para desenvolvimento das ações, na perspectiva da intersetorialidade e complementaridade, com vistas à promoção do desenvolvimento da qualidade de vida das famílias atendidas; na perspectiva da gestão democrática e participativa, com respeito às instâncias de controle social. ü Reforma e/ou construção da infraestrutura da unidade de atendimento do SUAS. ü Ampliação do número de abrangência do público prioritário do SCFV e implantação do serviço em regiões do município ainda não contempladas. ü Implantar um centro de convivência e fortalecimento de vinculo, de modo atender famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social decorrentes da exposição a situações de vulnerabilidade, tais como: Trabalho infantil; Vivência de violência e/ou negligência; Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos; Em situação de acolhimento; Em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; Egressos de medidas socioeducativas; Situação de abuso e/ou exploração sexual; Com medidas de proteção do ECA; Crianças e adolescentes em situação de rua; Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência, entre outras que caracterizam o fenômeno da exclusão social, visando à superação das situações de vulnerabilidade e risco identificadas e a inserção em serviços da política de assistência social prestados nas unidades de média complexidade da rede de serviços governamental e não governamental, em articulação com o Sistema de Garantia de Direitos; ü Implantar e implementar serviços, viabilizando estrutura necessária e adequada ao seu funcionamento, qualificação, modernização e ampliação da cobertura das unidades de atendimento. ü Viabilizar condições para que a vigilância social ocorra, de forma a produzir, sistematizar e gerir informações úteis e necessárias à identificação das vulnerabilidades e riscos que demandem ações no campo da defesa social e institucional e no provimento da proteção social básica. ü Controle: Assegurar o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e a realização de conferências municipais, precedidas da realização de pré-conferências, assim como apoiar técnica e financeiramente a manutenção, estruturação e qualificação das ações do conselho. ü Apoiar a criação e implementação de espaços democráticos de participação dos usuários da política de assistência social, garantindo-lhes acesso e conhecimento dos direitos socioassistenciais e sua defesa. ü Fomentar a participação e o exercício do controle na política de assistência social, promovendo a articulação entre o poder público e a sociedade civil ü Ampliação do acompanhamento familiar às famílias cadastradas no Cad Único realizado pelos CRAS. ü Garantia de atendimento social diferenciado para a terra indígena. ü Constituição de equipes volantes e infra-estrutura adequada para a melhoria da atenção às famílias de território distantes do CRAS e de difícil acesso.

Objetivo Geral

Este Plano Municipal de Assistência Social objetiva reunir toda a demanda de aprimoramento da Política Municipal de Assistência Social na gestão do SUAS - envolvendo os serviços e benefícios ofertados, a sua gestão, e os mecanismos de participação e controle social, fixando as diretrizes, estratégias, ações e metas para sua contemplação, bem como formas de realizar o acompanhamento do seu desenvolvimento, o monitoramento e a avaliação.

Objetivos Específicos

v Relacionar os principais indicadores socioeconômicos municipais, estabelecendo um perfil socioterritorial que contribua para proporcionar a compreensão acerca dos principais problemas e vulnerabilidades sociais que demandam atenção das políticas públicas, em especial da Política Municipal de Assistência Social; v Descrever o trabalho realizado no âmbito da Política Municipal de Assistência Social, ou seja, a cobertura da rede prestadora de serviços socioassistenciais; v Agrupar as várias demandas para a Política, provenientes de procedimentos e documentos diversos: Propostas aprovadas na última Conferência Municipal de Assistência Social (2017). v Organizar as demandas por eixos: Proteção Social Básica; Proteção Social Especial; Gestão do SUAS; Controle Social; Benefícios e Transferência de Renda; v Fixar, para cada eixo, diretrizes, estratégias, ações e metas;

<table>
<tr><th>Eixos</th><th>Agrupamento (diretriz definida)</th><th>Documento de Referência</th><th>Ano da deliberação/ aprovação</th><th>Estratégia</th></tr>
<tr><td>EIXO 1
EIXO 2
EIXO 3
EIXO 4</td><td>A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais
EIXO 2: Gestão democrática e controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS
Acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais.
A legislação como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidade dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais.</td><td>Conferência MUNICIPAL de Assistência Social</td><td>2017</td><td>
<table>
<tr><th>PRIORIDADES PARA O MUNICÍPIO</th><th>PRIORIDADES PARA O ESTADO</th><th>PRIORIDADES PARA A UNIÃO</th></tr>
<tr><td>a) Promover as ações e movimentos envolvendo os moradores objetivando o fortalecimento do convívio família.</td><td>b) Fomentar a disponibilização de recursos financeiros para o desenvolvimento de ações para crianças, adolescentes, jovens e idosos.</td><td>c) Haver condicionalidades no SUAS para que os usuários permaneçam nos projetos e programas da Assistência Social.</td></tr>
<tr><td>a) Criar uma lei municipal que de incentive fiscal aos empresários com o objetivo de empregar menores aprendizes.</td><td>b)Fomentar recursos para projetos direcionados aos adolescentes.</td><td>c)Reavaliar condições necessárias para o BPC, onde permita mais de um benefício por domicilio.</td></tr>
<tr><td>d)Adesão da APAE no município.</td><td>e)Fomentar mais cursos como SENAI, SENAR e SESI</td><td></td></tr>
</table>
</td></tr>
</table>

				f)Aprovar na Câmara horário limite para criança estar na rua.		
				g)Incluir monitores nos ônibus escolares.		
				h)Implantação de horta comunitária.		
				a)Promover palestras e encontros para orientar os usuários sobre a importância da contribuição previdenciária, para garantir um futuro digno.	b)Recursos para aprimorar tanto serviços oferecidos como capacitação profissional.	c)Criação de um centro para idosos, que desenvolvam atividades com os mesmos e com as famílias a fim de inseri-los na sociedade.
					d)Recursos para investor na criação e inovações de projetos que incentivem a participação da sociedade.	e)Criação de um sistema onde social, saúde e educação tenham acesso para pesquisar o usuário através do CPF.
				a) Ampliar atendimentos voltados a cursos e recursos humanos.	b)Aquisição de Veículos para o CRAS	c)Fomentar recursos para contratar mais técnicos para atender a demanda do CRAS.
					d)Reforma do prédio do CRAS	

Deliberações para o Município – Totalizando até 10 Deliberações, considerando os 4 Eixos		
	DELIBERAÇÕES	Eixo ao qual está relacionada (Eixo 1; Eixo 2; Eixo 3; Eixo 4)
1	Promover as ações e movimentos envolvendo os moradores objetivando o fortalecimento do convívio família.	Eixo 1
2	Adesão da APAE no município	Eixo 2
3	Promover palestras e encontros para orientar os usuários sobre a importância da contribuição previdenciária, para garantir um futuro digno.	Eixo 3
4	Ampliar atendimentos voltados a cursos e recursos humanos.	Eixo 4
5	Aprovar na Câmara horário limite para criança estar na rua.	Eixo 2
6	Incluir monitores nos ônibus escolares.	Eixo 2
7	Implatação de horta comunitaria.	Eixo 2
8	Criar uma lei municipal que de incentive fiscal aos empresários com o objetivo de empregar menores aprendizes.	Eixo 2

Deliberações do Município para o Estado, considerando os 4 Eixos da Conferência – Total de deliberações deve considerar quantitativo máximo indicado para municípios de cada estado		
	DELIBERAÇÕES	Eixo ao qual está relacionada (Eixo 1; Eixo 2; Eixo 3; Eixo 4)
1	Fomentar a disponibilização de recursos financeiros para o desenvolvimento de ações para crianças, adolescentes, jovens e idosos.	Eixo 1
2	Fomentar recursos para projetos direcionados aos adolescentes.	Eixo 2
3	Recursos para aprimorar tanto serviços oferecidos como capacitação profissional.	Eixo 3
4	Recursos para investir na criação e inovações de projetos que incentivem a participação da sociedade.	Eixo 3
5	Aquisição de Veículos para o CRAS	Eixo 4
6	Reforma do prédio do CRAS	Eixo 4

Deliberações do Município para a União, considerando os 4 Eixos da Conferência Até 4 deliberações		
	DELIBERAÇÕES	Eixo ao qual está relacionada (Eixo 1; Eixo 2; Eixo 3; Eixo 4)
1	Haver condicionalidades no SUAS para que os usuários permaneçam nos projetos e programas da Assistência Social.	Eixo 1
2	Reavaliar condições necessárias para o BPC, onde permita mais de um beneficio por domicilio.	Eixo 2
3	Criação de um sistema onde social, saúde e educação tenham acesso para pesquisar o usuário através do CPF.	Eixo 3
4	Fomentar recursos para contratar mais técnicos para atender a demanda do CRAS.	Eixo 4

7- RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS

A consolidação das metas estabelecidas neste Plano impactará na efetiva garantia de direitos de cidadania à parcela da população atendida pela Política Municipal de Assistência Social do Município, na medida em que implicará na ampliação e qualificação do seu atendimento e consequente inserção/alcance pelas demais políticas públicas, bem como melhoria do acesso às riquezas socialmente produzidas. Em última instância, a plena execução deste planejamento contribuirá para reduzir desigualdades e iniquidades, ampliando os níveis de cidadania, justiça social e bem estar em nossa cidade.

MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO

Em 2018 esse percentual corresponde à destinação de R$ 1.016.500,00 (Hum milhão, dezesseis mil e quinhentos reais) de fonte livre (recursos próprios), dos quais R$ 103.000,00 (Cento e três mil reais) estão alocados no orçamento do órgão gestor, voltados ao pagamento de pessoal e atividades de coordenação e gestão da Política Municipal, e R$ 913.500,00 (novecentos e treze mil e quinhentos reais) no Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, para custeio e investimentos referentes aos serviços, programas, projetos e benefícios. Do total do FMAS, R$ 677.500,00 (Seiscentos e setenta e sete mil e quinhentos reais) se destinam à Proteção Social Básica, sendo R$ 570.000,00 (Quinhentos e setenta mil reais) para manutenção de serviços e benefícios e R$ 107.500,00 para investimentos. A Proteção Social Especial conta com R$ 236.000,00 (Duzentos e trinta e seis mil reais), sendo usado em sua totalidade para manutenção dos serviços.

O orçamento do FMAS contempla também os recursos recebidos anualmente do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS. A previsão de repasses desse fundo para o Município de Nova Lacerda em 2018, para serviços e gestão, é de R$ 256.000,00(duzentos e cinquenta e seis mil reais) e do Estado 41.000,00 (quarenta e um mil reais).

8- INDICADORES DE MONITORAMENTO DE AVALIAÇÃO

O monitoramento consiste no acompanhamento contínuo, cotidiano, por parte de gestores e gerentes, do desenvolvimento dos serviços, programas e benefícios em relação ao cumprimento de seus objetivos e metas. É uma função inerente à gestão, devendo ser capaz de prover informações que permitam a adoção de medidas corretivas para melhorar a qualidade, eficiência e eficácia dos serviços, programas e benefícios. É realizado por meio da captura de informações e produção regular de indicadores. Pode estar baseado na captura de informações in loco, em dados coletados por sistema de informações gerenciais, ou ainda, em sistemas que coletam informações específicas para os objetivos do monitoramento. (NOB SUAS/2012).

O monitoramento deste plano ocorrerá em todo o período de sua execução para verificação do processo e, à medida da necessidade adoção das providências cabíveis. Ao final de cada exercício, será feita a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas e (caso necessário) revisão do plano para o exercício seguinte.

As metas indicadas ano a ano nas planilhas deste plano, correspondem aos indicadores que se busca monitorar em cada período. Portanto, os indicadores de avaliação estão expressos juntamente com a apresentação das diretrizes, ações e estratégias.

A avaliação se constitui em processo de análise do alcance das metas propostas no Plano Municipal de Assistência Social frente aos objetivos definidos. Esta será realizada a partir dos indicadores estabelecidos na planilha, verificando quais foram os avanços e resultados alcançados, as dificuldades e desafios encontrados, bem como propostas de solução.

Esse processo deve se dar periodicamente, com base nos dados obtidos no monitoramento sistemático que gerará relatórios e orientações técnicas das metas acompanhadas, constituindo-se em elemento fundamental para instrumentalizar as decisões do gestor quanto às intervenções e medidas necessárias.

Como forma de melhor desenvolver essa dinâmica de monitoramento e avaliação, será proposta a constituição de um processo participativo de avaliação do Plano, através da composição de comissão de acompanhamento que contemple representação dos diversos segmentos envolvidos na política, tais como: trabalhadores, gestores, prestadores de serviços e usuários, garantindo representatividade do Conselho Municipal de Assistência Social.

9- REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **A extrema pobreza no seu município**: Nova Lacerda/Pr. Disponível em: Acesso em: 18 junho. 2018.

IBGE. Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de maio de 2018. Disponível em:

<ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2013/estimativa_2013_dou.pdf

>.Acesso em 10 junho. 2018.

. **Lei Orgânica da Assistência Social.** Lei nº 8.742, de 08 de dezembro de 1993.

Ministério Desenvolvimento do Trabalho .Relatório de informações. R1, V.4. Disponivel em: acessado dia 18 de junho 2018.

Ministério Desenvolvimento do Trabalho.Relatório de informações. R1, V.3. Disponivel em: acessado dia 16 de junho, 2018.

PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2003.** Disponível em: Acessado dia 06 de junho, 2018.

. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica do SUAS — NOB/SUAS**. MDS/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005. Disponível em: . Acesso em 17 junho. 2018.

PEREIRA. Potyara Amazoneida P. **Panorama do Processo de Regumentação e Operacionalização dos Benefícios Eventuais regidos pela LOAS**. In: Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. – N. 12 (2010) - . Brasília, 2005.

10- **ANEXOS**

RESOLUÇÃO Nº 004, de 18 de Julho de 2018.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS-MT, através de seu Presidente, faz saber deste Conselho, no uso de suas atribuições legais, reunindo em Assembléia Ordinária realizada no dia 18 de Julho de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Assistência Social 2018 – 2021 de Nova Lacerda - MT.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data, publique e cumpra se.

Nova Lacerda – MT, 18 de Julho de 2018.

Ademar Luiz Castoldi

Presidente do CMAS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
DISPENSA LICITAÇÃO Nº 38/2018

DISPENSA LICITAÇÃO Nº 38/2018

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda- MT, torna público aos interessados a contratação;

Futura e Eventual contratação de empresa especializada em Instalação e Confecções de placas de sinalização em chapa metálica galvanizada 2,5 polegada de 3 metros com adesivo colorido, atendendo a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Favorecida MACIEL DA SILVA & CIA LTDA-ME R$28.000,00 (Vinte e oito mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93, Lei Municipal 730/2015 e Decreto municipal 895/2015.

Nova Lacerda- MT 17 de Junho de 2018.

Uilson Jose da Silva

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 004/2018 PLANO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NOVA LACERDA

RESOLUÇÃO Nº 004, de 18 de Julho de 2018.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS-MT, através de seu Presidente, faz saber deste Conselho, no uso de suas atribuições legais, reunindo em Assembléia Ordinária realizada no dia 18 de Julho de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - **Aprovar o Plano de Assistência Social 2018 – 2021 de Nova Lacerda - MT**.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data, publique e cumpra se.

Nova Lacerda – MT, 18 de Julho de 2018.

Ademar Luiz Castoldi

Presidente do CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA
PORTARIA Nº. 231/2018

*"Dispõe sobre a Transferência entre Secretarias da **Srª. Luzia Martelo de Miranda"***

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - **TRANSFERIR**, a Srª. **LUZIA MARTELO DE MIRANDA,** portadora do RG nº. 1.744.244 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 016.181.021.76, da Secretaria Municipal de Ação social para a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 02 de Julho de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 18 de Julho de 2018.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA
PORTARIA Nº. 232/2018

*"Dispõe sobre licença para Tratamento de Saúde da **Sr Arlindo Dias de Amorim"***

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER LICENÇA SAÚDE**, ao Srº. **ARLINDO DIAS DE AMORIM**, portador do RG nº 139339 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 419.758.711.20, licença concedida para tratamento de saúde, a partir do dia 02 de Julho de 2018, conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,retroagindo aos seus efeitos 02 de Julho de 2018 revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 18 de Julho de 2018.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA
PORTARIA Nº. 234/2018

"Dispõe sobre Retorno de Férias do Servidor"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - RETORNAR DE FÉRIAS, o servidor:

MAT	NOME	CPF
76	OCIEL ADRIANO BUCHS	994.201.201.04

Conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, a partir de 04 de Julho de 2018, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo aos seus efeitos no dia 04 de Julho de 2018, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 18 de Julho de 2018.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA
PORTARIA Nº. 233/2018

*"Dispõe sobre a Licença de Férias do Servidor **Sr. Cícero Rufino de Souza"***

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, ao Sr CÍCERO RUFINO DE SOUZA, portador da Cédula de Identidade nº. 779.431 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 326.645.401.49, conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, a partir desta data 02 de Julho de 2018, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo aos seus efeitos no dia 02 de Julho de 2018, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 18 de Julho de 2018.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº. 1838 DE 18 DE JULHO DE 2.018.

Dispõe sobre a Convocação de Candidatos Aprovados no Concurso Público - Edital n° 001/2016 e da outras providências.

O Srº. ***João Teodoro Filho***, Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse público e a necessidade da Administração Pública Municipal;

Considerando ainda o Decreto Municipal nº. 1519 de 28 de junho de 2.016 e o Edital de n° 001/2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica convocado os candidatos a seguir relacionado com o respectivo cargo.

GERENTE DE SERVIÇOS SOCIAIS

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
219053	MARIANNE NASCIMENTO	15/01/1989	67,5	2

Art. 2º. **O não comparecimento dos candidatos ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal no prazo de 30 (trinta) dias a partir da publicação deste Decreto implicará na nulidade do ato que a convocou.**

Art. 3º - Os candidatos a serem nomeados e empossados deverão atender o previsto nos itens 2.3.1 a 2.3.10 do Edital do Concurso Publico nº 001/2016 e ainda apresentar no prazo máximo estabelecido no artigo 2º:

I. Comparecer em data, horário e local preestabelecido para tomar posse e receber designação para o respectivo local e trabalho;

II. Para tomar posse, o candidato deve apresentar cópia da seguinte documentação no original ou fotocópia autenticada: cópia da cédula de identidade, cópia do cadastro de pessoa física - CPF/MF, comprovante de endereço, cópia do título de eleitor e certidão de quitação eleitoral, cópia da reservista ou documento equivalente (quando sexo masculino), cópia da certidão de casamento ou nascimento, cópia da certidão de nascimento dos filhos, cópia da carteira de vacinação dos filhos de 0 a 7 anos ou declaração de frequência escolar dos filhos acima de 07 anos até 14 anos,

III. cópia do certificado de escolaridade exigida pelo cargo, certificado de Comprovação para as especialidades, pós-graduação e cursos de qualificação, conforme os casos apresentados no ato da inscrição, cópia da carteira profissional no caso de profissão regulamentada, cópia do comprovante de inscrição no PIS/PASEP, exceto se nunca fora inscrito, cópia do comprovante de residência, número de conta corrente para pagamento, apresentar exames atualizados de no máximo 20 dias de: Hepatites virais, Hemograma, Glicemia, Tipagem Sanguínea, VDRL e DST, atestado médico atestado de aptidão física e mental, declaração de não acúmulo de cargo e declaração de bens.

III - Idoneidade civil e criminal através de certidões negativas expedidas pelo Cartório Distribuidor do Juízo Estadual e Nacional da Comarca onde reside;

VI - Não haver infringido as leis constantes do Edital do Concurso Público nº 001/2016;

V - Não estar exercendo acumulação ilegal de cargos públicos, comprovada através de Declaração;

VI - Ter aptidão de sanidades física e mental para o exercício do cargo, comprovado por bateria de exame feito por Junta Médica.

Art. 4º - A nomeação será feita exclusivamente no Regime Estatutário.

Parágrafo Único - A jornada de trabalho é aquela definida no referido Edital.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Nazaré - MT em 18 de Julho de 2.018.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2018

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

CONTRATADA: WEBLINE SOFTWARE LTDA

OBJETO: Fornecimento, manutenção e suporte técnico de sistemas aplicativos de informatica pra gestão do processo legislativo denominado Webcamara® e Integracao do sistema de controle legislativo o site da câmara

VALOR GLOBAL: R$ 3.600,00 + parcela única de R$ 750,00 de implantação

VALOR UNITÁRIO: R$ 600,00 (em seis parcelas mensais)

DOTAÇÃO: 01.00100.01.031.0001.2003.3.3.90.39.00.00

ASSINATURA: 16 de julho de 2018

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, iniciando-se em 16 de julho de 2018 e encerrando-se em 16 de janeiro de 2019

SIGNATÁRIO: Eduardo Oliveira de Almeida

VALDINO CARLOS RODRIGUES - Fiscal de Contrato (Portaria nº 003/2018)

CONTABILIDADE
EDITAL PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

LDO/LOA 2019

A Prefeitura do Município de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000, convida a população em geral para, através dos seus diversos seguimentos sociais, para participarem da Audiência Pública que será realizada no Plenário da Câmara Municipal no dia 20 de Julho (Sexta-Feira) do presente ano, a iniciar-se às 15:00 horas, oportunidade em que serão apresentadas a proposta orçamentaria para o exercício financeiro de 2019.

Para que ninguém alegue Ignorância, vai este afixado no local de Costume nesta Prefeitura e publicado em jornal de circulação regional.

Nova Olimpia-MT, 17 de Julho de 2018.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120029/PMNO/ 2018 PREGÃO PRESENCIAL N° 029/2018/PMNO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 03.238.920/0001-30, localizado Av. mato grosso nº175-centro, e as Empresas: **WANDA COMERCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA**, inscrita no CNPJ: 12.358. 170/0001-21, a empresa **JAIME TRENTIN & CIA LTDA ME**, inscrita no CNPJ: 08.914.393/0001-50, e a empresa **ATI COMERCIO DE MOVEIS E INFORMATICA LTDA ME,** inscrita no CNPJ: 12.544.341/0001-07.

OBJETO: REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES DESTINADOS AOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA - MT.

VIGENCIA: 18/07/2018 até 18/07/2019.

VALOR GLOBAL ESTIMADO: **WANDA COMERCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA,** R$ 71.134,00 (setenta e um mil, cento e trinta e quatro reais), **JAIME TRENTIN & CIA LTDA ME,** R$ 18.270,00 (dezoito mil, duzentos e setenta reais) e **ATI COMERCIO DE MOVEIS E INFORMATICA LTDA ME,** R$ 75.260,00 (setenta e cinco mil, duzentos e sessenta reais).

DOTACÃO:

DOTAÇAO FONTE
02.020.0.1.04.122.0002.1004.4.4.90.52.00.00.0100000000
03.030.0.1.04.122.0004.1009.4.4.90.52.00.00.0100000000
04.040.0.1.04.123.0006.1012.4.4.90.52.00.00.0100000000
05.050.0.1.12.122.0011.1015.4.4.90.52.00.00.0101000000
05.050.0.2.12.361.0013.1024.4.4.90.52.00.00.0101000000
05.050.0.4.12.361.0013.1027.4.4.90.52.00.00.0119000000
05.050.0.3.12.365.0012.1017.4.4.90.52.00.00.0115000000
05.050.0.4.12.365.0012.1018.4.4.90.52.00.00.0119000000
05.050.0.7.27.812.0017.1036.4.4.90.52.00.00.0100000000
05.050.0.4.12.367.0014.1030.4.4.90.52.00.00.0119000000
05.050.0.3.12.365.0012.1017.4.4.90.52.00.00.0101000000
07.070.0.2.08.244.0025.2191.4.4.90.52.00.00.0129000000
07.070.0.2.08.244.0025.2302.4.4.90.52.00.00.0143000000
07.070.0.1.08.244.0024.1072.4.4.90.52.00.00.0124000000
09.090.0.1.20.122.0005.1093.4.4.90.52.00.00.0100000000
12.120.0.2.17.512.0010.1108.4.4.90.52.00.00.0100000000

NOVA OLÍMPIA/MT, 18 de julho de 2018.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

PREVIDENCIA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 060/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Idade Proporcional ao Tempo de Contribuição em favor da Sra. TEREZINHA COZER".

A Diretora Executiva do UBIRATÃ - PREVI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 1º, inciso "III", alínea "b", combinado com o § 8º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, de 19 de Dezembro de 2003; Anexo XII da Lei Municipal nº 012/2006, de 08 de Fevereiro de 2006, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã alterada pela Lei Complementar 078/ 2015 de 29 de março de 2.015, combinado com o Art. 12, inciso III, alínea "b", da Lei Municipal n.º 060 de 27de maio de 2013, que rege o Regime Próprio de Previdência Social do Município de NOVA UBIRATÃ- MT.

Resolve,

Art. 1º - Conceder o benefício de **Aposentadoria por Idade Proporcional ao Tempo de Contribuição** em favor da Sra.TEREZINHA COZER*, portadora do* RG. nº. 13R 460448 SSP/SC e CPF nº. 894.959.341-68*,* cadastrado sob a matrícula nº 208, efetiva no cargo de **ADE LIMPEZA NIVEL FUNDAMENTAL, CLASSE D, NIVEL 16**, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a referida Servidora conta com 5.581 dias trabalhados, ou seja, 15 anos, 03 meses e 19 dias, com **Proventos Proporcionais da Média de Contribuição**, conforme o processo do UBIRATÃ - PREVI n.º 2018.08.00000001.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor retroativa a data de 06/07/2018, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Nova Ubiratã/MT, 09 de Julho de 2018

_____

Nathana Simone Rusch

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

_____

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 234/2018

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 234/2018

Pelo presente instrumento particular **de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO**, que entre si celebram o **Município de Nova Ubiratã**, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78.888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/ 0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **SR. VALDENIR JOSE DOS SANTOS**, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a) **ORLANDO DA FONSECA** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. **5.812.655-1 SSP/PR** inscrito (a) no CPF sob o n° **037.410.059-40**, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO (A),** têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a prestação de serviço pelo **CONTRATADO (A)** no cargo de **OPERADOR DE MAQUINAS LEVES,** com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a ser desempenhada na Estrutura Administrativa junto a Secretaria Municipal de Obras, na Sede do Município, **durante o período de 18 de Julho de 2018 á 18 de Dezembro de 2018**.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a **CONTRATANTE** se compromete a pagar mensalmente ao **CONTRATADO (A)** o salário de **R$ 1.430,74 (Hum Mil Quatrocentos e trinta Reais e setenta e quatro Centavos)**, correspondentes a 40 (quarenta) horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 40 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Obras, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao **CONTRATADO** exclusivamente o previsto na legislação citada.

CLÁUSULA QUARTA – O **CONTRATADO (A)** obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da **CONTRATANTE**, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O **CONTRATADO (A)** Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do **CONTRATADO (A),** estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presente prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

06.001.15.451.0025.2035.319004000000.0386

Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca que Nova Ubiratã estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã, ao 18 dia do mês de Julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

VALDENIR JOSE DOS SANTOS

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ORLANDO DA FONSECA

CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

AUREA DA SILVA DE MATTOS MAURO ODINEI SOLIANI CPF Nº. 665. 631.600-00 CPF Nº. 896.212.121.20

PREVIDENCIA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 061/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição Especial em favor da Sra. CLARECI SALUTE BATTISTELLA GARBIN".

A Diretora Executiva do UBIRATÃ - PREVI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 6º, incisos "I","II","III" e "IV", da Emenda Constitucional n.º 41/2003, de 19 de Dezembro de 2003; Art. 94 e Anexo III da Lei Municipal nº 018/2008, dispõe sobre o plano de carreira e remuneração dos profissionais do magistério público municipal e a reforma do estatuto do magistério do município de Nova Ubiratã - MT, alterada pela Lei 044/2011 de 28 de março de 2.011,atualizado o piso salarial dos Profissionais da Educação Básica através do Decreto 018/2017 , concedido reenquadramento por meio da portaria 288/2016 e ainda combinado com o Art. 92, incisos "I","II", "III" e "IV" da Lei Municipal n.º 060 de 27 de maio de 2013, que rege o Regime Próprio de Previdência Social do Município de NOVA UBIRATÃ- MT.

Resolve,

Art. 1º - *Conceder o benefício de* ***Aposentadoria por Tempo de Contribuição Especial,*** *em favor da Sra.*CLARECI SALUTE BATTISTELLA GARBIN, portadora do RG. nº. 3063498-9 SSP/MT e CPF nº. 795.469. 009-15, casada, residente e domiciliada neste Município de Nova Ubiratã, devidamente matriculada sob n.º 591, efetiva no cargo de **Professor III, Classe C, Nível 11**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a referida Servidora conta com 9.300 dias trabalhados, ou seja, 25 anos, 05 mês e 24 dias, com **Proventos Integrais**, conforme o processo do UBIRATÃ - PREVI n.º 2018.09.00000004.

Art. 2º - Esta Portaria tem efeito retroativo a 11/07/2018, revogadas as disposições em contrario.

Registre, publique e cumpra-se.

Nova Ubiratã/MT, 17 de Julho de 2018.

_____

Nathana Simone Rusch Diretora Executiva

HOMOLOGO:

_____

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 234/2018

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 234/2018

Pelo presente instrumento particular **de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO**, que entre si celebram o **Município de Nova Ubiratã**, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78.888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/ 0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **SR. VALDENIR JOSE DOS SANTOS**, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a) **ORLANDO DA FONSECA** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. **5.812.655-1 SSP/PR** inscrito (a) no CPF sob o n° **037.410.059-40**, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO (A),** têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a prestação de serviço pelo **CONTRATADO (A)** no cargo de **OPERADOR DE MAQUINAS LEVES,** com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a ser desempenhada na Estrutura Administrativa junto a Secretaria Municipal de Obras, na Sede do Município, **durante o período de 18 de Julho de 2018 á 18 de Dezembro de 2018**.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a **CONTRATANTE** se compromete a pagar mensalmente ao **CONTRATADO (A)** o salário de **R$ 1.430,74 (Hum Mil Quatrocentos e trinta Reais e setenta e quatro Centavos)**, correspondentes a 40 (quarenta) horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 40 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Obras, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao **CONTRATADO** exclusivamente o previsto na legislação citada.

CLÁUSULA QUARTA – O **CONTRATADO (A)** obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da **CONTRATANTE**, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O **CONTRATADO (A)** Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do **CONTRATADO (A),** estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presente prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

06.001.15.451.0025.2035.319004000000.0386

Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca que Nova Ubiratã estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã, ao 18 dia do mês de Julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

VALDENIR JOSE DOS SANTOS

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ORLANDO DA FONSECA

CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

AUREA DA SILVA DE MATTOS MAURO ODINEI SOLIANI CPF Nº. 665.631.600-00 CPF Nº. 896.212.121.20

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 161/2017

ATO DEPTO PESSOAL Nº.036 /2018

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 161/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Para nº. 1.850, CEP 78.888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **VALDENIR JOSE DOS SANTOS**, nesta cidade de Nova Ubiratã-MT.

CONTRATADO (a) TEOCLIDES ROQUE RECH portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. **36013273 SSP/PR** inscrito (a) no CPF sob o n° **368.908.049-53, cargo** de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Lotado** (a) na Secretaria Municipal de **OBRAS** residente e domiciliado (a) no município de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, firmam o presente Termo de Rescisão Contrato.

Nova Ubiratã-MT, em 09 de Julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

Valdenir Jose dos Santos

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

TEOCLIDES ROQUE RECH

CONTRATADO (a)

TESTEMUNHAS:

Aurea da Silva de Mattos Mauro Odinei Soliani

CPF: 665.631.600-00 CPF: 896.212.121.20

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

PROCURADORIA
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL - AUTO POSTO CACHOEIRA LTDA

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

A FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 15.024.045/0001-73, com sede na Av. Expedição Roncador Xingú, n.º 249, Setor Xavantina, por intermédio da Procuradoria Geral, **NOTIFICA** AUTO POS-

TO CACHOEIRA LTDA, para que no prazo de 03 (três) dias, compareça na Divisão de Arrecadação e Tributação deste Município, tendo em vista a situação de inadimplência dos débitos tributários referente à dívida de Alvará.

Nova Xavantina – MT, 18 de julho de 2018.

BRUNA GARCIA TOLEDO

Procuradora Geral

OAB/MT 13.174

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 039/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 039/2018

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA-MT e a empresaEDIVAN ALVES DA SILVA – ME. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é o o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR**. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
CONTRATO N.º 029/2018

CONTRATO N.º 029/2018

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA- MT e a empresa CONCRETAR CONSTRUTORA LTDA, Inscrito no CNPJ/MF n.º 12.221.030/0001-07. O presente contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO E REFORMA DE BANHEIROS E CONSTRUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DA APAE-NX, SETOR NOVA BRASÍLIA, NO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA – MT, com as especificações descritas no correspondente processo de contratação, parte integrante do presente instrumento contratual. O valor global deste contrato é de R$ 51.589,67 (cinquenta e um mil quinhentos e oitenta e nove reais e sessenta e sete centavos). O prazo de vigência do presente instrumento será 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado nos termos do Artigo 57 da Lei 8.666/93, desde que haja acordo entre as partes.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA-CEBOLA

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 038/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 038/2018

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA-MT e a empresaBONFANTI JUNIOR ALIMENTOS EIRELI ME. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR.** O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
CONTRATO N.º 027/2018

CONTRATO N.º 027/2018

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA- MT e a empresa **ALFA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME**, inscrita no CNPJ nº 13.731.784/0001-70. O presente contrato tem por objeto adesão à Ata de Registro de Preços nº 001/2018 oriunda do Pregão Eletrônico nº 012/2017, promovido pela Secretaria de Estado de Agricultura Familiar, com o objetivo de futura e eventual aquisição de escavadeira hidráulica, com as especificações descritas no correspondente processo de contratação, parte integrante do instrumento contratual. O valor global deste contrato é de R$ 515.000,00 (quinhentos e quinze mil reais). O prazo de vigência do presente instrumento será de doze meses a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do Artigo 57 da Lei 8.666/93, desde que haja acordo entre as partes.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA-CEBOLA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL - ALBANO DE ALMEIDA COUTO

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

A FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 15.024.045/0001-73, com sede na Av. Expedição Roncador Xingú, n.º 249, Setor Xavantina, por intermédio da Procuradoria Geral, **NOTIFICA** ALBANO DE ALMEIDA COUTO, para que no prazo de 03 (três) dias, compareça na Divisão de Arrecadação e Tributação deste Município, para informar seu atual endereço, tendo em vista a situação de inadimplência dos débitos tributários de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU.

Nova Xavantina – MT, 18 de julho de 2018.

BRUNA GARCIA TOLEDO

Procuradora Geral

OAB/MT 13.174

PROCURADORIA
NOTIFICAÇÃO - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MISTA CANARANA

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

A FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 15.024.045/0001-73, com sede na Av. Expedição Roncador Xingú, n.º 249, Setor Xavantina, por intermédio da Procuradoria Geral, **NOTIFICA** COOPERATIVA AGROPECUARIA MISTA CANARANA LTDA, para que no prazo de 03 (três) dias, compareça na Divisão de Arrecadação e Tributação deste Município, para informar seu atual endereço, tendo em vista a situação de inadimplência dos débitos tributários de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU.

Nova Xavantina – MT, 18 de julho de 2018.

BRUNA GARCIA TOLEDO

Procuradora Geral

OAB/MT 13.174

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 014/2018

"DISPÕE SOBRE O RESULTADO **OFICIAL (FINAL)** DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT, CONFORME EDITAL Nº 001 DE 08 DE MAIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018 da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Portaria de nomeação nº 097, de 26 de abril de 2018.

R E S O L V E:

Artigo 1º- Publicar o resultado OFICIAL **(FINAL)** do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018, da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, contendo a relação de todos os candidatos aprovados, classificados e ausentes.

Artigo 2º- A presente publicação demonstra o desempenho geral dos candidatos do Processo Seletivo Simplificado realizado no dia 24 de junho de 2018.

Artigo 3º- O resultado com a listagem do desempenho dos candidatos será publicado no mural da Prefeitura, Diário Oficial dos Municípios e Portal Transparência do município de Novo Horizonte do Norte-MT.

Artigo 4º- O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 18 de julho de 2018.

MARIA ALVES DOS SANTOS

Presidente da Comissão

do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018

REINALDO APARECIDO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Membro da Comissão

WANDERLEY VIEIRA

Membro da Comissão

CÂMARA MUNICIPAL - PORTARIA N.º 195/2018

Portaria nº 195/2018.

Data: 18/07/2018.

Revoga a Portaria n.º 194/2018, de

11/07/2018, que Nomeia para o Cargo de

Assessora Parlamentar a Senhora Gina

Maria Uliana Ferreira, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Novo Horizonte do Norte, Comarca de Portos dos Gaúchos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

I – Fica Revogada a Portaria n.º 194/2018 de 11/07/2018.

II- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Novo Horizonte do Norte/MT., 18 de Julho/2018.

Gildo Uliana

Presidente

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO À HOMOLOGAÇÃO DO SELETIVO SIMPLIFICADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2018 RESULTADO FINAL

CARGO: TECNICO DE ENFERMAGEM

INSC.	NOME	CPF	PORT	MAT	C. G	C. ESP.	NOTA	RESULTADO
77	CLAUDEMIR BARBOSA SOARES	908.524.351-34	1,4	1,8	0,9	4,0	8,1	1º APROVADO
13	ELIANE DA SILVA ROCHA	021.638.751-56	1,6	0,6	0,4	4,5	7,1	2ª APROVADA
37	RENATO DE OLIVEIRA	023.199.281-54	1,0	0,2	0,6	4,0	5,8	3º APROVADO
43	CLAUDINEIA ALVES DA GAMA	057.496.711-78	1,4	0,8	0,5	3,0	5,7	4ª APROVADA
20	DERENICE DA SILVA RIBEIRO	962.930.121-00	1,0	0,4	0,6	3,5	5,5	5ª APROVADA
41	CARLA RIBEIRO DZOVONIARKIEVICZ	045.028.221-08	1,2	0,8	0,5	3,0	5,5	6ª APROVADA
63	SANDRA OLIVEIRA LIMA	031.904.291-03	0,9	0,4	0,5	3,5	5,3	7ª APROVADA
29	MARCELA DE OLIVEIRA PINTOR	018.657.941-12	0,8	0,4	0,5	3,5	5,2	8ª APROVADA
56	NILENE LIMA DA SILVA	948.855.751-68	0,8	1,4	0,5	2,5	5,2	9ª APROVADA
17	FRANCISCA RANIELLE ALVES DE SOUZA	362.308.768-84	1,0	0,4	0,2	3,5	5,1	10ª APROVADA
48	DAIANE ALVARENGA DO NASCIMENTO	058.641.171-29	1,0	0,4	0,7	3,0	5,1	CLASSIFICADA
28	GILOMAX FEITOSA LIMA	057.055.801-85	1,6	0,8	0,2	2,5	5,1	CLASSIFICADO
09	FRANCIELE APARECIDA COLINSQUE	012.393.951-83	1,2	1,0	0,4	2,5	5,1	CLASSIFICADA
46	CLARICE CARVALHO DE ASSIS	027.722.941-37	0,6	0,6	0,5	3,0	4,7	DESCLASSIFICADA
75	VANESSA LIMA DA SILVA	007.065.171-05	0,8	0,8	0,6	2,0	4,2	DESCLASSIFICADA
62	JULIANA NUNES PEDRO	036.021.991-85	0,8	0,6	0,2	2,0	3,6	DESCLASSIFICADA
10	MARCIANE GOVEIA	814.523.811-00	0,6	0,4	0,4	2,0	3,4	DESCLASSIFICADA
42	LEILA CAMPOS MACEDO	019.092.191-93	0,8	0,0	0,4	2,0	3,2	DESCLASSIFICADA
68	FREYDA DO CARMO DA SILVA	025.847.323-19	0,6	0,4	0,6	1,5	3,1	DESCLASSIFICADA
39	MARTA LEITE DOS SANTOS	012.249.961-19	0,8	0,4	0,3	0,5	2,0	DESCLASSIFICADA
44	THAIS FERNANDA MARINOTTI MOREIRA	757.183.321-34	--	--	--	--	--	AUSENTE
45	ANA PAULA OLIVATO	012.835.061-06	--	--	--	--	--	AUSENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2018

RESULTADO FINAL

CARGO: CIRURGIÃO DENTISTA

INSC	NOME	CPF	PORT	MAT.	C. G.	C. ES.	TÍTULOS	NOTA.	RESULTADO
04	FABIO CAMPOS MAGALHÃES	046.306.771-19	**1,8**	**0,2**	**0,6**	**3,0**	1,0	**5,6**	**APROVADO**

40	TARCISIO GIRARDI JUNIOR	348.594.378-96	--	--	--	--	--	--	**AUSENTE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2018

RESULTADO FINAL

CARGO: FARMACÊUTICO/BIOQUIMICO

INSC	NOME	CPF	PORT	MAT.	C. G.	C. ES.	TÍTULOS	NOTA.	RESULTADO
22	LETIANE MALAQUIAS MOREIRA	035.899.561-27	1,8	1,2	0,9	3,5	1,0	7,5	APROVADA
66	LUCINETE FERNANDES DA SILVA	005.352.399-71	1,6	1,4	0,6	3,5	2,0	7,3	CLASSIFICADA
15	ALEXANDRINA CANDIDA DOS S. HOTA	581.022.131-91	1,0	0,8	0,7	1,5	--	4,0	DESCLASSIFICADA
70	JULIANA GOMES RAZINE	921.356.251-91	--	--	--	--	--	--	AUSENTE
72	VANDERLOI JOSÉ FORGIARINI JUNIOR	013.975.561-61	--	--	--	--	--	--	AUSENTE
78	JHESICA DE OLIVEIRA DOS SANTOS	038.812.711-20	--	--	--	--	--	--	AUSENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2018

RESULTADO FINAL

CARGO: ZELADORA

INSC.	NOME	CPF	PORT.	C. GER	MAT.	NOTA	RESULTADO
25	DANIELE EPIFANIO DA COSTA	040.781.211-36	2,7	4,0	30	9,7	1ª APROVADA
55	DENISE DOS SANTOS LIMA	056.009.541-40	30	3,6	3,0	9,6	2ª APROVADA
32	DAYANNE SILVA DOS SANTOS	012.844.501-71	2,7	3,6	2,7	9,0	3ª APROVADA
33	MARIA JOSE DO NASCIMENTO FERNANDES	581.032.791-53	2,7	3,2	3,0	8,9	4ª APROVADA
19	RENATA ARAUJO DOS SANTOS	123.540.564-86	2,7	3,6	2,4	8.7	CLASSIFICADA
52	VALDIRENE DO NASCIMENTO	018.250.011-03	2,7	3,6	2,4	8,7	CLASSIFICADA
16	KATIA MARA NASCIMENTO DE SOUZA	062.157.481-37	2,4	3,6	2,7	8,7	CLASSIFICADA
49	ANA PAULA DA SILVA JESUS	051.041.189-40	2,4	3,6	2,7	8,7	CLASSIFICADA
58	MIRIAN DO NASCIMNETO	757.168.101-44	3,0	3,2	2,4	8,6	CLASSIFICADA
07	MARLUCE DA SILVA SANTOS	079.744.674-52	2,7	3,2	2,7	8,6	CLASSIFICADA
59	MADALENA RIBEIRO DA SILVA	826.487.781-87	2,7	2,7	3,2	8,6	CLASSIFICADA
03	PATRICIA PIRES DA SILVA	036.413.581-67	2,7	2,8	3,0	8,5	CLASSIFICADA
06	SILVIA LOURDES CASTÃO	051.811.101-69	3,0	2,4	3,0	8,4	CLASSIFICADA
18	MAYRA ALCINA CARDOSO DE LIMA	048.357.671-95	2,4	3,6	2,4	8,4	CLASSIFICADA
21	CLEUSA SALES PEREIRA	962.127.721-34	2,7	2,4	3,2	8,3	CLASSIFICADA
31	TAINARA FRANCISCA DA SILVA	048.357.701-45	2,4	2,8	3,0	8,2	CLASSIFICADA
64	VANDA RODRIGUES BEZERRA	775.583.911-72	2,1	3,6	2,1	7,8	CLASSIFICADA
14	KELIANDRA SELES DOS SANTOS	060.819.791-21	2,4	2,4	2,7	7,5	CLASSIFICADA
67	ROSA REIS DOS SANTOS	008.271.731-13	1.8	3.6	2,1	7,5	CLASSIFICADA
34	MARIA ELEUZA ALVES MELESK	867.862.611-91	2,4	2,0	3,0	7,4	CLASSIFICADA
65	VANESSA SANTANA DE OLIVEIRA	060.823.971-26	2,1	2,8	2,4	7,3	CLASSIFICADA
38	MARIA CICERA DA SILVA SANTOS	034.930.331-25	2,7	2.4	2,1	7,2	CLASSIFICADA
47	CRISTIANE PAULA DE ARAUJO	061.253.851-67	2,7	2,4	2,1	7,2	CLASSIFICADA
74	MARCIA FERREIRA CAMPOS	061.100.921-85	2,4	2,4	2,4	7,2	CLASSIFICADA
36	MARTA ALVES DIAS	035.867.841-20	2,1	2,8	2,1	7,0	CLASSIFICADA
71	ANDREIA MARA SOARES BORGES	061.985.681-56	2,7	2.4	1.8	6,9	CLASSIFICADA
11	CARMEN LUCIA PEREIRA SANTANA DE JESUS	004.067.301-4	1,5	3.2	2.1	6,8	CLASSIFICADA
12	GINA MARIA ULIANA FERREIRA	411.179.721-00	2.1	2.8	1.8	6.7	CLASSIFICADA
54	ANIE CARINE PONTES DA SILVA	048.374.411-57	2.4	2.4	1.8	6,6	CLASSIFICADA
08	LUANA SILVA PEREIRA	045.157.723-09	1,8	2.4	2.4	6,6	CLASSIFICADA
23	ANGELICA ALMEIDA DE SÁ	048.357.841-03	2,4	2.0	2.1	6,5	CLASSIFICADA
27	ROSIMEIRE CAVALCANTE SANTANA	061.898.361-94	2.4	2.0	2.0	6.5	CLASSIFICADA
02	JULIANA DOS SANTOS FARIAS	012.626.181-42	2,1	2.4	1.8	6,3	CLASSIFICADA
53	MARCIA BALASSONI	925.937.121-04	1.2	3.6	0.9	5.7	CLASSIFICADA
60	GIOVANA GANDARA DA SILVA RIBEIRO	021.853.751-48	2,1	2.8	0.6	5.5	CLASSIFICADA
01	ELIZANE RODRIGUES DO PRADO	004.688.151-47	1,5	2.0	1.5	5,0	CLASSIFICADA
35	JOCIELEN SOARES SANTOS	051.129.511-17	2.1	1.6	0,9	4.6	DESCLASSIFICADA
50	NEIDE BORGES DOS SANTOS	945.322.811-72	--	--	--	--	AUSENTE
51	RAFAELA GUIMARAES PIMENTA	061.131.581-64	--	--	--	--	AUSENTE
61	RENATA BARBIERO PIMENTA	040.759.141-94	--	--	--	--	AUSENTE
69	ADELIA ANANIAS REZENDE	762.015.111-72	--	--	--	--	AUSENTE
76	MARLENE DE LIMA OLIVEIRA	841.201.269-00	--	--	--	--	AUSENTE
05	GERALDA APARECIDA DE ANDRADE	651.327.001-44	--	--	--	--	AUSENTE
24	FABIANA DA SILVA	031.174.231-92	--	--	--	--	AUSENTE
26	SOLIANA MARCHETTI VIEIRA	047.238.421-01	--	--	--	--	AUSENTE
30	ADRIANA SILVA ALVES	057.074.611-67	--	--	--	--	AUSENTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 039, DE 18 DE JULHO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT,REALIZADO NO DIA 24 DE JUNHO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. **Silvano Pereira Neves,** no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Artigo 1º- Homologar e publicar o resultado OFICIAL **(FINAL**) do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018, realizado no dia 24 de junho de 2018, contendo a relação de todos os candidatos aprovados, classificados que participaram do Certame e os ausentes, conforme anexo deste decreto.

Artigo 2º- A presente homologação demonstra o desempenho geral dos candidatos.

Artigo 3º- O resultado está publicado no mural da Prefeitura, Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

Artigo 4º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo5º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 18 de julho de 2018.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

PORTARIA Nº 245/2018 DE 17 DE JULHO DE 2018

"Dispõe Sobre Concessão de Férias, e Dá Outras Providências".

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o Art. 69 c/c art. 73 Lei Complementar n.º 004/2001 de 28/12/2001, aos servidores:

ELIAS DA SILVA SERAFIM, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 15236978 SSP/MT e CPF sob o nº. 004.272.591.77, efetivo no cargo de **AGENTE MUNICIPAL DE SANEAMENTO**, matriculado no DRH sob o nº 953, a partir do dia 01/07/2018 a 31/07/2018, referente ao período aquisitivo de 02/11/2016 a 01/11/2017.

ELISANGELA CELESTINO PETRY, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1554911-9 SSP/MT e CPF sob o nº 016.433.311.83, servidora nomeada no cargo de **ASSESSORA DE PLANEJAMENTO**, matriculada no DRH sob o nº 2963, a partir do dia 01/07/2018 a 31/07/2018, referente ao período aquisitivo de 20/07/2017 a 19/07/2018.

MIRIAN FRANCELINO DA SILVA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 91670682 SSP/PR e CPF sob o nº. 015.331.681.05, no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, matriculada no DRH sob o nº 2355, a partir do dia 01/07/2018 a 31/07/2018, referente ao período aquisitivo de 01/08/2017 a 01/08/2018.

JULIANA PRETTI, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1416662-3 SSP/MT e CPF sob o nº. 901.153.681.91, no cargo de **BIOQUIMICA/FARMACEUTICA**, matriculada no DRH sob o nº 2203, a partir do dia 01/07/2018 a 31/07/2018, referente ao período aquisitivo de 02/07/2016 a 01/07/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 17 de Julho de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 247/2018 DE 17 DE JULHO DE 2018

"Dispõe Sobre Concessão De Licença Premio, E Dá Outras Providências".

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Art. 1º. CONCEDER, Licença Prêmio, em conformidade com o Artigo 101 da LC 04/2001 de 28/12/2001, ao servidor **TARCISIO JOSE REICHERT,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 12R-1.272.152 SSP/SC e do CPF sob nº. 144.620.280.15, servidor no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO (Motorista)**, matriculado no DRH sob o nº 44, para o período de 02/07/2018 à 30/09/2018, referente ao quinquênio de 01/07/2013 à 30/06/2018.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 17 de Julho de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

TERMO DE ERRATA RETIFICA PORTARIA Nº 219/2018. DE 29 DE JUNHO DE 2018.

TERMO DE ERRATA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, CNPJ Nº 01.614.517/0001-37, representada pelo Sr. **ANTONIO MAFINI,** Prefeito Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo.

E Regime próprio de Previdência unicipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, representada pela Senhora Liria Kurten Wronski:

Considerando que houve erro de digitação,

RETIFICA PORTARIA Nº 219/2018.De 29 de Junho de 2018.

A Portaria nº 219/2018 – ***Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez em favor da servidora Sra. Wanéria de Melo Gelio"..***

Para que onde se lê - *A Diretora Executiva do* ***PREVI-MUNDO****, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e Considerando o disposto na Emenda Constitucional n.º 70 de 29 de março de 2012, que acrescentou o Artigo 6-A a Emenda Constitucional n.º 41/2003, Art. 12 Inciso, "I", alínea "a", da Lei Municipal n.º 189/2004, de 04 de Novembro de 2004 que rege Regime Próprio de Previdência Social do Município de Novo Mundo/MT e o Anexo V da Lei Complementar nº 059/2017 de 18 de maio de 2017, alterado pela Lei Complementar nº 062/2018 que dispõe sobre a Revisão Geral Anual dos servidores públicos e Agentes Políticos do Poder Executivo de N****ovo*** *Mundo- MT.*

Deve ser considerado:

A Diretora Executiva do **PREVI-MUNDO***, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e Considerando o disposto na Emenda Constitucional n.º 70 de 29 de março de 2012, que acrescentou o Artigo 6-A a Emenda Constitucional n.º 41/2003, Art. 12 Inciso, "I", alínea "a", da*

Lei Municipal n.º 189/2004, de 04 de Novembro de 2004 que rege Regime Próprio de Previdência Social do Município de Novo Mundo/MT e o Anexo **V-A** *da Lei Complementar nº 059/2017 de 18 de maio de 2017, alterado pela Lei* **Complementar nº 063/2018** *que dispõe sobre a Revisão Geral Anual dos servidores públicos e Agentes Políticos do Poder Executivo de N***ovo** *Mundo- MT.*

Este - Termo de Errata entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Novo Mundo/MT, 02 de Julho de 2018.

Diretora Executiva

Liria Kurten Wronski

Prefeito Municipal

Antonio Mafini

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO Nº 32/2018

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**RONALDO APARECIDO FERREIRA SANCHES,** portador da cédula de identidade Nº 41663CTPS/ES e CPF N°.009.567. 541-80, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	Rescisão do contrato temporário, com o objeto de contratação de **VIGIA,** Nível médio, lotado e a disposição da **EMEB "Creche Municipal Mundo Mágico."**
Vigência do Contrato	**10/02/2018 a 03/03/2018**

Novo Mundo/MT, 03 de Março de 2018**.**

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO Nº 65/2018

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**LUZIA SOBOLESKI,** portadora da cédula de identidade Nº 1459230-4 SSP-MT e CPF N°.001.612.371-93, brasileira, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	Rescisão do contrato temporário, com o objeto de contratação de **PROFESSORA,** Nível Superior, lotada e a disposição da **EMEB "Inovação ."**
Vigência do Contrato	**01/02/2018 a 01/03/2018**

Novo Mundo/MT, 01 de Março de 2018**.**

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PORTARIA Nº 246/2018 DE 17 DE JULHO DE 2018

"*Dispõe Sobre Concessão de Férias, e Dá Outras Providências".*

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o Art. 69 da Lei Complementar n.º 004/2001 de 28/12/2001, aos servidores:

RUDINEI JOSE GROSS, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 10982710 SSP/MT e CPF sob o nº 969.546.710.53, efetivo no cargo de **MOTORISTA CATEGORIA B C**, matriculado no DRH sob o nº 2334, a partir do dia 01/07/2018 a 31/07/2018, referente ao período aquisitivo de 02/04/2017 a 01/04/2018.

JOICE MAFINI, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 62850817 SSP/MT e CPF sob o nº 020.495.309.00, efetiva no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, matriculada no DRH sob o nº 834, a partir do dia 01/07/2018 a 31/07/2018, referente ao período aquisitivo de 03/09/2015 a 02/09/2016.

VANTUIR MARTINS CUNHA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 19783388 SSP/MT e CPF sob o nº 962.990.291.53, efetivo no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO**, matriculado no DRH sob o nº 1138, a partir do dia 01/07/2018 a 31/07/2018, referente ao período aquisitivo de 01/06/2016 a 31/05/2017.

LUCAS FERNANDES BENTO, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 17741122 SSP/MT e CPF sob o nº 035.085.661.37, efetivo no cargo de **VIGIA**, matriculado no DRH sob o nº 1021, a partir do dia 01/07/2018 a 31/07/2018, referente ao período aquisitivo de 17/07/2017 a 16/07/2018.

LIDIA SOBOLESKI, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 17732417 SSP/MT e CPF sob o nº 014.813.601.08, servidora contratada no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NÃO PROFISSIONALIZADO**, matriculada no DRH sob o nº 2946, a partir do dia 01/07/2018 a 31/07/2018, referente ao período aquisitivo de 08/06/2017 a 07/06/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 17 de Julho de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 243/2018 DE 16 DE JULHO DE 2018.

"Dispõe sobre concessão de Auxílio doença ao Servidor Efetivo e dá outras providências".

A Diretora Executiva do ***PREVI-MUNDO****, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais*

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER,** o benefício de **Auxílio Doença** em conformidade com o artigo 15 e 16, da LEI/189 de 04 de novembro de 2004, conforme atestados e perícia médica, de 14/07/2018 à 09/08/2018, à Senhora, **RUTH FERREIRA BORGA**, portadora da Cédula de Identidade RG 01380052 SSP/MT e devidamente inscrita no CPF sob o nº. 176.903.741. 15, servidora municipal efetiva sob a matrícula 153, no cargo de PROFESSORA,

Artigo 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Regime Próprio de Previdência Social de Novo Mundo MT, 16 de julho de 2018

LIRIA KURTEN WRONSKI

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 244/2018 DE 17 DE JULHO DE 2018

"*Dispõe Sobre Concessão De Licença Premio, E Dá Outras Providências".*

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Art. 1º. CONCEDER, Licença Prêmio, em conformidade com o Artigo 101 da LC 04/2001 de 28/12/2001, aos servidores:

CICERO VICENTE DE FREITAS, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 10277854 SSP/MT e do CPF sob o nº. 765.333.101.78, servidor efetivo no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, matriculado no DRH sob o nº 2335, para o período de 01/07/2018 à 29/09/2018, referente ao quinquênio de 10/04/2013 a 09/04/2018.

CLAUDEMIR DA SILVA MAESTRI, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 1946028-7 SSP/MT e do CPF sob o nº. 034.205.111.32, servidor efetivo no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, matriculado no DRH sob o nº 2199, para o período de 01/07/2018 à 29/09/2018, referente ao quinquênio de 09/07/2012 a 08/07/2017.

VALDENIS SILVA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 620. 765 SSP/MT e do CPF sob o nº. 983.184.701.68, servidora efetiva no cargo de **VIVERISTA**, matriculada no DRH sob o nº 1131, para o período de 01/07/2018 à 29/09/2018, referente ao quinquênio de 13/05/2013 a 12/05/ 2018.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 17 de Julho de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO 71/2018

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	***NICOLAS ALVES SANTOS***, portador da cédula de identidade Nº 2578210-0 SSP/MT e CPF N° 034.420.861.32, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	Rescisão do contrato temporário por serviço de excepcional interesse público na função de VIGIA na Prefeitura, lotado e à disposição da Secretaria Municipal de Administração, **em razão da substituição do servidor efetivo Benito Soboleski.**
Vigência do Contrato	**01/03/2018 a 31/03/2018.**

Novo Mundo/MT, 31 de Março de 2018**.**

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PORTARIA Nº 237/2018 DE 13 DE JULHO DE 2018.

"*Dispõe sobre Exoneração a pedido de servidor em cargo de provimento efetivo, e das outras providências".*

O EXMO. SENHOR ANTONIO MAFINI, Prefeito Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E :

Artigo 1° - **EXONERAR**, o Senhor **SEBASTIAO EDGAR OLIVEIRA**, portador da Cédula de Identidade RG nº 604529 SSP/MT e CPF nº 312.556. 982.68, efetivo no cargo de **PROFESSOR 40 HS Nível 07, Classe C,** lotado na Secretária Municipal de Educação, matriculado sob nº 41, nomeado através do Decreto Municipal nº 31 de 01 de Julho de 1998, a partir de 21/ 06/2018, em virtude da concessão do benefício de aposentadoria por invalidez conforme portaria nº 235/2018 do Regime Próprio da Previdência Municipal de Novo Mundo/MT.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos a partir de 21 de Junho de 2018.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 13 de Julho de 2018.

_____

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 240/2018 DE 13 DE JULHO DE 2018

"Dispõe sobre concessão Prorrogação de Auxílio doença de Servidor Efetivo e dá outras providências".

*A Diretora Executiva do **PREVI-MUNDO**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;*

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER**, a prorrogação do benefício de Auxílio Doença em conformidade com o artigo 15 e 16, da LEI/189 de 04 de novembro de 2004, atestados médicos e perícia, de 28/06/2018 a 04/09/2018 à servidora Sra. **MARLI APARECIDA DE OLIVEIRA BARBOSA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 17320569 SSP/MT e CPF nº 615.544.991.00, servidora efetiva no cargo de auxiliar de serviços gerais**,** matriculada no DRH sob o nº 894.

Artigo 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.com efeitos a partir de 28/06/2018.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito,de 13 de junho de 2018.

LIRIA KURTEN WRONSKI

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 242/2018 DE 16 DE JULHO DE 2018.

"*Dispõe sobre concessão de prorrogação do Benefício de Auxílio doença ao Servidor Efetivo e dá outras providências".*

*A Diretora Executiva do **PREVI-MUNDO**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais*

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER a Prorrogação d**o Benefício deAuxílio Doença em conformidade com o artigo 15 e 16, da LEI/189 de 04 de novembro de 2004, atestados e perícia médica de 03/07/2018 à 02/09/2018, à servidora Sra. **EDNA RODRIGUES DA SILVA PEDRETE,** portadora do RG nº 698. 882 SSP/RO e do CPF nº 667.740.632.68, servidora Efetiva no cargo de Apoio Administrativo Educacional Profissionalizante (Zeladora)**,** matriculada no DRH sob o nº 1141.

Artigo 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Regime Próprio de Previdência Social de Novo Mundo MT, 16 de julho de 2018

LIRIA KURTEN WRONSKI

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 241/2018 DE 16 DE JULHO DE 2018

"*Dispõe Sobre Concessão de Férias, e Dá Outras Providências".*

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o Art. 69 da Lei Complementar n.º 004/2001 de 28/12/2001, as servidoras:

DELAINE CRISTINA SANTANA BARROSO, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1914055-0 SSP/MT e do CPF sob o nº. 020.762.301. 57, servidora no cargo de **AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE**, matriculada no DRH sob o nº 2680, referente ao período aquisitivo de 06/10/2016 a 05/10/2017, para os dias 02/07/2018 a 01/08/2018.

MARISTELA FEYH MAGALHAES, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 14746611 SSP/MT e do CPF sob o nº. 977.554.431.91, servidora no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, matriculada no DRH sob o nº 941, referente ao período aquisitivo de 10/10/2016 a 09/10/ 2017 para os dias 18/06/2018 a 17/07/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 16 de Julho de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL
ORDEM DE SERVIÇO

O MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO, ESTADO DE MATO GROSSO, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, REPRESENTADO PELO EXMO SR. PREFEITO MUNICIPAL ADÃO SOARES NOGUEIRA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EXPEDE A SEGUINTE:

ORDEM DE SERVIÇO

I – Fica autorizada a Empresa: **RAIMUNDO FERREIRA PAIVA,** CNPJ: **26. 835.542/0001-78,** vencedora do processo licitatório realizado na modalidade de Tomada de Preço n°. 01/2018, de interesse desta municipalidade, a executar o seu objeto, ou seja, **EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO NA ESCOLA NAIR BARBOSA DE SOUZA COM CONSTRUÇÃO DE DEPÓSITO, BANHEIROS ADAPTADOS E REVESTIMENTO CERÂMICO EM SALAS DE AULA, CONFORME PROJETO DO PLANO DE TRABALHO.**

II – A presente ordem de serviço tem caráter legal e imediato de modo que a lei, o interesse público e o Edital de Tomada de Preço n°. 01/2018 sejam efetivamente cumpridos.

III – A expedição desta ordem de Serviço é decorrente da Homologação da referida licitação.

Registre, Afixe-se, Publique-se.

Novo Santo Antônio – MT, 18 de Julho de 2018.

ADÃO SOARES NOGUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO/VALOR Nº 01 AO CONTRATO Nº 60/2017

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria nº 126 de 20 de março de 2018, torna público para conhecimento dos interessados A **Retificação do Extrato do Termo Aditivo De Prazo/Valor Nº 01 ao Contrato Nº 60/2017**, regido pela lei 10.520/ 2002 e pelo Decreto Municipal n°1005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, Faz – se a Retificação:

Onde se lê:

Aditivo nº 01 ao Contrato 60/2017 – Locatária: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Locador: **DIONESIO PEREIRA DO LAGO, CPF 110.201. 641-15.** Objeto: a Locação de Imóvel localizado na Rua Monteiro Lobato, nº 337, Região Central, Paranatinga – MT, Medindo Aproximadamente 160m2 de área construída, para funcionamento da Farmácia Básica, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. **Prazo: 18/07/ 2018 A 28/12/2018; Valor Aditivado: R$ 12.000,00**. Departamento de Licitações e Contratos.

Leia se:

Aditivo nº 01 ao Contrato 60/2017 – Locatária: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Locador: **DIONESIO PEREIRA DO LAGO, CPF 110.201. 641-15.** Objeto: a Locação de Imóvel localizado na Rua Monteiro Lobato, nº 337, Região Central, Paranatinga – MT, Medindo Aproximadamente 160m2 de área construída, para funcionamento da Farmácia Básica, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. **Prazo: 27/07/ 2018 A 31/12/2018; Valor Aditivado: R$ 12.000,00**. Departamento de Licitações e Contratos. Em 18 de julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PORTARIA Nº 365/2018. DE 18 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 365/2018.

DE 18 DE JULHO DE 2018.

Dispõe sobre **NOMEAÇÃO DO ENGENHEIRO EFETIVO NA QUALIDADE DE FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS**, e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, **PREFEITO DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

ART. 1º - NOMEAR oSenhor VITOR CÉSAR SILVA ITACARAMBI matrícula: 5486 RG: 1869425-0 SESP/MT, CPF: 037.113.991-00, lotado na Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, Departamento de Engenharia, na qualidade de FISCAL DE OBRAS/SERVIÇOS, do período de início de execução do Contrato até ao término do Contrato,inerente à fiscalização do Contrato 015/2018, Tomada de Preço nº 005/2018 – recurso Federal – Ministério das Cidades, sendo a empresa executora GRENCO MAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELLI – EPP, CNPJ n° 16.941.912/0001-06, e o objeto se trata da pavimentação e Asfáltica e Drenagem Profunda no Bairro Jardim Morumbi no Município de Pedra Preta – MT.

ART. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 03/07/2018.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 2018.

JUVENAL PEREIRA BRITO Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

DECRETO Nº. 073/2.018 DE 18 DE JULHO DE 2.018.

DECRETO Nº. 073/2.018.

DE 18 DE JULHO DE 2.018.

Dispõe sobre a nomeação do **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (COMAS)**, conforme as Leis Municipais nº 119/96, de 29/04/1996, nº 004/97, de 12/02/1997 e nº 247/2001, de 06/08/2001, e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

***Art. 1º* - Ficam nomeados os membros abaixo declinados para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS), do Município de Pedra Preta, com vigência de 02 (dois) anos, tendo como representantes as seguintes entidades abaixo descritas:**

1. **SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E AÇÃO SOCIAL**

Titular: Fabiana Ferreira de Souza Oliveira

Suplente: Deyce Francisca da Silva Alves

2. **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

Titular: Rosely Aparecida da Silva

Suplente: Luzane Francisca Gomes

3. **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Titular: Ivanir Vicente de Lima

Suplente: Adenilda Vieira Coelho

4. **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER**

Titular: Marcelo Messias da Silva

Suplente: Romildo José Pires de Souza

5. **CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Titular: Leonora Oliveira P. Schaffer

Suplente: Leidiane Furtado Marim

6. LIONS CLUB

7. **SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO (LAR DOS IDOSOS)**

Titular: Alessandra Ap. de O. Faria

Suplente: Euzelia Maria Massuia Simão

8. **ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE**

Titular: Cleudeci Maria de Souza

Suplente: Elizângela Gonçalves de Carvalho

9. **ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL DE PEDRA PRETA - ACIPP**

Titular: Heber Vinícius de OLiveira

Suplente: Izonel Borges Furtado

10. **SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PEDRA PRETA**

Titular: Célio Cirino de Freitas

Suplente: Maria Irene Duarte Matos

11. **SECRETARIA DE AGRICULTURA**

Titular: Ângelo Márcio Batista Corrêa

Suplente: Silvana Rodrigues Rocha

Art. 2º- O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2.018.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria

e publicada o diário Oficial

PORTARIA Nº 364/2018. DE 18 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 364/2018.

DE 18 DE JULHO DE 2018.

Dispõe sobre **NOMEAÇÃO DO ENGENHEIRO EFETIVO NA QUALIDADE DE FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS**, e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, **PREFEITO DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

ART. 1º - NOMEAR oSenhor VITOR CÉSAR SILVA ITACARAMBI matrícula: 5486 RG: 1869425-0 SESP/MT, CPF: 037.113.991-00, lotado na Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, Departamento de Engenharia, na qualidade de FISCAL DE OBRAS/SERVIÇOS, do período de início de execução do Contrato até ao término do Contrato,inerente à fiscalização do Contrato 017/2018, Tomada de Preço nº 003/2018 – recursos próprios, sendo a empresa executora GRENCO MAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELLI – EPP, CNPJ n° 16.941.912/0001-06, e o objeto se trata da recuperação de pavimentação Asfáltica com PMF – Tapa buracos (10.000 m²).

ART. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 11/06/2018.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 2018.

JUVENAL PEREIRA BRITO Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

DECRETO Nº 072/2018 DE 18 DE JULHO DE 2018.

DECRETO Nº 072/2018

DE 18 DE JULHO DE 2018.

Destituição e Nomeação de **Membros dos Órgãos Públicos do Conselho Municipal de Habitação - CMH,** edá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que o **Conselho Municipal de Habitação – CMH tem** as funções de fiscalizar, acompanhar e normatizar a implantação dos programas de habitação de Interesse Social no Município de Pedra Preta.

CONSIDERANDO que as atividades do Conselho Municipal de Habitação – CMH não podem ser cessadas e nem mesmo interrompidas, sob pena de prejuizos à coletividade.

CONSIDERANDO ser de interesse da Administração a destituição e nomeação dos Membros dos Órgãos Públicos do Conselho Municipal de Habitação - CMH para se dar efetividade ao órgão.

DECRETA:

ART. 1º - Ficam alterados e nomeados os seguintes **Membros dos Órgãos Públicos do Conselho Municipal de Habitação - CMH**, do Decreto Nº 052/2017 de 23 de Junho de 2018.

I – ***REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL***

NOMEAR MEMBRO TITULAR: *CAMILA BORGES ALVES*

III – ***REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO***

NOMEAR MEMBRO TITULAR: *MARIA ROSA DO LAGO CARDOSO*

IV – ***REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA***

NOMEAR MEMBRO TITULAR: *ANGELO MARCIO B. CORREA*

V – ***REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE***

NOMEAR MEMBRO TITULAR: *IVANIR VICENTE DE LIMA*

VI – REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

NOMEAR MEMBRO TITULAR: *ROSELY APARECIDA DA SILVA*

VII – REPRESENTANTE DO ROTARY

NOMEAR MEMBRO TITULAR: *WENDER DA SILVA MENDONÇA*

VIII–REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE

NOMEAR MEMBRO TITULAR: *ELIZETE UILSA DE OLIVEIRA TEODORO*

IX – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL DE PEDRA PRETA – ACIAPP

NOMEAR MEMBRO TITULAR: *HEBER VINICIUS DE OLIVEIRA*

X – REPRESENTANTE DO LIONS CLUBE

NOMEAR MEMBRO TITULAR: *RAILDA DE SOUZA*

XI – REPRESENTANTE DA LOJA MAÇONICA

NOMEAR MEMBRO TITULAR: *JAIR MANFRIN*

Art. 2º. Mantêm-se inalterados os demais dispositivos do Decreto 053/2016.

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS DEZOITE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2018.

***JUVENAL PEREIRA BRITO* Prefeito**

Registrada e Publicada

Nesta Secretaria e Diário Oficial

PORTARIA Nº 363/2018 DE 17 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 363/2018. DE 17 DE JULHO DE 2018.

Dispõe sobre EXONERAÇÃO do Servidor Público Municipal **e** dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - **EXONERAR,** oServidor Público Municipal Senhor, **FÁBIO TRINDADE**, do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, do município de Pedra Preta – MT.

***ART.2º* -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

***ART.3º* -** Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DEZESSETE DIAS MÊS DE JULHO DO ANO DE 2018.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

LUIZ CÂNDIDO RODRIGUES PEREIRA

Sec. Geral Coordenadoria Administrativa

Registrada Nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM.

DECRETO Nº. 071/2.018 DE 18 DE JULHO DE 2018.

DECRETO Nº. 073/2.018.

DE 18 DE JULHO DE 2.018.

Dispõe sobre a nomeação do **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (COMAS)**, conforme as Leis Municipais nº 119/96, de 29/04/1996, nº 004/97, de 12/02/1997 e nº 247/2001, de 06/08/2001, e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

***Art. 1º* - Ficam nomeados os membros abaixo declinados para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS), do Município de Pedra Preta, com vigência de 02 (dois) anos, tendo como representantes as seguintes entidades abaixo descritas:**

1. **SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E AÇÃO SOCIAL**

Titular: Fabiana Ferreira de Souza Oliveira

Suplente: Deyce Francisca da Silva Alves

2. **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

Titular: Rosely Aparecida da Silva

Suplente: Luzane Francisca Gomes

3. **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Titular: Ivanir Vicente de Lima

Suplente: Adenilda Vieira Coelho

4. **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER**

Titular: Marcelo Messias da Silva

Suplente: Romildo José Pires de Souza

5. **CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Titular: Leonora Oliveira P. Schaffer

Suplente: Leidiane Furtado Marim

6. LIONS CLUB

7. **SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO (LAR DOS IDOSOS)**

Titular: Alessandra Ap. de O. Faria

Suplente: Euzelia Maria Massuia Simão

8. **ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE**

Titular: Cleudeci Maria de Souza

Suplente: Elizângela Gonçalves de Carvalho

9. **ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL DE PEDRA PRETA - ACIPP**

Titular: Heber Vinícius de OLiveira

Suplente: Izonel Borges Furtado

10. **SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PEDRA PRETA**

Titular: Célio Cirino de Freitas

Suplente: Maria Irene Duarte Matos

11. **SECRETARIA DE AGRICULTURA**

Titular: Ângelo Márcio Batista Corrêa

Suplente: Silvana Rodrigues Rocha

Art. 2º- O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2.018.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria

e publicada o diário Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

DECRETO Nº 27/2018

DECRETO Nº 027, DE 04 DE MAIO DE 2018.

"SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O Senhor **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal nº 992/2018, e em consonância com a Lei Federal nº 4.320/64,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor R$ 709.219,16 (setecentos e nove mil, duzentos e dezenove reais e dezesseis centavos), na Lei nº 992/2018, por Superavit Financeiro do Balanço Geral de 2017, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

06.002 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.002.12.361.0009.2020.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 172.224,00
06.002.12.361.0009.2020.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pess juridica	R$ 25.000,00
	Sub-total	**R$ 197.224,00**

06.006 – FUNDEB FUNDO MUN. EDUC. BÁSICA 40

06.006.12.361.0009.2029.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 50.000,00
	Sub-total	**R$ 50.000,0**

07.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.001.10.302.0013.1027.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 461.995,16
	Sub-total	**R$ 461.995,16**

Total Parcial Suplementado	**R$ 709.219,16**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 04 dias de Maio de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 33/2018

DECRETO Nº 033, DE 29 DE MAIO DE 2018.

"SÚMULA: ABRE CR´DITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O Senhor **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal nº 1000/2018, e em consonância com a Lei Federal nº 4320/64,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor R$ 1.800.000,00 (hum milhão e oitocentos mil reais) por anulação de Dotação, em consonância da Lei nº 1000/2018 na Lei nº 989/2017 – LOA/2018.

02.001 – GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0002.2002.3.1.9.0.13	Obrig patronais - inss	R$ 11.437,00
	Sub-total	**R$ 11.437,32**

04.001 – GABINENTE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.001.04.122.0002.2008.4.4.9.0.52	Equip e matrial permanente	R$ 7.559,20
04.001.04.122.0002.2008.3.3.9.0.93	Indenizações e restituições	R$ 3.000,00
	Sub-total	**R$ 10.559,20**

05.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

05.001.04.123.0002.2011.3.3.9.0.93	Indenizações e restituições	R$ 3.200,00
	Sub-total	**R$ 3.200,00**

06.001 – GABINENTE DO SECRETÁRIO

06.001.12.122.0006.2012.3.1.9.0.13	Obrig patronais - inss	R$ 2.000,00
06.001.12.122.0006.2012.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 500,00
	Sub-total	**R$ 2.500,00**

06.002 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.002.12.361.0009.2020.3.3.9.0.93	Indenizações e restituições	R$ 7.945,00
06.002.12.361.0009.2020.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pess civil	R$ 78.596,50
	Sub-total	**R$ 86.541,50**

06.003 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

06.003.13.392.0011.2034.3.3.9.0.93	Indenizações e restituições	R$ 1.000,00
	Sub-total	**R$ 1.000,00**

06.005 – FUNDEB FUNDO MUN. EDUC. BÁSICA 60

06.005.12.366.0009.2027.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 5.000,00
06.005.12.366.0009.2027.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pess civil	R$ 18.000,00
	Sub-total	**R$ 23.000,00**

06.006 – FUNDEB FUNDO MUN. EDUC. BÁSICA 40

06.006.12.361.0009.2029.3.1.9.0.04	Contrat por tempo determinado	R$ 63.000,00
06.006.12.365.0009.2030.3.3.9.0.93	Indenizações e restituições	R$ 17.600,00
06.006.12.361.0009.2029.3.3.9.0.93	Indenizações e restituições	R$ 82.000,00
	Sub-total	**R$ 162.600,00**

07.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.001.10.302.0013.2045.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 2.500,00
07.001.10.304.0015.2062.3.3.9.0.93	Indenizações e restituições	R$ 3.500,00
07.001.10.301.0014.2058.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 1.500,00
07.001.10.122.0012.2037.3.3.9.0.93	Indenizações e restituições	R$ 62.000,00
07.001.10.301.0014.2058.3.1.9.0.13	Obrig patronais - inss	R$ 2.500,00
07.001.10.122.0012.2037.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pess civil	R$ 250.000,00
07.001.10.301.0014.2056.3.1.9.0.13	Obrig patronais - inss	R$ 5.000,00
07.001.10.301.0014.2057.3.1.9.0.13	Obrig patronais - inss	R$ 1.000,00
07.001.10.303.0014.2054.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$40.600,00
07.001.10.303.0014.2054.3.3.9.0.32	Material de distrib gratuita	R$ 20.250,00
07.001.10.303.0014.2054.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 29.400,00
07.001.10.303.0014.2054.3.3.9.0.32	Material de distrib gratuita	R$ 109.750,00
07.001.10.301.0014.2056.3.3.9.0.93	Indenizações e restituições	R$ 97.000,00
07.001.10.301.0014.2058.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pess civil	R$ 87.748,19
07.001.10.122.0012.2037.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 100.000,00
07.001.10.302.0013.2043.3.3.9.0.93	Indenizações e restituições	R$ 87.402,79
07.001.10.305.0015.2063.3.3.9.0.93	Indenizações e restiuiçoes	R$ 3.800,00
07.001.10.302.0013.2046.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pess civil	R$ 18.000,00
07.001.10.302.0013.2045.3.3.9.0.93	Indenizações e restituições	R$ 1.400,00
07.001.10.302.0013.2046.3.3.9.0.93	Indenizações e restituições	R$ 500,00
07.001.10.305.0015.2063.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pess civil	R$ 56.700,00
07.001.10.302.0013.2045.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pess civil	R$ 38.000,00
07.001.10.305.0015.2063.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 8.000,00
07.001.10.302.0013.2043.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pess civil	R$ 30.700,00
07.001.10.301.0014.2056.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 23.000,00
07.001.10.301.0014.2056.3.3.9.0.93	Indenizações e restituições	R$ 45.000,00
	Sub-total	**R$ 1.125.250,00**

08.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

08.001.04.122.0019.2073.3.3.9.0.93	Indenizações e restituições	R$ 9.000,00
	Sub-total	**R$ 9.000,00**

08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.002.08.244.0020.2074.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pess civil	R$ 4.000,00
08.002.08.244.0020.2074.3.3.9.0.93	Indenizações e restituições	R$ 1.000,00
08.002.08.244.0020.2074.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pesso civil	R$ 21.000,00
08.002.08.243.0035.2082.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 1.500,00
08.002.08.243.0035.2082.3.1.9.0.13	Obrig patronais - inss	R$ 1.000,00
08.002.08.243.0035.2082.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pess civil	R$ 5.000,00
	Sub-total	**R$ 33.500,00**

08.003 – FUNDO MUNICIPAL CRIANÇAS E ADOLESCENTE

08.003.08.243.0026.2083.3.3.9.0.93	Indenizações e restituições	R$ 2.000,00
08.003.08.243.0026.2083.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pess civil	R$ 26.000,00
	Sub-total	**R$ 28.000,00**

09.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

09.001.22.661.0033.1054.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pess juridica	R$ 250.000,00
09.001.04.122.0002.2066.3.3.9.0.93	Indenizações e restituições	R$ 8.411,00
	Sub-total	**R$ 258.411,00**

12.001 – GABINETE DA SECRETARIA DE TRANSPORTE

12.001.04.122.0002.2097.3.3.9.0.93	Indenizações e restituições	R$ 45.000,00
	Sub-total	**R$ 45.000,00**

Total Parcial Suplementado	**R$ 1.800.000,00**

Art. 2º - Para atender no artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso os provenientes de anulação parcial/total de Dotação Orçamentária, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

02.001 – GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0002.2104.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pess fisica	R$ 1.000,00
02.001.04.122.0002.2104.3.3.9.0.39	Ouros serv de terc pess juridica	R$ 1.000,00
02.001.04.122.0002.2004.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 1.000,00
02.001.04.122.0002.2005.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 1.000,00
02.001.04.122.0002.2104.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 1.000,00
02.001.04.122.0002.2005.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pess juridica	R$ 3.000,00
02.001.04.122.0002.2004.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pess juridica	R$ 3.000,00
	Sub-total	**R$ 11.000,00**

02.002 – ASSESSORIA JURÍDICA

02.002.28.846.0002.2007.3.1.9.0.91	Sentenças judiciais	R$ 10.000,00
02.002.02.091.0002.2006.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 1.000,00
02.002.02.091.0002.2006.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pess fisica	R$ 2.000,00
	Sub-total	**R$ 13.000,00**

04.001 – GABINETE DA SECRETARIA DE ADMNISTRAÇÃO

04.001.04.122.0003.2010.3.3.9.0.14	Diárias pess civil	R$ 2.000,00
04.001.04.122.0002.2008.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pess jurídica	R$ 40.000,00
04.001.04.122.0003.2010.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pess juridica	R$ 4.000,00
	Sub-total	**R$ 46.000,00**

05.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

05.001.99.999.0005.9003.9.9.9.9.99	Reserva de contingencia	R$ 10.000,00
05.001.04.125.0004.1011.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pess juridica	R$ 10.000,00
05.001.04.125.0004.1012.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pess juridica	R$ 10.000,00
	Sub-total	**R$ 30.000,00**

06.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

06.001.12.122.0006.2012.3.3.9.0.37	Locação de mao de obra	R$ 10.000,00
06.001.12.122.0006.2012.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pess civil	R$ 50.000,00
06.001.12.122.0006.2012.3.1.9.0.13	Obrig patronais - inss	R$ 5.000,00
	Sub-total	**R$ 65.000,00**

06.002 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.002.12.365.0009.1017.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 80.000,00
06.002.12.361.0009.1018.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 70.000,00
	Sub-total	**R$ 150.000,00**

07.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.001.10.302.0013.2048.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pess civil	R$ 200.000,00
07.001.10.301.0014.2056.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pess civil	R$ 1.132.000,00
	Sub-total	**R$ 1.332.000,00**

08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.002.08.244.0025.2080.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pess civil	R$ 30.000,00
08.002.08.244.0023.2078.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 5.000,00
08.002.08.244.0025.2080.3.3.9.0.93	Indenizações e restituições	R$ 3.000,00
08.002.08.244.0023.2078.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pess civil	R$ 10.000,00
08.002.08.244.0023.2078.3.1.9.0.13	Obrig patronais - inss	R$ 5.000,00
	Sub-total	**R$ 53.000,00**

11.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

11.001.15.451.0029.1062.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 100.000,00
	Sub-total	**R$ 100.000,00**

Total Parcial Reduzido	**R$ 1.800.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 29 dias de Maio de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 28/2018

DECRETO Nº 028, DE 04 DE MAIO DE 2018.

"SÚMULA: ABRE CR´DITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O Senhor **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal nº 992/2018, e em consonância com a Lei Federal nº 4320/64,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Suplementar no valor R$ 483.922,00 (quatrocentos e oitenta e três mil e novecentos e vinte e dois reais) por anulação de Dotação, em consonância da Lei nº 992/2018 na Lei nº 989/2017 – LOA/2018.

02.001 – GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0002.2002.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 4.900,00
02.001.04.122.0002.1077.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 1.000,00
02.001.04.122.0002.2104.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 4.000,00
	Sub-total	**R$ 9.900,00**

04.001 – GABINENTE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.001.04.122.0002.2008.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pess juridica	R$ 32.510,00
	Sub-total	**R$ 32.510,00**

05.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

05.001.04.123.0002.2011.3.3.7.0.41	Contribuições	R$ 11.800,00
	Sub-total	**R$ 11.800,00**

06.002 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.002.12.361.0009.2020.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pess fisica	R$ 1.200,00
06.002.12.361.0009.2020.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 3.810,00
06.002.12.361.0009.2020.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pess juridica	R$ 15.000,00
06.002.12.364.0007.1015.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 1.000,00
	Sub-total	**R$ 21.010,00**

06.003 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

06.003.13.392.0011.2034.3.3.9.0.31	Prem culturais, artíst, científ, des	R$ 1.200,00
	Sub-total	**R$ 1.200,00**

06.006 – FUNDEB FUNDO MUN. EDUC. BÁSICA 40

06.006.12.361.0009.2029.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 26.800,00
	Sub-total	**R$ 26.800,00**

07.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.001.10.301.0014.2056.3.3.9.0.93	Indenizaçoes e restituições	R$ 30.100,00
07.001.10.302.0013.2044.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 14.400,00
07.001.10.301.0014.2056.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 20.000,00
07.001.10.304.0015.2062.3.3.9.0.14	Diárias pessoal civil	R$ 1.000,00
07.001.10.122.0012.2037.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pess juridica	R$ 26.477,00
07.001.10.122.0012.2037.3.3.9.0.93	Indenizaçoes e restituições	R$ 12.250,00
07.001.10.122.0012.2041.3.3.9.0.14	Diárias pessoal civil	R$ 28.300,00
07.001.10.122.0012.2037.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 27.029,00
07.001.10.303.0014.2064.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 4.300,00
07.001.10.122.0012.2037.3.3.9.0.14	Diárias pessoal civil	R$ 4.600,00
07.001.10.305.0015.2063.3.3.9.0.14	Diárias pessoal civil	R$ 1.000,00
	Sub-total	**R$ 169.456,00**

08.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

08.001.04.122.0019.2073.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pess juridica	R$ 16.760,00
08.001.04.122.0019.2073.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 500,00
	Sub-total	**R$ 17.260,00**

08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.002.08.243.0022.2084.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 760,00
08.002.08.244.0025.2080.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 100,00
08.002.08.244.0020.2074.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 10.810,00
08.002.08.244.0020.2074.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pess juridica	R$ 12.700,00
08.002.08.244.0024.2079.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pess juridica	R$ 7.000,00
08.002.08.244.0023.2078.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 400,00
08.002.08.244.0027.2089.3.3.9.0.33	Passag e desp com locomoção	R$ 2.490,00
08.002.08.243.0035.2081.3.3.9.0.14	Diárias pessoal civil	R$ 450,00
08.002.08.244.0023.2078.4.4.9.0.52	Equip e matrial permanente	R$ 500,00
08.002.08.244.0021.2075.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 5.830,00
08.002.08.244.0024.2079.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pess juridica	R$ 10.000,00
	Sub-total	**R$ 51.040,00**

08.003 – FUNDO MUNICIPAL CRIANÇAS E ADOLESCENTE

08.003.08.243.0026.2083.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pess juridica	R$ 1.000,00
	Sub-total	**R$ 1.000,00**

09.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

09.001.04.122.0002.2066.3.3.9.0.93	Indenizações e restituiçoes	R$ 1.207,00
09.001.04.122.0002.2066.3.3.9.0.93	Indenizações e restituiçoes	R$ 1.210,00
09.001.04.122.0002.2066.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pess juridica	R$ 14.000,00
	Sub-total	**R$ 16.417,00**

11.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

11.001.04.122.0002.2091.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 47.229,00
11.001.15.451.0029.2096.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pess juridica	R$ 5.000,00
11.001.04.122.0002.2091.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pess juridica	R$ 7.800,00
	Sub-total	**R$ 60.029,00**

12.001 – GABINETE DA SECRETARIA DE TRANSPORTE

12.001.04.122.0002.2097.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pess juridica	R$ 4.500,00
12.001.04.122.0002.1069.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 3.000,00
12.001.04.122.0002.2097.3.3.9.0.92	Despesas de exerc anteriores	R$ 39.500,00
12.001.26.782.0031.2100.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pess juridica	R$ 17.500,00
	Sub-total	**R$ 64.500,00**

13.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

13.001.27.812.0032.1076.3.3.9.0.31	Prem culturais, artíst, científ, des	R$ 1.000,00
	Sub-total	**R$ 1.000,00**

Total Parcial Suplementado	**R$ 483.922,00**

Art. 2º - Para atender no artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso os provenientes de anulação parcial/total de Dotação Orçamentária, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

06.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

06.001.12.122.0006.2012.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal civil	R$ 70.000,00
	Sub-total	**R$ 70.000,00**

06.003 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

06.003.13.392.0011.2034.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal civil	R$ 30.000,00
	Sub-total	**R$ 30.000,00**

08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.002.08.243.0022.2084.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal civil	R$ 4.000,00
08.002.08.243.0022.2084.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal civil	R$ 21.000,00
	Sub-total	**R$ 25.000,00**

08.003 – FUNDO MUNICIPAL CRIANÇAS E ADOLESCENTE

08.003.08.243.0026.2086.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal civil	R$ 14.000,00
	Sub-total	**R$ 14.000,00**

11.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

11.001.25.752.0029.2095.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pess juridica	R$ 49.000,00
	Sub-total	**R$ 49.000,00**

12.001 – GABINETE DA SECRETARIA DE TRANSPORTE

12.001.26.782.0031.2098.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pess juridica	R$ 176.000,00
12.001.26.782.0031.1070.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 119.000,00
	Sub-total	**R$ 295.922,00**

Total Parcial Reduzido	**R$ 483.922,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 04 dias de Maio de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

PORTARIA N°143/2018

"DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS DA SERVIDORA MARIA LUISA PAULA DA SILVA FRANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROSIMAR ALVES PEREIRA, Prefeito interino do Município de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei e considerando o Artigo 116, da lei 398/2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (Trinta) dias de Férias a servidora **MARIA LUISA PAULA DA SILVA FRANÇA**, brasileira, no cargo de Conselheira Tutelar, lotada na Secretaria Municipal de Assistência social Gestão e Trabalho, no período de 09/07/2018 a 07/08/2018, referente ao exercício 2017, devendo apresentar-se para o trabalho no dia 08 de agosto de 2018.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra – MT, em 09 de julho de 2018.

ROSIMAR ALVES PEREIRA

Prefeito Interino Municipal

PORTARIA ESPECIAL N°145/2018

"DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA N° 137/2018, REFERENTE FERIAS DA SERVIDORA **CRISLAINY KETY DE ARRUDA** E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSIMAR ALVES PEREIRA, Prefeito Municipal interino de Planalto da Serra, no uso de suas atribuições legais e nos termos da lei.

RESOLVE:

Artigo 1º - REVOGAR, em todos os seus efeitos, a Portaria nº 137/2018, que concedeu férias a Servidora Municipal **CRISLAINY KETY DE ARRUDA**, Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social Gestão e Trabalho, portadora do RG Nº 12032549 SSP/MT e CPF: 998617041-91.

Artigo.2º- A presente Portaria entrará em vigor na data retroativa a 02 de julho de 2018.

Artigo.3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra-MT, em 16 de julho de 2018.

ROSIMAR ALVES PEREIRA

Prefeito Municipal Interino

PORTARIA N°140/2018

"DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS DA SERVIDORA MARIA JOSE ROSA DA CONCEIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROSIMAR ALVES PEREIRA, Prefeito interino do Município de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei e considerando o Artigo 116, da lei 398/2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (Trinta) dias de Férias a servidora **MARIA JOSE ROSA DA CONCEIÇÃO**, brasileira, no cargo de Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de assistência social Gestão e Trabalho, no período de 09/07/2018 a 07/08/2018, referente ao exercício 2017, devendo apresentar-se para o trabalho no dia 08 de agosto de 2018.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra – MT, em 09 de julho de 2018.

ROSIMAR ALVES PEREIRA

Prefeito Interino Municipal

PORTARIA N°141/2018

"DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS DA SERVIDORA SILBENE DE ARRUDA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROSIMAR ALVES PEREIRA, Prefeito interino do Município de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei e considerando o Artigo 116, da lei 398/2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (Trinta) dias de Férias a servidora **SILBENE DE ARRUDA DA SILVA**, brasileira, no cargo de Técnica de enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 09/07/2018 a 07/08/2018, referente ao exercício 2017, devendo apresentar-se para o trabalho no dia 08 de agosto de 2018.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra – MT, em 09 de julho de 2018.

ROSIMAR ALVES PEREIRA

Prefeito Interino Municipal

PORTARIA N°144/2018

"DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS DA SERVIDORA ROZENIL DE SOUZA ARAUJO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROSIMAR ALVES PEREIRA, Prefeito interino do Município de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei e considerando o Artigo 116, da lei 398/2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (Trinta) dias de Férias a servidora **ROZENIL DE SOUZA ARAUJO**, brasileira, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 16/07/2018 a 14/08/2018, referente ao exercício 2017, devendo apresentar-se para o trabalho no dia 15 de agosto de 2018.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra – MT, em 16 de julho de 2018.

ROSIMAR ALVES PEREIRA

Prefeito Interino Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 072/2018

DISPÕE SOBRE ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DOS IMÓVEIS DESTA MUNICIPALIDADE PARA FINS DE INCIDÊNCIA DO IPTU NO ANO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 35, § 2º do Código Tributário Municipal: *"O valor venal da construção será calculado através da Tabela de Preços de Construções, levando-se em conta os seguintes fatores: I - padrão ou tipo de construção; II - a área construída; III - o valor unitário de m² da construção";*

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 35, § 3º do Código Tributário Municipal: *"A planta de Valores Unitários de Terrenos, bem como qualquer outra tabela que concorra para a fixação da base de cálculo do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana, serão atualizadas anualmente por Decreto do Executivo";*

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 35, § 4º do Código Tributário Municipal: *"A tabela de preços de construções bem como qualquer outra tabela que concorra para a fixação da base de cálculo do imposto sobre a propriedade predial urbana, serão atualizadas anualmente por Decreto do Executivo".*

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo **97, § 2 do Código Tributário Nacional: "***Não constitui majoração de tributo, para os fins do disposto no inciso II deste artigo, a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo".*

CONSIDERANDO que o valor venal dos imóveis cadastrados nesta municipalidade está defasado e inferior ao valor atual, com base na Tabela de Preços do metro quadrado publicado pelo SINDUSCON de Mato Grosso, calculada conforme a Lei Federal nº 4.591/1964 e Norma Técnica NBR 12721/2006 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

CONSIDERANDO enfim, a necessidade de estabelecer valores atualizados aos Imóveis do município, bem como promover a adequada arrecadação do IPTU, com vistas a melhorar a qualidade e a efetividade da prestação dos serviços Públicos;

DECRETA:

ARTIGO 1º - Conforme estipulado na Planta Genérica de Valores do Município, elaboramos abaixo os Anexos 1 e Anexo 2 para estabelecer a Tabela de Preços das Construções e Tabela de Preços Unitários dos Terrenos.

§ 1º -O valor venal do bem imóvel será obtido pela soma do valor venal do terreno ao valor venal da edificação, de acordo com a seguinte fórmula:

onde:

Vvi => Valor venal do imóvel;

Vvt => Valor venal do terreno e;

Vve => Valor venal da edificação.

O valor venal do terreno será aquele obtido através da multiplicação da área do terreno pelo valor genérico de metro quadrado do terreno, aplicados os coeficientes corretivos informados no cadastro imobiliário fiscal, de acordo com a seguinte fórmula:

onde:

Vvt ..... **=>** Valor venal do terreno;

Vgm2t.... **=>** Valorgenérico de metro quadrado do terreno;

At..... **=>** Área do terreno;

S..... **=>** Coeficiente corretivo de situação do terreno.

T..... **=>** Coeficiente corretivo de topografia e;

P..... **=>** Coeficiente corretivo de pedologia;

M..... **=>** Coeficiente corretivo de melhorias públicas;

B..... **=>** Coeficiente corretivo de benfeitoria no terreno.

§ 2º - O valor de metro quadrado do terreno (Vm2t) será de acordo com o valor do nível fiscal correspondente à sua localização identificada pelo distrito, setor, bairro, nome de logradouro, e face de quadra, análogo às faixas de preços de mercado conforme especificado na tabela 4 do anexo I deste decreto.

§ 3º - O logradouro ou sua parte que não constarem da Planta de Valores deste decreto, terá seu valor unitário de metro quadrado de terreno, considerando o que estiver posicionado mais próximo do referido.

§ 4º - Os coeficientes corretivos previstos na fórmula do § 1º constarão no anexo I, posteriormente aos valores de metro quadrado de terreno identificado pelos níveis fiscais especificamente nas tabelas 2 e 3.

§ 5º – O valor venal da edificação será aquele obtido através da multiplicação do valor de metro quadrado do tipo e uso da edificação pela área edificada da unidade (**Ae**)informada no cadastro fiscal imobiliário (CFI) e posteriormente multiplicado pelos fatores corretivos do padrão da edificação, do estado de conservação e do nível fiscal de

localização, que agregarão ou depreciação os valores genéricos de acordo com a seguinte fórmula:

onde:

Vve ..... => Valor venal da edificação;

Vm2e..... => Valor do metro quadrado de edificação;

Ae..... => Área da edificação da unidade;

Pe..... => Padrão da edificação;

Ec..... => Estado de conservação e;

Fnf..... => Fator do nível fiscal.

§ 6º - O valor do metro quadrado da edificação identificado pela legenda **"Vm2e"**, será obtido com base na tabela 1 do anexo II de acordo com o tipo de edificação e utilização.

§ 7º - Os fatores corretivos: padrão da edificação (**Pe**), estado de conservação (**Ec**) e nível fiscal (**Fnf**) possuem seus parâmetros especificados nas tabelas 2 e 3 do anexo II.

ANEXO I APURAÇÃO DE VALORES VENAIS DOS TERRENOS CONSIDERANDO OS VALORES GENÉRIOS DE m2 DE ACORDO COM A LOCALIZAÇÃO OU BENFEITORIAS E SEUS FATORES DE CORREÇÃO

TABELA 1

NÍVEIS DE PRECOS DE ACORDO COM A LOCALIZAÇÃO	VALOR GENÉIRCO m² TERRENO
Nível 1	95,00
Nível 2	50,00
Nível 3	20,00
Nível 4	15,00
Nível 5	12,50
Nível 6	7,50
Nível 7 – Demais chácaras localizadas na zona urbana	2,50

TABELA 2

FATORES DE CORREÇÃO DO METRO QUADRADO DE TERRENO POR SITUAÇÃO, TOPOGRAFIA E PEDOLOGIA					
Fator de Situação		**Fator Topografia**		**Fator Pedologia**	
Situação	**Índice**	**Topografia**	**Índice**	**Pedologia**	**Índice**
Esquina	1,10	Plano	1,00	Firme	1,00
Meio de Quadra	1,00	Aclive	0,90	Alagado	0,70
Encravado	0,60	Declive	0,90	Inundável, arenoso, rochoso	0,80
Gleba	0,80	Irregular	0,80	Combinação das demais	0,60
Vila	0,80				

TABELA 3

ANEXO II APURAÇÃO DE VALORES VENAIS PREDIAIS CONSIDERANDO OS CUSTOS DE m2 DE CONSTRUÇÃO POR TIPO, FATORES DE CORREÇÃO DOS NÍVEIS DE PREÇOS POR LOCALIZAÇÃO E BENFEITORIAS E ESTADO DE CONSERVAÇÃO.

TABELA 1

TABELA 2

TABELA 3

ARTIGO 2º - O vencimento da primeira parcela ou cota única é fixado para o dia 20 de Agosto de 2018.

§ 1º - O imposto poderá ser parcelado em até 05 (cinco) parcelas, sendo a primeira com vencimento para o dia 20 de agosto de 2018 e a última em 20 de dezembro de 2018.

§ 2º - Fica concedido o desconto de 10% (dez por cento) para os contribuintes que quitarem o imposto em quota única até o dia 20 de agosto de 2018.

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Poconé - MT, 16 de julho de 2018.

ATAIL MARQUE DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2018

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 025/2018

A Prefeitura de Pontal do Araguaia estabelecida na Av. Padre Sebastião Teixeira, 23, Centro, na Cidade de Pontal do Araguaia-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014 e Lei Complementar 155/2016 e suas alterações, Decreto Federal n° 3.555/ 2000, bem como, o Decreto Municipal n.º 557/2007, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TRIBUTÁRIA NO MUNICÍPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA-MT, PARA PROMOVER O LEVANTAMENTO E RECEBIMENTO DA RECEITA TRIBUTÁRIA ORIUNDAS DO ISSQN E RECUPERAR RECEITAS ORIUNDAS DO ITR – IMPOSTO TERRITORIAL RURAL E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS.**com exclusividade de itens para ME, EPP e MEI, **conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital.**

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 31/07/2018, A PARTIR DAS 08:00 HS, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE PONTAL DO ARAGUAIA.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.pmpontaldoaraguaia.com.br, a licitante interessada deverá fazer **download** do EDITAL para elaboração da Documentação e proposta de preço.

Pontal do Araguaia-MT, 18 de julho de2018

LUCIANA FERREIRA LEAL

PRESIDENTE DA CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº007/2018

DETENTORA DA ATA: GOIAS BEM COMERCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS PARA SAUDE - EIRELI

FUNDAMENTO LEGAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2018

VALOR: 212.941,25 (DUZENTOS E DOZE MIL; NOVECENTOS E QUARENTA E UM REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS).

DATA DA ASSINATURA:16/07/2018

VIGÊNCIA : 16/07/2018 a 16/07/2019

OBJETO :REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTE BRANCA - MT.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº008/2018

DETENTORA DA ATA: OREGON MERCANTIL EIRELI

FUNDAMENTO LEGAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2018

VALOR: 366.150,42 (TREZENTOS E SESSENTA E SEIS MIL; CENTO E CINQUENTA REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS).

DATA DA ASSINATURA:16/07/2018

VIGÊNCIA : 16/07/2018 a 16/07/2019

OBJETO :REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTE BRANCA - MT.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº009/2018

DETENTORA DA ATA: ROYAL MED HOSPITALAR LTDA

FUNDAMENTO LEGAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2018

VALOR: 239.690,00 (DUZENTOS E TRINTA E NOVE MIL; SEISSENTOS E NOVENTA REAIS).

DATA DA ASSINATURA:16/07/2018

VIGÊNCIA : 16/07/2018 a 16/07/2019

OBJETO :REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTE BRANCA - MT.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2018

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

DETENTORA DA ATA: COMERCIO DE COMBUSTIVEL PONTE BRANCA LTDA ME

FUNDAMENTO LEGAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2018 **VALOR**: 1. 501.500,00 (um milhão, quinhentos e um mil e quinhentos reais).

DATA DA ASSINATURA:04/07/2018

VIGÊNCIA : 04/07/2018 a 04/07/2019

OBJETO : Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis do tipo Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10 para suprir as necessidades da frota de veículos das diversas Secretarias Municipais de Ponte Branca – MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 237/2018 - FISCAL DE CONTRATO

(DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO SERVIDORA SRª ADRIANA ALVES DE OLIVEIRA PARA FISCAL DE CONTRATO DE N° 013/2018).

EUGENIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,e em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a Servidora Srª **ADRIANA ALVES DE OLIVEIRA** Portadora da Cedula de Identidade **RG nº** 1087409-7 **SSP/MT e CPF. Nº.** CPF: 655.229.311-91, para exercer a função de Fiscal de Contrato e os respectivos aditivos relacionados ao mesmo, contrato a seguir:

013/2018 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURISTICO DO ALTO DO RIO PARAGUAI .

Artigo 2º - O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando em especial a portaria n. **196/2018.**

PUBLIQUE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Porto Estrela -MT, 16 de Julho de 2018.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 238/2018 - FISCAL DE CONTRATO

(DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO SERVIDOR SR. LEANDRO ROCHA GALBEIRO PARA FISCAL DE CONTRATO DE N° 011/2018).

EUGENIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,e em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o Servidor **Sr. Leandro Rocha Galbeiro**,Portador da Cedula de Identidade **RG Nº 24354104 SSP/MT e CPF Nº. 043.477. 461-80**, para exercer a função de Fiscal de Contrato e os respectivos aditivos relacionados ao mesmo, contrato a seguir:

011/2018 - DARLETE RAMOS DE OLIVEIRA- Locação de imovel para abrigar as instalações da secretaria de obras e oficina mecanica.

Artigo 2º - O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando em especial a portaria n. 194/2018.

PUBLIQUE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Porto Estrela -MT, 16 de Julho de 2018.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 236/2018 - FISCAL DE CONTRATO

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA SERVIDORA SR. JOSEVANI MIGUELINA DA COSTA PARA FISCAL DE CONTRATO DE N° 006/2018).

EUGENIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,e em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a Servidora Sr° **Josevani Miguelina da Costa**, Portadora da Cedula de Identidade **RG. Nº. 1711407-1 SSP/MT e CPF. Nº. 009. 879.611-95**, para exercer a função de Fiscal de Contrato e os respectivos aditivos relacionados ao mesmo, contrato a seguir:

N°	Contrato	OBJETO
006/ 2018	RODRIGO NOGUEIRA DIAS-ME	Contratação de empresa na área da saúde para confecção de próteses dentarias.

Artigo 2º - O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando em especial a portaria 187/2018.

PUBLIQUE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Porto Estrela -MT, 16 de Julho de 2018.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

A Prefeita do Município de Poxoréu - MT, em cumprimento aos arts. 37 § 1º, 165 § 3º da CF, combinado com os arts. 48, 54 e 55, da Lei nº. 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, torna público os **Relatórios de Gestão Fiscal,** referente ao 1º Quadrimestre do Exercício de 2018, encontra-se a disposição no mural da Prefeitura, Câmara Municipal e no site oficial do Município: **www.poxoreu.mt.gov.br,** na página Portal da Transparência.

Poxoréu - MT, 18 de maio de 2018.

Nelson Antônio Paim

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 01.2693/GP/PMR/18 DE 18 DE JULHO DE 2018

Nomeia- ALLONYA PEIXOTO DA SILVA No cargo em comissão de Diretor de Departamento Especial de Associativismo, Cooperativismo e Comercialização, CDS-6.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear – ***ALLONYA PEIXOTO DA SILVA*** *no cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO ESPECIAL DE ASSOCIATIVISMO, COOPERATIVISMO E COMERCIALIZAÇÃO ,* CDS –6, junto DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo ao dia 02/07/2018.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL *EM 18/07/2018.*

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL DE Nº. 036/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Pregoeira Substituta nomeada através do Decreto nº 1.300/GAB/PMR de 06 de Abril de 2017, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados que no dia e horadesignados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos para Habilitação referente aoprocedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL DE Nº. 036/2018**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 055/2018, cujo Objeto:**"Contratação de Empresa para Prestação de Serviços para fornecimento de internet e intranet, via radio que possibilite em âmbito Nacional e Internacional, a transmissão, emissão e recepção de informações e multimídias, com disponibilidade do sinal 24 horaspor dia em todos os dias do mês"**, sagrou-se vencedora de todos os itens ora licitados a empresa:**Coladini e Coladini LTDA, CNPJ: 09.050.368/0001-39** com o valor Global **de R$ 24.000,00** (vinte mil e quatro mil reais).

Sala da CPLMS, Rondolândia – MT, 18 de Julho de 2018.

Luciene Souza Santos

Pregoeira Substituta

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 01.2695/GP/PMR/18 DE 18 DE JULHO DE 2018

DESTITUI*- NARAYKOALAB SURUI para o Cargo Em Função De Gratificada De Secretario (a) Escolar ,FG-2.*

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º -DESTITUI–, *NARAYKOALAB SURUI* para o cargo em Função Gratificada De Secretario(a) da Escola Municipal Indígena Sertanista Apoena Meirelles, FG-2.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo ao dia 17/07/2018 .

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL *EM 18/07/2018.*

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 01.2694/GP/PMR/18 DE 18 DE JULHO DE 2018

DESTITUI*- SUMAYA MARIA MASSIH MUFARREJ para o Cargo Em Função De Gratificada De Assessor (a) Pedagógico FG-1*

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - DESTITUI – SUMAYA MARIA MASSIH MUFARREJ, para o cargo em Função Gratificada DE ASSESSOR PEDAGÓGICO de junto da Secretaria de Educação-Fundeb-60%-Ensino Fundamental.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.retroagindo ao dia 17/07/2018

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL *EM 18/07/2018.*

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 01.2696/GP/PMR/18 DE 18 DE JULHO DE 2018

PORTARIA Nº. 01.2696/GP/PMR/18

DE 18 DE JULHO DE 2018

Designa- NARAYKOALB SURUI *para o Cargo Em Função Gratificada De Diretor da Escola Municipal indígena Sertaneja Apoema Meirelles,FG-4.*

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar –NARAYKOALB SURUI, para cargo em Função Gratificada De DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL, *indígena Sertaneja Apoema Meirelles* FG-4, junto da Secretaria de Educação-Fundeb-60%-Ensino Fundamental.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL *EM 18/7/2018.*

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

a) - Espécie: Dispensa de Licitação; b) Objeto: **Aquisição de 02 BANQUETAS, 01 MARMÁRIO, 01 BALCÃO, a serem utilizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social;** c) Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993, art. 24, inciso II; d) **Processo: Nº 041/2018**; e) Cobertura Orçamentária: Elemento Orçamentário: 05.002.08.244.0090.2027.44.90.52.663; f) Valor: R$ 2.530,00 (dois mil, quinhentos e trinta reais); g) Contratada: JOÃO RODRIGUES GOMES 01516114167 CNPJ: 15.496.985/0001-65; h) Autorização: em 10/07/2018, por WEMERSON ADÃO PRATA; i) Ratificação: em 17/07/2018, por WEMERSON ADÃO PRATA.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI MUNICIPAL Nº 618, DE 18 DE JULHO DE 2018

Dispõe sobre o pagamento de anuidades a Organizações Sociais, sem fins lucrativos, que realizam atividades de defesa em favor das políticas públicas e interesses do município e autoriza o Poder Executivo a vincular-se como associado das Organizações Sociais, sem fins lucrativos que especifica e a pagar as respectivas anuidades e dá outras providências.

Wemerson Adão Prata, Prefeito Municipal de Salto do Céu – MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a regulamentação do pagamento de anuidades a Organizações Sociais sem fins lucrativos, que desenvolvem atividades em defesa de políticas, programas e ações em favor dos interesses do município, para regulamentar o disposto na alínea "b", do inciso IX, do art. 3º da Lei nº 13.019/ 2014 e autoriza ao Poder Executivo vincular-se como associado das Organizações Sociais sem fins lucrativos a seguir especificadas.

Art. 2º. O pagamento das anuidades descritas nesta Lei deverá ser efetuado somente a Organizações Sociais devidamente instituídas, nos termos da legislação vigente no país, e que comprovem a realização de atividades como:

I. articulação junto aos governos estadual e federal para a elaboração e implementação de programas, ações e projetos em favor do município; II. representação junto à Assembleia Legislativa e Congresso Nacional durante discussão e trâmite de legislações afetas a políticas públicas e programas relacionados a serem implementados no município; III. mobilização de gestores municipais no interesse das causas que protejam e defendam as políticas públicas no município; IV. orientações acerca de novos procedimentos criados pelos governos estadual e federal que tratem de matéria atinente à politicas públicas;

Art. 3º. As Organizações Sociais referidas nesta Lei deverão representar coletivamente os interesses do município de maneira geral e, em específico, nas áreas que comprovarem relevante atuação.

Parágrafo único. São reconhecidamente instituições de notória e relevante contribuição para as políticas públicas municipais, por suas atividades ao longo dos anos, sendo, por este motivo, entidades capazes de firmar Termo de Adesão e receber anuidades do município de Salto do Céu:

I. Associação Brasileira de Municípios; II. Confederação Nacional dos Municípios; III. Frente Nacional de Prefeitos; IV. Federação ou Associação Estadual de Municípios; V. Associação Regional de Municípios; VI. Seccional da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; VII. Seccional do Conselho Nacional de Secretarias Municipais da Saúde; VIII. Seccional do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social.

Art. 4º. Para viabilizar o pagamento das referidas anuidades, o município deverá se associar e firmar Termo de Filiação com cada uma das Organizações Sociais e receber, no mínimo, duas vezes ao ano um Relatório de Atividades Desenvolvidas para comprovar as ações realizadas e a utilização dos recursos arrecadados por meio das anuidades.

Art. 5º. Os valores referentes às unidades serão definidos por cada Organização Social e não poderão ultrapassar o contido na Lei de Diretrizes Orçamentárias que regula as disposições do artigo 16, § 3º, da Lei Complementar 101/2000, consideradas como despesas irrelevantes.

Art. 6º. Fica determinado que as referidas anuidades a serem pagas às Organizações Sociais deverão estar previstas anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Art. 7º. Os Termos de Filiação previstos nesta Lei serão elaborados em nome do município de Salto do Céu e deverão ser firmados pelo prefeito municipal e, em conjunto, com o gestor da área específica quando tratarem-se de entidades descritas nos incisos VI, VII e VIII do artigo 3º.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu – MT, 18 de Julho de 2018.

WEMERSON ADÃO PRATA

Chefe do Poder Executivo do Município de Salto do Céu/MT

Gestão 2017/2020

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 039/2017 – Seleção de MELHOR PROPOSTA objetivandoa **"REFORMA e AMPLIAÇÃO do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, no município de Salto do Céu – MT",** conforme Memorial Descritivo, Projeto Básico, Orçamento Estimado em Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, Cronograma Físico-Financeiro, BDI e Minuta de Contrato, anexos do **Convite 002/2017,** para os fins que especifica. O presente Termo Aditivo tem por objeto o ACRÉSCIMO aproximadamente em 22.11% (vinte e dois inteiros e onze centésimos por cento) ao valor do contrato firmado entre as partes, em 09/10/2017, nos termos previstos em sua Cláusula. Fica aditado o valor do contrato em **R$ 11.451,35** (onze mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e trinta e cinco centavos), na forma do Artigo 58, Inciso I§§, 1º e 2º

da Lei Federal 8.666/1993. CONTRATADA: **MIRASSOL CONSTRUTORA EIRELI-ME CNPJ: 27.885.794/0001-74**

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0229/2018, DE 18 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 0229/2018, DE 18 DE JULHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE MARCO ANTONIO SOARES DE LIMA DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE ENGENHARIA E ARQUITETURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Marco Antonio Soares de Lima, portador do RG nº 20122489 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 014.924.641-20, do cargo em comissão de ASSESSOR DE ENGENHARIA E ARQUITETURA.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 18 de JULHO de 2018.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

COMPRAS E LICITAÇÃO
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2017

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2017, REFERENTE FORNECIMENTO DE SOLUÇÕES INTEGRADAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, QUE ENTRE SÍ CELEBRAM O MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT E A EMPRESA ÁGILI SOFTWARE BRASIL LTDA.

O **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob o Nº 04.205.596/0001-17 com sede na Av. Flávio Luiz, 2201, Centro, SANTA RITA DO TRIVELATO – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Sr. EGON HOEPERS**, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a **ÁGILI SOFTWARE BRASIL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, regulamente inscrita no CNPJ sob nº 26.804.377/0003-59, estabelecida à Rua Waldir Landgraf, n° 200, Bairro Lindóia, CEP: 86.031-218, Londrina – PR, neste ato representada pelo **Sr. JOSÉ CARLOS URIAS,** doravante denominada **CONTRATADA,** tendo em vista os termos do contrato original nº 010/2017, ajustam e acordam celebrar o presente Termo Aditivo, nos termos da Lei Federal n° 8.666/93, com suas posteriores alterações, e demais dispositivos legais aplicáveis, mediante as clausulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente Termo tem por objeto efetuar o acréscimo de serviço e aditar o valor contratual, previstos nas Cláusulas Primeira e Quarta, respectivamente, do Contrato nº 010/2017, que passam a ter as seguintes redações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Fica acrescido o serviço de LICENCIAMENTO DE SOFTWARE PARA GESTÃO TRIBUTÁRIA E ARRECADAÇÃO WEB – ÁGILIBlue Arrecadação (Gestão da Arrecadação Municipal), conforme descrito na tabela abaixo:

1. LICENCIAMENTO DE SOFTWARES E MANUTENÇÃO OPERACIONAL					
ITEM	**DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**	**UND.**	**QUANT**	**PREÇO UNITÁRIO**	**PREÇO TOTAL**
10	LICENCIAMENTO DE SOFTWARE PARA GESTÃO TRIBUTÁRIA E ARRECADAÇÃO WEB – ÁGILIBlue Arrecadação	Mês	09	2.500,00	22.500,00
VALOR TOTAL - LICENCIAMENTO E MANUTENÇÃO (R$) 22.500,00					

1.2. Os serviços acrescidos serão prestados durante todo o período remanescente do Contrato, compreendendo entre Julho de 2018 a Março de 2019.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

4.1. O valor do presente Termo Aditivo é **R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais),** pago em 09 (nove) parcelas mensais, iguais e sucessivas, no valor de **R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)** cada.

4.2. O valor global do presente contrato, somada a adição, passa a ser **R$ 168.014,40 (cento e sessenta e oito mil quatorze reais e quarenta centavos).**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

2.1. As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária abaixo especificada e consignada na peça orçamentária do exercício de 2018.

2.2. Os valores relativos ao ano subsequente serão empenhados em dotação própria no orçamento do próximo exercício.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo artigo 65, § 1°, da Lei Federal n° 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial, celebrado entre as partes em data de 31/03/2017.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Santa Rita do Trivelato - MT, 18 de Julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

ÁGILI SOFTWARE PARA ÁREA PÚBLICA

JOSÉ CARLOS URIAS

Contratada

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: **CPF:**

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N°001/2018

AVISO PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO N°001/2018

a Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria n° 036/2018,– MT, torna público, com referência a Tomada de Preço nº 001/2018, com abertura prevista para o dia 19de julho de 2018, as 09h00min, cujo objeto é **Contratação de empresa para confecção e instalação de cobertura metálica na creche Nascer do Sol, conforme Projetos, Planilhas e complementares**, prorroga-se o prazo de abertura do edital, **para 23 de julho de 2018 às 10h00min, diante da ausência da Presidente da comissão de licitação no referido dia.**Santa Rita do Trivelato/MT, 18/06/2018 - Presidente: **DIENIFFER MOURA DA SILVA.**

SETOR ADMINISTRATIVO
EXTRATO DE FILIAÇÃO ASSOCIATIVA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA RITA DO TRIVELATO, NO ESTADO DE MATO GROSSO.

TERMO DE FILIAÇÃO ASSOCIATIVA 01/2018

DATA EMISSÃO: 04/07/2018

CONTRATANTE: CAMARA DE VEREADORES DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT – CNPJ nº 04.253.983/0001-29

CONTRATADA: UCMMAT – UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO.

CNPJ Nº 33.003.757/0001-98

OBJETIVO: Filiação da Câmara Municipal e Vereadores do Município de Santa Rita do Trivelato/MT a UCMMAT – União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso.

PRAZO: 01/07/2018 a 31/12/2018

VALOR GLOBAL: R$ 1.800,00 (MIL E OITOCENTOS REAIS).

PORTARIA Nº 0230/2018 DE 18 DE JULHO DE 2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA A COMISSÃO DA ORGANIZAÇÃO DO 19º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **EGON HOEPERS**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Lei Municipal nº 395 de 06 de Março de 2012, institui como feriado Municipal o dia 25 de Setembro, para comemoração da emancipação político administrativa do Município;

Resolve:

Art. 1º - Nomear a Comissão Organizadora do 19º aniversário de Santa Rita do Trivelato/MT, sendo os Seguintes Membros:

Presidente: Marcos Alexandre Capocci, inscrito no CPF/MF sob nº 935.536.411-34 – Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente;

Vice-Presidente:Claudeci Maria da Silva, inscrita no CPF/MF sob nº 893.204.684-00 – Vice-Prefeita;

Membro: Adriana Nogarolli Borsato, inscrita no CPF/MF nº 695.991.229-68 – Secretária Municipal de Assitência Social;

Membro: Raquel Neves Rodrigues de Oliveira, inscrita no CPF/MF nº 654.142.681-34 – Secretária Municipal de Saúde;

Membro: Marlene Correa Carnelocci, inscrita no CPF/MF nº 571.704.011-34 – Secretária Municipal de Finanças;

Membro: Luciano Poletto, inscrito no CPF/MF nº 921.419.271-53 – Secretário Municipal de Administração;

Membro: Leomario Taborda, inscrito no CPF/MF nº 570.481.931-15 – Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos;

Membro: Paulo Madson Vieira da Silva, inscrito no CPF/MF nº 861.761.6701-25 – Secretário Municipal de Educação e Cultura;

Membro: Adinai Terezio da Cruz, inscrito no CPF/MF nº 468.48/4.791-87 – Coordenador de Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 18 DE JULHO DE 2018.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

COMPRAS E LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 032/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 032/2018, REFERENTE LOCAÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA DE UMA AMBULÂNCIA TIPO B, QUE ENTRE SÍ CELEBRAM O MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT E A EMPRESA TAIAMA TENT A CAR LTDA.

O **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob o nº 04.205.596/0001-17 com sede na Av. Flávio Luiz, 2201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, neste ato re-

presentado pelo seu Prefeito Sr. **EGON HOEPERS**, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **TAIAMÃ TENT A CAR LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 17.239.474/0001-93, situada na Av. Ismael José do Nascimento, nº 264-W, na cidade de Tangara da Serra/MT, neste ato representada pelo Sr. **SERGIO ANTONIO DA SILVA**, brasileiro, contador, portador do RG n° 935289 SSP/MT, inscrito no CPF nº 514.745.491-87, residente e domiciliado no Município de Tangará da Serra/MT, doravante denominada **CONTRATADA,** tendo em vista os termos do contrato original nº 032/2018, ajustam e acordam celebrar o presente Termo Aditivo, nos termos da Lei Federal n° 8.666/93, com suas posteriores alterações, e demais dispositivos legais aplicáveis, mediante as clausulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente Termo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual e aditar o valor contratual, previstos nas Cláusulas Segunda e Terceira, do Contrato nº 032/2018, que passam a ter as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUDA – DO PRAZO

2.1. Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 032/2018 por mais **30 (trinta) dias,** contados a partir de sua assinatura, prorrogado, se necessário, mediante novo Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O valor do presente Termo Aditivo é **R$ 13.300,00 (treze mil e trezentos reais).**

3.2. O valor global do presente contrato, somada a adição, passa a ser **R$ 26.600,00 (vinte e seis mil e seiscentos reais).**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

2.1. As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária abaixo especificada e consignada na peça orçamentária do exercício de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo artigo 24, inciso IV, da Lei Federal n° 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial, celebrado entre as partes em data de 20/06/2018.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Santa Rita do Trivelato - MT, 20 de Julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

TAIAMA TENT A CAR LTDA

Contratada

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: **CPF:**

PREVIDENCIA
ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO CREDENCIAMENTO Nº 001/2018

Aos 16 (dezessete) dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às 14h00min, no Santa Rita Previ, **por intermédio da Presidente da comissão de licitação Oficial do Município, Sra.** Dieniffer Moura da Silva, **designada pela Portaria 036/2018,** para analisar, julgar e fazer a apreciação referente ao objeto do **CREDENCIAMENTO Nº 001/2018**, relacionado ao CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS, DOS SEGURADOS DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SANTA RITA PREVI, QUE SÃO BENEFICIÁRIOS DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, REVISÃO/REVERSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, AVALIAÇÃO DE DEPENDENTES PARA CONCESSÃO PERMANENTE DE SALÁRIO FAMÍLIA, AUXÍLIO DOENÇA, ENTRE OUTRAS AVALIAÇÕES NECESSÁRIAS**.** Conforme especificações contidas no aviso de licitação publicado em meios eletrônicos (Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios – AMM, http://www.santaritadotrivelato.mt.gov.br/), momento determinado pela Comissão de Apoio na Licitação, para analisar os documentos recebidos ate o dia 12/07/2018 e proceder o credenciamentos dos interessados, as 14h00min, a presidente da CPL declarou aberta, e percebeu que não houve empresas, e em virtude da ausência de licitantes, esta presidente da CPL declara como ***LICITAÇÃO DESERTA*** (CREDENCIAMENTO) o referido certame. Nada mais havendo a ser tratado lavrei a presente Ata, finalizada neste momento, às 14h30min.

DIENIFFER MOURA DA SILVA

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2018.

Interessada: Prefeitura Municipal de Santa Terezinha – MT

Objeto:Aquisição FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO (MARMITEX E REFEIÇÃO), a demanda se faz necessária para atender as solicitações de todas as secretarias da Administração em geral, NO MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA-MT, Cujas especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação. O Pregoeiro designado pelo portaria nº 075/2017-GP de 06/07/2017, torna Público aos interessados que tendo em vista o não comparecimento de interessados para realização da licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 27/2018 no SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, do tipo **MENOR PREÇO** cuja abertura ocorreria às 09:00 horas do dia 18/07/2018, fica prorrogada a abertura para o dia 31/07/2018 às 09:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha, situada à Rua 25 s/º, Santa Terezinha-MT 18 de julho de 2018. GUSTAVO KOVALSKI-Pregoeiro-Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

RECURSOS HUMANOS
LEI Nº 1. 250 /GP/2018

LEI Nº 1. 250 /GP/2018

"DISPOE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORACAO DA LEI ORCAMENTARIA DE 2019, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER, ESTADO de MATO GROSSO VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente .

DISPOSICOES PRELIMINARES

Art. 1° - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda conforme estabelecido na

Lei Orgânica do Município e no que couber, as disposições contidas na Lei Federal N. 4.320, de 17 de Março de 1.964, as **Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2019**, da Administração Pública Direta e Indireta do Município, nela incluída o Poder Legislativo e o Fundo Municipal de Previdência dos Servidores de SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER – PREVI LEVERGER- compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração pública municipal;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à arrecadação e alterações na legislação tributária;

V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições gerais.

CAPITULO I

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRACAO PUBLICA MUNICIPAL

E DAS METAS e RISCOS FISCAIS

Art. 2° As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2019 serão estabelecidas em anexo especifico do Plano Plurianual relativo ao período de 2018 a 2021, a ser encaminhado para a Câmara Municipal até 31 de agosto de 2018, seguindo os seguintes princípios:

I - promover o equilíbrio entre receitas e despesas, através da modernização da gestão pública;

II - promover o desenvolvimento econômico e social do Município, mediante geração de renda com a inclusão da população no turismo local;

III - Estabelecer um padrão de qualidade na Rede Municipal de educação, de forma a garantir o bom atendimento a todos os alunos e professores sem restrições

IV - acesso ao atendimento integral para todos que procuram a rede pública de saúde oferecendo serviços de qualidade e tratamento humano e respeitoso.

§ 1º A execução das ações vinculadas às metas e às prioridades estará condicionada ao equilíbrio entre receitas e despesas, conforme Anexo de Metas Fiscais (Anexo I) e Anexo de Riscos Fiscais (Anexo II, que integram a presente Lei.

§ 2º O Município define como Meta Fiscal o valor que se pretende atingir, no exercício orçamentário e nos dois seguintes, a título de receitas, despesas, montante da dívida pública e resultado nominal e primário, este representando o valor que se espera destinar ao pagamento de juros e do principal da dívida.

§ 3º Terão prioridade sobre as ações de expansão: o pagamento do serviço da dívida, as despesas com pessoal e encargos sociais e a manutenção das atividades.

§ 4º O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, apurado conforme disposto na Lei Orgânica do Município, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 5º O Município deverá aplicar pelo menos 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos, nas ações e serviços públicos de saúde.

Art. 3° Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental, que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização dos objetivos pretendidos, visando à solução de um problema ou o atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1° Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando as respectivas metas e valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2° As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, projetos, atividades ou operações especiais.

CAPITULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZACAO DOS ORCAMENTOS

Art. 4° O Orçamento do Município compreenderá a programação dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo e o Fundo Municipal de Previdência dos Servidores de SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER - PREVI SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER.

Parágrafo Único. Nos Orçamentos dos Fundos Municipais e das demais entidades da administração indireta, desde que, como Unidades Gestoras, possuam contabilidade própria, serão estimadas apenas as receitas de sua competência legal e dos convênios firmados por seus dirigentes, assim como, as despesas relativas aos programas executados com estes recursos.

Art. 5 O Orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando a esfera orçamentária, o desdobramento da despesa por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação:

1 - Pessoal e Encargos Sociais;

2 - Juros e Encargos da Dívida;

3 - Outras Despesas Correntes;

4 - Investimentos;

5 - Inversões Financeiras;

6 - Amortização da Dívida;

7 - Outras Despesas de Capital.

Art. 6° A Lei Orçamentária discriminará em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:

I - às ações relativas à saúde e assistência social;

II - ao pagamento de benefícios da previdência social, para cada categoria de benefício;

III - ao atendimento às ações de alimentação escolar;

IV - às despesas com o desenvolvimento do ensino fundamental;

V - ao pagamento de precatórios judiciários, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;

Art. 7° O projeto da Lei Orçamentária, que o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, será constituído de:

I - mensagem;

II – texto da lei;

III - quadros orçamentários consolidados;

IV - anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

Parágrafo Único. Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei no 4.320, de 17 de Abril de 1964, são os seguintes:

I - evolução da receita do Município, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento;

II - evolução da despesa do Município, segundo as categorias econômicas;

III – demonstrativo da receita e da despesa, segundo as categorias econômicas;

IV – demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas;

V – resumo geral da despesa, segundo as categorias econômicas;

VI - despesas orçamentárias, segundo Poder e unidades, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de;

VII – programa de trabalho do governo - despesas orçamentárias por funções, subfunções, programas, projetos/atividades/operações especiais;

VIII - despesas orçamentárias por funções, subfunções, programas, projetos/atividades/operações especiais;

IX - despesas orçamentárias por funções, subfunções e programas, conforme o vínculo;

Art. 8° A mensagem que encaminhar o projeto da Lei Orçamentária conterá:

I – quadro demonstrativo da evolução da receita nos exercícios de 2015 a 2017 e previsão para 2019 a 2021;

II – metodologia e memória de cálculo das estimativas das receitas segundo as rubricas da lei orçamentária;

III - reserva de contingência;

§ 1° Os valores constantes dos demonstrativos previstos no parágrafo anterior serão elaborados a preços da proposta orçamentária, explicitada a metodologia utilizada para sua atualização.

§ 2° Os demonstrativos e informações complementares exigidos por esta Lei identificarão, logo abaixo do respectivo título, o dispositivo a que se referem.

Art. 9° Para efeito do disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo, encaminhará a Secretaria de Fazenda, Recursos Humanos e Planejamento do Município, até 30 de agosto de 2018, sua proposta orçamentária, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

CAPITULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORACAO E EXECUCAO DOS ORCAMENTOS E SUAS ALTERACOES

Art. 10 A previsão da receita e a fixação da despesa na Lei Orçamentária deverão ocorrer a preços correntes de 2018.

Art. 11 A elaboração do projeto, sua aprovação e a execução da lei orçamentária de 2019 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 12 Na estimativa da receita poderá ser especificado e deduzido um valor, compatível com o constante de demonstrativo específico, do Anexo de Metas Fiscais, destinado a cobrir os efeitos da concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, conforme definida no § 1º, do art. 14, da Lei Complementar nº 101/00.

Parágrafo Único. Se a previsão referida no *caput* não for incluída na lei orçamentária, a renúncia de receita tributária somente poderá ocorrer, no exercício de 2018, se for acompanhada de medidas de compensação por meio do aumento de receita, nos termos no inciso II, do art. 14, da referida Lei Complementar.

Art. 13 Na fixação da despesa deverá ser observada a compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas do PPA e LDO.

Art. 14 Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e definidas as unidades executoras, devendo ser observado o equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 15 Na determinação do montante de despesa deverá ser observada a margem para expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado definida no demonstrativo próprio, do Anexo de Metas Fiscais, voltada a fazer frente às despesas correntes enquadradas na situação prevista no *caput* do art. 17, da Lei Complementar nº 101/00, a ser demonstrada, inclusive quanto à forma de compensação, no anexo à Lei Orçamentária a que se refere o Inciso II, do Art. 5º, da mesma Lei Complementar.

Art. 16 Será incluída no projeto da Lei Orçamentária a previsão de recursos decorrentes de operações de crédito e de convênios com outras esferas de Governo.

Art. 17 Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento e as despesas destinadas à preservação do patrimônio público, especificados no relatório encaminhado pelo Poder Executivo ao Legislativo, nos termos do parágrafo único, do art. 45, da Lei Complementar nº 101/00;

II - os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas do Município, nos casos de transferências voluntárias da União e do Estado, as quais deverão ser estabelecidas de modo compatível com a capacidade financeira do Município;

III - estiverem previstos no Plano Plurianual ou em lei que autorizou sua inclusão no referido Plano.

Art. 18 Não poderão ser programados novos projetos:

I - por conta de redução ou anulação de projetos em andamento;

II - que não possuam comprovada viabilidade técnica, econômica e financeira.

Art. 19 O Poder Legislativo terá como limite para o total da despesa, incluindo os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, o valor correspondente de até 7% (sete por cento) sobre o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior, conforme Emenda Constitucional nº 58/2009.

Art. 20 A Lei Orçamentária poderá consignar em dotação específica valor destinado ao custeio de despesas de competência de outro ente da Federação.

Parágrafo Único. A realização da despesa somente poderá se efetivar desde que, comprovado o interesse público, tenha sido firmado convênio, acordo, ajuste ou congênere, conforme sua legislação.

Art. 21 É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, contribuições e/ou auxílios, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;

II – sejam de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativo da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;

III – sejam vinculadas a organismos de naturezas filantrópicas, institucionais ou de assistência social;

IV – atendam ao disposto no art. 204 da Constituição e ao disposto no art. 61 do ADCT;

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, contribuições e/ou auxílios, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, válida para o exercício de 2018.

§ 2º Não poderá ser concedida subvenção social, contribuição e/ou auxílio à entidade que esteja em débito com relação a prestações de contas decorrentes de sua responsabilidade.

§ 3º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade e de identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica às contribuições estatutárias devidas a entidades municipalistas das quais o Município for associado.

Art. 22 As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberem os recursos.

Art. 23 A Lei Orçamentária conterá Reserva de Contingência em montante equivalente a no máximo, 5% (cinco por cento) da receita total, que serão destinados, através de decreto do Poder Executivo Municipal, para atendimento exclusivo de riscos orçamentários e riscos da dívida, conforme especificados no Anexo de Riscos Fiscais.

Art. 24 A Lei Orçamentária para 2019 poderá autorizar o Poder Executivo a proceder a remanejamentos, transposições e transferências, dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, entre as secretarias e unidades orçamentárias, do saldo das dotações dos seus grupos de natureza ou elementos de despesa, até o limite de 20% do total da Lei Orçamentária.

Parágrafo Único. As destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução do orçamento, por Decreto do Poder Executivo.

Art. 25 A Procuradoria Municipal encaminhará a Secretaria de Fazenda e aos referidos órgãos e entidades devedoras, na parte que lhes couberem, a relação de débitos constantes de precatórios judiciários, a serem incluídos na proposta orçamentária para 2019, conforme determina o Art. 100, § 1º da Constituição Federal, e a Constituição Estadual, dentro do prazo estabelecido pela Legislação, discriminando:

A) Órgão Devedor;

B) Numero de processos;

C) Numero do Precatório

D) Data de Expedição do Precatório;

E) Nome do Beneficiário;

F) Valor do Precatório a ser pago.

CAPITULO IV

DAS DISPOSICOES RELATIVAS À ARRECADACAO E DAS ALTERACOES NA LEGISLACAO TRIBUTARIA DO MUNICIPIO

Art. 26 O Município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência inclusive os da Contribuição de Melhoria quando for o caso.

Parágrafo Único. A Administração Municipal deverá despender esforços no sentido de diminuir o volume da Dívida Ativa inscrita, de natureza tributária e não tributária, podendo para isto estabelecer, em lei especifica, programa de REFIS.

Art. 27 As receitas oriundas de atividades econômicas exercidas pelo Município terão suas fontes revisadas e atualizadas, considerando-se os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar as sua respectiva produtividade.

Art. 28 Somente poderá ser aprovada ou editada lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária se atendidas as exigências do Art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.00.

Art. 29 Na estimativa das receitas do projeto da Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

CAPITULO V

DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30 No exercício financeiro de 2019, as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 04.05.00.

Art. 31 Observado o disposto no Art. 169 da Constituição Federal, em 2019 somente poderão ser admitidos servidores se:

I - existirem cargos vagos a preencher;

II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;

III - forem observados os limites previstos no artigo anterior;

IV - for observado o disposto nos artigos 16, 17 e 21, da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 32 O Poder Executivo poderá, mediante lei autorizativa, criar ou alterar cargos e funções, alterar a estrutura organizacional, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores e conceder vantagens, desde que observadas às regras do Art. 16, quando aplicável e do Art. 17, da Lei Complementar nº 101/00.

§ 1º Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, no âmbito do Poder Executivo, deverão ser acompanhados do impacto financeiro e orçamentário elaborado pela Secretaria Municipal Fazenda, Recursos Humanos e de Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

§ 2º O Poder Legislativo assumirá, em seu âmbito, as atribuições necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

§ 3º O Poder Executivo e Legislativo poderão realizar Concursos Públicos, Processo Seletivo e Seletivo Simplificado, para o provimento de cargos e funções públicas desde que observados as exigências constitucionais e as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 33 A Lei do Orçamento deverá prover os créditos necessários à concessão da revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, em cumprimento ao disposto no Inciso X, do Art. 37, da Constituição Federal.

Parágrafo Único. Quando da concessão da revisão geral da remuneração de que trata este artigo, estão dispensados os procedimentos exigidos pelo Art. 17, da Lei Complementar nº 101/00, respeitada porém, a limitação imposta pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 34 Nas situações em que a despesa total com pessoal do Poder Executivo tiver extrapolado a 95% (noventa e cinco por cento) do limite referido no art. 20, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público, especialmente os voltados para as áreas

de segurança e saúde, que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo Único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no *caput* deste artigo, é de exclusiva competência do Secretário de Fazenda, Recursos Humanos, Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

Art. 35 No caso de os limites máximos de despesas com pessoal para os Poderes Executivo e Legislativo, estabelecidos no Art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, forem ultrapassados em qualquer um dos Poderes, serão adotadas, no respectivo Poder, as seguintes medidas voltadas ao reenquadramento no prazo máximo de dois quadrimestres:

I – eliminação de despesas com horas extras, exceto se enquadradas nas situações previstas no artigo anterior desta Lei;

II – exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;

III – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

CAPITULO VI

DAS DISPOSICOES GERAIS

Art. 36 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei,a alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2019 e em créditos adicionais, e a respectiva execução, deverão propiciar o controle dos valores transferidos e dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo, conforme estabelecido no art. 4 º, I, e da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 37.A avaliação dos resultados obtidos em cada Poder, dos programas que integram a execução orçamentária, deverá ser procedida, pelo Poder Executivo, em base execução orçamentária.

§ 1º. O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, os anexos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

§ 2º. O Relatório da Gestão Fiscal será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Presidente da Câmara Municipal, e será publicado até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada quadrimestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 3º. Até o final dos meses de maio e setembro de 2018, e de fevereiro de 2019, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na Comissão Permanente de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal.

§ 4º. A unidade responsável pela coordenação do controle interno do Poder Executivo Municipal apreciará os relatórios mencionados no parágrafo anterior e acompanhará a evolução dos resultados primário e nominal, durante a execução orçamentária e financeira.

Art. 38 Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da

movimentação financeira, nas situações previstas no Art.9º, da Lei Complementar nº 101/00, será fixado, por ato do Poder Executivo, o percentual de limitação para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais e a participação do Poder Legislativo, sobre o total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2019, excetuando:

I – as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução; e

II – as despesas com ações vinculadas às funções saúde, educação e assistência social, não incluídas no inciso I;

§ 1º Terão prioridade, como fonte de recursos para a limitação de empenho, a adoção das seguintes medidas:

I – redução de investimentos programados com recursos próprios.

II – eliminação de despesas com horas-extras;

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – eliminação de vantagens temporárias concedidas a servidores;

V – redução de gastos com combustíveis;

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, com vistas à obtenção do equilíbrio na execução orçamentária e financeira do exercício.

Art. 39 A contratação de operações de crédito e as operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias ficarão condicionadas à fiel observância do disposto, no que couber à esfera Municipal, Capítulo VII, na Seção IV, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.00.

Art. 40 O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2019 a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso para o ano, por Secretaria e unidades da administração indireta, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a limitação necessária à obtenção da meta de resultado primário.

§ 1º A programação financeira e o cronograma de desembolso deverão ser elaborados com base na previsão da efetiva arrecadação mensal, devendo ser incentivada a participação das diversas Secretarias na definição dos gastos mensais a serem realizados, tomando-se por base as ações constantes dos programas do PPA e as prioridades e metas constantes desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados ao Poder Legislativo, será efetuado até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, sendo o valor calculado de acordo com os critérios estabelecido no art. 29-A, da Constituição Federal.

Art. 41 São vedados quaisquer procedimentos que motivem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e previsibilidade de recursos financeiros para o seu pagamento.

Art. 42 A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição, será efetivada mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único. Na reabertura a que se refere o *caput* deste artigo, a fonte de recurso deverá ser identificada como saldos de exercícios anteriores, independentemente da receita à conta da qual os créditos foram abertos.

Art. 43 Para os fins do disposto no art. 16, da Lei Complementar nº. 101/00 e em cumprimento ao § 3º, do mesmo artigo, fica estabelecido que, no exercício de 2019, a despesa será considerada irrelevante se o seu impacto orçamentário-financeiro no exercício não ultrapassar, para bens, serviços e obras os limites fixados pelos incisos I e II, do art. 24, da Lei 8666/93, devidamente atualizados.

Art. 44 O Poder Executivo encaminhará até o dia 30/09/2018 o Projeto de Lei do Orçamento Anual de 2019, à Câmara Municipal para apreciação e conclusão da votação nos termos da Lei Orgânica do Município de SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER.

Art. 45 Se o projeto da Lei Orçamentária não for sancionado até 31 de dezembro de 2018 a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - pagamento do serviço da dívida; e

III - transferências constitucionais e legais para os fundos municipais legalmente constituídos.

IV **-** 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

Art. 46 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 47 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leverger, Estado de Mato Grosso, 05 de Julho de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 031/2018

EXTRATO DE CONTRATO 031/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO 049/2017

PREGÃO PRESENCIAL 018/2017

CONTRATO Nº 031/2018

2.1 1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO PREFEITO MUNICIPAL SENHOR VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO **CONTRATO N° 031/2018** Contratação de Empresa Especializada referente á locação dos veículos tipo econômicos. **1.1- Parágrafo Único – Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas PREGÃO PRESENCIAL N° 018/2017, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER - MT.

CONTRATADA: VÍTISA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ: 11.925.001/0001-63.

Secretaria Municipal do Gabinete do Prefeito

Dotação: 04.122.0002.2108.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0100

Secretaria Municipal de Educação de Esporte e Lazer

Dotação: 12.122.0009.2116.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0101

Dotação: 12.365.0040.2027.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0101

Dotação: 12.365.0040.2027.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0101.

Secretaria Municipal de Saúde

Dotação: 10.122.0005.2119.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0102.

Dotação: 10.301..0020.2045.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0102; 0114; 0142.

Dotação: 10.302.0021.2051.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0102; 0114; 0142.

Dotação: 10.301.0020.2053.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0102; 0114; 0142.

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Dotação: 04.122.0011.2120.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0100.

Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

Dotação: 13.122.0010.2124.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0100

Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social

Dotação: 08.122.0008.2068.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0100.

Dotação: 08.244.0025.2190.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0129.

Dotação: 08.244.0008.2076.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0129.

Secretaria Municipal de Saneamento e Abastecimento de Agua.

Dotação: 17.122.0014.2091.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0100.

Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Dotação: 04.122.0030.2134.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0100.

Secretaria Municipal de Fazenda

Dotação: 04.123.0006.2137.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0100.

Secretaria Municipal de Gestão

Dotação: 04.122.0031.2143.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0100.

Secretaria Municipal de Recursos Humanos.

Dotação: 04.122.0031.2152.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0100.

Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Regularização Fundiária.

Dotação: 20.122.0043.2160.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0100.

DATA DE ASSINATURA: 04/07/2018

DATA DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contar a partir da assinatura do instrumento contratual.

Santo Antônio de Leverger, 04 de Julho de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 030/2018

EXTRATO DE CONTRATO 030/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO 049/2017

PREGÃO PRESENCIAL 018/2017

CONTRATO Nº 030/2018

2.1 1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO PREFEITO MUNICIPAL SENHOR VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO **CONTRATO N° 030/2018** Contratação de Empresa Especializada referente á locação dos veículos tipo econômicos. **1.1- Parágrafo Único – Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas PREGÃO PRESENCIAL N° 018/2017, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER - MT.

CONTRATADA:INTERLAGOS LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA-ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ: 73.530.396/0001-52 com o VALOR MENSAL R$:2.220,00 (Dois e mil e Duzentos reais).

Secretaria Municipal do Gabinete do Prefeito

Dotação: 04.122.0002.2108.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0100

Secretaria Municipal de Educação de Esporte e Lazer

Dotação: 12.122.0009.2116.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0101

Dotação: 12.365.0040.2027.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0101

Dotação: 12.365.0040.2027.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0101.

Secretaria Municipal de Saúde

Dotação: 10.122.0005.2119.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0102.

Dotação: 10.301..0020.2045.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0102; 0114; 0142.

Dotação: 10.302.0021.2051.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0102; 0114; 0142.

Dotação: 10.301.0020.2053.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0102; 0114; 0142.

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Dotação: 04.122.0011.2120.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0100.

Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

Dotação: 13.122.0010.2124.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0100

Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social

Dotação: 08.122.0008.2068.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0100.

Dotação: 08.244.0025.2190.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0129.

Dotação: 08.244.0008.2076.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0129.

Secretaria Municipal de Saneamento e Abastecimento de Agua.

Dotação: 17.122.0014.2091.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0100.

Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Dotação: 04.122.0030.2134.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0100.

Secretaria Municipal de Fazenda

Dotação: 04.123.0006.2137.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0100.

Secretaria Municipal de Gestão

Dotação: 04.122.0031.2143.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0100.

Secretaria Municipal de Recursos Humanos.

Dotação: 04.122.0031.2152.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0100.

Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Regularização Fundiária.

Dotação: 20.122.0043.2160.

Natureza de Despesa: 33.90.30.00.

Fonte: 0100.

DATA DE ASSINATURA: 04/07/2018

DATA DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contar a partir da assinatura do instrumento contratual.

Santo Antônio de Leverger, 04 de Julho de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO – PRIMEIRO ADITIVO CONTRATO 011/ 2018

EXTRATO DE CONTRATO – PRIMEIRO ADITIVO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 023/2018

DISPENSA 007/2018

CONTRATO N° 011/2018 - PRIMEIRO ADITIVO.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVEGER, POR MEIO DO PREFEITO MUNICIPAL SENHOR VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO TORNA-SE PUBLICO O EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO N° 011/2018 PARA O SEGUINTE OBJETO:***sendo O ACRESCIMO conforme planilha e cronograma físico – financeiro referente a DISPENSA 007/2018*****. O valor acrescido do Aditivo de R$ 8. 381,80 (Oito mil Trezentos e Oitenta e Um reais e Oitante centavos).**

1. CONTRATANTE: ***PREFEITURA MUNIICPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGE-MT.*** **2.** CONTRATATA***: ALMEIDA CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA-ME.***

Santo Antônio de Leverger–MT, 17 de Julho de2018.

_____

Valdir Pereira de Castro Filho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2018

A Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, por intermédio de seu representante legal, Sr. MIGUEL JOSÉ BRUNETTA – Prefeito Municipal, **CONVOCA** os candidatos relacionados no anexo I deste Edital, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018, realizado em 03/06/2018, tendo o resultado sido homologado em 25/06/2018, para comparecerem na **COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS** desta Prefeitura, no prazo de **até 03 (três) dias úteis** nos horários de expediente (08h às 11h e 14h às 17h), munidos de todos os documentos constantes no mesmo item do Edital e relacionado no Anexo II deste edital, para tomarem posse em seus respectivos cargos.

Será considerado desistente e, portanto eliminado do processo seletivo simplificado, o(s) candidato(s) convocado(s) que não comparecer (em) até a data estabelecida e munido dos documentos exigidos, podendo a Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT convocar o(s) o(s) próximo(s) candidato(s) aprovados, obedecida rigorosamente a ordem de classificação.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura em horário de expediente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, aos 18 dias do mês de Julho de 2018.

MIGUEL BRUNETTA *Prefeito Municipal*

ANEXO I

Nº	ENFERMEIRO PADRÃO
01	LEDIANNE GONÇALVES FIGUEIREDO LAGO

ANEXO II

DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2018.

1. - Para tomar posse, o candidato deverá apresentar documentação (original ou fotocópia autenticada) que comprove:

a) Comprovante de Escolaridade/Pré-Requisitos exigidos para o cargo, apresentado em via original e fotocopia ou cópia autenticada em cartório;

b) Comprovante de Residência;

c) Fotocópia legível da Certidão de Nascimento ou Casamento,

d) Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos e Carteira de vacina dos filhos até 05 anos de idade (se houver);

e) Fotocópia do Titulo de eleitor e Certidão que comprove não ter sofrido punição política – certidão original emitida pela justiça eleitoral;

f) Fotocópia do Certificado de Reservista, para os candidatos do sexo masculino;

g) Fotocópia do RG e CPF do candidato e do cônjuge (se casado);

h) Fotocópia da Carteira de Trabalho e comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

i) Fotocópia legível da CNH se for o caso;

j) Comprovante de exame de saúde física e mental (exame médico) necessário ao desempenho das funções inerentes ao cargo pretendido;

k) Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

l) Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e/ou entidade da esfera federal, estadual e/ou municipal (declarado pelo próprio candidato e com firma reconhecida);

m) Declaração, de próprio punho, de não ter sido demitido do serviço público por motivo justo, ou de não ter sido exonerado a bem do serviço publico, nos últimos 05 (cinco) anos.

n) Declaração de Bens;

o) Comprovante de abertura de conta, em agência bancária na qual a Prefeitura de Santo Antonio do Leste mantém convênio para recebimento de créditos salariais; e

p) Não Registrar antecedentes criminais ou estar respondendo pelos crimes conta: o Patrimônio, Administração, Fé Pública, os costumes e os previstos na Lei nº 1.343 de 23/08/2006 (trafico de entorpecentes), comprovado através de Certidão Civil e Criminal.

q) Outros documentos que a Administração julgar necessário;EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nº 003/2018

A Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, por intermédio de seu representante legal, Sr. MIGUEL JOSÉ BRUNETTA – Prefeito Municipal, **CONVOCA** os candidatos relacionados no anexo I deste Edital, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018, realizado em 03/06/2018, tendo o resultado sido homologado em 25/06/2018, para comparecerem na **COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS** desta Prefeitura, no prazo de **até 03 (três) dias úteis** nos horários de expediente (08h às 11h e 14h às 17h), munidos de todos os documentos constantes no mesmo item do Edital e relacionado no Anexo II deste edital, para tomarem posse em seus respectivos cargos.

Será considerado desistente e, portanto eliminado do processo seletivo simplificado, o(s) candidato(s) convocado(s) que não comparecer (em) até a data estabelecida e munido dos documentos exigidos, podendo a Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT convocar o(s) o(s) próximo(s) candidato(s) aprovados, obedecida rigorosamente a ordem de classificação.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura em horário de expediente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, aos 18 dias do mês de Julho de 2018.

MIGUEL BRUNETTA *Prefeito Municipal*

ANEXO I

Nº	ENFERMEIRO PADRÃO
01	LEDIANNE GONÇALVES FIGUEIREDO LAGO

ANEXO II

DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2018.

1. - Para tomar posse, o candidato deverá apresentar documentação (original ou fotocópia autenticada) que comprove:

a) Comprovante de Escolaridade/Pré-Requisitos exigidos para o cargo, apresentado em via original e fotocopia ou cópia autenticada em cartório;

b) Comprovante de Residência;

c) Fotocópia legível da Certidão de Nascimento ou Casamento,

d) Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos e Carteira de vacina dos filhos até 05 anos de idade (se houver);

e) Fotocópia do Titulo de eleitor e Certidão que comprove não ter sofrido punição política – certidão original emitida pela justiça eleitoral;

f) Fotocópia do Certificado de Reservista, para os candidatos do sexo masculino;

g) Fotocópia do RG e CPF do candidato e do cônjuge (se casado);

h) Fotocópia da Carteira de Trabalho e comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

i) Fotocópia legível da CNH se for o caso;

j) Comprovante de exame de saúde física e mental (exame médico) necessário ao desempenho das funções inerentes ao cargo pretendido;

k) Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

l) Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e/ou entidade da esfera federal, estadual e/ou municipal (declarado pelo próprio candidato e com firma reconhecida);

m) Declaração, de próprio punho, de não ter sido demitido do serviço público por motivo justo, ou de não ter sido exonerado a bem do serviço publico, nos últimos 05 (cinco) anos.

n) Declaração de Bens;

o) Comprovante de abertura de conta, em agência bancária na qual a Prefeitura de Santo Antonio do Leste mantém convênio para recebimento de créditos salariais; e

p) Não Registrar antecedentes criminais ou estar respondendo pelos crimes conta: o Patrimônio, Administração, Fé Pública, os costumes e os previstos na Lei nº 1.343 de 23/08/2006 (trafico de entorpecentes), comprovado através de Certidão Civil e Criminal.

q) Outros documentos que a Administração julgar necessário;

AVISO DE LICITAÇAO - PREGAO PRESENCIAL 016/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 016/2018

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 079/2018/CPL/PP

A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso torna público que nos termos da Lei nº 8.666 de 21/06/93, com as alterações subsequentes a abertura de processo licitatório, **Pregão presencial Registro de preços para a futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços por hora trabalhada em manutenção de bombas submersas do tipo trifásica 15.0 HP 220/380, trifásica 7.5 HP 220V 4BP e Mono BHS 512 5HP, conforme termo de referência anexo I do edital.** Poderá participar do certame pessoa jurídica que tenham adquirido edital e que são cadastrados no setor competente desta Prefeitura.

A abertura dos processos dar-se-á às **08*:00 horas do dia 01 de agosto de 2018***, em sala designada pelo pregoeiro na Sede da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT.

O edital completo poderá ser adquirido das 12:00 horas ás 18:00 horas, no Prédio da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste situado a rua A, 367 Jardim Santa Inês, telefone (66) 3488-1080 – 3488-1459 – 3488-1292 ou pelo E-mail: **(licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br),** ou (www.santoantoniodoleste.mt.gov.br)**.**

Santo Antonio do Leste – MT, 18 de julho de 2018.

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

PREGOEIRO

Portaria Nº. 142/2018

De 05 de fevereiro de 2018

CONTRATO 053/2018 - DISPENSA DE LICITAÇAO 045/2018

CONTRATO N.º 053/2018

DISPENSA 045/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO 078/2018

"**Contratação de ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela administração pública, banco de preços, que consiste em um sistema de pesquisas baseado em resultados de licitações adjudicadas e homologadas com a finalidade de facilitar o balizamento de preços**".

Pelo presente instrumento particular que fazem entre si, de um lado, o Município de Santo Antônio do Leste-MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. **MIGUEL JOSÉ BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1.427.577 – SSP/PR e do CPF n.º 326.034.369-53, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT ***CONTRATANTE***, e do outro lado, **NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇOES TECNOLOGICAS LTDA – CNPJ: 07.797.967/0001-95**, com sede na Rua Lourenço Pinto, nº 196, andar 3, conj. 301, Centro – Curitiba – PR, CEP: 80.010-160, doravante denominada simplesmente ***CONTRATADA***, tem justo e contratado o presente contrato de prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

01.1. O presente contrato tem por objeto a **Contratação de ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela administração pública, banco de preços, que consiste em um sistema de pesquisas baseado em resultados de licitações adjudicadas e homologadas com a finalidade de facilitar o balizamento de preços**.

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O regime de execução a ser utilizado será o de execução indireta, na modalidade de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1. Este contrato se fundamenta na dispensa de licitação nº 045/2018 de 06 de julho de 2018, autorizado pela Lei Federal nº 8.666/93 Art. 24, § II alterado pela Lei nº 8.884/94 e suas alterações posteriores e nas convenções estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

04.1. O valor da prestação de serviços, objeto do presente contrato é de R$ 7.990,00 (sete mil novecentos e noventa reais).

04.2. O pagamento será efetuado após a efetiva prestação dos serviços e emissão de nota fiscal atestada pelo setor competente, até o dia 10 (dez) de cada mês subsequente ao vencido.

04.3. Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas e certidões negativas vigentes (Certidão negativa conjunta federal, certidão negativa de débitos trabalhistas, certidões negativas de dé-

bitos estaduais, certidão de regularidade do FGTS e certidão negativa municipal).

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

05.1. O prazo de vigência do presente contrato iniciará com a assinatura do presente instrumento e com término em **18 de julho de 2019**.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

06.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Gabinete da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Manutenção das atividades da Secretaria

02.03.01.04.122.5004.2012 – 3.3.90.39 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

7.1. O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei Nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

7.1.1. Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do serviço ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu serviço, nos limites permitidos por esta Lei;

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS

8.1. A parte que der motivo para cancelamento deste contrato pagará a outra parte **100% (cem por cento)** do valor do mesmo, salvo em caso de calamidade pública, luto oficial, decreto por autoridade competente, atraso de avião, acidente em trânsito, doença artística devidamente comprovada por médico, ou fenômeno catastrófico de quaisquer naturezas, é que a multa não terá validade, ficando o evento transferido para outra ocasião, , que será combinado em comum acordo entre as Partes e de acordo com a disponibilidade de agenda dos Artistas, entre as partes, ficando desde já valendo o presente contrato, ficando a CONTRATADA isenta de quaisquer penalidade/multa ou despesas extras, devendo a CONTRATANTE ter que arcar com as despesas decorrentes.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

9.1. A contratada deverá arcar com todas as despesas decorrentes do objeto a ser executado, correndo por sua conta exclusiva à utilização de ferramentas, instrumentos, pessoal e materiais necessários à completa e perfeita execução do respectivo objeto

9.2. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação.

9.3. Cumprir todas as normas vigentes e pertinentes à execução do objeto, inclusive as inerentes à segurança;

CLÁUSULA DÉCIMA; DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

10.1 - O acompanhamento da execução desse Contrato ficará a cargo do Contratante, mediante nomeação de servidor especialmente designado para este fim, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

10.2. O servidor designado anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, sendo-lhe assegurada à prerrogativa de: fiscalizar e atestar a prestação de serviços, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas neste Contrato; comunicar eventuais falhas ou contratempos, cabendo à Contratada adotas as providências necessárias; garantir à Contratada toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados ao objeto desta dispensa; emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicações de sanções e alterações do mesmo.

10.3 - A fiscalização exercida pela Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. A rescisão do presente contrato ocorrerá nos casos previstos nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, podendo ser rescindido a qualquer tempo, bastando para isso que qualquer parte notifique a outra com antecedência de 10 (dez) dias, responsabilizando-se a CONTRATADA a pagar pela locação realizada até àquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1. As penalidades contratuais serão efetuadas por meio de advertência verbal ou escrita, multas, restrições do contrato, declaração de idoneidade e suspensão do direito de licitar e contratar, de acordo com o capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O contratado não poderá transferir ou ceder em parte a objeto deste contrato.

13.2. Este contrato poderá ser aditado de comum acordo pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato. Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 18 de julho de 2018.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇOES TECNOLOGICAS LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____

NOME

RG.

CPF.

02)_____

NOME

RG.

CPF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
EDITAL Nº. 07/2018

EDITAL Nº. 07/2018

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA, inscrito no CNPJ sob o nº 04.805.882/0001-13, neste ato representada por sua presidente Drª JANAILZA TAVEIRA LEITE, **COMUNICA** que, em cumprimento os dispositivos legais, o Balancete Financeiro e Orçamentário elaborado em conformidade com a Lei nº 4.320/1964 do **Mês de Maio de 2018**, está à disposição dos cidadãos, Conselho Diretor, Técnico de Saúde e Fiscal, Entidades e órgão da administração direta e indireta, Partidos Políticos, Conselhos Municipais, Associações, Entidades religiosas, impren-

sa local para exame e consulta dos interessados, na sede do Consorcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia - CISA - MT.

São Felix do Araguaia – MT, 13 de Junho 2018.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Presidente do Consorcio

EXTRATO DO CONTRATO Nº 071/2018

EXTRATO DO CONTRATO Nº 071/2018

PROCESSO Nº 053/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATEIRIAS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PISCINA NO CENTRO DOS IDOSOS DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA COM RECURSO ORIUNDO DO CO - FINANCIAMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO. EMPRESA **FAVORECIDA**: ACGUA SAULUS PISCINA E EQUIPAMENTOS EIRELI - ME, CNPJ Nº 29.524.944/0001-40; Firmado em 18 de julho de 2018. **PRAZO DE EXECUÇÃO**: 12 (dose) meses. **VIGENCIA**: 12 (dose) meses. **VALOR GLOBAL:** R$ 34.086,00 (trinta e quatro mil e oitenta e seis reais). **FUNDAMENTO LEGAL**: Art. 24, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21/06/93, e decreto Municipal nº 017/2017 de 31 de março de 2017.

São Félix do Araguaia - MT, 18 de julho de 2018.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

TERMO RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 11/2018

Processo nº 0053/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATEIRIAS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PISCINA NO CENTRO DOS IDOSOS DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA COM RECURSO ORIUNDO DO CO - FINANCIAMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA (MT) através da Exma. Senhora Prefeita Municipal JANAILZA TAVEIRA LEITE, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Reconhecer a DISPENSA DE LICITAÇÃO e autorizar a Contratação da empresa ACGUA SAULUS PISCINA E EQUIPAMENTOS EIRELI - ME, CNPJ Nº 29.524.944/0001-40, destinado a CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS para construção de uma piscina para o Centro de Idosos de São Félix do Araguaia - MT, no valor de R$ 34.086,00 (trinta e quatro mil e oitenta e seis reais), com fundamento no Art. 24, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21/06/93, e decreto Municipal nº 017/2017 de 31 de março de 2017.

São Félix do Araguaia – MT em 13 de julho de 2018

Janailza Taveira Leite

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
BALANCETE FINANCEIRO ANEXO 13 _ MAIO_2018

MATO GROSSO
CISA-CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ARAGUAIA
BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13
Administração Indireta - CISA-CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ARAGUAIA

EXERCÍCIO:2018
PERÍODO (MÊS): Janeiro à Maio
DATA DE EMISSÃO:18/07/2018
PAGINA:1

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**
Receita Orçamentária (I)	**1.699.605,57**	**Despesa Orçamentária (VII)**	**2.832.878,47**
Ordinária	1.699.605,57	Ordinária	2.832.878,47
Vinculada	0,00		
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**0,00**	**Transferências Financeiras Concedidas (VIII)**	**0,00**
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	**1.143.143,32**	**Pagamentos Extraorçamentários (X)**	**186.910,11**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	947.865,30	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	39.145,71
Inscrição de Restos a Pagar Processados	195.278,02	RP NAO PROCESSADOS PAGOS	676,36
		RP PROCESSADOS PAGOS	147.088,04
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (V)	**218.073,02**	**Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (XI)**	**149.996,66**
BANCO C/ MOVIMENTO	218.073,02	BANCO C/ MOVIMENTO	149.996,66
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)	**3.169.785,24**	**TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)**	**3.169.785,24**

São Félix do Araguaia, 18/07/2018

FABIANA AGUIAR DA SILVA	ROSANE DE FARIA MACIEL	JANAILZA TAVEIRA LEITE
CONTADORA:CRC/MT: 010418/O-3	SECRETARIA EXECUTIVA	DIRETORA/PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
BALANCETE FINANCEIRO ANEXO 13 _ JUNHO_2018

MATO GROSSO
CISA-CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ARAGUAIA
BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13
Administração Indireta - CISA-CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ARAGUAIA

EXERCÍCIO:2018
PERÍODO (MÊS): Janeiro à Junho
DATA DE EMISSÃO:18/07/2018
PAGINA:1

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Receita Orçamentária (I)	**2.067.150,02**	**Despesa Orçamentária (VII)**	**3.347.079,36**
Ordinária	2.067.150,02	Ordinária	3.347.079,36
Vinculada	0,00		
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**0,00**	**Transferências Financeiras Concedidas (VIII)**	**0,00**
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	**1.248.219,81**	**Pagamentos Extraorçamentários (X)**	**234.743,27**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	981.758,01	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	86.078,87
Inscrição de Restos a Pagar Processados	266.461,80	RP NAO PROCESSADOS PAGOS	676,36
		RP PROCESSADOS PAGOS	147.988,04
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (V)	**218.073,02**	**Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (XI)**	**84.725,51**
BANCO C/ MOVIMENTO	218.073,02	BANCO C/ MOVIMENTO	84.725,51
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)	**3.666.548,14**	**TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)**	**3.666.548,14**

São Félix do Araguaia, 18/07/2018

FABIANA AGUIAR DA SILVA
CONTADORA:CRC/MT: 010418/O-3

ROSANE DE FARIA MACIEL
SECRETARIA EXECUTIVA

JANAILZA TAVEIRA LEITE
DIRETORA/PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
EDITAL Nº. 08/2018

EDITAL Nº. 08/2018

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA, inscrito no CNPJ sob o nº 04.805.882/0001-13, neste ato representada por sua presidente Drª JANAILZA TAVEIRA LEITE, **COMUNICA** que, em cumprimento os dispositivos legais, o Balancete Financeiro e Orçamentário elaborado em conformidade com a Lei nº 4.320/1964 do **Mês de Junho de 2018**, está à disposição dos cidadãos, Conselho Diretor, Técnico de Saúde e Fiscal, Entidades e órgão da administração direta e indireta, Partidos Políticos, Conselhos Municipais, Associações, Entidades religiosas, imprensa local para exame e consulta dos interessados, na sede do Consorcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia - CISA - MT.

São Felix do Araguaia – MT, 18 de Julho 2018.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Presidente do Consorcio

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 087/2018

CONTRATO (A): *D.S. TOPOGRAFIA E GEOREFERENCIAMENTO*

OBJETO - CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO VICINAL GEORREFERENCIADO DAS ESTRADAS DOS ASSENTAMENTOS P.A 28 DE DEZEMBRO, P.A WILSON MEDEIROS E P.A SALETE STROZAK CONSTANDO ESTRADAS, PONTES, MATA BURROS E BUEIROS, COTAÇÃO DE PONTO A PONTO BEM COMO A INCLUSÃO DO LEVANTAMENTO NO MAPA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO-MT.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UN	VLR. UNITÁRIO	VLR. TOTAL
18789	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE LEVANTAMENTO VINCINAL GEORREFERENCIADO DAS ESTRADAS DOS ASSENTAMENTOS P.A 28 DE DEZEMBRO, P.A WILSON MEDEIROS E P.A SALETE STROZAK. DADOS PERTENCENTES AO MUNICIPIO DE SÃO JOSE DO POVO-MT, CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO I DESTE EDITAL.	1,00	UN	R$ 17.500,00	R$ 17.500,00

VALOR TOTAL- O valor global do presente contrato é de R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais).

DA VIGÊNCIA- O prazo previsto para o presente contrato será de 13 de Julho de 2018 a 31 de Dezembro

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE COMPRA Nº 084/2018

CONTRATO (A): ANDREA C. OLIVEIRA BASSO- EPP.

OBJETO - O presente contrato decorre do processo de compra direta n°526/2018, cotação n. 122/2018, cuja justificativa da Autoridade solicitante encontra-se em anexo, e tem como objeto a compra dos produtos abaixo listados:

Itens	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
AGULHA DE MÃO FINA	100 UN	R$ 0,60	R$60,00
LINHA DE COSTURA FIO 120 CONE 2000 JDS	50 UN	R$ 4,00	R$ 200,00
CAIXA DE LINHA DE BORDAR MEADAS C/12 UN	40 UN	R$ 3,00	R$ 120,00
LAPIS 3B	01 CX	R$ 38,40	R$ 38,40
FIO DE OVERLOCK 150 PT05 70G PARA USO INDUSTRIAL OU DOMESTICO	50 UN	R$ 4,90	R$ 245,00
REVISTA PARA MOLDE APLIC	10 UN	R$ 8,00	R$ 80,00
BARBANTE CRU N° 6	50 KG	R$14,00	R$ 700,00
BARBANTE COLORIDO Nº 6	50 KG	R$ 15,00	R$ 750,00
AGULHA DE CROCHE EM ALUMINIO Nº 03	50 UN	R$3,00	R$ 150,00
BARBANTE COLORIDO Nº 4	50KG	R$ 15,00	R$ 750,00
AGULHA DE CROCHE EM ALUMINIO N º 2	50 UN	R$ 3,00	R$ 150,00
RENDA BRANCA	5 PC	R$ 27,00	R$135,00

PASSA FITA - PEÇA	5 UN	R$30,80	R$ 154,00
KIT DE TOALHA DE BOCA C/3 UN	50 UN	R$ 8,10	R$ 405,00
ELASTICO MEDIO PARA COSTURA EM TECIDO - PEÇA	5 UN	R$ 7,00	R$ 35,00
FIBRA ACRILICA PARA ENCHIMENTO DE BONECA- 1KG	5 UN	R$ 26,00	R$ 130,00
OLHO DE PLASTICO PARA BONECA	100 UN	R$ 0,26	R$ 26,00
Preço Total:			**R$ 4. 128,40**

VALOR TOTAL- O valor global do presente contrato é de R$ **4.128,40** (quatro mil cento e vinte e oito reais e quarenta centavos).

DA VIGÊNCIA- 1 O contrato terá vigência do dia 13 de Julho de 2018 à 31 de Dezembro de 2018.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE COMPRA Nº 085/2018

CONTRATO (A): PANO COMERCIO TECIDOS LTDA- EPP

OBJETO - O presente contrato decorre do processo de compra direta n°525/2018, cotação n. 100/2018, cuja justificativa da Autoridade solicitante encontra-se em anexo, e tem como objeto a compra dos produtos abaixo listados:

Itens	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
TECIDO TNT	150 M	R$ 1,40	R$210,00
TECIDO DE ALGODÃO ESTAMPADO	100 M	R$21,00	R$ 2. 100,00
TECIDO DE PANO DE PRATO COM ETAMINE	80 M	R$ 12,50	R$ 1. 000,00
TECIDO DE FLANELA	30 M	R$ 8,50	R$ 255,00
TECIDO PANO PRATO BRANCO	80 M	R$ 6,00	R$ 480,00
PAPEL TERMOCOLANTE	20 M	R$ 7,00	R$ 140,00
MANTA ACRILICA	20 M	R$ 21,00	R$ 420,00
TECIDO EM ALGODÃO LISO	100 M	R$ 22,00	R$ 2. 200,00
TECIDO EM MALHA LISA	10 KG	R$ 44,00	R$ 440,00
TECIDO EM MALHA ESTAMPADA	10 KG	R$ 45,00	R$ 450,00
TOALHA DE LAVABO	100 UN	R$ 3,50	R$ 350,00
MALHA DE PUNHO	10M	R$ 28,00	R$280,00
ALGODÃO CRU	50 M	R$ 13,00	R$ 650,00
FELTRO	100 M	R$ 14,00	R$1. 400,00
Preço Total:			**R$ 10. 375,00**

VALOR TOTAL- O valor global do presente contrato é de R$ **10.375,00** (dez mil trezentos e setenta e cinco reais).

DA VIGÊNCIA- O contrato terá vigência do dia 13 de Julho de 2018 à 31 de Dezembro de 2018.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE COMPRA Nº 086/2018

CONTRATO (A): NATHALIA ASSUNÇÃO DOS SANTOS-ME

OBJETO - O presente contrato decorre do processo de compra direta n°551/2018, cotação n. 05/2018, cuja justificativa da Autoridade solicitante encontra-se em anexo, e tem como objeto a compra dos produtos abaixo listados:

Itens	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
BARRA ROSCA ZINCADA 3/8 – 1M	20 UN	R$ 3,70	R$74,00
PROJETOR RETANG 400W E40 ALUMINIO	32 UN	R$39,90	R$1. 276,80
REATOR V SODIO/METAL 400W 220V AFP EXT	32 UN	R$ 69,90	R$ 2. 236,80
LAMPADA VAPOR METALE-40 400W TUBULAR	32 UN	R$36,50	R$ 1. 168,00
CABO ALUM 3X25,0 MM2	400 M	R$ 5,80	R$ 2. 320,00
CABO COBRE 750V FLEX CORES 2,50 MM2	100 M	R$ 1,00	R$100,00
CRUZETA POLIMERICA 90X 90X 2M	8 UN	R$ 155,00	R$1. 240,00
MAO FRANCESA CRUZETA CONCRETO 619MM2	16 UN	R$10,00	R$ 160,00
PARAFUSO MAQUINA 16X 125MM C/ PORCA	35 UN	R$ 4,70	R$ 164,50
PARAFUSO MAQUINA 16X 250 MM C/ PORCA	70 UN	R$7,15	R$ 500,50
PORCA ZINCADA 3/8	100 UN	R$ 0,10	R$ 10,00
ARRUELA LISA ZINCADA 3/8	100 UN	R$0,09	R$ 9,00
CONECTOR PERFURANTE 16-95 MM2 4,0 -35	30 UN	R$ 8,30	R$ 249,00
CONECTOR PERFURANTE 10-70 MM2 1,5 -10	50 UN	R$ 4,10	R$ 205,00
ARMAÇÃO PESADA 1X13/16 P REFORÇADA	20 UN	R$ 12,80	R$ 256,00
ROLDANA PORCELANA 76X79 MM	20 UN	R$ 3,45	R$ 69,00
ALCA SERVIÇO P/ CABO 25MM2	30 UN	R$ 1,25	R$ 37,50
ARRUELA QUADRADA 03X38X18 MM	60 UN	R$ 0,55	R$ 33,00
Preço Total:			**R$ 10. 109,00**

VALOR TOTAL- O valor global do presente contrato é de R$ **10.109,10** (dez mil cento e nove reais e dez centavos).

DA VIGÊNCIA- O contrato terá vigência do dia 11 de Julho de 2018 à 31 de Dezembro de 2018.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 089/2018

CONTRATO (A): *DEIVID DONIVAN SANTOS SANTIAGO*

OBJETO - CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL NA SEGUINTE AREA (INSTRUTOR DE AULAS DE VIOLÃO) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, NA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE SÃO JOSE DO POVO- MT CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA DO EDITAL.

DESCRIÇÃO OBJETO

Cod.	Especificação	Quantidade de horas	Unidade	Valor Unit. /horas	Valor Total
2188902	Instrutor para oficinas de Dança	192 Horas	Horas	R$ 38,00	R$ 7.296,00

VALOR TOTAL- O valor global do presente contrato é de R$ 7.296,00(sete mil duzentos e noventa e seis reais).

DA VIGÊNCIA- O prazo previsto para o presente contrato será de 17 de julho de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 088/2018

CONTRATO (A): *GUSTAVO VITOR A. MATOS SANTOS*

OBJETO - CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL NA SEGUINTE AREA (INSTRUTOR PARA OFICINA DE DANÇAS) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, NA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE SÃO JOSE DO POVO- MT CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA DO EDITAL.

DESCRIÇÃO OBJETO

Cod.	Especificação	Quantidade de horas	Unidade	Valor Unit. /horas	Valor Total
2188902	Instrutor para oficinas de Dança	192 Horas	Horas	R$ 79,00	R$ 15.168,00

VALOR TOTAL- - O valor global do presente contrato é de R$ 15.168,00 (quinze mil cento e sessenta e oito reais).

DA VIGÊNCIA- O prazo previsto para o presente contrato será de 17 de julho de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
LEI Nº 1.186, DE 18 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO, CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º A Política Municipal de Saneamento Básico reger-se-á pelas disposições desta lei, de seus regulamentos e das normas administrativas deles decorrentes e tem por finalidade assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade do meio ambiente urbano e rural, além de disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento básico do Município.

Art. 2º Para efeitos desta lei considera-se:

I – saneamento básico: conjunto de serviços e infraestruturas e instalações operacionais de: **a)** abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição; **b)** esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente; **c)** limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas; **d)** drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas; **II** - gestão associada: associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal;

III - universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

IV - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico; **V** - prestação regionalizada: aquela em que um único prestador atende a 2 (dois) ou mais titulares; **VI** - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda; **VII** - localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 3º Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo único. A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Art. 4º Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo dos resíduos de responsabilidade do gerador.

Art. 5º O lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.

Art. 6º Para os efeitos desta Lei, o serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos é composto pelas seguintes atividades:

I - de coleta, transbordo e transporte dos resíduos relacionados na alínea c do inciso I do caput do art. 2o desta Lei; **II -** de triagem para fins de reuso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de disposição final dos resíduos relacionados na alínea c do inciso I do caput do art. 2o desta Lei; **III -** de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana.

Seção II

Dos Princípios Fundamentais

Art. 7º A Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I - universalização; **II -** integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso a conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados; **III -** abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e

à proteção do meio ambiente; **IV -** disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização das respectivas redes, adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado; **V -** adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais, que não causem risco a saúde pública e promovam o uso racional da energia, conservação e racionalização do uso da água e dos demais recursos naturais; **VI -** articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental e proteção dos recursos hídricos, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante; **VII** - integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos; **VIII -** adoção de medidas de fomento à moderação do consumo de água. **IX** - eficiência e sustentabilidade econômica; **X -** utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas; **XI -** transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados; **XII -** controle social; **XIII -** segurança, qualidade e regularidade; **XIV -** subsídio, com instrumentos econômicos de política social para viabilizar a manutenção e a continuidade dos serviços públicos, com o objetivo de universalizar o acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda, como vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Seção III

Dos Objetivos

Art. 8º São objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico:

I - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda, indígenas e tradicionais; **II -** proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados; **III -** assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade ambiental, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social; **IV -** incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico; **V -** promover alternativas de gestão que viabilizem a auto sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação com os governos estadual e federal, bem como com entidades municipalistas; **VI -** minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção dos recursos hídricos e do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde, desenvolvendo programas de: **a)** preservação dos recursos hídricos e de bacias hidrográficas, com vistas ao alcance do desenvolvimento sustentável e preservação ambiental; **b)** execução do manejo do solo e da água, com a recuperação de áreas degradadas, conservação e recuperação de matas ciliares e demais florestas de proteção; **c)** execução de campanhas de educação sanitária e ambiental. **VII -** promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos contemplados as especificidades locais; **VIII -** fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico; **IX -** contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades locais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;

Seção IV

Das Diretrizes Gerais

Art. 9º A execução da política municipal de saneamento básico será de competência da Secretaria Municipal de Planejamento, que distribuirá, de forma transdisciplinar, à todas as Secretarias e órgãos da Administração Municipal, respeitadas as suas competências.

Art. 10. A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

I - valorização do processo de planejamento e decisão sobre medidas preventivas ao crescimento caótico de qualquer tipo, objetivando resolver problemas de dificuldade de drenagem e disposição de esgotos, poluição e a ocupação territorial sem a devida observância das normas de saneamento básico previstas nesta lei, no Plano Municipal de Saneamento Básico e demais normas municipais; **II -** adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais; **III -** coordenação e integração das políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo; **IV -** atuação integrada dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais de saneamento básico; **V -** consideração às exigências e características locais, à organização social e às demandas socioeconômicas da população; **VI -** prestação dos serviços públicos de saneamento básico orientada pela busca permanente da universalidade e qualidade; **VII -** ações, obras e serviços de saneamento básico planejados e executados de acordo com as normas relativas à proteção ao meio ambiente e à saúde pública, cabendo aos órgãos e entidades por elas responsáveis o licenciamento, a fiscalização e o controle dessas ações, obras e serviços, nos termos de sua competência legal; **VIII -** adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento para fins e elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, compatibilizando-se com o Plano Municipal de Saúde e de Meio Ambiente, com o Plano Diretor Municipal e com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da região, caso existam; **IX -** incentivo ao desenvolvimento científico na área de saneamento básico, à capacitação tecnológica da área, à formação de recursos humanos e à busca de alternativas adaptadas às condições de cada local; **X -** adoção de indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento básico; **XI -** promoção de programas de educação sanitária; **XII -** estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços; **XIII -** garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares.

Art. 11. No acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos deverão ser observados, além de outros previstos, os seguintes procedimentos:

I - acondicionamento separado do resíduo sólido doméstico dos resíduos passíveis de reciclagem e a coleta seletiva destes; **II -** acondicionamento, coleta e destinação própria dos resíduos hospitalares e dos serviços de saúde; **III -** os resíduos industriais, da construção civil, agrícolas, entulhos e rejeitos nocivos à saúde, aos recursos hídricos e ao meio ambiente, bem como pilhas, baterias, acumuladores elétricos, lâmpadas fluorescentes e pneus, não poderão ser aterrados no aterro sanitário; **IV -** utilização do processo de compostagem dos resíduos orgânicos, sempre que possível e viável; **V -** manter o aterro sanitário dentro das normas da SEMA/MT, Resoluções do CONAMA e Normas da ABNT e demais legislações vigentes;

§ 1º A separação e o acondicionamento dos resíduos de que trata o inciso I é de responsabilidade do gerador, sendo a coleta, transporte e destino final de responsabilidade do Município (serviço terceirizado) de acordo com regulamentação específica.

§ 2º O acondicionamento, coleta, transporte e disposição final dos resíduos de que trata os incisos II e III é de responsabilidade do gerador.

§ 3º Os resíduos da poda de árvores e manutenção de jardins poderão ser coletados pela Prefeitura, quando não superior a 30 kg (trinta quilos) e dimensões de até 50 cm (cinquenta centímetros) e acondicionado separadamente dos demais resíduos.

§ 4º A disposição de qualquer espécie de resíduo gerado em um município, só poderá ser disposto em outro município, se autorizado pelo município depositário. Observando que, no caso de consórcio intermunicipal de aterro sanitário, a autorização para a disposição final dos resíduos sólidos entre os municípios consorciados deverá atender as exigências legais.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Da composição

Art. 12. A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico.

Art. 13. O Sistema Municipal de Saneamento Básico fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

Art. 14. O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:

I - Plano Municipal de Saneamento Básico; **II -** Conselho Municipal de Saneamento Básico; **III -** Fundo Municipal de Saneamento Básico; **IV -** Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico; **V -** Conferência Municipal de Saneamento Básico.

Seção II

Do Plano Municipal de Saneamento Básico

Art. 15. Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico, anexo único, documento destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental para a execução dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007.

Art. 16. O Plano Municipal de Saneamento Básico contemplará um período de 20 (vinte) anos e contém, como principais elementos:

I - diagnóstico da situação atual e seus impactos nas condições de vida, com base em sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais, socioeconômicos e apontando as principais causas das deficiências detectadas; **II -** objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização, admitindo soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais; **III -** programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais, identificando possíveis fontes de financiamento; **IV -** ações para emergências e contingências; **V -** mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas; **VI -** Adequação legislativa conforme legislação federal vigente.

Art. 17. O Plano Municipal de Saneamento Básico, instituído por esta lei, será avaliado anualmente e revisado em prazo não superior a 4 (quatro) anos.

§ 1º O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar as alterações decorrentes da revisão prevista no caput à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessário, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

§ 2º A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que estiver inserido, bem como elaborada em articulação com a prestadora dos serviços.

§ 3º A delegação de serviço de saneamento básico não dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico em vigor à época da delegação.

§ 4º O Plano Municipal de Saneamento Básico, dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário deverá englobar integralmente o território do ente do município.

Art. 18. Na avaliação e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, tornar- se-á por base o relatório sobre a salubridade ambiental do município.

Art. 19. O processo de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico dar-se- á com a participação da população e do Conselho Municipal de Saneamento.

Seção III

Do Conselho Municipal de Saneamento

Art. 20. Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento como órgão superior de assessoramento e consulta da administração municipal, com funções fiscalizadoras e deliberativas no âmbito de sua competência, conforme dispõe esta lei.

Art. 21. São atribuições do Conselho Municipal de Saneamento:

I - elaborar e aprovar seu regimento interno; **II -** dar encaminhamento às deliberações das Conferências Municipal, Regional, Estadual e Nacional de Saneamento Básico; **III -** opinar sobre questões de caráter estratégico para o desenvolvimento da cidade e território municipal quando couber; **VI -** deliberar e emitir pareceres sobre propostas de alteração da Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico e dos Regulamentos; **VII -** acompanhar a execução do desenvolvimento de planos e projetos de interesse do desenvolvimento do Município quando afetar o âmbito do saneamento básico; **VIII -** deliberar sobre projetos de lei de interesse da política do saneamento municipal, antes do seu encaminhamento a Câmara; **IX -** acompanhar a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico e sua revisão, devendo reunir-se pelo menos duas vezes ao ano com fins específicos de monitoramento do mesmo, e efetuar a sua revisão conforme previsto nesta lei; **X -** apreciar e deliberar sobre casos não previstos na Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico e na legislação municipal correlata; **XI -** Deliberar sobre recursos de competência do FMSB, bem como acompanhar seu cronograma de aplicação.

Art. 22. O Conselho será composto em um modelo bipartite paritário, composto por no mínimo 5 (cinco) membros efetivos e por seus respectivos suplentes, com mandato de 2 (dois) anos, não admitida a recondução, nomeados por decreto do Prefeito, assegurada a representação:

I - dos titulares dos serviços; **II -** de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico; **III -** dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico; **IV -** dos usuários de serviços de saneamento básico; **V -** de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico.

§ 1º Os membros devem exercer seus mandatos de forma gratuita, vedada à percepção de qualquer vantagem de natureza pecuniária.

§ 2º O suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Conselho será prestado pela Prefeitura Municipal de SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT.

§ 3º As reuniões do Conselho são públicas, facultado aos munícipes solicitar, por escrito e com justificativa, que se inclua assunto de seu interesse na pauta da primeira reunião subsequente.

§ 4º As decisões do Conselho dar-se-ão, sempre, por maioria absoluta de seus membros.

§ 5º O Presidente do Conselho e seu Vice-Presidente, será eleito pelos Conselheiros dentre seus Membros.

§ 6º As funções e competências dos órgãos colegiados a que se refere o caput deste artigo poderão ser exercidas por órgãos colegiados já existentes, com as devidas adaptações das leis que os criaram.

Art. 23. São atribuições do Presidente do Conselho:

I - convocar e presidir as reuniões do Conselho; **II -** solicitar pareceres técnicos sobre temas de relevante na área de saneamento e nos processos submetidos ao Conselho; **III -** firmar as atas das reuniões e homologar as resoluções e decisões.

Seção IV

Do Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB)

Art. 24. Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB, como órgão da Administração Municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento.

§1º Os recursos do FMSB serão aplicados exclusivamente em saneamento básico no espaço geopolítico do Município; após consulta ao Conselho Municipal de Saneamento.

§2º A supervisão do FMSB será exercida na forma da legislação própria e, em especial, pelo recebimento sistemático de relatórios, balanços e informações que permitam o acompanhamento das atividades do FMSB, da execução do orçamento anual e da programação financeira aprovados pelo Executivo Municipal.

Art. 25. Os recursos do FMSB serão provenientes de:

I - repasses de valores do Orçamento Geral do Município; **II -** Percentuais da arrecadação relativa a tarifas e taxas decorrentes da prestação dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água, de coleta e tratamento de esgotos, resíduos sólidos e serviços de drenagem urbana; **III -** valores de financiamentos de instituições financeiras e organismos multilaterais públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros; **IV -** valores a Fundo Perdido, recebidos de pessoas jurídicas de direito privado ou público, nacionais ou estrangeiras; **V -** doações e legados de qualquer ordem.

Parágrafo único. O resultado dos recolhimentos financeiros será depositado em conta bancária exclusiva e poderão ser aplicados no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, sendo que tanto o capital como os rendimentos somente poderão ser usados para as finalidades específicas descritas nesta lei.

Art. 26. O Orçamento e a Contabilidade do FMSB obedecerão às normas estabelecidas pela Lei n° 4.320/64 e Lei Complementar 101/2000, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e as estabelecidas no Orçamento Geral do Município e de acordo com o princípio da unidade e universalidade.

Parágrafo único. Os procedimentos contábeis relativos ao FMS serão executados pela Contabilidade Geral do Município.

Art. 27. A administração executiva do FMS será de exclusiva responsabilidade do Município.

Art. 28. O Prefeito Municipal, por meio da Contadoria Geral do Município, enviará, mensalmente, o Balancete ao Tribunal de Contas do Estado, para fins legais.

Seção V

Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico

Art. 29. Fica instituído Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, que possui como objetivos:

I - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico; **II -** disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico; **III -** permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

§ 1º As informações do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas por meio da internet.

§ 2º O Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico deverá ser regulamentado em um ano, contados da publicação desta lei.

Seção VI

Da Conferência Municipal de Saneamento Básico

Art. 30. A Conferência Municipal de Saneamento Básico, parte do processo de elaboração e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, contará com a representação dos vários segmentos sociais e será convocada pelo Chefe do Poder Executivo ou pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 1º Preferencialmente serão realizadas pré-conferências de saneamento básico como parte do processo e contribuição para a Conferência Municipal de Saneamento Básico.

§ 2º A Conferência Municipal de Saneamento Básico terá sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, proposta pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico e aprovada pelo Chefe do Poder Executivo.

Capítulo III

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Do Exercício da Titularidade

Art. 31. Os serviços básicos de saneamento de que trata esta Lei poderão ser executados das seguintes formas:

I - de forma direta pela Prefeitura ou por órgãos de sua administração indireta; **II -** por empresa contratada para a prestação dos serviços através de processo licitatório; **III -** por empresa concessionária escolhida em processo licitatório de concessão, nos termos da Lei Federal nº 8.987/95; **IV -** por gestão associada com órgãos da administração direita e indireta de entes públicos federados por convênio de cooperação ou em consórcio público, através de contrato de programa, nos termos do artigo 241 da Constituição Federal e da Lei Federal nº 11.107/05.

§ 1º A prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração municipal depende de celebração de contrato, sendo vedada a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

§ 2º Excetuam do disposto no parágrafo anterior os serviços autorizados para usuários organizados em cooperativas, associações ou condomínios, desde que se limite a distrito ou comunidade rural.

§ 3º Da autorização prevista no parágrafo anterior deverá constar a obrigação de transferir ao titular os bens vinculados aos serviços por meio de termos específicos, com os respectivos cadastros técnicos.

Art. 32. São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico:

I - a existência do Plano de Saneamento Básico;

II - a existência de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços;

III - a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta lei, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização; **IV -** a realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, no caso de concessão, e sobre a minuta do contrato.

Art. 33. Nos casos de serviços prestados mediante contratos de concessão ou de programa, as normas previstas no inciso III do artigo anterior deverão prever:

I - a autorização para a contratação dos serviços, indicando os respectivos prazos e a área a ser atendida; **II -** inclusão no contrato das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos, em conformidade com os serviços a serem prestados; **III -** as prioridades de ação, compatíveis com as metas estabelecidas; **IV -** as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação de serviços, em regime de eficiência, incluindo: **a)** o sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas; **b)** a sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas; **c)** a política de subsídios; **V -** mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização e transparência dos serviços; **VI -** as hipóteses de intervenção, penalidades e de retomada dos serviços.

§ 1º Os contratos não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou de acesso às informações sobre serviços contratados.

§ 2º Na prestação regionalizada, o disposto neste artigo e no artigo anterior poderá se referir ao conjunto de municípios por ela abrangidos.

I - Atender as legislações vigentes no que se refere à qualidade da água.

Art. 34. Nos serviços públicos de saneamento básico em que mais de um prestador execute atividade interdependente com outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato e haverá órgão único encarregado das funções de regulação e de fiscalização.

Parágrafo único. A Entidade reguladora definirá, pelo menos:

I - as normas técnicas relativas à qualidade e regularidade dos serviços aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos; **II -** as normas econômicas e financeiras relativas às tarifas, aos subsídios e aos pagamentos por serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores dos serviços; **III -** a garantia de pagamento de serviços prestados entre os diferentes prestadores dos serviços; **IV -** os mecanismos de pagamento de diferenças relativas a inadimplemento dos usuários, perdas comerciais e físicas e outros créditos devidos, quando for o caso; **V -** o sistema contábil específico para os prestadores que atuem em mais de um Município; **VI -** a compensação sócio-ambiental por atividades causadoras de impacto.

Art. 35. O contrato a ser celebrado entre os prestadores de serviços a que se refere o artigo anterior deverá conter cláusulas que estabeleçam pelo menos:

I - as atividades ou insumos contratados; **II -** as condições, e garantias recíprocas de fornecimento e de acesso às atividades ou insumos; **III -** o prazo de vigência, compatível com as necessidades de amortização de investimentos, e as hipóteses de sua prorrogação; **IV -** os procedimentos para a implantação, ampliação, melhoria e gestão operacional das atividades; **V -** as regras para a fixação, o reajuste e a revisão das taxas, tarifas e outros preços públicos aplicáveis ao contrato; **VI -** as condições e garantias de pagamento; **VII -** os direitos e deveres sub-rogados ou os que autorizam a sub-rogação; **VIII -** as hipóteses de extinção, inadmitida a alteração e a rescisão administrativas unilaterais; **IX -** as penalidades a que estão sujeitas as partes em caso de inadimplemento; **X -** a designação do órgão ou entidade responsável pela regulação e fiscalização das atividades ou insumos contratados.

Seção II

Da Prestação dos Serviços de Saneamento Básico

Art. 36. A prestação dos serviços de saneamento básico atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.

Art. 37. Toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.

§ 1º Na ausência de redes públicas de água e esgotos, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 2º A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes.

§3º As edificações temporárias deverão dispor de meios específicos para conexão às redes públicas de água tratada e esgoto sanitário.

Art. 38. Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

Art. 39. Os prestadores de serviços de saneamento básico deverão elaborar manual de prestação de serviço e atendimento, assegurando acesso amplo e gratuito aos usuários dos sistemas.

Seção III

Dos Direitos e Deveres dos Usuários

Art. 40. São direitos dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - a gradativa universalização dos serviços de saneamento básico e sua prestação de acordo com os padrões estabelecidos pelo órgão de regulação e fiscalização; **II -** o amplo acesso às informações constantes no Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico; **III -** a cobrança de taxas, tarifas e preços públicos compatíveis com a qualidade e quantidade do serviço prestado; **IV -** o acesso direto e facilitado ao órgão regulador e fiscalizador; **V -** ao ambiente salubre; **VI -** o prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos; **VII -** a participação no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do artigo 19 desta lei; **VIII -** o acesso gratuito ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário.

Art. 41. São deveres dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - o pagamento das taxas, tarifas e preços públicos cobrados pela Administração Pública ou pelo prestador de serviços; **II -** o uso racional da água e a manutenção adequada das instalações hidrossanitárias da edificação; **III -** a ligação de toda edificação permanente urbana às redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário disponíveis; **IV -** o correto manuseio, separação, armazenamento e disposição para coleta dos resíduos sólidos, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder público municipal; **V -** primar pela retenção das águas pluviais no imóvel, visando a sua infiltração no solo ou seu reúso; **VI -** colaborar com a limpeza pública, zelando pela salubridade dos bens públicos e dos imóveis sob sua responsabilidade. **VII -** participar de campanhas públicas de promoção do saneamento básico.

Parágrafo único. Nos locais não atendidos por rede coletora de esgotos, é dever do usuário a construção, implantação e manutenção de sistema individual de tratamento e disposição final de esgotos, conforme regulamentação do poder público municipal, promovendo seu reuso sempre que possível.

Seção IV

Da Participação Regionalizada Em Serviços de Saneamento Básico

Art. 42. O Município poderá participar de prestação regionalizada de serviços de saneamento básico que é caracterizada por:

I - um único prestador dos serviços para vários Municípios, contíguos ou não; **II -** uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive sua remuneração; **III -** compatibilidade de planejamento.

§ 1º Na prestação de serviços de que trata este artigo, as atividades de regulação e fiscalização poderão ser exercidas:

a) por órgão ou entidade de ente da Federação a que o titular tenha delegado o exercício dessas competências por meio de convênio de cooperação técnica entre entes da Federação, obedecido ao disposto no artigo 241 da Constituição Federal; **b)** por consórcio público de direito público integrado pelos titulares dos serviços.

§ 2º No exercício das atividades de planejamento dos serviços a que se refere o "caput" deste artigo, o titular poderá receber cooperação técnica do Estado e basear-se em estudos técnicos fornecidos pelos prestadores.

Art. 43. A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico poderá ser realizada por:

I - órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista estadual ou municipal; na totalidade das atividades em sua parte como: Tratamento, Regulação, Normatização; **II -** empresa a que se tenham concedido os serviços;

§ 1º O serviço regionalizado de saneamento básico poderá obedecer ao plano de saneamento básico elaborado para o conjunto dos municípios consorciados.

§ 2º Os prestadores deverão manter sistema contábil que permita registrar e demonstrar, separadamente, os custos e as receitas de cada serviço para cada um dos municípios atendidos.

§ 3º A empresa que se refere o inciso II deverá ser contratada através de processo licitatório.

Seção V

Dos Aspectos Econômicos e Sociais

Art. 44. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente; **II -** de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades; **III -** de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

§ 1º Observado o disposto nos incisos I a III do caput deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observarão as seguintes diretrizes:

I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública; **II -** ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços; **III -** geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço; **IV -** inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos; **V -** recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência; **VI -** remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços; **VII -** estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços; **VIII -** incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

§ 2º Poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

Art. 45. Observado o disposto no artigo anterior, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

I - categorias de usuários, distribuídos por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo; **II -** padrões de uso ou de qualidade requeridos; **III -** quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente; **IV -** custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas; **V -** ciclos significativos de aumento de demanda dos serviços, em períodos distintos; **VI -** capacidade de pagamento dos consumidores.

Art. 46. Os subsídios necessários ao atendimento de usuários e localidades de baixa renda poderão ser:

I - diretos: quando destinados a usuários determinados; **II -** indiretos: quando destinados ao prestador dos serviços; **III -** tarifários: quando integrarem a estrutura tarifária; **IV -** fiscais: quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções; **V -** internos a cada titular ou localidades: nas hipóteses de gestão associada e de prestação regional.

Art. 47. As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de coleta, tratamento e manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar em conjunto ou separadamente:

I - o nível de renda da população da área atendida; **II -** as características dos lotes urbanos, as áreas edificadas e a sua utilização; **III -** o peso ou volume médio coletado por habitante ou por domicílio; **IV -** tipo de resíduo gerado e a qualidade da segregação na origem.

Art. 48. A cobrança pela prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas deve levar em conta, em cada lote, os percentuais de impermeabilização e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção de água de chuva, podendo considerar também:

I - o nível de renda da população da área atendida; **II -** as características dos lotes urbanos, áreas edificadas e sua utilização.

Art. 49. O reajuste de tarifas de serviços públicos de saneamento básico será realizado observando se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

Art. 50. As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas e poderão ser:

I - periódicas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado; **II -** extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º As revisões tarifárias terão suas pautas definidas pelo órgão ou entidade reguladora, ouvidos os usuários e os prestadores dos serviços.

§ 2º Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.

§ 3º O órgão ou entidade reguladora poderá autorizar o prestador dos serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei Federal nº 8. 987/95.

Art. 51. As tarifas devem ser fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões tornados públicos com antecedência mínima de 90 (noventa) dias com relação à sua aplicação.

Parágrafo único. A fatura a ser entregue ao usuário final deverá ter seu modelo aprovado pelo órgão ou entidade reguladora, que definirá os itens e custos a serem explicitados.

Art. 52. Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens; **II -** necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza no sistema; **III -** negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito; **IV -** manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário; **V -** inadimplência do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º As interrupções serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.

Art. 53. Desde que previsto nas normas de regulação, grandes usuários poderão negociar suas tarifas com o prestador dos serviços, mediante contrato específico, ouvido previamente o regulador.

Art. 54. Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o titular, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais.

§ 1º Não gerarão crédito perante o titular os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

§ 2º Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pelo órgão ou ente regulador e Tribunal de Contas do Estado.

§ 3º Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

Capítulo IV

DA REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 55. O município poderá prestar diretamente ou delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços de saneamento básico, nos termos da Constituição Federal, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, da Lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004 e da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Parágrafo único. As atividades de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico poderão ser exercidas:

I - por autarquia com esta finalidade, pertencente à própria Administração Pública; **II -** por órgão ou entidade de ente da Federação que o município tenha delegado o exercício dessas competências, obedecido ao disposto no art. 241 da Constituição Federal; **III -** por consórcio público integrado pelos titulares dos serviços.

Art. 56. São objetivos da regulação:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários; **II -** garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas; **III -** prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência e defesa do consumidor; **IV -** definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade; **V -** definir as penalidades.

Art. 57. A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços; **II -** requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas; **III -** as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos; **IV -** regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão; **V -** medição, faturamento e cobrança de serviços; **VI -** monitoramento dos custos; **VII -** avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados; **VIII -** plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação; **IX -** subsídios tarifários e não tarifários; **X -** padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação; **XI -** medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento;

§ 1º As normas a que se refere o caput deste artigo fixarão prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 2º As entidades fiscalizadoras deverão receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 58. Em caso de gestão associada a prestação regionalizada dos serviços, poderão ser adotados os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em toda a área de abrangência da associação e prestação.

Art. 59. Os prestadores dos serviços de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1º Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o caput deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2º Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

Art. 60. Devem ser dadas publicidade e transparência aos relatórios, estudos e decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou a fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer do povo, independentemente da existência de interesse direto.

§ 1º Excluem-se do disposto no "caput" deste artigo os documentos considerados sigilosos em razão de interesse público relevante, mediante prévia e motivada decisão.

§ 2º A publicidade e a transparência que se refere o "caput" deste artigo deverá se efetivar, preferencialmente, por meio de site na internet.

Art. 61. É assegurado aos usuários dos serviços públicos de saneamento básico:

I - amplo acesso a informações sobre os serviços prestados; **II -** prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos; **III -** acesso ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário, elaborado pelo prestador e aprovado pelo órgão ou entidade reguladora; **IV -** acesso a relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços.

Capítulo V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 62. A Prefeitura Municipal e seus órgãos da administração indireta compete promover a capacitação sistemática dos funcionários para garantir a aplicação e a eficácia desta lei e demais normas pertinentes.

Art. 63. O Plano Municipal de Saneamento Básico e sua implementação ficam sujeitos ao contínuo acompanhamento, revisão e adaptação às circunstâncias emergentes e serão revisto em até dois anos após a publicação dos resultados dos Censos Demográficos realizados e publicados pelo IBGE;

Art. 64. O Plano de Manejo, Recuperação, e ou Conservação de Mananciais Subterrâneos e/ou Superficiais para captação de abastecimento público de água potável, deverá estar concluído até três (3) anos após a aprovação e publicação desta Lei;

Parágrafo único. até três (3) anos após a publicação desta Lei a Prefeitura Municipal deverá ter viveiro de mudas para promover a recuperação nas nascentes e matas ciliares do município.

Art. 65. Ao Poder Executivo Municipal compete dar ampla divulgação do PMSB e das demais normas municipais referentes ao saneamento básico.

Art. 66. A entidade ou o órgão regulador dos serviços de que trata esta lei será definido mediante lei específica.

Art. 67. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar empresas, inclusive por concessão, para a execução dos serviços de que tratam as alíneas a, b, c e d contidas no inciso I do artigo 2º desta lei, no todo ou em parte.

Art. 68. Os regulamentos dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas serão propostos pelo órgão regulador e baixados por decreto do Poder Executivo, após aprovação do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Art. 69. Enquanto não forem editados os regulamentos específicos, ficam em uso as atuais normas e procedimentos relativos aos serviços de água e esgotos sanitários, bem como as tarifas e preços públicos em vigor, que poderão ser reajustadas anualmente pelos IPCA (índice de preço ao consumidor ampliado).

Art. 70. Os serviços previstos no artigo anterior deverão ter sustentabilidade econômico-financeira através da cobrança de taxas, tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação de serviços.

Art. 71. Esta lei entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 18 de julho de 2018.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
LEI Nº 1.187, DE 18 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI Nº 1.178 DE 22 DE MAIO DE 2018.

O Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o artigo primeiro da Lei nº 1.178 de 22 de maio de 2018, que passa a viger com a seguinte redação:

*"**Art. 1º -** Fica concedido o desconto de 30% (trinta por cento), para o contribuinte que efetuar o pagamento em quota única até dia 15 de agosto de 2018, do Imposto Predial e Territorial Urbano exercício de 2018 do município de São José do Rio Claro-MT, excetuada as Taxas junto dele lançadas."*

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 18 de julho de 2018.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 043/2017. ASS: 11/05/2018. VCT: 12/06/2018. Contratado: **MT SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP**. Objeto: Fica ajustado entre as partes que o prazo previsto e consignado no Termo de Contrato, será prorrogado do dia 14/05/2018 a 12/06/2018, conforme autoriza a Lei 8.666/93, art. 57, § 1º, V e VI.

VALDOMIRO LACHOVICZ – Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 044/2017. ASS: 11/05/2018. VCT: 12/07/2018. Contratado: **MT SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP**. Objeto: Fica ajustado entre as partes que o prazo previsto e consignado no Termo de Contrato, será prorrogado do dia 14/05/2018 a 12/07/2018, conforme autoriza a Lei 8.666/93, art. 57, § 1º, V e VI.

VALDOMIRO LACHOVICZ – Prefeito Municipal

SEGUNDO TERMO DE ADITIVO DE PRAZO E VALOR DO CONTRATO N.º 043/2017. ASS: 05/06/2018. VCT: 14/09/2018. Contratado: . Objeto: **MT SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP** Fica ajustado entre as partes que o Contrato Original sofrerá um acréscimo de 20,73% (Vinte vírgula setenta e três por cento aproximadamente), passando de R$ 139. 124,91 (Cento e trinta e nove mil cento e vinte e quatro reais e noventa e um centavos) para R$ 167.971,73 (Cento e sessenta e sete mil novecentos e setenta e um reais e setenta e três centavos), a vigência do contrato será prorrogado do dia 07/06/2018 a 14/09/2018 conforme autoriza o a Lei 8.666/93, art. 65, inciso I, alínea a e b.

Valdomiro Lachovicz – Prefeito Municipal.

SEGUNDO TERMO DE ADITIVO DE PRAZO E VALOR DO CONTRATO N.º 044/2017. ASS: 05/06/2018. VCT: 14/09/2018. Contratado: . Objeto: **MT SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP** Fica ajustado entre as partes que o Contrato Original sofrerá um acréscimo de 21,03% (Vinte um vírgula zero três por cento aproximadamente), passando de R$ 133. 030,36 (Cento e trinta e três mil e trinta reais e trinta e seis centavos) para R$ 161.019,04 (Cento e sessenta e um mil e dezenove reais e quatro centavos), a vigência do contrato será prorrogado do dia 07/06/2018 a 14/09/2018 conforme autoriza o a Lei 8.666/93, art. 65, inciso I, alínea a e b.

Valdomiro Lachovicz – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 006/2018

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 006/2018

Processo Licitatório nº 015/2018 – Processo Administrativo nº 1461/2018

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São José do Xingu/MT, nomeado pela **Port. Nº 004/2018** no uso das atribuições que

lhe conferem torna público, para conhecimento dos interessados, que na Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO XINGU/MT**, com sede na Av. Mauro Pires Gomes, nº 195 – Buritis, que fará realizar a abertura e julgamento das documentações e propostas, da **Tomada de Preço nº 006/2018.** Esta modalidade será regida pela Lei nº. 8.666/93 artigos 21, suas alterações e demais disposições aplicáveis. **MODALIDADE:** Tomada de Preço - Tipo: menor preço Global.

OBJETO: Têm por objeto do presente procedimento licitatório a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA CONCLUSÃO DA " QUADRA POLIESPORTIVA COM VESTIÁRIO – 980,40 M², CONFORME PROJETO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E MEMORIAL DESCRITIVO**, em conformidade com as disposições no Edital e seus Anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

REALIZAÇÃO: 07/08/2018 ABERTURA DA SESSÃO: 9:00 mim horas (Horário de Brasília – DF). O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no setor de licitação e no site licitacao@saojosedoxingu.mt.gov.br **da Prefeitura Municipal de São José do Xingu - MT. Demais informações pelo telefone (66) 3568 1109.**

São José do Xingu – MT, 18 de julho de 2018.

MARCOS ROGÉRIO PEREIRA NUNES

PRESIDENTE CPL

Port. Nº 004/2018

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 014/2018

AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 014/2018

Processo Licitatório nº 023/2018

Processo Administrativo nº 1826/2018

A Prefeitura Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, através do seu pregoeiro oficial, nomeado pelo Decreto. Nº 058/2015 torna público, para conhecimento dos interessados, que, na Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO XINGU/MT**, com sede na Av. Mauro Pires Gomes, nº 195 – Buritis, mediante a designação do Pregoeiro e sua equipe de apoio, através da Portaria Municipal 008/2017, encontra-se aberta a licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP.** Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal nº 092/2009 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. **MODALIDADE:** Pregão Presencial.

OBJETO: O presente Pregão Presencial-SRP tem por objeto, futura e eventual contratação de horas de um caminhão pipa/bombeiro, com operadores, motoristas e combustível por responsabilidade da contratada, para atender as necessidades do Distrito e da Sede, a pedido secretaria municipal de obras, de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência.

REALIZAÇÃO: 02/08/2018. ABERTURA DA SESSÃO: 09 horas (Horário de Brasília – DF). O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de São José do Xingu - MT. Demais informações pelo telefone (66) 35681109/1666 EMAIL: pedido do edital no e-mail; licitacao@saojosedoxingu.mt.gov.brretirada do edital no site www.saojosedoxingu.mt.gov.br/transparência.

.

São José do Xingu – MT, 18 de julho de 2018.

Marcos Rogério P. Nunes Pregoeiro Oficial. Dec. nº 058/2015.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 007/2018

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 007/2018

Processo Licitatório nº 020/2018 – Processo Administrativo nº 1782/2018

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São José do Xingu/MT, nomeado pela **Port. Nº 004/2018** no uso das atribuições que lhe conferem torna público, para conhecimento dos interessados, que na Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO XINGU/MT**, com sede na Av. Mauro Pires Gomes, nº 195 – Buritis, que fará realizar a abertura e julgamento das documentações e propostas, da **Tomada de Preço nº 007/2018.** Esta modalidade será regida pela Lei nº. 8.666/93 artigos 21, suas alterações e demais disposições aplicáveis. **MODALIDADE:** Tomada de Preço - Tipo: menor preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços Médico, para atendimentos as urgências e emergências na Unidade de Pronto atendimento 24 h, junto à Secretaria Municipal de Saúde de São José do Xingu-MT de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência.

REALIZAÇÃO: 08/08/2018 ABERTURA DA SESSÃO: 9:00 mim horas (Horário de Brasília – DF). O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no setor de licitação e no site licitacao@saojosedoxingu.mt.gov.br **da Prefeitura Municipal de São José do Xingu - MT. Demais informações pelo telefone (66) 3568 1109.**

São José do Xingu – MT, 18 de julho de 2018.

MARCOS ROGÉRIO PEREIRA NUNES

PRESIDENTE CPL

Port. Nº 004/2018

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 008/2018

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 008/2018

Processo Licitatório nº 021/2018 – Processo Administrativo nº 1787/2018

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São José do Xingu/MT, nomeado pela **Port. Nº 004/2018** no uso das atribuições que lhe conferem torna público, para conhecimento dos interessados, que na Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO XINGU/MT**, com sede na Av. Mauro Pires Gomes, nº 195 – Buritis, que fará realizar a abertura e julgamento das documentações e propostas, da **Tomada de Preço nº 008/2018.** Esta modalidade será regida pela Lei nº. 8.666/93 artigos 21, suas alterações e demais disposições aplicáveis. **MODALIDADE:** Tomada de Preço - Tipo: menor preço Global.

OBJETO: Têm por objeto do presente procedimento licitatório a Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos na área de engenharia civil, para prover suporte à operacionalização das consultorias técnicas de Engenharia, na elaboração de projetos de engenharia, supervisão, fiscalização e acompanhamento de obras com elaboração de laudos das obras e instalações em execução e dos futuros projetos, emissão de parecer técnico junto aos setores de licitações e tributos no município de São José do Xingu/MT, conforme especificações abaixo descritas, de acordo com as especificações contidas no anexo I – termo de referência;

REALIZAÇÃO: 09/08/2018 ABERTURA DA SESSÃO: 9:00 mim horas (Horário de Brasília – DF). O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no setor de licitação e no site licita-

cao@saojosedoxingu.mt.gov.br **da Prefeitura Municipal de São José do Xingu - MT. Demais informações pelo telefone (66) 3568 1109.**

São José do Xingu – MT, 18 de julho de 2018.

MARCOS ROGÉRIO PEREIRA NUNES

PRESIDENTE CPL

Port. Nº 004/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Senhor **RONALDO FLOREANO DOS SANTOS**, Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos-MT, no uso de suas atribuições legais **HOMOLOGA o Processo de Licitação 27/2018 na Modalidade Pregão Presencial RP 18/2018**, Objeto: **AQUISIÇÃO MOBILIÁRIO, BRINQUEDOS E EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NAS CRECHES DO MUNICIPIO''** Teve as Empresas vencedoras: **ATI COMÉRCIO DE MÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA - EPP, CNPJ: 12.544.341/0001-07,** perfazendo um valor de **R$ 55.354,**00 (Cinquenta e Cinco Mil Trezentos e Cinquenta e Quatro Reais)**. WANDA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA – EPP, CNPJ: 12.358.170/00001-22,** perfazendo um valor de **R$ 30.102,00** (Trinta Mil Cento e Dois Reais).Para que produza todos os efeitos legais previsto no Inciso VI do Art. 43 da Lei Federal 8.666/93.

EXTRATO DE ADESÃO

O senhor **RONALDO FLOREANO DOS SANTOS**, Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos – MT, no uso de suas atribuições legais, e com autorização da Empresa: **PEUGEOT CITROEN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA,** Inscrita no CNPJ: **67.405.936/0001-73**. **ADERIR A TERMO DE ADESÃO** a **ata de Registro de Preço de nº 306/2017 oriunda do pregão eletrônico de nº 385/2017**, junto a **SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, POR INTERMÉDIO DA SUBSECRETARIA DE GESTÃO LOGÍSTICA/CENTRAL DE COMPRAS - MG.** Objeto**: AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA TIPO A CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 5107101712241805659 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA UTILIZAÇÃO NO TRANSPORTE DE PACIENTES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE.**

AVISO DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro da Prefeitura de São José dos Quatro Marcos/MT comunica às empresas que às 08h00min, do dia **31/07/2018**, realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial Registro de Preço de nº. **19/2018**, e receberá os envelopes de (proposta e de habilitação) visando futuro e eventual "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO PREDIAL, ELÉTRICO E HIDRÁULICO***"*. O Edital completo e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura através de REQUERIMENTO pelo e-mail: licitacao@saojosedosquatromarcos.mt.gov.br, ou no site http://www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br Maiores informações pelos telefones 65 - 3251-1955 e/ou 65 – 3251-2110, das 07:00 as 13:00 horas. EVANDO DE SOUZA VENTUROLLI, Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

REQUERIMENTO DE LICENÇA - SEMA

''A Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa, CNPJ nº37.464.948/0001-08**,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a Licença Previae Licença de Instalação (LP) e (LI), referente a **CONSTRUÇÃO DA FEIRA LIVRE AS MARGENS DA RODOVIA BR 163/364**, no Município de São Pedro da Cipa/MT.''

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

PORTARIA Nº. 539/2018

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*LICENÇA PRÊMIO PARCELADA", pelo período de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 16/07/2018 com término em 14/08/2018**,*** *do período aquisitivo de 04/10/2010 à 03/10/2015, sem prejuízo de sua remuneração* a Senhora **ELIANA SILVA DO AMARAL,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 30, admitida em 04/10/1999, nocargo de ***Técnico Administrativo Educacional,*** lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer **desta Prefeitura,** de acordo com o Art. 55, da Lei Municipal nº. 1.080/2017 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Do período aquisitivo acima citado, remanescem mais 30 (trinta) dias de direito a Licença Prêmio a serem gozadas posteriormente.

Artigo 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 16/077/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 19 de Julho de 2018.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 538/2018

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 09/07/2018, com término em 07/08/2018**,*** *referente ao período aquisitivo de 10/08/2015 a 09/08/2016,* ao servidor ***ELIAS CRISTINO DE PAULA,*** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 410, no cargo de **Agente da Administração Pública III – Auxiliar de Saneamento**, **lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura**, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 09/07/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 19 de Julho de 2018.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO/DESISTÊNCIA Nº. 002/2018 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017

Certificamos para os devidos fins, que referente à Portaria de Convocação nº. 523/2018 válido no período compreendido entre 11/07/2018 a 09/08/2018;

a) Termo de Desistência para assumir sua vaga a seguinte candidato:

Inscrição	Nome	Cargo
162	DELAIR MARIA DE PAULA	Apoio Administrativo Educacional - Infraestrutura

Por ter pedido a Desistência, conforme estabelecido no Edital foi automaticamente, ficando a Administração livre para chamar o próximo candidato, caso exista, seguindo a ordem de classificação,

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente Termo para todos os efeitos legais de direito.

Tabaporã/MT, 19 de Julho de 2018.

SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 540/2018

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*LICENÇA PRÊMIO", pelo período de 90 (Noventa) dias, iniciando-se em 25/07/2018 com término em 22/10/2018*, *do período aquisitivo de 28/06/2011 à 27/06/2016, sem prejuízo de sua remuneração* ao Senhor **ELIVAL JOSE MAXIMIANO**, servidor efetivo, admitido em 12/06/2006, no cargo de **Agente da Administração Pública II – Motorista,** com matricula no RH nº. 814, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, de acordo com o Art. 36 c/c Art. 37, §1º, da Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 19 de Julho de 2018.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR 021/2018 - P.S.001/2017

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 021/2018

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor Prof. **FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA**, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente edital para convocar os candidatos aprovados / classificados Processo Seletivo nº. 001/2017, Homologado através do Edital Complementar nº. 012/2017, destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional desta municipalidade.

RESOLVE:

Art. 1° - CONVOCAR oscandidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo nº. 001/2017, conforme o cargo abaixo relacionado, para que compareça no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde **dia 19/07/2018** às 08h00, situada a Avenida Brasil nº. 2350-E Jardim Europa, para informação sobre a contratação e local de trabalho:

Cargo.:626 -TECNICO EM ENFERMAGEM – 30 HORAS							
Ordem	**Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Pontos Obtidos**	**Notas**	**Classificação**
19	1364	DIELI JACINTHO DA SILVA	17/09/1988	20451504 MT	14	56	Classificado
20	889	JUCINEI DONATO DA SILVA	11/10/1993	23198850	14	56	Classificado
21	674	BENEDITA JOSEFINA DA SILVA	11/09/1960	0216498-1 SSP/MT	13	52	Classificado
22	387	NADIR APARECIDA DOS REIS	04/04/1970	08591784 SESP	13	52	Classificado

Art. 2º. Os candidatos acima relacionados deverão comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias **19/07/2018 das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00, 20/07/2018 das 08:00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00,** munidos com cópia e original dos documentos abaixo relacionados:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Cópia do CPF do pai, mãe e cônjuge;

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Carteira de registro profissional e certidao negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence;

i) Comprovante de residência;

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP;

k) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo departamento de pessoal;

l) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

m) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

n) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

o) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

q) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

r) Declaração de Imposto de Renda 2018 (ano base 2017);

s) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de Débitos municipais (Setor de Tributação);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Carteira Profissional para Profissão regulamentada pelo Conselho da respectiva categoria.

v) Cartão do SUS;

x) Cartão de Vacina.

Art. 3. O prazo de apresentação segue o art. 2 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subsequente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

Art. 4. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada;

b) – não apresentar a documentação exigida no art. 2. do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 18 de Julho de 2018

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Valnicéia Maria Picoli Barbosa

Secretária Municipal de Administração em Substituição

Itamar Martins Bonfim

Secretário Municipal de Saúde

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR 015/2018 - P.S.002/2017

EDITAL COMPLEMENTAR 015/2018

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos aprovados no **Processo Seletivo nº 002/2017,** destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Saúde.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Saúde, situada a Avenida Brasil nº 2350-E, Jardim Europa, conforme abaixo relacionados para informação sobre a contratação e local de trabalho.

Cargo:	**706 -MEDICO REGULADOR - SAMU**					
Nº	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Nº Guia**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
14	**947**	AILLYN FERNANDA BIANCHI	25/11/1992	30027702	75	Classificado
15	**218**	CARLOS LEONARDO ABI RACHED CRUZ	07/05/1982	30026977	70	Classificado

I. Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias 19/07/2018 das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00 e no dia 20/07/2018 das 08:00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00 munidos com **cópia e original** os documentos abaixo relacionados:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Atestado Pré-admissional (aptidão física, mental e psicológica), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho;

c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

e) Certidão de Reservista, (quando do sexo masculino);

f) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

g) Comprovante de residência;

h) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho), Carteira de registro profissional e certidão negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence;

i) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangarada-serra.mt.gov.br**;

j) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos (se dependente);

k) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

l) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

m) CPF dos filhos maiores de 14 anos, do pai, mãe e cônjuge;

n) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

o) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

p) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2017/Ano - Calendário 2016);

q) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo à existência ou inexistência de débitos municipais (Setor de Tributação);

r) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

s) Para o cargo da zona indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade na qual pretende trabalhar.

t) Carteira de registro profissional e certidão negativa de débitos do respectivo conselho de classe ao qual pertence;

u) Carteira Nacional de Habilitação – CNH categoria D ou E, exigida pelo cargo.

2. O prazo de apresentação para atribuição do local de trabalho segue no item I, deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subseqüente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo constante no item I deste edital.

3. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada no item I;

b) – não apresentar a documentação exigida no item I do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 18 de Julho de 2018.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Valnicéia Maria Picoli Barbosa

Secretária Municipal de Administração em Substituição

Itamar Martins Bonfim

Secretário Municipal de Saúde

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR 006-2018 P.S 002-2018

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 006/2018

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 002/2018

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO **a lista dos Pedidos de Inscrição para Pessoa com Deficiência e Requerimento para Solicitação de Tratamento Especial para Realização de Prova no Processo Seletivo nº. 002/2018**, visando o preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

1. Divulgação da relação dos candidatos que solicitaram a inscrição para pessoas com deficiência, sendo **DEFERIDOS** ou **INDEFERIDOS** conforme os termos do item **7 – DO ATENDIMENTO ESPECIAL AOS CANDIDATOS** e Item **8 - DA INSCRIÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA** do Edital Complementar 001/2018 Processo Seletivo 002/2018:

Cargo.: 863 PROFESSOR DA SALA MULTIFUNCIONAL/ED. ESPESCIAL – BRAILLE E LIBRAS						
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Protocolo**	**Situação**
01	002506	JAIANA DE LIMA LACERDA	18/12/1987	1610504-4	20635/2018	DEFERIDO item 7.2 INDEFERIDO item 8
Cargo.: 381 AJ. SERV. GERAIS - PSF						
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Protocolo**	**Situação**

01	001725	TATIANY SOARES BATISTA	05/07/1995	28105125 SSP/MT	20446/2018	DEFERIDO item 7.2
Cargo.: 712 COZINHEIRA - SAMU						
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Protocolo**	**Situação**
01	4465	LUCIANA BERNADO DE BRITO	12/08/1980	13948766 SSP/MT	20155/2018	INDEFERIDO item 7.2
Cargo.: AGENTE ADMINITRATIVO SAMAE						
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Protocolo**	**Situação**
01	000045	JOSANA RODRIGUES DE SOUZA	29/05/1992	21925593 SSP/MT	20066/2018	INDEFERIDO item 7.2

1.1 Da presente decisão, não cabe recurso.

Tangará da Serra – MT, 18 de julho de 2018.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Itamar Martins Bonfim

Secretário Municipal de Saúde

Prof. Adriano Alves Fernandes

Secretário Municipal de Educação e Cultura

Wesley Lopes Torres

Diretor Geral - SAMAE

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Selton José Vieira

Secretário Municipal de Infraestrutura

Magno Cesar Ferreira

Secretário Municipal de Meio Ambiente

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR 086/2018 - P.S. 003/2017

EDITAL COMPLEMENTAR 086/2018

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor Prof. **FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos aprovados no **Processo Seletivo nº 003/2017,** destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Administração.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Saúde, situada a Avenida Brasil nº 2351-N Jardim Europa, conforme abaixo relacionados:

Cargo.:	**382 -RECEPCIONISTA - PSF**					
Nº	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Acertos**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
16	975	KAMILA HAMANN SEIDLER	10/06/1992	25	85	Classificado
17	5458	VANESSA FERREIRA DA SILVA	09/09/1992	25	85	Classificado

Cargo.:	**701 -AUXILIAR ADMINISTRATIVO - LEI 3340/2010**					
Nº	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Acertos**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
15	4911	BARBARA ALVES LIMA	12/09/1997	18	61	Classificado

Cargo.:	**784 -MEDICO CLINICO GERAL LEI 3640**					
Nº	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Acertos**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
2	2799	VANEIDA MOREIRA DA SILVA	19/06/1989	25	82	Classificado

Cargo.:	**707 -MEDICO INTERVENCIONISTA - SAMU**					
Nº	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Acertos**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
3	3012	DAIANE SCHILO	22/11/1981	23	78	Classificado

2.Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Pessoal situada à Avenida Brasil nº 2351-N no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra - MT, nos dias 19/07/2018 das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00, 20/07/2018 das 08:00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00, munidos com **ORIGINAIS E CÓPIAS** os documentos abaixo relacionados:

2.1 No ato da contratação o candidato deverá comparecer pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório;

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Atestado Pré-admissional (APTIDÃO FÍSICA, MENTAL E PSICOLÓGICA), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho, com data igual ou posterior a data de convocação;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Os candidatos para o cargo de Motorista deveram apresentar:

h.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

h.2) ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

h.3) possuir curso de transporte de passageiros (Movimento Operações de Produtor Especiais – MOPE) e Transporte Escolar;

h.4) não ter cometido falta grave ou gravíssima nos últimos 12 (doze) meses.

i) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

j) Comprovante de residência;

k) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos (se dependente);

l) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

m) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

n) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

o) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

q) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo à existência ou inexistência de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

r) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

s) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2017/Ano - Calendário 2016 ou mais recente);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

v) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 18 de Julho de 2018.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Valnicéia Maria Picoli Barbosa

Secretária Municipal de Administração em Substituição

Itamar Martins Bonfim

Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 153/2018

EXTRATO DO CONTRATO: 153/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: **PNEUS VIA NOBRE LTDA**

OBJETO **: A AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR**

VALOR: 6.432,00

VIGÊNCIA: 05/07/2018 A 31/12/2018

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 175/579

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 152/2018

EXTRATO DO CONTRATO: 152/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: **PNEUS VIA NOBRE LTDA**

OBJETO **: A AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR**

VALOR: 15.780,00

VIGÊNCIA: 05/07/2018 A 31/12/2018

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 175/265

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

ABERTURA DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 002/2018

ABERTURA DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 02/2018

O Município de Tesouro, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público, abertura de processo de inexigibilidade 02/2018, conforme art. 25, III, da Lei 8.866/93, Objeto: Contratação Empresa COMUNICASOM PRODUÇÃO DE EVENTOS EIRELI - EPP, CNPJ nº 08.710.383/0001-01, sediada a Av. Paraná nº 894, Bairro PVA II, Município de Primavera do Leste - MT, Empresa especializada, na produção de eventos artísticos e show, declara para os devidos fins e conhecimento, que é detentora da Exclusividade na comercialização das apresentações da BANDA APOLLO'S E BANDA APK, em todo território nacional, vem através desta DECLARAR que detém a EXCLUSIVIDADE dos dias 16,17,18 e 19 de Agosto de 2018, para apresentação e realização de um Evento denominado Festival de Praia da Cidade de Tesouro -MT.

AFIXE-SE

PUBLIQUE-SE.

Tesouro– MT, 18 de Julho de 2018.

ANTONIO LEITE BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

ATO Nº. 278/2018

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Gabrielly Mota de Jesus do cargo em Comissão de Secretário Escolar - DNS 8, EMEB Napoleão José da Costa na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 13 de julho de 2018.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de Julho de 2018.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

PORTARIA Nº 756/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 530405/2018,

RESOLVE:

Averbar em favor do servidor, **JORGE TADEU BRAZ DE MEDEIROS**, matrícula 84695 – 2ª cadeira, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de Médico Intensivista, o Tempo de Serviço prestado á Prefeitura Municipal de Cuiabá/MT, conforme consta na Certidão de Tempo de Contribuição Nº 000927/2018 emitida pelo CUIABÁ PREV – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CUIABÁ/MT, no período de 26/11/1990 a 15/08/2002, que totalizam **4.199 (quatro mil cento e noventa e nove) dias líquidos**, correspondendo a **11 (onze) anos, 06 (seis) meses e 04 (quatro) dias, para efeitos de Aposentadoria e disponibilidade.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 18 de julho de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

ERRATA

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerandoa existência de mero erro material, quando digitado o nome conforme Nomeação **Ato Nº 261/2018,** do **Sr. Douglas Games da Silva**, conforme no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Edição nº 3.021 do dia 16/07/2018 página 289.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a retificação do nome em que foi nomeado:

Onde se Lê: Douglas Gomes da Silva

LEIA-SE: Douglas Games da Silva

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de julho de 2018.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 757/2018

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** à servidora abaixo:

SERVIDOR	**LOURENÇO DE CAMPOS**
MATRICULA	28163
CARGO	Agente de Segurança e Manutenção
PROCESSO N°	142123/2012
LICENÇA PRÊMIO	30 (trinta) dias
QUINQUÊNIO	**30.08.2002/2007**
PERÍODO DE GOZO	14.07.2018 à 12.08.2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 18 de Julho de 2018.

' '/

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE
ERRATA PORTARIA N° 061/2018

ERRATA

PORTARIA N° 061/2018

Na publicação no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso do dia 18/07/2018, pág.363 e 364, ***PORTARIA n° 061/2018****, que seja retificado o número da Ata de Registro de Preços, portanto:*

Onde se lê:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018 – NOVO SABOR REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA -ME

Leia-se:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2018 – NOVO SABOR REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA -ME

Art. 2°- *Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.*

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 18 de julho de 2018

RICARDO AZEVEDO ARAUJO

Diretor Presidente – DAE/VG

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.20/2018

REGISTRO DE PREÇOS

PROC. ADM. N. 495100/2018. O Município de Várzea Grande-MT/ por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal Serviços Públicos e Mobilidade Urbana e Secretaria Municipal de Viação e Obras, torna público aos interessados o Pregão Eletrônico n. 20/2018: registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica capacitada para prestação de serviço de locação de veículos tipo, caminhões, maquinários, micro – ônibus, ônibus e van teto alto para atender ás necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. **ADJUDICADO E HOMOLOGADO 07/06/2018**, sagrando-se vencedora a empresa abaixo.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 73/2018

Validade: 12 (doze) meses.

DOANNYTUR AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ n. 03.444.298/0001-17.

Item	Código Tce	Especificações	Qtd. Mensal	Qtd Anual	Un. De Med.	V. Unitário Por Veículo	V. Total Anual
1	0007295	**Ônibus rodoviário** para transporte de pessoas em geral com capacidade mínima de 44 (lugares), com ar condicionado, água mineral, banheiro e registro na junto a AGER e ANTT, sendo permissionária de fretamento continuo ou eventual turístico com diárias e no âmbito do território brasileiro, **com motorista**. Os veículos deverão possuir no máximo 05 (cinco) anos de uso.	******	40	Diária Cód.: 1089	1.240,00	49. 600,00
14	0007294	**Micro-ônibus** para transporte de pessoas em geral motor diesel de 04 cilindros, potencia mínima de 150 cv, composto de chassi: carroceria, com estrutura de aço galvanizado, revestimento externo das laterais em alumínio, frente e traseira em FIBERGLASS, porta lateral do lado direito com controle de abertura e fechamento pneumático controlado pelo motorista (com chave na parte externa) para acesso de passageiros, poltronas SOFT (com até 23 lugares), **com motorista**. Os veículos deverão possuir no máximo 05 (cinco) anos de uso.	******	5	Diária Cód.: 1	700,00	3. 500,00
	Valor total R$ 53.100,00 (cinquenta e três mil e cem reais)						

VIECILI & SILVA LTDA, inscrita no CNPJ n. 33.031.535/0001-89.

Item	Código Tce	Especificações	Qtd. Mensal	Qtd Anual	Un. De Med.	V. Unitário Por Veículo	V. Total Anual
2	0007292	**Caminhão Pipa** deverá possuir tanque com capacidade mínima de 12.000 litros. Construído em chapas de aço carbono de # 1/8 e # 3/16 de espessura incluindo quebra ondas internas guarda corpo superior com 80 cm de altura, entrada de visita (Boca) com 45 cm de diâmetro, escada de acesso do tipo marinheiro e visor de nível instalado na parte traseira do equipamento de fácil visualização; Bomba aspersora 50 (bomba para água) com capacidade de bombeamento de até 50.000 litros/hora, acionada através da tomada de força do caminhão, bomba com capacidade de auto abastecer o equipamento. Comandos pneumáticos acionados internamente na cabine; Motor bomba, sistema de tomada de força, engate rápido para mangueira rígida com 2`` polegadas de diâmetro e 50 metros de comprimento com esguicho regulável; Deve possuir um farolete (sealed bean) ligado à bateria do veículo e giro flex; Conjuntos instalados de para lamas e para choque traseiro cons-	6	72	Mensal Cód.: 1092	13. 000,00	936. 000,00

		truídos em conformidade às legislações de trânsito vigentes, sinalização do conjunto através de faixas refletivas homologadas (DENATRAN), e sistema elétrico completo (chicote e lâmpadas) instalados no tanque; Pintura externa do tanque em cor branca com letreiro lateral descrito "Água Potável" (Letras com 30 cm de altura). Os caminhões devem ser adesivados com Slogan Padrão da Prefeitura de Várzea Grande a cargo da contratada, nas duas portas da Cabine e na parte traseira do tanque; Os caminhões devem possuir **Motorista e Ajudante** por Conta da Contratada. Os veículos deverão possuir no máximo 05 (cinco) anos de uso.						
6	0007297	**Pá carregadeira de rodas** motor diesel de 06 cilindros, turbo alimentado com potência mínima de 123hp, peso operacional mínimo de 10.000 kg, caçamba/concha mínima de 1,70m³, pneus 17,5 x 25, carga estática de tombamento mínimo em máxima articulação de 6.810 KGF, força de desagregação mínima de 8.070 KGF, cabine fechada com ar condicionado, sistema de freio úmido (em banho de óleo), **com operador**. Os veículos deverão possuir no máximo 04 (quatro) anos de uso.	2	24	Mensal Cód.: 1092	10. 140,00	243. 360,00	

VALOR TOTAL R$ 1.179.360,00 (um milhão cento e setenta e nove mil trezentos e sessenta reais)

VÁRZEA GRANDE TRANSPORTE RODOVIÁRIO LTDA-ME, inscrita no CNPJ n. 07.163.699/0001-50

Item	Código Tce	Especificações	Qtd. Mensal	Qtd Anual	Un. De Med.	V. Unitário Por Veículo	V. Total Anual	
5	0007296	**Ônibus urbano/rural** para transporte de pessoas em geral com capacidade mínima para **44 passageiros sentados**, **com motorista.** Os veículos deverão possuir no máximo 05 (cinco) anos de uso.	1	12	Mensal Cód.: 1092	12. 700,00	152. 400,00	

VALOR TOTAL DE R$ 152.400,00 (cento e cinquenta e dois mil e quatrocentos reais)

ENGEMAC CONSTRUTORA EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob n. 15.551.680/0001-09

Item	Código Tce	Especificações	Qtd Mensal	Qtd Anual	Un. De Med.	V.Unitário Por Veículo	V. Total Anual	
7	0007290	**Caminhão (TRUCK)** equipado com tração 6x2, motor diesel, potência mínima de 150 cv, peso bruto total 22.000 kg ou mais, carroceria de madeira, **com motorista**. Os veículos deverão possuir no máximo 05 (cinco) anos de uso.	1	12	Mensal Cód.: 1092	11.840,00	142. 080,00	
12	0007300	**Rolo compactador pé de carneiro (PD)** equipado com motor diesel turbo alimentado pré-resfriado, com potência mínima de 120 hp, c.a 25 transmissão hidrostática, tambor na versão "patas", vibração com sistema hidráulico independente direto no eixo, peso operacional mínimo de 10.000 kg com toldo solar para operador, **com operador**. Os veículos deverão possuir no máximo 04 (quatro) anos de uso.	1	12	Mensal Cód.: 1	11.493,00	137. 916,00	

VALOR TOTAL DE R$ R$ 279.996,00 (duzentos e setenta e nove mil novecentos e noventa e seis reais)

MULTIPARK COMERCIO E SERVIÇO REPRESENTAÇÃO LTDA, CNPJ sob n. 11.590.156/0001-96

Item	Código Tce	Especificações	Qtd Mensal	Qtd Anual	Un. De Med.	V. Unitário Por Veículo	V. Total Anual	
8	0007293	Escavadeira hidráulica peso operacional mínimo 21.000 kg, potência liquida mínima 148 HP, motor diesel turbo alimentado, caçamba/concha convencional, capacidade mínima para 1,2 m³, lança mínima de 5,6 metros, mínimo de 2,4 metros, cabine fechada com ar condicionado de fábrica, com operador. Os veículos deverão possuir no máximo 04 (quatro) anos de uso.	1	12	Mensal Cód.: 1092	18. 140,00	217. 680,00	
9	0004203	Motoniveladora potência mínima 140 HP'S, 14 toneladas, com operador. Os veículos deverão possuir no máximo 04 (quatro) anos de uso.	1	12	Mensal Cód.: 1	17. 990,00	215. 880,00	
11	0007299	Rolo compactador liso equipado com motor diesel turbo alimentado pré-resfriado, potência mínima de 80 HP, transmissão hidrostática, tambor na versão "lisa", vibração com sistema hidráulico independente direto no eixo, peso operacional mínimo de 2. 000 kg com toldo solar para operador, com operador. Os veículos deverão possuir no máximo 04 (quatro) anos de uso.	1	12	Mensal Cód.: 1	5.400,0	64.800,00	

VALOR TOTAL R$ R$ 498.360,00 (quatrocentos e noventa e oito mil trezentos e sessenta reais)

MANGABEIRA CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E CAMINHÕES LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob n. 28.029.393/0001-85

Item	Código Tce	Especificações	Qtd Mensal	Qtd Anual	Un. De Med.	V. Unitário Por Veículo	V. Total Anual	
4	334841-5	**Caminhão (toco)** motor a diesel, peso bruto total 9.500 kg ou mais, com carroceria tipo baú de alumínio com no mínimo 7,00 metros de comprimento, com portas lateral e traseira, **com motorista**. Os veículos deverão possuir no máximo 05 (cinco) anos de uso.	4	48	Mensal Cód.: 1092	11. 899,00	571. 152,00	
10	428165-9	**Retro escavadeira tração (4x4)** motor diesel 04 cilindros, com potência liquida mínima de 92 hp, transmissão de 04 velocidades sincronizadas e inversor hidráulico, comando servo assistido, bloqueio do diferencial (eixo traseiro) freios a banho de óleo nas rodas traseiras, direção hidrostática, sistema hidráulico de centro aberto alimen-	******	1. 000	Hora Cód.: 1091	84,50	84.500,00	

		tado por bomba de engrenagens, caçamba/concha frontal com capacidade mínima de 0,80 m³ com dentes, braço de escavação traseira e caçamba padrão, buzina, alarme de ré, travas de segurança, assento giratório multiajustável com suspensão e cinto de segurança, toldo ROPS, com para brisa, limpador e lavador, espelhos retrovisores, peso operacional mínimo 6.500 kg, **com operador**. Os veículos deverão possuir no máximo 04 (quatro) anos de uso.						
13	0007301	**Trator esteira** com potência mínima de 110 HP peso mínimo operacional de 11.000 kg, com escarificador traseiro, capacidade mínima de lâmina de 3,16 m³, **com operador**. Os veículos deverão possuir no máximo 04 (quatro) anos de uso.	1	12	Mensal Cód: 1092	16.500,00	198.000,00	
Valor total de **R$ 853.652,00** (Oitocentos e cinquenta e três mil seiscentos e cinquenta e dois reais)								

Várzea Grande – MT, 09 de julho de 2018.

CONTRATANTE:

Pablo Gustavo Morais Pereira

Secretaria Municipal de Administração

Silvio Aparecido Fidelis

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Diógenes Marcondes

Secretaria Municipal de Saúde

Flávia Luiza Coelho Lannes

Secretaria Municipal de Assistência Social

Breno Gomes

Secretaria Municipal Serviços Públicos e Mobilidade Urbana

Luiz Celso de Morais Oliveira

Secretaria Municipal de Viação e Obras

CONTRATADA:

DOANNYTUR AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

CNPJ sob n. 03.444.298/0001-17

VIECILI & SILVA LTDA

CNPJ sob n. 33.031.535/0001-89

VÁRZEA GRANDE TRANSPORTE RODOVIÁRIO LTDA-ME

CNPJ sob n. 07.163.699/0001-50

ENGEMAC CONSTRUTORA EIRELI EPP

CNPJ sob n. 15.551.680/0001-09

MULTIPARK COMERCIO E SERVIÇO REPRESENTAÇÃO LTDA

CNPJ sob n. 11.590.156/0001-96

MANGABEIRA CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E CAMINHÕES LTDA-ME

CNPJ sob n. 28.029.393/0001-85

PORTARIA Nº 760/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de **Julho/Agosto/2018**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**

32849	MARIA HELENA MUNIZ GARCIA	Efetivo	2015/2016	03.07.18 A 01.08.18 (30 dias)
33458	MARIA RITA CORREA DE LIMA	Efetivo	2015/2016	02.07.18 A 31.07.18 (30 dias)
33458	MARIA RITA CORREA DE LIMA	Efetivo	2016/2017	01.08.18 A 30.08.18 (30 dias)
33458	MARIA RITA CORREA DE LIMA	Efetivo	2017/2018	31.08.18 A 29.09.18 (30 dias)
41415	ROSENIL DUARTE DA COSTA	Efetivo	2017/2018	02.07.18 A 31.07.18 (30 dias)
122334	SILVANA RIBEIRO DA CONCEIÇÃO	Efetivo	2017/2018	02.07.18 A 31.07.18 (30 dias)
86717	VIVIANE CRISTINA SANTOS FERREIRA	Efetivo	2016/2017	10.07.18 A 08.08.18 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 18 de Julho de 2018.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

ATO Nº. 279/2018

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Leomar Fatima da Silva Oliveira do cargo em Comissão de Gerente de Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 30 de julho de 2018.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de Julho de 2018.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

ATO Nº. 280/2018

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Maria Aparecida Prado no cargo em Comissão de Secretário Escolar - DNS 8, EMEB José Estejo de Campos na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 16 de julho de 2018.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de Julho de 2018.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

PORTARIA Nº 761/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de **Julho/2018**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
111066	ANDRELINA NUNES DA SILVA	Comissão	2016/2017	02.07.18 A 31.07.18 (30 dias)
7079	CARMINDO BRAZ MACIEL	Efetivo	2012/2013	01.07.18 A 30.07.18 (30 dias)
21912	JOACY DO CARMO AMARAL	Efetivo	2015/2016	01.07.18 A 30.07.18 (30 dias)
36253	NATALIN CARRARO	Efetivo	2016/2017	18.07.18 A 16.08.18
113480	PATRICIA MENDES FONTANELE OLIVEIRA	Comissão	2017/2018	06.07.18 A 20.07.18 (15 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 18 de Julho de 2018.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

AVISO DE REVOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.32/2018

PROCESSO Nº 523484/2018. O Município de Várzea Grande, através do **Fundo Municipal de Saúde**, por meio da autoridade competente torna-se público para conhecimento dos interessados, que referente à **DISPENSA DE LICITAÇÃO 32/2018,** cujo Objeto éAquisição de material de consumo hospitalar em caráter de urgência para atender as necessidades da rede da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande-MT, fica **REVOGADO.** Justifica-se devido à ausência da certidão da contratada, portanto será realizado o cancelamento do processo, não sendo possível a contrata-

ção emergencial da dispensa publica**.** Várzea Grande-MT, 18 de julho de 2018. **Diógenes Marcondes. Secretario Municipal de Saúde/SMSVG.**

EXTRATO CONTRATO N. 081/2018

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT e a Empresa GISELE FERNANDA FRANCO DE ALMEIDA, inscrita no CNPJ nº. 23.969.313/0001-58. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado ao procedimento licitatório da modalidade Pregão Presencial n. 09/2018, edital e anexos, bem como aos demais documentos acostados ao Processo Gespro n. 514277/2018. OBJETO: Tem por objeto contratação de pessoa jurídica capacitada para prestação de serviços especializados na coleta de dados, análise e transmissão de SIOPE (Sistema de informações sobre orçamentos públicos em educação) para atender a demanda da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor estimado de R$ 12.000,00 (Doze mil reais). UO: SECRETARIA de educação DO: 35.01.12.122.0002 P/A: 2.165. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0101. VIGÊNCIA: O período da vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura. FISCAL DE CONTRATO: Fica designado pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, o servidor José Lourenço de Barros, inscrito no CPF n. 062. 292.631-49.

DATA DE ASSINATURA: 19.07.2018.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – PMVG/MT

GISELE FERNANDA FRANCO DE ALMEIDA

Contratada

PORTARIA Nº 762/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de **Julho/2018**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PUBLICOS E MOBILIDADE URBANA				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
5557	BENEDITA GONCALINA DA SILVA GAMA	Efetivo	2011/2012	16.07.18 A 14.08.18 (30 dias)
124321	DANILO GABRIEL CORREA PEDROSO DE BARROS	Comissão	2017/2018	16.07.18 A 30.07.18 (15 dias)
86797	WAGNER CARLOS DA SILVA	Efetivo	2016/2017	09.07.18 A 23.07.18 (15 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 18 de Julho de 2018.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

EXTRATO CONTRATO N. 080/2018

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT e a Empresa JOSÉ CRELDO MARTINS, inscrita no CNPJ nº. 26.864.837/0001-72. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado ao Comunicado de Dispensa de Licitação n]. 37/2018, bem como aos demais documentos acostados ao Processo Gespro n. 528472. OBJETO: Tem por objeto contratação de empresa capacitada para a prestação de serviços de limpeza e tratamento de água de duas piscinas, com as seguintes dimensões 18,20m x 9,20m x 1,60m e a outra com 9,10m x 7,10m x 1,10m localizadas no Centro de Atendimento Especializado e Apoio à Inclusão de Portadores de Deficiência - João Ribeiro Filho (João Muleta) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor estimado de R$ 10.400,00 (Dez mil e quatrocentos reais). UO: SECRETARIA de educação DO: 35.03.12.367.0102 P/A: 2.251. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0101. VIGÊNCIA: O período da vigência do contrato será de 08 (oito) meses, a contar da data de sua assinatura. FISCAL DE CONTRATO: Fica designado pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a servidora Leomar Fátima da Silva Oliveira, inscrita no CPF n. 109. 155.591-53.

DATA DE ASSINATURA: 19.07.2018

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – PMVG/MT

JOSÉ CRELDO MARTINS

Contratada

DECISÃO RECURSO ADMINISTRATIVO DE PROPOSTAS DE PREÇOS CONCORRÊNCIA PUBLICA N. 04/2018

Processo 494221/2017: O Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, torna público, para conhecimento dos interessados, a DECISÃO DO RECURSO ADMINISTRATIVO da CONCORRENCIA PÚBLICA N. 04/2018, cujo objeto é a contratação de empresa capacitada em execução de obra, para reforma e adequação da edificação existente, atendendo os critérios do padrão SMECEL/VG, com uma intervenção aproximada de 1.414,16m², contemplando serviços de demolição, elevação de alvenaria, pintura interna e externa, revestimento cerâmico e esquadrias, na EMEB "Padre Luiz Maria Ghisoni", localizado na Rua C, QD. 31, Bairro Vila Arthur no Município de Várzea Grande/MT incluindo fornecimento de materiais e mão de obra, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, de acordo com as especificações descritas neste termo e seus anexos. De acordo com o Parágrafo 4º do Art. 109 da Lei n. 8.666/63 e com base nas análises efetuadas pela Comissão Permanente de Licitação, **RATIFICO** as Decisões Proferidas, em que **DEU PROVIMENTO** ao recurso impetrado pela empresa **ETHOS LOCADORA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI - EPP,** no mérito reformando a decisão anterior, declarando a empresa**BC CONSTRUTORA BR CENTRAL EIRELI - EPP** CNPJ: 00.817.101/0001-50 **DESCLASSIFICADA** e declarando a licitante **ETHOS LOCADORA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI - EPP** CNPJ: 08.954.823/0001-68 **VENCEDORA** do certame**,** pelosmotivos explanados na Analise e Julgamento dos Recursos Administrativos. Dê publicidade a está decisão nos moldes estabelecidos em edital e normas vigentes para continuidade dos demais tramites legais. O presente docu-

mento esta disponível no site: www.varzegrande.mt.gov.br. Várzea Grande - MT, Várzea Grande - MT, 18 de julho de 2018. **Silvio Aparecido Fidelis-** Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

PORTARIA Nº 763/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de **Julho/2018**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL SUSTENTÁVEL				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
123625	CARLA MONIQUE MIRANDA DA MATA	Comissão	2017/2018	13.07.18 A 27.07.18 (15 dias)
15582	EVA VERGINIA DA SILVA	Efetivo	2016/2017	02.07.18 A 06.07.18 (05 dias)
119264	HELEN FARIAS FERREIRA	Comissão	2013/2014	17.07.18 A 31.07.18 (15 dias)
86891	MARCELLY DA SILVA SAMPAIO ARRUDA	Efetivo	2016/2017	23.07.18 A 27.07.18 (05 dias)
124347	PATRICIA REGINA DA SILVA	Comissão	2017/2018	04.07.18 A 13.07.18 (10 dias)
117539	VIVIANE SOUZA NASCIMENTO	Comissão	2017/2018	02.07.18 A 11.07.18 (10 dias)
47603	WILSON PEDROSO DE ALVARENGA	Efetivo	2016/2017	02.07.18 A 31.07.18 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 18 de julho de 2018.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 759/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de **Julho/2018**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
5429	BENEDITA ALICE DE JESUS ARRUDA	Efetivo	2015/2016	02.07.18 A 31.07.18 (30 dias)
111202	CAROLINA CURVO PIOVEZAN	Comissão	2017/2018	12.07.18 A 10.08.18 (30 dias)
8965	CONCEIÇAO FERREIRA DA SILVA	Efetivo	2017/2018	16.07.18 A 30.07.18 (15 dias)
90416	CLAUDIO FRANCISCO ARAUJO	Efetivo	2017/2018	01.06.18 A 30.06.18 (30 dias)
9546	DALILA DE MORAES FREIRE	Efetivo	2016/2017	10.07.18 A 08.08.18 (30 dias)
117517	DANILO CORREA MORAES	Comissão	2017/2018	05.07.18 A 03.08.18 (30 dias)
21272	JANE PEREIRA BARROS	Efetivo	2015/2016	02.07.18 A 31.07.18 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 18 de Julho de 2018.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PORTARIA N.º 207/2018

*“Dispõe sobre a concessão do benefício **Aposentadoria por Tempo de Contribuição** a servidor Sr**. Audi Francisco de Moraes**.”*

O Prefeito do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o preenchimento dos requisitos previstos no Art. 3º incisos I, II e III, da Emenda Constitucional nº. 47/2005 c/c art. 80 –A da Lei Municipal n.º 688 de 30/09/2005 que rege a previdência municipal com redação dada pela Lei nº 763/2007 e ainda a Lei Complementar n.º 002/2006, que dispõe sobre o novo quadro de pessoal de provimento efetivo da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade e o Decreto nº 005 de 17 de janeiro de 2018 que dispõe sobre o reajuste anual dos servidores do poder executivo;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, ao servidor Sr. **AUDI FRANCISCO DE MORAES**, brasileiro, solteiro, portador do RG n.º 0261131-7 SSP/MT e do CPF n.º 274.490.921-15, residente e domiciliado neste município, efetivo no cargo de Agente Administrativo, Classe ‘‘D’’, Nível ‘‘IV’’, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, devidamente matriculado sob o nº 046, contando com **35 (trinta e cinco) anos, 04 (quatro) meses e 23 (vinte e três) dias**, **com proventos Integrais**, com base na última remuneração do cargo efetivo, conforme processo administrativo do PREVILA, n.º **2018.04.00039P**, a partir de **13/07/2018** data até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **13 de julho de 2018**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 18 de julho de 2018.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA Prefeito Municipal

DECRETO Nº 065/2018

"NOMEIA NOVA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam nomeados os novos membros do **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**,composto pelos representantes das Entidades abaixo:

INSTITUIÇÃO GOVERNAMENTAL:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO:

Titular: Czarina Farias de Brito – CPF: 474.809.351-49

Suplente: Gilda Valéria Vieira – CPF: 581.928.751-72

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Carolina Pedrosa Franco Peres – CPF: 013.540.871-78

Suplente: Adriana Amorim Leandro – CPF: 929.893.491-20

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Titular: Daiana Fernanda Marin Macedo – CPF: 007.971.10-50

Suplente: Francisca Ana da Silva – CPF: 826.591.094-00

EMPAER

Titular: Armando Carlos Silva Passini – CPF: 575.720.387-00

Suplente: Rafael E. Batista da Cruz – CPF: 345.992.821-20

ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL:

PASTORAL DA CRIANÇA

Titular: Juliana Nilza Carvalho Passini – CPF: 326.107.341-15

Suplente: Maria Tomasia Ramos de Oliveira – CPF: 771.231.901- 49

IGREJA CATÓLICA

Titular: Aedir dos Santos Pinto e Silva – CPF: 363.088.381-87

Suplente: Pe. Everton Luiz Macedo – CPF: 334.869.718-24

SINDICATO RURAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT

Titular: **José Teixeira – CPF: 725.102.428-49**

Suplente:Tiene Coelho de Oliveira – CPF: 020.710.851-08

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT

Titular: Cícero Rodrigues Ramos – CPF: 636.058.488-34

Suplente: Elisandra Botelho da Silva – CPF: 017.467.131-86

Art. 2º - A função de Conselheiro será considerada serviço público relevante prestado ao Município, sendo exercida gratuitamente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSETE DIAS DO MES DE JULHO DE DOIS MIL E DEZOITO.

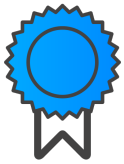
WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 058/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, Estado de Mato Grosso, através de sua Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria n. 004, de 09 de janeiro de 2018 e alterações, tendo como objeto a **Contratação de Pessoa Juridica para Realizar serviços de Pericias Médica aos Servidores do poder Executivo, para avaliação de Atestados Médicos e Laudos de pedidos de Readaptação apresentados pelos Servidores do Municipio,** opina em efetuar a contratação da empresa: **S. G. FERREIRA, CNPJ: 16.626.322/0001-80**, com valor de: R$ **30.000,00** (trinta mil reais) nos termos do artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, com suas alterações posteriores. Vila Bela da Ss. Trindade - MT, 18 de julho de 2018 – ROSEMAR DA SILVA - PRESIDENTE C.P.L.

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Wed Jul 18 22:31:31 UTC 2018
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)